PROJETO DE LEI Nº 192, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

Estima as receitas e fixa as despesas do Município de Mossoró para o exercício financeiro de 2027, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ**, faço saber que a Câmara Municipal de Mossoró aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei estima a receita do Município de Mossoró para o exercício financeiro de 2027 no montante de R$ 1.598.333.000,00 (um bilhão, quinhentos e noventa e oito milhões e trezentos e trinta e três mil reais) e fixa a despesa em igual valor, nos termos do § 5º do art. 165, da Constituição da República Federativa do Brasil, da alínea "c", do inciso XII do art. 78 e do art. 148, ambos da Lei Orgânica Municipal, e da Lei Municipal nº 4.306, de 08 de julho de 2026, que define as Diretrizes Orçamentárias do Município de Mossoró, compreendendo:

I - o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive Autarquia instituída e mantida pelo Poder Público;

II - o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, bem como os fundos e autarquias instituídos e mantidos pelo Poder Público.

CAPÍTULO II
DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção I
Da estimativa de receita

Art. 2º A receita total estimada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, para o exercício de 2027 é de R$ 1.598.333.000,00 (um bilhão, quinhentos e noventa e oito milhões e trezentos e trinta e três mil reais), em observância ao disposto no art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal -, distribuída conforme a Demonstração da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas desta Lei.

Seção II
Da fixação da despesa

Art. 3º A despesa total fixada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é de R$ 1.598.333.000,00 (um bilhão, quinhentos e noventa e oito milhões e trezentos e trinta e três mil reais), em observância ao disposto no art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, e nos arts. 7º e 8° da Lei Municipal nº 4.306, de 08 de julho de 2026, com o seguinte desdobramento:

I - R$ 978.698.000,00 (novecentos e setenta e oito milhões e seiscentos e noventa e oito mil reais) do Orçamento Fiscal;

II - R$ 619.635.000,00 (seiscentos e dezenove milhões e seiscentos e trinta e cinco mil reais) do Orçamento da Seguridade Social, incluindo R$ 10.489.000,00 (dez milhões e quatrocentos e oitenta e nove mil reais) referente à Reserva de Contingência do RPPS.

Parágrafo único. A Reserva de Contingência das Emendas Individuais Impositivas, é definida com base na Receita Corrente Líquida - RCL, prevista para o exercício de 2027, no montante de R$ 17.177.244,00 (dezessete milhões e cento e setenta e sete mil e duzentos e quarenta e quatro reais) em observância ao disposto no art. 30 da Lei Municipal nº 4.306, de 08 de julho de 2026, que define as Diretrizes Orçamentárias do Município de Mossoró para o exercício de 2027.

Seção III
Da distribuição da despesa por órgão

Art. 4º A despesa, fixada à conta de recursos previstos neste Capítulo, observada a programação constante no Detalhamento das Ações, é apresentada por unidade orçamentária, conforme desdobramento constante no Quadro de Detalhamento de Despesa - QDD apresentado nesta Lei.

Seção IV
Das alterações orçamentárias

Art. 5º O Poder Executivo Municipal poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2027 e em seus créditos adicionais, em decorrência da extinção, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições ou ainda em casos de complementariedade, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, inclusive os títulos descritos, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária e grupo de natureza de despesa.

Parágrafo único. Na transposição, transferência ou remanejamento de que trata o **caput** deste artigo poderá haver ajustes na classificação funcional, no detalhamento da fonte de recursos, na modalidade de aplicação e no identificador de uso.

Art. 6º A inclusão ou alteração de categoria econômica ou de grupo de natureza de despesa em projeto, atividade ou operação especial constante da Lei Orçamentária e de seus créditos adicionais será efetivada mediante abertura de crédito adicional, por decreto do Poder Executivo Municipal, observado o disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e no art. 34 da Lei Municipal nº 4.306, de 2026.

Art. 7º O Poder Executivo Municipal poderá, respeitadas as demais prescrições constitucionais, a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e a Lei Municipal nº 4.306, de 08 de julho de 2026, no exercício financeiro de 2027, abrir créditos adicionais suplementares, bem como realizar transposições, remanejamentos e transferências de recursos orçamentários entre categorias de programação ou entre órgãos:

I - até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do total da despesa fixada nesta Lei para os Poderes Legislativo e Executivo, com a finalidade de atender insuficiências nas dotações orçamentárias consignadas aos grupos de despesas de cada categoria de programação, mediante a utilização de recursos provenientes da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, nos termos do inciso III do § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, c/c o art. 33, inciso I, da Lei Municipal nº 4.306, de 2026, não se incluindo nesse percentual os créditos adicionais suplementares realizados à conta da reserva de contingência, nos termos do § 1º do art. 29 da Lei Municipal nº 4.306, de 2026;

II - para a realização de transposições, remanejamentos e transferências de recursos entre categorias de programação ou entre órgãos, nos termos do art. 167, inciso VI, da Constituição Federal, e dos arts. 32 e 33, inciso II, da Lei Municipal nº 4.306, de 2026, observado o limite previsto no inciso I deste artigo;

III - para a incorporação de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, nos termos do inciso I do § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 1964;

IV - para a incorporação de excesso de arrecadação, nos termos do inciso II do § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 1964;

V - para a incorporação do produto de operações de crédito autorizadas por lei, nos termos do inciso IV do § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

§1º Para fins de apuração do limite previsto neste artigo, considerar-se-á a despesa originalmente fixada na Lei Orçamentária Anual de 2027, vedada a sua ampliação em razão de atualização do orçamento, reestimativa de receita, excesso de arrecadação, superávit financeiro ou quaisquer outras variações ocorridas ao longo do exercício.

§ 2º A abertura de créditos suplementares e especiais à conta de excesso de arrecadação, superávit financeiro, reserva de contingência ou produto de operações de crédito somente poderão ocorrer mediante demonstração do lastro financeiro e observância das exigências constitucionais e legais aplicáveis, observando-se o previsto no art. 43, § 3º, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964.

§ 3º As solicitações de abertura de créditos adicionais e de transposição, remanejamento ou transferência de recursos de que trata este artigo observarão, no âmbito do Poder Executivo e Legislativo, o procedimento, a instrução processual e os prazos de remessa ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte previstos nos §§ 1º a 3º do art. 34 da Lei Municipal nº 4.306, de 2026.

Art. 8º As alterações orçamentárias que não impliquem mudança de categoria econômica ou de grupo de natureza de despesa poderão ser aprovadas, nos termos do art. 35 da Lei Municipal nº 4.306, de 2026, por portaria do(a) Secretário(a) Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPLAN, quando relativas a despesas do Poder Executivo, ou por Ato da Mesa da Câmara Municipal, quando referentes a despesas do Poder Legislativo.

Parágrafo único. Ficam ainda autorizadas, nos termos do caput, a realizar os seguintes ajustes, que integrarão o respectivo Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD:

I - alterações na codificação decimal para adequar as alterações de classificação realizadas por lei ou pelo Tribunal de Contas;

II - modificação de atributos de uma ação orçamentária para correção de erros materiais, desde que não implique mudança de sua natureza e finalidade;

III - modificação ou inclusão de elementos de despesa em uma ação orçamentária, sem que implique alteração do produto ou do objetivo da ação orçamentária;

IV - alteração no detalhamento da fonte de recursos, desde que respeitadas as vinculações normativas;

V - alteração da modalidade de aplicação.

Art. 9º Não serão contabilizados, para efeitos do limite autorizado no inciso I do art. 7º desta Lei, além do disposto no art. 8º desta Lei, os créditos adicionais e as transposições, remanejamentos ou transferências de que trata o inciso II do art. 7º desta Lei que se destinarem a:

I - atender à insuficiência de dotações do grupo Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos de anulação de despesa consignada ao mesmo grupo;

II - atender ao pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciais, mediante a utilização de recursos provenientes de anulação de dotações;

III - atender a despesas financiadas com recursos vinculados a operações de crédito e convênios, mediante a utilização de recursos provenientes de anulação de dotações vinculadas a essas mesmas fontes;

IV - incorporar superávit financeiro, excesso de arrecadação ou operações de crédito nas hipóteses de que tratam os incisos III, IV e V do art. 7º desta Lei.

CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10 São considerados ordenadores de despesas, nos termos do art. 31 da Lei Complementar Municipal nº 169 de 12 de agosto de 2021, no âmbito do Poder Executivo, os Secretários Municipais e os órgãos equiparados, para os fins do art. 58 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Art. 11 Por força do disposto em legislação específica, na Lei Orgânica e, especialmente, no art. 31 da Lei Complementar Municipal nº 169, de 12 de agosto de 2021, as secretarias, fundos, órgãos e autarquias constantes no Quadro Detalhado da Despesa - QDD desta Lei são unidades orçamentárias gestoras, investidas do poder de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios ou sob descentralização.

Art. 12 O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá adotar parâmetros para a utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas com a efetiva realização das receitas, para garantir as metas de resultado primário, conforme a Lei Municipal nº 4.306, de 2026.

Art. 13 As ações e programas orçamentários previstos nesta Lei encontram compatibilidade com os eixos estratégicos que fundamentam o Plano Plurianual (PPA) para o quadriênio 2026-2029, de que trata a Lei Municipal nº 4.243, de 11 de novembro de 2025, garantindo a execução das políticas públicas e metas estabelecidas.

Art. 14 Integram esta Lei os seguintes Anexos:

I - Demonstração da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas;

II - Receitas Segundo as Categorias Econômicas;

III - Despesas Segundo as Categorias Econômicas;

IV - Programa de Trabalho;

V - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades;

VI - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas Conforme o Vínculo com os Recursos;

VII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;

VIII - Sumário Geral Consolidado da Receita por Fonte e da Despesa por Função de Governo;

IX - Demonstrativo da Despesa Pelas Funções Segundo a Categoria Econômica;

X - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica Segundo a Função;

XI - Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD;

XII - Relação de Valores LOA por Fonte de Recursos.

Art. 15 Fica o Poder Executivo autorizado a realizar despesas como transferência de recursos próprios e provenientes de outras esferas de Governo para entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, de acordo com Plano de Aplicação previamente aprovado pelos Ordenadores de Despesas, de acordo com o disposto na Lei Municipal nº 4.306, de 2026, e demais prescrições legais.

Art. 16 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com vigência a partir de 1° de janeiro de 2027.

Mossoró/RN, 25 de agosto de 2026.

MARCOS ANTONIO BEZERRA DE MEDEIROS:02274977402

Assinado digitalmente por MARCOS ANTONIO BEZERRA DE MEDEIROS:02274977402
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=53113418000171, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=videoconferencia, CN=MARCOS ANTONIO BEZERRA DE MEDEIROS:02274977402
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: .
Data: 2026.08.25 17:10:19-03'00'
Foxit Reader Versão: 10.1.4

MARCOS ANTONIO BEZERRA DE MEDEIROS
PREFEITO DE MOSSORÓ

JUSTIFICATIVA

Sras. Vereadoras e
Srs. Vereadores,

O presente Projeto de Lei tem por finalidade estimar a receita e fixar a despesa do Município de Mossoró para o exercício financeiro de 2027, em observância ao disposto no § 5º do art. 165 da Constituição Federal, à Lei Federal nº 4.320/1964, à Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), à Lei Orgânica do Município e à Lei Municipal nº 4.306/2026, que estabeleceu as diretrizes orçamentárias para o exercício.

A proposta orçamentária contempla o Orçamento Fiscal, que abrange os Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, bem como o Orçamento da Seguridade Social, assegurando a alocação de recursos para a manutenção das políticas públicas e para a execução das ações prioritárias voltadas ao interesse coletivo.

Em atenção aos princípios da transparência e da participação popular na gestão orçamentária, a elaboração deste Projeto contou com a colaboração direta da população mossoroense, por meio da plataforma Mossoró Participativa (https://participativa.mossoro.rn.gov.br/), na qual os cidadãos puderam apresentar sugestões e prioridades a serem consideradas na composição das ações e programas constantes desta Lei Orçamentária.

O Projeto tem como finalidade garantir o equilíbrio entre receitas e despesas, observando as exigências legais e os parâmetros definidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Cumpre destacar que a proposta orçamentária mantém compatibilidade com os eixos estratégicos e programas estabelecidos no Plano Plurianual 2026-2029, de modo a garantir a execução das metas e prioridades do governo municipal, assegurando transparência, responsabilidade e efetividade na aplicação dos recursos públicos.

Dessa forma, a presente proposição reflete o compromisso do Poder Executivo com a boa governança fiscal, com a responsabilidade na gestão das finanças públicas e com a promoção do desenvolvimento social e econômico de Mossoró, razão pela qual submetemos o Projeto à apreciação desta Casa Legislativa, confiando na sua aprovação.

Mossoró/RN, 25 de agosto de 2026.

MARCOS ANTONIO BEZERRA DE MEDEIROS:02274977402

Assinado digitalmente por MARCOS ANTONIO BEZERRA DE MEDEIROS:02274977402
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=53113418000171, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=videoconferencia, CN=MARCOS ANTONIO BEZERRA DE MEDEIROS:02274977402
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.08.25 17:10:36-03'00'
Foxit Reader Versão: 10.1.4

MARCOS ANTONIO BEZERRA DE MEDEIROS
PREFEITO DE MOSSORÓ

ANEXO I – Demonstração da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas

LOA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
2027

Anexo 1 da Lei Nº 4.320/1964 - Demonstração da Receita e Despesa Segundo as Categorias

Valores em R$ - Período: Orçamento/2027

RECEITA		DESPESA	
Receitas Correntes		**Despesas Correntes**	
Receita Tributária	381.140.000,00	Pessoal e Encargos Sociais	674.509.000,00
Receita de Contribuições	70.848.000,00	Juros e Encargos da Dívida	39.118.000,00
Receita Patrimonial	27.846.000,00	Outras Despesas Correntes	686.990.000,00
Transferências Correntes	1.019.011.000,00		
Outras Receitas Correntes	130.944.000,00		
Total das Receitas Correntes	1.629.789.000,00	Total de Despesas Correntes	1.400.617.000,00
Dedução	-103.376.000,00		
Déficit		Superávit	125.796.000,00
Total	**1.526.413.000,00**	**Total**	**1.526.413.000,00**
Superávit do Orçamento	125.796.000,00	Déficit do Orçamento	
Receitas de Capital		**Despesas de Capital**	
Operação de Crédito	6.000.000,00	Investimentos	32.581.000,00
Transferência de Capital	5.071.000,00	Inversões Financeiras	2.808.000,00
		Amortização da Dívida	38.048.000,00
Total das Receitas de Capital	11.071.000,00	Total de Despesas de Capital	73.437.000,00
		Reserva de Contingência	56.294.000,00
Déficit		Superávit	7.136.000,00
Total	**136.867.000,00**	**Total**	**136.867.000,00**
Superávit do Orçamento	7.136.000,00	Déficit do Orçamento	
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias		**Despesas Correntes Intra-Orçamentárias**	
Receitas de Contribuição Intra-Orçamentária	60.849.000,00	Pessoal e Encargos Sociais	53.985.000,00
Total das Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	60.849.000,00	Total das Despesas Correntes Intra-Orçamentária	53.985.000,00
Déficit		Superávit	14.000.000,00
Total	**67.985.000,00**	**Total**	**67.985.000,00**
Superávit do Orçamento	14.000.000,00	Déficit do Orçamento	
Receitas de Capital Intra-Orçamentárias		**Despesas de Capital Intra-Orçamentárias**	
		Amortização da Dívida	14.000.000,00
Total das Receitas de Capital Intra-Orçamentárias		Total das Despesas de Capital Intra-Orçamentária	14.000.000,00
Déficit		Superávit	
Total	**14.000.000,00**	**Total**	**14.000.000,00**
Superávit do Orçamento		Déficit do Orçamento	
Transferências Financeiras		Transferências Financeiras	
Déficit		Superávit	
Total		**Total**	
TOTAL GERAL	**1.598.333.000,00**	**TOTAL GERAL**	**1.598.333.000,00**

Resumo

RECEITA		DESPESA	
Receitas Correntes	1.526.413.000,00	Despesas Correntes	1.400.617.000,00
Receitas de Capital	11.071.000,00	Despesas de Capital	73.437.000,00
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	60.849.000,00	Despesas Correntes Intra-Orçamentárias	53.985.000,00
Receitas de Capital Intra-Orçamentárias		Despesas de Capital Intra-Orçamentárias	14.000.000,00
Receitas Arrecadadas em Exercícios Anteriores		Reserva de Contingência	56.294.000,00
Transferências Financeiras		Transferências Financeiras	
Déficit		Superávit	
TOTAL GERAL	**1.598.333.000,00**	**TOTAL GERAL**	**1.598.333.000,00**

Entidades Consolidadas: CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ, SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO , SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL , CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO , PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO , SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA , SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA , SEC. MUN. DO DESENV. ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TURISMO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER , SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO, PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN, PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ, AGENCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PUBLICOS DE MOSSORO, SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, SECRETARIA MUNICIPAL DE PROGRAMAS E PROJETOS ESTRATEGICOS, FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA, SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA E INOVAÇÃO EM GESTÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

ANEXO II – Receitas Segundo as Categorias Econômicas

LOA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
2027

Anexo 2 da Lei Nº 4.320/1964 - Receitas Segundo as Categorias Econômicas

RECEITAS — **Valores em R$ - Período: Orçamento/2027**

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Enonômica
1	Receitas Correntes			1.526.413.000,00
1.1	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		381.140.000,00	
1.1.1	Impostos	357.256.000,00		
1.1.1.2	Impostos sobre o Patrimônio	101.286.000,00		
1.1.1.2.50	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	88.975.000,00		
1.1.1.2.50.0.1	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	59.317.000,00		
1.1.1.2.50.0.3	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	27.000.000,00		
1.1.1.2.50.0.8	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Juros de Mora da Dívida Ativa	2.658.000,00		
1.1.1.2.53	Impostos sobre Transmissão “Inter Vivos” de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	12.311.000,00		
1.1.1.2.53.0.1	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Principal	12.311.000,00		
1.1.1.3	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	63.970.000,00		
1.1.1.3.03	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	63.970.000,00		
1.1.1.3.03.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	41.468.000,00		
1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	41.468.000,00		
1.1.1.3.03.4	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos	22.502.000,00		
1.1.1.3.03.4.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	22.502.000,00		
1.1.1.4	Impostos sobre a Produção, Circulação de Mercadorias e Serviços	192.000.000,00		
1.1.1.4.51	Impostos sobre Serviços	192.000.000,00		
1.1.1.4.51.1	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	192.000.000,00		
1.1.1.4.51.1.1	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	185.000.000,00		
1.1.1.4.51.1.3	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa	5.000.000,00		
1.1.1.4.51.1.4	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	2.000.000,00		
1.1.2	Taxas	23.884.000,00		
1.1.2.1	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	11.227.000,00		
1.1.2.1.01	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	10.664.000,00		
1.1.2.1.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	10.219.000,00		
1.1.2.1.01.0.3	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Divida Ativa	433.000,00		
1.1.2.1.01.0.4	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multa e Juros de Mora da Divida Ativa	12.000,00		
1.1.2.1.04	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	563.000,00		
1.1.2.1.04.0.1	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal	563.000,00		
1.1.2.1.04.0.1	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal	199.000,00		
1.1.2.1.04.0.1.01	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	364.000,00		
1.1.2.2	Taxas pela Prestação de Serviços	12.657.000,00		
1.1.2.2.01	Taxas pela Prestação de Serviços	12.657.000,00		
1.1.2.2.01.0.1	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	12.500.000,00		
1.1.2.2.01.0.3	Taxas pela Prestação de Serviços - Divida Ativa	157.000,00		
1.2	Contribuições		70.848.000,00	
1.2.1	Contribuições Sociais	46.484.000,00		
1.2.1.5	Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público - CPSSS	46.484.000,00		
1.2.1.5.01	CPSSS - Servidor Civil	46.484.000,00		
1.2.1.5.01.1	CPSSS - Servidor Civil Ativo	45.987.000,00		
1.2.1.5.01.1.1	Contribuição do Servidor Civil - Principal	45.987.000,00		

Anexo 2 da Lei Nº 4.320/1964 - Receitas Segundo as Categorias Econômicas

RECEITAS — **Valores em R$ - Período: Orçamento/2027**

1.2.1.5.01.1.1.01	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL ATIVO - EXECUTIVO	37.517.000,00	
1.2.1.5.01.1.1.02	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL ATIVO - LEGISLATIVO	8.470.000,00	
1.2.1.5.01.2	CPSSS - Servidor Civil Inativo	431.000,00	
1.2.1.5.01.2.1	Contribuição do Servidor Civil Inativo - Principal	431.000,00	
1.2.1.5.01.3	CPSSS - Servidor Civil - Pensionistas	66.000,00	
1.2.1.5.01.3.1	Contribuição do Servidor Civil - Pensionistas - Principal	66.000,00	
1.2.4	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	24.364.000,00	
1.2.4.1	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	24.364.000,00	
1.2.4.1.50	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	24.364.000,00	
1.2.4.1.50.0.1	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal	24.364.000,00	
1.3	Receita Patrimonial		27.846.000,00
1.3.1	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	1.863.000,00	
1.3.1.1	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	1.863.000,00	
1.3.1.1.02	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos	1.863.000,00	
1.3.1.1.02.0.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do direito de uso de bens imovéis públicos	1.863.000,00	
1.3.2	Valores Mobiliários	25.983.000,00	
1.3.2.1	Juros e Correções Monetárias	25.983.000,00	
1.3.2.1.01	Remuneração de Depósitos Bancários	9.720.000,00	
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	9.720.000,00	
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	4.224.000,00	
1.3.2.1.01.0.1.02	Remuneração de Depósitos Bancários - ROYALTIES	187.000,00	
1.3.2.1.01.0.1.03	Remuneração de Depósitos Bancários - FUNDEB	538.000,00	
1.3.2.1.01.0.1.06	Remuneração de Depósitos Bancários - FNDE	390.000,00	
1.3.2.1.01.0.1.06.02	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - FNDE - PNAE	13.000,00	
1.3.2.1.01.0.1.06.03	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - FNDE - PNATE	3.000,00	
1.3.2.1.01.0.1.06.04	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - FNDE - SALÁRIO EDUCAÇÃO	374.000,00	
1.3.2.1.01.0.1.07	Remuneração de Depósitos Bancários - SAÚDE	1.583.000,00	
1.3.2.1.01.0.1.07.01	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - SAÚDE (CUSTEIO)	1.100.000,00	
1.3.2.1.01.0.1.07.02	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - SAÚDE (INVESTIMENTO)	420.000,00	
1.3.2.1.01.0.1.07.05	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - SAÚDE (SUS ESTADUAL)	63.000,00	
1.3.2.1.01.0.1.08	Remuneração de Depósitos Bancários - FNAS	105.000,00	
1.3.2.1.01.0.1.10	Remuneração de Depósitos Bancários - CIDE	11.000,00	
1.3.2.1.01.0.1.11	Remuneração de Depósitos Bancários - COSIP	169.000,00	
1.3.2.1.01.0.1.15	Remuneração de Depósitos Bancários - CONVÊNIOS	929.000,00	
1.3.2.1.01.0.1.19	Remuneração de depositos bancários - Transferência Fundo a Fundo - PISO PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM	162.000,00	
1.3.2.1.01.0.1.21	Remuneração de depositos bancários - Recursos Vinculados ao Trânsito	243.000,00	
1.3.2.1.01.0.1.23	Remuneração de depositos bancários - Recursos provenientes de taxas e contribuições	70.000,00	
1.3.2.1.01.0.1.25	Remuneração de depositos bancários - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/202	66.000,00	
1.3.2.1.01.0.1.27	Remuneração de depositos bancários - ROYALTIES ESTADUAL	308.000,00	
1.3.2.1.01.0.1.30	Remuneração de Depósitos Bancários - Recursos Não Vinculados 1501	735.000,00	
1.3.2.1.04	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	16.263.000,00	
1.3.2.1.04.0.1	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	16.263.000,00	

Anexo 2 da Lei Nº 4.320/1964 - Receitas Segundo as Categorias Econômicas

	RECEITAS		Valores em R$ - Período: Orçamento/2027
1.3.2.1.04.0.1.02	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Renda Variável	15.000.000,00	
1.3.2.1.04.0.1.03	Remuneração de depositos bancários	1.263.000,00	
1.7	Transferências Correntes		915.635.000,00
1.7.1	Transferências da União e de suas Entidades	461.707.000,00	
1.7.1.1	Transferências Decorrentes de Participação na Receita da União	202.165.000,00	
1.7.1.1.51	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	201.861.000,00	
1.7.1.1.51.1	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	178.400.000,00	
1.7.1.1.51.1.1	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	178.400.000,00	
1.7.1.1.51.1.1	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	223.000.000,00	
1.7.1.1.51.1.1	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	-44.600.000,00	
1.7.1.1.51.2	Cota-Parte do Fundo de Participação do Municípios – 1% Cota entregue no mês de dezembro	23.461.000,00	
1.7.1.1.51.2.1	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cotas Extraordinárias	23.461.000,00	
1.7.1.1.52	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	304.000,00	
1.7.1.1.52.0.1	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	304.000,00	
1.7.1.1.52.0.1	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	380.000,00	
1.7.1.1.52.0.1	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	-76.000,00	
1.7.1.2	Transferências das Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	6.490.000,00	
1.7.1.2.52	Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo	6.490.000,00	
1.7.1.2.52.2	Cota-parte pelo Excedente da Produção do Petróleo – Lei nº 9.478/97, artigo 49, I e II	6.490.000,00	
1.7.1.2.52.2.1	Cota-Parte Royalties pelo Excedente da Produção do Petróleo – Lei nº 9.478/97, artigo 49, I e II - Principal	6.490.000,00	
1.7.1.3	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	228.973.000,00	
1.7.1.3.50	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Repasses Fundo a Fundo - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	226.818.000,00	
1.7.1.3.50.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Atenção Primária	63.036.000,00	
1.7.1.3.50.1.1	Transferência de Recursos do SUS - Atenção Primária	63.036.000,00	
1.7.1.3.50.2	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Atenção Especializada	133.781.000,00	
1.7.1.3.50.2.1	Transferência de Recursos do SUS - Atenção Especializada	133.781.000,00	
1.7.1.3.50.3	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Vigilância em Saúde	8.442.000,00	
1.7.1.3.50.3.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Vigilância em Saúde - Principal	8.442.000,00	
1.7.1.3.50.4	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Assistência Farmacêutica	2.459.000,00	
1.7.1.3.50.4.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Assistência Farmacêutica	2.459.000,00	
1.7.1.3.50.9	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Outros Programas	19.100.000,00	
1.7.1.3.50.9.1	Transferência de Recursos do SUS - Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo - COVID 19	19.100.000,00	
1.7.1.3.50.9.1.10	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Outros Programas - Principal - PISO DA ENFERMAGEM	19.100.000,00	
1.7.1.3.51	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS - Repasses Fundo a Fundo - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	2.155.000,00	
1.7.1.3.51.2	Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Atenção Especializada	555.000,00	
1.7.1.3.51.2.1	Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Atenção	555.000,00	

Anexo 2 da Lei Nº 4.320/1964 - Receitas Segundo as Categorias Econômicas

RECEITAS — **Valores em R$ - Período: Orçamento/2027**

	Especializada	
1.7.1.3.51.9	Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Outros Programas	1.600.000,00
1.7.1.3.51.9.1	Atenção Primária	1.600.000,00
1.7.1.4	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE	16.087.000,00
1.7.1.4.50	Transferências do Salário-Educação	12.663.000,00
1.7.1.4.50.0.1	Transferências do Salário-Educação - Principa	12.663.000,00
1.7.1.4.52	Transferências referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	3.187.000,00
1.7.1.4.52.0.1	Transferências referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE - Principal	3.187.000,00
1.7.1.4.53	Transferências referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE	237.000,00
1.7.1.4.53.0.1	Transferências referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE - Principal	237.000,00
1.7.1.6	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	6.096.000,00
1.7.1.6.50	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	6.096.000,00
1.7.1.6.50.0.1	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS - Principal	6.096.000,00
1.7.1.9	Outras Transferências de Recursos da União	1.896.000,00
1.7.1.9.60	Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022	1.896.000,00
1.7.1.9.60.0.1	Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022 - Principal	1.896.000,00
1.7.2	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	288.344.000,00
1.7.2.1	Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal	235.056.000,00
1.7.2.1.50	Cota-Parte do ICMS	192.000.000,00
1.7.2.1.50.0.1	Cota-Parte do ICMS	192.000.000,00
1.7.2.1.50.0.1	Cota-Parte do ICMS	240.000.000,00
1.7.2.1.50.0.1	Cota-Parte do ICMS	-48.000.000,00
1.7.2.1.51	Cota-Parte do IPVA	42.400.000,00
1.7.2.1.51.0.1	Cota-Parte do IPVA	42.400.000,00
1.7.2.1.51.0.1	Cota-Parte do IPVA	53.000.000,00
1.7.2.1.51.0.1	Cota-Parte do IPVA	-10.600.000,00
1.7.2.1.52	Cota-Parte do IPI - Municípios	400.000,00
1.7.2.1.52.0.1	Cota-Parte do IPI - Municípios	400.000,00
1.7.2.1.52.0.1	Cota-Parte do IPI - Municípios	500.000,00
1.7.2.1.52.0.1	Cota-Parte do IPI - Municípios	-100.000,00
1.7.2.1.53	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	256.000,00
1.7.2.1.53.0.1	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	256.000,00
1.7.2.2	Transferências das Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	31.616.000,00
1.7.2.2.52	Cota-parte Royalties - Compensação Financeira pela Produção do Petróleo	31.616.000,00
1.7.2.2.52.0.1	Cota-parte Royalties – Compensação Financeira pela Produção do Petróleo	31.616.000,00
1.7.2.2.52.0.1	Cota-parte Royalties – Compensação Financeira pela Produção do Petróleo	30.895.000,00
1.7.2.2.52.0.1.01	Cota-parte Royalties – Compensação Financeira pela Produção do Petróleo - Estadual	721.000,00
1.7.2.3	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	21.672.000,00
1.7.2.3.50	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	21.672.000,00
1.7.2.3.50.0.1	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS - ESTADO - Principal	21.672.000,00
1.7.4	Transferências de Instituições Privadas	7.000,00
1.7.4.1	Transferências de Instituições Privadas	7.000,00
1.7.4.1.99	Outras Transferências de Instituições Privadas	7.000,00

Anexo 2 da Lei Nº 4.320/1964 - Receitas Segundo as Categorias Econômicas

RECEITAS — **Valores em R$ - Período: Orçamento/2027**

1.7.4.1.99.0.1	Outras Transferências de Instituições Privadas - Principal	7.000,00		
1.7.4.1.99.0.1.02	Transferências de instituições privadas	7.000,00		
1.7.5	Transferências de Outras Instituições Públicas	165.577.000,00		
1.7.5.1	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	165.577.000,00		
1.7.5.1.50	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB	165.577.000,00		
1.7.5.1.50.0.1	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB - Principal	165.577.000,00		
1.9	Outras Receitas Correntes		130.944.000,00	
1.9.1	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	5.903.000,00		
1.9.1.1	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	5.903.000,00		
1.9.1.1.01	Multas Previstas em Legislação Específica	5.903.000,00		
1.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	5.903.000,00		
1.9.2	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	300.000,00		
1.9.2.2	Restituições	300.000,00		
1.9.2.2.99	Outras Restituições	300.000,00		
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	300.000,00		
1.9.9	Demais Receitas Correntes	124.741.000,00		
1.9.9.9	Outras Receitas Correntes	124.741.000,00		
1.9.9.9.03	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência e Sistema de Proteção Social	8.470.000,00		
1.9.9.9.03.0.4	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servisores - Dívida Ativa - Multas e Juros	8.470.000,00		
1.9.9.9.12	Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa e Receitas de Ônus de Sucumbência	2.918.000,00		
1.9.9.9.12.2	Ônus de Sucumbência	2.918.000,00		
1.9.9.9.12.2.1	Ônus de Sucumbência - Principal	2.918.000,00		
1.9.9.9.99	Outras Receitas	113.353.000,00		
1.9.9.9.99.2	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias	113.353.000,00		
1.9.9.9.99.2.1	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	113.353.000,00		
1.9.9.9.99.2.1	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	110.833.000,00		
1.9.9.9.99.2.1.03	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - FUNDO DE SANEAMENTO	2.520.000,00		
2	Receitas de Capital			11.071.000,00
2.1	Operações de Crédito		6.000.000,00	
2.1.1	Operações de Crédito - Mercado Interno	6.000.000,00		
2.1.1.9	Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	6.000.000,00		
2.1.1.9.99	Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	6.000.000,00		
2.1.1.9.99.0.1	Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Principal	6.000.000,00		
2.4	Transferências de Capital		5.071.000,00	
2.4.1	Transferências da União e de suas Entidades	5.071.000,00		
2.4.1.4	Transferências de Convênios da União e de suas Entidades	5.071.000,00		
2.4.1.4.99	Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	5.071.000,00		
2.4.1.4.99.0.1	Outras Transferências de Convênios da União - Principal	5.071.000,00		
7	Receitas Correntes Intraorçamentárias			60.849.000,00
7.2	Contribuições - Intraorçamentária		60.849.000,00	

Anexo 2 da Lei Nº 4.320/1964 - Receitas Segundo as Categorias Econômicas

	RECEITAS		Valores em R$ - Período: Orçamento/2027
7.2.1	Contribuições Sociais - Intraorçamentária	60.849.000,00	
7.2.1.5	Contribuições Sociais Específicas de Estados, DF, Municípios	60.849.000,00	
7.2.1.5.02	Contribuição Patronal - Servidor Civil	51.529.000,00	
7.2.1.5.02.1	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo	51.529.000,00	
7.2.1.5.02.1.1	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Intra Orçamentária - Principal	51.529.000,00	
7.2.1.5.02.1.1.01	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO - EXECUTIVO	50.424.000,00	
7.2.1.5.02.1.1.01	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO - EXECUTIVO	38.970.000,00	
7.2.1.5.02.1.1.01.01	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	11.454.000,00	
7.2.1.5.02.1.1.02	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO - LEGISLATIVO	1.105.000,00	
7.2.1.5.51	Contribuição Patronal - Parcelamentos - Intraorçamentária	9.320.000,00	
7.2.1.5.51.1	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Parcelamentos - Intraorçamentária	9.320.000,00	
7.2.1.5.51.1.1	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Parcelamentos - Intra Orçamentária - Principal	8.520.000,00	
7.2.1.5.51.1.1.01	PARCEL. SEGURADO PMM - 1229/2017	552.000,00	
7.2.1.5.51.1.1.12	ACORDO CADPREV N.º 00148/2022	6.653.000,00	
7.2.1.5.51.1.1.13	ACORDO CADPREV N.º 00175/2022	1.315.000,00	
7.2.1.5.51.1.2	MULTAS E JUROS - PARCEL. SEGURADO PMM - 1229/2017	800.000,00	
7.2.1.5.51.1.2.12	MULTAS E JUROS - PARCEL. PATRONAL PMM - 00175/2022	100.000,00	
7.2.1.5.51.1.2.13	MULTAS E JUROS - PARCEL. PATRONAL PMM - 00148/2022	700.000,00	
	TOTAL GERAL		**1.598.333.000,00**

Resumo

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	381.140.000,00
Contribuições	70.848.000,00
Receita Patrimonial	27.846.000,00
Transferências Correntes	915.635.000,00
Outras Receitas Correntes	130.944.000,00
Total das Receitas Correntes	**1.526.413.000,00**
Operações de Crédito	6.000.000,00
Transferências de Capital	5.071.000,00
Total das Receitas de Capital	**11.071.000,00**
Contribuições - Intraorçamentária	60.849.000,00
Total das Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	**60.849.000,00**
Total das Receitas de Capital Intra-Orçamentárias	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	
TOTAL GERAL	**1.598.333.000,00**

Entidades Consolidadas: CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ, SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO , SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL , CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO , PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO , SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA , SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA , SEC. MUN. DO DESENV. ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TURISMO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER , SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO, PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN, PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ, AGENCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PUBLICOS DE MOSSORO, SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, SECRETARIA MUNICIPAL DE PROGRAMAS E PROJETOS ESTRATEGICOS, FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA, SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA E INOVAÇÃO EM GESTÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

ANEXO III – Despesas Segundo as Categorias Econômicas

LOA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
2027

Anexo 2 da Lei Nº 4.320/1964 - Despesas Segundo as Categorias Econômicas

DESPESAS — **Valores em R$ - Período: Orçamento/2027**

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
Unidade Gestora: 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ				
Unidade Orçamentária: 1101 - Câmara Municipal de Mossoró				
Código	**Especificação**	**Desdobramento**	**Fonte**	**Categoria econômica**
3	Despesas Correntes			41.643.000,00
3.1	Pessoal e Encargos Sociais		31.246.000,00	
3.1.90	Aplicações Diretas	29.556.000,00		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	26.725.000,00		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	2.231.000,00		
3.1.90.94	Indenizações e Restituições Trabalhistas	600.000,00		
3.1.91	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.690.000,00		
3.1.91.13	Obrigações Patronais	1.690.000,00		
3.3	Outras Despesas Correntes		10.397.000,00	
3.3.90	Aplicações Diretas	10.397.000,00		
3.3.90.14	Diárias - Civil	300.000,00		
3.3.90.30	Material de Consumo	620.000,00		
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	300.000,00		
3.3.90.35	Serviços de Consultoria	360.000,00		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	450.000,00		
3.3.90.37	Locação de Mão-de-Obra	3.200.000,00		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	4.310.000,00		
3.3.90.93	Indenizações e Restituições	857.000,00		
4	Despesas de Capital			1.848.000,00
4.4	Investimentos		800.000,00	
4.4.90	Aplicações Diretas	800.000,00		
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	800.000,00		
4.6	Amortização da Dívida		1.048.000,00	
4.6.90	Aplicações Diretas	1.048.000,00		
4.6.90.71	Principal da Dívida Contratual Resgatado	1.048.000,00		
			Total da Unidade Orçamentária:	**43.491.000,00**
			Total da Unidade Gestora:	**43.491.000,00**
Unidade Gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
Unidade Orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
Código	**Especificação**	**Desdobramento**	**Fonte**	**Categoria econômica**
3	Despesas Correntes			464.448.000,00
3.1	Pessoal e Encargos Sociais		219.070.000,00	
3.1.90	Aplicações Diretas	198.082.000,00		
3.1.90.04	Contratação por Tempo Determinado	3.058.000,00		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	167.773.000,00		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	7.683.000,00		
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	19.288.000,00		
3.1.90.96	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	280.000,00		

Anexo 2 da Lei Nº 4.320/1964 - Despesas Segundo as Categorias Econômicas

DESPESAS — **Valores em R$ - Período: Orçamento/2027**

3.1.91	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	20.988.000,00		
3.1.91.13	Obrigações Patronais	20.988.000,00		
3.3	Outras Despesas Correntes		245.378.000,00	
3.3.50	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	12.500.000,00		
3.3.50.41	Contribuições	501.000,00		
3.3.50.43	Subvenções Sociais	11.999.000,00		
3.3.90	Aplicações Diretas	232.878.000,00		
3.3.90.14	Diárias - Civil	30.000,00		
3.3.90.30	Material de Consumo	20.082.000,00		
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	17.000,00		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	415.000,00		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	204.587.000,00		
3.3.90.48	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	1.747.000,00		
3.3.90.91	Sentenças Judiciais	6.000.000,00		
4	Despesas de Capital			2.775.000,00
4.4	Investimentos		2.775.000,00	
4.4.90	Aplicações Diretas	2.775.000,00		
4.4.90.51	Obras e Instalações	645.000,00		
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	2.130.000,00		
			Total da Unidade Orçamentária:	**467.223.000,00**
			Total da Unidade Gestora:	**467.223.000,00**

Unidade Gestora: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 11101 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
3	Despesas Correntes			23.007.000,00
3.1	Pessoal e Encargos Sociais		8.092.000,00	
3.1.90	Aplicações Diretas	7.470.000,00		
3.1.90.04	Contratação por Tempo Determinado	262.000,00		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	5.864.000,00		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	355.000,00		
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	989.000,00		
3.1.91	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	622.000,00		
3.1.91.13	Obrigações Patronais	622.000,00		
3.3	Outras Despesas Correntes		14.915.000,00	
3.3.50	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	1.015.000,00		
3.3.50.41	Contribuições	1.014.000,00		
3.3.50.43	Subvenções Sociais	1.000,00		
3.3.90	Aplicações Diretas	13.900.000,00		
3.3.90.14	Diárias - Civil	30.000,00		
3.3.90.18	Auxílio Financeiro a Estudantes	1.000.000,00		
3.3.90.30	Material de Consumo	1.305.000,00		
3.3.90.32	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	1.501.000,00		

Anexo 2 da Lei Nº 4.320/1964 - Despesas Segundo as Categorias Econômicas

DESPESAS — **Valores em R$ - Período: Orçamento/2027**

3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	15.000,00		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	793.000,00		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	9.256.000,00		
4	Despesas de Capital			357.000,00
4.4	Investimentos		357.000,00	
4.4.90	Aplicações Diretas	357.000,00		
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	357.000,00		
			Total da Unidade Orçamentária:	**23.364.000,00**
			Total da Unidade Gestora:	**23.364.000,00**

Unidade Gestora: 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Unidade Orçamentária: 12101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
3	Despesas Correntes			72.563.000,00
3.1	Pessoal e Encargos Sociais		6.063.000,00	
3.1.90	Aplicações Diretas	5.593.000,00		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	5.193.000,00		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	267.000,00		
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	133.000,00		
3.1.91	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	470.000,00		
3.1.91.13	Obrigações Patronais	470.000,00		
3.3	Outras Despesas Correntes		66.500.000,00	
3.3.50	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	1.317.000,00		
3.3.50.41	Contribuições	1.316.000,00		
3.3.50.43	Subvenções Sociais	1.000,00		
3.3.90	Aplicações Diretas	65.183.000,00		
3.3.90.14	Diárias - Civil	10.000,00		
3.3.90.30	Material de Consumo	420.000,00		
3.3.90.31	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	615.000,00		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	606.000,00		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	63.532.000,00		
			Total da Unidade Orçamentária:	**72.563.000,00**

Unidade Orçamentária: 12102 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
3	Despesas Correntes			20.000,00
3.3	Outras Despesas Correntes		20.000,00	
3.3.50	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	10.000,00		
3.3.50.41	Contribuições	10.000,00		
3.3.90	Aplicações Diretas	10.000,00		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	10.000,00		
			Total da Unidade Orçamentária:	**20.000,00**
			Total da Unidade Gestora:	**72.583.000,00**

Unidade Gestora: 13 - SEC. MUN. DO DESENV. ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TURISMO

Anexo 2 da Lei Nº 4.320/1964 - Despesas Segundo as Categorias Econômicas

DESPESAS — **Valores em R$ - Período: Orçamento/2027**

Unidade Orçamentária: 13101 - SEC. MUN. DO DESENV. ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TURISMO

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
3	Despesas Correntes			6.213.000,00
3.1	Pessoal e Encargos Sociais		2.400.000,00	
3.1.90	Aplicações Diretas	2.351.000,00		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.713.000,00		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	173.000,00		
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	188.000,00		
3.1.90.96	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	277.000,00		
3.1.91	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	49.000,00		
3.1.91.13	Obrigações Patronais	49.000,00		
3.3	Outras Despesas Correntes		3.813.000,00	
3.3.50	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	101.000,00		
3.3.50.41	Contribuições	101.000,00		
3.3.90	Aplicações Diretas	3.712.000,00		
3.3.90.14	Diárias - Civil	15.000,00		
3.3.90.30	Material de Consumo	20.000,00		
3.3.90.31	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	50.000,00		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	27.000,00		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.600.000,00		
4	Despesas de Capital			50.000,00
4.4	Investimentos		50.000,00	
4.4.90	Aplicações Diretas	50.000,00		
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	50.000,00		
			Total da Unidade Orçamentária:	**6.263.000,00**
			Total da Unidade Gestora:	**6.263.000,00**

Unidade Gestora: 14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

Unidade Orçamentária: 14101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E JUVENTUDE

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
3	Despesas Correntes			3.380.000,00
3.1	Pessoal e Encargos Sociais		1.534.000,00	
3.1.90	Aplicações Diretas	1.471.000,00		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.129.000,00		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	105.000,00		
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	237.000,00		
3.1.91	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	63.000,00		
3.1.91.13	Obrigações Patronais	63.000,00		
3.3	Outras Despesas Correntes		1.846.000,00	
3.3.50	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	1.000,00		
3.3.50.43	Subvenções Sociais	1.000,00		
3.3.90	Aplicações Diretas	1.845.000,00		
3.3.90.14	Diárias - Civil	5.000,00		

Anexo 2 da Lei Nº 4.320/1964 - Despesas Segundo as Categorias Econômicas

	DESPESAS			Valores em R$ - Período: Orçamento/2027
3.3.90.30	Material de Consumo	191.000,00		
3.3.90.31	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	130.000,00		
3.3.90.32	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	84.000,00		
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	10.000,00		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	78.000,00		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.347.000,00		
4	Despesas de Capital			40.000,00
4.4	Investimentos		40.000,00	
4.4.90	Aplicações Diretas	40.000,00		
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	40.000,00		
			Total da Unidade Orçamentária:	**3.420.000,00**
			Total da Unidade Gestora:	**3.420.000,00**

Unidade Gestora: 16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Unidade Orçamentária: 16101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
3	Despesas Correntes			23.788.000,00
3.1	Pessoal e Encargos Sociais		3.485.000,00	
3.1.90	Aplicações Diretas	3.327.000,00		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	2.281.000,00		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	180.000,00		
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	459.000,00		
3.1.90.96	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	407.000,00		
3.1.91	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	158.000,00		
3.1.91.13	Obrigações Patronais	158.000,00		
3.3	Outras Despesas Correntes		20.303.000,00	
3.3.50	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	450.000,00		
3.3.50.41	Contribuições	450.000,00		
3.3.60	Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos	300.000,00		
3.3.60.45	Subvenções Econômicas	300.000,00		
3.3.90	Aplicações Diretas	19.553.000,00		
3.3.90.14	Diárias - Civil	15.000,00		
3.3.90.27	Encargos pela Honra de Avais, Garantias, Seguros e Similares	40.000,00		
3.3.90.30	Material de Consumo	510.000,00		
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	15.000,00		
3.3.90.35	Serviços de Consultoria	300.000,00		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	92.000,00		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	18.269.000,00		
3.3.90.91	Sentenças Judiciais	312.000,00		
4	Despesas de Capital			3.048.000,00
4.4	Investimentos		240.000,00	
4.4.90	Aplicações Diretas	240.000,00		
4.4.90.51	Obras e Instalações	120.000,00		
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	120.000,00		

Anexo 2 da Lei Nº 4.320/1964 - Despesas Segundo as Categorias Econômicas

DESPESAS — **Valores em R$ - Período: Orçamento/2027**

4.5	Inversões Financeiras		2.808.000,00	
4.5.90	Aplicações Diretas	2.808.000,00		
4.5.90.65	Constituição ou Aumento de Capital de Empresas	2.808.000,00		
			Total da Unidade Orçamentária:	**26.836.000,00**
			Total da Unidade Gestora:	**26.836.000,00**

Unidade Gestora: 17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Unidade Orçamentária: 17101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
3	Despesas Correntes			60.425.000,00
3.1	Pessoal e Encargos Sociais		42.888.000,00	
3.1.90	Aplicações Diretas	38.259.000,00		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	26.953.000,00		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	650.000,00		
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	10.556.000,00		
3.1.90.96	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	100.000,00		
3.1.91	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	4.629.000,00		
3.1.91.13	Obrigações Patronais	4.629.000,00		
3.3	Outras Despesas Correntes		17.537.000,00	
3.3.90	Aplicações Diretas	17.537.000,00		
3.3.90.14	Diárias - Civil	15.000,00		
3.3.90.19	Auxílio-Fardamento	607.000,00		
3.3.90.30	Material de Consumo	1.149.000,00		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	25.000,00		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	12.131.000,00		
3.3.90.45	Subvenções Econômicas	1.050.000,00		
3.3.90.48	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	160.000,00		
3.3.90.93	Indenizações e Restituições	2.400.000,00		
4	Despesas de Capital			869.000,00
4.4	Investimentos		869.000,00	
4.4.90	Aplicações Diretas	869.000,00		
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	869.000,00		
			Total da Unidade Orçamentária:	**61.294.000,00**

Unidade Orçamentária: 17102 - FUNDO MUNICIPAL SOBRE DROGAS DO MUNICIPIO DE MOSSORO

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
3	Despesas Correntes			10.000,00
3.3	Outras Despesas Correntes		10.000,00	
3.3.90	Aplicações Diretas	10.000,00		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	10.000,00		
			Total da Unidade Orçamentária:	**10.000,00**

Unidade Orçamentária: 17103 - FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
3	Despesas Correntes			50.000,00

Anexo 2 da Lei Nº 4.320/1964 - Despesas Segundo as Categorias Econômicas

DESPESAS — **Valores em R$ - Período: Orçamento/2027**

3.3	Outras Despesas Correntes		50.000,00	
3.3.90	Aplicações Diretas	50.000,00		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	50.000,00		
			Total da Unidade Orçamentária:	**50.000,00**
			Total da Unidade Gestora:	**61.354.000,00**

Unidade Gestora: 19 - PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN

Unidade Orçamentária: 24201 - PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
3	Despesas Correntes			119.915.000,00
3.1	Pessoal e Encargos Sociais		111.151.000,00	
3.1.90	Aplicações Diretas	111.151.000,00		
3.1.90.01	Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	96.766.000,00		
3.1.90.03	Pensões	12.105.000,00		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.700.000,00		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	220.000,00		
3.1.90.94	Indenizações e Restituições Trabalhistas	105.000,00		
3.1.90.96	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	255.000,00		
3.3	Outras Despesas Correntes		8.764.000,00	
3.3.90	Aplicações Diretas	8.764.000,00		
3.3.90.14	Diárias - Civil	15.000,00		
3.3.90.30	Material de Consumo	304.000,00		
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	63.000,00		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	882.000,00		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	5.018.000,00		
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	210.000,00		
3.3.90.91	Sentenças Judiciais	2.015.000,00		
3.3.90.93	Indenizações e Restituições	257.000,00		
4	Despesas de Capital			1.662.000,00
4.4	Investimentos		1.662.000,00	
4.4.90	Aplicações Diretas	1.662.000,00		
4.4.90.51	Obras e Instalações	1.452.000,00		
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	210.000,00		
9	Reserva de Contingência			10.489.000,00
9.9	Reserva de Contingência		10.489.000,00	
9.9.99	A Definir	10.489.000,00		
9.9.99.99	A Classificar	10.489.000,00		
			Total da Unidade Orçamentária:	**132.066.000,00**
			Total da Unidade Gestora:	**132.066.000,00**

Unidade Gestora: 2 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Unidade Orçamentária: 2101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
3	Despesas Correntes			10.951.000,00
3.1	Pessoal e Encargos Sociais		6.778.000,00	

Anexo 2 da Lei Nº 4.320/1964 - Despesas Segundo as Categorias Econômicas

	DESPESAS			Valores em R$ - Período: Orçamento/2027
3.1.90	Aplicações Diretas	6.720.000,00		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	3.749.000,00		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	501.000,00		
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	1.028.000,00		
3.1.90.96	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	1.442.000,00		
3.1.91	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	58.000,00		
3.1.91.13	Obrigações Patronais	58.000,00		
3.3	Outras Despesas Correntes		4.173.000,00	
3.3.50	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	233.000,00		
3.3.50.41	Contribuições	233.000,00		
3.3.90	Aplicações Diretas	3.940.000,00		
3.3.90.14	Diárias - Civil	170.000,00		
3.3.90.30	Material de Consumo	250.000,00		
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	200.000,00		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	20.000,00		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.300.000,00		
4	Despesas de Capital			30.000,00
4.4	Investimentos		30.000,00	
4.4.90	Aplicações Diretas	30.000,00		
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	30.000,00		
			Total da Unidade Orçamentária:	**10.981.000,00**
			Total da Unidade Gestora:	**10.981.000,00**

Unidade Gestora: 20 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ

Unidade Orçamentária: 20101 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
9	Reserva de Contingência			28.628.000,00
9.9	Reserva de Contingência		28.628.000,00	
9.9.99	A Definir	28.628.000,00		
9.9.99.99	A Classificar	28.628.000,00		
			Total da Unidade Orçamentária:	**28.628.000,00**

Unidade Orçamentária: 21101 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA DAS EMENDAS INDIVIDUAIS IMPOSITIVAS

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
9	Reserva de Contingência			17.177.000,00
9.9	Reserva de Contingência		17.177.000,00	
9.9.99	A Definir	17.177.000,00		
9.9.99.99	A Classificar	17.177.000,00		
			Total da Unidade Orçamentária:	**17.177.000,00**
			Total da Unidade Gestora:	**45.805.000,00**

Unidade Gestora: 22 - AGENCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PUBLICOS DE MOSSORO

Unidade Orçamentária: 22001 - AGENCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PUBLICOS DE MOSSORO

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
3	Despesas Correntes			2.275.000,00

Anexo 2 da Lei Nº 4.320/1964 - Despesas Segundo as Categorias Econômicas

	DESPESAS		Valores em R$ - Período: Orçamento/2027	
3.1	Pessoal e Encargos Sociais		1.445.000,00	
3.1.90	Aplicações Diretas	1.445.000,00		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	936.000,00		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	197.000,00		
3.1.90.96	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	312.000,00		
3.3	Outras Despesas Correntes		830.000,00	
3.3.90	Aplicações Diretas	830.000,00		
3.3.90.14	Diárias - Civil	30.000,00		
3.3.90.30	Material de Consumo	10.000,00		
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	30.000,00		
3.3.90.35	Serviços de Consultoria	60.000,00		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	20.000,00		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	620.000,00		
3.3.90.40	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	60.000,00		
4	Despesas de Capital			20.000,00
4.4	Investimentos		20.000,00	
4.4.90	Aplicações Diretas	20.000,00		
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	20.000,00		
			Total da Unidade Orçamentária:	**2.295.000,00**
			Total da Unidade Gestora:	**2.295.000,00**

Unidade Gestora: 23 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

Unidade Orçamentária: 23001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
3	Despesas Correntes			102.353.000,00
3.1	Pessoal e Encargos Sociais		5.024.000,00	
3.1.90	Aplicações Diretas	4.759.000,00		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	3.747.000,00		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	250.000,00		
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	401.000,00		
3.1.90.96	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	361.000,00		
3.1.91	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	265.000,00		
3.1.91.13	Obrigações Patronais	265.000,00		
3.3	Outras Despesas Correntes		97.329.000,00	
3.3.90	Aplicações Diretas	97.329.000,00		
3.3.90.14	Diárias - Civil	5.000,00		
3.3.90.30	Material de Consumo	6.330.000,00		
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	10.000,00		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	75.000,00		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	90.909.000,00		
4	Despesas de Capital			2.625.000,00
4.4	Investimentos		2.625.000,00	
4.4.90	Aplicações Diretas	2.625.000,00		
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	2.625.000,00		

Anexo 2 da Lei Nº 4.320/1964 - Despesas Segundo as Categorias Econômicas

DESPESAS — **Valores em R$ - Período: Orçamento/2027**

Total da Unidade Orçamentária: 104.978.000,00

Total da Unidade Gestora: 104.978.000,00

Unidade Gestora: 24 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROGRAMAS E PROJETOS ESTRATEGICOS

Unidade Orçamentária: 24001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROGRAMAS E PROJETOS ESTRATEGICOS

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
3	Despesas Correntes			3.641.000,00
3.1	Pessoal e Encargos Sociais		2.923.000,00	
3.1.90	Aplicações Diretas	2.923.000,00		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	2.072.000,00		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	223.000,00		
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	309.000,00		
3.1.90.96	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	319.000,00		
3.3	Outras Despesas Correntes		718.000,00	
3.3.90	Aplicações Diretas	718.000,00		
3.3.90.14	Diárias - Civil	10.000,00		
3.3.90.30	Material de Consumo	10.000,00		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	48.000,00		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	650.000,00		

Total da Unidade Orçamentária: 3.641.000,00

Total da Unidade Gestora: 3.641.000,00

Unidade Gestora: 25 - FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA

Unidade Orçamentária: 1201 - FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
3	Despesas Correntes			2.850.000,00
3.1	Pessoal e Encargos Sociais		1.525.000,00	
3.1.90	Aplicações Diretas	1.525.000,00		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.286.000,00		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	239.000,00		
3.3	Outras Despesas Correntes		1.325.000,00	
3.3.90	Aplicações Diretas	1.325.000,00		
3.3.90.14	Diárias - Civil	15.000,00		
3.3.90.30	Material de Consumo	90.000,00		
3.3.90.31	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	60.000,00		
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	20.000,00		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	30.000,00		
3.3.90.37	Locação de Mão-de-Obra	820.000,00		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	290.000,00		
4	Despesas de Capital			150.000,00
4.4	Investimentos		150.000,00	
4.4.90	Aplicações Diretas	150.000,00		
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	150.000,00		

Total da Unidade Orçamentária: 3.000.000,00

Total da Unidade Gestora: 3.000.000,00

Anexo 2 da Lei Nº 4.320/1964 - Despesas Segundo as Categorias Econômicas

DESPESAS — **Valores em R$ - Período: Orçamento/2027**

Unidade Gestora: 27 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA E INOVAÇÃO EM GESTÃO

Unidade Orçamentária: 27001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA E INOVAÇÃO EM GESTÃO

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
3	Despesas Correntes			620.000,00
3.1	Pessoal e Encargos Sociais		595.000,00	
3.1.90	Aplicações Diretas	595.000,00		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	529.000,00		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	66.000,00		
3.3	Outras Despesas Correntes		25.000,00	
3.3.90	Aplicações Diretas	25.000,00		
3.3.90.14	Diárias - Civil	5.000,00		
3.3.90.30	Material de Consumo	5.000,00		
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	5.000,00		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	10.000,00		
			Total da Unidade Orçamentária:	**620.000,00**
			Total da Unidade Gestora:	**620.000,00**

Unidade Gestora: 28 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Unidade Orçamentária: 28001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
3	Despesas Correntes			15.866.000,00
3.1	Pessoal e Encargos Sociais		13.391.000,00	
3.1.90	Aplicações Diretas	13.177.000,00		
3.1.90.01	Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	8.704.000,00		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	2.893.000,00		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	1.000.000,00		
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	452.000,00		
3.1.90.96	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	128.000,00		
3.1.91	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	214.000,00		
3.1.91.13	Obrigações Patronais	214.000,00		
3.3	Outras Despesas Correntes		2.475.000,00	
3.3.90	Aplicações Diretas	2.475.000,00		
3.3.90.14	Diárias - Civil	5.000,00		
3.3.90.30	Material de Consumo	10.000,00		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	50.000,00		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.410.000,00		
			Total da Unidade Orçamentária:	**15.866.000,00**
			Total da Unidade Gestora:	**15.866.000,00**

Unidade Gestora: 29 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

Unidade Orçamentária: 29001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
3	Despesas Correntes			3.597.000,00
3.1	Pessoal e Encargos Sociais		3.192.000,00	

Anexo 2 da Lei Nº 4.320/1964 - Despesas Segundo as Categorias Econômicas

DESPESAS — **Valores em R$ - Período: Orçamento/2027**

3.1.90	Aplicações Diretas	3.066.000,00		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	2.144.000,00		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	194.000,00		
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	728.000,00		
3.1.91	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	126.000,00		
3.1.91.13	Obrigações Patronais	126.000,00		
3.3	Outras Despesas Correntes		405.000,00	
3.3.90	Aplicações Diretas	405.000,00		
3.3.90.14	Diárias - Civil	5.000,00		
3.3.90.30	Material de Consumo	10.000,00		
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	10.000,00		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	80.000,00		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	300.000,00		
			Total da Unidade Orçamentária:	**3.597.000,00**

Unidade Orçamentária: 29002 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE MOSSORÓ - FUNAM

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
3	Despesas Correntes			245.000,00
3.3	Outras Despesas Correntes		245.000,00	
3.3.90	Aplicações Diretas	245.000,00		
3.3.90.30	Material de Consumo	10.000,00		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	50.000,00		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	185.000,00		
4	Despesas de Capital			312.000,00
4.4	Investimentos		312.000,00	
4.4.90	Aplicações Diretas	312.000,00		
4.4.90.51	Obras e Instalações	242.000,00		
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	70.000,00		
			Total da Unidade Orçamentária:	**557.000,00**
			Total da Unidade Gestora:	**4.154.000,00**

Unidade Gestora: 3 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Unidade Orçamentária: 3101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
3	Despesas Correntes			8.480.000,00
3.1	Pessoal e Encargos Sociais		2.156.000,00	
3.1.90	Aplicações Diretas	2.148.000,00		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.749.000,00		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	207.000,00		
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	192.000,00		
3.1.91	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	8.000,00		
3.1.91.13	Obrigações Patronais	8.000,00		
3.3	Outras Despesas Correntes		6.324.000,00	
3.3.90	Aplicações Diretas	6.324.000,00		

Anexo 2 da Lei Nº 4.320/1964 - Despesas Segundo as Categorias Econômicas

DESPESAS — **Valores em R$ - Período: Orçamento/2027**

3.3.90.14	Diárias - Civil	26.000,00		
3.3.90.30	Material de Consumo	20.000,00		
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	50.000,00		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	11.000,00		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	6.217.000,00		
4	Despesas de Capital			100.000,00
4.4	Investimentos		100.000,00	
4.4.90	Aplicações Diretas	100.000,00		
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	100.000,00		
			Total da Unidade Orçamentária:	**8.580.000,00**
			Total da Unidade Gestora:	**8.580.000,00**

Unidade Gestora: 30 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 30001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
3	Despesas Correntes			16.136.000,00
3.1	Pessoal e Encargos Sociais		9.083.000,00	
3.1.90	Aplicações Diretas	8.382.000,00		
3.1.90.04	Contratação por Tempo Determinado	130.000,00		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	5.791.000,00		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	488.000,00		
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	1.516.000,00		
3.1.90.96	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	457.000,00		
3.1.91	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	701.000,00		
3.1.91.13	Obrigações Patronais	701.000,00		
3.3	Outras Despesas Correntes		7.053.000,00	
3.3.90	Aplicações Diretas	7.053.000,00		
3.3.90.14	Diárias - Civil	15.000,00		
3.3.90.30	Material de Consumo	100.000,00		
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	10.000,00		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	529.000,00		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	6.399.000,00		
4	Despesas de Capital			100.000,00
4.4	Investimentos		100.000,00	
4.4.90	Aplicações Diretas	100.000,00		
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	100.000,00		
			Total da Unidade Orçamentária:	**16.236.000,00**

Unidade Orçamentária: 30002 - FUNDO MUNICIPAL PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
3	Despesas Correntes			300.000,00
3.3	Outras Despesas Correntes		300.000,00	
3.3.50	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	250.000,00		
3.3.50.41	Contribuições	250.000,00		

Anexo 2 da Lei Nº 4.320/1964 - Despesas Segundo as Categorias Econômicas

DESPESAS — **Valores em R$ - Período: Orçamento/2027**

3.3.90	Aplicações Diretas	50.000,00		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	50.000,00		
			Total da Unidade Orçamentária:	**300.000,00**

Unidade Orçamentária: 30003 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
3	Despesas Correntes			100.000,00
3.3	Outras Despesas Correntes		100.000,00	
3.3.90	Aplicações Diretas	100.000,00		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	100.000,00		
			Total da Unidade Orçamentária:	**100.000,00**
			Total da Unidade Gestora:	**16.636.000,00**

Unidade Gestora: 31 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Unidade Orçamentária: 18101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
3	Despesas Correntes			17.155.000,00
3.1	Pessoal e Encargos Sociais		4.382.000,00	
3.1.90	Aplicações Diretas	4.290.000,00		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	3.441.000,00		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	341.000,00		
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	367.000,00		
3.1.90.96	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	141.000,00		
3.1.91	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	92.000,00		
3.1.91.13	Obrigações Patronais	92.000,00		
3.3	Outras Despesas Correntes		12.773.000,00	
3.3.90	Aplicações Diretas	12.773.000,00		
3.3.90.14	Diárias - Civil	15.000,00		
3.3.90.30	Material de Consumo	30.000,00		
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	15.000,00		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	112.000,00		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	12.601.000,00		
4	Despesas de Capital			15.553.000,00
4.4	Investimentos		15.553.000,00	
4.4.90	Aplicações Diretas	15.553.000,00		
4.4.90.51	Obras e Instalações	15.503.000,00		
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	50.000,00		
			Total da Unidade Orçamentária:	**32.708.000,00**

Unidade Orçamentária: 18103 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
3	Despesas Correntes			1.260.000,00
3.3	Outras Despesas Correntes		1.260.000,00	
3.3.90	Aplicações Diretas	1.260.000,00		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.260.000,00		

Anexo 2 da Lei Nº 4.320/1964 - Despesas Segundo as Categorias Econômicas

DESPESAS — **Valores em R$ - Período: Orçamento/2027**

4	Despesas de Capital			1.260.000,00
4.4	Investimentos		1.260.000,00	
4.4.90	Aplicações Diretas	1.260.000,00		
4.4.90.51	Obras e Instalações	1.260.000,00		
			Total da Unidade Orçamentária:	**2.520.000,00**
			Total da Unidade Gestora:	**35.228.000,00**

Unidade Gestora: 4 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Unidade Orçamentária: 4101 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
3	Despesas Correntes			1.802.000,00
3.1	Pessoal e Encargos Sociais		1.628.000,00	
3.1.90	Aplicações Diretas	1.613.000,00		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.205.000,00		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	121.000,00		
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	287.000,00		
3.1.91	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	15.000,00		
3.1.91.13	Obrigações Patronais	15.000,00		
3.3	Outras Despesas Correntes		174.000,00	
3.3.90	Aplicações Diretas	174.000,00		
3.3.90.14	Diárias - Civil	10.000,00		
3.3.90.30	Material de Consumo	10.000,00		
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	10.000,00		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	84.000,00		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	60.000,00		
			Total da Unidade Orçamentária:	**1.802.000,00**
			Total da Unidade Gestora:	**1.802.000,00**

Unidade Gestora: 5 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Unidade Orçamentária: 5101 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
3	Despesas Correntes			5.996.000,00
3.1	Pessoal e Encargos Sociais		4.561.000,00	
3.1.90	Aplicações Diretas	4.066.000,00		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	3.898.000,00		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	137.000,00		
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	31.000,00		
3.1.91	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	495.000,00		
3.1.91.13	Obrigações Patronais	495.000,00		
3.3	Outras Despesas Correntes		1.435.000,00	
3.3.90	Aplicações Diretas	1.435.000,00		
3.3.90.14	Diárias - Civil	5.000,00		
3.3.90.30	Material de Consumo	30.000,00		
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	10.000,00		

Anexo 2 da Lei Nº 4.320/1964 - Despesas Segundo as Categorias Econômicas

DESPESAS — **Valores em R$ - Período: Orçamento/2027**

3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	170.000,00		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.200.000,00		
3.3.90.40	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	20.000,00		
			Total da Unidade Orçamentária:	**5.996.000,00**

Unidade Orçamentária: 5102 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ - FUNDEM

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
3	Despesas Correntes			2.860.000,00
3.1	Pessoal e Encargos Sociais		2.500.000,00	
3.1.90	Aplicações Diretas	2.500.000,00		
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	2.500.000,00		
3.3	Outras Despesas Correntes		360.000,00	
3.3.90	Aplicações Diretas	360.000,00		
3.3.90.14	Diárias - Civil	20.000,00		
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	40.000,00		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	300.000,00		
4	Despesas de Capital			58.000,00
4.4	Investimentos		58.000,00	
4.4.90	Aplicações Diretas	58.000,00		
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	58.000,00		
			Total da Unidade Orçamentária:	**2.918.000,00**
			Total da Unidade Gestora:	**8.914.000,00**

Unidade Gestora: 6 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

Unidade Orçamentária: 6101 - SECRETARIA M. DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
3	Despesas Correntes			74.560.000,00
3.1	Pessoal e Encargos Sociais		2.059.000,00	
3.1.90	Aplicações Diretas	2.009.000,00		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.365.000,00		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	136.000,00		
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	320.000,00		
3.1.90.96	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	188.000,00		
3.1.91	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	50.000,00		
3.1.91.13	Obrigações Patronais	50.000,00		
3.2	Juros e Encargos da Dívida		39.118.000,00	
3.2.90	Aplicações Diretas	39.118.000,00		
3.2.90.21	Juros sobre a Dívida por Contrato	39.118.000,00		
3.3	Outras Despesas Correntes		33.383.000,00	
3.3.90	Aplicações Diretas	33.383.000,00		
3.3.90.14	Diárias - Civil	20.000,00		
3.3.90.30	Material de Consumo	10.000,00		
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	30.000,00		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	20.000,00		

Anexo 2 da Lei Nº 4.320/1964 - Despesas Segundo as Categorias Econômicas

DESPESAS — **Valores em R$ - Período: Orçamento/2027**

3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.100.000,00		
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	13.203.000,00		
3.3.90.91	Sentenças Judiciais	18.000.000,00		
4	Despesas de Capital			51.030.000,00
4.4	Investimentos		30.000,00	
4.4.90	Aplicações Diretas	30.000,00		
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	30.000,00		
4.6	Amortização da Dívida		51.000.000,00	
4.6.90	Aplicações Diretas	37.000.000,00		
4.6.90.71	Principal da Dívida Contratual Resgatado	37.000.000,00		
4.6.91	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	14.000.000,00		
4.6.91.71	Principal da Dívida Contratual Resgatado	14.000.000,00		
			Total da Unidade Orçamentária:	**125.590.000,00**
			Total da Unidade Gestora:	**125.590.000,00**

Unidade Gestora: 7 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade Orçamentária: 7101 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
3	Despesas Correntes			12.184.000,00
3.1	Pessoal e Encargos Sociais		3.653.000,00	
3.1.90	Aplicações Diretas	3.498.000,00		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	2.329.000,00		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	209.000,00		
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	679.000,00		
3.1.90.96	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	281.000,00		
3.1.91	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	155.000,00		
3.1.91.13	Obrigações Patronais	155.000,00		
3.3	Outras Despesas Correntes		8.531.000,00	
3.3.90	Aplicações Diretas	8.531.000,00		
3.3.90.14	Diárias - Civil	15.000,00		
3.3.90.30	Material de Consumo	30.000,00		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	126.000,00		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	7.800.000,00		
3.3.90.40	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	560.000,00		
4	Despesas de Capital			50.000,00
4.4	Investimentos		50.000,00	
4.4.90	Aplicações Diretas	50.000,00		
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	50.000,00		
			Total da Unidade Orçamentária:	**12.234.000,00**
			Total da Unidade Gestora:	**12.234.000,00**

Unidade Gestora: 8 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Unidade Orçamentária: 8101 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica

Anexo 2 da Lei Nº 4.320/1964 - Despesas Segundo as Categorias Econômicas

	DESPESAS			Valores em R$ - Período: Orçamento/2027
3	Despesas Correntes			17.893.000,00
3.1	Pessoal e Encargos Sociais		14.607.000,00	
3.1.90	Aplicações Diretas	12.708.000,00		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	11.334.000,00		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	197.000,00		
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	1.177.000,00		
3.1.91	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.899.000,00		
3.1.91.13	Obrigações Patronais	1.899.000,00		
3.3	Outras Despesas Correntes		3.286.000,00	
3.3.90	Aplicações Diretas	3.286.000,00		
3.3.90.14	Diárias - Civil	15.000,00		
3.3.90.30	Material de Consumo	15.000,00		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	46.000,00		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.800.000,00		
3.3.90.40	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	360.000,00		
3.3.90.93	Indenizações e Restituições	50.000,00		
			Total da Unidade Orçamentária:	**17.893.000,00**

Unidade Orçamentária: 8102 - FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO A CIDADANIA FISCAL E DESENVOLVIMENTO DA ADM. TRIBUTÁRIA - FUNCIDAT

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
3	Despesas Correntes			824.000,00
3.3	Outras Despesas Correntes		824.000,00	
3.3.90	Aplicações Diretas	824.000,00		
3.3.90.14	Diárias - Civil	21.000,00		
3.3.90.30	Material de Consumo	30.000,00		
3.3.90.31	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	472.000,00		
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	21.000,00		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	280.000,00		
4	Despesas de Capital			100.000,00
4.4	Investimentos		100.000,00	
4.4.90	Aplicações Diretas	100.000,00		
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	100.000,00		
			Total da Unidade Orçamentária:	**924.000,00**
			Total da Unidade Gestora:	**18.817.000,00**

Unidade Gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
3	Despesas Correntes			337.192.000,00
3.1	Pessoal e Encargos Sociais		223.063.000,00	
3.1.90	Aplicações Diretas	201.825.000,00		
3.1.90.04	Contratação por Tempo Determinado	11.920.000,00		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	158.737.000,00		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	13.818.000,00		

Anexo 2 da Lei Nº 4.320/1964 - Despesas Segundo as Categorias Econômicas

	DESPESAS		Valores em R$ - Período: Orçamento/2027	
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	16.905.000,00		
3.1.90.96	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	445.000,00		
3.1.91	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	21.238.000,00		
3.1.91.13	Obrigações Patronais	21.238.000,00		
3.3	Outras Despesas Correntes		114.129.000,00	
3.3.50	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	3.429.000,00		
3.3.50.41	Contribuições	3.429.000,00		
3.3.90	Aplicações Diretas	110.700.000,00		
3.3.90.14	Diárias - Civil	250.000,00		
3.3.90.30	Material de Consumo	15.021.000,00		
3.3.90.31	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	710.000,00		
3.3.90.32	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	7.210.000,00		
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	420.000,00		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	10.944.000,00		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	76.145.000,00		
4	Despesas de Capital			5.400.000,00
4.4	Investimentos		5.400.000,00	
4.4.90	Aplicações Diretas	5.400.000,00		
4.4.90.51	Obras e Instalações	700.000,00		
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	4.700.000,00		
			Total da Unidade Orçamentária:	**342.592.000,00**
			Total da Unidade Gestora:	**342.592.000,00**
			Total Geral:	**1.598.333.000,00**

Resumo

Pessoal e Encargos Sociais	674.509.000,00
Juros e Encargos da Dívida	39.118.000,00
Outras Despesas Correntes	686.990.000,00
Total das Despesas Correntes	**1.400.617.000,00**
Investimentos	32.581.000,00
Inversões Financeiras	2.808.000,00
Amortização da Dívida	38.048.000,00
Total das Despesas de Capital	**73.437.000,00**
Reserva de Contingência	56.294.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	53.985.000,00
Total das Despesas Correntes Intra-Orçamentárias	**53.985.000,00**
Amortização da Dívida	14.000.000,00
Total das Despesas de Capital Intra-Orçamentárias	**14.000.000,00**
TOTAL GERAL	**1.598.333.000,00**

Entidades Consolidadas: CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ, SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO , SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL , CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO , PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO , SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA , SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA , SEC. MUN. DO DESENV. ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TURISMO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER , SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO, PREVI-MOSSORÓ-

Anexo 2 da Lei Nº 4.320/1964 - Despesas Segundo as Categorias Econômicas

DESPESAS **Valores em R$ - Período: Orçamento/2027**

Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN, PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ, AGENCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PUBLICOS DE MOSSORO, SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, SECRETARIA MUNICIPAL DE PROGRAMAS E PROJETOS ESTRATEGICOS, FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA, SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA E INOVAÇÃO EM GESTÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

ANEXO IV – Programa de Trabalho

LOA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
2027

Anexo 6 da Lei Nº 4.320/1964 - Programa de Trabalho

Valores em R$ - Período: Orçamento/2027

Unidade gestora: 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ
Unidade orçamentária: 1101 - Câmara Municipal de Mossoró

Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
1	Legislativa			1.320.000,00	42.171.000,00	43.491.000,00
1 31	Ação Legislativa			1.320.000,00	42.171.000,00	43.491.000,00
1 31 7	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS			1.320.000,00	42.171.000,00	43.491.000,00
1 31 7 1.15	PLANEJAMENTO E REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO			320.000,00		320.000,00
3.3.90.30	Material de Consumo			20.000,00		20.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			300.000,00		300.000,00
1 31 7 1.20	CONSTRUÇÃO DE SEDE PRÓPRIA DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL			1.000.000,00		1.000.000,00
4.6.90.71	Principal da Dívida Contratual Resgatado			1.000.000,00		1.000.000,00
1 31 7 2.134	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ				9.568.000,00	9.568.000,00
3.3.90.30	Material de Consumo				600.000,00	600.000,00
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção				300.000,00	300.000,00
3.3.90.35	Serviços de Consultoria				360.000,00	360.000,00
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				400.000,00	400.000,00
3.3.90.37	Locação de Mão-de-Obra				3.200.000,00	3.200.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				3.810.000,00	3.810.000,00
3.3.90.93	Indenizações e Restituições				50.000,00	50.000,00
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente				800.000,00	800.000,00
4.6.90.71	Principal da Dívida Contratual Resgatado				48.000,00	48.000,00
1 31 7 2.135	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				31.246.000,00	31.246.000,00
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				26.725.000,00	26.725.000,00
3.1.90.13	Obrigações Patronais				2.231.000,00	2.231.000,00
3.1.90.94	Indenizações e Restituições Trabalhistas				600.000,00	600.000,00
3.1.91.13	Obrigações Patronais				1.690.000,00	1.690.000,00
1 31 7 2.137	REALIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS E CURSOS DE QUALIFICAÇÃO				550.000,00	550.000,00
3.3.90.14	Diárias - Civil				300.000,00	300.000,00
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				50.000,00	50.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				200.000,00	200.000,00
1 31 7 2.185	COTA PARA O EXERCÍCIO DE ATIVIDADE PARLAMENTAR MUNICIPAL				807.000,00	807.000,00
3.3.90.93	Indenizações e Restituições				807.000,00	807.000,00
	Total da unidade orçamentária			**1.320.000,00**	**42.171.000,00**	**43.491.000,00**
	Total da unidade gestora			**1.320.000,00**	**42.171.000,00**	**43.491.000,00**

Unidade gestora: 2 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
Unidade orçamentária: 2101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
4	Administração				10.981.000,00	10.981.000,00
4 122	Administração Geral				10.981.000,00	10.981.000,00
4 122 7	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS				10.981.000,00	10.981.000,00
4 122 7 2.88	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO (SEGOV)				10.981.000,00	10.981.000,00
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				3.749.000,00	3.749.000,00
3.1.90.13	Obrigações Patronais				501.000,00	501.000,00
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				1.028.000,00	1.028.000,00

Anexo 6 da Lei Nº 4.320/1964 - Programa de Trabalho

Valores em R$ - Período: Orçamento/2027

Unidade orçamentária: 2101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
3.1.90.96	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado				1.442.000,00	1.442.000,00
3.1.91.13	Obrigações Patronais				58.000,00	58.000,00
3.3.50.41	Contribuições				233.000,00	233.000,00
3.3.90.14	Diárias - Civil				170.000,00	170.000,00
3.3.90.30	Material de Consumo				250.000,00	250.000,00
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção				200.000,00	200.000,00
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				20.000,00	20.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				3.300.000,00	3.300.000,00
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente				30.000,00	30.000,00
	Total da unidade orçamentária				**10.981.000,00**	**10.981.000,00**
	Total da unidade gestora				**10.981.000,00**	**10.981.000,00**

Unidade gestora: 3 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Unidade orçamentária: 3101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
4	Administração				3.023.000,00	3.023.000,00
4 122	Administração Geral				3.023.000,00	3.023.000,00
4 122 7	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS				3.023.000,00	3.023.000,00
4 122 7 2.89	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (SECOM)				3.023.000,00	3.023.000,00
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				1.749.000,00	1.749.000,00
3.1.90.13	Obrigações Patronais				207.000,00	207.000,00
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				192.000,00	192.000,00
3.1.91.13	Obrigações Patronais				8.000,00	8.000,00
3.3.90.14	Diárias - Civil				26.000,00	26.000,00
3.3.90.30	Material de Consumo				20.000,00	20.000,00
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção				50.000,00	50.000,00
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				11.000,00	11.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				660.000,00	660.000,00
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente				100.000,00	100.000,00
24	Comunicações				5.557.000,00	5.557.000,00
24 131	Comunicação Social				5.557.000,00	5.557.000,00
24 131 10	GESTÃO ESTRATÉGICA DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL				5.557.000,00	5.557.000,00
24 131 10 2.102	GESTÃO E EXECUÇÃO DE AÇÕES DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL				1.410.000,00	1.410.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				1.410.000,00	1.410.000,00
24 131 10 2.103	DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE DOS ATOS GOVERNAMENTAIS				4.147.000,00	4.147.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				4.147.000,00	4.147.000,00
	Total da unidade orçamentária				**8.580.000,00**	**8.580.000,00**
	Total da unidade gestora				**8.580.000,00**	**8.580.000,00**

Unidade gestora: 4 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Unidade orçamentária: 4101 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
4	Administração				1.802.000,00	1.802.000,00
4 124	Controle Interno				1.762.000,00	1.762.000,00

Anexo 6 da Lei Nº 4.320/1964 - Programa de Trabalho

Valores em R$ - Período: Orçamento/2027

Unidade orçamentária: 4101 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
4 124 7	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS				1.762.000,00	1.762.000,00
4 124 7 2.40	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO (CONTROL)				1.762.000,00	1.762.000,00
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				1.205.000,00	1.205.000,00
3.1.90.13	Obrigações Patronais				121.000,00	121.000,00
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				287.000,00	287.000,00
3.1.91.13	Obrigações Patronais				15.000,00	15.000,00
3.3.90.14	Diárias - Civil				10.000,00	10.000,00
3.3.90.30	Material de Consumo				10.000,00	10.000,00
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção				10.000,00	10.000,00
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				84.000,00	84.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				20.000,00	20.000,00
4 128	Formação de Recursos Humanos				40.000,00	40.000,00
4 128 6	GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS				40.000,00	40.000,00
4 128 6 2.41	CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DE SERVIDORES E AGENTES PÚBLICOS				40.000,00	40.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				40.000,00	40.000,00
	Total da unidade orçamentária				**1.802.000,00**	**1.802.000,00**
	Total da unidade gestora				**1.802.000,00**	**1.802.000,00**

Unidade gestora: 5 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Unidade orçamentária: 5101 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
3	Essencial à Justiça				5.996.000,00	5.996.000,00
3 122	Administração Geral				5.996.000,00	5.996.000,00
3 122 7	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS				5.996.000,00	5.996.000,00
3 122 7 2.42	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO (PGM)				5.826.000,00	5.826.000,00
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				3.898.000,00	3.898.000,00
3.1.90.13	Obrigações Patronais				137.000,00	137.000,00
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				31.000,00	31.000,00
3.1.91.13	Obrigações Patronais				495.000,00	495.000,00
3.3.90.14	Diárias - Civil				5.000,00	5.000,00
3.3.90.30	Material de Consumo				30.000,00	30.000,00
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção				10.000,00	10.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				1.200.000,00	1.200.000,00
3.3.90.40	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica				20.000,00	20.000,00
3 122 7 2.44	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ESTÁGIO				170.000,00	170.000,00
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				170.000,00	170.000,00
	Total da unidade orçamentária				**5.996.000,00**	**5.996.000,00**

Unidade orçamentária: 5102 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ - FUNDEM

Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
3	Essencial à Justiça				2.918.000,00	2.918.000,00
3 92	Representação Judicial e Extrajudicial				100.000,00	100.000,00
3 92 13	GESTÃO E MODERNIZAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA				100.000,00	100.000,00

Anexo 6 da Lei Nº 4.320/1964 - Programa de Trabalho

Valores em R$ - Período: Orçamento/2027

Unidade orçamentária: 5102 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ - FUNDEM

Código		Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
3 92 13 2.43		MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA E CAPACITAÇÃO PARA A GESTÃO DA DÍVIDA ATIVA				100.000,00	100.000,00
	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				100.000,00	100.000,00
3 122		Administração Geral				2.658.000,00	2.658.000,00
3 122 7		GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS				2.658.000,00	2.658.000,00
3 122 7 2.46		GESTÃO E MANUTENÇÃO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ (FUNDEM)				2.658.000,00	2.658.000,00
	3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				2.500.000,00	2.500.000,00
	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				100.000,00	100.000,00
	4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente				58.000,00	58.000,00
3 128		Formação de Recursos Humanos				160.000,00	160.000,00
3 128 6		GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS				160.000,00	160.000,00
3 128 6 2.47		FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DA ADVOCACIA PÚBLICA MUNICIPAL				160.000,00	160.000,00
	3.3.90.14	Diárias - Civil				20.000,00	20.000,00
	3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção				40.000,00	40.000,00
	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				100.000,00	100.000,00
		Total da unidade orçamentária				**2.918.000,00**	**2.918.000,00**
		Total da unidade gestora				**8.914.000,00**	**8.914.000,00**

Unidade gestora: 6 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

Unidade orçamentária: 6101 - SECRETARIA M. DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

Código		Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
4		Administração				125.590.000,00	125.590.000,00
4 122		Administração Geral				35.472.000,00	35.472.000,00
4 122 7		GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS				35.472.000,00	35.472.000,00
4 122 7 2.92		GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS (SEPLAN)				4.269.000,00	4.269.000,00
	3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				1.365.000,00	1.365.000,00
	3.1.90.13	Obrigações Patronais				136.000,00	136.000,00
	3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				320.000,00	320.000,00
	3.1.90.96	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado				188.000,00	188.000,00
	3.1.91.13	Obrigações Patronais				50.000,00	50.000,00
	3.3.90.14	Diárias - Civil				20.000,00	20.000,00
	3.3.90.30	Material de Consumo				10.000,00	10.000,00
	3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção				30.000,00	30.000,00
	3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				20.000,00	20.000,00
	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				2.100.000,00	2.100.000,00
	4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente				30.000,00	30.000,00
4 122 7 2.109		GESTÃO E PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR				18.000.000,00	18.000.000,00
	3.3.90.91	Sentenças Judiciais				18.000.000,00	18.000.000,00
4 122 7 2.110		OBRIGAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES TRIBUTARIAS				13.203.000,00	13.203.000,00
	3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas				13.203.000,00	13.203.000,00
4 123		Administração Financeira				90.118.000,00	90.118.000,00

Anexo 6 da Lei Nº 4.320/1964 - Programa de Trabalho

Valores em R$ - Período: Orçamento/2027

Unidade orçamentária: 6101 - SECRETARIA M. DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
4 123 7	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS				90.118.000,00	90.118.000,00
4 123 7 2.111	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DIVERSOS				90.118.000,00	90.118.000,00
3.2.90.21	Juros sobre a Dívida por Contrato				39.118.000,00	39.118.000,00
4.6.90.71	Principal da Dívida Contratual Resgatado				37.000.000,00	37.000.000,00
4.6.91.71	Principal da Dívida Contratual Resgatado				14.000.000,00	14.000.000,00
	Total da unidade orçamentária				**125.590.000,00**	**125.590.000,00**
	Total da unidade gestora				**125.590.000,00**	**125.590.000,00**

Unidade gestora: 7 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Unidade orçamentária: 7101 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
4	Administração				12.234.000,00	12.234.000,00
4 122	Administração Geral				11.674.000,00	11.674.000,00
4 122 7	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS				11.674.000,00	11.674.000,00
4 122 7 2.90	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (SEMAD)				11.674.000,00	11.674.000,00
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				2.329.000,00	2.329.000,00
3.1.90.13	Obrigações Patronais				209.000,00	209.000,00
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				679.000,00	679.000,00
3.1.90.96	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado				281.000,00	281.000,00
3.1.91.13	Obrigações Patronais				155.000,00	155.000,00
3.3.90.14	Diárias - Civil				15.000,00	15.000,00
3.3.90.30	Material de Consumo				30.000,00	30.000,00
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				126.000,00	126.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				7.800.000,00	7.800.000,00
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente				50.000,00	50.000,00
4 126	Tecnologia da Informação				560.000,00	560.000,00
4 126 1	INOVAÇÃO, GOVERNANÇA E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA				560.000,00	560.000,00
4 126 1 2.104	IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DA INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA E DE TELECOMUNICAÇÃO				560.000,00	560.000,00
3.3.90.40	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica				560.000,00	560.000,00
	Total da unidade orçamentária				**12.234.000,00**	**12.234.000,00**
	Total da unidade gestora				**12.234.000,00**	**12.234.000,00**

Unidade gestora: 8 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Unidade orçamentária: 8101 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
4	Administração				16.893.000,00	16.893.000,00
4 122	Administração Geral				16.893.000,00	16.893.000,00
4 122 7	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS				16.893.000,00	16.893.000,00
4 122 7 2.91	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA (SEFAZ)				16.893.000,00	16.893.000,00
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				11.334.000,00	11.334.000,00
3.1.90.13	Obrigações Patronais				197.000,00	197.000,00
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				1.177.000,00	1.177.000,00

Anexo 6 da Lei Nº 4.320/1964 - Programa de Trabalho

Valores em R$ - Período: Orçamento/2027

Unidade orçamentária: 8101 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
3.1.91.13	Obrigações Patronais				1.899.000,00	1.899.000,00
3.3.90.14	Diárias - Civil				15.000,00	15.000,00
3.3.90.30	Material de Consumo				15.000,00	15.000,00
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				46.000,00	46.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				1.800.000,00	1.800.000,00
3.3.90.40	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica				360.000,00	360.000,00
3.3.90.93	Indenizações e Restituições				50.000,00	50.000,00
24	Comunicações				1.000.000,00	1.000.000,00
24 131	Comunicação Social				1.000.000,00	1.000.000,00
24 131 10	GESTÃO ESTRATÉGICA DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL				1.000.000,00	1.000.000,00
24 131 10 2.108	PRODUÇÃO, GERENCIAMENTO, COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE AÇÕES INSTITUCIONAIS DA SEFAZ				1.000.000,00	1.000.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				1.000.000,00	1.000.000,00
	Total da unidade orçamentária				**17.893.000,00**	**17.893.000,00**

Unidade orçamentária: 8102 - FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO A CIDADANIA FISCAL E DESENVOLVIMENTO DA ADM. TRIBUTÁRIA - FUNCIDAT

Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
4	Administração				924.000,00	924.000,00
4 122	Administração Geral				924.000,00	924.000,00
4 122 1	INOVAÇÃO, GOVERNANÇA E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA				924.000,00	924.000,00
4 122 1 2.106	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO À CIDADANIA FISCAL E DESENVOLVIMENTO DA ADM. TRIBUTÁRIA FUNCIDAT				924.000,00	924.000,00
3.3.90.14	Diárias - Civil				21.000,00	21.000,00
3.3.90.30	Material de Consumo				30.000,00	30.000,00
3.3.90.31	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras				472.000,00	472.000,00
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção				21.000,00	21.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				280.000,00	280.000,00
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente				100.000,00	100.000,00
	Total da unidade orçamentária				**924.000,00**	**924.000,00**
	Total da unidade gestora				**18.817.000,00**	**18.817.000,00**

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
12	Educação			6.621.000,00	335.971.000,00	342.592.000,00
12 122	Administração Geral			3.900.000,00	16.170.000,00	20.070.000,00
12 122 7	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS				16.170.000,00	16.170.000,00
12 122 7 2.15	CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL				130.000,00	130.000,00
3.3.90.14	Diárias - Civil				20.000,00	20.000,00
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção				50.000,00	50.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				60.000,00	60.000,00
12 122 7 2.17	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SME)				16.040.000,00	16.040.000,00
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				5.236.000,00	5.236.000,00

Anexo 6 da Lei Nº 4.320/1964 - Programa de Trabalho

Valores em R$ - Período: Orçamento/2027

Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Código		Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
	3.1.90.13	Obrigações Patronais				365.000,00	365.000,00
	3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				814.000,00	814.000,00
	3.1.90.96	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado				445.000,00	445.000,00
	3.1.91.13	Obrigações Patronais				643.000,00	643.000,00
	3.3.90.14	Diárias - Civil				30.000,00	30.000,00
	3.3.90.30	Material de Consumo				300.000,00	300.000,00
	3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção				70.000,00	70.000,00
	3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				1.037.000,00	1.037.000,00
	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				7.100.000,00	7.100.000,00
12 122 9		DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL			3.900.000,00		3.900.000,00
12 122 9 1.2		CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL			3.900.000,00		3.900.000,00
	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			3.900.000,00		3.900.000,00
12 131		Comunicação Social				1.000.000,00	1.000.000,00
12 131 10		GESTÃO ESTRATÉGICA DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL				1.000.000,00	1.000.000,00
12 131 10 2.24		PRODUÇÃO, GERENCIAMENTO, COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE AÇÕES INSTITUCIONAIS DA SME				1.000.000,00	1.000.000,00
	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				1.000.000,00	1.000.000,00
12 361		Ensino Fundamental				182.353.000,00	182.353.000,00
12 361 9		DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL				182.353.000,00	182.353.000,00
12 361 9 2.9		DE MOSSORÓ PARA O MUNDO				1.900.000,00	1.900.000,00
	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				1.900.000,00	1.900.000,00
12 361 9 2.10		GESTAO E MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL				154.916.000,00	154.916.000,00
	3.1.90.04	Contratação por Tempo Determinado				6.869.000,00	6.869.000,00
	3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				89.412.000,00	89.412.000,00
	3.1.90.13	Obrigações Patronais				9.609.000,00	9.609.000,00
	3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				12.882.000,00	12.882.000,00
	3.1.91.13	Obrigações Patronais				14.705.000,00	14.705.000,00
	3.3.90.30	Material de Consumo				400.000,00	400.000,00
	3.3.90.31	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras				10.000,00	10.000,00
	3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				390.000,00	390.000,00
	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				20.639.000,00	20.639.000,00
12 361 9 2.11		PARTIU BRASIL				1.100.000,00	1.100.000,00
	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				1.100.000,00	1.100.000,00
12 361 9 2.12		AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE FARDAMENTO E MATERIAL ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL				3.900.000,00	3.900.000,00
	3.3.90.32	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita				3.900.000,00	3.900.000,00
12 361 9 2.14		AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL				6.629.000,00	6.629.000,00
	3.3.50.41	Contribuições				1.829.000,00	1.829.000,00
	3.3.90.30	Material de Consumo				4.800.000,00	4.800.000,00
12 361 9 2.27		PROGRAMA DE APOIO AO ESTUDANTE - PAE				12.900.000,00	12.900.000,00
	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				12.900.000,00	12.900.000,00
12 361 9 2.179		INVESTE ESCOLA - ENSINO FUNDAMENTAL				1.008.000,00	1.008.000,00
	3.3.50.41	Contribuições				1.008.000,00	1.008.000,00

Anexo 6 da Lei Nº 4.320/1964 - Programa de Trabalho

Valores em R$ - Período: Orçamento/2027

Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
12 365	Educação Infantil			2.721.000,00	110.711.000,00	113.432.000,00
12 365 8	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL			2.721.000,00	110.711.000,00	113.432.000,00
12 365 8 1.1	CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA ESCOLAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE E PRÉ-ESCOLA			2.721.000,00		2.721.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			2.521.000,00		2.521.000,00
4.4.90.51	Obras e Instalações			200.000,00		200.000,00
12 365 8 2.18	GESTÃO PEDAGÓGICA E ADMINISTRATIVA DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE				53.060.000,00	53.060.000,00
3.1.90.04	Contratação por Tempo Determinado				2.261.000,00	2.261.000,00
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				37.524.000,00	37.524.000,00
3.1.90.13	Obrigações Patronais				1.350.000,00	1.350.000,00
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				1.295.000,00	1.295.000,00
3.1.91.13	Obrigações Patronais				2.495.000,00	2.495.000,00
3.3.90.30	Material de Consumo				300.000,00	300.000,00
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				585.000,00	585.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				7.250.000,00	7.250.000,00
12 365 8 2.19	GESTÃO PEDAGÓGICA E ADMINISTRATIVA DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA				45.268.000,00	45.268.000,00
3.1.90.04	Contratação por Tempo Determinado				2.790.000,00	2.790.000,00
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				26.565.000,00	26.565.000,00
3.1.90.13	Obrigações Patronais				2.494.000,00	2.494.000,00
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				1.914.000,00	1.914.000,00
3.1.91.13	Obrigações Patronais				3.395.000,00	3.395.000,00
3.3.90.30	Material de Consumo				200.000,00	200.000,00
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				556.000,00	556.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				7.354.000,00	7.354.000,00
12 365 8 2.28	AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE				4.048.000,00	4.048.000,00
3.3.90.30	Material de Consumo				4.048.000,00	4.048.000,00
12 365 8 2.29	AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA				4.723.000,00	4.723.000,00
3.3.90.30	Material de Consumo				4.723.000,00	4.723.000,00
12 365 8 2.169	AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE FARDAMENTO E MATERIAL ESCOLAR - ENSINO INFANTIL - CRECHE				1.300.000,00	1.300.000,00
3.3.90.32	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita				1.300.000,00	1.300.000,00
12 365 8 2.170	AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE FARDAMENTO E MATERIAL ESCOLAR - ENSINO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA				1.720.000,00	1.720.000,00
3.3.90.32	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita				1.720.000,00	1.720.000,00
12 365 8 2.180	INVESTE ESCOLA - ENSINO INFANTIL (CRECHE)				288.000,00	288.000,00
3.3.50.41	Contribuições				288.000,00	288.000,00
12 365 8 2.181	INVESTE ESCOLA - ENSINO INFANTIL (PRÉ-ESCOLA)				304.000,00	304.000,00
3.3.50.41	Contribuições				304.000,00	304.000,00
12 367	Educação Especial				8.376.000,00	8.376.000,00
12 367 3	PROGRAMA INCLUIR				8.376.000,00	8.376.000,00
12 367 3 2.167	PROGRAMA INCLUIR - APOIO ESPECIALIZADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL				3.351.000,00	3.351.000,00

Anexo 6 da Lei Nº 4.320/1964 - Programa de Trabalho

Valores em R$ - Período: Orçamento/2027

Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
	(CRECHE E PRÉ-ESCOLA)					
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				3.351.000,00	3.351.000,00
12 367 3 2.168	PROGRAMA INCLUIR - APOIO ESPECIALIZADO NO ENSINO FUNDAMENTAL E EJA				5.025.000,00	5.025.000,00
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				5.025.000,00	5.025.000,00
12 368	Educação Básica				17.361.000,00	17.361.000,00
12 368 11	GESTÃO E FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA				17.361.000,00	17.361.000,00
12 368 11 2.13	FORTALECIMENTO E EXPANSÃO DA OFERTA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA				1.750.000,00	1.750.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				50.000,00	50.000,00
4.4.90.51	Obras e Instalações				500.000,00	500.000,00
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente				1.200.000,00	1.200.000,00
12 368 11 2.16	IMPLANTAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NA EDUCAÇÃO				3.604.000,00	3.604.000,00
3.3.90.30	Material de Consumo				100.000,00	100.000,00
3.3.90.31	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras				100.000,00	100.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				904.000,00	904.000,00
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente				2.500.000,00	2.500.000,00
12 368 11 2.22	OFERTA E MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL				6.267.000,00	6.267.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				6.267.000,00	6.267.000,00
12 368 11 2.23	PROMOÇÃO DE PROGRAMAS, PROJETOS E EVENTOS PEDAGÓGICOS, CIENTÍFICOS, DESPORTIVOS, ARTÍSTICOS E CULTURAIS				3.240.000,00	3.240.000,00
3.3.90.14	Diárias - Civil				200.000,00	200.000,00
3.3.90.30	Material de Consumo				50.000,00	50.000,00
3.3.90.31	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras				500.000,00	500.000,00
3.3.90.32	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita				190.000,00	190.000,00
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção				300.000,00	300.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				2.000.000,00	2.000.000,00
12 368 11 2.30	IMPLANTAÇÃO, COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E CAPACITAÇÃO - CETEC				2.500.000,00	2.500.000,00
3.3.90.30	Material de Consumo				100.000,00	100.000,00
3.3.90.31	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras				100.000,00	100.000,00
3.3.90.32	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita				100.000,00	100.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				1.200.000,00	1.200.000,00
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente				1.000.000,00	1.000.000,00
	Total da unidade orçamentária			**6.621.000,00**	**335.971.000,00**	**342.592.000,00**
	Total da unidade gestora			**6.621.000,00**	**335.971.000,00**	**342.592.000,00**

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
10	Saúde			945.000,00	466.278.000,00	467.223.000,00
10 122	Administração Geral			945.000,00	42.831.000,00	43.776.000,00
10 122 7	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS				3.715.000,00	3.715.000,00
10 122 7 2.171	MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DA SAÚDE				3.700.000,00	3.700.000,00

Anexo 6 da Lei Nº 4.320/1964 - Programa de Trabalho

Valores em R$ - Período: Orçamento/2027

Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Código		Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
3.3.90.39		Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				3.700.000,00	3.700.000,00
10 122 7 2.173		MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE				15.000,00	15.000,00
3.3.90.14		Diárias - Civil				15.000,00	15.000,00
10 122 16		GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE			945.000,00	39.116.000,00	40.061.000,00
10 122 16 1.12		CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS UNIDADES E EQUIPAMENTOS DE SAÚDE			945.000,00		945.000,00
3.3.90.39		Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			300.000,00		300.000,00
4.4.90.51		Obras e Instalações			645.000,00		645.000,00
10 122 16 2.50		GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS)				19.852.000,00	19.852.000,00
3.1.90.04		Contratação por Tempo Determinado				281.000,00	281.000,00
3.1.90.11		Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				7.472.000,00	7.472.000,00
3.1.90.13		Obrigações Patronais				752.000,00	752.000,00
3.1.90.16		Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				2.152.000,00	2.152.000,00
3.1.90.96		Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado				280.000,00	280.000,00
3.1.91.13		Obrigações Patronais				2.006.000,00	2.006.000,00
3.3.90.14		Diárias - Civil				15.000,00	15.000,00
3.3.90.30		Material de Consumo				30.000,00	30.000,00
3.3.90.33		Passagens e Despesas com Locomoção				17.000,00	17.000,00
3.3.90.36		Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				109.000,00	109.000,00
3.3.90.39		Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				6.738.000,00	6.738.000,00
10 122 16 2.51		GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA GESTÃO DO SUS				19.262.000,00	19.262.000,00
3.1.90.11		Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				7.264.000,00	7.264.000,00
3.3.50.43		Subvenções Sociais				11.998.000,00	11.998.000,00
10 122 16 2.52		APOIO INSTITUCIONAL À ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS				2.000,00	2.000,00
3.3.50.41		Contribuições				1.000,00	1.000,00
3.3.50.43		Subvenções Sociais				1.000,00	1.000,00
10 243		Assistência à Criança e ao Adolescente				150.000,00	150.000,00
10 243 17		ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE				150.000,00	150.000,00
10 243 17 2.174		GESTÃO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - OCA				150.000,00	150.000,00
3.3.90.30		Material de Consumo				50.000,00	50.000,00
3.3.90.39		Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				100.000,00	100.000,00
10 301		Atenção Básica				149.090.000,00	149.090.000,00
10 301 17		ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE				149.090.000,00	149.090.000,00
10 301 17 2.54		GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE				95.833.000,00	95.833.000,00
3.1.90.04		Contratação por Tempo Determinado				489.000,00	489.000,00
3.1.90.11		Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				47.407.000,00	47.407.000,00
3.1.90.13		Obrigações Patronais				2.030.000,00	2.030.000,00
3.1.90.16		Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				12.284.000,00	12.284.000,00
3.1.91.13		Obrigações Patronais				6.747.000,00	6.747.000,00
3.3.90.30		Material de Consumo				8.250.000,00	8.250.000,00
3.3.90.36		Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				14.000,00	14.000,00
3.3.90.39		Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				14.735.000,00	14.735.000,00

Anexo 6 da Lei Nº 4.320/1964 - Programa de Trabalho

Valores em R$ - Período: Orçamento/2027

Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Código					Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
				3.3.90.48	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas				1.747.000,00	1.747.000,00
				4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente				2.130.000,00	2.130.000,00
10	301	17	2.55		GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE				53.257.000,00	53.257.000,00
				3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				44.836.000,00	44.836.000,00
				3.1.90.13	Obrigações Patronais				1.520.000,00	1.520.000,00
				3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				1.720.000,00	1.720.000,00
				3.1.91.13	Obrigações Patronais				4.762.000,00	4.762.000,00
				3.3.90.30	Material de Consumo				157.000,00	157.000,00
				3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				262.000,00	262.000,00
10	302				Assistência Hospitalar e Ambulatorial				250.042.000,00	250.042.000,00
10	302	18			MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR				250.042.000,00	250.042.000,00
10	302	18	2.60		GESTÃO E MANUTENÇÃO DA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA - SAMU				10.324.000,00	10.324.000,00
				3.1.90.04	Contratação por Tempo Determinado				26.000,00	26.000,00
				3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				2.731.000,00	2.731.000,00
				3.1.90.13	Obrigações Patronais				76.000,00	76.000,00
				3.1.91.13	Obrigações Patronais				266.000,00	266.000,00
				3.3.90.30	Material de Consumo				150.000,00	150.000,00
				3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				7.075.000,00	7.075.000,00
10	302	18	2.61		GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ATENDIMENTO ESPECIALIZADO				27.876.000,00	27.876.000,00
				3.1.90.04	Contratação por Tempo Determinado				35.000,00	35.000,00
				3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				6.555.000,00	6.555.000,00
				3.1.90.13	Obrigações Patronais				221.000,00	221.000,00
				3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				326.000,00	326.000,00
				3.1.91.13	Obrigações Patronais				732.000,00	732.000,00
				3.3.90.30	Material de Consumo				7.301.000,00	7.301.000,00
				3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				12.706.000,00	12.706.000,00
10	302	18	2.62		GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE				146.100.000,00	146.100.000,00
				3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				140.100.000,00	140.100.000,00
				3.3.90.91	Sentenças Judiciais				6.000.000,00	6.000.000,00
10	302	18	2.63		GESTÃO E MANUTENÇÃO DE UNIDADES DE PRONTO-ATENDIMENTO				38.847.000,00	38.847.000,00
				3.1.90.04	Contratação por Tempo Determinado				1.645.000,00	1.645.000,00
				3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				20.373.000,00	20.373.000,00
				3.1.90.13	Obrigações Patronais				1.043.000,00	1.043.000,00
				3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				1.370.000,00	1.370.000,00
				3.1.91.13	Obrigações Patronais				3.266.000,00	3.266.000,00
				3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				11.150.000,00	11.150.000,00
10	302	18	2.64		GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO - CER				6.448.000,00	6.448.000,00
				3.1.90.04	Contratação por Tempo Determinado				42.000,00	42.000,00
				3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				3.701.000,00	3.701.000,00
				3.1.90.13	Obrigações Patronais				137.000,00	137.000,00
				3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				399.000,00	399.000,00

Anexo 6 da Lei Nº 4.320/1964 - Programa de Trabalho

Valores em R$ - Período: Orçamento/2027

Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
3.1.91.13	Obrigações Patronais				466.000,00	466.000,00
3.3.90.30	Material de Consumo				262.000,00	262.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				1.441.000,00	1.441.000,00
10 302 18 2.65	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - RAPS				7.677.000,00	7.677.000,00
3.1.90.04	Contratação por Tempo Determinado				57.000,00	57.000,00
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				6.523.000,00	6.523.000,00
3.1.90.13	Obrigações Patronais				160.000,00	160.000,00
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				247.000,00	247.000,00
3.1.91.13	Obrigações Patronais				498.000,00	498.000,00
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				192.000,00	192.000,00
10 302 18 2.146	GESTÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS HOSPITALARES DE SAÚDE MENTAL				6.970.000,00	6.970.000,00
3.1.90.04	Contratação por Tempo Determinado				483.000,00	483.000,00
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				4.121.000,00	4.121.000,00
3.1.90.13	Obrigações Patronais				1.187.000,00	1.187.000,00
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				162.000,00	162.000,00
3.1.91.13	Obrigações Patronais				629.000,00	629.000,00
3.3.90.30	Material de Consumo				388.000,00	388.000,00
10 302 18 2.172	OPERA MOSSORÓ				5.300.000,00	5.300.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				5.300.000,00	5.300.000,00
10 302 18 2.184	INVESTE SAÚDE - ATENDIMENTO ESPECIALIZADO				500.000,00	500.000,00
3.3.50.41	Contribuições				500.000,00	500.000,00
10 303	Suporte Profilático e Terapêutico				3.394.000,00	3.394.000,00
10 303 19	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA				3.394.000,00	3.394.000,00
10 303 19 2.66	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA				3.394.000,00	3.394.000,00
3.3.90.30	Material de Consumo				3.394.000,00	3.394.000,00
10 304	Vigilância Sanitária				3.453.000,00	3.453.000,00
10 304 20	VIGILÂNCIA EM SAÚDE				3.453.000,00	3.453.000,00
10 304 20 2.68	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE				3.453.000,00	3.453.000,00
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				1.879.000,00	1.879.000,00
3.1.90.13	Obrigações Patronais				65.000,00	65.000,00
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				376.000,00	376.000,00
3.1.91.13	Obrigações Patronais				203.000,00	203.000,00
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				100.000,00	100.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				830.000,00	830.000,00
10 305	Vigilância Epidemiológica				17.318.000,00	17.318.000,00
10 305 20	VIGILÂNCIA EM SAÚDE				17.318.000,00	17.318.000,00
10 305 20 2.67	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA DE CONTROLE E COMBATE A ENDEMIAS				17.318.000,00	17.318.000,00
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				14.911.000,00	14.911.000,00
3.1.90.13	Obrigações Patronais				492.000,00	492.000,00
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				252.000,00	252.000,00
3.1.91.13	Obrigações Patronais				1.413.000,00	1.413.000,00

Anexo 6 da Lei Nº 4.320/1964 - Programa de Trabalho

Valores em R$ - Período: Orçamento/2027

Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
3.3.90.30	Material de Consumo				100.000,00	100.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				150.000,00	150.000,00
	Total da unidade orçamentária			**945.000,00**	**466.278.000,00**	**467.223.000,00**
	Total da unidade gestora			**945.000,00**	**466.278.000,00**	**467.223.000,00**

Unidade gestora: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade orçamentária: 11101 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
8	Assistência Social				23.364.000,00	23.364.000,00
8 122	Administração Geral				517.000,00	517.000,00
8 122 28	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FNAS)				35.000,00	35.000,00
8 122 28 2.116	GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				35.000,00	35.000,00
3.3.90.14	Diárias - Civil				20.000,00	20.000,00
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção				15.000,00	15.000,00
8 122 29	GESTÃO E FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)				60.000,00	60.000,00
8 122 29 2.125	FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL NO SUAS				60.000,00	60.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				60.000,00	60.000,00
8 122 30	GESTÃO DE PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS				422.000,00	422.000,00
8 122 30 2.124	PROCADSUAS				422.000,00	422.000,00
3.3.90.30	Material de Consumo				55.000,00	55.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				262.000,00	262.000,00
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente				105.000,00	105.000,00
8 243	Assistência à Criança e ao Adolescente				2.614.000,00	2.614.000,00
8 243 31	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E PREVENÇÃO DE RISCOS				962.000,00	962.000,00
8 243 31 2.123	PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS CRIANÇA FELIZ				962.000,00	962.000,00
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				100.000,00	100.000,00
3.3.90.30	Material de Consumo				78.000,00	78.000,00
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				50.000,00	50.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				682.000,00	682.000,00
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente				52.000,00	52.000,00
8 243 38	PROGRAMA JOVEM DO FUTURO				1.652.000,00	1.652.000,00
8 243 38 2.130	MANUTENÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO PROJETO JOVEM DO FUTURO				1.652.000,00	1.652.000,00
3.3.50.41	Contribuições				122.000,00	122.000,00
3.3.90.18	Auxílio Financeiro a Estudantes				1.000.000,00	1.000.000,00
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				265.000,00	265.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				265.000,00	265.000,00
8 244	Assistência Comunitária				4.330.000,00	4.330.000,00
8 244 30	GESTÃO DE PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS				2.830.000,00	2.830.000,00
8 244 30 2.118	BLOCO DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO				2.830.000,00	2.830.000,00
3.3.90.30	Material de Consumo				330.000,00	330.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				2.500.000,00	2.500.000,00
8 244 31	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E PREVENÇÃO DE RISCOS				1.500.000,00	1.500.000,00

Anexo 6 da Lei Nº 4.320/1964 - Programa de Trabalho

Valores em R$ - Período: Orçamento/2027

Unidade orçamentária: 11101 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

Código		Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
8 244 31 2.121		GESTÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS				1.500.000,00	1.500.000,00
	3.3.90.32	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita				1.500.000,00	1.500.000,00
8 245		Serviços Socioassistenciais				15.903.000,00	15.903.000,00
8 245 29		GESTÃO E FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)				282.000,00	282.000,00
8 245 29 2.117		BLOCO DE GESTÃO DO SUAS				80.000,00	80.000,00
	3.3.90.14	Diárias - Civil				10.000,00	10.000,00
	3.3.90.30	Material de Consumo				10.000,00	10.000,00
	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				60.000,00	60.000,00
8 245 29 2.122		EXECUÇÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES PARA A ASSISTÊNCIA SOCIAL				202.000,00	202.000,00
	3.3.50.41	Contribuições				1.000,00	1.000,00
	3.3.50.43	Subvenções Sociais				1.000,00	1.000,00
	4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente				200.000,00	200.000,00
8 245 31		PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E PREVENÇÃO DE RISCOS				15.621.000,00	15.621.000,00
8 245 31 2.119		BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA				11.677.000,00	11.677.000,00
	3.1.90.04	Contratação por Tempo Determinado				262.000,00	262.000,00
	3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				4.932.000,00	4.932.000,00
	3.1.90.13	Obrigações Patronais				355.000,00	355.000,00
	3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				741.000,00	741.000,00
	3.1.91.13	Obrigações Patronais				622.000,00	622.000,00
	3.3.90.30	Material de Consumo				400.000,00	400.000,00
	3.3.90.32	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita				1.000,00	1.000,00
	3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				300.000,00	300.000,00
	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				4.064.000,00	4.064.000,00
8 245 31 2.120		BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC)				3.944.000,00	3.944.000,00
	3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				932.000,00	932.000,00
	3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				148.000,00	148.000,00
	3.3.50.41	Contribuições				891.000,00	891.000,00
	3.3.90.30	Material de Consumo				432.000,00	432.000,00
	3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				178.000,00	178.000,00
	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				1.363.000,00	1.363.000,00
		Total da unidade orçamentária				**23.364.000,00**	**23.364.000,00**
		Total da unidade gestora				**23.364.000,00**	**23.364.000,00**

Unidade gestora: 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Unidade orçamentária: 12101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Código		Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
4		Administração				12.095.000,00	12.095.000,00
4 122		Administração Geral				8.595.000,00	8.595.000,00
4 122 7		GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS				8.595.000,00	8.595.000,00
4 122 7 2.87		GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA (SMC)				8.595.000,00	8.595.000,00
	3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				5.193.000,00	5.193.000,00
	3.1.90.13	Obrigações Patronais				267.000,00	267.000,00

Anexo 6 da Lei Nº 4.320/1964 - Programa de Trabalho

Valores em R$ - Período: Orçamento/2027

Unidade orçamentária: 12101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				133.000,00	133.000,00
3.1.91.13	Obrigações Patronais				470.000,00	470.000,00
3.3.90.14	Diárias - Civil				10.000,00	10.000,00
3.3.90.30	Material de Consumo				20.000,00	20.000,00
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				22.000,00	22.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				2.480.000,00	2.480.000,00
4 131	Comunicação Social				3.500.000,00	3.500.000,00
4 131 10	GESTÃO ESTRATÉGICA DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL				3.500.000,00	3.500.000,00
4 131 10 2.151	PRODUÇÃO, GERENCIAMENTO, COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE AÇÕES INSTITUCIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA				3.500.000,00	3.500.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				3.500.000,00	3.500.000,00
13	Cultura				60.468.000,00	60.468.000,00
13 122	Administração Geral				2.000,00	2.000,00
13 122 7	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS				2.000,00	2.000,00
13 122 7 2.152	APOIO INSTITUCIONAL À ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS - SMC				2.000,00	2.000,00
3.3.50.41	Contribuições				1.000,00	1.000,00
3.3.50.43	Subvenções Sociais				1.000,00	1.000,00
13 392	Difusão Cultural				60.466.000,00	60.466.000,00
13 392 35	EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE MASSAS				60.466.000,00	60.466.000,00
13 392 35 2.153	MOSSORÓ CIDADE JUNINA				49.805.000,00	49.805.000,00
3.3.50.41	Contribuições				105.000,00	105.000,00
3.3.90.30	Material de Consumo				400.000,00	400.000,00
3.3.90.31	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras				300.000,00	300.000,00
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				500.000,00	500.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				48.500.000,00	48.500.000,00
13 392 35 2.154	MOSSORÓ TERRA DA LIBERDADE				1.100.000,00	1.100.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				1.100.000,00	1.100.000,00
13 392 35 2.155	GESTAO E MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS E MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICO-CULTURAIS				400.000,00	400.000,00
3.3.50.41	Contribuições				250.000,00	250.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				150.000,00	150.000,00
13 392 35 2.156	MOSSORO SAL E LUZ				5.384.000,00	5.384.000,00
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				84.000,00	84.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				5.300.000,00	5.300.000,00
13 392 35 2.157	ESTAÇÃO NATAL				1.500.000,00	1.500.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				1.500.000,00	1.500.000,00
13 392 35 2.158	PRÊMIO FOMENTO - DE ACORDO COM A LEI Nº 3.270 DE 20 DE MARÇO DE 2015-LEI MAURÍCIO DE OLIVEIRA				315.000,00	315.000,00
3.3.90.31	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras				315.000,00	315.000,00
13 392 35 2.159	FOMENTO À CULTURA ATRAVES DA LEI Nº 14.399/2022 (ALDIR BLANC)				1.962.000,00	1.962.000,00
3.3.50.41	Contribuições				960.000,00	960.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				1.002.000,00	1.002.000,00
	Total da unidade orçamentária				**72.563.000,00**	**72.563.000,00**

Anexo 6 da Lei Nº 4.320/1964 - Programa de Trabalho

Valores em R$ - Período: Orçamento/2027

Unidade orçamentária: 12102 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
13	Cultura				20.000,00	20.000,00
13 392	Difusão Cultural				20.000,00	20.000,00
13 392 35	EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE MASSAS				20.000,00	20.000,00
13 392 35 2.160	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA				20.000,00	20.000,00
3.3.50.41	Contribuições				10.000,00	10.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				10.000,00	10.000,00
	Total da unidade orçamentária				**20.000,00**	**20.000,00**
	Total da unidade gestora				**72.583.000,00**	**72.583.000,00**

Unidade gestora: 13 - SEC. MUN. DO DESENV. ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TURISMO

Unidade orçamentária: 13101 - SEC. MUN. DO DESENV. ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TURISMO

Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
4	Administração				3.862.000,00	3.862.000,00
4 122	Administração Geral				3.862.000,00	3.862.000,00
4 122 7	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS				3.862.000,00	3.862.000,00
4 122 7 2.86	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TURISMO (SEDINT)				3.862.000,00	3.862.000,00
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				1.713.000,00	1.713.000,00
3.1.90.13	Obrigações Patronais				173.000,00	173.000,00
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				188.000,00	188.000,00
3.1.90.96	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado				277.000,00	277.000,00
3.1.91.13	Obrigações Patronais				49.000,00	49.000,00
3.3.90.14	Diárias - Civil				15.000,00	15.000,00
3.3.90.30	Material de Consumo				20.000,00	20.000,00
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				27.000,00	27.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				1.400.000,00	1.400.000,00
19	Ciência e Tecnologia				351.000,00	351.000,00
19 572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia				351.000,00	351.000,00
19 572 24	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTABILIDADE DE NEGÓCIOS				351.000,00	351.000,00
19 572 24 2.99	APOIO INSTITUCIONAL A ENTIDADES COM FOCO EM EMPREENDEDORISMO E SUSTENTABILIDADE				1.000,00	1.000,00
3.3.50.41	Contribuições				1.000,00	1.000,00
19 572 24 2.101	PROMOÇÃO E EXECUÇÃO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, DO TURISMO E DE INOVAÇÃO				350.000,00	350.000,00
3.3.50.41	Contribuições				100.000,00	100.000,00
3.3.90.31	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras				50.000,00	50.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				200.000,00	200.000,00
23	Comércio e Serviços				2.050.000,00	2.050.000,00
23 692	Comercialização				2.050.000,00	2.050.000,00
23 692 25	FOMENTO E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO				2.050.000,00	2.050.000,00
23 692 25 2.98	IMPLEMENTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA PRODUTIVA				50.000,00	50.000,00
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente				50.000,00	50.000,00
23 692 25 2.100	GESTÃO E MANUTENÇÃO DOS MERCADOS PÚBLICOS E EQUIPAMENTOS DA SEDINT				2.000.000,00	2.000.000,00

Anexo 6 da Lei Nº 4.320/1964 - Programa de Trabalho

Valores em R$ - Período: Orçamento/2027

Unidade orçamentária: 13101 - SEC. MUN. DO DESENV. ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TURISMO

Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				2.000.000,00	2.000.000,00
	Total da unidade orçamentária				**6.263.000,00**	**6.263.000,00**
	Total da unidade gestora				**6.263.000,00**	**6.263.000,00**

Unidade gestora: 14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

Unidade orçamentária: 14101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E JUVENTUDE

Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
27	Desporto e Lazer				3.420.000,00	3.420.000,00
27 122	Administração Geral				2.487.000,00	2.487.000,00
27 122 7	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS				2.487.000,00	2.487.000,00
27 122 7 2.25	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER (SESPORTE)				2.487.000,00	2.487.000,00
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				1.129.000,00	1.129.000,00
3.1.90.13	Obrigações Patronais				105.000,00	105.000,00
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				237.000,00	237.000,00
3.1.91.13	Obrigações Patronais				63.000,00	63.000,00
3.3.90.14	Diárias - Civil				5.000,00	5.000,00
3.3.90.30	Material de Consumo				60.000,00	60.000,00
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção				10.000,00	10.000,00
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				78.000,00	78.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				760.000,00	760.000,00
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente				40.000,00	40.000,00
27 811	Desporto de Rendimento				2.000,00	2.000,00
27 811 5	DESENVOLVIMENTO ESPORTIVO E INCLUSÃO ATRAVÉS DO ESPORTE				2.000,00	2.000,00
27 811 5 2.34	APOIO INSTITUCIONAL A ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS - SESPORTE				2.000,00	2.000,00
3.3.50.43	Subvenções Sociais				1.000,00	1.000,00
3.3.90.30	Material de Consumo				1.000,00	1.000,00
27 812	Desporto Comunitário				931.000,00	931.000,00
27 812 4	FOMENTO E GESTÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER				931.000,00	931.000,00
27 812 4 2.31	EXPANSÃO E MANUTENÇÃO DE PROJETOS DE INCENTIVO À PRÁTICA ESPORTIVA				191.000,00	191.000,00
3.3.90.30	Material de Consumo				15.000,00	15.000,00
3.3.90.31	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras				30.000,00	30.000,00
3.3.90.32	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita				84.000,00	84.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				62.000,00	62.000,00
27 812 4 2.32	PROMOÇÃO DE GRANDES EVENTOS E CIRCUITOS ESPORTIVOS				740.000,00	740.000,00
3.3.90.30	Material de Consumo				115.000,00	115.000,00
3.3.90.31	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras				100.000,00	100.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				525.000,00	525.000,00
	Total da unidade orçamentária				**3.420.000,00**	**3.420.000,00**
	Total da unidade gestora				**3.420.000,00**	**3.420.000,00**

Unidade gestora: 16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Unidade orçamentária: 16101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total

Anexo 6 da Lei Nº 4.320/1964 - Programa de Trabalho

Valores em R$ - Período: Orçamento/2027

Unidade orçamentária: 16101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
4	Administração				7.876.000,00	7.876.000,00
4 122	Administração Geral				7.876.000,00	7.876.000,00
4 122 7	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS				7.876.000,00	7.876.000,00
4 122 7 2.79	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL (SEADRU)				7.876.000,00	7.876.000,00
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				2.281.000,00	2.281.000,00
3.1.90.13	Obrigações Patronais				180.000,00	180.000,00
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				459.000,00	459.000,00
3.1.90.96	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado				407.000,00	407.000,00
3.1.91.13	Obrigações Patronais				158.000,00	158.000,00
3.3.90.14	Diárias - Civil				15.000,00	15.000,00
3.3.90.30	Material de Consumo				30.000,00	30.000,00
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção				15.000,00	15.000,00
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				62.000,00	62.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				4.269.000,00	4.269.000,00
20	Agricultura				18.660.000,00	18.660.000,00
20 544	Recursos Hídricos				8.600.000,00	8.600.000,00
20 544 23	MOSSORÓ RURAL				8.600.000,00	8.600.000,00
20 544 23 2.83	ÁGUA VIVA				8.600.000,00	8.600.000,00
3.3.90.30	Material de Consumo				480.000,00	480.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				8.000.000,00	8.000.000,00
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente				120.000,00	120.000,00
20 606	Extensão Rural				6.940.000,00	6.940.000,00
20 606 23	MOSSORÓ RURAL				6.940.000,00	6.940.000,00
20 606 23 2.80	FESTA DO BODE				4.280.000,00	4.280.000,00
3.3.50.41	Contribuições				450.000,00	450.000,00
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				30.000,00	30.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				3.800.000,00	3.800.000,00
20 606 23 2.81	ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO MOSSORÓ RURAL				340.000,00	340.000,00
3.3.90.27	Encargos pela Honra de Avais, Garantias, Seguros e Similares				40.000,00	40.000,00
3.3.90.35	Serviços de Consultoria				300.000,00	300.000,00
20 606 23 2.82	MANUTENÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RURAL				1.670.000,00	1.670.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				1.550.000,00	1.550.000,00
4.4.90.51	Obras e Instalações				120.000,00	120.000,00
20 606 23 2.84	PROJETO SEMEAR				650.000,00	650.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				650.000,00	650.000,00
20 662	Produção Industrial				3.120.000,00	3.120.000,00
20 662 25	FOMENTO E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO				3.120.000,00	3.120.000,00
20 662 25 2.85	PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA EM EMPRESAS				3.120.000,00	3.120.000,00
3.3.90.91	Sentenças Judiciais				312.000,00	312.000,00
4.5.90.65	Constituição ou Aumento de Capital de Empresas				2.808.000,00	2.808.000,00
23	Comércio e Serviços				300.000,00	300.000,00
23 692	Comercialização				300.000,00	300.000,00

Anexo 6 da Lei Nº 4.320/1964 - Programa de Trabalho

Valores em R$ - Período: Orçamento/2027

Unidade orçamentária: 16101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
23 692 40	PEIXE POPULAR				300.000,00	300.000,00
23 692 40 2.175	GESTÃO DO PROGRAMA PEIXE POPULAR				300.000,00	300.000,00
3.3.60.45	Subvenções Econômicas				300.000,00	300.000,00
	Total da unidade orçamentária				**26.836.000,00**	**26.836.000,00**
	Total da unidade gestora				**26.836.000,00**	**26.836.000,00**

Unidade gestora: 17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Unidade orçamentária: 17101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
4	Administração				26.022.000,00	26.022.000,00
4 122	Administração Geral				26.022.000,00	26.022.000,00
4 122 7	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS				3.761.000,00	3.761.000,00
4 122 7 2.69	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, DEFESA CIVIL, MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO (SESDEM)				3.416.000,00	3.416.000,00
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				1.142.000,00	1.142.000,00
3.1.90.13	Obrigações Patronais				349.000,00	349.000,00
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				349.000,00	349.000,00
3.1.90.96	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado				100.000,00	100.000,00
3.1.91.13	Obrigações Patronais				121.000,00	121.000,00
3.3.90.14	Diárias - Civil				15.000,00	15.000,00
3.3.90.30	Material de Consumo				30.000,00	30.000,00
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				10.000,00	10.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				1.150.000,00	1.150.000,00
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente				150.000,00	150.000,00
4 122 7 2.72	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO-JARI				65.000,00	65.000,00
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				50.000,00	50.000,00
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				15.000,00	15.000,00
4 122 7 2.74	MANUTENÇÃO DO TIRO DE GUERRA 07-010				280.000,00	280.000,00
3.3.90.30	Material de Consumo				120.000,00	120.000,00
3.3.90.48	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas				160.000,00	160.000,00
4 122 22	MOBILIDADE URBANA E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO				17.051.000,00	17.051.000,00
4 122 22 2.71	GESTÃO DA MOBILIDADE URBANA E TRÂNISTO				17.051.000,00	17.051.000,00
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				8.277.000,00	8.277.000,00
3.1.90.13	Obrigações Patronais				90.000,00	90.000,00
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				1.723.000,00	1.723.000,00
3.1.91.13	Obrigações Patronais				1.543.000,00	1.543.000,00
3.3.90.19	Auxílio-Fardamento				157.000,00	157.000,00
3.3.90.30	Material de Consumo				650.000,00	650.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				4.611.000,00	4.611.000,00
4 122 35	EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE MASSAS				5.210.000,00	5.210.000,00
4 122 35 2.70	SUPORTE OPERACIONAL E LOGÍSTICO NA EXECUÇÃO DE EVENTOS				5.210.000,00	5.210.000,00
3.3.90.30	Material de Consumo				240.000,00	240.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				4.970.000,00	4.970.000,00

Anexo 6 da Lei Nº 4.320/1964 - Programa de Trabalho

Valores em R$ - Período: Orçamento/2027

Unidade orçamentária: 17101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
6	Segurança Pública				31.422.000,00	31.422.000,00
6 181	Policiamento				31.422.000,00	31.422.000,00
6 181 21	SEGURANÇA CIDADÃ E ORDEM PÚBLICA				31.422.000,00	31.422.000,00
6 181 21 2.76	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL				31.422.000,00	31.422.000,00
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				17.534.000,00	17.534.000,00
3.1.90.13	Obrigações Patronais				211.000,00	211.000,00
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				8.434.000,00	8.434.000,00
3.1.91.13	Obrigações Patronais				2.965.000,00	2.965.000,00
3.3.90.19	Auxílio-Fardamento				450.000,00	450.000,00
3.3.90.30	Material de Consumo				109.000,00	109.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				1.000.000,00	1.000.000,00
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente				719.000,00	719.000,00
26	Transporte				3.850.000,00	3.850.000,00
26 453	Transportes Coletivos Urbanos				3.850.000,00	3.850.000,00
26 453 22	MOBILIDADE URBANA E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO				3.850.000,00	3.850.000,00
26 453 22 2.176	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO URBANO				2.800.000,00	2.800.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				400.000,00	400.000,00
3.3.90.93	Indenizações e Restituições				2.400.000,00	2.400.000,00
26 453 22 2.177	PASSE LIVRE ESTUDANTIL				1.050.000,00	1.050.000,00
3.3.90.45	Subvenções Econômicas				1.050.000,00	1.050.000,00
	Total da unidade orçamentária				**61.294.000,00**	**61.294.000,00**

Unidade orçamentária: 17102 - FUNDO MUNICIPAL SOBRE DROGAS DO MUNICIPIO DE MOSSORO

Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
14	Direitos da Cidadania				10.000,00	10.000,00
14 422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos				10.000,00	10.000,00
14 422 21	SEGURANÇA CIDADÃ E ORDEM PÚBLICA				10.000,00	10.000,00
14 422 21 2.75	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL SOBRE DROGAS				10.000,00	10.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				10.000,00	10.000,00
	Total da unidade orçamentária				**10.000,00**	**10.000,00**

Unidade orçamentária: 17103 - FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
6	Segurança Pública				50.000,00	50.000,00
6 128	Formação de Recursos Humanos				50.000,00	50.000,00
6 128 6	GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS				50.000,00	50.000,00
6 128 6 2.73	QUALIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE SERVIDORES				50.000,00	50.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				50.000,00	50.000,00
	Total da unidade orçamentária				**50.000,00**	**50.000,00**
	Total da unidade gestora				**61.354.000,00**	**61.354.000,00**

Unidade gestora: 19 - PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN

Unidade orçamentária: 24201 - PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN

Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
4	Administração			1.479.000,00	7.686.000,00	9.165.000,00

Anexo 6 da Lei Nº 4.320/1964 - Programa de Trabalho

Valores em R$ - Período: Orçamento/2027

Unidade orçamentária: 24201 - PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN

Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
4 122	Administração Geral			1.479.000,00	7.686.000,00	9.165.000,00
4 122 7	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS			1.479.000,00	7.686.000,00	9.165.000,00
4 122 7 1.3	CONSTRUÇÃO, REFORMA, MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO PREVI-MOSSORÓ			1.479.000,00		1.479.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			754.000,00		754.000,00
4.4.90.51	Obras e Instalações			725.000,00		725.000,00
4 122 7 2.35	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - PREVI MOSSORÓ				2.295.000,00	2.295.000,00
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				1.700.000,00	1.700.000,00
3.1.90.13	Obrigações Patronais				220.000,00	220.000,00
3.1.90.94	Indenizações e Restituições Trabalhistas				105.000,00	105.000,00
3.1.90.96	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado				255.000,00	255.000,00
3.3.90.14	Diárias - Civil				15.000,00	15.000,00
4 122 7 2.36	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PREVI-MOSSORÓ				5.391.000,00	5.391.000,00
3.3.90.30	Material de Consumo				304.000,00	304.000,00
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção				63.000,00	63.000,00
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				882.000,00	882.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				3.465.000,00	3.465.000,00
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas				210.000,00	210.000,00
3.3.90.93	Indenizações e Restituições				257.000,00	257.000,00
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente				210.000,00	210.000,00
9	Previdência Social			1.481.000,00	110.931.000,00	112.412.000,00
9 122	Administração Geral			1.481.000,00	45.000,00	1.526.000,00
9 122 6	GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS				45.000,00	45.000,00
9 122 6 2.39	PROJETO VIVER MELHOR - PREVI-MOSSORÓ				45.000,00	45.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				45.000,00	45.000,00
9 122 7	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS			1.481.000,00		1.481.000,00
9 122 7 1.3	CONSTRUÇÃO, REFORMA, MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO PREVI-MOSSORÓ			1.481.000,00		1.481.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			754.000,00		754.000,00
4.4.90.51	Obras e Instalações			727.000,00		727.000,00
9 272	Previdência do Regime Estatutário				110.886.000,00	110.886.000,00
9 272 12	BENEFÍCIOS E PREVIDÊNCIA DE SERVIDORES				110.886.000,00	110.886.000,00
9 272 12 2.38	PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO PODER LEGISLATIVO				1.230.000,00	1.230.000,00
3.1.90.01	Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas				1.110.000,00	1.110.000,00
3.1.90.03	Pensões				105.000,00	105.000,00
3.3.90.91	Sentenças Judiciais				15.000,00	15.000,00
9 272 12 2.178	PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO PODER EXECUTIVO				109.656.000,00	109.656.000,00
3.1.90.01	Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas				95.656.000,00	95.656.000,00
3.1.90.03	Pensões				12.000.000,00	12.000.000,00
3.3.90.91	Sentenças Judiciais				2.000.000,00	2.000.000,00
99	Reserva de Contingência		10.489.000,00			10.489.000,00
99 997	Reserva do RPPS		10.489.000,00			10.489.000,00
99 997 9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		10.489.000,00			10.489.000,00
99 997 9999 0.99	RESERVA DE CONTINGêNCIA RPPS		10.489.000,00			10.489.000,00

Anexo 6 da Lei Nº 4.320/1964 - Programa de Trabalho

Valores em R$ - Período: Orçamento/2027

Unidade orçamentária: 24201 - PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN

Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
9.9.99.99	A Classificar		10.489.000,00			10.489.000,00
	Total da unidade orçamentária		**10.489.000,00**	**2.960.000,00**	**118.617.000,00**	**132.066.000,00**
	Total da unidade gestora		**10.489.000,00**	**2.960.000,00**	**118.617.000,00**	**132.066.000,00**

Unidade gestora: 20 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ

Unidade orçamentária: 20101 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
99	Reserva de Contingência		28.628.000,00			28.628.000,00
99 999	Reserva de Contingência		28.628.000,00			28.628.000,00
99 999 9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		28.628.000,00			28.628.000,00
99 999 9999 0.999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		28.628.000,00			28.628.000,00
9.9.99.99	A Classificar		28.628.000,00			28.628.000,00
	Total da unidade orçamentária		**28.628.000,00**			**28.628.000,00**

Unidade orçamentária: 21101 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA DAS EMENDAS INDIVIDUAIS IMPOSITIVAS

Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
99	Reserva de Contingência		17.177.000,00			17.177.000,00
99 999	Reserva de Contingência		17.177.000,00			17.177.000,00
99 999 9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		17.177.000,00			17.177.000,00
99 999 9999 0.9	RESERVA DE CONTINGÊNCIA DAS EMENDAS INDIVIDUAIS IMPOSITIVAS		17.177.000,00			17.177.000,00
9.9.99.99	A Classificar		17.177.000,00			17.177.000,00
	Total da unidade orçamentária		**17.177.000,00**			**17.177.000,00**
	Total da unidade gestora		**45.805.000,00**			**45.805.000,00**

Unidade gestora: 22 - AGENCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PUBLICOS DE MOSSORO

Unidade orçamentária: 22001 - AGENCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PUBLICOS DE MOSSORO

Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
4	Administração			200.000,00	2.095.000,00	2.295.000,00
4 122	Administração Geral			200.000,00	2.075.000,00	2.275.000,00
4 122 7	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS			200.000,00	2.075.000,00	2.275.000,00
4 122 7 1.19	PLANEJAMENTO E REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E PROCESSOS SELETIVOS			200.000,00		200.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			200.000,00		200.000,00
4 122 7 2.147	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE MOSSORÓ				2.075.000,00	2.075.000,00
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				936.000,00	936.000,00
3.1.90.13	Obrigações Patronais				197.000,00	197.000,00
3.1.90.96	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado				312.000,00	312.000,00
3.3.90.14	Diárias - Civil				30.000,00	30.000,00
3.3.90.30	Material de Consumo				10.000,00	10.000,00
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção				30.000,00	30.000,00
3.3.90.35	Serviços de Consultoria				60.000,00	60.000,00
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				20.000,00	20.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				400.000,00	400.000,00
3.3.90.40	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica				60.000,00	60.000,00
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente				20.000,00	20.000,00

Anexo 6 da Lei Nº 4.320/1964 - Programa de Trabalho

Valores em R$ - Período: Orçamento/2027

Unidade orçamentária: 22001 - AGENCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PUBLICOS DE MOSSORO

Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
4 128	Formação de Recursos Humanos				20.000,00	20.000,00
4 128 7	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS				20.000,00	20.000,00
4 128 7 2.182	CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DE SERVIDORES E AGENTES PÚBLICOS DA AGRM				20.000,00	20.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				20.000,00	20.000,00
	Total da unidade orçamentária			**200.000,00**	**2.095.000,00**	**2.295.000,00**
	Total da unidade gestora			**200.000,00**	**2.095.000,00**	**2.295.000,00**

Unidade gestora: 23 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

Unidade orçamentária: 23001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
4	Administração				12.144.000,00	12.144.000,00
4 122	Administração Geral				12.144.000,00	12.144.000,00
4 122 7	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS				12.144.000,00	12.144.000,00
4 122 7 2.94	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS (SEMSUR)				12.144.000,00	12.144.000,00
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				3.747.000,00	3.747.000,00
3.1.90.13	Obrigações Patronais				250.000,00	250.000,00
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				401.000,00	401.000,00
3.1.90.96	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado				361.000,00	361.000,00
3.1.91.13	Obrigações Patronais				265.000,00	265.000,00
3.3.90.14	Diárias - Civil				5.000,00	5.000,00
3.3.90.30	Material de Consumo				30.000,00	30.000,00
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção				10.000,00	10.000,00
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				75.000,00	75.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				7.000.000,00	7.000.000,00
15	Urbanismo				80.834.000,00	80.834.000,00
15 452	Serviços Urbanos				56.301.000,00	56.301.000,00
15 452 26	INFRAESTRUTURA E GESTÃO DOS SERVIÇOS URBANOS				56.301.000,00	56.301.000,00
15 452 26 2.113	GESTÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA				56.301.000,00	56.301.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				56.301.000,00	56.301.000,00
15 752	Energia Elétrica				24.533.000,00	24.533.000,00
15 752 21	SEGURANÇA CIDADÃ E ORDEM PÚBLICA				24.533.000,00	24.533.000,00
15 752 21 2.112	GESTÃO, MANUTENÇÃO E EXPANSÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA INTELIGENTE				24.533.000,00	24.533.000,00
3.3.90.30	Material de Consumo				6.300.000,00	6.300.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				15.608.000,00	15.608.000,00
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente				2.625.000,00	2.625.000,00
18	Gestão Ambiental				12.000.000,00	12.000.000,00
18 452	Serviços Urbanos				12.000.000,00	12.000.000,00
18 452 27	HIGIDEZ E PROTEÇÃO AMBIENTAL				12.000.000,00	12.000.000,00
18 452 27 2.115	ARBORIZAÇÃO E PAISAGISMO				12.000.000,00	12.000.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				12.000.000,00	12.000.000,00
	Total da unidade orçamentária				**104.978.000,00**	**104.978.000,00**
	Total da unidade gestora				**104.978.000,00**	**104.978.000,00**

Anexo 6 da Lei Nº 4.320/1964 - Programa de Trabalho

Valores em R$ - Período: Orçamento/2027

Unidade gestora: 24 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROGRAMAS E PROJETOS ESTRATEGICOS
Unidade orçamentária: 24001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROGRAMAS E PROJETOS ESTRATEGICOS

Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
4	Administração				3.591.000,00	3.591.000,00
4 122	Administração Geral				3.591.000,00	3.591.000,00
4 122 7	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS				3.591.000,00	3.591.000,00
4 122 7 2.93	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROGRAMAS E PROJETOS ESTRATÉGICOS (SPPE)				3.591.000,00	3.591.000,00
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				2.072.000,00	2.072.000,00
3.1.90.13	Obrigações Patronais				223.000,00	223.000,00
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				309.000,00	309.000,00
3.1.90.96	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado				319.000,00	319.000,00
3.3.90.14	Diárias - Civil				10.000,00	10.000,00
3.3.90.30	Material de Consumo				10.000,00	10.000,00
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				48.000,00	48.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				600.000,00	600.000,00
16	Habitação			50.000,00		50.000,00
16 482	Habitação Urbana			50.000,00		50.000,00
16 482 15	MOSSORÓ CASA DO POVO			50.000,00		50.000,00
16 482 15 1.14	IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO SOCIAL E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA			50.000,00		50.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			50.000,00		50.000,00
	Total da unidade orçamentária			**50.000,00**	**3.591.000,00**	**3.641.000,00**
	Total da unidade gestora			**50.000,00**	**3.591.000,00**	**3.641.000,00**

Unidade gestora: 25 - FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA
Unidade orçamentária: 1201 - FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA

Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
1	Legislativa				3.000.000,00	3.000.000,00
1 31	Ação Legislativa				3.000.000,00	3.000.000,00
1 31 7	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS				3.000.000,00	3.000.000,00
1 31 7 2.139	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA				3.000.000,00	3.000.000,00
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				1.286.000,00	1.286.000,00
3.1.90.13	Obrigações Patronais				239.000,00	239.000,00
3.3.90.14	Diárias - Civil				15.000,00	15.000,00
3.3.90.30	Material de Consumo				90.000,00	90.000,00
3.3.90.31	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras				60.000,00	60.000,00
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção				20.000,00	20.000,00
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				30.000,00	30.000,00
3.3.90.37	Locação de Mão-de-Obra				820.000,00	820.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				290.000,00	290.000,00
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente				150.000,00	150.000,00
	Total da unidade orçamentária				**3.000.000,00**	**3.000.000,00**
	Total da unidade gestora				**3.000.000,00**	**3.000.000,00**

Unidade gestora: 27 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA E INOVAÇÃO EM GESTÃO

Anexo 6 da Lei Nº 4.320/1964 - Programa de Trabalho

Valores em R$ - Período: Orçamento/2027

Unidade orçamentária: 27001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA E INOVAÇÃO EM GESTÃO

Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
4	Administração				620.000,00	620.000,00
4 122	Administração Geral				620.000,00	620.000,00
4 122 7	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS				620.000,00	620.000,00
4 122 7 2.96	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA E INOVAÇÃO EM GESTÃO (SEMIG)				620.000,00	620.000,00
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				529.000,00	529.000,00
3.1.90.13	Obrigações Patronais				66.000,00	66.000,00
3.3.90.14	Diárias - Civil				5.000,00	5.000,00
3.3.90.30	Material de Consumo				5.000,00	5.000,00
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção				5.000,00	5.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				10.000,00	10.000,00
	Total da unidade orçamentária				**620.000,00**	**620.000,00**
	Total da unidade gestora				**620.000,00**	**620.000,00**

Unidade gestora: 28 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Unidade orçamentária: 28001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
4	Administração				15.866.000,00	15.866.000,00
4 122	Administração Geral				15.626.000,00	15.626.000,00
4 122 7	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS				15.626.000,00	15.626.000,00
4 122 7 2.97	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS (SEGEPE)				15.626.000,00	15.626.000,00
3.1.90.01	Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas				8.704.000,00	8.704.000,00
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				2.893.000,00	2.893.000,00
3.1.90.13	Obrigações Patronais				1.000.000,00	1.000.000,00
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				452.000,00	452.000,00
3.1.90.96	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado				128.000,00	128.000,00
3.1.91.13	Obrigações Patronais				214.000,00	214.000,00
3.3.90.14	Diárias - Civil				5.000,00	5.000,00
3.3.90.30	Material de Consumo				10.000,00	10.000,00
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				20.000,00	20.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				2.200.000,00	2.200.000,00
4 128	Formação de Recursos Humanos				240.000,00	240.000,00
4 128 6	GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS				240.000,00	240.000,00
4 128 6 2.132	GESTÃO E VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR COM BASE NO DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS				180.000,00	180.000,00
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				30.000,00	30.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				150.000,00	150.000,00
4 128 6 2.133	PROGRAMA DE BENEFÍCIOS E QUALIDADE DE VIDA PARA SERVIDORES				60.000,00	60.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				60.000,00	60.000,00
	Total da unidade orçamentária				**15.866.000,00**	**15.866.000,00**
	Total da unidade gestora				**15.866.000,00**	**15.866.000,00**

Unidade gestora: 29 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

Anexo 6 da Lei Nº 4.320/1964 - Programa de Trabalho

Valores em R$ - Período: Orçamento/2027

Unidade orçamentária: 29001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
4	Administração				3.547.000,00	3.547.000,00
4 122	Administração Geral				3.547.000,00	3.547.000,00
4 122 7	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS				3.547.000,00	3.547.000,00
4 122 7 2.95	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO (SEMURB)				3.547.000,00	3.547.000,00
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				2.144.000,00	2.144.000,00
3.1.90.13	Obrigações Patronais				194.000,00	194.000,00
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				728.000,00	728.000,00
3.1.91.13	Obrigações Patronais				126.000,00	126.000,00
3.3.90.14	Diárias - Civil				5.000,00	5.000,00
3.3.90.30	Material de Consumo				10.000,00	10.000,00
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção				10.000,00	10.000,00
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				80.000,00	80.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				250.000,00	250.000,00
15	Urbanismo				50.000,00	50.000,00
15 451	Infra-Estrutura Urbana				50.000,00	50.000,00
15 451 26	INFRAESTRUTURA E GESTÃO DOS SERVIÇOS URBANOS				50.000,00	50.000,00
15 451 26 2.143	GESTÃO E PLANEJAMENTO URBANO				50.000,00	50.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				50.000,00	50.000,00
	Total da unidade orçamentária				**3.597.000,00**	**3.597.000,00**

Unidade orçamentária: 29002 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE MOSSORÓ - FUNAM

Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
15	Urbanismo				210.000,00	210.000,00
15 541	Preservação e Conservação Ambiental				210.000,00	210.000,00
15 541 27	HIGIDEZ E PROTEÇÃO AMBIENTAL				210.000,00	210.000,00
15 541 27 2.144	PROGRAMA DE DESASSOREAMENTO, DRENAGEM E REVITALIZAÇÃO DO RIO MOSSORÓ				210.000,00	210.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				50.000,00	50.000,00
4.4.90.51	Obras e Instalações				160.000,00	160.000,00
18	Gestão Ambiental				347.000,00	347.000,00
18 452	Serviços Urbanos				150.000,00	150.000,00
18 452 27	HIGIDEZ E PROTEÇÃO AMBIENTAL				150.000,00	150.000,00
18 452 27 2.165	CONSTRUÇÃO, REFORMA E MANUTENÇÃO DE PARQUES NA CIDADE				150.000,00	150.000,00
4.4.90.51	Obras e Instalações				80.000,00	80.000,00
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente				70.000,00	70.000,00
18 541	Preservação e Conservação Ambiental				194.000,00	194.000,00
18 541 27	HIGIDEZ E PROTEÇÃO AMBIENTAL				194.000,00	194.000,00
18 541 27 2.145	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE MOSSORÓ - FUNAM				194.000,00	194.000,00
3.3.90.30	Material de Consumo				10.000,00	10.000,00
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				50.000,00	50.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				134.000,00	134.000,00
18 542	Controle Ambiental				3.000,00	3.000,00
18 542 27	HIGIDEZ E PROTEÇÃO AMBIENTAL				3.000,00	3.000,00

Anexo 6 da Lei Nº 4.320/1964 - Programa de Trabalho

Valores em R$ - Período: Orçamento/2027

Unidade orçamentária: 29002 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE MOSSORÓ - FUNAM

Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
18 542 27 2.114	GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS				3.000,00	3.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				1.000,00	1.000,00
4.4.90.51	Obras e Instalações				2.000,00	2.000,00
	Total da unidade orçamentária				**557.000,00**	**557.000,00**
	Total da unidade gestora				**4.154.000,00**	**4.154.000,00**

Unidade gestora: 30 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade orçamentária: 30001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
8	Assistência Social				16.236.000,00	16.236.000,00
8 122	Administração Geral				16.236.000,00	16.236.000,00
8 122 7	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS				16.236.000,00	16.236.000,00
8 122 7 2.127	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CIDADANIA E JUVENTUDE SEMASC				16.131.000,00	16.131.000,00
3.1.90.04	Contratação por Tempo Determinado				130.000,00	130.000,00
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				5.791.000,00	5.791.000,00
3.1.90.13	Obrigações Patronais				488.000,00	488.000,00
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				1.516.000,00	1.516.000,00
3.1.90.96	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado				457.000,00	457.000,00
3.1.91.13	Obrigações Patronais				701.000,00	701.000,00
3.3.90.14	Diárias - Civil				15.000,00	15.000,00
3.3.90.30	Material de Consumo				100.000,00	100.000,00
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção				10.000,00	10.000,00
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				424.000,00	424.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				6.399.000,00	6.399.000,00
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente				100.000,00	100.000,00
8 122 7 2.128	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS TUTELARES				105.000,00	105.000,00
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				105.000,00	105.000,00
	Total da unidade orçamentária				**16.236.000,00**	**16.236.000,00**

Unidade orçamentária: 30002 - FUNDO MUNICIPAL PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
8	Assistência Social				300.000,00	300.000,00
8 243	Assistência à Criança e ao Adolescente				300.000,00	300.000,00
8 243 32	PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE				300.000,00	300.000,00
8 243 32 2.129	GESTÃO E MANUTENÇÃO DE PROJETOS DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE				200.000,00	200.000,00
3.3.50.41	Contribuições				150.000,00	150.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				50.000,00	50.000,00
8 243 32 2.131	APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE				50.000,00	50.000,00
3.3.50.41	Contribuições				50.000,00	50.000,00
8 243 32 2.142	FORTALECIMENTO DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E FAMÍLIAS				50.000,00	50.000,00
3.3.50.41	Contribuições				50.000,00	50.000,00

Anexo 6 da Lei Nº 4.320/1964 - Programa de Trabalho

Valores em R$ - Período: Orçamento/2027

Unidade orçamentária: 30002 - FUNDO MUNICIPAL PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
	Total da unidade orçamentária				**300.000,00**	**300.000,00**

Unidade orçamentária: 30003 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO

Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
8	Assistência Social				100.000,00	100.000,00
8 244	Assistência Comunitária				100.000,00	100.000,00
8 244 31	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E PREVENÇÃO DE RISCOS				100.000,00	100.000,00
8 244 31 2.186	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS PARA A PESSOA IDOSA				100.000,00	100.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				100.000,00	100.000,00
	Total da unidade orçamentária				**100.000,00**	**100.000,00**
	Total da unidade gestora				**16.636.000,00**	**16.636.000,00**

Unidade gestora: 31 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Unidade orçamentária: 18101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
4	Administração				14.104.000,00	14.104.000,00
4 122	Administração Geral				14.104.000,00	14.104.000,00
4 122 7	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS				14.104.000,00	14.104.000,00
4 122 7 2.45	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRTURA (SEINFRA)				14.104.000,00	14.104.000,00
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				3.441.000,00	3.441.000,00
3.1.90.13	Obrigações Patronais				341.000,00	341.000,00
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				367.000,00	367.000,00
3.1.90.96	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado				141.000,00	141.000,00
3.1.91.13	Obrigações Patronais				92.000,00	92.000,00
3.3.90.14	Diárias - Civil				15.000,00	15.000,00
3.3.90.30	Material de Consumo				30.000,00	30.000,00
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção				15.000,00	15.000,00
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				112.000,00	112.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				9.500.000,00	9.500.000,00
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente				50.000,00	50.000,00
15	Urbanismo			7.502.000,00	5.000.000,00	12.502.000,00
15 451	Infra-Estrutura Urbana			7.502.000,00	5.000.000,00	12.502.000,00
15 451 14	MOSSORÓ REALIZA			7.502.000,00	5.000.000,00	12.502.000,00
15 451 14 1.4	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS			3.000.000,00		3.000.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			3.000.000,00		3.000.000,00
15 451 14 1.5	CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS			1.000,00		1.000,00
4.4.90.51	Obras e Instalações			1.000,00		1.000,00
15 451 14 1.8	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS			4.500.000,00		4.500.000,00
4.4.90.51	Obras e Instalações			4.500.000,00		4.500.000,00
15 451 14 1.9	CONSTRUÇÃO DE PONTE LIGANDO OS BAIRROS DO MUNICÍPIO			1.000,00		1.000,00
4.4.90.51	Obras e Instalações			1.000,00		1.000,00
15 451 14 2.49	MANUTENÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS				5.000.000,00	5.000.000,00
4.4.90.51	Obras e Instalações				5.000.000,00	5.000.000,00

Anexo 6 da Lei Nº 4.320/1964 - Programa de Trabalho

Valores em R$ - Período: Orçamento/2027

Unidade orçamentária: 18101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
16	Habitação			2.001.000,00		2.001.000,00
16 481	Habitação Rural			2.001.000,00		2.001.000,00
16 481 15	MOSSORÓ CASA DO POVO			2.001.000,00		2.001.000,00
16 481 15 1.11	CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS			2.001.000,00		2.001.000,00
4.4.90.51	Obras e Instalações			2.001.000,00		2.001.000,00
17	Saneamento			3.001.000,00		3.001.000,00
17 512	Saneamento Básico Urbano			3.001.000,00		3.001.000,00
17 512 27	HIGIDEZ E PROTEÇÃO AMBIENTAL			3.001.000,00		3.001.000,00
17 512 27 1.17	EXPANSÃO DO SANEAMENTO BÁSICO URBANO			3.001.000,00		3.001.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			1.000,00		1.000,00
4.4.90.51	Obras e Instalações			3.000.000,00		3.000.000,00
27	Desporto e Lazer			1.100.000,00		1.100.000,00
27 451	Infra-Estrutura Urbana			1.100.000,00		1.100.000,00
27 451 14	MOSSORÓ REALIZA			1.100.000,00		1.100.000,00
27 451 14 1.6	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA ESPORTIVA E DE LAZER			1.100.000,00		1.100.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			100.000,00		100.000,00
4.4.90.51	Obras e Instalações			1.000.000,00		1.000.000,00
	Total da unidade orçamentária			**13.604.000,00**	**19.104.000,00**	**32.708.000,00**

Unidade orçamentária: 18103 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
17	Saneamento			2.520.000,00		2.520.000,00
17 512	Saneamento Básico Urbano			2.520.000,00		2.520.000,00
17 512 14	MOSSORÓ REALIZA			2.520.000,00		2.520.000,00
17 512 14 1.18	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE REDES DE DRENAGENS - FMSB			2.520.000,00		2.520.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			1.260.000,00		1.260.000,00
4.4.90.51	Obras e Instalações			1.260.000,00		1.260.000,00
	Total da unidade orçamentária			**2.520.000,00**		**2.520.000,00**
	Total da unidade gestora			**16.124.000,00**	**19.104.000,00**	**35.228.000,00**
	TOTAL GERAL		**56.294.000,00**	**28.220.000,00**	**1.513.819.000,00**	**1.598.333.000,00**

Entidades Consolidadas: CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ, SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO , SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL , CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO , PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO , SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA , SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA , SEC. MUN. DO DESENV. ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TURISMO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER , SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO, PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN, PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ, AGENCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PUBLICOS DE MOSSORO, SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, SECRETARIA MUNICIPAL DE PROGRAMAS E PROJETOS ESTRATEGICOS, FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA, SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA E INOVAÇÃO EM GESTÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

ANEXO V – Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades

LOA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
2027

Anexo 7 da Lei Nº 4.320/1964 - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades

Valores em R$ - Período: Orçamento/2027

Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
1	Legislativa			1.320.000,00	45.171.000,00	46.491.000,00
1 31	Ação Legislativa			1.320.000,00	45.171.000,00	46.491.000,00
1 31 7	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS			1.320.000,00	45.171.000,00	46.491.000,00
3	Essencial à Justiça				8.914.000,00	8.914.000,00
3 92	Representação Judicial e Extrajudicial				100.000,00	100.000,00
3 92 13	GESTÃO E MODERNIZAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA				100.000,00	100.000,00
3 122	Administração Geral				8.654.000,00	8.654.000,00
3 122 7	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS				8.654.000,00	8.654.000,00
3 128	Formação de Recursos Humanos				160.000,00	160.000,00
3 128 6	GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS				160.000,00	160.000,00
4	Administração			1.679.000,00	280.955.000,00	282.634.000,00
4 122	Administração Geral			1.679.000,00	184.715.000,00	186.394.000,00
4 122 1	INOVAÇÃO, GOVERNANÇA E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA				924.000,00	924.000,00
4 122 7	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS			1.679.000,00	161.530.000,00	163.209.000,00
4 122 22	MOBILIDADE URBANA E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO				17.051.000,00	17.051.000,00
4 122 35	EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE MASSAS				5.210.000,00	5.210.000,00
4 123	Administração Financeira				90.118.000,00	90.118.000,00
4 123 7	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS				90.118.000,00	90.118.000,00
4 124	Controle Interno				1.762.000,00	1.762.000,00
4 124 7	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS				1.762.000,00	1.762.000,00
4 126	Tecnologia da Informação				560.000,00	560.000,00
4 126 1	INOVAÇÃO, GOVERNANÇA E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA				560.000,00	560.000,00
4 128	Formação de Recursos Humanos				300.000,00	300.000,00
4 128 6	GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS				280.000,00	280.000,00
4 128 7	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS				20.000,00	20.000,00
4 131	Comunicação Social				3.500.000,00	3.500.000,00
4 131 10	GESTÃO ESTRATÉGICA DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL				3.500.000,00	3.500.000,00
6	Segurança Pública				31.472.000,00	31.472.000,00
6 128	Formação de Recursos Humanos				50.000,00	50.000,00
6 128 6	GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS				50.000,00	50.000,00
6 181	Policiamento				31.422.000,00	31.422.000,00
6 181 21	SEGURANÇA CIDADÃ E ORDEM PÚBLICA				31.422.000,00	31.422.000,00
8	Assistência Social				40.000.000,00	40.000.000,00
8 122	Administração Geral				16.753.000,00	16.753.000,00
8 122 7	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS				16.236.000,00	16.236.000,00
8 122 28	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FNAS)				35.000,00	35.000,00
8 122 29	GESTÃO E FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)				60.000,00	60.000,00
8 122 30	GESTÃO DE PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS				422.000,00	422.000,00
8 243	Assistência à Criança e ao Adolescente				2.914.000,00	2.914.000,00
8 243 31	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E PREVENÇÃO DE RISCOS				962.000,00	962.000,00
8 243 32	PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE				300.000,00	300.000,00
8 243 38	PROGRAMA JOVEM DO FUTURO				1.652.000,00	1.652.000,00
8 244	Assistência Comunitária				4.430.000,00	4.430.000,00
8 244 30	GESTÃO DE PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS				2.830.000,00	2.830.000,00
8 244 31	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E PREVENÇÃO DE RISCOS				1.600.000,00	1.600.000,00

Anexo 7 da Lei Nº 4.320/1964 - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades

Valores em R$ - Período: Orçamento/2027

Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
8 245	Serviços Socioassistenciais				15.903.000,00	15.903.000,00
8 245 29	GESTÃO E FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)				282.000,00	282.000,00
8 245 31	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E PREVENÇÃO DE RISCOS				15.621.000,00	15.621.000,00
9	Previdência Social			1.481.000,00	110.931.000,00	112.412.000,00
9 122	Administração Geral			1.481.000,00	45.000,00	1.526.000,00
9 122 6	GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS				45.000,00	45.000,00
9 122 7	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS			1.481.000,00		1.481.000,00
9 272	Previdência do Regime Estatutário				110.886.000,00	110.886.000,00
9 272 12	BENEFÍCIOS E PREVIDÊNCIA DE SERVIDORES				110.886.000,00	110.886.000,00
10	Saúde			945.000,00	466.278.000,00	467.223.000,00
10 122	Administração Geral			945.000,00	42.831.000,00	43.776.000,00
10 122 7	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS				3.715.000,00	3.715.000,00
10 122 16	GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE			945.000,00	39.116.000,00	40.061.000,00
10 243	Assistência à Criança e ao Adolescente				150.000,00	150.000,00
10 243 17	ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE				150.000,00	150.000,00
10 301	Atenção Básica				149.090.000,00	149.090.000,00
10 301 17	ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE				149.090.000,00	149.090.000,00
10 302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial				250.042.000,00	250.042.000,00
10 302 18	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR				250.042.000,00	250.042.000,00
10 303	Suporte Profilático e Terapêutico				3.394.000,00	3.394.000,00
10 303 19	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA				3.394.000,00	3.394.000,00
10 304	Vigilância Sanitária				3.453.000,00	3.453.000,00
10 304 20	VIGILÂNCIA EM SAÚDE				3.453.000,00	3.453.000,00
10 305	Vigilância Epidemiológica				17.318.000,00	17.318.000,00
10 305 20	VIGILÂNCIA EM SAÚDE				17.318.000,00	17.318.000,00
12	Educação			6.621.000,00	335.971.000,00	342.592.000,00
12 122	Administração Geral			3.900.000,00	16.170.000,00	20.070.000,00
12 122 7	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS				16.170.000,00	16.170.000,00
12 122 9	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL			3.900.000,00		3.900.000,00
12 131	Comunicação Social				1.000.000,00	1.000.000,00
12 131 10	GESTÃO ESTRATÉGICA DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL				1.000.000,00	1.000.000,00
12 361	Ensino Fundamental				182.353.000,00	182.353.000,00
12 361 9	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL				182.353.000,00	182.353.000,00
12 365	Educação Infantil			2.721.000,00	110.711.000,00	113.432.000,00
12 365 8	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL			2.721.000,00	110.711.000,00	113.432.000,00
12 367	Educação Especial				8.376.000,00	8.376.000,00
12 367 3	PROGRAMA INCLUIR				8.376.000,00	8.376.000,00
12 368	Educação Básica				17.361.000,00	17.361.000,00
12 368 11	GESTÃO E FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA				17.361.000,00	17.361.000,00
13	Cultura				60.488.000,00	60.488.000,00
13 122	Administração Geral				2.000,00	2.000,00
13 122 7	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS				2.000,00	2.000,00
13 392	Difusão Cultural				60.486.000,00	60.486.000,00
13 392 35	EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE MASSAS				60.486.000,00	60.486.000,00
14	Direitos da Cidadania				10.000,00	10.000,00

Anexo 7 da Lei Nº 4.320/1964 - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades

Valores em R$ - Período: Orçamento/2027

Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
14 422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos				10.000,00	10.000,00
14 422 21	SEGURANÇA CIDADÃ E ORDEM PÚBLICA				10.000,00	10.000,00
15	Urbanismo			7.502.000,00	86.094.000,00	93.596.000,00
15 451	Infra-Estrutura Urbana			7.502.000,00	5.050.000,00	12.552.000,00
15 451 14	MOSSORÓ REALIZA			7.502.000,00	5.000.000,00	12.502.000,00
15 451 26	INFRAESTRUTURA E GESTÃO DOS SERVIÇOS URBANOS				50.000,00	50.000,00
15 452	Serviços Urbanos				56.301.000,00	56.301.000,00
15 452 26	INFRAESTRUTURA E GESTÃO DOS SERVIÇOS URBANOS				56.301.000,00	56.301.000,00
15 541	Preservação e Conservação Ambiental				210.000,00	210.000,00
15 541 27	HIGIDEZ E PROTEÇÃO AMBIENTAL				210.000,00	210.000,00
15 752	Energia Elétrica				24.533.000,00	24.533.000,00
15 752 21	SEGURANÇA CIDADÃ E ORDEM PÚBLICA				24.533.000,00	24.533.000,00
16	Habitação			2.051.000,00		2.051.000,00
16 481	Habitação Rural			2.001.000,00		2.001.000,00
16 481 15	MOSSORÓ CASA DO POVO			2.001.000,00		2.001.000,00
16 482	Habitação Urbana			50.000,00		50.000,00
16 482 15	MOSSORÓ CASA DO POVO			50.000,00		50.000,00
17	Saneamento			5.521.000,00		5.521.000,00
17 512	Saneamento Básico Urbano			5.521.000,00		5.521.000,00
17 512 14	MOSSORÓ REALIZA			2.520.000,00		2.520.000,00
17 512 27	HIGIDEZ E PROTEÇÃO AMBIENTAL			3.001.000,00		3.001.000,00
18	Gestão Ambiental				12.347.000,00	12.347.000,00
18 452	Serviços Urbanos				12.150.000,00	12.150.000,00
18 452 27	HIGIDEZ E PROTEÇÃO AMBIENTAL				12.150.000,00	12.150.000,00
18 541	Preservação e Conservação Ambiental				194.000,00	194.000,00
18 541 27	HIGIDEZ E PROTEÇÃO AMBIENTAL				194.000,00	194.000,00
18 542	Controle Ambiental				3.000,00	3.000,00
18 542 27	HIGIDEZ E PROTEÇÃO AMBIENTAL				3.000,00	3.000,00
19	Ciência e Tecnologia				351.000,00	351.000,00
19 572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia				351.000,00	351.000,00
19 572 24	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTABILIDADE DE NEGÓCIOS				351.000,00	351.000,00
20	Agricultura				18.660.000,00	18.660.000,00
20 544	Recursos Hídricos				8.600.000,00	8.600.000,00
20 544 23	MOSSORÓ RURAL				8.600.000,00	8.600.000,00
20 606	Extensão Rural				6.940.000,00	6.940.000,00
20 606 23	MOSSORÓ RURAL				6.940.000,00	6.940.000,00
20 662	Produção Industrial				3.120.000,00	3.120.000,00
20 662 25	FOMENTO E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO				3.120.000,00	3.120.000,00
23	Comércio e Serviços				2.350.000,00	2.350.000,00
23 692	Comercialização				2.350.000,00	2.350.000,00
23 692 25	FOMENTO E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO				2.050.000,00	2.050.000,00
23 692 40	PEIXE POPULAR				300.000,00	300.000,00
24	Comunicações				6.557.000,00	6.557.000,00
24 131	Comunicação Social				6.557.000,00	6.557.000,00
24 131 10	GESTÃO ESTRATÉGICA DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL				6.557.000,00	6.557.000,00
26	Transporte				3.850.000,00	3.850.000,00

Anexo 7 da Lei Nº 4.320/1964 - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades

Valores em R$ - Período: Orçamento/2027

Código	Especificação	Não orçamentária	Operação especial	Projetos	Atividades	Total
26 453	Transportes Coletivos Urbanos				3.850.000,00	3.850.000,00
26 453 22	MOBILIDADE URBANA E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO				3.850.000,00	3.850.000,00
27	Desporto e Lazer			1.100.000,00	3.420.000,00	4.520.000,00
27 122	Administração Geral				2.487.000,00	2.487.000,00
27 122 7	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS				2.487.000,00	2.487.000,00
27 451	Infra-Estrutura Urbana			1.100.000,00		1.100.000,00
27 451 14	MOSSORÓ REALIZA			1.100.000,00		1.100.000,00
27 811	Desporto de Rendimento				2.000,00	2.000,00
27 811 5	DESENVOLVIMENTO ESPORTIVO E INCLUSÃO ATRAVÉS DO ESPORTE				2.000,00	2.000,00
27 812	Desporto Comunitário				931.000,00	931.000,00
27 812 4	FOMENTO E GESTÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER				931.000,00	931.000,00
99	Reserva de Contingência		56.294.000,00			56.294.000,00
99 997	Reserva do RPPS		10.489.000,00			10.489.000,00
99 997 9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		10.489.000,00			10.489.000,00
99 999	Reserva de Contingência		45.805.000,00			45.805.000,00
99 999 9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		45.805.000,00			45.805.000,00
	Total		**56.294.000,00**	**28.220.000,00**	**1.513.819.000,00**	**1.598.333.000,00**
	Total geral		**56.294.000,00**	**28.220.000,00**	**1.513.819.000,00**	**1.598.333.000,00**

Entidades Consolidadas: CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ, SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO , SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL , CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO , PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO , SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA , SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA , SEC. MUN. DO DESENV. ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TURISMO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER , SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO, PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN, PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ, AGENCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PUBLICOS DE MOSSORO, SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, SECRETARIA MUNICIPAL DE PROGRAMAS E PROJETOS ESTRATEGICOS, FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA, SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA E INOVAÇÃO EM GESTÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

ANEXO VI – Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas Conforme o Vínculo com os Recursos

LOA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
2027

Anexo 8 da Lei Nº 4.320/1964 - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas, Conforme o Vínculo com os Recursos

Valores em R$ - Período: Orçamento/2027

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
1	Legislativa	46.491.000,00		46.491.000,00
1 31	Ação Legislativa	46.491.000,00		46.491.000,00
1 31 7	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	46.491.000,00		46.491.000,00
3	Essencial à Justiça	8.914.000,00		8.914.000,00
3 92	Representação Judicial e Extrajudicial	100.000,00		100.000,00
3 92 13	GESTÃO E MODERNIZAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	100.000,00		100.000,00
3 122	Administração Geral	8.654.000,00		8.654.000,00
3 122 7	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	8.654.000,00		8.654.000,00
3 128	Formação de Recursos Humanos	160.000,00		160.000,00
3 128 6	GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS	160.000,00		160.000,00
4	Administração	276.188.000,00	6.446.000,00	282.634.000,00
4 122	Administração Geral	179.948.000,00	6.446.000,00	186.394.000,00
4 122 1	INOVAÇÃO, GOVERNANÇA E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	924.000,00		924.000,00
4 122 7	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	162.844.000,00	365.000,00	163.209.000,00
4 122 22	MOBILIDADE URBANA E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	10.970.000,00	6.081.000,00	17.051.000,00
4 122 35	EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE MASSAS	5.210.000,00		5.210.000,00
4 123	Administração Financeira	90.118.000,00		90.118.000,00
4 123 7	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	90.118.000,00		90.118.000,00
4 124	Controle Interno	1.762.000,00		1.762.000,00
4 124 7	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	1.762.000,00		1.762.000,00
4 126	Tecnologia da Informação	560.000,00		560.000,00
4 126 1	INOVAÇÃO, GOVERNANÇA E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	560.000,00		560.000,00
4 128	Formação de Recursos Humanos	300.000,00		300.000,00
4 128 6	GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS	280.000,00		280.000,00
4 128 7	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	20.000,00		20.000,00
4 131	Comunicação Social	3.500.000,00		3.500.000,00
4 131 10	GESTÃO ESTRATÉGICA DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	3.500.000,00		3.500.000,00
6	Segurança Pública	31.472.000,00		31.472.000,00
6 128	Formação de Recursos Humanos	50.000,00		50.000,00
6 128 6	GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS	50.000,00		50.000,00
6 181	Policiamento	31.422.000,00		31.422.000,00
6 181 21	SEGURANÇA CIDADÃ E ORDEM PÚBLICA	31.422.000,00		31.422.000,00
8	Assistência Social	33.799.000,00	6.201.000,00	40.000.000,00
8 122	Administração Geral	16.298.000,00	455.000,00	16.753.000,00
8 122 7	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	16.236.000,00		16.236.000,00
8 122 28	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FNAS)		35.000,00	35.000,00
8 122 29	GESTÃO E FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)	50.000,00	10.000,00	60.000,00
8 122 30	GESTÃO DE PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS	12.000,00	410.000,00	422.000,00
8 243	Assistência à Criança e ao Adolescente	2.424.000,00	490.000,00	2.914.000,00
8 243 31	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E PREVENÇÃO DE RISCOS	472.000,00	490.000,00	962.000,00
8 243 32	PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	300.000,00		300.000,00
8 243 38	PROGRAMA JOVEM DO FUTURO	1.652.000,00		1.652.000,00
8 244	Assistência Comunitária	3.100.000,00	1.330.000,00	4.430.000,00
8 244 30	GESTÃO DE PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS	1.500.000,00	1.330.000,00	2.830.000,00
8 244 31	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E PREVENÇÃO DE RISCOS	1.600.000,00		1.600.000,00
8 245	Serviços Socioassistenciais	11.977.000,00	3.926.000,00	15.903.000,00

Anexo 8 da Lei Nº 4.320/1964 - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas, Conforme o Vínculo com os Recursos

Valores em R$ - Período: Orçamento/2027

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
8 245 29	GESTÃO E FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)	2.000,00	280.000,00	282.000,00
8 245 31	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E PREVENÇÃO DE RISCOS	11.975.000,00	3.646.000,00	15.621.000,00
9	Previdência Social	1.526.000,00	110.886.000,00	112.412.000,00
9 122	Administração Geral	1.526.000,00		1.526.000,00
9 122 6	GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS	45.000,00		45.000,00
9 122 7	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	1.481.000,00		1.481.000,00
9 272	Previdência do Regime Estatutário		110.886.000,00	110.886.000,00
9 272 12	BENEFÍCIOS E PREVIDÊNCIA DE SERVIDORES		110.886.000,00	110.886.000,00
10	Saúde	214.833.000,00	252.390.000,00	467.223.000,00
10 122	Administração Geral	23.869.000,00	19.907.000,00	43.776.000,00
10 122 7	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	3.715.000,00		3.715.000,00
10 122 16	GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	20.154.000,00	19.907.000,00	40.061.000,00
10 243	Assistência à Criança e ao Adolescente		150.000,00	150.000,00
10 243 17	ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE		150.000,00	150.000,00
10 301	Atenção Básica	84.124.000,00	64.966.000,00	149.090.000,00
10 301 17	ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	84.124.000,00	64.966.000,00	149.090.000,00
10 302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	94.311.000,00	155.731.000,00	250.042.000,00
10 302 18	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	94.311.000,00	155.731.000,00	250.042.000,00
10 303	Suporte Profilático e Terapêutico	200.000,00	3.194.000,00	3.394.000,00
10 303 19	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	200.000,00	3.194.000,00	3.394.000,00
10 304	Vigilância Sanitária	2.523.000,00	930.000,00	3.453.000,00
10 304 20	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	2.523.000,00	930.000,00	3.453.000,00
10 305	Vigilância Epidemiológica	9.806.000,00	7.512.000,00	17.318.000,00
10 305 20	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	9.806.000,00	7.512.000,00	17.318.000,00
12	Educação	160.000.000,00	182.592.000,00	342.592.000,00
12 122	Administração Geral	16.470.000,00	3.600.000,00	20.070.000,00
12 122 7	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	16.070.000,00	100.000,00	16.170.000,00
12 122 9	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	400.000,00	3.500.000,00	3.900.000,00
12 131	Comunicação Social	1.000.000,00		1.000.000,00
12 131 10	GESTÃO ESTRATÉGICA DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	1.000.000,00		1.000.000,00
12 361	Ensino Fundamental	71.442.000,00	110.911.000,00	182.353.000,00
12 361 9	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	71.442.000,00	110.911.000,00	182.353.000,00
12 365	Educação Infantil	50.222.000,00	63.210.000,00	113.432.000,00
12 365 8	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	50.222.000,00	63.210.000,00	113.432.000,00
12 367	Educação Especial	8.376.000,00		8.376.000,00
12 367 3	PROGRAMA INCLUIR	8.376.000,00		8.376.000,00
12 368	Educação Básica	12.490.000,00	4.871.000,00	17.361.000,00
12 368 11	GESTÃO E FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	12.490.000,00	4.871.000,00	17.361.000,00
13	Cultura	58.526.000,00	1.962.000,00	60.488.000,00
13 122	Administração Geral	2.000,00		2.000,00
13 122 7	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	2.000,00		2.000,00
13 392	Difusão Cultural	58.524.000,00	1.962.000,00	60.486.000,00
13 392 35	EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE MASSAS	58.524.000,00	1.962.000,00	60.486.000,00
14	Direitos da Cidadania	10.000,00		10.000,00
14 422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	10.000,00		10.000,00
14 422 21	SEGURANÇA CIDADÃ E ORDEM PÚBLICA	10.000,00		10.000,00

Anexo 8 da Lei Nº 4.320/1964 - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas, Conforme o Vínculo com os Recursos

Valores em R$ - Período: Orçamento/2027

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
15	Urbanismo	64.295.000,00	29.301.000,00	93.596.000,00
15 451	Infra-Estrutura Urbana	9.552.000,00	3.000.000,00	12.552.000,00
15 451 14	MOSSORÓ REALIZA	9.502.000,00	3.000.000,00	12.502.000,00
15 451 26	INFRAESTRUTURA E GESTÃO DOS SERVIÇOS URBANOS	50.000,00		50.000,00
15 452	Serviços Urbanos	30.000.000,00	26.301.000,00	56.301.000,00
15 452 26	INFRAESTRUTURA E GESTÃO DOS SERVIÇOS URBANOS	30.000.000,00	26.301.000,00	56.301.000,00
15 541	Preservação e Conservação Ambiental	210.000,00		210.000,00
15 541 27	HIGIDEZ E PROTEÇÃO AMBIENTAL	210.000,00		210.000,00
15 752	Energia Elétrica	24.533.000,00		24.533.000,00
15 752 21	SEGURANÇA CIDADÃ E ORDEM PÚBLICA	24.533.000,00		24.533.000,00
16	Habitação	2.051.000,00		2.051.000,00
16 481	Habitação Rural	2.001.000,00		2.001.000,00
16 481 15	MOSSORÓ CASA DO POVO	2.001.000,00		2.001.000,00
16 482	Habitação Urbana	50.000,00		50.000,00
16 482 15	MOSSORÓ CASA DO POVO	50.000,00		50.000,00
17	Saneamento	2.521.000,00	3.000.000,00	5.521.000,00
17 512	Saneamento Básico Urbano	2.521.000,00	3.000.000,00	5.521.000,00
17 512 14	MOSSORÓ REALIZA	2.520.000,00		2.520.000,00
17 512 27	HIGIDEZ E PROTEÇÃO AMBIENTAL	1.000,00	3.000.000,00	3.001.000,00
18	Gestão Ambiental	347.000,00	12.000.000,00	12.347.000,00
18 452	Serviços Urbanos	150.000,00	12.000.000,00	12.150.000,00
18 452 27	HIGIDEZ E PROTEÇÃO AMBIENTAL	150.000,00	12.000.000,00	12.150.000,00
18 541	Preservação e Conservação Ambiental	194.000,00		194.000,00
18 541 27	HIGIDEZ E PROTEÇÃO AMBIENTAL	194.000,00		194.000,00
18 542	Controle Ambiental	3.000,00		3.000,00
18 542 27	HIGIDEZ E PROTEÇÃO AMBIENTAL	3.000,00		3.000,00
19	Ciência e Tecnologia	351.000,00		351.000,00
19 572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	351.000,00		351.000,00
19 572 24	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTABILIDADE DE NEGÓCIOS	351.000,00		351.000,00
20	Agricultura	18.660.000,00		18.660.000,00
20 544	Recursos Hídricos	8.600.000,00		8.600.000,00
20 544 23	MOSSORÓ RURAL	8.600.000,00		8.600.000,00
20 606	Extensão Rural	6.940.000,00		6.940.000,00
20 606 23	MOSSORÓ RURAL	6.940.000,00		6.940.000,00
20 662	Produção Industrial	3.120.000,00		3.120.000,00
20 662 25	FOMENTO E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	3.120.000,00		3.120.000,00
23	Comércio e Serviços	2.350.000,00		2.350.000,00
23 692	Comercialização	2.350.000,00		2.350.000,00
23 692 25	FOMENTO E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	2.050.000,00		2.050.000,00
23 692 40	PEIXE POPULAR	300.000,00		300.000,00
24	Comunicações	6.557.000,00		6.557.000,00
24 131	Comunicação Social	6.557.000,00		6.557.000,00
24 131 10	GESTÃO ESTRATÉGICA DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	6.557.000,00		6.557.000,00
26	Transporte	3.850.000,00		3.850.000,00
26 453	Transportes Coletivos Urbanos	3.850.000,00		3.850.000,00
26 453 22	MOBILIDADE URBANA E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	3.850.000,00		3.850.000,00

Anexo 8 da Lei Nº 4.320/1964 - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas, Conforme o Vínculo com os Recursos

Valores em R$ - Período: Orçamento/2027

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
27	Desporto e Lazer	4.520.000,00		4.520.000,00
27 122	Administração Geral	2.487.000,00		2.487.000,00
27 122 7	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	2.487.000,00		2.487.000,00
27 451	Infra-Estrutura Urbana	1.100.000,00		1.100.000,00
27 451 14	MOSSORÓ REALIZA	1.100.000,00		1.100.000,00
27 811	Desporto de Rendimento	2.000,00		2.000,00
27 811 5	DESENVOLVIMENTO ESPORTIVO E INCLUSÃO ATRAVÉS DO ESPORTE	2.000,00		2.000,00
27 812	Desporto Comunitário	931.000,00		931.000,00
27 812 4	FOMENTO E GESTÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER	931.000,00		931.000,00
99	Reserva de Contingência	47.831.000,00	8.463.000,00	56.294.000,00
99 997	Reserva do RPPS	2.026.000,00	8.463.000,00	10.489.000,00
99 997 9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.026.000,00	8.463.000,00	10.489.000,00
99 999	Reserva de Contingência	45.805.000,00		45.805.000,00
99 999 9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	45.805.000,00		45.805.000,00
	Total	**985.092.000,00**	**613.241.000,00**	**1.598.333.000,00**
	TOTAL GERAL	**985.092.000,00**	**613.241.000,00**	**1.598.333.000,00**

Entidades Consolidadas: CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ, SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO , SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL , CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO , PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO , SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA , SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA , SEC. MUN. DO DESENV. ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TURISMO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER , SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO, PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN, PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ, AGENCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PUBLICOS DE MOSSORO, SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, SECRETARIA MUNICIPAL DE PROGRAMAS E PROJETOS ESTRATEGICOS, FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA, SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA E INOVAÇÃO EM GESTÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

ANEXO VII – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções

LOA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
2027

MOSSORÓ
PREFEITURA

Anexo 9 da Lei Nº 4.320/1964 - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções

Valores em R$ - Período: Orçamento/2027

Orgão Unidade Orçamentária	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional
1000 - Poder Legislativo	43.491.000,00				
1101 - Câmara Municipal de Mossoró	43.491.000,00				
2000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO				10.981.000,00	
2101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO				10.981.000,00	
3000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL				3.023.000,00	
3101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL				3.023.000,00	
4000 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO				1.802.000,00	
4101 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO				1.802.000,00	
5000 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO			8.914.000,00		
5101 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO			5.996.000,00		
5102 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ - FUNDEM			2.918.000,00		
6000 - SECRETARIA M. DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS				125.590.000,00	
6101 - SECRETARIA M. DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS				125.590.000,00	
7000 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO				12.234.000,00	
7101 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO				12.234.000,00	
8000 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA				17.817.000,00	
8101 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA				16.893.000,00	
8102 - FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO A CIDADANIA FISCAL E DESENVOLVIMENTO DA ADM. TRIBUTÁRIA - FUNCIDAT				924.000,00	
12000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA				12.095.000,00	
12101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA				12.095.000,00	
13000 - SEC. MUN. DO DESENV. ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TURISMO				3.862.000,00	
13101 - SEC. MUN. DO DESENV. ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TURISMO				3.862.000,00	
16000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL				7.876.000,00	
16101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL				7.876.000,00	
17000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO				26.022.000,00	
17101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO				26.022.000,00	
24000 - PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN				9.165.000,00	
24201 - PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN				9.165.000,00	
22000 - AGENCIA REGULADORA DOS SERVICOS PUBLICOS DE MOSSORO				2.295.000,00	
22001 - AGENCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PUBLICOS DE MOSSORO				2.295.000,00	
23000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO, MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS				12.144.000,00	
23001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS				12.144.000,00	
24000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROGRAMAS E PROJETOS ESTRATEGICOS				3.591.000,00	
24001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROGRAMAS E PROJETOS ESTRATEGICOS				3.591.000,00	
1000 - FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA	3.000.000,00				
1201 - FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA	3.000.000,00				
27000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA E INOVAÇÃO EM GESTÃO				620.000,00	
27001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA E INOVAÇÃO EM GESTÃO				620.000,00	
28000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS				15.866.000,00	
28001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS				15.866.000,00	
29000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO				3.547.000,00	
29001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO				3.547.000,00	
18000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA				14.104.000,00	

Anexo 9 da Lei Nº 4.320/1964 - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções

Valores em R$ - Período: Orçamento/2027

Orgão Unidade Orçamentária	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional
18101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA				14.104.000,00	
Total	**46.491.000,00**		**8.914.000,00**	**282.634.000,00**	

Anexo 9 da Lei Nº 4.320/1964 - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções

Valores em R$ - Período: Orçamento/2027

Orgão Unidade Orçamentária	Segurança Pública	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde
10000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					467.223.000,00
10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					467.223.000,00
11000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			23.364.000,00		
11101 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA			23.364.000,00		
17000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO	31.472.000,00				
17101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO	31.422.000,00				
17103 - FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	50.000,00				
24000 - PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN				112.412.000,00	
24201 - PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN				112.412.000,00	
30000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			16.636.000,00		
30001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			16.236.000,00		
30002 - FUNDO MUNICIPAL PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA			300.000,00		
30003 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO			100.000,00		
Total	**31.472.000,00**		**40.000.000,00**	**112.412.000,00**	**467.223.000,00**

Anexo 9 da Lei Nº 4.320/1964 - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções

Valores em R$ - Período: Orçamento/2027

Orgão Unidade Orçamentária	Trabalho	Educação	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo
9000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		342.592.000,00			
9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		342.592.000,00			
12000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA			60.488.000,00		
12101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA			60.468.000,00		
12102 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA			20.000,00		
17000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO				10.000,00	
17102 - FUNDO MUNICIPAL SOBRE DROGAS DO MUNICIPIO DE MOSSORO				10.000,00	
23000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO, MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS					80.834.000,00
23001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS					80.834.000,00
29000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO					260.000,00
29001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO					50.000,00
29002 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE MOSSORÓ - FUNAM					210.000,00
18000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA					12.502.000,00
18101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA					12.502.000,00
Total		**342.592.000,00**	**60.488.000,00**	**10.000,00**	**93.596.000,00**

Anexo 9 da Lei Nº 4.320/1964 - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções

Valores em R$ - Período: Orçamento/2027

Orgão Unidade Orçamentária	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental	Ciência e Tecnologia	Agricultura
13000 - SEC. MUN. DO DESENV. ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TURISMO				351.000,00	
13101 - SEC. MUN. DO DESENV. ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TURISMO				351.000,00	
16000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL					18.660.000,00
16101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL					18.660.000,00
23000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO, MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS			12.000.000,00		
23001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS			12.000.000,00		
24000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROGRAMAS E PROJETOS ESTRATEGICOS	50.000,00				
24001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROGRAMAS E PROJETOS ESTRATEGICOS	50.000,00				
29000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO			347.000,00		
29002 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE MOSSORÓ - FUNAM			347.000,00		
18000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	2.001.000,00	5.521.000,00			
18101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	2.001.000,00	3.001.000,00			
18103 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO		2.520.000,00			
Total	**2.051.000,00**	**5.521.000,00**	**12.347.000,00**	**351.000,00**	**18.660.000,00**

Anexo 9 da Lei Nº 4.320/1964 - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções

Valores em R$ - Período: Orçamento/2027

Orgão Unidade Orçamentária	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações	Energia
3000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL				5.557.000,00	
3101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL				5.557.000,00	
8000 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA				1.000.000,00	
8101 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA				1.000.000,00	
13000 - SEC. MUN. DO DESENV. ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TURISMO			2.050.000,00		
13101 - SEC. MUN. DO DESENV. ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TURISMO			2.050.000,00		
16000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL			300.000,00		
16101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL			300.000,00		
Total			**2.350.000,00**	**6.557.000,00**	

Anexo 9 da Lei Nº 4.320/1964 - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções

Valores em R$ - Período: Orçamento/2027

Orgão Unidade Orçamentária	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	Total
1000 - Poder Legislativo					43.491.000,00
1101 - Câmara Municipal de Mossoró					43.491.000,00
2000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO					10.981.000,00
2101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO					10.981.000,00
3000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL					8.580.000,00
3101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL					8.580.000,00
4000 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO					1.802.000,00
4101 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO					1.802.000,00
5000 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO					8.914.000,00
5101 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO					5.996.000,00
5102 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ - FUNDEM					2.918.000,00
6000 - SECRETARIA M. DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS					125.590.000,00
6101 - SECRETARIA M. DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS					125.590.000,00
7000 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO					12.234.000,00
7101 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO					12.234.000,00
8000 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA					18.817.000,00
8101 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA					17.893.000,00
8102 - FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO A CIDADANIA FISCAL E DESENVOLVIMENTO DA ADM. TRIBUTÁRIA - FUNCIDAT					924.000,00
9000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					342.592.000,00
9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					342.592.000,00
10000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					467.223.000,00
10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					467.223.000,00
11000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					23.364.000,00
11101 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA					23.364.000,00
12000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA					72.583.000,00
12101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA					72.563.000,00
12102 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA					20.000,00
13000 - SEC. MUN. DO DESENV. ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TURISMO					6.263.000,00
13101 - SEC. MUN. DO DESENV. ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TURISMO					6.263.000,00
14000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E JUVENTUDE		3.420.000,00			3.420.000,00
14101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E JUVENTUDE		3.420.000,00			3.420.000,00
16000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL					26.836.000,00
16101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL					26.836.000,00
17000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO	3.850.000,00				61.354.000,00
17101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO	3.850.000,00				61.294.000,00
17102 - FUNDO MUNICIPAL SOBRE DROGAS DO MUNICIPIO DE MOSSORO					10.000,00
17103 - FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA					50.000,00
24000 - PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN				10.489.000,00	132.066.000,00
24201 - PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN				10.489.000,00	132.066.000,00
20000 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA				28.628.000,00	28.628.000,00
20101 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA				28.628.000,00	28.628.000,00
21000 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA DAS EMENDAS INDIVIDUAIS IMPOSITIVAS				17.177.000,00	17.177.000,00
21101 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA DAS EMENDAS INDIVIDUAIS IMPOSITIVAS				17.177.000,00	17.177.000,00

Anexo 9 da Lei Nº 4.320/1964 - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções

Valores em R$ - Período: Orçamento/2027

Orgão Unidade Orçamentária	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	Total
22000 - AGENCIA REGULADORA DOS SERVICOS PUBLICOS DE MOSSORO					2.295.000,00
22001 - AGENCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PUBLICOS DE MOSSORO					2.295.000,00
23000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO, MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS					104.978.000,00
23001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS					104.978.000,00
24000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROGRAMAS E PROJETOS ESTRATEGICOS					3.641.000,00
24001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROGRAMAS E PROJETOS ESTRATEGICOS					3.641.000,00
1000 - FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA					3.000.000,00
1201 - FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA					3.000.000,00
27000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA E INOVAÇÃO EM GESTÃO					620.000,00
27001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA E INOVAÇÃO EM GESTÃO					620.000,00
28000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS					15.866.000,00
28001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS					15.866.000,00
29000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO					4.154.000,00
29001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO					3.597.000,00
29002 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE MOSSORÓ - FUNAM					557.000,00
30000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					16.636.000,00
30001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					16.236.000,00
30002 - FUNDO MUNICIPAL PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA					300.000,00
30003 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO					100.000,00
18000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA		1.100.000,00			35.228.000,00
18101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA		1.100.000,00			32.708.000,00
18103 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO					2.520.000,00
Total	**3.850.000,00**	**4.520.000,00**		**56.294.000,00**	**1.598.333.000,00**

Resumo

Total das Funções	**1.598.333.000,00**
TOTAL GERAL	**1.598.333.000,00**

Entidades Consolidadas: CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ, SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO , SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL , CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO , PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO , SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA , SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA , SEC. MUN. DO DESENV. ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TURISMO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER , SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO, PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN, PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ, AGENCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PUBLICOS DE MOSSORO, SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, SECRETARIA MUNICIPAL DE PROGRAMAS E PROJETOS ESTRATEGICOS, FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA, SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA E INOVAÇÃO EM GESTÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

ANEXO VIII – Sumário Geral Consolidado da Receita por Fonte e da Despesa por Função de Governo

LOA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
2027

Sumário Geral Consolidado da Receita por Fonte e da Despesa por Função de Governo

(Lei nº 4.320/64, art. 2º, parágrafo 1º, inciso I)

Valores em R$ - Período: Orçamento/2027

Receitas			Despesas	
Natureza da Receita	**Fonte de Recursos**		**Função**	**Valor**
	Recursos Ordinários	**Recursos Vinculados**		
Receitas Correntes			Legislativa	46.491.000,00
Receita Tributária	381.140.000,00		Essencial à Justiça	8.914.000,00
Receita de Contribuições	24.364.000,00	46.484.000,00	Administração	282.634.000,00
Receita Patrimonial	8.335.000,00	19.511.000,00	Segurança Pública	31.472.000,00
Transferências Correntes	540.604.000,00	478.407.000,00	Assistência Social	40.000.000,00
Outras Receitas Correntes	116.571.000,00	14.373.000,00	Previdência Social	112.412.000,00
Total das Receitas Correntes	1.071.014.000,00	558.775.000,00	Saúde	467.223.000,00
Dedução	-103.376.000,00		Educação	342.592.000,00
Total	**967.638.000,00**	**558.775.000,00**	Cultura	60.488.000,00
Receitas de Capital			Direitos da Cidadania	10.000,00
Operação de Crédito	6.000.000,00		Urbanismo	93.596.000,00
Transferência de Capital		5.071.000,00	Habitação	2.051.000,00
Total das Receitas de Capital	6.000.000,00	5.071.000,00	Saneamento	5.521.000,00
Total	**6.000.000,00**	**5.071.000,00**	Gestão Ambiental	12.347.000,00
			Ciência e Tecnologia	351.000,00
			Agricultura	18.660.000,00
			Comércio e Serviços	2.350.000,00
			Comunicações	6.557.000,00
			Transporte	3.850.000,00
			Desporto e Lazer	4.520.000,00
			Reserva de Contingência	56.294.000,00
Receitas Correntes Intra-Orçamentári				
Receitas de Contribuição Intra-Orçament	11.454.000,00	49.395.000,00		
Total das Receitas Correntes Intra-Orçamen	11.454.000,00	49.395.000,00		
Total	**11.454.000,00**	**49.395.000,00**		
Receitas de Capital Intra-Orçamentári				
Total das Receitas de Capital Intra-Orçamen				
Total				
Total por Fonte	**985.092.000,00**	**613.241.000,00**		
Total Geral		**1.598.333.000,00**		**1.598.333.000,00**

Entidades Consolidadas: CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ, SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO , SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL , CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO , PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO , SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA , SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA , SEC. MUN. DO DESENV. ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TURISMO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER , SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO, PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN, PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ, AGENCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PUBLICOS DE MOSSORO, SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, SECRETARIA MUNICIPAL DE PROGRAMAS E PROJETOS ESTRATEGICOS, FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA, SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA E INOVAÇÃO EM GESTÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

ANEXO IX – Demonstrativo da Despesa Pelas Funções Segundo a Categoria Econômica

LOA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
2027

Demonstrativo da Despesa Pelas Funções Segundo a Categoria Econômica

(Lei nº 4.320/64, art. 2º, parágrafo 2º, inciso IV)

Valores em R$ - Período: Orçamento/2027

Função	Despesa Corrente			Despesa de Capital			Reserva de Contingência	Total
	Pessoal e Encargos Sociais	Juros da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida		
Legislativa	32.771.000,00	0,00	11.722.000,00	950.000,00	0,00	1.048.000,00	0,00	46.491.000,00
Essencial à Justiça	7.061.000,00	0,00	1.795.000,00	58.000,00	0,00	0,00	0,00	8.914.000,00
Administração	89.805.000,00	39.118.000,00	101.246.000,00	1.465.000,00	0,00	51.000.000,00	0,00	282.634.000,00
Segurança Pública	29.144.000,00	0,00	1.609.000,00	719.000,00	0,00	0,00	0,00	31.472.000,00
Assistência Social	17.175.000,00	0,00	22.368.000,00	457.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000.000,00
Previdência Social	108.871.000,00	0,00	2.814.000,00	727.000,00	0,00	0,00	0,00	112.412.000,00
Saúde	219.070.000,00	0,00	245.378.000,00	2.775.000,00	0,00	0,00	0,00	467.223.000,00
Educação	223.063.000,00	0,00	114.129.000,00	5.400.000,00	0,00	0,00	0,00	342.592.000,00
Cultura	0,00	0,00	60.488.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.488.000,00
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Urbanismo	0,00	0,00	81.309.000,00	12.287.000,00	0,00	0,00	0,00	93.596.000,00
Habitação	0,00	0,00	50.000,00	2.001.000,00	0,00	0,00	0,00	2.051.000,00
Saneamento	0,00	0,00	1.261.000,00	4.260.000,00	0,00	0,00	0,00	5.521.000,00
Gestão Ambiental	0,00	0,00	12.195.000,00	152.000,00	0,00	0,00	0,00	12.347.000,00
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	351.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	351.000,00
Agricultura	0,00	0,00	15.612.000,00	240.000,00	2.808.000,00	0,00	0,00	18.660.000,00
Comércio e Serviços	0,00	0,00	2.300.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	2.350.000,00
Comunicações	0,00	0,00	6.557.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.557.000,00
Transporte	0,00	0,00	3.850.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.850.000,00
Desporto e Lazer	1.534.000,00	0,00	1.946.000,00	1.040.000,00	0,00	0,00	0,00	4.520.000,00
Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	56.294.000,00	56.294.000,00
Total	**728.494.000,00**	**39.118.000,00**	**686.990.000,00**	**32.581.000,00**	**2.808.000,00**	**52.048.000,00**	**56.294.000,00**	**1.598.333.000,00**

Entidades Consolidadas: CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ, SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO , SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL , CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO , PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO , SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA , SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA , SEC. MUN. DO DESENV. ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TURISMO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER , SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO, PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN, PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ, AGENCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PUBLICOS DE MOSSORO, SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, SECRETARIA MUNICIPAL DE PROGRAMAS E PROJETOS ESTRATEGICOS, FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA, SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA E INOVAÇÃO EM GESTÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

ANEXO X – Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica Segundo a Função

LOA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
2027

Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica Segundo a Função

(Lei nº 4.320/64, art. 2º, parágrafo 1º, inciso II)

Valores em R$ - Período: Orçamento/2027

Categoria Econômica	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde
Pessoal e Encargos Sociais	32.771.000,00	0,00	7.061.000,00	89.805.000,00	0,00	29.144.000,00	0,00	17.175.000,00	108.871.000,00	219.070.000,00
Juros da Dívida	0,00	0,00	0,00	39.118.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	11.722.000,00	0,00	1.795.000,00	101.246.000,00	0,00	1.609.000,00	0,00	22.368.000,00	2.814.000,00	245.378.000,00
Investimentos	950.000,00	0,00	58.000,00	1.465.000,00	0,00	719.000,00	0,00	457.000,00	727.000,00	2.775.000,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	1.048.000,00	0,00	0,00	51.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	**46.491.000,00**	**0,00**	**8.914.000,00**	**282.634.000,00**	**0,00**	**31.472.000,00**	**0,00**	**40.000.000,00**	**112.412.000,0**	**467.223.000,00**

Categoria Econômica	Trabalho	Educação	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental	Ciência e Tecnologia	Agricultura
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	223.063.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	114.129.000,00	60.488.000,00	10.000,00	81.309.000,00	50.000,00	1.261.000,00	12.195.000,00	351.000,00	15.612.000,00
Investimentos	0,00	5.400.000,00	0,00	0,00	12.287.000,00	2.001.000,00	4.260.000,00	152.000,00	0,00	240.000,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.808.000,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	**0,00**	**342.592.000,00**	**60.488.000,00**	**10.000,00**	**93.596.000,00**	**2.051.000,00**	**5.521.000,00**	**12.347.000,00**	**351.000,00**	**18.660.000,00**

Categoria Econômica	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações	Energia	Transportes	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	Total
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.534.000,00	0,00	0,00	728.494.000,00
Juros da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.118.000,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	2.300.000,00	6.557.000,00	0,00	3.850.000,00	1.946.000,00	0,00	0,00	686.990.000,00
Investimentos	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	1.040.000,00	0,00	0,00	32.581.000,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.808.000,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52.048.000,00
Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	56.294.000,00	56.294.000,00
Total	**0,00**	**0,00**	**2.350.000,00**	**6.557.000,00**	**0,00**	**3.850.000,00**	**4.520.000,00**	**0,00**	**56.294.000,00**	**1.598.333.000,00**

Resumo por Categoria Econômica

Categoria Econômica	Valor
Pessoal e Encargos Sociais	728.494.000,00
Juros da Dívida	39.118.000,00
Outras Despesas Correntes	686.990.000,00
Investimentos	32.581.000,00
Inversões Financeiras	2.808.000,00
Amortização da Dívida	52.048.000,00
Reserva de Contingência	56.294.000,00

Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica Segundo a Função

(Lei nº 4.320/64, art. 2º, parágrafo 1º, inciso II)

Valores em R$ - Período: Orçamento/2027

Total	**1.598.333.000,00**

Entidades Consolidadas: CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ, SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO , SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL , CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO , PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO , SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA , SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA , SEC. MUN. DO DESENV. ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TURISMO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER , SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO, PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN, PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ, AGENCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PUBLICOS DE MOSSORO, SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, SECRETARIA MUNICIPAL DE PROGRAMAS E PROJETOS ESTRATEGICOS, FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA, SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA E INOVAÇÃO EM GESTÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

ANEXO XI – Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD



QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD

Orçamento: 2027 - Valores em R$

Fixado

Unidade gestora: **1 - CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ**
Órgão orçamentário: **1000 - Poder Legislativo**
Unidade orçamentária: **1101 - Câmara Municipal de Mossoró**
Função: **1 - Legislativa**
Subfunção: **31 - Ação Legislativa**
Programa: **7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS**
Ação: **1.15 - PLANEJAMENTO E REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO**

Despesa 18	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	20.000,00
Despesa 19	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	300.000,00
Ação:	**1.20 - CONSTRUÇÃO DE SEDE PRÓPRIA DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**	
Despesa 713	4.6.90.71.00 Principal da Dívida Contratual Resgatado Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	1.000.000,00
Ação:	**2.134 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ**	
Despesa 7	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	600.000,00
Despesa 8	3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	300.000,00
Despesa 9	3.3.90.35.00 Serviços de Consultoria Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	360.000,00
Despesa 10	3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	400.000,00
Despesa 11	3.3.90.37.00 Locação de Mão-de-Obra Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	3.200.000,00
Despesa 12	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	3.810.000,00
Despesa 15	3.3.90.93.00 Indenizações e Restituições Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	50.000,00
Despesa 16	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	800.000,00
Despesa 701	4.6.90.71.00 Principal da Dívida Contratual Resgatado Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	48.000,00
Ação:	**2.135 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**	
Despesa 1	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	26.725.000,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD

Orçamento: 2027 - Valores em R$

		Fixado
Despesa 2	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	2.231.000,00
Despesa 5	3.1.90.94.00 Indenizações e Restituições Trabalhistas Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	600.000,00
Despesa 3	3.1.91.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	1.690.000,00
Ação:	**2.137 - REALIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS E CURSOS DE QUALIFICAÇÃO**	
Despesa 22	3.3.90.14.00 Diárias - Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	300.000,00
Despesa 24	3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	50.000,00
Despesa 25	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	200.000,00
Ação:	**2.185 - COTA PARA O EXERCÍCIO DE ATIVIDADE PARLAMENTAR MUNICIPAL**	
Despesa 710	3.3.90.93.00 Indenizações e Restituições Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	807.000,00
	Total da unidade orçamentária	43.491.000,00
	Total do órgão orçamentário	43.491.000,00
	Total da unidade gestora	43.491.000,00

Unidade gestora: **2 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**
Órgão orçamentário: **2000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**
Unidade orçamentária: **2101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**
Função: **4 - Administração**
Subfunção: **122 - Administração Geral**
Programa: **7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS**
Ação: **2.88 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO (SEGOV)**

Despesa 28	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	3.749.000,00
Despesa 30	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	501.000,00
Despesa 29	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	1.028.000,00
Despesa 32	3.1.90.96.00 Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	1.442.000,00
Despesa 31	3.1.91.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	58.000,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD

Orçamento: 2027 - Valores em R$

		Fixado
Despesa 37	3.3.50.41.00 Contribuições Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	233.000,00
Despesa 34	3.3.90.14.00 Diárias - Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	170.000,00
Despesa 697	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	250.000,00
Despesa 35	3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	200.000,00
Despesa 33	3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	20.000,00
Despesa 36	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	3.300.000,00
Despesa 716	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	30.000,00
	Total da unidade orçamentária	10.981.000,00
	Total do órgão orçamentário	10.981.000,00
	Total da unidade gestora	10.981.000,00

Unidade gestora: **3 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**
Órgão orçamentário: **3000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**
Unidade orçamentária: **3101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**
Função: **4 - Administração**
Subfunção: **122 - Administração Geral**
Programa: **7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS**
Ação: **2.89 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (SECOM)**

Despesa 38	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	1.749.000,00
Despesa 40	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	207.000,00
Despesa 39	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	192.000,00
Despesa 717	3.1.91.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	8.000,00
Despesa 41	3.3.90.14.00 Diárias - Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	26.000,00
Despesa 42	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	20.000,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD

Orçamento: 2027 - Valores em R$

		Fixado
Despesa 711	3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	50.000,00
Despesa 43	3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	11.000,00
Despesa 44	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	660.000,00
Despesa 712	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	100.000,00
Função:	**24 - Comunicações**	
Subfunção:	**131 - Comunicação Social**	
Programa:	**10 - GESTÃO ESTRATÉGICA DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL**	
Ação:	**2.102 - GESTÃO E EXECUÇÃO DE AÇÕES DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL**	
Despesa 45	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	1.410.000,00
Ação:	**2.103 - DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE DOS ATOS GOVERNAMENTAIS**	
Despesa 46	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	4.147.000,00
	Total da unidade orçamentária	8.580.000,00
	Total do órgão orçamentário	8.580.000,00
	Total da unidade gestora	8.580.000,00
Unidade gestora:	**4 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**	
Órgão orçamentário:	**4000 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**	
Unidade orçamentária:	**4101 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**	
Função:	**4 - Administração**	
Subfunção:	**124 - Controle Interno**	
Programa:	**7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS**	
Ação:	**2.40 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO (CONTROL)**	
Despesa 47	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	1.205.000,00
Despesa 48	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	121.000,00
Despesa 49	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	287.000,00
Despesa 50	3.1.91.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	15.000,00
Despesa 51	3.3.90.14.00 Diárias - Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	10.000,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD

Orçamento: 2027 - Valores em R$

		Fixado
Despesa 52	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	10.000,00
Despesa 53	3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	10.000,00
Despesa 54	3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	84.000,00
Despesa 55	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	20.000,00
Subfunção:	**128 - Formação de Recursos Humanos**	
Programa:	**6 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS**	
Ação:	**2.41 - CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DE SERVIDORES E AGENTES PÚBLICOS**	
Despesa 57	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	40.000,00
	Total da unidade orçamentária	1.802.000,00
	Total do órgão orçamentário	1.802.000,00
	Total da unidade gestora	1.802.000,00
Unidade gestora:	**5 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**	
Órgão orçamentário:	**5000 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO**	
Unidade orçamentária:	**5101 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO**	
Função:	**3 - Essencial à Justiça**	
Subfunção:	**122 - Administração Geral**	
Programa:	**7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS**	
Ação:	**2.42 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO (PGM)**	
Despesa 256	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	3.898.000,00
Despesa 257	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	137.000,00
Despesa 258	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	31.000,00
Despesa 259	3.1.91.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	495.000,00
Despesa 260	3.3.90.14.00 Diárias - Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	5.000,00
Despesa 261	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	30.000,00
Despesa 262	3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	10.000,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD

Orçamento: 2027 - Valores em R$

		Fixado
Despesa 263	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	1.200.000,00
Despesa 264	3.3.90.40.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	20.000,00
Ação:	**2.44 - COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ESTÁGIO**	
Despesa 265	3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	170.000,00
	Total da unidade orçamentária	5.996.000,00
Unidade orçamentária:	**5102 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ - FUNDEM**	
Função:	**3 - Essencial à Justiça**	
Subfunção:	**92 - Representação Judicial e Extrajudicial**	
Programa:	**13 - GESTÃO E MODERNIZAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA**	
Ação:	**2.43 - MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA E CAPACITAÇÃO PARA A GESTÃO DA DÍVIDA ATIVA**	
Despesa 271	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15010000 - Outros Recursos não Vinculados Destinação:	100.000,00
Subfunção:	**122 - Administração Geral**	
Programa:	**7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS**	
Ação:	**2.46 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ (FUNDEM)**	
Despesa 272	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15010000 - Outros Recursos não Vinculados Destinação:	2.500.000,00
Despesa 266	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15010000 - Outros Recursos não Vinculados Destinação:	100.000,00
Despesa 267	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente Fonte de recurso: 15010000 - Outros Recursos não Vinculados Destinação:	58.000,00
Subfunção:	**128 - Formação de Recursos Humanos**	
Programa:	**6 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS**	
Ação:	**2.47 - FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DA ADVOCACIA PÚBLICA MUNICIPAL**	
Despesa 269	3.3.90.14.00 Diárias - Civil Fonte de recurso: 15010000 - Outros Recursos não Vinculados Destinação:	20.000,00
Despesa 270	3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção Fonte de recurso: 15010000 - Outros Recursos não Vinculados Destinação:	40.000,00
Despesa 268	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15010000 - Outros Recursos não Vinculados Destinação:	100.000,00
	Total da unidade orçamentária	2.918.000,00
	Total do órgão orçamentário	8.914.000,00
	Total da unidade gestora	8.914.000,00

Unidade gestora: **6 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS**
Órgão orçamentário: **6000 - SECRETARIA M. DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS**
Unidade orçamentária: **6101 - SECRETARIA M. DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS**

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD

Orçamento: 2027 - Valores em R$

Fixado

Função: **4 - Administração**
Subfunção: **122 - Administração Geral**
Programa: **7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS**
Ação: **2.92 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS (SEPLAN)**

Despesa 303	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	1.365.000,00
Despesa 305	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	136.000,00
Despesa 304	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	320.000,00
Despesa 307	3.1.90.96.00 Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	188.000,00
Despesa 306	3.1.91.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	50.000,00
Despesa 310	3.3.90.14.00 Diárias - Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	20.000,00
Despesa 314	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	10.000,00
Despesa 315	3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	30.000,00
Despesa 308	3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	20.000,00
Despesa 316	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	2.100.000,00
Despesa 320	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	30.000,00
Ação:	**2.109 - GESTÃO E PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR**	
Despesa 309	3.3.90.91.00 Sentenças Judiciais Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	18.000.000,00
Ação:	**2.110 - OBRIGAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES TRIBUTARIAS**	
Despesa 311	3.3.90.47.00 Obrigações Tributárias e Contributivas Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	12.900.000,00
Despesa 312	3.3.90.47.00 Obrigações Tributárias e Contributivas Fonte de recurso: 17040000 - Transferência da União Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural Destinação:	300.000,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD

Orçamento: 2027 - Valores em R$

		Fixado
Despesa 313	3.3.90.47.00 Obrigações Tributárias e Contributivas Fonte de recurso: 17500000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE Destinação:	3.000,00
Subfunção:	**123 - Administração Financeira**	
Programa:	**7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS**	
Ação:	**2.111 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DIVERSOS**	
Despesa 317	3.2.90.21.00 Juros sobre a Dívida por Contrato Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	39.118.000,00
Despesa 318	4.6.90.71.00 Principal da Dívida Contratual Resgatado Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	37.000.000,00
Despesa 319	4.6.91.71.00 Principal da Dívida Contratual Resgatado Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	14.000.000,00
	Total da unidade orçamentária	125.590.000,00
	Total do órgão orçamentário	125.590.000,00
	Total da unidade gestora	125.590.000,00
Unidade gestora:	**7 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**	
Órgão orçamentário:	**7000 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO**	
Unidade orçamentária:	**7101 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO**	
Função:	**4 - Administração**	
Subfunção:	**122 - Administração Geral**	
Programa:	**7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS**	
Ação:	**2.90 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (SEMAD)**	
Despesa 352	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	2.329.000,00
Despesa 355	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	209.000,00
Despesa 353	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	679.000,00
Despesa 354	3.1.90.96.00 Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	281.000,00
Despesa 356	3.1.91.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	155.000,00
Despesa 359	3.3.90.14.00 Diárias - Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	15.000,00
Despesa 360	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	30.000,00
Despesa 357	3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	126.000,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD

Orçamento: 2027 - Valores em R$

		Fixado
Despesa 361	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	7.800.000,00
Despesa 362	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	50.000,00
Subfunção:	**126 - Tecnologia da Informação**	
Programa:	**1 - INOVAÇÃO, GOVERNANÇA E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA**	
Ação:	**2.104 - IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DA INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA E DE TELECOMUNICAÇÃO**	
Despesa 358	3.3.90.40.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	560.000,00
	Total da unidade orçamentária	12.234.000,00
	Total do órgão orçamentário	12.234.000,00
	Total da unidade gestora	12.234.000,00
Unidade gestora:	**8 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA**	
Órgão orçamentário:	**8000 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**	
Unidade orçamentária:	**8101 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**	
Função:	**4 - Administração**	
Subfunção:	**122 - Administração Geral**	
Programa:	**7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS**	
Ação:	**2.91 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA (SEFAZ)**	
Despesa 404	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	11.334.000,00
Despesa 406	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	197.000,00
Despesa 405	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	1.177.000,00
Despesa 407	3.1.91.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	1.899.000,00
Despesa 409	3.3.90.14.00 Diárias - Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	15.000,00
Despesa 410	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	15.000,00
Despesa 408	3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	46.000,00
Despesa 411	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	1.800.000,00
Despesa 417	3.3.90.40.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	360.000,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD

Orçamento: 2027 - Valores em R$

		Fixado
Despesa 412	3.3.90.93.00 Indenizações e Restituições Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	50.000,00
Função:	**24 - Comunicações**	
Subfunção:	**131 - Comunicação Social**	
Programa:	**10 - GESTÃO ESTRATÉGICA DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL**	
Ação:	**2.108 - PRODUÇÃO, GERENCIAMENTO, COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE AÇÕES INSTITUCIONAIS DA SEFAZ**	
Despesa 413	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	1.000.000,00
	Total da unidade orçamentária	17.893.000,00
Unidade orçamentária:	**8102 - FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO A CIDADANIA FISCAL E DESENVOLVIMENTO DA ADM. TRIBUTÁRIA - FUNCIDAT**	
Função:	**4 - Administração**	
Subfunção:	**122 - Administração Geral**	
Programa:	**1 - INOVAÇÃO, GOVERNANÇA E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA**	
Ação:	**2.106 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO À CIDADANIA FISCAL E DESENVOLVIMENTO DA ADM. TRIBUTÁRIA FUNCIDAT**	
Despesa 418	3.3.90.14.00 Diárias - Civil Fonte de recurso: 15000005 - Recursos vinculados ao Fundo Municipal de Incentivo a Cidadania Fiscal e ao Desenvolvimento da Administração Tributaria - FUNCIDAT Destinação:	21.000,00
Despesa 419	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 15000005 - Recursos vinculados ao Fundo Municipal de Incentivo a Cidadania Fiscal e ao Desenvolvimento da Administração Tributaria - FUNCIDAT Destinação:	30.000,00
Despesa 414	3.3.90.31.00 Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras Fonte de recurso: 15000005 - Recursos vinculados ao Fundo Municipal de Incentivo a Cidadania Fiscal e ao Desenvolvimento da Administração Tributaria - FUNCIDAT Destinação:	472.000,00
Despesa 420	3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção Fonte de recurso: 15000005 - Recursos vinculados ao Fundo Municipal de Incentivo a Cidadania Fiscal e ao Desenvolvimento da Administração Tributaria - FUNCIDAT Destinação:	21.000,00
Despesa 415	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000005 - Recursos vinculados ao Fundo Municipal de Incentivo a Cidadania Fiscal e ao Desenvolvimento da Administração Tributaria - FUNCIDAT Destinação:	280.000,00
Despesa 416	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente Fonte de recurso: 15000005 - Recursos vinculados ao Fundo Municipal de Incentivo a Cidadania Fiscal e ao Desenvolvimento da Administração Tributaria - FUNCIDAT Destinação:	100.000,00
	Total da unidade orçamentária	924.000,00
	Total do órgão orçamentário	18.817.000,00
	Total da unidade gestora	18.817.000,00
Unidade gestora:	**9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**	
Órgão orçamentário:	**9000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**	
Unidade orçamentária:	**9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**	
Função:	**12 - Educação**	
Subfunção:	**122 - Administração Geral**	
Programa:	**7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS**	
Ação:	**2.15 - CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL**	
Despesa 509	3.3.90.14.00 Diárias - Civil Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	20.000,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD

Orçamento: 2027 - Valores em R$

		Fixado
Despesa 510	3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	50.000,00
Despesa 508	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	60.000,00
Ação:	**2.17 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SME)**	
Despesa 477	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	5.236.000,00
Despesa 478	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	365.000,00
Despesa 479	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	814.000,00
Despesa 480	3.1.90.96.00 Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	445.000,00
Despesa 481	3.1.91.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	643.000,00
Despesa 482	3.3.90.14.00 Diárias - Civil Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	30.000,00
Despesa 483	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	300.000,00
Despesa 484	3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	70.000,00
Despesa 485	3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	1.037.000,00
Despesa 540	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15500000 - Transferência do Salário-Educação Destinação:	100.000,00
Despesa 541	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	7.000.000,00
Programa:	**9 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL**	
Ação:	**1.2 - CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL**	
Despesa 454	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15500000 - Transferência do Salário-Educação Destinação:	3.500.000,00
Despesa 725	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	400.000,00
Subfunção:	**131 - Comunicação Social**	
Programa:	**10 - GESTÃO ESTRATÉGICA DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL**	

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD

Orçamento: 2027 - Valores em R$

		Fixado
Ação:	**2.24 - PRODUÇÃO, GERENCIAMENTO, COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE AÇÕES INSTITUCIONAIS DA SME**	
Despesa 507	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	1.000.000,00
Subfunção:	**361 - Ensino Fundamental**	
Programa:	**9 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL**	
Ação:	**2.9 - DE MOSSORÓ PARA O MUNDO**	
Despesa 437	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	1.900.000,00
Ação:	**2.10 - GESTAO E MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL**	
Despesa 438	3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado Fonte de recurso: 15401070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Pagamento dos Profissionais da Educação Básica - 70% Destinação:	5.908.000,00
Despesa 439	3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	961.000,00
Despesa 440	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15401070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Pagamento dos Profissionais da Educação Básica - 70% Destinação:	65.844.000,00
Despesa 441	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	19.226.000,00
Despesa 718	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15401072 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL (ETI 4%) Destinação:	4.342.000,00
Despesa 442	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	2.657.000,00
Despesa 443	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15401070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Pagamento dos Profissionais da Educação Básica - 70% Destinação:	6.352.000,00
Despesa 719	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15401072 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL (ETI 4%) Destinação:	600.000,00
Despesa 444	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15401070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Pagamento dos Profissionais da Educação Básica - 70% Destinação:	11.766.000,00
Despesa 720	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15401072 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL (ETI 4%) Destinação:	1.116.000,00
Despesa 445	3.1.91.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	2.211.000,00
Despesa 446	3.1.91.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15401070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Pagamento dos Profissionais da Educação Básica - 70% Destinação:	11.907.000,00
Despesa 721	3.1.91.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15401072 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL (ETI 4%) Destinação:	587.000,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD

Orçamento: 2027 - Valores em R$

		Fixado
Despesa 448	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	400.000,00
Despesa 449	3.3.90.31.00 Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	10.000,00
Despesa 722	3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física Fonte de recurso: 15500000 - Transferência do Salário-Educação Destinação:	390.000,00
Despesa 452	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	20.369.000,00
Despesa 723	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15500000 - Transferência do Salário-Educação Destinação:	270.000,00
Ação:	**2.11 - PARTIU BRASIL**	
Despesa 457	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	1.100.000,00
Ação:	**2.12 - AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE FARDAMENTO E MATERIAL ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL**	
Despesa 456	3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	3.900.000,00
Ação:	**2.14 - AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL**	
Despesa 727	3.3.50.41.00 Contribuições Fonte de recurso: 15520000 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) Destinação:	1.829.000,00
Despesa 512	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	4.800.000,00
Ação:	**2.27 - PROGRAMA DE APOIO AO ESTUDANTE - PAE**	
Despesa 739	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	12.900.000,00
Ação:	**2.179 - INVESTE ESCOLA - ENSINO FUNDAMENTAL**	
Despesa 536	3.3.50.41.00 Contribuições Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	1.008.000,00
Subfunção:	**365 - Educação Infantil**	
Programa:	**8 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL**	
Ação:	**1.1 - CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA ESCOLAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE E PRÉ-ESCOLA**	
Despesa 539	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15500000 - Transferência do Salário-Educação Destinação:	2.321.000,00
Despesa 726	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	200.000,00
Despesa 458	4.4.90.51.00 Obras e Instalações Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	200.000,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD

Orçamento: 2027 - Valores em R$

		Fixado
Ação:	**2.18 - GESTÃO PEDAGÓGICA E ADMINISTRATIVA DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE**	
Despesa 463	3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	2.261.000,00
Despesa 464	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	13.986.000,00
Despesa 465	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15401070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Pagamento dos Profissionais da Educação Básica - 70% Destinação:	23.538.000,00
Despesa 466	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15401070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Pagamento dos Profissionais da Educação Básica - 70% Destinação:	1.151.000,00
Despesa 467	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	199.000,00
Despesa 468	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15401070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Pagamento dos Profissionais da Educação Básica - 70% Destinação:	1.295.000,00
Despesa 469	3.1.91.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15401070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Pagamento dos Profissionais da Educação Básica - 70% Destinação:	1.722.000,00
Despesa 470	3.1.91.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	773.000,00
Despesa 472	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	300.000,00
Despesa 542	3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física Fonte de recurso: 15500000 - Transferência do Salário-Educação Destinação:	585.000,00
Despesa 459	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	6.920.000,00
Despesa 460	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15500000 - Transferência do Salário-Educação Destinação:	330.000,00
Ação:	**2.19 - GESTÃO PEDAGÓGICA E ADMINISTRATIVA DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA**	
Despesa 520	3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	2.790.000,00
Despesa 521	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	2.071.000,00
Despesa 522	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15401070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Pagamento dos Profissionais da Educação Básica - 70% Destinação:	24.494.000,00
Despesa 523	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15401070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Pagamento dos Profissionais da Educação Básica - 70% Destinação:	978.000,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD

Orçamento: 2027 - Valores em R$

		Fixado
Despesa 524	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	1.516.000,00
Despesa 527	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15401070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Pagamento dos Profissionais da Educação Básica - 70% Destinação:	1.914.000,00
Despesa 525	3.1.91.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15401070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Pagamento dos Profissionais da Educação Básica - 70% Destinação:	2.601.000,00
Despesa 526	3.1.91.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	794.000,00
Despesa 475	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	200.000,00
Despesa 476	3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física Fonte de recurso: 15500000 - Transferência do Salário-Educação Destinação:	556.000,00
Despesa 461	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	7.000.000,00
Despesa 462	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15500000 - Transferência do Salário-Educação Destinação:	354.000,00
Ação:	**2.28 - AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE**	
Despesa 514	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	3.400.000,00
Despesa 515	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 15520000 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) Destinação:	648.000,00
Ação:	**2.29 - AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA**	
Despesa 516	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	4.000.000,00
Despesa 517	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 15520000 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) Destinação:	723.000,00
Ação:	**2.169 - AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE FARDAMENTO E MATERIAL ESCOLAR - ENSINO INFANTIL - CRECHE**	
Despesa 473	3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	1.300.000,00
Ação:	**2.170 - AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE FARDAMENTO E MATERIAL ESCOLAR - ENSINO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA**	
Despesa 474	3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	1.720.000,00
Ação:	**2.180 - INVESTE ESCOLA - ENSINO INFANTIL (CRECHE)**	
Despesa 537	3.3.50.41.00 Contribuições Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	288.000,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD

Orçamento: 2027 - Valores em R$

		Fixado
Ação:	**2.181 - INVESTE ESCOLA - ENSINO INFANTIL (PRÉ-ESCOLA)**	
Despesa 538	3.3.50.41.00 Contribuições Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	304.000,00
Subfunção:	**367 - Educação Especial**	
Programa:	**3 - PROGRAMA INCLUIR**	
Ação:	**2.167 - PROGRAMA INCLUIR - APOIO ESPECIALIZADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL (CRECHE E PRÉ-ESCOLA)**	
Despesa 487	3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	3.351.000,00
Ação:	**2.168 - PROGRAMA INCLUIR - APOIO ESPECIALIZADO NO ENSINO FUNDAMENTAL E EJA**	
Despesa 490	3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	5.025.000,00
Subfunção:	**368 - Educação Básica**	
Programa:	**11 - GESTÃO E FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA**	
Ação:	**2.13 - FORTALECIMENTO E EXPANSÃO DA OFERTA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA**	
Despesa 505	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	50.000,00
Despesa 504	4.4.90.51.00 Obras e Instalações Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	500.000,00
Despesa 728	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	1.200.000,00
Ação:	**2.16 - IMPLANTAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NA EDUCAÇÃO**	
Despesa 492	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	100.000,00
Despesa 494	3.3.90.31.00 Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	100.000,00
Despesa 724	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15500000 - Transferência do Salário-Educação Destinação:	904.000,00
Despesa 493	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	2.500.000,00
Ação:	**2.22 - OFERTA E MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL**	
Despesa 528	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	2.300.000,00
Despesa 529	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15500000 - Transferência do Salário-Educação Destinação:	3.727.000,00
Despesa 530	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15530000 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) Destinação:	240.000,00
Ação:	**2.23 - PROMOÇÃO DE PROGRAMAS, PROJETOS E EVENTOS PEDAGÓGICOS, CIENTÍFICOS, DESPORTIVOS, ARTÍSTICOS E CULTURAIS**	

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD

Orçamento: 2027 - Valores em R$

		Fixado
Despesa 496	3.3.90.14.00 Diárias - Civil Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	200.000,00
Despesa 497	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	50.000,00
Despesa 498	3.3.90.31.00 Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	500.000,00
Despesa 499	3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	190.000,00
Despesa 500	3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	300.000,00
Despesa 502	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	2.000.000,00
Ação:	**2.30 - IMPLANTAÇÃO, COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E CAPACITAÇÃO - CETEC**	
Despesa 531	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	100.000,00
Despesa 534	3.3.90.31.00 Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	100.000,00
Despesa 535	3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	100.000,00
Despesa 532	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	1.200.000,00
Despesa 518	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente Fonte de recurso: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino Destinação:	1.000.000,00
	Total da unidade orçamentária	342.592.000,00
	Total do órgão orçamentário	342.592.000,00
	Total da unidade gestora	342.592.000,00

Unidade gestora: **10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**
Órgão orçamentário: **10000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**
Unidade orçamentária: **10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**
Função: **10 - Saúde**
Subfunção: **122 - Administração Geral**
Programa: **7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS**
Ação: **2.171 - MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DA SAÚDE**

Despesa 643	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	3.700.000,00
Ação:	**2.173 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**	

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD

Orçamento: 2027 - Valores em R$

		Fixado
Despesa 650	3.3.90.14.00 Diárias - Civil Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	15.000,00
Programa:	**16 - GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE**	
Ação:	**1.12 - CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS UNIDADES E EQUIPAMENTOS DE SAÚDE**	
Despesa 653	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	300.000,00
Despesa 543	4.4.90.51.00 Obras e Instalações Fonte de recurso: 16010000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde Destinação:	645.000,00
Ação:	**2.50 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS)**	
Despesa 630	3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	281.000,00
Despesa 628	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	7.472.000,00
Despesa 631	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	752.000,00
Despesa 629	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	2.152.000,00
Despesa 627	3.1.90.96.00 Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	280.000,00
Despesa 632	3.1.91.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	2.006.000,00
Despesa 544	3.3.90.14.00 Diárias - Civil Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	15.000,00
Despesa 639	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	30.000,00
Despesa 638	3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	17.000,00
Despesa 545	3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	109.000,00
Despesa 546	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	6.738.000,00
Ação:	**2.51 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA GESTÃO DO SUS**	
Despesa 551	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil Fonte de recurso: 16050000 - Tranferencias Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao Piso da Enfermagem Destinação:	7.264.000,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD

Orçamento: 2027 - Valores em R$

		Fixado
Despesa 552	3.3.50.43.00 Subvenções Sociais Fonte de recurso: 16050000 - Tranferencias Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao Piso da Enfermagem Destinação:	11.998.000,00
Ação:	**2.52 - APOIO INSTITUCIONAL À ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS**	
Despesa 558	3.3.50.41.00 Contribuições Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	1.000,00
Despesa 559	3.3.50.43.00 Subvenções Sociais Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	1.000,00
Subfunção:	**243 - Assistência à Criança e ao Adolescente**	
Programa:	**17 - ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE**	
Ação:	**2.174 - GESTÃO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - OCA**	
Despesa 651	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde Destinação:	50.000,00
Despesa 652	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde Destinação:	100.000,00
Subfunção:	**301 - Atenção Básica**	
Programa:	**17 - ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE**	
Ação:	**2.54 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE**	
Despesa 598	3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	489.000,00
Despesa 599	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	16.236.000,00
Despesa 600	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil Fonte de recurso: 16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde Destinação:	31.171.000,00
Despesa 601	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	2.030.000,00
Despesa 602	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	12.284.000,00
Despesa 603	3.1.91.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	6.747.000,00
Despesa 604	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde Destinação:	8.250.000,00
Despesa 605	3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física Fonte de recurso: 16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde Destinação:	14.000,00
Despesa 606	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde Destinação:	735.000,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD

Orçamento: 2027 - Valores em R$

		Fixado
Despesa 607	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	14.000.000,00
Despesa 608	3.3.90.48.00 Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas Fonte de recurso: 16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde Destinação:	1.297.000,00
Despesa 609	3.3.90.48.00 Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	450.000,00
Despesa 610	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	200.000,00
Despesa 611	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente Fonte de recurso: 16010000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde Destinação:	1.930.000,00
Ação:	**2.55 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE**	
Despesa 612	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil Fonte de recurso: 16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde Destinação:	21.150.000,00
Despesa 613	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	23.686.000,00
Despesa 614	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	1.520.000,00
Despesa 615	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	1.720.000,00
Despesa 616	3.1.91.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	4.762.000,00
Despesa 647	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde Destinação:	157.000,00
Despesa 646	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde Destinação:	262.000,00
Subfunção:	**302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial**	
Programa:	**18 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR**	
Ação:	**2.60 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA - SAMU**	
Despesa 560	3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	26.000,00
Despesa 561	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	331.000,00
Despesa 562	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil Fonte de recurso: 16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde Destinação:	2.400.000,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD

Orçamento: 2027 - Valores em R$

		Fixado
Despesa 563	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	76.000,00
Despesa 564	3.1.91.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	266.000,00
Despesa 565	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde Destinação:	50.000,00
Despesa 566	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	100.000,00
Despesa 567	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde Destinação:	275.000,00
Despesa 568	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	6.800.000,00
Ação:	**2.61 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ATENDIMENTO ESPECIALIZADO**	
Despesa 569	3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	35.000,00
Despesa 570	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	6.555.000,00
Despesa 571	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	221.000,00
Despesa 572	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	326.000,00
Despesa 573	3.1.91.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	732.000,00
Despesa 574	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde Destinação:	7.301.000,00
Despesa 575	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde Destinação:	105.000,00
Despesa 576	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	12.601.000,00
Ação:	**2.62 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE**	
Despesa 577	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	16.000.000,00
Despesa 578	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde Destinação:	103.100.000,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD

Orçamento: 2027 - Valores em R$

		Fixado
Despesa 579	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 16210000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual Destinação:	21.000.000,00
Despesa 580	3.3.90.91.00 Sentenças Judiciais Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	6.000.000,00
Ação:	**2.63 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DE UNIDADES DE PRONTO-ATENDIMENTO**	
Despesa 587	3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	1.645.000,00
Despesa 588	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	20.373.000,00
Despesa 589	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	1.043.000,00
Despesa 590	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	1.370.000,00
Despesa 591	3.1.91.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	3.266.000,00
Despesa 592	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde Destinação:	9.650.000,00
Despesa 593	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	1.500.000,00
Ação:	**2.64 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO - CER**	
Despesa 635	3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado Fonte de recurso: 16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde Destinação:	42.000,00
Despesa 594	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil Fonte de recurso: 16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde Destinação:	3.701.000,00
Despesa 636	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde Destinação:	137.000,00
Despesa 595	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil Fonte de recurso: 16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde Destinação:	399.000,00
Despesa 637	3.1.91.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde Destinação:	466.000,00
Despesa 596	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde Destinação:	262.000,00
Despesa 597	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde Destinação:	1.441.000,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD

Orçamento: 2027 - Valores em R$

		Fixado
Ação:	**2.65 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - RAPS**	
Despesa 553	3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	57.000,00
Despesa 554	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	6.523.000,00
Despesa 555	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	160.000,00
Despesa 556	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	247.000,00
Despesa 557	3.1.91.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	498.000,00
Despesa 641	3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física Fonte de recurso: 16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde Destinação:	192.000,00
Ação:	**2.146 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS HOSPITALARES DE SAÚDE MENTAL**	
Despesa 620	3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	483.000,00
Despesa 621	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	4.121.000,00
Despesa 622	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	1.187.000,00
Despesa 623	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	162.000,00
Despesa 633	3.1.91.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	629.000,00
Despesa 624	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	178.000,00
Despesa 625	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde Destinação:	210.000,00
Ação:	**2.172 - OPERA MOSSORÓ**	
Despesa 644	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	300.000,00
Despesa 645	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde Destinação:	5.000.000,00
Ação:	**2.184 - INVESTE SAÚDE - ATENDIMENTO ESPECIALIZADO**	

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD

Orçamento: 2027 - Valores em R$

		Fixado
Despesa 684	3.3.50.41.00 Contribuições Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	500.000,00
Subfunção:	**303 - Suporte Profilático e Terapêutico**	
Programa:	**19 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**	
Ação:	**2.66 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**	
Despesa 740	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde Destinação:	2.459.000,00
Despesa 742	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 16210000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual Destinação:	735.000,00
Despesa 743	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	200.000,00
Subfunção:	**304 - Vigilância Sanitária**	
Programa:	**20 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE**	
Ação:	**2.68 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE**	
Despesa 581	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	1.879.000,00
Despesa 582	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	65.000,00
Despesa 583	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	376.000,00
Despesa 584	3.1.91.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	203.000,00
Despesa 585	3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física Fonte de recurso: 16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde Destinação:	100.000,00
Despesa 586	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde Destinação:	830.000,00
Subfunção:	**305 - Vigilância Epidemiológica**	
Programa:	**20 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE**	
Ação:	**2.67 - COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA DE CONTROLE E COMBATE A ENDEMIAS**	
Despesa 547	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	7.649.000,00
Despesa 548	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil Fonte de recurso: 16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde Destinação:	7.262.000,00
Despesa 549	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	492.000,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD

Orçamento: 2027 - Valores em R$

		Fixado
Despesa 634	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	252.000,00
Despesa 550	3.1.91.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde Destinação:	1.413.000,00
Despesa 648	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde Destinação:	100.000,00
Despesa 649	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde Destinação:	150.000,00
	Total da unidade orçamentária	467.223.000,00
	Total do órgão orçamentário	467.223.000,00
	Total da unidade gestora	467.223.000,00

Unidade gestora: **11 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**
Órgão orçamentário: **11000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**
Unidade orçamentária: **11101 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA**
Função: **8 - Assistência Social**
Subfunção: **122 - Administração Geral**
Programa: **28 - GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FNAS)**
Ação: **2.116 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Despesa 71	3.3.90.14.00 Diárias - Civil Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS Destinação:	20.000,00
Despesa 73	3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS Destinação:	15.000,00

Programa: **29 - GESTÃO E FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)**
Ação: **2.125 - FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL NO SUAS**

Despesa 93	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS Destinação:	10.000,00
Despesa 94	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	50.000,00

Programa: **30 - GESTÃO DE PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS**
Ação: **2.124 - PROCADSUAS**

Despesa 96	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS Destinação:	55.000,00
Despesa 97	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS Destinação:	250.000,00
Despesa 98	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	12.000,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD

Orçamento: 2027 - Valores em R$

		Fixado
Despesa 99	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS Destinação:	105.000,00
Subfunção:	**243 - Assistência à Criança e ao Adolescente**	
Programa:	**31 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E PREVENÇÃO DE RISCOS**	
Ação:	**2.123 - PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS CRIANÇA FELIZ**	
Despesa 84	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS Destinação:	100.000,00
Despesa 68	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS Destinação:	78.000,00
Despesa 69	3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS Destinação:	50.000,00
Despesa 91	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS Destinação:	210.000,00
Despesa 92	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	472.000,00
Despesa 70	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS Destinação:	52.000,00
Programa:	**38 - PROGRAMA JOVEM DO FUTURO**	
Ação:	**2.130 - MANUTENÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO PROJETO JOVEM DO FUTURO**	
Despesa 87	3.3.50.41.00 Contribuições Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	122.000,00
Despesa 72	3.3.90.18.00 Auxílio Financeiro a Estudantes Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	1.000.000,00
Despesa 85	3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	265.000,00
Despesa 86	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	265.000,00
Subfunção:	**244 - Assistência Comunitária**	
Programa:	**30 - GESTÃO DE PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS**	
Ação:	**2.118 - BLOCO DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO**	
Despesa 59	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS Destinação:	330.000,00
Despesa 60	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS Destinação:	1.000.000,00
Despesa 61	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	1.500.000,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD

Orçamento: 2027 - Valores em R$

		Fixado
Programa:	**31 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E PREVENÇÃO DE RISCOS**	
Ação:	**2.121 - GESTÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS**	
Despesa 88	3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	1.500.000,00
Subfunção:	**245 - Serviços Socioassistenciais**	
Programa:	**29 - GESTÃO E FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)**	
Ação:	**2.117 - BLOCO DE GESTÃO DO SUAS**	
Despesa 74	3.3.90.14.00 Diárias - Civil Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS Destinação:	10.000,00
Despesa 75	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS Destinação:	10.000,00
Despesa 58	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS Destinação:	60.000,00
Ação:	**2.122 - EXECUÇÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES PARA A ASSISTÊNCIA SOCIAL**	
Despesa 690	3.3.50.41.00 Contribuições Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	1.000,00
Despesa 691	3.3.50.43.00 Subvenções Sociais Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	1.000,00
Despesa 95	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS Destinação:	200.000,00
Programa:	**31 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E PREVENÇÃO DE RISCOS**	
Ação:	**2.119 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**	
Despesa 79	3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	262.000,00
Despesa 76	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS Destinação:	1.200.000,00
Despesa 77	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	3.732.000,00
Despesa 80	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	355.000,00
Despesa 78	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	741.000,00
Despesa 81	3.1.91.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	622.000,00
Despesa 62	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS Destinação:	400.000,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD

Orçamento: 2027 - Valores em R$

		Fixado
Despesa 688	3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	1.000,00
Despesa 63	3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS Destinação:	300.000,00
Despesa 64	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS Destinação:	1.114.000,00
Despesa 65	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	2.950.000,00
Ação:	**2.120 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC)**	
Despesa 82	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	932.000,00
Despesa 83	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	148.000,00
Despesa 89	3.3.50.41.00 Contribuições Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS Destinação:	51.000,00
Despesa 90	3.3.50.41.00 Contribuições Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	840.000,00
Despesa 66	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	94.000,00
Despesa 67	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS Destinação:	338.000,00
Despesa 102	3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS Destinação:	178.000,00
Despesa 100	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	1.298.000,00
Despesa 101	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS Destinação:	65.000,00
	Total da unidade orçamentária	23.364.000,00
	Total do órgão orçamentário	23.364.000,00
	Total da unidade gestora	23.364.000,00

Unidade gestora: **12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA**
Órgão orçamentário: **12000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA**
Unidade orçamentária: **12101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA**
Função: **4 - Administração**
Subfunção: **122 - Administração Geral**
Programa: **7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS**

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD

Orçamento: 2027 - Valores em R$

		Fixado
Ação:	**2.87 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA (SMC)**	
Despesa 103	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	5.193.000,00
Despesa 106	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	267.000,00
Despesa 104	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	133.000,00
Despesa 107	3.1.91.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	470.000,00
Despesa 109	3.3.90.14.00 Diárias - Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	10.000,00
Despesa 110	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	20.000,00
Despesa 105	3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	22.000,00
Despesa 111	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	2.480.000,00
Subfunção:	**131 - Comunicação Social**	
Programa:	**10 - GESTÃO ESTRATÉGICA DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL**	
Ação:	**2.151 - PRODUÇÃO, GERENCIAMENTO, COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE AÇÕES INSTITUCIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA**	
Despesa 112	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	3.500.000,00
Função:	**13 - Cultura**	
Subfunção:	**122 - Administração Geral**	
Programa:	**7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS**	
Ação:	**2.152 - APOIO INSTITUCIONAL À ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS - SMC**	
Despesa 113	3.3.50.41.00 Contribuições Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	1.000,00
Despesa 114	3.3.50.43.00 Subvenções Sociais Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	1.000,00
Subfunção:	**392 - Difusão Cultural**	
Programa:	**35 - EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE MASSAS**	
Ação:	**2.153 - MOSSORÓ CIDADE JUNINA**	
Despesa 115	3.3.50.41.00 Contribuições Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	105.000,00
Despesa 116	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	400.000,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD

Orçamento: 2027 - Valores em R$

		Fixado
Despesa 117	3.3.90.31.00 Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	300.000,00
Despesa 118	3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	500.000,00
Despesa 119	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	46.000.000,00
Despesa 120	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15010000 - Outros Recursos não Vinculados Destinação:	2.500.000,00
Ação:	**2.154 - MOSSORÓ TERRA DA LIBERDADE**	
Despesa 122	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	1.100.000,00
Ação:	**2.155 - GESTAO E MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS E MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICO-CULTURAIS**	
Despesa 123	3.3.50.41.00 Contribuições Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	250.000,00
Despesa 124	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	150.000,00
Ação:	**2.156 - MOSSORO SAL E LUZ**	
Despesa 127	3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	84.000,00
Despesa 128	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	5.300.000,00
Ação:	**2.157 - ESTAÇÃO NATAL**	
Despesa 131	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	1.500.000,00
Ação:	**2.158 - PRÊMIO FOMENTO - DE ACORDO COM A LEI Nº 3.270 DE 20 DE MARÇO DE 2015-LEI MAURÍCIO DE OLIVEIRA**	
Despesa 125	3.3.90.31.00 Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	315.000,00
Ação:	**2.159 - FOMENTO À CULTURA ATRAVES DA LEI Nº 14.399/2022 (ALDIR BLANC)**	
Despesa 132	3.3.50.41.00 Contribuições Fonte de recurso: 17190000 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022 Destinação:	960.000,00
Despesa 133	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 17190000 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022 Destinação:	1.002.000,00
	Total da unidade orçamentária	72.563.000,00

Unidade orçamentária: **12102 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA**
Função: **13 - Cultura**
Subfunção: **392 - Difusão Cultural**

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD

Orçamento: 2027 - Valores em R$

Fixado

Programa: **35 - EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE MASSAS**
Ação: **2.160 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA**

Despesa 135	3.3.50.41.00 Contribuições Fonte de recurso: 15010000 - Outros Recursos não Vinculados Destinação:	10.000,00
Despesa 136	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15010000 - Outros Recursos não Vinculados Destinação:	10.000,00
	Total da unidade orçamentária	20.000,00
	Total do órgão orçamentário	72.583.000,00
	Total da unidade gestora	72.583.000,00

Unidade gestora: **13 - SEC. MUN. DO DESENV. ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TURISMO**
Órgão orçamentário: **13000 - SEC. MUN. DO DESENV. ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TURISMO**
Unidade orçamentária: **13101 - SEC. MUN. DO DESENV. ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TURISMO**
Função: **4 - Administração**
Subfunção: **122 - Administração Geral**
Programa: **7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS**
Ação: **2.86 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TURISMO (SEDINT)**

Despesa 137	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	1.713.000,00
Despesa 140	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	173.000,00
Despesa 138	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	188.000,00
Despesa 139	3.1.90.96.00 Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	277.000,00
Despesa 141	3.1.91.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	49.000,00
Despesa 143	3.3.90.14.00 Diárias - Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	15.000,00
Despesa 144	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	20.000,00
Despesa 142	3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	27.000,00
Despesa 145	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	1.400.000,00

Função: **19 - Ciência e Tecnologia**
Subfunção: **572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia**
Programa: **24 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTABILIDADE DE NEGÓCIOS**
Ação: **2.99 - APOIO INSTITUCIONAL A ENTIDADES COM FOCO EM EMPREENDEDORISMO E SUSTENTABILIDADE**

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD

Orçamento: 2027 - Valores em R$

		Fixado
Despesa 146	3.3.50.41.00 Contribuições Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	1.000,00
Ação:	**2.101 - PROMOÇÃO E EXECUÇÃO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, DO TURISMO E DE INOVAÇÃO**	
Despesa 149	3.3.50.41.00 Contribuições Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	100.000,00
Despesa 148	3.3.90.31.00 Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	50.000,00
Despesa 150	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	200.000,00
Função:	**23 - Comércio e Serviços**	
Subfunção:	**692 - Comercialização**	
Programa:	**25 - FOMENTO E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**	
Ação:	**2.98 - IMPLEMENTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA PRODUTIVA**	
Despesa 151	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	50.000,00
Ação:	**2.100 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DOS MERCADOS PÚBLICOS E EQUIPAMENTOS DA SEDINT**	
Despesa 147	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	2.000.000,00
	Total da unidade orçamentária	6.263.000,00
	Total do órgão orçamentário	6.263.000,00
	Total da unidade gestora	6.263.000,00
Unidade gestora:	**14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER**	
Órgão orçamentário:	**14000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E JUVENTUDE**	
Unidade orçamentária:	**14101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E JUVENTUDE**	
Função:	**27 - Desporto e Lazer**	
Subfunção:	**122 - Administração Geral**	
Programa:	**7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS**	
Ação:	**2.25 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER (SESPORTE)**	
Despesa 152	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	1.129.000,00
Despesa 153	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	105.000,00
Despesa 154	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	237.000,00
Despesa 155	3.1.91.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	63.000,00
Despesa 156	3.3.90.14.00 Diárias - Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	5.000,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD

Orçamento: 2027 - Valores em R$

		Fixado
Despesa 157	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	60.000,00
Despesa 158	3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	10.000,00
Despesa 159	3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	78.000,00
Despesa 160	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	760.000,00
Despesa 161	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	40.000,00
Subfunção:	**811 - Desporto de Rendimento**	
Programa:	**5 - DESENVOLVIMENTO ESPORTIVO E INCLUSÃO ATRAVÉS DO ESPORTE**	
Ação:	**2.34 - APOIO INSTITUCIONAL A ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS - SESPORTE**	
Despesa 162	3.3.50.43.00 Subvenções Sociais Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	1.000,00
Despesa 694	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	1.000,00
Subfunção:	**812 - Desporto Comunitário**	
Programa:	**4 - FOMENTO E GESTÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER**	
Ação:	**2.31 - EXPANSÃO E MANUTENÇÃO DE PROJETOS DE INCENTIVO À PRÁTICA ESPORTIVA**	
Despesa 163	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	15.000,00
Despesa 164	3.3.90.31.00 Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	30.000,00
Despesa 165	3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	84.000,00
Despesa 166	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	62.000,00
Ação:	**2.32 - PROMOÇÃO DE GRANDES EVENTOS E CIRCUITOS ESPORTIVOS**	
Despesa 167	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	100.000,00
Despesa 730	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 15010000 - Outros Recursos não Vinculados Destinação:	15.000,00
Despesa 168	3.3.90.31.00 Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	100.000,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD

Orçamento: 2027 - Valores em R$

		Fixado
Despesa 169	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	525.000,00
	Total da unidade orçamentária	3.420.000,00
	Total do órgão orçamentário	3.420.000,00
	Total da unidade gestora	3.420.000,00

Unidade gestora: **16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL**
Órgão orçamentário: **16000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL**
Unidade orçamentária: **16101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL**
Função: **4 - Administração**
Subfunção: **122 - Administração Geral**
Programa: **7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS**
Ação: **2.79 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL (SEADRU)**

Despesa 170	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	2.281.000,00
Despesa 174	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	180.000,00
Despesa 171	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	459.000,00
Despesa 173	3.1.90.96.00 Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	407.000,00
Despesa 175	3.1.91.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	158.000,00
Despesa 176	3.3.90.14.00 Diárias - Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	10.000,00
Despesa 177	3.3.90.14.00 Diárias - Civil Fonte de recurso: 15010000 - Outros Recursos não Vinculados Destinação:	5.000,00
Despesa 178	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	30.000,00
Despesa 195	3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	15.000,00
Despesa 172	3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	62.000,00
Despesa 179	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	4.000.000,00
Despesa 180	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15010000 - Outros Recursos não Vinculados Destinação:	5.000,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD

Orçamento: 2027 - Valores em R$

		Fixado
Despesa 181	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 17500000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE Destinação:	264.000,00
Função:	**20 - Agricultura**	
Subfunção:	**544 - Recursos Hídricos**	
Programa:	**23 - MOSSORÓ RURAL**	
Ação:	**2.83 - ÁGUA VIVA**	
Despesa 183	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	480.000,00
Despesa 184	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	8.000.000,00
Despesa 185	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	120.000,00
Subfunção:	**606 - Extensão Rural**	
Programa:	**23 - MOSSORÓ RURAL**	
Ação:	**2.80 - FESTA DO BODE**	
Despesa 192	3.3.50.41.00 Contribuições Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	450.000,00
Despesa 190	3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	30.000,00
Despesa 191	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	3.800.000,00
Ação:	**2.81 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO MOSSORÓ RURAL**	
Despesa 189	3.3.90.27.00 Encargos pela Honra de Avais, Garantias, Seguros e Similares Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	40.000,00
Despesa 186	3.3.90.35.00 Serviços de Consultoria Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	300.000,00
Ação:	**2.82 - MANUTENÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RURAL**	
Despesa 182	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	1.550.000,00
Despesa 700	4.4.90.51.00 Obras e Instalações Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	120.000,00
Ação:	**2.84 - PROJETO SEMEAR**	
Despesa 193	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	650.000,00
Subfunção:	**662 - Produção Industrial**	
Programa:	**25 - FOMENTO E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**	
Ação:	**2.85 - PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA EM EMPRESAS**	

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD

Orçamento: 2027 - Valores em R$

		Fixado
Despesa 188	3.3.90.91.00 Sentenças Judiciais Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	312.000,00
Despesa 187	4.5.90.65.00 Constituição ou Aumento de Capital de Empresas Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	2.808.000,00
Função:	**23 - Comércio e Serviços**	
Subfunção:	**692 - Comercialização**	
Programa:	**40 - PEIXE POPULAR**	
Ação:	**2.175 - GESTÃO DO PROGRAMA PEIXE POPULAR**	
Despesa 194	3.3.60.45.00 Subvenções Econômicas Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	300.000,00
	Total da unidade orçamentária	26.836.000,00
	Total do órgão orçamentário	26.836.000,00
	Total da unidade gestora	26.836.000,00
Unidade gestora:	**17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO**	
Órgão orçamentário:	**17000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO**	
Unidade orçamentária:	**17101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO**	
Função:	**4 - Administração**	
Subfunção:	**122 - Administração Geral**	
Programa:	**7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS**	
Ação:	**2.69 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, DEFESA CIVIL, MOBILIDADE URBANA E TRÂNSIT**	
Despesa 196	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	1.142.000,00
Despesa 200	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	349.000,00
Despesa 197	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	349.000,00
Despesa 199	3.1.90.96.00 Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	100.000,00
Despesa 201	3.1.91.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	121.000,00
Despesa 202	3.3.90.14.00 Diárias - Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	15.000,00
Despesa 203	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	30.000,00
Despesa 198	3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	10.000,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD

Orçamento: 2027 - Valores em R$

		Fixado
Despesa 204	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	1.150.000,00
Despesa 205	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	150.000,00
Ação:	**2.72 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO-JARI**	
Despesa 214	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil Fonte de recurso: 17520000 - Recursos Vinculados ao Trânsito Destinação:	50.000,00
Despesa 215	3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física Fonte de recurso: 17520000 - Recursos Vinculados ao Trânsito Destinação:	15.000,00
Ação:	**2.74 - MANUTENÇÃO DO TIRO DE GUERRA 07-010**	
Despesa 209	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	120.000,00
Despesa 212	3.3.90.48.00 Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	160.000,00
Programa:	**22 - MOBILIDADE URBANA E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO**	
Ação:	**2.71 - GESTÃO DA MOBILIDADE URBANA E TRÂNISTO**	
Despesa 226	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	8.277.000,00
Despesa 229	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	90.000,00
Despesa 227	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	1.060.000,00
Despesa 228	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil Fonte de recurso: 17520000 - Recursos Vinculados ao Trânsito Destinação:	663.000,00
Despesa 230	3.1.91.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	1.543.000,00
Despesa 220	3.3.90.19.00 Auxílio-Fardamento Fonte de recurso: 17520000 - Recursos Vinculados ao Trânsito Destinação:	157.000,00
Despesa 221	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 17520000 - Recursos Vinculados ao Trânsito Destinação:	650.000,00
Despesa 210	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 17520000 - Recursos Vinculados ao Trânsito Destinação:	4.611.000,00
Programa:	**35 - EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE MASSAS**	
Ação:	**2.70 - SUPORTE OPERACIONAL E LOGÍSTICO NA EXECUÇÃO DE EVENTOS**	

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD

Orçamento: 2027 - Valores em R$

		Fixado
Despesa 206	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	240.000,00
Despesa 207	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	4.970.000,00
Função:	**6 - Segurança Pública**	
Subfunção:	**181 - Policiamento**	
Programa:	**21 - SEGURANÇA CIDADÃ E ORDEM PÚBLICA**	
Ação:	**2.76 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL**	
Despesa 222	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	17.534.000,00
Despesa 223	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	211.000,00
Despesa 225	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	8.434.000,00
Despesa 224	3.1.91.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	2.965.000,00
Despesa 219	3.3.90.19.00 Auxílio-Fardamento Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	450.000,00
Despesa 731	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	109.000,00
Despesa 217	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	1.000.000,00
Despesa 696	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	719.000,00
Função:	**26 - Transporte**	
Subfunção:	**453 - Transportes Coletivos Urbanos**	
Programa:	**22 - MOBILIDADE URBANA E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO**	
Ação:	**2.176 - COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO URBANO**	
Despesa 738	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	400.000,00
Despesa 213	3.3.90.93.00 Indenizações e Restituições Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	2.400.000,00
Ação:	**2.177 - PASSE LIVRE ESTUDANTIL**	
Despesa 218	3.3.90.45.00 Subvenções Econômicas Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	1.050.000,00
	Total da unidade orçamentária	61.294.000,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD

Orçamento: 2027 - Valores em R$

Fixado

Unidade orçamentária: 17102 - FUNDO MUNICIPAL SOBRE DROGAS DO MUNICIPIO DE MOSSORO
Função: 14 - Direitos da Cidadania
Subfunção: 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos
Programa: 21 - SEGURANÇA CIDADÃ E ORDEM PÚBLICA
Ação: 2.75 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL SOBRE DROGAS

Despesa 216	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15010000 - Outros Recursos não Vinculados Destinação:	10.000,00
	Total da unidade orçamentária	10.000,00

Unidade orçamentária: 17103 - FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
Função: 6 - Segurança Pública
Subfunção: 128 - Formação de Recursos Humanos
Programa: 6 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS
Ação: 2.73 - QUALIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE SERVIDORES

Despesa 208	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15010000 - Outros Recursos não Vinculados Destinação:	50.000,00
	Total da unidade orçamentária	50.000,00
	Total do órgão orçamentário	61.354.000,00
	Total da unidade gestora	61.354.000,00

Unidade gestora: 19 - PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN
Órgão orçamentário: 24000 - PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN
Unidade orçamentária: 24201 - PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN
Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Ação: 1.3 - CONSTRUÇÃO, REFORMA, MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO PREVI-MOSSORÓ

Despesa 667	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 18020000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração Destinação:	754.000,00
Despesa 666	4.4.90.51.00 Obras e Instalações Fonte de recurso: 18020000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração Destinação:	725.000,00

Ação: 2.35 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - PREVI MOSSORÓ

Despesa 668	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil Fonte de recurso: 18020000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração Destinação:	1.700.000,00
Despesa 669	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 18020000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração Destinação:	220.000,00
Despesa 670	3.1.90.94.00 Indenizações e Restituições Trabalhistas Fonte de recurso: 18020000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração Destinação:	105.000,00
Despesa 671	3.1.90.96.00 Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado Fonte de recurso: 18020000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração Destinação:	255.000,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD

Orçamento: 2027 - Valores em R$

		Fixado
Despesa 672	3.3.90.14.00 Diárias - Civil Fonte de recurso: 18020000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração Destinação:	15.000,00
Ação:	**2.36 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PREVI-MOSSORÓ**	
Despesa 656	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 18020000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração Destinação:	304.000,00
Despesa 657	3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção Fonte de recurso: 18020000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração Destinação:	63.000,00
Despesa 658	3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física Fonte de recurso: 18020000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração Destinação:	882.000,00
Despesa 659	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 18020000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração Destinação:	3.465.000,00
Despesa 673	3.3.90.47.00 Obrigações Tributárias e Contributivas Fonte de recurso: 18020000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração Destinação:	210.000,00
Despesa 674	3.3.90.93.00 Indenizações e Restituições Fonte de recurso: 18020000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração Destinação:	257.000,00
Despesa 675	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente Fonte de recurso: 18020000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração Destinação:	210.000,00
Função:	**9 - Previdência Social**	
Subfunção:	**122 - Administração Geral**	
Programa:	**6 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS**	
Ação:	**2.39 - PROJETO VIVER MELHOR - PREVI-MOSSORÓ**	
Despesa 663	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 18020000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração Destinação:	45.000,00
Programa:	**7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS**	
Ação:	**1.3 - CONSTRUÇÃO, REFORMA, MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO PREVI-MOSSORÓ**	
Despesa 676	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 18020000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração Destinação:	754.000,00
Despesa 655	4.4.90.51.00 Obras e Instalações Fonte de recurso: 18020000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração Destinação:	727.000,00
Subfunção:	**272 - Previdência do Regime Estatutário**	
Programa:	**12 - BENEFÍCIOS E PREVIDÊNCIA DE SERVIDORES**	
Ação:	**2.38 - PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO PODER LEGISLATIVO**	
Despesa 661	3.1.90.01.00 Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas Fonte de recurso: 18000000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) Destinação:	1.110.000,00
Despesa 660	3.1.90.03.00 Pensões Fonte de recurso: 18000000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) Destinação:	105.000,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD

Orçamento: 2027 - Valores em R$

		Fixado
Despesa 662	3.3.90.91.00 Sentenças Judiciais Fonte de recurso: 18000000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) Destinação:	15.000,00
Ação:	**2.178 - PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO PODER EXECUTIVO**	
Despesa 678	3.1.90.01.00 Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas Fonte de recurso: 18000000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) Destinação:	95.656.000,00
Despesa 677	3.1.90.03.00 Pensões Fonte de recurso: 18000000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) Destinação:	12.000.000,00
Despesa 679	3.3.90.91.00 Sentenças Judiciais Fonte de recurso: 18000000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) Destinação:	2.000.000,00
Função:	**99 - Reserva de Contingência**	
Subfunção:	**997 - Reserva do RPPS**	
Programa:	**9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA**	
Ação:	**0.99 - RESERVA DE CONTINGêNCIA RPPS**	
Despesa 664	9.9.99.99.00 A Classificar Fonte de recurso: 18020000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração Destinação:	2.026.000,00
Despesa 665	9.9.99.99.00 A Classificar Fonte de recurso: 18000000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) Destinação:	8.463.000,00
	Total da unidade orçamentária	132.066.000,00
	Total do órgão orçamentário	132.066.000,00
	Total da unidade gestora	132.066.000,00
Unidade gestora:	**20 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ**	
Órgão orçamentário:	**20000 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA**	
Unidade orçamentária:	**20101 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA**	
Função:	**99 - Reserva de Contingência**	
Subfunção:	**999 - Reserva de Contingência**	
Programa:	**9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA**	
Ação:	**0.999 - RESERVA DE CONTINGêNCIA**	
Despesa 680	9.9.99.99.00 A Classificar Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	28.628.000,00
	Total da unidade orçamentária	28.628.000,00
	Total do órgão orçamentário	28.628.000,00
Órgão orçamentário:	**21000 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA DAS EMENDAS INDIVIDUAIS IMPOSITIVAS**	
Unidade orçamentária:	**21101 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA DAS EMENDAS INDIVIDUAIS IMPOSITIVAS**	
Função:	**99 - Reserva de Contingência**	
Subfunção:	**999 - Reserva de Contingência**	
Programa:	**9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA**	
Ação:	**0.9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA DAS EMENDAS INDIVIDUAIS IMPOSITIVAS**	
Despesa 681	9.9.99.99.00 A Classificar Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	17.177.000,00
	Total da unidade orçamentária	17.177.000,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD

Orçamento: 2027 - Valores em R$

		Fixado
	Total do órgão orçamentário	17.177.000,00
	Total da unidade gestora	45.805.000,00
Unidade gestora:	**22 - AGENCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PUBLICOS DE MOSSORO**	
Órgão orçamentário:	**22000 - AGENCIA REGULADORA DOS SERVICOS PUBLICOS DE MOSSORO**	
Unidade orçamentária:	**22001 - AGENCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PUBLICOS DE MOSSORO**	
Função:	**4 - Administração**	
Subfunção:	**122 - Administração Geral**	
Programa:	**7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS**	
Ação:	**1.19 - PLANEJAMENTO E REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E PROCESSOS SELETIVOS**	
Despesa 285	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15010000 - Outros Recursos não Vinculados Destinação:	200.000,00
Ação:	**2.147 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE MOSSORÓ**	
Despesa 278	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15010000 - Outros Recursos não Vinculados Destinação:	936.000,00
Despesa 282	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15010000 - Outros Recursos não Vinculados Destinação:	197.000,00
Despesa 275	3.1.90.96.00 Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado Fonte de recurso: 15010000 - Outros Recursos não Vinculados Destinação:	312.000,00
Despesa 280	3.3.90.14.00 Diárias - Civil Fonte de recurso: 15010000 - Outros Recursos não Vinculados Destinação:	30.000,00
Despesa 273	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 15010000 - Outros Recursos não Vinculados Destinação:	10.000,00
Despesa 281	3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção Fonte de recurso: 15010000 - Outros Recursos não Vinculados Destinação:	30.000,00
Despesa 276	3.3.90.35.00 Serviços de Consultoria Fonte de recurso: 15010000 - Outros Recursos não Vinculados Destinação:	60.000,00
Despesa 283	3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física Fonte de recurso: 15010000 - Outros Recursos não Vinculados Destinação:	20.000,00
Despesa 277	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15010000 - Outros Recursos não Vinculados Destinação:	400.000,00
Despesa 279	3.3.90.40.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15010000 - Outros Recursos não Vinculados Destinação:	60.000,00
Despesa 274	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente Fonte de recurso: 15010000 - Outros Recursos não Vinculados Destinação:	20.000,00
Subfunção:	**128 - Formação de Recursos Humanos**	
Programa:	**7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS**	
Ação:	**2.182 - CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DE SERVIDORES E AGENTES PÚBLICOS DA AGRM**	

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD

Orçamento: 2027 - Valores em R$

		Fixado
Despesa 284	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15010000 - Outros Recursos não Vinculados Destinação:	20.000,00
	Total da unidade orçamentária	2.295.000,00
	Total do órgão orçamentário	2.295.000,00
	Total da unidade gestora	2.295.000,00

Unidade gestora: **23 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS**
Órgão orçamentário: **23000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO, MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS**
Unidade orçamentária: **23001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS**
Função: **4 - Administração**
Subfunção: **122 - Administração Geral**
Programa: **7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS**
Ação: **2.94 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS (SEMSUR)**

Despesa 286	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	3.747.000,00
Despesa 288	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	250.000,00
Despesa 287	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	401.000,00
Despesa 732	3.1.90.96.00 Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	361.000,00
Despesa 289	3.1.91.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	265.000,00
Despesa 291	3.3.90.14.00 Diárias - Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	5.000,00
Despesa 292	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	30.000,00
Despesa 302	3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	10.000,00
Despesa 290	3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	75.000,00
Despesa 293	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	7.000.000,00

Função: **15 - Urbanismo**
Subfunção: **452 - Serviços Urbanos**
Programa: **26 - INFRAESTRUTURA E GESTÃO DOS SERVIÇOS URBANOS**
Ação: **2.113 - GESTÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA**

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD

Orçamento: 2027 - Valores em R$

		Fixado
Despesa 297	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 17040000 - Transferência da União Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural Destinação:	25.272.000,00
Despesa 298	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	30.000.000,00
Despesa 299	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 17050000 - Transferência dos Estados Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural Destinação:	1.029.000,00
Subfunção:	**752 - Energia Elétrica**	
Programa:	**21 - SEGURANÇA CIDADÃ E ORDEM PÚBLICA**	
Ação:	**2.112 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E EXPANSÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA INTELIGENTE**	
Despesa 294	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP Destinação:	6.300.000,00
Despesa 295	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP Destinação:	15.608.000,00
Despesa 296	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente Fonte de recurso: 17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP Destinação:	2.625.000,00
Função:	**18 - Gestão Ambiental**	
Subfunção:	**452 - Serviços Urbanos**	
Programa:	**27 - HIGIDEZ E PROTEÇÃO AMBIENTAL**	
Ação:	**2.115 - ARBORIZAÇÃO E PAISAGISMO**	
Despesa 300	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 17040000 - Transferência da União Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural Destinação:	12.000.000,00
	Total da unidade orçamentária	104.978.000,00
	Total do órgão orçamentário	104.978.000,00
	Total da unidade gestora	104.978.000,00
Unidade gestora:	**24 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROGRAMAS E PROJETOS ESTRATEGICOS**	
Órgão orçamentário:	**24000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROGRAMAS E PROJETOS ESTRATEGICOS**	
Unidade orçamentária:	**24001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROGRAMAS E PROJETOS ESTRATEGICOS**	
Função:	**4 - Administração**	
Subfunção:	**122 - Administração Geral**	
Programa:	**7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS**	
Ação:	**2.93 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROGRAMAS E PROJETOS ESTRATÉGICOS (SPPE)**	
Despesa 321	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	2.072.000,00
Despesa 323	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	223.000,00
Despesa 322	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	309.000,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD

Orçamento: 2027 - Valores em R$

		Fixado
Despesa 329	3.1.90.96.00 Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	319.000,00
Despesa 325	3.3.90.14.00 Diárias - Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	10.000,00
Despesa 326	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	10.000,00
Despesa 324	3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	48.000,00
Despesa 327	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	600.000,00
Função:	**16 - Habitação**	
Subfunção:	**482 - Habitação Urbana**	
Programa:	**15 - MOSSORÓ CASA DO POVO**	
Ação:	**1.14 - IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO SOCIAL E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**	
Despesa 328	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	50.000,00
	Total da unidade orçamentária	3.641.000,00
	Total do órgão orçamentário	3.641.000,00
	Total da unidade gestora	3.641.000,00
Unidade gestora:	**25 - FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA**	
Órgão orçamentário:	**1000 - FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA**	
Unidade orçamentária:	**1201 - FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA**	
Função:	**1 - Legislativa**	
Subfunção:	**31 - Ação Legislativa**	
Programa:	**7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS**	
Ação:	**2.139 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA**	
Despesa 330	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	1.286.000,00
Despesa 331	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	239.000,00
Despesa 714	3.3.90.14.00 Diárias - Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	15.000,00
Despesa 334	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	90.000,00
Despesa 715	3.3.90.31.00 Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	60.000,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD

Orçamento: 2027 - Valores em R$

		Fixado
Despesa 335	3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	20.000,00
Despesa 337	3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	30.000,00
Despesa 708	3.3.90.37.00 Locação de Mão-de-Obra Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	820.000,00
Despesa 338	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	290.000,00
Despesa 340	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	150.000,00
	Total da unidade orçamentária	3.000.000,00
	Total do órgão orçamentário	3.000.000,00
	Total da unidade gestora	3.000.000,00

Unidade gestora: **27 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA E INOVAÇÃO EM GESTÃO**
Órgão orçamentário: **27000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA E INOVAÇÃO EM GESTÃO**
Unidade orçamentária: **27001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA E INOVAÇÃO EM GESTÃO**
Função: **4 - Administração**
Subfunção: **122 - Administração Geral**
Programa: **7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS**
Ação: **2.96 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA E INOVAÇÃO EM GESTÃO (SEMIG)**

Despesa 363	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	529.000,00
Despesa 365	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	66.000,00
Despesa 367	3.3.90.14.00 Diárias - Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	5.000,00
Despesa 368	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	5.000,00
Despesa 369	3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	5.000,00
Despesa 370	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	10.000,00
	Total da unidade orçamentária	620.000,00
	Total do órgão orçamentário	620.000,00
	Total da unidade gestora	620.000,00

Unidade gestora: **28 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS**
Órgão orçamentário: **28000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS**
Unidade orçamentária: **28001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS**

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD

Orçamento: 2027 - Valores em R$

Fixado

Função: **4 - Administração**
Subfunção: **122 - Administração Geral**
Programa: **7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS**
Ação: **2.97 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS (SEGEPE)**

Despesa 373	3.1.90.01.00 Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	8.704.000,00
Despesa 371	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	2.893.000,00
Despesa 375	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	1.000.000,00
Despesa 372	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	452.000,00
Despesa 374	3.1.90.96.00 Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	128.000,00
Despesa 376	3.1.91.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	214.000,00
Despesa 381	3.3.90.14.00 Diárias - Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	5.000,00
Despesa 380	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	10.000,00
Despesa 382	3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	20.000,00
Despesa 379	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	2.200.000,00
Subfunção:	**128 - Formação de Recursos Humanos**	
Programa:	**6 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS**	
Ação:	**2.132 - GESTÃO E VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR COM BASE NO DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS**	
Despesa 383	3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	30.000,00
Despesa 377	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	150.000,00
Ação:	**2.133 - PROGRAMA DE BENEFÍCIOS E QUALIDADE DE VIDA PARA SERVIDORES**	
Despesa 378	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	60.000,00
	Total da unidade orçamentária	15.866.000,00
	Total do órgão orçamentário	15.866.000,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD

Orçamento: 2027 - Valores em R$

Fixado

Total da unidade gestora 15.866.000,00

Unidade gestora: **29 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO**
Órgão orçamentário: **29000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO**
Unidade orçamentária: **29001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO**
Função: **4 - Administração**
Subfunção: **122 - Administração Geral**
Programa: **7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS**
Ação: **2.95 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO (SEMURB)**

Despesa 384	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	2.144.000,00
Despesa 386	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	194.000,00
Despesa 385	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	728.000,00
Despesa 387	3.1.91.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	126.000,00
Despesa 390	3.3.90.14.00 Diárias - Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	5.000,00
Despesa 391	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	10.000,00
Despesa 394	3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	10.000,00
Despesa 388	3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	80.000,00
Despesa 392	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	250.000,00

Função: **15 - Urbanismo**
Subfunção: **451 - Infra-Estrutura Urbana**
Programa: **26 - INFRAESTRUTURA E GESTÃO DOS SERVIÇOS URBANOS**
Ação: **2.143 - GESTÃO E PLANEJAMENTO URBANO**

Despesa 395	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	50.000,00

Total da unidade orçamentária 3.597.000,00

Unidade orçamentária: **29002 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE MOSSORÓ - FUNAM**
Função: **15 - Urbanismo**
Subfunção: **541 - Preservação e Conservação Ambiental**
Programa: **27 - HIGIDEZ E PROTEÇÃO AMBIENTAL**
Ação: **2.144 - PROGRAMA DE DESASSOREAMENTO, DRENAGEM E REVITALIZAÇÃO DO RIO MOSSORÓ**

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD

Orçamento: 2027 - Valores em R$

		Fixado
Despesa 396	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 17530000 - Recursos provenientes de taxas e contribuições - FUNAM Destinação:	50.000,00
Despesa 397	4.4.90.51.00 Obras e Instalações Fonte de recurso: 17530000 - Recursos provenientes de taxas e contribuições - FUNAM Destinação:	160.000,00
Função:	**18 - Gestão Ambiental**	
Subfunção:	**452 - Serviços Urbanos**	
Programa:	**27 - HIGIDEZ E PROTEÇÃO AMBIENTAL**	
Ação:	**2.165 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E MANUTENÇÃO DE PARQUES NA CIDADE**	
Despesa 398	4.4.90.51.00 Obras e Instalações Fonte de recurso: 17530000 - Recursos provenientes de taxas e contribuições - FUNAM Destinação:	80.000,00
Despesa 687	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	70.000,00
Subfunção:	**541 - Preservação e Conservação Ambiental**	
Programa:	**27 - HIGIDEZ E PROTEÇÃO AMBIENTAL**	
Ação:	**2.145 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE MOSSORÓ - FUNAM**	
Despesa 399	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 17530000 - Recursos provenientes de taxas e contribuições - FUNAM Destinação:	10.000,00
Despesa 400	3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	50.000,00
Despesa 401	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 17530000 - Recursos provenientes de taxas e contribuições - FUNAM Destinação:	134.000,00
Subfunção:	**542 - Controle Ambiental**	
Programa:	**27 - HIGIDEZ E PROTEÇÃO AMBIENTAL**	
Ação:	**2.114 - GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS**	
Despesa 389	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	1.000,00
Despesa 393	4.4.90.51.00 Obras e Instalações Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	2.000,00
	Total da unidade orçamentária	557.000,00
	Total do órgão orçamentário	4.154.000,00
	Total da unidade gestora	4.154.000,00

Unidade gestora: **30 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**
Órgão orçamentário: **30000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**
Unidade orçamentária: **30001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**
Função: **8 - Assistência Social**
Subfunção: **122 - Administração Geral**
Programa: **7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS**
Ação: **2.127 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CIDADANIA E JUVENTUDE SEMASC**

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD

Orçamento: 2027 - Valores em R$

		Fixado
Despesa 434	3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	130.000,00
Despesa 431	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	5.791.000,00
Despesa 435	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	488.000,00
Despesa 432	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	1.516.000,00
Despesa 433	3.1.90.96.00 Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	457.000,00
Despesa 436	3.1.91.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	701.000,00
Despesa 421	3.3.90.14.00 Diárias - Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	15.000,00
Despesa 422	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	100.000,00
Despesa 423	3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	10.000,00
Despesa 424	3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	424.000,00
Despesa 425	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	6.399.000,00
Despesa 426	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	100.000,00
Ação:	**2.128 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS TUTELARES**	
Despesa 427	3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	105.000,00
	Total da unidade orçamentária	16.236.000,00
Unidade orçamentária:	**30002 - FUNDO MUNICIPAL PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA**	
Função:	**8 - Assistência Social**	
Subfunção:	**243 - Assistência à Criança e ao Adolescente**	
Programa:	**32 - PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**	
Ação:	**2.129 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DE PROJETOS DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**	
Despesa 741	3.3.50.41.00 Contribuições Fonte de recurso: 15000002 - Recursos para o Fundo da Infância e da Adolescência Destinação:	150.000,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD

Orçamento: 2027 - Valores em R$

		Fixado
Despesa 428	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000002 - Recursos para o Fundo da Infância e da Adolescência Destinação:	50.000,00
Ação:	**2.131 - APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**	
Despesa 429	3.3.50.41.00 Contribuições Fonte de recurso: 15000002 - Recursos para o Fundo da Infância e da Adolescência Destinação:	50.000,00
Ação:	**2.142 - FORTALECIMENTO DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E FAMÍLIAS**	
Despesa 430	3.3.50.41.00 Contribuições Fonte de recurso: 15000002 - Recursos para o Fundo da Infância e da Adolescência Destinação:	50.000,00
	Total da unidade orçamentária	300.000,00
Unidade orçamentária:	**30003 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO**	
Função:	**8 - Assistência Social**	
Subfunção:	**244 - Assistência Comunitária**	
Programa:	**31 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E PREVENÇÃO DE RISCOS**	
Ação:	**2.186 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS PARA A PESSOA IDOSA**	
Despesa 737	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	100.000,00
	Total da unidade orçamentária	100.000,00
	Total do órgão orçamentário	16.636.000,00
	Total da unidade gestora	16.636.000,00
Unidade gestora:	**31 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**	
Órgão orçamentário:	**18000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**	
Unidade orçamentária:	**18101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**	
Função:	**4 - Administração**	
Subfunção:	**122 - Administração Geral**	
Programa:	**7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS**	
Ação:	**2.45 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRTURA (SEINFRA)**	
Despesa 233	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	3.441.000,00
Despesa 235	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	341.000,00
Despesa 236	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	367.000,00
Despesa 237	3.1.90.96.00 Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	141.000,00
Despesa 238	3.1.91.13.00 Obrigações Patronais Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	92.000,00
Despesa 239	3.3.90.14.00 Diárias - Civil Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	15.000,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD

Orçamento: 2027 - Valores em R$

		Fixado
Despesa 234	3.3.90.30.00 Material de Consumo Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	30.000,00
Despesa 240	3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	15.000,00
Despesa 241	3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	112.000,00
Despesa 242	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	9.500.000,00
Despesa 243	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	50.000,00
Função:	**15 - Urbanismo**	
Subfunção:	**451 - Infra-Estrutura Urbana**	
Programa:	**14 - MOSSORÓ REALIZA**	
Ação:	**1.4 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS**	
Despesa 245	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	3.000.000,00
Ação:	**1.5 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS**	
Despesa 244	4.4.90.51.00 Obras e Instalações Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	1.000,00
Ação:	**1.8 - PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS**	
Despesa 733	4.4.90.51.00 Obras e Instalações Fonte de recurso: 17540000 - Recursos de Operações de Crédito Destinação:	1.500.000,00
Despesa 734	4.4.90.51.00 Obras e Instalações Fonte de recurso: 17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União Destinação:	3.000.000,00
Ação:	**1.9 - CONSTRUÇÃO DE PONTE LIGANDO OS BAIRROS DO MUNICÍPIO**	
Despesa 249	4.4.90.51.00 Obras e Instalações Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	1.000,00
Ação:	**2.49 - MANUTENÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS**	
Despesa 248	4.4.90.51.00 Obras e Instalações Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	2.500.000,00
Despesa 735	4.4.90.51.00 Obras e Instalações Fonte de recurso: 17540000 - Recursos de Operações de Crédito Destinação:	2.500.000,00
Função:	**16 - Habitação**	
Subfunção:	**481 - Habitação Rural**	
Programa:	**15 - MOSSORÓ CASA DO POVO**	
Ação:	**1.11 - CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS**	

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD

Orçamento: 2027 - Valores em R$

		Fixado
Despesa 250	4.4.90.51.00 Obras e Instalações Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	1.000,00
Despesa 736	4.4.90.51.00 Obras e Instalações Fonte de recurso: 17540000 - Recursos de Operações de Crédito Destinação:	2.000.000,00
Função:	**17 - Saneamento**	
Subfunção:	**512 - Saneamento Básico Urbano**	
Programa:	**27 - HIGIDEZ E PROTEÇÃO AMBIENTAL**	
Ação:	**1.17 - EXPANSÃO DO SANEAMENTO BÁSICO URBANO**	
Despesa 698	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	1.000,00
Despesa 252	4.4.90.51.00 Obras e Instalações Fonte de recurso: 17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União Destinação:	3.000.000,00
Função:	**27 - Desporto e Lazer**	
Subfunção:	**451 - Infra-Estrutura Urbana**	
Programa:	**14 - MOSSORÓ REALIZA**	
Ação:	**1.6 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA ESPORTIVA E DE LAZER**	
Despesa 231	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	100.000,00
Despesa 232	4.4.90.51.00 Obras e Instalações Fonte de recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos Destinação:	1.000.000,00
	Total da unidade orçamentária	32.708.000,00
Unidade orçamentária:	**18103 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO**	
Função:	**17 - Saneamento**	
Subfunção:	**512 - Saneamento Básico Urbano**	
Programa:	**14 - MOSSORÓ REALIZA**	
Ação:	**1.18 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE REDES DE DRENAGENS - FMSB**	
Despesa 254	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de recurso: 15010000 - Outros Recursos não Vinculados Destinação:	1.260.000,00
Despesa 255	4.4.90.51.00 Obras e Instalações Fonte de recurso: 15010000 - Outros Recursos não Vinculados Destinação:	1.260.000,00
	Total da unidade orçamentária	2.520.000,00
	Total do órgão orçamentário	35.228.000,00
	Total da unidade gestora	35.228.000,00
	Total geral	1.598.333.000,00

Entidades Consolidadas: CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ, SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO , SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL , CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO , PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO , SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA , SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA , SEC. MUN. DO DESENV. ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TURISMO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER , SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO, PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN, PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ, AGENCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PUBLICOS DE MOSSORO, SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, SECRETARIA MUNICIPAL DE PROGRAMAS E PROJETOS ESTRATEGICOS, FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA, SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA E INOVAÇÃO EM GESTÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

ANEXO XII – Relação de Valores LOA por Fontes de Recursos

LOA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
2027

Relação de Valores LOA por Fonte de Recursos

Período: Orçamento/2027 - Valores em R$

Código	Fonte de recurso - Destinação	Receita (a)	Despesa (b)	Diferença (a-b)
15000000	Recursos não Vinculados de Impostos	930.503.000,00	554.746.000,00	375.757.000,00
15000002	Recursos para o Fundo da Infância e da Adolescência	300.000,00	300.000,00	0,00
15000005	Recursos vinculados ao Fundo Municipal de Incentivo a Cidadania Fiscal e ao Desenvolvimento da Administração	0,00	924.000,00	-924.000,00
15001001	Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	0,00	160.000.000,00	-160.000.000,00
15001002	Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	214.833.000,00	-214.833.000,00
15010000	Outros Recursos não Vinculados	10.338.000,00	10.338.000,00	0,00
15400000	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferência de Impostos	166.115.000,00	0,00	166.115.000,00
15401070	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Pagamento dos Profissionais da Educação Básica	0,00	159.470.000,00	-159.470.000,00
15401072	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL (ETI 4%)	0,00	6.645.000,00	-6.645.000,00
15500000	Transferência do Salário-Educação	13.037.000,00	13.037.000,00	0,00
15520000	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	3.200.000,00	3.200.000,00	0,00
15530000	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	240.000,00	240.000,00	0,00
16000000	Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de	208.818.000,00	208.818.000,00	0,00
16010000	Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos	2.575.000,00	2.575.000,00	0,00
16050000	Tranferencias Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e	19.262.000,00	19.262.000,00	0,00
16210000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	21.735.000,00	21.735.000,00	0,00
16600000	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	6.201.000,00	6.201.000,00	0,00
17000000	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	6.000.000,00	6.000.000,00	0,00
17040000	Transferência da União Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural	37.572.000,00	37.572.000,00	0,00
17050000	Transferência dos Estados Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural	1.029.000,00	1.029.000,00	0,00
17190000	Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022	1.962.000,00	1.962.000,00	0,00
17500000	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	267.000,00	267.000,00	0,00
17510000	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	24.533.000,00	24.533.000,00	0,00
17520000	Recursos Vinculados ao Trânsito	6.146.000,00	6.146.000,00	0,00
17530000	Recursos provenientes de taxas e contribuições - FUNAM	434.000,00	434.000,00	0,00
17540000	Recursos de Operações de Crédito	6.000.000,00	6.000.000,00	0,00
18000000	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	119.349.000,00	119.349.000,00	0,00
18020000	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	12.717.000,00	12.717.000,00	0,00
	Total geral	**1.598.333.000,00**	**1.598.333.000,00**	**0,00**

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Vide Emenda Constitucional nº 91, de 2016

Vide Emenda Constitucional nº 106, de 2020

Vide Emenda Constitucional nº 107, de 2020

Emendas Constitucionais

Emendas Constitucionais de Revisão

(Vide Emenda Constitucional nº 132, de 2023) Vigência

(Vide Emenda Constitucional nº 132, de 2023) Vigência

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Atos decorrentes do disposto no § 3º do art. 5º

ÍNDICE TEMÁTICO

Texto compilado

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

⚖ Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

I - independência nacional;

II - prevalência dos direitos humanos;

III - autodeterminação dos povos;

IV - não-intervenção;

V - igualdade entre os Estados;

VI - defesa da paz;

VII - solução pacífica dos conflitos;

VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;

IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;

X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

TÍTULO II

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I

DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial; (Vide Lei nº 13.105, de 2015) (Vigência)

XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal; (Vide Lei nº 9.296, de 1996)

XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;

XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;

XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;

XX - ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;

XXI - as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente;

XXII - é garantido o direito de propriedade;

XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;

XXIV - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

XXV - no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;

XXVI - a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento;

XXVII - aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar;

XXVIII - são assegurados, nos termos da lei:

a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas;

b) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas;

XXIX - a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País;

XXX - é garantido o direito de herança;

XXXI - a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do "de cujus";

XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado; (Regulamento) (Vide Lei nº 12.527, de 2011)

XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

XXXVII - não haverá juízo ou tribunal de exceção;

XXXVIII - é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:

a) a plenitude de defesa;

b) o sigilo das votações;

c) a soberania dos veredictos;

d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida;

XXXIX - não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;

XL - a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu;

XLI - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura , o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem; (Regulamento)

XLIV - constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;

XLV - nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;

XLVI - a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:

a) privação ou restrição da liberdade;

b) perda de bens;

c) multa;

d) prestação social alternativa;

e) suspensão ou interdição de direitos;

XLVII - não haverá penas:

a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;

b) de caráter perpétuo;

c) de trabalhos forçados;

d) de banimento;

e) cruéis;

XLVIII - a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado;

XLIX - é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;

L - às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação;

LI - nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;

LII - não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião;

LIII - ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente;

LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

LVI - são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos;

LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

LVIII - o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei; (Regulamento)

LIX - será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal;

LX - a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem;

LXI - ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei;

LXII - a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada;

LXIII - o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;

LXIV - o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial;

LXV - a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária;

LXVI - ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança;

LXVII - não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel;

LXVIII - conceder-se-á *"habeas-corpus"* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;

LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *"habeas-corpus"* ou *"habeas-data"*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;

LXX - o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:

a) partido político com representação no Congresso Nacional;

b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;

LXXI - conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

LXXII - conceder-se-á *"habeas-data":*

a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;

b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

LXXV - o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença;

LXXVI - são gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei: (Vide Lei nº 7.844, de 1989)

a) o registro civil de nascimento;

b) a certidão de óbito;

LXXVII - são gratuitas as ações de *"habeas-corpus"* e *"habeas-data",* e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania. (Regulamento)

LXXVIII - a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004) (Vide ADIN 3392)

LXXIX - é assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 115, de 2022)

§ 1º As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

§ 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004) (Vide ADIN 3392) (Vide Atos decorrentes do disposto no § 3º do art. 5º da Constituição)

§ 4º O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

CAPÍTULO II

DOS DIREITOS SOCIAIS

~~Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.~~

~~Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.~~ (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 26, de 2000)

~~Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.~~ (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 64, de 2010)

⚖ Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015)

Parágrafo único. Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 114, de 2021) (Vide Lei nº 14.601, de 2023)

⚖ Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

I - relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;

II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;

III - fundo de garantia do tempo de serviço;

IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

V - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;

VI - irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;

VII - garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável;

VIII - décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

IX - remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;

X - proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa;

XI - participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei;

~~XII - salário-família para os seus dependentes;~~

XII - salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

XIII - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho; (Vide Decreto-Lei nº 5.452, de 1943)

XIV - jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva;

XV - repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

XVI - remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinqüenta por cento à do normal; (Vide Del 5.452, art. 59 § 1º)

XVII - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;

XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;

XIX - licença-paternidade, nos termos fixados em lei;

XX - proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;

XXI - aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei;

XXII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

XXIII - adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;

XXIV - aposentadoria;

~~XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas;~~

XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

XXVI - reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho;

XXVII - proteção em face da automação, na forma da lei;

XXVIII - seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;

~~XXIX - ação, quanto a créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de:~~
~~a) cinco anos para o trabalhador urbano, até o limite de dois anos após a extinção do contrato;~~
~~b) até dois anos após a extinção do contrato, para o trabalhador rural;~~

XXIX - ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 28, de 2000)

a) (Revogada). (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 28, de 2000)

b) (Revogada). (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 28, de 2000)

XXX - proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;

XXXI - proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência;

XXXII - proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos;

~~XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz~~ ;

XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

XXXIV - igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso

~~Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VIII, XV, XVII, XVIII, XIX, XXI e XXIV, bem como a sua integração à previdência social.~~

Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VII, VIII, X, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXI, XXII, XXIV, XXVI, XXX, XXXI e XXXIII e, atendidas as condições estabelecidas em lei e observada a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades, os previstos nos incisos I, II, III, IX, XII, XXV e XXVIII, bem como a sua integração à previdência social. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 72, de 2013)

Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

I - a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical;

II - é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município;

III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

IV - a assembléia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei;

V - ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato;

VI - é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho;

VII - o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais;

VIII - é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

Parágrafo único. As disposições deste artigo aplicam-se à organização de sindicatos rurais e de colônias de pescadores, atendidas as condições que a lei estabelecer.

Art. 9º É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

§ 1º A lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

§ 2º Os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei.

Art. 10. É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.

Art. 11. Nas empresas de mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

CAPÍTULO III

DA NACIONALIDADE

⚖ Art. 12. São brasileiros:

I - natos:

a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;

b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;

c) ~~os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente, ou venham a residir na República Federativa do Brasil antes da maioridade e, alcançada esta, optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira~~ ;

c ~~) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira;~~ ~~(Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 1994)~~

c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 54, de 2007)

II - naturalizados:

a) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral;

~~b) os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de trinta anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.~~

b) os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira. (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 1994)

~~§ 1º - Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro nato, salvo os casos previstos nesta Constituição.~~

§ 1º Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos nesta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 1994)

§ 2º A lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos nesta Constituição.

§ 3º São privativos de brasileiro nato os cargos:

I - de Presidente e Vice-Presidente da República;

II - de Presidente da Câmara dos Deputados;

III - de Presidente do Senado Federal;

IV - de Ministro do Supremo Tribunal Federal;

V - da carreira diplomática;

VI - de oficial das Forças Armadas.

VII - de Ministro de Estado da Defesa. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 23, de 1999)

§ 4º - Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que:

~~I - tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional;~~

I - tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de fraude relacionada ao processo de naturalização ou de atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 131, de 2023)

~~II - adquirir outra nacionalidade por naturalização voluntária.~~

~~II - adquirir outra nacionalidade, salvo nos casos: (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 1994)~~

~~a) de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira; (Incluído pela Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 1994)~~

~~b) de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis; (Incluído pela Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 1994)~~

II - fizer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 131, de 2023)

a) revogada; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 131, de 2023)

b) revogada. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 131, de 2023)

§ 5º A renúncia da nacionalidade, nos termos do inciso II do § 4º deste artigo, não impede o interessado de readquirir sua nacionalidade brasileira originária, nos termos da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 131, de 2023)

⚖ Art. 13. A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil.

§ 1º São símbolos da República Federativa do Brasil a bandeira, o hino, as armas e o selo nacionais.

§ 2º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão ter símbolos próprios.

CAPÍTULO IV

DOS DIREITOS POLÍTICOS

⚖ Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

I - plebiscito;

II - referendo;

III - iniciativa popular.

§ 1º O alistamento eleitoral e o voto são:

I - obrigatórios para os maiores de dezoito anos;

II - facultativos para:

a) os analfabetos;

b) os maiores de setenta anos;

c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

§ 2º Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

§ 3º São condições de elegibilidade, na forma da lei:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o pleno exercício dos direitos políticos;

III - o alistamento eleitoral;

IV - o domicílio eleitoral na circunscrição;

V - a filiação partidária; Regulamento

VI - a idade mínima de:

a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;

b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;

c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;

d) dezoito anos para Vereador.

§ 4º São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

~~§ 5º São inelegíveis para os mesmos cargos, no período subseqüente, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído nos seis meses anteriores ao pleito.~~

§ 5º O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subseqüente. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 16, de 1997)

§ 6º Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

§ 7º São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consangüíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

§ 8º O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições:

I - se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade;

II - se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

~~§ 9º Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta~~ .

§ 9º Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato considerada vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta. (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 4, de 1994)

§ 10 - O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

§ 11 - A ação de impugnação de mandato tramitará em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

§ 12. Serão realizadas concomitantemente às eleições municipais as consultas populares sobre questões locais aprovadas pelas Câmaras Municipais e encaminhadas à Justiça Eleitoral até 90 (noventa) dias antes da data das eleições, observados os limites operacionais relativos ao número de quesitos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 111, de 2021)

§ 13. As manifestações favoráveis e contrárias às questões submetidas às consultas populares nos termos do § 12 ocorrerão durante as campanhas eleitorais, sem a utilização de propaganda gratuita no rádio e na televisão. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 111, de 2021)

⚖ Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:

I - cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado;

II - incapacidade civil absoluta;

III - condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;

IV - recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII;

V - improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º.

~~Art. 16 A lei que alterar o processo eleitoral só entrará em vigor um ano após sua promulgação~~ .

⚖ Art. 16. A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 4, de 1993)

CAPÍTULO V

DOS PARTIDOS POLÍTICOS

⚖ Art. 17. É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos: Regulamento

I - caráter nacional;

II - proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes;

III - prestação de contas à Justiça Eleitoral;

IV - funcionamento parlamentar de acordo com a lei.

~~§ 1º É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento, devendo seus estatutos estabelecer normas de fidelidade e disciplina partidárias.~~

~~§ 1º É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.~~ ~~(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 52, de 2006)~~

§ 1º É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios e sobre sua organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações nas eleições majoritárias, vedada a sua celebração nas eleições proporcionais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 97, de 2017)

§ 2º Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.

~~§ 3º Os partidos políticos têm direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei.~~

§ 3º Somente terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, os partidos políticos que alternativamente: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 97, de 2017)

I - obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 3% (três por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 2% (dois por cento) dos votos válidos em cada uma delas; ou (Incluído pela Emenda Constitucional nº 97, de 2017)

II - tiverem elegido pelo menos quinze Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 97, de 2017)

§ 4º É vedada a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar.

§ 5º Ao eleito por partido que não preencher os requisitos previstos no § 3º deste artigo é assegurado o mandato e facultada a filiação, sem perda do mandato, a outro partido que os tenha atingido, não sendo essa filiação considerada para fins de distribuição dos recursos do fundo partidário e de acesso gratuito ao tempo de rádio e de televisão. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 97, de 2017)

§ 6º Os Deputados Federais, os Deputados Estaduais, os Deputados Distritais e os Vereadores que se desligarem do partido pelo qual tenham sido eleitos perderão o mandato, salvo nos casos de anuência do partido ou de outras hipóteses de justa causa estabelecidas em lei, não computada, em qualquer caso, a migração de partido para fins de distribuição de recursos do fundo partidário ou de outros fundos públicos e de acesso gratuito ao rádio e à televisão. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 111, de 2021)

§ 7º Os partidos políticos devem aplicar no mínimo 5% (cinco por cento) dos recursos do fundo partidário na criação e na manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, de acordo com os interesses intrapartidários. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 117, de 2022)

§ 8º O montante do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e da parcela do fundo partidário destinada a campanhas eleitorais, bem como o tempo de propaganda gratuita no rádio e na televisão a ser distribuído pelos partidos às respectivas candidatas, deverão ser de no mínimo 30% (trinta por cento), proporcional ao número de candidatas, e a distribuição deverá ser realizada conforme critérios definidos pelos respectivos órgãos de direção e pelas normas estatutárias, considerados a autonomia e o interesse partidário. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 117, de 2022)

§ 9º Dos recursos oriundos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e do fundo partidário destinados às campanhas eleitorais, os partidos políticos devem, obrigatoriamente, aplicar 30% (trinta por cento) em candidaturas de pessoas pretas e pardas, nas circunscrições que melhor atendam aos interesses e às estratégias partidárias. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 133, de 2024)

TÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

CAPÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

⚖ Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

§ 1º Brasília é a Capital Federal.

§ 2º Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar.

§ 3º Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

~~§ 4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios preservarão a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, far-se-ão por lei estadual, obedecidos os requisitos previstos em Lei Complementar estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas.~~

§ 4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 15, de 1996) Vide art. 96 - ADCT (Vide Lei Complementar nº 230, de 2026)

⚖ Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;

II - recusar fé aos documentos públicos;

III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

CAPÍTULO II

DA UNIÃO

⚖ Art. 20. São bens da União:

I - os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos;

II - as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei;

III - os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais;

~~IV - as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as áreas referidas no art. 26, II;~~

IV as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as que contenham a sede de Municípios, exceto aquelas áreas afetadas ao serviço público e a unidade ambiental federal, e as referidas no art. 26, II; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 46, de 2005)

V - os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva;

VI - o mar territorial;

VII - os terrenos de marinha e seus acrescidos;

VIII - os potenciais de energia hidráulica;

IX - os recursos minerais, inclusive os do subsolo;

X - as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos;

XI - as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

~~§ 1º É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.~~

§ 1º É assegurada, nos termos da lei, à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 102, de 2019) (Produção de efeito)

§ 2º A faixa de até cento e cinqüenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei.

⚖ Art. 21. Compete à União:

I - manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais;

II - declarar a guerra e celebrar a paz;

III - assegurar a defesa nacional;

IV - permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente;

V - decretar o estado de sítio, o estado de defesa e a intervenção federal;

VI - autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico;

VII - emitir moeda;

VIII - administrar as reservas cambiais do País e fiscalizar as operações de natureza financeira, especialmente as de crédito, câmbio e capitalização, bem como as de seguros e de previdência privada;

IX - elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;

X - manter o serviço postal e o correio aéreo nacional;

~~XI - explorar, diretamente ou mediante concessão a empresas sob controle acionário estatal, os serviços telefônicos, telegráficos, de transmissão de dados e demais serviços públicos de telecomunicações, assegurada a prestação de serviços de informações por entidades de direito privado através da rede pública de telecomunicações explorada pela União.~~

XI - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei, que disporá sobre a organização dos serviços, a criação de um órgão regulador e outros aspectos institucionais; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 8, de 15/08/95:)

XII - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:

~~a) os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens e demais serviços de telecomunicações;~~

a) os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 8, de 15/08/95:)

b) os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Estados onde se situam os potenciais hidroenergéticos;

c) a navegação aérea, aeroespacial e a infra-estrutura aeroportuária;

d) os serviços de transporte ferroviário e aquaviário entre portos brasileiros e fronteiras nacionais, ou que transponham os limites de Estado ou Território;

e) os serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros;

f) os portos marítimos, fluviais e lacustres;

~~XIII - organizar e manter o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios;~~

XIII - organizar e manter o Poder Judiciário, o Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e a Defensoria Pública dos Territórios; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 69, de 2012) (Produção de efeito)

~~XIV - organizar e manter a polícia federal, a polícia rodoviária e a ferroviária federais, bem como a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal e dos Territórios;~~

~~XIV - organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)~~

XIV - organizar e manter a polícia civil, a polícia penal, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 104, de 2019)

XV - organizar e manter os serviços oficiais de estatística, geografia, geologia e cartografia de âmbito nacional;

XVI - exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão;

XVII - conceder anistia;

XVIII - planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações;

XIX - instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso; (Regulamento)

XX - instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos;

XXI - estabelecer princípios e diretrizes para o sistema nacional de viação;

~~XXII - executar os serviços de polícia marítima, aérea e de fronteira;~~

XXII - executar os serviços de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XXIII - explorar os serviços e instalações nucleares de qualquer natureza e exercer monopólio estatal sobre a pesquisa, a lavra, o enriquecimento e reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios nucleares e seus derivados, atendidos os seguintes princípios e condições:

a) toda atividade nuclear em território nacional somente será admitida para fins pacíficos e mediante aprovação do Congresso Nacional;

~~b) sob regime de concessão ou permissão, é autorizada a utilização de radioisótopos para a pesquisa e usos medicinais, agrícolas, industriais e atividades análogas;~~

~~b) sob regime de permissão, são autorizadas a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e usos médicos, agrícolas e industriais; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 49, de 2006)~~

b) sob regime de permissão, são autorizadas a comercialização e a utilização de radioisótopos para pesquisa e uso agrícolas e industriais; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 118, de 2022)

~~c) a responsabilidade civil por danos nucleares independe da existência de culpa;~~

~~c) sob regime de permissão, são autorizadas a produção, comercialização e utilização de radioisótopos de meia-vida igual ou inferior a duas horas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 49, de 2006)~~

c) sob regime de permissão, são autorizadas a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos para pesquisa e uso médicos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 118, de 2022)

d) a responsabilidade civil por danos nucleares independe da existência de culpa; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 49, de 2006)

XXIV - organizar, manter e executar a inspeção do trabalho;

XXV - estabelecer as áreas e as condições para o exercício da atividade de garimpagem, em forma associativa.

XXVI - organizar e fiscalizar a proteção e o tratamento de dados pessoais, nos termos da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 115, de 2022)

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

II - desapropriação;

III - requisições civis e militares, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra;

IV - águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão;

V - serviço postal;

VI - sistema monetário e de medidas, títulos e garantias dos metais;

VII - política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores;

VIII - comércio exterior e interestadual;

IX - diretrizes da política nacional de transportes;

X - regime dos portos, navegação lacustre, fluvial, marítima, aérea e aeroespacial;

XI - trânsito e transporte;

XII - jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia;

XIII - nacionalidade, cidadania e naturalização;

XIV - populações indígenas;

XV - emigração e imigração, entrada, extradição e expulsão de estrangeiros;

XVI - organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões;

~~XVII - organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios, bem como organização administrativa destes;~~

XVII - organização judiciária, do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e da Defensoria Pública dos Territórios, bem como organização administrativa destes; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 69, de 2012) (Produção de efeito)

XVIII - sistema estatístico, sistema cartográfico e de geologia nacionais;

XIX - sistemas de poupança, captação e garantia da poupança popular;

XX - sistemas de consórcios e sorteios;

~~XXI - normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares;~~

XXI - normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação, mobilização, inatividades e pensões das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

XXII - competência da polícia federal e das polícias rodoviária e ferroviária federais;

XXIII - seguridade social;

XXIV - diretrizes e bases da educação nacional;

XXV - registros públicos;

XXVI - atividades nucleares de qualquer natureza;

~~XXVII - normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para a administração pública, direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, nas diversas esferas de governo, e empresas sob seu controle;~~

XXVII - normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37,

XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1°, III; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XXVIII - defesa territorial, defesa aeroespacial, defesa marítima, defesa civil e mobilização nacional;

XXIX - propaganda comercial.

XXX - proteção e tratamento de dados pessoais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 115, de 2022)

Parágrafo único. Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo.

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência; (Vide ADPF 672)

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

~~V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;~~

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;

VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico; (Vide ADPF 672)

X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;

XII - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

~~Parágrafo único. Lei complementar fixará normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.~~

Parágrafo único. Leis complementares fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)

II - orçamento;

III - juntas comerciais;

IV - custas dos serviços forenses;

V - produção e consumo;

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

~~IX - educação, cultura, ensino e desporto;~~

IX - educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)

X - criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas;

XI - procedimentos em matéria processual;

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde; (Vide ADPF 672)

XIII - assistência jurídica e Defensoria pública;

XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

XV - proteção à infância e à juventude;

XVI - organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.

§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais. (Vide Lei nº 13.874, de 2019)

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados. (Vide Lei nº 13.874, de 2019)

§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades. (Vide Lei nº 13.874, de 2019)

§ 4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário. (Vide Lei nº 13.874, de 2019)

CAPÍTULO III

DOS ESTADOS FEDERADOS

⚖ Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.

~~§ 2º Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, a empresa estatal, com exclusividade de distribuição, os serviços locais de gás canalizado.~~

§ 2º Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 5, de 1995)

§ 3º Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

⚖ Art. 26. Incluem-se entre os bens dos Estados:

I - as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União;

II - as áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob domínio da União, Municípios ou terceiros;

III - as ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à União;

IV - as terras devolutas não compreendidas entre as da União.

⚖ Art. 27. O número de Deputados à Assembléia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.

§ 1º Será de quatro anos o mandato dos Deputados Estaduais, aplicando- sê-lhes as regras desta Constituição sobre sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidades, remuneração, perda de mandato, licença, impedimentos e

incorporação às Forças Armadas.

~~§ 2º A remuneração dos Deputados Estaduais será fixada em cada legislatura, para a subseqüente, pela Assembléia Legislativa, observado o que dispõem os arts. arts. 150, II, 153, III e 153, § 2.º, I.~~

~~§ 2.º A remuneração dos Deputados Estaduais será fixada em cada legislatura, para a subseqüente, pela Assembléia Legislativa, observado o que dispõem os arts. arts. 150, II, 153, III e 153, § 2.º, I , na razão de, no máximo, setenta e cinco por cento daquela estabelecida, em espécie, para os Deputados Federais.~~ ~~(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 1, 1992)~~

§ 2º O subsídio dos Deputados Estaduais será fixado por lei de iniciativa da Assembléia Legislativa, na razão de, no máximo, setenta e cinco por cento daquele estabelecido, em espécie, para os Deputados Federais, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 57, § 7º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 3º Compete às Assembléias Legislativas dispor sobre seu regimento interno, polícia e serviços administrativos de sua secretaria, e prover os respectivos cargos.

§ 4º A lei disporá sobre a iniciativa popular no processo legislativo estadual.

~~Art. 28. A eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado, para mandato de quatro anos, realizar-se-á noventa dias antes do término do mandato de seus antecessores, e a posse ocorrerá no dia 1º de janeiro do ano subseqüente, observado, quanto ao mais, o disposto no art. 77.~~

~~⚖ Art. 28. A eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado, para mandato de quatro anos, realizar-se-á no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato de seus antecessores, e a posse ocorrerá em primeiro de janeiro do ano subseqüente, observado, quanto ao mais, o disposto no art. 77.~~ ~~(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 16, de1997)~~

Art. 28. A eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado, para mandato de 4 (quatro) anos, realizar-se-á no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato de seus antecessores, e a posse ocorrerá em 6 de janeiro do ano subsequente, observado, quanto ao mais, o disposto no art. 77 desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 111, de 2021)

~~Parágrafo único. Perderá o mandato o Governador que assumir outro cargo ou função na administração pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público e observado o disposto no art. 38, I, IV e V.~~

§ 1º Perderá o mandato o Governador que assumir outro cargo ou função na administração pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público e observado o disposto no art. 38, I, IV e V. (Renumerado do parágrafo único, pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 2º Os subsídios do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado serão fixados por lei de iniciativa da Assembléia Legislativa, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

CAPÍTULO IV

DOS MUNICÍPIOS

⚖ Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

I - eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, para mandato de quatro anos, mediante pleito direto e simultâneo realizado em todo o País;

~~II - eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito até noventa dias antes do término do mandato dos que devam suceder, aplicadas as regras do art. 77, no caso de municípios com mais de duzentos mil eleitores;~~

II - eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito realizada no primeiro domingo de outubro do ano anterior ao término do mandato dos que devam suceder, aplicadas as regras do art. 77, no caso de Municípios com mais de duzentos mil eleitores; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 16, de 1997)

III - posse do Prefeito e do Vice-Prefeito no dia 1º de janeiro do ano subseqüente ao da eleição;

~~IV - número de Vereadores proporcional à população do Município, observados os seguintes limites:~~
~~a) mínimo de nove e máximo de vinte e um nos Municípios de até um milhão de habitantes;~~
~~b) mínimo de trinta e três e máximo de quarenta e um nos Municípios de mais de um milhão e menos de cinco milhões de habitantes;~~

~~c) mínimo de quarenta e dois e máximo de cinqüenta e cinco nos Municípios de mais de cinco milhões de habitantes;~~

IV - para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de: (Redação dada pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009) (Produção de efeito) (Vide ADIN 4307)

a) 9 (nove) Vereadores, nos Municípios de até 15.000 (quinze mil) habitantes; (Redação dada pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)

b) 11 (onze) Vereadores, nos Municípios de mais de 15.000 (quinze mil) habitantes e de até 30.000 (trinta mil) habitantes; (Redação dada pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)

c) 13 (treze) Vereadores, nos Municípios com mais de 30.000 (trinta mil) habitantes e de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes; (Redação dada pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)

d) 15 (quinze) Vereadores, nos Municípios de mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes e de até 80.000 (oitenta mil) habitantes; (Incluída pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)

e) 17 (dezessete) Vereadores, nos Municípios de mais de 80.000 (oitenta mil) habitantes e de até 120.000 (cento e vinte mil) habitantes; (Incluída pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)

f) 19 (dezenove) Vereadores, nos Municípios de mais de 120.000 (cento e vinte mil) habitantes e de até 160.000 (cento sessenta mil) habitantes; (Incluída pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)

g) 21 (vinte e um) Vereadores, nos Municípios de mais de 160.000 (cento e sessenta mil) habitantes e de até 300.000 (trezentos mil) habitantes; (Incluída pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)

h) 23 (vinte e três) Vereadores, nos Municípios de mais de 300.000 (trezentos mil) habitantes e de até 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) habitantes; (Incluída pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)

i) 25 (vinte e cinco) Vereadores, nos Municípios de mais de 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) habitantes e de até 600.000 (seiscentos mil) habitantes; (Incluída pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)

j) 27 (vinte e sete) Vereadores, nos Municípios de mais de 600.000 (seiscentos mil) habitantes e de até 750.000 (setecentos cinquenta mil) habitantes; (Incluída pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)

k) 29 (vinte e nove) Vereadores, nos Municípios de mais de 750.000 (setecentos e cinquenta mil) habitantes e de até 900.000 (novecentos mil) habitantes; (Incluída pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)

l) 31 (trinta e um) Vereadores, nos Municípios de mais de 900.000 (novecentos mil) habitantes e de até 1.050.000 (um milhão e cinquenta mil) habitantes; (Incluída pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)

m) 33 (trinta e três) Vereadores, nos Municípios de mais de 1.050.000 (um milhão e cinquenta mil) habitantes e de até 1.200.000 (um milhão e duzentos mil) habitantes; (Incluída pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)

n) 35 (trinta e cinco) Vereadores, nos Municípios de mais de 1.200.000 (um milhão e duzentos mil) habitantes e de até 1.350.000 (um milhão e trezentos e cinquenta mil) habitantes; (Incluída pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)

o) 37 (trinta e sete) Vereadores, nos Municípios de 1.350.000 (um milhão e trezentos e cinquenta mil) habitantes e de até 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil) habitantes; (Incluída pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)

p) 39 (trinta e nove) Vereadores, nos Municípios de mais de 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil) habitantes e de até 1.800.000 (um milhão e oitocentos mil) habitantes; (Incluída pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)

q) 41 (quarenta e um) Vereadores, nos Municípios de mais de 1.800.000 (um milhão e oitocentos mil) habitantes e de até 2.400.000 (dois milhões e quatrocentos mil) habitantes; (Incluída pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)

r) 43 (quarenta e três) Vereadores, nos Municípios de mais de 2.400.000 (dois milhões e quatrocentos mil) habitantes e de até 3.000.000 (três milhões) de habitantes; (Incluída pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)

s) 45 (quarenta e cinco) Vereadores, nos Municípios de mais de 3.000.000 (três milhões) de habitantes e de até 4.000.000 (quatro milhões) de habitantes; (Incluída pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)

t) 47 (quarenta e sete) Vereadores, nos Municípios de mais de 4.000.000 (quatro milhões) de habitantes e de até 5.000.000 (cinco milhões) de habitantes; (Incluída pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)

u) 49 (quarenta e nove) Vereadores, nos Municípios de mais de 5.000.000 (cinco milhões) de habitantes e de até 6.000.000 (seis milhões) de habitantes; (Incluída pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)

v) 51 (cinquenta e um) Vereadores, nos Municípios de mais de 6.000.000 (seis milhões) de habitantes e de até 7.000.000 (sete milhões) de habitantes; (Incluída pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)

w) 53 (cinquenta e três) Vereadores, nos Municípios de mais de 7.000.000 (sete milhões) de habitantes e de até 8.000.000 (oito milhões) de habitantes; e (Incluída pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)

x) 55 (cinquenta e cinco) Vereadores, nos Municípios de mais de 8.000.000 (oito milhões) de habitantes; (Incluída pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)

~~V - remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores fixada pela Câmara Municipal em cada legislatura, para a subseqüente, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 150, II, 153, III, e 153, § 2.º, I;~~

V - subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; (Redação dada pela Emenda constitucional nº 19, de 1998)

~~VI - a remuneração dos Vereadores corresponderá a, no máximo, setenta e cinco por cento daquela estabelecida, em espécie, para os Deputados Estaduais, ressalvado o que dispõe o art. 37, XI; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)~~

~~VI - subsídio dos Vereadores fixado por lei de iniciativa da Câmara Municipal, na razão de, no máximo, setenta e cinco por cento daquele estabelecido, em espécie, para os Deputados Estaduais, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 57, § 7º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; (Redação dada pela Emenda constitucional nº 19, de 1998)~~

VI - o subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subseqüente, observado o que dispõe esta Constituição, observados os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica e os seguintes limites máximos: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

a) em Municípios de até dez mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a vinte por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

b) em Municípios de dez mil e um a cinqüenta mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a trinta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

c) em Municípios de cinqüenta mil e um a cem mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a quarenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

d) em Municípios de cem mil e um a trezentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a cinqüenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

e) em Municípios de trezentos mil e um a quinhentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a sessenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

f) em Municípios de mais de quinhentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a setenta e cinco por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

VII - o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do Município; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)

VIII - inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município; (Renumerado do inciso VI, pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)

IX - proibições e incompatibilidades, no exercício da vereança, similares, no que couber, ao disposto nesta Constituição para os membros do Congresso Nacional e na Constituição do respectivo Estado para os membros da Assembléia Legislativa; (Renumerado do inciso VII, pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)

X - julgamento do Prefeito perante o Tribunal de Justiça; (Renumerado do inciso VIII, pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)

XI - organização das funções legislativas e fiscalizadoras da Câmara Municipal; (Renumerado do inciso IX, pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)

XII - cooperação das associações representativas no planejamento municipal; (Renumerado do inciso X, pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)

XIII - iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, através de manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado; (Renumerado do inciso XI, pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)

XIV - perda do mandato do Prefeito, nos termos do art. 28, parágrafo único . (Renumerado do inciso XII, pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)

~~Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)~~

⚖ Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e os demais gastos com pessoal inativo e pensionistas, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159 desta Constituição, efetivamente realizado no exercício anterior: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021) (Vigência)

~~I - oito por cento para Municípios com população de até cem mil habitantes; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)~~

I - 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes; (Redação dada pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009) (Produção de efeito)

~~II - sete por cento para Municípios com população entre cem mil e um e trezentos mil habitantes; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)~~

II - 6% (seis por cento) para Municípios com população entre 100.000 (cem mil) e 300.000 (trezentos mil) habitantes; (Redação dada pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)

~~III - seis por cento para Municípios com população entre trezentos mil e um e quinhentos mil habitantes; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)~~

III - 5% (cinco por cento) para Municípios com população entre 300.001 (trezentos mil e um) e 500.000 (quinhentos mil) habitantes; (Redação dada pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)

~~IV - cinco por cento para Municípios com população acima de quinhentos mil habitantes. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)~~

IV - 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento) para Municípios com população entre 500.001 (quinhentos mil e um) e 3.000.000 (três milhões) de habitantes; (Redação dada pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)

V - 4% (quatro por cento) para Municípios com população entre 3.000.001 (três milhões e um) e 8.000.000 (oito milhões) de habitantes; (Incluído pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)

VI - 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) para Municípios com população acima de 8.000.001 (oito milhões e um) habitantes. (Incluído pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)

§ 1º A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

§ 2º Constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

I - efetuar repasse que supere os limites definidos neste artigo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

II - não enviar o repasse até o dia vinte de cada mês; ou (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

III - enviá-lo a menor em relação à proporção fixada na Lei Orçamentária. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

§ 3º Constitui crime de responsabilidade do Presidente da Câmara Municipal o desrespeito ao § 1º deste artigo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

⚖ Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber; (Vide ADPF 672)

III - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

IV - criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;

V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

~~VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental;~~

VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

VII - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;

VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

⚖ Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

~~§ 1º O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.~~

§ 1º O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver, vedada sua extinção, criação ou instalação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 139, de 2026)

§ 2º O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

§ 3º As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

§ 4º É vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.

CAPÍTULO V

DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

SEÇÃO I

DO DISTRITO FEDERAL

⚖ Art. 32. O Distrito Federal, vedada sua divisão em Municípios, reger- se-á por lei orgânica, votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços da Câmara Legislativa, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição.

§ 1º Ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios.

§ 2º A eleição do Governador e do Vice-Governador, observadas as regras do art. 77, e dos Deputados Distritais coincidirá com a dos Governadores e Deputados Estaduais, para mandato de igual duração.

§ 3º Aos Deputados Distritais e à Câmara Legislativa aplica-se o disposto no art. 27.

~~§ 4º Lei federal disporá sobre a utilização, pelo Governo do Distrito Federal, das polícias civil e militar e do corpo de bombeiros militar.~~

§ 4º Lei federal disporá sobre a utilização, pelo Governo do Distrito Federal, da polícia civil, da polícia penal, da polícia militar e do corpo de bombeiros militar. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 104, de 2019)

SEÇÃO II

DOS TERRITÓRIOS

⚖ Art. 33. A lei disporá sobre a organização administrativa e judiciária dos Territórios.

§ 1º Os Territórios poderão ser divididos em Municípios, aos quais se aplicará, no que couber, o disposto no Capítulo IV deste Título.

§ 2º As contas do Governo do Território serão submetidas ao Congresso Nacional, com parecer prévio do Tribunal de Contas da União.

§ 3º Nos Territórios Federais com mais de cem mil habitantes, além do Governador nomeado na forma desta Constituição, haverá órgãos judiciários de primeira e segunda instância, membros do Ministério Público e defensores públicos federais; a lei disporá sobre as eleições para a Câmara Territorial e sua competência deliberativa.

CAPÍTULO VI

DA INTERVENÇÃO

Art. 34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para:

I - manter a integridade nacional;

II - repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da Federação em outra;

III - pôr termo a grave comprometimento da ordem pública;

IV - garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação;

V - reorganizar as finanças da unidade da Federação que:

a) suspender o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos, salvo motivo de força maior;

b) deixar de entregar aos Municípios receitas tributárias fixadas nesta Constituição, dentro dos prazos estabelecidos em lei;

VI - prover a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial;

VII - assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais:

a) forma republicana, sistema representativo e regime democrático;

b) direitos da pessoa humana;

c) autonomia municipal;

d) prestação de contas da administração pública, direta e indireta.

~~e) aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.~~ ~~(Incluída pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)~~

e) aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

Art. 35. O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, exceto quando:

I - deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada;

II - não forem prestadas contas devidas, na forma da lei;

~~III - não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino;~~

III - não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

IV - o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.

Art. 36. A decretação da intervenção dependerá:

I - no caso do art. 34, IV, de solicitação do Poder Legislativo ou do Poder Executivo coacto ou impedido, ou de requisição do Supremo Tribunal Federal, se a coação for exercida contra o Poder Judiciário;

II - no caso de desobediência a ordem ou decisão judiciária, de requisição do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal Superior Eleitoral;

~~III -- de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, na hipótese do art. 34, VII;~~

III - de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, na hipótese do art. 34, VII, e no caso de recusa à execução de lei federal. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

~~IV - de provimento, pelo Superior Tribunal de Justiça, de representação do Procurador-Geral da República, no caso de recusa à execução de lei federal~~. (Revogado pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 1º O decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Congresso Nacional ou da Assembléia Legislativa do Estado, no prazo de vinte e quatro horas.

§ 2º Se não estiver funcionando o Congresso Nacional ou a Assembléia Legislativa, far-se-á convocação extraordinária, no mesmo prazo de vinte e quatro horas.

§ 3º Nos casos do art. 34, VI e VII, ou do art. 35, IV, dispensada a apreciação pelo Congresso Nacional ou pela Assembléia Legislativa, o decreto limitar-se-á a suspender a execução do ato impugnado, se essa medida bastar ao restabelecimento da normalidade.

§ 4º Cessados os motivos da intervenção, as autoridades afastadas de seus cargos a estes voltarão, salvo impedimento legal.

CAPÍTULO VII

DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

~~Art. 37. A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:~~

~~I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei;~~

~~II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;~~

⚖ Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

~~V - os cargos em comissão e as funções de confiança serão exercidos, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargo de carreira técnica ou profissional, nos casos e condições previstos em lei;~~

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

~~VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar;~~

VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público; (Vide Emenda constitucional nº 106, de 2020)

~~X - a revisão geral da remuneração dos servidores públicos, sem distinção de índices entre servidores públicos civis e militares, far-se-á sempre na mesma data;~~

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Regulamento)

~~XI - a lei fixará o limite máximo e a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, observados, como limites máximos e no âmbito dos respectivos poderes, os valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, por membros do Congresso Nacional, Ministros de Estado e Ministros do Supremo Tribunal Federal e seus correspondentes nos Estados, no Distrito Federal e nos Territórios, e, nos Municípios, os valores percebidos como remuneração, em espécie, pelo Prefeito;~~ (Vide Lei nº 8.448, de 1992)

~~XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal;~~ (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Vide Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

XII - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

~~XIII - é vedada a vinculação ou equiparação de vencimentos, para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público, ressalvado o disposto no inciso anterior e no art. 39, § 1º ;~~

XIII - é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

~~XIV - os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados, para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento;~~

XIV - os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

~~XV - os vencimentos dos servidores públicos são irredutíveis, e a remuneração observará o que dispõem os arts. 37, XI e XII, 150, II, 153, III e § 2º, I;~~ (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, 1998)

XV - o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV deste artigo e nos arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

~~XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários:~~
~~a) a de dois cargos de professor;~~
~~b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;~~
~~c) a de dois cargos privativos de médico;~~

XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

a) a de dois cargos de professor; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

~~b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;~~ (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

b) a de um cargo de professor com outro de qualquer natureza; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 138, de 2025)

~~c) a de dois cargos privativos de médico;~~ (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 34, de 2001)

~~XVII a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações mantidas pelo Poder Público;~~

XVII - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XVIII - a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;

~~XIX - somente por lei específica poderão ser criadas empresa pública , sociedade de economia mista, autarquia ou fundação pública;~~

XIX - somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XX - depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (Regulamento)

XXII - as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

§ 1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

§ 2º A não observância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

~~§ 3º As reclamações relativas à prestação de serviços públicos serão disciplinadas em lei.~~

§ 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Vide Lei nº 12.527, de 2011)

III - a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 4º Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

§ 5º A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

§ 7º A lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 8º A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Regulamento) (Vigência)

I - o prazo de duração do contrato; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III - a remuneração do pessoal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 9º O disposto no inciso XI aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 10. É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998) (Vide Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

~~§ 11. Não serão computadas, para efeito dos limites remuneratórios de que trata o inciso XI do caput deste artigo, as parcelas de caráter indenizatório previstas em lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)~~

§ 11. Não serão computadas, para efeito dos limites remuneratórios de que trata o inciso XI do **caput** deste artigo, as parcelas de caráter indenizatório expressamente previstas em lei ordinária, aprovada pelo Congresso Nacional, de caráter nacional, aplicada a todos os Poderes e órgãos constitucionalmente autônomos. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 135, de 2024)

§ 12. Para os fins do disposto no inciso XI do caput deste artigo, fica facultado aos Estados e ao Distrito Federal fixar, em seu âmbito, mediante emenda às respectivas Constituições e Lei Orgânica, como limite único, o subsídio mensal dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, não se aplicando o disposto neste parágrafo aos subsídios dos Deputados Estaduais e Distritais e dos Vereadores. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

§ 13. O servidor público titular de cargo efetivo poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto permanecer nesta condição, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, mantida a remuneração do cargo de origem. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

§ 14. A aposentadoria concedida com a utilização de tempo de contribuição decorrente de cargo, emprego ou função pública, inclusive do Regime Geral de Previdência Social, acarretará o rompimento do vínculo que gerou o referido tempo de contribuição. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

§ 15. É vedada a complementação de aposentadorias de servidores públicos e de pensões por morte a seus dependentes que não seja decorrente do disposto nos §§ 14 a 16 do art. 40 ou que não seja prevista em lei que extinga regime próprio de previdência social. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

§ 16. Os órgãos e entidades da administração pública, individual ou conjuntamente, devem realizar avaliação das políticas públicas, inclusive com divulgação do objeto a ser avaliado e dos resultados alcançados, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

~~Art. 38. Ao servidor público em exercício de mandato eletivo aplicam- se as seguintes disposições:~~

⚖ Art. 38. Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;

II - investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III - investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;

IV - em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;

~~V - para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.~~

V - na hipótese de ser segurado de regime próprio de previdência social, permanecerá filiado a esse regime, no ente federativo de origem. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

SEÇÃO II

~~DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS~~

DOS SERVIDORES PÚBLICOS
(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

~~Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas. (Vide ADI nº 2.135)~~

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Vide ADI nº 2.135)

~~§ 1º A lei assegurará, aos servidores da administração direta, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhados do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho. (Vide Lei nº 8.448, de 1992)~~

§ 1º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - os requisitos para a investidura; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III - as peculiaridades dos cargos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

~~§ 2º Aplica-se a esses servidores o disposto no art. 7º, IV, VI, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII, XXIII e XXX.~~

§ 2º A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 3º Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 4º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 5º Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios poderá estabelecer a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, XI. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 6º Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 7º Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 8º A remuneração dos servidores públicos organizados em carreira poderá ser fixada nos termos do § 4º. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 9º É vedada a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 103,

de 2019)

~~Art. 40. O servidor será aposentado:~~

~~I - por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, e proporcionais nos demais casos;~~

~~II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;~~

~~III - voluntariamente:~~

~~a) aos trinta e cinco anos de serviço, se homem, e aos trinta, se mulher, com proventos integrais;~~

~~b) aos trinta anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e vinte e cinco, se professora, com proventos integrais;~~

~~c) aos trinta anos de serviço, se homem, e aos vinte e cinco, se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo;~~

~~d) aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e aos sessenta, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.~~

~~§ 1º - Lei complementar poderá estabelecer exceções ao disposto no inciso III, "a" e "c", no caso de exercício de atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas.~~

~~§ 2º - A lei disporá sobre a aposentadoria em cargos ou empregos temporários.~~

~~§ 3º - O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e de disponibilidade.~~

~~§ 4º - Os proventos da aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei.~~

~~§ 5º - O benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, até o limite estabelecido em lei, observado o disposto no parágrafo anterior.~~

~~Art. 40 - Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.~~ (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)

~~Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.~~ (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

⚖ Art. 40. O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

~~§ 1º Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma do § 3º:~~

~~§ 1º Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma dos §§ 3º e 17:~~ (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

§ 1º O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

~~I - por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei;~~ (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

~~I - por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei;~~ (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

I - por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, quando insuscetível de readaptação, hipótese em que será obrigatória a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria, na forma de lei do respectivo ente federativo; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

~~II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;~~ (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

II - compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 88, de 2015) (Vide Lei Complementar nº 152, de 2015)

~~III - voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:~~ (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

~~a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinqüenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998) (Vide Emenda Constitucional nº 20, de 1998)~~

~~b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)~~

III - no âmbito da União, aos 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na idade mínima estabelecida mediante emenda às respectivas Constituições e Leis Orgânicas, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em lei complementar do respectivo ente federativo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

~~§ 2º Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)~~

§ 2º Os proventos de aposentadoria não poderão ser inferiores ao valor mínimo a que se refere o § 2º do art. 201 ou superiores ao limite máximo estabelecido para o Regime Geral de Previdência Social, observado o disposto nos §§ 14 a 16. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

~~§ 3º Os proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão calculados com base na remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria e, na forma da lei, corresponderão à totalidade da remuneração. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)~~

~~§ 3º Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão consideradas as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência de que tratam este artigo e o art. 201, na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)~~

§ 3º As regras para cálculo de proventos de aposentadoria serão disciplinadas em lei do respectivo ente federativo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

~~§ 4º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados os casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidos em lei complementar. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)~~

~~§ 4º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)~~

~~I portadores de deficiência; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)~~

~~II que exerçam atividades de risco; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)~~

~~III cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)~~

§ 4º É vedada a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de benefícios em regime próprio de previdência social, ressalvado o disposto nos §§ 4º-A, 4º-B, 4º-C e 5º. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

§ 4º-A. Poderão ser estabelecidos por lei complementar do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores com deficiência, previamente submetidos a avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

§ 4º-B. Poderão ser estabelecidos por lei complementar do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de ocupantes do cargo de agente penitenciário, de agente socioeducativo ou de policial dos órgãos de que tratam o inciso IV do caput do art. 51, o inciso XIII do caput do art. 52 e os incisos I a IV do caput do art. 144. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

§ 4º-C. Poderão ser estabelecidos por lei complementar do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

~~§ 5º Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no § 1º, III, "a", para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)~~

§ 5º Os ocupantes do cargo de professor terão idade mínima reduzida em 5 (cinco) anos em relação às idades decorrentes da aplicação do disposto no inciso III do § 1º, desde que comprovem tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio fixado em lei complementar do respectivo ente federativo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

~~§ 6.º As aposentadorias e pensões dos servidores públicos federais serão custeadas com recursos provenientes da União e das contribuições dos servidores, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)~~

~~§ 6º Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma desta Constituição, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência previsto neste artigo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)~~

§ 6º Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma desta Constituição, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta de regime próprio de previdência social, aplicando-se outras vedações, regras e condições para a acumulação de benefícios previdenciários estabelecidas no Regime Geral de Previdência Social. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

~~§ 7º - Lei disporá sobre a concessão do benefício da pensão por morte, que será igual ao valor dos proventos do servidor falecido ou ao valor dos proventos a que teria direito o servidor em atividade na data de seu falecimento, observado o disposto no § 3º (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)~~

~~§ 7º Lei disporá sobre a concessão do benefício de pensão por morte, que será igual: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)~~

~~I - ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito; ou (Incluído pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003) (Vide ADIN 3133)~~

~~II - ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003) (Vide ADIN 3133)~~

§ 7º Observado o disposto no § 2º do art. 201, quando se tratar da única fonte de renda formal auferida pelo dependente, o benefício de pensão por morte será concedido nos termos de lei do respectivo ente federativo, a qual tratará de forma diferenciada a hipótese de morte dos servidores de que trata o § 4º-B decorrente de agressão sofrida no exercício ou em razão da função. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

~~§ 8º Observado o disposto no art. 37, XI, os proventos de aposentadoria e as pensões serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e aos pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)~~

§ 8º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

~~§ 9º O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)~~

§ 9º O tempo de contribuição federal, estadual, distrital ou municipal será contado para fins de aposentadoria, observado o disposto nos §§ 9º e 9º-A do art. 201, e o tempo de serviço correspondente será contado para fins de disponibilidade. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

§ 10 - A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98) (Vide Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 11 - Aplica-se o limite fixado no art. 37, XI, à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuição para o regime geral de previdência social, e ao montante resultante da adição de proventos de inatividade com remuneração de cargo acumulável na forma desta Constituição, cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, e de cargo eletivo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)

~~§ 12 - Além do disposto neste artigo, o regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo observará, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)~~

§ 12. Além do disposto neste artigo, serão observados, em regime próprio de previdência social, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o Regime Geral de Previdência Social. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

~~§ 13 - Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)~~

§ 13. Aplica-se ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público, o Regime Geral de Previdência Social. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

~~§ 14 - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, desde que instituam regime de previdência complementar para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, poderão fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de que trata este artigo, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)~~

§ 14. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, regime de previdência complementar para servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, observado o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social para o valor das aposentadorias e das pensões em regime próprio de previdência social, ressalvado o disposto no § 16. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

~~§ 15 - Observado o disposto no art. 202, lei complementar disporá sobre as normas gerais para a instituição de regime de previdência complementar pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para atender aos seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)~~

~~§ 15. O regime de previdência complementar de que trata o § 14 será instituído por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, observado o disposto no art. 202 e seus parágrafos, no que couber, por intermédio de entidades fechadas de previdência complementar, de natureza pública, que oferecerão aos respectivos participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)~~

§ 15. O regime de previdência complementar de que trata o § 14 oferecerá plano de benefícios somente na modalidade contribuição definida, observará o disposto no art. 202 e será efetivado por intermédio de entidade fechada de previdência complementar ou de entidade aberta de previdência complementar. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

§ 16 - Somente mediante sua prévia e expressa opção, o disposto nos § § 14 e 15 poderá ser aplicado ao servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)

§ 17. Todos os valores de remuneração considerados para o cálculo do benefício previsto no § 3° serão devidamente atualizados, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

§ 18. Incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas pelo regime de que trata este artigo que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003) (Vide ADIN 3133) (Vide ADIN 3143) (Vide ADIN 3184)

~~§ 19. O servidor de que trata este artigo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no § 1º, III, a, e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no § 1º, II. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)~~

§ 19. Observados critérios a serem estabelecidos em lei do respectivo ente federativo, o servidor titular de cargo efetivo que tenha completado as exigências para a aposentadoria voluntária e que opte por permanecer em atividade poderá fazer jus a um abono de permanência equivalente, no máximo, ao valor da sua contribuição previdenciária, até completar a idade para aposentadoria compulsória. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

~~§ 20. Fica vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos, e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal, ressalvado o disposto no art. 142, § 3º, X. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)~~

§ 20. É vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social e de mais de um órgão ou entidade gestora desse regime em cada ente federativo, abrangidos todos os poderes, órgãos e entidades autárquicas e fundacionais, que serão responsáveis pelo seu financiamento, observados os critérios, os parâmetros e a natureza jurídica definidos na lei complementar de que trata o § 22. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

~~§ 21. A contribuição prevista no § 18 deste artigo incidirá apenas sobre as parcelas de proventos de aposentadoria e de pensão que superem o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 desta Constituição, quando o beneficiário, na forma da lei, for portador de doença incapacitante. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)(Revogado pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019) (Vigência) (Vide Emenda Constitucional nº 103, de 2019)~~

§ 21. (Revogado). (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

§ 22. Vedada a instituição de novos regimes próprios de previdência social, lei complementar federal estabelecerá, para os que já existam, normas gerais de organização, de funcionamento e de responsabilidade em sua gestão, dispondo, entre outros aspectos, sobre: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

I - requisitos para sua extinção e consequente migração para o Regime Geral de Previdência Social; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

II - modelo de arrecadação, de aplicação e de utilização dos recursos; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

III - fiscalização pela União e controle externo e social; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

IV - definição de equilíbrio financeiro e atuarial; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

V - condições para instituição do fundo com finalidade previdenciária de que trata o art. 249 e para vinculação a ele dos recursos provenientes de contribuições e dos bens, direitos e ativos de qualquer natureza; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

VI - mecanismos de equacionamento do deficit atuarial; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

VII - estruturação do órgão ou entidade gestora do regime, observados os princípios relacionados com governança, controle interno e transparência; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

VIII - condições e hipóteses para responsabilização daqueles que desempenhem atribuições relacionadas, direta ou indiretamente, com a gestão do regime; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

IX - condições para adesão a consórcio público; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

X - parâmetros para apuração da base de cálculo e definição de alíquota de contribuições ordinárias e extraordinárias. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

~~Art. 41. São estáveis, após dois anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público.~~

~~§ 1º - O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.~~

~~§ 2º - Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.~~

~~§ 3º - Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.~~

⚖ Art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 1º O servidor público estável só perderá o cargo: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 2º Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 3º Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 4º Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

SEÇÃO III

~~DOS SERVIDORES PÚBLICOS MILITARES~~

DOS MILITARES DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

~~Art. 42. São servidores militares federais os integrantes das Forças Armadas e servidores militares dos Estados, Territórios e Distrito Federal os integrantes de suas polícias militares e de seus corpos de bombeiros militares.~~

~~§ 1º As patentes, com prerrogativas, direitos e deveres a elas inerentes, são asseguradas em plenitude aos oficiais da ativa, da reserva ou reformados das Forças Armadas, das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, sendo-lhes privativos os títulos, postos e uniformes militares.~~

~~§ 2º As patentes dos oficiais das Forças Armadas são conferidas pelo Presidente da República, e as dos oficiais das polícias militares e corpos de bombeiros militares dos Estados, Territórios e Distrito Federal, pelos respectivos Governadores.~~

~~§ 3º O militar em atividade que aceitar cargo público civil permanente será transferido para a reserva.~~

~~§ 4º O militar da ativa que aceitar cargo, emprego ou função pública temporária, não eletiva, ainda que da administração indireta, ficará agregado ao respectivo quadro e somente poderá, enquanto permanecer nessa situação, ser promovido por antigüidade, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para aquela promoção e transferência para a reserva, sendo depois de dois anos de afastamento, contínuos ou não, transferido para a inatividade.~~

~~§ 5º Ao militar são proibidas a sindicalização e a greve.~~

~~§ 6º O militar, enquanto em efetivo serviço, não pode estar filiado a partidos políticos.~~

~~§ 7º O oficial das Forças Armadas só perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão de tribunal militar de caráter permanente, em tempo de paz, ou de tribunal especial, em tempo de guerra.~~

~~§ 8º O oficial condenado na justiça comum ou militar a pena privativa de liberdade superior a dois anos, por sentença transitada em julgado, será submetido ao julgamento previsto no parágrafo anterior.~~

~~§ 9º A lei disporá sobre os limites de idade, a estabilidade e outras condições de transferência do servidor militar para a inatividade.~~

~~§ 10 Aplica-se aos servidores a que se refere este artigo, e a seus pensionistas, o disposto no art. 40, §§ 4º e 5º.~~

~~§ 10 Aplica-se aos servidores a que se refere este artigo, e a seus pensionistas, o disposto no art. 40, §§ 4.º, 5.º e 6.º~~ (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

~~§ 11 Aplica-se aos servidores a que se refere este artigo o disposto no art. 7º, VIII, XII, XVII, XVIII e XIX.~~

⚖ Art. 42 Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

~~§ 1º Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8º; do art. 40, § 3º; e do art. 142, §§ 2º e 3º, cabendo a lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, 3º, inciso X, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos Governadores.~~ (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 1º Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8º; do art. 40, § 9º; e do art. 142, §§ 2º e 3º, cabendo a lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, § 3º, inciso X, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos governadores. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)

~~§ 2º Aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios e a seus pensionistas, aplica-se o disposto no art. 40, §§ 4º e 5º; e aos militares do Distrito Federal e dos Territórios, o disposto no art. 40, § 6º.~~ (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

~~§ 2º Aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios e a seus pensionistas, aplica-se o disposto no art. 40, §§ 7º e 8º.~~ (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)

§ 2º Aos pensionistas dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios aplica-se o que for fixado em lei específica do respectivo ente estatal. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

§ 3º Aplica-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios o disposto no art. 37, inciso XVI, com prevalência da atividade militar. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 101, de 2019)

SEÇÃO IV
DAS REGIÕES

⚖ Art. 43. Para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais.

§ 1º Lei complementar disporá sobre:

I - as condições para integração de regiões em desenvolvimento;

II - a composição dos organismos regionais que executarão, na forma da lei, os planos regionais, integrantes dos planos nacionais de desenvolvimento econômico e social, aprovados juntamente com estes.

§ 2º Os incentivos regionais compreenderão, além de outros, na forma da lei:

I - igualdade de tarifas, fretes, seguros e outros itens de custos e preços de responsabilidade do Poder Público;

II - juros favorecidos para financiamento de atividades prioritárias;

III - isenções, reduções ou diferimento temporário de tributos federais devidos por pessoas físicas ou jurídicas;

IV - prioridade para o aproveitamento econômico e social dos rios e das massas de água represadas ou represáveis nas regiões de baixa renda, sujeitas a secas periódicas.

§ 3º Nas áreas a que se refere o § 2º, IV, a União incentivará a recuperação de terras áridas e cooperará com os pequenos e médios proprietários rurais para o estabelecimento, em suas glebas, de fontes de água e de pequena irrigação.

§ 4º Sempre que possível, a concessão dos incentivos regionais a que se refere o § 2º, III, considerará critérios de sustentabilidade ambiental e redução das emissões de carbono. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

~~**TÍTULO IV**~~
~~**DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES**~~

TÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 80, de 2014)

CAPÍTULO I

DO PODER LEGISLATIVO

SEÇÃO I

DO CONGRESSO NACIONAL

⚖ Art. 44. O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Parágrafo único. Cada legislatura terá a duração de quatro anos.

⚖ Art. 45. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.

§ 1º O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados. (Vide Lei Complementar nº 78, de 1993)

§ 2º Cada Território elegerá quatro Deputados.

⚖ Art. 46. O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.

§ 1º Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos.

§ 2º A representação de cada Estado e do Distrito Federal será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços.

§ 3º Cada Senador será eleito com dois suplentes.

⚖ Art. 47. Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas Comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

SEÇÃO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL

⚖ Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III - fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV - planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V - limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI - incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII - transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII - concessão de anistia;

~~IX - organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;~~

IX - organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária e do Ministério Público do Distrito Federal; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 69, de 2012) (Produção de efeito)

~~X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas;~~

X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, *b* ; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

~~XI - criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública;~~

XI - criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII - telecomunicações e radiodifusão;

XIII - matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV - moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

~~XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, por lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)~~

XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

⚖ Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

II - autorizar o Presidente da República a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar;

III - autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a quinze dias;

IV - aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas;

V - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

VI - mudar temporariamente sua sede;

~~VII - fixar idêntica remuneração para os Deputados Federais e os Senadores, em cada legislatura, para a subseqüente, observado o que dispõem os arts. 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.~~

VII - fixar idêntico subsídio para os Deputados Federais e os Senadores, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

~~VIII - fixar para cada exercício financeiro a remuneração do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado, observado o que dispõem os arts. 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;~~

VIII - fixar os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

IX - julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;

X - fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

XI - zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes;

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

XIII - escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União;

XIV - aprovar iniciativas do Poder Executivo referentes a atividades nucleares;

XV - autorizar referendo e convocar plebiscito;

XVI - autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais;

XVII - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.

XVIII - decretar o estado de calamidade pública de âmbito nacional previsto nos arts. 167-B, 167-C, 167-D, 167-E, 167-F e 167-G desta Constituição. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

~~Art. 50. A Câmara dos Deputados ou o Senado Federal, bem como qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificação adequada.~~

~~Art. 50. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificação adequada.~~ (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 2, de 1994)

Art. 50. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado, quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República ou o Presidente do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificação adequada. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 1º Os Ministros de Estado poderão comparecer ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, ou a qualquer de suas Comissões, por sua iniciativa e mediante entendimentos com a Mesa respectiva, para expor assunto de relevância de seu Ministério.

~~§ 2º As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não - atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.~~

§ 2º As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no caput deste artigo, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não - atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas. (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 2, de 1994)

SEÇÃO III

DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Art. 51. Compete privativamente à Câmara dos Deputados:

I - autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado;

II - proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa;

III - elaborar seu regimento interno;

~~IV - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;~~

IV - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

V - eleger membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII.

SEÇÃO IV

DO SENADO FEDERAL

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

~~I - processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade e os Ministros de Estado nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles;~~

I - processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 23, de 1999)

~~II - processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade;~~

II processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

III - aprovar previamente, por voto secreto, após argüição pública, a escolha de:

a) Magistrados, nos casos estabelecidos nesta Constituição;

b) Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República;

c) Governador de Território;

d) Presidente e diretores do banco central;

e) Procurador-Geral da República;

f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

IV - aprovar previamente, por voto secreto, após argüição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente;

V - autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;

VI - fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

VII - dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal;

VIII - dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno;

IX - estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

X - suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal;

XI - aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato;

XII - elaborar seu regimento interno;

~~XIII - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;~~

XIII - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XIV - eleger membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII.

XV - avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

Parágrafo único. Nos casos previstos nos incisos I e II, funcionará como Presidente o do Supremo Tribunal Federal, limitando-se a condenação, que somente será proferida por dois terços dos votos do Senado Federal, à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis.

SEÇÃO V

DOS DEPUTADOS E DOS SENADORES

~~Art. 53. Os Deputados e Senadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos.~~
~~§ 1º - Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável, nem processados criminalmente, sem prévia licença de sua Casa.~~
~~§ 2º - O indeferimento do pedido de licença ou a ausência de deliberação suspende a prescrição enquanto durar o mandato.~~
~~§ 3º - No caso de flagrante de crime inafiançável, os autos serão remetidos, dentro de vinte e quatro horas, à Casa respectiva, para que, pelo voto secreto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão e autorize, ou não, a formação de culpa.~~
~~§ 4º - Os Deputados e Senadores serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.~~
~~§ 5º - Os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.~~
~~§ 6º - A incorporação às Forças Armadas de Deputados e Senadores, embora militares e ainda que em tempo de guerra, dependerá de prévia licença da Casa respectiva.~~
~~§ 7º - As imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de dois terços dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos, praticados fora do recinto do Congresso, que sejam incompatíveis com a execução da medida.~~

⚖ Art. 53. Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001)

§ 1º Os Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001)

§ 2º Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001)

§ 3º Recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001)

§ 4º O pedido de sustação será apreciado pela Casa respectiva no prazo improrrogável de quarenta e cinco dias do seu recebimento pela Mesa Diretora. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001)

§ 5º A sustação do processo suspende a prescrição, enquanto durar o mandato. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001)

§ 6º Os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001)

§ 7º A incorporação às Forças Armadas de Deputados e Senadores, embora militares e ainda que em tempo de guerra, dependerá de prévia licença da Casa respectiva. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de

2001)

§ 8º As imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de dois terços dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001)

⚖ Art. 54. Os Deputados e Senadores não poderão:

I - desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis "ad nutum", nas entidades constantes da alínea anterior;

II - desde a posse:

a) ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;

b) ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis "ad nutum", nas entidades referidas no inciso I, "a";

c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, "a";

d) ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

⚖ Art. 55. Perderá o mandato o Deputado ou Senador:

I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

III - que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, salvo licença ou missão por esta autorizada;

IV - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

V - quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos nesta Constituição;

VI - que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.

§ 1º - É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no regimento interno, o abuso das prerrogativas asseguradas a membro do Congresso Nacional ou a percepção de vantagens indevidas.

~~§ 2º Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.~~

§ 2º Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 76, de 2013)

§ 3º Nos casos previstos nos incisos III a V, a perda será declarada pela Mesa da Casa respectiva, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros, ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

§ 4º A renúncia de parlamentar submetido a processo que vise ou possa levar à perda do mandato, nos termos deste artigo, terá seus efeitos suspensos até as deliberações finais de que tratam os §§ 2º e 3º. (Incluído pela Emenda Constitucional de Revisão nº 6, de 1994)

⚖ Art. 56. Não perderá o mandato o Deputado ou Senador:

I - investido no cargo de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de Capital ou chefe de missão diplomática temporária;

II - licenciado pela respectiva Casa por motivo de doença, ou para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias por sessão legislativa.

§ 1º O suplente será convocado nos casos de vaga, de investidura em funções previstas neste artigo ou de licença superior a cento e vinte dias.

§ 2º Ocorrendo vaga e não havendo suplente, far-se-á eleição para preenchê-la se faltarem mais de quinze meses para o término do mandato.

§ 3º Na hipótese do inciso I, o Deputado ou Senador poderá optar pela remuneração do mandato.

SEÇÃO VI

DAS REUNIÕES

~~Art. 57. O Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na Capital Federal, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro.~~

⚖ Art. 57. O Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na Capital Federal, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 50, de 2006)

§ 1º As reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subseqüente, quando recaírem em sábados, domingos ou feriados.

§ 2º A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias.

§ 3º Além de outros casos previstos nesta Constituição, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal reunir-se-ão em sessão conjunta para:

I - inaugurar a sessão legislativa;

II - elaborar o regimento comum e regular a criação de serviços comuns às duas Casas;

III - receber o compromisso do Presidente e do Vice-Presidente da República;

IV - conhecer do veto e sobre ele deliberar.

~~§ 4º - Cada uma das Casas reunir-se-á em sessões preparatórias, a partir de 1º de fevereiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição das respectivas Mesas, para mandato de dois anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subseqüente.~~

§ 4º Cada uma das Casas reunir-se-á em sessões preparatórias, a partir de 1º de fevereiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição das respectivas Mesas, para mandato de 2 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subseqüente. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 50, de 2006)

§ 5º A Mesa do Congresso Nacional será presidida pelo Presidente do Senado Federal, e os demais cargos serão exercidos, alternadamente, pelos ocupantes de cargos equivalentes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

~~§ 6º A convocação extraordinária do Congresso Nacional far-se-á:~~

§ 6º A convocação extraordinária do Congresso Nacional far-se-á: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 50, de 2006)

I - pelo Presidente do Senado Federal, em caso de decretação de estado de defesa ou de intervenção federal, de pedido de autorização para a decretação de estado de sítio e para o compromisso e a posse do Presidente e do Vice-Presidente da República;

~~II - pelo Presidente da República, pelos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ou a requerimento da maioria dos membros de ambas as Casas, em caso de urgência ou interesse público relevante.~~

II - pelo Presidente da República, pelos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal ou a requerimento da maioria dos membros de ambas as Casas, em caso de urgência ou interesse público relevante, em todas as hipóteses deste inciso com a aprovação da maioria absoluta de cada uma das Casas do Congresso Nacional. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 50, de 2006)

~~§ 7º - Na sessão legislativa extraordinária, o Congresso Nacional somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocado.~~

~~§ 7º Na sessão legislativa extraordinária, o Congresso Nacional somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocado, vedado o pagamento de parcela indenizatória em valor superior ao do subsídio mensal. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)~~

~~§ 7º Na sessão legislativa extraordinária, o Congresso Nacional somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocado, ressalvada a hipótese do § 8º, vedado o pagamento de parcela indenizatória em valor superior ao subsídio mensal. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)~~

§ 7º Na sessão legislativa extraordinária, o Congresso Nacional somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocado, ressalvada a hipótese do § 8º deste artigo, vedado o pagamento de parcela indenizatória, em razão da

convocação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 50, de 2006)

§ 8º Havendo medidas provisórias em vigor na data de convocação extraordinária do Congresso Nacional, serão elas automaticamente incluídas na pauta da convocação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

SEÇÃO VII

DAS COMISSÕES

Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

§ 1º Na constituição das Mesas e de cada Comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa.

§ 2º Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

I - discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do regimento, a competência do Plenário, salvo se houver recurso de um décimo dos membros da Casa;

II - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

III - convocar Ministros de Estado para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições;

IV - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

V - solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VI - apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer.

§ 3º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

§ 4º Durante o recesso, haverá uma Comissão representativa do Congresso Nacional, eleita por suas Casas na última sessão ordinária do período legislativo, com atribuições definidas no regimento comum, cuja composição reproduzirá, quanto possível, a proporcionalidade da representação partidária.

SEÇÃO VIII

DO PROCESSO LEGISLATIVO

SUBSEÇÃO I

DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 59. O processo legislativo compreende a elaboração de:

I - emendas à Constituição;

II - leis complementares;

III - leis ordinárias;

IV - leis delegadas;

V - medidas provisórias;

VI - decretos legislativos;

VII - resoluções.

Parágrafo único. Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

SUBSEÇÃO II

DA EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II - do Presidente da República;

III - de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I - a forma federativa de Estado;

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

III - a separação dos Poderes;

IV - os direitos e garantias individuais.

§ 5º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

SUBSEÇÃO III

DAS LEIS

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

~~c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;~~

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

~~e) criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública;~~

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

~~Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional, que, estando em recesso, será convocado extraordinariamente para se reunir no prazo de cinco dias.~~

~~Parágrafo único. As medidas provisórias perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de trinta dias, a partir de sua publicação, devendo o Congresso Nacional disciplinar as relações jurídicas delas decorrentes.~~

⚖ Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 1º É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

I - relativa a: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

a) nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

b) direito penal, processual penal e processual civil; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

c) organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

d) planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares, ressalvado o previsto no art. 167, § 3º; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

II - que vise a detenção ou seqüestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

III - reservada a lei complementar; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

IV - já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 2º Medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos, exceto os previstos nos arts. 153, I, II, IV, V, e 154, II, só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 3º As medidas provisórias, ressalvado o disposto nos §§ 11 e 12 perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável, nos termos do § 7º, uma vez por igual período, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 4º O prazo a que se refere o § 3º contar-se-á da publicação da medida provisória, suspendendo-se durante os períodos de recesso do Congresso Nacional. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 5º A deliberação de cada uma das Casas do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias dependerá de juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 6º Se a medida provisória não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subseqüentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 7º Prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 8º As medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 9º Caberá à comissão mista de Deputados e Senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessão separada, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 10. É vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 11. Não editado o decreto legislativo a que se refere o § 3º até sessenta dias após a rejeição ou perda de eficácia de medida provisória, as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante sua vigência

conservar-se-ão por ela regidas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 12. Aprovado projeto de lei de conversão alterando o texto original da medida provisória, esta manter-se-á integralmente em vigor até que seja sancionado ou vetado o projeto. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

Art. 63. Não será admitido aumento da despesa prevista:

I - nos projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República, ressalvado o disposto no art. 166, § 3º e § 4º;

II - nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, dos Tribunais Federais e do Ministério Público.

Art. 64. A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início na Câmara dos Deputados.

§ 1º - O Presidente da República poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.

~~§ 2º Se, no caso do parágrafo anterior, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não se manifestarem, cada qual, sucessivamente, em até quarenta e cinco dias, sobre a proposição, será esta incluída na ordem do dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que se ultime a votação.~~

§ 2º Se, no caso do § 1º, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não se manifestarem sobre a proposição, cada qual sucessivamente, em até quarenta e cinco dias, sobrestar-se-ão todas as demais deliberações legislativas da respectiva Casa, com exceção das que tenham prazo constitucional determinado, até que se ultime a votação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 3º A apreciação das emendas do Senado Federal pela Câmara dos Deputados far-se-á no prazo de dez dias, observado quanto ao mais o disposto no parágrafo anterior.

§ 4º Os prazos do § 2º não correm nos períodos de recesso do Congresso Nacional, nem se aplicam aos projetos de código.

Art. 65. O projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar.

Parágrafo único. Sendo o projeto emendado, voltará à Casa iniciadora.

Art. 66. A Casa na qual tenha sido concluída a votação enviará o projeto de lei ao Presidente da República, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Presidente da República considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto.

§ 2º O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 3º Decorrido o prazo de quinze dias, o silêncio do Presidente da República importará sanção.

~~§ 4º O veto será apreciado em sessão conjunta, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores, em escrutínio secreto.~~

§ 4º O veto será apreciado em sessão conjunta, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 76, de 2013)

§ 5º Se o veto não for mantido, será o projeto enviado, para promulgação, ao Presidente da República.

~~§ 6º Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 4º, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final, ressalvadas as matérias de que trata o art. 62, parágrafo único.~~

§ 6º Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 4º, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 7º Se a lei não for promulgada dentro de quarenta e oito horas pelo Presidente da República, nos casos dos § 3º e § 5º, o Presidente do Senado a promulgará, e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao Vice-Presidente do Senado fazê-lo.

Art. 67. A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso

Nacional.

Art. 68. As leis delegadas serão elaboradas pelo Presidente da República, que deverá solicitar a delegação ao Congresso Nacional.

§ 1º Não serão objeto de delegação os atos de competência exclusiva do Congresso Nacional, os de competência privativa da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, a matéria reservada à lei complementar, nem a legislação sobre:

I - organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros;

II - nacionalidade, cidadania, direitos individuais, políticos e eleitorais;

III - planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos.

§ 2º A delegação ao Presidente da República terá a forma de resolução do Congresso Nacional, que especificará seu conteúdo e os termos de seu exercício.

§ 3º Se a resolução determinar a apreciação do projeto pelo Congresso Nacional, este a fará em votação única, vedada qualquer emenda.

Art. 69. As leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta.

SEÇÃO IX

DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

~~Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.~~

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;

II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;

III - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

IV - realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e demais entidades referidas no inciso II;

V - fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo;

VI - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município;

VII - prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, ou por qualquer das respectivas Comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;

VIII - aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário;

IX - assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade;

X - sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal;

XI - representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.

§ 1º No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.

§ 2º Se o Congresso Nacional ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal decidirá a respeito.

§ 3º As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.

§ 4º O Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

⚖ Art. 72. A Comissão mista permanente a que se refere o art. 166, §1º, diante de indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob a forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados, poderá solicitar à autoridade governamental responsável que, no prazo de cinco dias, preste os esclarecimentos necessários.

§ 1º Não prestados os esclarecimentos, ou considerados estes insuficientes, a Comissão solicitará ao Tribunal pronunciamento conclusivo sobre a matéria, no prazo de trinta dias.

§ 2º Entendendo o Tribunal irregular a despesa, a Comissão, se julgar que o gasto possa causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, proporá ao Congresso Nacional sua sustação.

⚖ Art. 73. O Tribunal de Contas da União, integrado por nove Ministros, tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional, exercendo, no que couber, as atribuições previstas no art. 96.

§ 1º Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão nomeados dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos:

~~I - mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade;~~

I - mais de trinta e cinco e menos de setenta anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 122, de 2022)

II - idoneidade moral e reputação ilibada;

III - notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública;

IV - mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados no inciso anterior.

§ 2º Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos:

I - um terço pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antigüidade e merecimento;

II - dois terços pelo Congresso Nacional.

~~§ 3º Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça e somente poderão aposentar-se com as vantagens do cargo quando o tiverem exercido efetivamente por mais de cinco anos.~~

§ 3° Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, aplicando-se-lhes, quanto à aposentadoria e pensão, as normas constantes do art. 40. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 4º O auditor, quando em substituição a Ministro, terá as mesmas garantias e impedimentos do titular e, quando no exercício das demais atribuições da judicatura, as de juiz de Tribunal Regional Federal.

⚖ Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

§ 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

~~Art. 75. As normas estabelecidas nesta seção aplicam-se, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios.~~

⚖ Art. 75. Os Tribunais de Contas são instituições permanentes, essenciais ao exercício do controle externo, e as normas estabelecidas nesta Seção aplicam-se, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios, vedada sua extinção, criação ou instalação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 139, de 2026)

Parágrafo único. As Constituições estaduais disporão sobre os Tribunais de Contas respectivos, que serão integrados por sete Conselheiros.

CAPÍTULO II

DO PODER EXECUTIVO

SEÇÃO I

DO PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA

⚖ Art. 76. O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado.

~~Art. 77. A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República realizar-se-á, simultaneamente, noventa dias antes do término do mandato presidencial vigente.~~

⚖ Art. 77. A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República realizar-se-á, simultaneamente, no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato presidencial vigente. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 16, de 1997)

§ 1º A eleição do Presidente da República importará a do Vice-Presidente com ele registrado.

§ 2º Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos.

§ 3º Se nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição em até vinte dias após a proclamação do resultado, concorrendo os dois candidatos mais votados e considerando-se eleito aquele que obtiver a maioria dos votos válidos.

§ 4º Se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação.

§ 5º Se, na hipótese dos parágrafos anteriores, remanescer, em segundo lugar, mais de um candidato com a mesma votação, qualificar-se-á o mais idoso.

⚖ Art. 78. O Presidente e o Vice-Presidente da República tomarão posse em sessão do Congresso Nacional, prestando o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil.

Parágrafo único. Se, decorridos dez dias da data fixada para a posse, o Presidente ou o Vice-Presidente, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

⚖ Art. 79. Substituirá o Presidente, no caso de impedimento, e suceder-lhe-á, no de vaga, o Vice-Presidente.

Parágrafo único. O Vice-Presidente da República, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei complementar, auxiliará o Presidente, sempre que por ele convocado para missões especiais.

Art. 80. Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.

Art. 81. Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga.

§ 1º Ocorrendo a vacância nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.

§ 2º Em qualquer dos casos, os eleitos deverão completar o período de seus antecessores.

~~Art. 82. O mandato do Presidente da República é de cinco anos, vedada a reeleição para o período subseqüente, e terá início em 1º de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição.~~ (Vide Emenda Constitucional de Revisão nº 5, de 1994)

~~Art. 82. O mandato do Presidente da República é de quatro anos e terá início em primeiro de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição.~~ ~~(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 16, de 1997)~~

Art. 82. O mandato do Presidente da República é de 4 (quatro) anos e terá início em 5 de janeiro do ano seguinte ao de sua eleição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 111, de 2021)

Art. 83. O Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo.

SEÇÃO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

I - nomear e exonerar os Ministros de Estado;

II - exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal;

III - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

IV - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;

V - vetar projetos de lei, total ou parcialmente;

~~VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração federal, na forma da lei;~~

VI - dispor, mediante decreto, sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

VII - manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos;

VIII - celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;

IX - decretar o estado de defesa e o estado de sítio;

X - decretar e executar a intervenção federal;

XI - remeter mensagem e plano de governo ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias;

XII - conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei;

~~XIII - exercer o comando supremo das Forças Armadas, promover seus oficiais-generais e nomeá-los para os cargos que lhes são privativos;~~

XIII - exercer o comando supremo das Forças Armadas, nomear os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, promover seus oficiais-generais e nomeá-los para os cargos que lhes são privativos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 23, de 1999)

XIV - nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o presidente e os diretores do banco central e outros servidores, quando determinado em lei;

XV - nomear, observado o disposto no art. 73, os Ministros do Tribunal de Contas da União;

XVI - nomear os magistrados, nos casos previstos nesta Constituição, e o Advogado-Geral da União;

XVII - nomear membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII;

XVIII - convocar e presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional;

XIX - declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas, e, nas mesmas condições, decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional;

XX - celebrar a paz, autorizado ou com o referendo do Congresso Nacional;

XXI - conferir condecorações e distinções honoríficas;

XXII - permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente;

XXIII - enviar ao Congresso Nacional o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstos nesta Constituição;

XXIV - prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior;

XXV - prover e extinguir os cargos públicos federais, na forma da lei;

XXVI - editar medidas provisórias com força de lei, nos termos do art. 62;

XXVII - exercer outras atribuições previstas nesta Constituição.

XXVIII - propor ao Congresso Nacional a decretação do estado de calamidade pública de âmbito nacional previsto nos arts. 167-B, 167-C, 167-D, 167-E, 167-F e 167-G desta Constituição. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

Parágrafo único. O Presidente da República poderá delegar as atribuições mencionadas nos incisos VI, XII e XXV, primeira parte, aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.

SEÇÃO III

DA RESPONSABILIDADE DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

⚖ Art. 85. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:

I - a existência da União;

II - o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação;

III - o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;

IV - a segurança interna do País;

V - a probidade na administração;

VI - a lei orçamentária;

VII - o cumprimento das leis e das decisões judiciais.

Parágrafo único. Esses crimes serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento.

⚖ Art. 86. Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.

§ 1º O Presidente ficará suspenso de suas funções:

I - nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal;

II - nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal.

§ 2º Se, decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Presidente, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.

§ 3º Enquanto não sobrevier sentença condenatória, nas infrações comuns, o Presidente da República não estará sujeito a prisão.

§ 4º O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.

SEÇÃO IV

DOS MINISTROS DE ESTADO

Art. 87. Os Ministros de Estado serão escolhidos dentre brasileiros maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos políticos.

Parágrafo único. Compete ao Ministro de Estado, além de outras atribuições estabelecidas nesta Constituição e na lei:

I - exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração federal na área de sua competência e referendar os atos e decretos assinados pelo Presidente da República;

II - expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos;

III - apresentar ao Presidente da República relatório anual de sua gestão no Ministério;

IV - praticar os atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgadas ou delegadas pelo Presidente da República.

~~Art. 88. A lei disporá sobre a criação, estruturação e atribuições dos Ministérios.~~

Art. 88. A lei disporá sobre a criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

SEÇÃO V

DO CONSELHO DA REPÚBLICA E DO CONSELHO DE DEFESA NACIONAL

SUBSEÇÃO I

DO CONSELHO DA REPÚBLICA

Art. 89. O Conselho da República é órgão superior de consulta do Presidente da República, e dele participam:

I - o Vice-Presidente da República;

II - o Presidente da Câmara dos Deputados;

III - o Presidente do Senado Federal;

IV - os líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados;

V - os líderes da maioria e da minoria no Senado Federal;

VI - o Ministro da Justiça;

VII - seis cidadãos brasileiros natos, com mais de trinta e cinco anos de idade, sendo dois nomeados pelo Presidente da República, dois eleitos pelo Senado Federal e dois eleitos pela Câmara dos Deputados, todos com mandato de três anos, vedada a recondução.

Art. 90. Compete ao Conselho da República pronunciar-se sobre:

I - intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio;

II - as questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas.

§ 1º O Presidente da República poderá convocar Ministro de Estado para participar da reunião do Conselho, quando constar da pauta questão relacionada com o respectivo Ministério.

§ 2º A lei regulará a organização e o funcionamento do Conselho da República. (Vide Lei nº 8.041, de 1990)

SUBSEÇÃO II

DO CONSELHO DE DEFESA NACIONAL

Art. 91. O Conselho de Defesa Nacional é órgão de consulta do Presidente da República nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático, e dele participam como membros natos:

I - o Vice-Presidente da República;

II - o Presidente da Câmara dos Deputados;

III - o Presidente do Senado Federal;

IV - o Ministro da Justiça;

~~V - os Ministros militares;~~

V - o Ministro de Estado da Defesa; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 23, de 1999)

VI - o Ministro das Relações Exteriores;

VII - o Ministro do Planejamento.

VIII - os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 23, de 1999)

§ 1º Compete ao Conselho de Defesa Nacional:

I - opinar nas hipóteses de declaração de guerra e de celebração da paz, nos termos desta Constituição;

II - opinar sobre a decretação do estado de defesa, do estado de sítio e da intervenção federal;

III - propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo;

IV - estudar, propor e acompanhar o desenvolvimento de iniciativas necessárias a garantir a independência nacional e a defesa do Estado democrático.

§ 2º A lei regulará a organização e o funcionamento do Conselho de Defesa Nacional. (Vide Lei nº 8.183, de 1991)

CAPÍTULO III

DO PODER JUDICIÁRIO

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 92. São órgãos do Poder Judiciário:

I - o Supremo Tribunal Federal;

I-A o Conselho Nacional de Justiça; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

II - o Superior Tribunal de Justiça;

II-A - o Tribunal Superior do Trabalho; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 92, de 2016)

III - os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais;

IV - os Tribunais e Juízes do Trabalho;

V - os Tribunais e Juízes Eleitorais;

VI - os Tribunais e Juízes Militares;

VII - os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.

~~Parágrafo único. O Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores têm sede na Capital Federal e jurisdição em todo o território nacional.~~

§ 1º O Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça e os Tribunais Superiores têm sede na Capital Federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004) (Vide ADIN 3392)

§ 2º O Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores têm jurisdição em todo o território nacional. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

⚖ Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

~~I - ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, através de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação;~~

I - ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

II - promoção de entrância para entrância, alternadamente, por antigüidade e merecimento, atendidas as seguintes normas:

a) é obrigatória a promoção do juiz que figure por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento;

b) a promoção por merecimento pressupõe dois anos de exercício na respectiva entrância e integrar o juiz a primeira quinta parte da lista de antigüidade desta, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago;

~~c) aferição do merecimento pelos critérios da presteza e segurança no exercício da jurisdição e pela freqüência e aproveitamento em cursos reconhecidos de aperfeiçoamento;~~

c) aferição do merecimento conforme o desempenho e pelos critérios objetivos de produtividade e presteza no exercício da jurisdição e pela freqüência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

~~d) na apuração da antigüidade, o tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto de dois terços de seus membros, conforme procedimento próprio, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação;~~

d) na apuração de antigüidade, o tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto fundamentado de dois terços de seus membros, conforme procedimento próprio, e assegurada ampla defesa, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

e) não será promovido o juiz que, injustificadamente, retiver autos em seu poder além do prazo legal, não podendo devolvê-los ao cartório sem o devido despacho ou decisão; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

~~III - o acesso aos tribunais de segundo grau far-se-á por antigüidade e merecimento, alternadamente, apurados na última entrância ou, onde houver, no Tribunal de Alçada, quando se tratar de promoção para o Tribunal de Justiça, de acordo com o inciso II e a classe de origem;~~

~~IV - previsão de cursos oficiais de preparação e aperfeiçoamento de magistrados como requisitos para ingresso e promoção na carreira;~~

III o acesso aos tribunais de segundo grau far-se-á por antigüidade e merecimento, alternadamente, apurados na última ou única entrância; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004) (Vide ADIN 3392)

IV previsão de cursos oficiais de preparação, aperfeiçoamento e promoção de magistrados, constituindo etapa obrigatória do processo de vitaliciamento a participação em curso oficial ou reconhecido por escola nacional de formação e aperfeiçoamento de magistrados; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

~~V - os vencimentos dos magistrados serão fixados com diferença não superior a dez por cento de uma para outra das categorias da carreira, não podendo, a título nenhum, exceder os dos Ministros do Supremo Tribunal Federal;~~

V - o subsídio dos Ministros dos Tribunais Superiores corresponderá a noventa e cinco por cento do subsídio mensal fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal e os subsídios dos demais magistrados serão fixados em lei e escalonados, em nível federal e estadual, conforme as respectivas categorias da estrutura judiciária nacional, não podendo a diferença entre uma e outra ser superior a dez por cento ou inferior a cinco por cento, nem exceder a noventa e cinco por cento do subsídio mensal dos Ministros dos Tribunais Superiores, obedecido, em qualquer caso, o disposto nos arts. 37, XI, e 39, § 4º; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

~~VI - a aposentadoria com proventos integrais é compulsória por invalidez ou aos setenta anos de idade, e facultativa aos trinta anos de serviço, após cinco anos de exercício efetivo na judicatura;~~

VI - a aposentadoria dos magistrados e a pensão de seus dependentes observarão o disposto no art. 40; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

~~VII - o juiz titular residirá na respectiva comarca;~~
~~VIII - o ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto de dois terços do respectivo tribunal, assegurada ampla defesa;~~
~~IX - todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei, se o interesse público o exigir, limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes;~~
~~X - as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros;~~
~~XI - nos tribunais com número superior a vinte e cinco julgadores poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de onze e o máximo de vinte e cinco membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais da competência do tribunal pleno.~~

VII o juiz titular residirá na respectiva comarca, salvo autorização do tribunal; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

~~VIII o ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa;~~ (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

VIII - o ato de remoção ou de disponibilidade do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

~~VIIIA a remoção a pedido ou a permuta de magistrados de comarca de igual entrância atenderá, no que couber, ao disposto nas alíneas a , b , c e e do inciso II;~~ (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

VIII-A - a remoção a pedido de magistrados de comarca de igual entrância atenderá, no que couber, ao disposto nas alíneas "a", "b", "c" e "e" do inciso II do caput deste artigo e no art. 94 desta Constituição; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 130, de 2023)

VIII-B - a permuta de magistrados de comarca de igual entrância, quando for o caso, e dentro do mesmo segmento de justiça, inclusive entre os juízes de segundo grau, vinculados a diferentes tribunais, na esfera da justiça estadual, federal ou do trabalho, atenderá, no que couber, ao disposto nas alíneas "a", "b", "c" e "e" do inciso II do caput deste artigo e no art. 94 desta Constituição; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 130, de 2023)

IX todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

X as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

XI nos tribunais com número superior a vinte e cinco julgadores, poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de onze e o máximo de vinte e cinco membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais delegadas da competência do tribunal pleno, provendo-se metade das vagas por antigüidade e a outra metade por eleição pelo tribunal pleno; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

XII a atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo vedado férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau, funcionando, nos dias em que não houver expediente forense normal, juízes em plantão permanente; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

XIII o número de juízes na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda judicial e à respectiva população; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

XIV os servidores receberão delegação para a prática de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

XV a distribuição de processos será imediata, em todos os graus de jurisdição. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

⚖ Art. 94. Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros, do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de

advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

Parágrafo único. Recebidas as indicações, o tribunal formará lista tríplice, enviando-a ao Poder Executivo, que, nos vinte dias subseqüentes, escolherá um de seus integrantes para nomeação.

⚖ Art. 95. Os juízes gozam das seguintes garantias:

I - vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após dois anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado;

II - inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, na forma do art. 93, VIII;

~~III - irredutibilidade de vencimentos, observado, quanto à remuneração, o que dispõem os arts. 37, XI, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.~~

III - irredutibilidade de subsídio, ressalvado o disposto nos arts. 37, X e XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Parágrafo único. Aos juízes é vedado:

I - exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério;

II - receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processo;

III - dedicar-se à atividade político-partidária.

IV - receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

V - exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

⚖ Art. 96. Compete privativamente:

I - aos tribunais:

a) eleger seus órgãos diretivos e elaborar seus regimentos internos, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos;

b) organizar suas secretarias e serviços auxiliares e os dos juízos que lhes forem vinculados, velando pelo exercício da atividade correicional respectiva;

c) prover, na forma prevista nesta Constituição, os cargos de juiz de carreira da respectiva jurisdição;

d) propor a criação de novas varas judiciárias;

e) prover, por concurso público de provas, ou de provas e títulos, obedecido o disposto no art. 169, parágrafo único, os cargos necessários à administração da Justiça, exceto os de confiança assim definidos em lei;

f) conceder licença, férias e outros afastamentos a seus membros e aos juízes e servidores que lhes forem imediatamente vinculados;

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

a) a alteração do número de membros dos tribunais inferiores;

b) ~~a criação e a extinção de cargos e a fixação de vencimentos de seus membros, dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver, dos serviços auxiliares e os dos juízos que lhes forem vinculados;~~

~~b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juizes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver, ressalvado o disposto no art. 48, XV;~~ (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

c) a criação ou extinção dos tribunais inferiores;

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

III - aos Tribunais de Justiça julgar os juízes estaduais e do Distrito Federal e Territórios, bem como os membros do Ministério Público, nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.

Parágrafo único. Nos Tribunais de Justiça compostos de mais de 170 (cento e setenta) desembargadores em efetivo exercício, a eleição para os cargos diretivos, de que trata a alínea "a" do inciso I do**caput**deste artigo, será realizada entre os membros do tribunal pleno, por maioria absoluta e por voto direto e secreto, para um mandato de 2 (dois) anos, vedada mais de 1 (uma) recondução sucessiva. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 134, de 2024)

Art. 97. Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público. (Vide Lei nº 13.105, de 2015) (Vigência)

Art. 98. A União, no Distrito Federal e nos Territórios, e os Estados criarão:

I - juizados especiais, providos por juízes togados, ou togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumaríssimo , permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau;

II - justiça de paz, remunerada, composta de cidadãos eleitos pelo voto direto, universal e secreto, com mandato de quatro anos e competência para, na forma da lei, celebrar casamentos, verificar, de ofício ou em face de impugnação apresentada, o processo de habilitação e exercer atribuições conciliatórias, sem caráter jurisdicional, além de outras previstas na legislação.

~~Parágrafo único. Lei federal disporá sobre a criação de juizados especiais no âmbito da Justiça Federal.~~ ~~(Incluído pela Emenda Constitucional nº 22, de 1999)~~

§ 1º Lei federal disporá sobre a criação de juizados especiais no âmbito da Justiça Federal. (Renumerado pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004) (Vide ADIN 3392)

§ 2º As custas e emolumentos serão destinados exclusivamente ao custeio dos serviços afetos às atividades específicas da Justiça. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

Art. 99. Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.

§ 1º Os tribunais elaborarão suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias.

§ 2º O encaminhamento da proposta, ouvidos os outros tribunais interessados, compete:

I - no âmbito da União, aos Presidentes do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, com a aprovação dos respectivos tribunais;

II - no âmbito dos Estados e no do Distrito Federal e Territórios, aos Presidentes dos Tribunais de Justiça, com a aprovação dos respectivos tribunais.

§ 3º Se os órgãos referidos no § 2º não encaminharem as respectivas propostas orçamentárias dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites estipulados na forma do § 1º deste artigo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 4º Se as propostas orçamentárias de que trata este artigo forem encaminhadas em desacordo com os limites estipulados na forma do § 1º, o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 5º Durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

~~Art. 100. à exceção dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos devidos pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.~~

~~§ 1º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos constantes de precatórios judiciários, apresentados até 1º de julho, data em que terão atualizados seus valores, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte.~~

~~§ 1º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciários, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.~~ ~~(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 30, de 2000)~~

~~§ 1º-A Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez, fundadas na responsabilidade civil, em virtude de sentença transitada em julgado. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 30, de 2000)~~

~~§ 2º - As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados ao Poder Judiciário, recolhendo-se as importâncias respectivas à repartição competente, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exeqüenda determinar o pagamento, segundo as possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento do credor e exclusivamente para o caso de preterimento de seu direito de precedência, o seqüestro da quantia necessária à satisfação do débito.~~

~~§ 2º As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exeqüenda determinar o pagamento segundo as possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento do credor, e exclusivamente para o caso de preterimento de seu direito de precedência, o seqüestro da quantia necessária à satisfação do débito. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 30, de 2000)~~

~~§ 3° O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda Federal, Estadual ou Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)~~

~~§ 3º O disposto no *caput* deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda Federal, Estadual, Distrital ou Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 30, de 2000)~~

~~§ 4º São vedados a expedição de precatório complementar ou suplementar de valor pago, bem como fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, a fim de que seu pagamento não se faça, em parte, na forma estabelecida no § 3º deste artigo e, em parte, mediante expedição de precatório. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)~~

~~§ 5º A lei poderá fixar valores distintos para o fim previsto no § 3º deste artigo, segundo as diferentes capacidades das entidades de direito público. (Parágrafo incluído pela Emenda Constitucional nº 30, de 2000 (Renumerado pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)~~

~~§ 6º O Presidente do Tribunal competente que, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatório incorrerá em crime de responsabilidade. (Parágrafo incluído pela Emenda Constitucional nº 30, de 2000 Renumerado pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)~~

⚖ Art. 100. Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009). (Vide Emenda Constitucional nº 62, de 2009) (Vide ADI 4425)

~~§ 1º Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez, fundadas em responsabilidade civil, em virtude de sentença judicial transitada em julgado, e serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, exceto sobre aqueles referidos no § 2º deste artigo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).~~

§ 1º Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes da relação laboral ou previdenciária, independentemente da sua natureza tributária, inclusive os oriundos de repetição de indébito incidente sobre remuneração ou proventos de aposentadoria, bem como indenizações por morte ou por invalidez, fundadas em responsabilidade civil, em virtude de sentença judicial transitada em julgado, e serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, exceto sobre aqueles referidos no § 2º deste artigo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

~~§ 2º Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares tenham 60 (sessenta) anos de idade ou mais na data de expedição do precatório, ou sejam portadores de doença grave, definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo do fixado em lei para os fins do disposto no § 3º deste artigo, admitido o fracionamento para essa finalidade, sendo que o restante será pago na ordem cronológica de apresentação do precatório. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009). (Vide ADI 4425)~~

§ 2º Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares, originários ou por sucessão hereditária, tenham 60 (sessenta) anos de idade, ou sejam portadores de doença grave, ou pessoas com deficiência, assim definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo fixado em lei para os fins do disposto no § 3º deste artigo, admitido o fracionamento para essa finalidade, sendo que o restante será pago na ordem cronológica de apresentação do precatório. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 94, de 2016)

§ 3º O disposto no caput deste artigo relativamente à expedição de precatórios não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

§ 4º Para os fins do disposto no § 3º, poderão ser fixados, por leis próprias, valores distintos às entidades de direito público, segundo as diferentes capacidades econômicas, sendo o mínimo igual ao valor do maior benefício do regime geral de previdência social. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

~~§ 5º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciários apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009)~~

~~§ 5º É obrigatória a inclusão no orçamento das entidades de direito público de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado constantes de precatórios judiciários apresentados até 2 de abril, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 114, de 2021) (Vigência)~~

§ 5º É obrigatória a inclusão no orçamento das entidades de direito público de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado constantes de precatórios judiciários apresentados até 1º de fevereiro, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

§ 6º As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento integral e autorizar, a requerimento do credor e exclusivamente para os casos de preterimento de seu direito de precedência ou de não alocação orçamentária do valor necessário à satisfação do seu débito, o sequestro da quantia respectiva. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

§ 7º O Presidente do Tribunal competente que, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatórios incorrerá em crime de responsabilidade e responderá, também, perante o Conselho Nacional de Justiça. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

§ 8º É vedada a expedição de precatórios complementares ou suplementares de valor pago, bem como o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução para fins de enquadramento de parcela do total ao que dispõe o § 3º deste artigo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

~~§ 9º No momento da expedição dos precatórios, independentemente de regulamentação, deles deverá ser abatido, a título de compensação, valor correspondente aos débitos líquidos e certos, inscritos ou não em dívida ativa e constituídos contra o credor original pela Fazenda Pública devedora, incluídas parcelas vincendas de parcelamentos, ressalvados aqueles cuja execução esteja suspensa em virtude de contestação administrativa ou judicial. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009). (Vide ADI 4425)~~

§ 9º Sem que haja interrupção no pagamento do precatório e mediante comunicação da Fazenda Pública ao Tribunal, o valor correspondente aos eventuais débitos inscritos em dívida ativa contra o credor do requisitório e seus substituídos deverá ser depositado à conta do juízo responsável pela ação de cobrança, que decidirá pelo seu destino definitivo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 113, de 2021) (Vide ADI 7047) (Vide ADI 7064)

§ 10. Antes da expedição dos precatórios, o Tribunal solicitará à Fazenda Pública devedora, para resposta em até 30 (trinta) dias, sob pena de perda do direito de abatimento, informação sobre os débitos que preencham as condições estabelecidas no § 9º, para os fins nele previstos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009). (Vide ADI 4425)

~~§ 11. É facultada ao credor, conforme estabelecido em lei da entidade federativa devedora, a entrega de créditos em precatórios para compra de imóveis públicos do respectivo ente federado. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).~~

§ 11. É facultada ao credor, conforme estabelecido em lei do ente federativo devedor, ~~com auto aplicabilidade para a União~~, a oferta de créditos líquidos e certos que originalmente lhe são próprios ou adquiridos de terceiros reconhecidos pelo ente federativo ou por decisão judicial transitada em julgado para: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 113, de 2021) (Vide ADI 7047) (Vide ADI 7064)

I - quitação de débitos parcelados ou débitos inscritos em dívida ativa do ente federativo devedor, inclusive em transação resolutiva de litígio, e, subsidiariamente, débitos com a administração autárquica e fundacional do mesmo ente; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 113, de 2021)

II - compra de imóveis públicos de propriedade do mesmo ente disponibilizados para venda; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 113, de 2021)

III - pagamento de outorga de delegações de serviços públicos e demais espécies de concessão negocial promovidas pelo mesmo ente; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 113, de 2021)

IV - aquisição, inclusive minoritária, de participação societária, disponibilizada para venda, do respectivo ente federativo; ou (Incluído pela Emenda Constitucional nº 113, de 2021)

V - compra de direitos, disponibilizados para cessão, do respectivo ente federativo, inclusive, no caso da União, da antecipação de valores a serem recebidos a título do excedente em óleo em contratos de partilha de petróleo.

(Incluído pela Emenda Constitucional nº 113, de 2021)

§ 12. A partir da promulgação desta Emenda Constitucional, a atualização de valores de requisitórios, após sua expedição, até o efetivo pagamento, independentemente de sua natureza, será feita pelo índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança, e, para fins de compensação da mora, incidirão juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, ficando excluída a incidência de juros compensatórios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009). (Vide ADI 4425)

§ 13. O credor poderá ceder, total ou parcialmente, seus créditos em precatórios a terceiros, independentemente da concordância do devedor, não se aplicando ao cessionário o disposto nos §§ 2º e 3º. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

~~§ 14. A cessão de precatórios somente produzirá efeitos após comunicação, por meio de petição protocolizada, ao tribunal de origem e à entidade devedora. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).~~

§ 14. A cessão de precatórios, observado o disposto no § 9º deste artigo, somente produzirá efeitos após comunicação, por meio de petição protocolizada, ao Tribunal de origem e ao ente federativo devedor. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 113, de 2021)

§ 15. Sem prejuízo do disposto neste artigo, lei complementar a esta Constituição Federal poderá estabelecer regime especial para pagamento de crédito de precatórios de Estados, Distrito Federal e Municípios, dispondo sobre vinculações à receita corrente líquida e forma e prazo de liquidação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

§ 16. A seu critério exclusivo e na forma de lei, a União poderá assumir débitos, oriundos de precatórios, de Estados, Distrito Federal e Municípios, refinanciando-os diretamente. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

§ 17. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aferirão mensalmente, em base anual, o comprometimento de suas respectivas receitas correntes líquidas com o pagamento de precatórios e obrigações de pequeno valor. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 94, de 2016)

§ 18. Entende-se como receita corrente líquida, para os fins de que trata o § 17, o somatório das receitas tributárias, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de contribuições e de serviços, de transferências correntes e outras receitas correntes, incluindo as oriundas do § 1º do art. 20 da Constituição Federal, verificado no período compreendido pelo segundo mês imediatamente anterior ao de referência e os 11 (onze) meses precedentes, excluídas as duplicidades, e deduzidas: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 94, de 2016)

I - na União, as parcelas entregues aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios por determinação constitucional; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 94, de 2016)

II - nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 94, de 2016)

III - na União, nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, a contribuição dos servidores para custeio de seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira referida no § 9º do art. 201 da Constituição Federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 94, de 2016)

§ 19. Caso o montante total de débitos decorrentes de condenações judiciais em precatórios e obrigações de pequeno valor, em período de 12 (doze) meses, ultrapasse a média do comprometimento percentual da receita corrente líquida nos 5 (cinco) anos imediatamente anteriores, a parcela que exceder esse percentual poderá ser financiada, excetuada dos limites de endividamento de que tratam os incisos VI e VII do art. 52 da Constituição Federal e de quaisquer outros limites de endividamento previstos, não se aplicando a esse financiamento a vedação de vinculação de receita prevista no inciso IV do art. 167 da Constituição Federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 94, de 2016)

§ 19-A. A União fica autorizada a instituir linha de crédito especial, por intermédio de instituições financeiras estatais federais, destinada exclusivamente à quitação dos precatórios referidos no § 19 deste artigo, nos termos de lei complementar. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

§ 20. Caso haja precatório com valor superior a 15% (quinze por cento) do montante dos precatórios apresentados nos termos do § 5º deste artigo, 15% (quinze por cento) do valor deste precatório serão pagos até o final do exercício seguinte e o restante em parcelas iguais nos cinco exercícios subsequentes, acrescidas de juros de mora e correção monetária, ou mediante acordos diretos, perante Juízos Auxiliares de Conciliação de Precatórios, com redução máxima de 40% (quarenta por cento) do valor do crédito atualizado, desde que em relação ao crédito não penda recurso ou defesa judicial e que sejam observados os requisitos definidos na regulamentação editada pelo ente federado. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 94, de 2016)

§ 21. Ficam a União e os demais entes federativos, nos montantes que lhes são próprios, desde que aceito por ambas as partes, autorizados a utilizar valores objeto de sentenças transitadas em julgado devidos a pessoa jurídica de

direito público para amortizar dívidas, vencidas ou vincendas: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 113, de 2021)

I - nos contratos de refinanciamento cujos créditos sejam detidos pelo ente federativo que figure como devedor na sentença de que trata o **caput** deste artigo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 113, de 2021)

II - nos contratos em que houve prestação de garantia a outro ente federativo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 113, de 2021)

III - nos parcelamentos de tributos ou de contribuições sociais; e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 113, de 2021)

IV - nas obrigações decorrentes do descumprimento de prestação de contas ou de desvio de recursos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 113, de 2021)

§ 22. A amortização de que trata o § 21 deste artigo: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 113, de 2021)

I - nas obrigações vencidas, será imputada primeiramente às parcelas mais antigas; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 113, de 2021)

II - nas obrigações vincendas, reduzirá uniformemente o valor de cada parcela devida, mantida a duração original do respectivo contrato ou parcelamento. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 113, de 2021)

§ 23. Os pagamentos de precatórios pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, relativos às suas administrações diretas e indiretas, estão limitados, observado o disposto nos §§ 24, 25, 26 e 28 deste artigo, a: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

I - 1% (um por cento) da receita corrente líquida apurada no exercício financeiro anterior, para os entes federativos que não possuam estoque e para os entes federativos cujo estoque de precatórios em mora, atualizados monetariamente e acrescidos de juros moratórios, em 1º de janeiro, não superar 15% (quinze por cento) desse valor; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

II - 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida apurada no exercício financeiro anterior, se o estoque de precatórios em mora, atualizados monetariamente e acrescidos de juros moratórios, em 1º de janeiro, for superior a 15% (quinze por cento) e inferior ou igual a 25% (vinte e cinco por cento) desse valor; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

III - 2% (dois por cento) da receita corrente líquida apurada no exercício financeiro anterior, se o estoque de precatórios em mora, atualizados monetariamente e acrescidos de juros moratórios, em 1º de janeiro, for superior a 25% (vinte e cinco por cento) e inferior ou igual a 35% (trinta e cinco por cento) desse valor; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

IV - 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida apurada no exercício financeiro anterior, se o estoque de precatórios em mora, atualizados monetariamente e acrescidos de juros moratórios, em 1º de janeiro, for superior a 35% (trinta e cinco por cento) e inferior ou igual a 45% (quarenta e cinco por cento) desse valor; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

V - 3% (três por cento) da receita corrente líquida apurada no exercício financeiro anterior, se o estoque de precatórios em mora, atualizados monetariamente e acrescidos de juros moratórios, em 1º de janeiro, for superior a 45% (quarenta e cinco por cento) e inferior ou igual a 55% (cinquenta e cinco por cento) desse valor; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

VI - 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida apurada no exercício financeiro anterior, se o estoque de precatórios em mora, atualizados monetariamente e acrescidos de juros moratórios, em 1º de janeiro, for superior a 55% (cinquenta e cinco por cento) e inferior ou igual a 65% (sessenta e cinco por cento) desse valor; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

VII - 4% (quatro por cento) da receita corrente líquida apurada no exercício financeiro anterior, se o estoque de precatórios em mora, atualizados monetariamente e acrescidos de juros moratórios, em 1º de janeiro, for superior a 65% (sessenta e cinco por cento) e inferior ou igual a 75% (setenta e cinco por cento) desse valor; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

VIII - 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida apurada no exercício financeiro anterior, se o estoque de precatórios em mora, atualizados monetariamente e acrescidos de juros moratórios, em 1º de janeiro, for superior a 75% (setenta e cinco por cento) e inferior ou igual a 85% (oitenta e cinco por cento) desse valor; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

IX - 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida apurada no exercício financeiro anterior, se o estoque de precatórios em mora, atualizados monetariamente e acrescidos de juros moratórios, em 1º de janeiro, for superior a 85% (oitenta e cinco por cento) desse valor. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

§ 24. Os limites percentuais fixados nos incisos I a IX do § 23 deste artigo deverão ser majorados, de forma fixa para o decênio seguinte, em 0,5 (cinco décimos) ponto percentual sobre a receita corrente líquida apurada no exercício financeiro imediatamente anterior, a partir de 1º de janeiro de 2036, e a cada período subsequente de 10 (dez) anos, caso seja verificada a existência de estoque de precatórios em mora. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

§ 25. Toda medida efetiva de redução de estoque de precatórios promovida pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios deverá ser contabilizada para fins de apuração do cumprimento do respectivo plano anual de pagamento de precatórios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

§ 26. Os pagamentos de precatórios realizados nos termos dos §§ 11 e 21 deste artigo não são considerados para aplicação dos limites de que trata o § 23 deste artigo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

§ 27. Se os recursos destinados aos pagamentos de precatórios dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, observados os limites do § 23 deste artigo, não forem tempestivamente liberados, no todo ou em parte: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

I - os limites de que trata o § 23 deste artigo serão suspensos; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

II - o Presidente do Tribunal de Justiça local determinará o sequestro, até o limite do valor devido, das contas municipais, estaduais ou distrital do ente federativo inadimplente para fins de pagamento de precatórios; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

III - o Governador do Estado ou do Distrito Federal ou o Prefeito do Município inadimplente responderá na forma da legislação de responsabilidade fiscal e de improbidade administrativa; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

IV - o Estado, o Distrito Federal ou o Município ficará impedido de receber transferências voluntárias, enquanto perdurar a omissão. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

§ 28. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, mediante dotação orçamentária específica, poderão efetuar pagamentos de precatórios que superem os limites previstos no § 23 deste artigo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

§ 29. É facultado ao credor de precatório dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que não tenha sido pago em razão do disposto nos §§ 20 ou 23 deste artigo, sem prejuízo dos procedimentos previstos nos §§ 9º e 21 deste artigo, optar pelo recebimento, mediante acordos diretos perante Juízos Auxiliares de Conciliação de Pagamento de Condenações Judiciais contra a Fazenda Pública estadual, municipal ou do Distrito Federal, em parcela única, até o final do exercício seguinte, com renúncia de parcela do valor desse crédito. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

§ 30. Os valores efetivamente aportados pelos entes federativos nas contas especiais do Poder Judiciário destinadas ao pagamento de precatórios deverão ser imediatamente excluídos do estoque da dívida para fins de apuração do saldo devedor, vedada a incidência de juros, de correção monetária ou de quaisquer acréscimos legais sobre esses valores após sua transferência. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

SEÇÃO II

DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

~~Art. 101. O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.~~

Art. 101. O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de setenta anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 122, de 2022)

Parágrafo único. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I - processar e julgar, originariamente:

~~a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual;~~

a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

b) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República;

~~c) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado, ressalvado o disposto no art. 52, I, os membros dos Tribunais Superiores, os do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática de caráter permanente~~ ;

c) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, ressalvado o disposto no art. 52, I, os membros dos Tribunais Superiores, os do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática de caráter permanente; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 23, de 1999)

d) o *habeas corpus* , sendo paciente qualquer das pessoas referidas nas alíneas anteriores; o mandado de segurança e o *habeas data* contra atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, do Procurador-Geral da República e do próprio Supremo Tribunal Federal;

e) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território;

f) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta;

g) a extradição solicitada por Estado estrangeiro;

~~h) a homologação das sentenças estrangeiras e a concessão do "exequatur" às cartas rogatórias, que podem ser conferidas pelo regimento interno a seu Presidente;~~ (Revogado pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

~~i) o *habeas corpus* , quando o coator ou o paciente for tribunal, autoridade ou funcionário cujos atos estejam sujeitos diretamente à jurisdição do Supremo Tribunal Federal, ou se trate de crime sujeito à mesma jurisdição em uma única instância;~~

i) o ***habeas corpus*** , quando o coator for Tribunal Superior ou quando o coator ou o paciente for autoridade ou funcionário cujos atos estejam sujeitos diretamente à jurisdição do Supremo Tribunal Federal, ou se trate de crime sujeito à mesma jurisdição em uma única instância; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 22, de 1999)

j) a revisão criminal e a ação rescisória de seus julgados;

l) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;

m) a execução de sentença nas causas de sua competência originária, facultada a delegação de atribuições para a prática de atos processuais;

n) a ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados, e aquela em que mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados;

o) os conflitos de competência entre o Superior Tribunal de Justiça e quaisquer tribunais, entre Tribunais Superiores, ou entre estes e qualquer outro tribunal;

p) o pedido de medida cautelar das ações diretas de inconstitucionalidade;

q) o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Presidente da República, do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, das Mesas de uma dessas Casas Legislativas, do Tribunal de Contas da União, de um dos Tribunais Superiores, ou do próprio Supremo Tribunal Federal;

r) as ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

II - julgar, em recurso ordinário:

a) o *habeas corpus* , o mandado de segurança, o *habeas data* e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão;

b) o crime político;

III - julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida:

a) contrariar dispositivo desta Constituição;

b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal;

c) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição.

d) julgar válida lei local contestada em face de lei federal. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

~~Parágrafo único. A argüição de descumprimento de preceito fundamental, decorrente desta Constituição, será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, na forma da lei.~~

§ 1º A argüição de descumprimento de preceito fundamental, decorrente desta Constituição, será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, na forma da lei. (Transformado em § 1º pela Emenda Constitucional nº 3, de 17/03/93)

~~§ 2º As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações declaratórias de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal, produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo.~~ (Incluído em § 1º pela Emenda Constitucional nº 3, de 17/03/93)

§ 2º As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004) (Vide ADIN 3392)

§ 3º No recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

~~Art. 103. Podem propor a ação de inconstitucionalidade:~~

⚖ Art. 103. Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004) (Vide Lei nº 13.105, de 2015) (Vigência)

I - o Presidente da República;

II - a Mesa do Senado Federal;

III - a Mesa da Câmara dos Deputados;

~~IV - a Mesa de Assembléia Legislativa;~~

IV - a Mesa de Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

~~V - o Governador de Estado;~~

V - o Governador de Estado ou do Distrito Federal; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

VI - o Procurador-Geral da República;

VII - o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

VIII - partido político com representação no Congresso Nacional;

IX - confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

§ 1º O Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.

§ 2º Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias.

§ 3º Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Advogado-Geral da União, que defenderá o ato ou texto impugnado.

~~§ 4.º A ação declaratória de constitucionalidade poderá ser proposta pelo Presidente da República, pela Mesa do Senado Federal, pela Mesa da Câmara dos Deputados ou pelo Procurador-Geral da República.~~ (Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993) (Revogado pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

⚖ Art. 103-A. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à

administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004) (Vide Lei nº 11.417, de 2006).

§ 1º A súmula terá por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 2º Sem prejuízo do que vier a ser estabelecido em lei, a aprovação, revisão ou cancelamento de súmula poderá ser provocada por aqueles que podem propor a ação direta de inconstitucionalidade. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 3º Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

~~Art. 103-B. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de quinze membros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e seis anos de idade, com mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo:~~ (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

⚖ Art. 103-B. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois) anos, admitida 1 (uma) recondução, sendo: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 2009)

~~I - um Ministro do Supremo Tribunal Federal, indicado pelo respectivo tribunal;~~ (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

I - o Presidente do Supremo Tribunal Federal; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 2009)

II - um Ministro do Superior Tribunal de Justiça, indicado pelo respectivo tribunal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

III - um Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, indicado pelo respectivo tribunal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

IV - um desembargador de Tribunal de Justiça, indicado pelo Supremo Tribunal Federal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

V - um juiz estadual, indicado pelo Supremo Tribunal Federal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

VI - um juiz de Tribunal Regional Federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

VII - um juiz federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

VIII - um juiz de Tribunal Regional do Trabalho, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

IX - um juiz do trabalho, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

X - um membro do Ministério Público da União, indicado pelo Procurador-Geral da República; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

XI um membro do Ministério Público estadual, escolhido pelo Procurador-Geral da República dentre os nomes indicados pelo órgão competente de cada instituição estadual; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

XII - dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

XIII - dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

~~§ 1º O Conselho será presidido pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, que votará em caso de empate, ficando excluído da distribuição de processos naquele tribunal.~~ (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 1º O Conselho será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal e, nas suas ausências e impedimentos, pelo Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 2009)

~~§ 2º Os membros do Conselho serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.~~ ~~(Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)~~

§ 2º Os demais membros do Conselho serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 2009)

§ 3º Não efetuadas, no prazo legal, as indicações previstas neste artigo, caberá a escolha ao Supremo Tribunal Federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 4º Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

I - zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

II - zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

~~III - receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos tribunais, podendo avocar processos disciplinares em curso e determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa;~~ ~~(Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)~~

III - receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos tribunais, podendo avocar processos disciplinares em curso, determinar a remoção ou a disponibilidade e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

IV - representar ao Ministério Público, no caso de crime contra a administração pública ou de abuso de autoridade; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

V - rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de um ano; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

VI - elaborar semestralmente relatório estatístico sobre processos e sentenças prolatadas, por unidade da Federação, nos diferentes órgãos do Poder Judiciário; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

VII - elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias, sobre a situação do Poder Judiciário no País e as atividades do Conselho, o qual deve integrar mensagem do Presidente do Supremo Tribunal Federal a ser remetida ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura da sessão legislativa. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 5º O Ministro do Superior Tribunal de Justiça exercerá a função de Ministro-Corregedor e ficará excluído da distribuição de processos no Tribunal, competindo-lhe, além das atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura, as seguintes: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

I receber as reclamações e denúncias, de qualquer interessado, relativas aos magistrados e aos serviços judiciários; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

II exercer funções executivas do Conselho, de inspeção e de correição geral; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

III requisitar e designar magistrados, delegando-lhes atribuições, e requisitar servidores de juízos ou tribunais, inclusive nos Estados, Distrito Federal e Territórios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 6º Junto ao Conselho oficiarão o Procurador-Geral da República e o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 7º A União, inclusive no Distrito Federal e nos Territórios, criará ouvidorias de justiça, competentes para receber reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, ou contra seus serviços auxiliares, representando diretamente ao Conselho Nacional de Justiça. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

SEÇÃO III

DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Art. 104. O Superior Tribunal de Justiça compõe-se de, no mínimo, trinta e três Ministros.

~~Parágrafo único. Os Ministros do Superior Tribunal de Justiça serão nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, sendo:~~

~~Parágrafo único. Os Ministros do Superior Tribunal de Justiça serão nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, sendo: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)~~

Parágrafo único. Os Ministros do Superior Tribunal de Justiça serão nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de setenta anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, sendo: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 122, de 2022)

I - um terço dentre juízes dos Tribunais Regionais Federais e um terço dentre desembargadores dos Tribunais de Justiça, indicados em lista tríplice elaborada pelo próprio Tribunal;

II - um terço, em partes iguais, dentre advogados e membros do Ministério Público Federal, Estadual, do Distrito Federal e Territórios, alternadamente, indicados na forma do art. 94.

Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

I - processar e julgar, originariamente:

a) nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, e, nestes e nos de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais;

~~b) os mandados de segurança e os *habeas data* contra ato de Ministro de Estado ou do próprio Tribunal;~~

b) os mandados de segurança e os habeas data contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 23, de 1999)

~~c) os *habeas corpus,* quando o coator ou o paciente for qualquer das pessoas mencionadas na alínea "a", ou quando o coator for Ministro de Estado, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral;~~

~~c) os *habeas corpus,* quando o coator ou o paciente for qualquer das pessoas mencionadas na alínea "a", quando coator for tribunal, sujeito à sua jurisdição, ou Ministro de Estado, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 22, de 1999)~~

c) os habeas corpus, quando o coator ou paciente for qualquer das pessoas mencionadas na alínea a, ou quando o coator for tribunal sujeito à sua jurisdição, Ministro de Estado ou Comandante da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 23, de 1999)

d) os conflitos de competência entre quaisquer tribunais, ressalvado o disposto no art. 102, I, "o", bem como entre tribunal e juízes a ele não vinculados e entre juízes vinculados a tribunais diversos;

e) as revisões criminais e as ações rescisórias de seus julgados;

f) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;

g) os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União;

h) o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição de órgão, entidade ou autoridade federal, da administração direta ou indireta, excetuados os casos de competência do Supremo Tribunal Federal e dos órgãos da Justiça Militar, da Justiça Eleitoral, da Justiça do Trabalho e da Justiça Federal;

i) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

j) os conflitos entre entes federativos, ou entre estes e o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, relacionados aos tributos previstos nos arts. 156-A e 195, V; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

II - julgar, em recurso ordinário:

a) os habeas corpus decididos em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão for denegatória;

b) os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão;

c) as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País;

III - julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida:

a) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência;

~~b) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face de lei federal;~~

b) julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

c) der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.

~~Parágrafo único. Funcionará junto ao Superior Tribunal de Justiça o Conselho da Justiça Federal, cabendo-lhe, na forma da lei, exercer a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.~~

~~Parágrafo único. Funcionarão junto ao Superior Tribunal de Justiça: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)~~

~~I - a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, cabendo-lhe, dentre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para o ingresso e promoção na carreira; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)~~

~~II - o Conselho da Justiça Federal, cabendo-lhe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema e com poderes correicionais, cujas decisões terão caráter vinculante. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)~~

§ 1º Funcionarão junto ao Superior Tribunal de Justiça:

I - a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, cabendo-lhe, dentre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para o ingresso e promoção na carreira; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

II - o Conselho da Justiça Federal, cabendo-lhe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema e com poderes correicionais, cujas decisões terão caráter vinculante. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 2º No recurso especial, o recorrente deve demonstrar a relevância das questões de direito federal infraconstitucional discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que a admissão do recurso seja examinada pelo Tribunal, o qual somente pode dele não conhecer com base nesse motivo pela manifestação de 2/3 (dois terços) dos membros do órgão competente para o julgamento. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 125, de 2022) (Regulamento) Vigência

§ 3º Haverá a relevância de que trata o § 2º deste artigo nos seguintes casos: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 125, de 2022)

I - ações penais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 125, de 2022)

II - ações de improbidade administrativa; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 125, de 2022)

III - ações cujo valor da causa ultrapasse 500 (quinhentos) salários mínimos; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 125, de 2022)

IV - ações que possam gerar inelegibilidade; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 125, de 2022)

V - hipóteses em que o acórdão recorrido contrariar jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 125, de 2022)

VI - outras hipóteses previstas em lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 125, de 2022)

SEÇÃO IV

DOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS E DOS JUÍZES FEDERAIS

Art. 106. São órgãos da Justiça Federal:

I - os Tribunais Regionais Federais;

II - os Juízes Federais.

~~Art. 107. Os Tribunais Regionais Federais compõem-se de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos, sendo:~~

Art. 107. Os Tribunais Regionais Federais compõem-se de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de setenta anos de idade, sendo: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 122, de 2022)

I - um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público Federal com mais de dez anos de carreira;

II - os demais, mediante promoção de juízes federais com mais de cinco anos de exercício, por antigüidade e merecimento, alternadamente.

~~Parágrafo único. A lei disciplinará a remoção ou a permuta de juízes dos Tribunais Regionais Federais e determinará sua jurisdição e sede.~~

§ 1º A lei disciplinará a remoção ou a permuta de juízes dos Tribunais Regionais Federais e determinará sua jurisdição e sede. (Renumerado do parágrafo único, pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 2º Os Tribunais Regionais Federais instalarão a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções da atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 3º Os Tribunais Regionais Federais poderão funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

Art. 108. Compete aos Tribunais Regionais Federais:

I - processar e julgar, originariamente:

a) os juízes federais da área de sua jurisdição, incluídos os da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho, nos crimes comuns e de responsabilidade, e os membros do Ministério Público da União, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral;

b) as revisões criminais e as ações rescisórias de julgados seus ou dos juízes federais da região;

c) os mandados de segurança e os *habeas data* contra ato do próprio Tribunal ou de juiz federal;

d) os habeas corpus, quando a autoridade coatora for juiz federal;

e) os conflitos de competência entre juízes federais vinculados ao Tribunal;

II - julgar, em grau de recurso, as causas decididas pelos juízes federais e pelos juízes estaduais no exercício da competência federal da área de sua jurisdição.

Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:

I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho;

II - as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País;

III - as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional;

IV - os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral;

V - os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente;

V-A as causas relativas a direitos humanos a que se refere o § 5º deste artigo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

VI - os crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira;

VII - os *habeas corpus* , em matéria criminal de sua competência ou quando o constrangimento provier de autoridade cujos atos não estejam diretamente sujeitos a outra jurisdição;

VIII - os mandados de segurança e os *habeas data* contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos tribunais federais;

IX - os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar;

X - os crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro, a execução de carta rogatória, após o "exequatur", e de sentença estrangeira, após a homologação, as causas referentes à nacionalidade, inclusive a respectiva opção, e à naturalização;

XI - a disputa sobre direitos indígenas.

§ 1º As causas em que a União for autora serão aforadas na seção judiciária onde tiver domicílio a outra parte.

§ 2º As causas intentadas contra a União poderão ser aforadas na seção judiciária em que for domiciliado o autor, naquela onde houver ocorrido o ato ou fato que deu origem à demanda ou onde esteja situada a coisa, ou, ainda, no Distrito Federal.

~~§ 3º Serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro do domicílio dos segurados ou beneficiários, as causas em que forem parte instituição de previdência social e segurado, sempre que a comarca não seja sede de vara do juízo federal, e, se verificada essa condição, a lei poderá permitir que outras causas sejam também processadas e julgadas pela justiça estadual.~~

§ 3º Lei poderá autorizar que as causas de competência da Justiça Federal em que forem parte instituição de previdência social e segurado possam ser processadas e julgadas na justiça estadual quando a comarca do domicílio do segurado não for sede de vara federal. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

§ 4º Na hipótese do parágrafo anterior, o recurso cabível será sempre para o Tribunal Regional Federal na área de jurisdição do juiz de primeiro grau.

§ 5º Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

⚖ Art. 110. Cada Estado, bem como o Distrito Federal, constituirá uma seção judiciária que terá por sede a respectiva Capital, e varas localizadas segundo o estabelecido em lei.

Parágrafo único. Nos Territórios Federais, a jurisdição e as atribuições cometidas aos juízes federais caberão aos juízes da justiça local, na forma da lei.

~~SEÇÃO V~~
~~DOS TRIBUNAIS E JUÍZES DO TRABALHO~~

SEÇÃO V
(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 92, de 2016)

DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, DOS TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO E DOS JUÍZES DO TRABALHO

⚖ Art. 111. São órgãos da Justiça do Trabalho:

I - o Tribunal Superior do Trabalho;

II - os Tribunais Regionais do Trabalho;

~~III - as Juntas de Conciliação e Julgamento.~~

III - Juizes do Trabalho. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 24, de 1999)

~~§ 1º - O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pelo Senado Federal, sendo:~~

~~§ 1º. O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de dezessete Ministros, togados e vitalícios, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal, dos quais onze escolhidos dentre juizes dos Tribunais Regionais do Trabalho, integrantes da carreira da magistratura trabalhista, três dentre advogados e três dentre membros do Ministério Público do~~

~~Trabalho. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 24, de 1999)~~ (Revogado pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

~~I - dezessete togados e vitalícios, dos quais onze escolhidos dentre juízes de carreira da magistratura trabalhista, três dentre advogados e três dentre membros do Ministério Público do Trabalho;~~

~~II - dez classistas temporários, com representação paritária dos trabalhadores e empregadores.~~ (Revogado pela Emenda Constitucional nº 24, de 1999)

~~§ 2º O Tribunal encaminhará ao Presidente da República listas tríplices, observando-se, quanto às vagas destinadas aos advogados e aos membros do Ministério Público, o disposto no art. 94, e, para as de classistas, o resultado de indicação de colégio eleitoral integrado pelas diretorias das confederações nacionais de trabalhadores ou empregadores, conforme o caso; as listas tríplices para o provimento de cargos destinados aos juízes da magistratura trabalhista de carreira deverão ser elaboradas pelos Ministros togados e vitalícios.~~

~~§ 2º. O Tribunal encaminhará ao Presidente da República listas tríplices, observando-se, quanto às vagas destinadas aos advogados e aos membros do Ministério Público, o disposto no art. 94; as listas tríplices para o provimento de cargos destinados aos juízes da magistratura trabalhista de carreira deverão ser elaboradas pelos Ministros togados e vitalícios.~~ (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 24, de 1999) (Revogado pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

~~§ 3º A lei disporá sobre a competência do Tribunal Superior do Trabalho.~~ (Revogado pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

~~Art. 111-A. O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal, sendo:~~ (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

~~Art. 111-A. O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco anos e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal, sendo:~~ (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 92, de 2016)

⚖ Art. 111-A. O Tribunal Superior do Trabalho compõe-se de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de setenta anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal, sendo: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 122, de 2022)

I um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício, observado o disposto no art. 94; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

II os demais dentre juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, oriundos da magistratura da carreira, indicados pelo próprio Tribunal Superior. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 1º A lei disporá sobre a competência do Tribunal Superior do Trabalho. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 2º Funcionarão junto ao Tribunal Superior do Trabalho: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

I a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, cabendo-lhe, dentre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para o ingresso e promoção na carreira; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

II o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, cabendo-lhe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema, cujas decisões terão efeito vinculante. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 3º Compete ao Tribunal Superior do Trabalho processar e julgar, originariamente, a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 92, de 2016)

~~Art. 112. Haverá pelo menos um Tribunal Regional do Trabalho em cada Estado e no Distrito Federal, e a lei instituirá as Juntas de Conciliação e Julgamento, podendo, nas comarcas onde não forem instituídas, atribuir sua jurisdição aos juízes de direito.~~

~~Art. 112. Haverá pelo menos um Tribunal Regional do Trabalho em cada Estado e no Distrito Federal, e a lei instituirá as Varas do Trabalho, podendo, nas comarcas onde não forem instituídas, atribuir sua jurisdição aos juízes de direito.~~ (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 24, de 1999)

⚖ Art. 112. A lei criará varas da Justiça do Trabalho, podendo, nas comarcas não abrangidas por sua jurisdição, atribuí-la aos juízes de direito, com recurso para o respectivo Tribunal Regional do Trabalho. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

~~Art. 113. A lei disporá sobre a constituição, investidura, jurisdição, competência, garantias e condições de exercício dos órgãos da Justiça do Trabalho, assegurada a paridade de representação de trabalhadores e empregadores.~~

⚖ Art. 113. A lei disporá sobre a constituição, investidura, jurisdição, competência, garantias e condições de exercício dos órgãos da Justiça do Trabalho. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 24, de 1999)

~~Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União, e, na forma da lei, outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, bem como os litígios que tenham origem no cumprimento de suas próprias sentenças, inclusive coletivas.~~

⚖ Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004) (Vide ADIN 3392) (Vide ADIN 3432)

I as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

II as ações que envolvam exercício do direito de greve; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

III as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

IV os mandados de segurança, *habeas corpus* e *habeas data* , quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

V os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvado o disposto no art. 102, I, o; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

VI as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

VII as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

VIII a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, a , e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

IX outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 1º Frustrada a negociação coletiva, as partes poderão eleger árbitros.

~~§ 2º Recusando-se qualquer das partes à negociação ou à arbitragem, é facultado aos respectivos sindicatos ajuizar dissídio coletivo, podendo a Justiça do Trabalho estabelecer normas e condições, respeitadas as disposições convencionais e legais mínimas de proteção ao trabalho.~~

~~§ 3° Compete ainda à Justiça do Trabalho executar, de ofício, as contribuições sociais previstas no art. 195, I, a, e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)~~

§ 2º Recusando-se qualquer das partes à negociação coletiva ou à arbitragem, é facultado às mesmas, de comum acordo, ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica, podendo a Justiça do Trabalho decidir o conflito, respeitadas as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, bem como as convencionadas anteriormente. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004) (Vide ADI nº 3423) (Vide ADI nº 3392) (Vide ADI nº 3431) (Vide ADI nº 3432) (Vide ADI nº 3520) (Vide ADIN 3432)

§ 3º Em caso de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão do interesse público, o Ministério Público do Trabalho poderá ajuizar dissídio coletivo, competindo à Justiça do Trabalho decidir o conflito. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004) (Vide ADI nº 3423) (Vide ADI nº 3431) (Vide ADI nº 3520) (Vide ADIN 3392) (Vide ADIN 3432)

~~Art. 115. Os Tribunais Regionais do Trabalho serão compostos de juízes nomeados pelo Presidente da República, sendo dois terços de juízes togados vitalícios e um terço de juízes classistas temporários, observada, entre os juízes togados, a proporcionalidade estabelecida no art. 111, § 1º, I.~~

~~Art. 115. Os Tribunais Regionais do Trabalho serão compostos de juízes nomeados pelo Presidente da República, observada a proporcionalidade estabelecida no § 2º do art. 111. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 24, de 1999))~~

~~Parágrafo único. Os magistrados dos Tribunais Regionais do Trabalho serão:~~

~~I - juízes do trabalho, escolhidos por promoção, alternadamente, por antigüidade e merecimento;~~

~~II - advogados e membros do Ministério Público do Trabalho, obedecido o disposto no art. 94;~~

~~III - classistas indicados em listas tríplices pelas diretorias das federações e dos sindicatos com base territorial na região.~~ (Revogado pela Emenda Constitucional nº 24, de 1999)

~~Art. 115. Os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região, e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos~~

~~de sessenta e cinco anos, sendo:~~ ~~(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)~~

Art. 115. Os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de setenta anos de idade, sendo: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 122, de 2022)

I um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício, observado o disposto no art. 94; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

II os demais, mediante promoção de juízes do trabalho por antigüidade e merecimento, alternadamente. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 1º Os Tribunais Regionais do Trabalho instalarão a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções de atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 2º Os Tribunais Regionais do Trabalho poderão funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

~~Art. 116. A Junta de Conciliação e Julgamento será composta de um juiz do trabalho, que a presidirá, e dois juízes classistas temporários, representantes dos empregados e dos empregadores.~~

Art. 116. Nas Varas do Trabalho, a jurisdição será exercida por um juiz singular. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 24, de 1999)

~~Parágrafo único. Os juízes classistas das Juntas de Conciliação e Julgamento serão nomeados pelo Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, na forma da lei, permitida uma recondução.~~ (Revogado pela Emenda Constitucional nº 24, de 1999)

~~Art. 117. O mandato dos representantes classistas, em todas as instâncias, é de três anos~~ . (Revogado pela Emenda Constitucional nº 24, de 1999)

~~Parágrafo único. Os representantes classistas terão suplentes.~~ (Revogado pela Emenda Constitucional nº 24, de 1999)

SEÇÃO VI

DOS TRIBUNAIS E JUÍZES ELEITORAIS

Art. 118. São órgãos da Justiça Eleitoral:

I - o Tribunal Superior Eleitoral;

II - os Tribunais Regionais Eleitorais;

III - os Juízes Eleitorais;

IV - as Juntas Eleitorais.

Art. 119. O Tribunal Superior Eleitoral compor-se-á, no mínimo, de sete membros, escolhidos:

I - mediante eleição, pelo voto secreto:

a) três juízes dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal;

b) dois juízes dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça;

II - por nomeação do Presidente da República, dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Supremo Tribunal Federal.

Parágrafo único. O Tribunal Superior Eleitoral elegerá seu Presidente e o Vice-Presidente dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal, e o Corregedor Eleitoral dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

Art. 120. Haverá um Tribunal Regional Eleitoral na Capital de cada Estado e no Distrito Federal.

§ 1º - Os Tribunais Regionais Eleitorais compor-se-ão:

I - mediante eleição, pelo voto secreto:

a) de dois juízes dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça;

b) de dois juízes, dentre juízes de direito, escolhidos pelo Tribunal de Justiça;

II - de um juiz do Tribunal Regional Federal com sede na Capital do Estado ou no Distrito Federal, ou, não havendo, de juiz federal, escolhido, em qualquer caso, pelo Tribunal Regional Federal respectivo;

III - por nomeação, pelo Presidente da República, de dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça.

§ 2º - O Tribunal Regional Eleitoral elegerá seu Presidente e o Vice-Presidente- dentre os desembargadores.

⚖ Art. 121. Lei complementar disporá sobre a organização e competência dos tribunais, dos juízes de direito e das juntas eleitorais.

§ 1º - Os membros dos tribunais, os juízes de direito e os integrantes das juntas eleitorais, no exercício de suas funções, e no que lhes for aplicável, gozarão de plenas garantias e serão inamovíveis.

§ 2º - Os juízes dos tribunais eleitorais, salvo motivo justificado, servirão por dois anos, no mínimo, e nunca por mais de dois biênios consecutivos, sendo os substitutos escolhidos na mesma ocasião e pelo mesmo processo, em número igual para cada categoria.

§ 3º - São irrecorríveis as decisões do Tribunal Superior Eleitoral, salvo as que contrariarem esta Constituição e as denegatórias de *habeas corpus* ou mandado de segurança.

§ 4º - Das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais somente caberá recurso quando:

I - forem proferidas contra disposição expressa desta Constituição ou de lei;

II - ocorrer divergência na interpretação de lei entre dois ou mais tribunais eleitorais;

III - versarem sobre inelegibilidade ou expedição de diplomas nas eleições federais ou estaduais;

IV - anularem diplomas ou decretarem a perda de mandatos eletivos federais ou estaduais;

V - denegarem *habeas corpus* , mandado de segurança, *habeas data* ou mandado de injunção.

SEÇÃO VII

DOS TRIBUNAIS E JUÍZES MILITARES

⚖ Art. 122. São órgãos da Justiça Militar:

I - o Superior Tribunal Militar;

II - os Tribunais e Juízes Militares instituídos por lei.

⚖ Art. 123. O Superior Tribunal Militar compor-se-á de quinze Ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a indicação pelo Senado Federal, sendo três dentre oficiais-generais da Marinha, quatro dentre oficiais-generais do Exército, três dentre oficiais-generais da Aeronáutica, todos da ativa e do posto mais elevado da carreira, e cinco dentre civis.

~~Parágrafo único. Os Ministros civis serão escolhidos pelo Presidente da República dentre brasileiros maiores de trinta e cinco anos, sendo:~~

Parágrafo único. Os Ministros civis serão escolhidos pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de setenta anos de idade, sendo: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 122, de 2022)

I - três dentre advogados de notório saber jurídico e conduta ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional;

II - dois, por escolha paritária, dentre juízes auditores e membros do Ministério Público da Justiça Militar.

⚖ Art. 124. À Justiça Militar compete processar e julgar os crimes militares definidos em lei.

Parágrafo único. A lei disporá sobre a organização, o funcionamento e a competência da Justiça Militar.

SEÇÃO VIII

DOS TRIBUNAIS E JUÍZES DOS ESTADOS

⚖ Art. 125. Os Estados organizarão sua Justiça, observados os princípios estabelecidos nesta Constituição.

§ 1º A competência dos tribunais será definida na Constituição do Estado, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do Tribunal de Justiça.

§ 2º Cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.

~~§ 3º A lei estadual poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça, a Justiça Militar estadual, constituída, em primeiro grau, pelos Conselhos de Justiça e, em segundo, pelo próprio Tribunal de Justiça, ou por Tribunal de Justiça Militar nos Estados em que o efetivo da polícia militar seja superior a vinte mil integrantes.~~

§ 3º A lei estadual poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça, a Justiça Militar estadual, constituída, em primeiro grau, pelos juízes de direito e pelos Conselhos de Justiça e, em segundo grau, pelo próprio Tribunal de Justiça, ou por Tribunal de Justiça Militar nos Estados em que o efetivo militar seja superior a vinte mil integrantes. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

~~§ 4º Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os policiais militares e bombeiros militares nos crimes militares, definidos em lei, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.~~

§ 4º Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares dos Estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 5º Compete aos juízes de direito do juízo militar processar e julgar, singularmente, os crimes militares cometidos contra civis e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, cabendo ao Conselho de Justiça, sob a presidência de juiz de direito, processar e julgar os demais crimes militares. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 6º O Tribunal de Justiça poderá funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 7º O Tribunal de Justiça instalará a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções da atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

~~Art. 126. Para dirimir conflitos fundiários, o Tribunal de Justiça designará juízes de entrância especial, com competência exclusiva para questões agrárias.~~

⚖ Art. 126. Para dirimir conflitos fundiários, o Tribunal de Justiça proporá a criação de varas especializadas, com competência exclusiva para questões agrárias. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

Parágrafo único. Sempre que necessário à eficiente prestação jurisdicional, o juiz far-se-á presente no local do litígio.

~~CAPÍTULO IV~~
~~DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA~~

CAPÍTULO IV

DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA
(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 80, de 2014)

SEÇÃO I

DO MINISTÉRIO PÚBLICO

⚖ Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

§ 1º - São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

~~§ 2º - Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas e de provas e títulos; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento.~~

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 3º O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4º Se o Ministério Público não encaminhar a respectiva proposta orçamentária dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites estipulados na forma do § 3º. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 5º Se a proposta orçamentária de que trata este artigo for encaminhada em desacordo com os limites estipulados na forma do § 3º, o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 6º Durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

⚖ Art. 128. O Ministério Público abrange:

I - o Ministério Público da União, que compreende:

a) o Ministério Público Federal;

b) o Ministério Público do Trabalho;

c) o Ministério Público Militar;

d) o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

II - os Ministérios Públicos dos Estados.

§ 1º O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

§ 2º A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.

§ 3º Os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

§ 4º Os Procuradores-Gerais nos Estados e no Distrito Federal e Territórios poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo, na forma da lei complementar respectiva.

§ 5º Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros:

I - as seguintes garantias:

a) vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado;

~~b) inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, por voto de dois terços de seus membros, assegurada ampla defesa;~~

b) inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, assegurada ampla defesa; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

~~c) irredutibilidade de vencimentos, observado, quanto à remuneração, o que dispõem os arts. 37, XI, 150, II, 153, III, 153, § 2º, I;~~

c) irredutibilidade de subsídio, fixado na forma do art. 39, § 4º, e ressalvado o disposto nos arts. 37, X e XI, 150, II, 153, III, 153, § 2º, I; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - as seguintes vedações:

a) receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais;

b) exercer a advocacia;

c) participar de sociedade comercial, na forma da lei;

d) exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério;

~~e) exercer atividade político-partidária, salvo exceções previstas na lei.~~

e) exercer atividade político-partidária; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

f) receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 6º Aplica-se aos membros do Ministério Público o disposto no art. 95, parágrafo único, V. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

⚖ Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

I - promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;

II - zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

IV - promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos nesta Constituição;

V - defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas;

VI - expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva;

VII - exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior;

VIII - requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;

IX - exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.

§ 1º - A legitimação do Ministério Público para as ações civis previstas neste artigo não impede a de terceiros, nas mesmas hipóteses, segundo o disposto nesta Constituição e na lei.

~~§ 2º -As funções de Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira, que deverão residir na comarca da respectiva lotação.~~

§ 2º As funções do Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira, que deverão residir na comarca da respectiva lotação, salvo autorização do chefe da instituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

~~§ 3º O ingresso na carreira far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, assegurada participação da Ordem dos Advogados do Brasil em sua realização, e observada, nas nomeações, a ordem de classificação.~~

§ 3º O ingresso na carreira do Ministério Público far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em sua realização, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

~~§ 4º Aplica-se ao Ministério Público, no que couber, o disposto no art. 93, II e VI.~~

§ 4º Aplica-se ao Ministério Público, no que couber, o disposto no art. 93. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 5º A distribuição de processos no Ministério Público será imediata. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

⚖ Art. 130. Aos membros do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas aplicam-se as disposições desta seção pertinentes a direitos, vedações e forma de investidura.

⚖ Art. 130-A. O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

I o Procurador-Geral da República, que o preside; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

II quatro membros do Ministério Público da União, assegurada a representação de cada uma de suas carreiras; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

III três membros do Ministério Público dos Estados; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

IV dois juízes, indicados um pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

V dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

VI dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 1º Os membros do Conselho oriundos do Ministério Público serão indicados pelos respectivos Ministérios Públicos, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 2º Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendo lhe: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

I zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

II zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Ministério Público da União e dos Estados, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência dos Tribunais de Contas; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

~~III receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, inclusive contra seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional da instituição, podendo avocar processos disciplinares em curso, determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)~~

III - receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, inclusive contra seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional da instituição, podendo avocar processos disciplinares em curso, determinar a remoção ou a disponibilidade e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

IV rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de um ano; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

V elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias sobre a situação do Ministério Público no País e as atividades do Conselho, o qual deve integrar a mensagem prevista no art. 84, XI. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 3º O Conselho escolherá, em votação secreta, um Corregedor nacional, dentre os membros do Ministério Público que o integram, vedada a recondução, competindo-lhe, além das atribuições que lhe forem conferidas pela lei, as seguintes: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

I receber reclamações e denúncias, de qualquer interessado, relativas aos membros do Ministério Público e dos seus serviços auxiliares; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

II exercer funções executivas do Conselho, de inspeção e correição geral; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

III requisitar e designar membros do Ministério Público, delegando-lhes atribuições, e requisitar servidores de órgãos do Ministério Público. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 4º O Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil oficiará junto ao Conselho. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 5º Leis da União e dos Estados criarão ouvidorias do Ministério Público, competentes para receber reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Ministério Público, inclusive contra seus serviços auxiliares, representando diretamente ao Conselho Nacional do Ministério Público. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

SEÇÃO II

~~DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO~~

DA ADVOCACIA PÚBLICA
(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Art. 131. A Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

§ 1º - A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

§ 2º - O ingresso nas classes iniciais das carreiras da instituição de que trata este artigo far-se-á mediante concurso público de provas e títulos.

§ 3º - Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observado o disposto em lei.

~~Art. 132. Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas, organizados em carreira na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, observado o disposto no art. 135.~~

Art. 132. Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Parágrafo único. Aos procuradores referidos neste artigo é assegurada estabilidade após três anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

~~SEÇÃO III~~
~~DA ADVOCACIA E DA DEFENSORIA PÚBLICA~~

SEÇÃO III

DA ADVOCACIA
(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 80, de 2014)

Art. 133. O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.

SEÇÃO IV

DA DEFENSORIA PÚBLICA
(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 80, de 2014)

~~Art. 134. A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIV.)~~

Art. 134. A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal . (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 80, de 2014)

~~Parágrafo único. Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.~~

§ 1º Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais. (Renumerado do parágrafo único pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 2º Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e subordinação ao disposto no art. 99, § 2º . (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 3º Aplica-se o disposto no § 2º às Defensorias Públicas da União e do Distrito Federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 74, de 2013)

§ 4º São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional, aplicando-se também, no que couber, o disposto no art. 93 e no inciso II do art. 96 desta Constituição Federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 80, de 2014)

~~Art. 135. Às carreiras disciplinadas neste título aplicam-se o princípio do art. 37, XII, e o art. 39, § 1º.~~

Art. 135. Os servidores integrantes das carreiras disciplinadas nas Seções II e III deste Capítulo serão remunerados na forma do art. 39, § 4º. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

TÍTULO V

DA DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

CAPÍTULO I

DO ESTADO DE DEFESA E DO ESTADO DE SÍTIO

SEÇÃO I

DO ESTADO DE DEFESA

Art. 136. O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.

§ 1º O decreto que instituir o estado de defesa determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas a vigorarem, dentre as seguintes:

I - restrições aos direitos de:

a) reunião, ainda que exercida no seio das associações;

b) sigilo de correspondência;

c) sigilo de comunicação telegráfica e telefônica;

II - ocupação e uso temporário de bens e serviços públicos, na hipótese de calamidade pública, respondendo a União pelos danos e custos decorrentes.

§ 2º O tempo de duração do estado de defesa não será superior a trinta dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.

§ 3º Na vigência do estado de defesa:

I - a prisão por crime contra o Estado, determinada pelo executor da medida, será por este comunicada imediatamente ao juiz competente, que a relaxará, se não for legal, facultado ao preso requerer exame de corpo de delito à autoridade policial;

II - a comunicação será acompanhada de declaração, pela autoridade, do estado físico e mental do detido no momento de sua autuação;

III - a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a dez dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário;

IV - é vedada a incomunicabilidade do preso.

§ 4º Decretado o estado de defesa ou sua prorrogação, o Presidente da República, dentro de vinte e quatro horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Congresso Nacional, que decidirá por maioria absoluta.

§ 5º Se o Congresso Nacional estiver em recesso, será convocado, extraordinariamente, no prazo de cinco dias.

§ 6º O Congresso Nacional apreciará o decreto dentro de dez dias contados de seu recebimento, devendo continuar funcionando enquanto vigorar o estado de defesa.

§ 7º Rejeitado o decreto, cessa imediatamente o estado de defesa.

SEÇÃO II

DO ESTADO DE SÍTIO

Art. 137. O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio nos casos de:

I - comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa;

II - declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira.

Parágrafo único. O Presidente da República, ao solicitar autorização para decretar o estado de sítio ou sua prorrogação, relatará os motivos determinantes do pedido, devendo o Congresso Nacional decidir por maioria absoluta.

Art. 138. O decreto do estado de sítio indicará sua duração, as normas necessárias a sua execução e as garantias constitucionais que ficarão suspensas, e, depois de publicado, o Presidente da República designará o executor das medidas específicas e as áreas abrangidas.

§ 1º O estado de sítio, no caso do art. 137, I, não poderá ser decretado por mais de trinta dias, nem prorrogado, de cada vez, por prazo superior; no do inciso II, poderá ser decretado por todo o tempo que perdurar a guerra ou a agressão armada estrangeira.

§ 2º Solicitada autorização para decretar o estado de sítio durante o recesso parlamentar, o Presidente do Senado Federal, de imediato, convocará extraordinariamente o Congresso Nacional para se reunir dentro de cinco dias, a fim de apreciar o ato.

§ 3º O Congresso Nacional permanecerá em funcionamento até o término das medidas coercitivas.

Art. 139. Na vigência do estado de sítio decretado com fundamento no art. 137, I, só poderão ser tomadas contra as pessoas as seguintes medidas:

I - obrigação de permanência em localidade determinada;

II - detenção em edifício não destinado a acusados ou condenados por crimes comuns;

III - restrições relativas à inviolabilidade da correspondência, ao sigilo das comunicações, à prestação de informações e à liberdade de imprensa, radiodifusão e televisão, na forma da lei;

IV - suspensão da liberdade de reunião;

V - busca e apreensão em domicílio;

VI - intervenção nas empresas de serviços públicos;

VII - requisição de bens.

Parágrafo único. Não se inclui nas restrições do inciso III a difusão de pronunciamentos de parlamentares efetuados em suas Casas Legislativas, desde que liberada pela respectiva Mesa.

SEÇÃO III

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 140. A Mesa do Congresso Nacional, ouvidos os líderes partidários, designará Comissão composta de cinco de seus membros para acompanhar e fiscalizar a execução das medidas referentes ao estado de defesa e ao estado de sítio.

Art. 141. Cessado o estado de defesa ou o estado de sítio, cessarão também seus efeitos, sem prejuízo da responsabilidade pelos ilícitos cometidos por seus executores ou agentes.

Parágrafo único. Logo que cesse o estado de defesa ou o estado de sítio, as medidas aplicadas em sua vigência serão relatadas pelo Presidente da República, em mensagem ao Congresso Nacional, com especificação e justificação das providências adotadas, com relação nominal dos atingidos e indicação das restrições aplicadas.

CAPÍTULO II

DAS FORÇAS ARMADAS

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

§ 1º Lei complementar estabelecerá as normas gerais a serem adotadas na organização, no preparo e no emprego das Forças Armadas.

§ 2º Não caberá *habeas corpus* em relação a punições disciplinares militares.

§ 3º Os membros das Forças Armadas são denominados militares, aplicando-se-lhes, além das que vierem a ser fixadas em lei, as seguintes disposições: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

I - as patentes, com prerrogativas, direitos e deveres a elas inerentes, são conferidas pelo Presidente da República e asseguradas em plenitude aos oficiais da ativa, da reserva ou reformados, sendo-lhes privativos os títulos e postos militares e, juntamente com os demais membros, o uso dos uniformes das Forças Armadas; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

~~II - o militar em atividade que tomar posse em cargo ou emprego público civil permanente será transferido para a reserva, nos termos da lei;~~ (Incluído pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

II - o militar em atividade que tomar posse em cargo ou emprego público civil permanente, ressalvada a hipótese prevista no art. 37, inciso XVI, alínea "c", será transferido para a reserva, nos termos da lei; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 77, de 2014)

~~III - O militar da ativa que, de acordo com a lei, tomar posse em cargo, emprego ou função pública civil temporária, não eletiva, ainda que da administração indireta, ficará agregado ao respectivo quadro e somente poderá, enquanto permanecer nessa situação, ser promovido por antigüidade, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para aquela promoção e transferência para a reserva, sendo depois de dois anos de afastamento, contínuos ou não, transferido para a reserva, nos termos da lei;~~ (Incluído pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

III - o militar da ativa que, de acordo com a lei, tomar posse em cargo, emprego ou função pública civil temporária, não eletiva, ainda que da administração indireta, ressalvada a hipótese prevista no art. 37, inciso XVI, alínea "c", ficará agregado ao respectivo quadro e somente poderá, enquanto permanecer nessa situação, ser promovido por antiguidade, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para aquela promoção e transferência para a reserva, sendo depois de dois anos de afastamento, contínuos ou não, transferido para a reserva, nos termos da lei; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 77, de 2014)

IV - ao militar são proibidas a sindicalização e a greve; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

V - o militar, enquanto em serviço ativo, não pode estar filiado a partidos políticos; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

VI - o oficial só perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão de tribunal militar de caráter permanente, em tempo de paz, ou de tribunal especial, em tempo de guerra; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

VII - o oficial condenado na justiça comum ou militar a pena privativa de liberdade superior a dois anos, por sentença transitada em julgado, será submetido ao julgamento previsto no inciso anterior; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

~~VIII - aplica-se aos militares o disposto no art. 7º, incisos VIII, XII, XVII, XVIII, XIX e XXV e no art. 37, incisos XI, XIII, XIV e XV;~~ (Incluído pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

VIII - aplica-se aos militares o disposto no art. 7º, incisos VIII, XII, XVII, XVIII, XIX e XXV, e no art. 37, incisos XI, XIII, XIV e XV, bem como, na forma da lei e com prevalência da atividade militar, no art. 37, inciso XVI, alínea "c"; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 77, de 2014)

~~IX - aplica-se aos militares e a seus pensionistas o disposto no art. 40, §§ 4º,5º e 6º;~~ (Incluído pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

~~IX - aplica-se aos militares e a seus pensionistas o disposto no art. 40, §§ 7º e 8º;~~ (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998) (Revogado pela Emenda Constitucional nº 41, de 19.12.2003)

X - a lei disporá sobre o ingresso nas Forças Armadas, os limites de idade, a estabilidade e outras condições de transferência do militar para a inatividade, os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares, consideradas as peculiaridades de suas atividades, inclusive aquelas cumpridas por força de compromissos internacionais e de guerra. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

⚖ Art. 143. O serviço militar é obrigatório nos termos da lei.

§ 1º Às Forças Armadas compete, na forma da lei, atribuir serviço alternativo aos que, em tempo de paz, após alistados, alegarem imperativo de consciência, entendendo-se como tal o decorrente de crença religiosa e de convicção filosófica ou política, para se eximirem de atividades de caráter essencialmente militar. (Regulamento)

§ 2º - As mulheres e os eclesiásticos ficam isentos do serviço militar obrigatório em tempo de paz, sujeitos, porém, a outros encargos que a lei lhes atribuir. (Regulamento)

CAPÍTULO III

DA SEGURANÇA PÚBLICA

⚖ Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

VI - polícias penais federal, estaduais e distrital. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 104, de 2019)

~~§ 1º - A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, estruturado em carreira, destina-se a:~~

§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

~~III - exercer as funções de polícia marítima, aérea e de fronteiras;~~

III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

~~§ 2º - A polícia rodoviária federal, órgão permanente, estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.~~

§ 2º A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

~~§ 3º A polícia ferroviária federal, órgão permanente, estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais~~ .

§ 3º A polícia ferroviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 4º Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 5º-A. Às polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 104, de 2019)

~~§ 6º As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.~~

§ 6º As polícias militares e os corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército subordinam-se, juntamente com as polícias civis e as polícias penais estaduais e distrital, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 104, de 2019)

§ 7º A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades. (Vide Lei nº 13.675, de 2018) Vigência

§ 8º Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei. (Vide Lei nº 13.022, de 2014)

§ 9º A remuneração dos servidores policiais integrantes dos órgãos relacionados neste artigo será fixada na forma do § 4º do art. 39. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 10. A segurança viária, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do seu patrimônio nas vias públicas: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 82, de 2014)

I - compreende a educação, engenharia e fiscalização de trânsito, além de outras atividades previstas em lei, que assegurem ao cidadão o direito à mobilidade urbana eficiente; e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 82, de 2014)

II - compete, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, aos respectivos órgãos ou entidades executivos e seus agentes de trânsito, estruturados em Carreira, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 82, de 2014)

TÍTULO VI

DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO

CAPÍTULO I

DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

SEÇÃO I

DOS PRINCÍPIOS GERAIS

Art. 145. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:

I - impostos;

II - taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

III - contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.

§ 1º Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

§ 2º As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

§ 3º O Sistema Tributário Nacional deve observar os princípios da simplicidade, da transparência, da justiça tributária, da cooperação e da defesa do meio ambiente. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 4º As alterações na legislação tributária buscarão atenuar efeitos regressivos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

Art. 146. Cabe à lei complementar:

I - dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

II - regular as limitações constitucionais ao poder de tributar;

III - estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre:

a) definição de tributos e de suas espécies, bem como, em relação aos impostos discriminados nesta Constituição, a dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes;

b) obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários;

~~c) adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.~~

c) adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas, inclusive em relação aos tributos previstos nos arts. 156-A e 195, V; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

~~d) definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais ou simplificados no caso do imposto previsto no art. 155, II, das contribuições previstas no art. 195, I e §§ 12 e 13, e da contribuição a que se refere o art. 239. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)~~

d) definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais ou simplificados no caso dos impostos previstos nos arts. 155, II, e 156-A, das contribuições sociais previstas no art. 195, I e V, e § 12 e da contribuição a que se refere o art. 239. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

~~Parágrafo único. A lei complementar de que trata o inciso III, d, também poderá instituir um regime único de arrecadação dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, observado que: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)~~

~~I - será opcional para o contribuinte; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)~~

~~II - poderão ser estabelecidas condições de enquadramento diferenciadas por Estado; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)~~

~~III - o recolhimento será unificado e centralizado e a distribuição da parcela de recursos pertencentes aos respectivos entes federados será imediata, vedada qualquer retenção ou condicionamento; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)~~

~~IV - a arrecadação, a fiscalização e a cobrança poderão ser compartilhadas pelos entes federados, adotado cadastro nacional único de contribuintes. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)~~

§ 1º A lei complementar de que trata o inciso III, d, também poderá instituir um regime único de arrecadação dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, observado que: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

I - será opcional para o contribuinte; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

II - poderão ser estabelecidas condições de enquadramento diferenciadas por Estado; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

III - o recolhimento será unificado e centralizado e a distribuição da parcela de recursos pertencentes aos respectivos entes federados será imediata, vedada qualquer retenção ou condicionamento; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

IV - a arrecadação, a fiscalização e a cobrança poderão ser compartilhadas pelos entes federados, adotado cadastro nacional único de contribuintes. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 2º É facultado ao optante pelo regime único de que trata o § 1º apurar e recolher os tributos previstos nos arts. 156-A e 195, V, nos termos estabelecidos nesses artigos, hipótese em que as parcelas a eles relativas não serão cobradas pelo regime único. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 3º Na hipótese de o recolhimento dos tributos previstos nos arts. 156-A e 195, V, ser realizado por meio do regime único de que trata o § 1º, enquanto perdurar a opção: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

I - não será permitida a apropriação de créditos dos tributos previstos nos arts. 156-A e 195, V, pelo contribuinte optante pelo regime único; e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

II - será permitida a apropriação de créditos dos tributos previstos nos arts. 156-A e 195, V, pelo adquirente não optante pelo regime único de que trata o § 1º de bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, e de serviços do optante, em montante equivalente ao cobrado por meio do regime único. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

⚖ Art. 146-A. Lei complementar poderá estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência de a União, por lei, estabelecer normas de igual objetivo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

⚖ Art. 147. Competem à União, em Território Federal, os impostos estaduais e, se o Território não for dividido em Municípios, cumulativamente, os impostos municipais; ao Distrito Federal cabem os impostos municipais.

⚖ Art. 148. A União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios:

I - para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência;

II - no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, observado o disposto no art. 150, III, "b".

Parágrafo único. A aplicação dos recursos provenientes de empréstimo compulsório será vinculada à despesa que fundamentou sua instituição.

⚖ Art. 149. Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas, observado o disposto nos arts. 146, III, e 150, I e III, e sem prejuízo do previsto no art. 195, § 6º, relativamente às contribuições a que alude o dispositivo.

~~§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, de sistemas de previdência e assistência social. (Parágrafo Renumerado pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)~~

~~§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, do regime previdenciário de que trata o art. 40, cuja alíquota não será inferior à da contribuição dos servidores titulares de cargos efetivos da União. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003) (Vide ADIN 3133)~~

§ 1º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, por meio de lei, contribuições para custeio de regime próprio de previdência social, cobradas dos servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas, que poderão ter alíquotas progressivas de acordo com o valor da base de contribuição ou dos proventos de aposentadoria e de pensões. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019) (Vigência)

§ 1º-A. Quando houver deficit atuarial, a contribuição ordinária dos aposentados e pensionistas poderá incidir sobre o valor dos proventos de aposentadoria e de pensões que supere o salário-mínimo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019) (Vigência)

§ 1º-B. Demonstrada a insuficiência da medida prevista no § 1º-A para equacionar o deficit atuarial, é facultada a instituição de contribuição extraordinária, no âmbito da União, dos servidores públicos ativos, dos aposentados e dos pensionistas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019) (Vigência)

§ 1º-C. A contribuição extraordinária de que trata o § 1º-B deverá ser instituída simultaneamente com outras medidas para equacionamento do deficit e vigorará por período determinado, contado da data de sua instituição. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019) (Vigência)

§ 2º As contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico de que trata o *caput* deste artigo: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

I - não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

~~II - poderão incidir sobre a importação de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)~~

II - incidirão também sobre a importação de produtos estrangeiros ou serviços; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

III - poderão ter alíquotas: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

a) *ad valorem* , tendo por base o faturamento, a receita bruta ou o valor da operação e, no caso de importação, o valor aduaneiro; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

b) específica, tendo por base a unidade de medida adotada. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

§ 3º A pessoa natural destinatária das operações de importação poderá ser equiparada a pessoa jurídica, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

§ 4º A lei definirá as hipóteses em que as contribuições incidirão uma única vez. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

~~Art. 149-A Os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública, observado o disposto no art. 150, I e III. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 39, de 2002)~~

⚖ Art. 149-A. Os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio, a expansão e a melhoria do serviço de iluminação pública e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos, observado o disposto no art. 150, I e III. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

Parágrafo único. É facultada a cobrança da contribuição a que se refere o caput, na fatura de consumo de energia elétrica. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 39, de 2002)

⚖ Art. 149-B. Os tributos previstos nos arts. 156-A e 195, V, observarão as mesmas regras em relação a: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

I - fatos geradores, bases de cálculo, hipóteses de não incidência e sujeitos passivos; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

II - imunidades; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

III - regimes específicos, diferenciados ou favorecidos de tributação; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

IV - regras de não cumulatividade e de creditamento. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

Parágrafo único. Os tributos de que trata o **caput** observarão as imunidades previstas no art. 150, VI, não se aplicando a ambos os tributos o disposto no art. 195, § 7º. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

Art. 149-C. O produto da arrecadação do imposto previsto no art. 156-A e da contribuição prevista no art. 195, V, incidentes sobre operações contratadas pela administração pública direta, por autarquias e por fundações públicas, inclusive suas importações, será integralmente destinado ao ente federativo contratante, mediante redução a zero das alíquotas do imposto e da contribuição devidos aos demais entes e equivalente elevação da alíquota do tributo devido ao ente contratante. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 1º As operações de que trata o **caput** poderão ter alíquotas reduzidas de modo uniforme, nos termos de lei complementar. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 2º Lei complementar poderá prever hipóteses em que não se aplicará o disposto no **caput** e no § 1º. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 3º Nas importações efetuadas pela administração pública direta, por autarquias e por fundações públicas, o disposto no art. 150, VI, "a", será implementado na forma do disposto no **caput** e no § 1º, assegurada a igualdade de tratamento em relação às aquisições internas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

SEÇÃO II

DAS LIMITAÇÕES DO PODER DE TRIBUTAR

⚖ Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III - cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou; (Vide Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

c) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

IV - utilizar tributo com efeito de confisco;

V - estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público;

VI - instituir impostos sobre: (Vide Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros;

~~b) templos de qualquer culto;~~

b) entidades religiosas e templos de qualquer culto, inclusive suas organizações assistenciais e beneficentes; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

e) fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 75, de 15.10.2013)

~~§ 1º - A vedação do inciso III, "b", não se aplica aos impostos previstos nos arts. 153, I, II, IV e V, e 154, II.~~

§ 1º A vedação do inciso III, *b,* não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, IV e V; e 154, II; e a vedação do inciso III, *c,* não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, III e V; e 154, II, nem à fixação da base de cálculo dos impostos previstos nos arts. 155, III, e 156, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

~~§ 2º - A vedação do inciso VI, "a", é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.~~

§ 2º A vedação do inciso VI, "a", é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo poder público e à empresa pública prestadora de serviço postal, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 3º - As vedações do inciso VI, "a", e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços, relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.

§ 4º - As vedações expressas no inciso VI, alíneas "b" e "c", compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços, relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

§ 5º - A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços.

~~§ 6º - Qualquer anistia ou remissão, que envolva matéria tributária ou previdenciária, só poderá ser concedida através de lei específica, federal, estadual ou municipal.~~

§ 6º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2.º, XII, g. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

§ 7º A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

⚖ Art. 151. É vedado à União:

I - instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro, admitida a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento sócio-econômico entre as diferentes regiões do País;

II - tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes;

III - instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

⚖ Art. 152. É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

SEÇÃO III

DOS IMPOSTOS DA UNIÃO

⚖ Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:

I - importação de produtos estrangeiros;

II - exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados;

III - renda e proventos de qualquer natureza;

IV - produtos industrializados;

V - operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários;

VI - propriedade territorial rural;

VII - grandes fortunas, nos termos de lei complementar.

VIII - produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 1º É facultado ao Poder Executivo, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas dos impostos enumerados nos incisos I, II, IV e V.

§ 2º O imposto previsto no inciso III:

I - será informado pelos critérios da generalidade, da universalidade e da progressividade, na forma da lei;

~~II - não incidirá, nos termos e limites fixados em lei, sobre rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, pagos pela previdência social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a pessoa com idade superior a sessenta e cinco anos, cuja renda total seja constituída, exclusivamente, de rendimentos do trabalho~~ . (Revogado pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 3º O imposto previsto no inciso IV:

I - será seletivo, em função da essencialidade do produto;

II - será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores;

III - não incidirá sobre produtos industrializados destinados ao exterior.

IV - terá reduzido seu impacto sobre a aquisição de bens de capital pelo contribuinte do imposto, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

~~§ 4º O imposto previsto no inciso VI terá suas alíquotas fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas e não incidirá sobre pequenas glebas rurais, definidas em lei, quando as explore, só ou com sua família, o proprietário que não possua outro imóvel.~~

§ 4º O imposto previsto no inciso VI do *capu* t: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

I - será progressivo e terá suas alíquotas fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

II - não incidirá sobre pequenas glebas rurais, definidas em lei, quando as explore o proprietário que não possua outro imóvel; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

III - será fiscalizado e cobrado pelos Municípios que assim optarem, na forma da lei, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003) (Regulamento)

§ 5º O ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial, sujeita-se exclusivamente à incidência do imposto de que trata o inciso V do "caput" deste artigo, devido na operação de origem; a alíquota mínima será de um por cento, assegurada a transferência do montante da arrecadação nos seguintes termos: (Vide Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

I - trinta por cento para o Estado, o Distrito Federal ou o Território, conforme a origem;

II - setenta por cento para o Município de origem.

§ 6º O imposto previsto no inciso VIII do **caput** deste artigo: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

I - não incidirá sobre as exportações nem sobre as operações com energia elétrica e com telecomunicações; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

II - incidirá uma única vez sobre o bem ou serviço; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

III - não integrará sua própria base de cálculo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

IV - integrará a base de cálculo dos tributos previstos nos arts. 155, II, 156, III, 156-A e 195, V; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

V - poderá ter o mesmo fato gerador e base de cálculo de outros tributos; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

VI - terá suas alíquotas fixadas em lei ordinária, podendo ser específicas, por unidade de medida adotada, ou **ad valorem** ; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

VII - na extração, o imposto será cobrado independentemente da destinação, caso em que a alíquota máxima corresponderá a 1% (um por cento) do valor de mercado do produto. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

Art. 154. A União poderá instituir:

I - mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição;

II - na iminência ou no caso de guerra externa, impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação.

SEÇÃO IV

DOS IMPOSTOS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL

~~Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir:~~
~~I - impostos sobre:~~
~~a) transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos;~~
~~b) operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;~~
~~c) propriedade de veículos automotores~~
~~II - adicional de até cinco por cento do que for pago à União por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas nos respectivos territórios, a título do imposto previsto no art. 153, III, incidente sobre lucros, ganhos e rendimentos de capital.~~

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

I - transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993) (Vide Emenda Constitucional nº 132, de 2023) Vigência

III - propriedade de veículos automotores. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

~~§ 1º O imposto previsto no inciso I, "a":~~

§ 1º O imposto previsto no inciso I: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

I - relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, compete ao Estado da situação do bem, ou ao Distrito Federal;

~~II - relativamente a bens móveis, títulos e créditos, compete ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento, ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal;~~

II - relativamente a bens móveis, títulos e créditos, compete ao Estado onde era domiciliado o **de cujus** , ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

III - terá competência para sua instituição regulada por lei complementar:

a) se o doador tiver domicilio ou residência no exterior;

b) se o de cujus possuía bens, era residente ou domiciliado ou teve o seu inventário processado no exterior;

IV - terá suas alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal;

V - não incidirá sobre as doações destinadas, no âmbito do Poder Executivo da União, a projetos socioambientais ou destinados a mitigar os efeitos das mudanças climáticas e às instituições federais de ensino. (Incluído pela Emenda Constituicional nº 126, de 2022)

VI - será progressivo em razão do valor do quinhão, do legado ou da doação; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

VII - não incidirá sobre as transmissões e as doações para as instituições sem fins lucrativos com finalidade de relevância pública e social, inclusive as organizações assistenciais e beneficentes de entidades religiosas e institutos científicos e tecnológicos, e por elas realizadas na consecução dos seus objetivos sociais, observadas as condições estabelecidas em lei complementar. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 2º ~~O imposto previsto no inciso I, b, atenderá ao seguinte:~~

§ 2º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993) (Vide Emenda Constitucional nº 132, de 2023) Vigência

I - será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal;

II - a isenção ou não-incidência, salvo determinação em contrário da legislação:

a) não implicará crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes;

b) acarretará a anulação do crédito relativo às operações anteriores;

III - poderá ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços;

IV - resolução do Senado Federal, de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos Senadores, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação;

V - é facultado ao Senado Federal:

a) estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas, mediante resolução de iniciativa de um terço e aprovada pela maioria absoluta de seus membros;

b) fixar alíquotas máximas nas mesmas operações para resolver conflito específico que envolva interesse de Estados, mediante resolução de iniciativa da maioria absoluta e aprovada por dois terços de seus membros;

VI - salvo deliberação em contrário dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do disposto no inciso XII, "g", as alíquotas internas, nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, não poderão ser inferiores às previstas para as operações interestaduais;

~~VII - em relação às operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado, adotar-se-á:~~
~~a) a alíquota interestadual, quando o destinatário for contribuinte do imposto;~~
~~b) a alíquota interna, quando o destinatário não for contribuinte dele;~~

VII - nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final, contribuinte ou não do imposto, localizado em outro Estado, adotar-se-á a alíquota interestadual e caberá ao Estado de localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna do Estado destinatário e a alíquota interestadual; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 87, de 2015) (Produção de efeito)

a) (revogada); (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 87, de 2015)

b) (revogada); (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 87, de 2015)

~~VIII - na hipótese da alínea "a" do inciso anterior, caberá ao Estado da localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual;~~

VIII - a responsabilidade pelo recolhimento do imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual de que trata o inciso VII será atribuída: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 87, de 2015) (Produção de efeito)

a) ao destinatário, quando este for contribuinte do imposto; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 87, de 2015)

b) ao remetente, quando o destinatário não for contribuinte do imposto; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 87, de 2015)

IX - incidirá também:

~~a) sobre a entrada de mercadoria importada do exterior, ainda quando se tratar de bem destinado a consumo ou ativo fixo do estabelecimento, assim como sobre serviço prestado no exterior, cabendo o imposto ao Estado onde estiver situado o estabelecimento destinatário da mercadoria ou do serviço;~~

a) sobre a entrada de bem ou mercadoria importados do exterior por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade, assim como sobre o serviço prestado no exterior, cabendo o imposto ao Estado onde estiver situado o domicílio ou o estabelecimento do destinatário da mercadoria, bem ou serviço; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

b) sobre o valor total da operação, quando mercadorias forem fornecidas com serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios;

X - não incidirá:

~~a) sobre operações que destinem ao exterior produtos industrializados, excluídos os semi-elaborados definidos em lei complementar;~~

a) sobre operações que destinem mercadorias para o exterior, nem sobre serviços prestados a destinatários no exterior, assegurada a manutenção e o aproveitamento do montante do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

b) sobre operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica;

c) sobre o ouro, nas hipóteses definidas no art. 153, § 5º;

d) nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

XI - não compreenderá, em sua base de cálculo, o montante do imposto sobre produtos industrializados, quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização, configure fato gerador dos dois impostos;

XII - cabe à lei complementar:

a) definir seus contribuintes;

b) dispor sobre substituição tributária;

c) disciplinar o regime de compensação do imposto;

d) fixar, para efeito de sua cobrança e definição do estabelecimento responsável, o local das operações relativas à circulação de mercadorias e das prestações de serviços;

e) excluir da incidência do imposto, nas exportações para o exterior, serviços e outros produtos além dos mencionados no inciso X, "a"

f) prever casos de manutenção de crédito, relativamente à remessa para outro Estado e exportação para o exterior, de serviços e de mercadorias;

g) regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

h) definir os combustíveis e lubrificantes sobre os quais o imposto incidirá uma única vez, qualquer que seja a sua finalidade, hipótese em que não se aplicará o disposto no inciso X, *b* ; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001) (Vide Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

i) fixar a base de cálculo, de modo que o montante do imposto a integre, também na importação do exterior de bem, mercadoria ou serviço. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

~~§ 3º À exceção dos impostos de que tratam o inciso I, b, do "caput" deste artigo e o art. 153, I e II, nenhum outro tributo incidirá sobre operações relativas a energia elétrica, combustíveis líquidos e gasosos, lubrificantes e minerais do País.~~

~~§ 3° À exceção dos impostos de que tratam o inciso II do caput deste artigo e o art. 153, I e II, nenhum outro tributo poderá incidir sobre operações relativas a energia elétrica, serviços de telecomunicações, derivados de petróleo, combustíveis e minerais do País. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)~~

~~§ 3º À exceção dos impostos de que tratam o inciso II do *caput* deste artigo e o art. 153, I e II, nenhum outro imposto poderá incidir sobre operações relativas a energia elétrica, serviços de telecomunicações, derivados de petróleo, combustíveis e minerais do País. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)~~ (Vide Emenda Constitucional nº 132, de 2023) Vigência

§ 3º À exceção dos impostos de que tratam o inciso II do **caput** deste artigo e os arts. 153, I e II, e 156-A, nenhum outro imposto poderá incidir sobre operações relativas a energia elétrica e serviços de telecomunicações e, à exceção destes e do previsto no art. 153, VIII, nenhum outro imposto poderá incidir sobre operações relativas a derivados de petróleo, combustíveis e minerais do País. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 4º Na hipótese do inciso XII, *h* , observar-se-á o seguinte: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001) (Vide Emenda Constitucional nº 132, de 2023) Vigência

I - nas operações com os lubrificantes e combustíveis derivados de petróleo, o imposto caberá ao Estado onde ocorrer o consumo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

II - nas operações interestaduais, entre contribuintes, com gás natural e seus derivados, e lubrificantes e combustíveis não incluídos no inciso I deste parágrafo, o imposto será repartido entre os Estados de origem e de destino, mantendo-se a mesma proporcionalidade que ocorre nas operações com as demais mercadorias; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

III - nas operações interestaduais com gás natural e seus derivados, e lubrificantes e combustíveis não incluídos no inciso I deste parágrafo, destinadas a não contribuinte, o imposto caberá ao Estado de origem; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

IV - as alíquotas do imposto serão definidas mediante deliberação dos Estados e Distrito Federal, nos termos do § 2º, XII, *g* , observando-se o seguinte: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

a) serão uniformes em todo o território nacional, podendo ser diferenciadas por produto; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

b) poderão ser específicas, por unidade de medida adotada, ou *ad valorem* , incidindo sobre o valor da operação ou sobre o preço que o produto ou seu similar alcançaria em uma venda em condições de livre concorrência; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

c) poderão ser reduzidas e restabelecidas, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, *b* . (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

§ 5º As regras necessárias à aplicação do disposto no § 4º, inclusive as relativas à apuração e à destinação do imposto, serão estabelecidas mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do § 2º, XII, *g* . (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001) (Vide Emenda Constitucional nº 132, de 2023) Vigência

§ 6º O imposto previsto no inciso III: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

I - terá alíquotas mínimas fixadas pelo Senado Federal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

~~II - poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo e utilização.~~ ~~(Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)~~

II - poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo, do valor, da utilização e do impacto ambiental; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

III - incidirá sobre a propriedade de veículos automotores terrestres, aquáticos e aéreos, excetuados: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

a) aeronaves agrícolas e de operador certificado para prestar serviços aéreos a terceiros; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

b) embarcações de pessoa jurídica que detenha outorga para prestar serviços de transporte aquaviário ou de pessoa física ou jurídica que pratique pesca industrial, artesanal, científica ou de subsistência; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

c) plataformas suscetíveis de se locomoverem na água por meios próprios, inclusive aquelas cuja finalidade principal seja a exploração de atividades econômicas em águas territoriais e na zona econômica exclusiva e embarcações que tenham essa mesma finalidade principal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

d) tratores e máquinas agrícolas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

e) veículos terrestres de passageiros, caminhonetes e mistos com 20 (vinte) anos ou mais de fabricação, excetuados os micro-ônibus, ônibus, reboques e semirreboques. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 137, de 2025)

SEÇÃO V

DOS IMPOSTOS DOS MUNICÍPIOS

⚖ Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

I - propriedade predial e territorial urbana;

II - transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;

~~III - vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel;~~

III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993) (Vide Emenda Constitucional nº 132, de 2023) Vigência

~~IV - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, I, b, definidos em lei complementar.~~ (Revogado pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

~~§ 1º - O imposto previsto no inciso I poderá ser progressivo, nos termos de lei municipal, de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade.~~

§ 1º Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o art. 182, § 4º, inciso II, o imposto previsto no inciso I poderá: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

I - ser progressivo em razão do valor do imóvel; e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

II - ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

III - ter sua base de cálculo atualizada pelo Poder Executivo, conforme critérios estabelecidos em lei municipal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 1º-A O imposto previsto no inciso I do caput deste artigo não incide sobre templos de qualquer culto, ainda que as entidades abrangidas pela imunidade de que trata a alínea "b" do inciso VI do caput do art. 150 desta Constituição sejam apenas locatárias do bem imóvel. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 116, de 2022)

§ 2º O imposto previsto no inciso II:

I - não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;

II - compete ao Município da situação do bem.

~~§ 3º O imposto previsto no inciso III, não exclui a incidência do imposto estadual previsto no art. 155, I, b, sobre a mesma operação.~~

~~§ 3.º Em relação ao imposto previsto no inciso III, cabe à lei complementar: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)~~

§ 3º Em relação ao imposto previsto no inciso III do *caput* deste artigo, cabe à lei complementar: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002) (Vide Emenda Constitucional nº 132, de 2023) Vigência

~~I - fixar as suas alíquotas máximas; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)~~

I - fixar as suas alíquotas máximas e mínimas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

II - excluir da sua incidência exportações de serviços para o exterior. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

III - regular a forma e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

~~§ 4º Cabe à lei complementar:~~ (Revogado pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)
~~I - fixar as alíquotas máximas dos impostos previstos nos incisos III e IV;~~ (Revogado pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)
~~II - excluir da incidência do imposto previsto no inciso IV exportações de serviços para o exterior.~~ (Revogado pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

Seção V-A
(Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

Do Imposto de Competência Compartilhada entre Estados,Distrito Federal e Municípios

⚖ Art. 156-A. Lei complementar instituirá imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 1º O imposto previsto no **caput** será informado pelo princípio da neutralidade e atenderá ao seguinte: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

I - incidirá sobre operações com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou com serviços; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

II - incidirá também sobre a importação de bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou de serviços realizada por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja sujeito passivo habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

III - não incidirá sobre as exportações, assegurados ao exportador a manutenção e o aproveitamento dos créditos relativos às operações nas quais seja adquirente de bem material ou imaterial, inclusive direitos, ou serviço, observado o disposto no § 5º, III; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

IV - terá legislação única e uniforme em todo o território nacional, ressalvado o disposto no inciso V; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

V - cada ente federativo fixará sua alíquota própria por lei específica; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

VI - a alíquota fixada pelo ente federativo na forma do inciso V será a mesma para todas as operações com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou com serviços, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Constituição; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

VII - será cobrado pelo somatório das alíquotas do Estado e do Município de destino da operação; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

VIII - será não cumulativo, compensando-se o imposto devido pelo contribuinte com o montante cobrado sobre todas as operações nas quais seja adquirente de bem material ou imaterial, inclusive direito, ou de serviço, excetuadas exclusivamente as consideradas de uso ou consumo pessoal especificadas em lei complementar e as hipóteses previstas nesta Constituição; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

IX - não integrará sua própria base de cálculo nem a dos tributos previstos nos arts. 153, VIII, e 195, I, "b", IV e V, e da contribuição para o Programa de Integração Social de que trata o art. 239; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

X - não será objeto de concessão de incentivos e benefícios financeiros ou fiscais relativos ao imposto ou de regimes específicos, diferenciados ou favorecidos de tributação, excetuadas as hipóteses previstas nesta Constituição; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

XI - não incidirá nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

XII - resolução do Senado Federal fixará alíquota de referência do imposto para cada esfera federativa, nos termos de lei complementar, que será aplicada se outra não houver sido estabelecida pelo próprio ente federativo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

XIII - sempre que possível, terá seu valor informado, de forma específica, no respectivo documento fiscal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 2º Para fins do disposto no § 1º, V, o Distrito Federal exercerá as competências estadual e municipal na fixação de suas alíquotas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 3º Lei complementar poderá definir como sujeito passivo do imposto a pessoa que concorrer para a realização, a execução ou o pagamento da operação, ainda que residente ou domiciliada no exterior. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 4º Para fins de distribuição do produto da arrecadação do imposto, o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

I - reterá montante equivalente ao saldo acumulado de créditos do imposto não compensados pelos contribuintes e não ressarcidos ao final de cada período de apuração e aos valores decorrentes do cumprimento do § 5º, VIII; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

II - distribuirá o produto da arrecadação do imposto, deduzida a retenção de que trata o inciso I deste parágrafo, ao ente federativo de destino das operações que não tenham gerado creditamento. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 5º Lei complementar disporá sobre: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

I - as regras para a distribuição do produto da arrecadação do imposto, disciplinando, entre outros aspectos: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

a) a sua forma de cálculo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

b) o tratamento em relação às operações em que o imposto não seja recolhido tempestivamente; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

c) as regras de distribuição aplicáveis aos regimes favorecidos, específicos e diferenciados de tributação previstos nesta Constituição; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

II - o regime de compensação, podendo estabelecer hipóteses em que o aproveitamento do crédito ficará condicionado à verificação do efetivo recolhimento do imposto incidente sobre a operação com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou com serviços, desde que: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

a) o adquirente possa efetuar o recolhimento do imposto incidente nas suas aquisições de bens ou serviços; ou (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

b) o recolhimento do imposto ocorra na liquidação financeira da operação; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

III - a forma e o prazo para ressarcimento de créditos acumulados pelo contribuinte; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

IV - os critérios para a definição do destino da operação, que poderá ser, inclusive, o local da entrega, da disponibilização ou da localização do bem, o da prestação ou da disponibilização do serviço ou o do domicílio ou da localização do adquirente ou destinatário do bem ou serviço, admitidas diferenciações em razão das características da operação; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

V - a forma de desoneração da aquisição de bens de capital pelos contribuintes, que poderá ser implementada por meio de: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

a) crédito integral e imediato do imposto; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

b) diferimento; ou (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

c) redução em 100% (cem por cento) das alíquotas do imposto; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

VI - as hipóteses de diferimento e desoneração do imposto aplicáveis aos regimes aduaneiros especiais e às zonas de processamento de exportação; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

VII - o processo administrativo fiscal do imposto; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

VIII - as hipóteses de devolução do imposto a pessoas físicas, inclusive os limites e os beneficiários, com o objetivo de reduzir as desigualdades de renda; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

IX - os critérios para as obrigações tributárias acessórias, visando à sua simplificação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 6º Lei complementar disporá sobre regimes específicos de tributação para: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

I - combustíveis e lubrificantes sobre os quais o imposto incidirá uma única vez, qualquer que seja a sua finalidade, hipótese em que: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

a) serão as alíquotas uniformes em todo o território nacional, específicas por unidade de medida e diferenciadas por produto, admitida a não aplicação do disposto no § 1º, V a VII; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

b) será vedada a apropriação de créditos em relação às aquisições dos produtos de que trata este inciso destinados a distribuição, comercialização ou revenda; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

c) será concedido crédito nas aquisições dos produtos de que trata este inciso por sujeito passivo do imposto, observado o disposto na alínea "b" e no § 1º, VIII; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

II - serviços financeiros, operações com bens imóveis, planos de assistência à saúde e concursos de prognósticos, podendo prever: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

a) alterações nas alíquotas, nas regras de creditamento e na base de cálculo, admitida, em relação aos adquirentes dos bens e serviços de que trata este inciso, a não aplicação do disposto no § 1º, VIII; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

b) hipóteses em que o imposto incidirá sobre a receita ou o faturamento, com alíquota uniforme em todo o território nacional, admitida a não aplicação do disposto no § 1º, V a VII, e, em relação aos adquirentes dos bens e serviços de que trata este inciso, também do disposto no § 1º, VIII; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

III - sociedades cooperativas, que será optativo, com vistas a assegurar sua competitividade, observados os princípios da livre concorrência e da isonomia tributária, definindo, inclusive: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

a) as hipóteses em que o imposto não incidirá sobre as operações realizadas entre a sociedade cooperativa e seus associados, entre estes e aquela e pelas sociedades cooperativas entre si quando associadas para a consecução dos objetivos sociais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

b) o regime de aproveitamento do crédito das etapas anteriores; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

IV - serviços de hotelaria, parques de diversão e parques temáticos, agências de viagens e de turismo, bares e restaurantes, atividade esportiva desenvolvida por Sociedade Anônima do Futebol e aviação regional, podendo prever hipóteses de alterações nas alíquotas, nas bases de cálculo e nas regras de creditamento, admitida a não aplicação do disposto no § 1º, V a VIII; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

V - operações alcançadas por tratado ou convenção internacional, inclusive referentes a missões diplomáticas, repartições consulares, representações de organismos internacionais e respectivos funcionários acreditados; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

VI - serviços de transporte coletivo de passageiros rodoviário intermunicipal e interestadual, ferroviário e hidroviário, podendo prever hipóteses de alterações nas alíquotas e nas regras de creditamento, admitida a não aplicação do disposto no § 1º, V a VIII. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 7º A isenção e a imunidade: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

I - não implicarão crédito para compensação com o montante devido nas operações seguintes; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

II - acarretarão a anulação do crédito relativo às operações anteriores, salvo, na hipótese da imunidade, inclusive em relação ao inciso XI do § 1º, quando determinado em contrário em lei complementar. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 8º Para fins do disposto neste artigo, a lei complementar de que trata o **caput** poderá estabelecer o conceito de operações com serviços, seu conteúdo e alcance, admitida essa definição para qualquer operação que não seja classificada como operação com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 9º Qualquer alteração na legislação federal que reduza ou eleve a arrecadação do imposto: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

I - deverá ser compensada pela elevação ou redução, pelo Senado Federal, das alíquotas de referência de que trata o § 1º, XII, de modo a preservar a arrecadação das esferas federativas, nos termos de lei complementar; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

II - somente entrará em vigor com o início da produção de efeitos do ajuste das alíquotas de referência de que trata o inciso I deste parágrafo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 10. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão optar por vincular suas alíquotas à alíquota de referência de que trata o § 1º, XII. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 11. Projeto de lei complementar em tramitação no Congresso Nacional que reduza ou aumente a arrecadação do imposto somente será apreciado se acompanhado de estimativa de impacto no valor das alíquotas de referência de que trata o § 1º, XII. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 12. A devolução de que trata o § 5º, VIII, não será considerada nas bases de cálculo de que tratam os arts. 29-A, 198, § 2º, 204, parágrafo único, 212, 212-A, II, e 216, § 6º, não se aplicando a ela, ainda, o disposto no art. 158, IV, "b". (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 13. A devolução de que trata o § 5º, VIII, será obrigatória nas operações de fornecimento de energia elétrica e de gás liquefeito de petróleo ao consumidor de baixa renda, podendo a lei complementar determinar que seja calculada e concedida no momento da cobrança da operação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

⚖ Art. 156-B. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão de forma integrada, exclusivamente por meio do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, nos termos e limites estabelecidos nesta Constituição e em lei

complementar, as seguintes competências administrativas relativas ao imposto de que trata o art. 156-A: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

I - editar regulamento único e uniformizar a interpretação e a aplicação da legislação do imposto; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

II - arrecadar o imposto, efetuar as compensações e distribuir o produto da arrecadação entre Estados, Distrito Federal e Municípios; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

III - decidir o contencioso administrativo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 1º O Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, entidade pública sob regime especial, terá independência técnica, administrativa, orçamentária e financeira. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 2º Na forma da lei complementar: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

I - os Estados, o Distrito Federal e os Municípios serão representados, de forma paritária, na instância máxima de deliberação do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

II - será assegurada a alternância na presidência do Comitê Gestor entre o conjunto dos Estados e o Distrito Federal e o conjunto dos Municípios e o Distrito Federal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

III - o Comitê Gestor será financiado por percentual do produto da arrecadação do imposto destinado a cada ente federativo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

IV - o controle externo do Comitê Gestor será exercido pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

V - a fiscalização, o lançamento, a cobrança, a representação administrativa e a representação judicial relativos ao imposto serão realizados, no âmbito de suas respectivas competências, pelas administrações tributárias e procuradorias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que poderão definir hipóteses de delegação ou de compartilhamento de competências, cabendo ao Comitê Gestor a coordenação dessas atividades administrativas com vistas à integração entre os entes federativos; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

VI - as competências exclusivas das carreiras da administração tributária e das procuradorias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios serão exercidas, no Comitê Gestor e na representação deste, por servidores das referidas carreiras; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

VII - serão estabelecidas a estrutura e a gestão do Comitê Gestor, cabendo ao regimento interno dispor sobre sua organização e funcionamento. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 3º A participação dos entes federativos na instância máxima de deliberação do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços observará a seguinte composição: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

I - 27 (vinte e sete) membros, representando cada Estado e o Distrito Federal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

II - 27 (vinte e sete) membros, representando o conjunto dos Municípios e do Distrito Federal, que serão eleitos nos seguintes termos: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

a) 14 (quatorze) representantes, com base nos votos de cada Município, com valor igual para todos; e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

b) 13 (treze) representantes, com base nos votos de cada Município ponderados pelas respectivas populações. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 4º As deliberações no âmbito do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços serão consideradas aprovadas se obtiverem, cumulativamente, os votos: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

I - em relação ao conjunto dos Estados e do Distrito Federal: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

a) da maioria absoluta de seus representantes; e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

b) de representantes dos Estados e do Distrito Federal que correspondam a mais de 50% (cinquenta por cento) da população do País; e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

II - em relação ao conjunto dos Municípios e do Distrito Federal, da maioria absoluta de seus representantes. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 5º O Presidente do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços deverá ter notórios conhecimentos de administração tributária. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 6º O Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, a administração tributária da União e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional compartilharão informações fiscais relacionadas aos tributos previstos nos arts. 156-A e 195, V, e atuarão com vistas a harmonizar normas, interpretações, obrigações acessórias e procedimentos a eles relativos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 7º O Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços e a administração tributária da União poderão implementar soluções integradas para a administração e cobrança dos tributos previstos nos arts. 156-A e 195, V. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 8º Lei complementar poderá prever a integração do contencioso administrativo relativo aos tributos previstos nos arts. 156-A e 195, V. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

SEÇÃO VI

DA REPARTIÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS

Art. 157. Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal:

I - o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

II - vinte por cento do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da competência que lhe é atribuída pelo art. 154, I.

Art. 158. Pertencem aos Municípios:

I - o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

~~II - cinqüenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados;~~

II - cinqüenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade na hipótese da opção a que se refere o art. 153, § 4º, III; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003) (Regulamento)

~~III - cinqüenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios;~~

III - 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios e, em relação a veículos aquáticos e aéreos, cujos proprietários sejam domiciliados em seus territórios; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

~~IV - vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.~~

IV - 25% (vinte e cinco por cento): (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

a) do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023) (Vide Emenda Constitucional nº 132, de 2023) Vigência

b) do produto da arrecadação do imposto previsto no art. 156-A distribuída aos Estados. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

~~Parágrafo único. As parcelas de receita pertencentes aos Municípios, mencionadas no inciso IV, serão creditadas conforme os seguintes critérios:~~

§ 1º As parcelas de receita pertencentes aos Municípios mencionadas no inciso IV, "a", serão creditadas conforme os seguintes critérios: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023) (Vide Emenda Constitucional nº 132, de 2023) Vigência

~~I - três quartos, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios;~~

I - 65% (sessenta e cinco por cento), no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

~~II - até um quarto, de acordo com o que dispuser lei estadual ou, no caso dos Territórios, lei federal.~~

II - até 35% (trinta e cinco por cento), de acordo com o que dispuser lei estadual, observada, obrigatoriamente, a distribuição de, no mínimo, 10 (dez) pontos percentuais com base em indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade, considerado o nível socioeconômico dos educandos. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§ 2º As parcelas de receita pertencentes aos Municípios mencionadas no inciso IV, "b", serão creditadas conforme os seguintes critérios: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

I - 80% (oitenta por cento) na proporção da população; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

II - 10% (dez por cento) com base em indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade, considerado o nível socioeconômico dos educandos, de acordo com o que dispuser lei estadual; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

III - 5% (cinco por cento) com base em indicadores de preservação ambiental, de acordo com o que dispuser lei estadual; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

IV - 5% (cinco por cento) em montantes iguais para todos os Municípios do Estado. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

Art. 159. A União entregará: (Vide Emenda Constitucional nº 55, de 2007)

~~I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, quarenta e sete por cento na seguinte forma: (Vide Emenda Constitucional nº 17, de 1997)~~
~~I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados quarenta e oito por cento na seguinte forma: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 55, de 2007)~~
~~I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, 49% (quarenta e nove por cento), na seguinte forma: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 84, de 2014)~~
~~I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, 50% (cinquenta por cento), da seguinte forma: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 112, de 2021) Produção de efeitos~~

I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados e do imposto previsto no art. 153, VIII, 50% (cinquenta por cento), da seguinte forma: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal; (Vide Lei Complementar nº 62, de 1989) (Regulamento)

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios; (Vide Lei Complementar nº 62, de 1989) (Regulamento)

c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à Região, na forma que a lei estabelecer; (Regulamento)

d) um por cento ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 55, de 2007)

e) 1% (um por cento) ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de julho de cada ano; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 84, de 2014)

f) 1% (um por cento) ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de setembro de cada ano; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 112, de 2021) Produção de efeitos

~~II - do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados. (Regulamento)~~

II - do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados e do imposto previsto no art. 153, VIII, 10% (dez por cento) aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

~~III - do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, vinte e cinco por cento para os Estados e o Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que refere o inciso II, c, do referido parágrafo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 2003)~~

~~III - do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, 29% (vinte e nove por cento) para os Estados e o Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que se refere o inciso II, *c* , do referido parágrafo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 44, de 2004)~~

III - do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, 29% (vinte e nove por cento) para os Estados e o Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observadas as destinações a que se referem as alíneas "c" e "d" do inciso II do referido parágrafo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 1º Para efeito de cálculo da entrega a ser efetuada de acordo com o previsto no inciso I, excluir-se-á a parcela da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza pertencente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos do disposto nos arts. 157, I, e 158, I.

§ 2º A nenhuma unidade federada poderá ser destinada parcela superior a vinte por cento do montante a que se refere o inciso II, devendo o eventual excedente ser distribuído entre os demais participantes, mantido, em relação a esses, o critério de partilha nele estabelecido.

~~§ 3º Os Estados entregarão aos respectivos Municípios vinte e cinco por cento dos recursos que receberem nos termos do inciso II, observados os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único, I e II.~~

§ 3º Os Estados entregarão aos respectivos Municípios 25% (vinte e cinco por cento) dos recursos que receberem nos termos do inciso II do **caput** deste artigo, observados os critérios estabelecidos no art. 158, § 1º, para a parcela relativa ao imposto sobre produtos industrializados, e no art. 158, § 2º, para a parcela relativa ao imposto previsto no art. 153, VIII. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 4º Do montante de recursos de que trata o inciso III que cabe a cada Estado, vinte e cinco por cento serão destinados aos seus Municípios, na forma da lei a que se refere o mencionado inciso. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

⚖ Art. 159-A. Fica instituído o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais e sociais, nos termos do art. 3º, III, mediante a entrega de recursos da União aos Estados e ao Distrito Federal para: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

I - realização de estudos, projetos e obras de infraestrutura; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

II - fomento a atividades produtivas com elevado potencial de geração de emprego e renda, incluindo a concessão de subvenções econômicas e financeiras; e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

III - promoção de ações com vistas ao desenvolvimento científico e tecnológico e à inovação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 1º É vedada a retenção ou qualquer restrição ao recebimento dos recursos de que trata o **caput** . (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 2º Na aplicação dos recursos de que trata o **caput** , os Estados e o Distrito Federal priorizarão projetos que prevejam ações de sustentabilidade ambiental e redução das emissões de carbono. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 3º Observado o disposto neste artigo, caberá aos Estados e ao Distrito Federal a decisão quanto à aplicação dos recursos de que trata o **caput** . (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 4º Os recursos de que trata o **caput** serão entregues aos Estados e ao Distrito Federal de acordo com coeficientes individuais de participação, calculados com base nos seguintes indicadores e com os seguintes pesos: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

I - população do Estado ou do Distrito Federal, com peso de 30% (trinta por cento); (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

II - coeficiente individual de participação do Estado ou do Distrito Federal nos recursos de que trata o art. 159, I, "a", da Constituição Federal, com peso de 70% (setenta por cento). (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 5º O Tribunal de Contas da União será o órgão responsável por regulamentar e calcular os coeficientes individuais de participação de que trata o § 4º. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

Art. 160. É vedada a retenção ou qualquer restrição à entrega e ao emprego dos recursos atribuídos, nesta seção, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, neles compreendidos adicionais e acréscimos relativos a impostos.

~~Parágrafo único. Essa vedação não impede a União de condicionar a entrega de recursos ao pagamento de seus créditos.~~

~~Parágrafo único. A vedação prevista neste artigo não impede a União e os Estados de condicionarem a entrega de recursos ao pagamento de seus créditos, inclusive de suas autarquias.~~ ~~(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)~~

~~Parágrafo único. A vedação prevista neste artigo não impede a União e os Estados de condicionarem a entrega de recursos:~~ ~~(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)~~

§ 1º A vedação prevista neste artigo não impede a União e os Estados de condicionarem a entrega de recursos: (Renumerado do Parágrafo único pela Emenda Constitucional nº 113, de 2021)

I - ao pagamento de seus créditos, inclusive de suas autarquias; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

II - ao cumprimento do disposto no art. 198, § 2º, incisos II e III. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

§ 2º Os contratos, os acordos, os ajustes, os convênios, os parcelamentos ou as renegociações de débitos de qualquer espécie, inclusive tributários, firmados pela União com os entes federativos conterão cláusulas para autorizar a dedução dos valores devidos dos montantes a serem repassados relacionados às respectivas cotas nos Fundos de Participação ou aos precatórios federais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 113, de 2021)

Art. 161. Cabe à lei complementar:

~~I - definir valor adicionado para fins do disposto no art. 158, parágrafo único, I;~~

I - definir valor adicionado para fins do disposto no art. 158, § 1º, I; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023) (Vide Emenda Constitucional nº 132, de 2023) Vigência

II - estabelecer normas sobre a entrega dos recursos de que trata o art. 159, especialmente sobre os critérios de rateio dos fundos previstos em seu inciso I, objetivando promover o equilíbrio sócio-econômico entre Estados e entre Municípios;

III - dispor sobre o acompanhamento, pelos beneficiários, do cálculo das quotas e da liberação das participações previstas nos arts. 157, 158 e 159.

Parágrafo único. O Tribunal de Contas da União efetuará o cálculo das quotas referentes aos fundos de participação a que alude o inciso II.

Art. 162. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios divulgarão, até o último dia do mês subseqüente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados, os recursos recebidos, os valores de origem tributária entregues e a entregar e a expressão numérica dos critérios de rateio.

Parágrafo único. Os dados divulgados pela União serão discriminados por Estado e por Município; os dos Estados, por Município.

CAPÍTULO II

DAS FINANÇAS PÚBLICAS

SEÇÃO I

NORMAS GERAIS

Art. 163. Lei complementar disporá sobre:

I - finanças públicas;

II - dívida pública externa e interna, incluída a das autarquias, fundações e demais entidades controladas pelo Poder Público;

III - concessão de garantias pelas entidades públicas;

IV - emissão e resgate de títulos da dívida pública;

~~V - fiscalização das instituições financeiras;~~

V - fiscalização financeira da administração pública direta e indireta; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 40, de 2003)

VI - operações de câmbio realizadas por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

VII - compatibilização das funções das instituições oficiais de crédito da União, resguardadas as características e condições operacionais plenas das voltadas ao desenvolvimento regional.

VIII - sustentabilidade da dívida, especificando: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

a) indicadores de sua apuração; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

b) níveis de compatibilidade dos resultados fiscais com a trajetória da dívida; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

c) trajetória de convergência do montante da dívida com os limites definidos em legislação; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

d) medidas de ajuste, suspensões e vedações; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

e) planejamento de alienação de ativos com vistas à redução do montante da dívida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

IX - condições e limites para concessão, ampliação ou prorrogação de incentivo ou benefício de natureza tributária. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 135, de 2024)

Parágrafo único. A lei complementar de que trata o inciso VIII do caput deste artigo pode autorizar a aplicação das vedações previstas no art. 167-A desta Constituição. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

Art. 163-A. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disponibilizarão suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais, conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, de forma a garantir a rastreabilidade, a comparabilidade e a publicidade dos dados coletados, os quais deverão ser divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 164. A competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pelo banco central.

§ 1º É vedado ao banco central conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira.

§ 2º O banco central poderá comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros.

§ 3º As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no banco central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.

Art. 164-A. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem conduzir suas políticas fiscais de forma a manter a dívida pública em níveis sustentáveis, na forma da lei complementar referida no inciso VIII do caput do art. 163 desta Constituição. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

Parágrafo único. A elaboração e a execução de planos e orçamentos devem refletir a compatibilidade dos indicadores fiscais com a sustentabilidade da dívida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

SEÇÃO II

DOS ORÇAMENTOS

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias;

III - os orçamentos anuais.

§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

~~§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subseqüente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.~~

§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

§ 3º O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária. (Vide Emenda constitucional nº 106, de 2020)

§ 4º Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.

§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

§ 7º Os orçamentos previstos no § 5º, I e II, deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

§ 8º A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

§ 9º Cabe à lei complementar:

I - dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual;

II - estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.

~~III - dispor sobre critérios para a execução equitativa, além de procedimentos que serão adotados quando houver impedimentos legais e técnicos, cumprimento de restos a pagar e limitação das programações de caráter obrigatório, para a realização do disposto no § 11 do art. 166. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015)~~

III - dispor sobre critérios para a execução equitativa, além de procedimentos que serão adotados quando houver impedimentos legais e técnicos, cumprimento de restos a pagar e limitação das programações de caráter obrigatório, para a realização do disposto nos §§ 11 e 12 do art. 166 . (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 100, de 2019) (Produção de efeito) (Vide ADI 7697)

§ 10. A administração tem o dever de executar as programações orçamentárias, adotando os meios e as medidas necessários, com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 100, de 2019) (Produção de efeito) (Vide ADI 7697)

§ 11. O disposto no § 10 deste artigo, nos termos da lei de diretrizes orçamentárias: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 102, de 2019) (Produção de efeito)

I - subordina-se ao cumprimento de dispositivos constitucionais e legais que estabeleçam metas fiscais ou limites de despesas e não impede o cancelamento necessário à abertura de créditos adicionais;

II - não se aplica nos casos de impedimentos de ordem técnica devidamente justificados;

III - aplica-se exclusivamente às despesas primárias discricionárias.

§ 12. Integrará a lei de diretrizes orçamentárias, para o exercício a que se refere e, pelo menos, para os 2 (dois) exercícios subsequentes, anexo com previsão de agregados fiscais e a proporção dos recursos para investimentos que

serão alocados na lei orçamentária anual para a continuidade daqueles em andamento. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 102, de 2019) (Produção de efeito)

§ 13. O disposto no inciso III do § 9º e nos §§ 10, 11 e 12 deste artigo aplica-se exclusivamente aos orçamentos fiscal e da seguridade social da União. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 102, de 2019) (Produção de efeito)

§ 14. A lei orçamentária anual poderá conter previsões de despesas para exercícios seguintes, com a especificação dos investimentos plurianuais e daqueles em andamento. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 102, de 2019) (Produção de efeito)

§ 15. A União organizará e manterá registro centralizado de projetos de investimento contendo, por Estado ou Distrito Federal, pelo menos, análises de viabilidade, estimativas de custos e informações sobre a execução física e financeira. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 102, de 2019) (Produção de efeito)

§ 16. As leis de que trata este artigo devem observar, no que couber, os resultados do monitoramento e da avaliação das políticas públicas previstos no § 16 do art. 37 desta Constituição. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

§ 17. Para o cumprimento do disposto no inciso I do § 11 deste artigo, o Poder Executivo poderá reduzir ou limitar, na elaboração e na execução das leis orçamentárias, as despesas com a concessão de subsídios, subvenções e benefícios de natureza financeira, inclusive os relativos a indenizações e restituições por perdas econômicas, observado o ato jurídico perfeito. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 135, de 2024)

§ 18. A partir do exercício financeiro de 2026, serão excluídas do limite individualizado do Poder Executivo estabelecido na lei complementar de que trata o art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, as despesas com precatórios e requisições de pequeno valor. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

§ 19. A partir de 2026, o limite individualizado para o Poder Executivo é aquele estabelecido nos termos da lei complementar de que trata o art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, considerados os créditos suplementares e especiais incorporados ao limite de despesa de 2025, e deduzido do valor correspondente ao limite de que trata o art. 107-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias considerado para elaboração do projeto de lei orçamentária anual de 2025, corrigido pelo IPCA, nos termos da referida lei complementar. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

§ 20. O disposto nos §§ 18 e 19 deste artigo não implicará revisão da base de cálculo dos limites individualizados estabelecidos na lei complementar de que trata o art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

§ 21. A partir de 2027, as despesas anuais da União com precatórios e requisições de pequeno valor, decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado, de que trata o art. 100 desta Constituição, serão incorporadas gradualmente na apuração da meta de resultado primário estabelecida na lei de diretrizes orçamentárias, de forma cumulativa a cada exercício, em, no mínimo, 10% (dez por cento) do montante previsto dessas despesas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

§ 22. Para o exercício financeiro de 2026, não será computado na meta de resultado primário estabelecida na lei de diretrizes orçamentárias o valor excedente ao limite de que trata o art. 107-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

⚖ Art. 166. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.

§ 1º Caberá a uma Comissão mista permanente de Senadores e Deputados:

I - examinar e emitir parecer sobre os projetos referidos neste artigo e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Presidente da República;

II - examinar e emitir parecer sobre os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, sem prejuízo da atuação das demais comissões do Congresso Nacional e de suas Casas, criadas de acordo com o art. 58.

§ 2º As emendas serão apresentadas na Comissão mista, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas, na forma regimental, pelo Plenário das duas Casas do Congresso Nacional.

§ 3º As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso:

I - sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

a) dotações para pessoal e seus encargos;

b) serviço da dívida;

c) transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal; ou

III - sejam relacionadas:

a) com a correção de erros ou omissões; ou

b) com os dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 4º As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual.

§ 5º O Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação, na Comissão mista, da parte cuja alteração é proposta.

§ 6º Os projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual serão enviados pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, nos termos da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º.

§ 7º Aplicam-se aos projetos mencionados neste artigo, no que não contrariar o disposto nesta seção, as demais normas relativas ao processo legislativo.

§ 8º Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

~~§ 9º As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015)~~

§ 9º As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 2% (dois por cento) da receita corrente líquida do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, observado que a metade desse percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 126, de 2022) (Vide ADI 7697)

§ 9º-A Do limite a que se refere o § 9º deste artigo, 1,55% (um inteiro e cinquenta e cinco centésimos por cento) caberá às emendas de Deputados e 0,45% (quarenta e cinco centésimos por cento) às de Senadores. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 126, de 2022) (Vide ADI 7697)

§ 10. A execução do montante destinado a ações e serviços públicos de saúde previsto no § 9º, inclusive custeio, será computada para fins do cumprimento do inciso I do § 2º do art. 198, vedada a destinação para pagamento de pessoal ou encargos sociais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015) (Vide ADI 7697)

~~§ 11. É obrigatória a execução orçamentária e financeira das programações a que se refere o § 9º deste artigo, em montante correspondente a 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, conforme os critérios para a execução equitativa da programação definidos na lei complementar prevista no § 9º do art. 165. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015)~~

§ 11. É obrigatória a execução orçamentária e financeira das programações oriundas de emendas individuais, em montante correspondente ao limite a que se refere o § 9º deste artigo, conforme os critérios para a execução equitativa da programação definidos na lei complementar prevista no § 9º do art. 165 desta Constituição, observado o disposto no § 9º-A deste artigo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 126, de 2022) (Vide ADI 7697)

~~§ 12. As programações orçamentárias previstas no § 9º deste artigo não serão de execução obrigatória nos casos dos impedimentos de ordem técnica. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015)~~

§ 12. A garantia de execução de que trata o § 11 deste artigo aplica-se também às programações incluídas por todas as emendas de iniciativa de bancada de parlamentares de Estado ou do Distrito Federal, no montante de até 1% (um por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 100, de 2019) (Produção de efeito) (Vide) (Vide) (Vide ADI 7697)

~~§ 13. Quando a transferência obrigatória da União, para a execução da programação prevista no §11 deste artigo, for destinada a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios, independerá da adimplência do ente federativo destinatário e não integrará a base de cálculo da receita corrente líquida para fins de aplicação dos limites de despesa de pessoal de que trata o caput do art. 169. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015)~~

§ 13. As programações orçamentárias previstas nos §§ 11 e 12 deste artigo não serão de execução obrigatória nos casos dos impedimentos de ordem técnica. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 100, de 2019) (Produção de efeito) (Vide ADI 7697)

~~§ 14. No caso de impedimento de ordem técnica, no empenho de despesa que integre a programação, na forma do § 11 deste artigo, serão adotadas as seguintes medidas: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015)~~

~~I - até 120 (cento e vinte) dias após a publicação da lei orçamentária, o Poder Executivo, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública enviarão ao Poder Legislativo as justificativas do impedimento; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015)~~

~~II - até 30 (trinta) dias após o término do prazo previsto no inciso I, o Poder Legislativo indicará ao Poder Executivo o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015)~~

~~III - até 30 de setembro ou até 30 (trinta) dias após o prazo previsto no inciso II, o Poder Executivo encaminhará projeto de lei sobre o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015)~~

~~IV - se, até 20 de novembro ou até 30 (trinta) dias após o término do prazo previsto no inciso III, o Congresso Nacional não deliberar sobre o projeto, o remanejamento será implementado por ato do Poder Executivo, nos termos previstos na lei orçamentária.~~

§ 14. Para fins de cumprimento do disposto nos §§ 11 e 12 deste artigo, os órgãos de execução deverão observar, nos termos da lei de diretrizes orçamentárias, cronograma para análise e verificação de eventuais impedimentos das programações e demais procedimentos necessários à viabilização da execução dos respectivos montantes. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 100, de 2019) (Produção de efeito) (Vide ADI 7697)

I - (revogado); (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 100, de 2019) (Produção de efeito)

II - (revogado); (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 100, de 2019) (Produção de efeito)

III - (revogado); (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 100, de 2019) (Produção de efeito)

IV - (revogado). (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 100, de 2019) (Produção de efeito)

~~§ 15. Após o prazo previsto no inciso IV do § 14, as programações orçamentárias previstas no § 11 não serão de execução obrigatória nos casos dos impedimentos justificados na notificação prevista no inciso I do § 14. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015)~~

§ 15. (Revogado) (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 100, de 2019) (Produção de efeito)

~~§ 16. Os restos a pagar poderão ser considerados para fins de cumprimento da execução financeira prevista no § 11 deste artigo, até o limite de 0,6% (seis décimos por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015)~~

§ 16. Quando a transferência obrigatória da União para a execução da programação prevista nos §§ 11 e 12 deste artigo for destinada a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios, independerá da adimplência do ente federativo destinatário e não integrará a base de cálculo da receita corrente líquida para fins de aplicação dos limites de despesa de pessoal de que trata o caput do art. 169. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 100, de 2019) (Produção de efeito) (Vide ADI 7697)

~~§ 17. Se for verificado que a reestimativa da receita e da despesa poderá resultar no não cumprimento da meta de resultado fiscal estabelecida na lei de diretrizes orçamentárias, o montante previsto no § 11 deste artigo poderá ser reduzido em até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das despesas discricionárias. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015)~~

~~§ 17. Os restos a pagar provenientes das programações orçamentárias previstas nos §§ 11 e 12 poderão ser considerados para fins de cumprimento da execução financeira até o limite de 0,6% (seis décimos por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, para as programações das emendas individuais, e até o limite de 0,5% (cinco décimos por cento), para as programações das emendas de iniciativa de bancada de parlamentares de Estado ou do Distrito Federal. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 100, de 2019) (Produção de efeito)~~

§ 17. Os restos a pagar provenientes das programações orçamentárias previstas nos §§ 11 e 12 deste artigo poderão ser considerados para fins de cumprimento da execução financeira até o limite de 1% (um por cento) da receita corrente líquida do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto de lei orçamentária, para as programações das emendas individuais, e até o limite de 0,5% (cinco décimos por cento), para as programações das emendas de iniciativa de bancada de parlamentares de Estado ou do Distrito Federal. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 126, de 2022) (Vide ADI 7697)

~~§ 18. Considera-se equitativa a execução das programações de caráter obrigatório que atenda de forma igualitária e impessoal às emendas apresentadas, independentemente da autoria. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015)~~

§ 18. Se for verificado que a reestimativa da receita e da despesa poderá resultar no não cumprimento da meta de resultado fiscal estabelecida na lei de diretrizes orçamentárias, os montantes previstos nos §§ 11 e 12 deste artigo poderão ser reduzidos em até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das demais despesas discricionárias. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 100, de 2019) (Produção de efeito) (Vide ADI 7697)

~~§ 19. Considera-se equitativa a execução das programações de caráter obrigatório que observe critérios objetivos e imparciais e que atenda de forma igualitária e impessoal às emendas apresentadas, independentemente da autoria. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 100, de 2019) (Produção de efeito)~~

§ 19. Considera-se equitativa a execução das programações de caráter obrigatório que observe critérios objetivos e imparciais e que atenda de forma igualitária e impessoal às emendas apresentadas, independentemente da autoria, observado o disposto no § 9º-A deste artigo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 126, de 2022) (Vide ADI 7697)

§ 20. As programações de que trata o § 12 deste artigo, quando versarem sobre o início de investimentos com duração de mais de 1 (um) exercício financeiro ou cuja execução já tenha sido iniciada, deverão ser objeto de emenda pela mesma bancada estadual, a cada exercício, até a conclusão da obra ou do empreendimento. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 100, de 2019) (Produção de efeito) (Vide ADI 7697)

⚖ Art. 166-A. As emendas individuais impositivas apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual poderão alocar recursos a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios por meio de: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 105, de 2019) (Vide ADI 7697)

I - transferência especial; ou (Incluído pela Emenda Constitucional nº 105, de 2019)

II - transferência com finalidade definida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 105, de 2019)

§ 1º Os recursos transferidos na forma do caput deste artigo não integrarão a receita do Estado, do Distrito Federal e dos Municípios para fins de repartição e para o cálculo dos limites da despesa com pessoal ativo e inativo, nos termos do § 16 do art. 166, e de endividamento do ente federado, vedada, em qualquer caso, a aplicação dos recursos a que se refere o caput deste artigo no pagamento de: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 105, de 2019)

I - despesas com pessoal e encargos sociais relativas a ativos e inativos, e com pensionistas; e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 105, de 2019)

II - encargos referentes ao serviço da dívida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 105, de 2019)

§ 2º Na transferência especial a que se refere o inciso I do caput deste artigo, os recursos: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 105, de 2019)

I - serão repassados diretamente ao ente federado beneficiado, independentemente de celebração de convênio ou de instrumento congênere; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 105, de 2019)

II - pertencerão ao ente federado no ato da efetiva transferência financeira; e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 105, de 2019)

III - serão aplicadas em programações finalísticas das áreas de competência do Poder Executivo do ente federado beneficiado, observado o disposto no § 5º deste artigo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 105, de 2019)

§ 3º O ente federado beneficiado da transferência especial a que se refere o inciso I do caput deste artigo poderá firmar contratos de cooperação técnica para fins de subsidiar o acompanhamento da execução orçamentária na aplicação dos recursos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 105, de 2019)

§ 4º Na transferência com finalidade definida a que se refere o inciso II do caput deste artigo, os recursos serão: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 105, de 2019)

I - vinculados à programação estabelecida na emenda parlamentar; e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 105, de 2019)

II - aplicados nas áreas de competência constitucional da União. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 105, de 2019)

§ 5º Pelo menos 70% (setenta por cento) das transferências especiais de que trata o inciso I do caput deste artigo deverão ser aplicadas em despesas de capital, observada a restrição a que se refere o inciso II do § 1º deste artigo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 105, de 2019)

⚖ Art. 167. São vedados:

I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta; (Vide Emenda constitucional nº 106, de 2020)

~~IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado pelo art. 212, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º;~~

~~IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado pelo art. 212, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8.º, bem assim o disposto no § 4.º deste artigo;~~ (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

~~IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde e para manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, e 212, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo;~~ (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII - a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII - a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art. 165, § 5º;

IX - a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

X - a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XI - a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, a, e II, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

XII - na forma estabelecida na lei complementar de que trata o § 22 do art. 40, a utilização de recursos de regime próprio de previdência social, incluídos os valores integrantes dos fundos previstos no art. 249, para a realização de despesas distintas do pagamento dos benefícios previdenciários do respectivo fundo vinculado àquele regime e das despesas necessárias à sua organização e ao seu funcionamento; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

XIII - a transferência voluntária de recursos, a concessão de avais, as garantias e as subvenções pela União e a concessão de empréstimos e de financiamentos por instituições financeiras federais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios na hipótese de descumprimento das regras gerais de organização e de funcionamento de regime próprio de previdência social. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

XIV - a criação de fundo público, quando seus objetivos puderem ser alcançados mediante a vinculação de receitas orçamentárias específicas ou mediante a execução direta por programação orçamentária e financeira de órgão ou entidade da administração pública. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

§ 1º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subseqüente.

§ 3º A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.

~~§ 4.º É permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem os arts. 155 e 156, e dos recursos de que tratam os arts. 157, 158 e 159, I, a e b, e II, para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos para com esta. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)~~

~~§ 4º É permitida a vinculação das receitas a que se referem os arts. 155, 156, 157, 158 e as alíneas "a", "b", "d" e "e" do inciso I e o inciso II do caput do art. 159 desta Constituição para pagamento de débitos com a União e para prestar-lhe garantia ou contragarantia. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)~~

§ 4º É permitida a vinculação das receitas a que se referem os arts. 155, 156, 156-A, 157, 158 e as alíneas "a", "b", "d", "e" e "f" do inciso I e o inciso II do **caput** do art. 159 desta Constituição para pagamento de débitos com a União e para prestar-lhe garantia ou contragarantia. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 5º A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra poderão ser admitidos, no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos a essas funções, mediante ato do Poder Executivo, sem necessidade da prévia autorização legislativa prevista no inciso VI deste artigo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)

§ 6º Para fins da apuração ao término do exercício financeiro do cumprimento do limite de que trata o inciso III do caput deste artigo, as receitas das operações de crédito efetuadas no contexto da gestão da dívida pública mobiliária federal somente serão consideradas no exercício financeiro em que for realizada a respectiva despesa. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

§ 7º A lei não imporá nem transferirá qualquer encargo financeiro decorrente da prestação de serviço público, inclusive despesas de pessoal e seus encargos, para a União, os Estados, o Distrito Federal ou os Municípios, sem a previsão de fonte orçamentária e financeira necessária à realização da despesa ou sem a previsão da correspondente transferência de recursos financeiros necessários ao seu custeio, ressalvadas as obrigações assumidas espontaneamente pelos entes federados e aquelas decorrentes da fixação do salário mínimo, na forma do inciso IV do **caput** do art. 7º desta Constituição. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 128, de 2022)

⚖ Art. 167-A. Apurado que, no período de 12 (doze) meses, a relação entre despesas correntes e receitas correntes supera 95% (noventa e cinco por cento), no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, é facultado aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e à Defensoria Pública do ente, enquanto permanecer a situação, aplicar o mecanismo de ajuste fiscal de vedação da: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

I - concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de membros de Poder ou de órgão, de servidores e empregados públicos e de militares, exceto dos derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior ao início da aplicação das medidas de que trata este artigo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

II - criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

IV - admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvadas: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

a) as reposições de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

b) as reposições decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

c) as contratações temporárias de que trata o inciso IX do caput do art. 37 desta Constituição; e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

d) as reposições de temporários para prestação de serviço militar e de alunos de órgãos de formação de militares; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

V - realização de concurso público, exceto para as reposições de vacâncias previstas no inciso IV deste caput; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

VI - criação ou majoração de auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza, inclusive os de cunho indenizatório, em favor de membros de Poder, do Ministério Público ou da Defensoria Pública e de servidores e empregados públicos e de militares, ou ainda de seus dependentes, exceto quando derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior ao início da aplicação das medidas de que trata este artigo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

VII - criação de despesa obrigatória; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

VIII - adoção de medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação, observada a preservação do poder aquisitivo referida no inciso IV do caput do art. 7º desta Constituição; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

IX - criação ou expansão de programas e linhas de financiamento, bem como remissão, renegociação ou refinanciamento de dívidas que impliquem ampliação das despesas com subsídios e subvenções; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

X - concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

§ 1º Apurado que a despesa corrente supera 85% (oitenta e cinco por cento) da receita corrente, sem exceder o percentual mencionado no caput deste artigo, as medidas nele indicadas podem ser, no todo ou em parte, implementadas por atos do Chefe do Poder Executivo com vigência imediata, facultado aos demais Poderes e órgãos autônomos implementá-las em seus respectivos âmbitos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

§ 2º O ato de que trata o § 1º deste artigo deve ser submetido, em regime de urgência, à apreciação do Poder Legislativo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

§ 3º O ato perde a eficácia, reconhecida a validade dos atos praticados na sua vigência, quando: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

I - rejeitado pelo Poder Legislativo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

II - transcorrido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias sem que se ultime a sua apreciação; ou (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

III - apurado que não mais se verifica a hipótese prevista no § 1º deste artigo, mesmo após a sua aprovação pelo Poder Legislativo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

§ 4º A apuração referida neste artigo deve ser realizada bimestralmente. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

§ 5º As disposições de que trata este artigo: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

I - não constituem obrigação de pagamento futuro pelo ente da Federação ou direitos de outrem sobre o erário; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

II - não revogam, dispensam ou suspendem o cumprimento de dispositivos constitucionais e legais que disponham sobre metas fiscais ou limites máximos de despesas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

§ 6º Ocorrendo a hipótese de que trata o caput deste artigo, até que todas as medidas nele previstas tenham sido adotadas por todos os Poderes e órgãos nele mencionados, de acordo com declaração do respectivo Tribunal de Contas, é vedada: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

I - a concessão, por qualquer outro ente da Federação, de garantias ao ente envolvido; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

II - a tomada de operação de crédito por parte do ente envolvido com outro ente da Federação, diretamente ou por intermédio de seus fundos, autarquias, fundações ou empresas estatais dependentes, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente, ressalvados os financiamentos destinados a projetos específicos celebrados na forma de operações típicas das agências financeiras oficiais de fomento. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

⚖ Art. 167-B. Durante a vigência de estado de calamidade pública de âmbito nacional, decretado pelo Congresso Nacional por iniciativa privativa do Presidente da República, a União deve adotar regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para atender às necessidades dele decorrentes, somente naquilo em que a urgência for

incompatível com o regime regular, nos termos definidos nos arts. 167-C, 167-D, 167-E, 167-F e 167-G desta Constituição. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

Art. 167-C. Com o propósito exclusivo de enfrentamento da calamidade pública e de seus efeitos sociais e econômicos, no seu período de duração, o Poder Executivo federal pode adotar processos simplificados de contratação de pessoal, em caráter temporário e emergencial, e de obras, serviços e compras que assegurem, quando possível, competição e igualdade de condições a todos os concorrentes, dispensada a observância do § 1º do art. 169 na contratação de que trata o inciso IX do caput do art. 37 desta Constituição, limitada a dispensa às situações de que trata o referido inciso, sem prejuízo do controle dos órgãos competentes. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

Art. 167-D. As proposições legislativas e os atos do Poder Executivo com propósito exclusivo de enfrentar a calamidade e suas consequências sociais e econômicas, com vigência e efeitos restritos à sua duração, desde que não impliquem despesa obrigatória de caráter continuado, ficam dispensados da observância das limitações legais quanto à criação, à expansão ou ao aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa e à concessão ou à ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

Parágrafo único. Durante a vigência da calamidade pública de âmbito nacional de que trata o art. 167-B, não se aplica o disposto no § 3º do art. 195 desta Constituição. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

Art. 167-E. Fica dispensada, durante a integralidade do exercício financeiro em que vigore a calamidade pública de âmbito nacional, a observância do inciso III do caput do art. 167 desta Constituição. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

Art. 167-F. Durante a vigência da calamidade pública de âmbito nacional de que trata o art. 167-B desta Constituição: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

I - são dispensados, durante a integralidade do exercício financeiro em que vigore a calamidade pública, os limites, as condições e demais restrições aplicáveis à União para a contratação de operações de crédito, bem como sua verificação; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

II - o superávit financeiro apurado em 31 de dezembro do ano imediatamente anterior ao reconhecimento pode ser destinado à cobertura de despesas oriundas das medidas de combate à calamidade pública de âmbito nacional e ao pagamento da dívida pública. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

§ 1º Lei complementar pode definir outras suspensões, dispensas e afastamentos aplicáveis durante a vigência do estado de calamidade pública de âmbito nacional. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

§ 2º O disposto no inciso II do caput deste artigo não se aplica às fontes de recursos: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

I - decorrentes de repartição de receitas a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

II - decorrentes das vinculações estabelecidas pelos arts. 195, 198, 201, 212, 212-A e 239 desta Constituição; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

III - destinadas ao registro de receitas oriundas da arrecadação de doações ou de empréstimos compulsórios, de transferências recebidas para o atendimento de finalidades determinadas ou das receitas de capital produto de operações de financiamento celebradas com finalidades contratualmente determinadas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

Art. 167-G. Na hipótese de que trata o art. 167-B, aplicam-se à União, até o término da calamidade pública, as vedações previstas no art. 167-A desta Constituição. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

§ 1º Na hipótese de medidas de combate à calamidade pública cuja vigência e efeitos não ultrapassem a sua duração, não se aplicam as vedações referidas nos incisos II, IV, VII, IX e X do caput do art. 167-A desta Constituição. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

§ 2º Na hipótese de que trata o art. 167-B, não se aplica a alínea "c" do inciso I do caput do art. 159 desta Constituição, devendo a transferência a que se refere aquele dispositivo ser efetuada nos mesmos montantes transferidos no exercício anterior à decretação da calamidade. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

§ 3º É facultada aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a aplicação das vedações referidas no caput, nos termos deste artigo, e, até que as tenham adotado na integralidade, estarão submetidos às restrições do § 6º do art. 167-A desta Constituição, enquanto perdurarem seus efeitos para a União. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

~~Art. 168. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público, ser-lhes-ão entregues até~~

~~o dia 20 de cada mês, na forma da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º.~~

⚖ Art. 168. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, na forma da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 1º É vedada a transferência a fundos de recursos financeiros oriundos de repasses duodecimais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

§ 2º O saldo financeiro decorrente dos recursos entregues na forma do caput deste artigo deve ser restituído ao caixa único do Tesouro do ente federativo, ou terá seu valor deduzido das primeiras parcelas duodecimais do exercício seguinte. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

~~Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.~~

~~Parágrafo único. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, só poderão ser feitas:~~

⚖ ~~Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar. (Redação dada pela pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)~~

⚖ Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo e pensionistas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não pode exceder os limites estabelecidos em lei complementar. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas: (Renumerado do parágrafo único, pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Vide Emenda constitucional nº 106, de 2020)

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 2º Decorrido o prazo estabelecido na lei complementar referida neste artigo para a adaptação aos parâmetros ali previstos, serão imediatamente suspensos todos os repasses de verbas federais ou estaduais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que não observarem os referidos limites. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 3º Para o cumprimento dos limites estabelecidos com base neste artigo, durante o prazo fixado na lei complementar referida no caput, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotarão as seguintes providências: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - exoneração dos servidores não estáveis. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Vide Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 4º Se as medidas adotadas com base no parágrafo anterior não forem suficientes para assegurar o cumprimento da determinação da lei complementar referida neste artigo, o servidor estável poderá perder o cargo, desde que ato normativo motivado de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 5º O servidor que perder o cargo na forma do parágrafo anterior fará jus a indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 6º O cargo objeto da redução prevista nos parágrafos anteriores será considerado extinto, vedada a criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou assemelhadas pelo prazo de quatro anos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 7º Lei federal disporá sobre as normas gerais a serem obedecidas na efetivação do disposto no § 4º. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

TÍTULO VII

DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS GERAIS DA ATIVIDADE ECONÔMICA

⚖ Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

I - soberania nacional;

II - propriedade privada;

III - função social da propriedade;

IV - livre concorrência;

V - defesa do consumidor;

~~VI - defesa do meio ambiente;~~

VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

VII - redução das desigualdades regionais e sociais;

VIII - busca do pleno emprego;

IX - ~~tratamento favorecido para as empresas brasileiras de capital nacional de pequeno porte.~~

IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995)

Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei. (Vide Lei nº 13.874, de 2019)

⚖ ~~Art. 171. São consideradas:~~ (Revogado pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995)

~~I - empresa brasileira a constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no País;~~ (Revogado pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995)

~~II - empresa brasileira de capital nacional aquela cujo controle efetivo esteja em caráter permanente sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas e residentes no País ou de entidades de direito público interno, entendendo-se por controle efetivo da empresa a titularidade da maioria de seu capital votante e o exercício, de fato e de direito, do poder decisório para gerir suas atividades.~~ (Revogado pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995)

~~§ 1º - A lei poderá, em relação à empresa brasileira de capital nacional:~~ (Revogado pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995)

~~I - conceder proteção e benefícios especiais temporários para desenvolver atividades consideradas estratégicas para a defesa nacional ou imprescindíveis ao desenvolvimento do País;~~ (Revogado pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995)

~~II - estabelecer, sempre que considerar um setor imprescindível ao desenvolvimento tecnológico nacional, entre outras condições e requisitos:~~ (Revogado pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995)

~~a) a exigência de que o controle referido no inciso II do "caput" se estenda às atividades tecnológicas da empresa, assim entendido o exercício, de fato e de direito, do poder decisório para desenvolver ou absorver tecnologia;~~ (Revogado pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995)

~~b) percentuais de participação, no capital, de pessoas físicas domiciliadas e residentes no País ou entidades de direito público interno.~~ (Revogado pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995)

§ 2º - ~~Na aquisição de bens e serviços, o Poder Público dará tratamento preferencial, nos termos da lei, à empresa brasileira de capital nacional~~ . (Revogado pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995)

⚖ Art. 172. A lei disciplinará, com base no interesse nacional, os investimentos de capital estrangeiro, incentivará os reinvestimentos e regulará a remessa de lucros.

⚖ Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

~~§ 1º A empresa pública, a sociedade de economia mista e outras entidades que explorem atividade econômica sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto às obrigações trabalhistas e tributárias~~ .

§ 1º A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - sua função social e formas de fiscalização pelo Estado e pela sociedade; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - a sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III - licitação e contratação de obras, serviços, compras e alienações, observados os princípios da administração pública; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

IV - a constituição e o funcionamento dos conselhos de administração e fiscal, com a participação de acionistas minoritários; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

V - os mandatos, a avaliação de desempenho e a responsabilidade dos administradores. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 2º As empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.

§ 3º A lei regulamentará as relações da empresa pública com o Estado e a sociedade.

§ 4º A lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros.

§ 5º A lei, sem prejuízo da responsabilidade individual dos dirigentes da pessoa jurídica, estabelecerá a responsabilidade desta, sujeitando-a às punições compatíveis com sua natureza, nos atos praticados contra a ordem econômica e financeira e contra a economia popular.

⚖ Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado. (Vide Lei nº 13.874, de 2019)

§ 1º A lei estabelecerá as diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, o qual incorporará e compatibilizará os planos nacionais e regionais de desenvolvimento.

§ 2º A lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo.

§ 3º O Estado favorecerá a organização da atividade garimpeira em cooperativas, levando em conta a proteção do meio ambiente e a promoção econômico-social dos garimpeiros.

§ 4º As cooperativas a que se refere o parágrafo anterior terão prioridade na autorização ou concessão para pesquisa e lavra dos recursos e jazidas de minerais garimpáveis, nas áreas onde estejam atuando, e naquelas fixadas de acordo com o art. 21, XXV, na forma da lei.

⚖ Art. 175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

Parágrafo único. A lei disporá sobre:

I - o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;

II - os direitos dos usuários;

III - política tarifária;

IV - a obrigação de manter serviço adequado.

⚖ Art. 176. As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra.

~~§ 1º A pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais a que se refere o "caput" deste artigo somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa brasileira de capital nacional, na forma da lei, que estabelecerá as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas.~~

§ 1º A pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais a que se refere o "caput" deste artigo somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no País, na forma da lei, que estabelecerá as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995)

§ 2º É assegurada participação ao proprietário do solo nos resultados da lavra, na forma e no valor que dispuser a lei.

§ 3º A autorização de pesquisa será sempre por prazo determinado, e as autorizações e concessões previstas neste artigo não poderão ser cedidas ou transferidas, total ou parcialmente, sem prévia anuência do poder concedente.

§ 4º Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida.

⚖ Art. 177. Constituem monopólio da União:

I - a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos; (Vide Emenda Constitucional nº 9, de 1995)

II - a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro;

III - a importação e exportação dos produtos e derivados básicos resultantes das atividades previstas nos incisos anteriores;

IV - o transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados básicos de petróleo produzidos no País, bem assim o transporte, por meio de conduto, de petróleo bruto, seus derivados e gás natural de qualquer origem;

~~V - a pesquisa, a lavra, o enriquecimento, o reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios e minerais nucleares e seus derivados.~~

V - a pesquisa, a lavra, o enriquecimento, o reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios e minerais nucleares e seus derivados, com exceção dos radioisótopos cuja produção, comercialização e utilização poderão ser autorizadas sob regime de permissão, conforme as alíneas b e c do inciso XXIII do caput do art. 21 desta Constituição Federal. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 49, de 2006)

~~§ 1º O monopólio previsto neste artigo inclui os riscos e resultados decorrentes das atividades nele mencionadas, sendo vedado à União ceder ou conceder qualquer tipo de participação, em espécie ou em valor, na exploração de jazidas de petróleo ou gás natural, ressalvado o disposto no art. 20, § 1º.~~

§ 1º A União poderá contratar com empresas estatais ou privadas a realização das atividades previstas nos incisos I a IV deste artigo observadas as condições estabelecidas em lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 9, de 1995) (Vide Emenda Constitucional nº 9, de 1995)

~~§ 2º A lei disporá sobre o transporte e a utilização de materiais radioativos no território nacional.~~

§ 2º A lei a que se refere o § 1º disporá sobre: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 9, de 1995) (Vide Emenda Constitucional nº 9, de 1995)

I - a garantia do fornecimento dos derivados de petróleo em todo o território nacional; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 9, de 1995)

II - as condições de contratação; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 9, de 1995)

III - a estrutura e atribuições do órgão regulador do monopólio da União; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 9, de 1995)

§ 3º A lei disporá sobre o transporte e a utilização de materiais radioativos no território nacional. (Renumerado de § 2º para 3º pela Emenda Constitucional nº 9, de 1995)

§ 4º A lei que instituir contribuição de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível deverá atender aos seguintes requisitos: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

I - a alíquota da contribuição poderá ser: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

a) diferenciada por produto ou uso; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

b)reduzida e restabelecida por ato do Poder Executivo, não se lhe aplicando o disposto no art. 150,III, *b* ; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

II - os recursos arrecadados serão destinados: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

a) ao pagamento de subsídios a preços ou transporte de álcool combustível, gás natural e seus derivados e derivados de petróleo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

b) ao financiamento de projetos ambientais relacionados com a indústria do petróleo e do gás; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

c) ao financiamento de programas de infra-estrutura de transportes. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

d) ao pagamento de subsídios a tarifas de transporte público coletivo de passageiros. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

~~Art. 178. A lei disporá sobre:~~
~~I - a ordenação dos transportes aéreo, aquático e terrestre;~~
~~II - a predominância dos armadores nacionais e navios de bandeira e registros brasileiros e do país exportador ou importador;~~
~~III - o transporte de granéis ;~~
~~IV - a utilização de embarcações de pesca e outras .~~
~~§ 1º A ordenação do transporte internacional cumprirá os acordos firmados pela União, atendido o princípio da reciprocidade~~
~~§ 2º Serão brasileiros os armadores, os proprietários, os comandantes e dois terços, pelo menos, dos tripulantes de embarcações nacionais~~
§ 3º ~~A navegação de cabotagem e a interior são privativas de embarcações nacionais, salvo caso de necessidade pública, segundo dispuser a lei.~~

⚖ Art. 178. A lei disporá sobre a ordenação dos transportes aéreo, aquático e terrestre, devendo, quanto à ordenação do transporte internacional, observar os acordos firmados pela União, atendido o princípio da reciprocidade. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 7, de 1995)

Parágrafo único. Na ordenação do transporte aquático, a lei estabelecerá as condições em que o transporte de mercadorias na cabotagem e a navegação interior poderão ser feitos por embarcações estrangeiras. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 7, de 1995)

⚖ Art. 179. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.

⚖ Art. 180. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.

⚖ Art. 181. O atendimento de requisição de documento ou informação de natureza comercial, feita por autoridade administrativa ou judiciária estrangeira, a pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no País dependerá de autorização do Poder competente.

CAPÍTULO II

DA POLÍTICA URBANA

⚖ Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. (Regulamento) (Vide Lei nº 13.311, de 11 de julho de 2016)

§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 3º As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4º É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - parcelamento ou edificação compulsórios;

II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor

real da indenização e os juros legais.

⚖ Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinqüenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. (Regulamento)

§ 1º O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

§ 3º Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.

CAPÍTULO III

DA POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA E DA REFORMA AGRÁRIA Regulamento

⚖ Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

§ 1º As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro.

§ 2º O decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União a propor a ação de desapropriação.

§ 3º Cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação.

§ 4º O orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício.

§ 5º São isentas de impostos federais, estaduais e municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.

⚖ Art. 185. São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária:

I - a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra;

II - a propriedade produtiva.

Parágrafo único. A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos a sua função social.

⚖ Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I - aproveitamento racional e adequado;

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

⚖ Art. 187. A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente:

I - os instrumentos creditícios e fiscais;

II - os preços compatíveis com os custos de produção e a garantia de comercialização;

III - o incentivo à pesquisa e à tecnologia;

IV - a assistência técnica e extensão rural;

V - o seguro agrícola;

VI - o cooperativismo;

VII - a eletrificação rural e irrigação;

VIII - a habitação para o trabalhador rural.

§ 1º Incluem-se no planejamento agrícola as atividades agro-industriais, agropecuárias, pesqueiras e florestais.

§ 2º Serão compatibilizadas as ações de política agrícola e de reforma agrária.

Art. 188. A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária.

§ 1º A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional.

§ 2º Excetuam-se do disposto no parágrafo anterior as alienações ou as concessões de terras públicas para fins de reforma agrária.

Art. 189. Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos.

Parágrafo único. O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei.

Art. 190. A lei regulará e limitará a aquisição ou o arrendamento de propriedade rural por pessoa física ou jurídica estrangeira e estabelecerá os casos que dependerão de autorização do Congresso Nacional.

Art. 191. Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinqüenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.

Parágrafo único. Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.

CAPÍTULO IV

DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

~~Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, será regulado em lei complementar, que disporá, inclusive, sobre:~~

~~I - a autorização para o funcionamento das instituições financeiras, assegurado às instituições bancárias oficiais e privadas acesso a todos os instrumentos do mercado financeiro bancário, sendo vedada a essas instituições a participação em atividades não previstas na autorização de que trata este inciso;~~

~~II - autorização e funcionamento dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização, bem como do órgão oficial fiscalizador e do órgão oficial ressegurador;~~

~~II - autorização e funcionamento dos estabelecimentos de seguro, resseguro, previdência e capitalização, bem como do órgão oficial fiscalizador.~~ (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 13, de 1996)

~~III - as condições para a participação do capital estrangeiro nas instituições a que se referem os incisos anteriores, tendo em vista, especialmente:~~

~~a) os interesses nacionais;~~

~~b) os acordos internacionais~~

~~IV - a organização, o funcionamento e as atribuições do banco central e demais instituições financeiras públicas e privadas;~~

~~V - os requisitos para a designação de membros da diretoria do banco central e demais instituições financeiras, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo;~~

~~VI - a criação de fundo ou seguro, com o objetivo de proteger a economia popular, garantindo créditos, aplicações e depósitos até determinado valor, vedada a participação de recursos da União;~~

~~VII - os critérios restritivos da transferência de poupança de regiões com renda inferior à média nacional para outras de maior desenvolvimento;~~

~~VIII - o funcionamento das cooperativas de crédito e os requisitos para que possam ter condições de operacionalidade e estruturação próprias das instituições financeiras.~~

~~§ 1º A autorização a que se referem os incisos I e II será inegociável e intransferível, permitida a transmissão do controle da pessoa jurídica titular, e concedida sem ônus, na forma da lei do sistema financeiro nacional, a pessoa jurídica cujos diretores tenham capacidade técnica e reputação ilibada, e que comprove capacidade econômica compatível com o empreendimento.~~

~~§ 2º Os recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional, de responsabilidade da União, serão depositados em suas instituições regionais de crédito e por elas aplicados.~~

~~§ 3º As taxas de juros reais, nelas incluídas comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão de crédito, não poderão ser superiores a doze por cento ao ano; a cobrança acima deste limite será conceituada como crime de usura, punido, em todas as suas modalidades, nos termos que a lei determinar.~~

Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 40, de 2003) (Vide Lei nº 8.392, de 1991)

I - (Revogado). (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 40, de 2003)

II - (Revogado). (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 40, de 2003)

III - (Revogado) (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 40, de 2003)

a) (Revogado) (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 40, de 2003)

b) (Revogado) (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 40, de 2003)

IV - (Revogado) (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 40, de 2003)

V - (Revogado) (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 40, de 2003)

VI - (Revogado) (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 40, de 2003)

VII - (Revogado) (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 40, de 2003)

VIII - (Revogado) (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 40, de 2003)

§ 1° (Revogado) (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 40, de 2003)

§ 2° (Revogado) (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 40, de 2003)

§ 3° (Revogado) (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 40, de 2003)

TÍTULO VIII

DA ORDEM SOCIAL

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 193. A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.

Parágrafo único. O Estado exercerá a função de planejamento das políticas sociais, assegurada, na forma da lei, a participação da sociedade nos processos de formulação, de monitoramento, de controle e de avaliação dessas políticas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

CAPÍTULO II

DA SEGURIDADE SOCIAL

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

I - universalidade da cobertura e do atendimento;

II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;

III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;

IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;

V - eqüidade na forma de participação no custeio;

~~VI - diversidade da base de financiamento;~~

VI - diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

~~VII - caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados.~~

VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

⚖ Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais: (Vide Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

~~I - dos empregadores, incidente sobre a folha de salários, o faturamento e o lucro;~~

I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

b) a receita ou o faturamento; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998) (Vide Emenda Constitucional nº 132, de 2023) Vigência

c) o lucro; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

~~II - dos trabalhadores;~~
~~II - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social de que trata o art. 201;~~ (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

II - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, podendo ser adotadas alíquotas progressivas de acordo com o valor do salário de contribuição, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

III - sobre a receita de concursos de prognósticos.

IV - do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003) (Vide Emenda Constitucional nº 132, de 2023) Vigência

V - sobre bens e serviços, nos termos de lei complementar. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023) (Vide Lei Complementar nº 214, de 2026)

§ 1º As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.

§ 2º A proposta de orçamento da seguridade social será elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.

§ 3º A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios. (Vide Medida Provisória nº 526, de 2011) (Vide Lei nº 12.453, de 2011) (Vide Emenda constitucional nº 106, de 2020)

§ 4º A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I.

§ 5º Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

§ 6º As contribuições sociais de que trata este artigo só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, "b".

§ 7º São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.

~~§ 8º O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais, o garimpeiro e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes,~~

~~contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei.~~

§ 8º O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

~~§ 9° As contribuições sociais previstas no inciso I deste artigo poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica ou da utilização intensiva de mão-de-obra.~~ (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

~~§ 9º As contribuições sociais previstas no inciso I do caput deste artigo poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica, da utilização intensiva de mão-de-obra, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho.~~ (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

§ 9º As contribuições sociais previstas no inciso I do caput deste artigo poderão ter alíquotas diferenciadas em razão da atividade econômica, da utilização intensiva de mão de obra, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho, sendo também autorizada a adoção de bases de cálculo diferenciadas apenas no caso das alíneas "b" e "c" do inciso I do caput. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

§ 10. A lei definirá os critérios de transferência de recursos para o sistema único de saúde e ações de assistência social da União para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e dos Estados para os Municípios, observada a respectiva contrapartida de recursos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

~~§ 11. É vedada a concessão de remissão ou anistia das contribuições sociais de que tratam os incisos I, a, e II deste artigo, para débitos em montante superior ao fixado em lei complementar.~~ (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 11. São vedados a moratória e o parcelamento em prazo superior a 60 (sessenta) meses e, na forma de lei complementar, a remissão e a anistia das contribuições sociais de que tratam a alínea "a" do inciso I e o inciso II do caput. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

§ 12. A lei definirá os setores de atividade econômica para os quais as contribuições incidentes na forma dos incisos I, b; e IV do *capu*t t, serão não-cumulativas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003) (Vide Emenda Constitucional nº 132, de 2023) Vigência

~~§ 13. Aplica-se o disposto no § 12 inclusive na hipótese de substituição gradual, total ou parcial, da contribuição incidente na forma do inciso I, a, pela incidente sobre a receita ou o faturamento.~~ (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003) (Revogado pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

§ 13. (Revogado). (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

§ 14. O segurado somente terá reconhecida como tempo de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social a competência cuja contribuição seja igual ou superior à contribuição mínima mensal exigida para sua categoria, assegurado o agrupamento de contribuições. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

§ 15. A contribuição prevista no inciso V do **caput** poderá ter sua alíquota fixada em lei ordinária. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 16. Aplica-se à contribuição prevista no inciso V do **caput** o disposto no art. 156-A, § 1º, I a VI, VIII, X a XIII, § 3º, § 5º, II a VI e IX, e §§ 6º a 11 e 13. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 17. A contribuição prevista no inciso V do **caput** não integrará sua própria base de cálculo nem a dos tributos previstos nos arts. 153, VIII, 156-A e 195, I, "b", e IV, e da contribuição para o Programa de Integração Social de que trata o art. 239. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 18. Lei estabelecerá as hipóteses de devolução da contribuição prevista no inciso V do **caput** a pessoas físicas, inclusive em relação a limites e beneficiários, com o objetivo de reduzir as desigualdades de renda. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 19. A devolução de que trata o § 18 não será computada na receita corrente líquida da União para os fins do disposto nos arts. 100, § 15, 166, §§ 9º, 12 e 17, e 198, § 2º. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

SEÇÃO II

DA SAÚDE

⚖ Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

⚖ Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

⚖ Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: (Vide ADPF 672)

I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III - participação da comunidade.

§ 1º. O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes. (Parágrafo único renumerado para § 1º pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

~~I - no caso da União, na forma definida nos termos da lei complementar prevista no § 3º; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)~~

I - no caso da União, a receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro, não podendo ser inferior a 15% (quinze por cento); (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015)

~~II - no caso dos Estados e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, alínea a, e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)~~

II - no caso dos Estados e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 155 e 156-A e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, I, "a", e II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

~~III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)~~

III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 156 e 156-A e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, I, "b", e § 3º. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 3º Lei complementar, que será reavaliada pelo menos a cada cinco anos, estabelecerá: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000) Regulamento

~~I - os percentuais de que trata o § 2º; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)~~

I - os percentuais de que tratam os incisos II e III do § 2º; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015)

II - os critérios de rateio dos recursos da União vinculados à saúde destinados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e dos Estados destinados a seus respectivos Municípios, objetivando a progressiva redução das disparidades regionais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

III - as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas federal, estadual, distrital e municipal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

~~IV - as normas de cálculo do montante a ser aplicado pela União; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)~~

IV - (revogado) . (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015)

§ 4º Os gestores locais do sistema único de saúde poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 51, de 2006)

~~§ 5º Lei federal disporá sobre o regime jurídico e a regulamentação das atividades de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 51, de 2006) (Vide Medida provisória nº 297, de 2006)~~

§ 5º Lei federal disporá sobre o regime jurídico, o piso salarial profissional nacional, as diretrizes para os Planos de Carreira e a regulamentação das atividades de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias, competindo à União, nos termos da lei, prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, para o cumprimento do referido piso salarial. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 2010) Regulamento

§ 6º Além das hipóteses previstas no § 1º do art. 41 e no § 4º do art. 169 da Constituição Federal, o servidor que exerça funções equivalentes às de agente comunitário de saúde ou de agente de combate às endemias poderá perder o cargo em caso de descumprimento dos requisitos específicos, fixados em lei, para o seu exercício. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 51, de 2006)

§ 7º O vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias fica sob responsabilidade da União, e cabe aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer, além de outros consectários e vantagens, incentivos, auxílios, gratificações e indenizações, a fim de valorizar o trabalho desses profissionais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 120, de 2022)

§ 8º Os recursos destinados ao pagamento do vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias serão consignados no orçamento geral da União com dotação própria e exclusiva. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 120, de 2022)

§ 9º O vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias não será inferior a 2 (dois) salários mínimos, repassados pela União aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 120, de 2022)

§ 10. Os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias terão também, em razão dos riscos inerentes às funções desempenhadas, aposentadoria especial e, somado aos seus vencimentos, adicional de insalubridade. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 120, de 2022)

§ 11. Os recursos financeiros repassados pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias não serão objeto de inclusão no cálculo para fins do limite de despesa com pessoal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 120, de 2022)

§ 12. Lei federal instituirá pisos salariais profissionais nacionais para o enfermeiro, o técnico de enfermagem, o auxiliar de enfermagem e a parteira, a serem observados por pessoas jurídicas de direito público e de direito privado. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 124, de 2022)

§ 13. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, até o final do exercício financeiro em que for publicada a lei de que trata o § 12 deste artigo, adequarão a remuneração dos cargos ou dos respectivos planos de carreiras, quando houver, de modo a atender aos pisos estabelecidos para cada categoria profissional. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 124, de 2022)

§ 14. Compete à União, nos termos da lei, prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e às entidades filantrópicas, bem como aos prestadores de serviços contratualizados que atendam, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de seus pacientes pelo sistema único de saúde, para o cumprimento dos pisos salariais de que trata o § 12 deste artigo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 127, de 2022)

§ 15. Os recursos federais destinados aos pagamentos da assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e às entidades filantrópicas, bem como aos prestadores de serviços contratualizados que atendam, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de seus pacientes pelo sistema único de saúde, para o cumprimento dos pisos salariais de que trata o § 12 deste artigo serão consignados no orçamento geral da União com dotação própria e exclusiva. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 127, de 2022)

Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

§ 1º - As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

§ 2º É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

§ 3º É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo nos casos previstos em lei.

§ 4º A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização.

Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:

I - controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos;

II - executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador;

III - ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde;

IV - participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico;

~~V - incrementar em sua área de atuação o desenvolvimento científico e tecnológico;~~

V - incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)

VI - fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano;

VII - participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;

VIII - colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.

SEÇÃO III

DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

~~Art. 201. Os planos de previdência social, mediante contribuição, atenderão, nos termos da lei, a:~~
~~I - cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte, incluídos os resultantes de acidentes do trabalho, velhice e reclusão;~~
~~II - ajuda à manutenção dos dependentes dos segurados de baixa renda ;~~
~~III - proteção à maternidade, especialmente à gestante;~~
~~IV - proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário;~~
~~V - pensão por morte de segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, obedecido o disposto no § 5º e no art. 202.~~
~~§ 1º Qualquer pessoa poderá participar dos benefícios da previdência social, mediante contribuição na forma dos planos previdenciários.~~
~~§ 2º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.~~
~~§ 3º Todos os salários de contribuição considerados no cálculo de benefício serão corrigidos monetariamente.~~
~~§ 4º Os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e conseqüente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei.~~
~~§ 5º Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo.~~
~~§ 6º A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de dezembro de cada ano.~~
~~§ 7º A previdência social manterá seguro coletivo, de caráter complementar e facultativo, custeado por contribuições adicionais.~~
~~§ 8º -É vedado subvenção ou auxílio do Poder Público às entidades de previdência privada com fins lucrativos.~~

~~Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:~~ ~~(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)~~ ~~(Vide Emenda Constitucional nº 20, de 1998)~~

⚖ Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma do Regime Geral de Previdência Social, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, na forma da lei, a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

~~I - cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada;~~ ~~(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)~~

I - cobertura dos eventos de incapacidade temporária ou permanente para o trabalho e idade avançada; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

II - proteção à maternidade, especialmente à gestante; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

III - proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

IV - salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

V - pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, observado o disposto no § 2º. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

~~§ 1º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidos em lei complementar. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998) (Vide Emenda Constitucional nº 20, de 1998)~~

~~§ 1º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física e quando se tratar de segurados portadores de deficiência, nos termos definidos em lei complementar. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005) (Regulamento) (Vigência)~~

§ 1º É vedada a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de benefícios, ressalvada, nos termos de lei complementar, a possibilidade de previsão de idade e tempo de contribuição distintos da regra geral para concessão de aposentadoria exclusivamente em favor dos segurados: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

I - com deficiência, previamente submetidos a avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

II - cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

§ 2º Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 3º Todos os salários de contribuição considerados para o cálculo de benefício serão devidamente atualizados, na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 4º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 5º É vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 6º A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de dezembro de cada ano. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 7º É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

~~I - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher; (Incluído dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)~~

I - 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, observado tempo mínimo de contribuição; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

~~II - sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, reduzido em cinco anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal. (Incluído dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)~~

II - 60 (sessenta) anos de idade, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se mulher, para os trabalhadores rurais e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

~~§ 8º Os requisitos a que se refere o inciso I do parágrafo anterior serão reduzidos em cinco anos, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)~~

§ 8º O requisito de idade a que se refere o inciso I do § 7º será reduzido em 5 (cinco) anos, para o professor que comprove tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio fixado em lei complementar. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

~~§ 9º Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei. (Incluído dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)~~

§ 9º Para fins de aposentadoria, será assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência social, e destes entre si, observada a compensação financeira, de acordo com os critérios estabelecidos em lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

§ 9º-A. O tempo de serviço militar exercido nas atividades de que tratam os arts. 42, 142 e 143 e o tempo de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social ou a regime próprio de previdência social terão contagem recíproca para fins de inativação militar ou aposentadoria, e a compensação financeira será devida entre as receitas de contribuição referentes aos militares e as receitas de contribuição aos demais regimes. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

~~§ 10. Lei disciplinará a cobertura do risco de acidente do trabalho, a ser atendida concorrentemente pelo regime geral de previdência social e pelo setor privado. (Incluído dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)~~

§ 10. Lei complementar poderá disciplinar a cobertura de benefícios não programados, inclusive os decorrentes de acidente do trabalho, a ser atendida concorrentemente pelo Regime Geral de Previdência Social e pelo setor privado. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

§ 11. Os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e conseqüente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei. (Incluído dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

~~§ 12. Lei disporá sobre sistema especial de inclusão previdenciária para trabalhadores de baixa renda, garantindo-lhes acesso a benefícios de valor igual a um salário-mínimo, exceto aposentadoria por tempo de contribuição. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)~~

~~§ 12. Lei disporá sobre sistema especial de inclusão previdenciária para atender a trabalhadores de baixa renda e àqueles sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencentes a famílias de baixa renda, garantindo-lhes acesso a benefícios de valor igual a um salário-mínimo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)~~

§ 12. Lei instituirá sistema especial de inclusão previdenciária, com alíquotas diferenciadas, para atender aos trabalhadores de baixa renda, inclusive os que se encontram em situação de informalidade, e àqueles sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencentes a famílias de baixa renda. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

~~§ 13. O sistema especial de inclusão previdenciária de que trata o § 12 deste artigo terá alíquotas e carências inferiores às vigentes para os demais segurados do regime geral de previdência social. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)~~

§ 13. A aposentadoria concedida ao segurado de que trata o § 12 terá valor de 1 (um) salário-mínimo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

§ 14. É vedada a contagem de tempo de contribuição fictício para efeito de concessão dos benefícios previdenciários e de contagem recíproca. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

§ 15. Lei complementar estabelecerá vedações, regras e condições para a acumulação de benefícios previdenciários. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

§ 16. Os empregados dos consórcios públicos, das empresas públicas, das sociedades de economia mista e das suas subsidiárias serão aposentados compulsoriamente, observado o cumprimento do tempo mínimo de contribuição, ao atingir a idade máxima de que trata o inciso II do § 1º do art. 40, na forma estabelecida em lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

~~Art. 202. É assegurada aposentadoria, nos termos da lei, calculando-se o benefício sobre a média dos trinta e seis últimos salários de contribuição, corrigidos monetariamente mês a mês, e comprovada a regularidade dos reajustes dos salários de contribuição de modo a preservar seus valores reais e obedecidas as seguintes condições :~~

~~I - aos sessenta e cinco anos de idade, para o homem, e aos sessenta, para a mulher, reduzido em cinco anos o limite de idade para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, neste incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal;~~

~~II - após trinta e cinco anos de trabalho, ao homem, e, após trinta, à mulher, ou em tempo inferior, se sujeitos a trabalho sob condições especiais, que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidas em lei;~~

~~III - após trinta anos, ao professor, e, após vinte e cinco, à professora, por efetivo exercício de função de magistério.~~

~~§ 1º - É facultada aposentadoria proporcional, após trinta anos de trabalho, ao homem, e, após vinte e cinco, à mulher.~~

~~§ 2º - Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos sistemas de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei.~~

Art. 202. O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei complementar. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998) (Vide Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 1° A lei complementar de que trata este artigo assegurará ao participante de planos de benefícios de entidades de previdência privada o pleno acesso às informações relativas à gestão de seus respectivos planos. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 2° As contribuições do empregador, os benefícios e as condições contratuais previstas nos estatutos, regulamentos e planos de benefícios das entidades de previdência privada não integram o contrato de trabalho dos participantes, assim como, à exceção dos benefícios concedidos, não integram a remuneração dos participantes, nos termos da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 3º É vedado o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do segurado. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998) (Vide Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

~~§ 4º Lei complementar disciplinará a relação entre a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente, enquanto patrocinadoras de entidades fechadas de previdência privada, e suas respectivas entidades fechadas de previdência privada.~~ (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 4º Lei complementar disciplinará a relação entre a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente, enquanto patrocinadores de planos de benefícios previdenciários, e as entidades de previdência complementar. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

~~§ 5º A lei complementar de que trata o parágrafo anterior aplicar-se-á, no que couber, às empresas privadas permissionárias ou concessionárias de prestação de serviços públicos, quando patrocinadoras de entidades fechadas de previdência privada.~~ (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 5º A lei complementar de que trata o § 4º aplicar-se-á, no que couber, às empresas privadas permissionárias ou concessionárias de prestação de serviços públicos, quando patrocinadoras de planos de benefícios em entidades de previdência complementar. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

~~§ 6º A lei complementar a que se refere o § 4° deste artigo estabelecerá os requisitos para a designação dos membros das diretorias das entidades fechadas de previdência privada e disciplinará a inserção dos participantes nos colegiados e instâncias de decisão em que seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação.~~ (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 6º Lei complementar estabelecerá os requisitos para a designação dos membros das diretorias das entidades fechadas de previdência complementar instituídas pelos patrocinadores de que trata o § 4º e disciplinará a inserção dos participantes nos colegiados e instâncias de decisão em que seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

SEÇÃO IV

DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

VI - a redução da vulnerabilidade socioeconômica de famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 114, de 2021)

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

Parágrafo único. É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

I - despesas com pessoal e encargos sociais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

II - serviço da dívida; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

CAPÍTULO III

DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

SEÇÃO I

DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

~~V - valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União;~~

~~V - valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;~~ ~~(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)~~

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Lei nº 14.817, de 2024)

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

⚖ Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

~~I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;~~
~~I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria;~~ (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

~~II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;~~

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

~~IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;~~

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

~~VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.~~

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela freqüência à escola.

⚖ Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;

II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

⚖ Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§ 1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§ 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

⚖ Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

~~§ 1º A União organizará e financiará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, e prestará assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória.~~

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

~~§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e pré-escolar.~~

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

~~§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, os Estados e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório.~~ (Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)
~~§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório.~~ (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de forma a assegurar a universalização, a qualidade e a equidade do ensino obrigatório. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§ 5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§ 6º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão ação redistributiva em relação a suas escolas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§ 7º O padrão mínimo de qualidade de que trata o § 1º deste artigo considerará as condições adequadas de oferta e terá como referência o Custo Aluno Qualidade (CAQ), pactuados em regime de colaboração na forma disposta em lei complementar, conforme o parágrafo único do art. 23 desta Constituição. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

⚖ Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º Para efeito do cumprimento do disposto no "caput" deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

~~§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, nos termos do plano nacional de educação.~~

§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§ 4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

~~§ 5º O ensino fundamental público terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida, na forma da lei, pelas empresas, que dela poderão deduzir a aplicação realizada no ensino fundamental de seus empregados e dependentes.~~

~~§ 5º O ensino fundamental público terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas, na forma da lei.~~ (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Decreto nº 6.003, de 2006)

§ 6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§ 7º É vedado o uso dos recursos referidos no **caput** e nos §§ 5º e 6º deste artigo para pagamento de aposentadorias e de pensões. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§ 8º Na hipótese de extinção ou de substituição de impostos, serão redefinidos os percentuais referidos no **caput** deste artigo e no inciso II do **caput** do art. 212-A, de modo que resultem recursos vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, bem como os recursos subvinculados aos fundos de que trata o art. 212-A desta Constituição, em aplicações equivalentes às anteriormente praticadas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§ 9º A lei disporá sobre normas de fiscalização, de avaliação e de controle das despesas com educação nas esferas estadual, distrital e municipal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 212-A. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o **caput** do art. 212 desta Constituição à manutenção e ao desenvolvimento do ensino na educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais, respeitadas as seguintes disposições: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020) Regulamento

I - a distribuição dos recursos e de responsabilidades entre o Distrito Federal, os Estados e seus Municípios é assegurada mediante a instituição, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de natureza contábil; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

~~II - os fundos referidos no inciso I do **caput** deste artigo serão constituídos por 20% (vinte por cento) dos recursos a que se referem os incisos I, II e III do **caput** do art. 155, o inciso II do **caput** do art. 157, os incisos II, III e IV do **caput** do art. 158 e as alíneas "a" e "b" do inciso I e o inciso II do **caput** do art. 159 desta Constituição; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)~~

II - os fundos referidos no inciso I do **caput** deste artigo serão constituídos por 20% (vinte por cento): (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

a) das parcelas dos Estados no imposto de que trata o art. 156-A; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

b) da parcela do Distrito Federal no imposto de que trata o art. 156-A, relativa ao exercício de sua competência estadual, nos termos do art. 156-A, § 2º; e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

c) dos recursos a que se referem os incisos I, II e III do **caput** do art. 155, o inciso II do **caput** do art. 157, os incisos II, III e IV do **caput** do art. 158 e as alíneas "a" e "b" do inciso I e o inciso II do **caput** do art. 159 desta Constituição; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

III - os recursos referidos no inciso II do **caput** deste artigo serão distribuídos entre cada Estado e seus Municípios, proporcionalmente ao número de alunos das diversas etapas e modalidades da educação básica presencial matriculados nas respectivas redes, nos âmbitos de atuação prioritária, conforme estabelecido nos §§ 2º e 3º do art. 211 desta Constituição, observadas as ponderações referidas na alínea "a" do inciso X do **caput** e no § 2º deste artigo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

IV - a União complementará os recursos dos fundos a que se refere o inciso II do **caput** deste artigo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

V - a complementação da União será equivalente a, no mínimo, 23% (vinte e três por cento) do total de recursos a que se refere o inciso II do **caput** deste artigo, distribuída da seguinte forma: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

a) 10 (dez) pontos percentuais no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, sempre que o valor anual por aluno (VAAF), nos termos do inciso III do caput deste artigo, não alcançar o mínimo definido nacionalmente; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

b) no mínimo, 10,5 (dez inteiros e cinco décimos) pontos percentuais em cada rede pública de ensino municipal, estadual ou distrital, sempre que o valor anual total por aluno (VAAT), referido no inciso VI do **caput** deste artigo, não alcançar o mínimo definido nacionalmente; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

c) 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) pontos percentuais nas redes públicas que, cumpridas condicionalidades de melhoria de gestão previstas em lei, alcançarem evolução de indicadores a serem definidos, de atendimento e melhoria da aprendizagem com redução das desigualdades, nos termos do sistema nacional de avaliação da educação básica; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

VI - o VAAT será calculado, na forma da lei de que trata o inciso X do **caput** deste artigo, com base nos recursos a que se refere o inciso II do **caput** deste artigo, acrescidos de outras receitas e de transferências vinculadas à educação, observado o disposto no § 1º e consideradas as matrículas nos termos do inciso III do **caput** deste artigo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

VII - os recursos de que tratam os incisos II e IV do **caput** deste artigo serão aplicados pelos Estados e pelos Municípios exclusivamente nos respectivos âmbitos de atuação prioritária, conforme estabelecido nos §§ 2º e 3º do art. 211 desta Constituição; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

VIII - a vinculação de recursos à manutenção e ao desenvolvimento do ensino estabelecida no art. 212 desta Constituição suportará, no máximo, 30% (trinta por cento) da complementação da União, considerados para os fins deste inciso os valores previstos no inciso V do **caput** deste artigo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

IX - o disposto no **caput** do art. 160 desta Constituição aplica-se aos recursos referidos nos incisos II e IV do **caput** deste artigo, e seu descumprimento pela autoridade competente importará em crime de responsabilidade; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

X - a lei disporá, observadas as garantias estabelecidas nos incisos I, II, III e IV do **caput** e no § 1º do art. 208 e as metas pertinentes do plano nacional de educação, nos termos previstos no art. 214 desta Constituição, sobre: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

a) a organização dos fundos referidos no inciso I do caput deste artigo e a distribuição proporcional de seus recursos, as diferenças e as ponderações quanto ao valor anual por aluno entre etapas, modalidades, duração da jornada e tipos de estabelecimento de ensino, observados as respectivas especificidades e os insumos necessários para a garantia de sua qualidade; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

b) a forma de cálculo do VAAF decorrente do inciso III do **caput** deste artigo e do VAAT referido no inciso VI do caput deste artigo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

c) a forma de cálculo para distribuição prevista na alínea "c" do inciso V do **caput** deste artigo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

d) a transparência, o monitoramento, a fiscalização e o controle interno, externo e social dos fundos referidos no inciso I do **caput** deste artigo, assegurada a criação, a autonomia, a manutenção e a consolidação de conselhos de acompanhamento e controle social, admitida sua integração aos conselhos de educação; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

e) o conteúdo e a periodicidade da avaliação, por parte do órgão responsável, dos efeitos redistributivos, da melhoria dos indicadores educacionais e da ampliação do atendimento; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

XI - proporção não inferior a 70% (setenta por cento) de cada fundo referido no inciso I do **caput** deste artigo, excluídos os recursos de que trata a alínea "c" do inciso V do **caput** deste artigo, será destinada ao pagamento dos profissionais da educação básica em efetivo exercício, observado, em relação aos recursos previstos na alínea "b" do inciso V do **caput** deste artigo, o percentual mínimo de 15% (quinze por cento) para despesas de capital; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

XII - lei específica disporá sobre o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério da educação básica pública; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

XIII - a utilização dos recursos a que se refere o § 5º do art. 212 desta Constituição para a complementação da União ao Fundeb, referida no inciso V do **caput** deste artigo, é vedada. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

XIV - no exercício de 2025, da complementação de que trata o inciso V do**caput**, até 10% (dez por cento) dos valores de cada uma das modalidades referidas nesse dispositivo poderão ser repassados pela União para ações de fomento à criação de matrículas em tempo integral na educação básica pública, considerados indicadores de atendimento, melhoria da qualidade e redução de desigualdades, mantida a classificação orçamentária do repasse como Fundeb, não se aplicando, para fins deste inciso, os critérios de que tratam as alíneas "a", "b" e "c" do inciso V deste artigo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 135, de 2024)

XV - a partir do exercício de 2026, no mínimo 4% (quatro por cento) dos recursos dos fundos referidos no inciso I do**caput**deste artigo serão destinados pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios à criação de matrículas em tempo integral na educação básica, conforme diretrizes pactuadas entre a União e demais entes da Federação,

até o atingimento das metas de educação em tempo integral estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 135, de 2024)

§ 1º O cálculo do VAAT, referido no inciso VI do **caput** deste artigo, deverá considerar, além dos recursos previstos no inciso II do **caput** deste artigo, pelo menos, as seguintes disponibilidades: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

I - receitas de Estados, do Distrito Federal e de Municípios vinculadas à manutenção e ao desenvolvimento do ensino não integrantes dos fundos referidos no inciso I do **caput** deste artigo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

II - cotas estaduais e municipais da arrecadação do salário-educação de que trata o § 6º do art. 212 desta Constituição; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

III - complementação da União transferida a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios nos termos da alínea "a" do inciso V do **caput** deste artigo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§ 2º Além das ponderações previstas na alínea "a" do inciso X do **caput** deste artigo, a lei definirá outras relativas ao nível socioeconômico dos educandos e aos indicadores de disponibilidade de recursos vinculados à educação e de potencial de arrecadação tributária de cada ente federado, bem como seus prazos de implementação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§ 3º Será destinada à educação infantil a proporção de 50% (cinquenta por cento) dos recursos globais a que se refere a alínea "b" do inciso V do **caput** deste artigo, nos termos da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

⚖ Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

I - comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;

II - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.

§ 1º Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental e médio, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade da residência do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede na localidade.

~~§ 2º As atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público.~~

§ 2º As atividades de pesquisa, de extensão e de estímulo e fomento à inovação realizadas por universidades e/ou por instituições de educação profissional e tecnológica poderão receber apoio financeiro do Poder Público. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)

~~Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do Poder Público que conduzam à:~~

⚖ Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - melhoria da qualidade do ensino;

IV - formação para o trabalho;

V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.

VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

SEÇÃO II

DA CULTURA

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. Regulamento

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

I defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

II produção, promoção e difusão de bens culturais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

III formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

IV democratização do acesso aos bens de cultura; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

V valorização da diversidade étnica e regional. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem. (Vide Lei nº 12.527, de 2011)

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

§ 6 º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

I - despesas com pessoal e encargos sociais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

II - serviço da dívida; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

Art. 216-A. O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012)

§ 1º O Sistema Nacional de Cultura fundamenta-se na política nacional de cultura e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Nacional de Cultura, e rege-se pelos seguintes princípios: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012)

I - diversidade das expressões culturais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012)

II - universalização do acesso aos bens e serviços culturais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012)

III - fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012)

IV - cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012)

V - integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012)

VI - complementaridade nos papéis dos agentes culturais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012)

VII - transversalidade das políticas culturais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012)

VIII - autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012)

IX - transparência e compartilhamento das informações; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012)

X - democratização dos processos decisórios com participação e controle social; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012)

XI - descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012)

XII - ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012)

§ 2º Constitui a estrutura do Sistema Nacional de Cultura, nas respectivas esferas da Federação: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012)

I - órgãos gestores da cultura; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012)

II - conselhos de política cultural; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012)

III - conferências de cultura; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012)

IV - comissões intergestores; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012)

V - planos de cultura; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012)

VI - sistemas de financiamento à cultura; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012)

VII - sistemas de informações e indicadores culturais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012)

VIII - programas de formação na área da cultura; e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012)

IX - sistemas setoriais de cultura. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012)

§ 3º Lei federal disporá sobre a regulamentação do Sistema Nacional de Cultura, bem como de sua articulação com os demais sistemas nacionais ou políticas setoriais de governo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012)

§ 4º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão seus respectivos sistemas de cultura em leis próprias. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012)

SEÇÃO III

DO DESPORTO

⚖ Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:

I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não- profissional;

IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

§ 1º O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.

§ 2º A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

§ 3º O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social.

~~CAPÍTULO IV~~
~~DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA~~

CAPÍTULO IV

DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)

~~Art. 218. O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas.~~

⚖ Art. 218. O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)

~~§ 1º A pesquisa científica básica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso das ciências.~~

§ 1º A pesquisa científica básica e tecnológica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso da ciência, tecnologia e inovação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)

§ 2º A pesquisa tecnológica voltar-se-á preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.

~~§ 3º O Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa e tecnologia, e concederá aos que delas se ocupem meios e condições especiais de trabalho.~~

§ 3º O Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa, tecnologia e inovação, inclusive por meio do apoio às atividades de extensão tecnológica, e concederá aos que delas se ocupem meios e condições especiais de trabalho. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)

§ 4º A lei apoiará e estimulará as empresas que invistam em pesquisa, criação de tecnologia adequada ao País, formação e aperfeiçoamento de seus recursos humanos e que pratiquem sistemas de remuneração que assegurem ao empregado, desvinculada do salário, participação nos ganhos econômicos resultantes da produtividade de seu trabalho.

§ 5º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.

§ 6º O Estado, na execução das atividades previstas no caput , estimulará a articulação entre entes, tanto públicos quanto privados, nas diversas esferas de governo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)

§ 7º O Estado promoverá e incentivará a atuação no exterior das instituições públicas de ciência, tecnologia e inovação, com vistas à execução das atividades previstas no caput. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)

⚖ Art. 219. O mercado interno integra o patrimônio nacional e será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e sócio-econômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do País, nos termos de lei federal.

Parágrafo único. O Estado estimulará a formação e o fortalecimento da inovação nas empresas, bem como nos demais entes, públicos ou privados, a constituição e a manutenção de parques e polos tecnológicos e de demais ambientes promotores da inovação, a atuação dos inventores independentes e a criação, absorção, difusão e transferência de tecnologia. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)

⚖ Art. 219-A. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão firmar instrumentos de cooperação com órgãos e entidades públicos e com entidades privadas, inclusive para o compartilhamento de recursos humanos especializados e capacidade instalada, para a execução de projetos de pesquisa, de desenvolvimento científico e

tecnológico e de inovação, mediante contrapartida financeira ou não financeira assumida pelo ente beneficiário, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)

Art. 219-B. O Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) será organizado em regime de colaboração entre entes, tanto públicos quanto privados, com vistas a promover o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)

§ 1º Lei federal disporá sobre as normas gerais do SNCTI. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)

§ 2º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios legislarão concorrentemente sobre suas peculiaridades. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)

CAPÍTULO V

DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

§ 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

§ 3º Compete à lei federal:

I - regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao Poder Público informar sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada;

II - estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no art. 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente.

§ 4º A propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias estará sujeita a restrições legais, nos termos do inciso II do parágrafo anterior, e conterá, sempre que necessário, advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso.

§ 5º Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio.

§ 6º A publicação de veículo impresso de comunicação independe de licença de autoridade.

Art. 221. A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;

II - promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;

III - regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei;

IV - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

~~Art. 222. A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, aos quais caberá a responsabilidade por sua administração e orientação intelectual.~~

Art. 222. A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 36, de 2002)

~~§ 1º - É vedada a participação de pessoa jurídica no capital social de empresa jornalística ou de radiodifusão, exceto a de partido político e de sociedades cujo capital pertença exclusiva e nominalmente a brasileiros.~~

§ 1º Em qualquer caso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 36, de 2002)

~~§ 2º - A participação referida no parágrafo anterior só se efetuará através de capital sem direito a voto e não poderá exceder a trinta por cento do capital social.~~

§ 2º A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, em qualquer meio de comunicação social. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 36, de 2002)

§ 3º Os meios de comunicação social eletrônica, independentemente da tecnologia utilizada para a prestação do serviço, deverão observar os princípios enunciados no art. 221, na forma de lei específica, que também garantirá a prioridade de profissionais brasileiros na execução de produções nacionais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 36, de 2002)

§ 4º Lei disciplinará a participação de capital estrangeiro nas empresas de que trata o § 1º. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 36, de 2002)

§ 5º As alterações de controle societário das empresas de que trata o § 1º serão comunicadas ao Congresso Nacional. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 36, de 2002)

⚖ Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

⚖ Art. 224. Para os efeitos do disposto neste capítulo, o Congresso Nacional instituirá, como seu órgão auxiliar, o Conselho de Comunicação Social, na forma da lei.

CAPÍTULO VI

DO MEIO AMBIENTE

⚖ Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá- lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas; (Regulamento)

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético; (Regulamento) (Regulamento) (Regulamento) (Regulamento)

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção; (Regulamento)

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade; (Regulamento)

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente; (Regulamento)

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade. (Regulamento)

~~VIII - manter regime fiscal favorecido para os biocombustíveis destinados ao consumo final, na forma de lei complementar, a fim de assegurar-lhes tributação inferior à incidente sobre os combustíveis fósseis, capaz de garantir diferencial competitivo em relação a estes, especialmente em relação às contribuições de que tratam a alínea "b" do inciso I e o inciso IV do caput do art. 195 e o art. 239 e ao imposto a que se refere o inciso II do caput do art. 155 desta Constituição.~~ (Incluído pela Emenda Constitucional nº 123, de 2022)

VIII - manter regime fiscal favorecido para os biocombustíveis e para o hidrogênio de baixa emissão de carbono, na forma de lei complementar, a fim de assegurar-lhes tributação inferior à incidente sobre os combustíveis fósseis, capaz de garantir diferencial competitivo em relação a estes, especialmente em relação às contribuições de que tratam o art. 195, I, "b", IV e V, e o art. 239 e aos impostos a que se referem os arts. 155, II, e 156-A. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 2º Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais. (Regulamento) (Regulamento)

§ 5º São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

§ 6º As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

§ 7º Para fins do disposto na parte final do inciso VII do § 1º deste artigo, não se consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais, conforme o § 1º do art. 215 desta Constituição Federal, registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro, devendo ser regulamentadas por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 96, de 2017)

CAPÍTULO VII

~~DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO~~

DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DO JOVEM E DO IDOSO
(Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)

⚖ Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 1º O casamento é civil e gratuita a celebração.

§ 2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.

§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento. (Regulamento)

§ 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

§ 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

~~§ 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio, após prévia separação judicial por mais de um ano nos casos expressos em lei, ou comprovada separação de fato por mais de dois anos.~~

§ 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 66, de 2010)

§ 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas. Regulamento

§ 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

~~Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.~~

⚖ Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de

negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)

~~§ 1º - O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não governamentais e obedecendo os seguintes preceitos:~~

§ 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais, mediante políticas específicas e obedecendo aos seguintes preceitos: (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)

I - aplicação de percentual dos recursos públicos destinados à saúde na assistência materno-infantil;

~~II - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.~~

II - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)

§ 2º A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

§ 3º O direito a proteção especial abrangerá os seguintes aspectos:

I - idade mínima de quatorze anos para admissão ao trabalho, observado o disposto no art. 7º, XXXIII;

II - garantia de direitos previdenciários e trabalhistas;

~~III - garantia de acesso do trabalhador adolescente à escola;~~

III - garantia de acesso do trabalhador adolescente e jovem à escola; (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)

IV - garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual e defesa técnica por profissional habilitado, segundo dispuser a legislação tutelar específica;

V - obediência aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade;

VI - estímulo do Poder Público, através de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, nos termos da lei, ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente órfão ou abandonado;

~~VII - programas de prevenção e atendimento especializado à criança e ao adolescente dependente de entorpecentes e drogas afins.~~

VII - programas de prevenção e atendimento especializado à criança, ao adolescente e ao jovem dependente de entorpecentes e drogas afins. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)

§ 4º A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.

§ 5º A adoção será assistida pelo Poder Público, na forma da lei, que estabelecerá casos e condições de sua efetivação por parte de estrangeiros.

§ 6º Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

§ 7º No atendimento dos direitos da criança e do adolescente levar-se- á em consideração o disposto no art. 204.

§ 8º A lei estabelecerá: (Incluído Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)

I - o estatuto da juventude, destinado a regular os direitos dos jovens; (Incluído Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)

II - o plano nacional de juventude, de duração decenal, visando à articulação das várias esferas do poder público para a execução de políticas públicas. (Incluído Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)

⚖ Art. 228. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial.

Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.

Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

§ 1º Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares.

§ 2º Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

CAPÍTULO VIII

DOS ÍNDIOS

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. Regulamento

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§ 5º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, "ad referendum" do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

§ 6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé.

§ 7º Não se aplica às terras indígenas o disposto no art. 174, § 3º e § 4º.

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

TÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS

~~Art. 233. Para efeito do art. 7º, XXIX, o empregador rural comprovará, de cinco em cinco anos, perante a Justiça do Trabalho, o cumprimento das suas obrigações trabalhistas para com o empregado rural, na presença deste e de seu representante sindical.~~ ~~(Revogado pela Emenda Constitucional nº 28, de 25/05/2000)~~

~~§ 1º Uma vez comprovado o cumprimento das obrigações mencionadas neste artigo, fica o empregador isento de qualquer ônus decorrente daquelas obrigações no período respectivo. Caso o empregado e seu representante não concordem com a comprovação do empregador, caberá à Justiça do Trabalho a solução da controvérsia.~~ (Revogado pela Emenda Constitucional nº 28, de 25/05/2000)

~~§ 2º Fica ressalvado ao empregado, em qualquer hipótese, o direito de postular, judicialmente, os créditos que entender existir, relativamente aos últimos cinco anos.~~ (Revogado pela Emenda Constitucional nº 28, de 25/05/2000)

~~§ 3º A comprovação mencionada neste artigo poderá ser feita em prazo inferior a cinco anos, a critério do empregador.~~ (Revogado pela Emenda Constitucional nº 28, de 25/05/2000)

Art. 234. É vedado à União, direta ou indiretamente, assumir, em decorrência da criação de Estado, encargos referentes a despesas com pessoal inativo e com encargos e amortizações da dívida interna ou externa da administração pública, inclusive da indireta.

Art. 235. Nos dez primeiros anos da criação de Estado, serão observadas as seguintes normas básicas:

I - a Assembléia Legislativa será composta de dezessete Deputados se a população do Estado for inferior a seiscentos mil habitantes, e de vinte e quatro, se igual ou superior a esse número, até um milhão e quinhentos mil;

II - o Governo terá no máximo dez Secretarias;

III - o Tribunal de Contas terá três membros, nomeados, pelo Governador eleito, dentre brasileiros de comprovada idoneidade e notório saber;

IV - o Tribunal de Justiça terá sete Desembargadores;

V - os primeiros Desembargadores serão nomeados pelo Governador eleito, escolhidos da seguinte forma:

a) cinco dentre os magistrados com mais de trinta e cinco anos de idade, em exercício na área do novo Estado ou do Estado originário;

b) dois dentre promotores, nas mesmas condições, e advogados de comprovada idoneidade e saber jurídico, com dez anos, no mínimo, de exercício profissional, obedecido o procedimento fixado na Constituição;

VI - no caso de Estado proveniente de Território Federal, os cinco primeiros Desembargadores poderão ser escolhidos dentre juízes de direito de qualquer parte do País;

VII - em cada Comarca, o primeiro Juiz de Direito, o primeiro Promotor de Justiça e o primeiro Defensor Público serão nomeados pelo Governador eleito após concurso público de provas e títulos;

VIII - até a promulgação da Constituição Estadual, responderão pela Procuradoria-Geral, pela Advocacia-Geral e pela Defensoria-Geral do Estado advogados de notório saber, com trinta e cinco anos de idade, no mínimo, nomeados pelo Governador eleito e demissíveis "ad nutum";

IX - se o novo Estado for resultado de transformação de Território Federal, a transferência de encargos financeiros da União para pagamento dos servidores optantes que pertenciam à Administração Federal ocorrerá da seguinte forma:

a) no sexto ano de instalação, o Estado assumirá vinte por cento dos encargos financeiros para fazer face ao pagamento dos servidores públicos, ficando ainda o restante sob a responsabilidade da União;

b) no sétimo ano, os encargos do Estado serão acrescidos de trinta por cento e, no oitavo, dos restantes cinqüenta por cento;

X - as nomeações que se seguirem às primeiras, para os cargos mencionados neste artigo, serão disciplinadas na Constituição Estadual;

XI - as despesas orçamentárias com pessoal não poderão ultrapassar cinqüenta por cento da receita do Estado.

⚖ Art. 236. Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público. (Regulamento)

§ 1º Lei regulará as atividades, disciplinará a responsabilidade civil e criminal dos notários, dos oficiais de registro e de seus prepostos, e definirá a fiscalização de seus atos pelo Poder Judiciário.

§ 2º Lei federal estabelecerá normas gerais para fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro. (Regulamento)

§ 3º O ingresso na atividade notarial e de registro depende de concurso público de provas e títulos, não se permitindo que qualquer serventia fique vaga, sem abertura de concurso de provimento ou de remoção, por mais de seis meses.

⚖ Art. 237. A fiscalização e o controle sobre o comércio exterior, essenciais à defesa dos interesses fazendários nacionais, serão exercidos pelo Ministério da Fazenda.

⚖ Art. 238. A lei ordenará a venda e revenda de combustíveis de petróleo, álcool carburante e outros combustíveis derivados de matérias-primas renováveis, respeitados os princípios desta Constituição.

~~Art. 239. A arrecadação decorrente das contribuições para o Programa de Integração Social, criado pela Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970 , e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, criado pela Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970 , passa, a partir da promulgação desta Constituição, a financiar, nos termos que a lei dispuser, o programa do seguro-desemprego e o abono de que trata o § 3º deste artigo.~~ (Regulamento)

⚖ Art. 239. A arrecadação decorrente das contribuições para o Programa de Integração Social, criado pela Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, criado pela Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970, passa, a partir da promulgação desta Constituição, a financiar, nos termos que a lei dispuser, o programa do seguro-desemprego, outras ações da previdência social e o abono de que trata o § 3º deste artigo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

~~§ 1º Dos recursos mencionados no "caput" deste artigo, pelo menos quarenta por cento serão destinados a financiar programas de desenvolvimento econômico, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e~~

~~Social, com critérios de remuneração que lhes preservem o valor.~~

§ 1º Dos recursos mencionados no caput, no mínimo 28% (vinte e oito por cento) serão destinados para o financiamento de programas de desenvolvimento econômico, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, com critérios de remuneração que preservem o seu valor. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

§ 2º Os patrimônios acumulados do Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público são preservados, mantendo-se os critérios de saque nas situações previstas nas leis específicas, com exceção da retirada por motivo de casamento, ficando vedada a distribuição da arrecadação de que trata o "caput" deste artigo, para depósito nas contas individuais dos participantes.

~~§ 3º Aos empregados que percebam de empregadores que contribuem para o Programa de Integração Social ou para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, até dois salários mínimos de remuneração mensal, é assegurado o pagamento de um salário mínimo anual, computado neste valor o rendimento das contas individuais, no caso daqueles que já participavam dos referidos programas, até a data da promulgação desta Constituição.~~

§ 3º Aos empregados que percebam de empregadores que contribuem para o Programa de Integração Social ou para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público remuneração mensal de até 2 (duas) vezes o salário mínimo do ano-base para pagamento em 2025, corrigida, a partir de 2026, pela variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado e divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou de outro índice que vier a substituí-lo, acumulada no segundo exercício anterior ao de pagamento do benefício, é assegurado o pagamento de 1 (um) salário mínimo anual, computado nesse valor o rendimento das contas individuais, no caso daqueles que já participavam dos referidos Programas, até a data de promulgação desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 135, de 2024)

§ 3º-A. O limite para elegibilidade do benefício de que trata o § 3º deste artigo não será inferior ao valor equivalente ao salário mínimo do período trabalhado multiplicado pelo índice de 1,5 (um inteiro e cinco décimos). (Incluído pela Emenda Constitucional nº 135, de 2024)

§ 4º O financiamento do seguro-desemprego receberá uma contribuição adicional da empresa cujo índice de rotatividade da força de trabalho superar o índice médio da rotatividade do setor, na forma estabelecida por lei.

§ 5º Os programas de desenvolvimento econômico financiados na forma do § 1º e seus resultados serão anualmente avaliados e divulgados em meio de comunicação social eletrônico e apresentados em reunião da comissão mista permanente de que trata o § 1º do art. 166. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

⚖ Art. 240. Ficam ressalvadas do disposto no art. 195 as atuais contribuições compulsórias dos empregadores sobre a folha de salários, destinadas às entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical.

~~Art. 241. Aos delegados de polícia de carreira aplica-se o princípio do art. 39, § 1º, correspondente às carreiras disciplinadas no art. 135 desta Constituição.~~

⚖ Art. 241. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

⚖ Art. 242. O princípio do art. 206, IV, não se aplica às instituições educacionais oficiais criadas por lei estadual ou municipal e existentes na data da promulgação desta Constituição, que não sejam total ou preponderantemente mantidas com recursos públicos.

§ 1º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro.

§ 2º O Colégio Pedro II, localizado na cidade do Rio de Janeiro, será mantido na órbita federal.

~~Art. 243. As glebas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas serão imediatamente expropriadas e especificamente destinadas ao assentamento de colonos, para o cultivo de produtos alimentícios e medicamentosos, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.~~

~~Parágrafo único. Todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins será confiscado e reverterá em benefício de instituições e pessoal especializados no tratamento e recuperação de viciados e no aparelhamento e custeio de atividades de fiscalização, controle, prevenção e repressão do crime de tráfico dessas substâncias.~~

⚖ Art. 243. As propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo na forma da lei serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções

previstas em lei, observado, no que couber, o disposto no art. 5º. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 81, de 2014)

Parágrafo único. Todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e da exploração de trabalho escravo será confiscado e reverterá a fundo especial com destinação específica, na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 81, de 2014)

Art. 244. A lei disporá sobre a adaptação dos logradouros, dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo atualmente existentes a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência, conforme o disposto no art. 227, § 2º.

Art. 245. A lei disporá sobre as hipóteses e condições em que o Poder Público dará assistência aos herdeiros e dependentes carentes de pessoas vitimadas por crime doloso, sem prejuízo da responsabilidade civil do autor do ilícito.

~~Art.246. É vedada a adoção de medida provisória na regulamentação de artigo da Constituição cuja redação tenha sido alterada por meio de emenda promulgada a partir de 1995.~~ (Incluído pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995)

~~Art. 246. É vedada a adoção de medida provisória na regulamentação de artigo da Constituição cuja redação tenha sido alterada por meio de emenda promulgada a partir de 1995.~~ (Incluído pela Emenda Constitucional nº 7, de 1995)

Art. 246. É vedada a adoção de medida provisória na regulamentação de artigo da Constituição cuja redação tenha sido alterada por meio de emenda promulgada entre 1º de janeiro de 1995 até a promulgação desta emenda, inclusive. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

Art. 247. As leis previstas no inciso III do § 1º do art. 41 e no § 7º do art. 169 estabelecerão critérios e garantias especiais para a perda do cargo pelo servidor público estável que, em decorrência das atribuições de seu cargo efetivo, desenvolva atividades exclusivas de Estado. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Parágrafo único. Na hipótese de insuficiência de desempenho, a perda do cargo somente ocorrerá mediante processo administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Art. 248. Os benefícios pagos, a qualquer título, pelo órgão responsável pelo regime geral de previdência social, ainda que à conta do Tesouro Nacional, e os não sujeitos ao limite máximo de valor fixado para os benefícios concedidos por esse regime observarão os limites fixados no art. 37, XI. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

Art. 249. Com o objetivo de assegurar recursos para o pagamento de proventos de aposentadoria e pensões concedidas aos respectivos servidores e seus dependentes, em adição aos recursos dos respectivos tesouros, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão constituir fundos integrados pelos recursos provenientes de contribuições e por bens, direitos e ativos de qualquer natureza, mediante lei que disporá sobre a natureza e administração desses fundos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

Art. 250. Com o objetivo de assegurar recursos para o pagamento dos benefícios concedidos pelo regime geral de previdência social, em adição aos recursos de sua arrecadação, a União poderá constituir fundo integrado por bens, direitos e ativos de qualquer natureza, mediante lei que disporá sobre a natureza e administração desse fundo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

Brasília, 5 de outubro de 1988.

Ulysses Guimarães

, Presidente - *Mauro Benevides* , 1.º Vice-Presidente - *Jorge Arbage* , 2.º Vice-Presidente - *Marcelo Cordeiro* , 1.º Secretário - *Mário Maia* , 2.º Secretário - *Arnaldo Faria de Sá* , 3.º Secretário - *Benedita da Silva* , 1.º Suplente de Secretário - *Luiz Soyer* , 2.º Suplente de Secretário - *Sotero Cunha* , 3.º Suplente de Secretário - *Bernardo Cabral* , Relator Geral - *Adolfo Oliveira* , Relator Adjunto - *Antônio Carlos Konder Reis* , Relator Adjunto - *José Fogaça* , Relator Adjunto - *Abigail Feitosa - Acival Gomes - Adauto Pereira - Ademir Andrade - Adhemar de Barros Filho - Adroaldo Streck - Adylson Motta - Aécio de Borba - Aécio Neves - Affonso Camargo - Afif Domingos - Afonso Arinos - Afonso Sancho - Agassiz Almeida - Agripino de Oliveira Lima - Airton Cordeiro - Airton Sandoval - Alarico Abib - Albano Franco - Albérico Cordeiro - Albérico Filho - Alceni Guerra - Alcides Saldanha - Aldo Arantes - Alércio Dias - Alexandre Costa - Alexandre Puzyna - Alfredo Campos - Almir Gabriel - Aloisio Vasconcelos - Aloysio Chaves - Aloysio Teixeira - Aluizio Bezerra - Aluízio Campos - Álvaro Antônio - Álvaro Pacheco - Álvaro Valle - Alysson Paulinelli - Amaral Netto - Amaury Müller - Amilcar Moreira - Ângelo Magalhães - Anna Maria Rattes - Annibal Barcellos - Antero de Barros - Antônio Câmara - Antônio Carlos Franco - Antonio Carlos Mendes Thame - Antônio de Jesus - Antonio Ferreira - Antonio Gaspar - Antonio Mariz - Antonio Perosa - Antônio Salim Curiati - Antonio Ueno - Arnaldo Martins - Arnaldo Moraes - Arnaldo Prieto - Arnold Fioravante - Arolde de Oliveira - Artenir Werner - Artur da Távola - Asdrubal Bentes - Assis Canuto - Átila Lira - Augusto Carvalho - Áureo Mello - Basílio Villani - Benedicto Monteiro - Benito Gama - Beth Azize - Bezerra de Melo - Bocayuva Cunha - Bonifácio de Andrada - Bosco França - Brandão Monteiro - Caio Pompeu - Carlos Alberto - Carlos Alberto Caó - Carlos Benevides - Carlos Cardinal - Carlos Chiarelli - Carlos Cotta - Carlos De'Carli - Carlos Mosconi - Carlos Sant'Anna*

- Carlos Vinagre - Carlos Virgílio - Carrel Benevides - Cássio Cunha Lima - Célio de Castro - Celso Dourado - César Cals Neto - César Maia - Chagas Duarte - Chagas Neto - Chagas Rodrigues - Chico Humberto - Christóvam Chiaradia - Cid Carvalho - Cid Sabóia de Carvalho - Cláudio Ávila - Cleonâncio Fonseca - Costa Ferreira - Cristina Tavares - Cunha Bueno - Dálton Canabrava - Darcy Deitos - Darcy Pozza - Daso Coimbra - Davi Alves Silva - Del Bosco Amaral - Delfim Netto - Délio Braz - Denisar Arneiro - Dionisio Dal Prá - Dionísio Hage - Dirce Tutu Quadros - Dirceu Carneiro - Divaldo Suruagy - Djenal Gonçalves - Domingos Juvenil - Domingos Leonelli - Doreto Campanari - Edésio Frias - Edison Lobão - Edivaldo Motta - Edme Tavares - Edmilson Valentim - Eduardo Bonfim - Eduardo Jorge - Eduardo Moreira - Egídio Ferreira Lima - Elias Murad - Eliel Rodrigues - Eliézer Moreira - Enoc Vieira - Eraldo Tinoco - Eraldo Trindade - Erico Pegoraro - Ervin Bonkoski - Etevaldo Nogueira - Euclides Scalco - Eunice Michiles - Evaldo Gonçalves - Expedito Machado - Ézio Ferreira - Fábio Feldmann - Fábio Raunheitti - Farabulini Júnior - Fausto Fernandes - Fausto Rocha - Felipe Mendes - Feres Nader - Fernando Bezerra Coelho - Fernando Cunha - Fernando Gasparian - Fernando Gomes - Fernando Henrique Cardoso - Fernando Lyra - Fernando Santana - Fernando Velasco - Firmo de Castro - Flavio Palmier da Veiga - Flávio Rocha - Florestan Fernandes - Floriceno Paixão - França Teixeira - Francisco Amaral - Francisco Benjamim - Francisco Carneiro - Francisco Coelho - Francisco Diógenes - Francisco Dornelles - Francisco Küster - Francisco Pinto - Francisco Rollemberg - Francisco Rossi - Francisco Sales - Furtado Leite - Gabriel Guerreiro - Gandi Jamil - Gastone Righi - Genebaldo Correia - Genésio Bernardino - Geovani Borges - Geraldo Alckmin Filho - Geraldo Bulhões - Geraldo Campos - Geraldo Fleming - Geraldo Melo - Gerson Camata - Gerson Marcondes - Gerson Peres - Gidel Dantas - Gil César - Gilson Machado - Gonzaga Patriota - Guilherme Palmeira - Gumercindo Milhomem - Gustavo de Faria - Harlan Gadelha - Haroldo Lima - Haroldo Sabóia - Hélio Costa - Hélio Duque - Hélio Manhães - Hélio Rosas - Henrique Córdova - Henrique Eduardo Alves - Heráclito Fortes - Hermes Zaneti - Hilário Braun - Homero Santos - Humberto Lucena - Humberto Souto - Iberê Ferreira - Ibsen Pinheiro - Inocêncio Oliveira - Irajá Rodrigues - Iram Saraiva - Irapuan Costa Júnior - Irma Passoni - Ismael Wanderley - Israel Pinheiro - Itamar Franco - Ivo Cersósimo - Ivo Lech - Ivo Mainardi - Ivo Vanderlinde - Jacy Scanagatta - Jairo Azi - Jairo Carneiro - Jalles Fontoura - Jamil Haddad - Jarbas Passarinho - Jayme Paliarin - Jayme Santana - Jesualdo Cavalcanti - Jesus Tajra - Joaci Góes - João Agripino - João Alves - João Calmon - João Carlos Bacelar - João Castelo - João Cunha - João da Mata - João de Deus Antunes - João Herrmann Neto - João Lobo - João Machado Rollemberg - João Menezes - João Natal - João Paulo - João Rezek - Joaquim Bevilácqua - Joaquim Francisco - Joaquim Hayckel - Joaquim Sucena - Jofran Frejat - Jonas Pinheiro - Jonival Lucas - Jorge Bornhausen - Jorge Hage - Jorge Leite - Jorge Uequed - Jorge Vianna - José Agripino - José Camargo - José Carlos Coutinho - José Carlos Grecco - José Carlos Martinez - José Carlos Sabóia - José Carlos Vasconcelos - José Costa - José da Conceição - José Dutra - José Egreja - José Elias - José Fernandes - José Freire - José Genoíno - José Geraldo - José Guedes - José Ignácio Ferreira - José Jorge - José Lins - José Lourenço - José Luiz de Sá - José Luiz Maia - José Maranhão - José Maria Eymael - José Maurício - José Melo - José Mendonça Bezerra - José Moura - José Paulo Bisol - José Queiroz - José Richa - José Santana de Vasconcellos - José Serra - José Tavares - José Teixeira - José Thomaz Nonô - José Tinoco - José Ulísses de Oliveira - José Viana - José Yunes - Jovanni Masini - Juarez Antunes - Júlio Campos - Júlio Costamilan - Jutahy Júnior - Jutahy Magalhães - Koyu Iha - Lael Varella - Lavoisier Maia - Leite Chaves - Lélio Souza - Leopoldo Peres - Leur Lomanto - Levy Dias - Lézio Sathler - Lídice da Mata - Louremberg Nunes Rocha - Lourival Baptista - Lúcia Braga - Lúcia Vânia - Lúcio Alcântara - Luís Eduardo - Luís Roberto Ponte - Luiz Alberto Rodrigues - Luiz Freire - Luiz Gushiken - Luiz Henrique - Luiz Inácio Lula da Silva - Luiz Leal - Luiz Marques - Luiz Salomão - Luiz Viana - Luiz Viana Neto - Lysâneas Maciel - Maguito Vilela - Maluly Neto - Manoel Castro - Manoel Moreira - Manoel Ribeiro - Mansueto de Lavor - Manuel Viana - Márcia Kubitschek - Márcio Braga - Márcio Lacerda - Marco Maciel - Marcondes Gadelha - Marcos Lima - Marcos Queiroz - Maria de Lourdes Abadia - Maria Lúcia - Mário Assad - Mário Covas - Mário de Oliveira - Mário Lima - Marluce Pinto - Matheus Iensen - Mattos Leão - Maurício Campos - Maurício Correa - Maurício Fruet - Maurício Nasser - Maurício Pádua - Maurílio Ferreira Lima - Mauro Borges - Mauro Campos - Mauro Miranda - Mauro Sampaio - Max Rosenmann - Meira Filho - Melo Freire - Mello Reis - Mendes Botelho - Mendes Canale - Mendes Ribeiro - Messias Góis - Messias Soares - Michel Temer - Milton Barbosa - Milton Lima - Milton Reis - Miraldo Gomes - Miro Teixeira - Moema São Thiago - Moysés Pimentel - Mozarildo Cavalcanti - Mussa Demes - Myrian Portella - Nabor Júnior - Naphtali Alves de Souza - Narciso Mendes - Nelson Aguiar - Nelson Carneiro - Nelson Jobim - Nelson Sabrá - Nelson Seixas - Nelson Wedekin - Nelton Friedrich - Nestor Duarte - Ney Maranhão - Nilso Sguarezi - Nilson Gibson - Nion Albernaz - Noel de Carvalho - Nyder Barbosa - Octávio Elísio - Odacir Soares - Olavo Pires - Olívio Dutra - Onofre Corrêa - Orlando Bezerra - Orlando Pacheco - Oscar Corrêa - Osmar Leitão - Osmir Lima - Osmundo Rebouças - Osvaldo Bender - Osvaldo Coelho - Osvaldo Macedo - Osvaldo Sobrinho - Oswaldo Almeida - Oswaldo Trevisan - Ottomar Pinto - Paes de Andrade - Paes Landim - Paulo Delgado - Paulo Macarini - Paulo Marques - Paulo Mincarone - Paulo Paim - Paulo Pimentel - Paulo Ramos - Paulo Roberto - Paulo Roberto Cunha - Paulo Silva - Paulo Zarzur - Pedro Canedo - Pedro Ceolin - Percival Muniz - Pimenta da Veiga - Plínio Arruda Sampaio - Plínio Martins - Pompeu de Sousa - Rachid Saldanha Derzi - Raimundo Bezerra - Raimundo Lira - Raimundo Rezende - Raquel Cândido - Raquel Capiberibe - Raul Belém - Raul Ferraz - Renan Calheiros - Renato Bernardi - Renato Johnsson - Renato Vianna - Ricardo Fiuza - Ricardo Izar - Rita Camata - Rita Furtado - Roberto Augusto - Roberto Balestra - Roberto Brant - Roberto Campos - Roberto D'Ávila - Roberto Freire - Roberto Jefferson - Roberto Rollemberg - Roberto Torres - Roberto Vital - Robson Marinho - Rodrigues Palma - Ronaldo Aragão - Ronaldo Carvalho - Ronaldo Cezar Coelho - Ronan Tito - Ronaro Corrêa - Rosa Prata - Rose de Freitas - Rospide Netto - Rubem Branquinho - Rubem Medina - Ruben Figueiró - Ruberval Pilotto - Ruy Bacelar - Ruy Nedel - Sadie Hauache - Salatiel Carvalho - Samir Achôa - Sandra Cavalcanti - Santinho Furtado - Sarney Filho - Saulo Queiroz - Sérgio Brito - Sérgio Spada - Sérgio Werneck - Severo Gomes - Sigmaringa Seixas - Sílvio Abreu - Simão Sessim - Siqueira Campos - Sólon Borges dos Reis - Stélio Dias - Tadeu França - Telmo Kirst - Teotonio Vilela Filho - Theodoro Mendes - Tito Costa - Ubiratan Aguiar - Ubiratan Spinelli - Uldurico Pinto - Valmir Campelo - Valter Pereira - Vasco Alves - Vicente Bogo - Victor Faccioni - Victor Fontana - Victor Trovão - Vieira da Silva - Vilson Souza - Vingt Rosado - Vinicius Cansanção - Virgildásio de Senna - Virgílio Galassi - Virgílio Guimarães - Vitor Buaiz - Vivaldo Barbosa - Vladimir Palmeira - Wagner Lago - Waldec Ornélas - Waldyr Pugliesi - Walmor de Luca - Wilma Maia - Wilson Campos - Wilson Martins - Ziza Valadares.

Participantes: *Álvaro Dias - Antônio Britto - Bete Mendes - Borges da Silveira - Cardoso Alves - Edivaldo Holanda - Expedito Júnior - Fadah Gattass - Francisco Dias - Geovah Amarante - Hélio Gueiros - Horácio Ferraz - Hugo Napoleão - Iturival Nascimento - Ivan Bonato - Jorge Medauar - José Mendonça de Morais - Leopoldo Bessone - Marcelo Miranda - Mauro Fecury - Neuto de Conto - Nivaldo Machado - Oswaldo Lima Filho - Paulo Almada - Prisco Viana - Ralph Biasi - Rosário Congro Neto - Sérgio Naya - Tidei de Lima.*

In Memoriam: *Alair Ferreira - Antônio Farias - Fábio Lucena - Norberto Schwantes - Virgílio Távora.*

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 5.10.1988 .

ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS
(Vide Emenda Constitucional nº 132, de 2023) Vigência

Art. 1º. O Presidente da República, o Presidente do Supremo Tribunal Federal e os membros do Congresso Nacional prestarão o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição, no ato e na data de sua promulgação.

Art. 2º. No dia 7 de setembro de 1993 o eleitorado definirá, através de plebiscito, a forma (república ou monarquia constitucional) e o sistema de governo (parlamentarismo ou presidencialismo) que devem vigorar no País. (Vide emenda Constitucional nº 2, de 1992)

§ 1º Será assegurada gratuidade na livre divulgação dessas formas e sistemas, através dos meios de comunicação de massa cessionários de serviço público.

§ 2º O Tribunal Superior Eleitoral, promulgada a Constituição, expedirá as normas regulamentadoras deste artigo.

Art. 3º. A revisão constitucional será realizada após cinco anos, contados da promulgação da Constituição, pelo voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão unicameral.

Art. 4º. O mandato do atual Presidente da República terminará em 15 de março de 1990.

§ 1º A primeira eleição para Presidente da República após a promulgação da Constituição será realizada no dia 15 de novembro de 1989, não se lhe aplicando o disposto no art. 16 da Constituição.

§ 2º É assegurada a irredutibilidade da atual representação dos Estados e do Distrito Federal na Câmara dos Deputados.

§ 3º Os mandatos dos Governadores e dos Vice-Governadores eleitos em 15 de novembro de 1986 terminarão em 15 de março de 1991.

§ 4º Os mandatos dos atuais Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores terminarão no dia 1º de janeiro de 1989, com a posse dos eleitos.

Art. 5º. Não se aplicam às eleições previstas para 15 de novembro de 1988 o disposto no art. 16 e as regras do art. 77 da Constituição.

§ 1º Para as eleições de 15 de novembro de 1988 será exigido domicílio eleitoral na circunscrição pelo menos durante os quatro meses anteriores ao pleito, podendo os candidatos que preencham este requisito, atendidas as demais exigências da lei, ter seu registro efetivado pela Justiça Eleitoral após a promulgação da Constituição.

§ 2º Na ausência de norma legal específica, caberá ao Tribunal Superior Eleitoral editar as normas necessárias à realização das eleições de 1988, respeitada a legislação vigente.

§ 3º Os atuais parlamentares federais e estaduais eleitos Vice-Prefeitos, se convocados a exercer a função de Prefeito, não perderão o mandato parlamentar.

§ 4º O número de vereadores por município será fixado, para a representação a ser eleita em 1988, pelo respectivo Tribunal Regional Eleitoral, respeitados os limites estipulados no art. 29, IV, da Constituição.

§ 5º - Para as eleições de 15 de novembro de 1988, ressalvados os que já exercem mandato eletivo, são inelegíveis para qualquer cargo, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes por consangüinidade ou afinidade, até o segundo grau, ou por adoção, do Presidente da República, do Governador de Estado, do Governador do Distrito Federal e do Prefeito que tenham exercido mais da metade do mandato.

Art. 6º. Nos seis meses posteriores à promulgação da Constituição, parlamentares federais, reunidos em número não inferior a trinta, poderão requerer ao Tribunal Superior Eleitoral o registro de novo partido político, juntando ao requerimento o manifesto, o estatuto e o programa devidamente assinados pelos requerentes.

§ 1º O registro provisório, que será concedido de plano pelo Tribunal Superior Eleitoral, nos termos deste artigo, defere ao novo partido todos os direitos, deveres e prerrogativas dos atuais, entre eles o de participar, sob legenda própria, das eleições que vierem a ser realizadas nos doze meses seguintes a sua formação.

§ 2º O novo partido perderá automaticamente seu registro provisório se, no prazo de vinte e quatro meses, contados de sua formação, não obtiver registro definitivo no Tribunal Superior Eleitoral, na forma que a lei dispuser.

Art. 7º. O Brasil propugnará pela formação de um tribunal internacional dos direitos humanos.

Art. 8º. É concedida anistia aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição, foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção, institucionais ou complementares, aos que foram abrangidos pelo Decreto Legislativo nº 18, de 15 de dezembro de 1961 , e aos atingidos pelo Decreto-Lei nº 864, de 12 de setembro de 1969 , asseguradas as promoções, na inatividade, ao cargo, emprego, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividade previstos nas leis e regulamentos vigentes, respeitadas as características e peculiaridades das carreiras dos servidores públicos civis e militares e observados os respectivos regimes jurídicos. (Regulamento)

§ 1º O disposto neste artigo somente gerará efeitos financeiros a partir da promulgação da Constituição, vedada a remuneração de qualquer espécie em caráter retroativo.

§ 2º Ficam assegurados os benefícios estabelecidos neste artigo aos trabalhadores do setor privado, dirigentes e representantes sindicais que, por motivos exclusivamente políticos, tenham sido punidos, demitidos ou compelidos ao afastamento das atividades remuneradas que exerciam, bem como aos que foram impedidos de exercer atividades profissionais em virtude de pressões ostensivas ou expedientes oficiais sigilosos.

§ 3º Aos cidadãos que foram impedidos de exercer, na vida civil, atividade profissional específica, em decorrência das Portarias Reservadas do Ministério da Aeronáutica nº S-50-GM5, de 19 de junho de 1964, e nº S-285-GM5 será concedida reparação de natureza econômica, na forma que dispuser lei de iniciativa do Congresso Nacional e a entrar em vigor no prazo de doze meses a contar da promulgação da Constituição.

§ 4º Aos que, por força de atos institucionais, tenham exercido gratuitamente mandato eletivo de vereador serão computados, para efeito de aposentadoria no serviço público e previdência social, os respectivos períodos.

§ 5º A anistia concedida nos termos deste artigo aplica-se aos servidores públicos civis e aos empregados em todos os níveis de governo ou em suas fundações, empresas públicas ou empresas mistas sob controle estatal, exceto nos Ministérios militares, que tenham sido punidos ou demitidos por atividades profissionais interrompidas em virtude de decisão de seus trabalhadores, bem como em decorrência do Decreto-Lei nº 1.632, de 4 de agosto de 1978 , ou por motivos exclusivamente políticos, assegurada a readmissão dos que foram atingidos a partir de 1979, observado o disposto no § 1º.

Art. 9º. Os que, por motivos exclusivamente políticos, foram cassados ou tiveram seus direitos políticos suspensos no período de 15 de julho a 31 de dezembro de 1969, por ato do então Presidente da República, poderão requerer ao Supremo Tribunal Federal o reconhecimento dos direitos e vantagens interrompidos pelos atos punitivos, desde que comprovem terem sido estes eivados de vício grave.

Parágrafo único. O Supremo Tribunal Federal proferirá a decisão no prazo de cento e vinte dias, a contar do pedido do interessado.

Art. 10. Até que seja promulgada a lei complementar a que se refere o art. 7º, I, da Constituição:

I - fica limitada a proteção nele referida ao aumento, para quatro vezes, da porcentagem prevista no art. 6º, "caput" e § 1º, da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966 ;

II - fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa:

a) do empregado eleito para cargo de direção de comissões internas de prevenção de acidentes, desde o registro de sua candidatura até um ano após o final de seu mandato;

b) da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto. (Vide Lei Complementar nº 146, de 2014)

§ 1º Até que a lei venha a disciplinar o disposto no art. 7º, XIX, da Constituição, o prazo da licença-paternidade a que se refere o inciso é de cinco dias.

§ 2º Até ulterior disposição legal, a cobrança das contribuições para o custeio das atividades dos sindicatos rurais será feita juntamente com a do imposto territorial rural, pelo mesmo órgão arrecadador.

§ 3º Na primeira comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas pelo empregador rural, na forma do art. 233, após a promulgação da Constituição, será certificada perante a Justiça do Trabalho a regularidade do contrato e das atualizações das obrigações trabalhistas de todo o período.

Art. 11. Cada Assembléia Legislativa, com poderes constituintes, elaborará a Constituição do Estado, no prazo de um ano, contado da promulgação da Constituição Federal, obedecidos os princípios desta.

Parágrafo único. Promulgada a Constituição do Estado, caberá à Câmara Municipal, no prazo de seis meses, votar a Lei Orgânica respectiva, em dois turnos de discussão e votação, respeitado o disposto na Constituição Federal e na

Constituição Estadual.

Art. 12. Será criada, dentro de noventa dias da promulgação da Constituição, Comissão de Estudos Territoriais, com dez membros indicados pelo Congresso Nacional e cinco pelo Poder Executivo, com a finalidade de apresentar estudos sobre o território nacional e anteprojetos relativos a novas unidades territoriais, notadamente na Amazônia Legal e em áreas pendentes de solução.

§ 1º No prazo de um ano, a Comissão submeterá ao Congresso Nacional os resultados de seus estudos para, nos termos da Constituição, serem apreciados nos doze meses subseqüentes, extinguindo-se logo após.

§ 2º Os Estados e os Municípios deverão, no prazo de três anos, a contar da promulgação da Constituição, promover, mediante acordo ou arbitramento, a demarcação de suas linhas divisórias atualmente litigiosas, podendo para isso fazer alterações e compensações de área que atendam aos acidentes naturais, critérios históricos, conveniências administrativas e comodidade das populações limítrofes.

§ 3º Havendo solicitação dos Estados e Municípios interessados, a União poderá encarregar-se dos trabalhos demarcatórios.

§ 4º Se, decorrido o prazo de três anos, a contar da promulgação da Constituição, os trabalhos demarcatórios não tiverem sido concluídos, caberá à União determinar os limites das áreas litigiosas.

§ 5º Ficam reconhecidos e homologados os atuais limites do Estado do Acre com os Estados do Amazonas e de Rondônia, conforme levantamentos cartográficos e geodésicos realizados pela Comissão Tripartite integrada por representantes dos Estados e dos serviços técnico-especializados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Art. 13. É criado o Estado do Tocantins, pelo desmembramento da área descrita neste artigo, dando-se sua instalação no quadragésimo sexto dia após a eleição prevista no § 3º, mas não antes de 1º de janeiro de 1989.

§ 1º O Estado do Tocantins integra a Região Norte e limita-se com o Estado de Goiás pelas divisas norte dos Municípios de São Miguel do Araguaia, Porangatu, Formoso, Minaçu, Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Campos Belos, conservando a leste, norte e oeste as divisas atuais de Goiás com os Estados da Bahia, Piauí, Maranhão, Pará e Mato Grosso.

§ 2º O Poder Executivo designará uma das cidades do Estado para sua Capital provisória até a aprovação da sede definitiva do governo pela Assembléia Constituinte.

§ 3º O Governador, o Vice-Governador, os Senadores, os Deputados Federais e os Deputados Estaduais serão eleitos, em um único turno, até setenta e cinco dias após a promulgação da Constituição, mas não antes de 15 de novembro de 1988, a critério do Tribunal Superior Eleitoral, obedecidas, entre outras, as seguintes normas:

I - o prazo de filiação partidária dos candidatos será encerrado setenta e cinco dias antes da data das eleições;

II - as datas das convenções regionais partidárias destinadas a deliberar sobre coligações e escolha de candidatos, de apresentação de requerimento de registro dos candidatos escolhidos e dos demais procedimentos legais serão fixadas, em calendário especial, pela Justiça Eleitoral;

III - são inelegíveis os ocupantes de cargos estaduais ou municipais que não se tenham deles afastado, em caráter definitivo, setenta e cinco dias antes da data das eleições previstas neste parágrafo;

IV - ficam mantidos os atuais diretórios regionais dos partidos políticos do Estado de Goiás, cabendo às comissões executivas nacionais designar comissões provisórias no Estado do Tocantins, nos termos e para os fins previstos na lei.

§ 4º Os mandatos do Governador, do Vice-Governador, dos Deputados Federais e Estaduais eleitos na forma do parágrafo anterior extinguir-se-ão concomitantemente aos das demais unidades da Federação; o mandato do Senador eleito menos votado extinguir-se-á nessa mesma oportunidade, e os dos outros dois, juntamente com os dos Senadores eleitos em 1986 nos demais Estados.

§ 5º A Assembléia Estadual Constituinte será instalada no quadragésimo sexto dia da eleição de seus integrantes, mas não antes de 1º de janeiro de 1989, sob a presidência do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Goiás, e dará posse, na mesma data, ao Governador e ao Vice-Governador eleitos.

§ 6º Aplicam-se à criação e instalação do Estado do Tocantins, no que couber, as normas legais disciplinadoras da divisão do Estado de Mato Grosso, observado o disposto no art. 234 da Constituição.

§ 7º Fica o Estado de Goiás liberado dos débitos e encargos decorrentes de empreendimentos no território do novo Estado, e autorizada a União, a seu critério, a assumir os referidos débitos.

Art. 14. Os Territórios Federais de Roraima e do Amapá são transformados em Estados Federados, mantidos seus atuais limites geográficos.

§ 1º A instalação dos Estados dar-se-á com a posse dos governadores eleitos em 1990.

§ 2º Aplicam-se à transformação e instalação dos Estados de Roraima e Amapá as normas e critérios seguidos na criação do Estado de Rondônia, respeitado o disposto na Constituição e neste Ato.

§ 3º O Presidente da República, até quarenta e cinco dias após a promulgação da Constituição, encaminhará à apreciação do Senado Federal os nomes dos governadores dos Estados de Roraima e do Amapá que exercerão o Poder Executivo até a instalação dos novos Estados com a posse dos governadores eleitos.

§ 4º Enquanto não concretizada a transformação em Estados, nos termos deste artigo, os Territórios Federais de Roraima e do Amapá serão beneficiados pela transferência de recursos prevista nos arts. 159, I, "a", da Constituição, e 34, § 2º, II, deste Ato.

Art. 15. Fica extinto o Território Federal de Fernando de Noronha, sendo sua área reincorporada ao Estado de Pernambuco.

Art. 16. Até que se efetive o disposto no art. 32, § 2º, da Constituição, caberá ao Presidente da República, com a aprovação do Senado Federal, indicar o Governador e o Vice-Governador do Distrito Federal.

§ 1º A competência da Câmara Legislativa do Distrito Federal, até que se instale, será exercida pelo Senado Federal.

§ 2º A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Distrito Federal, enquanto não for instalada a Câmara Legislativa, será exercida pelo Senado Federal, mediante controle externo, com o auxílio do Tribunal de Contas do Distrito Federal, observado o disposto no art. 72 da Constituição.

§ 3º Incluem-se entre os bens do Distrito Federal aqueles que lhe vierem a ser atribuídos pela União na forma da lei.

Art. 17. Os vencimentos, a remuneração, as vantagens e os adicionais, bem como os proventos de aposentadoria que estejam sendo percebidos em desacordo com a Constituição serão imediatamente reduzidos aos limites dela decorrentes, não se admitindo, neste caso, invocação de direito adquirido ou percepção de excesso a qualquer título. (Vide Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

§ 1º É assegurado o exercício cumulativo de dois cargos ou empregos privativos de médico que estejam sendo exercidos por médico militar na administração pública direta ou indireta.

§ 2º É assegurado o exercício cumulativo de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde que estejam sendo exercidos na administração pública direta ou indireta.

Art. 18. Ficam extintos os efeitos jurídicos de qualquer ato legislativo ou administrativo, lavrado a partir da instalação da Assembléia Nacional Constituinte, que tenha por objeto a concessão de estabilidade a servidor admitido sem concurso público, da administração direta ou indireta, inclusive das fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Art. 18-A. Os atos administrativos praticados no Estado do Tocantins, decorrentes de sua instalação, entre 1º de janeiro de 1989 e 31 de dezembro de 1994, eivados de qualquer vício jurídico e dos quais decorram efeitos favoráveis para os destinatários ficam convalidados após 5 (cinco) anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé. (Redação dada pela Emenda constitucional nº 110, de 2021)

Art. 19. Os servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da administração direta, autárquica e das fundações públicas, em exercício na data da promulgação da Constituição, há pelo menos cinco anos continuados, e que não tenham sido admitidos na forma regulada no art. 37, da Constituição, são considerados estáveis no serviço público.

§ 1º O tempo de serviço dos servidores referidos neste artigo será contado como título quando se submeterem a concurso para fins de efetivação, na forma da lei.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica aos ocupantes de cargos, funções e empregos de confiança ou em comissão, nem aos que a lei declare de livre exoneração, cujo tempo de serviço não será computado para os fins do "caput" deste artigo, exceto se se tratar de servidor.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica aos professores de nível superior, nos termos da lei.

Art. 20. Dentro de cento e oitenta dias, proceder-se-á à revisão dos direitos dos servidores públicos inativos e pensionistas e à atualização dos proventos e pensões a eles devidos, a fim de ajustá-los ao disposto na Constituição.

Art. 21. Os juízes togados de investidura limitada no tempo, admitidos mediante concurso público de provas e títulos e que estejam em exercício na data da promulgação da Constituição, adquirem estabilidade, observado o estágio probatório, e passam a compor quadro em extinção, mantidas as competências, prerrogativas e restrições da legislação a que se achavam submetidos, salvo as inerentes à transitoriedade da investidura.

Parágrafo único. A aposentadoria dos juízes de que trata este artigo regular-se-á pelas normas fixadas para os demais juízes estaduais.

Art. 22. É assegurado aos defensores públicos investidos na função até a data de instalação da Assembléia Nacional Constituinte o direito de opção pela carreira, com a observância das garantias e vedações previstas no art. 134, parágrafo único, da Constituição.

Art. 23. Até que se edite a regulamentação do art. 21, XVI, da Constituição, os atuais ocupantes do cargo de censor federal continuarão exercendo funções com este compatíveis, no Departamento de Polícia Federal, observadas as disposições constitucionais.

Parágrafo único. A lei referida disporá sobre o aproveitamento dos Censores Federais, nos termos deste artigo.

Art. 24. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios editarão leis que estabeleçam critérios para a compatibilização de seus quadros de pessoal ao disposto no art. 39 da Constituição e à reforma administrativa dela decorrente, no prazo de dezoito meses, contados da sua promulgação.

Art. 25. Ficam revogados, a partir de cento e oitenta dias da promulgação da Constituição, sujeito este prazo a prorrogação por lei, todos os dispositivos legais que atribuam ou deleguem a órgão do Poder Executivo competência assinalada pela Constituição ao Congresso Nacional, especialmente no que tange a:

I - ação normativa;

II - alocação ou transferência de recursos de qualquer espécie.

§ 1º Os decretos-lei em tramitação no Congresso Nacional e por este não apreciados até a promulgação da Constituição terão seus efeitos regulados da seguinte forma:

I - se editados até 2 de setembro de 1988, serão apreciados pelo Congresso Nacional no prazo de até cento e oitenta dias a contar da promulgação da Constituição, não computado o recesso parlamentar;

II - decorrido o prazo definido no inciso anterior, e não havendo apreciação, os decretos-lei alí mencionados serão considerados rejeitados;

III - nas hipóteses definidas nos incisos I e II, terão plena validade os atos praticados na vigência dos respectivos decretos-lei, podendo o Congresso Nacional, se necessário, legislar sobre os efeitos deles remanescentes.

§ 2º Os decretos-lei editados entre 3 de setembro de 1988 e a promulgação da Constituição serão convertidos, nesta data, em medidas provisórias, aplicando-se-lhes as regras estabelecidas no art. 62, parágrafo único.

Art. 26. No prazo de um ano a contar da promulgação da Constituição, o Congresso Nacional promoverá, através de Comissão mista, exame analítico e pericial dos atos e fatos geradores do endividamento externo brasileiro.

§ 1º A Comissão terá a força legal de Comissão parlamentar de inquérito para os fins de requisição e convocação, e atuará com o auxílio do Tribunal de Contas da União.

§ 2º Apurada irregularidade, o Congresso Nacional proporá ao Poder Executivo a declaração de nulidade do ato e encaminhará o processo ao Ministério Público Federal, que formalizará, no prazo de sessenta dias, a ação cabível.

Art. 27. O Superior Tribunal de Justiça será instalado sob a Presidência do Supremo Tribunal Federal.

§ 1º Até que se instale o Superior Tribunal de Justiça, o Supremo Tribunal Federal exercerá as atribuições e competências definidas na ordem constitucional precedente.

§ 2º A composição inicial do Superior Tribunal de Justiça far-se-á:

I - pelo aproveitamento dos Ministros do Tribunal Federal de Recursos;

II - pela nomeação dos Ministros que sejam necessários para completar o número estabelecido na Constituição.

§ 3º Para os efeitos do disposto na Constituição, os atuais Ministros do Tribunal Federal de Recursos serão considerados pertencentes à classe de que provieram, quando de sua nomeação.

§ 4º Instalado o Tribunal, os Ministros aposentados do Tribunal Federal de Recursos tornar-se-ão, automaticamente, Ministros aposentados do Superior Tribunal de Justiça.

§ 5º Os Ministros a que se refere o § 2º, II, serão indicados em lista tríplice pelo Tribunal Federal de Recursos, observado o disposto no art. 104, parágrafo único, da Constituição.

§ 6º Ficam criados cinco Tribunais Regionais Federais, a serem instalados no prazo de seis meses a contar da promulgação da Constituição, com a jurisdição e sede que lhes fixar o Tribunal Federal de Recursos, tendo em conta o número de processos e sua localização geográfica.

§ 7º Até que se instalem os Tribunais Regionais Federais, o Tribunal Federal de Recursos exercerá a competência a eles atribuída em todo o território nacional, cabendo-lhe promover sua instalação e indicar os candidatos a todos os

cargos da composição inicial, mediante lista tríplice, podendo desta constar juízes federais de qualquer região, observado o disposto no § 9º.

§ 8º É vedado, a partir da promulgação da Constituição, o provimento de vagas de Ministros do Tribunal Federal de Recursos.

§ 9º Quando não houver juiz federal que conte o tempo mínimo previsto no art. 107, II, da Constituição, a promoção poderá contemplar juiz com menos de cinco anos no exercício do cargo.

§ 10. Compete à Justiça Federal julgar as ações nela propostas até a data da promulgação da Constituição, e aos Tribunais Regionais Federais bem como ao Superior Tribunal de Justiça julgar as ações rescisórias das decisões até então proferidas pela Justiça Federal, inclusive daquelas cuja matéria tenha passado à competência de outro ramo do Judiciário.

§ 11. São criados, ainda, os seguintes Tribunais Regionais Federais: o da 6ª Região, com sede em Curitiba, Estado do Paraná, e jurisdição nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul; o da 7ª Região, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, e jurisdição no Estado de Minas Gerais; o da 8ª Região, com sede em Salvador, Estado da Bahia, e jurisdição nos Estados da Bahia e Sergipe; e o da 9ª Região, com sede em Manaus, Estado do Amazonas, e jurisdição nos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 73, de 2013) (Vide ADIN nº 5017, de 2013)

Art. 28. Os juízes federais de que trata o art. 123, § 2º, da Constituição de 1967, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 7, de 1977 , ficam investidos na titularidade de varas na Seção Judiciária para a qual tenham sido nomeados ou designados; na inexistência de vagas, proceder-se-á ao desdobramento das varas existentes.

Parágrafo único. Para efeito de promoção por antigüidade, o tempo de serviço desses juízes será computado a partir do dia de sua posse.

Art. 29. Enquanto não aprovadas as leis complementares relativas ao Ministério Público e à Advocacia-Geral da União, o Ministério Público Federal, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, as Consultorias Jurídicas dos Ministérios, as Procuradorias e Departamentos Jurídicos de autarquias federais com representação própria e os membros das Procuradorias das Universidades fundacionais públicas continuarão a exercer suas atividades na área das respectivas atribuições.

§ 1º O Presidente da República, no prazo de cento e vinte dias, encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei complementar dispondo sobre a organização e o funcionamento da Advocacia-Geral da União.

§ 2º Aos atuais Procuradores da República, nos termos da lei complementar, será facultada a opção, de forma irretratável, entre as carreiras do Ministério Público Federal e da Advocacia-Geral da União.

§ 3º Poderá optar pelo regime anterior, no que respeita às garantias e vantagens, o membro do Ministério Público admitido antes da promulgação da Constituição, observando-se, quanto às vedações, a situação jurídica na data desta.

§ 4º Os atuais integrantes do quadro suplementar dos Ministérios Públicos do Trabalho e Militar que tenham adquirido estabilidade nessas funções passam a integrar o quadro da respectiva carreira.

§ 5º Cabe à atual Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, diretamente ou por delegação, que pode ser ao Ministério Público Estadual, representar judicialmente a União nas causas de natureza fiscal, na área da respectiva competência, até a promulgação das leis complementares previstas neste artigo.

Art. 30. A legislação que criar a justiça de paz manterá os atuais juízes de paz até a posse dos novos titulares, assegurando-lhes os direitos e atribuições conferidos a estes, e designará o dia para a eleição prevista no art. 98, II, da Constituição.

Art. 31. Serão estatizadas as serventias do foro judicial, assim definidas em lei, respeitados os direitos dos atuais titulares.

Art. 32. O disposto no art. 236 não se aplica aos serviços notariais e de registro que já tenham sido oficializados pelo Poder Público, respeitando-se o direito de seus servidores.

Art. 33. Ressalvados os créditos de natureza alimentar, o valor dos precatórios judiciais pendentes de pagamento na data da promulgação da Constituição, incluído o remanescente de juros e correção monetária, poderá ser pago em moeda corrente, com atualização, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de oito anos, a partir de 1º de julho de 1989, por decisão editada pelo Poder Executivo até cento e oitenta dias da promulgação da Constituição. (Vide Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

Parágrafo único. Poderão as entidades devedoras, para o cumprimento do disposto neste artigo, emitir, em cada ano, no exato montante do dispêndio, títulos de dívida pública não computáveis para efeito do limite global de endividamento.

Art. 34. O sistema tributário nacional entrará em vigor a partir do primeiro dia do quinto mês seguinte ao da promulgação da Constituição, mantido, até então, o da Constituição de 1967, com a redação dada pela Emenda nº 1, de

1969, e pelas posteriores.

§ 1º Entrarão em vigor com a promulgação da Constituição os arts. 148, 149, 150, 154, I, 156, III, e 159, I, "c", revogadas as disposições em contrário da Constituição de 1967 e das Emendas que a modificaram, especialmente de seu art. 25, III.

§ 2º O Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e o Fundo de Participação dos Municípios obedecerão às seguintes determinações:

I - a partir da promulgação da Constituição, os percentuais serão, respectivamente, de dezoito por cento e de vinte por cento, calculados sobre o produto da arrecadação dos impostos referidos no art. 153, III e IV, mantidos os atuais critérios de rateio até a entrada em vigor da lei complementar a que se refere o art. 161, II;

II - o percentual relativo ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal será acrescido de um ponto percentual no exercício financeiro de 1989 e, a partir de 1990, inclusive, à razão de meio ponto por exercício, até 1992, inclusive, atingindo em 1993 o percentual estabelecido no art. 159, I, "a";

III - o percentual relativo ao Fundo de Participação dos Municípios, a partir de 1989, inclusive, será elevado à razão de meio ponto percentual por exercício financeiro, até atingir o estabelecido no art. 159, I, "b".

§ 3º Promulgada a Constituição, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão editar as leis necessárias à aplicação do sistema tributário nacional nela previsto.

§ 4º As leis editadas nos termos do parágrafo anterior produzirão efeitos a partir da entrada em vigor do sistema tributário nacional previsto na Constituição.

§ 5º Vigente o novo sistema tributário nacional, fica assegurada a aplicação da legislação anterior, no que não seja incompatível com ele e com a legislação referida nos §3º e § 4º.

§ 6º Até 31 de dezembro de 1989, o disposto no art. 150, III, "b", não se aplica aos impostos de que tratam os arts. 155, I, "a" e "b", e 156, II e III, que podem ser cobrados trinta dias após a publicação da lei que os tenha instituído ou aumentado.

§ 7º Até que sejam fixadas em lei complementar, as alíquotas máximas do imposto municipal sobre vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos não excederão a três por cento.

§ 8º Se, no prazo de sessenta dias contados da promulgação da Constituição, não for editada a lei complementar necessária à instituição do imposto de que trata o art. 155, I, "b", os Estados e o Distrito Federal, mediante convênio celebrado nos termos da Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975 , fixarão normas para regular provisoriamente a matéria.

§ 9º Até que lei complementar disponha sobre a matéria, as empresas distribuidoras de energia elétrica, na condição de contribuintes ou de substitutos tributários, serão as responsáveis, por ocasião da saída do produto de seus estabelecimentos, ainda que destinado a outra unidade da Federação, pelo pagamento do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias incidente sobre energia elétrica, desde a produção ou importação até a última operação, calculado o imposto sobre o preço então praticado na operação final e assegurado seu recolhimento ao Estado ou ao Distrito Federal, conforme o local onde deva ocorrer essa operação.

§ 10. Enquanto não entrar em vigor a lei prevista no art. 159, I, "c", cuja promulgação se fará até 31 de dezembro de 1989, é assegurada a aplicação dos recursos previstos naquele dispositivo da seguinte maneira:

I - seis décimos por cento na Região Norte, através do Banco da Amazônia S.A.;

II - um inteiro e oito décimos por cento na Região Nordeste, através do Banco do Nordeste do Brasil S.A.;

III - seis décimos por cento na Região Centro-Oeste, através do Banco do Brasil S.A.

§ 11. Fica criado, nos termos da lei, o Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, para dar cumprimento, na referida região, ao que determinam os arts. 159, I, "c", e 192, § 2º, da Constituição.

§ 12. A urgência prevista no art. 148, II, não prejudica a cobrança do empréstimo compulsório instituído, em benefício das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás), pela Lei nº 4.156, de 28 de novembro de 1962 , com as alterações posteriores.

Art. 35. O disposto no art. 165, § 7º, será cumprido de forma progressiva, no prazo de até dez anos, distribuindo-se os recursos entre as regiões macroeconômicas em razão proporcional à população, a partir da situação verificada no biênio 1986-87.

§ 1º Para aplicação dos critérios de que trata este artigo, excluem-se das despesas totais as relativas:

I - aos projetos considerados prioritários no plano plurianual;

II - à segurança e defesa nacional;

III - à manutenção dos órgãos federais no Distrito Federal;

IV - ao Congresso Nacional, ao Tribunal de Contas da União e ao Poder Judiciário;

V - ao serviço da dívida da administração direta e indireta da União, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público federal.

§ 2º Até a entrada em vigor da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º, I e II, serão obedecidas as seguintes normas:

I - o projeto do plano plurianual, para vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato presidencial subseqüente, será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa;

II - o projeto de lei de diretrizes orçamentárias será encaminhado até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa;

III - o projeto de lei orçamentária da União será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

Art. 36. Os fundos existentes na data da promulgação da Constituição, excetuados os resultantes de isenções fiscais que passem a integrar patrimônio privado e os que interessem à defesa nacional, extinguir-se-ão, se não forem ratificados pelo Congresso Nacional no prazo de dois anos. (Vide Decreto Legislativo nº 66, de 1990)

Art. 37. A adaptação ao que estabelece o art. 167, III, deverá processar-se no prazo de cinco anos, reduzindo-se o excesso à base de, pelo menos, um quinto por ano.

Art. 38. Até a promulgação da lei complementar referida no art. 169, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão despender com pessoal mais do que sessenta e cinco por cento do valor das respectivas receitas correntes.

~~Parágrafo único. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, quando a respectiva despesa de pessoal exceder o limite previsto neste artigo, deverão retornar àquele limite, reduzindo o percentual excedente à razão de um quinto por ano.~~

§ 1º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, quando a respectiva despesa de pessoal exceder o limite previsto neste artigo, deverão retornar àquele limite, reduzindo o percentual excedente à razão de um quinto por ano. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 127, de 2022)

§ 2º As despesas com pessoal resultantes do cumprimento do disposto nos §§ 12, 13, 14 e 15 do art. 198 da Constituição Federal serão contabilizadas, para fins dos limites de que trata o art. 169 da Constituição Federal, da seguinte forma: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 127, de 2022)

I - até o fim do exercício financeiro subsequente ao da publicação deste dispositivo, não serão contabilizadas para esses limites; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 127, de 2022)

II - no segundo exercício financeiro subsequente ao da publicação deste dispositivo, serão deduzidas em 90% (noventa por cento) do seu valor; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 127, de 2022)

III - entre o terceiro e o décimo segundo exercício financeiro subsequente ao da publicação deste dispositivo, a dedução de que trata o inciso II deste parágrafo será reduzida anualmente na proporção de 10% (dez por cento) de seu valor. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 127, de 2022)

Art. 39. Para efeito do cumprimento das disposições constitucionais que impliquem variações de despesas e receitas da União, após a promulgação da Constituição, o Poder Executivo deverá elaborar e o Poder Legislativo apreciar projeto de revisão da lei orçamentária referente ao exercício financeiro de 1989.

Parágrafo único. O Congresso Nacional deverá votar no prazo de doze meses a lei complementar prevista no art. 161, II.

Art. 40. É mantida a Zona Franca de Manaus, com suas características de área livre de comércio, de exportação e importação, e de incentivos fiscais, pelo prazo de vinte e cinco anos, a partir da promulgação da Constituição. (Vide Decreto nº 7.212, de 2010)

Parágrafo único. Somente por lei federal podem ser modificados os critérios que disciplinaram ou venham a disciplinar a aprovação dos projetos na Zona Franca de Manaus.

Art. 41. Os Poderes Executivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios reavaliarão todos os incentivos fiscais de natureza setorial ora em vigor, propondo aos Poderes Legislativos respectivos as medidas cabíveis.

§ 1º Considerar-se-ão revogados após dois anos, a partir da data da promulgação da Constituição, os incentivos que não forem confirmados por lei.

§ 2º A revogação não prejudicará os direitos que já tiverem sido adquiridos, àquela data, em relação a incentivos concedidos sob condição e com prazo certo.

§ 3º Os incentivos concedidos por convênio entre Estados, celebrados nos termos do art. 23, § 6º, da Constituição de 1967 , com a redação da Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, também deverão ser reavaliados e reconfirmados nos prazos deste artigo.

~~Art. 42. Durante quinze anos, a União aplicará, dos recursos destinados à irrigação:~~
~~Art. 42. Durante 25 (vinte e cinco) anos, a União aplicará, dos recursos destinados à irrigação:~~ ~~(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 43, de 15.4.2004)~~
~~I - vinte por cento na Região Centro-Oeste;~~
~~II - cinqüenta por cento na Região Nordeste, preferencialmente no semi-árido.~~

Art. 42. Durante 40 (quarenta) anos, a União aplicará dos recursos destinados à irrigação: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 89, de 2015)

I - 20% (vinte por cento) na Região Centro-Oeste; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 89, de 2015)

II - 50% (cinquenta por cento) na Região Nordeste, preferencialmente no Semiárido. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 89, de 2015)

Parágrafo único. Dos percentuais previstos nos incisos I e II do caput, no mínimo 50% (cinquenta por cento) serão destinados a projetos de irrigação que beneficiem agricultores familiares que atendam aos requisitos previstos em legislação específica. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 89, de 2015)

Art. 43. Na data da promulgação da lei que disciplinar a pesquisa e a lavra de recursos e jazidas minerais, ou no prazo de um ano, a contar da promulgação da Constituição, tornar-se-ão sem efeito as autorizações, concessões e demais títulos atributivos de direitos minerários, caso os trabalhos de pesquisa ou de lavra não hajam sido comprovadamente iniciados nos prazos legais ou estejam inativos. (Regulamento)

Art. 44. As atuais empresas brasileiras titulares de autorização de pesquisa, concessão de lavra de recursos minerais e de aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica em vigor terão quatro anos, a partir da promulgação da Constituição, para cumprir os requisitos do art. 176, § 1º.

§ 1º Ressalvadas as disposições de interesse nacional previstas no texto constitucional, as empresas brasileiras ficarão dispensadas do cumprimento do disposto no art. 176, § 1º, desde que, no prazo de até quatro anos da data da promulgação da Constituição, tenham o produto de sua lavra e beneficiamento destinado a industrialização no território nacional, em seus próprios estabelecimentos ou em empresa industrial controladora ou controlada.

§ 2º Ficarão também dispensadas do cumprimento do disposto no art. 176, § 1º, as empresas brasileiras titulares de concessão de energia hidráulica para uso em seu processo de industrialização.

§ 3º As empresas brasileiras referidas no § 1º somente poderão ter autorizações de pesquisa e concessões de lavra ou potenciais de energia hidráulica, desde que a energia e o produto da lavra sejam utilizados nos respectivos processos industriais.

Art. 45. Ficam excluídas do monopólio estabelecido pelo art. 177, II, da Constituição as refinarias em funcionamento no País amparadas pelo art. 43 e nas condições do art. 45 da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953 .

Parágrafo único. Ficam ressalvados da vedação do art. 177, § 1º, os contratos de risco feitos com a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás), para pesquisa de petróleo, que estejam em vigor na data da promulgação da Constituição.

Art. 46. São sujeitos à correção monetária desde o vencimento, até seu efetivo pagamento, sem interrupção ou suspensão, os créditos junto a entidades submetidas aos regimes de intervenção ou liquidação extrajudicial, mesmo quando esses regimes sejam convertidos em falência.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se também:

I - às operações realizadas posteriormente à decretação dos regimes referidos no "caput" deste artigo;

II - às operações de empréstimo, financiamento, refinanciamento, assistência financeira de liquidez, cessão ou sub-rogação de créditos ou cédulas hipotecárias, efetivação de garantia de depósitos do público ou de compra de obrigações passivas, inclusive as realizadas com recursos de fundos que tenham essas destinações;

III - aos créditos anteriores à promulgação da Constituição;

IV - aos créditos das entidades da administração pública anteriores à promulgação da Constituição, não liquidados até 1 de janeiro de 1988.

Art. 47. Na liquidação dos débitos, inclusive suas renegociações e composições posteriores, ainda que ajuizados, decorrentes de quaisquer empréstimos concedidos por bancos e por instituições financeiras, não existirá correção monetária desde que o empréstimo tenha sido concedido:

I - aos micro e pequenos empresários ou seus estabelecimentos no período de 28 de fevereiro de 1986 a 28 de fevereiro de 1987;

II - ao mini, pequenos e médios produtores rurais no período de 28 de fevereiro de 1986 a 31 de dezembro de 1987, desde que relativos a crédito rural.

§ 1º Consideram-se, para efeito deste artigo, microempresas as pessoas jurídicas e as firmas individuais com receitas anuais de até dez mil Obrigações do Tesouro Nacional, e pequenas empresas as pessoas jurídicas e as firmas individuais com receita anual de até vinte e cinco mil Obrigações do Tesouro Nacional.

§ 2º A classificação de mini, pequeno e médio produtor rural será feita obedecendo-se às normas de crédito rural vigentes à época do contrato.

§ 3º A isenção da correção monetária a que se refere este artigo só será concedida nos seguintes casos:

I - se a liquidação do débito inicial, acrescido de juros legais e taxas judiciais, vier a ser efetivada no prazo de noventa dias, a contar da data da promulgação da Constituição;

II - se a aplicação dos recursos não contrariar a finalidade do financiamento, cabendo o ônus da prova à instituição credora;

III - se não for demonstrado pela instituição credora que o mutuário dispõe de meios para o pagamento de seu débito, excluído desta demonstração seu estabelecimento, a casa de moradia e os instrumentos de trabalho e produção;

IV - se o financiamento inicial não ultrapassar o limite de cinco mil Obrigações do Tesouro Nacional;

V - se o beneficiário não for proprietário de mais de cinco módulos rurais.

§ 4º Os benefícios de que trata este artigo não se estendem aos débitos já quitados e aos devedores que sejam constituintes.

§ 5º No caso de operações com prazos de vencimento posteriores à data- limite de liquidação da dívida, havendo interesse do mutuário, os bancos e as instituições financeiras promoverão, por instrumento próprio, alteração nas condições contratuais originais de forma a ajustá-las ao presente benefício.

§ 6º A concessão do presente benefício por bancos comerciais privados em nenhuma hipótese acarretará ônus para o Poder Público, ainda que através de refinanciamento e repasse de recursos pelo banco central.

§ 7º No caso de repasse a agentes financeiros oficiais ou cooperativas de crédito, o ônus recairá sobre a fonte de recursos originária.

Art. 48. O Congresso Nacional, dentro de cento e vinte dias da promulgação da Constituição, elaborará código de defesa do consumidor.

Art. 49. A lei disporá sobre o instituto da enfiteuse em imóveis urbanos, sendo facultada aos foreiros, no caso de sua extinção, a remição dos aforamentos mediante aquisição do domínio direto, na conformidade do que dispuserem os respectivos contratos.

§ 1º Quando não existir cláusula contratual, serão adotados os critérios e bases hoje vigentes na legislação especial dos imóveis da União.

§ 2º Os direitos dos atuais ocupantes inscritos ficam assegurados pela aplicação de outra modalidade de contrato.

§ 3º A enfiteuse continuará sendo aplicada aos terrenos de marinha e seus acrescidos, situados na faixa de segurança, a partir da orla marítima.

§ 4º Remido o foro, o antigo titular do domínio direto deverá, no prazo de noventa dias, sob pena de responsabilidade, confiar à guarda do registro de imóveis competente toda a documentação a ele relativa.

Art. 50. Lei agrícola a ser promulgada no prazo de um ano disporá, nos termos da Constituição, sobre os objetivos e instrumentos de política agrícola, prioridades, planejamento de safras, comercialização, abastecimento interno, mercado externo e instituição de crédito fundiário.

Art. 51. Serão revistos pelo Congresso Nacional, através de Comissão mista, nos três anos a contar da data da promulgação da Constituição, todas as doações, vendas e concessões de terras públicas com área superior a três mil hectares, realizadas no período de 1º de janeiro de 1962 a 31 de dezembro de 1987.

§ 1º No tocante às vendas, a revisão será feita com base exclusivamente no critério de legalidade da operação.

§ 2º No caso de concessões e doações, a revisão obedecerá aos critérios de legalidade e de conveniência do interesse público.

§ 3º Nas hipóteses previstas nos parágrafos anteriores, comprovada a ilegalidade, ou havendo interesse público, as terras reverterão ao patrimônio da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

~~Art. 52. Até que sejam fixadas as condições a que se refere o art. 192, III, são vedados:~~

Art. 52. Até que sejam fixadas as condições do art. 192, são vedados: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 40, de 2003)

I - a instalação, no País, de novas agências de instituições financeiras domiciliadas no exterior;

II - o aumento do percentual de participação, no capital de instituições financeiras com sede no País, de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior.

Parágrafo único. A vedação a que se refere este artigo não se aplica às autorizações resultantes de acordos internacionais, de reciprocidade, ou de interesse do Governo brasileiro.

Art. 53. Ao ex-combatente que tenha efetivamente participado de operações bélicas durante a Segunda Guerra Mundial, nos termos da Lei nº 5.315, de 12 de setembro de 1967 , serão assegurados os seguintes direitos:

I - aproveitamento no serviço público, sem a exigência de concurso, com estabilidade;

II - pensão especial correspondente à deixada por segundo-tenente das Forças Armadas, que poderá ser requerida a qualquer tempo, sendo inacumulável com quaisquer rendimentos recebidos dos cofres públicos, exceto os benefícios previdenciários, ressalvado o direito de opção;

III - em caso de morte, pensão à viúva ou companheira ou dependente, de forma proporcional, de valor igual à do inciso anterior;

IV - assistência médica, hospitalar e educacional gratuita, extensiva aos dependentes;

V - aposentadoria com proventos integrais aos vinte e cinco anos de serviço efetivo, em qualquer regime jurídico;

VI - prioridade na aquisição da casa própria, para os que não a possuam ou para suas viúvas ou companheiras.

Parágrafo único. A concessão da pensão especial do inciso II substitui, para todos os efeitos legais, qualquer outra pensão já concedida ao ex-combatente.

Art. 54. Os seringueiros recrutados nos termos do Decreto-Lei nº 5.813, de 14 de setembro de 1943 , e amparados pelo Decreto-Lei nº 9.882, de 16 de setembro de 1946 , receberão, quando carentes, pensão mensal vitalícia no valor de dois salários mínimos.

§ 1º O benefício é estendido aos seringueiros que, atendendo a apelo do Governo brasileiro, contribuíram para o esforço de guerra, trabalhando na produção de borracha, na Região Amazônica, durante a Segunda Guerra Mundial.

§ 2º Os benefícios estabelecidos neste artigo são transferíveis aos dependentes reconhecidamente carentes.

§ 3º A concessão do benefício far-se-á conforme lei a ser proposta pelo Poder Executivo dentro de cento e cinqüenta dias da promulgação da Constituição.

Art. 54-A. Os seringueiros de que trata o art. 54 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias receberão indenização, em parcela única, no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). (Incluído pela Emenda Constitucional nº 78, de 2014) (Vide Emenda Constitucional nº 78, de 2014)

Art. 55. Até que seja aprovada a lei de diretrizes orçamentárias, trinta por cento, no mínimo, do orçamento da seguridade social, excluído o seguro-desemprego, serão destinados ao setor de saúde.

Art. 56. Até que a lei disponha sobre o art. 195, I, a arrecadação decorrente de, no mínimo, cinco dos seis décimos percentuais correspondentes à alíquota da contribuição de que trata o Decreto-Lei nº 1.940, de 25 de maio de 1982 , alterada pelo Decreto-Lei nº 2.049, de 1º de agosto de 1983 , pelo Decreto nº 91.236, de 8 de maio de 1985 , e pela Lei nº 7.611, de 8 de julho de 1987 , passa a integrar a receita da seguridade social, ressalvados, exclusivamente no exercício de 1988, os compromissos assumidos com programas e projetos em andamento.

Art. 57. Os débitos dos Estados e dos Municípios relativos às contribuições previdenciárias até 30 de junho de 1988 serão liquidados, com correção monetária, em cento e vinte parcelas mensais, dispensados os juros e multas sobre eles incidentes, desde que os devedores requeiram o parcelamento e iniciem seu pagamento no prazo de cento e oitenta dias a contar da promulgação da Constituição.

§ 1º O montante a ser pago em cada um dos dois primeiros anos não será inferior a cinco por cento do total do débito consolidado e atualizado, sendo o restante dividido em parcelas mensais de igual valor.

§ 2º A liquidação poderá incluir pagamentos na forma de cessão de bens e prestação de serviços, nos termos da Lei nº 7.578, de 23 de dezembro de 198 6.

§ 3º Em garantia do cumprimento do parcelamento, os Estados e os Municípios consignarão, anualmente, nos respectivos orçamentos as dotações necessárias ao pagamento de seus débitos.

§ 4º Descumprida qualquer das condições estabelecidas para concessão do parcelamento, o débito será considerado vencido em sua totalidade, sobre ele incidindo juros de mora; nesta hipótese, parcela dos recursos correspondentes aos Fundos de Participação, destinada aos Estados e Municípios devedores, será bloqueada e repassada à previdência social para pagamento de seus débitos.

Art. 58. Os benefícios de prestação continuada, mantidos pela previdência social na data da promulgação da Constituição, terão seus valores revistos, a fim de que seja restabelecido o poder aquisitivo, expresso em número de salários mínimos, que tinham na data de sua concessão, obedecendo-se a esse critério de atualização até a implantação do plano de custeio e benefícios referidos no artigo seguinte.

Parágrafo único. As prestações mensais dos benefícios atualizadas de acordo com este artigo serão devidas e pagas a partir do sétimo mês a contar da promulgação da Constituição.

Art. 59. Os projetos de lei relativos à organização da seguridade social e aos planos de custeio e de benefício serão apresentados no prazo máximo de seis meses da promulgação da Constituição ao Congresso Nacional, que terá seis meses para apreciá-los.

Parágrafo único. Aprovados pelo Congresso Nacional, os planos serão implantados progressivamente nos dezoito meses seguintes.

~~Art. 60.Nos dez primeiros anos da promulgação da Constituição, o Poder Público desenvolverá esforços, com a mobilização de todos os setores organizados da sociedade e com a aplicação de, pelo menos, cinqüenta por cento dos recursos a que se refere o art. 212 da Constituição, para eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental .~~

~~Parágrafo único. Em igual prazo, as universidades públicas descentralizarão suas atividades, de modo a estender suas unidades de ensino superior às cidades de maior densidade populacional.~~

~~Art. 60. Nos dez primeiros anos da promulgação desta Emenda, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão não menos de sessenta por cento dos recursos a que se refere o caput do art. 212 da Constituição Federal, à manutenção e ao desenvolvimento do ensino fundamental, com o objetivo de assegurar a universalização de seu atendimento e a remuneração condigna do magistério. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)~~

~~§ 1º A distribuição de responsabilidades e recursos entre os Estados e seus Municípios a ser concretizada com parte dos recursos definidos neste artigo, na forma do disposto no art. 211 da Constituição Federal, é assegurada mediante a criação, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, de natureza contábil. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)~~

~~§ 2º O Fundo referido no parágrafo anterior será constituído por, pelo menos, quinze por cento dos recursos a que se referem os arts. 155, inciso II; 158, inciso IV; e 159, inciso I, alíneas "a" e "b"; e inciso II, da Constituição Federal, e será distribuído entre cada Estado e seus Municípios, proporcionalmente ao número de alunos nas respectivas redes de ensino fundamental. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)~~

~~§ 3º A União complementará os recursos dos Fundos a que se refere o § 1º, sempre que, em cada Estado e no Distrito Federal, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)~~

~~§ 4º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios ajustarão progressivamente, em um prazo de cinco anos, suas contribuições ao Fundo, de forma a garantir um valor por aluno correspondente a um padrão mínimo de qualidade de ensino, definido nacionalmente. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)~~

~~§ 5º Uma proporção não inferior a sessenta por cento dos recursos de cada Fundo referido no § 1º será destinada ao pagamento dos professores do ensino fundamental em efetivo exercício no magistério. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)~~

~~§ 6º A União aplicará na erradicação do analfabetismo e na manutenção e no desenvolvimento do ensino fundamental, inclusive na complementação a que se refere o § 3º, nunca menos que o equivalente a trinta por cento dos recursos a que se refere o caput do art. 212 da Constituição Federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)~~

~~§ 7º A lei disporá sobre a organização dos Fundos, a distribuição proporcional de seus recursos, sua fiscalização e controle, bem como sobre a forma de cálculo do valor mínimo nacional por aluno. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)~~

~~Art. 60. Até o 14º (décimo quarto) ano a partir da promulgação desta Emenda Constitucional, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 da Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento da educação básica e à remuneração condigna dos trabalhadores da educação, respeitadas as seguintes disposições: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006). (Vide Emenda Constitucional nº 53, de 2006)~~

~~I - a distribuição dos recursos e de responsabilidades entre o Distrito Federal, os Estados e seus Municípios é assegurada mediante a criação, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de natureza contábil; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).~~

II - os Fundos referidos no inciso I do caput deste artigo serão constituídos por 20% (vinte por cento) dos recursos a que se referem os incisos I, II e III do art. 155; o inciso II do caput do art. 157; os incisos II, III e IV do caput do art. 158; e as alíneas a e b do inciso I e o inciso II do caput do art. 159, todos da Constituição Federal, e distribuídos entre cada Estado e seus Municípios, proporcionalmente ao número de alunos das diversas etapas e modalidades da educação básica presencial, matriculados nas respectivas redes, nos respectivos âmbitos de atuação prioritária estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 211 da Constituição Federal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

III - observadas as garantias estabelecidas nos incisos I, II, III e IV do caput do art. 208 da Constituição Federal e as metas de universalização da educação básica estabelecidas no Plano Nacional de Educação, a lei disporá sobre: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

a) a organização dos Fundos, a distribuição proporcional de seus recursos, as diferenças e as ponderações quanto ao valor anual por aluno entre etapas e modalidades da educação básica e tipos de estabelecimento de ensino; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

b) a forma de cálculo do valor anual mínimo por aluno; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

c) os percentuais máximos de apropriação dos recursos dos Fundos pelas diversas etapas e modalidades da educação básica, observados os arts. 208 e 214 da Constituição Federal, bem como as metas do Plano Nacional de Educação; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

d) a fiscalização e o controle dos Fundos; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

e) prazo para fixar, em lei específica, piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

IV - os recursos recebidos à conta dos Fundos instituídos nos termos do inciso I do caput deste artigo serão aplicados pelos Estados e Municípios exclusivamente nos respectivos âmbitos de atuação prioritária, conforme estabelecido nos §§ 2º e 3º do art. 211 da Constituição Federal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

V - a União complementará os recursos dos Fundos a que se refere o inciso II do caput deste artigo sempre que, no Distrito Federal e em cada Estado, o valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente, fixado em observância ao disposto no inciso VII do caput deste artigo, vedada a utilização dos recursos a que se refere o § 5º do art. 212 da Constituição Federal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

VI - até 10% (dez por cento) da complementação da União prevista no inciso V do caput deste artigo poderá ser distribuída para os Fundos por meio de programas direcionados para a melhoria da qualidade da educação, na forma da lei a que se refere o inciso III do caput deste artigo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

VII - a complementação da União de que trata o inciso V do caput deste artigo será de, no mínimo: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

a) R$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), no primeiro ano de vigência dos Fundos; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

b) R$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), no segundo ano de vigência dos Fundos; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

c) R$ 4.500.000.000,00 (quatro bilhões e quinhentos milhões de reais), no terceiro ano de vigência dos Fundos; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

d) 10% (dez por cento) do total dos recursos a que se refere o inciso II do caput deste artigo, a partir do quarto ano de vigência dos Fundos; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

VIII - a vinculação de recursos à manutenção e desenvolvimento do ensino estabelecida no art. 212 da Constituição Federal suportará, no máximo, 30% (trinta por cento) da complementação da União, considerando-se para os fins deste inciso os valores previstos no inciso VII do caput deste artigo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

IX - os valores a que se referem as alíneas a, b, e c do inciso VII do caput deste artigo serão atualizados, anualmente, a partir da promulgação desta Emenda Constitucional, de forma a preservar, em caráter permanente, o valor real da complementação da União; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

X - aplica-se à complementação da União o disposto no art. 160 da Constituição Federal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

XI - o não-cumprimento do disposto nos incisos V e VII do caput deste artigo importará crime de responsabilidade da autoridade competente; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

XII - proporção não inferior a 60% (sessenta por cento) de cada Fundo referido no inciso I do caput deste artigo será destinada ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

§ 1º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão assegurar, no financiamento da educação básica, a melhoria da qualidade de ensino, de forma a garantir padrão mínimo definido nacionalmente. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

§ 2º O valor por aluno do ensino fundamental, no Fundo de cada Estado e do Distrito Federal, não poderá ser inferior ao praticado no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, no ano anterior à vigência desta Emenda Constitucional. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

§ 3º O valor anual mínimo por aluno do ensino fundamental, no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, não poderá ser inferior ao valor mínimo fixado nacionalmente no ano anterior ao da vigência desta Emenda Constitucional. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

§ 4º Para efeito de distribuição de recursos dos Fundos a que se refere o inciso I do caput deste artigo, levar-se-á em conta a totalidade das matrículas no ensino fundamental e considerar-se-á para a educação infantil, para o ensino médio e para a educação de jovens e adultos 1/3 (um terço) das matrículas no primeiro ano, 2/3 (dois terços) no segundo ano e sua totalidade a partir do terceiro ano. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

~~§ 5º A porcentagem dos recursos de constituição dos Fundos, conforme o inciso II do caput deste artigo, será alcançada gradativamente nos primeiros 3 (três) anos de vigência dos Fundos, da seguinte forma: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).~~

~~I - no caso dos impostos e transferências constantes do inciso II do caput do art. 155; do inciso IV do caput do art. 158; e das alíneas a e b do inciso I e do inciso II do caput do art. 159 da Constituição Federal: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).~~

~~a) 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento), no primeiro ano; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).~~

~~b) 18,33% (dezoito inteiros e trinta e três centésimos por cento), no segundo ano; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).~~

~~c) 20% (vinte por cento), a partir do terceiro ano; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).~~

~~II - no caso dos impostos e transferências constantes dos incisos I e III do caput do art. 155; do inciso II do caput do art. 157; e dos incisos II e III do caput do art. 158 da Constituição Federal: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).~~

~~a) 6,66% (seis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento), no primeiro ano; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).~~

~~b) 13,33% (treze inteiros e trinta e três centésimos por cento), no segundo ano; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).~~

~~c) 20% (vinte por cento), a partir do terceiro ano. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).~~

~~§ 6º (Revogado). (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).~~

~~§ 7º (Revogado). (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).~~

Art. 60. A complementação da União referida no inciso IV do **caput** do art. 212-A da Constituição Federal será implementada progressivamente até alcançar a proporção estabelecida no inciso V do **caput** do mesmo artigo, a partir de 1º de janeiro de 2021, nos seguintes valores mínimos: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

I - 12% (doze por cento), no primeiro ano; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

II - 15% (quinze por cento), no segundo ano; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

III - 17% (dezessete por cento), no terceiro ano; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

IV - 19% (dezenove por cento), no quarto ano; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

V - 21% (vinte e um por cento), no quinto ano; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

VI - 23% (vinte e três por cento), no sexto ano. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§ 1º A parcela da complementação de que trata a alínea "b" do inciso V do **caput** do art. 212-A da Constituição Federal observará, no mínimo, os seguintes valores: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

I - 2 (dois) pontos percentuais, no primeiro ano; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

II - 5 (cinco) pontos percentuais, no segundo ano; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

III - 6,25 (seis inteiros e vinte e cinco centésimos) pontos percentuais, no terceiro ano; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

IV - 7,5 (sete inteiros e cinco décimos) pontos percentuais, no quarto ano; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

V - 9 (nove) pontos percentuais, no quinto ano; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

VI - 10,5 (dez inteiros e cinco décimos) pontos percentuais, no sexto ano. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§ 2º A parcela da complementação de que trata a alínea "c" do inciso V do **caput** do art. 212-A da Constituição Federal observará os seguintes valores: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

I - 0,75 (setenta e cinco centésimos) ponto percentual, no terceiro ano; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

II - 1,5 (um inteiro e cinco décimos) ponto percentual, no quarto ano; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

III - 2 (dois) pontos percentuais, no quinto ano; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

IV - 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) pontos percentuais, no sexto ano. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 60-A. Os critérios de distribuição da complementação da União e dos fundos a que se refere o inciso I do **caput** do art. 212-A da Constituição Federal serão revistos em seu sexto ano de vigência e, a partir dessa primeira revisão, periodicamente, a cada 10 (dez) anos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 61. As entidades educacionais a que se refere o art. 213, bem como as fundações de ensino e pesquisa cuja criação tenha sido autorizada por lei, que preencham os requisitos dos incisos I e II do referido artigo e que, nos últimos três anos, tenham recebido recursos públicos, poderão continuar a recebê-los, salvo disposição legal em contrário.

Art. 62. A lei criará o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) nos moldes da legislação relativa ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC), sem prejuízo das atribuições dos órgãos públicos que atuam na área.

Art. 63. É criada uma Comissão composta de nove membros, sendo três do Poder Legislativo, três do Poder Judiciário e três do Poder Executivo, para promover as comemorações do centenário da proclamação da República e da promulgação da primeira Constituição republicana do País, podendo, a seu critério, desdobrar-se em tantas subcomissões quantas forem necessárias.

Parágrafo único. No desenvolvimento de suas atribuições, a Comissão promoverá estudos, debates e avaliações sobre a evolução política, social, econômica e cultural do País, podendo articular-se com os governos estaduais e municipais e com instituições públicas e privadas que desejem participar dos eventos.

Art. 64. A Imprensa Nacional e demais gráficas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, promoverão edição popular do texto integral da Constituição, que será posta à disposição das escolas e dos cartórios, dos sindicatos, dos quartéis, das igrejas e de outras instituições representativas da comunidade, gratuitamente, de modo que cada cidadão brasileiro possa receber do Estado um exemplar da Constituição do Brasil.

Art. 65. O Poder Legislativo regulamentará, no prazo de doze meses, o art. 220, § 4º.

Art. 66. São mantidas as concessões de serviços públicos de telecomunicações atualmente em vigor, nos termos da lei.

Art. 67. A União concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição.

Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

Art. 69. Será permitido aos Estados manter consultorias jurídicas separadas de suas Procuradorias-Gerais ou Advocacias-Gerais, desde que, na data da promulgação da Constituição, tenham órgãos distintos para as respectivas funções.

Art. 70. Fica mantida atual competência dos tribunais estaduais até que a mesma seja definida na Constituição do Estado, nos termos do art. 125, § 1º, da Constituição.

~~Art. 71. Fica instituído, nos exercícios financeiros de 1994 e 1995, o Fundo Social de Emergência, com o objetivo de saneamento financeiro da Fazenda Pública Federal e de estabilização econômica, cujos recursos serão aplicados no custeio das ações dos sistemas de saúde e educação, benefícios previdenciários e auxílios assistenciais de prestação continuada, inclusive liquidação de passivo previdenciário, e outros programas de relevante interesse econômico e social.~~ ~~(incluído pela Emenda Constitucional de Revisão nº 1, de 1994)~~

~~Parágrafo único. Ao Fundo criado por este artigo não se aplica, no exercício financeiro de 1994, o disposto na parte final do inciso II do § 9.º do art. 165 da Constituição.~~ ~~(incluído pela Emenda Constitucional de Revisão nº 1, de 1994)~~

~~Art. 71. Fica instituído, nos exercícios financeiros de 1994 e 1995, bem assim no período de 1º de janeiro de 1996 a 30 de junho de 1997, o Fundo Social de Emergência, com o objetivo de saneamento financeiro da Fazenda Pública Federal e de estabilização econômica, cujos recursos serão aplicados prioritariamente no custeio das ações dos sistemas de saúde e educação, benefícios previdenciários e auxílios assistenciais de prestação continuada, inclusive liquidação de passivo previdenciário, e despesas orçamentárias associadas a programas de relevante interesse econômico e social.~~ ~~(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 10, de 1996)~~

Art. 71. É instituído, nos exercícios financeiros de 1994 e 1995, bem assim nos períodos de 01/01/1996 a 30/06/97 e 01/07/97 a 31/12/1999, o Fundo Social de Emergência, com o objetivo de saneamento financeiro da Fazenda

Pública Federal e de estabilização econômica, cujos recursos serão aplicados prioritariamente no custeio das ações dos sistemas de saúde e educação, incluindo a complementação de recursos de que trata o § 3º do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, benefícios previdenciários e auxílios assistenciais de prestação continuada, inclusive liquidação de passivo previdenciário, e despesas orçamentárias associadas a programas de relevante interesse econômico e social. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 17, de 1997) (Vide Emenda Constitucional nº 17, de 1997)

§ 1º Ao Fundo criado por este artigo não se aplica o disposto na parte final do inciso II do § 9º do art. 165 da Constituição. (Renumerado do parágrafo único, pela Emenda Constitucional nº 10, de 1996)]

§ 2º O Fundo criado por este artigo passa a ser denominado Fundo de Estabilização Fiscal a partir do início do exercício financeiro de 1996. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 10, de 1996)

§ 3º O Poder Executivo publicará demonstrativo da execução orçamentária, de periodicidade bimestral, no qual se discriminarão as fontes e usos do Fundo criado por este artigo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 10, de 1996)

Art. 72. Integram o Fundo Social de Emergência: (Incluído pela Emenda Constitucional de Revisão nº 1, de 1994)

I - o produto da arrecadação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza incidente na fonte sobre pagamentos efetuados, a qualquer título, pela União, inclusive suas autarquias e fundações; (Incluído pela Emenda Constitucional de Revisão nº 1, de 1994) (Vide Emenda Constitucional nº 17, de 1997)

~~II - a parcela do produto da arrecadação do imposto sobre propriedade territorial rural, do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários, decorrente das alterações produzidas pela Medida Provisória n.º 419 e pelas Leis n.ºs 8.847 , 8.849 e 8848, todas de 28 de janeiro de 1994 , estendendo-se a vigência da última delas até 31 de dezembro de 1995; (Incluído pela Emenda Constitucional de Revisão nº 1, de 1994)~~

~~III - a parcela do produto da arrecadação resultante da elevação da alíquota da contribuição social sobre o lucro dos contribuintes a que se refere o § 1° do art. 22 da Lei n° 8.212, de 24 de julho de 1991 , a qual, nos exercícios financeiros de 1994 e 1995, passa a ser de trinta por cento, mantidas as demais normas da Lei n° 7.689, de 15 de dezembro de 1988; (Incluído pela Emenda Constitucional de Revisão nº 1, de 1994)~~

~~IV - vinte por cento do produto da arrecadação de todos os impostos e contribuições da União, excetuado o previsto nos incisos I, II e III; (Incluído pela Emenda Constitucional de Revisão nº 1, de 1994)~~

~~V - a parcela do produto da arrecadação da contribuição de que trata a Lei Complementar n.º 7, de 7 de setembro de 1970 , devida pelas pessoas jurídicas a que se refere o inciso III deste artigo, a qual será calculada, nos exercícios financeiros de 1994 e 1995, mediante a aplicação da alíquota de setenta e cinco centésimos por cento sobre a receita bruta operacional, como definida na legislação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza; (Incluído pela Emenda Constitucional de Revisão nº 1, de 1994)~~

II - a parcela do produto da arrecadação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos e valores mobiliários, decorrente das alterações produzidas pela Lei nº 8.894, de 21 de junho de 1994 , e pelas Leis nºs 8.849 e 8.848, ambas de 28 de janeiro de 1994 , e modificações posteriores; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 10, de 1996)

III - a parcela do produto da arrecadação resultante da elevação da alíquota da contribuição social sobre o lucro dos contribuintes a que se refere o § 1º do Art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 , a qual, nos exercícios financeiros de 1994 e 1995, bem assim no período de 1º de janeiro de 1996 a 30 de junho de 1997, passa a ser de trinta por cento, sujeita a alteração por lei ordinária, mantidas as demais normas da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988 ; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 10, de 1996)

IV - vinte por cento do produto da arrecadação de todos os impostos e contribuições da União, já instituídos ou a serem criados, excetuado o previsto nos incisos I, II e III, observado o disposto nos §§ 3º e 4º; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 10, de 1996)

~~V - a parcela do produto da arrecadação da contribuição de que trata a Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970 , devida pelas pessoas jurídicas a que se refere o inciso III deste artigo, a qual será calculada, nos exercícios financeiros de 1994 e 1995, bem assim no período de 1º de janeiro de 1996 a 30 de junho de 1997, mediante a aplicação da alíquota de setenta e cinco centésimos por cento, sujeita a alteração por lei ordinária, sobre a receita bruta operacional, como definida na legislação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza; e" (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 10, de 1996)~~

V - a parcela do produto da arrecadação da contribuição de que trata a Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, devida pelas pessoas jurídicas a que se refere o inciso III deste artigo, a qual será calculada, nos exercícios financeiros de 1994 a 1995, bem assim nos períodos de 1ºde janeiro de 1996 a 30 de junho de 1997 e de 1º de julho de 1997 a 31 de dezembro de 1999, mediante a aplicação da alíquota de setenta e cinco centésimos por cento, sujeita a alteração por lei ordinária posterior, sobre a receita bruta operacional, como definida na legislação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 17, de 1997) (Vide Emenda Constitucional nº 17, de 1997)

VI - outras receitas previstas em lei específica. (Incluído pela Emenda Constitucional de Revisão nº 1, de 1994)

§ 1.º As alíquotas e a base de cálculo previstas nos incisos III e V aplicar-se-ão a partir do primeiro dia do mês seguinte aos noventa dias posteriores à promulgação desta Emenda. (Incluído pela Emenda Constitucional de Revisão nº 1, de 1994)

~~§ 2.º As parcelas de que tratam os incisos I, II, III e V serão previamente deduzidas da base de cálculo de qualquer vinculação ou participação constitucional ou legal, não se lhes aplicando o disposto nos arts. 158, II, 159, 212 e 239 da Constituição. (Incluído pela Emenda Constitucional de Revisão nº 1, de 1994)~~

~~§ 3.º A parcela de que trata o inciso IV será previamente deduzida da base de cálculo das vinculações ou participações constitucionais previstas nos arts. 153, § 5.º, 157, II, 158, II, 212 e 239 da Constituição. (Incluído pela Emenda Constitucional de Revisão nº 1, de 1994)~~

~~§ 4.º O disposto no parágrafo anterior não se aplica aos recursos previstos no art. 159 da Constituição. (Incluído pela Emenda Constitucional de Revisão nº 1, de 1994)~~

~~§ 5.º A parcela dos recursos provenientes do imposto sobre propriedade territorial rural e do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza, destinada ao Fundo Social de Emergência, nos termos do inciso II deste artigo, não poderá exceder: (Incluído pela Emenda Constitucional de Revisão nº 1, de 1994)~~

~~I - no caso do imposto sobre propriedade territorial rural, a oitenta e seis inteiros e dois décimos por cento do total do produto da sua arrecadação; (Incluído pela Emenda Constitucional de Revisão nº 1, de 1994)~~

~~II - no caso do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza, a cinco inteiros e seis décimos por cento do total do produto da sua arrecadação. (Incluído pela Emenda Constitucional de Revisão nº 1, de 1994)~~

§ 2º As parcelas de que tratam os incisos I, II, III e V serão previamente deduzidas da base de cálculo de qualquer vinculação ou participação constitucional ou legal, não se lhes aplicando o disposto nos artigos, 159, 212 e 239 da Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 10, de 1996)

§ 3º A parcela de que trata o inciso IV será previamente deduzida da base de cálculo das vinculações ou participações constitucionais previstas nos artigos 153, § 5º, 157, II, 212 e 239 da Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 10, de 1996)

§ 4º O disposto no parágrafo anterior não se aplica aos recursos previstos nos Artigos 158, II e 159 da Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 10, de 1996)

§ 5º A parcela dos recursos provenientes do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza, destinada ao Fundo Social de Emergência, nos termos do inciso II deste artigo, não poderá exceder a cinco inteiros e seis décimos por cento do total do produto da sua arrecadação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 10, de 1996)

Art. 73. Na regulação do Fundo Social de Emergência não poderá ser utilizado o instrumento previsto no inciso V do art. 59 da Constituição. (Incluído pela Emenda Constitucional de Revisão nº 1, de 1994)

Art. 74. A União poderá instituir contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 12, de 1996)

§ 1º A alíquota da contribuição de que trata este artigo não excederá a vinte e cinco centésimos por cento, facultado ao Poder Executivo reduzi-la ou restabelecê-la, total ou parcialmente, nas condições e limites fixados em lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 12, de 1996)

§ 2º A contribuição de que trata este artigo não se aplica o disposto nos arts. 153, § 5º, e 154, I, da Constituição. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 12, de 1996)

§ 3º O produto da arrecadação da contribuição de que trata este artigo será destinado integralmente ao Fundo Nacional de Saúde, para financiamento das ações e serviços de saúde. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 12, de 1996)

§ 4º A contribuição de que trata este artigo terá sua exigibilidade subordinada ao disposto no art. 195, § 6º, da Constituição, e não poderá ser cobrada por prazo superior a dois anos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 12, de 1996)

Art. 75. É prorrogada, por trinta e seis meses, a cobrança da contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira de que trata o art. 74, instituída pela Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996 , modificada pela Lei nº 9.539, de 12 de dezembro de 1997 , cuja vigência é também prorrogada por idêntico prazo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 21, de 1999)

§ 1º Observado o disposto no § 6º do art. 195 da Constituição Federal, a alíquota da contribuição será de trinta e oito centésimos por cento, nos primeiros doze meses, e de trinta centésimos, nos meses subseqüentes, facultado ao Poder Executivo reduzi-la total ou parcialmente, nos limites aqui definidos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 21, de 1999)

§ 2º O resultado do aumento da arrecadação, decorrente da alteração da alíquota, nos exercícios financeiros de 1999, 2000 e 2001, será destinado ao custeio da previdência social. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 21, de

1999)

§ 3º É a União autorizada a emitir títulos da dívida pública interna, cujos recursos serão destinados ao custeio da saúde e da previdência social, em montante equivalente ao produto da arrecadação da contribuição, prevista e não realizada em 1999. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 21, de 1999) (Vide ADIN nº 2.031-5)

~~Art. 76. É desvinculado de órgão, fundo ou despesa, no período de 2000 a 2003, vinte por cento da arrecadação de impostos e contribuições sociais da União, já instituídos ou que vierem a ser criados no referido período, seus adicionais e respectivos acréscimos legais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 27, de 2000:)~~

~~Art. 76. É desvinculado de órgão, fundo ou despesa, no período de 2003 a 2007, vinte por cento da arrecadação da União de impostos, contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, já instituídos ou que vierem a ser criados no referido período, seus adicionais e respectivos acréscimos legais. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)~~

~~Art. 76. É desvinculado de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2011, 20% (vinte por cento) da arrecadação da União de impostos, contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 56, de 2007)~~

~~§ 1º O disposto no caput deste artigo não reduzirá a base de cálculo das transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios na forma dos arts. 153, § 5º; 157, I; l58, I e II; e 159, I, "a" e "b", e II, da Constituição, bem como a base de cálculo das aplicações em programas de financiamento ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste a que se refere o art. 159, I, "c", da Constituição. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 27, de 2000:)~~

~~§ 1º O disposto no *caput* deste artigo não reduzirá a base de cálculo das transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios na forma dos arts. 153, § 5º; 157, I; 158, I e II; e 159, I, *a* e b; e II, da Constituição, bem como a base de cálculo das destinações a que se refere o art. 159, I, c, da Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)~~

~~§ 2º Excetua-se da desvinculação de que trata o **caput** deste artigo a arrecadação da contribuição social do salário-educação a que se refere o art. 212, § 5º, da Constituição. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 27, de 2000:)~~

~~§ 3º Para efeito do cálculo dos recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição, o percentual referido no caput deste artigo será de 12,5 % (doze inteiros e cinco décimos por cento) no exercício de 2009, 5% (cinco por cento) no exercício de 2010, e nulo no exercício de 2011. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)~~

~~Art. 76. São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2015, 20% (vinte por cento) da arrecadação da União de impostos, contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 68, de 2011).~~

~~Art. 76. São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, 30% (trinta por cento) da arrecadação da União relativa às contribuições sociais, sem prejuízo do pagamento das despesas do Regime Geral da Previdência Social, às contribuições de intervenção no domínio econômico e às taxas, já instituídas ou que vierem a ser criadas até a referida data. (Redação dada pela Emenda constitucional nº 93, de 2016)~~

~~Art. 76. São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2024, 30% (trinta por cento) da arrecadação da União relativa às contribuições sociais, sem prejuízo do pagamento das despesas do Regime Geral de Previdência Social, às contribuições de intervenção no domínio econômico e às taxas, já instituídas ou que vierem a ser criadas até a referida data. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 126, de 2022)~~

Art. 76. São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2032, 30% (trinta por cento) da arrecadação da União relativa às contribuições sociais, sem prejuízo do pagamento das despesas do Regime Geral de Previdência Social, às contribuições de intervenção no domínio econômico, às taxas e às receitas patrimoniais, já instituídas ou que vierem a ser criadas até a referida data. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 135, de 2024)

~~§ 1° O disposto no caput não reduzirá a base de cálculo das transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, na forma do § 5º do art. 153 , do inciso I do art. 157 , dos incisos I e II do art. 158 e das alíneas a , b e d do inciso I e do inciso II do art. 159 da Constituição Federal , nem a base de cálculo das destinações a que se refere a alínea c do inciso I do art. 159 da Constituição Federal . (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 68, de 2011).~~

§ 1º (Revogado). (Redação dada pela Emenda constitucional nº 93, de 2016) Produção de efeitos

§ 2° Excetua-se da desvinculação de que trata o caput a arrecadação da contribuição social do salário-educação a que se refere o § 5º do art. 212 da Constituição Federal . (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 68, de 2011).

~~§ 3° Para efeito do cálculo dos recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal , o percentual referido no caput será nulo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 68, de 2011).~~

§ 3º (Revogado). (Redação dada pela Emenda constitucional nº 93, de 2016) Produção de efeitos

§ 4º A desvinculação de que trata o **caput** não se aplica às receitas das contribuições sociais destinadas ao custeio da seguridade social. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

§ 5º A desvinculação de que trata o**caput**deste artigo não opera efeitos sobre recursos que, por expressa disposição em norma constitucional ou legal, devam ser transferidos a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 135, de 2024)

§ 6º A desvinculação de que trata o**caput**deste artigo não se aplica às receitas destinadas ao fundo criado pelo art. 47 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, e aos recursos a que se refere o art. 2º da Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 135, de 2024)

~~Art. 76-A. São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, 30% (trinta por cento) das receitas dos Estados e do Distrito Federal relativas a impostos, taxas e multas, já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais, e outras receitas correntes. (Incluído dada pela Emenda constitucional nº 93, de 2016) Produção de efeitos~~

Art. 76-A. São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2032, 30% (trinta por cento) das receitas dos Estados e do Distrito Federal relativas a impostos, taxas e multas já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais, e outras receitas correntes. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

Parágrafo único. Excetuam-se da desvinculação de que trata o caput: (Incluído dada pela Emenda constitucional nº 93, de 2016) Produção de efeitos

I - recursos destinados ao financiamento das ações e serviços públicos de saúde e à manutenção e desenvolvimento do ensino de que tratam, respectivamente, os incisos II e III do § 2º do art. 198 e o art. 212 da Constituição Federal; (Incluído dada pela Emenda constitucional nº 93, de 2016) Produção de efeitos

II - receitas que pertencem aos Municípios decorrentes de transferências previstas na Constituição Federal; (Incluído dada pela Emenda constitucional nº 93, de 2016) Produção de efeitos

III - receitas de contribuições previdenciárias e de assistência à saúde dos servidores; (Incluído dada pela Emenda constitucional nº 93, de 2016) Produção de efeitos

IV - demais transferências obrigatórias e voluntárias entre entes da Federação com destinação especificada em lei; (Incluído dada pela Emenda constitucional nº 93, de 2016) Produção de efeitos

V - fundos instituídos pelo Poder Judiciário, pelos Tribunais de Contas, pelo Ministério Público, pelas Defensorias Públicas e pelas Procuradorias-Gerais dos Estados e do Distrito Federal. (Incluído dada pela Emenda constitucional nº 93, de 2016) Produção de efeitos

~~Art. 76-B. São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, 30% (trinta por cento) das receitas dos Municípios relativas a impostos, taxas e multas, já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais, e outras receitas correntes. (Incluído dada pela Emenda constitucional nº 93, de 2016) Produção de efeitos~~

~~Art. 76-B. São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2032, 30% (trinta por cento) das receitas dos Municípios relativas a impostos, taxas e multas, já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais, e outras receitas correntes.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)~~

Art. 76-B. São desvinculadas de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2032, as receitas dos Municípios relativas a impostos, contribuições, taxas e multas, já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais, e outras receitas correntes, de acordo com os seguintes percentuais: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

I - 50% (cinquenta por cento), até 31 de dezembro de 2026; e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

II - 30% (trinta por cento), de 1º de janeiro de 2027 a 31 de dezembro de 2032. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

~~Parágrafo único. Excetuam-se da desvinculação de que trata o caput: (Incluído dada pela Emenda constitucional nº 93, de 2016) Produção de efeitos~~

§ 1º Excetuam-se das desvinculações de que trata o caput deste artigo: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

~~I - recursos destinados ao financiamento das ações e serviços públicos de saúde e à manutenção e desenvolvimento do ensino de que tratam, respectivamente, os incisos II e III do § 2º do art. 198 e o art. 212 da~~

~~Constituição Federal; (Incluído dada pela Emenda constitucional nº 93, de 2016) Produção de efeitos~~

I - recursos destinados ao financiamento das ações e serviços públicos de saúde e à manutenção e desenvolvimento do ensino de que tratam, respectivamente, o inciso III do § 2º do art. 198 e o art. 212 da Constituição Federal; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

II - receitas de contribuições previdenciárias e de assistência à saúde dos servidores; (Incluído dada pela Emenda constitucional nº 93, de 2016) Produção de efeitos

III - transferências obrigatórias e voluntárias entre entes da Federação com destinação especificada em lei; (Incluído dada pela Emenda constitucional nº 93, de 2016) Produção de efeitos

IV - fundos instituídos pelo Tribunal de Contas do Município. (Incluído dada pela Emenda constitucional nº 93, de 2016) Produção de efeitos

§ 2º A cada exercício financeiro, até a data de que trata o caput deste artigo, poderão ser utilizados, exclusivamente para o financiamento de políticas públicas locais de saúde, educação e adaptação às mudanças climáticas, os superávits financeiros, verificados no exercício financeiro imediatamente anterior, dos fundos públicos instituídos pelo Poder Executivo municipal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

Art. 77. Até o exercício financeiro de 2004, os recursos mínimos aplicados nas ações e serviços públicos de saúde serão equivalentes: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

I - no caso da União: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

a) no ano 2000, o montante empenhado em ações e serviços públicos de saúde no exercício financeiro de 1999 acrescido de, no mínimo, cinco por cento; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

b) do ano 2001 ao ano 2004, o valor apurado no ano anterior, corrigido pela variação nominal do Produto Interno Bruto - PIB; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

II - no caso dos Estados e do Distrito Federal, doze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, alínea *a* , e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios; e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, quinze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea *b* e § 3º. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que apliquem percentuais inferiores aos fixados nos incisos II e III deverão elevá-los gradualmente, até o exercício financeiro de 2004, reduzida a diferença à razão de, pelo menos, um quinto por ano, sendo que, a partir de 2000, a aplicação será de pelo menos sete por cento. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

§ 2º Dos recursos da União apurados nos termos deste artigo, quinze por cento, no mínimo, serão aplicados nos Municípios, segundo o critério populacional, em ações e serviços básicos de saúde, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

§ 3º Os recursos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinados às ações e serviços públicos de saúde e os transferidos pela União para a mesma finalidade serão aplicados por meio de Fundo de Saúde que será acompanhado e fiscalizado por Conselho de Saúde, sem prejuízo do disposto no art. 74 da Constituição Federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

§ 4º Na ausência da lei complementar a que se refere o art. 198, § 3º, a partir do exercício financeiro de 2005, aplicar-se-á à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios o disposto neste artigo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

Art. 78. Ressalvados os créditos definidos em lei como de pequeno valor, os de natureza alimentícia, os de que trata o art. 33 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e suas complementações e os que já tiverem os seus respectivos recursos liberados ou depositados em juízo, os precatórios pendentes na data de promulgação desta Emenda e os que decorram de ações iniciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999 serão liquidados pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos, permitida a cessão dos créditos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 30, de 2000)

§ 1º É permitida a decomposição de parcelas, a critério do credor. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 30, de 2000)

§ 2º As prestações anuais a que se refere o *caput* deste artigo terão, se não liquidadas até o final do exercício a que se referem, poder liberatório do pagamento de tributos da entidade devedora. (Incluído pela Emenda

Constitucional nº 30, de 2000) (Vide Emenda Constitucional nº 62, de 2009)

§ 3º O prazo referido no *caput* deste artigo fica reduzido para dois anos, nos casos de precatórios judiciais originários de desapropriação de imóvel residencial do credor, desde que comprovadamente único à época da imissão na posse. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 30, de 2000)

§ 4º O Presidente do Tribunal competente deverá, vencido o prazo ou em caso de omissão no orçamento, ou preterição ao direito de precedência, a requerimento do credor, requisitar ou determinar o seqüestro de recursos financeiros da entidade executada, suficientes à satisfação da prestação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 30, de 2000)

Art. 79. É instituído, para vigorar até o ano de 2010, no âmbito do Poder Executivo Federal, o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, a ser regulado por lei complementar com o objetivo de viabilizar a todos os brasileiros acesso a níveis dignos de subsistência, cujos recursos serão aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço de renda familiar e outros programas de relevante interesse social voltados para melhoria da qualidade de vida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 31, de 2000) (Vide Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003) (Vide Emenda Constitucional nº 67, de 2010)

Parágrafo único. O Fundo previsto neste artigo terá Conselho Consultivo e de Acompanhamento que conte com a participação de representantes da sociedade civil, nos termos da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 31, de 2000)

Art. 80. Compõem o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 31, de 2000) (Vide Emenda Constitucional nº 67, de 2010)

I - a parcela do produto da arrecadação correspondente a um adicional de oito centésimos por cento, aplicável de 18 de junho de 2000 a 17 de junho de 2002, na alíquota da contribuição social de que trata o art. 75 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 31, de 2000)

II - a parcela do produto da arrecadação correspondente a um adicional de cinco pontos percentuais na alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, ou do imposto que vier a substituí-lo, incidente sobre produtos supérfluos e aplicável até a extinção do Fundo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 31, de 2000) (Vide Emenda Constitucional nº 132, de 2023) Vigência

III - o produto da arrecadação do imposto de que trata o art. 153, inciso VII, da Constituição; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 31, de 2000)

IV - dotações orçamentárias; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 31, de 2000)

V- doações, de qualquer natureza, de pessoas físicas ou jurídicas do País ou do exterior; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 31, de 2000)

VI - outras receitas, a serem definidas na regulamentação do referido Fundo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 31, de 2000)

§ 1º Aos recursos integrantes do Fundo de que trata este artigo não se aplica o disposto nos arts. 159 e 167, inciso IV, da Constituição, assim como qualquer desvinculação de recursos orçamentários. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 31, de 2000)

§ 2º A arrecadação decorrente do disposto no inciso I deste artigo, no período compreendido entre 18 de junho de 2000 e o início da vigência da lei complementar a que se refere a art. 79, será integralmente repassada ao Fundo, preservado o seu valor real, em títulos públicos federais, progressivamente resgatáveis após 18 de junho de 2002, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 31, de 2000)

Art. 81. É instituído Fundo constituído pelos recursos recebidos pela União em decorrência da desestatização de sociedades de economia mista ou empresas públicas por ela controladas, direta ou indiretamente, quando a operação envolver a alienação do respectivo controle acionário a pessoa ou entidade não integrante da Administração Pública, ou de participação societária remanescente após a alienação, cujos rendimentos, gerados a partir de 18 de junho de 2002, reverterão ao Fundo de Combate e Erradicação de Pobreza. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 31, de 2000) (Vide Emenda Constitucional nº 67, de 2010)

§ 1º Caso o montante anual previsto nos rendimentos transferidos ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma deste artigo, não alcance o valor de quatro bilhões de reais. far-se-à complementação na forma do art. 80, inciso IV, do Ato das disposições Constitucionais Transitórias. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 31, de 2000)

§ 2º Sem prejuízo do disposto no § 1º, o Poder Executivo poderá destinar ao Fundo a que se refere este artigo outras receitas decorrentes da alienação de bens da União. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 31, de 2000)

§ 3º A constituição do Fundo a que se refere o caput, a transferência de recursos ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e as demais disposições referentes ao § 1º deste artigo serão disciplinadas em lei, não se

aplicando o disposto no art. 165, § 9º, inciso II, da Constituição. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 31, de 2000)

Art. 82. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem instituir Fundos de Combate à Pobreza, com os recursos de que trata este artigo e outros que vierem a destinar, devendo os referidos Fundos ser geridos por entidades que contem com a participação da sociedade civil. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 31, de 2000)

~~§ 1º Para o financiamento dos Fundos Estaduais e Distrital, poderá ser criado adicional de até dois pontos percentuais na alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, ou do imposto que vier a substituí-lo, sobre os produtos e serviços supérfluos, não se aplicando, sobre este adicional, o disposto no art. 158, inciso IV, da Constituição. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 31, de 2000)~~

§ 1º Para o financiamento dos Fundos Estaduais e Distrital, poderá ser criado adicional de até dois pontos percentuais na alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, sobre os produtos e serviços supérfluos e nas condições definidas na lei complementar de que trata o art. 155, § 2º, XII, da Constituição, não se aplicando, sobre este percentual, o disposto no art. 158, IV, da Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

§ 2º Para o financiamento dos Fundos Municipais, poderá ser criado adicional de até meio ponto percentual na alíquota do Imposto sobre serviços ou do imposto que vier a substituí-lo, sobre serviços supérfluos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 31, de 2000) (Vide Emenda Constitucional nº 132, de 2023) Vigência

~~Art. 83. Lei federal definirá os produtos e serviços supérfluos a que se referem os arts. 80, inciso II, e 82, §§ 1º e 2º. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 31, de 2000)~~

Art. 83. Lei federal definirá os produtos e serviços supérfluos a que se referem os arts. 80, II, e 82, § 2º. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003) (Vide Emenda Constitucional nº 132, de 2023) Vigência

Art. 84. A contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira, prevista nos arts. 74, 75 e 80, I, deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, será cobrada até 31 de dezembro de 2004. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

§ 1º Fica prorrogada até a data referida no *caput* deste artigo, a vigência da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996 , e suas alterações. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

§ 2º Do produto da arrecadação da contribuição social de que trata este artigo será destinada a parcela correspondente à alíquota de: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

I - vinte centésimos por cento ao Fundo Nacional de Saúde, para financiamento das ações e serviços de saúde; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

II - dez centésimos por cento ao custeio da previdência social; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

III - oito centésimos por cento ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, de que tratam os arts. 80 e 81 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

§ 3º A alíquota da contribuição de que trata este artigo será de: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

I - trinta e oito centésimos por cento, nos exercícios financeiros de 2002 e 2003; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

~~II - oito centésimos por cento, no exercício financeiro de 2004, quando será integralmente destinada ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, de que tratam os arts. 80 e 81 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)~~ (Revogado pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

Art. 85. A contribuição a que se refere o art. 84 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias não incidirá, a partir do trigésimo dia da data de publicação desta Emenda Constitucional, nos lançamentos: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

I - em contas correntes de depósito especialmente abertas e exclusivamente utilizadas para operações de: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002) (Vide Lei nº 10.982, de 2004)

a) câmaras e prestadoras de serviços de compensação e de liquidação de que trata o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001 ; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

b) companhias securitizadoras de que trata a Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997 ; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

c) sociedades anônimas que tenham por objeto exclusivo a aquisição de créditos oriundos de operações praticadas no mercado financeiro; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

II - em contas correntes de depósito, relativos a: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

a) operações de compra e venda de ações, realizadas em recintos ou sistemas de negociação de bolsas de valores e no mercado de balcão organizado; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

b) contratos referenciados em ações ou índices de ações, em suas diversas modalidades, negociados em bolsas de valores, de mercadorias e de futuros; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

III - em contas de investidores estrangeiros, relativos a entradas no País e a remessas para o exterior de recursos financeiros empregados, exclusivamente, em operações e contratos referidos no inciso II deste artigo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

§ 1º O Poder Executivo disciplinará o disposto neste artigo no prazo de trinta dias da data de publicação desta Emenda Constitucional. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

§ 2º O disposto no inciso I deste artigo aplica-se somente às operações relacionadas em ato do Poder Executivo, dentre aquelas que constituam o objeto social das referidas entidades. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

§ 3º O disposto no inciso II deste artigo aplica-se somente a operações e contratos efetuados por intermédio de instituições financeiras, sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários e sociedades corretoras de mercadorias. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

Art. 86. Serão pagos conforme disposto no art. 100 da Constituição Federal, não se lhes aplicando a regra de parcelamento estabelecida no caput do art. 78 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, os débitos da Fazenda Federal, Estadual, Distrital ou Municipal oriundos de sentenças transitadas em julgado, que preencham, cumulativamente, as seguintes condições: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

I - ter sido objeto de emissão de precatórios judiciários; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

II - ter sido definidos como de pequeno valor pela lei de que trata o § 3º do art. 100 da Constituição Federal ou pelo art. 87 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

III - estar, total ou parcialmente, pendentes de pagamento na data da publicação desta Emenda Constitucional. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

§ 1º Os débitos a que se refere o caput deste artigo, ou os respectivos saldos, serão pagos na ordem cronológica de apresentação dos respectivos precatórios, com precedência sobre os de maior valor. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

§ 2º Os débitos a que se refere o caput deste artigo, se ainda não tiverem sido objeto de pagamento parcial, nos termos do art. 78 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, poderão ser pagos em duas parcelas anuais, se assim dispuser a lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

§ 3º Observada a ordem cronológica de sua apresentação, os débitos de natureza alimentícia previstos neste artigo terão precedência para pagamento sobre todos os demais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

Art. 87. Para efeito do que dispõem o § 3º do art. 100 da Constituição Federal e o art. 78 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias serão considerados de pequeno valor, até que se dê a publicação oficial das respectivas leis definidoras pelos entes da Federação, observado o disposto no § 4º do art. 100 da Constituição Federal, os débitos ou obrigações consignados em precatório judiciário, que tenham valor igual ou inferior a: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

I - quarenta salários-mínimos, perante a Fazenda dos Estados e do Distrito Federal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

II - trinta salários-mínimos, perante a Fazenda dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

Parágrafo único. Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido neste artigo, o pagamento far-se-á, sempre, por meio de precatório, sendo facultada à parte exeqüente a renúncia ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem o precatório, da forma prevista no § 3º do art. 100. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

Art. 88. Enquanto lei complementar não disciplinar o disposto nos incisos I e III do § 3º do art. 156 da Constituição Federal, o imposto a que se refere o inciso III do caput do mesmo artigo: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

I - terá alíquota mínima de dois por cento, exceto para os serviços a que se referem os itens 32, 33 e 34 da Lista de Serviços anexa ao Decreto-Lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968 ; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

II - não será objeto de concessão de isenções, incentivos e benefícios fiscais, que resulte, direta ou indiretamente, na redução da alíquota mínima estabelecida no inciso I. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

~~Art. 89. Os integrantes da carreira policial militar do ex-Território Federal de Rondônia, que comprovadamente se encontravam no exercício regular de suas funções prestando serviços àquele ex-Território na data em que foi transformado em Estado, bem como os Policiais Militares admitidos por força de lei federal, custeados pela União, constituirão quadro em extinção da administração federal, assegurados os direitos e vantagens a eles inerentes, vedado o pagamento, a qualquer título, de diferenças remuneratórias, bem como ressarcimentos ou indenizações de qualquer espécie, anteriores à promulgação desta Emenda.~~ (Incluído pela Emenda Constitucional nº 38, de 2002)

~~Parágrafo único. Os servidores da carreira policial militar continuarão prestando serviços ao Estado de Rondônia na condição de cedidos, submetidos às disposições legais e regulamentares a que estão sujeitas as corporações da respectiva Polícia Militar, observadas as atribuições de função compatíveis com seu grau hierárquico.~~ (Incluído pela Emenda Constitucional nº 38, de 2002)

Art. 89. Os integrantes da carreira policial militar e os servidores municipais do ex-Território Federal de Rondônia que, comprovadamente, se encontravam no exercício regular de suas funções prestando serviço àquele ex-Território na data em que foi transformado em Estado, bem como os servidores e os policiais militares alcançados pelo disposto no art. 36 da Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981 , e aqueles admitidos regularmente nos quadros do Estado de Rondônia até a data de posse do primeiro Governador eleito, em 15 de março de 1987, constituirão, mediante opção, quadro em extinção da administração federal, assegurados os direitos e as vantagens a eles inerentes, vedado o pagamento, a qualquer título, de diferenças remuneratórias. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 60, de 2009)

§ 1º Os membros da Polícia Militar continuarão prestando serviços ao Estado de Rondônia, na condição de cedidos, submetidos às corporações da Polícia Militar, observadas as atribuições de função compatíveis com o grau hierárquico. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 60, de 2009)

§ 2º Os servidores a que se refere o caput continuarão prestando serviços ao Estado de Rondônia na condição de cedidos, até seu aproveitamento em órgão ou entidade da administração federal direta, autárquica ou fundacional. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 60, de 2009)

Art. 90. O prazo previsto no *caput* do art. 84 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias fica prorrogado até 31 de dezembro de 2007. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

§ 1º Fica prorrogada, até a data referida no *caput* deste artigo, a vigência da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996 , e suas alterações. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

§ 2º Até a data referida no *caput* deste artigo, a alíquota da contribuição de que trata o art. 84 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias será de trinta e oito centésimos por cento. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

~~Art. 91. A União entregará aos Estados e ao Distrito Federal o montante definido em lei complementar, de acordo com critérios, prazos e condições nela determinados, podendo considerar as exportações para o exterior de produtos primários e semi-elaborados, a relação entre as exportações e as importações, os créditos decorrentes de aquisições destinadas ao ativo permanente e a efetiva manutenção e aproveitamento do crédito do imposto a que se refere o art. 155, § 2º, X, a.~~ (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003) (Revogado pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

~~§ 1º Do montante de recursos que cabe a cada Estado, setenta e cinco por cento pertencem ao próprio Estado, e vinte e cinco por cento, aos seus Municípios, distribuídos segundo os critérios a que se refere o art. 158, parágrafo único, da Constituição.~~ (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003) (Revogado pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

~~§ 2º A entrega de recursos prevista neste artigo perdurará, conforme definido em lei complementar, até que o imposto a que se refere o art. 155, II, tenha o produto de sua arrecadação destinado predominantemente, em proporção não inferior a oitenta por cento, ao Estado onde ocorrer o consumo das mercadorias, bens ou serviços.~~ (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003) (Revogado pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

~~§ 3º Enquanto não for editada a lei complementar de que trata o *capu* t, em substituição ao sistema de entrega de recursos nele previsto, permanecerá vigente o sistema de entrega de recursos previsto no art. 31 e Anexo da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 , com a redação dada pela Lei Complementar nº 115, de 26 de dezembro de 2002 .~~ (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003) (Revogado pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

~~§ 4º Os Estados e o Distrito Federal deverão apresentar à União, nos termos das instruções baixadas pelo Ministério da Fazenda, as informações relativas ao imposto de que trata o art. 155, II, declaradas pelos contribuintes que realizarem operações ou prestações com destino ao exterior.~~ (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003) (Revogado pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

Art. 92. São acrescidos dez anos ao prazo fixado no art. 40 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003) (Vide Decreto nº 7.212, de 2010)

Art. 92-A. São acrescidos 50 (cinquenta) anos ao prazo fixado pelo art. 92 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 83, de 2014)

Art. 92-B. As leis instituidoras dos tributos previstos nos arts. 156-A e 195, V, da Constituição Federal estabelecerão os mecanismos necessários, com ou sem contrapartidas, para manter, em caráter geral, o diferencial competitivo assegurado à Zona Franca de Manaus pelos arts. 40 e 92-A e às áreas de livre comércio existentes em 31 de maio de 2023, nos níveis estabelecidos pela legislação relativa aos tributos extintos a que se referem os arts. 126 a 129, todos deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 1º Para assegurar o disposto no **caput** , serão utilizados, isolada ou cumulativamente, instrumentos fiscais, econômicos ou financeiros. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 2º Lei complementar instituirá Fundo de Sustentabilidade e Diversificação Econômica do Estado do Amazonas, que será constituído com recursos da União e por ela gerido, com a efetiva participação do Estado do Amazonas na definição das políticas, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento e a diversificação das atividades econômicas no Estado. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 3º A lei complementar de que trata o § 2º: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

I - estabelecerá o montante mínimo de aporte anual de recursos ao Fundo, bem como os critérios para sua correção; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

II - preverá a possibilidade de utilização dos recursos do Fundo para compensar eventual perda de receita do Estado do Amazonas em função das alterações no sistema tributário decorrentes da instituição dos tributos previstos nos arts. 156-A e 195, V, da Constituição Federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 4º A União, mediante acordo com o Estado do Amazonas, poderá reduzir o alcance dos instrumentos previstos no § 1º, condicionado ao aporte de recursos adicionais ao Fundo de que trata o § 2º, asseguradas a diversificação das atividades econômicas e a antecedência mínima de 3 (três) anos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 5º Não se aplica aos mecanismos previstos no **caput** o disposto nos incisos III e IV do **caput** do art. 149-B da Constituição Federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 6º Lei complementar instituirá Fundo de Desenvolvimento Sustentável dos Estados da Amazônia Ocidental e do Amapá, que será constituído com recursos da União e por ela gerido, com a efetiva participação desses Estados na definição das políticas, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento e a diversificação de suas atividades econômicas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 7º O Fundo de que trata o § 6º será integrado pelos Estados onde estão localizadas as áreas de livre comércio de que trata o **caput** e observará, no que couber, o disposto no § 3º, I e II, sendo, quanto a este inciso, considerados os respectivos Estados, e no § 4º. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

Art. 93. A vigência do disposto no art. 159, III, e § 4º, iniciará somente após a edição da lei de que trata o referido inciso III. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

Art. 94. Os regimes especiais de tributação para microempresas e empresas de pequeno porte próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cessarão a partir da entrada em vigor do regime previsto no art. 146, III, d, da Constituição. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

Art. 95. Os nascidos no estrangeiro entre 7 de junho de 1994 e a data da promulgação desta Emenda Constitucional, filhos de pai brasileiro ou mãe brasileira, poderão ser registrados em repartição diplomática ou consular brasileira competente ou em ofício de registro, se vierem a residir na República Federativa do Brasil. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 54, de 2007)

Art. 96. Ficam convalidados os atos de criação, fusão, incorporação e desmembramento de Municípios, cuja lei tenha sido publicada até 31 de dezembro de 2006, atendidos os requisitos estabelecidos na legislação do respectivo Estado à época de sua criação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 57, de 2008).

Art. 97. Até que seja editada a lei complementar de que trata o § 15 do art. 100 da Constituição Federal, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que, na data de publicação desta Emenda Constitucional, estejam em mora na quitação de precatórios vencidos, relativos às suas administrações direta e indireta, inclusive os emitidos durante o período de vigência do regime especial instituído por este artigo, farão esses pagamentos de acordo com as normas a seguir estabelecidas, sendo inaplicável o disposto no art. 100 desta Constituição Federal, exceto em seus §§ 2º, 3º, 9º, 10, 11, 12, 13 e 14, e sem prejuízo dos acordos de juízos conciliatórios já formalizados na data de promulgação desta Emenda Constitucional. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 62, de 2009)

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios sujeitos ao regime especial de que trata este artigo optarão, por meio de ato do Poder Executivo: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009)

I - pelo depósito em conta especial do valor referido pelo § 2º deste artigo; ou (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009)

II - pela adoção do regime especial pelo prazo de até 15 (quinze) anos, caso em que o percentual a ser depositado na conta especial a que se refere o § 2º deste artigo corresponderá, anualmente, ao saldo total dos precatórios devidos, acrescido do índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora, excluída a incidência de juros compensatórios, diminuído das amortizações e dividido pelo número de anos restantes no regime especial de pagamento. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009)

§ 2º Para saldar os precatórios, vencidos e a vencer, pelo regime especial, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devedores depositarão mensalmente, em conta especial criada para tal fim, 1/12 (um doze avos) do valor calculado percentualmente sobre as respectivas receitas correntes líquidas, apuradas no segundo mês anterior ao mês de pagamento, sendo que esse percentual, calculado no momento de opção pelo regime e mantido fixo até o final do prazo a que se refere o § 14 deste artigo, será: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009)

I - para os Estados e para o Distrito Federal: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009)

a) de, no mínimo, 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento), para os Estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, além do Distrito Federal, ou cujo estoque de precatórios pendentes das suas administrações direta e indireta corresponder a até 35% (trinta e cinco por cento) do total da receita corrente líquida; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009)

b) de, no mínimo, 2% (dois por cento), para os Estados das regiões Sul e Sudeste, cujo estoque de precatórios pendentes das suas administrações direta e indireta corresponder a mais de 35% (trinta e cinco por cento) da receita corrente líquida; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009)

II - para Municípios: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009)

a) de, no mínimo, 1% (um por cento), para Municípios das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, ou cujo estoque de precatórios pendentes das suas administrações direta e indireta corresponder a até 35% (trinta e cinco por cento) da receita corrente líquida; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009)

b) de, no mínimo, 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento), para Municípios das regiões Sul e Sudeste, cujo estoque de precatórios pendentes das suas administrações direta e indireta corresponder a mais de 35 % (trinta e cinco por cento) da receita corrente líquida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009)

§ 3º Entende-se como receita corrente líquida, para os fins de que trata este artigo, o somatório das receitas tributárias, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de contribuições e de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, incluindo as oriundas do § 1º do art. 20 da Constituição Federal, verificado no período compreendido pelo mês de referência e os 11 (onze) meses anteriores, excluídas as duplicidades, e deduzidas: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009)

I - nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009)

II - nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, a contribuição dos servidores para custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira referida no § 9º do art. 201 da Constituição Federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009)

§ 4º As contas especiais de que tratam os §§ 1º e 2º serão administradas pelo Tribunal de Justiça local, para pagamento de precatórios expedidos pelos tribunais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009)

§ 5º Os recursos depositados nas contas especiais de que tratam os §§ 1º e 2º deste artigo não poderão retornar para Estados, Distrito Federal e Municípios devedores. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009)

§ 6º Pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos recursos de que tratam os §§ 1º e 2º deste artigo serão utilizados para pagamento de precatórios em ordem cronológica de apresentação, respeitadas as preferências definidas no § 1º, para os requisitórios do mesmo ano e no § 2º do art. 100, para requisitórios de todos os anos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009)

§ 7º Nos casos em que não se possa estabelecer a precedência cronológica entre 2 (dois) precatórios, pagar-se-á primeiramente o precatório de menor valor. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009)

§ 8º A aplicação dos recursos restantes dependerá de opção a ser exercida por Estados, Distrito Federal e Municípios devedores, por ato do Poder Executivo, obedecendo à seguinte forma, que poderá ser aplicada isoladamente ou simultaneamente: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009)

I - destinados ao pagamento dos precatórios por meio do leilão; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009)

II - destinados a pagamento a vista de precatórios não quitados na forma do § 6° e do inciso I, em ordem única e crescente de valor por precatório; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009)

III - destinados a pagamento por acordo direto com os credores, na forma estabelecida por lei própria da entidade devedora, que poderá prever criação e forma de funcionamento de câmara de conciliação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009)

§ 9º Os leilões de que trata o inciso I do § 8º deste artigo: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009)

I - serão realizados por meio de sistema eletrônico administrado por entidade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ou pelo Banco Central do Brasil; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009)

II - admitirão a habilitação de precatórios, ou parcela de cada precatório indicada pelo seu detentor, em relação aos quais não esteja pendente, no âmbito do Poder Judiciário, recurso ou impugnação de qualquer natureza, permitida por iniciativa do Poder Executivo a compensação com débitos líquidos e certos, inscritos ou não em dívida ativa e constituídos contra devedor originário pela Fazenda Pública devedora até a data da expedição do precatório, ressalvados aqueles cuja exigibilidade esteja suspensa nos termos da legislação, ou que já tenham sido objeto de abatimento nos termos do § 9º do art. 100 da Constituição Federal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009)

III - ocorrerão por meio de oferta pública a todos os credores habilitados pelo respectivo ente federativo devedor; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009)

IV - considerarão automaticamente habilitado o credor que satisfaça o que consta no inciso II; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009)

V - serão realizados tantas vezes quanto necessário em função do valor disponível; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009)

VI - a competição por parcela do valor total ocorrerá a critério do credor, com deságio sobre o valor desta; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009)

VII - ocorrerão na modalidade deságio, associado ao maior volume ofertado cumulado ou não com o maior percentual de deságio, pelo maior percentual de deságio, podendo ser fixado valor máximo por credor, ou por outro critério a ser definido em edital; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009)

VIII - o mecanismo de formação de preço constará nos editais publicados para cada leilão; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009)

IX - a quitação parcial dos precatórios será homologada pelo respectivo Tribunal que o expediu. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009)

§ 10. No caso de não liberação tempestiva dos recursos de que tratam o inciso II do § 1º e os §§ 2º e 6º deste artigo: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009)

I - haverá o sequestro de quantia nas contas de Estados, Distrito Federal e Municípios devedores, por ordem do Presidente do Tribunal referido no § 4º, até o limite do valor não liberado; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009)

II - constituir-se-á, alternativamente, por ordem do Presidente do Tribunal requerido, em favor dos credores de precatórios, contra Estados, Distrito Federal e Municípios devedores, direito líquido e certo, autoaplicável e independentemente de regulamentação, à compensação automática com débitos líquidos lançados por esta contra aqueles, e, havendo saldo em favor do credor, o valor terá automaticamente poder liberatório do pagamento de tributos de Estados, Distrito Federal e Municípios devedores, até onde se compensarem; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009)

III - o chefe do Poder Executivo responderá na forma da legislação de responsabilidade fiscal e de improbidade administrativa; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009)

IV - enquanto perdurar a omissão, a entidade devedora: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009)

a) não poderá contrair empréstimo externo ou interno; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009)

b) ficará impedida de receber transferências voluntárias; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009)

V - a União reterá os repasses relativos ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e ao Fundo de Participação dos Municípios, e os depositará nas contas especiais referidas no § 1º, devendo sua utilização obedecer ao que prescreve o § 5º, ambos deste artigo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009)

§ 11. No caso de precatórios relativos a diversos credores, em litisconsórcio, admite-se o desmembramento do valor, realizado pelo Tribunal de origem do precatório, por credor, e, por este, a habilitação do valor total a que tem

direito, não se aplicando, neste caso, a regra do § 3º do art. 100 da Constituição Federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009)

§ 12. Se a lei a que se refere o § 4º do art. 100 não estiver publicada em até 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de publicação desta Emenda Constitucional, será considerado, para os fins referidos, em relação a Estados, Distrito Federal e Municípios devedores, omissos na regulamentação, o valor de: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009)

I - 40 (quarenta) salários mínimos para Estados e para o Distrito Federal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009)

II - 30 (trinta) salários mínimos para Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009)

§ 13. Enquanto Estados, Distrito Federal e Municípios devedores estiverem realizando pagamentos de precatórios pelo regime especial, não poderão sofrer sequestro de valores, exceto no caso de não liberação tempestiva dos recursos de que tratam o inciso II do § 1º e o § 2º deste artigo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009)

§ 14. O regime especial de pagamento de precatório previsto no inciso I do § 1º vigorará enquanto o valor dos precatórios devidos for superior ao valor dos recursos vinculados, nos termos do § 2º, ambos deste artigo, ou pelo prazo fixo de até 15 (quinze) anos, no caso da opção prevista no inciso II do § 1º. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009)

§ 15. Os precatórios parcelados na forma do art. 33 ou do art. 78 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e ainda pendentes de pagamento ingressarão no regime especial com o valor atualizado das parcelas não pagas relativas a cada precatório, bem como o saldo dos acordos judiciais e extrajudiciais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009)

~~§ 16. A partir da promulgação desta Emenda Constitucional, a atualização de valores de requisitórios, até o efetivo pagamento, independentemente de sua natureza, será feita pelo índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança, e, para fins de compensação da mora, incidirão juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, ficando excluída a incidência de juros compensatórios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009)~~

§ 16. A partir de 1º de agosto de 2025, a atualização de valores de requisitórios expedidos contra os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, a partir da sua expedição até o efetivo pagamento, será feita pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), e, para fins de compensação da mora, desde a expedição, incidirão juros simples de 2% a.a. (dois por cento ao ano), ficando excluída a incidência de juros compensatórios. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

§ 16-A. Caso o índice de atualização e juros calculado nos termos do § 16 deste artigo represente valor superior à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), esta deve ser aplicada em substituição àquele. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

§ 17. O valor que exceder o limite previsto no § 2º do art. 100 da Constituição Federal será pago, durante a vigência do regime especial, na forma prevista nos §§ 6º e 7º ou nos incisos I, II e III do § 8° deste artigo, devendo os valores dispendidos para o atendimento do disposto no § 2º do art. 100 da Constituição Federal serem computados para efeito do § 6º deste artigo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009)

§ 18. Durante a vigência do regime especial a que se refere este artigo, gozarão também da preferência a que se refere o § 6º os titulares originais de precatórios que tenham completado 60 (sessenta) anos de idade até a data da promulgação desta Emenda Constitucional. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009)

Art. 98. O número de defensores públicos na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda pelo serviço da Defensoria Pública e à respectiva população. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 80, de 2014)

§ 1º No prazo de 8 (oito) anos, a União, os Estados e o Distrito Federal deverão contar com defensores públicos em todas as unidades jurisdicionais, observado o disposto no caput deste artigo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 80, de 2014)

§ 2º Durante o decurso do prazo previsto no § 1º deste artigo, a lotação dos defensores públicos ocorrerá, prioritariamente, atendendo as regiões com maiores índices de exclusão social e adensamento populacional. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 80, de 2014)

Art. 99. Para efeito do disposto no inciso VII do § 2º do art. 155, no caso de operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final não contribuinte localizado em outro Estado, o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual será partilhado entre os Estados de origem e de destino, na seguinte proporção: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 87, de 2015)

I - para o ano de 2015: 20% (vinte por cento) para o Estado de destino e 80% (oitenta por cento) para o Estado de origem; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 87, de 2015)

II - para o ano de 2016: 40% (quarenta por cento) para o Estado de destino e 60% (sessenta por cento) para o Estado de origem; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 87, de 2015)

III - para o ano de 2017: 60% (sessenta por cento) para o Estado de destino e 40% (quarenta por cento) para o Estado de origem; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 87, de 2015)

IV - para o ano de 2018: 80% (oitenta por cento) para o Estado de destino e 20% (vinte por cento) para o Estado de origem; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 87, de 2015)

V - a partir do ano de 2019: 100% (cem por cento) para o Estado de destino. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 87, de 2015)

Art. 100. Até que entre em vigor a lei complementar de que trata o inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição Federal , os Ministros do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Contas da União aposentar-se-ão, compulsoriamente, aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, nas condições do art. 52 da Constituição Federal . (Incluído pela Emenda Constitucional nº 88, de 2015)

~~Art. 101. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que, em 25 de março de 2015, estiverem em mora com o pagamento de seus precatórios quitarão até 31 de dezembro de 2020 seus débitos vencidos e os que vencerão dentro desse período, depositando, mensalmente, em conta especial do Tribunal de Justiça local, sob única e exclusiva administração desse, 1/12 (um doze avos) do valor calculado percentualmente sobre as respectivas receitas correntes líquidas, apuradas no segundo mês anterior ao mês de pagamento, em percentual suficiente para a quitação de seus débitos e, ainda que variável, nunca inferior, em cada exercício, à média do comprometimento percentual da receita corrente líquida no período de 2012 a 2014, em conformidade com plano de pagamento a ser anualmente apresentado ao Tribunal de Justiça local. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 94, de 2016)~~

~~Art. 101. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que, em 25 de março de 2015, se encontravam em mora no pagamento de seus precatórios quitarão, até 31 de dezembro de 2024, seus débitos vencidos e os que vencerão dentro desse período, atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), ou por outro índice que venha a substituí-lo, depositando mensalmente em conta especial do Tribunal de Justiça local, sob única e exclusiva administração deste, 1/12 (um doze avos) do valor calculado percentualmente sobre suas receitas correntes líquidas apuradas no segundo mês anterior ao mês de pagamento, em percentual suficiente para a quitação de seus débitos e, ainda que variável, nunca inferior, em cada exercício, ao percentual praticado na data da entrada em vigor do regime especial a que se refere este artigo, em conformidade com plano de pagamento a ser anualmente apresentado ao Tribunal de Justiça local. (Redação dada pela Emenda constitucional nº 99, de 2017)~~

Art. 101. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que, em 25 de março de 2015, se encontravam em mora no pagamento de seus precatórios quitarão, até 31 de dezembro de 2029, seus débitos vencidos e os que vencerão dentro desse período, atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), ou por outro índice que venha a substituí-lo, depositando mensalmente em conta especial do Tribunal de Justiça local, sob única e exclusiva administração deste, 1/12 (um doze avos) do valor calculado percentualmente sobre suas receitas correntes líquidas apuradas no segundo mês anterior ao mês de pagamento, em percentual suficiente para a quitação de seus débitos e, ainda que variável, nunca inferior, em cada exercício, ao percentual praticado na data da entrada em vigor do regime especial a que se refere este artigo, em conformidade com plano de pagamento a ser anualmente apresentado ao Tribunal de Justiça local. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

§ 1º Entende-se como receita corrente líquida, para os fins de que trata este artigo, o somatório das receitas tributárias, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de contribuições e de serviços, de transferências correntes e outras receitas correntes, incluindo as oriundas do § 1º do art. 20 da Constituição Federal, verificado no período compreendido pelo segundo mês imediatamente anterior ao de referência e os 11 (onze) meses precedentes, excluídas as duplicidades, e deduzidas: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 94, de 2016)

I - nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 94, de 2016)

II - nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, a contribuição dos servidores para custeio de seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira referida no § 9º do art. 201 da Constituição Federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 94, de 2016)

~~§ 2º O débito de precatórios poderá ser pago mediante a utilização de recursos orçamentários próprios e dos seguintes instrumentos: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 94, de 2016)~~

§ 2º O débito de precatórios será pago com recursos orçamentários próprios provenientes das fontes de receita corrente líquida referidas no § 1º deste artigo e, adicionalmente, poderão ser utilizados recursos dos seguintes instrumentos: (Redação dada pela Emenda constitucional nº 99, de 2017)

~~I - até 75% (setenta e cinco por cento) do montante dos depósitos judiciais e dos depósitos administrativos em dinheiro referentes a processos judiciais ou administrativos, tributários ou não tributários, nos quais o Estado, o Distrito~~

~~Federal ou os Municípios, ou suas autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, sejam parte; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 94, de 2016)~~

I - até 75% (setenta e cinco por cento) dos depósitos judiciais e dos depósitos administrativos em dinheiro referentes a processos judiciais ou administrativos, tributários ou não tributários, nos quais sejam parte os Estados, o Distrito Federal ou os Municípios, e as respectivas autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, mediante a instituição de fundo garantidor em montante equivalente a 1/3 (um terço) dos recursos levantados, constituído pela parcela restante dos depósitos judiciais e remunerado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, nunca inferior aos índices e critérios aplicados aos depósitos levantados; (Redação dada pela Emenda constitucional nº 99, de 2017)

~~II - até 20% (vinte por cento) dos demais depósitos judiciais da localidade, sob jurisdição do respectivo Tribunal de Justiça, excetuados os destinados à quitação de créditos de natureza alimentícia, mediante instituição de fundo garantidor composto pela parcela restante dos depósitos judiciais, destinando-se: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 94, de 2016)~~

II - até 30% (trinta por cento) dos demais depósitos judiciais da localidade sob jurisdição do respectivo Tribunal de Justiça, mediante a instituição de fundo garantidor em montante equivalente aos recursos levantados, constituído pela parcela restante dos depósitos judiciais e remunerado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, nunca inferior aos índices e critérios aplicados aos depósitos levantados, destinando-se: (Redação dada pela Emenda constitucional nº 99, de 2017)

a) no caso do Distrito Federal, 100% (cem por cento) desses recursos ao próprio Distrito Federal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 94, de 2016)

~~b) no caso dos Estados, 50% (cinquenta por cento) desses recursos ao próprio Estado e 50% (cinquenta por cento) a seus Municípios; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 94, de 2016)~~

b) no caso dos Estados, 50% (cinquenta por cento) desses recursos ao próprio Estado e 50% (cinquenta por cento) aos respectivos Municípios, conforme a circunscrição judiciária onde estão depositados os recursos, e, se houver mais de um Município na mesma circunscrição judiciária, os recursos serão rateados entre os Municípios concorrentes, proporcionalmente às respectivas populações, utilizado como referência o último levantamento censitário ou a mais recente estimativa populacional da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); (Redação dada pela Emenda constitucional nº 99, de 2017)

~~III - contratação de empréstimo, excetuado dos limites de endividamento de que tratam os incisos VI e VII do art. 52 da Constituição Federal e de quaisquer outros limites de endividamento previstos, não se aplicando a esse empréstimo a vedação de vinculação de receita prevista no inciso IV do art. 167 da Constituição Federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 94, de 2016)~~

III - empréstimos, excetuados para esse fim os limites de endividamento de que tratam os incisos VI e VII do caput do art. 52 da Constituição Federal e quaisquer outros limites de endividamento previstos em lei, não se aplicando a esses empréstimos a vedação de vinculação de receita prevista no inciso IV do caput do art. 167 da Constituição Federal; (Redação dada pela Emenda constitucional nº 99, de 2017)

IV - a totalidade dos depósitos em precatórios e requisições diretas de pagamento de obrigações de pequeno valor efetuados até 31 de dezembro de 2009 e ainda não levantados, com o cancelamento dos respectivos requisitórios e a baixa das obrigações, assegurada a revalidação dos requisitórios pelos juízos dos processos perante os Tribunais, a requerimento dos credores e após a oitiva da entidade devedora, mantidas a posição de ordem cronológica original e a remuneração de todo o período. (Incluído pela Emenda constitucional nº 99, de 2017)

§ 3º Os recursos adicionais previstos nos incisos I, II e IV do § 2º deste artigo serão transferidos diretamente pela instituição financeira depositária para a conta especial referida no caput deste artigo, sob única e exclusiva administração do Tribunal de Justiça local, e essa transferência deverá ser realizada em até sessenta dias contados a partir da entrada em vigor deste parágrafo, sob pena de responsabilização pessoal do dirigente da instituição financeira por improbidade. (Incluído pela Emenda constitucional nº 99, de 2017)

~~§ 4º No prazo de até seis meses contados da entrada em vigor do regime especial a que se refere este artigo, a União, diretamente, ou por intermédio das instituições financeiras oficiais sob seu controle, disponibilizará aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como às respectivas autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, linha de crédito especial para pagamento dos precatórios submetidos ao regime especial de pagamento de que trata este artigo, observadas as seguintes condições: (Incluído pela Emenda constitucional nº 99, de 2017) (Revogado pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)~~

~~I - no financiamento dos saldos remanescentes de precatórios a pagar a que se refere este parágrafo serão adotados os índices e critérios de atualização que incidem sobre o pagamento de precatórios, nos termos do § 12 do art. 100 da Constituição Federal; (Incluído pela Emenda constitucional nº 99, de 2017) (Revogado pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)~~

~~II - o financiamento dos saldos remanescentes de precatórios a pagar a que se refere este parágrafo será feito em parcelas mensais suficientes à satisfação da dívida assim constituída; (Incluído pela Emenda constitucional nº 99, de 2017)~~ (Revogado pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

~~III - o valor de cada parcela a que se refere o inciso II deste parágrafo será calculado percentualmente sobre a receita corrente líquida, respectivamente, do Estado, do Distrito Federal e do Município, no segundo mês anterior ao pagamento, em percentual equivalente à média do comprometimento percentual mensal de 2012 até o final do período referido no caput deste artigo, considerados para esse fim somente os recursos próprios de cada ente da Federação aplicados no pagamento de precatórios; (Incluído pela Emenda constitucional nº 99, de 2017)~~ (Revogado pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

~~IV - nos empréstimos a que se refere este parágrafo não se aplicam os limites de endividamento de que tratam os incisos VI e VII do caput do art. 52 da Constituição Federal e quaisquer outros limites de endividamento previstos em lei. (Incluído pela Emenda constitucional nº 99, de 2017)~~ (Revogado pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

§ 4º (Revogado). (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

I - (revogado); (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

II - (revogado); (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

III - (revogado); (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

IV - (revogado). (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

§ 5º Os empréstimos de que trata o inciso III do § 2º deste artigo poderão ser destinados, por meio de ato do Poder Executivo, exclusivamente ao pagamento de precatórios por acordo direto com os credores, na forma do disposto no inciso III do § 8º do art. 97 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 113, de 2021) (Vide ADI 7047) (Vide ADI 7064)

§ 6º Aplica-se ao regime de pagamento de precatórios descrito no caput deste artigo o disposto nos §§ 23 a 30 do art. 100 da Constituição Federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

Art. 102. Enquanto viger o regime especial previsto nesta Emenda Constitucional, pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos recursos que, nos termos do art. 101 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, forem destinados ao pagamento dos precatórios em mora serão utilizados no pagamento segundo a ordem cronológica de apresentação, respeitadas as preferências dos créditos alimentares, e, nessas, as relativas à idade, ao estado de saúde e à deficiência, nos termos do § 2º do art. 100 da Constituição Federal, sobre todos os demais créditos de todos os anos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 94, de 2016)

~~Parágrafo único. A aplicação dos recursos remanescentes, por opção a ser exercida por Estados, Distrito Federal e Municípios, por ato do respectivo Poder Executivo, observada a ordem de preferência dos credores, poderá ser destinada ao pagamento mediante acordos diretos, perante Juízos Auxiliares de Conciliação de Precatórios, com redução máxima de 40% (quarenta por cento) do valor do crédito atualizado, desde que em relação ao crédito não penda recurso ou defesa judicial e que sejam observados os requisitos definidos na regulamentação editada pelo ente federado. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 94, de 2016)~~

§ 1º A aplicação dos recursos remanescentes, por opção a ser exercida por Estados, Distrito Federal e Municípios, por ato do respectivo Poder Executivo, observada a ordem de preferência dos credores, poderá ser destinada ao pagamento mediante acordos diretos, perante Juízos Auxiliares de Conciliação de Precatórios, com redução máxima de 40% (quarenta por cento) do valor do crédito atualizado, desde que em relação ao crédito não penda recurso ou defesa judicial e que sejam observados os requisitos definidos na regulamentação editada pelo ente federado. (Numerado do parágrafo único pela Emenda constitucional nº 99, de 2017)

§ 2º Na vigência do regime especial previsto no art. 101 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, as preferências relativas à idade, ao estado de saúde e à deficiência serão atendidas até o valor equivalente ao quíntuplo fixado em lei para os fins do disposto no § 3º do art. 100 da Constituição Federal, admitido o fracionamento para essa finalidade, e o restante será pago em ordem cronológica de apresentação do precatório. (Incluído pela Emenda constitucional nº 99, de 2017)

Art. 103. Enquanto os Estados, o Distrito Federal e os Municípios estiverem efetuando o pagamento da parcela mensal devida como previsto no caput do art. 101 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, nem eles, nem as respectivas autarquias, fundações e empresas estatais dependentes poderão sofrer sequestro de valores, exceto no caso de não liberação tempestiva dos recursos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 94, de 2016)

Parágrafo único. Na vigência do regime especial previsto no art. 101 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ficam vedadas desapropriações pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, cujos estoques de precatórios ainda pendentes de pagamento, incluídos os precatórios a pagar de suas entidades da administração indireta, sejam superiores a 70% (setenta por cento) das respectivas receitas correntes líquidas, excetuadas as desapropriações para fins de necessidade pública nas áreas de saúde, educação, segurança pública, transporte público, saneamento básico e habitação de interesse social. (Incluído pela Emenda constitucional nº 99, de 2017)

Art. 104. Se os recursos referidos no art. 101 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para o pagamento de precatórios não forem tempestivamente liberados, no todo ou em parte: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 94, de 2016)

I - o Presidente do Tribunal de Justiça local determinará o sequestro, até o limite do valor não liberado, das contas do ente federado inadimplente; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 94, de 2016)

II - o chefe do Poder Executivo do ente federado inadimplente responderá, na forma da legislação de responsabilidade fiscal e de improbidade administrativa; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 94, de 2016)

III - a União reterá os recursos referentes aos repasses ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e ao Fundo de Participação dos Municípios e os depositará na conta especial referida no art. 101 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para utilização como nele previsto; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 94, de 2016)

~~IV - os Estados reterão os repasses previstos no parágrafo único do art. 158 da Constituição Federal e os depositarão na conta especial referida no art. 101 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para utilização como nele previsto. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 94, de 2016)~~

IV - os Estados e o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços reterão os repasses previstos, respectivamente, nos §§ 1º e 2º do art. 158 da Constituição Federal e os depositarão na conta especial referida no art. 101 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para utilização como nele previsto. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

Parágrafo único. Enquanto perdurar a omissão, o ente federado não poderá contrair empréstimo externo ou interno, exceto para os fins previstos no § 2º do art. 101 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e ficará impedido de receber transferências voluntárias. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 94, de 2016)

Art. 105. Enquanto viger o regime de pagamento de precatórios previsto no art. 101 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, é facultada aos credores de precatórios, próprios ou de terceiros, a compensação com débitos de natureza tributária ou de outra natureza que até 25 de março de 2015 tenham sido inscritos na dívida ativa dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, observados os requisitos definidos em lei própria do ente federado. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 94, de 2016)

~~Parágrafo único. Não se aplica às compensações referidas no caput deste artigo qualquer tipo de vinculação, como as transferências a outros entes e as destinadas à educação, à saúde e a outras finalidades. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 94, de 2016)~~

§ 1º Não se aplica às compensações referidas no caput deste artigo qualquer tipo de vinculação, como as transferências a outros entes e as destinadas à educação, à saúde e a outras finalidades. (Numerado do parágrafo único pela Emenda constitucional nº 99, de 2017)

§ 2º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios regulamentarão nas respectivas leis o disposto no caput deste artigo em até cento e vinte dias a partir de 1º de janeiro de 2018. (Incluído pela Emenda constitucional nº 99, de 2017)

§ 3º Decorrido o prazo estabelecido no § 2º deste artigo sem a regulamentação nele prevista, ficam os credores de precatórios autorizados a exercer a faculdade a que se refere o caput deste artigo. (Incluído pela Emenda constitucional nº 99, de 2017)

~~Art. 106. Fica instituído o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, que vigorará por vinte exercícios financeiros, nos termos dos arts. 107 a 114 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias . (Incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016)~~ (Revogado pela Emenda Constitucional nº 126, de 2022)

~~Art. 107. Ficam estabelecidos, para cada exercício, limites individualizados para as despesas primárias: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016) (Vide)~~ (Revogado pela Emenda Constitucional nº 126, de 2022)

~~I - do Poder Executivo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016)~~ (Vide Emenda Constitucional nº 126, de 2022)

~~II - do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, do Conselho Nacional de Justiça, da Justiça do Trabalho, da Justiça Federal, da Justiça Militar da União, da Justiça Eleitoral e da Justiça do Distrito Federal e Territórios, no âmbito do Poder Judiciário; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016)~~

~~III - do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União, no âmbito do Poder Legislativo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016)~~

~~IV - do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público; e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016)~~

~~V - da Defensoria Pública da União. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016)~~

~~§ 1º Cada um dos limites a que se refere o caput deste artigo equivalerá: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016)~~

I - para o exercício de 2017, à despesa primária paga no exercício de 2016, incluídos os restos a pagar pagos e demais operações que afetam o resultado primário, corrigida em 7,2% (sete inteiros e dois décimos por cento); e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016)

II - para os exercícios posteriores, ao valor do limite referente ao exercício imediatamente anterior, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou de outro índice que vier a substituí-lo, para o período de doze meses encerrado em junho do exercício anterior a que se refere a lei orçamentária. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016)

II - para os exercícios posteriores, ao valor do limite referente ao exercício imediatamente anterior, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou de outro índice que vier a substituí-lo, apurado no exercício anterior a que se refere a lei orçamentária. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 113, de 2021) (Revogado pela Emenda Constitucional nº 126, de 2022)

§ 2º Os limites estabelecidos na forma do inciso IV do caput do art. 51 , do inciso XIII do caput do art. 52 , do § 1º do art. 99 , do § 3º do art. 127 e do § 3º do art. 134 da Constituição Federal não poderão ser superiores aos estabelecidos nos termos deste artigo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016)

§ 3º A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária demonstrará os valores máximos de programação compatíveis com os limites individualizados calculados na forma do § 1º deste artigo, observados os §§ 7º a 9º deste artigo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016)

§ 4º As despesas primárias autorizadas na lei orçamentária anual sujeitas aos limites de que trata este artigo não poderão exceder os valores máximos demonstrados nos termos do § 3º deste artigo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016)

§ 5º É vedada a abertura de crédito suplementar ou especial que amplie o montante total autorizado de despesa primária sujeita aos limites de que trata este artigo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016)

§ 6º Não se incluem na base de cálculo e nos limites estabelecidos neste artigo: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016)

I - transferências constitucionais estabelecidas no § 1º do art. 20 , no inciso III do parágrafo único do art. 146 , no § 5º do art. 153 , no art. 157 , nos incisos I e II do art. 158 , no art. 159 e no § 6º do art. 212 , as despesas referentes ao inciso XIV do caput do art. 21 , todos da Constituição Federal, e as complementações de que tratam os incisos V e VII do caput do art. 60, deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias ; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016)

I - transferências constitucionais estabelecidas no § 1º do art. 20, no inciso III do parágrafo único do art. 146, no § 5º do art. 153, no art. 157, nos incisos I e II do caput do art. 158, no art. 159 e no § 6º do art. 212, as despesas referentes ao inciso XIV do **caput** do art. 21 e as complementações de que tratam os incisos IV e V do **caput** do art. 212-A, todos da Constituição Federal; (Redação dada pela Emenda constitucional nº 108, de 2020)

II - créditos extraordinários a que se refere o § 3º do art. 167 da Constituição Federal ; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016)

III - despesas não recorrentes da Justiça Eleitoral com a realização de eleições; e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016)

IV - despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016)

V - transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios de parte dos valores arrecadados com os leilões dos volumes excedentes ao limite a que se refere o § 2º do art. 1º da Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, e a despesa decorrente da revisão do contrato de cessão onerosa de que trata a mesma Lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 102, de 2019) (Produção de efeito)

VI - despesas correntes ou transferências aos fundos de saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, destinadas ao pagamento de despesas com pessoal para cumprimento dos pisos nacionais salariais para o enfermeiro, o técnico de enfermagem, o auxiliar de enfermagem e a parteira, de acordo com os §§ 12, 13, 14 e 15 do art. 198 da Constituição Federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 127, de 2022)

§ 6º-A Não se incluem no limite estabelecido no inciso I do caput deste artigo, a partir do exercício financeiro de 2023: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 126, de 2022)

I - despesas com projetos socioambientais ou relativos às mudanças climáticas custeadas com recursos de doações, bem como despesas com projetos custeados com recursos decorrentes de acordos judiciais ou extrajudiciais firmados em função de desastres ambientais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 126, de 2022)

II - despesas das instituições federais de ensino e das Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs) custeadas com receitas próprias, de doações ou de convênios, contratos ou outras fontes, celebrados com os demais entes da Federação ou entidades privadas; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 126, de 2022)

III - despesas custeadas com recursos oriundos de transferências dos demais entes da Federação para a União destinados à execução direta de obras e serviços de engenharia. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 126, de 2022)

§ 6º-B Não se incluem no limite estabelecido no inciso I do caput deste artigo as despesas com investimentos em montante que corresponda ao excesso de arrecadação de receitas correntes do exercício anterior ao que se refere a lei orçamentária, limitadas a 6,5% (seis inteiros e cinco décimos por cento) do excesso de arrecadação de receitas correntes do exercício de 2021. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 126, de 2022)

§ 6º-C As despesas previstas no § 6º-B deste artigo não serão consideradas para fins de verificação do cumprimento da meta de resultado primário estabelecida no caput do art. 2º da Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 126, de 2022)

§ 7º Nos três primeiros exercícios financeiros da vigência do Novo Regime Fiscal, o Poder Executivo poderá compensar com redução equivalente na sua despesa primária, consoante os valores estabelecidos no projeto de lei orçamentária encaminhado pelo Poder Executivo no respectivo exercício, o excesso de despesas primárias em relação

~~aos limites de que tratam os incisos II a V do caput deste artigo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016)~~

~~§ 8º A compensação de que trata o § 7º deste artigo não excederá a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) do limite do Poder Executivo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016)~~

~~§ 9º Respeitado o somatório em cada um dos incisos de II a IV do caput deste artigo, a lei de diretrizes orçamentárias poderá dispor sobre a compensação entre os limites individualizados dos órgãos elencados em cada inciso. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016)~~

~~§ 10. Para fins de verificação do cumprimento dos limites de que trata este artigo, serão consideradas as despesas primárias pagas, incluídos os restos a pagar pagos e demais operações que afetam o resultado primário no exercício. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016)~~

~~§ 11. O pagamento de restos a pagar inscritos até 31 de dezembro de 2015 poderá ser excluído da verificação do cumprimento dos limites de que trata este artigo, até o excesso de resultado primário dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do exercício em relação à meta fixada na lei de diretrizes orçamentárias. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016)~~

~~§ 12. Para fins da elaboração do projeto de lei orçamentária anual, o Poder Executivo considerará o valor realizado até junho do índice previsto no inciso II do § 1º deste artigo, relativo ao ano de encaminhamento do projeto, e o valor estimado até dezembro desse mesmo ano. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 113, de 2021)~~

~~§ 13. A estimativa do índice a que se refere o § 12 deste artigo, juntamente com os demais parâmetros macroeconômicos, serão elaborados mensalmente pelo Poder Executivo e enviados à comissão mista de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 113, de 2021)~~

~~§ 14. O resultado da diferença aferida entre as projeções referidas nos §§ 12 e 13 deste artigo e a efetiva apuração do índice previsto no inciso II do § 1º deste artigo será calculado pelo Poder Executivo, para fins de definição da base de cálculo dos respectivos limites do exercício seguinte, a qual será comunicada aos demais Poderes por ocasião da elaboração do projeto de lei orçamentária. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 113, de 2021)~~

~~Art. 107-A. Até o fim de 2026, fica estabelecido, para cada exercício financeiro, limite para alocação na proposta orçamentária das despesas com pagamentos em virtude de sentença judiciária de que trata o art. 100 da Constituição Federal, equivalente ao valor da despesa paga no exercício de 2016, incluídos os restos a pagar pagos, corrigido na forma do § 1º do art. 107 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, devendo o espaço fiscal decorrente da diferença entre o valor dos precatórios expedidos e o respectivo limite ser destinado ao programa previsto no parágrafo único do art. 6º e à seguridade social, nos termos do art. 194, ambos da Constituição Federal, a ser calculado da seguinte forma: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 114, de 2021) (Vide) (Vide ADI 7064)~~

Art. 107-A. Até o fim de 2026, fica estabelecido, para cada exercício financeiro, limite para alocação na proposta orçamentária das despesas com pagamentos em virtude de sentença judiciária de que trata o art. 100 da Constituição Federal, equivalente ao valor da despesa paga no exercício de 2016, incluídos os restos a pagar pagos, corrigido, para o exercício de 2017, em 7,2% (sete inteiros e dois décimos por cento) e, para os exercícios posteriores, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou de outro índice que vier a substituí-lo, apurado no exercício anterior a que se refere a lei orçamentária, devendo o espaço fiscal decorrente da diferença entre o valor dos precatórios expedidos e o respectivo limite ser destinado ao programa previsto no parágrafo único do art. 6º e à seguridade social, nos termos do art. 194, ambos da Constituição Federal, a ser calculado da seguinte forma: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 126, de 2022)

I - no exercício de 2022, o espaço fiscal decorrente da diferença entre o valor dos precatórios expedidos e o limite estabelecido no **caput** deste artigo deverá ser destinado ao programa previsto no parágrafo único do art. 6º e à seguridade social, nos termos do art. 194, ambos da Constituição Federal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 114, de 2021)

II - no exercício de 2023, pela diferença entre o total de precatórios expedidos entre 2 de julho de 2021 e 2 de abril de 2022 e o limite de que trata o **caput** deste artigo válido para o exercício de 2023; e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 114, de 2021) (Vide MI 7300) (Vide ADI 7064)

III - nos exercícios de 2024 a 2026, pela diferença entre o total de precatórios expedidos entre 3 de abril de dois anos anteriores e 2 de abril do ano anterior ao exercício e o limite de que trata o **caput** deste artigo válido para o mesmo exercício. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 114, de 2021) (Vide ADI 7064)

§ 1º O limite para o pagamento de precatórios corresponderá, em cada exercício, ao limite previsto no **caput** deste artigo, reduzido da projeção para a despesa com o pagamento de requisições de pequeno valor para o mesmo exercício, que terão prioridade no pagamento. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 114, de 2021)

§ 2º Os precatórios que não forem pagos em razão do previsto neste artigo terão prioridade para pagamento em exercícios seguintes, observada a ordem cronológica e o disposto no § 8º deste artigo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 114, de 2021)

§ 3º É facultado ao credor de precatório que não tenha sido pago em razão do disposto neste artigo, além das hipóteses previstas no § 11 do art. 100 da Constituição Federal e sem prejuízo dos procedimentos previstos nos §§ 9º e 21 do referido artigo, optar pelo recebimento, mediante acordos diretos perante Juízos Auxiliares de Conciliação de Pagamento de Condenações Judiciais contra a Fazenda Pública Federal, em parcela única, até o final do exercício seguinte, com renúncia de 40% (quarenta por cento) do valor desse crédito. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 114, de 2021) (Vide ADI 7064)

§ 4º O Conselho Nacional de Justiça regulamentará a atuação dos Presidentes dos Tribunais competentes para o cumprimento deste artigo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 114, de 2021)

§ 5º Não se incluem no limite estabelecido neste artigo as despesas para fins de cumprimento do disposto nos §§ 11, 20 e 21 do art. 100 da Constituição Federal e no § 3º deste artigo, bem como a atualização monetária dos precatórios inscritos no exercício. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 114, de 2021) (Vide ADI 7064)

§ 6º Não se incluem nos limites estabelecidos no art. 107 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias o previsto nos §§ 11, 20 e 21 do art. 100 da Constituição Federal e no § 3º deste artigo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 114, de 2021) (Vide ADI 7064)

§ 7º Na situação prevista no § 3º deste artigo, para os precatórios não incluídos na proposta orçamentária de 2022, os valores necessários à sua quitação serão providenciados pela abertura de créditos adicionais durante o exercício de 2022. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 114, de 2021)

§ 8º Os pagamentos em virtude de sentença judiciária de que trata o art. 100 da Constituição Federal serão realizados na seguinte ordem: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 114, de 2021)

I - obrigações definidas em lei como de pequeno valor, previstas no § 3º do art. 100 da Constituição Federal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 114, de 2021)

II - precatórios de natureza alimentícia cujos titulares, originários ou por sucessão hereditária, tenham no mínimo 60 (sessenta) anos de idade, ou sejam portadores de doença grave ou pessoas com deficiência, assim definidos na forma da lei, até o valor equivalente ao triplo do montante fixado em lei como obrigação de pequeno valor; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 114, de 2021)

III - demais precatórios de natureza alimentícia até o valor equivalente ao triplo do montante fixado em lei como obrigação de pequeno valor; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 114, de 2021) (Incluído pela Emenda Constitucional nº 114, de 2021)

IV - demais precatórios de natureza alimentícia além do valor previsto no inciso III deste parágrafo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 114, de 2021)

V - demais precatórios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 114, de 2021)

~~Art. 108. O Presidente da República poderá propor, a partir do décimo exercício da vigência do Novo Regime Fiscal, projeto de lei complementar para alteração do método de correção dos limites a que se refere o inciso II do § 1º do art. 107 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016)~~ (Revogado pela Emenda Constitucional nº 113, de 2021)

~~Parágrafo único. Será admitida apenas uma alteração do método de correção dos limites por mandato presidencial. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016)~~ (Revogado pela Emenda Constitucional nº 113, de 2021)

Art. 109. No caso de descumprimento de limite individualizado, aplicam-se, até o final do exercício de retorno das despesas aos respectivos limites, ao Poder Executivo ou a órgão elencado nos incisos II a V do caput do art. 107 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que o descumpriu, sem prejuízo de outras medidas, as seguintes vedações: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016)

Art. 109. Se verificado, na aprovação da lei orçamentária, que, no âmbito das despesas sujeitas aos limites do art. 107 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a proporção da despesa obrigatória primária em relação à despesa primária total foi superior a 95% (noventa e cinco por cento), aplicam-se ao respectivo Poder ou órgão, até o final do exercício a que se refere a lei orçamentária, sem prejuízo de outras medidas, as seguintes vedações: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021) (Revogado pela Emenda Constitucional nº 126, de 2022)

I - concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de membros de Poder ou de órgão, de servidores e empregados públicos e militares, exceto dos derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal decorrente de atos anteriores à entrada em vigor desta Emenda Constitucional; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016)

I - concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de membros de Poder ou de órgão, de servidores e empregados públicos e de militares, exceto dos derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior ao início da aplicação das medidas de que trata este artigo; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

II - criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016)

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016)

IV - admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvadas as reposições de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa e aquelas decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016)

IV - admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvadas: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

a) as reposições de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

b) as reposições decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

c) as contratações temporárias de que trata o inciso IX do caput do art. 37 da Constituição Federal; e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

d) as reposições de temporários para prestação de serviço militar e de alunos de órgãos de formação de militares; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

V - realização de concurso público, exceto para as reposições de vacâncias previstas no inciso IV; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016)

VI - criação ou majoração de auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza em favor de membros de Poder, do Ministério Público ou da Defensoria Pública e de servidores e empregados públicos e militares; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016)

VI - criação ou majoração de auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza, inclusive os de cunho indenizatório, em favor de membros de Poder, do Ministério Público ou da Defensoria Pública, de servidores e empregados públicos e de militares, ou ainda de seus dependentes, exceto quando derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior ao início da aplicação das medidas de que trata este artigo; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

VII - criação de despesa obrigatória; e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016)

VIII - adoção de medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação, observada a preservação do poder aquisitivo referida no inciso IV do caput do art. 7º da Constituição Federal . (Incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016)

IX - aumento do valor de benefícios de cunho indenizatório destinados a qualquer membro de Poder, servidor ou empregado da administração pública e a seus dependentes, exceto quando derivado de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior ao início da aplicação das medidas de que trata este artigo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

§ 1º As vedações previstas nos incisos I, III e VI do caput, quando descumprido qualquer dos limites individualizados dos órgãos elencados nos incisos II , III e IV do caput do art. 107 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias , aplicamse ao conjunto dos órgãos referidos em cada inciso. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016)

§ 1º As vedações previstas nos incisos I, III e VI do caput deste artigo, quando acionadas as vedações para qualquer dos órgãos elencados nos incisos II, III e IV do caput do art. 107 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, aplicam-se ao conjunto dos órgãos referidos em cada inciso. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

§ 2º Adicionalmente ao disposto no caput, no caso de descumprimento do limite de que trata o inciso I do caput do art. 107 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias , ficam vedadas: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016)

§ 2º Caso as vedações de que trata o caput deste artigo sejam acionadas para o Poder Executivo, ficam vedadas: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

I - a criação ou expansão de programas e linhas de financiamento, bem como a remissão, renegociação ou refinanciamento de dívidas que impliquem ampliação das despesas com subsídios e subvenções; e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016)

II - a concessão ou a ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016)

§ 3º No caso de descumprimento de qualquer dos limites individualizados de que trata o caput do art. 107 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias , fica vedada a concessão da revisão geral prevista no inciso X do caput do art. 37 da Constituição Federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016)

§ 3º Caso as vedações de que trata o caput deste artigo sejam acionadas, fica vedada a concessão da revisão geral prevista no inciso X do caput do art. 37 da Constituição Federal. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

§ 4º As vedações previstas neste artigo aplicam-se também a proposições legislativas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016)

§ 4º As disposições deste artigo: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

I - não constituem obrigação de pagamento futuro pela União ou direitos de outrem sobre o erário; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

II - não revogam, dispensam ou suspendem o cumprimento de dispositivos constitucionais e legais que disponham sobre metas fiscais ou limites máximos de despesas; e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

III - aplicam-se também a proposições legislativas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

§ 5º O disposto nos incisos II, IV, VII e VIII do caput e no § 2º deste artigo não se aplica a medidas de combate a calamidade pública nacional cuja vigência e efeitos não ultrapassem a sua duração. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

Art. 110. Na vigência do Novo Regime Fiscal, as aplicações mínimas em ações e serviços públicos de saúde e em manutenção e desenvolvimento do ensino equivalerão: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016) (Revogado pela Emenda Constitucional nº 126, de 2022)

I - no exercício de 2017, às aplicações mínimas calculadas nos termos do inciso I do § 2º do art. 198 e do caput do art. 212, da Constituição Federal ; e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016)

II - nos exercícios posteriores, aos valores calculados para as aplicações mínimas do exercício imediatamente anterior, corrigidos na forma estabelecida pelo inciso II do § 1º do art. 107 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016)

Art. 111. A partir do exercício financeiro de 2018, até o último exercício de vigência do Novo Regime Fiscal, a aprovação e a execução previstas nos §§ 9º e 11 do art. 166 da Constituição Federal corresponderão ao montante de execução obrigatória para o exercício de 2017, corrigido na forma estabelecida pelo inciso II do § 1º do art. 107 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias . (Incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016)

Art. 111. A partir do exercício financeiro de 2018, até o exercício financeiro de 2022, a aprovação e a execução previstas nos §§ 9º e 11 do art. 166 da Constituição Federal corresponderão ao montante de execução obrigatória para o exercício de 2017, corrigido na forma estabelecida no inciso II do § 1º do art. 107 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 126, de 2022) (Revogado pela Emenda Constitucional nº 126, de 2022)

Art. 111-A. A partir do exercício financeiro de 2024, até o último exercício de vigência do Novo Regime Fiscal, a aprovação e a execução previstas nos §§ 9º e 11 do art. 166 da Constituição Federal corresponderão ao montante de execução obrigatória para o exercício de 2023, corrigido na forma estabelecida no inciso II do § 1º do art. 107 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 126, de 2022) (Revogado pela Emenda Constitucional nº 126, de 2022)

Art. 112. As disposições introduzidas pelo Novo Regime Fiscal: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016) (Revogado pela Emenda Constitucional nº 126, de 2022)

I - não constituirão obrigação de pagamento futuro pela União ou direitos de outrem sobre o erário; e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016)

II - não revogam, dispensam ou suspendem o cumprimento de dispositivos constitucionais e legais que disponham sobre metas fiscais ou limites máximos de despesas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016)

Art. 113. A proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016)

Art. 114. A tramitação de proposição elencada no caput do art. 59 da Constituição Federal, ressalvada a referida no seu inciso V, quando acarretar aumento de despesa ou renúncia de receita, será suspensa por até vinte dias, a requerimento de um quinto dos membros da Casa, nos termos regimentais, para análise de sua compatibilidade com o Novo Regime Fiscal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016) (Revogado pela Emenda Constitucional nº 126, de 2022)

Art. 115. Fica excepcionalmente autorizado o parcelamento das contribuições previdenciárias e dos demais débitos dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, com os respectivos regimes próprios de previdência social, com vencimento até 31 de outubro de 2021, inclusive os parcelados anteriormente, no prazo máximo de 240 (duzentos e quarenta) prestações mensais, mediante autorização em lei municipal específica, desde que comprovem ter alterado a legislação do regime próprio de previdência social para atendimento das seguintes condições, cumulativamente: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 113, de 2021)

Art. 115. Fica excepcionalmente autorizado o parcelamento das contribuições previdenciárias e dos demais débitos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, com os respectivos regimes próprios de previdência social, com vencimento até 31 de agosto de 2025, inclusive os parcelados anteriormente, no prazo máximo de 300 (trezentas) prestações mensais, mediante autorização em lei específica do ente

federativo, desde que comprovem, em até 15 (quinze) meses após a data da promulgação da alteração deste caput, ter aderido ao Programa de Regularidade Previdenciária junto ao Ministério da Previdência Social e alterado a respectiva legislação do regime próprio de previdência social para atendimento das seguintes condições, cumulativamente: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

I - adoção de regras de elegibilidade, de cálculo e de reajustamento dos benefícios que contemplem, nos termos previstos nos incisos I e III do § 1º e nos §§ 3º a 5º, 7º e 8º do art. 40 da Constituição Federal, regras assemelhadas às aplicáveis aos servidores públicos do regime próprio de previdência social da União e que contribuam efetivamente para o atingimento e a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 113, de 2021)

II - adequação do rol de benefícios ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 9º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 113, de 2021)

III - adequação da alíquota de contribuição devida pelos servidores, nos termos do § 4º do art. 9º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019; e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 113, de 2021)

IV - instituição do regime de previdência complementar e adequação do órgão ou entidade gestora do regime próprio de previdência social, nos termos do § 6º do art. 9º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 113, de 2021)

~~Parágrafo único. Ato do Ministério do Trabalho e Previdência, no âmbito de suas competências, definirá os critérios para o parcelamento previsto neste artigo, inclusive quanto ao cumprimento do disposto nos incisos I, II, III e IV do **caput** deste artigo, bem como disponibilizará as informações aos Municípios sobre o montante das dívidas, as formas de parcelamento, os juros e os encargos incidentes, de modo a possibilitar o acompanhamento da evolução desses débitos.~~ (Incluído pela Emenda Constitucional nº 113, de 2021)

§ 1º Ato do Ministério da Previdência Social, no âmbito de suas competências, definirá os critérios para o parcelamento previsto neste artigo, inclusive quanto ao cumprimento do disposto nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e à adesão ao Programa de Regularidade Previdenciária, que contemplará prazos e condições diferenciados para o cumprimento das exigências do Certificado de Regularidade Previdenciária e para a busca do equilíbrio financeiro e atuarial dos regimes próprios, bem como disponibilizará as informações aos entes federativos subnacionais sobre o montante das dívidas, as formas de parcelamento, os juros e os encargos incidentes, de modo a possibilitar o acompanhamento da evolução desses débitos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

§ 2º O ente federativo que não comprovar o atendimento das condições cumulativas previstas no caput deste artigo em até 15 (quinze) meses após a data da promulgação deste parágrafo terá seu parcelamento suspenso e não poderá renegociar a respectiva dívida até ulterior cumprimento das condições. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

§ 3º O parcelamento será suspenso na hipótese de inadimplência por 3 (três) meses consecutivos ou por 6 (seis) meses alternados, relativa às contribuições previdenciárias referidas no caput deste artigo ou de descumprimento do Programa de Regularidade Previdenciária. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

~~Art. 116. Fica excepcionalmente autorizado o parcelamento dos débitos decorrentes de contribuições previdenciárias dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, com o Regime Geral de Previdência Social, com vencimento até 31 de outubro de 2021, ainda que em fase de execução fiscal ajuizada, inclusive os decorrentes do descumprimento de obrigações acessórias e os parcelados anteriormente, no prazo máximo de 240 (duzentos e quarenta) prestações mensais.~~ (Incluído pela Emenda Constitucional nº 113, de 2021)

Art. 116. Fica excepcionalmente autorizado o parcelamento dos débitos decorrentes de contribuições previdenciárias dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, com o Regime Geral de Previdência Social, com vencimento até 31 de agosto de 2025, ainda que em fase de execução fiscal ajuizada, inclusive os decorrentes do descumprimento de obrigações acessórias e os que tenham sido objeto de parcelamento anterior não integralmente quitado, no prazo máximo de 300 (trezentas) prestações mensais. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

~~§ 1º Os Municípios que possuam regime próprio de previdência social deverão comprovar, para fins de formalização do parcelamento com o Regime Geral de Previdência Social, de que trata este artigo, terem atendido as condições estabelecidas nos incisos I, II, III e IV do **caput** do art. 115 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.~~ (Incluído pela Emenda Constitucional nº 113, de 2021)

§ 1º Os Municípios que possuam regime próprio de previdência social deverão comprovar, para fins de continuidade do parcelamento com o Regime Geral de Previdência Social de que trata este artigo, ter atendido, até 1º de março de 2027, as condições estabelecidas nos incisos I, II, III e IV do caput do art. 115 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, sob pena de suspensão do parcelamento e de proibição de renegociação de suas

respectivas dívidas até ulterior cumprimento das condições. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

§ 2º Os débitos parcelados terão redução de 40% (quarenta por cento) das multas de mora, de ofício e isoladas, de 80% (oitenta por cento) dos juros de mora, de 40% (quarenta por cento) dos encargos legais e de 25% (vinte e cinco por cento) dos honorários advocatícios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 113, de 2021)

~~§ 3º O valor de cada parcela será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento.~~ ~~(Incluído pela Emenda Constitucional nº 113, de 2021)~~

§ 3º O valor de cada parcela será acrescido de atualização monetária e juros, acumulados mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, nos seguintes termos: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

I - atualização monetária pela variação do IPCA ou por índice que vier a substituí-lo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

II - juros reais de 0% a.a. (zero por cento ao ano) para os Municípios que, em até 18 (dezoito) meses após a promulgação deste inciso, quitarem, no mínimo, 20% (vinte por cento) da dívida de que trata este artigo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

III - juros reais de 1% a.a. (um por cento ao ano) para os Municípios que, em até 18 (dezoito) meses após a promulgação deste inciso, quitarem, no mínimo, 10% (dez por cento) da dívida consolidada de que trata este artigo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

IV - juros reais de 2% a.a. (dois por cento ao ano) para os Municípios que, em até 18 (dezoito) meses após a promulgação deste inciso, quitarem, no mínimo, 5% (cinco por cento) da dívida de que trata este artigo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

V - juros reais de 4% a.a. (quatro por cento ao ano) para os Municípios que não se enquadrarem nos incisos II, III ou IV deste parágrafo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

§ 4º Não constituem débitos dos Municípios aqueles considerados prescritos ou atingidos pela decadência. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 113, de 2021)

§ 5º A Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, no âmbito de suas competências, deverão fixar os critérios para o parcelamento previsto neste artigo, bem como disponibilizar as informações aos Municípios sobre o montante das dívidas, as formas de parcelamento, os juros e os encargos incidentes, de modo a possibilitar o acompanhamento da evolução desses débitos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 113, de 2021)

§ 6º O parcelamento será excluído na hipótese de inadimplência por 3 (três) meses consecutivos ou por 6 (seis) meses alternados, relativa às contribuições previdenciárias referidas no caput deste artigo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

§ 7º Em caso de exclusão por inadimplência, o Município ficará impedido de receber transferências voluntárias da União, inclusive de emendas parlamentares, enquanto perdurar a inadimplência. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

§ 8º O chefe do Poder Executivo do Município inadimplente responderá na forma da legislação de responsabilidade fiscal e de improbidade administrativa. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

§ 9º Não serão responsabilizados os Municípios e os respectivos chefes do Poder Executivo que demonstrarem que a inadimplência ocorreu por variações negativas inesperadas e significativas nas receitas ou por incremento nas despesas não decorrentes de decisões próprias do Município ou do respectivo chefe do Poder Executivo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

§ 10. As parcelas a que se refere o caput deste artigo serão equivalentes ao saldo da dívida fracionado em até 300 (trezentas) parcelas ou a 1% (um por cento) da média mensal da receita corrente líquida do Município referente ao ano anterior ao do vencimento da parcela, o que resultar na menor prestação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

§ 11. Encerrado o prazo do parcelamento, eventual resíduo da dívida não quitado na forma do caput deste artigo poderá ser pago à vista ou parcelado em até 60 (sessenta) prestações mensais, na forma da legislação aplicável à Fazenda Pública federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

§ 12. A quitação antecipada de parcela da dívida de que trata o § 3º deste artigo poderá ser realizada por meio dos seguintes instrumentos: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

I - transferência de valores em moeda corrente à conta única do Tesouro Nacional, a título de amortização extraordinária do saldo devedor; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

II - transferência, para a União, de participações societárias em empresas de propriedade do Município, desde que a operação seja autorizada mediante leis específicas da União e do Município; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

III - transferência de bens móveis ou imóveis do Município para a União, desde que haja manifestação de aceite por ambas as partes e a operação seja autorizada mediante lei específica do Município; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

IV - cessão de créditos líquidos e certos do Município para o setor privado, desde que previamente aceitos pela União; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

V - transferência de créditos do Município com a União reconhecidos por ambas as partes; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

VI - cessão, para a União, dos recebíveis originados de créditos inscritos na dívida ativa da Fazenda Pública municipal confessados e considerados recuperáveis nos termos da legislação aplicável, nas seguintes condições: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

a) o valor considerado para amortização da dívida será o valor atualizado dos créditos com ou sem deságio, negociado entre as partes; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

b) a cessão do crédito não gerará qualquer alteração na situação do devedor nem ensejará expedição de certidão negativa; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

c) na hipótese de crédito cedido, regulamento disporá sobre as regras às quais se submeterão os sujeitos passivos; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

d) os valores dos créditos de que trata este inciso, líquidos do deságio a que se refere a alínea "a" deste inciso, poderão ser utilizados como pagamento da dívida com a União até o limite de 10% (dez por cento) do montante da dívida, e a cessão terá de ser aceita em comum acordo entre a União e o Município cedente; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

e) o Município deverá fornecer todas as informações necessárias à avaliação, pela administração tributária da União, representada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, da carteira de dívida ativa originadora dos direitos cedidos, especialmente em relação à expectativa de recebimento do fluxo futuro; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

f) as Fazendas Públicas municipais e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional poderão implementar soluções integradas para otimizar a administração, a cobrança e a representação judicial e extrajudicial dos créditos inscritos em dívida ativa; e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

g) a cessão prevista neste inciso preservará a base de cálculo das vinculações constitucionais no exercício financeiro em que o contribuinte efetuar o pagamento; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

VII - cessão de outros ativos que, em comum acordo entre as partes, possam ser utilizados para pagamento das dívidas, nos termos de ato do Poder Executivo federal; e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

VIII - cessão, para a União, dos recebíveis originados da compensação financeira advinda da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica ou de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataformas continentais, mar territorial ou zona econômica exclusiva, conforme as Leis nºs 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e 9.478, de 6 de agosto de 1997, de acordo com definição em ato do Poder Executivo federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

Art. 116-A. Fica excepcionalmente autorizado o parcelamento dos débitos decorrentes de contribuições previdenciárias dos consórcios públicos intermunicipais com o Regime Geral de Previdência Social, até 31 de agosto de 2025, ainda que em fase de execução fiscal ajuizada, inclusive os decorrentes do descumprimento de obrigações acessórias e os que tenham sido objeto de parcelamento anterior não integralmente quitado, no prazo máximo de 300 (trezentas) prestações mensais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

Parágrafo único. Aplica-se ao refinanciamento de que trata este artigo o disposto nos §§ 2º, 3º, 4º, 5º e 6º do art. 116 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

~~Art. 117. A formalização dos parcelamentos de que tratam os arts. 115 e 116 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias deverá ocorrer até 30 de junho de 2022 e ficará condicionada à autorização de vinculação do Fundo de Participação dos Municípios para fins de pagamento das prestações acordadas nos termos de parcelamento, observada a seguinte ordem de preferência: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 113, de 2021)~~

Art. 117. A formalização dos parcelamentos de que tratam os arts. 115, 116 e 116-A deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias deverá ocorrer até 31 de agosto de 2026 e ficará condicionada à autorização de vinculação do Fundo de Participação dos Municípios para fins de pagamento das prestações acordadas nos termos de parcelamento, observada a seguinte ordem de preferência: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)

I - a prestação de garantia ou de contra garantia à União ou os pagamentos de débitos em favor da União, na forma do § 4º do art. 167 da Constituição Federal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 113, de 2021)

II - as contribuições parceladas devidas ao Regime Geral de Previdência Social; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 113, de 2021)

III - as contribuições parceladas devidas ao respectivo regime próprio de previdência social. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 113, de 2021)

Art. 118. Os limites, as condições, as normas de acesso e os demais requisitos para o atendimento do disposto no parágrafo único do art. 6º e no inciso VI do **caput** do art. 203 da Constituição Federal serão determinados, na forma da lei e respectivo regulamento, até 31 de dezembro de 2022, dispensada, exclusivamente no exercício de 2022, a observância das limitações legais quanto à criação, à expansão ou ao aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa no referido exercício. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 114, de 2021)

Art. 119. Em decorrência do estado de calamidade pública provocado pela pandemia da Covid-19, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os agentes públicos desses entes federados não poderão ser responsabilizados administrativa, civil ou criminalmente pelo descumprimento, exclusivamente nos exercícios financeiros de 2020 e 2021, do disposto no caput do art. 212 da Constituição Federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 119, de 2022)

Parágrafo único. Para efeitos do disposto no caput deste artigo, o ente deverá complementar na aplicação da manutenção e desenvolvimento do ensino, até o exercício financeiro de 2023, a diferença a menor entre o valor aplicado, conforme informação registrada no sistema integrado de planejamento e orçamento, e o valor mínimo exigível constitucionalmente para os exercícios de 2020 e 2021. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 119, de 2022)

Art. 120. Fica reconhecido, no ano de 2022, o estado de emergência decorrente da elevação extraordinária e imprevisível dos preços do petróleo, combustíveis e seus derivados e dos impactos sociais dela decorrentes. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 123, de 2022)

Parágrafo único. Para enfretamento ou mitigação dos impactos decorrentes do estado de emergência reconhecido, as medidas implementadas, até os limites de despesas previstos em uma única e exclusiva norma constitucional observarão o seguinte: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 123, de 2022)

I - quanto às despesas: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 123, de 2022)

a) serão atendidas por meio de crédito extraordinário; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 123, de 2022)

b) não serão consideradas para fins de apuração da meta de resultado primário estabelecida no caput do art. 2º da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, e do limite estabelecido para as despesas primárias, conforme disposto no inciso I do caput do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e (Incluída pela Emenda Constitucional nº 123, de 2022)

c) ficarão ressalvadas do disposto no inciso III do caput do art. 167 da Constituição Federal; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 123, de 2022)

II - a abertura do crédito extraordinário para seu atendimento dar-se-á independentemente da observância dos requisitos exigidos no § 3º do art. 167 da Constituição Federal; e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 123, de 2022)

III - a dispensa das limitações legais, inclusive quanto à necessidade de compensação: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 123, de 2022)

a) à criação, à expansão ou ao aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa; e (Incluída pela Emenda Constitucional nº 123, de 2022)

b) à renúncia de receita que possa ocorrer. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 123, de 2022)

Art. 121. As contas referentes aos patrimônios acumulados de que trata o § 2º do art. 239 da Constituição Federal cujos recursos não tenham sido reclamados por prazo superior a 20 (vinte) anos serão encerradas após o prazo de 60 (sessenta) dias da publicação de aviso no Diário Oficial da União, ressalvada reivindicação por eventual interessado legítimo dentro do referido prazo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 126, de 2022)

Parágrafo único. Os valores referidos no caput deste artigo serão tidos por abandonados, nos termos do inciso III do caput do art. 1.275 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e serão apropriados pelo Tesouro Nacional como receita primária para realização de despesas de investimento de que trata o § 6º-B do art. 107, que não serão computadas nos limites previstos no art. 107, ambos deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, podendo o interessado reclamar ressarcimento à União no prazo de até 5 (cinco) anos do encerramento das contas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 126, de 2022)

Art. 122. As transferências financeiras realizadas pelo Fundo Nacional de Saúde e pelo Fundo Nacional de Assistência Social diretamente aos fundos de saúde e assistência social estaduais, municipais e distritais, para enfrentamento da pandemia da Covid-19, poderão ser executadas pelos entes federativos até 31 de dezembro de 2023. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 126, de 2022)

Art. 123. Todos os termos de credenciamentos, contratos, aditivos e outras formas de ajuste de permissão lotérica, em vigor, indistintamente, na data de publicação deste dispositivo, destinados a viabilizar a venda de serviços lotéricos, disciplinados em lei ou em outros instrumentos de alcance específico, terão assegurado prazo de vigência adicional, contado do término do prazo do instrumento vigente, independentemente da data de seu termo inicial. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 129, de 2023)

Art. 124. A transição para os tributos previstos no art. 156-A e no art. 195, V, todos da Constituição Federal, atenderá aos critérios estabelecidos nos arts. 125 a 133 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

Parágrafo único. A contribuição prevista no art. 195, V, será instituída pela mesma lei complementar de que trata o art. 156-A, ambos da Constituição Federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

Art. 125. Em 2026, o imposto previsto no art. 156-A será cobrado à alíquota estadual de 0,1% (um décimo por cento), e a contribuição prevista no art. 195, V, ambos da Constituição Federal, será cobrada à alíquota de 0,9% (nove décimos por cento). (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 1º O montante recolhido na forma do **caput** será compensado com o valor devido das contribuições previstas no art. 195, I, "b", e IV, e da contribuição para o Programa de Integração Social a que se refere o art. 239, ambos da Constituição Federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 2º Caso o contribuinte não possua débitos suficientes para efetuar a compensação de que trata o § 1º, o valor recolhido poderá ser compensado com qualquer outro tributo federal ou ser ressarcido em até 60 (sessenta) dias, mediante requerimento. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 3º A arrecadação do imposto previsto no art. 156-A da Constituição Federal decorrente do disposto no **caput** deste artigo não observará as vinculações, repartições e destinações previstas na Constituição Federal, devendo ser aplicada, integral e sucessivamente, para: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

I - o financiamento do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, nos termos do art. 156-B, § 2º, III, da Constituição Federal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

II - compor o Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais ou Financeiro-Fiscais do imposto de que trata o art. 155, II, da Constituição Federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 4º Durante o período de que trata o **caput** , os sujeitos passivos que cumprirem as obrigações acessórias relativas aos tributos referidos no **caput** poderão ser dispensados do seu recolhimento, nos termos de lei complementar. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

Art. 126. A partir de 2027: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

I - serão cobrados:

a) a contribuição prevista no art. 195, V, da Constituição Federal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

b) o imposto previsto no art. 153, VIII, da Constituição Federal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

II - serão extintas as contribuições previstas no art. 195, I, "b", e IV, e a contribuição para o Programa de Integração Social de que trata o art. 239, todos da Constituição Federal, desde que instituída a contribuição referida na alínea "a" do inciso I; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

III - o imposto previsto no art. 153, IV, da Constituição Federal: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

a) terá suas alíquotas reduzidas a zero, exceto em relação aos produtos que tenham industrialização incentivada na Zona Franca de Manaus, conforme critérios estabelecidos em lei complementar; e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

b) não incidirá de forma cumulativa com o imposto previsto no art. 153, VIII, da Constituição Federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

Art. 127. Em 2027 e 2028, o imposto previsto no art. 156-A da Constituição Federal será cobrado à alíquota estadual de 0,05% (cinco centésimos por cento) e à alíquota municipal de 0,05% (cinco centésimos por cento). (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

Parágrafo único. No período referido no **caput** , a alíquota da contribuição prevista no art. 195, V, da Constituição Federal, será reduzida em 0,1 (um décimo) ponto percentual. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

Art. 128. De 2029 a 2032, as alíquotas dos impostos previstos nos arts. 155, II, e 156, III, da Constituição Federal, serão fixadas nas seguintes proporções das alíquotas fixadas nas respectivas legislações: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

I - 9/10 (nove décimos), em 2029; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

II - 8/10 (oito décimos), em 2030; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

III - 7/10 (sete décimos), em 2031; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

IV - 6/10 (seis décimos), em 2032. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 1º Os benefícios ou os incentivos fiscais ou financeiros relativos aos impostos previstos nos arts. 155, II, e 156, III, da Constituição Federal não alcançados pelo disposto no **caput** deste artigo serão reduzidos na mesma proporção. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 2º Os benefícios e incentivos fiscais ou financeiros referidos no art. 3º da Lei Complementar nº 160, de 7 de agosto de 2017, serão reduzidos na forma deste artigo, não se aplicando a redução prevista no § 2º-A do art. 3º da referida Lei Complementar. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 3º Ficam mantidos em sua integralidade, até 31 de dezembro de 2032, os percentuais utilizados para calcular os benefícios ou incentivos fiscais ou financeiros já reduzidos por força da redução das alíquotas, em decorrência do disposto no **caput** . (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

Art. 129. Ficam extintos, a partir de 2033, os impostos previstos nos arts. 155, II, e 156, III, da Constituição Federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

Art. 130. Resolução do Senado Federal fixará, para todas as esferas federativas, as alíquotas de referência dos tributos previstos nos arts. 156-A e 195, V, da Constituição Federal, observados a forma de cálculo e os limites previstos em lei complementar, de forma a assegurar: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

I - de 2027 a 2033, que a receita da União com a contribuição prevista no art. 195, V, e com o imposto previsto no art. 153, VIII, todos da Constituição Federal, seja equivalente à redução da receita: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

a) das contribuições previstas no art. 195, I, "b", e IV, e da contribuição para o Programa de Integração Social de que trata o art. 239, todos da Constituição Federal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

b) do imposto previsto no art. 153, IV; e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

c) do imposto previsto no art. 153, V, da Constituição Federal, sobre operações de seguros; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

II - de 2029 a 2033, que a receita dos Estados e do Distrito Federal com o imposto previsto no art. 156-A da Constituição Federal seja equivalente à redução: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

a) da receita do imposto previsto no art. 155, II, da Constituição Federal; e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

b) das receitas destinadas a fundos estaduais financiados por contribuições estabelecidas como condição à aplicação de diferimento, regime especial ou outro tratamento diferenciado, relativos ao imposto de que trata o art. 155, II, da Constituição Federal, em funcionamento em 30 de abril de 2023, excetuadas as receitas dos fundos mantidas na forma do art. 136 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

III - de 2029 a 2033, que a receita dos Municípios e do Distrito Federal com o imposto previsto no art. 156-A seja equivalente à redução da receita do imposto previsto no art. 156, III, ambos da Constituição Federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 1º As alíquotas de referência serão fixadas no ano anterior ao de sua vigência, não se aplicando o disposto no art. 150, III, "c", da Constituição Federal, com base em cálculo realizado pelo Tribunal de Contas da União. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 2º Na fixação das alíquotas de referência, deverão ser considerados os efeitos sobre a arrecadação dos regimes específicos, diferenciados ou favorecidos e de qualquer outro regime que resulte em arrecadação menor do que a que seria obtida com a aplicação da alíquota padrão. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 3º Para fins do disposto nos §§ 4º a 6º, entende-se por: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

I - Teto de Referência da União: a média da receita no período de 2012 a 2021, apurada como proporção do PIB, do imposto previsto no art. 153, IV, das contribuições previstas no art. 195, I, "b", e IV, da contribuição para o Programa de Integração Social de que trata o art. 239 e do imposto previsto no art. 153, V, sobre operações de seguro, todos da Constituição Federal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

II - Teto de Referência Total: a média da receita no período de 2012 a 2021, apurada como proporção do PIB, dos impostos previstos nos arts. 153, IV, 155, II e 156, III, das contribuições previstas no art. 195, I, "b", e IV, da contribuição para o Programa de Integração Social de que trata o art. 239 e do imposto previsto no art. 153, V, sobre operações de seguro, todos da Constituição Federal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

III - Receita-Base da União: a receita da União com a contribuição prevista no art. 195, V, e com o imposto previsto no art. 153, VIII, ambos da Constituição Federal, apurada como proporção do PIB; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

IV - Receita-Base dos Entes Subnacionais: a receita dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o imposto previsto no art. 156-A da Constituição Federal, deduzida da parcela a que se refere a alínea "b" do inciso II do **caput** , apurada como proporção do PIB; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

V - Receita-Base Total: a soma da Receita-Base da União com a Receita-Base dos Entes Subnacionais, sendo essa última: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

a) multiplicada por 10 (dez) em 2029; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

b) multiplicada por 5 (cinco) em 2030; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

c) multiplicada por 10 (dez) e dividida por 3 (três) em 2031; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

d) multiplicada por 10 (dez) e dividida por 4 (quatro) em 2032; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

e) multiplicada por 1 (um) em 2033. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 4º A alíquota de referência da contribuição a que se refere o art. 195, V, da Constituição Federal será reduzida em 2030 caso a média da Receita-Base da União em 2027 e 2028 exceda o Teto de Referência da União. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 5º As alíquotas de referência da contribuição a que se refere o art. 195, V, e do imposto a que se refere o art. 156-A, ambos da Constituição Federal, serão reduzidas em 2035 caso a média da Receita-Base Total entre 2029 e 2033 exceda o Teto de Referência Total. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 6º As reduções de que tratam os §§ 4º e 5º serão: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

I - definidas de forma a que a Receita-Base seja igual ao respectivo Teto de Referência; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

II - no caso do § 5º, proporcionais para as alíquotas de referência federal, estadual e municipal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 7º A revisão das alíquotas de referência em função do disposto nos §§ 4º, 5º e 6º não implicará cobrança ou restituição de tributo relativo a anos anteriores ou transferência de recursos entre os entes federativos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 8º Os entes federativos e o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços fornecerão ao Tribunal de Contas da União as informações necessárias para o cálculo a que se referem os §§ 1º, 4º e 5º. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 9º Nos cálculos das alíquotas de que trata o **caput** , deverá ser considerada a arrecadação dos tributos previstos nos arts. 156-A e 195, V, da Constituição Federal, cuja cobrança tenha sido iniciada antes dos períodos de que tratam os incisos I, II e III do **caput** . (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 10. O cálculo das alíquotas a que se refere este artigo será realizado com base em propostas encaminhadas pelo Poder Executivo da União e pelo Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, que deverão fornecer ao Tribunal de Contas da União todos os subsídios necessários, mediante o compartilhamento de dados e informações, nos termos de lei complementar. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

Art. 131. De 2029 a 2077, o produto da arrecadação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o imposto de que trata o art. 156-A da Constituição Federal será distribuído a esses entes federativos conforme o disposto neste artigo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 1º Serão retidos do produto da arrecadação do imposto de cada Estado, do Distrito Federal e de cada Município apurada com base nas alíquotas de referência de que trata o art. 130 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, nos termos dos arts. 149-C e 156-A, § 4º, II, e § 5º, I e IV, antes da aplicação do disposto no art. 158, IV, "b", todos da Constituição Federal: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

I - de 2029 a 2032, 80% (oitenta por cento); (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

II - em 2033, 90% (noventa por cento); (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

III - de 2034 a 2077, percentual correspondente ao aplicado em 2033, reduzido à razão de 1/45 (um quarenta e cinco avos) por ano. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 2º Na forma estabelecida em lei complementar, o montante retido nos termos do § 1º será distribuído entre os Estados, o Distrito Federal e os Municípios proporcionalmente à receita média de cada ente federativo, devendo ser consideradas: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

I - no caso dos Estados: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

a) a arrecadação do imposto previsto no art. 155, II, após aplicação do disposto no art. 158, IV, "a", todos da Constituição Federal; e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

b) as receitas destinadas aos fundos estaduais de que trata o art. 130, II, "b", deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

II - no caso do Distrito Federal: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

a) a arrecadação do imposto previsto no art. 155, II, da Constituição Federal; e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

b) a arrecadação do imposto previsto no art. 156, III, da Constituição Federal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

III - no caso dos Municípios: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

a) a arrecadação do imposto previsto no art. 156, III, da Constituição Federal; e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

b) a parcela creditada na forma do art. 158, IV, "a", da Constituição Federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 3º Não se aplica o disposto no art. 158, IV, "b", da Constituição Federal aos recursos distribuídos na forma do § 2º, I, deste artigo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 4º A parcela do produto da arrecadação do imposto não retida nos termos do § 1º, após a retenção de que trata o art. 132 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, será distribuída a cada Estado, ao Distrito Federal e a

cada Município de acordo com os critérios da lei complementar de que trata o art. 156-A, § 5º, I, da Constituição Federal, nela computada a variação de alíquota fixada pelo ente em relação à de referência. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 5º Os recursos de que trata este artigo serão distribuídos nos termos estabelecidos em lei complementar, aplicando-se o seguinte: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

I - constituirão a base de cálculo dos fundos de que trata o art. 212-A, II, da Constituição Federal, observado que: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

a) para os Estados, o percentual de que trata o art. 212-A, II, será aplicado proporcionalmente à razão entre a soma dos valores distribuídos a cada ente nos termos do § 2º, I, "a", e do § 4º, e a soma dos valores distribuídos nos termos do § 2º, I e do § 4º; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

b) para o Distrito Federal, o percentual de que trata o art. 212-A, II, será aplicado proporcionalmente à razão entre a soma dos valores distribuídos nos termos do § 2º, II, "a", e do § 4º, e a soma dos valores distribuídos nos termos do § 2º, II, e do § 4º, considerada, em ambas as somas, somente a parcela estadual nos valores distribuídos nos termos do § 4º; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

c) para os Municípios, o percentual de que trata o art. 212-A, II, será aplicado proporcionalmente à razão entre a soma dos valores distribuídos nos termos do § 2º, III, "b", e a soma dos valores distribuídos nos termos do § 2º, III; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

II - constituirão as bases de cálculo de que tratam os arts. 29-A, 198, § 2º, 204, parágrafo único, 212 e 216, § 6º, da Constituição Federal, excetuados os valores distribuídos nos termos do § 2º, I, "b"; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

III - poderão ser vinculados para prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita previstas no art. 165, § 8º, para pagamento de débitos com a União e para prestar-lhe garantia ou contragarantia, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 6º Durante o período de que trata o **caput** deste artigo, é vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios fixar alíquotas próprias do imposto de que trata o art. 156-A da Constituição Federal inferiores às necessárias para garantir as retenções de que tratam o § 1º deste artigo e o art. 132 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

Art. 132. Do imposto dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios apurado com base nas alíquotas de referência de que trata o art. 130 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, deduzida a retenção de que trata o art. 131, § 1º, será retido montante correspondente a 5% (cinco por cento) para distribuição aos entes com as menores razões entre: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

I - o valor apurado nos termos dos arts. 149-C e 156-A, § 4º, II, e § 5º, I e IV, com base nas alíquotas de referência, após a aplicação do disposto no art. 158, IV, "b", todos da Constituição Federal; e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

II - a respectiva receita média, apurada nos termos do art. 131, § 2º, I, II e III, deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, limitada a 3 (três) vezes a média nacional por habitante da respectiva esfera federativa. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 1º Os recursos serão distribuídos, sequencial e sucessivamente, aos entes com as menores razões de que trata o **caput** , de maneira que, ao final da distribuição, para todos os entes que receberem recursos, seja observada a mesma a razão entre: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

I - a soma do valor apurado nos termos do inciso I do **caput** com o valor recebido nos termos deste artigo; e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

II - a receita média apurada na forma do inciso II do **caput** . (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 2º Aplica-se aos recursos distribuídos na forma deste artigo o disposto no art. 131, § 5º deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 3º Lei complementar estabelecerá os critérios para a redução gradativa, entre 2078 e 2097, do percentual de que trata o **caput** , até a sua extinção. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

Art. 133. Os tributos de que tratam os arts. 153, IV, 155, II, 156, III, e 195, I, "b", e IV, e a contribuição para o Programa de Integração Social a que se refere o art. 239 não integrarão a base de cálculo do imposto de que trata o art. 156-A e da contribuição de que trata o art. 195, V, todos da Constituição Federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

Art. 134. Os saldos credores relativos ao imposto previsto no art. 155, II, da Constituição Federal, existentes ao final de 2032 serão aproveitados pelos contribuintes na forma deste artigo e nos termos de lei complementar. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 1º O disposto neste artigo alcança os saldos credores cujos aproveitamento ou ressarcimento sejam admitidos pela legislação em vigor em 31 de dezembro de 2032 e que tenham sido homologados pelos respectivos entes federativos, observadas as seguintes diretrizes: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

I - apresentado o pedido de homologação, o ente federativo deverá se pronunciar no prazo estabelecido na lei complementar a que se refere o **caput** ; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

II - na ausência de resposta ao pedido de homologação no prazo a que se refere o inciso I deste parágrafo, os respectivos saldos credores serão considerados homologados. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 2º Aplica-se o disposto neste artigo também aos créditos reconhecidos após o prazo previsto no **caput** . (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 3º O saldo dos créditos homologados será informado pelos Estados e pelo Distrito Federal ao Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços para que seja compensado com o imposto de que trata o art. 156-A da Constituição Federal: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

I - pelo prazo remanescente, apurado nos termos do art. 20, § 5º, da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para os créditos relativos à entrada de mercadorias destinadas ao ativo permanente; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

II - em 240 (duzentos e quarenta) parcelas mensais, iguais e sucessivas, nos demais casos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 4º O Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços deduzirá do produto da arrecadação do imposto previsto no art. 156-A devido ao respectivo ente federativo o valor compensado na forma do § 3º, o qual não comporá base de cálculo para fins do disposto nos arts. 158, IV, 198, § 2º, 204, parágrafo único, 212, 212-A, II, e 216, § 6º, todos da Constituição Federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 5º A partir de 2033, os saldos credores serão atualizados pelo IPCA ou por outro índice que venha a substituí-lo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 6º Lei complementar disporá sobre: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

I - as regras gerais de implementação do parcelamento previsto no § 3º; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

II - a forma pela qual os titulares dos créditos de que trata este artigo poderão transferi-los a terceiros; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

III - a forma pela qual o crédito de que trata este artigo poderá ser ressarcido ao contribuinte pelo Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, caso não seja possível compensar o valor da parcela nos termos do § 3º. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

Art. 135. Lei complementar disciplinará a forma de utilização dos créditos, inclusive presumidos, do imposto de que trata o art. 153, IV, e das contribuições de que tratam o art. 195, I, "b", e IV, e da contribuição para o Programa de Integração Social a que se refere o art. 239, todos da Constituição Federal, não apropriados ou não utilizados até a extinção, mantendo-se, apenas para os créditos que cumpram os requisitos estabelecidos na legislação vigente na data da extinção de tais tributos, a permissão para compensação com outros tributos federais, inclusive com a contribuição prevista no inciso V do **caput** do art. 195 da Constituição Federal, ou ressarcimento em dinheiro. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

Art. 136. Os Estados que possuíam, em 30 de abril de 2023, fundos destinados a investimentos em obras de infraestrutura e habitação e financiados por contribuições sobre produtos primários e semielaborados estabelecidas como condição à aplicação de diferimento, regime especial ou outro tratamento diferenciado, relativos ao imposto de que trata o art. 155, II, da Constituição Federal, poderão instituir contribuições semelhantes, não vinculadas ao referido imposto, observado que: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

I - a alíquota ou o percentual de contribuição não poderão ser superiores e a base de incidência não poderá ser mais ampla que os das respectivas contribuições vigentes em 30 de abril de 2023; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

II - a instituição de contribuição nos termos deste artigo implicará a extinção da contribuição correspondente, vinculada ao imposto de que trata o art. 155, II, da Constituição Federal, vigente em 30 de abril de 2023; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

III - a destinação de sua receita deverá ser a mesma das contribuições vigentes em 30 de abril de 2023; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

IV - a contribuição instituída nos termos do **caput** será extinta em 31 de dezembro de 2043. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

Parágrafo único. As receitas das contribuições mantidas nos termos deste artigo não serão consideradas como receita do respectivo Estado para fins do disposto nos arts. 130, II, "b", e 131, § 2º, I, "b", deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

Art. 137. Os saldos financeiros dos recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Saúde e pelo Fundo Nacional de Assistência Social, para enfrentamento da pandemia de Covid-19 no período de 2020 a 2022, aos fundos de saúde e assistência social estaduais, municipais e do Distrito Federal poderão ser aplicados, até 31 de dezembro de 2024, para o custeio de ações e serviços públicos de saúde e de assistência social, observadas, respectivamente, as diretrizes emanadas do Sistema Único de Saúde e do Sistema Único de Assistência Social. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

Art. 138. Até 2032, qualquer criação, alteração ou prorrogação de vinculação legal ou constitucional de receitas a despesas, inclusive na hipótese de aplicação mínima de montante de recursos, não poderá resultar em crescimento anual da respectiva despesa primária superior à variação do limite de despesas primárias, na forma prevista na lei complementar de que trata o art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 135, de 2024)

Brasília, 5 de outubro de 1988.

Ulysses Guimarães

, Presidente - *Mauro Benevides* , 1.º Vice-Presidente - *Jorge Arbage* , 2.º Vice-Presidente - *Marcelo Cordeiro* , 1.º Secretário - *Mário Maia* , 2.º Secretário - *Arnaldo Faria de Sá* , 3.º Secretário - *Benedita da Silva* , 1.º Suplente de Secretário - *Luiz Soyer* , 2.º Suplente de Secretário - *Sotero Cunha* , 3.º Suplente de Secretário - *Bernardo Cabral* , Relator Geral - *Adolfo Oliveira* , Relator Adjunto - *Antônio Carlos Konder Reis* , Relator Adjunto - *José Fogaça* , Relator Adjunto - *Abigail Feitosa - Acival Gomes - Adauto Pereira - Ademir Andrade - Adhemar de Barros Filho - Adroaldo Streck - Adylson Motta - Aécio de Borba - Aécio Neves - Affonso Camargo - Afif Domingos - Afonso Arinos - Afonso Sancho - Agassiz Almeida - Agripino de Oliveira Lima - Airton Cordeiro - Airton Sandoval - Alarico Abib - Albano Franco - Albérico Cordeiro - Albérico Filho - Alceni Guerra - Alcides Saldanha - Aldo Arantes - Alércio Dias - Alexandre Costa - Alexandre Puzyna - Alfredo Campos - Almir Gabriel - Aloisio Vasconcelos - Aloysio Chaves - Aloysio Teixeira - Aluizio Bezerra -*

Aluízio Campos - Álvaro Antônio - Álvaro Pacheco - Álvaro Valle - Alysson Paulinelli - Amaral Netto - Amaury Müller - Amilcar Moreira - Ângelo Magalhães - Anna Maria Rattes - Annibal Barcellos - Antero de Barros - Antônio Câmara - Antônio Carlos Franco - Antonio Carlos Mendes Thame - Antônio de Jesus - Antonio Ferreira - Antonio Gaspar - Antonio Mariz - Antonio Perosa - Antônio Salim Curiati - Antonio Ueno - Arnaldo Martins - Arnaldo Moraes - Arnaldo Prieto - Arnold Fioravante - Arolde de Oliveira - Artenir Werner - Artur da Távola - Asdrubal Bentes - Assis Canuto - Átila Lira - Augusto Carvalho - Áureo Mello - Basílio Villani - Benedicto Monteiro - Benito Gama - Beth Azize - Bezerra de Melo - Bocayuva Cunha - Bonifácio de Andrada - Bosco França - Brandão Monteiro - Caio Pompeu - Carlos Alberto - Carlos Alberto Caó - Carlos Benevides - Carlos Cardinal - Carlos Chiarelli - Carlos Cotta - Carlos De'Carli - Carlos Mosconi - Carlos Sant'Anna - Carlos Vinagre - Carlos Virgílio - Carrel Benevides - Cássio Cunha Lima - Célio de Castro - Celso Dourado - César Cals Neto - César Maia - Chagas Duarte - Chagas Neto - Chagas Rodrigues - Chico Humberto - Christóvam Chiaradia - Cid Carvalho - Cid Sabóia de Carvalho - Cláudio Ávila - Cleonâncio Fonseca - Costa Ferreira - Cristina Tavares - Cunha Bueno - Dálton Canabrava - Darcy Deitos - Darcy Pozza - Daso Coimbra - Davi Alves Silva - Del Bosco Amaral - Delfim Netto - Délio Braz - Denisar Arneiro - Dionisio Dal Prá - Dionísio Hage - Dirce Tutu Quadros - Dirceu Carneiro - Divaldo Suruagy - Djenal Gonçalves - Domingos Juvenil - Domingos Leonelli - Doreto Campanari - Edésio Frias - Edison Lobão - Edivaldo Motta - Edme Tavares - Edmilson Valentim - Eduardo Bonfim - Eduardo Jorge - Eduardo Moreira - Egídio Ferreira Lima - Elias Murad - Eliel Rodrigues - Eliézer Moreira - Enoc Vieira - Eraldo Tinoco - Eraldo Trindade - Erico Pegoraro - Ervin Bonkoski - Etevaldo Nogueira - Euclides Scalco - Eunice Michiles - Evaldo Gonçalves - Expedito Machado - Ézio Ferreira - Fábio Feldmann - Fábio Raunheitti - Farabulini Júnior - Fausto Fernandes - Fausto Rocha - Felipe Mendes - Feres Nader - Fernando Bezerra Coelho - Fernando Cunha - Fernando Gasparian - Fernando Gomes - Fernando Henrique Cardoso - Fernando Lyra - Fernando Santana - Fernando Velasco - Firmo de Castro - Flavio Palmier da Veiga - Flávio Rocha - Florestan Fernandes - Floriceno Paixão - França Teixeira - Francisco Amaral - Francisco Benjamim - Francisco Carneiro - Francisco Coelho - Francisco Diógenes - Francisco Dornelles - Francisco Küster - Francisco Pinto - Francisco Rollemberg - Francisco Rossi - Francisco Sales - Furtado Leite - Gabriel Guerreiro - Gandi Jamil - Gastone Righi - Genebaldo Correia - Genésio Bernardino - Geovani Borges - Geraldo Alckmin Filho - Geraldo Bulhões - Geraldo Campos - Geraldo Fleming - Geraldo Melo - Gerson Camata - Gerson Marcondes - Gerson Peres - Gidel Dantas - Gil César - Gilson Machado - Gonzaga Patriota - Guilherme Palmeira - Gumercindo Milhomem - Gustavo de Faria - Harlan Gadelha - Haroldo Lima - Haroldo Sabóia - Hélio Costa - Hélio Duque - Hélio Manhães - Hélio Rosas - Henrique Córdova - Henrique Eduardo Alves - Heráclito Fortes - Hermes Zaneti - Hilário Braun - Homero Santos - Humberto Lucena - Humberto Souto - Iberê Ferreira - Ibsen Pinheiro - Inocêncio Oliveira - Irajá Rodrigues - Iram Saraiva - Irapuan Costa Júnior - Irma Passoni - Ismael Wanderley - Israel Pinheiro - Itamar Franco - Ivo Cersósimo - Ivo Lech - Ivo Mainardi - Ivo Vanderlinde - Jacy Scanagatta - Jairo Azi - Jairo Carneiro - Jalles Fontoura - Jamil Haddad - Jarbas Passarinho - Jayme Paliarin - Jayme Santana - Jesualdo Cavalcanti - Jesus Tajra - Joaci Góes - João Agripino - João Alves - João Calmon - João Carlos Bacelar - João Castelo - João Cunha - João da Mata - João de Deus Antunes - João Herrmann Neto - João Lobo - João Machado Rollemberg - João Menezes - João Natal - João Paulo - João Rezek - Joaquim Bevilácqua - Joaquim Francisco - Joaquim Hayckel - Joaquim Sucena - Jofran Frejat - Jonas Pinheiro - Jonival Lucas - Jorge Bornhausen - Jorge Hage - Jorge Leite - Jorge Uequed - Jorge Vianna - José Agripino - José Camargo - José Carlos Coutinho - José Carlos Grecco - José Carlos Martinez - José Carlos Sabóia - José Carlos Vasconcelos - José Costa - José da Conceição - José Dutra - José Egreja - José Elias - José Fernandes - José Freire - José Genoíno - José Geraldo - José Guedes - José Ignácio Ferreira - José Jorge - José Lins - José Lourenço - José Luiz de Sá - José Luiz Maia - José Maranhão - José Maria Eymael - José Maurício - José Melo - José Mendonça Bezerra - José Moura - José Paulo Bisol - José Queiroz - José Richa - José Santana de Vasconcellos - José Serra - José Tavares - José Teixeira - José Thomaz Nonô - José Tinoco - José Ulísses de Oliveira - José Viana - José Yunes - Jovanni Masini - Juarez Antunes - Júlio Campos - Júlio Costamilan - Jutahy Júnior - Jutahy Magalhães - Koyu Iha - Lael Varella - Lavoisier Maia - Leite Chaves - Lélio Souza - Leopoldo Peres - Leur Lomanto - Levy Dias - Lézio Sathler - Lídice da Mata - Louremberg Nunes Rocha - Lourival Baptista - Lúcia Braga - Lúcia Vânia - Lúcio Alcântara - Luís Eduardo - Luís Roberto Ponte - Luiz Alberto Rodrigues - Luiz Freire - Luiz Gushiken - Luiz Henrique - Luiz Inácio Lula da Silva - Luiz Leal - Luiz Marques - Luiz Salomão - Luiz Viana - Luiz Viana Neto - Lysâneas Maciel - Maguito Vilela - Maluly Neto - Manoel Castro - Manoel Moreira - Manoel Ribeiro - Mansueto de Lavor - Manuel Viana - Márcia Kubitschek - Márcio Braga - Márcio Lacerda - Marco Maciel - Marcondes Gadelha - Marcos Lima - Marcos Queiroz - Maria de Lourdes Abadia - Maria Lúcia - Mário Assad - Mário Covas - Mário de Oliveira - Mário Lima - Marluce Pinto - Matheus Iensen - Mattos Leão - Maurício Campos - Maurício Correa - Maurício Fruet - Maurício Nasser - Maurício Pádua - Maurílio Ferreira Lima - Mauro Borges - Mauro Campos - Mauro Miranda - Mauro Sampaio - Max Rosenmann - Meira Filho - Melo Freire - Mello Reis - Mendes Botelho - Mendes Canale - Mendes Ribeiro - Messias Góis - Messias Soares - Michel Temer - Milton Barbosa - Milton Lima - Milton Reis - Miraldo Gomes - Miro Teixeira - Moema São Thiago - Moysés Pimentel - Mozarildo Cavalcanti - Mussa Demes - Myrian Portella - Nabor Júnior - Naphtali Alves de Souza - Narciso Mendes - Nelson Aguiar - Nelson Carneiro - Nelson Jobim - Nelson Sabrá - Nelson Seixas - Nelson Wedekin - Nelton Friedrich - Nestor Duarte - Ney Maranhão - Nilso Sguarezi - Nilson Gibson - Nion Albernaz - Noel de Carvalho - Nyder Barbosa - Octávio Elísio - Odacir Soares - Olavo Pires - Olívio Dutra - Onofre Corrêa - Orlando Bezerra - Orlando Pacheco - Oscar Corrêa - Osmar Leitão - Osmir Lima - Osmundo Rebouças - Osvaldo Bender - Osvaldo Coelho - Osvaldo Macedo - Osvaldo Sobrinho - Oswaldo Almeida - Oswaldo Trevisan - Ottomar Pinto - Paes de Andrade - Paes Landim - Paulo Delgado - Paulo Macarini - Paulo Marques - Paulo Mincarone - Paulo Paim - Paulo Pimentel - Paulo Ramos - Paulo Roberto - Paulo Roberto Cunha - Paulo Silva - Paulo Zarzur - Pedro Canedo - Pedro Ceolin - Percival Muniz - Pimenta da Veiga - Plínio Arruda Sampaio - Plínio Martins - Pompeu de Sousa - Rachid Saldanha Derzi - Raimundo Bezerra - Raimundo Lira - Raimundo Rezende - Raquel Cândido - Raquel Capiberibe - Raul Belém - Raul Ferraz - Renan Calheiros - Renato Bernardi - Renato Johnsson - Renato Vianna - Ricardo Fiuza - Ricardo Izar - Rita Camata - Rita Furtado - Roberto Augusto - Roberto Balestra - Roberto Brant - Roberto Campos - Roberto D'Ávila - Roberto Freire - Roberto Jefferson - Roberto Rollemberg - Roberto Torres - Roberto Vital - Robson Marinho - Rodrigues Palma - Ronaldo Aragão - Ronaldo Carvalho - Ronaldo Cezar Coelho - Ronan Tito - Ronaro Corrêa - Rosa Prata - Rose de Freitas - Rospide Netto - Rubem Branquinho - Rubem Medina - Ruben Figueiró - Ruberval Pilotto - Ruy Bacelar - Ruy Nedel - Sadie Hauache - Salatiel Carvalho - Samir Achôa - Sandra

Cavalcanti - Santinho Furtado - Sarney Filho - Saulo Queiroz - Sérgio Brito - Sérgio Spada - Sérgio Werneck - Severo Gomes - Sigmaringa Seixas - Sílvio Abreu - Simão Sessim - Siqueira Campos - Sólon Borges dos Reis - Stélio Dias - Tadeu França - Telmo Kirst - Teotonio Vilela Filho - Theodoro Mendes - Tito Costa - Ubiratan Aguiar - Ubiratan Spinelli - Uldurico Pinto - Valmir Campelo - Valter Pereira - Vasco Alves - Vicente Bogo - Victor Faccioni - Victor Fontana - Victor Trovão - Vieira da Silva - Vilson Souza - Vingt Rosado - Vinicius Cansanção - Virgildásio de Senna - Virgílio Galassi - Virgílio Guimarães - Vitor Buaiz - Vivaldo Barbosa - Vladimir Palmeira - Wagner Lago - Waldec Ornélas - Waldyr Pugliesi - Walmor de Luca - Wilma Maia - Wilson Campos - Wilson Martins - Ziza Valadares.

Participantes: *Álvaro Dias - Antônio Britto - Bete Mendes - Borges da Silveira - Cardoso Alves - Edivaldo Holanda - Expedito Júnior - Fadah Gattass - Francisco Dias - Geovah Amarante - Hélio Gueiros - Horácio Ferraz - Hugo Napoleão - Iturival Nascimento - Ivan Bonato - Jorge Medauar - José Mendonça de Morais - Leopoldo Bessone - Marcelo Miranda - Mauro Fecury - Neuto de Conto - Nivaldo Machado - Oswaldo Lima Filho - Paulo Almada - Prisco Viana - Ralph Biasi - Rosário Congro Neto - Sérgio Naya - Tidei de Lima.*

In Memoriam: *Alair Ferreira - Antônio Farias - Fábio Lucena - Norberto Schwantes - Virgílio Távora.*

*

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Texto compilado
Mensagem de veto
Vigência
Partes mantidas pelo Congresso Nacional

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e contrôle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Faço saber que o **Congresso Nacional** decreta e eu sanciono a seguinte Lei;

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º Esta lei estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e contrôle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, de acôrdo com o disposto no art. 5º, inciso XV, letra b, da Constituição Federal.

TÍTULO I

Da Lei de Orçamento

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 2° A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Govêrno, obedecidos os princípios de unidade universalidade e anualidade.

§ 1° Integrarão a Lei de Orçamento:

I - Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Govêrno;

II - Quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo nº 1;

III - Quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação;

IV - Quadro das dotações por órgãos do Govêrno e da Administração.

§ 2º Acompanharão a Lei de Orçamento:

I - Quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais;

II - Quadros demonstrativos da despesa, na forma dos Anexos nºs 6 a 9;

III - Quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do Govêrno, em têrmos de realização de obras e de prestação de serviços.

Art. 3º A Lei de Orçamento compreenderá tôdas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei.

Parágrafo único. Não se consideram para os fins deste artigo as operações de crédito por antecipação da receita, as emissões de papel-moeda e outras entradas compensatórias, no ativo e passivo financeiros. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

Art. 4º A Lei de Orçamento compreenderá tôdas as despesas próprias dos órgãos do Govêrno e da administração centralizada, ou que, por intermédio dêles se devam realizar, observado o disposto no artigo 2°.

Art. 5º A Lei de Orçamento não consignará dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras, ressalvado o disposto no artigo 20 e seu parágrafo único.

Art. 6º Tôdas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.

§ 1º As cotas de receitas que uma entidade pública deva transferir a outra incluir-se-ão, como despesa, no orçamento da entidade obrigada à transferência e, como receita, no orçamento da que as deva receber.

§ 2º Para cumprimento do disposto no parágrafo anterior, o cálculo das cotas terá por base os dados apurados no balanço do exercício anterior àquele em que se elaborar a proposta orçamentária do Govêrno obrigado à transferência. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

Art. 7° A Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para:

I - Abrir créditos suplementares até determinada importância obedecidas as disposições do artigo 43; (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

II - Realizar em qualquer mês do exercício financeiro, operações de crédito por antecipação da receita, para atender a insuficiências de caixa.

§ 1º Em casos de déficit, a Lei de Orçamento indicará as fontes de recursos que o Poder Executivo fica autorizado a utilizar para atender a sua cobertura.

§ 2° O produto estimado de operações de crédito e de alienação de bens imóveis sòmente se incluirá na receita quando umas e outras forem especìficamente autorizadas pelo Poder Legislativo em forma que jurìdicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las no exercício.

§ 3º A autorização legislativa a que se refere o parágrafo anterior, no tocante a operações de crédito, poderá constar da própria Lei de Orçamento.

Art. 8º A discriminação da receita geral e da despesa de cada órgão do Govêrno ou unidade administrativa, a que se refere o artigo 2º, § 1º, incisos III e IV obedecerá à forma do Anexo nº 2.

§ 1° Os itens da discriminação da receita e da despesa, mencionados nos artigos 11, § 4°, e 13, serão identificados por números de código decimal, na forma dos Anexos nºs 3 e 4.

§ 2º Completarão os números do código decimal referido no parágrafo anterior os algarismos caracterizadores da classificação funcional da despesa, conforme estabelece o Anexo nº 5.

§ 3° O código geral estabelecido nesta lei não prejudicará a adoção de códigos locais.

CAPÍTULO II

Da Receita

Art. 9º Tributo é a receita derivada instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos têrmos da Constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades**.** (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

Art. 10. (Vetado).

~~Art. 11. A receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.~~

~~§ 1° São Receitas Correntes as receitas tributária, patrimonial, industrial e diversas e, ainda as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.~~

~~§ 2º São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente.~~

~~§ 3º O superávit do Orçamento Corrente resultante do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes, apurado na demonstração a que se refere o Anexo nº 1, não constituirá item da receita orçamentária.~~

~~§ 4º A classificação da receita por fontes obedecerá ao seguinte esquema:~~

~~RECEITAS CORRENTES~~

~~Receita Tributária~~

~~Impostos.~~
~~Taxas.~~
~~Contribuições de Melhoria.~~

~~Receita Patrimonial~~

~~Receitas Imobiliárias.~~
~~Receitas de Valôres Mobiliários.~~
~~Participações e Dividendos.~~

~~Outras Receitas Patrimoniais.~~

~~Receita Industrial~~

~~Receita de Serviços Industriais.~~
~~Outras Receitas Industriais.~~

~~Transferências Correntes~~
~~Receitas Diversas~~

~~Multas.~~
~~Contribuições~~
~~Cobrança da Dívida Ativa.~~
~~Outras Receitas Diversas.~~

~~RECEITAS DE CAPITAL~~

~~Operações de Crédito.~~
~~Alienação de Bens Móveis e Imóveis.~~
~~Amortização de Empréstimos Concedidos.~~
~~Transferências de Capital.~~
~~Outras Receitas de Capital.~~

Art. 11 - A receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital. (Redação dada pelo Decreto Lei nº 1.939, de 1982)

§ 1º - São Receitas Correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes. (Redação dada pelo Decreto Lei nº 1.939, de 1982)

§ 2º - São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o *superavit* do Orçamento Corrente. (Redação dada pelo Decreto Lei nº 1.939, de 1982)

§ 3º - O *superavit* do Orçamento Corrente resultante do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes, apurado na demonstração a que se refere o Anexo nº 1, não constituirá item de receita orçamentária. (Redação dada pelo Decreto Lei nº 1.939, de 1982)

§ 4º - A classificação da receita obedecerá ao seguinte esquema: (Redação dada pelo Decreto Lei nº 1.939, de 1982)

RECEITAS CORRENTES

RECEITA TRIBUTÁRIA

Impostos.

Taxas.

Contribuições de Melhoria.

RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES

RECEITA PATRIMONIAL

RECEITA AGROPECUÁRIA

RECEITA INDUSTRIAL

RECEITA DE SERVIÇOS

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

OUTRAS RECEITAS CORRENTES

RECEITAS DE CAPITAL

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ALIENAÇÃO DE BENS

AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL

CAPÍTULO III

Da Despesa

Art. 12. A despesa será classificada nas seguintes categorias econômicas: (Vide Decreto-lei nº 1.805, de 1980)

DESPESAS CORRENTES

Despesas de Custeio

Transferências Correntes

DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos

Inversões Financeiras

Transferências de Capital

§ 1º Classificam-se como Despesas de Custeio as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.

§ 2º Classificam-se como Transferências Correntes as dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manutenção de outras entidades de direito público ou privado.

§ 3º Consideram-se subvenções, para os efeitos desta lei, as transferências destinadas a cobrir despesas de custeio das entidades beneficiadas, distinguindo-se como:

I - subvenções sociais, as que se destinem a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa;

II - subvenções econômicas, as que se destinem a emprêsas públicas ou privadas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril.

§ 4º Classificam-se como investimentos as dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de emprêsas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.

§ 5º Classificam-se como Inversões Financeiras as dotações destinadas a:

I - aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização;

II - aquisição de títulos representativos do capital de emprêsas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital;

III - constituição ou aumento do capital de entidades ou emprêsas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.

§ 6º São Transferências de Capital as dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, constituindo essas transferências auxílios ou contribuições, segundo derivem diretamente da Lei de Orçamento ou de lei especial anterior, bem como as dotações para amortização da dívida pública.

Art. 13. Observadas as categorias econômicas do art. 12, a discriminação ou especificação da despesa por elementos, em cada unidade administrativa ou órgão de govêrno, obedecerá ao seguinte esquema:

DESPESAS CORRENTES

Despesas de Custeio

Pessoa Civil
Pessoal Militar
Material de Consumo
Serviços de Terceiros
Encargos Diversos

Transferências Correntes

Subvenções Sociais
Subvenções Econômicas
Inativos
Pensionistas
Salário Família e Abono Familiar
Juros da Dívida Pública
Contribuições de Previdência Social
Diversas Transferências Correntes.

DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos

Obras Públicas
Serviços em Regime de Programação Especial
Equipamentos e Instalações
Material Permanente
Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Emprêsas ou Entidades Industriais ou Agrícolas

Inversões Financeiras

Aquisição de Imóveis
Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Emprêsas ou Entidades Comerciais ou Financeiras
Aquisição de Títulos Representativos de Capital de Emprêsas em Funcionamento
Constituição de Fundos Rotativos
Concessão de Empréstimos
Diversas Inversões Financeiras

Transferências de Capital

Amortização da Dívida Pública
Auxílios para Obras Públicas
Auxílios para Equipamentos e Instalações
Auxílios para Inversões Financeiras
Outras Contribuições.

Art. 14. Constitui unidade orçamentária o agrupamento de serviços subordinados ao mesmo órgão ou repartição a que serão consignadas dotações próprias. (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

Parágrafo único. Em casos excepcionais, serão consignadas dotações a unidades administrativas subordinadas ao mesmo órgão.

Art. 15. Na Lei de Orçamento a discriminação da despesa far-se-á *no mínimo* por elementos. (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

§ 1º Entende-se por elementos o desdobramento da despesa com pessoal, material, serviços, obras e outros meios de que se serve a administração pública para consecução dos seus fins. (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

§ 2º Para efeito de classificação da despesa, considera-se material permanente o de duração superior a dois anos.

Seção I

Das Despesas Correntes

Subseção única

Das Transferências Correntes

I) Das Subvenções Sociais

Art. 16. Fundamentalmente e nos limites das possibilidades financeiras, a concessão de subvenções sociais visará a prestação de serviços essenciais de assistência social, médica e educacional, sempre que a suplementação de recursos de origem privada aplicados a esses objetivos, revelar-se mais econômica.

Parágrafo único. O valor das subvenções, sempre que possível, será calculado com base em unidades de serviços efetivamente prestados ou postos à disposição dos interessados obedecidos os padrões mínimos de eficiência préviamente fixados.

Art. 17. Sòmente à instituição cujas condições de funcionamento forem julgadas satisfatórias pelos órgãos oficiais de fiscalização serão concedidas subvenções.

II) Das Subvenções Econômicas

Art. 18. A cobertura dos deficits de manutenção das emprêsas públicas, de natureza autárquica ou não, far-se-á mediante subvenções econômicas expressamente incluídas nas despesas correntes do orçamento da União, do Estado, do Município ou do Distrito Federal.

Parágrafo único. Consideram-se, igualmente, como subvenções econômicas:

a) as dotações destinadas a cobrir a diferença entre os preços de mercado e os preços de revenda, pelo Govêrno, de gêneros alimentícios ou outros materiais;

b) as dotações destinadas ao pagamento de bonificações a produtores de determinados gêneros ou materiais.

Art. 19. A Lei de Orçamento não consignará ajuda financeira, a qualquer título, a emprêsa de fins lucrativos, salvo quando se tratar de subvenções cuja concessão tenha sido expressamente autorizada em lei especial.

Seção II

Das Despesas de Capital

Subseção Primeira

Dos Investimentos

Art. 20. Os investimentos serão discriminados na Lei de Orçamento segundo os projetos de obras e de outras aplicações.

Parágrafo único. Os programas especiais de trabalho que, por sua natureza, não possam cumprir-se subordinadamente às normas gerais de execução da despesa poderão ser custeadas por dotações globais, classificadas entre as Despesas de Capital.

Subseção Segunda

Das Transferências de Capital

Art. 21. A Lei de Orçamento não consignará auxílio para investimentos que se devam incorporar ao patrimônio das emprêsas privadas de fins lucrativos.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se às transferências de capital à conta de fundos especiais ou dotações sob regime excepcional de aplicação.

TÍTULO II

Da Proposta Orçamentária

CAPÍTULO I

Conteúdo e Forma da Proposta Orçamentária

Art. 22. A proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo nos prazos estabelecidos nas Constituições e nas Leis Orgânicas dos Municípios, compor-se-á de:

I - Mensagem, que conterá: exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, documentada com demonstração da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis; exposição e justificação da política econômico-financeira do Govêrno; justificação da receita e despesa, particularmente no tocante ao orçamento de capital;

II - Projeto de Lei de Orçamento;

III - Tabelas explicativas, das quais, além das estimativas de receita e despesa, constarão, em colunas distintas e para fins de comparação:

a) A receita arrecadada nos três últimos exercícios anteriores àquele em que se elaborou a proposta;

b) A receita prevista para o exercício em que se elabora a proposta;

c) A receita prevista para o exercício a que se refere a proposta;

d) A despesa realizada no exercício imediatamente anterior;

e) A despesa fixada para o exercício em que se elabora a proposta; e

f) A despesa prevista para o exercício a que se refere a proposta.

IV - Especificação dos programas especiais de trabalho custeados por dotações globais, em têrmos de metas visadas, decompostas em estimativa do custo das obras a realizar e dos serviços a prestar, acompanhadas de justificação econômica, financeira, social e administrativa.

Parágrafo único. Constará da proposta orçamentária, para cada unidade administrativa, descrição sucinta de suas principais finalidades, com indicação da respectiva legislação.

CAPÍTULO II

DA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

Seção Primeira

Das Previsões Plurienais

Art. 23. As receitas e despesas de capital serão objeto de um Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital, aprovado por decreto do Poder Executivo, abrangendo, no mínimo um triênio.

Parágrafo único. O Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital será anualmente reajustado acrescentando-se-lhe as previsões de mais um ano, de modo a assegurar a projeção contínua dos períodos.

Art. 24. O Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital abrangerá:

I - as despesas e, como couber, também as receitas previstas em planos especiais aprovados em lei e destinados a atender a regiões ou a setôres da administração ou da economia;

II - as despesas à conta de fundos especiais e, como couber, as receitas que os constituam;

III - em anexos, as despesas de capital das entidades referidas no Título X desta lei, com indicação das respectivas receitas, para as quais forem previstas transferências de capital.

Art. 25. Os programas constantes do Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital sempre que possível serão correlacionados a metas objetivas em têrmos de realização de obras e de prestação de serviços.

Parágrafo único. Consideram-se metas os resultados que se pretendem obter com a realização de cada programa.

Art. 26. A proposta orçamentária conterá o programa anual atualizado dos investimentos, inversões financeiras e transferências previstos no Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital.

Seção Segunda

Das Previsões Anuais

Art. 27. As propostas parciais de orçamento guardarão estrita conformidade com a política econômico-financeira, o programa anual de trabalho do Govêrno e, quando fixado, o limite global máximo para o orçamento de cada unidade administrativa.

Art. 28 As propostas parciais das unidades administrativas, organizadas em formulário próprio, serão acompanhadas de:

I - tabelas explicativas da despesa, sob a forma estabelecida no artigo 22, inciso III, letras d, e e f;

II - justificação pormenorizada de cada dotação solicitada, com a indicação dos atos de aprovação de projetos e orçamentos de obras públicas, para cujo início ou prosseguimento ela se destina.

Art. 29. Caberá aos órgãos de contabilidade ou de arrecadação organizar demonstrações mensais da receita arrecadada, segundo as rubricas, para servirem de base a estimativa da receita, na proposta orçamentária.

Parágrafo único. Quando houver órgão central de orçamento, essas demonstrações ser-lhe-ão remetidas mensalmente.

Art. 30. A estimativa da receita terá por base as demonstrações a que se refere o artigo anterior à arrecadação dos três últimos exercícios, pelo menos, bem como as circunstâncias de ordem conjuntural e outras, que possam afetar a produtividade de cada fonte de receita.

Art. 31. As propostas orçamentárias parciais serão revistas e coordenadas na proposta geral, considerando-se a receita estimada e as novas circunstâncias.

TÍTULO III

Da elaboração da Lei de Orçamento

Art. 32. Se não receber a proposta orçamentária no prazo fixado nas Constituições ou nas Leis Orgânicas dos Municípios, o Poder Legislativo considerará como proposta a Lei de Orçamento vigente.

Art. 33. Não se admitirão emendas ao projeto de Lei de Orçamento que visem a:

a) alterar a dotação solicitada para despesa de custeio, salvo quando provada, nesse ponto, a inexatidão da proposta;

b) conceder dotação para o início de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes;

c) conceder dotação para instalação ou funcionamento de serviço que não esteja anteriormente criado;

d) conceder dotação superior aos quantitativos prèviamente fixados em resolução do Poder Legislativo para concessão de auxílios e subvenções.

TÍTULO IV

Do Exercício Financeiro

Art. 34. O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.

Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I - as receitas nêle arrecadadas;

II - as despesas nêle legalmente empenhadas.

Art. 36. Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as processadas das não processadas.

Parágrafo único. Os empenhos que correm à conta de créditos com vigência plurienal, que não tenham sido liquidados, só serão computados como Restos a Pagar no último ano de vigência do crédito.

Art. 37. As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica. (Regulamento)

Art. 38. Reverte à dotação a importância de despesa anulada no exercício; quando a anulação ocorrer após o encerramento dêste considerar-se-á receita do ano em que se efetivar.

~~Art. 39. As importâncias relativas a tributos, multas e créditos da Fazenda Pública, lançados mas não cobrados ou não recolhidos no exercício de origem, constituem Dívida Ativa a partir da data de sua inscrição.~~

~~Parágrafo único. As importâncias dos tributos e demais rendas não sujeitas a lançamentos ou não lançadas, serão escrituradas como receita do exercício em que forem arrecadadas nas respectivas rubricas orçamentárias, desde que até o ato do recebimento não tenham sido inscritas como Dívida Ativa.~~

Art. 39. Os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, serão escriturados como receita do exercício em que forem arrecadados, nas respectivas rubricas orçamentárias. (Redação dada pelo Decreto Lei nº 1.735, de 1979)

§ 1º - Os créditos de que trata este artigo, exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento, serão inscritos, na forma da legislação própria, como Dívida Ativa, em registro próprio, após apurada a sua liquidez e certeza, e a respectiva receita será escriturada a esse título. (Incluído pelo Decreto Lei nº 1.735, de 1979)

§ 2º - Dívida Ativa Tributária é o crédito da Fazenda Pública dessa natureza, proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas, e Dívida Ativa não Tributária são os demais créditos da Fazenda Pública, tais como os provenientes de empréstimos compulsórios, contribuições estabelecidas em lei, multas de qualquer origem ou natureza, exceto as tributárias, foros, laudêmios, aluguéis ou taxas de ocupação, custas processuais, preços de serviços prestados por estabelecimentos públicos, indenizações, reposições, restituições, alcances dos responsáveis definitivamente julgados, bem assim os créditos decorrentes de obrigações em moeda estrangeira, de subrogação de hipoteca, fiança, aval ou outra garantia, de contratos em geral ou de outras obrigações legais. (Incluído pelo Decreto Lei nº 1.735, de 1979)

§ 3º - O valor do crédito da Fazenda Nacional em moeda estrangeira será convertido ao correspondente valor na moeda nacional à taxa cambial oficial, para compra, na data da notificação ou intimação do devedor, pela autoridade administrativa, ou, à sua falta, na data da inscrição da Dívida Ativa, incidindo, a partir da conversão, a atualização monetária e os juros de mora, de acordo com preceitos legais pertinentes aos débitos tributários. (Incluído pelo Decreto Lei nº 1.735, de 1979)

§ 4º - A receita da Dívida Ativa abrange os créditos mencionados nos parágrafos anteriores, bem como os valores correspondentes à respectiva atualização monetária, à multa e juros de mora e ao encargo de que tratam o art. 1º do Decreto-lei nº 1.025, de 21 de outubro de 1969, e o art. 3º do Decreto-lei nº 1.645, de 11 de dezembro de 1978. (Incluído pelo Decreto Lei nº 1.735, de 1979)

§ 5º - A Dívida Ativa da União será apurada e inscrita na Procuradoria da Fazenda Nacional. (Incluído pelo Decreto Lei nº 1.735, de 1979)

Art. 39-A. A União, o Estado, o Distrito Federal ou o Município poderá ceder onerosamente, nos termos desta Lei e de lei específica que o autorize, direitos originados de créditos tributários e não tributários, inclusive quando inscritos em dívida ativa, a pessoas jurídicas de direito privado ou a fundos de investimento regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). (Incluído pela Lei Complementar nº 208, de 2024)

§ 1º Para fins do disposto no *caput*, a cessão dos direitos creditórios deverá: (Incluído pela Lei Complementar nº 208, de 2024)

I - preservar a natureza do crédito de que se tenha originado o direito cedido, mantendo as garantias e os privilégios desse crédito;(Incluído pela Lei Complementar nº 208, de 2024)

II - manter inalterados os critérios de atualização ou correção de valores e os montantes representados pelo principal, os juros e as multas, assim como as condições de pagamento e as datas de vencimento, os prazos e os demais termos avençados originalmente entre a Fazenda Pública ou o órgão da administração pública e o devedor ou contribuinte; (Incluído pela Lei Complementar nº 208, de 2024)

III - assegurar à Fazenda Pública ou ao órgão da administração pública a prerrogativa de cobrança judicial e extrajudicial dos créditos de que se tenham originado os direitos cedidos; (Incluído pela Lei Complementar nº 208, de 2024)

IV - realizar-se mediante operação definitiva, isentando o cedente de responsabilidade, compromisso ou dívida de que decorra obrigação de pagamento perante o cessionário, de modo que a obrigação de pagamento dos direitos creditórios cedidos permaneça, a todo tempo, com o devedor ou contribuinte; (Incluído pela Lei Complementar nº 208, de 2024)

V - abranger apenas o direito autônomo ao recebimento do crédito, assim como recair somente sobre o produto de créditos já constituídos e reconhecidos pelo devedor ou contribuinte, inclusive mediante a formalização de parcelamento; (Incluído pela Lei Complementar nº 208, de 2024)

VI - ser autorizada, na forma de lei específica do ente, pelo chefe do Poder Executivo ou por autoridade administrativa a quem se faça a delegação dessa competência; (Incluído pela Lei Complementar nº 208, de 2024)

VII - realizar-se até 90 (noventa) dias antes da data de encerramento do mandato do chefe do Poder Executivo, ressalvado o caso em que o integral pagamento pela cessão dos direitos creditórios ocorra após essa data. (Incluído pela Lei Complementar nº 208, de 2024)

§ 2º A cessão de direitos creditórios preservará a base de cálculo das vinculações constitucionais no exercício financeiro em que o contribuinte efetuar o pagamento. (Incluído pela Lei Complementar nº 208, de 2024)

§ 3º A cessão de direitos creditórios não poderá abranger percentuais do crédito que, por força de regras constitucionais, pertençam a outros entes da Federação. (Incluído pela Lei Complementar nº 208, de 2024)

§ 4º As cessões de direitos creditórios realizadas nos termos deste artigo não se enquadram nas definições de que tratam os incisos III e IV do art. 29 e o art. 37 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), sendo consideradas operação de venda definitiva de patrimônio público. (Incluído pela Lei Complementar nº 208, de 2024)

§ 5º As cessões de direitos creditórios tributários são consideradas atividades da administração tributária, não se aplicando a vedação constante do inciso IV do art. 167 da Constituição Federal aos créditos originados de impostos, respeitados os §§ 2º e 3º deste artigo. (Incluído pela Lei Complementar nº 208, de 2024)

§ 6º A receita de capital decorrente da venda de ativos de que trata este artigo observará o disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), devendo-se destinar pelo menos 50% (cinquenta por cento) desse montante a despesas associadas a regime de previdência social, e o restante, a despesas com investimentos. (Incluído pela Lei Complementar nº 208, de 2024)

§ 7º A cessão de direitos creditórios de que trata este artigo poderá ser realizada por intermédio de sociedade de propósito específico, criada para esse fim pelo ente cedente, dispensada, nessa hipótese, a licitação. (Incluído pela Lei Complementar nº 208, de 2024)

§ 8º É vedado a instituição financeira controlada pelo ente federado cedente: (Incluído pela Lei Complementar nº 208, de 2024)

I - participar de operação de aquisição primária dos direitos creditórios desse ente; (Incluído pela Lei Complementar nº 208, de 2024)

II - adquirir ou negociar direitos creditórios desse ente em mercado secundário; (Incluído pela Lei Complementar nº 208, de 2024)

III - realizar operação lastreada ou garantida pelos direitos creditórios desse ente. (Incluído pela Lei Complementar nº 208, de 2024)

§ 9º O disposto no § 8º deste artigo não impede a instituição financeira pública de participar da estruturação financeira da operação, atuando como prestadora de serviços. (Incluído pela Lei Complementar nº 208, de 2024)

§ 10. A cessão de direitos creditórios originados de parcelamentos administrativos não inscritos em dívida ativa é limitada ao estoque de créditos existentes até a data de publicação da respectiva lei federal, estadual, distrital ou municipal que conceder a autorização legislativa para a operação. (Incluído pela Lei Complementar nº 208, de 2024)

TÍTULO V

DOS CRÉDITOS ADICIONAIS

Art. 40. São créditos adicionais as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim dêste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

I - o superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

II - os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que jurìdicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las. (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

§ 2º Entende-se por superavit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a êles vinculadas. (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins dêste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964) (Vide Lei nº 6.343, de 1976)

§ 4° Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

Art. 44. Os créditos extraordinários serão abertos por decreto do Poder Executivo, que dêles dará imediato conhecimento ao Poder Legislativo.

Art. 45. Os créditos adicionais terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos, salvo expressa disposição legal em contrário, quanto aos especiais e extraordinários.

Art. 46. O ato que abrir crédito adicional indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde fôr possível.

TÍTULO VI

DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

CAPÍTULO I

Da Programação da Despesa

Art. 47. Imediatamente após a promulgação da Lei de Orçamento e com base nos limites nela fixados, o Poder Executivo aprovará um quadro de cotas trimestrais da despesa que cada unidade orçamentária fica autorizada a utilizar.

Art. 48. A fixação das cotas a que se refere o artigo anterior atenderá aos seguintes objetivos:

a) assegurar às unidades orçamentárias, em tempo útil, a soma de recursos necessários e suficientes a melhor execução do seu programa anual de trabalho;

b) manter, durante o exercício, na medida do possível, o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada, de modo a reduzir ao mínimo eventuais insuficiências de tesouraria.

Art. 49. A programação da despesa orçamentária, para feito do disposto no artigo anterior, levará em conta os créditos adicionais e as operações extra-orçamentárias.

Art. 50. As cotas trimestrais poderão ser alteradas durante o exercício, observados o limite da dotação e o comportamento da execução orçamentária.

CAPÍTULO II

Da Receita

Art. 51. Nenhum tributo será exigido ou aumentado sem que a lei o estabeleça, nenhum será cobrado em cada exercício sem prévia autorização orçamentária, ressalvados a tarifa aduaneira e o impôsto lançado por motivo de guerra.

Art. 52. São objeto de lançamento os impostos diretos e quaisquer outras rendas com vencimento determinado em lei, regulamento ou contrato.

Art. 53. O lançamento da receita é ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta.

Art. 54. Não será admitida a compensação da obrigação de recolher rendas ou receitas com direito creditório contra a Fazenda Pública.

Art. 55. Os agentes da arrecadação devem fornecer recibos das importâncias que arrecadarem.

§ 1º Os recibos devem conter o nome da pessoa que paga a soma arrecadada, proveniência e classificação, bem como a data e assinatura do agente arrecadador. (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

§ 2º Os recibos serão fornecidos em uma única via.

Art. 56. O recolhimento de tôdas as receitas far-se-á em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria, vedada qualquer fragmentação para criação de caixas especiais.

Art. 57. Ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 3º *desta lei* serão classificadas como receita orçamentária, sob as rubricas próprias, tôdas as receitas arrecadadas, inclusive as provenientes de operações de crédito, ainda que não previstas no Orçamento. (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

CAPÍTULO III

Da Despesa

Art. 58. O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

~~Art. 59. O empenho da despesa não poderá exceder o limite dos créditos concedidos.~~

Art. 59 - O empenho da despesa não poderá exceder o limite dos créditos concedidos. (Redação dada pela Lei nº 6.397, de 1976)

§ 1º Ressalvado o disposto no Art. 67 da Constituição Federal, é vedado aos Municípios empenhar, no último mês do mandato do Prefeito, mais do que o duodécimo da despesa prevista no orçamento vigente. (Incluído pela Lei nº 6.397, de 1976)

§ 2º Fica, também, vedado aos Municípios, no mesmo período, assumir, por qualquer forma, compromissos financeiros para execução depois do término do mandato do Prefeito. (Incluído pela Lei nº 6.397, de 1976)

§ 3º As disposições dos parágrafos anteriores não se aplicam nos casos comprovados de calamidade pública. (Incluído pela Lei nº 6.397, de 1976)

§ 4º Reputam-se nulos e de nenhum efeito os empenhos e atos praticados em desacordo com o disposto nos parágrafos 1º e 2º deste artigo, sem prejuízo da responsabilidade do Prefeito nos termos do Art. 1º, inciso V, do Decreto-lei n.º 201, de 27 de fevereiro de 1967. (Incluído pela Lei nº 6.397, de 1976)

Art. 60. É vedada a realização de despesa sem prévio empenho.

§ 1º Em casos especiais previstos na legislação específica será dispensada a emissão da nota de empenho.

§ 2º Será feito por estimativa o empenho da despesa cujo montante não se possa determinar.

§ 3º É permitido o empenho global de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento.

Art. 61. Para cada empenho será extraído um documento denominado "nota de empenho" que indicará o nome do credor, a especificação e a importância da despesa bem como a dedução desta do saldo da dotação própria.

Art. 62. O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação.

Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

§ 1° Essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar;

III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

§ 2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acôrdo respectivo;

II - a nota de empenho;

III - os comprovantes da entrega do material ou da prestação efetiva do serviço.

Art. 64. A ordem de pagamento é o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga.

Parágrafo único. A ordem de pagamento só poderá ser exarada em documentos processados pelos serviços de contabilidade. (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

Art. 65. O pagamento da despesa será efetuado por tesouraria ou pagadoria regularmente instituídas por estabelecimentos bancários credenciados e, em casos excepcionais, por meio de adiantamento.

Art. 66. As dotações atribuídas às diversas unidades orçamentárias poderão quando expressamente determinado na Lei de Orçamento ser movimentadas por órgãos centrais de administração geral.

Parágrafo único. É permitida a redistribuição de parcelas das dotações de pessoal, de uma para outra unidade orçamentária, quando considerada indispensável à movimentação de pessoal dentro das tabelas ou quadros comuns às unidades interessadas, a que se realize em obediência à legislação específica.

Art. 67. Os pagamentos devidos pela Fazenda Pública, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão na ordem de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, sendo proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para êsse fim.

Art. 68. O regime de adiantamento é aplicável aos casos de despesas expressamente definidos em lei e consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria para o fim de realizar despesas, que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

Artigo 69. Não se fará adiantamento a servidor em alcance nem a responsável por dois adiantamentos.
(Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

Artigo 70. A aquisição de material, o fornecimento e a adjudicação de obras e serviços serão regulados em lei, respeitado o princípio da concorrência.

TÍTULO VII

DOS FUNDOS ESPECIAIS

Artigo 71. Constitui fundo especial o produto de receitas especificadas que, por lei, se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação.

Artigo 72. A aplicação das receitas orçamentárias vinculadas a fundos especiais far-se-á através de dotação consignada na Lei de Orçamento ou em créditos adicionais.

Artigo 73. Salvo determinação em contrário da lei que o instituiu, o saldo positivo do fundo especial apurado em balanço será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo.

Artigo 74. A lei que instituir fundo especial poderá determinar normas peculiares de contrôle, prestação e tomada de contas, sem, de qualquer modo, elidir a competência específica do Tribunal de Contas ou órgão equivalente.

TÍTULO VIII

DO CONTRÔLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Artigo 75. O contrôle da execução orçamentária compreenderá:

I - a legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações;

II - a fidelidade funcional dos agentes da administração, responsáveis por bens e valores públicos;

III - o cumprimento do programa de trabalho expresso em têrmos monetários e em têrmos de realização de obras e prestação de serviços.

CAPÍTULO II

Do Contrôle Interno

Artigo 76. O Poder Executivo exercerá os três tipos de contrôle a que se refere o artigo 75, sem prejuízo das atribuições do Tribunal de Contas ou órgão equivalente.

Artigo 77. A verificação da legalidade dos atos de execução orçamentária será prévia, concomitante e subseqüente.

Artigo 78. Além da prestação ou tomada de contas anual, quando instituída em lei, ou por fim de gestão, poderá haver, a qualquer tempo, levantamento, prestação ou tomada de contas de todos os responsáveis por bens ou valores públicos.

Artigo 79. Ao órgão incumbido da elaboração da proposta orçamentária ou a outro indicado na legislação, caberá o contrôle estabelecido no inciso III do artigo 75.

Parágrafo único. Êsse contrôle far-se-á, quando fôr o caso, em têrmos de unidades de medida, prèviamente estabelecidas para cada atividade.

Artigo 80. Compete aos serviços de contabilidade ou órgãos equivalentes verificar a exata observância dos limites das cotas trimestrais atribuídas a cada unidade orçamentária, dentro do sistema que fôr instituído para êsse fim.

CAPÍTULO III

DO CONTRÔLE EXTERNO

Artigo 81. O contrôle da execução orçamentária, pelo Poder Legislativo, terá por objetivo verificar a probidade da administração, a guarda e legal emprêgo dos dinheiros públicos e o cumprimento da Lei de Orçamento.

Artigo 82. O Poder Executivo, anualmente, prestará contas ao Poder Legislativo, no prazo estabelecido nas Constituições ou nas Leis orgânicas dos Municípios.

§ 1º As contas do Poder Executivo serão submetidas ao Poder Legislativo, com Parecer prévio do Tribunal de Contas ou órgão equivalente.

§ 2º Quando, no Município, não houver Tribunal de Contas ou órgão equivalente, a Câmara de Vereadores poderá designar peritos contadores para verificarem as contas do prefeito e sôbre elas emitirem parecer.

TÍTULO IX

DA CONTABILIDADE

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 83. A contabilidade evidenciará perante a Fazenda Pública a situação de todos quantos, de qualquer modo, arrecadem receitas, efetuem despesas, administrem ou guardem bens a ela pertencentes ou confiados.

Art. 84. Ressalvada a competência do Tribunal de Contas ou órgão equivalente, a tomada de contas dos agentes responsáveis por bens ou dinheiros públicos será realizada ou superintendida pelos serviços de contabilidade.

Art. 85. Os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitirem o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros.

Art. 86. A escrituração sintética das operações financeiras e patrimoniais efetuar-se-á pelo método das partidas dobradas.

Art. 87. Haverá contrôle contábil dos direitos e obrigações oriundos de ajustes ou contratos em que a administração pública fôr parte.

Art. 88. Os débitos e créditos serão escriturados com individuação do devedor ou do credor e especificação da natureza, importância e data do vencimento, quando fixada.

Art. 89. A contabilidade evidenciará os fatos ligados à administração orçamentária, financeira patrimonial e industrial.

CAPÍTULO II

Da Contabilidade Orçamentária e Financeira

Art. 90 A contabilidade deverá evidenciar, em seus registros, o montante dos créditos orçamentários vigentes, a despesa empenhada e a despesa realizada, à conta dos mesmos créditos, e as dotações disponíveis.

Art. 91. O registro contábil da receita e da despesa far-se-á de acôrdo com as especificações constantes da Lei de Orçamento e dos créditos adicionais.

Art. 92. A dívida flutuante compreende:

I - os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida;

II - os serviços da dívida a pagar;

III - os depósitos;

IV - os débitos de tesouraria.

Parágrafo único. O registro dos restos a pagar far-se-á por exercício e por credor distinguindo-se as despesas processadas das não processadas.

Art. 93. Tôdas as operações de que resultem débitos e créditos de natureza financeira, não compreendidas na execução orçamentária, serão também objeto de registro, individuação e contrôle contábil.

CAPÍTULO III

Da Contabilidade Patrimonial e Industrial

Art. 94. Haverá registros analíticos de todos os bens de caráter permanente, com indicação dos elementos necessários para a perfeita caracterização de cada um dêles e dos agentes responsáveis pela sua guarda e administração.

Art. 95 A contabilidade manterá registros sintéticos dos bens móveis e imóveis.

Art. 96. O levantamento geral dos bens móveis e imóveis terá por base o inventário analítico de cada unidade administrativa e os elementos da escrituração sintética na contabilidade.

Art. 97. Para fins orçamentários e determinação dos devedores, far-se-á o registro contábil das receitas patrimoniais, fiscalizando-se sua efetivação.

Art. 98. A dívida fundada compreende os compromissos de exigibilidade superior a doze meses, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário ou a financeiro de obras e serviços públicos. (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

Parágrafo único. A dívida fundada será escriturada com individuação e especificações que permitam verificar, a qualquer momento, a posição dos empréstimos, bem como os respectivos serviços de amortização e juros.

Artigo 99. Os serviços públicos industriais, ainda que não organizados como emprêsa pública ou autárquica, manterão contabilidade especial para determinação dos custos, ingressos e resultados, sem prejuízo da escrituração patrimonial e financeira comum.

Artigo 100 As alterações da situação líquida patrimonial, que abrangem os resultados da execução orçamentária, bem como as variações independentes dessa execução e as superveniências e insubsistências ativas e passivas, constituirão elementos da conta patrimonial.

CAPÍTULO IV

Dos Balanços

Artigo 101. Os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais, segundo os Anexos números 12, 13, 14 e 15 e os quadros demonstrativos constantes dos Anexos números 1, 6 - 7 - 8 - 9 - 10 - 11 - 16 e 17.

Artigo 102. O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

Artigo 103. O Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

Parágrafo único. Os Restos a Pagar do exercício serão computados na receita extra-orçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.

Artigo 104. A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

Artigo 105. O Balanço Patrimonial demonstrará:

I - O Ativo Financeiro;

II - O Ativo Permanente;

III - O Passivo Financeiro;

IV - O Passivo Permanente;

V - O Saldo Patrimonial;

VI - As Contas de Compensação.

§ 1º O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

§ 2º O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

§ 3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outras pagamento independa de autorização orçamentária.

§ 4º O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

§ 5º Nas contas de compensação serão registrados os bens, valôres, obrigações e situações não compreendidas nos parágrafos anteriores e que, mediata ou indiretamente, possam vir a afetar o patrimônio.

Artigo 106. A avaliação dos elementos patrimoniais obedecerá as normas seguintes:

I) os débitos e créditos, bem como os títulos de renda, pelo seu valor nominal, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do balanço;

II) os bens móveis e imóveis, pelo valor de aquisição ou pelo custo de produção ou de construção;

III) os bens de almoxarifado, pelo preço médio ponderado das compras.

§ 1° Os valores em espécie, assim como os débitos e créditos, quando em moeda estrangeira, deverão figurar ao lado das correspondentes importâncias em moeda nacional.

§ 2º As variações resultantes da conversão dos débitos, créditos e valores em espécie serão levadas à conta patrimonial.

§ 3º Poderão ser feitas reavaliações dos bens móveis e imóveis.

TÍTULO X

Das Autarquias e Outras Entidades

Artigo 107. As entidades autárquicas ou paraestatais, inclusive de previdência social ou investidas de delegação para arrecadação de contribuições parafiscais da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal terão seus orçamentos aprovados por decreto do Poder Executivo, salvo se disposição legal expressa determinar que o sejam pelo Poder Legislativo. (Vide Decreto nº 60.745, de 1967)

Parágrafo único. Compreendem-se nesta disposição as emprêsas com autonomia financeira e administrativa cujo capital pertencer, integralmente, ao Poder Público.

Artigo 108. Os orçamentos das entidades referidas no artigo anterior vincular-se-ão ao orçamento da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, pela inclusão:

I) como receita, salvo disposição legal em contrário, do saldo positivo previsto entre os totais das receitas e despesas;

II) como subvenção econômica, na receita do orçamento da beneficiária, salvo disposição legal em contrário, do saldo negativo previsto entre os totais das receitas e despesas.

§ 1º Os investimentos ou inversões financeiras da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, realizados por intermédio das entidades aludidas no artigo anterior, serão classificados como receita de capital destas e despesa de transferência de capital daqueles.

§ 2º As previsões para depreciação serão computadas para efeito de apuração do saldo líquido das mencionadas entidades.

Artigo 109. Os orçamentos e balanços das entidades compreendidas no artigo 107 serão publicados como complemento dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal a que estejam vinculados.

Artigo 110. Os orçamentos e balanços das entidades já referidas obedecerão aos padrões e normas instituídas por esta lei, ajustados às respectivas peculiaridades.

Parágrafo único. Dentro do prazo que a legislação fixar, os balanços serão remetidos ao órgão central de contabilidade da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, para fins de incorporação dos resultados, salvo disposição legal em contrário.

TÍTULO XI

Disposições Finais

Artigo 111. O Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda, além de outras apurações, para fins estatísticos, de interêsse nacional, organizará e publicará o balanço consolidado das contas da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, suas autarquias e outras entidades, bem como um quadro estruturalmente idêntico, baseado em dados orçamentários.

§ 1º Os quadros referidos neste artigo terão a estrutura do Anexo número 1.

§ 2º O quadro baseado nos orçamentos será publicado até o último dia do primeiro semestre do próprio exercício e o baseado nos balanços até o último dia do segundo semestre do exercício imediato àquele a que se referirem.

Artigo 112. Para cumprimento do disposto no artigo precedente, a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal remeterão ao mencionado órgão, até 30 de abril, os orçamentos do exercício, e até 30 de junho, os balanços do exercício anterior.

Parágrafo único. O pagamento, pela União, de auxílio ou contribuição a Estados, Municípios ou Distrito Federal, cuja concessão não decorra de imperativo constitucional, dependerá de prova do atendimento ao que se determina neste artigo.

Artigo 113. Para fiel e uniforme aplicação das presentes normas, o Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda atenderá a consultas, coligirá elementos, promoverá o intercâmbio de dados informativos, expedirá recomendações técnicas, quando solicitadas, e atualizará sempre que julgar conveniente, os anexos que integram a presente lei.

Parágrafo único. Para os fins previstos neste artigo, poderão ser promovidas, quando necessário, conferências ou reuniões técnicas, com a participação de representantes das entidades abrangidas por estas normas.

~~Art. 114. Os efeitos desta lei são contados a partir de 1 de janeiro de 1964.~~

Art. 114. Os efeitos desta lei são contados a partir de 1º de janeiro de 1964 para o fim da elaboração dos orçamentos e a partir de 1º de janeiro de 1965, quanto às demais atividades estatuídas. (Redação dada pela Lei nº 4.489, de 1964)

Art. 115. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de março de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

JOÃO GOULART
Abelardo Jurema
Sylvio Borges de Souza Motta
Jair Ribeiro
João Augusto de Araújo Castro
Waldyr Ramos Borges
Expedito Machado
Oswaldo Costa Lima Filho
Júlio Furquim Sambaquy
Amaury Silva
Anysio Botelho
Wilson Fadul
Antonio Oliveira Brito
Egydio Michaelsen

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 23.3.1964, retificado em 9.4.1964 e retificado em 3.6.1964.

Download para anexos

LEI N. 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Partes vetadas pelo Presidente da República e mantidas pelo Congresso Nacional, do Projeto que se transformou na Lei nº.4.320,de 17 de março de 1964 (que estatui normas gerais

de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal).

VETO

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu promulgo na forma do Parágrafo 3º do Artigo 70 da Constituição Federal os seguintes dispositivos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

"Art. 3º .....

Parágrafo único Não se consideram para os fins deste artigo as operações de crédito por antecipação da receita, as emissões de papel-moeda e outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros".

.....

"Art. 6º .....

.....

2º - Para cumprimento do disposto no parágrafo anterior, o cálculo das cotas terá por base os dados apurados no balanço do exercício anterior aquele em que se elaborar a proposta orçamentária do Governo obrigado à transferência".

.....

"Art. 7º .....

I .....

.....obedecidas as disposições do artigo 43". .....

"Art. 9º Tributo é a receita derivada instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da Constituição e das leis vigentes em matérias financeira destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essa entidades."

.....

"Art. 14 .....

.....

subordinados ao mesmo órgão ou repartição.....".

.....

"Art. 15 .....

.....no

mínimo....."

"Art. 15 .....

1º Entende-se por elementos o desdobramento da despesa com pessoal, material, serviços, obras e outros meios de que se refere a administração pública para consecução dos seus fins".

.....

"Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

§1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, deste que não comprometidos;

I – o superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II – os provenientes de excesso de arrecadação;

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite o Poder Executivo realizá-las.

§2º Entende-se por superavit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro conjugando-se ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

§3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se ainda, a tendência do exercício.

§4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício".

.....

"Art. 55 .....

1º - Os recibos devem conter o nome da pessoa que paga a soma arrecadada, proveniência, e classificação, bem como a data e assinatura do agente arrecadador".

.....

"Art. 57 Ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 3º desta lei.....

.....

"Art. 58 .....

.....ou não

.....".

"Art. 64 .....

Parágrafo único. A ordem de pagamento só poderá ser exarada em documentos processados pelos serviços de contabilidade".

.....

"Art. 69.....

.....nem o responsável por dois adiantamentos".

.....

"Art. 98. A dívida fundada será escriturada com individuação e especificações que permitem verificar, a qualquer momento, a posição dos empréstimos, bem como os respectivos serviços de amortização e juros".

.....

Brasília, 4 de maio de 1964; 1432 da Independência e 76º da República.

H. Castello Branco.

*

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000

Mensagem de veto

(Vide ADI 2238)

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição.

§ 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

§ 2º As disposições desta Lei Complementar obrigam a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

§ 3º Nas referências:

I - à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, estão compreendidos:

a) o Poder Executivo, o Poder Legislativo, neste abrangidos os Tribunais de Contas, o Poder Judiciário e o Ministério Público;

b) as respectivas administrações diretas, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes;

II - a Estados entende-se considerado o Distrito Federal;

III - a Tribunais de Contas estão incluídos: Tribunal de Contas da União, Tribunal de Contas do Estado e, quando houver, Tribunal de Contas dos Municípios e Tribunal de Contas do Município.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como:

I - ente da Federação: a União, cada Estado, o Distrito Federal e cada Município;

II - empresa controlada: sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação;

III - empresa estatal dependente: empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária; (Regulamento)

IV - receita corrente líquida: somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:

~~a) na União, os valores transferidos aos Estados e Municípios por determinação constitucional ou legal, e as contribuições mencionadas na alínea a do inciso I e no inciso II do art. 195, e no art. 239 da Constituição;~~

a) na União, os valores transferidos aos Estados, Distrito Federal e Municípios por determinação constitucional ou legal, inclusive os valores entregues aos Estados e ao Distrito Federal por meio do Fundo instituído pelo art. 159-A da Constituição, e as contribuições mencionadas na alínea "a" do inciso I e no inciso II do art. 195, e no art. 239 da Constituição; (Redação dada pela Lei Complementar nº 214, de 2025) Produção de efeitos

b) nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional;

c) na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 201 da Constituição.

§ 1º Serão computados no cálculo da receita corrente líquida os valores pagos e recebidos em decorrência da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e do fundo previsto pelo art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 2º Não serão considerados na receita corrente líquida do Distrito Federal e dos Estados do Amapá e de Roraima os recursos recebidos da União para atendimento das despesas de que trata o inciso V do § 1º do art. 19.

§ 3º A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

CAPÍTULO II

DO PLANEJAMENTO

Seção I

Do Plano Plurianual

Art. 3º (VETADO)

Seção II

Da Lei de Diretrizes Orçamentárias

Art. 4º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e:

I - disporá também sobre:

a) equilíbrio entre receitas e despesas;

b) critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea *b* do inciso II deste artigo, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31;

c) (VETADO)

d) (VETADO)

e) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;

f) demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;

II - (VETADO)

III - (VETADO)

§ 1º Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.(Vide ADI 7064)

§ 2º O Anexo conterá, ainda:

I - avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior;

II - demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;

III - evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;

IV - avaliação da situação financeira e atuarial:

a) dos regimes geral de previdência social e próprio dos servidores públicos e do Fundo de Amparo ao Trabalhador;

b) dos demais fundos públicos e programas estatais de natureza atuarial;

V - demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

VI – quadro demonstrativo do cálculo da meta do resultado primário de que trata o § 1º deste artigo, que evidencie os principais agregados de receitas e despesas, os resultados, comparando-os com os valores programados para o exercício em curso e os realizados nos 2 (dois) exercícios anteriores, e as estimativas para o exercício a que se refere a lei de diretrizes orçamentárias e para os subsequentes. (Incluído pela Lei Complementar nº 200, de 2023) Vigência

§ 3º A lei de diretrizes orçamentárias conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

§ 4º A mensagem que encaminhar o projeto da União apresentará, em anexo específico, os objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial, bem como os parâmetros e as projeções para seus principais agregados e variáveis, e ainda as metas de inflação, para o exercício subseqüente.

§ 5º No caso da União, o Anexo de Metas Fiscais do projeto de lei de diretrizes orçamentárias conterá também: (Incluído pela Lei Complementar nº 200, de 2023) Vigência

I - as metas anuais para o exercício a que se referir e para os 3 (três) seguintes, com o objetivo de garantir sustentabilidade à trajetória da dívida pública; (Incluído pela Lei Complementar nº 200, de 2023) Vigência

II – o marco fiscal de médio prazo, com projeções para os principais agregados fiscais que compõem os cenários de referência, distinguindo-se as despesas primárias das financeiras e as obrigatórias daquelas discricionárias; (Incluído pela Lei Complementar nº 200, de 2023) Vigência

III - o efeito esperado e a compatibilidade, no período de 10 (dez) anos, do cumprimento das metas de resultado primário sobre a trajetória de convergência da dívida pública, evidenciando o nível de resultados fiscais consistentes com a estabilização da Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB); (Incluído pela Lei Complementar nº 200, de 2023) Vigência

IV - os intervalos de tolerância para verificação do cumprimento das metas anuais de resultado primário, convertido em valores correntes, de menos 0,25 p.p. (vinte e cinco centésimos ponto percentual) e de mais 0,25 p.p. (vinte e cinco centésimos ponto percentual) do PIB previsto no respectivo projeto de lei de diretrizes orçamentárias; (Incluído pela Lei Complementar nº 200, de 2023) Vigência

V - os limites e os parâmetros orçamentários dos Poderes e órgãos autônomos compatíveis com as disposições estabelecidas na lei complementar prevista no inciso VIII do **caput** do art. 163 da Constituição Federal e no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022; (Incluído pela Lei Complementar nº 200, de 2023) Vigência

VI – a estimativa do impacto fiscal, quando couber, das recomendações resultantes da avaliação das políticas públicas previstas no § 16 do art. 37 da Constituição Federal. (Incluído pela Lei Complementar nº 200, de 2023) Vigência

§ 6º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão adotar, total ou parcialmente, no que couber, o disposto no § 5º deste artigo. (Incluído pela Lei Complementar nº 200, de 2023) Vigência

§ 7º A lei de diretrizes orçamentárias não poderá dispor sobre a exclusão de quaisquer despesas primárias da apuração da meta de resultado primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social. (Incluído pela Lei Complementar nº 200, de 2023) Vigência

Seção III

Da Lei Orçamentária Anual

Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

I - conterá, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o § 1º do art. 4º;

II - será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

III - conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada ao:

a) (VETADO)

b) atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

IV - conterá a estimativa global de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira e creditícia e para pessoas físicas e jurídicas; e (Incluído pela Lei Complementar nº 224, de 2025) Produção de efeitos

V - conterá, em anexo, a estimativa das despesas financeiras e das despesas primárias obrigatórias e discricionárias, no exercício de sua elaboração e para os 2 (dois) exercícios subsequentes. (Incluído pela Lei Complementar nº 224, de 2025) Produção de efeitos

§ 1º Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.

§ 2º O refinanciamento da dívida pública constará separadamente na lei orçamentária e nas de crédito adicional.

§ 3º A atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada não poderá superar a variação do índice de preços previsto na lei de diretrizes orçamentárias, ou em legislação específica.

§ 4º É vedado consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

§ 5º A lei orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão, conforme disposto no § 1º do art. 167 da Constituição.

§ 6º Integrarão as despesas da União, e serão incluídas na lei orçamentária, as do Banco Central do Brasil relativas a pessoal e encargos sociais, custeio administrativo, inclusive os destinados a benefícios e assistência aos servidores, e a investimentos.

§ 7º (VETADO)

§ 8º As estimativas de que trata o inciso IV do *caput* deste artigo serão organizadas em anexos específicos com estimativa das renúncias no exercício de referência e nos 2 (dois) exercícios subsequentes. (Incluído pela Lei Complementar nº 224, de 2025) Produção de efeitos

Art. 6º (VETADO)

Art. 7º O resultado do Banco Central do Brasil, apurado após a constituição ou reversão de reservas, constitui receita do Tesouro Nacional, e será transferido até o décimo dia útil subseqüente à aprovação dos balanços semestrais.

§ 1º O resultado negativo constituirá obrigação do Tesouro para com o Banco Central do Brasil e será consignado em dotação específica no orçamento.

§ 2º O impacto e o custo fiscal das operações realizadas pelo Banco Central do Brasil serão demonstrados trimestralmente, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias da União.

§ 3º Os balanços trimestrais do Banco Central do Brasil conterão notas explicativas sobre os custos da remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional e da manutenção das reservas cambiais e a rentabilidade de sua carteira de títulos, destacando os de emissão da União.

Seção IV

Da Execução Orçamentária e do Cumprimento das Metas

Art. 8º Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea *c* do inciso I do art. 4º, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso. (Vide Decreto nº 4.959, de 2004) (Vide Decreto nº 5.356, de 2005)

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

~~§ 2º Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.~~

§ 2º Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, as relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias. (Redação dada pela Lei Complementar nº 177, de 2021)

§ 3º No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no *caput*, é o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias. (Vide ADI 2238)

~~§ 4º Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.~~

§ 4º Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Ministro ou Secretário de Estado da Fazenda demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre e a trajetória da dívida, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição Federal ou conjunta com as comissões temáticas do Congresso Nacional ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais. (Redação dada pela Lei Complementar nº 200, de 2023) Vigência

§ 5º No prazo de noventa dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.

Art. 10. A execução orçamentária e financeira identificará os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais, por meio de sistema de contabilidade e administração financeira, para fins de observância da ordem cronológica determinada no art. 100 da Constituição.

CAPÍTULO III

DA RECEITA PÚBLICA

Seção I

Da Previsão e da Arrecadação

Art. 11. Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.

Parágrafo único. É vedada a realização de transferências voluntárias para o ente que não observe o disposto no *caput,* no que se refere aos impostos.

Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

§ 2º O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária. (Vide ADI 2238)

§ 3º O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subseqüente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 13. No prazo previsto no art. 8º, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

Seção II

Da Renúncia de Receita

~~Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições: (Vide Medida Provisória nº 2.159, de 2001) (Vide Lei nº 10.276, de 2001) (Vide ADI 6357)~~

Art. 14. A concessão, ampliação ou prorrogação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos 2 (dois) exercícios subsequentes e atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos 1 (uma) das seguintes condições: (Redação dada pela Lei Complementar nº 224, de 2025) Produção de efeitos (Vide Lei nº 10.276, de 2001) (Vide ADI 6357)

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no *caput*, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o *caput* deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I - às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;

II - ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

Art. 14-A. A proposição legislativa que trate de concessão, ampliação ou prorrogação de qualquer incentivo ou benefício de natureza tributária que implique renúncia de receita e cujo beneficiário seja pessoa jurídica deverá estar acompanhada de: (Incluído pela Lei Complementar nº 224, de 2025) Produção de efeitos

I - estimativa de quantitativo de beneficiários; (Incluído pela Lei Complementar nº 224, de 2025) Produção de efeitos

II - prazo de vigência, que não poderá ser superior a 5 (cinco) anos; (Incluído pela Lei Complementar nº 224, de 2025) Produção de efeitos

III - metas de desempenho, que deverão ser objetivas e quantificáveis, em dimensões econômicas, sociais e ambientais; (Incluído pela Lei Complementar nº 224, de 2025) Produção de efeitos

IV - impacto previsto na redução das desigualdades regionais, se for o caso; e (Incluído pela Lei Complementar nº 224, de 2025) Produção de efeitos

V - mecanismos de transparência e de monitoramento e avaliação de resultados em relação às metas de que trata o inciso III deste *caput*. (Incluído pela Lei Complementar nº 224, de 2025) Produção de efeitos

§ 1º O prazo de que trata o inciso II do *caput* poderá ser superior a 5 (cinco) anos na hipótese de benefícios tributários associados a investimentos de longo prazo, nos termos estabelecidos em regulamento e desde que a proposição legislativa esteja acompanhada de estimativa dos investimentos durante o período em que vigorar o benefício, sem prejuízo de outras metas previstas na forma do inciso III do *caput* deste artigo. (Incluído pela Lei Complementar nº 224, de 2025) Produção de efeitos

§ 2º É vedada a prorrogação de benefícios tributários cujas metas de resultados definidas na forma do inciso III do *caput* deste artigo não tenham sido atingidas ou cuja avaliação de resultados não tenha sido realizada. (Incluído pela Lei Complementar nº 224, de 2025) Produção de efeitos

§ 3º Na hipótese de que trata o § 1º deste artigo, a vigência do benefício tributário fica condicionada à realização periódica de avaliação e ao atingimento de metas de resultados definidas na forma do inciso III do *caput* deste artigo, a cada 5 (cinco) anos. (Incluído pela Lei Complementar nº 224, de 2025) Produção de efeitos

§ 4º A avaliação de resultados em relação às metas de que trata o inciso III do *caput* deste artigo será realizada por órgão do Poder Executivo multidisciplinar e especializado no monitoramento e avaliação de políticas públicas, nos termos de regulamento. (Incluído pela Lei Complementar nº 224, de 2025) Produção de efeitos

§ 5º O disposto neste artigo: (Incluído pela Lei Complementar nº 224, de 2025) Produção de efeitos

I - aplica-se também a proposição legislativa que conceda diferimento de tributos, ressalvado o diferimento que implique postergação do pagamento do tributo: (Incluído pela Lei Complementar nº 224, de 2025) Produção de efeitos

a) por prazo igual ou inferior a 60 (sessenta) meses, para pagamento de forma parcelada, contado daquele em que seria devido o tributo; ou (Incluída pela Lei Complementar nº 224, de 2025) Produção de efeitos

b) que, mesmo que concedido por prazo superior ao previsto na alínea “a” deste inciso, abranja a totalidade dos contribuintes de determinada região e seja destinado ao combate aos efeitos de situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos na forma da legislação; e (Incluída pela Lei Complementar nº 224, de 2025) Produção de efeitos

II - não se aplica às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do caput do art. 153 da Constituição Federal, na forma do § 1º do referido artigo. (Incluído pela Lei Complementar nº 224, de 2025) Produção de efeitos

CAPÍTULO IV

DA DESPESA PÚBLICA

Seção I

Da Geração da Despesa

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de: (Vide ADI 6357)

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do *caput* será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.

§ 3º Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4º As normas do *caput* constituem condição prévia para:

I - empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;

II - desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição.

Subseção I

Da Despesa Obrigatória de Caráter Continuado

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios. (Vide ADI 6357)

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio. (Vide Lei Complementar nº 176, de 2020)

§ 2º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa. (Vide Lei Complementar nº 176, de 2020)

§ 3º Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição. (Vide Lei Complementar nº 176, de 2020)

§ 4º A comprovação referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterá as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias. (Vide Lei Complementar nº 176, de 2020)

§ 5º A despesa de que trata este artigo não será executada antes da implementação das medidas referidas no § 2º, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar. (Vide Lei Complementar nº 176, de 2020)

§ 6º O disposto no § 1º não se aplica às despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição.

§ 7º Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.

Seção II

Das Despesas com Pessoal

Subseção I

Definições e Limites

Art. 18. Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

§ 1º Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".

~~§ 2º A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.~~

§ 2º A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos 11 (onze) imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência, independentemente de empenho. (Redação dada pela Lei Complementar nº 178, de 2021)

§ 3º Para a apuração da despesa total com pessoal, será observada a remuneração bruta do servidor, sem qualquer dedução ou retenção, ressalvada a redução para atendimento ao disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal. (Incluído pela Lei Complementar nº 178, de 2021)

Art. 19. Para os fins do disposto no *caput* do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

I - União: 50% (cinqüenta por cento);

II - Estados: 60% (sessenta por cento);

III - Municípios: 60% (sessenta por cento).

§ 1º Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, não serão computadas as despesas:

I - de indenização por demissão de servidores ou empregados;

II - relativas a incentivos à demissão voluntária;

III - derivadas da aplicação do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição;

IV - decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração a que se refere o § 2º do art. 18;

V - com pessoal, do Distrito Federal e dos Estados do Amapá e Roraima, custeadas com recursos transferidos pela União na forma dos incisos XIII e XIV do art. 21 da Constituição e do art. 31 da Emenda Constitucional nº 19;

~~VI - com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas por recursos provenientes:~~

VI - com inativos e pensionistas, ainda que pagas por intermédio de unidade gestora única ou fundo previsto no art. 249 da Constituição Federal, quanto à parcela custeada por recursos provenientes: (Redação dada pela Lei Complementar nº 178, de 2021)

a) da arrecadação de contribuições dos segurados;

b) da compensação financeira de que trata o § 9º do art. 201 da Constituição;

~~c) das demais receitas diretamente arrecadadas por fundo vinculado a tal finalidade, inclusive o produto da alienação de bens, direitos e ativos, bem como seu superávit financeiro.~~

c) de transferências destinadas a promover o equilíbrio atuarial do regime de previdência, na forma definida pelo órgão do Poder Executivo federal responsável pela orientação, pela supervisão e pelo acompanhamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos. (Redação dada pela Lei Complementar nº 178, de 2021)

§ 2º Observado o disposto no inciso IV do § 1º, as despesas com pessoal decorrentes de sentenças judiciais serão incluídas no limite do respectivo Poder ou órgão referido no art. 20.

§ 3º Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, é vedada a dedução da parcela custeada com recursos aportados para a cobertura do déficit financeiro dos regimes de previdência. (Incluído pela Lei Complementar nº 178, de 2021)

Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

I - na esfera federal:

a) 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas da União;

b) 6% (seis por cento) para o Judiciário;

c) 40,9% (quarenta inteiros e nove décimos por cento) para o Executivo, destacando-se 3% (três por cento) para as despesas com pessoal decorrentes do que dispõem os incisos XIII e XIV do art. 21 da Constituição e o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, repartidos de forma proporcional à média das despesas relativas a cada um destes dispositivos, em percentual da receita corrente líquida, verificadas nos três exercícios financeiros imediatamente anteriores ao da publicação desta Lei Complementar; (Vide Decreto nº 3.917, de 2001)

d) 0,6% (seis décimos por cento) para o Ministério Público da União;

II - na esfera estadual:

a) 3% (três por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado; (Vide ADI 6533)

b) 6% (seis por cento) para o Judiciário; (Vide ADI 6533)

c) 49% (quarenta e nove por cento) para o Executivo; (Vide ADI 6533)

d) 2% (dois por cento) para o Ministério Público dos Estados; (Vide ADI 6533)

III - na esfera municipal:

a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

b) 54% (cinqüenta e quatro por cento) para o Executivo.

§ 1º Nos Poderes Legislativo e Judiciário de cada esfera, os limites serão repartidos entre seus órgãos de forma proporcional à média das despesas com pessoal, em percentual da receita corrente líquida, verificadas nos três exercícios financeiros imediatamente anteriores ao da publicação desta Lei Complementar. (Vide ADI 6533)

§ 2º Para efeito deste artigo entende-se como órgão:

I - o Ministério Público;

II - no Poder Legislativo:

a) Federal, as respectivas Casas e o Tribunal de Contas da União;

b) Estadual, a Assembléia Legislativa e os Tribunais de Contas;

c) do Distrito Federal, a Câmara Legislativa e o Tribunal de Contas do Distrito Federal;

d) Municipal, a Câmara de Vereadores e o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

III - no Poder Judiciário:

a) Federal, os tribunais referidos no art. 92 da Constituição;

b) Estadual, o Tribunal de Justiça e outros, quando houver.

§ 3º Os limites para as despesas com pessoal do Poder Judiciário, a cargo da União por força do inciso XIII do art. 21 da Constituição, serão estabelecidos mediante aplicação da regra do § 1º.

§ 4º Nos Estados em que houver Tribunal de Contas dos Municípios, os percentuais definidos nas alíneas *a* e *c* do inciso II do *caput* serão, respectivamente, acrescidos e reduzidos em 0,4% (quatro décimos por cento).

§ 5º Para os fins previstos no art. 168 da Constituição, a entrega dos recursos financeiros correspondentes à despesa total com pessoal por Poder e órgão será a resultante da aplicação dos percentuais definidos neste artigo, ou aqueles fixados na lei de diretrizes orçamentárias.

§ 6º (VETADO)

§ 7º Os Poderes e órgãos referidos neste artigo deverão apurar, de forma segregada para aplicação dos limites de que trata este artigo, a integralidade das despesas com pessoal dos respectivos servidores inativos e pensionistas, mesmo que o custeio dessas despesas esteja a cargo de outro Poder ou órgão. (Incluído pela Lei Complementar nº 178, de 2021)

Subseção II

Do Controle da Despesa Total com Pessoal

~~Art. 21. É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda:~~

~~I - as exigências dos arts. 16 e 17 desta Lei Complementar, e o disposto no inciso XIII do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição;~~

~~II - o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.~~

~~Parágrafo único. Também é nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão referido no art. 20.~~

Art. 21. É nulo de pleno direito: (Redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

I - o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda:

a) às exigências dos arts. 16 e 17 desta Lei Complementar e o disposto no inciso XIII do caput do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição Federal; e (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

b) ao limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo; (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

II - o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular de Poder ou órgão referido no art. 20; (Redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

III - o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal que preveja parcelas a serem implementadas em períodos posteriores ao final do mandato do titular de Poder ou órgão referido no art. 20; (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

IV - a aprovação, a edição ou a sanção, por Chefe do Poder Executivo, por Presidente e demais membros da Mesa ou órgão decisório equivalente do Poder Legislativo, por Presidente de Tribunal do Poder Judiciário e pelo Chefe do Ministério Público, da União e dos Estados, de norma legal contendo plano de alteração, reajuste e reestruturação de carreiras do setor público, ou a edição de ato, por esses agentes, para nomeação de aprovados em concurso público, quando: (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

a) resultar em aumento da despesa com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder Executivo; ou (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

b) resultar em aumento da despesa com pessoal que preveja parcelas a serem implementadas em períodos posteriores ao final do mandato do titular do Poder Executivo. (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

§ 1º As restrições de que tratam os incisos II, III e IV: (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

I - devem ser aplicadas inclusive durante o período de recondução ou reeleição para o cargo de titular do Poder ou órgão autônomo; e (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

II - aplicam-se somente aos titulares ocupantes de cargo eletivo dos Poderes referidos no art. 20. (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

§ 2º Para fins do disposto neste artigo, serão considerados atos de nomeação ou de provimento de cargo público aqueles referidos no § 1º do art. 169 da Constituição Federal ou aqueles que, de qualquer modo, acarretem a criação ou o aumento de despesa obrigatória. (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

Art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre.

Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 23. Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão referido no art. 20, ultrapassar os limites definidos no mesmo artigo, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição.

§ 1º No caso do inciso I do § 3º do art. 169 da Constituição, o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções quanto pela redução dos valores a eles atribuídos. (Vide ADI 2238)

§ 2º É facultada a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária. (Vide ADI 2238)

~~§ 3º Não alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá:~~

§ 3º Não alcançada a redução no prazo estabelecido e enquanto perdurar o excesso, o Poder ou órgão referido no art. 20 não poderá: (Redação dada pela Lei Complementar nº 178, de 2021)

I - receber transferências voluntárias;

II - obter garantia, direta ou indireta, de outro ente;

~~III - contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.~~

III - contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao pagamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal. (Redação dada pela Lei Complementar nº 178, de 2021)

§ 4º As restrições do § 3º aplicam-se imediatamente se a despesa total com pessoal exceder o limite no primeiro quadrimestre do último ano do mandato dos titulares de Poder ou órgão referidos no art. 20.

§ 5º As restrições previstas no § 3º deste artigo não se aplicam ao Município em caso de queda de receita real superior a 10% (dez por cento), em comparação ao correspondente quadrimestre do exercício financeiro anterior, devido a: (Incluído pela Lei Complementar nº 164, de 2018) Produção de efeitos

I – diminuição das transferências recebidas do Fundo de Participação dos Municípios decorrente de concessão de isenções tributárias pela União; e (Incluído pela Lei Complementar nº 164, de 2018) Produção de efeitos

II – diminuição das receitas recebidas de **royalties** e participações especiais. (Incluído pela Lei Complementar nº 164, de 2018) Produção de efeitos

§ 6º O disposto no § 5º deste artigo só se aplica caso a despesa total com pessoal do quadrimestre vigente não ultrapasse o limite percentual previsto no art. 19 desta Lei Complementar, considerada, para este cálculo, a receita corrente líquida do quadrimestre correspondente do ano anterior atualizada monetariamente. (Incluído pela Lei Complementar nº 164, de 2018) Produção de efeitos

Seção III

Das Despesas com a Seguridade Social

Art. 24. Nenhum benefício ou serviço relativo à seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a indicação da fonte de custeio total, nos termos do § 5º do art. 195 da Constituição, atendidas ainda as exigências do art. 17. (Vide ADI 6357)

§ 1º É dispensada da compensação referida no art. 17 o aumento de despesa decorrente de:

I - concessão de benefício a quem satisfaça as condições de habilitação prevista na legislação pertinente;

II - expansão quantitativa do atendimento e dos serviços prestados;

III - reajustamento de valor do benefício ou serviço, a fim de preservar o seu valor real.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se a benefício ou serviço de saúde, previdência e assistência social, inclusive os destinados aos servidores públicos e militares, ativos e inativos, e aos pensionistas.

CAPÍTULO V

DAS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

Art. 25. Para efeito desta Lei Complementar, entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.

§ 1º São exigências para a realização de transferência voluntária, além das estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias:

I - existência de dotação específica;

II - (VETADO)

III - observância do disposto no inciso X do art. 167 da Constituição;

IV - comprovação, por parte do beneficiário, de:

a) que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos;

b) cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde;

c) observância dos limites das dívidas consolidada e mobiliária, de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, de inscrição em Restos a Pagar e de despesa total com pessoal;

d) previsão orçamentária de contrapartida.

§ 2º É vedada a utilização de recursos transferidos em finalidade diversa da pactuada.

§ 3º Para fins da aplicação das sanções de suspensão de transferências voluntárias constantes desta Lei Complementar, excetuam-se aquelas relativas a ações de educação, saúde e assistência social.

CAPÍTULO VI

DA DESTINAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS PARA O SETOR PRIVADO

Art. 26. A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.

§ 1º O disposto no *caput* aplica-se a toda a administração indireta, inclusive fundações públicas e empresas estatais, exceto, no exercício de suas atribuições precípuas, as instituições financeiras e o Banco Central do Brasil.

§ 2º Compreende-se incluída a concessão de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos, inclusive as respectivas prorrogações e a composição de dívidas, a concessão de subvenções e a participação em constituição ou aumento de capital.

Art. 26-A. (VETADO). (Incluído pela Lei Complementar nº 224, de 2025) Produção de efeitos

Art. 27. Na concessão de crédito por ente da Federação a pessoa física, ou jurídica que não esteja sob seu controle direto ou indireto, os encargos financeiros, comissões e despesas congêneres não serão inferiores aos definidos em lei ou ao custo de captação.

Parágrafo único. Dependem de autorização em lei específica as prorrogações e composições de dívidas decorrentes de operações de crédito, bem como a concessão de empréstimos ou financiamentos em desacordo com o *caput*, sendo o subsídio correspondente consignado na lei orçamentária.

Art. 28. Salvo mediante lei específica, não poderão ser utilizados recursos públicos, inclusive de operações de crédito, para socorrer instituições do Sistema Financeiro Nacional, ainda que mediante a concessão de empréstimos de recuperação ou financiamentos para mudança de controle acionário.

§ 1º A prevenção de insolvência e outros riscos ficará a cargo de fundos, e outros mecanismos, constituídos pelas instituições do Sistema Financeiro Nacional, na forma da lei.

§ 2º O disposto no *caput* não proíbe o Banco Central do Brasil de conceder às instituições financeiras operações de redesconto e de empréstimos de prazo inferior a trezentos e sessenta dias.

CAPÍTULO VII

DA DÍVIDA E DO ENDIVIDAMENTO

Seção I

Definições Básicas

Art. 29. Para os efeitos desta Lei Complementar, são adotadas as seguintes definições:

I - dívida pública consolidada ou fundada: montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses;

II - dívida pública mobiliária: dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios;

III - operação de crédito: compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros;

IV - concessão de garantia: compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada;

V - refinanciamento da dívida mobiliária: emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.

§ 1º Equipara-se a operação de crédito a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas pelo ente da Federação, sem prejuízo do cumprimento das exigências dos arts. 15 e 16.

§ 2º Será incluída na dívida pública consolidada da União a relativa à emissão de títulos de responsabilidade do Banco Central do Brasil.

§ 3º Também integram a dívida pública consolidada as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento.

§ 4º O refinanciamento do principal da dívida mobiliária não excederá, ao término de cada exercício financeiro, o montante do final do exercício anterior, somado ao das operações de crédito autorizadas no orçamento para este efeito e efetivamente realizadas, acrescido de atualização monetária.

Seção II

Dos Limites da Dívida Pública e das Operações de Crédito

Art. 30. No prazo de noventa dias após a publicação desta Lei Complementar, o Presidente da República submeterá ao:

I - Senado Federal: proposta de limites globais para o montante da dívida consolidada da União, Estados e Municípios, cumprindo o que estabelece o inciso VI do art. 52 da Constituição, bem como de limites e condições relativos aos incisos VII, VIII e IX do mesmo artigo;

II - Congresso Nacional: projeto de lei que estabeleça limites para o montante da dívida mobiliária federal a que se refere o inciso XIV do art. 48 da Constituição, acompanhado da demonstração de sua adequação aos limites fixados para a dívida consolidada da União, atendido o disposto no inciso I do § 1º deste artigo.

§ 1º As propostas referidas nos incisos I e II do *caput* e suas alterações conterão:

I - demonstração de que os limites e condições guardam coerência com as normas estabelecidas nesta Lei Complementar e com os objetivos da política fiscal;

II - estimativas do impacto da aplicação dos limites a cada uma das três esferas de governo;

III - razões de eventual proposição de limites diferenciados por esfera de governo;

IV - metodologia de apuração dos resultados primário e nominal.

§ 2º As propostas mencionadas nos incisos I e II do *caput* também poderão ser apresentadas em termos de dívida líquida, evidenciando a forma e a metodologia de sua apuração.

§ 3º Os limites de que tratam os incisos I e II do *caput* serão fixados em percentual da receita corrente líquida para cada esfera de governo e aplicados igualmente a todos os entes da Federação que a integrem, constituindo, para cada um deles, limites máximos.

§ 4º Para fins de verificação do atendimento do limite, a apuração do montante da dívida consolidada será efetuada ao final de cada quadrimestre.

§ 5º No prazo previsto no art. 5º, o Presidente da República enviará ao Senado Federal ou ao Congresso Nacional, conforme o caso, proposta de manutenção ou alteração dos limites e condições previstos nos incisos I e II do *caput*.

§ 6º Sempre que alterados os fundamentos das propostas de que trata este artigo, em razão de instabilidade econômica ou alterações nas políticas monetária ou cambial, o Presidente da República poderá encaminhar ao Senado Federal ou ao Congresso Nacional solicitação de revisão dos limites.

§ 7º Os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites.

Seção III

Da Recondução da Dívida aos Limites

Art. 31. Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subseqüentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro.

§ 1º Enquanto perdurar o excesso, o ente que nele houver incorrido:

~~I - estará proibido de realizar operação de crédito interna ou externa, inclusive por antecipação de receita, ressalvado o refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária;~~

I - estará proibido de realizar operação de crédito interna ou externa, inclusive por antecipação de receita, ressalvadas as para pagamento de dívidas mobiliárias; (Redação dada pela Lei Complementar nº 178, de 2021)

II - obterá resultado primário necessário à recondução da dívida ao limite, promovendo, entre outras medidas, limitação de empenho, na forma do art. 9º.

§ 2º Vencido o prazo para retorno da dívida ao limite, e enquanto perdurar o excesso, o ente ficará também impedido de receber transferências voluntárias da União ou do Estado.

§ 3º As restrições do § 1º aplicam-se imediatamente se o montante da dívida exceder o limite no primeiro quadrimestre do último ano do mandato do Chefe do Poder Executivo.

§ 4º O Ministério da Fazenda divulgará, mensalmente, a relação dos entes que tenham ultrapassado os limites das dívidas consolidada e mobiliária.

§ 5º As normas deste artigo serão observadas nos casos de descumprimento dos limites da dívida mobiliária e das operações de crédito internas e externas.

Seção IV

Das Operações de Crédito

Subseção I

Da Contratação

Art. 32. O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente.

§ 1º O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições:

I - existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica;

II - inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação, exceto no caso de operações por antecipação de receita;

III - observância dos limites e condições fixados pelo Senado Federal;

IV - autorização específica do Senado Federal, quando se tratar de operação de crédito externo;

V - atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição;

VI - observância das demais restrições estabelecidas nesta Lei Complementar.

§ 2º As operações relativas à dívida mobiliária federal autorizadas, no texto da lei orçamentária ou de créditos adicionais, serão objeto de processo simplificado que atenda às suas especificidades.

§ 3º Para fins do disposto no inciso V do § 1º, considerar-se-á, em cada exercício financeiro, o total dos recursos de operações de crédito nele ingressados e o das despesas de capital executadas, observado o seguinte:

I - não serão computadas nas despesas de capital as realizadas sob a forma de empréstimo ou financiamento a contribuinte, com o intuito de promover incentivo fiscal, tendo por base tributo de competência do ente da Federação, se resultar a diminuição, direta ou indireta, do ônus deste;

II - se o empréstimo ou financiamento a que se refere o inciso I for concedido por instituição financeira controlada pelo ente da Federação, o valor da operação será deduzido das despesas de capital;

III - (VETADO)

§ 4º Sem prejuízo das atribuições próprias do Senado Federal e do Banco Central do Brasil, o Ministério da Fazenda efetuará o registro eletrônico centralizado e atualizado das dívidas públicas interna e externa, garantido o acesso público às informações, que incluirão:

I - encargos e condições de contratação;

II - saldos atualizados e limites relativos às dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito e concessão de garantias.

§ 5º Os contratos de operação de crédito externo não conterão cláusula que importe na compensação automática de débitos e créditos.

§ 6º O prazo de validade da verificação dos limites e das condições de que trata este artigo e da análise realizada para a concessão de garantia pela União será de, no mínimo, 90 (noventa) dias e, no máximo, 270 (duzentos e setenta) dias, a critério do Ministério da Fazenda. (Incluído pela Lei Complementar nº 159, de 2017)

§ 7º Poderá haver alteração da finalidade de operação de crédito de Estados, do Distrito Federal e de Municípios sem a necessidade de nova verificação pelo Ministério da Economia, desde que haja prévia e expressa autorização para tanto, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou em lei específica, que se demonstre a relação custo-benefício e o interesse econômico e social da operação e que não configure infração a dispositivo desta Lei Complementar. (Incluído pela Lei Complementar nº 178, de 2021)

Art. 33. A instituição financeira que contratar operação de crédito com ente da Federação, exceto quando relativa à dívida mobiliária ou à externa, deverá exigir comprovação de que a operação atende às condições e limites estabelecidos.

§ 1º A operação realizada com infração do disposto nesta Lei Complementar será considerada nula, procedendo-se ao seu cancelamento, mediante a devolução do principal, vedados o pagamento de juros e demais encargos financeiros.

§ 2º Se a devolução não for efetuada no exercício de ingresso dos recursos, será consignada reserva específica na lei orçamentária para o exercício seguinte.

~~§ 3º Enquanto não efetuado o cancelamento, a amortização, ou constituída a reserva, aplicam-se as sanções previstas nos incisos do § 3º do art. 23.~~

§ 3º Enquanto não for efetuado o cancelamento ou a amortização ou constituída a reserva de que trata o § 2º, aplicam-se ao ente as restrições previstas no § 3º do art. 23. (Redação dada pela Lei Complementar nº 178, de 2021)

§ 4º Também se constituirá reserva, no montante equivalente ao excesso, se não atendido o disposto no inciso III do art. 167 da Constituição, consideradas as disposições do § 3º do art. 32.

Subseção II

Das Vedações

Art. 34. O Banco Central do Brasil não emitirá títulos da dívida pública a partir de dois anos após a publicação desta Lei Complementar.

Art. 35. É vedada a realização de operação de crédito entre um ente da Federação, diretamente ou por intermédio de fundo, autarquia, fundação ou empresa estatal dependente, e outro, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente.

§ 1º Excetuam-se da vedação a que se refere o *caput* as operações entre instituição financeira estatal e outro ente da Federação, inclusive suas entidades da administração indireta, que não se destinem a:

~~I - financiar, direta ou indiretamente, despesas correntes;~~
~~I - financiar, direta ou indiretamente, despesas correntes, ressalvadas as operações destinadas a financiar a estruturação de projetos ou a garantir contraprestações em contratos de parceria público-privada ou de concessão para o ente da Federação afetado pelo estado de calamidade pública reconhecido pelo Congresso Nacional de que trata o art. 65;~~ (Redação dada pela Lei Complementar nº 206, de 2024)

I - financiar, direta ou indiretamente, despesas correntes, ressalvadas as operações destinadas a financiar a estruturação de projetos ou a garantir contraprestações em contratos de parceria público-privada ou de concessão; (Redação dada pela Lei Complementar nº 212, de 2025)

II - refinanciar dívidas não contraídas junto à própria instituição concedente.

§ 2º O disposto no *caput* não impede Estados e Municípios de comprar títulos da dívida da União como aplicação de suas disponibilidades.

Art. 36. É proibida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo.

Parágrafo único. O disposto no *caput* não proíbe instituição financeira controlada de adquirir, no mercado, títulos da dívida pública para atender investimento de seus clientes, ou títulos da dívida de emissão da União para aplicação de recursos próprios.

Art. 37. Equiparam-se a operações de crédito e estão vedados:

I - captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do art. 150 da Constituição;

II - recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação;

III - assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada, com fornecedor de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de título de crédito, não se aplicando esta vedação a empresas estatais dependentes;

IV - assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a *posteriori* de bens e serviços.

Subseção III

Das Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária

Art. 38. A operação de crédito por antecipação de receita destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro e cumprirá as exigências mencionadas no art. 32 e mais as seguintes:

I - realizar-se-á somente a partir do décimo dia do início do exercício;

II - deverá ser liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia dez de dezembro de cada ano;

III - não será autorizada se forem cobrados outros encargos que não a taxa de juros da operação, obrigatoriamente prefixada ou indexada à taxa básica financeira, ou à que vier a esta substituir;

IV - estará proibida:

a) enquanto existir operação anterior da mesma natureza não integralmente resgatada;

b) no último ano de mandato do Presidente, Governador ou Prefeito Municipal.

§ 1º As operações de que trata este artigo não serão computadas para efeito do que dispõe o inciso III do art. 167 da Constituição, desde que liquidadas no prazo definido no inciso II do *caput*.

§ 2º As operações de crédito por antecipação de receita realizadas por Estados ou Municípios serão efetuadas mediante abertura de crédito junto à instituição financeira vencedora em processo competitivo eletrônico promovido pelo Banco Central do Brasil.

§ 3º O Banco Central do Brasil manterá sistema de acompanhamento e controle do saldo do crédito aberto e, no caso de inobservância dos limites, aplicará as sanções cabíveis à instituição credora.

Subseção IV

Das Operações com o Banco Central do Brasil

Art. 39. Nas suas relações com ente da Federação, o Banco Central do Brasil está sujeito às vedações constantes do art. 35 e mais às seguintes:

I - compra de título da dívida, na data de sua colocação no mercado, ressalvado o disposto no § 2º deste artigo;

II - permuta, ainda que temporária, por intermédio de instituição financeira ou não, de título da dívida de ente da Federação por título da dívida pública federal, bem como a operação de compra e venda, a termo, daquele título, cujo efeito final seja semelhante à permuta;

III - concessão de garantia.

§ 1º O disposto no inciso II, *in fine*, não se aplica ao estoque de Letras do Banco Central do Brasil, Série Especial, existente na carteira das instituições financeiras, que pode ser refinanciado mediante novas operações de venda a termo.

§ 2º O Banco Central do Brasil só poderá comprar diretamente títulos emitidos pela União para refinanciar a dívida mobiliária federal que estiver vencendo na sua carteira.

§ 3º A operação mencionada no § 2º deverá ser realizada à taxa média e condições alcançadas no dia, em leilão público.

§ 4º É vedado ao Tesouro Nacional adquirir títulos da dívida pública federal existentes na carteira do Banco Central do Brasil, ainda que com cláusula de reversão, salvo para reduzir a dívida mobiliária.

Seção V

Da Garantia e da Contragarantia

~~Art. 40. Os entes poderão conceder garantia em operações de crédito internas ou externas, observados o disposto neste artigo, as normas do art. 32 e, no caso da União, também os limites e as condições estabelecidos pelo Senado Federal.~~

Art. 40. Os entes poderão conceder garantia em operações de crédito internas ou externas, observados o disposto neste artigo, as normas do art. 32 e, no caso da União, também os limites e as condições estabelecidos pelo Senado Federal e as normas emitidas pelo Ministério da Economia acerca da classificação de capacidade de pagamento dos mutuários. (Redação dada pela Lei Complementar nº 178, de 2021)

§ 1º A garantia estará condicionada ao oferecimento de contragarantia, em valor igual ou superior ao da garantia a ser concedida, e à adimplência da entidade que a pleitear relativamente a suas obrigações junto ao garantidor e às entidades por este controladas, observado o seguinte:

I - não será exigida contragarantia de órgãos e entidades do próprio ente;

II - a contragarantia exigida pela União a Estado ou Município, ou pelos Estados aos Municípios, poderá consistir na vinculação de receitas tributárias diretamente arrecadadas e provenientes de transferências constitucionais, com outorga de poderes ao garantidor para retê-las e empregar o respectivo valor na liquidação da dívida vencida.

§ 2º No caso de operação de crédito junto a organismo financeiro internacional, ou a instituição federal de crédito e fomento para o repasse de recursos externos, a União só prestará garantia a ente que atenda, além do disposto no § 1º, as exigências legais para o recebimento de transferências voluntárias.

§ 3º (VETADO)

§ 4º (VETADO)

§ 5º É nula a garantia concedida acima dos limites fixados pelo Senado Federal.

§ 6º É vedado às entidades da administração indireta, inclusive suas empresas controladas e subsidiárias, conceder garantia, ainda que com recursos de fundos.

§ 7º O disposto no § 6º não se aplica à concessão de garantia por:

I - empresa controlada a subsidiária ou controlada sua, nem à prestação de contragarantia nas mesmas condições;

II - instituição financeira a empresa nacional, nos termos da lei.

§ 8º Excetua-se do disposto neste artigo a garantia prestada:

I - por instituições financeiras estatais, que se submeterão às normas aplicáveis às instituições financeiras privadas, de acordo com a legislação pertinente;

II - pela União, na forma de lei federal, a empresas de natureza financeira por ela controladas, direta e indiretamente, quanto às operações de seguro de crédito à exportação.

§ 9º Quando honrarem dívida de outro ente, em razão de garantia prestada, a União e os Estados poderão condicionar as transferências constitucionais ao ressarcimento daquele pagamento.

§ 10. O ente da Federação cuja dívida tiver sido honrada pela União ou por Estado, em decorrência de garantia prestada em operação de crédito, terá suspenso o acesso a novos créditos ou financiamentos até a total liquidação da mencionada dívida.

§ 11. A alteração da metodologia utilizada para fins de classificação da capacidade de pagamento de Estados e Municípios deverá ser precedida de consulta pública, assegurada a manifestação dos entes. (Incluído pela Lei Complementar nº 178, de 2021)

Seção VI

Dos Restos a Pagar

Art. 41. (VETADO)

Art. 41-A. A partir de 1º de janeiro de 2027, se verificado, ao final de um exercício, que a disponibilidade de caixa não é suficiente para honrar os compromissos com Restos a Pagar processados e não processados inscritos e com as demais obrigações financeiras, aplica-se imediatamente ao respectivo Poder ou órgão referido no art. 20, até a próxima apuração anual, a vedação à concessão ou à ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária. (Incluído pela Lei Complementar nº 212, de 2025)

Parágrafo único. Se verificado que a insuficiência de que trata o *caput* perdura por 2 (dois) anos consecutivos, aplicam-se imediatamente ao respectivo Poder ou órgão, enquanto perdurar a insuficiência, as vedações previstas nos incisos I, II e III do parágrafo único do art. 22, bem como a vedação à concessão ou à ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária. (Incluído pela Lei Complementar nº 212, de 2025)

Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito. (Vide Lei Complementar nº 178, de 2021) (Vigência)

Parágrafo único. Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.

CAPÍTULO VIII

DA GESTÃO PATRIMONIAL

Seção I

Das Disponibilidades de Caixa

Art. 43. As disponibilidades de caixa dos entes da Federação serão depositadas conforme estabelece o § 3º do art. 164 da Constituição.

§ 1º As disponibilidades de caixa dos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos, ainda que vinculadas a fundos específicos a que se referem os arts. 249 e 250 da Constituição, ficarão depositadas em conta separada das demais disponibilidades de cada ente e aplicadas nas condições de mercado, com observância dos limites e condições de proteção e prudência financeira.

§ 2º É vedada a aplicação das disponibilidades de que trata o § 1º em:

I - títulos da dívida pública estadual e municipal, bem como em ações e outros papéis relativos às empresas controladas pelo respectivo ente da Federação;

II - empréstimos, de qualquer natureza, aos segurados e ao Poder Público, inclusive a suas empresas controladas.

Seção II

Da Preservação do Patrimônio Público

Art. 44. É vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

Art. 45. Observado o disposto no § 5º do art. 5º, a lei orçamentária e as de créditos adicionais só incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

Parágrafo único. O Poder Executivo de cada ente encaminhará ao Legislativo, até a data do envio do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, relatório com as informações necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo, ao qual será dada ampla divulgação.

Art. 46. É nulo de pleno direito ato de desapropriação de imóvel urbano expedido sem o atendimento do disposto no § 3º do art. 182 da Constituição, ou prévio depósito judicial do valor da indenização.

Seção III

Das Empresas Controladas pelo Setor Público

Art. 47. A empresa controlada que firmar contrato de gestão em que se estabeleçam objetivos e metas de desempenho, na forma da lei, disporá de autonomia gerencial, orçamentária e financeira, sem prejuízo do disposto no inciso II do § 5º do art. 165 da Constituição.

Parágrafo único. A empresa controlada incluirá em seus balanços trimestrais nota explicativa em que informará:

I - fornecimento de bens e serviços ao controlador, com respectivos preços e condições, comparando-os com os praticados no mercado;

II - recursos recebidos do controlador, a qualquer título, especificando valor, fonte e destinação;

III - venda de bens, prestação de serviços ou concessão de empréstimos e financiamentos com preços, taxas, prazos ou condições diferentes dos vigentes no mercado.

CAPÍTULO IX

DA TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

Seção I

Da Transparência da Gestão Fiscal

Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

~~Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.~~

~~Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante: (Redação dada pela Lei Complementar nº 131, de 2009).~~

§ 1º A transparência será assegurada também mediante: (Redação dada pela Lei Complementar nº 156, de 2016)

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

~~II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).~~

II - liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público; e (Redação dada pela Lei Complementar nº 156, de 2016)

III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A. (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009) (Vide Decreto nº 7.185, de 2010)

IV - divulgação no Portal de Transparência, em formato aberto e padronizado, de dados atualizados sobre benefícios de natureza tributária, financeira e creditícia concedidos. (Incluído pela Lei Complementar nº 224, de 2025) Produção de efeitos

§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disponibilizarão suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, os quais deverão ser divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público. (Incluído pela Lei Complementar nº 156, de 2016)

§ 3º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios encaminharão ao Ministério da Fazenda, nos termos e na periodicidade a serem definidos em instrução específica deste órgão, as informações necessárias para a constituição do registro eletrônico centralizado e atualizado das dívidas públicas interna e externa, de que trata o § 4º do art. 32. (Incluído pela Lei Complementar nº 156, de 2016)

§ 4º A inobservância do disposto nos §§ 2º e 3º ensejará as penalidades previstas no § 2º do art. 51. (Incluído pela Lei Complementar nº 156, de 2016)

§ 5º Nos casos de envio conforme disposto no § 2º, para todos os efeitos, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios cumprem o dever de ampla divulgação a que se refere o caput. (Incluído pela Lei Complementar nº 156, de 2016)

§ 6º Todos os Poderes e órgãos referidos no art. 20, incluídos autarquias, fundações públicas, empresas estatais dependentes e fundos, do ente da Federação devem utilizar sistemas únicos de execução orçamentária e financeira, mantidos e gerenciados pelo Poder Executivo, resguardada a autonomia. (Incluído pela Lei Complementar nº 156, de 2016)

Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a: (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários. (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

Art. 49. As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.

Parágrafo único. A prestação de contas da União conterá demonstrativos do Tesouro Nacional e das agências financeiras oficiais de fomento, incluído o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, especificando os empréstimos e financiamentos concedidos com recursos oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social e, no caso das agências financeiras, avaliação circunstanciada do impacto fiscal de suas atividades no exercício.

Seção II

Da Escrituração e Consolidação das Contas

Art. 50. Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes:

I - a disponibilidade de caixa constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada;

II - a despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de competência, apurando-se, em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de caixa;

III - as demonstrações contábeis compreenderão, isolada e conjuntamente, as transações e operações de cada órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional, inclusive empresa estatal dependente;

IV - as receitas e despesas previdenciárias serão apresentadas em demonstrativos financeiros e orçamentários específicos;

V - as operações de crédito, as inscrições em Restos a Pagar e as demais formas de financiamento ou assunção de compromissos junto a terceiros, deverão ser escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no período, detalhando, pelo menos, a natureza e o tipo de credor;

VI - a demonstração das variações patrimoniais dará destaque à origem e ao destino dos recursos provenientes da alienação de ativos.

§ 1º No caso das demonstrações conjuntas, excluir-se-ão as operações intragovernamentais.

§ 2º A edição de normas gerais para consolidação das contas públicas caberá ao órgão central de contabilidade da União, enquanto não implantado o conselho de que trata o art. 67.

§ 3º A Administração Pública manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Art. 51. O Poder Executivo da União promoverá, até o dia trinta de junho, a consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação relativas ao exercício anterior, e a sua divulgação, inclusive por meio eletrônico de acesso público.

§ 1º Os Estados e os Municípios encaminharão suas contas ao Poder Executivo da União nos seguintes prazos:

~~I - Municípios, com cópia para o Poder Executivo do respectivo Estado, até trinta de abril;~~

~~II - Estados, até trinta e um de maio.~~

§ 1º Os Estados e os Municípios encaminharão suas contas ao Poder Executivo da União até 30 de abril. (Redação dada pela Lei Complementar nº 178, de 2021) (Vigência)

~~§ 2º O descumprimento dos prazos previstos neste artigo impedirá, até que a situação seja regularizada, que o ente da Federação receba transferências voluntárias e contrate operações de crédito, exceto as destinadas ao refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária.~~

§ 2º O descumprimento dos prazos previstos neste artigo impedirá, até que a situação seja regularizada, que o Poder ou órgão referido no art. 20 receba transferências voluntárias e contrate operações de crédito, exceto as destinadas ao pagamento da dívida mobiliária. (Redação dada pela Lei Complementar nº 178, de 2021) (Vigência)

Seção III

Do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Art. 52. O relatório a que se refere o § 3º do art. 165 da Constituição abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, será publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre e composto de:

I - balanço orçamentário, que especificará, por categoria econômica, as:

a) receitas por fonte, informando as realizadas e a realizar, bem como a previsão atualizada;

b) despesas por grupo de natureza, discriminando a dotação para o exercício, a despesa liquidada e o saldo;

II - demonstrativos da execução das:

a) receitas, por categoria econômica e fonte, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada no bimestre, a realizada no exercício e a previsão a realizar;

b) despesas, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando dotação inicial, dotação para o exercício, despesas empenhada e liquidada, no bimestre e no exercício;

c) despesas, por função e subfunção.

§ 1º Os valores referentes ao refinanciamento da dívida mobiliária constarão destacadamente nas receitas de operações de crédito e nas despesas com amortização da dívida.

§ 2º O descumprimento do prazo previsto neste artigo sujeita o ente às sanções previstas no § 2º do art. 51.

Art. 53. Acompanharão o Relatório Resumido demonstrativos relativos a:

I - apuração da receita corrente líquida, na forma definida no inciso IV do art. 2º, sua evolução, assim como a previsão de seu desempenho até o final do exercício;

II - receitas e despesas previdenciárias a que se refere o inciso IV do art. 50;

III - resultados nominal e primário;

IV - despesas com juros, na forma do inciso II do art. 4º;

V - Restos a Pagar, detalhando, por Poder e órgão referido no art. 20, os valores inscritos, os pagamentos realizados e o montante a pagar.

§ 1º O relatório referente ao último bimestre do exercício será acompanhado também de demonstrativos:

I - do atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição, conforme o § 3º do art. 32;

II - das projeções atuariais dos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos;

III - da variação patrimonial, evidenciando a alienação de ativos e a aplicação dos recursos dela decorrentes.

§ 2º Quando for o caso, serão apresentadas justificativas:

I - da limitação de empenho;

II - da frustração de receitas, especificando as medidas de combate à sonegação e à evasão fiscal, adotadas e a adotar, e as ações de fiscalização e cobrança.

Seção IV

Do Relatório de Gestão Fiscal

Art. 54. Ao final de cada quadrimestre será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20 Relatório de Gestão Fiscal, assinado pelo:

I - Chefe do Poder Executivo;

II - Presidente e demais membros da Mesa Diretora ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Legislativo;

III - Presidente de Tribunal e demais membros de Conselho de Administração ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Judiciário;

IV - Chefe do Ministério Público, da União e dos Estados.

Parágrafo único. O relatório também será assinado pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras definidas por ato próprio de cada Poder ou órgão referido no art. 20.

Art. 55. O relatório conterá:

I - comparativo com os limites de que trata esta Lei Complementar, dos seguintes montantes:

a) despesa total com pessoal, distinguindo a com inativos e pensionistas;

b) dívidas consolidada e mobiliária;

c) concessão de garantias;

d) operações de crédito, inclusive por antecipação de receita;

e) despesas de que trata o inciso II do art. 4º;

II - indicação das medidas corretivas adotadas ou a adotar, se ultrapassado qualquer dos limites;

III - demonstrativos, no último quadrimestre:

a) do montante das disponibilidades de caixa em trinta e um de dezembro;

b) da inscrição em Restos a Pagar, das despesas:

1) liquidadas;

2) empenhadas e não liquidadas, inscritas por atenderem a uma das condições do inciso II do art. 41;

3) empenhadas e não liquidadas, inscritas até o limite do saldo da disponibilidade de caixa;

4) não inscritas por falta de disponibilidade de caixa e cujos empenhos foram cancelados;

c) do cumprimento do disposto no inciso II e na alínea *b* do inciso IV do art. 38.

§ 1º O relatório dos titulares dos órgãos mencionados nos incisos II, III e IV do art. 54 conterá apenas as informações relativas à alínea *a* do inciso I, e os documentos referidos nos incisos II e III.

§ 2º O relatório será publicado até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

§ 3º O descumprimento do prazo a que se refere o § 2º sujeita o ente à sanção prevista no § 2º do art. 51.

§ 4º Os relatórios referidos nos arts. 52 e 54 deverão ser elaborados de forma padronizada, segundo modelos que poderão ser atualizados pelo conselho de que trata o art. 67.

Seção V

Das Prestações de Contas

Art. 56. As contas prestadas pelos Chefes do Poder Executivo incluirão, além das suas próprias, as dos Presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Chefe do Ministério Público, referidos no art. 20, as quais receberão parecer prévio, separadamente, do respectivo Tribunal de Contas. (Vide ADI 2324)

§ 1º As contas do Poder Judiciário serão apresentadas no âmbito:

I - da União, pelos Presidentes do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, consolidando as dos respectivos tribunais;

II - dos Estados, pelos Presidentes dos Tribunais de Justiça, consolidando as dos demais tribunais.

§ 2º O parecer sobre as contas dos Tribunais de Contas será proferido no prazo previsto no art. 57 pela comissão mista permanente referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente das Casas Legislativas estaduais e municipais. (Vide ADI 2324)

§ 3º Será dada ampla divulgação dos resultados da apreciação das contas, julgadas ou tomadas.

Art. 57. Os Tribunais de Contas emitirão parecer prévio conclusivo sobre as contas no prazo de sessenta dias do recebimento, se outro não estiver estabelecido nas constituições estaduais ou nas leis orgânicas municipais.

§ 1º No caso de Municípios que não sejam capitais e que tenham menos de duzentos mil habitantes o prazo será de cento e oitenta dias.

§ 2º Os Tribunais de Contas não entrarão em recesso enquanto existirem contas de Poder, ou órgão referido no art. 20, pendentes de parecer prévio.

Art. 58. A prestação de contas evidenciará o desempenho da arrecadação em relação à previsão, destacando as providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial, bem como as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições.

Seção VI

Da Fiscalização da Gestão Fiscal

~~Art. 59. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a:~~ (Vide ADI 2324)

Art. 59. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público fiscalizarão o cumprimento desta Lei Complementar, consideradas as normas de padronização metodológica editadas pelo conselho de que trata o art. 67, com ênfase no que se refere a: (Redação dada pela Lei Complementar nº 178, de 2021)

I - atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias;

II - limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar;

III - medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos arts. 22 e 23;

IV - providências tomadas, conforme o disposto no art. 31, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites;

V - destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as desta Lei Complementar;

VI - cumprimento do limite de gastos totais dos legislativos municipais, quando houver.

§ 1º Os Tribunais de Contas alertarão os Poderes ou órgãos referidos no art. 20 quando constatarem:

I - a possibilidade de ocorrência das situações previstas no inciso II do art. 4º e no art. 9º;

II - que o montante da despesa total com pessoal ultrapassou 90% (noventa por cento) do limite;

III - que os montantes das dívidas consolidada e mobiliária, das operações de crédito e da concessão de garantia se encontram acima de 90% (noventa por cento) dos respectivos limites;

IV - que os gastos com inativos e pensionistas se encontram acima do limite definido em lei;

V - fatos que comprometam os custos ou os resultados dos programas ou indícios de irregularidades na gestão orçamentária.

§ 2º Compete ainda aos Tribunais de Contas verificar os cálculos dos limites da despesa total com pessoal de cada Poder e órgão referido no art. 20.

§ 3º O Tribunal de Contas da União acompanhará o cumprimento do disposto nos §§ 2º, 3º e 4º do art. 39.

CAPÍTULO X

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 60. Lei estadual ou municipal poderá fixar limites inferiores àqueles previstos nesta Lei Complementar para as dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito e concessão de garantias.

Art. 61. Os títulos da dívida pública, desde que devidamente escriturados em sistema centralizado de liquidação e custódia, poderão ser oferecidos em caução para garantia de empréstimos, ou em outras transações previstas em lei, pelo seu valor econômico, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

Art. 62. Os Municípios só contribuirão para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação se houver:

I - autorização na lei de diretrizes orçamentárias e na lei orçamentária anual;

II - convênio, acordo, ajuste ou congênere, conforme sua legislação.

Art. 63. É facultado aos Municípios com população inferior a cinqüenta mil habitantes optar por:

I - aplicar o disposto no art. 22 e no § 4º do art. 30 ao final do semestre;

II - divulgar semestralmente:

a) (VETADO)

b) o Relatório de Gestão Fiscal;

c) os demonstrativos de que trata o art. 53;

III - elaborar o Anexo de Política Fiscal do plano plurianual, o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais da lei de diretrizes orçamentárias e o anexo de que trata o inciso I do art. 5º a partir do quinto exercício seguinte ao da publicação desta Lei Complementar.

§ 1º A divulgação dos relatórios e demonstrativos deverá ser realizada em até trinta dias após o encerramento do semestre.

§ 2º Se ultrapassados os limites relativos à despesa total com pessoal ou à dívida consolidada, enquanto perdurar esta situação, o Município ficará sujeito aos mesmos prazos de verificação e de retorno ao limite definidos para os demais entes.

Art. 64. A União prestará assistência técnica e cooperação financeira aos Municípios para a modernização das respectivas administrações tributária, financeira, patrimonial e previdenciária, com vistas ao cumprimento das normas desta Lei Complementar.

§ 1º A assistência técnica consistirá no treinamento e desenvolvimento de recursos humanos e na transferência de tecnologia, bem como no apoio à divulgação dos instrumentos de que trata o art. 48 em meio eletrônico de amplo acesso público.

§ 2º A cooperação financeira compreenderá a doação de bens e valores, o financiamento por intermédio das instituições financeiras federais e o repasse de recursos oriundos de operações externas.

§ 3º A assistência técnica e a cooperação financeira a que se refere o *caput* poderão ser prestadas para a modernização da gestão educacional dos Estados e Municípios. (Incluído pela Lei Complementar nº 212, de 2025)

Art. 65. Na ocorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional, no caso da União, ou pelas Assembléias Legislativas, na hipótese dos Estados e Municípios, enquanto perdurar a situação:

I - serão suspensas a contagem dos prazos e as disposições estabelecidas nos arts. 23 , 31 e 70;

II - serão dispensados o atingimento dos resultados fiscais e a limitação de empenho prevista no art. 9º.

~~Parágrafo único. Aplica-se o disposto no *caput* no caso de estado de defesa ou de sítio, decretado na forma da Constituição.~~

§ 1º Na ocorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional, nos termos de decreto legislativo, em parte ou na integralidade do território nacional e enquanto perdurar a situação, além do previsto nos inciso I e II do caput: (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

I - serão dispensados os limites, condições e demais restrições aplicáveis à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como sua verificação, para: (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

a) contratação e aditamento de operações de crédito; (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

b) concessão de garantias; (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

c) contratação entre entes da Federação; e (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

d) recebimento de transferências voluntárias; (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

II - serão dispensados os limites e afastadas as vedações e sanções previstas e decorrentes dos arts. 35, 37 e 42, bem como será dispensado o cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 8º desta Lei Complementar, desde que os recursos arrecadados sejam destinados ao combate à calamidade pública; (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

III - serão afastadas as condições e as vedações previstas nos arts. 14, 16 e 17 desta Lei Complementar, desde que o incentivo ou benefício e a criação ou o aumento da despesa sejam destinados ao combate à calamidade pública. (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

§ 2º O disposto no § 1º deste artigo, observados os termos estabelecidos no decreto legislativo que reconhecer o estado de calamidade pública: (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

I - aplicar-se-á exclusivamente: (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

a) às unidades da Federação atingidas e localizadas no território em que for reconhecido o estado de calamidade pública pelo Congresso Nacional e enquanto perdurar o referido estado de calamidade; (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

b) aos atos de gestão orçamentária e financeira necessários ao atendimento de despesas relacionadas ao cumprimento do decreto legislativo; (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

II - não afasta as disposições relativas a transparência, controle e fiscalização. (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

§ 3º No caso de aditamento de operações de crédito garantidas pela União com amparo no disposto no § 1º deste artigo, a garantia será mantida, não sendo necessária a alteração dos contratos de garantia e de contragarantia vigentes. (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

Art. 65-A. Não serão contabilizadas na meta de resultado primário, para efeito do disposto no art. 9º desta Lei Complementar, as transferências federais aos demais entes da Federação, devidamente identificadas, para enfrentamento das consequências sociais e econômicas no setor cultural decorrentes de calamidades públicas ou pandemias, desde que sejam autorizadas em acréscimo aos valores inicialmente previstos pelo Congresso Nacional na lei orçamentária anual. (Incluído pela Lei Complementar nº 195, de 2022)

Art. 66. Os prazos estabelecidos nos arts. 23, 31 e 70 serão duplicados no caso de crescimento real baixo ou negativo do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, regional ou estadual por período igual ou superior a quatro trimestres.

§ 1º Entende-se por baixo crescimento a taxa de variação real acumulada do Produto Interno Bruto inferior a 1% (um por cento), no período correspondente aos quatro últimos trimestres.

§ 2º A taxa de variação será aquela apurada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ou outro órgão que vier a substituí-la, adotada a mesma metodologia para apuração dos PIB nacional, estadual e regional.

§ 3º Na hipótese do *caput*, continuarão a ser adotadas as medidas previstas no art. 22.

§ 4º Na hipótese de se verificarem mudanças drásticas na condução das políticas monetária e cambial, reconhecidas pelo Senado Federal, o prazo referido no *caput* do art. 31 poderá ser ampliado em até quatro quadrimestres.

Art. 67. O acompanhamento e a avaliação, de forma permanente, da política e da operacionalidade da gestão fiscal serão realizados por conselho de gestão fiscal, constituído por representantes de todos os Poderes e esferas de Governo, do Ministério Público e de entidades técnicas representativas da sociedade, visando a:

I - harmonização e coordenação entre os entes da Federação;

II - disseminação de práticas que resultem em maior eficiência na alocação e execução do gasto público, na arrecadação de receitas, no controle do endividamento e na transparência da gestão fiscal;

III - adoção de normas de consolidação das contas públicas, padronização das prestações de contas e dos relatórios e demonstrativos de gestão fiscal de que trata esta Lei Complementar, normas e padrões mais simples para os pequenos Municípios, bem como outros, necessários ao controle social;

IV - divulgação de análises, estudos e diagnósticos.

§ 1º O conselho a que se refere o *caput* instituirá formas de premiação e reconhecimento público aos titulares de Poder que alcançarem resultados meritórios em suas políticas de desenvolvimento social, conjugados com a prática de uma gestão fiscal pautada pelas normas desta Lei Complementar.

§ 2º Lei disporá sobre a composição e a forma de funcionamento do conselho.

Art. 68. Na forma do art. 250 da Constituição, é criado o Fundo do Regime Geral de Previdência Social, vinculado ao Ministério da Previdência e Assistência Social, com a finalidade de prover recursos para o pagamento dos benefícios do regime geral da previdência social.

§ 1º O Fundo será constituído de:

I - bens móveis e imóveis, valores e rendas do Instituto Nacional do Seguro Social não utilizados na operacionalização deste;

II - bens e direitos que, a qualquer título, lhe sejam adjudicados ou que lhe vierem a ser vinculados por força de lei;

III - receita das contribuições sociais para a seguridade social, previstas na alínea *a* do inciso I e no inciso II do art. 195 da Constituição;

IV - produto da liquidação de bens e ativos de pessoa física ou jurídica em débito com a Previdência Social;

V - resultado da aplicação financeira de seus ativos;

VI - recursos provenientes do orçamento da União.

§ 2º O Fundo será gerido pelo Instituto Nacional do Seguro Social, na forma da lei.

Art. 69. O ente da Federação que mantiver ou vier a instituir regime próprio de previdência social para seus servidores conferir-lhe-á caráter contributivo e o organizará com base em normas de contabilidade e atuária que preservem seu equilíbrio financeiro e atuarial.

Art. 70. O Poder ou órgão referido no art. 20 cuja despesa total com pessoal no exercício anterior ao da publicação desta Lei Complementar estiver acima dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 deverá enquadrar-se no respectivo limite em até dois exercícios, eliminando o excesso, gradualmente, à razão de, pelo menos, 50% a.a. (cinqüenta por cento ao ano), mediante a adoção, entre outras, das medidas previstas nos arts. 22 e 23.

Parágrafo único. A inobservância do disposto no *caput*, no prazo fixado, sujeita o ente às sanções previstas no § 3º do art. 23.

Art. 71. Ressalvada a hipótese do inciso X do art. 37 da Constituição, até o término do terceiro exercício financeiro seguinte à entrada em vigor desta Lei Complementar, a despesa total com pessoal dos Poderes e órgãos

referidos no art. 20 não ultrapassará, em percentual da receita corrente líquida, a despesa verificada no exercício imediatamente anterior, acrescida de até 10% (dez por cento), se esta for inferior ao limite definido na forma do art. 20.

Art. 72. A despesa com serviços de terceiros dos Poderes e órgãos referidos no art. 20 não poderá exceder, em percentual da receita corrente líquida, a do exercício anterior à entrada em vigor desta Lei Complementar, até o término do terceiro exercício seguinte.

Art. 73. As infrações dos dispositivos desta Lei Complementar serão punidas segundo o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950; o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967; a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992; e demais normas da legislação pertinente.

Art. 73-A. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar ao respectivo Tribunal de Contas e ao órgão competente do Ministério Público o descumprimento das prescrições estabelecidas nesta Lei Complementar. (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

Art. 73-B. Ficam estabelecidos os seguintes prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e do art. 48-A: (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

I – 1 (um) ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

II – 2 (dois) anos para os Municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

III – 4 (quatro) anos para os Municípios que tenham até 50.000 (cinquenta mil) habitantes. (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo serão contados a partir da data de publicação da lei complementar que introduziu os dispositivos referidos no caput deste artigo. (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

Art. 73-C. O não atendimento, até o encerramento dos prazos previstos no art. 73-B, das determinações contidas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e no art. 48-A sujeita o ente à sanção prevista no inciso I do § 3º do art. 23. (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

Art. 74. Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 75. Revoga-se a Lei Complementar nº 96, de 31 de maio de 1999.

Brasília, 4 de maio de 2000; 179º da Independência e 112º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Pedro Malan
Martus Tavares

Este texto não substitui o publicada no DOU de 5.5.2000

*



LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ

VERSÃO ADMINISTRATIVA

Texto compilado da Lei Orgânica do Município de Mossoró com as alterações adotadas pelas Emendas à Lei Orgânica n° 01/2012, 02/2013, 04/2016, 05/2017, 06/2017, 07/2018, 08/2019, 09/2019, 10/2020 e 11/2022

Secretaria Legislativa
Câmara Municipal de Mossoró
2024

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Mossoró, nos termos do art. 51 da Lei Orgânica Municipal, promulga a seguinte Lei Orgânica do Município de Mossoró:

TÍTULO I

Dos Fundamentos da Organização Municipal

Art. 1°. O Município de Mossoró integra a união indissolúvel da República Federativa do Brasil e tem como fundamentos:

I - A autonomia;

II - A cidadania;

III - A dignidade da pessoa humana;

IV - Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - O pluralismo político;

VI - Transparência e participação social. *(Redação dada pela Emenda 04/2016)*

Art. 2°. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos diretamente nos termos da Constituição Federal, da Constituição Estadual e desta Lei Orgânica.

Art. 3°. São objetivos fundamentais deste Município e de seus cidadãos por meio de seus representantes: *(Redação dada pela Emenda 04/2016)*

I - Assegurar a construção de uma sociedade livre, justa e solidária:

II - Garantir o desenvolvimento local e regional;

III - Contribuir para o desenvolvimento estadual e nacional;

IV - Erradicar a pobreza, a marginalização e reduzir as desigualdades sociais nas áreas urbana e rural;

V - Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação; *(Redação dada pela Emenda 04/2016)*

Art. 4°. Os direitos e deveres individuais e coletivos, na forma prevista na Constituição Federal, integram esta Lei Orgânica e devem ser afixadas em todas as repartições públicas municipais, nas escolas, nos hospitais ou qualquer local de acesso público, para que todos possam, permanentemente, tomar ciência,

exigir o seu cumprimento por parte das autoridades e cumprir, por sua parte, o que cabe a cada cidadão habitante deste Município ou que em seu território transite.

TÍTULO II

Da Organização Municipal

CAPÍTULO I

Da Organização Político administrativa

Art. 5°. O Município de Mossoró com sede na cidade que lhe dá o nome, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, reger-se-á pela Constituição Federal, Constituição Estadual e por esta Lei Orgânica. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 6°. São poderes do Município independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

Art. 7°. São símbolos do Município sua Bandeira, seu Hino e seu Brasão.

§ 1°. Outros símbolos poderão ser estabelecidos em Lei, que disporá, também, sobre o seu uso no território do Município.

§2°. O Poder Executivo Municipal somente poderá utilizar em peças publicitárias como marca de Gestão o brasão e, como slogan, a frase: Prefeitura Municipal de Mossoró. (*Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 01/2013)*

§3°. Fica vedada a fixação de imagem do Chefe de Poder, seja executivo ou legislativo nas repartições públicas municipais. (*Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 01/2013)*

Art. 8°. Incluem-se entre os bens do Município de Mossoró os imóveis, por natureza ou acessão física, e os móveis que atualmente sejam do seu domínio ou a ele pertençam, bem assim os que lhe vierem ser atribuídos por lei e os que se incorporarem ao seu patrimônio por ato jurídico perfeito.

CAPÍTULO II

Da Divisão Administrativa do Município

Art. 9°. O Município de Mossoró poderá dividir-se, para fins exclusivamente administrativos, em bairros, distritos e vilas.

§ 1. Constituem bairros as porções contíguas e contíguas do território da sede, com denominação própria, representando meras divisões geográficas desta.

§ 2°. É facultada a descentralização administrativa com a criação, nos bairros, ou conjuntos de bairros, de subsedes da Prefeitura, na forma de lei de iniciativa do Poder Executivo.

Art. 10. Distrito é a parte do território do Município, dividido para fins administrativos de circunscrição territorial e de jurisdição municipal, com denominação própria.

§1°. Aplica-se ao distrito o disposto no § 2° do artigo anterior.

§2°. O distrito poderá subdividir-se em vilas, de acordo com lei.

Art. 11. A criação, organização, supressão ou fusão de distritos, depende de lei, após a consulta plebiscitária às populações diretamente interessadas, observada a legislação estadual específica e o atendimento aos requisitos estabelecidos no art. 12 desta Lei Orgânica.

Art. 12. São requisitos para criação de distrito:

I - População, eleitorado e arrecadação não inferior à sexta parte exigida para a criação do município;

II - Existência, no povoado-sede de, pelo menos, cinquenta moradias, escola pública e unidade de saúde. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Parágrafo Único - Comprova-se o atendimento às exigências mencionadas neste artigo através de:

I - Declaração, emitida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, de estimativa de população; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

II - Certidão, emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral, do número de eleitores; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

III - Certidão, emitida pelo agente municipal de estatística ou pela repartição competente do Município, atestando o número de moradias; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

IV - Certidão do órgão fazendário estadual e de Mossoró, informando a arrecadação na respectiva área territorial; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

V - Certidão emitida pela Prefeitura de Mossoró ou pela Secretaria Municipal de Educação, pelo Órgão Municipal de Saúde e pela Secretaria de Segurança do Estado do Rio Grande do Norte, informando a

existência de escola pública, posto de saúde e posto policial, respectivamente, no povoado sede. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 13. Na fixação das divisas distritais serão observados:

I - Sempre que possível, serão evitadas formas assimétricas, estrangulamentos e alongamentos exagerados;

II - Preferência, para a delimitação, as linhas naturais, facilmente identificáveis;

III - Na inexistência de linhas naturais, utilizar linhas retas, cujos extremos, pontos naturais ou não, sejam facilmente identificáveis;

IV - É vedada a interrupção de continuidade territorial do Município ou do distrito de origem.

Parágrafo Único. As divisas distritais devem ser descritas trecho a trecho, salvo, para evitar duplicidade, nos trechos que coincidem com os limites municipais.

CAPÍTULO III

Da Competência do Município De Mossoró

SEÇÃO I

Da Competência Privativa

Art. 14. Compete ao Município de Mossoró:

I - Legislar sobre assuntos de interesse local;

II - Suplementar à legislação federal e a estadual, no que couber;

III - Elaborar o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual;

IV - Instituir e arrecadar os tributos municipais, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

V - Fixar, fiscalizar e cobrar tarifas ou preços públicos;

VI - Criar, Organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;

VII - Dispor sobre administração, utilização e alienação dos bens públicos, atendendo no que couber o art. 108 desta Lei Orgânica e observando-se: *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

a) Adquirir bens, inclusive através de desapropriação por necessidade de utilidade pública no interesse social;

b) Aceitar legados e doações;

c) Dispor sobre concessão, permissão, cessão e autorização de uso de seus bens.

VIII - Dispor sobre organização, administração e execução dos serviços municipais;

IX - Instituir o quadro, os planos de carreira e o regime jurídico dos servidores públicos municipais;

X - Organizar e prestar, direta ou sob o regime de concessão ou permissão, os serviços públicos locais, inclusive o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

XI - *(Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

XII - Manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado do Rio Grande do Norte, a educação básica e, em caráter complementar e facultativo, o ensino médio e superior; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

XIII - Instituir, executar e apoiar programas educacionais e culturais que propiciem o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

XIV - Amparar, de modo especial, às crianças e adolescentes, os idosos e as pessoas com deficiências físicas e mentais; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

XV - Estimular a participação popular na formulação de políticas públicas e sua ação governamental, estabelecendo programas de incentivo a projetos de organização comunitária nos campos social e econômico, cooperativas de produção e mutirões;

XVI - Prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população, inclusive assistência no nível básico, médio e de alta complexidade, com recursos próprios ou mediante convênio com entidade especializada; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

XVII - Planejar e controlar o uso, o parcelamento e a ocupação do solo em seu território, especialmente o de sua zona urbana;

XVIII - Estabelecer normas de edificação, de loteamento, de arruamento e de zoneamento urbano e rural, bem como as limitações urbanísticas convenientes à ordenação do seu território observadas as diretrizes da lei federal;

XIX - Instituir, planejar e fiscalizar programas de desenvolvimento urbano nas áreas de habitação e saneamento básico, de acordo com as diretrizes estabelecidas na legislação federal, sem prejuízo do exercício da competência comum correspondente;

XX - Dispor, mediante plebiscito popular, sobre qualquer alteração territorial, na forma da Lei Estadual, preservando a continuidade e unidade histórico/cultural do ambiente urbano;

XXI - Combater a poluição urbana em todas as suas formas;

XXII - Prover sobre a limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar ou não, bem como de outros detritos e resíduos de qualquer natureza;

XXIII - Conceder e renovar licença para localização e funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais, prestadores de serviços e quaisquer outros;

XXIV - Cassar a licença que houver concedido ao estabelecimento cuja atividade venha a se tornar prejudicial saúde, à higiene, à segurança, ao sossego e aos bons costumes da sociedade;

XXV - Ordenar as atividades urbanas, fixando condições e horários para funcionamento de estabelecimentos industriais comerciais, de serviços e outros, atendidas as normas da legislação federal aplicável;

XXVI - Organizar e manter os serviços de fiscalização necessários ao exercício do seu poder de polícia administrativa;

XXVII - Fiscalizar nos locais de venda, peso, medidas e condições sanitárias dos gêneros alimentícios observada à legislação federal pertinente;

XXVIII - Dispor sobre o depósito e venda de animais e mercadorias apreendidos em decorrência de transgressão da legislação municipal;

XXIX - Dispor sobre registro, guarda, vacinação e captura de animais, com a finalidade precípua de controlar e erradicar moléstias que possam ser portadores e transmissores;

XXX - Disciplinar os serviços de carga e descarga, bem como fixar a tonelagem máxima permitida a veículos que circulem em vias públicas municipais, inclusive nas vicinais, cuja conservação seja de sua competência;

XXXI - Sinalizar as vias urbanas e as estradas municipais, bem, como regulamentar e fiscalizar sua utilização;

XXXII - Regulamentar a utilização dos logradouros públicos e, especialmente no perímetro urbano, determinar o itinerário e os pontos de parada obrigatória de veículos de transporte coletivo;

XXXIII - Fixar e sinalizar as zonas de silêncio e de trânsito e tráfego em condições especiais;

XXXIV - Regular as condições de utilização dos bens públicos de uso comum;

XXXV - Regular, executar, licenciar, fiscalizar, conceder, persistir ou autorizar, conforme o caso:

a) O serviço de veículos automotores de aluguel, inclusive o uso de taxímetro; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

a) Os serviços funerários e os cemitérios;

b) Os serviços de mercados, feiras e abatedouros;

c) Os serviços de construção e conservação de estradas, ruas, vias ou caminhos municipais;

d) Os serviços de iluminação pública;

e) A afixação de cartazes e anúncios, bem como a utilização de quaisquer outros meios de publicidade e propaganda, nos locais sujeitos ao poder de polícia municipal.

XXXVI - Fiscalizar os quintais e terrenos baldios, notificando os proprietários e mantê-los asseados, murados e com as calçadas correspondentes as suas testadas devidamente construídas, sob pena de execução direta pela Administração e, sem prejuízo de sanções, cobrança do custo respectivo ao proprietário;

XXXVII - Tombar e proteger bens, documentos, obras e locais de valor histórico ou artístico e as paisagens naturais, bem como cultivar a tradição de festas populares;

XXXVIII - Dispor sobre áreas verdes e reservas ecológicas do Município;

XXXIX - criar e manter estabelecimentos de ensino, nos limites de sua competência; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

XL - Amparar a maternidade, a infância, os idosos, os deficientes e os adultos, coordenando e orientando os serviços sociais do âmbito do Município;

XLI - Proteger a juventude contra a exploração e fatores que possam conduzi-la ao abandono físico, moral e intelectual, promovendo os meios de assistência em todos os níveis, aos menores abandonados;

XLII - Promover medidas necessárias para restringir a mortalidade infantil e para higiene social que impeçam a propagação de doenças transmissíveis;

XLIII - Fixar os locais de estacionamento público de táxis e demais veículos;

XLIV - Estabelecer servidões administrativas necessárias à realização de seus serviços, inclusive a dos seus concessionários;

XLV - Adquirir bens, inclusive por meio de desapropriação;

XLVI - Assegurar a expedição de certidões, quando requeridas às repartições municipais, para defesa de direitos e esclarecimentos de situações;

§1°. As competências previstas neste artigo não esgotam o exercício privativo de outras, na forma da lei, desde que atendam ao peculiar interesse do Município de Mossoró e ao bem - estar da sua população e não conflitem, com a competência federal estadual.

§2°. (Revogado pela Emenda *à Lei Orgânica* 04/2016)

§ 3°. A lei que dispuser sobre a guarda municipal, estabelecerá sua organização e competência.

§4°. A política de desenvolvimento urbano, com o objetivo de ordenar as funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes, deve ser consubstanciada em Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, nos termos do art. 182, §1°, da Constituição Federal.

SEÇÃO II

Da Competência Comum

Art. 15. É de competência comum do Município de Mossoró, da União e do Estado do Rio Grande do Norte, na forma prevista em lei complementar federal:

I - Zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II - Cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas com deficiência;

III - Proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV - Impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

V - Proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

VI - Proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII - Preservar as florestas, a fauna e a flora;

VIII - Fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

IX - Promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

X - Combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavoráveis;

XI - Registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais no território do Município de Mossoró;

XII - Estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito;

XIII - Estabelecer política de educação para controle e combate à obesidade; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

XIV - Criar e manter serviço de proteção ao incêndio. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

CAPÍTULO IV

Das Vedações

Art. 16. Além de outros casos previstos nesta Lei Orgânica, ao Município de Mossoró é vedado:

I - Estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhe o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;

II - Recusar fé aos documentos públicos;

III - Criar distinções arbitrárias entre brasileiros ou preferências entre si; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

IV - Subvencionar ou auxiliar de qualquer forma, com recursos públicos, quer pela imprensa, rádio, televisão, internet, serviço de alto-falante, cartazes, anúncios ou outro meio de comunicação, propaganda político-partidária ou a que se destinar às campanhas ou objetivos estranhos à administração e ao interesse público; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

V - Denominar nomes de pessoas vivas a vias e logradouros ou bens públicos. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

CAPÍTULO V

Da Administração Pública

SEÇÃO I

Disposições Gerais

Art.17. A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos poderes do Município de Mossoró, obedece aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e também ao seguinte:

I - Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros, assim como aos estrangeiros, que preencham os requisitos estabelecidos em lei; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

II - A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarada em lei de livre nomeação exoneração;

III - O prazo de validade de concurso público é de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV - Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos deve ser convocado, com prioridade sobre novos concursados, para assumir o cargo ou emprego, na carreira;

V - Os cargos em comissão e as funções de confiança devem ser exercidos, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargo de carreira técnica ou profissional, nos casos e condições previstas em lei;

VI - É garantido ao servidor público o direito a livre associação sindical;

VII - O direito de greve será exercido, nos termos e nos limites definidos em Lei Complementar Federal;

VIII - A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas com deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

IX - A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

X - A revisão geral da remuneração dos servidores públicos far-se-á sempre na mesma data;

XI - A lei fixará o limite máximo entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, observados, como limite máximo, os valores percebidos como subsídio, em espécie, pelo Prefeito; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

XII - Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

XIII - É vedada a vinculação ou equiparação de vencimentos, para efeito de remuneração de pessoal do serviço público, ressalvado o disposto no inciso anterior e no §1°, do art. 19 desta Lei Orgânica;

XIV - Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento;

XV - Os vencimentos dos servidores públicos são irredutíveis e a remuneração observará o que dispõem os incisos XI e XII deste artigo, bem como os arts. 150, II, 153, III, §2°, I, da Constituição Federal;

XVI - É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários:

a) A de dois cargos de professor;

b) A de um cargo de professor e outro de técnico ou científico;

c) De dois privativos de profissionais da saúde, com profissões regulamentadas. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

XVII - A proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, empresas públicas, sociedade de economia mista e fundações mantidas pelo Poder Público;

XVIII - A administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;

XIX - Somente por lei específica poderão ser criadas as autarquias e autorizadas à instituição de empresa pública, sociedade de economia mista, ou fundação pública, cabendo Lei Complementar neste último caso definir suas áreas de atuação; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

XX - Depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer desta em empresas privadas;

XXI - Ressalvados os casos específicos na legislação, as obras, os serviços, compras e alienações serão contratadas mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusula que estabeleça obrigações e pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, exigindo-se a qualificação técnica e econômica indispensável à garantia do cumprimento das obrigações;

XXII - A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos;

XXIII - A não observância do disposto nos incisos II e III desse artigo implicará a nulidade do ato e punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

§1°. As reclamações relativas à prestação de serviços públicos serão disciplinadas em lei; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§2°. Os atos de improbidade administrativa importarão em suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e graduação prevista em lei, sem prejuízo da ação penal cabível. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§3°. A lei federal estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízo ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§4°. As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

SEÇÃO II

Dos Servidores Públicos

Art. 18. O Município instituirá regime jurídico único e planos de cargos, carreira e remuneração para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§1°. A lei assegurará, aos servidores da administração direta, autárquica e fundacional, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo e Legislativo, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§2°. Aplica-se a esses servidores o disposto no art. 7°, IV, VI, VII, VIII, IX, XII, XIII. XV, XVI, XVII. XVIII. XIX, XX, XXII, XXIII e XXX da Constituição Federal.

Art. 19. O Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição dos órgãos integrantes dos poderes Legislativo e Executivo do Município e dos servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica N° 11/2022).*

§1°. Os benefícios previdenciários a cargo do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS municipal se restringem a aposentadorias e pensão por morte.

§2°. O servidor público abrangido pelo Regime Próprio de Previdência Social - RPPS municipal será aposentado:

I - por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, quando insuscetível de readaptação, hipótese em que será obrigatória a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria, na forma de Lei Complementar Municipal;

II - compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma da Lei Complementar Federal n° 152, de dezembro de 2015;

III – aos 60 (sessenta) anos de idade, se mulher, e aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em lei complementar municipal.

§3° Os proventos de aposentadoria não poderão ser inferiores ao valor mínimo a que se refere o § 2° do art. 201 ou superiores ao limite máximo estabelecido para o Regime Geral de Previdência Social, observado o disposto nos §§ 14 a 16, do artigo 40 da Constituição Federal.

§4°. As modalidades de aposentadorias, os requisitos e critérios de concessão, as regras para cálculo de proventos de aposentadoria e pensão por morte e demais disciplinas que se fizerem necessárias serão carreadas em lei complementar municipal.

§5°. As rubricas remuneratórias denominadas como salário-família, salário-maternidade, auxílio-doença, benefício por incapacidade temporária e auxílio-reclusão ficam excluídos do rol de benefícios previdenciários do RPPS de Mossoró e serão pagas, quando devidas, nos termos desta Lei Orgânica e dos demais dispositivos da legislação aplicável, diretamente pelo Ente Federativo e não correrão à conta do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, sendo de inteira e exclusiva responsabilidade, tanto financeira, quanto orçamentária, do Município de Mossoró.

§6°. O servidor titular de cargo efetivo que tenha completado as exigências para a aposentadoria voluntária estabelecidas neste artigo e que opte, mediante efetiva verificação da implementação dos requisitos para aposentação espontânea, por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária, até completar a idade para aposentadoria compulsória.

§7°. As idades mínimas do servidor exercente do cargo de magistério serão de 58 (cinquenta e oito) anos, se mulher, 63 (sessenta e três) anos de idade, se homem, devendo ser observada a aplicação do redutor constitucional de 5 (cinco) anos, para aqueles que comprovem 25 (vinte e cinco) anos de exclusivo e efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

Art. 19-A. O Regime Próprio de Previdência Social - RPPS do Município de Mossoró fica alterado, e nos termos do inciso II, do art. 36, da Emenda Constitucional n° 103, de 2019, ficando referendadas: *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica n° 11/2022)*

I - pelas alterações promovidas pelo art. 1° da Emenda Constitucional n° 103, de 2019, e art. 149 da Constituição Federal; e

II - pelas revogações previstas na alínea “a”, do inciso I, e nos incisos III e IV, do art. 35 da Emenda Constitucional n° 103, de 2019.

Art. 20. A estabilidade do servidor público municipal, nomeado em virtude de concurso público, dar-se-á nos termos do que determina a Constituição Federal.

Parágrafo único. O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado, mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa ou procedimento de avaliação periódica de desempenho. *(Redação dada pela à Lei Orgânica Emenda 04/2016)*

Art. 21. O plano de cargos e carreiras do servidor público municipal será elaborado de forma assegurar aos servidores municipais remuneração compatível com o mercado de trabalho para a função respectiva,

oportunidade de progressão e ascensão funcional de acordo com a respectiva carreira. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§ 1° - O Município proporcionará aos servidores oportunidade de crescimento profissional através de programas de formação de mão de obra, aperfeiçoamento e reciclagem, em caráter permanente. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§ 2°. *(Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 22. Ao servidor público municipal em exercício do mandato eletivo, aplicam-se as disposições do art. 38 da Constituição Federal.

Art. 23. São direitos do servidor público, entre outros:

I - Décimo terceiro salário com base na remuneração integral; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

II - Remuneração do trabalho noturno superior ao diurno; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

III - Remuneração-família para os seus dependentes; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

IV - Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultado a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

V - Jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

VI - Repouso semanal remunerado; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

VII - Remuneração de serviços extraordinários superior, no mínimo, em cinquenta por cento a do normal; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

VIII - Gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais, da remuneração normal; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

IX - Licença à gestante sem prejuízo do emprego e da remuneração, com duração de cento e oitenta dias; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

X - Participação do servidor público na gerência de fundos e entidades para os quais contribuem, a ser regulamentada por lei; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

XI - Direito a reunião em locais de trabalho, desde que não exista comprometimento de atividades funcionais regulares; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

XII - Liberdade de filiação político-partidária; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

XIII - Licença especial de três meses, após a implementação de cada cinco anos de efetivo exercício; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

XIV - Proteção de remuneração na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

XV - Licença-paternidade, nos termos fixados em lei; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

XVI - Adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei. *(Redação dada pela Emenda 04/2016)*

Parágrafo Único. Lei específica disporá sobre jornadas diferenciadas por categoria, observando o estabelecido na Constituição Federal. *(Redação dada pela Emenda 04/2016)*

Art. 24. O servidor público do Município, quando investido na função de direção máxima de entidade representativa de classe ou conselheiro de entidade de fiscalização do exercício das profissões liberais, não poderá ser impedido de exercer suas funções nessa entidade, nem sofrerá prejuízos em suas remunerações e demais vantagens na sua instituição de origem.

Art. 25. As empresas, fundações, autarquias e sociedade de economia mista, que integram a organização municipal, terão conselho representativo constituído por servidores das respectivas entidades e por esses escolhidos em votação direta e aberta/secreta.

Art. 26. Será assegurada a participação dos servidores na elaboração e instituição do seu regime jurídico, plano de cargos e remuneração e no Estatuto do Magistério Municipal.

Art. 27. A lei assegurará aos servidores da administração pública direta, das autarquias fundações e empresas de economia mistas, controlada acionariamente pelo Município, o vale transporte obedecendo ao disposto na legislação federal.

TÍTULO III

Da Organização Dos Poderes

CAPÍTULO I

Do Poder Legislativo

SEÇÃO I

Da Câmara Municipal

Art. 28. O Poder Legislativo de Mossoró é exercido pela Câmara Municipal, composta por 23 vereadores *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 10/2020).*

Parágrafo Único - Cada legislatura tem a duração de quatro anos, correspondendo cada ano a uma sessão legislativa.

Art. 29. A Câmara Municipal de Mossoró compõe-se de vereadores eleitos pelo sistema proporcional, como representantes do povo, com mandato de quatro anos.

§1°-São condições de elegibilidade para o exercício do mandato de vereador, na forma da lei federal:

I - A nacionalidade brasileira;

II - O pleno exercício dos direitos políticos,

III - O alistamento eleitoral

IV - O domicílio eleitoral na circunscrição.

V - A filiação partidária;

VI - A idade mínima de dezoito anos;

VII - Ser alfabetizado.

§ 2°. Devem ser observados como critérios de elegibilidade os constantes na Lei Complementar Federal. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§ 3°. O número de vereadores será fixado por esta Lei Orgânica, observado o disposto no art. 29, IV da Constituição Federal *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 10/2020)*

Art. 30. A Câmara Municipal de Mossoró reunir-se-á anual e ordinariamente na sede do Município de 01 de fevereiro a 18 de julho e 01 de agosto a 23 de dezembro. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 09/2019)*

§1°. As reuniões inaugurais de cada sessão legislativa, marcadas para as datas que lhes correspondem, previstas no parágrafo anterior, serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente quando coincidirem com sábados, domingos e feriados.

§2°. A convocação da Câmara é feita no período e nos termos estabelecidos no "caput" deste artigo correspondente à sessão legislativa ordinária.

§3°. A convocação extraordinária da Câmara far-se-á:

I- pelo Prefeito, quando este a entender necessária;

II - pelo Presidente da Câmara para o compromisso e a posse do Prefeito e do Vice-Prefeito;

III - pelo Presidente da Câmara ou a requerimento da maioria dos membros desta, em casos de urgência ou interesse público relevante;

IV - pela Comissão Representativa da Câmara, conforme previsto no art. 38, V desta Lei Orgânica;

§4°. Na sessão legislativa extraordinária, a Câmara Municipal de Mossoró somente deliberará sobre a matéria para a qual for convocada.

Art.31. As deliberações da Câmara serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria de seus membros, salvo disposição em contrário prevista na Constituição Federal, nesta Lei Orgânica e no Regimento Interno.

Art. 32. A sessão legislativa ordinária não será interrompida sem a deliberação sobre o projeto de lei orçamentária.

Art. 33. As sessões da Câmara realizar-se-ão em recinto destinado ao seu funcionamento, observado o disposto no art. 38, XII, desta Lei Orgânica. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§ 1° - O horário das sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal é o estabelecido em seu Regimento Interno.

§ 2° - Poderão ser realizadas sessões fora do recinto da Câmara, previstas no seu Regimento Interno. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 34. As sessões serão públicas salvo deliberação em contrário, de dois terços (2/3) dos vereadores, adotada em razão de motivo relevante.

Art. 35. Na Câmara Municipal de Mossoró são 2 (dois) os processos de votação: *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

I – simbólico;

II – nominal por chamada ou por processo eletrônico;

Parágrafo único. O Regimento Interno da Câmara Municipal determinará o procedimento a ser utilizado nos processos de votação previstos nos incisos acima, bem como as matérias atinentes aos mesmos.

SECÃO II

Das Atribuições da Câmara Municipal

Art. 36. Cabe a Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do Município de Mossoró, observando as disposições contidas nos artigos 57 e 58 desta Lei, especialmente sobre: *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

I - tributos municipais, arrecadação e dispêndio de suas rendas;

II - isenção e anistia em matéria tributária bem como remissão de dívidas;

III – plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias, orçamento anual e autorização para abertura de créditos suplementares e especiais;

IV - operações de créditos, auxílios e subvenções;

V – concessão, permissão e autorização de serviços públicos; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

VI - concessão administrativa do uso dos bens municipais;

VII - alienação de bens públicos;

VIII - aquisição de bens imóveis, salvo quando se tratar de doação sem encargo;

IX - organização administrativa municipal, criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, bem como a fixação dos respectivos vencimentos;

X - criação e estruturação de secretarias municipais e demais órgãos da administração pública, bem assim a definição das respectivas atribuições;

XI - aprovação do Plano Diretor e demais Planos e Programas de Governo Municipal;

XII - *(Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

XIII - delimitação do perímetro urbano;

XIV - transferência temporária da sede do governo municipal;

XV - autorização para mudança de denominação de nomes próprios de vias e logradouros públicos; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

XVI - normas urbanísticas, particularmente as relativas a zoneamento e loteamento.

Art. 37. É da competência exclusiva da Câmara Municipal:

I - eleger os membros de sua Mesa Diretora;

II - elaborar o Regimento Interno; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

III - organizar os serviços administrativos internos e prover os cargos respectivos;

IV - propor a criação ou a extinção dos cargos dos serviços administrativos internos e a fixação dos respectivos vencimentos;

V - Conceder licença ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores;

VI - autorizar o Prefeito a ausentar-se do Município, quando a ausência exceda a quinze dias;

VII - exercer a fiscalização contábil, financeira e orçamentária do Município, mediante controle externo e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo;

VIII - tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado, no prazo máximo de sessenta dias do seu recebimento observados os seguintes preceitos:

a) o parecer do tribunal somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços (2/3) dos membros da Câmara;

b) é vedado o julgamento ficto;

c) no decurso do prazo previsto neste inciso as contas do Prefeito ficarão à disposição de qualquer contribuinte do Município de Mossoró para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade, nos termos da lei;

d) rejeitadas as contas e publicado o resultado do julgamento através de Decreto Legislativo no Diário Oficial do Município ou veículo de publicidade equivalente, serão elas imediatamente remetidas ao Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público e Procuradoria Regional Eleitoral para os fins de direito.

IX – decretar a perda do mandato do Prefeito, de Vice-Prefeito e dos Vereadores, nos casos indicados na Constituição Federal, nesta Lei Orgânica, na legislação municipal, estadual e federal, aplicável;

X - autorizar a realização de empréstimo ou de crédito interno ou externo de qualquer natureza, de interesse do Município de Mossoró;

XI - proceder à tomada de contas do Prefeito através de Comissão especial, quando não apresentadas à Câmara, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa;

XII - *(Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

XIII - estabelecer e mudar temporariamente o local de suas reuniões;

XIV - convocar o Prefeito, secretários do Município ou autoridade equivalente para prestar esclarecimentos aprazando dia e hora para o comparecimento, importando a ausência sem justificação adequada em crime de responsabilidade, punível na forma da legislação federal;

XV – encaminhar pedidos escritos de informação a secretário do Município ou autoridade equivalente, para atendimento no prazo de trinta dias, podendo representar os interessados por desvios e prestação de informações falsas;

XVI - ouvir secretários do Município ou autoridades equivalentes, quando, por sua iniciativa e mediante entendimentos prévios como a Mesa, comparecerem à Câmara Municipal para expor assunto de relevância da Secretaria ou do órgão da administração de que forem titulares;

XVII - deliberar sobre o atendimento e a suspensão de suas reuniões

XVIII- criar comissão parlamentar de inquérito para apurar fato determinado e por prazo certo, mediante requerimento de um terço de seus membros;

XIX - conceder título de cidadão honorário ou conferir homenagem a pessoas que, reconhecidamente, tenham prestado relevantes serviços ao Município ou neles tenham se destacado pela atuação exemplar na vida pública e particular, mediante aprovação da maioria dos membros da Câmara; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

XX - solicitar a intervenção do Estado no Município; observado o disposto no art. 35 da Constituição Federal, por decisão de dois terços (2/3) dos membros da Câmara;

XXI - julgar o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores, nos casos previstos em lei;

XXII - fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração Indireta;

XXIII – Fixar o subsídio dos Vereadores mediante projeto de lei de iniciativa privativa até 60 (sessenta) dias antes da data das eleições para a nova legislatura, obedecendo ao respectivo regime jurídico; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

XXXIV - Fixar, observado o que dispõe o art. 17, XI desta Lei Orgânica, e os arts. 150, II, 153, III e 153, § 2°, I, da Constituição Federal, em cada legislatura para a subsequente, a remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e secretários municipais ou autoridades equivalentes; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Parágrafo único. A apreciação e votação do parecer do Tribunal e Contas pela Câmara Municipal serão precedidas da devida notificação do responsável pelas contas, para a apresentação de manifestação escrita na forma e prazo estabelecidos pelo Regimento Interno. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art.38. Ao término de cada sessão legislativa a Câmara elegerá, dentre os seus membros, uma Comissão Representativa, cuja composição reproduzirá, a proporcionalidade da representação partidária ou dos blocos parlamentares na Casa, que funcionará nos interregnos das sessões legislativas ordinárias, com as seguintes atribuições: *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

I - reunir-se ordinariamente uma Vez por semana e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo presidente;

II- zelar pelas prerrogativas do Poder Legislativo;

III -zelar pela observância da Lei Orgânica e dos direitos e garantias individuais;

IV- autorizar o Prefeito a se ausentar do Município por mais de quinze dias observado o disposto no inciso VI do art. 37;

V- convocar extraordinariamente a Câmara em caso de urgência ou interesse público relevante.

§ 1°- A Comissão Representativa é constituída por número ímpar de Vereadores

§ 2° - A comissão Representativa deve apresentar relatório dos trabalhos por ela realizados quando do reinicio do período de funcionamento ordinário da Câmara.

SEÇÃO III

Dos Vereadores

Art. 39. Os Vereadores são invioláveis, no exercício do mandato e na circunscrição do Município, por suas opiniões, palavras e votos.

§ 1°. *(Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 01/2012)*

§ 2°. *(Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 01/2012)*

§ 3°. *(Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 01/2012)*

§4°. Os Vereadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

§ 5°. Os vereadores farão jus ao décimo terceiro salário e ao terço constitucional de férias. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 08/2019).*

Art. 40. É vedado ao Vereador:

I - desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com o Município, com suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista ou com suas empresas concessionárias de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar cargo, emprego ou função, no âmbito da Administração Pública Direta ou Indireta municipal, salvo mediante aprovação em concurso público e observado o disposto no art. 22 desta Lei Orgânica.

II- desde a posse:

a) ocupar cargo, função ou emprego, na Administração Pública Direta ou Indireta do Município, de que seja exonerável *ad-nutun*, salvo o cargo de secretário do Município ou equivalente;

b) exercer outro cargo eletivo federal, estadual ou municipal;

c) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público do Município de Mossoró, ou nele exercer função remunerada;

d) patrocinar causa junto ao Município de Mossoró em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere alínea 'a' do inciso I deste artigo.

Art. 41. Perderá o mandato o Vereador:

I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório às instituições vigentes;

III - *(Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

IV - que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara Municipal, salvo doença comprovada, licença ou missão autorizada pela edilidade; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

V - que fixar domicílio eleitoral em outro Município;

VI - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

VII - quando o decretar a Justiça Eleitoral nos casos previstos na Constituição Federal;

VIII - que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

IX - *(Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§1°. Além de outros casos definidos no Regimento Interno da Câmara Municipal de Mossoró, considerar-se-á incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas ao Vereador ou a percepção de vantagens ilícitas ou imorais. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§2°. Nos casos dos incisos I, II e VIII, a perda do mandato será declarada pela maioria absoluta, mediante convocação da Mesa ou de qualquer Partido Político, com representação na Câmara Municipal da Mossoró, assegurado o amplo direito de defesa. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§ 3° - Nos casos previstos nos incisos IV, V e VII, a perda será declarada pela Mesa da Casa, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros, ou de partido político representado na Câmara Municipal, assegurada ampla defesa; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§ 4° A renúncia de vereador submetido a processo que vise ou possa levar à perda do mandato, nos termos deste artigo, terá seus efeitos suspensos até as deliberações finais de que tratam os § 2° e § 3°. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 42. O Vereador poderá licenciar-se:

I - por motivo de doença;

II - *(Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

III - *(Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§ 1°. Não perderá o mandato, considerando-se automaticamente licenciado, o Vereador investido no cargo de secretário do Município ou em cargo equivalente ou assemelhado da Administração Pública Direta ou Indireta do Município, conforme previsto no art. 40, inciso II, alínea “a”, desta Lei Orgânica;

§ 2°- *(Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§3° - *(Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§ 4°- A licença para tratar de interesse particular não será inferior a 30 (trinta) dias e o Vereador não poderá reassumir o exercício do mandato antes do término da licença.

§5°- Independentemente de requerimento, considerar-se-á como licença o não comparecimento às reuniões da Câmara, o Vereador privado, temporariamente, de sua liberdade, em virtude de processo criminal em curso.

§6°- Na hipótese do §1° o Vereador poderá optar pela remuneração do mandato.

Art. 43. Dar-se-á a convocação do Suplente de Vereador nos casos de vaga ou de licença.

§1°. O suplente convocado deverá tomar posse no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da convocação, salvo justo motivo aceito pela Câmara, quando o prazo será prorrogado por igual período.

§ 2°. Ocorrendo vaga e não havendo suplente, o Presidente da Câmara comunicará o fato, dentro de 48 horas, à Justiça Eleitoral. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§ 3°. Enquanto a vaga a que se refere o parágrafo anterior não for preenchida, calcular-se-á o quórum em função dos Vereadores remanescentes.

SEÇÃO IV

Da Instalação e Funcionamento da Câmara

Art. 44. A Câmara reunir-se-á em sessão solene, no dia 1° de Janeiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§1°. A posse ocorrerá em sessão solene, sob a Presidência do Vereador mais idoso dentre os presentes, caso esta condição seja comum a mais de um Vereador, presidirá o mais votado dentre eles.

§2°. O Vereador que não tomar posse na sessão prevista no parágrafo anterior deverá fazê-lo dentro do prazo de quinze dias do início do funcionamento ordinário da Câmara, sob pena de impossibilitar a sua posse cassação, salvo motivo justo, aceito pela maioria absoluta dos membros da Câmara. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§3°. Imediatamente após a posse, os Vereadores reunir-se-ão sob a Presidência do escolhido com base no §1° deste artigo, e havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa, que serão automaticamente empossados.

§4°. Inexistindo número legal, o Vereador indicado para Presidente, com base no §1° deste artigo, permanecerá na presidência e convocará sessões diárias, até que seja eleita a Mesa.

§5°. A eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Mossoró, para o segundo biênio, far-se-á a qualquer tempo, desde que convocada pela Mesa Diretora ou por 2/3 (dois terços) dos Vereadores *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 06/2017).*

§6°. A reunião marcada para a data estabelecida no parágrafo anterior será transferida para o 1° dia útil subsequente quando recair em sábado, ou domingo.

§7°. *(Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art.45. O mandato da Mesa Diretora da Câmara será de 2 (dois) anos, permitida a reeleição *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 06/2017).*

Rua Idalino de Oliveira, S/N / Centro – CEP: 59600-135 – Mossoró/Rio Grande do Norte
Fone: (84) 3316-2600 / Fax: (84) 3316-4517 – CNPJ: 08.208.597/0001-76

Art. 46. A Mesa da Câmara se compõe do Presidente, do Primeiro Vice-Presidente, do Segundo Vice-Presidente, do Primeiro Secretário, do Segundo Secretário, do Terceiro Secretário e do Quarto Secretário, os quais se substituirão nessa ordem.

§1°. Na constituição da Mesa é assegurada, tanto quanto possível, representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da Casa.

§2°. Na ausência dos membros da Mesa, o Vereador mais idoso, e em caso de empate, o mais votado dentre eles, assumirá a Presidência.

§3°. Qualquer componente da Mesa poderá ser destituído da mesma, pelo voto de dois terços (2/3) dos membros da Câmara, quando faltoso, omisso ou ineficiente no desempenho de suas atribuições regimentais, elegendo-se outro Vereador para a complementação do mandato.

Art. 47. A Câmara terá comissões permanentes e especiais, constituídas e com atribuições previstas nesta Lei e no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§1°- Às comissões permanentes em razão da matéria de sua competência, cabem:

I - discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do Regimento Interno, a competência do Plenário, salvo se houver recurso de um terço (1/3) dos membros da Casa;

II – realizar audiências públicas com caridades da sociedade civil;

III - convocar os secretários municipais ou Diretores equivalentes, para prestarem informações sobre assuntos inerentes ás suas atribuições;

IV - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

V - solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VI - exercer, no âmbito de sua competência, a fiscalização dos atos do Executivo e da Administração Indireta.

§ 2° - As comissões especiais, criadas por deliberação do Plenário, serão destinadas ao estudo de assuntos específicos.

§ 3° - Na formação das comissões assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos ou dos blocos parlamentares que participem da Câmara.

§ 4°- As comissões parlamentares de inquérito que terão poderes previstos no Regimento Interno da Casa, serão criadas pela Câmara Municipal, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, independentemente de deliberação posterior, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhado ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 48. A Maioria, a Minoria, as Representações Partidárias, mesmo com apenas um membro, e os blocos parlamentares terão Líder e Vice-Líder, quando for o caso.

Art. 49. Além de outras atribuições previstas no Regimento Interno, os Líderes indicarão os representantes partidários nas comissões, conforme art. 47, §3° desta Lei. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Parágrafo Único. Ausente ou impedido o Líder, suas atribuições serão exercidas pelo Vice-Líder.

Art. 50. A Câmara Municipal, observado o disposto nesta Lei Orgânica, compete elaborar seu regimento Interno, dispondo sobre sua organização política e provimento de cargos de seus serviços e especialmente sobre:

I - sua instalação e funcionamento;

II- posse de seus membros;

III - eleição da Mesa, sua composição e suas atribuições.

IV - periodicidade das reuniões;

V - Comissões;

VI - sessões;

VII - deliberações;

VIII - todo e qualquer assunto de sua administração interna.

Art. 51. À Mesa, dentre outras atribuições, compete:

I - tomar todas as medidas necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos;

II - propor projetos que criem ou extingam cargos nos serviços da Câmara e fixem os respectivos vencimentos;

III - apresentar projetos de lei dispondo sobre abertura de créditos suplementares ou especiais, através do aproveitamento total ou parcial das consignações orçamentárias da Câmara;

IV - promulgar a Lei Orgânica e suas emendas;

V - representar, junto ao Executivo, sobre necessidades de economia interna;

VI - contratar, na forma da lei, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Art. 52. Compete ao Presidente da Câmara:

I - exercer, em substituição a chefia do Executivo Municipal nos casos previstos em lei.

II – representar a Câmara em juízo e fora dele:

III – dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara;

IV - interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;

V - promulgar as resoluções e os decretos legislativos;

VI - promulgar as leis com sanção tácita ou cujo veto tenha sido rejeitado pelo plenário, desde que não aceita esta decisão, em tempo hábil pelo chefe do Executivo Municipal;

VII - fazer publicar os atos da Mesa, as resoluções, decretos legislativos e as leis que vier a promulgar;

VIII - apresentar ao Plenário até o dia 20 de cada mês, o balancete relativo aos recursos recebidos e às despesas realizadas no mês anterior;

IX - requisitar o duodécimo destinado às despesas da Câmara;

X - autorizar as despesas da Câmara;

XI - representar, por decisão da Câmara, sobre a inconstitucionalidade de lei ou ato municipal;

XII - solicitar, por decisão de dois terços (2/3) da Câmara, a intervenção no Município nos casos admitidos pela Constituição Federal e pela Constituição Estadual;

XIII - prestar informações requeridas por certidões para esclarecimentos de situações;

XIV - encaminhar, para parecer prévio, a prestação de contas do Município ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte ou órgão a que for atribuída tal competência;

XV - requisitar força policial quando necessárias à preservação da regularidade e funcionamento da Câmara; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

XVI - empossar o Prefeito e o Vice-Prefeito após a investidura dos mesmos nos respectivos cargos perante o Plenário;

XVII - empossar os Vereadores que, por motivo justificado, não tomaram posse com os demais, nos termos desta Lei; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

XVIII - declarar extintos os mandatos do Prefeito, do Vice-Prefeito e de Vereadores, nos casos previstos em Lei, em face de deliberação do Plenário, expedindo Decreto Legislativo de cassação dos respectivos mandatos. *(Redação dada pela Emenda 04/2016)*

SEÇÃO V

Do Processo Legislativo

Art. 53. O processo legislativo municipal compreende a elaboração de:

I - emendas à Lei Orgânica Municipal;

II - leis complementares;

III - leis ordinárias;

IV - leis delegadas;

V - medidas provisórias;

VI - decretos legislativos; e

VII - resoluções.

Art.54. A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal;

II - do Prefeito Municipal;

III - de iniciativa popular;

§1°. A proposta será votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.

§ 2°. A emenda à Lei Orgânica Municipal será promulgada pela Mesa da Câmara com o respectivo número de ordem.

§ 3°. A Lei Orgânica não poderá ser emendada na vigência de estado de sítio ou de intervenção no Município.

Art.55. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer Vereador, Comissão Permanente da Câmara ao Prefeito e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Parágrafo único: A iniciativa popular poderá ser exercida pela apresentação à Câmara Municipal de proposição legislativa subscrita por no mínimo cinco por cento do eleitorado municipal. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 56. As leis complementares somente serão aprovadas se obtiverem maioria absoluta dos votos dos membros da Câmara Municipal, observados os demais termos de votação das leis ordinárias.

Parágrafo Único - Serão leis complementares dentre outras previstas nesta Lei Orgânica:

I - Código Tributário do Município;

II - Código de Obras;

III - Código de Posturas;

IV - Lei instituidora do regime jurídico único dos servidores municipais,

V- Código urbanístico;

VI - Código de zoneamento;

VII - Lei Orgânica instituidora da guarda municipal;

VIII - Lei de criação de cargos, funções ou empregos públicos;

IX - Lei que institua o Plano Diretor do Município;

X - Código de parcelamento do solo.

Art. 57. São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre:

I - criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos na Administração Direta e Autárquica e sua remuneração; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

II - servidores públicos do Poder Executivo, da Administração Indireta e autárquicas, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadorias;

III - criação, estruturação e atribuições das Secretarias, Departamentos ou Diretorias equivalentes e órgãos de Administração Pública;

IV - matéria orçamentária, e a que autorize a abertura de créditos ou conceda auxílios e subvenções;

Parágrafo Único - Não será admitido aumento da despesa prevista nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal, ressalvado o disposto no inciso IV, primeira parte, deste artigo.

Art. 58. É da competência exclusiva da Mesa da Câmara a iniciativa das proposições legislativa que disponham sobre: *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

I - autorização para abertura de créditos suplementares ou especiais, através do aproveitamento total ou parcial das consignações orçamentárias da Câmara; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

II - organização dos serviços administrativos da Câmara, criação, transformação ou extinção de seus cargos, empregos e funções e fixação da respectiva remuneração.

Parágrafo único - Nos projetos de competência exclusiva da Mesa da Câmara não serão admitidas emendas que aumentem a despesa prevista, ressaltando o disposto na parte final do inciso II deste artigo, se assinada pela metade dos Vereadores. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 59. O Prefeito poderá solicitar urgência para apreciação de Projetos de sua iniciativa.

§ 1°- Solicitada a urgência, a Câmara deverá se manifestar em até trinta dias sobre a proposição, contados da data em, que for feita a solicitação.

§ 2° - Esgotado o prazo previsto no parágrafo anterior sem deliberação pela Câmara, será a proposição incluída na Ordem do Dia, sobrestando-se ás demais proposições, para que se ultime a votação, exceto Medida Provisória, Vetos e Leis Orçamentárias.

§3° - O prazo do § 1° não corre no período de recesso da Câmara, nem se aplica aos projetos de códigos. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 60. Aprovado o projeto de lei será este enviado ao Prefeito no prazo de dez dias úteis que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1°. O Prefeito, considerando o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, comunicando dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas ao Presidente da Câmara Municipal os motivos do veto. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§ 2°. Decorrido o prazo do parágrafo anterior, o silêncio do Prefeito importará sanção.

§3°. O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§4°. A apreciação do veto, pelo plenário da Câmara, será feita dentro de trinta dias úteis a contar do seu recebimento, em uma só discussão e votação, com parecer escrito ou sem ele, considerando-se rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§5°. Rejeitado o veto, será o projeto enviado ao Prefeito em quarenta e oito horas para promulgação.

§6°. Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 4°, o veto será colocado na Ordem do Dia da sessão imediata, sobrestados as demais proposições, até a sua votação final, ressalvadas as matérias de que trata o art. 59 dessa Lei Orgânica.

§7°. A não promulgação da lei no prazo de quarenta e oito horas pelo Prefeito nos casos dos §§ 2° e 5°, autoriza o Presidente da Câmara a fazê-lo em igual prazo e, no caso deste, não promulgá-la, caberá ao Vice-Presidente obrigatoriamente fazê-lo.

Art. 61. As leis delegadas serão elaboradas pelo Prefeito, que deverá solicitar a delegação à Câmara Municipal.

§1°. Os atos de competência privativa da Câmara, a matéria reservada à lei complementar, os planos plurianuais e orçamentos não serão objeto de delegação.

§2°. A delegação ao Prefeito será efetuada sob a forma de decreto legislativo, que especificará o seu conteúdo e os termos de seu exercício.

§3°. O decreto legislativo poderá determinar a apreciação do projeto pela Câmara, que fará em votação única, vedada a apresentação de emenda.

Art. 62. O Prefeito Municipal, em caso de calamidade pública, poderá adotar a medida provisória, com força de lei, para a abertura de crédito extraordinário, devendo submetê-lo de imediato à Câmara Municipal, que estando em recesso, será convocada extraordinariamente para se reunir no prazo de cinco dias.

Parágrafo único. A medida provisória perderá a eficácia desde a edição, se não for convertida em lei no prazo de trinta dias, a partir de sua publicação, devendo a Câmara Municipal disciplinar as relações jurídicas dela decorrentes. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 63. Os projetos de resolução disporão sobre matérias de interesse interno da Câmara e os projetos e decreto legislativo sobre os demais casos de sua competência privativa.

Parágrafo Único. Nos casos de projeto de resolução e de projeto de decreto legislativo, considerar-se-á concluída a deliberação com a votação final a elaboração da norma jurídica, que será promulgada pelo Presidente da Câmara.

Art. 64. A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá ser objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.

SEÇÃO VI

Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária

Art. 65. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município de Mossoró, será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Executivo, instituídos em lei.

§ 1°. O controle externo da Câmara será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado ou órgão estadual a que for atribuído essa competência, e compreenderá a apreciação das Contas do Prefeito e da Mesa da Câmara, o acompanhamento das atividades financeiras e orçamentárias bem como o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

§2°. As contas do Prefeito e da Câmara Municipal, prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara, dentro de sessenta dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas ou órgão estadual a que for atribuída essa competência, vedado o julgamento ficto, ou seja, o parecer deverá ser necessariamente deliberado pelo Poder Legislativo, único com atribuição e competência para julgar aludidas contas.

§3°. Somente por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal deixará de prevalecer o parecer emitido pelo Tribunal de Contas do Estado ou órgão estadual incumbido dessa missão.

§4°. As contas do Município ficarão, no decurso do prazo previsto no §2° deste artigo, à disposição de qualquer contribuinte para exame e apreciação, o qual poderá questionar- lhes a legalidade, nos termos da lei.

§5°. As contas relativas à aplicação dos recursos transferidos pela União e Estado serão prestadas na forma da legislação federal e estadual em vigor, podendo o Município suplementá-las sem prejuízo de sua inclusão na prestação anual de contas.

Art. 66. O Executivo manterá sistema de controle interno, a fim de: *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

I- criar condições indispensáveis para assegurar eficácia ao controle externo e regularidade à realização da receita e despesa;

II - acompanhar as execuções de programas de trabalho e do orçamento;

III- avaliar os resultados alcançados pelos administradores;

IV - verificar a execução dos contratos.

CAPÍTULO II

Do Poder Executivo

SEÇÃO I

Do Prefeito e do Vice-Prefeito

Art. 67. O Poder Executivo Municipal é exercido pelo Prefeito, auxiliado pelos Secretários Municipais ou Diretores com atribuições equivalentes ou assemelhadas.

Parágrafo Único - Aplicar-se a elegibilidade para Prefeito e Vice-Prefeito o disposto no § 1° do art. 29 desta Lei Orgânica, no que couber, e a idade mínima de vinte e um anos.

Art. 68. A eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito realizar-se-á simultaneamente com a de Vereadores, nos termos estabelecido no art. 29, inciso I e II da Constituição Federal. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Parágrafo Único. A eleição do Prefeito importará a do Vice-Prefeito com ele registrado.

Art. 69. No ato da posse e no término do mandato, o Prefeito e o Vice-Prefeito farão declaração pública de seus bens, as quais serão transcritas em livro próprio, resumidas em atas e divulgadas para o conhecimento público.

Art. 70. Ressalvados os pleitos suplementares, o Prefeito e o Vice-Prefeito tomarão posse no dia 1°de janeiro do ano subsequente à eleição, em sessão da Câmara Municipal prestando o compromisso de manter, defender e cumprir a Lei Orgânica, observar as leis da União do Estado e do Município, promover o bem geral dos munícipes e exercer cargo sob a inspiração da democracia, da legitimidade e da legalidade. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Parágrafo Único - Decorridos dez dias da data fixada para a posse, se o Prefeito e/ou o Vice-Prefeito, salvo motivo de força maior, não tiverem assumido os cargos, estes serão declarados vagos.

Art. 71. Substituirá o Prefeito, no caso de impedimento o suceder-lhe-á, no caso de vaga, o Vice-Prefeito.

§ 1°. O Vice-Prefeito não poderá recusar-se a substituir o Prefeito, sob pena de extinção do mandato.

§2°. O Vice-Prefeito, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei, auxiliará o Prefeito sempre que por ele for convocado para missões especiais.

Art. 72. Em caso de impedimento do Prefeito e do Vice- Prefeito, ou vacância do cargo, assumirá a administração municipal o Presidente da Câmara.

Parágrafo Único. A recusa do Presidente da Câmara, por qualquer motivo, a assumir o cargo do Prefeito, importará, automaticamente, em renúncia à sua função de dirigente do Legislativo, ensejando, assim, a eleição de outro membro para ocupar, como Presidente da Câmara, a chefia do Poder Executivo.

Art. 73. Verificando-se a vacância do cargo de Prefeito e inexistindo Vice- Prefeito, observar-se-á o seguinte:

I - Ocorrendo a vacância nos dois primeiros anos de mandato, dar-se-á eleição até noventa dias após a sua abertura, cabendo aos eleitos completar o período de seus anteriores. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

II - Ocorrendo a vacância nos dois últimos anos de mandato, assumirá o Presidente da Câmara, que completará o período. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art.74. O mandato de Prefeito é estipulado nos termos do que determina a Constituição Federal, tendo início em 1° de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição.

Art. 75. O Prefeito e o Vice-Prefeito, quando no exercício dos respectivos cargos, não poderão, sem licença da Câmara Municipal, ausentar-se do Município por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo ou de mandato.

Parágrafo Único. O Prefeito regularmente licenciado terá direito a receber a remuneração, quando:

I - Impossibilidade de exercer o cargo, por motivo de doença devidamente comprovada;

II - Em gozo de férias;

III - A serviço ou em missão de representação do Município.

Art. 76. O Prefeito gozará férias anuais de trinta dias, sem prejuízo da remuneração, ficando a seu critério a época para usufruir do descanso.

Art. 77. A remuneração do Prefeito será estipulada na forma do inciso XXIII do art. 37 dessa Lei Orgânica.

SEÇÃO II

Das Atribuições do Prefeito

Art.78. Compete ao Prefeito, entre outras atribuições:

I - Iniciar o processo legislativo, na forma e casos previstos nesta Lei Orgânica;

II - Exercer a direção Superior da Administração Municipal;

III - Representar o Município em juízo e fora dele;

IV - Sancionar, promulgar e fazer publicar as leis aprovadas pela Câmara e expedir os Regulamentos para sua fiel execução; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

V - Vetar, no todo ou em parte, os projetos de lei aprovados pela Câmara;

VI - Editar medidas provisórias na forma desta lei orgânica;

VII - Nomear e exonerar os secretários municipais e os diretores dos órgãos da Administração Pública Direta e Indireta; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

VIII - Decretar, nos termos da lei a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse Social;

IX - Expedir decretos, portarias e outros atos administrativos;

X - Permitir ou autorizar o uso de bens municipais, por terceiros;

XI - Prover os cargos públicos e expedir os demais atos referentes à situação funcional dos servidores;

XII - Enviar à Câmara Municipal: *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

a) Até 30 de agosto, antes do encerramento do primeiro exercício de cada novo mandato executivo, o projeto de lei relativo ao Plano Plurianual (PPA) e devolvido para sanção até o fim da sessão legislativa; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

b) Até 15 de abril o projeto relativo à Lei de Diretrizes Orçamentárias e devolvido para sanção até o final do primeiro período da sessão legislativa; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

c) Até e até 30 de agosto o projeto de lei orçamentária Anual e devolvido para sanção até o final da sessão legislativa; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

XXIII - Encaminhar à Câmara, até 1° de março, a prestação de contas, bem como os balanços do exercício findo; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

XIV - Encaminhar aos órgãos competentes os planos de aplicação e as prestações de contas exigidas em lei;

XV - Fazer publicar os atos oficiais;

XVI - Informar à Câmara Municipal dentro do prazo de 30 (trinta) dias sobre os a celebração de convênio, acordo ou qualquer outro instrumento celebrado pelo Município com a União, Estado, pessoa jurídica de direito público interno, de direito privado, instituições estrangeiras ou multinacionais, quando se tratar de matéria assistencial, educacional, cultural ou técnica. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Parágrafo único. O Prefeito poderá enviar mensagem à Câmara para propor modificação aos projetos de que trata as alíneas “a”, “b” e “c” do Inciso XII deste artigo enquanto não iniciada a votação na Comissão Permanente de Orçamento e Finanças da Câmara da parte cuja alteração é proposta. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 79. O Prefeito poderá delegar, por decreto, a seus auxiliares, as funções administrativas previstas no inciso XI e do Art. 78. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

SEÇÃO III

Da Perda e Extinção do Mandato

Art. 80. É vedado ao Prefeito assumir outro cargo ou função na Administração Pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público e observado o disposto no Art. 22 desta Lei Orgânica.

§ 1°. Ao Prefeito e ao Vice-Prefeito é vedado desempenhar cargo ou função, a qualquer título, em empresa privada. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§ 2°. A infringência ao disposto neste artigo e em seu § 1°, implicará perda do mandato.

Art. 81. As incompatibilidades declaradas no art. 40, seus incisos e letras desta Lei Orgânica, estendem-se, no que forem aplicáveis, ao Prefeito e aos Secretários Municipais ou autoridades equivalentes.

Art. 82. São crimes de responsabilidade do Prefeito os previstos em lei federal.

Art. 83. São infrações político-administrativas do Prefeito as previstas em lei federal.

Parágrafo Único. O Prefeito será julgado, pela prática de infrações político administrativas, perante a Câmara.

Art. 84. Será declarado vago, pela Câmara Municipal, o cargo de Prefeito quando:

I - Ocorrer falecimento, renúncia até condenação por crime funcional ou eleitoral;

II - Deixar de tomar posse, salvo por motivo justo aceito pela Câmara, dentro de dez dias; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

III - Infringir as normas dos artigos 40 e 75 desta Lei Orgânica;

IV - Perder ou tiver suspensos os direitos políticos.

SEÇÃO IV

Dos Auxiliares Diretos do Prefeito

Art. 85. O Prefeito Municipal, por intermédio de ato administrativo, estabelecerá as atribuições dos seus auxiliares diretos, definindo-lhes competências, deveres e responsabilidades.

Art. 86. São auxiliares diretos do Prefeito.

I - Os secretários municipais;

II - Os Diretores de órgãos da Administração Pública Direta e indireta.

§1°. Os cargos são de livre nomeação e exoneração do Prefeito. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

2°. Os auxiliares diretos somente poderão usar veículo de propriedade do Poder Público Municipal, devidamente identificado, quando exclusivamente em serviço. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 87. A lei municipal estabelecerá as atribuições dos auxiliares diretos do Prefeito, definindo-lhes competência, deveres e responsabilidades.

Art. 88. São condições essenciais para a investidura no cargo de secretário, Diretor ou assemelhado:

I - Ser brasileiro, nato ou naturalizado; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

II - Estar no exercício dos direitos públicos políticos; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

III - Ser maior de vinte e um anos.

Art. 89. Além das atribuições fixadas em lei, compete aos secretários, Diretores ou assemelhados:

I - Subscrever atos e regulamentos referentes aos seus órgãos;

II - Expedir instruções para a boa execução das leis, decretos e regulamentações, nos limites de sua competência; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

III - Apresentar ao Prefeito relatório anual dos serviços requisitados por suas Secretarias ou Órgãos;

IV - Comparecer à Câmara Municipal, sempre que convocados pela mesma, para prestação de esclarecimentos oficiais.

§1°. Os decretos, atos e regulamentos referentes aos serviços autônomos ou autárquicos serão referenciados pelo Secretário da Administração.

§2°. A infringência ao inciso IV deste artigo, sem justificação, importa em crime de responsabilidade, nos termos da lei federal.

Art. 90. Os secretários ou diretores são solidariamente responsáveis com o Prefeito pelos atos que assinarem, ordenarem ou praticarem.

Art. 91. Lei Municipal, de iniciativa do Prefeito, poderá criar Administração de Bairros e Subprefeituras nos Distritos.

§ 1°. Aos Administradores de bairros ou subprefeitos, como delegados do Poder Executivo, compete.

I - Cumprir e fazer cumprir as leis, resoluções, regulamentos e mediante instruções expedidas pelo Prefeito, os atos da Câmara por ele aprovados;

II - Atender as reclamações das partes e encaminhá-las ao Prefeito, quando se tratar de matéria estranha às suas atribuições ou quando for o caso;

III - Indicar ao Prefeito as providências necessárias ao Bairro ou Distrito;

IV - Fiscalizar os serviços que lhes são afetos;

V - Prestar contas ao Prefeito mensalmente ou quando lhes forem solicitadas.

Art. 92. O subprefeito, em caso de licença ou impedimento, será substituído por pessoa de livre escolha do Prefeito.

Art. 93. Os auxiliares diretos do Prefeito apresentarão declaração de bens no ato da posse e no término do exercício do cargo, que constará dos arquivos da Prefeitura.

SEÇÃO V

Da Participação e Consulta Popular

Art. 94. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e nos termos da lei, mediante:

I - Plebiscito;

II - Referendo;

III - Iniciativa popular.

Art. 95. O Prefeito Municipal poderá realizar consultas populares para decidir sobre assuntos de interesse específico do Município, de bairro ou de distrito, cujas medidas devem ser tomadas diretamente pela administração municipal.

§ 1°. A consulta popular poderá ser realizada sempre que a maioria absoluta dos membros da Câmara ou pelo menos cinco por cento do eleitorado do Município, com a identificação do título eleitoral apresentarem proposições nesse sentido. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§2°. A votação será organizada pelo Poder Executivo no prazo de dois meses após a apresentação da proposição, adotando-se cédula oficial, que conterá as palavras SIM e NÃO, indicando respectivamente, aprovação ou rejeição da proposição.

I - A proposição será considerada aprovada se o resultado lhe tiver sido favorável pelo voto da maioria dos eleitores que comparecerem às urnas, em manifestação a que se tenham apresentado pelo menos cinquenta por cento da totalidade dos eleitores envolvidos;

II - Serão realizadas, no máximo, duas consultas por ano;

III - Vedada a realização de consulta popular nos quatro meses que antecedem as eleições para qualquer nível de governo.

Art. 96. O Prefeito Municipal proclamará o resultado da consulta popular, que será considerado como decisão sobre a questão proposta, devendo o governo municipal, adotar as providências legais para a sua execução.

Art. 97. Todos os órgãos e instituições dos poderes do Município são acessíveis ao cidadão, por petição ou representação, em defesa de direito ou em salvaguarda cívica do interesse coletivo e do meio ambiente. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§ 1°. A autoridade municipal a qual for dirigida a petição ou representação deverá oficializar o seu ingresso, assegurando- lhe tramitação rápida, dando-lhe fundamento legal ao exarar a decisão.

§ 2°. O interessado deverá ser informado da solução aprovada, por correspondência oficial, no prazo de sessenta dias a contar do protocolo, sendo-lhe fornecida certidão, se a requerer.

§ 3°. É facultado a todos o acesso gratuito ao conhecimento do que constar a seu respeito nos registros em banco de dados do Município, públicos, ou privados, bem como do fim a que se destinam essas informações, podendo exigir, a qualquer tempo, sua retificação e atualização.

§4°. qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao

patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

§ 5°.Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato de classe é parte legitima para denunciar irregularidades ou abusos, perante a autoridade competente. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§ 6°. A denúncia deverá ser instruída com documentos que revelem indícios suficientes a apuração dos fatos.

§ 7°. Assiste ao cidadão legitimidade para postular perante os órgãos públicos municipais, a apuração de responsabilidade, em caso de danos ao meio ambiente, conforme o disposto em lei.

CAPÍTULO III

Da Estrutura Administrativa

Art. 98. A Administração Municipal é constituída dos órgãos integrados na estrutura administrativa da Prefeitura e de entidades dotadas de personalidade jurídicas próprias que a compõem. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§ 1°.Os órgãos da administração direta que compõem a estrutura administrativa da Prefeitura se organizam e se coordenam atendendo aos princípios técnicos recomendáveis ao bom desempenho de suas atribuições.

§ 2°. As entidades dotadas de personalidade jurídica própria que compõem a Administração Indireta do município se classificam em:

I - Autarquia - o serviço autônomo, criado por Lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da administração pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizadas;

II - Empresa pública - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio e capital exclusivo do Município, criada por lei para exploração de atividades econômicas que o governo municipal seja levado a exercer, por força de contingência ou conveniência administrativa, podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito;

III - Sociedade de economia mista - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei, para exploração de atividades econômicas, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam, em sua maioria, ao Município ou entidade da Administração Indireta;

IV - Fundação pública - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude da autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgão.

§3°. A entidade de que trata o inciso IV do § 2° deste artigo adquire personalidade jurídica com a inscrição de escritura pública de sua constituição ao registro civil de Pessoas Jurídicas, não se lhe aplicando as demais disposições do Código Civil concernentes às fundações.

CAPÍTULO IV

Dos Atos Municipais

SEÇÃO I

Da Publicidade dos Atos Municipais

Art. 99. A publicação das leis e atos municipais far-se-á por meio de veículo oficial de imprensa, nos meios eletrônicos e físicos. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§ 1°. *(Revogado pela Emenda à Lei Orgânica à Lei Orgânica 04/2016)*

§ 2°. Nenhum ato produzirá efeito antes de sua publicação.

§ 3°. A publicação dos atos não normativos pela imprensa poderá ser resumida.

Art. 100. O Prefeito fará publicar:

I - Diariamente, por edital, o movimento de caixa do dia anterior;

II - Mensalmente, o balancete resumido da receita e da despesa;

III - Mensalmente, os montantes de cada um dos tributos arrecadados e recursos recebidos;

IV - Anualmente, até 15 de março, pelo órgão oficial do Estado, as contas da administração, constituídas do balanço financeiro, do balanço patrimonial, do balanço orçamentário e demonstração das variações patrimoniais, sua forma sintética.

Parágrafo único - A infringência aos incisos deste artigo, sem justificação, importa em crime de responsabilidade, nos termos da lei federal. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

SEÇÃO II

Dos Atos Administrativos

Art. 101. Os atos administrativos de competência do Prefeito devem ser expedidos com obediência às seguintes normas:

I - decreto, numerado em ordem cronológica, nos seguintes casos:

a) regulamentação de leis;

b) instituição, modificação ou extinção de atribuições não constantes de lei;

c) regulamentação interna dos órgãos que forem criados na administração municipal;

d) abertura de créditos especiais e suplementares, até o limite autorizado por lei, assim como de créditos extraordinários;

e) declaração de utilidade pública ou necessidade social, para luta de desapropriação ou de servidão administrativa;

f) aprovação de regulamento ou de regimento das entidades que compõem a administração municipal;

g) Permissão para exploração de serviços públicos e uso dos bens municipais;

h) Medidas exercidas do Plano Diretor do Município;

i) Normas de efeitos externos, não privativos de lei;

j) Fixação e alteração de preços dos serviços prestados pelo Município.

II - portarias, nos seguintes casos:

a) Provimento e vacância dos cargos públicos e demais atos de efeitos individuais;

b) lotação e relotação nos quadros de pessoal;

c) Abertura de sindicância e processos administrativos, aplicação de penalidades e demais atos individuais de efeitos internos;

d) Instituir e destituir grupos de trabalhos;

e) Outros casos determinados em lei ou decreto.

III - contrato, nos seguintes casos:

a) Admissão de servidores para serviços de caráter temporário, nos termos do art. 17°, IX, Lei Orgânica;

b) Execução de obras e serviços municipais, nos termos da Lei.

§ 1°. Os atos constantes dos itens II e III deste artigo poderão ser delegados.

§ 2°. Os casos não previstos neste artigo obedecerão à forma de atos, instruções ou avisos da autoridade responsável.

SEÇÃO III

Das Proibições

Art. 102. O Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores e os servidores municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por patrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, não poderão contratar com o Município, subsistindo a proibição até seis meses depois de findas as respectivas funções.

Parágrafo Único - Não se incluem nesta proibição os contratos cujas cláusulas e condições sejam uniformes para todos os interessados.

Art. 103. A pessoa jurídica em débito com o sistema de seguridade social, como estabelecido em lei federal, não poderá contratar como Poder Público Municipal nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

SEÇÃO IV

Das Certidões

Art. 104. A Prefeitura e a Câmara são obrigadas a fornecer a qualquer interessado, no prazo máximo de quinze dias, certidões dos atos, contratos e decisões, desde que requeridas para fim de direito determinado, sob pena de responsabilidade da autoridade ou servidor que negar ou retardar a sua expedição. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Parágrafo Único - As certidões relativas ao Poder Executivo serão fornecidas pelo Secretário da Administração da Prefeitura, exceto as declaratórias de efetivo exercício do Prefeito, que serão fornecidas pelo Presidente da Câmara.

CAPÍTULO V

Dos Bens Municipais

Art. 105. Cabe ao Prefeito a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara quanto àqueles utilizados em seus serviços.

Art. 106. Todos os bens municipais deverão ser cadastrados, com a identificação respectiva, numerando-se os móveis segundo o que for estabelecido em regulamento, os quais ficarão sob a responsabilidade do chefe da Secretaria ou Diretoria a que forem distribuídos.

Parágrafo único: Compete ao órgão responsável dar publicidade da descrição detalhada e a localização do bem móvel adquirido. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 107. Os bens patrimoniais do Município deverão ser classificados:

I - Pela sua natureza;

II - Em relação a cada serviço;

Parágrafo Único - Deverá ser feita anualmente a conferência da escrituração patrimonial com os bens existentes e, na prestação de contas de cada exercício, será incluído o inventário de todos os bens, quando móveis, dependerá apenas de concorrência pública, dispensada esta nos casos de doação, que será permitida exclusivamente para fins assistenciais ou quando houver interesse público relevante, justificada pelo Executivo. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 108. A alienação de bens municipais, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será sempre precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - Quando imóveis, dependerá de autorização legislativa e concorrência pública, dispensada esta nos casos de doação e permuta; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

II - Quando móveis, dependerá apenas de concorrência pública, dispensada esta nos casos de doação, que será permitida exclusivamente para fins assistenciais ou quando houver interesse público relevante, justificada pelo Executivo.

Art. 109. O Poder Executivo Municipal mediante autorização do Poder Legislativo, aprovado por dois terços (2/3) dos seus membros, poderá vender qualquer imóvel pertencente ao patrimônio público municipal.

§1°. Os recursos oriundos da venda de imóveis mencionados neste artigo deverão ser investidos em construção de moradias destinadas às pessoas pobres, na forma da Lei, à aquisição de outros bens públicos cuja destinação atenda à sua função social, bem como à manutenção destes. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§2°. O adquirente, mediante acordo com o Executivo, poderá pagar o móvel adquirido construindo as moradias previstas no parágrafo anterior.

§3 °. O comprador, adquirindo imóvel do Município por força desta Lei, terá prazo de um ano para iniciar a construção e dois para concluí-la, a contar da transmissão do bem. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§4°. *(Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 110. O Município, preferentemente à venda ou doação de seus bens imóveis, outorgará concessão de direito real de uso, mediante prévia autorização legislativa e concorrência pública.

§1°. A concorrência poderá ser dispensada por lei quando o uso se destinar a concessionária de serviço público, a entidades assistenciais ou quando houver relevante interesse público devidamente justificado.

§2°. A venda aos proprietários de imóveis lindeiros de áreas urbanas remanescentes e inaproveitáveis para edificações, resultante de obras públicas, dependerá apenas de prévia avaliação e autorização legislativa, dispensada a licitação.

§3°. As áreas resultantes de modificações de alinhamentos serão alienadas nas mesmas condições previstas no parágrafo anterior.

Art. 111. O Poder Executivo poderá regularizar a situação dos terrenos que tenham sido invadidos, loteando-os a preços acessíveis, na forma da Lei. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 112. Os terrenos de propriedade do Município que forem doados a entidades filantrópicas, religiosas ou de representação profissional, terão área livre nunca inferior a trinta por cento (30%) da construção.

§ 1° - Os donatários de terrenos de propriedade do Município ficam impedidos de aquisição de outros terrenos da municipalidade pelo prazo de cinco anos. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§ 2° - Deixando de ser cumprida sua função social a que foi inicialmente estabelecida, o bem doado será revertido ao patrimônio do município. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 113. A aquisição de bens imóveis, por compra ou permuta, dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa.

Art. 114. É proibida a doação, venda ou concessão de uso de qualquer fração dos parques, praças, jardins ou largos públicos, salvo se previsto no projeto urbanístico. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 115. O uso de bens municipais por terceiros só poderá ser feito mediante concessão ou permissão a título precário e por tempo determinado, conforme exigência do interesse público.

§1°. A concessão de uso dos bens públicos de uso especial e dominicais dependerá de lei e concorrência e será feita mediante contrato, sob pena de nulidade de ato, ressalvada a hipótese do § 1° do art. 110° desta Lei Orgânica.

§2°. A concessão administrativa de bens públicos do uso comum somente poderá ser outorgada para finalidades escolares, de assistência social ou turística, mediante autorização legislativa.

§3°. A permissão de uso, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita, a titulo precário por ato unilateral do Prefeito, por meio de decreto.

Art. 116. A utilização e administração dos bens públicos de uso especial, como mercados, matadouros, terminais rodoviários, recintos de espetáculos e campos de esporte, serão feitas na forma da Lei e regulamentos respectivos.

CAPÍTULO VI

Das Obras e Serviços Municipais

Art. 117. É responsabilidade do Município, mediante licitação e de conformidade com os interesses e necessidades da população, prestar serviços públicos, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, bem como realizar obras públicas, podendo contratá-las em particular por meio de processo licitatório.

Art. 118. Nenhuma obra pública será realizada sem que conste no mínimo: *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

I - O respectivo Projeto;

II - O orçamento do seu custo;

III - A Indicação dos recursos financeiros para o atendimento das respectivas despesas;

IV - A viabilidade do empreendimento, sua conveniência e oportunidade para o interesse público;

V – Apresentar Licença de Regularização de Operação válida emitida por órgão ambiental Municipal, Estadual ou Federal *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 07/2018)*

Art. 119. A concessão ou a permissão de serviço público somente será efetivada com autorização da Câmara Municipal e mediante contrato, precedido de licitação.

§1°. Serão nulas de pleno direito as concessões e permissões, bem como qualquer autorização para a exploração de serviço público, feitas em desacordo com o estabelecido neste artigo.

§ 2°. Os serviços concedidos ou permitidos ficarão sempre sujeitos à regulamentação e à fiscalização da administração municipal, cabendo ao Prefeito Municipal aprovar as tarifas respectivas.

Art. 120. Os usuários estarão representados nas entidades prestadoras de serviços públicos nas formas que dispuser a legislação municipal, assegurando-se sua participação em decisões relativas a:

I - Planos e programas de expansão dos serviços;

II - Revisão da base de cálculo dos custos operacionais;

III - Política tarifária;

IV - Nível de atendimento da população em termos de quantidade e qualidade;

V - Mecanismos para atendimento de pedidos e reclamações dos usuários, inclusive para apuração de danos causados a terceiros.

Parágrafo Único. Em se tratando de empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos, a obrigatoriedade mencionada neste artigo poderá constar do contrato de concessão ou permissão.

Art. 121. As entidades prestadoras de serviços públicos são obrigadas, no mínimo uma vez por ano, a dar ampla divulgação de suas atividades, informando em especial sobre planos de expansão, aplicação de recursos financeiros e realização de programas de trabalho.

Art. 122. Nos contratos de concessão ou permissão de serviços públicos, serão estabelecidos, dentre outros:

I - Os direitos dos usuários, inclusive as hipóteses de gratuidade;

II - As regras para a remuneração do capital e para garantir o equilíbrio econômico e financeiro de contrato;

III - As normas que possam comprovar eficiência no atendimento do interesse público, bem como permitir a fiscalização pelo Município, de modo a manter o serviço contínuo adequado e acessível;

IV - As regras para orientar a revisão periódica das bases de cálculo dos custos operacionais e de remuneração de capital, ainda que estipuladas em contrato anterior;

V - A remuneração dos serviços prestados aos usuários diretos, assim como a possibilidade de cobertura dos custos por cobrança a outros agentes beneficiados pela existência dos serviços;

IV - As condições de prorrogação, caducidade, rescisão e reversão da concessão ou permissão;

Parágrafo Único. Na concessão ou na permissão de serviços públicos, o Município reprimirá qualquer forma de abuso do poder econômico, principalmente as que visem à dominação do mercado, à exploração monopolista e aumento abusivo de lucros. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 123. O Município poderá revogar a concessão ou a permissão dos serviços que forem executados em desconformidade com o contrato ou ato pertinente, bem como daqueles que se revelarem manifestamente insatisfatórios para o atendimento dos usuários. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 124. As licitações para a concessão ou a permissão de serviços públicos deverão ser procedidas de ampla publicidade, com a devida publicação em veículo oficial de imprensa, bem como em jornais de ampla circulação no estado, mediante edital ou comunicado resumido. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 125. As tarifas dos serviços públicos prestados diretamente pelo Município ou por órgão de sua administração descentralizada serão fixadas pelo Prefeito Municipal, cabendo à Câmara Municipal definir os serviços que serão remunerados pelo custo, acima do custo e abaixo do custo, tendo em vista seu interesse econômico e social.

Parágrafo Único. Na formação do custo dos serviços de natureza industrial, computar-se-ão, além das despesas operacionais e administrativas, as reservas para depreciação e reposição dos equipamentos e instalações, bem como previsão para expansão de serviços.

Art. 126. O Município poderá consorciar-se com outros municípios para a realização de obras ou prestação de serviços públicos do interesse comum.

Parágrafo Único. O Município deverá propiciar meios para criação, nos consórcios, de órgãos consultivos constituídos por cidadãos não pertencentes ao serviço público municipal.

Art. 127. Ao Município é facultado conveniar com a União ou com o Estado a prestação de serviços públicos de sua competência para a execução de serviços em padrões adequados ou quando houver interesse mútuo para a celebração do convênio.

Parágrafo Único. Na celebração de convênios de que trata este artigo, deverá o Município:

I - Propor os planos de expansão dos serviços públicos;

II - Propor critérios para fixação de tarifas;

III - Realizar avaliação periódica da prestação dos serviços.

Art. 128. A criação pelo Município de entidade de administração indireta para execução de obras ou prestação de serviços públicos só será permitida caso a entidade possa assegurar sua autossustentação financeira.

Art. 129. Os órgãos colegiados das entidades de administração indireta do Município terão a participação obrigatória de um representante de seus servidores, eleito por estes mediante voto direto e secreto, conforme regulamentação a ser expedida por ato do Prefeito Municipal.

TITULO IV

Da Tributação Municipal e do Orçamento *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

CAPÍTULO I

Dos Tributos Municipais

Art. 130. Compete ao Município instituir os seguintes tributos:

I - Imposto sobre:

a) Propriedade predial e territorial urbana;

b) Transmissão Inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso de bens imóveis, por natureza ou acessão física e de direitos reais sobre imóveis, exceto de garantia, bem como cessão de direito à sua aquisição;

c) (Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 01/2012);

d) Serviço de qualquer natureza, definidos em lei complementar.

II - Taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;

III - Contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.

§ 1°. O imposto previsto no inciso I poderá ser progressivo, nos termos da lei, de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade.

§ 2°. O imposto previsto no inciso I, alínea "b", não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nestes casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 131. Sempre que possível os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado, à administração municipal, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

Parágrafo Único - As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

Art. 131-A. Nenhum contribuinte será obrigado ao pagamento de qualquer tributo lançado pelo Município, sem prévia notificação. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§1°- Da notificação do lançamento do crédito tributário, o contribuinte poderá ser cientificado pessoalmente, por via postal, por correspondência eletrônica ou por meio de publicação de edital em veículo oficial de imprensa. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§ 2°- Da notificação do lançamento do crédito tributário caberá reclamações e recursos, na forma disciplinada em lei, à Secretaria da Fazenda Municipal, competindo aos órgãos de julgamento decidir em nível de primeira e segunda instâncias administrativas. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 132. O Município criará, na forma da lei, colegiado constituído paritariamente por servidores designados pelo Prefeito Municipal e contribuintes indicados por entidades representativas de categorias

econômicas e profissionais, com atribuições para decidir, em grau de recurso, as reclamações sobre lançamentos e demais questões tributárias.

Parágrafo Único. *(Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 133. O Prefeito Municipal promoverá, anualmente, a atualização da base de cálculo dos tributos municipais de acordo com os índices oficiais de atualização. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§ 1°. A base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano- IPTU, será atualizado anualmente, antes do término do exercício, para vigorar no seguinte, podendo ser criada comissão da qual participarão além dos servidores do Município, representantes dos contribuintes na forma prevista em Decreto do Prefeito Municipal.

§2°. A atualização de base de cálculo do imposto municipal sobre serviços de qualquer natureza, cobrado de autônomos e sociedade civil, obedecerá aos índices oficiais de atualização e deverá ser realizada anualmente. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§3°. A atualização de base de cálculo das taxas decorrentes do exercício do poder de polícia municipal obedecerá aos índices de atualização e deverá ser realizada anualmente. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§4°. A atualização da base de cálculo das taxas de serviços será realizada de acordo com o disciplinado em Lei Complementar. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

I - (*Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

II - *(Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 134. Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica municipal, que regule exclusivamente as matérias tratadas neste capítulo ou correspondente a qualquer tributo, aprovada por 2/3 (dois terços) da Câmara Municipal. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 135. A remissão de créditos tributários somente poderá ocorrer nos casos de calamidade pública ou notória pobreza do contribuinte, devendo a lei que a autorize ser aprovada por maioria de dois terços (2/3) dos membros da Câmara Municipal.

Art. 136. A isenção, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo caso, o prazo de sua duração. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Parágrafo único. A isenção pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 137. É de responsabilidade do órgão competente da Prefeitura Municipal a inscrição em dívida ativa de créditos provenientes de tributos de competência municipal e multas decorrentes de infrações à legislação tributária, com o prazo de pagamento fixado pela legislação ou por decisão proferida em processo com regular tramitação. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 138. Ocorrendo a decadência do direito de constituir crédito tributário ou a prescrição da ação de cobrá-lo, abrir-se-á inquérito administrativo para apurar as responsabilidades, na forma da lei, contra o servidor que praticar referidos atos.

Parágrafo Único. A autoridade municipal, qualquer que seja seu cargo, emprego ou função e independente do vínculo que possuir com o Município responderá civil, criminal e administrativamente pela prescrição ou decadência ocorridas sob sua responsabilidade, cumprindo-lhe indenizar o Município do valor dos créditos prescritos ou não lançados, em tempo hábil.

CAPÍTULO II

Dos Preços Públicos

Art. 139. Para se obter o ressarcimento da prestação de natureza comercial ou industrial ou de sua atuação na organização e exploração de atividades econômicas, o Município poderá cobrar preços públicos.

Parágrafo Único - Os preços devidos pela utilização de bens e serviços municipais deverão ser fixados de modo a cobrir os custos dos respectivos serviços e serão reajustados quando se tomarem deficitários.

Art. 139-A. A fixação dos preços públicos, devidos pela utilização de bens, serviços e atividades municipais, será feita pelo Prefeito mediante edição de decreto. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Parágrafo Único - As tarifas dos serviços públicos deverão cobrir os seus custos, sendo reajustáveis quando se tornarem deficientes ou excedentes. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

CAPÍTULO III

Das Finanças Públicas

SEÇÃO I

Da Receita e Da Despesa

Art. 140. A receita municipal constituir-se-á de todos os recursos instituídos ou arrecadados pela Administração Pública com a finalidade de atender as necessidades da sociedade, recursos estes com fontes e fatos geradores próprios que são incorporados definitivamente ao patrimônio do Município, observada a legislação vigente. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 142. *(Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Parágrafo Único. *(Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 143. Nenhum contribuinte será obrigado ao pagamento de qualquer tributo lançado pela Prefeitura, sem prévia notificação.

§1°. Considera-se notificação a entrega do aviso de lançamento no domicílio fiscal do contribuinte, nos termos da lei complementar prevista na art.146 da Constituição Federal.

§2°. Do lançamento do tributo cabe recursos ao Prefeito, assegurado para sua interposição o prazo de quinze dias, contados da notificação.

Art. 144. A despesa pública atenderá aos princípios estabelecidos na Constituição Federal e às normas de direito financeiro.

Art.145. Nenhuma despesa será ordenada ou satisfeita sem que exista recurso disponível e crédito votado pela Câmara Municipal, salvo a que correr por conta de crédito extraordinário.

Art. 146. Nenhuma lei que crie ou aumente despesa será executada sem que dela conste a indicação do recurso para atendimento do correspondente encargo.

Art. 147. As disponibilidades de caixa do Município, de suas autarquias e fundações e das empresas por ele controladas serão depositadas em instituições financeiras oficiais, salvo os casos previstos em lei.

SEÇÃO II

Do Orçamento

Art.148. A elaboração e a execução do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual obedecerão às regras estabelecidas na Constituição Federal, na Constituição do Estado, nas normas de Direito Financeiro e Orçamentário.

Parágrafo Único - O Poder Executivo publicará até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

Art. 148-A. As emendas parlamentares ao projeto de Lei Orçamentária Anual, aprovadas pela Câmara Municipal de Mossoró, serão no limite global de 1,2% (um vírgula dois por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica n° 02/2013 e 05/2017)*

§1°. É obrigatória a execução orçamentária e financeira, de forma isonômica e impositiva, da programação incluída em lei orçamentária por emendas parlamentares, em montante correspondente a 1,2 (um vírgula dois por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior.

§2°. As emendas parlamentares serão divulgadas em audiências públicas.

§3°. Se for verificado que a reestimativa da receita e da despesa poderá resultar no não cumprimento da meta de resultado fiscal estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias, o montante previsto no §1° deste artigo poderá ser reduzido em até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das despesas discricionárias.

§4°. Para fins do disposto no §1° deste artigo, a execução da programação será:

I – demonstrada no relatório de que trata o Art. 148, parágrafo único;

II – objeto de manifestação específica na prestação de contas prevista no art. 78, inciso XIII; e,

III – fiscalizada e avaliada quanto aos resultados obtidos.

§5°. Consideram-se obrigatórias, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias, as transferências constitucionais para execução de programação prevista no §1° desse artigo. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica n° 05/2017)*

Art. 149. Os projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, Lei De Diretrizes Orçamentárias e ao Orçamento Anual, bem como os créditos adicionais serão apreciados pela Comissão Permanente de Orçamento e Finanças da Câmara, a qual caberá:

I - Examinar e emitir parecer sobre os projetos e as contas apresentadas anualmente pelo Prefeito Municipal;

II - Examinar e emitir parecer sobre os planos programas de investimentos e exercer o acompanhamento e fiscalização orçamentária, sem prejuízo de atuação das demais Comissões da Câmara;

III - As emendas serão apresentadas na Comissão, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas na forma regimental.

§2°. As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso:

I - Sejam compatíveis com o plano plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

II - Indiquem os recursos necessário, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluída as que incidam sobre:

a) Dotações para pessoal e seus encargos;

b) Serviço de dívida; ou

c) Sejam relacionados com a correção de erros ou omissões; ou com os dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 3° - Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

Art. 150. A Lei Orçamentária Anual compreenderá: *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

I - O orçamento fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

II - O orçamento de investimento das empresas em que o Município, direta ou indiretamente detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - O orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 151. O Prefeito enviará à Câmara, no prazo consignado na lei complementar federal, a proposta de orçamento anual do Município para o exercício seguinte.

§ 1°. *(Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 01/2012)*

§2°. O Prefeito poderá enviar mensagem à Câmara, para propor a modificação do projeto de lei orçamentária, enquanto não iniciada a votação da parte que deseja alterar.

Art. 152. A Câmara não enviando, no prazo consignado na Lei Complementar Federal, o projeto de lei orçamentária à sanção, será promulgada como lei, pelo Prefeito, o projeto originário do Executivo.

Art. 153. Rejeitado pela Câmara o projeto de lei orçamentária anual, prevalecerá, para o ano seguinte o orçamento do exercício em curso, aplicando-lhe a atualização dos valores.

Art. 154. Aplicam-se ao projeto de lei orçamentária, no que não contrariarem o disposto nesse Capitulo, as regras do processo legislativo.

Art. 155. O orçamento será uno, incorporando-se, obrigatoriamente, na receita, todos os tributos, rendas e suprimentos de fundos, e incluindo-se, discriminadamente, na despesa, as dotações necessárias ao custo de todos os serviços municipais.

Art. 156. O orçamento não conterá dispositivo estranho à previsão da receita, nem a fixação da despesa anteriormente autorizada. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Parágrafo Único - Não se incluem nesta proibição: *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

I - Autorização para abertura de créditos suplementares; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

II - Contratação de Operações de créditos, ainda que por antecipação de receita nos termos da lei. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 157. São vedados:

I - Início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II - A realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III - A realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovadas pela Câmara por maioria absoluta; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

IV - A vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2°, 212 e 37, XXII da Constituição Federal, a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8°, bem como o disposto no § 4° do art. 167 da Constituição Federal vigente. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

V- A abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII- A concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII- A utilização sem autorização legislativa especifica, de recursos do orçamento fiscal para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos;

IX - A instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa;

X- Transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelo Governo Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista do Município; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

XI - A utilização dos recursos provenientes das contribuições previdenciárias, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime próprio de previdência social. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§1°. Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§2°. Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício,

caso em que reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

Art. 158. Os recursos correspondentes a dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados à Câmara Municipal, ser-lhes-ão entregues até o dia vinte de cada mês.

Art. 159. A despesa com pessoal ativo e inativo do Município não poderá exceder os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Parágrafo Único - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carteiras, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos Órgãos e entidades da Administração direta ou indireta, só poderão ser feitas se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes e previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

TÍTULO V

Da Ordem Econômica e Social

CAPITULO I

Da Política de Saúde

Art. 160. A saúde é direito de todos os Munícipes e dever do Poder Público, assegurada mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 161. Para atingir os objetivos estabelecidos no artigo anterior, o Município promoverá por todos os meios ao seu alcance:

I - condições dignas de trabalho, saneamento, moradia, alimentação, educação, transporte e lazer;

II - Solução para as causas de insalubridade, independentemente, do pagamento aos seus servidores do adicional previsto em lei; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

III - colocar suas funcionárias servidoras, quando notificadas de gravidez, em local não insalubre garantindo-lhes exames médicos periódicos; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

IV - respeito ao meio ambiente e controle da poluição ambiental; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

V - acesso universal e igualitário de todos os habitantes do Município às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação de saúde, sem qualquer discriminação. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 162. As ações de saúde são de relevância pública devendo sua execução ser feita preferencialmente através de serviços públicos e, de modo complementar, através de serviços de terceiros. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Parágrafo Único. É vedado ao Município cobrar do usuário pela prestação de serviços de assistência de saúde mantidos pelo Poder Público ou contratados com terceiro.

Art. 163. São atribuições do Município, no âmbito do sistema único de saúde:

I - planejar, programar e organizar a rede regionalizada e hierarquizada do SUS, em articulação com a sua direção estadual e federal; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

II - gerir, executar, controlar e avaliar as ações referentes às condições e aos ambientes de trabalho; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

III - planejar, gerir, executar e monitorar as ações de serviços de saúde do Município, especialmente referentes à: *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

a) vigilância epidemiológica; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*
b) vigilância sanitária; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*
c) vigilância nutricional. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

IV - planejar e executar a política do saneamento básico em articulação com o Estado e a União;

V - fiscalizar agressões ao meio ambiente que tenham repercussão sobre a saúde humana e atuar, junto aos órgãos estaduais e federais competentes, para controla-las;

VI - executar a política de insumos e equipamentos para saúde;

VII - formar consórcios intermunicipais de saúde;

VIII - gerir laboratórios públicos de saúde;

IX - avaliar e controlar a execução de convênios e contratos, celebrados pelo Município, com entidades privadas prestadoras de serviços de saúde e com Instituições de Ensino Públicas e Privadas com cursos na área de Ciências da Saúde; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

X - construir postos de combate às moléstias específicas, contagiosas e infectocontagiosas;

XI - formação de consciência sanitária individual nas primeiras idades, através da Educação Infantil e Ensino Fundamental; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

XII - combate, prevenção do uso de tóxicos e entorpecentes, bem como o tratamento de dependentes. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art.164. As ações e os serviços de saúde realizados no Município devem observar os princípios e diretrizes estabelecidos para o Sistema Único de Saúde, organizado de acordo com os princípios e diretrizes estabelecidos em Lei Federal: *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

I - comando único exercido pela Secretaria Municipal de Saúde ou equivalente, assegurada a participação popular; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

II - integridade na prestação das ações de saúde;

III - organização de distritos sanitários com alocação de infraestrutura, equipamentos e pessoal, recursos técnicos e práticos de saúde adequados à realidade epidemiológica local; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

IV - participação em nível de decisão de entidades representativas dos usuários, dos trabalhadores de saúde e dos representantes governamentais, na formulação, gestão e controle da política municipal e das ações de saúde através do Conselho Municipal de caráter deliberativo e paritário. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016*)

Parágrafo Único - Os limites dos distritos sanitários referidos no inciso III constarão do Plano Diretor de Saúde e serão fiados segundo os seguintes critérios:

I - área geográfica de abrangência;

II - descrição da clientela;

III - resolutividade de serviços à disposição da população.

Art. 165. Lei Municipal disporá sobre o Conselho Municipal de Saúde, para exercer o controle social das ações da política e dos serviços de saúde. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

I. *(Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

II. *(Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

III. *(Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Parágrafo Único. *(Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 166. As instituições privadas poderão participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

Art. 167. O Sistema Único de Saúde no âmbito do Município será financiado com recursos do Orçamento do Município, do Estado, da União e da Seguridade Social, além de outras fontes.

§1°. Os recursos destinados às ações e aos serviços de saúde no Município constituirão o Fundo Municipal de Saúde, conforme dispuser a lei.

§2°. *(Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 01/2012)*

§3°. É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios e subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

CAPÍTULO II

Da Política Educacional, Cultural e Esportiva

SEÇÃO I *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Da Política Educacional *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 168. A educação, direito de todos e dever do Estado e da Família, é promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Parágrafo Único - Lei Municipal disporá sobre o Conselho Municipal de Educação, para exercer o controle social das ações da Política Municipal de Educação. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 169. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

V - valorização dos profissionais da educação, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

VII - garantia de padrão de qualidade de acordo com as diretrizes estabelecidas nos termos da Legislação vigente; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

IX – Garantia de oferta de Educação em tempo integral. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

X *(Revogado Pela Emenda à Lei Orgânica à Lei Orgânica 04/2016)*

XI - *(Revogado Pela Emenda à Lei Orgânica à Lei Orgânica 04/2016)*

XII - *(Revogado Pela Emenda à Lei Orgânica à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 170. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;

II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Art. 171. São fixados conteúdos mínimos para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, de modo a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais, cívicos e artísticos, nacionais e regionais. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§ 1°. O ensino religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de Ensino Fundamental. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§ 2°. As escolas públicas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, incluem entre as disciplinas oferecidas, o estudo da cultura Norte Riograndense, envolvendo as noções básicas da literatura, das artes plásticas e do folclore do Município. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 172. O Município organizará em regime de colaboração com o Estado e a União, seu sistema de ensino visando à garantia de:

I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

II - *(Revogado pela Emenda à Lei Orgânica à Lei Orgânica 04/2016)*

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, na rede regular de ensino; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

IV - atendimento em creche e pré-escolar às crianças de zero a cinco anos de idade; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, considerando-se o ritmo de aprendizagem e as potencialidades individuais;

VI - oferta e ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§1°. O Município atuará prioritariamente na educação infantil e ensino fundamental, adequando o calendário escolar às peculiaridades climáticas e às condições sociais e econômicas de forma flexível; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§2°. Compete ao Poder Público Municipal recensear os educandos do ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§3°. O não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público Municipal, ou sua oferta irregular, importam responsabilidade da autoridade competente, nos termos da lei específica. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§4°. O Município assegurará à criança de zero a cinco anos a educação pré-escolar obrigatória, pública e gratuita, com o objetivo de promover o seu desenvolvimento biossocial, psico-afetivo e intelectual. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 173. O Município aplicará, anualmente, no mínimo, vinte e cinco por cento da receita resultante de impostos e das transferências recebidas do Estado e da União na manutenção e no desenvolvimento do ensino. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Parágrafo único. Compete ao município na oferta da educação infantil e ensino fundamental, o mínimo de 30%. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art.174. A lei estabelecerá o plano municipal de educação, de duração decenal, visando a articulação e ao desenvolvimento do ensino aos seus diversos níveis, etapas e modalidades à integração das ações do Poder Público que conduzam a:

I - erradicação do analfabetismo,

II - universalização do atendimento escolar;

III - melhoria da qualidade do ensino;

IV - formação para o trabalho;

V - promoção humanística, científica e tecnológica do Município.

Art. 175. O Município promoverá e incentivará o desenvolvimento científico cultural a pesquisa e a formação continuada aos profissionais da educação. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§ 1°- A pesquisa sobre temas regionais receberá tratamento prioritário da administração municipal, tendo como vista os bens públicos e o progresso da ciência e da técnica.

§ 2°- O Município estimulará as empresas que investirem em pesquisa, formação e aperfeiçoamento de professores e técnicos, bem como as que investirem no desenvolvimento artístico e cultural da Região. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 176. *(Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§ 1° *(Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§ 2° - *(Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 177. A expansão da rede municipal de educação, para o ensino médio e superior, está condicionada a comprovação do pleno atendimento das necessidades do ensino pré-escolar e fundamental. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Parágrafo Único - O Município deverá incluir ao currículo escolar temas transversais, nos termos de lei específica. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

SEÇÃO II

(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)

Da Política Cultural

(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)

Art. 178. O Município garantirá a todos pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes de cultura, apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Parágrafo Único. A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos Municipal, Estadual e Nacional.

Art. 179. Constituem patrimônio cultural do Município os bens de natureza material e imaterial tomados, individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade mossoroense, nos quais se incluem: *(Redação dada pela à Lei Orgânica Emenda 04/2016)*

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

V - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§1°. O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural do Município, por meio de inventário, registro, vigilância, tombamento, desapropriação e de outras formas de cautelamento e preservação. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§2°. Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quanto delas necessitem.

§3°. A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§4°. Os danos e ameaças ao patrimônio são punidos, na forma da lei.

§5°. O poder Público assegurará os meios e as condições para o funcionamento eficiente da Biblioteca Pública Municipal, documentação e arquivos, como órgãos executores da política de incentivo à leitura, à preservação do patrimônio bibliográfico, documental e o intercâmbio com as instituições congêneres.

§6°. Ficam isentos do pagamento do imposto predial e territorial urbano os imóveis tombados pelo Município com razão de suas características históricas, artísticas, culturais e paisagísticas.

SEÇÃO III

(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)

Da Política Esportiva

(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)

Art. 180. É dever do Município fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados: *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento.

II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, casos específicos, para o desporto de alto rendimento;

III - O tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional;

IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

§ 1°- O Poder Público incentivará o lazer como forma de promoção social.

§2°-O Município estimulará, por todos os meios, a prática esportiva. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§ 3°- O Município instituirá plano municipal de esporte e lazer, e o executará conforme lei específica. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art.181. O Município não custeará entidades desportivas profissionais.

Art. 182. *(Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

CAPÍTULO III

Da Política de Assistência Social

Art. 183. A política da assistência social do Município de Mossoró será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

I - a proteção integral à família, à maternidade, à criança, ao adolescente, ao idoso e à pessoa com deficiência; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

II- a proteção crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

III - a promoção da integração do mercado de trabalho; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

IV - a reabilitação e habilitação da pessoa com deficiência, promovendo-lhe a melhoria da qualidade de vida e a integração na vida comunitária; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

V – a oferta do Serviço de Proteção; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

VI - *(Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Parágrafo único. Caberá ao Município de Mossoró, apresentar para revalidar ou não o plano municipal de assistência social por ocasião da conferência municipal, contendo banco de dados consistentes, acessíveis e

públicos, com referência ao usuário da zona urbana e rural, bem como os avanços obtidos com a política de assistência. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 183 –A. O Município estabelecerá plano de ações na área da assistência social observada as seguintes diretrizes: *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

I - As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195 da CF, além de outras fontes;

II – tomar conhecimento de todos os programas, projetos e serviços na área de assistência social, desenvolvidos no âmbito do Município independente de ser ente público ou não. (Redação dada pela Emenda *à Lei Orgânica* 04/2016)

Art. 183 – B. O Município poderá firmar convênios com entidades do 3° setor, devidamente cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social para a execução do SUAS, sob pena de nulidade. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016*)

Art. 183 – C. O Município, na formulação e na aplicação de suas políticas sociais, visará oportunizar a família condições para a realização de suas relevantes funções sociais. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 183 – D. É dever da família, da sociedade e do Poder Público assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 183 – E. O Município, em conjunto com a sociedade, criará e manterá Programas socioeducativos e de assistência jurídica destinados ao atendimento de criança e adolescente privados das condições necessárias ao seu pleno desenvolvimento e incentivará os programas de iniciativa das comunidades, mediante apoio técnico e financeiro, vinculado ao orçamento, de forma a garantir-se o completo atendimento dos direitos constantes desta Lei Orgânica. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 183 – F. O Município promoverá condições que assegurem amparo à pessoa idosa, no que respeite à sua dignidade e ao seu bem-estar. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§1°. O amparo ao idoso será, quando possível, exercido no próprio lar. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§2°. Para assegurar a integração do idoso na comunidade e na família, serão criados centros diurnos de lazer e de amparo à velhice. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 183 – G. O Município, isoladamente ou em cooperação, criará e manterá: *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

II – Unidades de escuta e ou de serviços especializados a mulher, a criança e o idoso vítimas de violência no âmbito da família ou fora dele; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

IV - Centros de orientação jurídica à mulher, formados por equipes multidisciplinares; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

V - Centros de apoio e acolhimento à menina de rua que a considerem em suas especificidades. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 183 – H. O município poderá firmar convênios/ parcerias com organizações não governamentais devidamente cadastradas no conselho municipal de assistência social para execução do sistema único da assistência social, sob pena de nulidade. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

CAPÍTULO IV

Da Política Econômica

Art. 184. O Município promoverá o seu desenvolvimento econômico, agindo de modo que as atividades econômicas realizadas em seu território contribuam para elevar o nível de vida e o bem - estar da população local, bem como para valorizar o trabalho humano e o desenvolvimento de novas tecnologias de produção. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Parágrafo único. Para consecução do objetivo mencionado neste artigo, o Município atuará de forma exclusiva ou em parceria com a União, com o Estado, outros Municípios ou Parcerias Público-Privadas. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 185. Na promoção do desenvolvimento econômico o Município agirá, sem prejuízo de outras iniciativas, observados os seguintes objetivos: *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

I - Fomentar a livre iniciativa;

II - Privilegiar a geração de emprego;

III - Utilizar tecnologia de uso intensivo de mão-de-obra;

IV - Fomentar a livre concorrência; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

V - Promover o desenvolvimento sustentável; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

VI - Proteger os direitos dos usuários dos serviços públicos e dos consumidores;

VII - Dar tratamento favorecido às micro e pequenas empresas e microempreendedores individuais; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

VIII - Estimular o associativismo, o cooperativismo, as demais instituições de economia solidária, bem como as Parcerias Público-Privadas; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

IX - Flexibilizar entraves burocráticos que possam limitar o exercício da atividade econômica; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

X - Desenvolver ações junto a outras esferas de Governo, de modo a que sejam, entre outros, efetivados: *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

a) Assistência técnica;

b) Crédito especializado ou subsidiado;

c) Estímulos fiscais e financeiros;

d) Serviços de suporte informativo ou de mercado.

XI - Distribuir os benefícios e encargos do processo de desenvolvimento do Município, inibindo a especulação imobiliária, os vazios urbanos e a excessiva concentração urbana. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 186. É de responsabilidade do Município, no campo de sua competência, a realização de investimentos para formar e manter a infraestrutura básica capaz de atrair, apoiar ou incentivar o desenvolvimento de atividades produtivas, seja diretamente ou mediante delegação ao setor privado para esse fim.

Parágrafo Único - A atuação do Município dar-se-á, inclusive, no meio rural, para a fixação de contingentes populacionais possibilitando-lhes acesso aos meios de produção e geração de renda e estabelecendo a necessária infraestrutura destinada a viabilizar esse propósito.

Art. 187. A atuação do Município, na zona rural, terá como principais objetivos:

I - Oferecer meios para assegurar ao pequeno produtor e trabalhador rural condição de trabalho e de mercado para os produtos, a rentabilidade dos empreendimentos e a melhoria do padrão de vida da família rural;

II - Promover o escoamento e a comercialização da produção, sobretudo nas centrais de abastecimento alimentar; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

III - Garantir a utilização sustentável dos recursos naturais. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

IV - Incentivar a ampliação e conservação de rede de estradas, eletrificação e rede de água potável. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 188. Como principais instrumentos para o fomento da produção na zona rural, o Município poderá utilizar a assistência técnica, a extensão rural, o armazenamento, o transporte, o associativismo e a divulgação das oportunidades de crédito e de incentivos fiscais. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 189. O Município poderá promover parcerias com outros Municípios com vistas ao desenvolvimento de atividades econômicas de interesse comum, bem como integrar-se em pesquisas de desenvolvimento regional a cargo de outras esferas de governo. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 190. O Município desenvolverá esforços para proteger o consumidor através de:

I - Orientação e gratuidade de assistência jurídica independente da situação social e econômica do reclamante;

II - Criação de órgãos para defesa do consumidor;

III - Atuação coordenada com a União e o Estado.

Art. 191 – Poder Executivo criará e disponibilizará no prazo de 1 (um) ano, sistema de informações sócio econômicas. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 192. O Município poderá estabelecer legislação tributária, visando ao tratamento favorecido para pequena e média empresa, os microempreendedores individuais, associações e cooperativas e demais instituições da economia solidária, conforme a lei. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 193. O Município, em caráter precário e por prazo limitado definido em ato do Prefeito, permitirá às microempresas se estabelecerem na residência de seus titulares, desde que não prejudiquem as normas ambientais, da segurança, do silêncio, do trânsito e da saúde pública.

Art. 194. Fica assegurada às micro e pequenas empresas e os microempreendedores individuais ou entidades de economia solidária a simplificação ou a eliminação, através de ato do Prefeito, de procedimentos administrativos em seu relacionamento com a Administração Municipal, direta ou indireta. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 195. As pessoas com deficiência, assim como as pessoas idosas, terão prioridade para exercer o comércio eventual ou ambulante no Município. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

CAPÍTULO V

Da Política Urbana e de Transporte

SEÇÃO I

(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)

Da Política Urbana

(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)

Art. 196. A política urbana, a ser formulada no âmbito do processo de planejamento municipal, terá por objetivo o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e o bem-estar dos seus habitantes, em consonância com as políticas sociais e econômicas do Município.

§1°. As funções sociais da cidade dependem do acesso de todos os cidadãos aos bens e aos serviços urbanos, assegurando- lhes condições de vida e moradia compatíveis com o estágio de desenvolvimento do Município.

§2°. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§3° As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§4°. É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei especifica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - Parcelamento ou edificação compulsória;

II - Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III - Desapropriação com pagamento mediante título da dívida pública de emissão previamente aprovado pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

§5°. A partir da promulgação desta lei, os proprietários dos espaços vazios, não utilizados ou subutilizados, localizados dentro do perímetro urbano, poderão ser notificados pela prefeitura, conforme conveniência e necessidade, a apresentarem o projeto de utilização no prazo de um ano. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 197. O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é o instrumento básico da política urbana a ser executada pelo Município. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§1°. O plano diretor fixará os critérios que assegurem a função social da propriedade; cujo uso e ocupação devem respeitar a legislação urbanística, a proteção do patrimônio ambiental, natural, construído e o interesse da coletividade.

§2°. O plano diretor deverá ser revisado com a participação das entidades representativas da comunidade diretamente interessada, mediante realização de audiência pública. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§3°. O plano diretor definirá as áreas especiais de interesse social, urbanístico ou ambiental, para as quais será exigido aproveitamento adequado nos termos previstos na Constituição Federal.

§4°. No Plano Diretor deverão ser reservados locais para o funcionamento de feiras livres de pequenos produtores e artesãos, que gozem de isenções de impostos municipais na comercialização de seus produtos.

§5°. *(Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§6°. *(Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§7°. *(Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§8°. *(Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§9°. As obras públicas serão adaptadas conforme normas de acessibilidade vigente. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§10°. O plano diretor do município deverá conter:

I - A delimitação de áreas destinadas à implantação de atividades com potencial poluidor hídrico e atmosférico, que atendam aos padrões de controle de qualidade sanitária;

II - A delimitação de áreas destinadas à habitação popular, que atenderão aos seguintes critérios:

a) contiguidade às áreas de rede de abastecimento de água e energia elétrica, no caso de conjuntos habitacionais;

b) localização acima da cota máxima de cheias;

c) declividade inferior a trinta por cento, salvo se existirem no perímetro urbano áreas que atendam a esse requisito, quando será admitida uma declividade de até cinquenta por cento, desde que se obedeçam aos padrões de projetos, a serem definidos em lei municipal.

III - A identificação das áreas urbanas para o atendimento ao disposto no art. 182 §4°da Constituição Federal;

IV - O estabelecimento de parâmetros máximos para parcelamento do solo e para edificação, que assegurem o adequado aproveitamento do solo;

V - As diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais consignando prioridades da administração pública, metas e indicação de recursos necessários para os programas de duração continuada, em benefício de pessoas com deficiência, menores carentes e idosos; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

VI - A eliminação das barreiras arquitetônicas em logradouros públicos, bem como aos veículos de transporte coletivo.

§ 11 - A prefeitura poderá permitir a concessão de outorga onerosa do direito de construir, bem como a exploração do potencial construtivo. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 198. Para assegurar as funções sociais da cidade, o Poder Executivo deverá utilizar os instrumentos jurídicos tributários, financeiros e de controle urbanístico e ambiental existentes e à disposição do Município. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art.199. O Município promoverá, em consonância com sua política urbana e respeitadas as disposições do plano diretor, programas de habitação popular destinados a melhorar as condições de moradia da população carente do Município.

§1°-A ação do Município deverá orientar-se para:

I - Ampliar o acesso a lotes mínimos dotados de infraestrutura básica e servidos por transporte coletivo;
II - Estimular e assistir tecnicamente projetos comunitários e associativos de construção de habitação e serviços;
III - Urbanizar, regularizar e titular as áreas ocupadas por população de baixa renda, passíveis de urbanização;
IV - Priorizar serviços e obras na periferia da cidade onde residem as populações mais carentes;
V - Investir, prioritariamente, nos pontos turísticos, parques, praças e áreas de lazer da cidade.

§ 2°- Na promoção de seus programas de habitação popular, o Município deverá articular-se com os órgãos estaduais, regionais e federais competentes e entidades representativas, quando couber, estimular a iniciativa privada e contribuir para aumentar a oferta de moradias adequadas e compatíveis com a capacidade econômica da população. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§ 3° - O Poder Público Municipal liberará o habite-se para construções, quando estas possuírem toda sua infraestrutura concluída. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§ 4° - No caso dos empreendimentos multifamiliares, o Poder Público Municipal está autorizado a liberar habite-se parcial quando as áreas de utilização comuns estiverem concluídas. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 200. O Município, em consonância com a sua política urbana e ambiental segundo o disposto em seu plano diretor, deverá promover programas de saneamento ambiental destinados melhorar as condições sanitárias e ambientais das áreas urbanas e os níveis de saúde da população. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Parágrafo Único - A ação do Município deverá orientar-se para:

I - Ampliar progressivamente a responsabilidade local pela prestação de serviços de saneamento básico;

II - Executar programas de saneamento em áreas pobres atendendo à população de baixa renda, com soluções adequadas e de baixo custo para o abastecimento de água e esgoto sanitário;

III - Executar programas de educação sanitária e melhorar o nível da participação das comunidades na solução de seus problemas de saneamento;

IV - Levar à prática, pelas autoridades competentes, tarifas sociais para os serviços de água.

IV - Implementar tarifas sociais para os serviços de água. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 201. O Município deverá manter articulação permanente com os demais Municípios da região e com o Estado visando à racionalização da utilização dos recursos hídricos e das bacias hidrográficas, respeitadas as diretrizes estabelecidas pela União.

SEÇÃO II

(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)

Da Política Municipal de Transporte

(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)

Art. 202. O Município na prestação de serviços de transporte público fará obedecer aos seguintes princípios básicos:

I - Segurança e conforto dos passageiros, garantindo, em especial, acesso às pessoas de deficiências físicas e senhoras gestantes, somente permitindo a circulação de novos ônibus que se encontrem adaptados para esta finalidade; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

II - Tarifa Social, assegurada a gratuidade aos maiores de sessenta anos, desde que reconhecidamente pobres, na forma da lei, e assegurado o desconto de cinquenta por cento aos estudantes em geral, com gratuidade total aos estudantes da rede pública de ensino ou bolsistas da rede privada, desde que reconhecidamente pobres, na forma da lei; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

III - Proteção ambiental contra poluição atmosférica e sonora, inclusive tornando obrigatório o uso do sistema aéreo do escapamento dos coletivos;

IV - Integração entre sistemas e meios de transporte e racionalização das vias públicas por onde trafegam os transportes coletivos;

V - Prioridade a pedestres e usuários dos serviços;

VI - Participação das entidades representativas da comunidade e dos usuários no planejamento e na fiscalização dos serviços.

Parágrafo Único. Lei específica disporá acerca da isenção de que trata o Inciso II deste artigo. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 203. O Município, em consonância com sua política urbana e ambiental seguindo o disposto ao seu plano diretor, deverá promover planos e programas setoriais destinados a melhorar as condições do transporte público, da circulação de veículos e da segurança do trânsito.

§1°. Lei Municipal disporá sobre o Conselho Municipal de Trânsito e Transporte. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§2°. O Plano Municipal de Mobilidade Urbana considerará todos os locais possíveis de atendimento ao usuário. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§3°. O serviço de táxi e mototaxi terá seu reajuste tarifário por ocasião do reajuste dos transportes, urbanos. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 203-A. O Município deverá estabelecer e implantar políticas de educação para a segurança do trânsito, em articulação com o Estado. *(Redação dada pela à Lei Orgânica Emenda 04/2016).*

CAPÍTULO VI

Da Política do Meio Ambiente

Art. 204. O Município deverá atuar no sentido de assegurar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo a todos o dever de defendê-lo e preserva-lo para as presentes e futuras gerações. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Parágrafo Único. Para assegurar efetividade a esse direito, o Município deverá articular-se com órgãos estaduais, regionais e federais competentes e ainda, quando for o caso, com outros Municípios, objetivando a solução de problemas comuns relativos à proteção ambiental.

Art. 205. O Município deverá atuar mediante planejamento, controle e fiscalização das atividades, públicas ou privadas, causadoras efetivas ou potenciais de alterações significativas no meio ambiente. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§1°. O Município estabelecerá plano plurianual de saneamento com a aprovação da Câmara Municipal determinando as diretrizes e os programas, atendidas as particularidades da bacia hidrográfica da cidade e os respectivos recursos hídricos.

§2°. *(Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§3°. O município fiscalizará a emissão de sons e ruídos, produzidos por qualquer meios e espécies, considerando sempre, os locais e horários, e a natureza das atividades emissoras, aplicando a legislação pertinente. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 206. O Município ao promover a ordenação de seu território, definirá zoneamento e diretrizes gerais de ocupação que assegurem a proteção dos recintos naturais, em consonância com o disposto na legislação estadual pertinente.

Art. 207. A política urbana do Município e o seu plano diretor deve contribuir para a proteção do meio ambiente, através da adoção de diretrizes adequadas de uso e ocupação do solo urbano. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Parágrafo Único. Na construção de escolas e creches serão destinados trinta por cento da área total do terreno para formação e preservação de área verde, inclusive, garantindo locais adequados para a construção de áreas de lazer e esporte.

Art. 208. Nas licenças de parcelamento, loteamento e localização o Município exigirá o cumprimento da legislação de proteção ambiental emanada da União, do Estado e do Município. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 209. As empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos deverão atender rigorosamente aos dispositivos de proteção ambiental em vigor, sob pena de não ser renovada a concessão ou permissão pelo Município.

Art. 210. O Município assegurará a participação das entidades representativas da comunidade no planejamento e na fiscalização da proteção ambiental, garantindo o amplo acesso dos interessados as informações sobre as fontes de poluição e degradação ambiental ao seu dispor.

§1°. A lei manterá o órgão municipal de controle da poluição e preservação do meio ambiente. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§2°. Os detritos sólidos portadores de agentes patogênicos e os de estabelecimentos hospitalares e congêneres, animais mortos, assim como resíduos perigosos deverão ser adequadamente acondicionados e conduzidos em transportes especiais para a devida destinação adequada, sob a responsabilidade do seu gerador. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§3°. O município se responsabilizará pela coleta, transporte e destinação final dos resíduos domiciliares. (Redação dada pela Emenda *à Lei Orgânica* 04/2016)

§4°. O município implementará e manterá o plano municipal de resíduos sólidos. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

CAPÍTULO VII

Da Política de Turismo

Art. 211. A política de turismo do Município de Mossoró promoverá o conhecimento e fruição das riquezas culturais e naturais do local, sendo pautada pelo respeito e preservação da identidade cultural local, sua diversidade, bem como do equilíbrio ambiental, sendo prioritárias as ações que fomentem grupos tradicionais e companhias artísticas locais. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§1°. A realização de grandes eventos festivos deverá obedecer aos princípios mencionados no caput. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§2°. *(Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 212. O Município criará o Conselho Municipal de Turismo a ser regulamentado em Lei. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§1°. Da composição do Conselho a que se refere este artigo participarão, sempre, representantes dos Poderes Executivo e Legislativo e da sociedade civil; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§2°. A Presidência do Conselho será de indicação exclusiva do Prefeito e terá mandato de dois anos, com direito à indicação por mais um período. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

CAPÍTULO VIII

Política de Segurança, de Defesa Civil e do Consumidor

Art. 213 Caberá à Secretaria de Segurança Pública: *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

I - Exercer, no âmbito do município de Mossoró, monitoramento preventivo e comunitário de atos que possam configurar desvio da ordem, do sossego e da paz pública, promovendo mediação de conflitos e o respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos; *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

II - Atuar, de forma articulada com os órgãos municipais de políticas sociais, visando a ações interdisciplinares de segurança e defesa civil do Município. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 213-A. A lei conferirá a órgãos da sociedade civil atribuições consultivas na colaboração da política de segurança do Município, com especificações regionais. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§1°. O município criará o Conselho Municipal de Segurança Pública, com participação da Sociedade Civil e da População, nos termos da lei complementar. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§2°. O município elaborará como suporte ao Conselho Municipal de Segurança Pública, um Plano Municipal de Segurança Pública. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§3°. O Plano Municipal de Segurança Pública possui caráter diagnóstico e participativo, com prazo de cinco anos renovados a cada quinquênio. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 214. O Município dará apoio permanente a todas as iniciativas da Comissão de Defesa Civil.

Art. 215. O Município poderá constituir guarda municipal, força auxiliar destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações, nos termos de lei complementar.

§1°. A Lei complementar de criação da guarda municipal disporá sobre acesso, direitos, deveres, vantagens e regime de trabalho, com base na hierarquia e disciplina.

§2°. A investidura nos cargos de guarda municipal far-se-á mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.

CAPITULO IX

Da Política Agrária, Agrícola e de Abastecimento

Art. 216. O Município poderá criar na forma da lei a Secretaria Municipal de Agricultura, cujas competências e atribuições serão especificadas na forma da lei. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 217 – A política agrícola e de abastecimento do município será orientada pelo incentivo à agricultura familiar, à produção agroecológica e eficiente, ao cooperativismo, à pesquisa científica, à promoção da extensão rural e do equilíbrio socioambiental no campo, bem como pelo combate à pobreza rural e às práticas produtivas predatórias da terra, do meio ambiente e do trabalho. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§ 1°. O Município poderá desenvolver ações específicas de apoio ao pequeno produtor agrícola, com vistas a promover seu avanço socioeconômicos e estimular uma produção racional, eficiente e ecologicamente sustentável. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

§ 2°. A.O Município deverá elaborar, anualmente, com ampla participação popular, o Plano Municipal de Agricultura, em que constem planejamentos e ações prioritárias que devam ser promovidas no setor agrícola e os resultados que, a partir delas, deverão ser obtidos. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 218. A lei disciplinará a utilização de agrotóxicos no território do Município, vedada a concessão de qualquer beneficio fiscal ou incentivo a produtos potencialmente causadores de poluição ou degradação de meio ambiente.

Dos Atos das Disposições Finais e Transitórias

Art. 1°. As normas constantes nesta lei terão o prazo de um ano para a sua regulamentação.

Parágrafo Único. Transcorrido o prazo previsto neste artigo sem que haja a devida regulamentação, qualquer cidadão poderá provocar o Poder Judiciário para o seu cumprimento.

Art. 2°. Lei Municipal disporá acerca da concessão dos Equipamentos de Proteção Individual para os servidores públicos. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 3°. *(Revogado pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Art. 4°. O Município deverá instalar geradores de energia nos seus serviços essenciais.

Parágrafo Único. Os serviços essenciais de que trata este artigo abrangem as áreas de saúde e sistemas de comunicação.

Art. 5°. Mediante autorização do Poder Legislativo, aprovado por dois terços (2/3) dos seus membros, o Poder Executivo poderá celebrar convênios com empresas privadas, para uso por prazo determinado, de terrenos, e outros próprios de patrimônio público, pagando com construção de obras de interesse social.

Art. 6°. A revisão da Lei Orgânica será realizada após 10 (dez) anos, contados a partir da data de sua promulgação.

Art. 7°. Esta Lei Orgânica, aprovada pela Câmara Municipal, será por ela promulgada e entrará em vigor na data de sua publicação. *(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 04/2016)*

Sala das Sessões "João Niceras de Morais"

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ

BLOCO DE CONSTITUCIONALIDADE DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ

EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL N° 11, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2022

Modifica o art. 19 da Lei Orgânica Municipal para adequar as regras do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS do Município de Mossoró à Emenda Constitucional n° 103, de 12 de novembro de 2019, e dá outras providências.

A Mesa da Câmara Municipal, nos termos do inciso IV, do art. 51, da Lei Orgânica do Município de Mossoró, promulga a seguinte Emenda ao texto da Lei Orgânica:

Art. 1° A Lei Orgânica do Município de Mossoró passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 19. O Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição dos órgãos integrantes dos poderes Legislativo e Executivo do Município e dos servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

§1° Os benefícios previdenciários a cargo do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS municipal se restringem a aposentadorias e pensão por morte.

§2° O servidor público abrangido pelo Regime Próprio de Previdência Social - RPPS municipal será aposentado:

I - por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, quando insuscetível de readaptação, hipótese em que será obrigatória a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria, na forma de Lei Complementar Municipal;

II - compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma da Lei Complementar Federal n° 152, de dezembro de 2015;

III – aos 60 (sessenta) anos de idade, se mulher, e aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em lei complementar municipal.

§3° Os proventos de aposentadoria não poderão ser inferiores ao valor mínimo a que se refere o § 2° do art. 201 ou superiores ao limite máximo estabelecido para o Regime Geral de Previdência Social, observado o disposto nos §§ 14 a 16, do artigo 40 da Constituição Federal.

§4° As modalidades de aposentadorias, os requisitos e critérios de concessão, as regras para cálculo de proventos de aposentadoria e pensão por morte e demais disciplinas que se fizerem necessárias serão carreadas em lei complementar municipal.

§5° As rubricas remuneratórias denominadas como salário-família, salário-maternidade, auxílio-doença, benefício por incapacidade temporária e auxílio-reclusão ficam excluídos do rol de benefícios previdenciários do RPPS de Mossoró e serão pagas, quando devidas, nos termos desta Lei Orgânica e dos demais dispositivos da legislação aplicável, diretamente pelo Ente Federativo e não correrão à conta do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, sendo de inteira e exclusiva responsabilidade, tanto financeira, quanto orçamentária, do Município de Mossoró.

§6° O servidor titular de cargo efetivo que tenha completado as exigências para a aposentadoria voluntária estabelecidas neste artigo e que opte, mediante efetiva verificação da implementação dos requisitos para aposentação espontânea, por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária, até completar a idade para aposentadoria compulsória.

§7° As idades mínimas do servidor exercente do cargo de magistério serão de 58 (cinquenta e oito) anos, se mulher, 63 (sessenta e três) anos de idade, se homem, devendo ser observada a aplicação do redutor constitucional de 5 (cinco) anos, para aqueles que comprovem 25 (vinte e cinco) anos de exclusivo e efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.
....." (NR)

"Art. 19-A. O Regime Próprio de Previdência Social - RPPS do Município de Mossoró fica alterado, e nos termos do inciso II, do art. 36, da Emenda Constitucional n° 103, de 2019, ficando referendadas:

I - pelas alterações promovidas pelo art. 1° da Emenda Constitucional n° 103, de 2019, e art. 149 da Constituição Federal; e

II - pelas revogações previstas na alínea "a", do inciso I, e nos incisos III e IV, do art. 35 da Emenda Constitucional n° 103, de 2019."

Art. 2° A concessão de aposentadoria ao servidor municipal vinculado ao RPPS e de pensão por morte aos respectivos dependentes será assegurada, a qualquer tempo, desde que tenham sido cumpridos os requisitos para obtenção destes benefícios antes da data de vigência desta Emenda à Lei Orgânica, observados os critérios da legislação vigente na data em que foram atendidos os requisitos para a concessão da aposentadoria ou da pensão por morte.

§ 1° Os proventos de aposentadoria a serem concedidos ao servidor a que se refere o caput e as pensões por morte devidas aos seus dependentes serão calculados e reajustados de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidos os requisitos nela estabelecidos para a concessão destes benefícios.

§ 2° É assegurado o direito ao recebimento do benefício de aposentadoria mais favorável ao servidor municipal, desde que tenham sido implementados todos os requisitos para sua concessão, ou de pensão aos seus dependentes, calculada com base na aposentadoria voluntária que seria devida se estivesse aposentado à data do óbito.

Art. 3° Até que entre em vigor lei complementar alterando ou substituindo as Leis Complementares n° 60 e n° 61, de 9 de dezembro de 2011, aplica-se o disposto nos artigos que se seguem em conjunto com as disposições não revogadas das leis mencionadas neste artigo.

Art. 4° Com fundamento nos incisos I e III do § 1°, §§4°-A, 4°-C e 5° do art. 40 da Constituição Federal, o servidor titular de cargo efetivo vinculado ao RPPS será aposentado nos termos dos incisos I, II e III do § 1°, incisos II e III do §2° e §3° do art. 10, da Emenda Constitucional n° 103, de 2019.

§1° As idades mínimas previstas na alínea “a”, inciso I, do §1° e inciso III, do §2°, do art. 10 da Emenda Constitucional n° 103, de 2019, serão alteradas para 60 (sessenta anos), se mulher, e 65 (sessenta e cinco) anos, se homem, para o servidor público em geral.

§2° As idades mínimas previstas no inciso III, do §2°, do art. 10 da Emenda Constitucional n° 103, de 2019, serão alteradas para a idade de 58 (cinquenta e oito) anos, se mulher, 63 (sessenta e três) anos de idade, se homem, para os ocupantes do cargo municipal de professor, devendo ser observada a aplicação do redutor de 5 (cinco) anos, de trata o §7°, do art. 19, da Lei Orgânica Municipal, para aqueles que comprovem 25 (vinte e cinco) anos de exclusivo e efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

§3° As determinações previstas no inciso II, do §2°, do art. 10 da Emenda Constitucional n° 103, de 2019, serão alterados pelas disposições contidas no art. 10 desta Emenda à Lei Orgânica Municipal.

Art. 5° Para o cálculo dos proventos de aposentadoria do Regime de Previdência de que trata o inciso I, do § 1°, do art. 10 da Emenda Constitucional n° 103, de 2019, será utilizada a média aritmética simples das remunerações adotadas como base para contribuições ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, atualizados monetariamente, correspondentes a 85% (oitenta e cinco por cento) dos maiores salários de contribuição desde a competência julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência, observado o quanto disposto nos §§1° e 6° do art. 26, da Emenda Constitucional n° 103, de 2019.

Parágrafo único. Os valores previstos no caput serão reajustados, a partir da data de entrada em vigor desta Emenda, na mesma data e com o mesmo índice em que se der o reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Art. 6° Para o cálculo dos proventos de aposentadoria do Regime de Previdência de que trata o inciso II, do §1°, do art. 10 da Emenda Constitucional n° 103, de 2019, será utilizada a média aritmética simples das remunerações adotadas como base para contribuições ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, atualizados monetariamente, correspondentes a 85% (oitenta e cinco por cento) dos maiores salários de contribuição desde a competência julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência, quando a incapacidade permanente decorrer de acidente de trabalho, de doença profissional ou do trabalho ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei, observado o quanto disposto nos §§ 1° e 6°, do art. 26, da Emenda Constitucional n° 103, de 2019.

§1° Para os casos de incapacidade permanente não abrangidos no caput, o valor da aposentadoria será de 60% (sessenta por cento) do equivalente ao resultado da elaboração da média, conforme caput, acrescido de dois pontos percentuais para cada ano que exceder os vinte anos de contribuição, se homem, e dois pontos percentuais para cada ano que exceder os quinze anos, se mulher.

§2° A concessão de aposentadoria por incapacidade permanente dependerá da verificação da condição de incapacidade permanente e insuscetível de reabilitação ou readaptação, mediante inspeção da Junta Biopsicossocial do Município.

§3° Constatada a incapacidade permanente pela Junta Biopsicossocial do Município, o segurado passa, imediatamente, a perceber benefício por incapacidade temporária que só será cessado com a publicação do ato aposentador.

§4° Até o advento de lei complementar conforme disposto no art. 3°, observar-se-á o rol das doenças graves, contagiosas ou incuráveis do art. 13, da Lei Complementar Municipal n° 060, de 2011.

§5° O requerimento do benefício de aposentadoria por incapacidade permanente decorrente de doença mental independerá da apresentação do termo de curatela.

§6° O aposentado por incapacidade permanente que voltar a exercer atividade laboral terá a aposentadoria cessada, a partir da data do retorno.

§7° Os valores previstos no neste artigo serão reajustados, a partir da data de entrada em vigor desta Emenda, na mesma data e com o mesmo índice em que se der o reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Art. 7° Para o cálculo dos proventos de aposentadoria do Regime de Previdência de que trata o inciso III, do § 1°, do art. 10 da Emenda Constitucional n° 103, de 2019, será utilizada a média aritmética simples das remunerações adotadas como base para contribuições ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, atualizados monetariamente, correspondentes a 85% (oitenta e cinco por cento) dos maiores salários de contribuição desde a competência julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência, observado o quanto disposto nos §§ 1° e 6° do art. 26 da Emenda Constitucional n° 103, de 2019.

§1° O valor da aposentadoria prevista no presente dispositivo será de 60% (sessenta por cento) do equivalente ao resultado da elaboração da média, conforme caput, acrescido de dois pontos percentuais para cada ano que exceder os vinte anos de contribuição, se homem, e dois pontos percentuais para cada ano que exceder os quinze anos, se mulher.

§2° Os valores previstos no caput serão reajustados, a partir da data de entrada em vigor desta Emenda, na mesma data e com o mesmo índice em que se der o reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Art. 8° O servidor público municipal que tenha ingressado no serviço público em cargo efetivo até a data da entrada em vigor desta Emenda à Lei Orgânica Municipal de Mossoró, poderá aposentar-se voluntariamente conforme o disposto no art. 4° da Emenda Constitucional n° 103, de 2019, observadas as seguintes alterações:

I - as idades mínimas serão reduzidas em dois anos para os servidores públicos de ambos os sexos, para fins do disposto no inciso I, do caput do art. 4° da Emenda Constitucional n° 103, de 2019;

II - o tempo mínimo exigido de efetivo exercício no serviço público será reduzido em cinco anos, para fins do disposto no inciso III, do caput do art. 4° da Emenda Constitucional n° 103, de 2019.

§ 1° Serão reduzidos em cinco anos, para ambos os sexos, os requisitos de idade e tempo de contribuição e, em dez, a quantidade de pontos para o professor que comprovar exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de Magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, para fins do disposto nos incisos I, II e V, do caput do art. 4° da Emenda Constitucional n° 103, de 2019.

§ 2° O somatório a que se refere o inciso V, do caput do art. 4° da Emenda Constitucional n° 103, de 2019, será acrescido, a cada um ano, a partir de 1° de janeiro de 2023, de um ponto, até atingir o limite de 96 (noventa e seis) pontos, se mulher, e de 104 (cento e quatro) pontos, se homem, com redutor de dez pontos, para ambos os sexos, em relação aos servidores a que se refere o § 1° deste artigo.

§ 3° Para os fins do disposto neste artigo, não se aplica o §1° e o inciso III, do §4° do art. 4° da Emenda Constitucional n° 103, de 2019.

§ 4° Os proventos das aposentadorias concedidas nos termos do disposto neste artigo corresponderão:

I - à totalidade da remuneração do servidor público no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, observado o disposto no § 6°, para o servidor público que tenha ingressado no serviço público em cargo efetivo até 31 de dezembro de 2003 e que não tenha feito a opção de que trata o § 16, do art. 40 da Constituição Federal, desde que tenha, no mínimo, sessenta anos de idade, se mulher, e 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, ou, para os titulares do cargo de professor de que trata o § 4° desta Emenda à Lei Orgânica Municipal, 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se mulher, e sessenta anos de idade, se homem;

II - ao valor apurado na forma do art. 5°, para o servidor público não contemplado no inciso I desta Emenda à Lei Orgânica Municipal.

§ 5° Os proventos das aposentadorias concedidas nos termos do disposto neste artigo não serão inferiores ao valor a que se refere o § 2°, do art. 201 da Constituição Federal, e serão reajustados:

I - de acordo com o disposto no art. 7° da Emenda Constitucional n° 41, de 19 de dezembro de 2003, se cumpridos os requisitos previstos no inciso I do § 4° deste artigo; ou

II - nos termos estabelecidos para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS, na hipótese prevista no inciso II do § 4° deste artigo.

§ 6° Considera-se remuneração do servidor público no cargo efetivo, para fins de cálculo dos proventos de aposentadoria com fundamento no disposto no inciso I, do § 4° deste artigo, o valor constituído pelo subsídio, pelo vencimento e pelas vantagens pecuniárias permanentes do cargo, estabelecidos em lei, acrescidos dos adicionais de caráter individual e das vantagens pessoais permanentes, observados os seguintes critérios:

I - se o cargo estiver sujeito a variações na carga horária, o valor das rubricas que refletem essa variação integrará o cálculo do valor da remuneração do servidor público no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria, considerando-se a média aritmética simples dessa carga horária proporcional ao número de anos completos de recebimento e contribuição, contínuos ou intercalados, em relação ao tempo total exigido para a aposentadoria;

II - se as vantagens pecuniárias permanentes forem variáveis por estarem vinculadas a indicadores de desempenho, produtividade ou situação similar, o valor dessas vantagens integrará o cálculo da remuneração do servidor público no cargo efetivo mediante a aplicação, sobre o valor atual de referência das vantagens pecuniárias permanentes variáveis, da média aritmética simples do indicador, proporcional ao número de anos completos de recebimento e de respectiva contribuição, contínuos ou intercalados, em

relação ao tempo total exigido para a aposentadoria ou, se inferior, ao tempo total de percepção da vantagem.

Art. 9° O servidor público municipal que tenha ingressado no serviço público em cargo efetivo até a data da entrada em vigor desta Emenda poderá aposentar-se voluntariamente conforme o disposto no art. 20 da Emenda Constitucional n° 103, de 2019, observadas as seguintes alterações:

I – 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se mulher, e 58 (cinquenta e oito) anos de idade, se homem, para fins do disposto no inciso I, do caput do art. 20, da Emenda Constitucional n° 103, de 2019;

II - o servidor deverá cumprir um período adicional de contribuição correspondente a 50% (cinquenta por cento) do tempo que, na data desta Lei, faltaria para atingir o mínimo exigido no inciso II, do caput do art. 20, da Emenda Constitucional n° 103, de 2019, para fins do disposto no inciso IV do mesmo artigo;

§1° O valor das aposentadorias concedidas nos termos do disposto neste artigo corresponderá:

I - em relação ao servidor público que tenha ingressado no serviço público em cargo efetivo até 31 de dezembro de 2003 e que não tenha feito a opção de que trata o § 16, do art. 40, da Constituição Federal, à totalidade da remuneração no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, observado o disposto no § 6°, do art. 8°, desta Emenda;

II - em relação aos demais servidores públicos, ao valor apurado na forma do art. 5° desta Emenda.

§ 2° O valor das aposentadorias concedidas nos termos do disposto neste artigo não será inferior ao valor a que se refere o § 2°, do art. 201, da Constituição Federal, e será reajustado:

I - de acordo com o disposto no art. 7° da Emenda Constitucional n° 41, de 19 de dezembro de 2003, se cumpridos os requisitos previstos no inciso I, do § 1°, desta Emenda;

II - nos termos estabelecidos para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS, na hipótese prevista no inciso II, do § 1°, desta Emenda.

Art. 10. O servidor público cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde ou à integridade física ou com risco de vida ou associação desses agentes, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação, poderão aposentar-se aos 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se homem, e 52 (cinquenta e dois) anos de idade, se mulher, com 25 (vinte e cinco) anos de efetiva exposição e contribuição, 10 (dez) anos de efetivo exercício de serviço público e 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria.

§1° Para o cálculo dos proventos de aposentadoria especial do caput deste artigo será utilizada a média aritmética simples das remunerações adotadas como base para contribuições ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, atualizados monetariamente, correspondentes a 85% (oitenta e cinco por cento) dos maiores salários de contribuição desde a competência julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência, observado o quanto disposto nos §§1° e 6° do art. 26 da Emenda Constitucional n° 103, 12 de novembro de 2019.

§2° O valor da aposentadoria prevista no presente dispositivo será de 60% (sessenta por cento) do equivalente ao resultado da elaboração da média, conforme caput, acrescido de dois pontos percentuais para cada ano que exceder os vinte anos de contribuição, se homem e dois pontos percentuais para cada ano que exceder os quinze anos, se mulher.

§3° Os proventos de aposentadoria não poderão ser inferiores ao valor mínimo a que se refere o §2°, do art. 201, da Constituição Federal ou superiores ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, salvo as parcelas pagas pelo regime de previdência complementar, nos casos que o servidor tenha aderido ao RPC – Regime de Previdência Complementar.

§ 4° Os valores previstos no caput serão reajustados, a partir da data de entrada em vigor desta Lei, na mesma data e com o mesmo índice em que se der o reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

§5° Para os fins da concessão da aposentadoria prevista no caput, será admitido como meio de prova para a comprovação de tempo de contribuição sob condições especiais, o recebimento de adicionais ou gratificações pela prestação de atividades insalubres, perigosas ou com risco de vida.

Art. 11. Fica assegurada aposentadoria na forma da Lei Complementar Federal n° 142, de 8 de maio de 2013, à pessoa com deficiência segurada do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS municipal, desde que cumpridos o tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e de cinco anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria.

Parágrafo único. Os critérios de cálculo dos benefícios concedidos com base no caput serão àqueles da Lei Complementar Federal n° 142, de 2013.

Art. 11-A. O servidor público municipal que tenha ingressado no serviço público em cargo efetivo até a data da entrada em vigor desta Emenda cujas atividades tenham sido exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde ou com risco de vida, ou associação desses agentes, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação, desde que cumpridos o tempo mínimo de vinte anos de efetivo exercício no serviço público e de cinco anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria, na forma dos arts. 57 e 58 da Lei Federal n° 8.213, de 24 de julho de 1991, poderá

aposentar-se voluntariamente conforme o disposto no art. 21 da Emenda Constitucional n° 103, de 2019, observadas as seguintes alterações:

I - 61 (sessenta e um) pontos, se mulher, 65 (sessenta e cinco) pontos, se homem, e 15 (quinze) anos de efetiva exposição;

II - 71 (setenta e um) pontos, se mulher, 75 (setenta e cinco) pontos, se homem, e 20 (vinte) anos de efetiva exposição;

III - 77 (setenta e sete) pontos, se mulher, 80 (oitenta) pontos, se homem, e 25 (vinte e cinco) anos de efetiva exposição.

§ 1° Para o cálculo dos proventos de aposentadoria especial do caput deste artigo será utilizada a média aritmética simples das remunerações adotadas como base para contribuições ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, atualizados monetariamente, correspondentes a 85% (oitenta e cinco por cento) dos maiores salários de contribuição desde a competência julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência, observado o quanto disposto nos §§ 1° e 6° do art. 26 da Emenda Constitucional n° 103, 12 de novembro de 2019.

§ 2° Os proventos de aposentadoria não poderão ser inferiores ao valor mínimo a que se refere o §2°, do art. 201, da Constituição Federal ou superiores ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, salvo as parcelas pagas pelo regime de previdência complementar, nos casos que o servidor tenha aderido ao RPC.

§ 3° Os valores previstos no caput serão reajustados, a partir da data de entrada em vigor desta Lei, na mesma data e com o mesmo índice em que se der o reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

§4° Para os fins da concessão da aposentadoria prevista no caput, será admitido como meio de prova para a comprovação de tempo de contribuição sob condições especiais, o recebimento de adicionais ou gratificações pela prestação de atividades insalubres, perigosas ou com risco de vida.

Art. 12. Na concessão de pensão por morte o dependente de segurado do RPPS falecido a partir da data de vigência desta Emenda à Lei Orgânica Municipal será aplicado o disposto nos §§ 1°, 2°, 3°, 5° e 6° do art. 23 da Emenda Constitucional n° 103, de 2019, observadas as seguintes alterações:

I - a cota de que trata o caput do art. 23 da Emenda Constitucional n° 103, de 2019, corresponderá a 15% (quinze por cento) pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100% (cem por cento);
II - o número de dependentes de que trata o §1°, do art. 23 da Emenda Constitucional n° 103, de 2019, será igual ou superior a quatro;

III - a condição de dependente do filho menor se encerra aos 21 (vinte e um) anos de idade.

Parágrafo único. Outras determinações acerca do tempo de duração da pensão por morte e das cotas individuais por dependente até a perda dessa qualidade, rol de dependentes e sua qualificação e as condições necessárias para enquadramento serão aqueles estabelecidos em Lei Municipal.

Art. 13. O servidor municipal vinculado ao RPPS fará jus a um abono de permanência, pago pelo Ente Municipal, equivalente à sua contribuição previdenciária, até completar a idade para aposentadoria compulsória, desde que opte expressamente por permanecer em atividade e que tenha cumprido, ou venha a cumprir, os requisitos para aposentadoria voluntária.

Parágrafo único. O abono de permanência a que se refere o caput só será devido após verificação da implementação dos requisitos legais constantes neste artigo e seus efeitos financeiros somente retroagirão até a data da formalização do seu requerimento.

Art. 14. Conforme determinação do § 4°, do art. 9°, da Emenda Constitucional n° 103, de 2019, a alíquota de contribuição dos segurados ativos vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS do Município será de 14% (quatorze por cento) incidentes sobre a totalidade da remuneração de contribuição.

Art. 15. Os aposentados e pensionistas, vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS de Mossoró, com benefícios concedidos a qualquer tempo, contribuirão para o regime previdenciário com mesma alíquota prevista para o servidor ativo, incidente sobre a parcela que supere o valor do limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Parágrafo único. As contribuições previdenciárias calculadas sobre o benefício de pensão por morte têm como base de cálculo o valor total deste benefício, antes de sua divisão em cotas, a fim de que seja observado corretamente o limite previsto neste artigo.

Art. 16. A contribuição previdenciária a cargo do Município, incluídos seus poderes, autarquias e fundações, será igual ao somatório da alíquota de custeio ordinário com alíquota de custeio especial, que incidirão sobre o total da remuneração tida como base de cálculo da contribuição previdenciária a cargo, exclusivamente, dos servidores ativos segurados do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS de Mossoró.

§ 1° A alíquota de custeio ordinária será de 14% (quatorze por cento).

§ 2° A alíquota de custeio especial deverá ser apurada anualmente, podendo sofrer reduções ou majorações, desde que seja demonstrada a referida necessidade, mediante avaliação atuarial específica,

em atenção às prescrições da Constituição Federal, observados, portanto, os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

§ 3° Até que seja implementada nova avaliação atuarial, a alíquota de custeio especial fica mantida em 5,53% (cinco vírgula cinquenta e três por cento).

Art. 17. A Taxa de Administração para o custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró – Previ-Mossoró, inclusive para conservação de seu patrimônio, será de até 3% (três por cento) do valor total das remunerações de contribuição dos servidores ativos vinculados ao Plano de Benefício com base no exercício anterior e cujos recursos serão destinados exclusivamente ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento do órgão gestor do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, observadas as demais disposições deste artigo, podendo ser acrescido de 20% (vinte por cento) a mais para as despesas com a certificação institucional do RPPS no Pró-Gestão e para certificação profissional de seus dirigentes e conselheiros.

§ 1° Na verificação do limite percentual definido no caput, não serão computadas as despesas decorrentes das aplicações de recursos em ativos financeiros conforme estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 2° Fica o Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró – Previ-Mossoró autorizado a constituir reserva com as sobras do custeio das despesas do exercício, cujos valores serão utilizados para os fins a que se destina a Taxa de Administração.

§ 3° Fica autorizada a reversão dos saldos remanescentes dos recursos destinados à Reserva Administrativa, apurados ao final de cada exercício, para pagamento dos benefícios do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, mediante prévia aprovação do Conselho Previdenciário.

Art. 18. Até que entre em vigor lei complementar alterando ou substituindo as Leis Complementares n° 60 e n° 61, de 9 de dezembro de 2011, a responsabilidade pelo desconto, recolhimento ou repasse das contribuições será do dirigente máximo do órgão ou entidade que efetuar o pagamento da remuneração, subsídio ou benefício e ocorrerá em até dia dez do mês subsequente àquele em que ocorrer o crédito correspondente.

Parágrafo único. O não repasse das contribuições destinadas ao RPPS no prazo legal implicará na atualização destas de acordo com o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IBGE, além de juros de mora de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) ao mês.

Art. 19. Fica instituído o Regime de Previdência Complementar, previsto no § 14, do art. 40, da Constituição Federal, devendo ser regulamentado por lei própria.

Art. 20. O valor das pensões e aposentadorias concedidas pelo Regime Próprio será limitado ao teto máximo de benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, salvo os servidores que aderirem ao Regime de Previdência Complementar.

§1° A disposição do caput se aplicará aos servidores que ingressarem no serviço público local após a instituição do Regime de Previdência Complementar.

§2° Os servidores que ingressaram no serviço público antes da instituição do Regime de Previdência Complementar, mediante expressa adesão, poderão dele participar.

Art. 21. Fica fixado, desde logo, prazo de 03 (três) anos a contar da data da promulgação desta emenda, para revisar as disposições aqui consolidadas, conforme necessidade, condicionado à apresentação de:

I – Avaliação atuarial atualizada;

II - Estudo prospectivo sobre equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS municipal.

Parágrafo único. Até o advento do prazo fixado no caput, deverá ser observado o total do percentual em 5,53%, conforme disposto no §3°, do artigo 17 desta emenda, de modo que a diferença, em pontos percentuais, resultante de eventuais reduções na alíquota de custeio especial, serão vertidas na forma de aporte financeiro realizado para a cobertura de déficit atuarial, a fim de que a contribuição patronal global não seja inferior a 19,53%, até o lapso temporal aqui determinado.

Art. 22. As despesas decorrentes da presente Emenda à Lei Orgânica Municipal correrão por conta das dotações consignadas na Lei Orçamentária Municipal de 2022, ficando eventuais modificações no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária do exercício de 2022, incluindo a abertura de créditos adicionais, remanejamentos, transposições e transferências, condicionadas à observância da legislação vigente.

Art. 23. Fica autorizada a utilização das disposições sobre benefícios temporários contidas nos art. 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 26, 27 e 34, da Lei Complementar n° 60, de 2011, com ônus exclusivo para o Executivo Municipal, até a efetiva transposição das normas tais objetos para o estatuto dos servidores municipais.

Art. 24. Revogam-se os seguintes dispositivos da Lei Complementar n° 60, de 2011: § 4° do art. 6°, art. 12, art. 19, art. 28, art. 33, art. 35, art. 48, art. 52, art. 54, art. 67, art. 84, art. 85, art. 86, art. 87, art. 88 e art. 89.

Art. 25. Esta Emenda à Lei Orgânica Municipal entrará em vigor observando o seguinte:

I - em relação aos artigos 14, 15, 16 e 17, a partir do primeiro dia do quarto mês subsequente ao de sua publicação;

II - para os demais dispositivos, na data de sua publicação.

Mossoró/RN, 25 de fevereiro de 2022.
MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ

FIM DA PUBLICAÇÃO: LEI ORGÂNICA MUNICIPAL COMPILADA 2022 E BLOCO DE CONSTITUCIONALIDADE

MOSSORÓ, 23 DE DEZEMBRO DE 2022
MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ

LAWRENCE AMORIM
Presidente da Câmara Municipal de Mossoró

AISLAN MARCKUTY
1° Secretário

MARLEIDE CUNHA
2° Secretária

VERSÃO ADMINISTRATIVA DA LEI COMPLEMENTAR N° 169, DE 12 DE AGOSTO DE 2021, COM ALTERAÇÕES PELAS LEIS COMPLEMENTARES 185/2022; 186/ 2022; 193/ 2023; 200/2023; 205/2023; 208/2023 E 218/2025.

MÁRCIO VINÍCIUS BARRETO DA SILVA
REVISOR DE TEXTO

ALINE ESTEVAM CARVALHO
DIRETORA LEGISLATIVA

DIRETORIA LEGISLATIVA
CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ

LEI COMPLEMENTAR N° 169, DE 12 DE AGOSTO DE 2021

Dispõe sobre a estrutura administrativa e organizacional da Prefeitura Municipal de Mossoró e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DIRETRIZES DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 1° A estrutura administrativa e organizacional do Poder Executivo Municipal é estabelecida nos termos desta Lei, obedecidas as disposições da Lei Orgânica do Municipio e demais normas aplicáveis.

Parágrafo único. O Poder Executivo Municipal compreende um conjunto integrado de diferentes órgãos, cuja estrutura administrativa e organizacional serve de alicerce para nortear suas ações, obedecendo às seguintes diretrizes:

I - otimização da estrutura e do funcionamento da administração, com vistas ao atendimento mais eficaz das demandas apresentadas pela sociedade;

II - estruturação da atuação dos órgãos, em consonância com a orientação estratégica do Governo Municipal, com vistas ao fortalecimento da interlocução com o Poder Legislativo, com os setores econômicos, acadêmicos e sociais;

lll - racionalização da estrutura administrativa, por meio da adaptação dos órgãos que compõem a administração do Município às prioridades de governo;

IV - definição e operacionalização dos objetivos da ação governamental;

V - evidenciação das ações estratégicas, especialmente as relações com outros entes federativos para promoção do desenvolvimento local e regional;

VI - adequação da estrutura administrativa ao modelo de gestão, integrando as políticas públicas ao processo de planejamento participativo, desenvolvimento sustentável, monitoramento de programas, projetos e ações com base no território;

VII - valorização dos recursos humanos da municipalidade e sua participação no planejamento, na gestão e no monitoramento das ações de govemo.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 2° São órgãos da Administração Direta:

~~I - o Gabinete do Prefeito - GP;~~
I – o Gabinete do Prefeito – GP; (Redação dada pela Lei Complementar nº 218, de 2025).

~~II - o Gabinete do Vice-Prefeito - GVP;~~

II – o Gabinete do Vice-Prefeito – GVP; (Redação dada pela Lei Complementar nº 218, de 2025).

~~III - a Secretaria Municipal de Governo - Segov;~~

III – a Secretaria Municipal de Governo – Segov; (Redação dada pela Lei Complementar nº 218, de 2025).

~~IV - a Secretaria Municipal de Comunicação Social - Secom;~~
IV – a Secretaria Municipal de Comunicação Social – Secom; (Redação dada pela Lei Complementar nº 218, de 2025).

~~V - a Secretaria Municipal de Administração - Semad;~~
V – a Secretaria Municipal de Administração – Semad; (Redação dada pela Lei Complementar n° 218, de 2025).

~~VI - a Secretaria Municipal da Fazenda - Sefaz;~~

VI – a Secretaria Municipal da Fazenda – Sefaz; (Redação dada pela Lei Complementar n° 218, de 2025).

~~VII - a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - Seplan;~~

VII – a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças – Seplan; (Redação dada pela Lei Complementar nº 218, de 2025).

~~VIII - a Secretaria Municipal de Finanças - Sefin;~~

VIII – (Revogada). (Redação dada pela Lei Complementar nº 218, de 2025).

~~IX – a Secretaria Municipal de Infraestrutura, Meio Ambiente, Urbanismo e Serviços Urbanos - Seimurb;~~
IX – a Secretaria Municipal de Infraestrutura – Seinfra; (Redação dada pela Lei Complementar n° 218, de 2025).

~~X - a Secretaria Municipal de Segurança Pública, Defesa Civil, Mobilidade Urbana e Trânsito - Sesdem~~;

X – a Secretaria Municipal de Segurança Pública, Defesa Civil, Mobilidade Urbana e

Trânsito – Sesdem; (Redação dada pela Lei Complementar nº 218, de 2025).

~~XI - a Secretaria Municipal de Saúde - SMS;~~

XI – a Secretaria Municipal de Saúde – SMS; (Redação dada pela Lei Complementar nº 218, de 2025).

~~XII - a Secretaria Municipal de Educação - SME;~~

XII – a Secretaria Municipal de Educação – SME; (Redação dada pela Lei Complementar nº 218, de 2025).

~~XIII - a Secretaria Municipal de Cultura - SEC;~~

XIII – a Secretaria Municipal de Cultura –SMC; (Redação dada pela Lei Complementar nº 218, de 2025).

~~XIX - a Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania - Semasc;~~

XIV – Secretaria Municipal de Assistência Social, Cidadania e Juventude – Semasc; (Redação dada pela Lei Complementar nº 218, de 2025).

~~XV - a Secretaria Municipal de Esporte e Juventude - Semej~~

XV – a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – Sesporte; (Redação dada pela Lei Complementar nº 218, de 2025).

~~XVI - a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Turismo - Sedint;~~
XVI – a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Turismo – Sedint; (Redação dada pela Lei Complementar nº 218, de 2025).

~~XVII - a Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural - Seadru;~~

XVII – a Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural – Seadru; (Redação dada pela Lei Complementar nº 218, de 2025).

~~XVIII - a Procuradoria-Geral do Município - PGM;~~

XVIII – a Procuradoria-Geral do Município – PGM; (Redação dada pela Lei Complementar nº 218, de 2025).

~~XIX - a Consultoria-Geral do Município - CGM;~~
XIX – a Consultoria-Geral do Município – CGM; (Redação dada pela Lei Complementar 218, de 2025).

~~XX - a Controladoria-Geral do Município - Control;~~

XX – a Controladoria-Geral do Município – Control; (Redação dada pela Lei Complementar nº 218, de 2025).

~~XXI - a Ouvidoria-Geral do Município - OGM.~~

XXI – (Revogado). (Redação dada pela Lei Complementar nº 218, de 2025).

XXII – a Secretaria Municial de Programas e Projetos Estratégicos – SPPE; (Incluído pela Lei Complementar nº 218, de 2025)

XXIII – a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos – Semsur; (Incluído pela Lei Complementar nº 218, de 2025)

XXIV – a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – Semurb; (Incluído pela Lei Complementar nº 218, de 2025)

XXV – a Secretaria Municipal de Governança e Inovação em Gestão – Semig; (Incluído pela Lei Complementar nº 218, de 2025)

XXVI – A Secretaria Municipal de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas – Segepe. (Incluído pela Lei Complementar nº 218, de 2025)

Art. 3° Além das Secretarias indicadas no artigo anterior, o Prefeito do Município poderá fazer, em carater extraordinário, uma nomeação para cargo em comissão, com prerrogativas e remuneração de Secretário Municipal, para condução de assuntos ou programas relevantes para a Administração do Município.

§ 1° O Decreto de provimento do cargo de Secretário Extraordinário, previsto no **caput** deste artigo, indicará as atividades a serem desenvolvidas pelo seu ocupante e os meios administrativos que serão usados.

§ 2° A nomeação prevista neste artigo poderá ser para cumprir encargos e missões determinadas pelo Prefeito do Município, junto a órgãos públicos e entidades governamentais e internacionais no Distrito Federal.

Art. 4° São entidades da Administração Indireta:

~~I - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró - Previ-Mossoró;~~

~~I - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró - Previ-Mossoró, autarquia municipal vinculada à Secretaria Municipal de Administração - Semad;~~ ~~(Redação dada pela Lei Complementar nº 193, de 2023)~~

I – Intituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró – Previ Mossoró, autarquia municipal vinculada à Secretaria Municipal de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas – Segepe; (Redação dada pela Lei Complementar nº 218, de

2025).

~~II - Abatedouro Frigorifico Industrial de Mossoró S/A – Afim;~~

II - Abatedouro Frigorífico Industrial de Mossoró S/A – Afim, sociedade de economia mista vinculada à Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural – Seadru; (Redação dada pela Lei Complementar nº 193, de 2023)

~~III – Agência de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Básico – AGRM. (Incluído pela Lei Complementar nº 186, de 2022)~~

~~III – Agência de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Básico – AGRM. (Incluído pela Lei Complementar nº 186, de 2022) (Redação dada pela Lei Complementar nº 193, de 2023)~~

III - Agência Reguladora dos Serviços Públicos de Mossoró – AGRM, autarquia municipal vinculada à Secretaria Municipal de Infraestrutura - Seinfra. (Redação dada pela Lei Complementar nº 208, de 2023)

~~Parágrafo único. A administração indireta terá sua estrutura e objetivos regulamentados por lei específica.~~

Parágrafo único. A administração indireta terá sua estrutura e objetivos regulamentados por lei específica.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Seção I
Do Gabinete do Prefeito do Município

Art. 5° São competências do Gabinete do Prefeito coordenar a pauta de audiências, viagens e eventos do Prefeito do Município, a recepção de autoridades, o acompanhamento das ações dos serviços públicos delegados, promover articulação política, cerimonial, auxiliar na elaboração de atos jurídicos e desenvolver ações de apoio direto e imediato ao Chefe do Executivo, de acordo com as necessidades de natureza protocolar, institucional e demais assuntos relacionados à administração pública municipal, além da articulação do Gabinete do Prefeito com os demais órgãos públicos.

Parágrafo único. Incumbe ao Secretário Municipal de Governo a responsabilidade pela prática dos atos de gestão administrativa e financeira do Gabinete do Prefeito, nos termos do Capítulo V, desta Lei.

Seção II
Do Gabinete do Vice-Prefeito do Município

Art. 6° São competências do Gabinete do Vice-Prefeito coordenar a pauta de audiências, viagens e eventos do Vice-Prefeito e promover a integração do Gabinete do Vice-Prefeito com os órgãos da Administração Direta e Indireta, bem como assessorar e prestar apoio logístico e operacional ao Vice-Prefeito no exercício de suas funções especiais e em assuntos técnicos e políticos relativos à gestão da Administração Pública.

Parágrafo único. Incumbe ao Secretário Municipal de Governo a responsabilidade pela prática dos atos de gestão administrativa e financeira do Gabinete do Vice-Prefeito, nos termos do Capítulo V, desta Lei.

Seção III
Da Secretaria Municipal de Governo - Segov

Art. 7° À Secretaria Municipal de Governo - Segov, subordinada diretamente ao Prefeito do Município, compete a promoção e articulação direta do Executivo com os demais poderes, coordenando suas atividades políticas, cívicas e de representação entre os órgãos e entidades públicas e privadas; conduzir a articulação social; coordenar a publicação dos atos e expedientes na imprensa oficial, além de definir medidas que assegurem o cumprimento da Constituição, leis, decretos e demais atos jurídicos no âmbito do Poder Executivo Municipal.

~~Parágrafo único. À Secretaria Municipal de Governo fica vinculada a Escola de Gestão Pública de Mossoró, destinada a planejar, organizar, executar e avaliar as atividades para formação, inovação, capacitação, treinamento e aprimoramento profissional dos servidores públicos municipais. (Incluído pela Lei Complementar nº 200, de 2023)~~

Parágrafo único. À Secretaria Municipal de Governo, ficam vinculados: (Redação dada pela Lei Complementar nº 219, de 2025).

I - o Gabinete de Segurança Institucional Municipal - GSIM, destinado a planejar, coordenar, controlar, fiscalizar e sistematizar os procedimentos, ações e serviços de segurança institucional, no âmbito do município, bem como proceder estudos visando adequá-los periodicamente às novas necessidades; analisar e acompanhar questões com potencial de risco, prevenir a ocorrência de crises e articular seu gerenciamento, em caso de iminente ameaça institucional; aprovar as Rotinas de Segurança Institucional desenvolvidas pelos Órgãos Municipais; interagir com instituições públicas ou privadas que atuem em atividades relativas à segurança, e de interesse na área de segurança institucional do município; elaborar e/ou aprovar com apoio dos demais órgãos, programa destinado à capacitação dos agentes de controle e manipulação de informações relacionadas à segurança; dirigir ações pertinentes à segurança institucional, zelando pela segurança pessoal do Chefe do Poder Executivo municipal, autoridades municipais e pessoas expostas politicamente em razão de vínculo familiar com as autoridades municipais; articular levantamento operacional, a nível de inteligência, quando houver potencial de risco à estabilidade institucional, permitindo a mobilização de escolta, monitoramento, reforço policial, equipamentos de proteção e comunicação para o bom exercício do poder de polícia quanto às suas atividades; integrar os diversos órgãos colegiados que direta ou indiretamente tratem de assuntos de segurança institucional. (Incluído pela Lei Complementar nº 218, de 2025)

II - a Ouvidoria-Geral do Município - OGM, destinada a superintender a política municipal de acesso à informação e de proteção de dados, tem por finalidade receber, encaminhar e acompanhar denúncias, reclamações e sugestões dos cidadãos relativas à prestação de serviços públicos em geral, assim como representações contra o exercício negligente ou abusivo dos cargos, empregos e funções na Administração Pública Municipal, sem prejuízo das competências específicas de outros órgãos da Administração do Município. (Incluído pela Lei Complementar nº 218, de 2025)

III - os Escritórios de Representação Institucional, fora da circunscrição do. Município de Mossoró, com lotação fixa de servidores, destinados a otimizar a articulação multissetorial que envolva Secretarias e Orgãos municipais junto ao Governo Federal, Governo do Estado, Organizações Não-Governamentais e órgãos afins, competindo-lhes facilitar a captação de recursos e a viabilização de projetos aptos a contribuir com o desenvolvimento da cidade de Mossoró, além de servir como ponto de apoio para reuniões e encontros institucionais do Chefe do Poder Executivo municipal, secretários e demais autoridades municipais, utilizando-se como ponto estratégico para diligências que necessitam de atuação presencial fora dos limites geográficos do Município de Mossoró. (Incluído pela Lei Complementar nº 218, de 2025)

Seção IV
Da Secretaria Municipal de Comunicação Social - Secom

~~Art. 8° À Secretaria Municipal de Comunicação Social - Secom, subordinada diretamente ao Prefeito do Município, compete planejar, executar e orientar a política de comunicação social da Prefeitura Municipal, objetivando a indispensável uniformização de conceitos; promover a divulgação de atos e atividades da administração municipal; facilitar a comunicação da imprensa com o Prefeito, os Secretários Municipais e demais autoridades do Município; manter arquivo ordenado e sistematizado de notícias e comentários da imprensa do Estado sobre atividades da administração municipal; promover pesquisa de opinião pública e dirigir o Jornal Oficial do Municipio de Mossoró - JOM.~~

Art. 8° À Secretaria Municipal de Comunicação Social - Secom, subordinada diretamente ao Prefeito do Município, compete planejar, executar e orientar a política de comunicação social da Prefeitura Municipal, objetivando a indispensável uniformização de conceitos; promover a divulgação de atos e atividades da administração municipal; facilitar a comunicação da imprensa com o Prefeito, os Secretários Municipais e demais autoridades do Município; manter arquivo ordenado e sistematizado de notícias e comentários da imprensa do Estado sobre atividades da administração municipal; promover pesquisa de opinião pública e dar apoiooperacional à publicação do atos e expedientes no Diário Oficial do Município de Mossoró – DOM, além de outras atividades correlatas às competências do órgão. (Redação dada pela Lei Complementar nº 218, de 2025).

Seção V
Da Secretaria Municipal de Administração - Semad

~~Art. 9° À Secretaria Municipal de Administração - Semad, subordinada diretamente~~

~~ao Prefeito do Município, compete o planejamento, desenvolvimento e coordenação dos sistemas administrativos de gestão de pessoal, patrimônio, materiais, transportes e comunicações internas, no âmbito da Administração Pública Municipal; promover, supervisionar e avaliar a execução de planos e projetos de tecnologia da informação e promover a modernização administrativa do Município e o desenvolvimento organizacional aplicados à administração pública.~~

Art. 9° À Secretaria Municipal de Administração - Semad, subordinada diretamente ao Prefeito do Município, compete o planejamento, desenvolvimento e coordenação dos sistemas administrativos de gestão patrimonial, financeiro, material, transportes, logìstica, almoxarifado, controle e comunicações internas, no âmbito da Administração Pública Municipal; disciplinar regras e acompanhar a execução das atividades de contratação; fiscalizar os prazos de validade dos contratos e monitorar a tramitação de prorrogação, instauração e andamento de novos procedimentos licitatórios, de maneira a assegurar a tempestividade das contratações e a execução das rotinas administrativas inerentes aos respectivos processos; apurar eventuais responsabilidades contratuais por parte de fornecedores e prestadores de serviços, zelando pela aplicação de eventuais sanções; promover, supervisionar e avaliar a execução de planos e projetos de tecnologia da informação e promover a modernização administrativa do Município e o desenvolvimento organizacional aplicado à administração pública; gerenciar a manutenção, operacionalização e guarda dos bens móveis, equipamentos de informática e tecnologia da informação; zelar e assegurar a gestão eficiente dos recursos e do patrimônio municipal, instituindo rotinas e procedimentos aptos a indentificar a utilização ineficiente dos insumos e do patrimônio do município; controlar os materiais de consumo, tombamento, registro, inventário, proteção e conservação dos bens móveis e imóveis; vigilância, zeladoria, serviços de protocolo e arquivamento definitivo dos arquivos físicos da Prefeitura; manutenção da frota de veículos e equipamentos de uso geral da administração municipal e pela implantação e execução de sistemas de processamentos de dados da Prefeitura, além de outras atividades correlatas às competências do órgão. (Redação dada pela Lei Complementar nº 218, de 2025).

Art. 10. À Secretaria Municipal de Administração - Semad caberá a competência de conduzir os processos de licitação, inclusive centralizando a execução das rotinas administrativas inerentes aos processos respectivos.

Seção VI
Da Secretaria Municipal da Fazenda – Sefaz

~~Art. 11. À Secretaria Municipal da Fazenda - Sefaz, subordinada diretamente ao Prefeito do Municipio, compete o desenvolvimento e execução da política tributária do Município, com a fiscalização da receita tributária municipal e a normatização dos procedimentos relativos a elaboração da programação financeira da execução orçamentária e da contabilidade pública; coordenar a definição e o controle da política de endividamento do Município; da captação e aplicação de recursos e promover o relacionamento do Município com organizações financiadoras dos programas e politicas públicas de desenvolvimento municipal.~~

Art. 11. À Secretaria Municipal da Fazenda - Sefaz, subordinada diretamente ao

Prefeito do Municipio, compete o planejamento e execução da Política Tributária Municipal; fiscalização, lançamento, cobrança e arrecadação dos tributos municipais; promover o município de receitas próprias para a consecução de suas políticas públicas e ações governamentais; a inscrição, manutenção e atualização do cadastro de contribuintes mobiliário e imobiliário; a orientação e aplicação da legislação tributária municipal; o desenvolvimento de programas de conscientização da população sobre a função social dos tributos e de promoção da justiça fiscal, além de outras atividades correlatas às competências do órgão. (Redação dada pela Lei Complementar nº 218, de 2025).

Seção VII

~~**Da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – Seplan**~~

Da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças – Seplan

(Redação dada pela Lei Complementar nº 218, de 2025).

~~Art. 12. À Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - Seplan, subordinada diretamente ao Prefeito do Município, compete o planejamento, desenvolvimento e acompanhamento de ações que visem o desenvolvimento territorial, econômico, social e de inovação do município; coordenar o processo de planejamento municipal e de descentralização das ações, por meio da gestão estratégica, territorial e participativa no planejamento e aprimoramento do modelo de gestão municipal e da captação de recursos para projetos estratégicos; bem como promover e apoiar o desenvolvimento técnico-científico em gestão pública dos servidores municipais.~~

Art. 12. À Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças - Seplan, subordinada diretamente ao Prefeito do Município, compete o planejamento orçamentário e acompanhamento de ações que visem o desenvolvimento territorial, econômico, social e de inovação do município; coordenar o processo de execução orçamentária e de descentralização das ações municipais, por meio da gestão estratégica, territorial e participativa no planejamento e aprimoramento do modelo de gestão municipal e da captação de recursos para projetos estratégicos; acompanhar, controlar e monitorar a execução de projetos e convênios firmados pelo muncípio, zelando pela correta prestação de contas e avaliação dos seus resultados; gerir contas bancárias; executar os procedimentos de conciliação bancária; levantar e gerir o passivo financeiro do município; efetuar os pagamentos das despesas realizadas pelos demais órgãos da Administração Direta do Poder Executivo Municipal, em conjunto com os demais Secretários, além de outras atividades correlatas às competências do órgão. (Redação dada pela Lei Complementar nº 218, de 2025).

Seção VIII

Da Secretaria Municipal de Finanças - Sefin

~~Art. 13. À Secretaria Municipal de Finanças – Sefin, subordinada diretamente ao Prefeito do Município, compete efetuar os pagamentos das despesas realizadas pelos demais órgaos da Administração Direta do Poder Executivo Municipal, em conjunto com os demais Secretários.~~

Art.13 (Revolgado). (Redação dada pela Lei Complementar nº 218, de 2025).

Seção IX

~~**Da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Meio Ambiente, Urbanismo e Serviços Urbanos – Seimurb**~~

~~Art. 14. À Secretaria Municipal de Infraestrutura, Meio Ambiente, Urbanismo e Serviços Urbanos – Seimurb, subordinada diretamente ao Prefeito do Município, compete formular, planejar, aprovar, gerir, normatizar e fiscalizar a execução de programas, projetos e sistemas relativos à execução de obras e serviços de engenharia e arquitetura do Município; fazer a gestao da zeladoria do Município; superintender as atividades de elaboração e execução das políticas de proteção e desenvolvimento sustentável do meio ambiente e do ambiente urbanístico do Município; administrar a política de gestão e manejo de resíduos sólidos; articular e executar a política municipal de habitação, além de exercer o poder de polícia administrativa no âmbito de sua competência e de outras atividades correlatas às competências do órgao.~~

Secretaria Municipal de Infraestrutura – Seinfra
(Redação dada pela Lei Complementar 193, de 2023)

Art. 14. À Secretaria Municipal de Infraestrutura - Seinfra, subordinada diretamente ao Prefeito do Município, compete formular, planejar, aprovar, gerir, normatizar e fiscalizar a execução de programas, projetos e sistemas relativos à execução de obras e serviços de engenharia e arquitetura do Município; formular, coordenar, articular e executar projetos e obras de implantação, estruturação e revitalização de vias urbanas; além de exercer o poder de polícia administrativa no âmbito de sua competência e de outras atividades correlatas às competências do órgão. (Redação dada pela Lei Complementar 193, de 2023)

Seção X
Da Secretaria Municipal de Segurança Pública, Defesa Civil, Mobilidade Urbana e Trânsito - Sesdem

Art. 15. À Secretaria Municipal de Segurança Pública, Defesa Civil, Mobilidade Urbana e Trânsito - Sesdem, subordinada diretamente ao Prefeito do Município, compete planejar e coordenar políticas municipais da ordem pública, através de ações e programas, em articulação e parceria com entidades, Estado e União, visando à redução de fatores de risco social e índices de criminalidade, de proteção à incolumidade das pessoas e do patrimônio no âmbito do Município; além de superintender, planejar, executar e fiscalizar a mobilidade urbana e o trânsito municipal.

Art. 16. Integram a estrutura da Secretaria Municipal de Segurança Pública, Defesa Civil, Mobilidade Urbana e Trânsito - Sesdem:

I - Guarda Civil Municipal de Mossoró;

II - Defesa Civil de Mossoró;

III - Departamento de Fiscalização de Trânsito e Transportes Públicos.

Parágrafo único. A Guarda Civil Municipal de Mossoró, a Defesa Civil de Mossoró e o Departamento de Fiscalização de Trânsito e Transportes Públicos terão suas regulamentações em leis próprias.

Art. 17. À Defesa Civil, unidade administrativa vinculada à Secretaria Municipal de Segurança Pública, Defesa Civil, Mobilidade Urbana e Trânsito - Sesdem, compete coordenar o Sistema Municipal de Defesa Civil, implementando a política de proteção e de defesa civil à população, de forma integrada e intersetorial, articulando-se, em caráter cooperativo, com outros órgaos e entidades públicas ou privadas e desenvolvendo outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos.

Parágrafo único. A Defesa Civil é dotada de poder de polícia administrativa, podendo notificar, multar, interditar, demolir, requisitar, ingressar na propriedade e remover pessoas, nos casos previstos em lei.

Seção XI
Da Secretaria Municipal de Saúde - SMS

Art. 18. À Secretaria Municipal de Saúde - SMS, subordinada diretamente ao Prefeito do Município, compete planejar, desenvolver e executar a política de atendimento integral das necessidades de saúde da população e desenvolver políticas de fortalecimento ao sistema de atendimento especializado de média e alta complexidade, tanto hospitalar quanto ambulatorial; bem como exercer as atividades de fortalecimento da rede de atenção básica e psicossocial; coordenar e acompanhar as ações e políticas do Sistema Único de Saude - SUS; planejar, desenvolver e executar a política sanitária municipal, implementando ações e programas de vigilância ambiental, epidemiológica, sanitária, de vacinação e da atenção básica; além de promover políticas de inovação na rede de saúde do Município e outras atividades correlatas as competências do órgão.

Seção XII
Da Secretaria Municipal de Educação – SME

Art. 19. À Secretaria Municipal de Educação - SME, subordinada diretamente ao Prefeito do Município, compete garantir o acesso da população à educação básica e manter a rede pública municipal de ensino, além de promover ações articuladas com os demais entes federados relacionados à educação e supervisionar instituições públicas da rede municipal de educação; elaborar, implantar e acompanhar políticas educacionais voltadas para a melhoria da qualidade do ensino, da modernização pedagógica e da capacitação do quadro técnico da educação municipal; desenvolver políticas de ampliação do acesso à educação integral e formular, implementar, acompanhar e avaliar as políticas municipais de educação.

Seção XIII
Da Secretaria Municipal de Cultura - SMC

~~Art. 20. À Secretaria Municipal de Cultura - SMC, subordinada diretamente ao Prefeito do Município, compete estimular, apoiar, elaborar e executar, com a cooperação do Conselho Municipal de Cultura, a política cultural do Municipio.~~

Art. 20. À Secretaria Municipal de Cultura - SMC, subordinada diretamente ao Prefeito do Município, compete estimular, apoiar, elaborar e executar a Política Cultural do Município; coordenar, em articulação com as demais Secretarias Municipais, os projetos e eventos culturais; gerir o orçamento, materiais, equipamentos e pessoal do Sistema Municipal de Cultura e do Funso Municipal de Cultura e outras atividades correlatas às competências do órgão. (Redação dada pela Lei Complementar nº 218, de 2025).

~~§ 1° Compete à Secretaria Municipal de Cultura coordenar, em articulação com as demais Secretarias Municipais, os projetos e eventos culturais.~~

§1º (Revogado). (Redação dada pela Lei Complementar nº 218, de 2025).

~~§ 2° Compete à Secretaria Municipal de Cultura gerir o orçamento, materiais, equipamentos e pessoal do Sistema Municipal de Cultura e do Fundo Municipal de Cultura.~~

§2º (Revogado). (Redação dada pela Lei Complementar nº 218, de 2025).

Seção XIV
~~Da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania – Semasc~~
Da Secretaria Municipal de Assistência Social, Cidadania e Juventude – Semasc
(Redação dada pela Lei Complementar nº 218, de 2025)

~~Art. 21. À Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania – Semasc, subordinada diretamente ao Prefeito do Município, compete articular, planejar, coordenar, controlar, propor e executar as atividades das políticas públicas para as áreas de direitos humanos, cidadania, qualidade de vida, inclusão social, mulher, criança, adolescente, juventude, idoso e grupos minoritários, inclusive a gestão de equipamentos públicos com tais finalidades, visando o desenvolvimento social do município e à garantia dos direitos fundamentais da pessoa humana; ser o órgão municipal gestor do Sistema Único de Assistência Social – Suas e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase, além de outras atividades correlatas às competências do órgão.~~

Art. 21. À Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania - Semasc, subordinada diretamente ao Prefeito do Município, compete articular, planejar, coordenar, controlar, propor e executar as atividades das políticas públicas para as áreas de direitos humanos, cidadania, qualidade de vida, inclusão social, mulher, criança, adolescente, pessoa com deficiência, juventude, idoso, população em situação de rua e demais grups minoritários, inclusive a gestão de equipamentos públicos com tais finalidades, visando o desenvolvimento social do Município, à mitigação das vulnerabilidades sociais e econômicas e à garantia dos direitos fundamentais da pessoa humana; coordenar progamas e projetos sociais voltados à juventude; ser o órgão municipal gestor do Sistema Único de Assistência Social – Suas e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase; promver espaços de particiação dos jovens na constução das políticas púvlicas para a juventude, além de outras atiividades correlatas às competências do órgão. (Redação dada pela Lei Complementar nº 218, de 2025)

Seção XV
~~Da Secretaria Municipal de Esporte e Juventude – Semej~~
Da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – Sespote
(Redação dada pela Lei Complementar nº 218, de 2025).

~~Art. 22. À Secretaria Municipal de Esporte e Juventude - Semej, subordinada diretamente ao Prefeito do Município, compete organizar e gerir o Sistema Municipal do Desporto e, com a cooperação do Conselho Municipal de Esporte e Lazer, elaborar e executar a política e o plano municipal de esporte e lazer; supervisionar, coordenar, integrar e articular políticas públicas para a juventude; promover espaços de participação dos jovens na construção das políticas de juventude; cooperar com as demais esferas da Administração Municipal na promoção de eventos esportivos e recreativos, jogos e campeonatos, com especial atenção ao desporto amador; criar e administrar o Cadastro Desportivo Municipal; apoiar o esporte profissional e de alto rendimento, bem como manter bom relacionamento com os clubes, entidades e organizações esportivas; e apoiar, desenvolver e estimular ações e projetos de esporte e lazer voltados a incluir, estimular e atender às pessoas com dificuldade de locomoção.~~

Art. 22 À Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – Sesporte, subordinada diretamente ao Prefeito do Município, compete organizar e gerir o Sistema Municipal de Esportes; cooperar com as demais esferas da Administração Municipal na promoção de eventos esportivos e recreativos, jogos e campeonatos, com especial atenção ao desporto amador; criar e administrar o cadastro esportivo Municipal; apoiar o esporte profissional e de alto rendimento, bem como manter interlocução com os clubes, entidades e organizações esportivas; organizar programas, projetos, eventos e competições que promovem o engajamento em atividades esportivas e de lazer, tanto por parte de atletas de alto rendimento, no âmbito educacional, quanto praticantes amadores; implementar e manter projetos de qualidade de vida nos bairros e comunidades rurais com o objetivo de proporcionar atividades voltadas ao bem-estar físico e de valorização da sociabilidade; apoiar, desenvolver e estimular ações e projetos de esporte e lazer voltados a incluir, estimular e atender as pessoas com deficiência na prática esportiva, além de outras atividades correlatas às competências do órgão. (Redação dada pela Lei Complementar nº 218, de 2025).

~~Parágrafo único. Cabe à Secretaria Municipal de Esporte e Juventude - Semej administrar os equipamentos esportivos do Município de Mossoró.~~

Parágrafo único. (Revogado). (Redação dada pela Lei Complementar nº 218, de 2025).

Seção XVI
Da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Turismo - Sedint

~~Art. 23. À Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Turismo - Sedint, subordinada diretamente ao Prefeito do Município, compete planejar e promover o desenvolvimento econômico sustentável, em articulação com o Estado, a União e a sociedade civil; promover e apoiar as políticas e as estratégias de desenvolvimento econômico sustentável, a economia criativa do Município, as ações e atividades de incentivo à ciência, tecnologia e inovação, o turismo, a geração de emprego e renda, o desenvolvimento do Distrito Industrial de Mossoró, alem de outras ações correlatas às competências do órgão.~~

Art. 23. À Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e

Turismo - Sedint, subordinada diretamente ao Prefeito do Município, compete planejar e promover o desenvolvimento econômico sustentável, em articulação com o Estado, a União e a sociedade civil; promover e apoiar as políticas e as estratégias de desenvolvimento econômico sustentável, a economia criativa do Município, as ações e atividades de incentivo à ciência, tecnologia e inovação, a geração de emprego e renda, o desenvolvimento do Distrito Industrial de Mossoró; políticas públicas de incentivo ao turismo, fortalecendo a rota do turismo cultural e de eventos, articulado ao fomento ao artesanato, expressões materiais e imateriais de cultura popular, inclusive religiosas, gastronomia, história da cidade e preservação de prédios históricos; além de outras ações correlatas às competências do órgão. (Redação dada pela Lei Complementar nº 218, de 2025).

Parágrafo único. À Secretraria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Turismo, fica vinculado o Programa Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – Procon, destinado a executar, no âmbito do Muncípio, as políticas de proteção e defesa do consumidor.(Incluìdo pela Lei Complementar nº 218, de 2025)

Seção XVII
Da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural - Seadru

~~Art. 24. À Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural - Seadru, subordinada diretamente ao Prefeito do Município, compete superintender, planejar e executar as políticas públicas municipais voltadas à agricultura e ao desenvolvimento rural, especialmente as destinadas à agricultura familiar, ao agronegócio, à água, aos recursos minerais e de abastecimento, em articulação regional, estadual e nacional, além de outras atividades correlatas às competências do órgão.~~

Art. 24. À Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural - Seadru, subordinada diretamente ao Prefeito do Município, compete superintender, planejar e executar as políticas públicas municipais voltadas à agricultura e ao desenvolvimento rural, especialmente as destinadas à agricultura familiar, ao agronegócio, à água, aos recursos minerais e de abastacimento, além de fiscalizaar a atuação de particulares nas áreas correlatas, em articulação regional, estadual e naconal, além de outras atividades correlatas às competências do órgão. (Redação dada pela Lei Complementar nº 218, de 2025).

Seção XVIII
Da Procuradoria-Geral do Município - PGM

Art. 25. A Procuradoria-Geral do Município de Mossoró - PGM assessora e orienta jurídica e normativamente o Município de Mossoró, possuindo competências para exercer a representação judicial e extrajudicial do Município e das suas entidades de direito público interno, bem como prestar apoio em assuntos jurídicos e legislativos ao Prefeito do Município e prestar serviços de consultoria jurídica aos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, além de normatizar e promover a uniformização de jurisprudência administrativa no âmbito do Município e zelar pela observância da

legalidade e da finalidade dos atos administrativos e das atividades govemamentais, observando-se as disposições contidas na Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Município de Mossoró.

Seção XIX
Da Consultoria-Geral do Município - CGM

Art. 26. À Consultoria-Geral do Municipio - CGM, subordinada diretamente ao Prefeito do Município, compete assessorar o Prefeito em assuntos de natureza jurídica de interesse da administração municipal, além de pronunciar-se sobre as matérias de ordem legal que lhe forem submetidas pelo Prefeito; elaborar e rever projetos de emenda à Lei Orgânica Municipal, de leis, decretos e outros provimentos regulamentares, quando solicitado pelo Prefeito; minutar mensagens e vetos govemamentais, quando solicitado pelo Prefeito; e orientar o Prefeito quando este for instado a se manifestar sobre matéria de sua competência que tenha repercussão jurídica.

Parágrafo único. Incumbe ao Secretário Municipal de Governo a responsabilidade pela prática dos atos de gestão administrativa e financeira da Consultoria-Geral do Município - CGM, nos termos do V, desta Lei.

Seção XX
Da Controladoria-Geral do Município - Control

Art. 27. À Controladoria-Geral do Município - Control, subordinada diretamente ao Prefeito do Município, compete coordenar o sistema de controle interno da administração pública municipal, promovendo a prevenção e o combate à corrupção, a defesa do patrimônio público, o fomento ao controle social, à melhoria da qualidade do gasto, o apoio ao controle externo e à transparência; analisar atos de correição, bem como exercer funções de controladoria e auditoria.

§ 1° O Contador-Geral do Município encontra-se subordinado diretamente ao Controlador-Geral do Município, com atribuições especificadas no Anexo 11 dessa Lei.

§ 2° Cabe à Controladoria-Geral do Município, além das atribuições estabelecidas nesta Lei, na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município, supervisionar e monitorar as ações do Contador-Geral do Município.

§ 3° As requisições da Controladoria-Geral do Município, inerentes às atribuições de auditoria, fiscalização e avaliação de gestão, obrigam os órgãos da Administração Pública ao seu cumprimento, sob pena de responsabilidade administrativa.

Seção XXI
Da Ouvidoria-Geral do Município - OGM

~~Art. 28. À Ouvidoria-Geral do Município - OGM, subordinada diretamente ao Prefeito do Município, com estrutura definida por Decreto, compete superintender a política municipal de acesso à informação e de proteção de dados e tem por~~

~~finalidade receber, encaminhar e acompanhar denúncias, reclamações e sugestões dos cidadaos relativas à prestação de serviços públicos em geral, assim como representações contra o exercício negligente ou abusivo dos cargos, empregos e funções na Administração Pública Municipal, sem prejuízo das competências específicas de outros órgãos da Administração do Município.~~

Art. 28 (Revogado). (Redação dada pela Lei Complementar nº 218, de 2025).

~~Parágrafo único. Incumbe ao Secretário Municipal de Governo a responsabilidade pela prática dos atos de gestão administrativa e financeira da Ouvidoria-Geral do Município - OGM, nos termos do Capítulo V, desta Lei.~~
Parágrafo único. (Revogado). (Redação dada pela Lei Complementar nº 218, de 2025).

Seção XXII
Secretaria Municipal de Programas e Projetos Estratégicos – SPPE
(Incluído pela Lei Complementar nº 193, de 2023)

Art. 28-A. À Secretaria Municipal de Programas e Projetos Estratégicos – SPPE, subordinada diretamente ao Prefeito do Município, compete gerir ações previstas no Programa de Governo, em articulação com outros entes federativos e demais pastas da Administração Pública Municipal, executar políticas públicas que lhes forem confiadas pelo Prefeito Municipal, em articulação com as Secretarias Municipais, proceder ao levantamento das informações referentes aos projetos desenvolvidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Muncipal, quando solicitado pelo Prefeito de Mossoró; promover estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental; coordenar projetos estratégicos, com relação à promoção de acesso à internet e recursos tecnológicos, política habitacional e regularização fundiária; coordenar projetos e dar suporte aos demais órgãos e entidades municipais quando da viabilização das modalidades de intervenção na propriedade; além de desempenhar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas. (Incluído pela Lei Complementar nº 193, de 2023)

Seção XXIII
~~Secretaria Municipal de Programas e Projetos Estratégicos – SPPE~~
~~(Incluído pela Lei Complementar nº 193, de 2023)~~
Da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos – Semsur
(Redação dada pela Lei Complementar nº 218, de 2025).

~~Art. 28-B. À Secretaria Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Serviços Urbanos – Semurb, subordinada diretamente ao Prefeito do Município, compete formular, planejar, aprovar, gerir, normatizar e fiscalizar a execução de programas, projetos e sistemas relativos às políticas de roteção e desenvolvimento sustentável do meio ambiente e do ambiente urbanísticos do Município; fazer a gestão da zeladoria do Município; garantir a manutenção e a otimização da iluminação pública municipal; superintender as atividades de elaboração e execução; administrar a política de gestão e manejo de resíduos sólidos; além de exercer o poder de polícia administrativa no âmbito de sua competência e de outras atividades correlatas às competências do órgão.~~ ~~(Incluído pela Lei Complementar nº 193, de 2023)~~
Art. 28-B. À Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - Semsur, subordinada diretamente ao

Prefeito do Município, compete administrar, fiscalizar, dirigir e controlar o sistema de limpeza de vias públicas; realizar a coleta regular de lixo; executar a política de gestão e manejo de resíduos sólidos, dos serviços urbanos em cemitérios públicos, áreas públicas e solo urbano; administrar a zeladoria do Município; gerir os bens de uso comum do povo, conforme determinação do Poder Executivo; garantir a manutenção, instalação, investimento e a otimização da iluminação pública municipal; orientar, fiscalizar e executar serviços de jardinagem, poda, arborização e ambientação dos canteiros, praças e outras atividades correlatas às competências do órgão. (Redação dada pela Lei Complementar nº 218, de 2025).

Seção XXIV
Da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – Semurb
(Incluída pela Lei Complementar nº 218, de 2025).

Art. 28- C. À Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - Semurb, subordinada diretamente ao Prefeito do Município, compete formular, planejar, aprovar, gerir, normatizar e fiscalizar a execução de programas, projetos e sistemas relativos às políticas de proteção e desenvolvimento sustentável do meio ambiente e do ambiente urbanístico do Município; manter o planejamento do espaço, como forma de melhorar a convivência no meio ambiente construído, fiscalizando o cumprimento e participando da revisão periódica do Código de Obras, Posturas e Edificações do Município de Mossoró e do Plano Diretor Municipal; coordenar o controle urbanístico e ambiental no licenciamento de obras públicas e privadas; superintender as atividades de elaboração e execução de proteção, preservação, recuperação e utilização sustentável dos recursos naturais do Município; elaborar a política de gestão e manejo de resíduos sólidos; além de exercer o poder de polícia administrativa no âmbito de sua competência e de outras atividades correlatas ao órgão. (Incluída pela Lei Complementar nº 218, de 2025).

Seção XXV
Da Secretaria Municipal de Governança e Inovação em Gestão – Semig
(Incluída pela Lei Complementar nº 218, de 2025).

Art. 28-D. À Secretaria Municipal de Governança e Inovação em Gestão - Semig, subordinada diretamente ao Prefeito do Município, compete implementar a política de governança pública municipal, apta a orientar, normatizar e monitorar os órgãos da Administração Pública direta, autárquica e fundacional, quanto às ações governamentais, evolução das políticas públicas, índices, indicadores e análise de gestão municipal, por meio de observatórios e demais instrumentos de governança pública e eficiência, visando à ética e assegurando a racionalidade no uso de recursos, o cumprimento das leis e normas; ao aperfeiçoamento das políticas públicas existentes, monitorando seus indicadores de desempenho; mensurar, corrigir, reavaliar e consolidar políticas, estratégias de gestão, prioridades e planejamento, no âmbito do Poder Executivo; incrementar a transparência pública; propor inovações em gestão pública e cultura organizacional; propor e monitorar medidas de transformação, implementação e inovação digital; utilizar padrões nacionais e internacionais de governança pública, **compliance, accountability** e outras ferramentas, como forma de ampliar a participação social na administração municipal, pautando-se na eficiência, eficácia e efetividade nas ações entregues à população, além de outras atividades correlatas às competências do

órgão. (Incluída pela Lei Complementar nº 218, de 2025).

Seção XXVI
A Secretaria Municipal de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas – Segepe
(Incluída pela Lei Complementar nº 218, de 2025).

Art. 28-E. À Secretaria Municipal de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas - Segepe, subordinada diretamente ao Prefeito do Município, compete coordenar, controlar e executar a gestão de pessoas da Administração Direta; planejamento, desenvolvimento e coordenação dos sistemas administrativos de gestão de pessoas; guarda e digitalização dos assentamentos funcionais dos servidores públicos municipais; promover o correto dimensionamento e escalonamento de pessoas, promovendo a gestão otimizada dos recursos humanos; gerenciar as ações de cadastro, controle de assiduidade e pontualidade, admissão, vantagens pessoais e desligamentos; diligenciar pedidos de benefícios de natureza estatutária e/ou previdenciária; administrar as informações relacionadas à administração de ativos e inativos; gerenciar o processamento da folha de pagamento de gestão de pessoal; atender requerimentos e fornecer informações sobre assentamento funcional dos servidores; gerenciar informações funcionais dos servidores às autarquias previdenciárias; coordenar os procedimentos necessários à correta condução de Concursos Pùblicos e Processos Seletivos Simplificados para provimento de cargos; instaurar e conduzir Processo Administrativo Disciplinar; gerir contratos de estágio; fixar normas e garantir a correta condução dos procedimentos inerentes a avaliação de desempenho e estágio probatório; promover estudos para subsidiar decisões no âmbito das relações trabalhistas; fiscalizar e monitorar os contratos de serviços tercerizados; analisar a organização de postos de trabalho temporários regidos por contrato com empresa tercerizada; desenvolver estudos para a avaliação de desempenho, capacitação e desenvolvimento do servidor; promover ações para a qualificação permanente do servidor, em articulação com a Escola de Gestão Pública de Mossoró e com outras entidades; implementar e fortalecer ações de segurança no trabalho e de medicina funcional; administrar os Planos de cargos Carreiras e Salários dos servidores municipais; prover e gerir, de forma integrada, soluções de gestão que promovam a excelência do serviço público, com foco no atendimento ao cidadão e outras atividades correlatas às competências do órgão. (Incluída pela Lei Complementar nº 218, de 2025).

Parágrafo ùnico. À Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas fica vinculada a Escola de Gestão Pública de Mossoró – EGPM, destinada a planejar, organizar, executar e avaliar as atividades para formação, inovação, capacitação, treinamento e aprimoramento profissional dos servidores públicos municipais. (Incluída pela Lei Complementar nº 218, de 2025).

CAPÍTULO IV
DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS E DOS FUNDOS MUNICIPAIS

Seção I
Dos Órgãos Colegiados

Art. 29. São órgãos colegiados do Poder Executivo os Conselhos Municipais já

existentes e os que vierem a ser criados por lei específica.

Parágrafo único. Cada Conselho terá um regimento interno que regulamentará suas competências, devendo a minuta final ser aprovada pela Secretaria Municipal a que o Conselho estiver vinculado ou diretamente pelo Prefeito do Município. Em qualquer caso, a Procuradoria-Geral do Municipio emitirá parecer de legalidade da minuta.

Seção II
Dos Fundos Municipais

Art. 30. São fundos municipais os já existentes e os que vierem a ser criados por lei específica, nos termos do art. 71 da Lei Federal n° 4.320, de 17 de março de 1964.

CAPÍTULO V

DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E DOS ÓRGÃOS EQUIPARADOS

Art. 31. Os atos de gestão administrativa e financeira são de competência dos Secretários Municipais, do Procurador-Geral do Município e do Controlador-Geral do Município, responsáveis diretos pelos atos por eles praticados, devendo ordenar despesas e demais atos administrativos no âmbito das respectivas unidades administrativas, nos limites dos créditos orçamentários.

§ lº A ordenação de despesas com pessoal, encargos sociais e estagiários da Administração Direta caberá à unidade administrativa de origem e o processamento e liquidação à Secretaria Municipal de Administração - Semad.

§ 2° Excluem-se da competência estabelecida no **caput** do presente artigo:

I - as operações de crédito, empréstimos e financiamentos, que deverão ser firmados pelo Prefeito do Município;

II - os instrumentos de alienação, cessão ou concessão de bem patrimonial mobiliário ou imobiliário, os instrumentos de aquisição de bem patrimonial imobiliário e instrumentos de cessão de pessoal.

§ 3° Entende-se como ordenador de despesa a autoridade investida do poder de realizar despesa que compreenda a autorização de despesas, a contratação, os atos de empenhar, liquidar e ordenar o pagamento, adiantamento ou dispêndio de recurso pelos quais responda.

§ 4° O ordenador de despesas responderá administrativa, civil e penalmente pelos atos de sua gestão.

Art. 32. As notas de empenho constarão, em local apropriado, o nome do ordenador

da despesa e seu cargo.

Parágrafo único. Nenhuma despesa referente a compras ou serviços poderá ser realizada sem o prévio empenho.

Art. 33. É da competência dos Secretários Municipais e dos órgãos equiparados o ato de liquidar despesas nos termos da Lei Federal n° 4.320, de 17 de março de 1964.

Parágrafo único. Após concluída a aferição de toda a documentação apresentada na solicitação de cobrança, antes da liquidação, a despesa será submetida à Controladoria-Geral do Município para averiguação de conformidade.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 34. Os cargos em comissão e as funções gratificadas de que tratam esta Lei estão incluídos no Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura Municipal de Mossoró, com simbologia, remuneração, quantidade e atribuições gerais regulados nos anexos que a integram.

Parágrafo único. À exceção dos agentes políticos, que serão remunerados por subsídios pagos em parcela única, a remuneração dos cargos em comissão será composta de vencimentos e verba de representação, fixada na forma estabelecida no Anexo I desta Lei.

~~Art. 35. Os Secretários Municipais, o Procurador-Geral do Município, o Consultor-Geral do Município, o Controlador-Geral do Município e o Presidente do Previ-Mossoró serão remunerados por igual subsídio.~~

Art. 35. Os Secretários Municipais, o Procurador-Geral do Município, o Consultor-Geral do Município, o Controlador-Geral do Município, o Presidente do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró e o presidente da Agência Reguladora dos Serviços Públicos de Mossoró gozam do mesmo tratamento protocolar, posição hierárquica e serão remunerados por igual subsídio. (Redação dada pela Lei Complementar nº 218, de 2025).

~~Art. 36. O Procurador-Geral do Município, o Consultor-Geral do Município, o Controlador-Geral do Município e o Presidente do Previ-Mossoró gozam do mesmo tratamento protocolar e posição hierárquica dos Secretários Municipais.~~

Art. 36. O Prefeito do Município poderá fazer nomeação para o cargo em comissão de Secretária Adjunto, com o objetivo de auxiliar e substituir o titular de Secretaria municpal em suas ausências ou impedimentos. (Redação dada pela Lei Complementar nº 218, de 2025).

§1º Nos casos em que a Secretaria Municipal não possua um Secretário Adjunto, poderá ser designado um substituto eventual. (Incluída pela Lei Complementar nº 218, de 2025).

§2º Em qualquer das hipóteses de substituição previstas no **caput** e §1º deste artigo, fica garantida remuneração na forma dos §§2º e 3º do art. 45 desta Lei Complementar. (Incluída pela Lei Complementar nº 218, de 2025).

Art. 37. Pelo menos 5% (cinco por cento) dos cargos de provimento em comissão previstos nesta Lei serão destinados a servidores efetivos, integrantes do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura Municipal.

Art. 38. Os Presidentes de Conselhos não serão remunerados e não será remunerada a participação em reuniões de órgãos colegiados de coordenação, decisão e assessoramento, exceto os casos e condições previstos em Lei.

Art. 39. Aplica-se aos cargos de provimento em comissão previstos nesta Lei o disposto no § 3° do art. 39 da Constituição Federal.

~~Art. 40. O servidor efetivo do Município, para ocupar cargo em comissão na organização administrativa municipal, poderá optar pela remuneração deste cargo ou pela remuneração do cargo efetivo.~~

~~Parágrafo único. Optando pela remuneração do cargo efetivo, receberá, a título de gratificação, 60% (sessenta por cento) da remuneração total do respectivo cargo em comissão, limitado ao teto remuneratório do Município.~~

Art. 40. Ao servidor efetivo do Município, nomeado para ocupar cargo em comissão na organização administrativa municipal, será devida, a título de gratificação, a remuneração prevista para respectivo cargo em comissão. (Redação dada pela Lei Complementar nº 193, de 2023)

Parágrafo único. (Revogado pela Lei Complementar nº 19, de 2023)

~~Art. 41. O servidor de outro ente federado ou instituição pública cedido à Prefeitura Municipal de Mossoró, para ocupar cargo em comissão na organização administrativa municipal, poderá optar pela remuneração deste cargo ou pela remuneração do cargo efetivo.~~

~~Parágrafo único. Optando pela remuneração do cargo efetivo, receberá, a título de gratificação, 60% (sessenta por cento) da remuneração total do respectivo cargo em comissão, limitado ao teto remuneratório do Município.~~

Art. 41. Ao servidor de outro ente federado ou instituição pública cedido à Administração Pública Municipal, para ocupar cargo em comissão na organização administrativa municipal, será devida a remuneração prevista para o respectivo cargo em comissão. (Redação dada pela Lei Complementar nº 193, de 2023)

Parágrafo único. (Revogado pela Lei Complementar nº 193, de 2023)

Art. 42. O Poder Executivo, mediante Decreto, regulamentará a organização e as adequações necessárias ao regular funcionamento dos órgãos da Administração Pública Direta, definirá os respectivos níveis hierárquicos, descreverá as atribuições adicionais específicas dos servidores investidos em cargos de direção, chefia e assessoramento e fixará normas gerais de trabalho, respeitadas as disposições contidas nesta Lei.

Parágrafo único. A regulamentação prevista no **caput** não acarretará:

I - aumento de despesa;

II - criação e extinção de cargos, funções ou empregos públicos;

III - alteração das referências de remuneração e dos requisitos para provimento dos cargos, funções ou empregos públicos.

~~Art. 43. O Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró - Previ-Mossoró disporá de Quadro de Lotação de Cargos Comissionados para preenchimento dos cargos em comissão, cujas atribuições serão especifícadas no Decreto que regulamentar a estrutura administrativa e funcional desse órgão.~~

Art. 43 Os órgãos e entidades da administração direta e indireta, regulados por leis específicas com cargos comissionados criados por suas respectivas leis, terão seus quadros de lotação, atribuições, estrutura administrativa funcional e organograma regulamentados por decretos do Poder Executivo, observando as disposições contidas nestas Leis. (Redação dada pela Lei Complementar nº 218, de 2025).

Art. 44. O Poder Executivo, mediante Decreto, poderá criar comissões específicas para desempenhar atividades de trabalho, nomeando e designando servidores para o exercício das respectivas funções, mediante remuneração com natureza de verba indenizatória.

~~Art. 45. O Prefeito do Município poderá designar servidor para responder pela Secretaria Municipal durante as ausências e impedimentos do Secretário titular, cabendo ao substituto todas as responsabilidades decorrentes do cargo.~~

~~Parágrafo único. A substituição sera gratuita, salvo se a designação ultrapassar trinta dias, quando o substituto poderá optar pelo subsídio integral de Secretário Municipal em substituição da remuneração do cargo de lotação originária.~~

Art. 45. O Prefeito do Município poderá designar servidor para responder, em substituição, por cargo em comissão por ele nomeado durante as ausências e impedimentos do titular do cargo, cabendo ao substituto todas as responsabilidades decorrentes do cargo. (Redação dada pela Lei Complementar nº 193 de 2023)

~~§1º Nos casos em que o substituto do cargo em comissão vier a acumular atribuições e responsabilidades de ambos os cargos, ser-lhe-ão devidas as remunerações equivalentes, de forma cumulativa. (Incluído pela Lei Complementar nº 193, de 2023)~~

§1º Nos casos em que o substituto do cargo em comissão vier a acumular

atribuições e responsabilidades de ambos os cargos, ser-lhe-á devida, além da remuneração ordinária do seu cargo, rubrica compensatória, de natureza transitória, equivalente ao valor da remuneração do cargo em substituição, salvo nas hipóteses dispostas no art. 36 desta Lei Complementar. (Incluída pela Lei Complementar nº 218, de 2025).

§ 2º Nos casos em que o substituto do cargo em comissão não acumular atribuições e responsabilidades dos cargos, ser-lhe-á devida remuneração equivalente ao cargo em substituição. (Incluído pela Lei Complementar nº 193, de 2023)

§3º Em qualquer das hipóteses de substituição, previstas nos parágrafos 1º e 2º, a remuneração do substituto pelo exercício do cargo substituído será proporcional aos dias em que este exercer as atribuições e se sujeitar às responsabilidades do cargo de que não é titular ordinariamente. (Incluído pela Lei Complementar nº 193, de 2023)

§4º O ato administrativo que vier a prover a substituição de que trata este arrtigo deverá indicar, de forma expressa, quando a substituição for cumulativa, devendo os casos omissos serem enquadrados como substituição sem cumulação de atribuições e responsabilidades. (Incluído pela Lei Complementar nº 193, de 2023)

Art. 45-A. O Prefeito do Município poderá delegar competência como instrumento de descentralização administrativa, com objetivo de assegurar maior eficiência e eficácia às decisões administrativas. (Incluído pela Lei Complementar nº 218, de 2025).

Parágrafo único. O ato de delegação indicará com precisão a autoridade delegante, a autoridade delegada, as atribuições objeto de delegação e o seu prazo de vigência.

Art. 46. É permitida a relotação, de ofício ou a requerimento do interessado, observado:

I - a existência de anuência do órgão de destino;

II - de ato conjunto dos respectivos titulares, quando deva realizar-se de um para outro Poder ou órgão equivalente;

Ill - atendidas a natureza e as atribuições de cada cargo ou função e sua compatibilidade com a competência do órgão a que se refira;

Parágrafo único. O ato de relotação depende de expressa autorização do Prefeito do Município.

Art. 47. Todos os órgãos da Administração Pública deverão:

I - prezar pela transparência como regra e princípio norteador dos atos administrativos, respeitado o sigilo nas hipóteses legais;

II - cumprir a legislação e normas regulamentadoras dos órgãos de controle interno e externo;
III - elaborar relatório estatístico, quando solicitado pelo Secretário, para fins de aferição de cumprimento das metas estabelecidas;
IV - executar outras tarefas correlatas, sempre que solicitadas.

VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 48. Os cargos de provimento em comissão e as funções gratificadas criados pelas Leis Complementares n° 87, de 18 de abril de 2013, 105, de 4 de julho de 2014, 126, de 29 de janeiro de 2016, 133, de 7 de abril de 2017, 142, de 24 de julho de 2018, e 168, de 27 de maio de 2021, ficam transformados nos cargos de provimento em comissão e funções gratificadas constantes do Anexo I desta Lei.

~~Parágrafo único. Em cumprimento a Lei Complementar Federal n° 173, de 27 de maio de 2020, a readequação da estrutura administrativa, incluindo a nova estruturação dos cargos de provimento em comissão, furnções gratificadas e respectivas remunerações, não acarretará aumento de despesas no Quadro Geral de Pessoas do Poder Executivo Municipal.~~

Parágrafo único. (Revogado pela Lei Complementar nº 193, de 2023).

Art. 49. As portarias de nomeação dos cargos de provimento em comissão e das funções gratificadas criados, por transformação, por esta Lei deverão fazer expressa indicação do órgão administrativo para o qual se destinam.

Art. 50. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar, via Decreto, as medidas que se fizerem necessárias para a compatibilização desta Lei com a Lei Orçamentária Anual - LOA de 2020, promovendo as adaptações dos programas de trabalhos dos órgãos municipais, em virtude das alterações introduzidas na Administração Direta do Muncípio

Art. 51. O Capítulo V e a gratificação prevista no parágrafo único, do art. 41, desta Lei, entram em vigor em primeiro de janeiro de 2022.

Art. 52. Os demais dispositivos desta Lei entram em vigor sessenta dias após a sua publicação.

Art. 53. Revogam-se a Lei Complementar n° 87, de 18 de abril de 2013, a Lei Complementar n° 105, de 4 de julho de 2014, a Lei Complementar n° 126, de 29 de janeiro de 2016, a Lei Complementar n° 133, de 7 de abril de 2017, a Lei Complementar n° 142, de 24 de julho de 2018, a Lei Complementar n° 168, de 27 de maio de 2021, e o art. 67, da Lei Complementar n° 29, de 16 dezembro de 2008.

PALACIO DA RESISTÊNCIA, em Mossoró-RN, 12 de agosto de 2021.
ALLYSON LEANDRO BEZERRA SILVA
PREFEITO DE MOSSORÓ

ANEXO I

ESTABELECE OS CARGOS EM COMISSÃO E AS FUNÇÓES GRATIFICADAS, SÍMBOLOS, REMUNERAÇÃO (VENCIMENTOS SUBSÍDIOS E REPRESENTAÇÃO) E QUANTIDADES.

Cargo	Símbolo	Vencimentos — Subsídios	Representação	Remuneração	Quantidade
Secretário Municipal	CC1	R$ 11.775,00	**********	R$ 11.775,00	16
Procurador-Geral do Município	CC1	R$ 11.775,00	**********	R$ 11.775,00	1
Consultor-Geral do Município	CC1	R$ 11.775,00	**********	R$ 11.775,00	1
Controlador-Geral do Município	CC1	R$ 11.775,00	**********	R$ 11.775,00	1
Presidente da Previ-Mossoró	CC1	R$ 11.775,00	**********	R$ 11.775,00	1
Procurador-Geral Adjunto	CC2	R$ 3.200,00	R$ 4.800,00	R$ 8.000,00	1
Ouvidor-Geral do Município	CC2	R$ 3.200,00	R$ 4.800,00	R$ 8.000,00	1
Comandante da Guarda Civil Municipal	CC2	R$ 3.200,00	R$ 4.800,00	R$ 8.000,00	1
Diretor Executivo	CC3	R$ 2.800,00	R$ 4.200,00	R$ 7.000,00	13
Assessor Especial I	CC3	R$ 2.800,00	R$ 4.200,00	R$ 7.000,00	4
Presidente da CPL	CC4	R$ 2.200,00	R$ 3.300,0o	R$ 5.500,00	1
Contador-Geral do Município	CC4	R$ 2.200,00	R$ 3.300,00	R$ 5.500,00	1
Almoxarife Geral	CC4	R$ 2.200,00	R$ 3.300,00	R$ 5.500,00	1
Diretor de Processamento de Folha	CC4	R$ 2.200,00	R$ 3.300,00	R$ 5.500,00	1
Pregoeiro	CC4	R$ 2.200,00	R$ 3.300,00	R$ 5.500,00	1
Diretor de Engenharia I	CC5	R$ 2.000,00	R$ 3.000,00	R$ 5.000,00	8
Assessor Especial II	CC6	R$ 1.600,00	R$ 2.400,00	R$ 4.000,00	6
Procurador Chefe	CC6	R$ 1.600,00	R$ 2.400,00	R$ 4.000,00	7
Diretor de Engenharia II	CC6	R$ 1.600,00	R$ 2.400,00	R$ 4.000,00	17
Diretor Administrativo	CC6	R$ 1.600,00	R$ 2.400,00	R$ 4.000,00	12
Assessor Técnico I	CC7	R$ 1.400,00	R$ 2.100,00	R$ 3.500,00	14
Gerente Executivo	CC8	R$ 1.200,00	R$ 1.800,00	R$ 3.000,00	63
Diretor de Unidade I	CC8	R$ 1.200,00	R$ 1.800,00	R$ 3.000,00	7
Assessor Especial III	CC8	R$ 1.200,00	R$ 1.800,00	R$ 3.000,00	4
Assessor Jurídico	CC9	R$ 1.200,00	R$ 1.300,00	R$ 2.500,00	21
Diretor de Unidade II	CC9	R$ 1.200,00	R$ 1.300,00	R$ 2.500,00	10
Chefe de Gabinete	CC10	R$ 1.200,00	R$ 1.000,00	R$ 2.200,00	15
Coordenador	CC11	R$ 1.200,00	R$ 800,00	R$ 2.000,00	142
Diretor de Unidade III	CC11	R$ 1.200,00	R$ 800,00	R$ 2.000,00	42

Assessor Técnico II	CC11	RS 1.200,00	RS 800,00	R$ 2.000,00	16
Assessor de Comunicação	CC11	R$ 1.200,00	R$ 800,00	R$ 2.000,00	15
Diretor de Unidade IV	CC12	R$ 1,200,00	R$ 600,00	R$ 1.800,00	48
Diretor de Unidade V	CC13	R$ 1.200,00	RS 500,00	R$ 1.700,00	44
Diretor de Unidade VI	CC14	R$ 1.200,00	R$ 300,00	R$ 1.500,00	54
Assessor Executivo	CC15	R$ 1.200,00	********** ***	R$ 1.200,00	48
Função Gratificada 1	FGl	********** *	********** ***	R$ 1.200,00	12
Função Gratificada 2	FG2	********** *	********** ***	R$ 850,00	26
Função Gratificada 3	FG3	********** *	**********	R$ 700,00	6

ANEXO I

ESTABELECE OS CARGOS EM COMISSÃO E AS FUNÇÓES GRATIFICADAS, SÍMBOLOS, REMUNERAÇÃO (VENCIMENTOS SUBSÍDIOS E REPRESENTAÇÃO) E QUANTIDADES.

(ALTERADO PELA LEI COMPLEMENTAR 185, DE 2022)

Cargo	Símbolo	Vencimentos — Subsídios	Representação	Remuneração	Quantidade
Secretário Municipal	CC1	R$ 11.775,00	**********	R$ 11.775,00	16
Procurador-Geral do Município	CC1	R$ 11.775,00	**********	R$ 11.775,00	1
Consultor-Geral do Município	CC1	R$ 11.775,00	**********	R$ 11.775,00	1
Controlador-Geral do Município	CC1	R$ 11.775,00	**********	R$ 11.775,00	1
Presidente da Previ-Mossoró	CC1	R$ 11.775,00	**********	R$ 11.775,00	1
Procurador-Geral Adjunto	CC2	R$ 3.200,00	R$ 4.800,00	R$ 8.000,00	1
Ouvidor-Geral do Município	CC2	R$ 3.200,00	R$ 4.800,00	R$ 8.000,00	1
Comandante da Guarda Civil Municipal	CC2	R$ 3.200,00	R$ 4.800,00	R$ 8.000,00	1
Diretor Executivo	CC3	R$ 2.800,00	R$ 4.200,00	R$ 7.000,00	22
Assessor Especial I	CC3	R$ 2.800,00	R$ 4.200,00	R$ 7.000,00	6
Contador-Geral do Município	CC3	R$ 2.2800,00	R$ 4.200,00	R$ 7.000,00	1
Presidente da CPL	CC4	R$ 2.200,00	R$ 3.300,00	R$ 5.500,00	1
Almoxarife Geral	CC4	R$ 2.200,00	R$ 3.300,00	R$ 5.500,00	1
Diretor de Processamento de Folha	CC4	R$ 2.200,00	R$ 3.300,00	R$ 5.500,00	1
Pregoeiro	CC4	R$ 2.200,00	R$ 3.300,00	R$ 5.500,00	3
Diretor de Engenharia I	CC5	R$ 2.000,00	R$ 3.000,00	R$ 5.000,00	8
Assessor Especial II	CC6	R$ 1.600,00	R$ 2.400,00	R$ 4.000,00	10
Procurador Chefe	CC6	R$ 1.600,00	R$ 2.400,00	R$ 4.000,00	7
Diretor de Engenharia II	CC6	R$ 1.600,00	R$ 2.400,00	R$ 4.000,00	17
Diretor Administrativo	CC6	R$ 1.600,00	R$ 2.400,00	R$ 4.000,00	16
Assessor Técnico I	CC7	R$ 1.400,00	R$ 2.100,00	R$ 3.500,00	24
Gerente Executivo	CC8	R$ 1.200,00	R$ 1.800,00	R$ 3.000,00	66
Diretor de Unidade I	CC8	R$ 1.200,00	R$ 1.800,00	R$ 3.000,00	7
Assessor Especial III	CC8	R$ 1.200,00	R$ 1.800,00	R$ 3.000,00	8
Assessor Jurídico	CC9	R$ 1.200,00	R$ 1.300,00	R$ 2.500,00	33
Diretor de Unidade II	CC9	R$ 1.200,00	R$ 1.300,00	R$ 2.500,00	10
Chefe de Gabinete	CC10	R$ 1.200,00	R$ 1.000,00	R$ 2.200,00	18

~~Coordenador~~	~~CC11~~	~~R$ 1.200,00~~	~~R$ 800,00~~	~~R$ 2.000,00~~	~~142~~
~~Diretor de Unidade III~~	~~CC11~~	~~R$ 1.200,00~~	~~R$ 800,00~~	~~R$ 2.000,00~~	~~43~~
~~Assessor Técnico II~~	~~CC11~~	~~RS 1.200,00~~	~~RS 800,00~~	~~R$ 2.000,00~~	~~21~~
~~Assessor de Comunicação~~	~~CC11~~	~~R$ 1.200,00~~	~~R$ 800,00~~	~~R$ 2.000,00~~	~~19~~
~~Diretor de Unidade IV~~	~~CC12~~	~~R$ 1,200,00~~	~~R$ 600,00~~	~~R$ 1.800,00~~	~~49~~
~~Diretor de Unidade V~~	~~CC13~~	~~R$ 1.200,00~~	~~RS 500,00~~	~~R$ 1.700,00~~	~~44~~
~~Diretor de Unidade VI~~	~~CC14~~	~~R$ 1.200,00~~	~~R$ 300,00~~	~~R$ 1.500,00~~	~~54~~
~~Assessor Executivo~~	~~CC15~~	~~R$ 1.200,00~~	~~**********~~	~~R$ 1.200,00~~	~~48~~
~~Função Gratificada 1~~	~~FGl~~	~~**********~~	~~**********~~	~~R$ 1.200,00~~	~~12~~
~~Função Gratificada 2~~	~~FG2~~	~~**********~~	~~**********~~	~~R$ 850,00~~	~~26~~
~~Função Gratificada 3~~	~~FG3~~	~~**********~~	~~**********~~	~~R$ 700,00~~	~~6~~

ANEXO I

ESTABELECE OS CARGOS EM COMISSÃO E AS FUNÇÓES GRATIFICADAS, SÍMBOLOS, REMUNERAÇÃO (VENCIMENTOS SUBSÍDIOS E REPRESENTAÇÃO) E QUANTIDADES.

(CARGOS CC2 A CC15 – ALTERADO PELA LEI COMPLEMENTAR 205, DE 2023)

Cargo	Símbolo	Vencimentos — Subsídios	Representação	Remuneração	Quantidade
Secretário Municipal	CC1	R$ 11.775,00	********** **	R$ 11.775,00	16
Procurador-Geral do Município	CC1	R$ 11.775,00	********** **	R$ 11.775,00	1
Consultor-Geral do Município	CC1	R$ 11.775,00	********** ***	R$ 11.775,00	1
Controlador-Geral do Município	CC1	R$ 11.775,00	********** **	R$ 11.775,00	1
Presidente da Previ-Mossoró	CC1	R$ 11.775,00	********** **	R$ 11.775,00	1
Procurador-Geral Adjunto	CC2	R$ 3.200,00	R$ 4.800,00	R$ 8.000,00	1
Ouvidor-Geral do Município	CC2	R$ 3.200,00	R$ 4.800,00	R$ 8.000,00	1
Comandante da Guarda Civil Municipal	CC2	R$ 3.200,00	R$ 4.800,00	R$ 8.000,00	1
Diretor Executivo	CC3	R$ 2.800,00	R$ 4.200,00	R$ 7.000,00	22
Assessor Especial I	CC3	R$ 2.800,00	R$ 4.200,00	R$ 7.000,00	6
Contador-Geral do Município	CC3	R$ 2.2800,00	R$ 4.200,00	R$ 7.000,00	1
Presidente da CPL	CC4	R$ 2.200,00	R$ 3.300,00	R$ 5.500,00	1
Almoxarife-Geral	CC4	R$ 2.200,00	R$ 3.300,00	R$ 5.500,00	1
Diretor de Processamento de Folha	CC4	R$ 2.200,00	R$ 3.300,00	R$ 5.500,00	1
Pregoeiro	CC4	R$ 2.200,00	R$ 3.300,00	R$ 5.500,00	3
Diretor de Engenharia I	CC5	R$ 2.000,00	R$ 3.000,00	R$ 5.000,00	8
Assessor Especial II	CC6	R$ 1.600,00	R$ 2.400,00	R$ 4.000,00	10
Procurador Chefe	CC6	R$ 1.600,00	R$ 2.400,00	R$ 4.000,00	7
Diretor de Engenharia II	CC6	R$ 1.600,00	R$ 2.400,00	R$ 4.000,00	17
Diretor Administrativo	CC6	R$ 1.600,00	R$ 2.400,00	R$ 4.000,00	16
Assessor Técnico I	CC7	R$ 1.400,00	R$ 2.100,00	R$ 3.500,00	24
Gerente Executivo	CC8	R$ 1.200,00	R$ 1.800,00	R$ 3.000,00	66
Diretor de Unidade I	CC8	R$ 1.200,00	R$ 1.800,00	R$ 3.000,00	7
Assessor Especial III	CC8	R$ 1.200,00	R$ 1.800,00	R$ 3.000,00	8
Assessor Jurídico	CC9	R$ 1.200,00	R$ 1.300,00	R$ 2.500,00	33
Diretor de Unidade II	CC9	R$ 1.200,00	R$ 1.300,00	R$ 2.500,00	10
Chefe de Gabinete	CC10	R$ 1.200,00	R$ 1.000,00	R$ 2.200,00	18
Coordenador	CC11	R$ 1.200,00	R$ 800,00	R$ 2.000,00	142

Diretor de Unidade III	CC11	R$ 1.200,00	R$ 800,00	R$ 2.000,00	43
Assessor Técnico II	CC11	RS 1.200,00	RS 800,00	R$ 2.000,00	21
Assessor de Comunicação	CC11	R$ 1.200,00	R$ 800,00	R$ 2.000,00	19
Diretor de Unidade IV	CC12	R$ 1,200,00	R$ 600,00	R$ 1.800,00	49
Diretor de Unidade V	CC13	R$ 1.200,00	RS 500,00	R$ 1.700,00	44
Diretor de Unidade VI	CC14	R$ 1.200,00	R$ 300,00	R$ 1.500,00	54
Assessor Executivo	CC15	R$ 1.200,00	**********	R$ 1.200,00	48
Função Gratificada 1	FGl	**********	**********	R$ 1.200,00	12
Função Gratificada 2	FG2	**********	**********	R$ 850,00	26
Função Gratificada 3	FG3	**********	**********	R$ 700,00	6

Obs.: Conforme a Lei Complementar 205, de 2023, os valores dos cargos CC2 a CC15 foram reajustados em 7,5%.

ANEXO I

ESTABELECE OS CARGOS EM COMISSÃO E AS FUNÇÕES GRATIFICADAS, SÍMBOLOS, REMUNERAÇÃO (VENCIMENTOS SUBSÍDIOS E REPRESENTAÇÃO) E QUANTIDADES.

(Alterado pela Lei Complementar nº 208, de 2023)

Cargo	Símbolo	Vencimentos — Subsídios	Representação	Remuneração	Quantidade
Secretário Municipal	CC1	R$ 11.775,00	**********	R$ 11.775,00	18
Procurador-Geral do Município	CC1	R$ 11.775,00	**********	R$ 11.775,00	1
Consultor-Geral do Município	CC1	R$ 11.775,00	**********	R$ 11.775,00	1
Controlador-Geral do Município	CC1	R$ 11.775,00	**********	R$ 11.775,00	1
Presidente da Previ-Mossoró	CC1	R$ 11.775,00	**********	R$ 11.775,00	1
Procurador-Geral Adjunto	CC2	R$ 3.440,00	R$ 5.160,00	R$ 8.600,00	1
Ouvidor-Geral do Município	CC2	R$ 3.440,00	R$ 5.160,00	R$ 8.600,00	1
Comandante da Guarda Civil Municipal	CC2	R$ 3.440,00	R$ 5.160,00	R$ 8.600,00	1
Diretor Executivo	CC3	R$ 3.010,00	R$ 4.515,00	R$ 7.525,00	24
Assessor Especial I	CC3	R$ 3.010,00	R$ 4.515,00	R$ 7.525,00	10
Contador-Geral do Município	CC3	R$ 3.010,00	R$ 4.515,00	R$ 7.525,00	1
Presidente da CPL	CC4	R$ 2.365,00	R$ 3.547,50	R$ 5.912,50	1
Almoxarife Geral	CC4	R$ 2.365,00	R$ 3.547,50	R$ 5.912,50	1
Diretor de Processamento de Folha	CC4	R$ 2.365,00	R$ 3.547,50	R$ 5.912,50	1
Agente de contratação e Pregoeiro	CC4	R$ 2.365,00	R$ 3.547,50	R$ 5.912,50	3
Diretor de Engenharia I	CC5	R$ 2.150,00	R$ 3.225,00	R$ 5.375,00	10
Assessor Especial II	CC6	R$ 1.720,00	R$ 2.580,00	R$ 4.300,00	18
Procurador Chefe	CC6	R$ 1.720,00	R$ 2.580,00	R$ 4.300,00	7
Diretor de Engenharia II	CC6	R$ 1.720,00	R$ 2.580,00	R$ 4.300,00	18
Diretor Administrativo	CC6	R$ 1.720,00	R$ 2.580,00	R$ 4.300,00	23
Assessor Técnico I	CC7	R$ 1.505,00	R$ 2.257,50	R$ 3.762,50	46
Gerente Executivo	CC8	R$ 1.450,00	R$ 1.775,00	R$ 3.325,00	69
Diretor de Unidade I	CC8	R$ 1.450,00	R$ 1.775,00	R$ 3.325,00	9
Assessor Especial III	CC8	R$ 1.450,00	R$ 1.775,00	R$ 3.325,00	14
Assessor Jurídico	CC9	R$ 1.450,00	R$ 1.237,50	R$ 2.687,50	37
Diretor de Unidade II	CC9	R$ 1.450,00	R$ 1.237,50	R$ 2.687,50	12
Chefe de Gabinete	CC10	R$ 1.450,00	R$ 915,00	R$ 2.365,00	20
Coordenador	CC11	R$ 1.450,00	R$ 700,00	R$ 2.150,00	147
Diretor de Unidade III	CC11	R$ 1.450,00	R$ 700,00	R$ 2.150,00	43

~~Assessor Técnico II~~	~~CC11~~	~~RS 1.450,00~~	~~RS 700,00~~	~~R$ 2.150,00~~	~~36~~
~~Assessor de Comunicação~~	~~CC11~~	~~R$ 1.450,00~~	~~R$ 700,00~~	~~R$ 2.150,00~~	~~20~~
~~Diretor de Unidade IV~~	~~CC12~~	~~R$ 1.450,00~~	~~R$ 485,00~~	~~R$ 1.935,00~~	~~49~~
~~Diretor de Unidade V~~	~~CC13~~	~~R$ 1.450,00~~	~~RS 377,50~~	~~R$ 1.827,50~~	~~44~~
~~Diretor de Unidade VI~~	~~CC14~~	~~R$ 1.450,00~~	~~R$ 162,50~~	~~R$ 1.612,50~~	~~54~~
~~Assessor Executivo~~	~~CC15~~	~~R$ 1.450,00~~	~~R$ 33,50~~	~~R$ 1.483,50~~	~~52~~
~~Função Gratificada 1~~	~~FGl~~	~~**********~~	~~**********~~	~~R$ 2.000,00~~	~~20~~
~~Função Gratificada 2~~	~~FG2~~	~~**********~~	~~**********~~	~~R$ 1.200,00~~	~~35~~
~~Função Gratificada 3~~	~~FG3~~	~~**********~~	~~**********~~	~~R$ 1.000,00~~	~~10~~

ANEXO I

ESTABELECE OS CARGOS EM COMISSÃO E AS FUNÇÕES GRATIFICADAS, SÍMBOLOS, REMUNERAÇÃO (VENCIMENTOS-SUBSÍDIOS E REPRESENTAÇÃO) E QUANTIDADES.

(Alterado pela Lei Complementar nº 218, de 2025)

Cargo	Símbolo	Vencimentos — Subsídios	Representação	Remuneração	Quantidade
Secretário Municipal	CC1	R$ 16.880,00	**********	R$ 16.880,00	20
Procurador-Geral do Município	CC1	R$ 16.880,00	**********	R$ 16.880,00	1
Consultor-Geral do Município	CC1	R$ 16.880,00	**********	R$ 16.880,00	1
Controlador-Geral do Município	CC1	R$ 16.880,00	**********	R$ 16.880,00	1
Secretária Municipal Adjunto	CC2	R$ 4.200,00	R$ 6.300,00	R$ 10.500,00	11
Chefe do Gabinete de Segurança Institucional Municipal	CC3	R$ 3.460,00	R$ 5.190,00	R$ 8.650,00	1
Ouvidor-Geral do Município	CC3	R$ 3.460,00	R$ 5.190,00	R$ 8.650,00	1
Comandante da Guarda Civil Municipal	CC3	R$ 3.460,00	R$ 5.190,00	R$ 8.650,00	1
Assessor Institucional	CC3	R$ 3.460,00	R$ 5.190,00	R$ 8.650,00	4
Diretor Escola de Gestão Pública de Mossoró	CC4	R$ 3.020,00	R$ 4.530,00	R$ 7.550,00	1
Diretor Executivo	CC4	R$ 3.020,00	R$ 4.530,00	R$ 7.550,00	31
Assessor Especial I	CC4	R$ 3.020,00	R$ 4.530,00	R$ 7.550,00	16
Contador-Geral do Município	CC4	R$ 3.020,00	R$ 4.530,00	R$ 7.550,00	1
Almoxarife-Geral	CC5	R$ 2.400,00	R$ 3.600,00	R$ 6.000,00	1
Diretor Jurídico	CC5	R$ 2.400,00	R$ 3.600,00	R$ 6.000,00	10
Diretor Financeiro I	CC5	R$ 2.400,00	R$ 3.600,00	R$ 6.000,00	6
Agente de Contratação e Pregoeiro	CC5	R$ 2.400,00	R$ 3.600,00	R$ 6.000,00	4
Diretor de Engenharia I	CC5	R$ 2.400,00	R$ 3.600,00	R$ 6.000,00	8
Diretor de Processamento de Folha	CC5	R$ 2.400,00	R$ 3.600,00	R$ 6.000,00	1
Assessor Especial II	CC6	R$ 1.780,00	R$ 2.670,00	R$ 4.450,00	16
Diretor de Engeharia II	CC6	R$ 1.780,00	R$ 2.670,00	R$ 4.450,00	24
Diretor Financeiro II	CC6	R$ 1.780,00	R$ 2.670,00	R$ 4.450,00	14
Diretor de Departamento	CC6	R$ 1.780,00	R$ 2.670,00	R$ 4.450,00	29
Assessor Técnico I	CC6	R$ 1.780,00	R$ 2.670,00	R$ 4.450,00	50
Gerente Executivo	CC7	R$ 1.650,00	R$ 1.900,00	R$ 3.550,00	90
Diretor de Unidade I	CC7	R$ 1.650,00	R$ 1.900,00	R$ 3.550,00	10
Assessor Especial III	CC7	R$ 1.650,00	R$ 1.900,00	R$ 3.550,00	20

Assesor Jurídico	CC8	R$ 1.650,00	R$ 1.650,00	R$ 3.3000,00	34
Diretor de Unidade II	CC9	R$ 1.650,00	R$ 1.350,00	R$ 3.000,00	21
Chefe de Gabinete	CC10	RS 1.650,00	RS 1.050,00	R$ 2.700,00	23
Coordenador	CC11	R$ 1.650,00	R$ 850,00	R$ 2.500,00	144
Diretor de Unidade III	CC11	R$ 1.650,00	R$ 850,00	R$ 2.500,00	52
Assessor Técnico II	CC11	R$ 1.650,00	RS 850,00	R$ 2.500,00	48
Assessor de Comunicação	CC11	R$ 1.650,00	R$ 850,00	R$ 2.500,00	23
Diretor de Unidade IV	CC12	R$ 1.650,00	R$ 700,00	R$ 2.350,00	63
Diretor de Unidade V	CC13	R$ 1.650,00	R$ 550,00	R$ 2.200,00	50
Diretor de Unidade VI	CC14	R$ 1.650,00	R$ 450,00	R$ 2.100,00	46
Assessor Executivo	CC15	R$ 1.650,00	R$ 50,00	R$ 1.700,00	52
Função Gratificada 1	FGl	**********	**********	R$ 5.000,00	10
Função Gratificada 2	FG2	**********	**********	R$ 2.200,00	15
Função Gratificada 3	FG3	**********	**********	R$ 1.400,00	20
Função Gratificada 4	FG34	**********	**********	R$ 1.200,00	15

ANEXO II
ESTABELECE AS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS.

CARGO		
Denominação	**Requisitos**	**Atribuições**
Secretário Municipal	Livre escolha do Prefeito do Município	Livre escolha do Prefeito do Município
Procurador Geral do Município	Graduação em Direito, com pelo menos cinco anos de inscrição na OAB e efetivo exercício da profissão, além de reconhecido saber jurídico e reputação ilibada e, no mínimo, trinta anos de idade.	Assessorar, coordenar e orientar juridicamente o Município de Mossoró; representar judicial e extrajudicialmente o Município e suas entidades de direito público interno, bem como prestar apoio em assuntos jurídicos e direito público interno, bem como prestar apoio em assuntos jurídicos aos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal; zelar pela observância dos princípios da Administração Pública, observando-se as disposições contidas na Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Município de Mossoró.
Consultor Geral do Município	Graduação em Direito, com pelo menos dez anos de inscrição na OAB e efetivo exercício da profissão, além de reconhecido saber jurídico e reputação ilibada.	Assessorar o Prefeito em assuntos de natureza jurídica de interesse da administração municipal, além de pronunciar-se sobre as matérias de ordem legal que lhe forem submetidas elo Prefeito; elaborar e rever projetos de emenda à Lei Orgânica Municipal, de leis, decretos e outros provimentos regulamentares, quando solicitado pelo Prefeito; minutar mensagens e vetos governamentais, quando solicitado pelo Prefeito; e orientar o Prefeito quando este for instado a se manifestar sobre matéria de sua competência que tenha repercussão jurídica.
Controlador Geral do Município	Nível Superior	Coordenar o sistema de controle interno da administração pública municipal, promovendo a prevenção e o combate à corrupção, a defesa do patrimônio público, o fomento ao controle social, à melhoria da qualidade do gasto, o apoio ao controle externo e a transparência, analisar atos de correição, bem como exercer funções de controladoria e auditoria.
Presidente do Previ-Mossoró	Nível Superior	Compete representar o Previ-Mossoró judicial e extrajudicialmente; propor o quadro de pessoal do Previ-Mossoró, bem como cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho Previdenciário; nomear, admitir, contratar, prover, transferir, exonerar, demitir ou dispensar os servidores do Previ-Mossoró;

		prestar contas ao Conselho Previdenciário; movimentar, juntamente com o Diretor Administrativo Financeiro, as aplicações bancárias do Previ Mossoró; ordenar despesas e praticar todos os demais atos de administração previstos em lei específica.
Procurador Geral Adjunto	Graduação em Direito, com pelo menos cinco anos de inscrição na OAB e efetivo exercício da profissão, além de reconhecido saber jurídico e reputação ilibada e, no mínimo, trinta anos de idade.	Substituir o Procurador Geral do Município nos casos previstos em lei; coordenar as atividades dos órgãos de execução da Procuradoria Geral do Município; assessorar o PGM nos assuntos técnicos jurídicos e exercer outras atribuições que lhe forem conferidas ou delegadas pelo PGM.
Ouvidor Geral do Município	Nível médio	Superintender a política municipal de acesso à informação e de proteção de dados e tem por finalidade receber, encaminhar e acompanhar denúncias, reclamações e sugestões dos cidadãos relativas à prestação de serviços públicos em geral, assim como representações contra o exercício negligente ou abusivo dos cargos, empregos e funções na Administração Pública Municipal, sem prejuízo das competências específicas de outros órgão da Administração do Município.
Comandante da Guarda Civil Municipal	Nível médio	Comandar, gerenciar e superintender as ações e atividades da Guarda Civil Municipal, sob a coordenação da Secretaria municipal de Segurança Pública, Defesa Civil, Mobilidade Urbana e Trânsito Sesdem.
Diretor Executivo	Nível superior	Responsável pela direção de órgão da Administração Pública, com vinculação direta ao Secretário Municipal de sua pasta de lotação, competindo-lhe auxiliar a Secretaria na elaboração e na execução das diretrizes estratégicas de respectivo órgão.
Assessor Especial I	Nível superior	Prestar assessoria a agentes da administração superior, auxiliando-os nos assuntos administrativos e políticos do órgão que estiver lotado.
Presidente da CPL	Nível médio	Presidir todas as fases do processo de licitação, encaminhar o resultado final Fo julgamento para adjunção e homologação, assinar editais e atas de trabalho e exercer tudo mais do que dispuser a Lei de Licitações como de suas atribuições.
Contador Geral do Município	Graduação em Contabilidade com inscrição no CRC.	Planejar as competências da Contadoria do Município; estudar, classificar, escriturar e analisar os atos e fatos administrativos municipais, de forma analítica e sintética; auxiliar na elaboração do Plano Plurianual

		~~PPA, dos projetos da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e o Orçamento-Programa Anual; empenhar a despesa e fazer o controle dos créditos orçamentários; registrar a movimentação de recursos financeiros da administração de pessoal e material; registrar a movimentação de bens; apurar contas dos responsáveis por recursos financeiros, bens e valores; fazer planos e prestações de contas de recursos financeiros; levantar mensalmente ao balancetes e anualmente o balanço; arquivar documentos relativos à movimentação financeira patrimonial; controlar, contábil e extra-contabilmente, a movimentação do Fundo de Participação dos Municípios; controlar a movimentação de transferências financeiras recebidas de órgão do Estado e da União, inclusive outros fundos especiais; prestar contas dos recursos financeiros recebidos pelo Município, inclusive de acordos e convênios ou outros ajustes; elaborar cronograma mensal de desembolso financeiro, conforme constar na Lei Orçamentária; estudar, controlar e interpretar os fenômenos relativos aos fatores econômicos e públicos, prevendo: a)as medidas adotáveis; b) a quantidade; c) a evolução: assinar balanços e balancetes; analisar balanços e balancetes; preparar relatórios informativos referentes à situação financeira e patrimonial da Prefeitura; verificar e interpretar contas do ativo e do passivo; preparar pareceres referentes à Contabilidade Pública Municipal; analisar cálculos de custos; compatibilizar as programações sociais, econômicas e financeiras do Município com os planos e programas do Estado e da União; programar, executar, controlar e avaliar toda a contabilidade municipal; lançar na responsabilidade do ordenador da despesa, aquele que não estiver de acordo com as normas e legislação pertinentes.~~
~~Almoxarife Geral~~	~~Nível médio~~	~~Administra e coordenar o setor de almoxarifado, com atribuições de receber e conferir os materiais adquiridos ou cedidos de acordo com o documento de entrega; receber, conferir, armazenar e registrar os materiais em estoque; registrar em planilha própria as notas fiscais ou documento de entrega da remessa dos materiais recebidos; elaborar estatísticas de consumo por matérias e centros de custos para previsão das solicitações por setores; elaborar~~

		~~planilhas dos materiais existentes e outros relatórios solicitados; preservar a qualidade e as quantidades dos materiais estocados; viabilizar o inventário anual dos materiais estocados; garantir a movimentação e retiradas dos materiais visando um atendimento ágil e eficiente; organizar e manter atualizado o registro de estoque do material existente; propor políticas e diretrizes relativas a estoques e programação de aquisição e fornecimento de material de consumo; estabelecer as necessidades de aquisição dos materiais de consumo para fins de reposição de estoque, bem como solicitar sua aquisição e evitar que não ocorra a falta desses materiais.~~
~~Diretor de Processamento de Folha~~	~~Nível médio~~	~~Responsável por toda a rotina de folha de pagamento, realizando cálculos de folha, encargos e obrigações acessórias, além de homologação de rescisões, admissões, atendimento e apoio a fiscalizações e auditórias.~~
~~Pregoeiro~~	~~Nível superior com qualificação na área~~	~~Coordenar todo o processo licitatório; com o apoio do setor responsável pela elaboração do edital, receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao documento; no caso de pregão eletrônico, conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os critérios do edital; conduzir os lances; verificar e julgar a habilitação dos participantes; receber, examinar, decidir e encaminhar os recursos à autoridade competente; indicar o vencedor da licitação; adjudicar o objeto; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; encaminhar o processo à autoridade superior e propor a homologação.~~
~~Diretor de Engenharia I~~	~~Graduação em Engenharia ou Arquitetura com inscrição no Crea ou CAU.~~	~~Responsável pela elaboração de planejamento estratégico de projetos complexos, que exijam conhecimentos especializados em áreas da engenharia e pela execução de projetos aprovados, bem como gestor, organizador, controlador e coordenador de equipes.~~
~~Assessor Especial II~~	~~Nível médio~~	~~Prestar assessoria a agentes administrativos, auxiliando os nos assuntos administrativos do órgão que estiver lotado.~~
~~Procurador Chefe~~	~~Graduação em Direito, com pelo menos dois anos de inscrição na OAB e efetivo exercício da profissão, além de reconhecido saber jurídico e reputação~~	~~Orientar, fiscalizar e distribuir os serviços da Procuradoria; fazer a defesa judicial e extrajudicial do Município; cumprir funções administrativas no âmbito da Procuradoria que estiver lotado; exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Procurador Geral do Município e pela lei Orgânica da Procuradoria~~

	~~ilibada.~~	~~Geral do Município.~~
~~Diretor de Engenharia II~~	~~Graduação em Engenharia ou Arquitetura com inscrição no Crea ou CAU.~~	~~Responsável pela elaboração planejamento estratégico de projetos de média e baixa complexidade e pela execução de projetos aprovados, bem como coordenador de equipes setoriais.~~
~~Diretor Administrativo~~	~~Nível superior~~	~~Responsável pela direção de órgão administrativo de alta complexidade, competindo-lhe a execução das funções do respectivo órgão.~~
~~Assessor Técnico I~~	~~Nível superior~~	~~Assessorar tecnicamente na elaboração de projetos e relatórios de planejamento de alta complexidade; prestar assessoria e consultoria interna; emitir parecer e informações no que for relativo à sua competência.~~
~~Gerente Executivo~~	~~Nível médio~~	~~Responsável pela direção de órgão administrativo de média complexidade, competindo lhe a execução das funções do respectivo órgão.~~
~~Diretor de Unidade I~~	~~Nível médio~~	~~Responsável pela direção de uma unidade administrativa de grande porte e alta demanda, competindo lhe as funções administrativas da respectiva unidade.~~
~~Assessor Especial III~~	~~Nível médio~~	~~Prestar assessoria administrativa de menor complexidade, auxiliando o seus superiores a resolução dos assuntos administrativos do órgão que estiver lotado.~~
~~Assessor Jurídico~~	~~Graduado em Direto com inscrição na OAB~~	~~Responsável pela assistência juídica a órgão da Prefeitura Municipal, auxiliando os na elaboração de minutas e de outros administrativos. Deve atuar sob orientação da Procuradoria Geral do Município.~~
~~Diretor de Unidade II~~	~~Nível médio~~	~~Responsável pela direção de uma unidade administrativa de grande porte e de demanda mediana, competindo lhe funções administrativas da respectiva unidade.~~
~~Chefe de Gabinete~~	~~Nível médio~~	~~Coordenar os trabalhos e gerenciar os expedientes, prestar assessoramento imediato ao titular do gabinete a que estiver vinculado; gerenciar diariamente as atividades concorrentes às áreas administrativas; coordenar ações de apoio direito e imediato ao gestor correspondente, de acordo com as necessidades de natureza protocolar, institucional e demais assuntos relacionados à administração pública municipal; tomar providências e gerenciar as atividades relacionadas ao gabinete e prestar assessoramento direto em eventos específicos e também nos deslocamentos normais e rotineiros; controlar a pauta de audiência, despachos e eventos onde haja participação do~~

		titular da unidade administrativa; coordenar, em harmonia com o cerimonial, a recepção de autoridades e as tarefas protocolares; facilitar e atuar na articulação do gabinete ao qual estiver vinculado, com os demais órgãos e entidades da Administração Indireta do Município; demais atribuições que lhe forem destacadas pelo dirigente da pasta fim.
Coordenador	Nível médio	Responsável pela coordenação de equipes ou atividades especificas, desenvolvidas no âmbito das Secretarias Municipais
Diretor de Unidade III	Nível médio	Responsável pela direção de uma unidade administrativa de porte mediano e alta demanda, competindo lhe as funções administrativas da respectiva unidade.
Assessor Técnico II	Nível superior	Assessorar tecnicamente na elaboração de projetos e relatórios de baixa complexidade, prestando assessoria e consultoria nas ações que for de sua competência.
Assessor de Comunicação	Nível médio	Assessorar na elaboração e monitoramento do planejamento de marketing do Município (publicidade e propaganda), marketing de relacionamento com os demais poderes, órgão e entidades públicas e privadas, além da imprensa e das mídias sociais.
Diretor de Unidade IV	Nível médio	Responsável pela direção de uma unidade administrativa de porte e demanda medianos, competindo lhe as funções administrativas da respectiva unidade.
Diretor de Unidade V	Nível médio	Responsável pela direção de uma unidade administrativa de porte mediano e baixa demanda, competindo lhe as funções administrativas da respectiva unidade.
Diretor de Unidade VI	Nível médio	Responsável pela direção de uma unidade administrativa de pequeno porte e baixa demanda, competindo lhe as funções administrativas da respectiva unidade.
Assessor Executivo	Nível médio	Auxilia os coordenadores no planejamento de ações e projetos na unidade administrativa que estiver lotado, bem como desenvolver outras atividades que lhe for delegada.
Função Gratificada 1	Ocupante de cargo público de provimento efetivo	Destinada a função de direção, chefia, assessoramento e secretariado, a serem exercidos em órgão de alta complexidade.
Função Gratificada 2	Ocupante de cargo público de provimento efetivo	Destinada a função de direção, chefia, assessoramento e secretariado, a serem exercidos em órgão de média complexidade.
Função Gratificada 3	Ocupante de cargo público de provimento efetivo	Destinada a função de direção, chefia, assessoramento e secretariado, a serem exercidos em órgão de baixa complexidade.

ANEXO II
ESTABELECE AS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS.
(Redação dada pela Lei Complementar nº 193, de 12 de junho de 2023)

CARGO		
Denominação	**Requisitos**	**Atribuições**
Secretário Municipal	Livre escolha do Prefeito do Município	Livre escolha do Prefeito do Município
Procurador Geral do Município	Graduação em Direito, com pelo menos cinco anos de inscrição na OAB e efetivo exercício da profissão, além de reconhecido saber jurídico e reputação ilibada e, no mínimo, trinta anos de idade.	Assessorar, coordenar e orientar juridicamente o Município de Mossoró; representar judicial e extrajudicialmente o Município e suas entidades de direito público interno, bem como prestar apoio em assuntos jurídicos e direito público interno, bem como prestar apoio em assuntos jurídicos aos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal; zelar pela observância dos princípios da Administração Pública, observando se as disposições contidas na Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Município de Mossoró.
Consultor Geral do Município	Graduação em Direito, com pelo menos dez anos de inscrição na OAB e efetivo exercício da profissão, além de reconhecido saber jurídico e reputação ilibada.	Assessorar o Prefeito em assuntos de natureza jurídica de interesse da administração municipal, além de pronunciar-se sobre as matérias de ordem legal que lhe forem submetidas elo Prefeito; elaborar e rever projetos de emenda à Lei Orgânica Municipal, de leis, decretos e outros provimentos regulamentares, quando solicitado pelo Prefeito; minutar mensagens e vetos governamentais, quando solicitado pelo Prefeito; e orientar o Prefeito quando este for instado a se manifestar sobre matéria de sua competência que tenha repercussão jurídica.
Controlador Geral do Município	Nível Superior	Coordenar o sistema de controle interno da administração pública municipal, promovendo a prevenção e o combate à corrupção, a defesa do patrimônio público, o fomento ao controle social, à melhoria da qualidade do gasto, o apoio ao controle externo e a transparência, analisar atos de correição, bem como exercer funções de controladoria e auditoria.
Procurador do Previ Mossoró	Nível Superior	Compete representar o Previ Mossoró judicial e extrajudicialmente; propor o quadro de pessoal do Previ Mossoró, bem como cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho Previdenciário; nomear, admitir, contratar, prover, transferir, exonerar, demitir ou dispensar os servidores do Previ-Mossoró;

		~~prestar contas ao Conselho Previdenciário; movimentar, juntamente com o Diretor Administrativo Financeiro, as aplicações bancárias do Previ Mossoró; ordenar despesas e praticar todos os demais atos de administração previstos em lei específica.~~
~~Procurador Geral Adjunto~~	~~Graduação em Direito, com pelo menos cinco anos de inscrição na OAB e efetivo exercício da profissão, além de reconhecido saber jurídico e reputação ilibada e, no mínimo, trinta anos de idade.~~	~~Substituir o Procurador Geral do Município nos casos previstos em lei; coordenar as atividades dos órgãos de execução da Procuradoria Geral do Município; assessorar o PGM nos assuntos técnicos jurídicos e exercer outras atribuições que lhe forem conferidas ou delegadas pelo PGM.~~
~~Ouvidor Geral do Município~~	~~Nível médio~~	~~Superintender a política municipal de acesso à informação e de proteção de dados e tem por finalidade receber, encaminhar e acompanhar denúncias, reclamações e sugestões dos cidadãos relativas à prestação de serviços públicos em geral, assim como representações contra o exercício negligente ou abusivo dos cargos, empregos e funções na Administração Pública Municipal, sem prejuízo das competências específicas de outros órgão da Administração do Município.~~
~~Comandante da Guarda Civil Municipal~~	~~Nível médio~~	~~Comandar, gerenciar e superintender as ações e atividades da Guarda Civil Municipal, sob a coordenação da Secretaria municipal de Segurança Pública, Defesa Civil, Mobilidade Urbana e Trânsito Sesdem.~~
~~Diretor Executivo~~	~~Nível superior~~	~~Responsável pela direção de órgão da Administração Pública, com vinculação direta ao Secretário Municipal de sua pasta de lotação, competindo-lhe auxiliar a Secretaria na elaboração e na execução das diretrizes estratégicas de respectivo órgão.~~
~~Assessor Especial I~~	~~Nível superior~~	~~Prestar assessoria a agentes da administração superior, auxiliando-os nos assuntos administrativos e políticos do órgão que estiver lotado.~~
~~Presidente da CPL~~	~~Nível médio~~	~~Presidir todas as fases do processo de licitação, encaminhar o resultado final Fo julgamento para adjunção e homologação, assinar editais e atas de trabalho e exercer tudo mais do que dispuser a Lei de Licitações como de suas atribuições.~~
~~Contador Geral do Município~~	~~Graduação em Contabilidade com inscrição no CRC.~~	~~Planejar as competências da Contadoria do Município; estudar, classificar, escriturar e analisar os atos e fatos administrativos municipais, de forma analítica e sintética; auxiliar na elaboração do Plano Plurianual~~

		~~PPA, dos projetos da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e o Orçamento-Programa Anual; empenhar a despesa e fazer o controle dos créditos orçamentários; registrar a movimentação de recursos financeiros da administração de pessoal e material; registrar a movimentação de bens; apurar contas dos responsáveis por recursos financeiros, bens e valores; fazer planos e prestações de contas de recursos financeiros; levantar mensalmente ao balancetes e anualmente o balanço; arquivar documentos relativos à movimentação financeira patrimonial; controlar, contábil e extra-contabilmente, a movimentação do Fundo de Participação dos Municípios; controlar a movimentação de transferências financeiras recebidas de órgão do Estado e da União, inclusive outros fundos especiais; prestar contas dos recursos financeiros recebidos pelo Município, inclusive de acordos e convênios ou outros ajustes; elaborar cronograma mensal de desembolso financeiro, conforme constar na Lei Orçamentária; estudar, controlar e interpretar os fenômenos relativos aos fatores econômicos e públicos, prevendo: a)as medidas adotáveis; b) a quantidade; c) a evolução: assinar balanços e balancetes; analisar balanços e balancetes; preparar relatórios informativos referentes à situação financeira e patrimonial da Prefeitura; verificar e interpretar contas do ativo e do passivo; preparar pareceres referentes à Contabilidade Pública Municipal; analisar cálculos de custos; compatibilizar as programações sociais, econômicas e financeiras do Município com os planos e programas do Estado e da União; programar, executar, controlar e avaliar toda a contabilidade municipal; lançar na responsabilidade do ordenador da despesa, aquele que não estiver de acordo com as normas e legislação pertinentes.~~
~~Almoxarife Geral~~	~~Nível médio~~	~~Administra e coordenar o setor de almoxarifado, com atribuições de receber e conferir os materiais adquiridos ou cedidos de acordo com o documento de entrega; receber, conferir, armazenar e registrar os materiais em estoque; registrar em planilha própria as notas fiscais ou documento de entrega da remessa dos materiais recebidos; elaborar estatísticas de consumo por matérias e centros de custos para previsão das solicitações por setores; elaborar~~

		~~planilhas dos materiais existentes e outros relatórios solicitados; preservar a qualidade e as quantidades dos materiais estocados; viabilizar o inventário anual dos materiais estocados; garantir a movimentação e retiradas dos materiais visando um atendimento ágil e eficiente; organizar e manter atualizado o registro de estoque do material existente; propor políticas e diretrizes relativas a estoques e programação de aquisição e fornecimento de material de consumo; estabelecer as necessidades de aquisição dos materiais de consumo para fins de reposição de estoque, bem como solicitar sua aquisição e evitar que não ocorra a falta desses materiais.~~
~~Diretor de Processamento de Folha~~	~~Nível médio~~	~~Responsável por toda a rotina de folha de pagamento, realizando cálculos de folha, encargos e obrigações acessórias, além de homologação de rescisões, admissões, atendimento e apoio a fiscalizações e auditórias.~~
~~Agente de Contratação e Pregoeiro~~	~~Nível superior com qualificação na área~~	~~Coordenar todo o processo licitatório; com o apoio do setor responsável pela elaboração do edital, receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao documento; no caso de pregão eletrônico, conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os critérios do edital; conduzir os lances; verificar e julgar a habilitação dos participantes; receber, examinar, decidir e encaminhar os recursos à autoridade competente; indicar o vencedor da licitação; adjudicar o objeto; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; encaminhar o processo à autoridade superior e propor a homologação.~~
~~Diretor de Engenharia I~~	~~Graduação em Engenharia ou Arquitetura com inscrição no Crea ou CAU.~~	~~Responsável pela elaboração de planejamento estratégico de projetos complexos, que exijam conhecimentos especializados em áreas da engenharia e pela execução de projetos aprovados, bem como gestor, organizador, controlador e coordenador de equipes.~~
~~Assessor Especial II~~	~~Nível médio~~	~~Prestar assessoria a agentes administrativos, auxiliando os nos assuntos administrativos do órgão que estiver lotado.~~
~~Procurador Chefe~~	~~Graduação em Direito, com pelo menos dois anos de inscrição na OAB e efetivo exercício da profissão, além de reconhecido saber jurídico e reputação~~	~~Orientar, fiscalizar e distribuir os serviços da Procuradoria; fazer a defesa judicial e extrajudicial do Município; cumprir funções administrativas no âmbito da Procuradoria que estiver lotado; exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Procurador Geral do Município e pela lei Orgânica da Procuradoria~~

	~~ilibada.~~	~~Geral do Município.~~
~~Diretor de Engenharia II~~	~~Graduação em Engenharia ou Arquitetura com inscrição no Crea ou CAU.~~	~~Responsável pela elaboração planejamento estratégico de projetos de média e baixa complexidade e pela execução de projetos aprovados, bem como coordenador de equipes setoriais.~~
~~Diretor Administrativo~~	~~Nível superior~~	~~Responsável pela direção de órgão administrativo de alta complexidade, competindo-lhe a execução das funções do respectivo órgão.~~
~~Assessor Técnico I~~	~~Nível superior~~	~~Assessorar tecnicamente na elaboração de projetos e relatórios de planejamento de alta complexidade; prestar assessoria e consultoria interna; emitir parecer e informações no que for relativo à sua competência.~~
~~Gerente Executivo~~	~~Nível médio~~	~~Responsável pela direção de órgão administrativo de média complexidade, competindo lhe a execução das funções do respectivo órgão.~~
~~Diretor de Unidade I~~	~~Nível médio~~	~~Responsável pela direção de uma unidade administrativa de grande porte e alta demanda, competindo lhe as funções administrativas da respectiva unidade.~~
~~Assessor Especial III~~	~~Nível médio~~	~~Prestar assessoria administrativa de menor complexidade, auxiliando o seus superiores a resolução dos assuntos administrativos do órgão que estiver lotado.~~
~~Assistente Jurídico~~	~~Graduado em Direto com inscrição na OAB~~	~~Responsável pela assistência juídica a órgão da Prefeitura Municipal, auxiliando os na elaboração de minutas e de outros administrativos. Deve atuar sob orientação da Procuradoria Geral do Município.~~
~~Diretor de Unidade II~~	~~Nível médio~~	~~Responsável pela direção de uma unidade administrativa de grande porte e de demanda mediana, competindo lhe funções administrativas da respectiva unidade.~~
~~Chefe de Gabinete~~	~~Nível médio~~	~~Coordenar os trabalhos e gerenciar os expedientes, prestar assessoramento imediato ao titular do gabinete a que estiver vinculado; gerenciar diariamente as atividades concorrentes às áreas administrativas; coordenar ações de apoio direito e imediato ao gestor correspondente, de acordo com as necessidades de natureza protocolar, institucional e demais assuntos relacionados à administração pública municipal; tomar providências e gerenciar as atividades relacionadas ao gabinete e prestar assessoramento direto em eventos específicos e também nos deslocamentos normais e rotineiros; controlar a pauta de audiência, despachos e eventos onde haja participação do~~

		titular da unidade administrativa; coordenar, em harmonia com o cerimonial, a recepção de autoridades e as tarefas protocolares; facilitar e atuar na articulação do gabinete ao qual estiver vinculado, com os demais órgãos e entidades da Administração Indireta do Município; demais atribuições que lhe forem destacadas pelo dirigente da pasta fim.
Coordenador	Nível médio	Responsável pela coordenação de equipes ou atividades especificas, desenvolvidas no âmbito das Secretarias Municipais
Diretor de Unidade III	Nível médio	Responsável pela direção de uma unidade administrativa de porte mediano e alta demanda, competindo lhe as funções administrativas da respectiva unidade.
Assessor Técnico II	Nível superior	Assessorar tecnicamente na elaboração de projetos e relatórios de baixa complexidade, prestando assessoria e consultoria nas ações que for de sua competência.
Assessor de Comunicação	Nível médio	Assessorar na elaboração e monitoramento do planejamento de marketing do Município (publicidade e propaganda), marketing de relacionamento com os demais poderes, órgão e entidades públicas e privadas, além da imprensa e das mídias sociais.
Diretor de Unidade IV	Nível médio	Responsável pela direção de uma unidade administrativa de porte e demanda medianos, competindo lhe as funções administrativas da respectiva unidade.
Diretor de Unidade V	Nível médio	Responsável pela direção de uma unidade administrativa de porte mediano e baixa demanda, competindo lhe as funções administrativas da respectiva unidade.
Diretor de Unidade VI	Nível médio	Responsável pela direção de uma unidade administrativa de pequeno porte e baixa demanda, competindo lhe as funções administrativas da respectiva unidade.
Assessor Executivo	Nível médio	Auxilia os coordenadores no planejamento de ações e projetos na unidade administrativa que estiver lotado, bem como desenvolver outras atividades que lhe for delegada.
Função Gratificada 1	Ocupante de cargo público de provimento efetivo	Destinada a função de direção, chefia, assessoramento e secretariado, a serem exercidos em órgão de alta complexidade.
Função Gratificada 2	Ocupante de cargo público de provimento efetivo	Destinada a função de direção, chefia, assessoramento e secretariado, a serem exercidos em órgão de média complexidade.
Função Gratificada 3	Ocupante de cargo público de provimento efetivo	Destinada a função de direção, chefia, assessoramento e secretariado, a serem exercidos em órgão de baixa complexidade.

ANEXO II
ESTABELECE AS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS.
(Redação dada pela Lei Complementar nº 218, de 2025)

CARGO		
Denominação	**Requisitos**	**Atribuições**
Secretário Municipal	Livre escolha do Prefeito do Município	Estabelecer diretrizes estratégicas e zelar pela consecução das finalidades do órgão, ordenando despesas e demais atos administrativos no âmbito das respectivas unidades administrativas, bem como assessorar o Chefe do Poder Executivo Municipal no âmbito dos assuntos de seu órgão.
Procurador-Geral do Município	Graduação em Direito, com pelo menos cinco anos de inscrição na OAB e efetivo exercício da profissão, além de reconhecido saber jurídico e reputação ilibada.	Assessorar, coordenar e orientar juridicamente o Município de Mossoró; representar judicial e extrajudicialmente o Município e suas entidades de direito público interno, bem como prestar apoio em assuntos jurídicos e legislativos ao Prefeito do Município e consultaria jurídica aos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal; zelar pela observância dos princípios da Administração Pública, observando-se as disposições contidas na Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Município de Mossoró.
Consultor-Geral do Município	Graduação em Direito, com pelo menos cinco anos de inscrição na OAB e efetivo exercício da profissão, além de reconhecido saber jurídico e reputação ilibada.	Assessorar o Prefeito em assuntos de natureza jurídica de interesse da administração municipal, além de pronunciar-se sobre as matérias de ordem legal que lhe forem submetidas elo Prefeito; elaborar e rever projetos de emenda à Lei

		Orgânica Municipal, de leis, decretos e outros provimentos regulamentares, quando solicitado pelo Prefeito; minutar mensagens e vetos governamentais, quando solicitado pelo Prefeito; e orientar o Prefeito quando este for instado a se manifestar sobre matéria de sua competência que tenha repercussão jurídica.
Controlador-Geral do Município	Nível Superior	Coordenar o sistema de controle interno da administração pública municipal, promovendo a prevenção e o combate à corrupção, a defesa do patrimônio público, o fomento ao controle social, à melhoria da qualidade do gasto, o apoio ao controle externo e à transparência, analisar atos de correição, bem como exercer funções de controladoria e auditoria.
Secretário Municipal Adjunto	Livre escolha do Prefeito do Município	Substituir o Secretário Municipal nos casos previstos em lei; coordenar as atividades dos órgão de execução da sua Secretaria; assessorar o Secretário Municipal nos assuntos técnicos e administrativos da sua Secretaria e exercer outras atribuições que forem conferidas ou delegadas pelo Secretário Municipal; cumprir os encargos e missões determinadas pelo Prefeito do Município, junto a órgãos públicos e entidades governamentais.
Chefe de Gabinete de Segurança Institucional Municipal	Nível médio	Assistir diretamente o Prefeito do Município no desempenhos de suas atribuições, especialmente

		quanto a assuntos de segurança institucional; analisar e acompanhar questões com potencial de risco, prevenir a ocorrência de crises e articular seu gerenciamento, em caso de iminente ameaça institucional; coordenar as atividades de segurança da informação e das comunicações; zelar, assegurado o poder de polícia pela segurança pessoal do Chefe do Poder Executivo municipal, autoridades municipais e pessoas expostas politicamente em razão de vínculo familiar com esses; zelar pela segurança do Palácio da Resistência e outros prédios públicos; pela segurança, quando solicitado pelo Prefeito do município, de titulares de órgãos e entidades ou outras autoridade municipais; planejar e coordenar os eventos com a presença do Prefeito do Município, em articulação com a Secretaria Municipal de Governo – Segov e praticar todos os demais atos pertinentes à segurança institucional.
Ouvidor-Geral do Município	Nível médio	Superintender a política municipal de acesso à informação e de proteção de dados e tem por finalidade receber, encaminhar e acompanhar denúncias, reclamações e sugestões dos cidadãos relativas à prestação de serviços públicos em geral, assim como representações contra o exercício negligente ou

		abusivo dos cargos, empregos e funções na Administração Pública Municipal, sem prejuízo das competências específicas de outros órgãos da Administração do Município.
Comandante da Guarda Civil Municipal	Nível médio	Comandar, gerenciar e superintender as ações e atividades da Guarda Civil municipal, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Segurança Pública, Defesa Civil, Mobilidade Urbana e Trânsito – Sesdem.
Assessor Institucional	Nível Superior	Atuar na articulação entre a Administração Pública Municipal e outros órgãos públicos, instituições privadas e organizações da sociedade civil; representar o município em fóruns. Conselhos e reuniões de caráter institucional; elaborar estratégias para fortalecer a imagem institucional dom Municípios; promover a integração e comunicação entre as diversas pastas da gestão municipal; coordenar e acompanhar a elaboração de parcerias e termos de cooperação com entidades externas; desenvolver ações para engajamento institucional; estabelecer canais de diálogo com a população, promovendo transparência e partcipação cidadã; produzir relatórios sobre demandas e expectativas de instituições parceiras e públicas.
Diretor da Escola de Gestão Pública de Mossoró	Nível Superior	Planejar, dirigir e avaliar ações que promovam o desenvolvimento profissional

		permanente dos servidores municipais, de forma sistêmica e estratégica; articular parcerias internas e externas para viabilizar a oferta de eventos de capacitação e qualificação dos servidores, especialmente por meio de colaboração com entidades públicas e privadas de ensino superior e/ou profissionalizante; aprovar o plao anual de capacitação e submeter ao secretário responsável pela pasta de Gestão de Pessoas relatório anual de execução das atividades de capacitação e qualificação da Instituição; manter articulação permanente com órgão e entidades municipais visando identificar demanda por novas capacitações ou aperfeiçoamento das já previstas.
Diretor Executivo	Nível superior	Responsável pela direção de órgão da Administração Pública, com vinculação direta ao Secretário Municipal de sua pasta de lotação, competindo-lhe auxiliar a Secretaria na elaboração e na execução das diretrizes estratégicas do respectivo órgão.
Assessor Especial I	Nível médio	Prestar assessoria a agentes da administração superior, auxiliando-os nos assuntos administrativos e políticos do órgão que estiver lotado.
Contador-Geral do Município	Graduação em Contabilidade com inscrição no CRC.	Planejar as competências da Contadoria do Município; estudar, classificar, escriturar e analisar os atos e fatos administrativos municipais,

		de forma analítica e sintética; auxiliar na elaboração do Plano Plurianual – PPA, dos projetos da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e o Orçamento-Programa Anual; empenhar a despesa e fazer o controle dos créditos orçamentários; registrar a movimentação de recursos financeiros da administração de pessoal e material; registrar a movimentação de bens; apurar contas dos responsáveis por recursos financeiros, bens e valores; fazer planos e prestações de contas de recursos financeiros; levantar mensalmente ao balancetes e anualmente o balanço; arquivar documentos relativos à movimentação financeira patrimonial; controlar, contábil e extra-contabilmente, a movimentação do Fundo de Participação dos Municípios; controlar a movimentação de transferências financeiras recebidas de órgão do Estado e da União, inclusive outros fundos especiais; prestar contas dos recursos financeiros recebidos pelo Município, inclusive de acordos e convênios ou outros ajustes; elaborar cronograma mensal de desembolso financeiro, conforme constar na Lei Orçamentária; estudar, controlar e interpretar os fenômenos relativos aos fatores econômicos e públicos, prevendo: a) as medidas adotáveis; b) a quantidade; c) a evolução:

		assinar balanços e balancetes; analisar balanços e balancetes; preparar relatórios informativos referentes à situação financeira e patrimonial da Prefeitura; verificar e interpretar contas do ativo e do passivo; preparar pareceres referentes à Contabilidade Pública Municipal; analisar cálculos de custos; compatibilizar as programações sociais, econômicas e financeiras do Município com os planos e programas do Estado e da União; programar, executar, controlar e avaliar toda a contabilidade municipal; lançar na responsabilidade do ordenador da despesa aquela que não estiver de acordo com as normas e legislação pertinentes.
Almoxarife-Geral	Nível médio	Administrar e coordenar o setor de almoxarifado, com atribuições de receber e conferir os materiais adquiridos ou cedidos de acordo com o documento de entrega; receber, conferir, armazenar e registrar os materiais em estoque; registrar em planilha própria as notas fiscais ou documento de entrega da remessa dos materiais recebidos; elaborar estatísticas de consumo por matérias e centros de custos para previsão das solicitações por setores; elaborar planilhas dos materiais existentes e outros relatórios solicitados; preservar a qualidade e as quantidades dos materiais

		estocados; viabilizar o inventário anual dos materiais estocados; garantir a movimentação e retiradas dos materiais visando um atendimento ágil e eficiente; organizar e manter atualizado o registro de estoque do material existente; propor políticas e diretrizes relativas a estoques e programação de aquisição e fornecimento de material de consumo; estabelecer as necessidades de aquisição dos materiais de consumo para fins de reposição de estoque, bem como solicitar sua aquisição e evitar que não ocorra a falta desses materiais.
Diretor Jurídico	Graduação em Direito, com pelo menos dois anos de inscrição na OAB e efetivo exercício da profissão, além de reconhecimento saber jurídico e reputação ilibada	Responsável por dirigir e organizar a assistência jurídica a órgão de grande porte e demanda da Prefeitura Municipal. Está vinculado diretamente ao titular da pasta de lotação e deve atuar sob orientação da Procuradoria-Geral do Município.
Diretor Financeiro I	Nível superior	Dirigir os processos financeiros, contábeis e fiscais de órgão público de grande porte e demanda; orientar, gerir e avaliar as licitações e contratações públicas do órgão; desenvolver e implementar projeções de receitas e despesas órgão público, garantindo que os gastos públicos estejam alinhados com as leis orçamentárias municipais e metas governamentais; dar suporte aos sistemas de controle

		interno municipais para prevenção de irregularidades; assegurar que todas as atividades financeiras estejam de acordo com as leis e regulamentos vigentes; acompanhar mudanças na legislação fiscal e financeira e ajustar as práticas do órgão conforme necessários; assegurar que os compromissos financeiros sejam cumpridos de forma responsável.
Agente de Contratação e Pregoeiro	Nível superior	Coordenar todo o processo licitatório; com o apoio do setor responsável pela elaboração do edital, receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao documento; no caso de pregão eletrônico, conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os critérios do edital; conduzir os lances; verificar e julgar a habilitação dos participantes; receber, examinar, decidir e encaminhar os recursos à autoridade competente; indicar o vencedor da licitação; adjudicar o objeto; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; encaminhar o processo à autoridade superior e propor a homologação.
Diretor de Engenharia I	Graduação em Engenharia ou Arquitetura com inscrição no CREA ou CAU.	Responsável pela elaboração de planejamento estratégico de projetos complexos, que exijam conhecimentos especializados em áreas da engenharia e pela execução de projetos aprovados, bem como gestor, organizador,

		controlador e coordenador de equipes.
Diretor de Processamento de Folha	Nível médio	Responsável por toda a rotina de folha de pagamento, realizando cálculos de folha, encargos e obrigações acessórias, além de homologação de rescisões, admissões, atendimentos e apoio a fiscalizações e auditorias.
Assessor Especial II	Nível médio	Prestar assessoria a agentes administrativos, auxiliando-os nos assuntos administrativos do órgão que estiver lotado.
Diretor de Engenharia II	Graduação em Engenharia ou Arquitetura com inscrição no CREA ou CAU.	Responsável pela elaboração planejamento estratégico de projetos de média e baixa complexidade e pela execução de projetos aprovados, bem como coordenador de equipes setoriais.
Diretor Financeiro II	Nível superior	Dirigir os processos financeiros, contábeis e fiscais de órgão público de médio e pequeno porte; orientar, gerir e avaliar as licitações e contradições públicas do órgão público, garantindo que os gastos públicos estejam alinhados com as leis orçamentárias municipais e metas governamentais; dar suporte aos sistemas de controle interno municipais e metas governamentais; dar suporte aos sistemas de controle interno municipais para prevenção de irregularidades; assegurar que todas as atividades financeiras estejam de acordo com as leis e regulamentos vigentes;

		acompanhar mudanças na legislação fiscal e financeira e ajustar as práticas do órgão conforme necessários; assegurar que os compromissos financeiros sejam cumpridos de forma responsável.
Diretor de Departamento	Nível médio	Responsável pela direção de órgão administrativo de alta complexidade, competindo-lhe a execução das funções do respectivo órgão.
Assessor Técnico I	Nível superior	Assessorar tecnicamente na elaboração de projetos e relatórios de planejamento de alta complexidade; prestar assessoria e consultoria interna; emitir parecer e informações no que for relativo à sua competência.
Gerente Executivo	Nível médio	Responsável pela direção de órgão administrativo de média complexidade, competindo-lhe a execução das funções do respectivo órgão.
Diretor de Unidade I	Nível médio	Responsável pela direção de uma unidade administrativa de grande porte e alta demanda, competindo-lhe as funções administrativas da respectiva unidade.
Assessor Especial III	Nível médio	Prestar assessoria administrativa de menor complexidade, auxiliando-o seus superiores na resolução dos assuntos administrativos do órgão que estiver lotado.
Assistente Jurídico	Graduado em Direto com inscrição na OAB	Responsável pela assistência jurídica a órgão da Prefeitura Municipal, auxiliando-os na elaboração de minutas e de outros administrativos. Deve atuar sob orientação da Procuradoria-Geral do Município.

Diretor de Unidade II	Nível médio	Responsável pela direção de uma unidade administrativa de grande porte e de demanda mediana, competindo-lhe funções administrativas da respectiva unidade.
Chefe de Gabinete	Nível médio	Coordenar os trabalhos e gerenciar os expedientes, prestar assessoramento imediato ao titular do gabinete a que estiver vinculado; gerenciar diariamente as atividades concernentes às áreas administrativas; coordenar ações de apoio direito e imediato ao gestor correspondente, de acordo com as necessidades de natureza protocolar, institucional e demais assuntos relacionados à administração pública municipal; tomar providências e gerenciar as atividades relacionadas ao gabinete e prestar assessoramento direto em eventos específicos e também nos deslocamentos normais e rotineiros; controlar a pauta de audiência, despachos e eventos onde haja participação do titular da unidade administrativa; coordenar, em harmonia com o cerimonial, a recepção de autoridades e as tarefas protocolares; facilitar e atuar na articulação do gabinete ao qual estiver vinculado, com os demais órgãos e entidades da Administração Indireta do Município; demais atribuições que lhe forem destacadas pelo dirigente da

		pasta-fim.
Coordenador	Nível médio	Responsável pela coordenação de equipes ou atividades especificas, desenvolvidas no âmbito das Secretarias Municipais.
Diretor de Unidade III	Nível médio	Responsável pela direção de uma unidade administrativa de porte mediano e alta demanda, competindo-lhe as funções administrativas da respectiva unidade.
Assessor Técnico II	Nível superior	Assessorar tecnicamente na elaboração de projetos e relatórios de baixa complexidade, prestando assessoria e consultoria nas ações que for de sua competência.
Assessor de Comunicação	Nível médio	Assessorar na elaboração e monitoramento do planejamento de marketing do Município (publicidade e propaganda), marketing de relacionamento com os demais poderes, órgãos e entidades públicas e privadas, além da imprensa e das mídias sociais.
Diretor de Unidade IV	Nível médio	Responsável pela direção de uma unidade administrativa de porte e demanda medianos, competindo-lhe as funções administrativas da respectiva unidade.
Diretor de Unidade V	Nível médio	Responsável pela direção de uma unidade administrativa de porte mediano e baixa demanda, competindo-lhe as funções administrativas da respectiva unidade.
Diretor de Unidade VI	Nível médio	Responsável pela direção de uma unidade administrativa de pequeno porte e baixa demanda, competindo-lhe as funções administrativas da respectiva unidade.

Assessor Executivo	Nível médio	Auxiliar os coordenadores no planejamento de ações e projetos na unidade administrativa que estiver lotado, bem como desenvolver outras atividades que lhe for delegada.
Função Gratificada 1	Ocupante de cargo público de provimento efetivo	Destinada à função de direção, chefia, assessoramento e assessoramento institucional dentro da alta Administração Pública.
Função Gratificada 2	Ocupante de cargo público de provimento efetivo	Destinada à função de direção, chefia, assessoramento e secretariado, a serem exercidos em órgão de alta complexidade.
Função Gratificada 3	Ocupante de cargo público de provimento efetivo	Destinada à função de direção, chefia, assessoramento e secretariado, a serem exercidos em órgão de média complexidade.
Função Gratificada 4	Ocupante de cargo público de provimento efetivo	Destinada à função de direção, chefia, assessoramento e secretariado, a serem exercidos em órgão de baixa complexidade

LEI Nº 4.306, DE 08 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual do Município de Mossoró para o exercício de 2027 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas as Diretrizes Orçamentárias do Município de Mossoró para o exercício de 2027, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, no art. 148 da Lei Orgânica Municipal e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, compreendendo:

I – as prioridades e metas da administração pública municipal;

II - a organização e a estrutura do orçamento;

III - as diretrizes gerais para a elaboração e execução do orçamento do Município de Mossoró e suas alterações;

IV - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;

V - as disposições relativas à dívida pública municipal;

VI - as disposições relativas à legislação tributária do município;

VII - as disposições gerais e finais.

CAPÍTULO II
DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º O Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais de que trata o art. 4º, §§ 1º a 3º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estão definidos, respectivamente, nos Anexos I a III desta Lei.

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2027, consoante objetivos e diretrizes estabelecidos na Lei nº 4.243, de 11 de novembro de 2025, Lei que instituiu o Plano Plurianual 2026/2029, correspondem às previstas no Anexo de prioridades desta Lei.

Art. 4º As metas fiscais para o exercício financeiro de 2027 serão estabelecidas por meio de metas anuais, expressas em valores correntes e constantes, contemplando as estimativas de receitas, despesas, resultados primário e nominal, bem como o montante

da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois subsequentes, nos termos do Anexo de Metas Fiscais, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 1º Na hipótese de alteração nas projeções das receitas e despesas primárias, as metas fiscais previstas nesta Lei poderão ser revistas quando do encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2027, desde que devidamente justificadas.

§ 2º As metas fiscais também poderão ser revistas em decorrência de eventos supervenientes que afetem de forma significativa a execução orçamentária, tais como calamidade pública, decisões judiciais relevantes, mudanças substanciais no cenário macroeconômico ou outras situações excepcionais devidamente fundamentadas.

CAPÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DO ORÇAMENTO

Seção I
Disposições Gerais

Art. 5º O Projeto de Lei Orçamentária para o ano de 2027 será elaborado em conformidade com as diretrizes, objetivos e programas estabelecidos no Plano Plurianual 2026-2029 – PPA, nos termos do art. 8º daquele instrumento, e de acordo com as seguintes orientações, organizadas segundo os eixos estratégicos do PPA:

I – Desenvolvimento Humano, Equidade Social e Bem-Estar: inclusão social, garantia de acesso a oportunidades para toda a sociedade e prestação de serviços públicos com eficiência e qualidade, com atenção prioritária às agendas transversais de crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e meio ambiente;

II – Desenvolvimento Territorial Sustentável e Infraestrutura: promoção do desenvolvimento sustentável, articulação, cooperação e parceria com a União, com o Estado do Rio Grande do Norte, com outros Municípios e com a iniciativa privada, visando a integração das políticas públicas e a otimização dos recursos;

III – Inovação, Cultura e Economia Criativa: ação planejada, descentralizada e transparente, mediante incentivo à participação da sociedade e valorização da inovação como vetor de desenvolvimento local;

IV – Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda: observância às diretrizes estratégicas da administração municipal, com foco na responsabilidade na gestão fiscal e na promoção do desenvolvimento econômico sustentável;

V – Governança Democrática e Participação Cidadã: participação cidadã e controle social, por meio da disponibilização de instrumentos que assegurem ao cidadão sua participação em consonância com os arts. 3º e 10 do PPA 2026-2029;

VI – Segurança, Direitos e Convivência Social: garantia dos direitos fundamentais e da convivência social, com ações voltadas à proteção e à cidadania plena da população;

VII – Transformação Digital e Inovadora: modernização, eficiência e transparência na gestão pública, por meio do uso de tecnologia, da inovação nos processos administrativos e da disponibilização de serviços digitais ao cidadão.

Art. 6º Para efeito desta Lei e em consonância com as definições estabelecidas no art. 6º da Lei Municipal nº 4.243, de 11 de novembro de 2025, que institui o Plano Plurianual 2026-2029, entende-se por:

I – programa: instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

II – ação: operação da qual resulta um produto (bem ou serviço) que contribui para atender ao objetivo de um programa, podendo ser classificada como atividade, projeto ou operação especial, conforme suas características;

III – atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

IV – projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

V – operação especial: despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta produto nem contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

VI – unidade orçamentária: órgão ou entidade da administração direta, inclusive fundos especiais, ou da administração indireta, em cujo nome a Lei Orçamentária ou crédito adicional consigna dotações;

VII – unidade gestora: unidade orçamentária ou administrativa investida do poder de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios ou sob descentralização;

VIII – subtítulo: menor nível da categoria de programação, classificado em subatividade ou subprojeto, utilizado exclusivamente para especificar e localizar o objeto do gasto;

IX – público-alvo: conjunto de cidadãos ou grupos sociais a quem se destinam os programas e ações governamentais;

X – indicador: medida quantitativa ou qualitativa que permite avaliar o alcance dos objetivos dos programas ao longo do tempo;

XI – meta: parâmetro que expressa o resultado esperado de cada indicador em determinado período, servindo de referência para o acompanhamento da execução orçamentária e para a avaliação de desempenho dos programas;

XII – diretriz: orientação geral que norteia os programas e ações do Plano

Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, assegurando a coerência entre os instrumentos de planejamento;

XIII – agenda transversal: atributo que encaminha problemas complexos de políticas públicas, contemplando públicos-alvo ou temas específicos que demandam abordagem multidimensional e integrada, com destaque para as agendas de crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e meio ambiente e sustentabilidade, nos termos do art. 9º do Plano Plurianual 2026-2029.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores, metas e indicadores, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação de governo.

§ 2º As ações orçamentárias do tipo projeto e atividade deverão, sempre que possível, indicar produto (bem ou serviço), unidade de medida, meta fiscal e dotação.

§ 3º Cada ação orçamentária identificará o seu programa, a função, a subfunção, a unidade orçamentária, o órgão orçamentário e a esfera orçamentária aos quais se vincula.

§ 4º As definições constantes deste artigo aplicam-se à elaboração, execução, controle e avaliação da Lei Orçamentária Anual de 2027, devendo ser observadas por todos os órgãos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social do Município de Mossoró.

Art. 7º Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes Executivo e Legislativo, dos seus órgãos e fundos instituídos e mantidos pela administração pública municipal direta e indireta.

Art. 8º O projeto de Lei Orçamentária Anual de 2027 será composto de

I - Mensagem do Chefe do Poder Executivo;

II - Texto de Lei;

III - Quadros Orçamentários Consolidados dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social:

a) Demonstração da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas;

b) Receitas Segundo as Categorias Econômicas;

c) Despesas Segundo as Categorias Econômicas;

d) Programa de Trabalho;

e) Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades;

f) Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o vínculo com os recursos;

g) Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;

h) Sumário Geral Consolidado da Receita por Fonte e da Despesa por Função de Governo;

i) Demonstrativo da Despesa Pelas Funções Segundo a Categoria Econômica;

j) Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica Segundo a Função;

k) Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD;

l) Relação de Valores LOA por Fonte de Recursos.

IV - Demonstrativo da Programação referente à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, de forma a caracterizar o cumprimento do art. 212 da Constituição Federal;

V - Demonstrativo dos Recursos destinados à saúde, obedecendo ao disposto no art. 198, §§ 2º e 3º, da Constituição Federal, no art. 167, § 2º da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

VI - Relação das ações orçamentárias.

Parágrafo único. As classificações orçamentárias referentes às categorias econômicas, aos grupos de despesas, às modalidades de aplicação, às esferas e às naturezas da receita e da despesa, obedecerão à classificação definida por ato do órgão federal competente.

Art. 9º Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos, o identificador de uso, o identificador de resultado primário e os grupos de despesa.

Art. 10 Cada ação constará somente de uma unidade orçamentária e de um programa.

Parágrafo único. Os programas poderão englobar mais de um projeto, atividade ou operação especial e poderão abranger mais de uma unidade orçamentária.

Seção II
Das Diretrizes Específicas para a Câmara Municipal

Art. 11 Para efeito de elaboração de sua proposta orçamentária para o exercício de 2027, o total da despesa do Poder Legislativo municipal será de até 5% (cinco por cento) relativo ao somatório da receita tributária, da Contribuição para Iluminação Pública - CIP,

da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE e das transferências previstas no art. 153, § 5º, inciso II, e nos arts. 158 e 159, da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício de 2026.

§ 1º Para os fins desta Lei, entende-se por receita tributária o somatório dos seguintes tributos:

I - impostos;

II - taxas;

III - receita da Dívida Ativa de impostos (principal, juros e multas);

IV - receita de multas e juros de mora sobre atraso de impostos em Dívida Ativa.

§ 2º Para os fins desta Lei, entende-se por transferências o somatório das seguintes receitas:

I - Fundo de Participação dos Municípios - FPM;

II - Imposto sobre Propriedade Territorial Rural - ITR;

III - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS;

IV - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA;

V - Imposto sobre Produto Industrializado - IPI;

VI - ICMS desoneração, previsto na Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 - Lei Kandir.

§ 3º Todos os valores que compõem a base de cálculo para o repasse ao Poder Legislativo serão tomados à razão de seu valor bruto.

§ 4º Ficam estipulados ainda os seguintes limites para elaboração da proposta orçamentária da Câmara Municipal:

I - o total da despesa do Poder Legislativo municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar 5% (cinco por cento) do somatório das receitas a que alude o art. 29-A, inciso III da Constituição Federal, efetivamente realizada no exercício de 2026;

II - a Câmara Municipal não gastará mais de 70% (setenta por cento) de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores, nos termos do art. 29-A, § 1º da Constituição Federal;

III - para os fins do disposto no **caput** do art. 169 da Constituição Federal e na

alínea "a" do inciso III, do art. 20, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a despesa total com pessoal não poderá exceder 6% (seis por cento) da receita corrente líquida.

§ 5º Ao final de cada exercício o saldo financeiro decorrente dos recursos calculados na forma do inciso III, do art. 29-A, da Constituição Federal, deverá obedecer ao disposto no § 2º, do art. 168, da Constituição Federal.

§ 6º No cálculo dos limites a que se refere o inciso I do § 4º, deste artigo, observar-se-ão as disposições que regerem a matéria na Constituição Federal, ficando o Poder Executivo autorizado a, após comunicação formal ao Poder Legislativo, proceder a eventuais ajustes.

Art. 12 Para efeito do disposto no art. 8º desta Lei, o Poder Legislativo encaminhará à Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças (SEPLAN), até 10 de julho de 2026, sua proposta orçamentária, observados os parâmetros e as diretrizes estabelecidos nesta Lei, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária.

Parágrafo único. Caso não seja atendido o disposto no caput deste artigo, a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças (SEPLAN), formulará proposta para fins de composição dos valores previstos na Lei Orçamentária Anual de 2027, observando a estimativa da receita e o limite total da despesa.

CAPÍTULO IV
DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I
Das Diretrizes Gerais e do Orçamento Fiscal

Art. 13 A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária Anual de 2027 deverão ser realizadas de forma a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se os princípios da publicidade, da eficiência, da economicidade e da efetividade, garantindo o acesso da sociedade às informações relativas a todas as suas etapas, bem como a obtenção dos resultados previstos nos anexos de metas fiscais, de riscos fiscais e de avaliação atuarial da Previdência Municipal, em consonância com os objetivos e programas estabelecidos no Plano Plurianual 2026-2029, instituído pela Lei Municipal nº 4.243, de 11 de novembro de 2025.

Parágrafo único. Serão disponibilizados à população, por meio do endereço eletrônico oficial da Prefeitura de Mossoró, os instrumentos de transparência da gestão fiscal tratados nos arts. 48 e 48-A da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, bem como os relatórios de monitoramento, avaliação e resultados do Plano Plurianual 2026-2029, elaborados sob coordenação da SEPLAN, em conformidade com o art. 11 da Lei Municipal nº 4.243, de 2025.

Art. 14 A alocação dos recursos na Lei Orçamentária de 2027 deverá observar as diretrizes estabelecidas nesta Lei, de forma a possibilitar o controle de custos das ações

governamentais e a avaliação dos resultados dos programas de governo, em conformidade com o disposto na alínea "e" do inciso I do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Parágrafo único. Os anexos de metas fiscais de que trata o caput deste artigo e o art. 2º, desta Lei, poderão ser alterados sempre que se fizerem necessárias revisões, atualizações ou inclusões de novas metas.

Art. 15 Os valores indicados no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2027 serão fixados conforme orientação contida no art. 12 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Parágrafo único. Os valores da expectativa das receitas e da fixação das despesas apresentados no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2027, poderão ser atualizados pelo Poder Executivo em decorrência de mudanças conjunturais que incidam sobre o(s) indicador(es) da base de cálculo, procedimento que deverá ser devidamente justificado, conforme a legislação vigente.

Art. 16 Não poderão ser fixadas despesas nem apresentadas emendas ao projeto de Lei Orçamentária Anual de 2027 sem que estejam definidas as correspondentes fontes e origens de recursos, observado o disposto no art. 166, § 3º da Constituição Federal, no art. 149 § 2º da Lei Orgânica Municipal, no art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e no art. 33 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 17 É vedado consignar na Lei Orçamentária Anual de 2027 ação orçamentária com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

Art. 18 No Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2027 somente serão incluídos os fundos que tiverem sido instituídos e regulamentados até a data de 15 de junho de 2026.

Art. 19 A programação de investimentos para 2027, nos orçamentos fiscal e da seguridade social, observará os eixos estratégicos, os programas, os objetivos e as metas estabelecidos no Plano Plurianual 2026-2029, instituído pela Lei Municipal nº 4.243, de 11 de novembro de 2025, priorizando as áreas de maior relevância social e econômica, nos termos do art. 3º daquele instrumento.

Parágrafo único. Os investimentos plurianuais serão compatibilizados com os montantes indicativos constantes dos Anexos do Plano Plurianual 2026-2029, em conformidade com o art. 16 da Lei Municipal nº 4.243, de 2025, cabendo à Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças – SEPLAN assegurar essa compatibilização na consolidação do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2027.

Art. 20 As receitas próprias dos órgãos, fundos, fundações, autarquias e sociedades de economia mista instituídas e mantidas pelo Poder Público somente poderão ser programadas para cobrir despesas com investimentos se atenderem, prioritária e integralmente, suas necessidades de custeio administrativo e operacional, incluindo pessoal e encargos sociais, além do pagamento de juros, encargos e amortização de dívidas e a contrapartida de convênios e operações de crédito.

Parágrafo único. Terão prioridade no atendimento das despesas com investimento de que trata o caput deste artigo, as contrapartidas de convênios e a

amortização de operações de créditos.

Art. 21 A Lei Orçamentária Anual de 2027 conterá dispositivo indicando que o Município de Mossoró aplicará não menos de:

I - 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação dos recursos a que se referem os arts. 156, 158 e alínea "b", do inciso I, e § 3º, do art. 159, da Constituição Federal, em ações e serviços públicos de saúde, na forma da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

II - 30% (trinta por cento) das receitas dos impostos, compreendidas as provenientes de transferências, na manutenção e no desenvolvimento do ensino fundamental e da educação infantil, na forma do art. 212 da Constituição Federal c/c a Lei Municipal nº 2.717, de 27 de dezembro de 2010 - Lei de Responsabilidade Educacional Niná Rebouças.

Parágrafo único. Havendo inovação da ordem constitucional ou infraconstitucional quanto à aplicação de recursos em ações e serviços públicos de saúde e/ou de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e da educação infantil, o Poder Executivo adotará as providências necessárias quanto à reprogramação orçamentária e financeira.

Art. 22 É vedada a destinação de recursos do Orçamento Geral do Município para entidades de previdência complementar, pública ou privada, sem lei municipal autorizativa.

Art. 23 É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária Anual de 2027 e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos de atividades e natureza continuada, que preencham as seguintes condições:

I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, cultura ou educação e estejam registradas no respectivo Conselho Municipal ou Estadual ou Nacional;

II - atendam ao disposto no art. 204 da Constituição Federal, no art. 61 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, bem como na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

§ 1° Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar:

I - comprovação de funcionamento regular há, pelo menos, dois anos;

II - comprovação de projetos e/ou atividades executadas nos últimos dois anos;

III - comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

IV - e as exigências contidas na Lei Complementar Municipal nº 192, de 12 de junho de 2023.

§ 2º A inclusão de subvenções sociais na Lei Orçamentária Anual de 2027 e o processamento para geração da despesa respectiva, observarão o disposto nas normas do Tribunal de Contas do Estado e na Lei nº 1.257, de 30 de dezembro de 1998.

Art. 24 As subvenções sociais destinadas às entidades privadas sem fins lucrativos, com atividades de natureza de assistência social, médica, educacional e cultural terão suas dotações indicadas no Projeto de Lei Orçamentária das Unidades Orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social de Mossoró ou Secretaria Municipal de Assistência, Fundo Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Educação, respectivamente.

Parágrafo único. Quando as subvenções sociais de que trata este artigo forem decorrentes de transferência de recursos externos, de outros entes da federação ou de entidades da iniciativa privada, observar-se-ão as normas adotadas pelo órgão ou entidade transferidora.

Art. 25 As dotações, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de auxílios ou contribuições, serão permitidas para realização de parcerias entre administração pública e organizações da sociedade civil, nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e do Decreto nº 5.086, de 27 de junho de 2017, para realização ou apoio de ações com:

I - consórcios públicos, constituídos na forma da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005;

II - pessoas jurídicas qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, de acordo com a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999;

III - cadastradas no Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, que desenvolvam ações e projetos de promoção, defesa e priorização dos direitos das crianças e adolescentes, nos termos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

§ 1º Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão, ainda, de:

I - identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio;

II - registro das entidades beneficiárias nos conselhos ou cadastro específico municipal de acordo com sua área temática, seja saúde, educação, assistência social, criança e adolescente, meio ambiente entre outros;

III - tenham as entidades beneficiárias comprovação de funcionamento regular há, pelo menos, dois anos.

§ 2º A realização de transferência voluntária ou realização de ações no âmbito de programas de desenvolvimento econômico observará exclusivamente o disposto na Lei Municipal nº 1.502, de 31 de dezembro de 2000 - Lei que cria o Programa de Desenvolvimento Econômico, Integrado e Sustentável (Prodem).

Art. 26 Lei municipal específica poderá regulamentar as transferências de recursos

para o setor privado, para os fins do caput do art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 27 As ações relativas às prioridades estabelecidas nesta Lei obedecerão à classificação funcional programática e serão descritas no orçamento em nível de função, subfunção e programa, com desdobramentos em projetos, atividades ou operações especiais, indicando os respectivos elementos de despesa e fontes.

Art. 28 Os empréstimos, financiamentos e refinanciamentos, com recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, observarão as disposições específicas em lei, além das estipuladas na Lei Orçamentária Anual de 2027, se necessário.

Art. 29 A Lei Orçamentária Anual de 2027 conterá reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, em montante correspondente a 2% (dois por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 1º A reserva de contingência poderá ser utilizada, na forma da Lei Orçamentária Anual, como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, observada a legislação aplicável e demonstrada a insuficiência de dotação específica.

§ 2º Os valores correspondentes às emendas parlamentares individuais que, por impedimento técnico ou por não execução integral no exercício, não tiverem utilização definitiva poderão ser revertidos à reserva de contingência, na forma da legislação aplicável.

Art. 30 As emendas individuais ao Projeto de Lei Orçamentária de 2027 serão aprovadas no limite de 1,2% (um vírgula dois por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo conforme disposição do art. 148- A da Lei Orgânica Municipal.

§1º Fica assegurada a execução orçamentária e financeira, de forma isonômica e impositiva, da programação incluída na Lei Orçamentária Anual por emendas parlamentares, em montante correspondente a 1,2% (um vírgula dois por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior.

§2º Se for verificado que a reestimativa da receita e da despesa poderá resultar no não cumprimento da meta de resultado fiscal estabelecida nesta Lei de Diretrizes Orçamentárias, a execução orçamentária do montante previsto neste artigo poderá ser reduzida na mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das demais despesas discricionárias.

§ 3º Não sendo os recursos de que trata este artigo empenhados até 30 de outubro de 2027, estes ficarão disponíveis para a utilização de abertura de créditos adicionais e/ou reforço de dotações já existentes.

§ 4º As programações orçamentárias das emendas parlamentares individuais não serão de execução obrigatória nos casos dos impedimentos de ordem técnica, conforme o art. 5º da Lei Complementar Municipal nº 192, de 12 de junho de 2023.

§ 5º As emendas impositivas deverão, no mínimo, no percentual de 50% (cinquenta por cento) serem destinadas para utilização em ações e serviços públicos de saúde, 20% (vinte por

cento) na assistência social e 20% (vinte por cento) na manutenção e no desenvolvimento do ensino fundamental e da educação infantil, nos termos do art. 2º da Lei Complementar Municipal nº 192, de 12 de junho de 2023.

§ 6º É vedada a indicação de emenda impositiva para o custeio de despesa de outros entes da Federação.

§ 7º É vedada a indicação de emendas impositivas a ações que não estejam contempladas na relação de ações orçamentárias constantes no quadro a ser encaminhado juntamente com o Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Seção II
Das Alterações nos Orçamentos

Art. 31 São créditos adicionais as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária Anual de 2027, classificando-se em suplementares, especiais e extraordinários, nos termos do art. 41 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

§1º O decreto de abertura de crédito suplementar ou especial indicará a importância, a espécie, a fonte de recurso e a classificação da despesa, observado o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária Anual de 2027.

§2º Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento da Lei Orçamentária Anual de 2027, acompanhados de exposição de motivos circunstanciada que os justifique e indique as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, dos projetos ou das operações especiais e dos respectivos elementos de despesa.

§ 3º Nos casos de créditos adicionais especiais abertos à conta de recursos de excesso de arrecadação, a exposição de motivos conterá a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação prevista na alínea "h", inciso III do art. 8º desta Lei, observado o disposto no § 3º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

§ 4º Serão abertos créditos adicionais especiais para incorporar recursos de transferências voluntárias de outros entes da Federação, de organismos estrangeiros ou de pessoas físicas ou jurídicas, quando a destinação implicar a criação de nova dotação orçamentária e os respectivos atos transferidores forem subscritos ou realizados durante o exercício de 2027.

§ 5º Não será admitido aumento do valor global dos projetos de lei de orçamento e de créditos adicionais, sem a observância ao disposto no parágrafo único do art. 57 c/c § 2°, do art. 149, da Lei Orgânica do Município.

§ 6° As alterações decorrentes da abertura ou reabertura de créditos adicionais obedecerão à classificação orçamentária vigente e serão integradas aos Quadros de Detalhamento de Despesas por decreto do Poder Executivo.

Art. 32 A transposição, o remanejamento e a transferência de recursos orçamentários entre categorias de programação ou entre órgãos, previstos no art. 167, inciso VI, da Constituição Federal, ficam sujeitos à autorização legislativa, nos termos e limites estabelecidos nesta Lei e na Lei Orçamentária Anual de 2027.

Parágrafo único. As operações autorizadas neste artigo serão realizadas por decreto do Poder Executivo, mediante solicitação fundamentada do órgão interessado encaminhada à Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Finanças – SEPLAN.

Art. 33 O Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2027 conterá autorização para:

I – abertura de créditos adicionais suplementares por anulação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do total da despesa fixada para os Poderes Legislativo e Executivo, mediante anulação parcial ou total de dotações, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II – realização de transposições, remanejamentos e transferências de recursos entre categorias de programação ou entre órgãos, observado o limite previsto no inciso I deste artigo e o disposto no art. 167, inciso VI, da Constituição Federal.

§ 1º Para fins de apuração do limite previsto neste artigo, considerar-se-á a despesa originalmente fixada na Lei Orçamentária Anual de 2027, vedada a sua ampliação em razão de atualização do orçamento, reestimativa de receita, excesso de arrecadação, superávit financeiro ou quaisquer outras variações ocorridas ao longo do exercício.

§ 2º A abertura de créditos suplementares e especiais à conta de excesso de arrecadação, superávit financeiro, reserva de contingência ou produto de operações de crédito somente poderão ocorrer mediante demonstração do lastro financeiro e observância das exigências constitucionais e legais aplicáveis, observando-se o previsto no art. 43, § 3º, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 34 A abertura de créditos adicionais e a realização de remanejamentos, transferências e transposições autorizados na Lei Orçamentária Anual de 2027 serão efetivadas por decreto, observado o disposto na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e nesta Lei.

§1º Os órgãos do Poder Executivo encaminharão à Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças – SEPLAN as respectivas solicitações, acompanhadas de exposição de motivos, indicação do fundamento legal, demonstrativo da fonte de recursos, memória de cálculo do lastro financeiro, indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações e minuta do ato correspondente.

§2º Cada ato de abertura de crédito adicional ou de remanejamento, transferência e transposição será autuado em processo administrativo próprio ou apartado, com a documentação comprobatória de sua legalidade, adequação orçamentária e suficiência da fonte de recursos.

§ 3º Os atos normativos autorizadores dos créditos adicionais, acompanhados de suas publicações e dos demonstrativos correspondentes, serão encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte no prazo previsto em sua

regulamentação.

Art. 35 Quando as alterações orçamentárias não implicarem em mudança de categoria econômica, estas poderão ser aprovadas por portaria do(a) Secretário(a) Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças (SEPLAN), sendo despesas do Poder Executivo, ou por Ato da Mesa da Câmara, quando despesas do Poder Legislativo, ficando, ainda, autorizados, por Portaria da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças, a realização dos seguintes ajustes, os quais integrarão o Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD:

I - alterações na codificação decimal para adequar as alterações de classificação realizadas por lei ou pelo Tribunal de Contas;

II - modificação de atributos de uma ação orçamentária para correção de erros materiais, desde que não implique mudança de sua natureza e finalidade;

III - modificação ou inclusão de elementos de despesas em uma ação orçamentária, sem que implique alteração do produto, do objetivo da ação orçamentária ou do grupo de natureza da despesa;

IV – alteração no detalhamento da fonte de recursos, desde que respeitadas as vinculações normativas.

Seção III
Das Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social

Art. 36 O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações e serviços públicos de saúde, de previdência e de assistência social e contará, dentre outros, com recursos provenientes:

I - repasse da contribuição patronal;

II - contribuições dos servidores públicos municipais;

III - do orçamento fiscal;

IV - das transferências constitucionais, legais ou voluntárias da União e do Estado;

V - das demais receitas diretamente arrecadadas pelos órgãos, fundos e entidades que integram, exclusivamente, esse orçamento, incluindo convênios, contratos, acordos e congêneres.

§ 1º Os recursos provenientes do orçamento fiscal só serão utilizados caso os recursos do orçamento da seguridade social não sejam suficientes.

§ 2º A destinação de recursos para atender a despesas de que trata o **caput** deste artigo obedecerá, sempre que possível, ao princípio da descentralização.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES INERENTES ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 37 As despesas com pessoal e encargos sociais dos Poderes Executivo e Legislativo serão fixadas observando-se o disposto nas normas constitucionais aplicáveis, na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e na legislação municipal em vigor.

Art. 38 No exercício de 2027, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, somente serão admitidos servidores se:

I - existirem cargos e/ou empregos públicos vacantes, observando-se o disposto no art. 39 desta Lei;

II - houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa;

III - for observado o disposto no art. 22 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 39 Para fins de atendimento ao disposto no inciso II, do § 1º, do art. 169 da Constituição Federal, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, na Administração Direta, Autárquica, Fundacional, de empresa pública e sociedade de economia mista dos Poderes do Município, observado o disposto no art. 37 da Constituição Federal e a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 40 No exercício de 2027, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver extrapolado 95% (noventa e cinco por cento) dos limites referidos no inciso III, do art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, exceto no caso previsto no § 3º, do art. 30 da Lei Orgânica Municipal, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário prevista no caput deste artigo, no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, será dada pelo ordenador de despesa, mediante as necessidades expressas dos órgãos municipais.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 41 Todas as despesas relativas à Dívida Pública do Município constarão na Lei Orçamentária de 2027.

§ 1º Serão destinados recursos para o atendimento de despesas com juros, outros encargos e amortização da dívida contratada, observado o disposto no § 5º do art.

50 desta Lei.

§ 2º Os recursos destinados a atender despesas com a dívida pública poderão ser utilizados, total ou parcialmente, como fonte de recursos de créditos suplementares, quando ficar evidenciada a impossibilidade ou tornar desnecessária a sua aplicação, no montante previsto na Lei Orçamentária Anual de 2027.

§ 3º Para fixação das despesas com serviços da dívida, devem ser consideradas as operações de crédito contratadas e as autorizações concedidas até 15 de junho de 2026.

§ 4º Os limites globais para os montantes da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária, bem como a realização ou contratação de operações de crédito interno ou externo, inclusive a concessão de garantias, obedecerão a legislação aplicável.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 42 A Lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária observará o disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e demais disposições legais aplicáveis.

Parágrafo único. São considerados incentivos ou benefícios de natureza tributária, para os fins do caput deste artigo, os gastos governamentais indiretos decorrentes do sistema tributário vigente que visam a atender objetivos econômicos e sociais, explicitados na norma que desonera o tributo, constituindo-se exceção ao sistema tributário de referência e que alcance, exclusivamente, determinado grupo de contribuintes, produzindo a redução da arrecadação potencial e, consequentemente, aumentando a disponibilidade econômica do contribuinte.

Art. 43 O Poder Executivo poderá encaminhar projetos de lei a fim de rever e atualizar a legislação tributária, objetivando a modernização e operacionalização fazendárias, inclusive quanto à administração tributária e financeira.

Art. 44 As receitas auferidas pelo Município terão as suas fontes revisadas e atualizadas, considerando os fatores conjunturais e sociais que possam influenciar a captação de recursos, observada a legislação tributária e financeira vigentes.

Art. 45 Fica o Poder Executivo autorizado a encaminhar projeto de lei que altere a estrutura e a cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, para adequá-lo ao facultado no inciso III do § 1º do art. 156, da Constituição Federal, ou tornar mais efetiva sua cobrança e arrecadação, bem como, adequar às previsões constantes na Lei Complementar nº 12, de 11 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Mossoró, ou outra lei que venha a substituí-la em razão de sua revisão.

Art. 46 Ocorrendo alterações na legislação tributária, em consequência de projeto de lei encaminhado à Câmara Municipal após 30 de agosto de 2027 e que impliquem acréscimos relativos à estimativa de receita constante do Projeto de Lei

Orçamentária para 2027, os recursos correspondentes servirão para abertura de créditos adicionais.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 47 No caso de o Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2027 não ser encaminhado à sanção até 31 de dezembro de 2026, a programação nele constante poderá ser executada da forma apresentada, à razão de 1/12 (um doze avos) por mês da Proposta Orçamentária Anual encaminhada à Câmara Municipal, até a sua efetiva publicação, conforme autoriza o art. 152 da Lei Orgânica do Município.

§ 1º Considerar-se-á antecipação de crédito, à conta da Lei Orçamentária Anual, a utilização de recursos autorizada no caput deste artigo.

§ 2º Os saldos negativos eventualmente apurados, em virtude de emendas apresentadas pela Câmara Municipal de Mossoró ao Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2027, e do procedimento previsto no caput deste artigo, serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual de 2027, mediante a abertura de créditos adicionais, ratificando-se os atos anteriormente executados.

§ 3º A limitação de que trata o **caput** deste artigo não se aplica ao atendimento de despesas com:

I - pessoal e encargos sociais;

II - pagamento de benefícios previdenciários;

III - pagamento do serviço da dívida do Município;

IV - projetos e atividades em execução no ano de 2026, financiados com recursos de operações de crédito, convênios e contrapartida do Município;

V - pagamentos de despesas decorrentes de sentenças judiciais;

VI - ações de saúde, segurança e educação;

VII - obras de melhoria do sistema viário do Município.

Art. 48 Caso o Quadro de Detalhamento de Despesas – QDD não seja publicado junto com os anexos previstos no art. 8º desta Lei, os Poderes o publicarão no prazo de até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual de 2027, por unidade orçamentária, especificando para cada categoria de programação a natureza de despesa por categoria econômica, grupo de despesa, modalidade de aplicação, elemento de despesa e fonte de recursos.

Parágrafo único. As alterações decorrentes da abertura ou reabertura de créditos adicionais que impliquem mudança de categoria econômica obedecerão à classificação

orçamentária vigente e serão integradas ao QDD por decreto do Poder Executivo.

Art. 49 Até sessenta dias após a sanção da Lei Orçamentária Anual de 2027, serão indicados e totalizados com os respectivos valores orçamentários, para cada órgão e entidade, ao nível de projetos/atividades, os saldos dos créditos orçamentários especiais e extraordinários autorizados nos últimos quatro meses do exercício de 2026 e reabertos na forma do disposto no § 2º do art. 157, da Lei Orgânica Municipal.

Art. 50 Caso seja necessária a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir a meta de resultado primário desta Lei, conforme determinado pelo art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, será fixado, separadamente, percentual de limitação por conjunto de categoria econômica e de grupo de natureza de despesa, calculado de forma proporcional à participação dos Poderes do Município no total das dotações constantes da Lei Orçamentária Anual de 2027, em cada um dos citados conjuntos, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução, especialmente aquelas previstas no § 3º deste artigo.

§1º Na hipótese da ocorrência do disposto no caput, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo, até o décimo quinto dia do mês subsequente ao final do bimestre, acompanhado dos parâmetros adotados e das estimativas de receitas e despesas, o montante que caberá a cada um na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§2º Os Poderes, com base na comunicação de que trata o § 1º deste artigo, publicarão ato específico até o final do mês subsequente ao encerramento do respectivo bimestre, estabelecendo os montantes disponíveis para empenho e movimentação financeira em cada um dos conjuntos de despesas mencionados no **caput** deste artigo.

§ 3º Não serão objetos de limitação de empenho as despesas relativas a:

I- pessoal e encargos sociais;

II - manutenção de ações e serviços de saúde, educação e assistência social;

III - convênios e contratos assumidos no âmbito de Programas Federais, Estaduais ou Internacionais;

IV - despesas obrigatórias de caráter continuado;

V - pagamento do serviço da dívida;

VI - precatórios e requisições de pequeno valor.

§ 4º Não se limitará o empenho na hipótese de calamidade pública, na forma do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 5º Em razão de áreas econômicas que impactem negativamente a arrecadação de tributos ou outras receitas, inclusive de transferências, capazes de comprometer a execução orçamentária da despesa, os Poderes Executivo e Legislativo promoverão o contingenciamento das respectivas dotações orçamentárias, a fim de permitir a execução dos programas de trabalho e das ações de governo compatíveis com a previsão ajustada da

receita, podendo cancelar ou sustar total ou parcialmente ações orçamentárias e respectivos empenhos e contratos deles decorrentes.

Art. 51 Para os fins do art. 16, § 3° da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, entende-se como despesas irrelevantes, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 52 Para efeito do disposto nos arts. 42 e 48-A da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000:

I - considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere;

II - no caso de despesas relativas a prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da Administração Pública, considera-se como compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado;

III - considera-se realizada ou executada a despesa pública no momento de sua liquidação.

Art. 53 Os Poderes estabelecerão até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual de 2027, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

Parágrafo único. Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, os cronogramas anuais de desembolso mensal do Poder Legislativo terão como referencial o repasse previsto no art. 168 da Constituição Federal, na forma de duodécimos.

Art. 54 A execução de despesas não previstas nos limites estabelecidos na forma do art. 38 desta Lei somente poderá ocorrer após a abertura de créditos adicionais.

Art. 55 São ordenadores de despesas, no âmbito do Poder Executivo, os Secretários Municipais, os titulares de órgãos equivalentes e os titulares dos órgãos da Administração Indireta.

§ 1º São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem a comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

§ 2º A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do caput deste artigo.

Art. 56 A Lei Orçamentária Anual de 2027 poderá conter dotações relativas a projetos a serem desenvolvidos por meio de consórcios públicos, regulados pela Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005.

Art. 57 A Lei Orçamentária Anual de 2027 poderá conter dotações relativas a

projetos a serem desenvolvidos por meio de parcerias público-privadas reguladas pela Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 e pela Lei nº 12.766, de 27 de dezembro de 2012.

Art. 58 A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no § 2º do art. 167 da Constituição Federal, será efetivada mediante decreto.

Art. 59 As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do órgão concedente, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos e deles prestarão contas na forma da lei, de resoluções do Tribunal de Contas e do termo de parceria ou convênio.

Art. 60 A prestação de contas do Município e a remessa dos instrumentos de planejamento, dos atos de alterações orçamentárias, dos relatórios fiscais e dos demais documentos exigidos por lei ou por resolução do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte observarão rigorosamente a forma e os prazos previstos na legislação aplicável.

§ 1º O Poder Executivo providenciará o encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei Orçamentária Anual, de suas alterações e dos respectivos anexos no prazo regulamentar contado de sua publicação.

§ 2º Os atos normativos autorizadores dos créditos adicionais e seus demonstrativos serão igualmente remetidos ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte no prazo regulamentar contado de sua publicação.

§ 3º A Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças – SEPLAN, a Controladoria-Geral do Município e os demais órgãos responsáveis pela execução orçamentária adotarão rotinas de conferência prévia dos anexos, demonstrativos e arquivos eletrônicos a serem transmitidos, com vistas à integridade, consistência e tempestividade das informações.

Art. 61 As demonstrações contábeis, fiscais e orçamentárias do exercício de 2027 deverão ser elaboradas e transmitidas com observância do princípio da evidenciação, assegurando-se consistência entre os demonstrativos, os arquivos eletrônicos encaminhados e os registros contábeis que lhes dão suporte.

Parágrafo único. Os ajustes decorrentes de omissões, erros de registros de exercícios anteriores, mudanças de critérios contábeis ou utilização de superávit financeiro como fonte para abertura de créditos adicionais deverão ser evidenciados em notas explicativas e demais demonstrativos exigidos pela legislação aplicável.

Art. 62 A inclusão de recursos na Lei Orçamentária Anual de 2027 para o pagamento de precatórios, previstos no art. 100 da Constituição Federal, será realizada nos termos das previsões constitucionais e legais aplicáveis à matéria.

Parágrafo único. A dotação para cobertura de despesas com precatórios e requisições de pequeno valor será consignada pela Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças (SEPLAN).

Art. 63 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mossoró-RN, 08 de julho de 2026

MARCOS ANTONIO BEZERRA DE MEDEIROS:02274977402

Assinado digitalmente por MARCOS ANTONIO BEZERRA DE MEDEIROS: 02274977402
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=53113418000171, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=videoconferencia, CN=MARCOS ANTONIO BEZERRA DE MEDEIROS: 02274977402
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.07.08 16:04:03-03'00'
Foxit Reader Versão: 10.1.4

MARCOS ANTONIO BEZERRA DE MEDEIROS
PREFEITO DE MOSSORÓ

MUNICÍPIO DE MOSSORÓ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS ANUAIS

2027

R$ 1,00

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	2027				2028				2029			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) X 100	% RCL (a/RCL) X 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) X 100	% RCL (b/RCL) X 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) X 100	% RCL (c/RCL) X 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	1.560.411.000,00	1.544.380.332,16	1,530	126,990	1.615.337.000,00	1.598.789.528,39	1,590	131,460	1.671.874.000,00	1.654.746.975,77	1,640	136,060
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	1.512.559.000,00	1.497.019.933,10	1,490	123,090	1.565.801.000,00	1.549.760.973,93	1,540	127,430	1.620.605.000,00	1.604.003.174,12	1,590	131,890
Receitas Primárias Correntes	1.500.205.000,00	1.484.792.850,22	1,470	122,090	1.553.012.000,00	1.537.102.984,12	1,530	126,390	1.607.368.000,00	1.590.902.162,62	1,580	130,810
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	401.000.000,00	396.880.381,64	0,390	32,630	415.115.000,00	410.862.572,38	0,410	33,780	429.644.000,00	425.242.737,67	0,420	34,960
Transferências Correntes	1.051.000.000,00	1.040.202.696,02	1,030	85,530	1.087.995.000,00	1.076.849.606,57	1,070	88,540	1.126.075.000,00	1.114.539.516,01	1,110	91,640
Demais Receitas Primárias Correntes	48.205.000,00	47.709.772,56	0,050	3,920	49.902.000,00	49.390.805,17	0,050	4,060	51.649.000,00	51.119.908,94	0,050	4,200
Receitas Primárias de Capital	12.354.000,00	12.227.082,88	0,010	1,010	12.789.000,00	12.657.989,81	0,010	1,040	13.237.000,00	13.101.011,50	0,010	1,080
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	1.560.411.000,00	1.544.380.332,15	1,530	126,990	1.615.336.113,60	1.598.789.294,35	1,590	131,460	1.671.873.386,39	1.654.747.096,10	1,640	136,060
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	1.511.711.000,00	1.496.180.644,90	1,490	123,020	1.535.276.246,40	1.519.549.558,42	1,510	124,940	1.589.029.740,02	1.572.752.097,96	1,560	129,320
Despesas Primárias Correntes	1.320.997.000,00	1.307.425.918,96	1,300	107,500	1.337.850.000,00	1.324.145.098,23	1,310	108,880	1.384.674.750,00	1.370.490.476,67	1,360	112,690
Pessoal e Encargos Sociais	610.997.000,00	604.720.006,33	0,600	49,720	603.000.000,00	596.822.883,16	0,590	49,070	624.105.000,00	617.711.984,07	0,610	50,790
Outras Despesas Correntes	710.000.000,00	702.705.912,63	0,700	57,780	734.850.000,00	727.322.215,07	0,720	59,800	760.569.750,00	752.778.492,60	0,750	61,900
Despesas Primárias de Capital	101.257.000,00	100.216.750,13	0,100	8,240	104.821.246,40	103.747.460,19	0,100	8,530	108.489.990,02	107.378.621,29	0,110	8,830
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	89.457.000,00	88.537.975,81	0,090	7,280	92.605.000,00	91.657.000,00	0,090	7,540	95.865.000,00	94.883.000,00	0,090	7,800
Receita Total (COM FONTES RPPS)	138.589.000,00	137.165.224,96	0,140	11,280	134.794.000,00	133.413.173,65	0,130	10,970	139.512.000,00	138.082.842,58	0,140	11,350
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	138.589.000,00	137.165.224,96	0,140	11,280	134.794.000,00	133.413.173,65	0,130	10,970	139.512.000,00	138.082.842,58	0,140	11,350
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	138.589.000,00	137.165.224,96	0,140	11,280	134.794.000,00	133.413.173,65	0,130	10,970	139.512.000,00	138.082.842,58	0,140	11,350
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	138.589.000,00	137.165.224,96	0,140	11,280	134.794.000,00	133.413.173,65	0,130	10,970	139.512.000,00	138.082.842,58	0,140	11,350
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	848.000,00	839.288,20	0,000	0,070	30.524.753,60	30.211.415,51	0,030	2,480	31.575.259,98	31.251.076,16	0,030	2,570
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	848.000,00	839.288,20	0,000	0,070	30.524.753,60	30.211.415,51	0,030	2,480	31.575.259,98	31.251.076,16	0,030	2,570
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS)	20.777.000,00	20.563.550,35	0,020	1,690	21.508.000,00	21.287.672,59	0,020	1,750	22.265.000,00	22.036.917,90	0,020	1,810
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS)	37.577.000,00	37.190.957,86	0,040	3,060	38.900.000,00	38.501.509,38	0,040	3,170	40.261.000,00	39.848.567,33	0,040	3,280

Continua

MUNICÍPIO DE MOSSORÓ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS ANUAIS

2027

Continuação

R$ 1,00

Dívida Pública Consolidada (DC)	542.790.132,76	537.213.852,97	0,530	44,170	474.214.265,56	469.356.426,55	0,470	38,590	471.802.486,39	466.969.353,58	0,460	38,400
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	303.045.000,00	299.931.708,87	0,300	24,660	412.666.265,56	408.438.922,71	0,410	33,580	418.871.486,39	414.580.577,41	0,410	34,090
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	58.354.000,00	57.754.508,21	0,060	4,750	2.054.000,00	2.034.673,76	0,000	0,170	2.118.000,00	2.096.303,26	0,000	0,170

FONTE: Sistema e-Pública (1410-0793-571). Unidade Responsável: . Data da emissão: 14/04/2026 e hora de emissão: 16:42.

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.

R$ 1,00

Parâmetros	2027	2028	2029
PIB nominal	101.740.000.000,00	101.740.000.000,00	101.740.000.000,000
Receita Corrente Líquida - RCL	1.228.785.000,00	1.228.785.000,00	1.228.785.000,000

MUNICÍPIO DE MOSSORÓ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

2027

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, § 2º, inciso I) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2025 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2025 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	1.374.567.000,00	1,35	123,48	1.378.233.406,63	1,35	112,16	3.666.406,63	0,27
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	1.296.926.000,00	1,27	116,51	1.316.186.406,84	1,29	107,11	19.260.406,84	1,49
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	1.279.065.038,00	1,26	114,90	1.310.832.600,84	1,29	106,68	31.767.562,84	2,48
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	1.206.404.038,00	1,19	108,37	1.229.313.808,56	1,21	100,04	22.909.770,56	1,90
Receita Total (COM FONTES RPPS)	104.228.000,00	0,10	9,36	132.862.614,08	0,13	10,81	28.634.614,08	27,47
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	104.228.000,00	0,10	9,36	132.862.614,08	0,13	10,81	28.634.614,08	27,47
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	104.228.000,00	0,10	9,36	92.395.956,65	0,09	7,52	(11.832.043,35)	(11,35)
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	104.228.000,00	0,10	9,36	92.395.956,65	0,09	7,52	(11.832.043,35)	(11,35)
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	90.521.962,00	0,09	8,13	86.872.598,28	0,09	7,07	(3.649.363,72)	(4,03)
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	90.521.962,00	0,09	8,13	127.339.255,71	0,13	10,36	36.817.293,71	40,67
Dívida Pública Consolidada (DC)	486.349.582,58	0,48	43,69	588.638.132,76	0,58	47,90	102.288.550,18	21,03
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	349.160.548,54	0,34	31,37	315.015.587,87	0,31	25,64	(34.144.960,67)	(9,78)
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	36.602.122,02	0,04	3,29	96.762.584,78	0,10	7,87	60.160.462,76	164,36

FONTE: Sistema e-Pública (1480-3801-513). Unidade Responsável: . Data da emissão: 13/04/2026 e hora de emissão: 15:55.

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.

Parâmetros	Valor Previsto 2025	Valor Realizado 2025
PIB Nominal	101.740.000.000,00	103.876.540.000,00
Receita Corrente Liquida – RCL	1.113.180.177,74	1.228.785.000,00

MUNICÍPIO DE MOSSORÓ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2027

AMF - Demonstrativo III (LRF, art. 4º, § 2º, inciso II) **R$ 1,00**

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2024	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%	2029	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	1.340.388.203,75	1.374.567.000,00	2,55	1.332.921.000,00	(3,03)	1.560.411.000,00	17,07	1.615.337.000,00	3,52	1.671.874.000,00	3,50
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	1.205.034.733,69	1.296.926.000,00	7,63	1.319.023.000,00	1,70	1.512.559.000,00	14,67	1.565.801.000,00	3,52	1.620.605.000,00	3,50
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	1.335.039.450,30	1.279.065.038,00	(4,19)	1.205.972.000,00	(5,71)	1.470.954.000,00	21,97	1.522.731.113,60	3,52	1.576.008.386,39	3,50
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	1.216.413.220,59	1.206.404.038,00	(0,82)	1.205.972.000,00	(0,04)	1.422.254.000,00	17,93	1.442.671.246,40	1,44	1.493.164.740,02	3,50
Receita Total (COM FONTES RPPS)	84.000.000,00	104.228.000,00	24,08	117.396.000,00	12,63	138.589.000,00	18,05	134.794.000,00	(2,74)	139.512.000,00	3,50
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	84.000.000,00	104.228.000,00	24,08	117.396.000,00	12,63	138.589.000,00	18,05	134.794.000,00	(2,74)	139.512.000,00	3,50
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	84.000.000,00	104.228.000,00	24,08	117.396.000,00	12,63	138.589.000,00	18,05	134.794.000,00	(2,74)	139.512.000,00	3,50
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	84.000.000,00	104.228.000,00	24,08	117.396.000,00	12,63	138.589.000,00	18,05	134.794.000,00	(2,74)	139.512.000,00	3,50
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	(11.378.486,90)	90.521.962,00	(895,55)	113.051.000,00	24,89	90.305.000,00	(20,12)	123.129.753,60	36,35	127.440.259,98	3,50
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	(11.378.486,90)	90.521.962,00	(895,55)	113.051.000,00	24,89	90.305.000,00	(20,12)	123.129.753,60	36,35	127.440.259,98	3,50
Dívida Pública Consolidada (DC)	509.275.986,68	486.349.582,58	(4,50)	450.000.000,00	(7,47)	542.790.132,76	20,62	474.214.265,56	(12,63)	471.802.486,39	(0,51)
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	275.702.944,14	349.160.548,54	26,64	450.000.000,00	28,88	303.045.000,00	(32,66)	412.666.265,56	36,17	418.871.486,39	1,50
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	112.558.426,52	36.602.122,02	(67,48)	300.839.451,46	721,92	(146.955.000,00)	(148,85)	109.621.265,56	(174,60)	6.205.220,83	(94,34)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2024	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%	2029	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	1.327.117.033,41	1.360.957.425,74	2,55	1.275.522.480,00	(6,28)	1.544.380.332,16	21,08	1.598.789.528,39	3,52	1.654.746.975,77	3,50
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	1.193.103.696,72	1.284.085.148,51	7,63	1.262.222.960,00	(1,70)	1.497.019.933,10	18,60	1.549.760.973,93	3,52	1.604.003.174,12	3,50
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	1.321.821.237,92	1.266.401.027,72	(4,19)	1.154.040.200,00	(8,87)	1.455.842.356,34	26,15	1.507.132.294,35	3,52	1.559.864.096,10	3,50
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	1.204.369.525,34	1.194.459.443,56	(0,82)	1.154.040.200,00	(3,38)	1.407.642.669,09	21,98	1.427.892.558,42	1,44	1.477.869.097,96	3,50
Receita Total (COM FONTES RPPS)	83.168.316,83	103.196.039,60	24,08	116.186.498,55	12,59	137.165.224,96	18,06	133.413.173,65	(2,74)	138.082.842,58	3,50
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	83.168.316,83	103.196.039,60	24,08	116.186.498,55	12,59	137.165.224,96	18,06	133.413.173,65	(2,74)	138.082.842,58	3,50
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	83.168.316,83	103.196.039,60	24,08	116.186.498,55	12,59	137.165.224,96	18,06	133.413.173,65	(2,74)	138.082.842,58	3,50
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	83.168.316,83	103.196.039,60	24,08	116.186.498,55	12,59	137.165.224,96	18,06	133.413.173,65	(2,74)	138.082.842,58	3,50
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	(11.265.828,62)	89.625.704,95	(895,55)	108.182.760,00	20,71	89.377.264,01	(17,38)	121.868.415,51	36,35	126.134.076,16	3,50
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	(11.265.828,62)	89.625.704,95	(895,55)	108.182.760,00	20,71	89.377.264,01	(17,38)	121.868.415,51	36,35	126.134.076,16	3,50
Dívida Pública Consolidada (DC)	504.233.650,18	481.534.240,18	(4,50)	430.622.000,00	(10,57)	537.213.852,97	24,75	469.356.426,55	(12,63)	466.969.353,58	(0,51)
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	272.973.212,02	345.703.513,41	26,64	430.622.000,00	24,56	299.931.708,87	(30,35)	408.438.922,71	36,18	414.580.577,41	1,50
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	111.443.986,65	36.239.724,78	(67,48)	282.938.288,57	680,74	(130.690.291,13)	(146,19)	108.507.213,84	(183,03)	6.141.654,70	(94,34)

FONTE: Sistema e-Pública (1786-7253-506). Unidade Responsável: . Data da emissão: 15/04/2026 e hora de emissão: 09:15.

MUNICÍPIO DE MOSSORÓ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2027

Continuação

AMF - Demonstrativo III (LRF, art. 4º, § 2º, inciso II)	**R$ 1,00**

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.

MUNICÍPIO DE MOSSORÓ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2027

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III) R$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2025	%	2024	%	2023	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	320.537.775,73	100,00	296.578.506,23	100,00	919.498.665,77	100,00
TOTAL	320.537.775,73	100,00	296.578.506,23	100,00	919.498.665,77	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2025	%	2024	%	2023	%
Patrimônio	-1.563.322.223,29	100,00	-1.197.094.629,22	100,00	-672.902.017,62	100,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	-1.563.322.223,29	100,00	-1.197.094.629,22	100,00	-672.902.017,62	100,00

FONTE: Sistema e-Pública (1774-7935-791). Unidade Responsável: . Data da emissão: 10/04/2026 e hora de emissão: 20:26.

MUNICÍPIO DE MOSSORÓ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

2027

AMF - Demonstrativo V (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III) R$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2025 (a)	2024 (b)	2023 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00

DESPESAS EXECUTADAS	2025 (d)	2024 (e)	2023 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO	2025 (g) = ((Ia - IId) + IIIh)	2024 (h) = ((Ib - IIe) + IIIi)	2023 (i) = (Ic - IIf)
VALOR (III)	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1645-1124-994). Unidade Responsável: . Data da emissão: 13/04/2026 e hora de emissão: 13:54.

MUNICÍPIO DE MOSSORÓ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS

2027

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alinea "a") R$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2023	2024	2025
RECEITAS CORRENTES (I)	59.315.388,44	53.872.066,81	89.542.796,73
Receita de Contribuições dos Segurados	29.141.880,98	31.913.818,21	34.297.689,33
Ativo	29.141.880,98	31.913.818,21	34.297.689,33
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	12.167.199,29
Ativo	0,00	0,00	12.167.199,29
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	16.632.028,77	12.958.239,98	24.851.953,28
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	24.851.953,28
Outras Receitas Patrimoniais	16.632.028,77	12.958.239,98	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	13.541.478,69	9.000.008,62	18.225.954,83
Compensação Financeira entre os Regimes	13.036.222,29	8.267.987,12	17.142.062,72
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)[1]	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	505.256,40	732.021,50	1.083.892,11
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	**59.315.388,44**	**53.872.066,81**	**89.542.796,73**
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**2023**	**2024**	**2025**
Benefícios	0,00	0,00	88.506.427,60
Aposentadorias	0,00	0,00	81.801.026,80
Pensões por Morte	0,00	0,00	6.705.400,80
Outras Despesas Previdenciárias	65.261.241,07	79.514.003,92	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	65.261.241,07	79.514.003,92	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	**65.261.241,07**	**79.514.003,92**	**88.506.427,60**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V)[2]	**(5.945.852,63)**	**(25.641.937,11)**	**1.036.369,13**
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**2023**	**2024**	**2025**
VALOR	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	**2023**	**2024**	**2025**
VALOR	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	**2023**	**2024**	**2025**
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00	0,00	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**2023**	**2024**	**2025**
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00
Outro Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE MOSSORÓ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS

2027

Continuação

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alinea "a") R$ 1,00

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2023	2024	2025
RECEITAS CORRENTES (VII)	44.116.293,77	55.490.028,84	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	44.116.293,77	55.490.028,84	0,00
Ativo	44.116.293,77	55.490.028,84	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	**44.116.293,77**	**55.490.028,84**	**0,00**
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**2023**	**2024**	**2025**
Benefícios	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX - X)²	**44.116.293,77**	**55.490.028,84**	**0,00**
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	**2023**	**2024**	**2025**
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2023	2024	2025
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00
Outro Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2023	2024	2025
Receitas Correntes	0,00	0,00	43.319.817,35
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	**0,00**	**0,00**	**43.319.817,35**

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2023	2024	2025
Despesas Correntes (XIII)	4.305.549,28	4.188.132,51	3.678.393,03
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	2.118.603,90

Continua

MUNICÍPIO DE MOSSORÓ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS

2027

Continuação

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alinea "a")			R$ 1,00
Demais Despesas Correntes	4.305.549,28	4.188.132,51	1.559.789,13
Despesas de Capital (XIV)	0,00	61.350,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	**4.305.549,28**	**4.249.482,51**	**3.678.393,03**
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)²	**(4.305.549,28)**	**(4.249.482,51)**	**39.641.424,32**

BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	**2023**	**2024**	**2025**
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	166.118.179,16
Outro Bens e Direitos	0,00	0,00	77.177.508,43

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**2023**	**2024**	**2025**
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**2023**	**2024**	**2025**
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII-	**0,00**	**0,00**	**0,00**

FONTE: Sistema e-Pública (9130-9461-44). Unidade Responsável: . Data da emissão: 09/04/2026 e hora de emissão: 11:26.

1 Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.

2 O resultado previdenciário poderá ser apresentada por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1º ao 5º bimestre) e a despesa empenhada (no 6º bimestre).

MUNICÍPIO DE MOSSORÓ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

2027

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a) R$ 1,00

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2026	181.694.862,05	123.655.639,87	58.039.222,18	323.764.001,57*
2027	182.701.251,07	133.308.358,63	49.392.892,44	373.156.894,01
2028	182.998.769,39	144.407.752,84	38.591.016,55	411.747.910,56
2029	182.678.140,14	155.531.557,92	27.146.582,22	438.894.492,78
2030	195.398.314,15	168.611.517,81	26.786.796,34	465.681.289,12
2031	194.562.753,07	179.557.924,93	15.004.828,14	480.686.117,26
2032	192.973.793,85	191.957.671,55	1.016.122,30	481.702.239,56
2033	189.460.393,49	205.677.007,68	(16.216.614,19)	465.485.625,37
2034	185.681.823,71	216.828.300,74	(31.146.477,03)	434.339.148,34
2035	182.992.423,21	227.731.921,50	(44.739.498,29)	389.599.650,05
2036	176.818.013,76	242.102.129,08	(65.284.115,32)	324.315.534,73
2037	170.572.510,46	250.801.026,26	(80.228.515,80)	244.087.018,93
2038	163.433.064,23	260.942.230,30	(97.509.166,07)	146.577.852,86
2039	155.061.874,98	271.108.188,76	(116.046.313,78)	30.531.539,08
2040	147.394.318,95	282.904.117,10	(135.509.798,15)	(104.978.259,07)
2041	142.628.079,23	291.802.596,18	(149.174.516,95)	(254.152.776,02)
2042	131.586.938,94	297.920.420,61	(166.333.481,67)	(420.486.257,69)
2043	129.273.576,32	303.358.654,47	(174.085.078,15)	(594.571.335,84)
2044	126.385.858,12	308.795.631,69	(182.409.773,57)	(776.981.109,41)
2045	118.364.764,87	311.501.136,19	(193.136.371,32)	(970.117.480,73)
2046	116.911.208,21	311.955.168,30	(195.043.960,09)	(1.165.161.440,82)
2047	116.954.102,94	305.792.556,24	(188.838.453,30)	(1.353.999.894,12)
2048	116.988.028,08	298.647.491,38	(181.659.463,30)	(1.535.659.357,42)
2049	117.010.778,87	290.489.458,23	(173.478.679,36)	(1.709.138.036,78)
2050	103.972.424,62	281.291.692,28	(177.319.267,66)	(1.886.457.304,44)
2051	103.974.134,25	270.529.952,62	(166.555.818,37)	(2.053.013.122,81)
2052	103.978.822,19	258.520.424,32	(154.541.602,13)	(2.207.554.724,94)
2053	103.982.529,84	245.152.444,85	(141.169.915,01)	(2.348.724.639,95)
2054	103.979.234,77	230.368.800,37	(126.389.565,60)	(2.475.114.205,55)
2055	102.369.159,97	214.273.867,61	(111.904.707,64)	(2.587.018.913,19)
2056	102.310.269,84	197.133.726,71	(94.823.456,87)	(2.681.842.370,06)
2057	102.297.795,04	179.464.229,46	(77.166.434,42)	(2.759.008.804,48)
2058	102.270.045,76	161.825.694,23	(59.555.648,47)	(2.818.564.452,95)
2059	102.226.771,62	144.681.399,68	(42.454.628,06)	(2.861.019.081,01)
2060	1.627.282,67	128.303.857,17	(126.676.574,50)	(2.987.695.655,51)
2061	1.511.618,29	112.773.551,09	(111.261.932,80)	(3.098.957.588,31)
2062	1.452.988,55	98.135.676,62	(96.682.688,07)	(3.195.640.276,38)
2063	1.380.814,11	84.454.919,25	(83.074.105,14)	(3.278.714.381,52)
2064	1.331.739,63	71.797.274,36	(70.465.534,73)	(3.349.179.916,25)
2065	1.229.045,35	60.228.272,65	(58.999.227,30)	(3.408.179.143,55)
2066	1.154.935,08	49.827.258,54	(48.672.323,46)	(3.456.851.467,01)
2067	1.051.169,60	40.623.398,83	(39.572.229,23)	(3.496.423.696,24)
2068	838.554,08	32.635.004,55	(31.796.450,47)	(3.528.220.146,71)
2069	703.019,98	25.845.546,84	(25.142.526,86)	(3.553.362.673,57)
2070	640.670,16	20.219.159,13	(19.578.488,97)	(3.572.941.162,54)
2071	547.278,42	15.736.452,28	(15.189.173,86)	(3.588.130.336,40)
2072	408.856,11	12.328.472,69	(11.919.616,58)	(3.600.049.952,98)
2073	288.462,46	9.927.702,94	(9.639.240,48)	(3.609.689.193,46)

Continua

MUNICÍPIO DE MOSSORÓ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

2027

Continuação

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a) R$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2074	278.541,64	8.434.166,27	(8.155.624,63)	(3.617.844.818,09)
2075	266.412,51	7.684.905,20	(7.418.492,69)	(3.625.263.310,78)
2076	245.129,30	7.437.826,77	(7.192.697,47)	(3.632.456.008,25)
2077	224.144,57	7.372.035,73	(7.147.891,16)	(3.639.603.899,41)
2078	183.450,15	7.325.593,28	(7.142.143,13)	(3.646.746.042,54)
2079	176.889,70	7.276.298,79	(7.099.409,09)	(3.653.845.451,63)
2080	173.459,91	7.223.486,70	(7.050.026,79)	(3.660.895.478,42)
2081	166.603,84	7.184.153,64	(7.017.549,80)	(3.667.913.028,22)
2082	164.715,07	7.142.082,85	(6.977.367,78)	(3.674.890.396,00)
2083	164.715,07	7.097.135,95	(6.932.420,88)	(3.681.822.816,88)
2084	164.715,07	7.049.097,60	(6.884.382,53)	(3.688.707.199,41)
2085	162.475,30	6.997.635,49	(6.835.160,19)	(3.695.542.359,60)
2086	162.475,30	6.959.311,14	(6.796.835,84)	(3.702.339.195,44)
2087	162.475,30	6.918.321,93	(6.755.846,63)	(3.709.095.042,07)
2088	157.158,95	6.874.533,55	(6.717.374,60)	(3.715.812.416,67)
2089	157.158,95	6.827.741,15	(6.670.582,20)	(3.722.482.998,87)
2090	153.026,12	6.777.277,77	(6.624.251,65)	(3.729.107.250,52)
2091	153.026,12	6.745.873,40	(6.592.847,28)	(3.735.700.097,80)
2092	153.026,12	6.691.213,43	(6.538.187,31)	(3.742.238.285,11)
2093	153.026,12	6.659.417,36	(6.506.391,24)	(3.748.744.676,35)
2094	153.026,12	6.597.016,54	(6.443.990,42)	(3.755.188.666,77)
2095	153.026,12	6.561.403,87	(6.408.377,75)	(3.761.597.044,52)
2096	153.026,12	6.511.941,99	(6.358.915,87)	(3.767.955.960,39)
2097	153.026,12	6.483.757,04	(6.330.730,92)	(3.774.286.691,31)
2098	153.026,12	6.427.345,97	(6.274.319,85)	(3.780.561.011,16)
2099	153.026,12	6.395.810,90	(6.242.784,78)	(3.786.803.795,94)
2100	0,00	0,00	0,00	(3.786.803.795,94)

*Considerar o Saldo Financeiro do Exercício Anterior: R$ 265.724.779,39

FONTE: Sistema e-Pública (1850-5158-669). Unidade Responsável: . Data da emissão: 09/04/2026 e hora de emissão: 11:27.

MUNICÍPIO DE MOSSORÓ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

2027

AMF - Demonstrativo VII (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) R$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETOR / PROGRAMA / BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2027	2028	2029	
ISS	Concessão de isenção	CONSTRUÇÃO CIVIL / PROGRAMAS HABITACIONAIS DE MORADIA FAMILIAR	5.095.000,00	5.375.000,00	5.671.000,00	Incentivo as habitações populares com expansão na base tributária e geração de novos fatos geradores de IPTU e Taxas após o período de isenção.
ITBI	Concessão de isenção	CONSTRUÇÃO CIVIL / PROGRAMAS HABITACIONAIS DE MORADIA FAMILIAR	3.376.000,00	3.562.000,00	3.758.000,00	Incentivo as habitações populares com expansão na base tributária e geração de novos fatos geradores de IPTU e Taxas após o período de isenção.
IPTU	Concessão de isenção	CONSTRUÇÃO CIVIL / PROGRAMAS HABITACIONAIS DE MORADIA FAMILIAR	1.666.000,00	1.758.000,00	1.854.000,00	Incentivo as habitações populares com expansão na base tributária e geração de novos fatos geradores de IPTU e Taxas após o período de isenção.
MULTAS E JUROS INCIDENTES SOBRE ISS, IPTU E TAXAS MUNICIPAIS	Remissão	PROGRAMA DE PARCELAMENTO INCENTIVADO / REFIS	5.726.000,00	6.041.000,00	6.373.000,00	Recuperação de créditos da Dívida Ativa
TOTAL			15.863.000,00	16.736.000,00	17.656.000,00	

FONTE: Sistema e-Pública (1750-7532-328). Unidade Responsável: . Data da emissão: 09/04/2026 e hora de emissão: 11:25.

MUNICÍPIO DE MOSSORÓ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

2027

ARF - (LRF, art. 4º, § 3º) R$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	7.500.000,00	Abertura de Créditos adicionais a partir da Reserva de Contigência	7.500.000,00
SUBTOTAL	7.500.000,00	SUBTOTAL	7.500.000,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
TOTAL	7.500.000,00	TOTAL	7.500.000,00

FONTE: Sistema e-Pública (1932-1387-466). Unidade Responsável: . Data da emissão: 10/04/2026 e hora de emissão: 20:23.

Relação de Ações - Sintético

Código	Denominação / Tipo	Indicador	Início	Fim
1	CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA ESCOLAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE E PRÉ-ESCOLA			
	1 - Projetos	Número de unidades de Educ. Infantil com obras de const, reforma ou	01/01/2026	31/12/2029
2	CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL			
	1 - Projetos	Número de escolas do Ensino Fundamental com obras de construção,	01/01/2026	31/12/2029
3	CONSTRUÇÃO, REFORMA, MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO PREVI-MOSSORÓ			
	1 - Projetos	UNIDADE	01/01/2026	31/12/2029
4	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS			
	1 - Projetos	Número de Prédios Públicos Reformados e/ou Ampliados	01/01/2026	31/12/2026
5	CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS			
	1 - Projetos	Número de Prédios Públicos Construídos	01/01/2026	31/12/2029
6	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA ESPORTIVA E DE LAZER			
	1 - Projetos	Número de equipamentos esportivos e de lazer públicos recuperados/	01/01/2026	31/12/2029
7	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE REDES DE DRENAGENS			
	1 - Projetos	Percentual de Manutenção Preventiva e Corretiva Realizada nas Redes	01/01/2026	31/12/2029
8	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS			
	1 - Projetos	Percentual de Conclusão das Obras de Pavimentação Previstas.	01/01/2026	31/12/2029
9	DE MOSSORÓ PARA O MUNDO			
	2 - Atividades	Percentual de estudantes dos anos finais da rede municipal com partic	01/01/2026	31/12/2029
9	RESERVA DE CONTINGÊNCIA DAS EMENDAS INDIVIDUAIS IMPOSITIVAS			
	0 - Operação Especial	RESERVA	01/01/2026	31/12/2029
9	CONSTRUÇÃO DE PONTE LIGANDO OS BAIRROS DO MUNICÍPIO			
	1 - Projetos	Percentual de Execução Física da Obra de Construção da Ponte	01/01/2026	31/12/2029
10	GESTAO E MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
	2 - Atividades	Número de matrículas no Ensino Fundamental mantido/ampliado	01/01/2026	31/12/2029
10	REFORMA, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PONTES			
	1 - Projetos	número de Pontes Reformadas e/ou Ampliadas	01/01/2026	31/12/2029
11	PARTIU BRASIL			
	2 - Atividades	Número de estudantes que participaram de intercâmbios nacionais.	01/01/2026	
11	CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS			
	1 - Projetos	Número de Unidades Habitacionais Construídas	01/01/2026	31/12/2029
12	AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE FARDAMENTO E MATERIAL ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL			
	2 - Atividades	Número de estudantes do Ensino Fundamental atendidos por program	01/01/2026	
12	CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS UNIDADES E EQUIPAMENTOS DE SAÚDE			
	1 - Projetos	Número de Unidades de Saúde Construídas/Ampliadas/mordenizada	01/01/2026	31/12/2029
13	FORTALECIMENTO E EXPANSÃO DA OFERTA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA			
	2 - Atividades	Número de estudantes matriculados em Educação Básica em tempo in	01/01/2026	31/12/2029
14	AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL			
	2 - Atividades	Estudantes do Ens. Fund. atendidos com alim. escolar	01/01/2026	31/12/2029
14	IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO SOCIAL E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA			
	1 - Projetos	Número de Unidades Habitacionais Entregues/Lotes Regularizados no	01/01/2026	31/12/2029
15	CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL			
	2 - Atividades	Número de profissionais da educação capacitados no ano	01/01/2026	31/12/2029
15	PLANEJAMENTO E REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO			
	1 - Projetos	UNIDADE	01/01/2026	31/12/2029
16	IMPLANTAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NA EDUCAÇÃO			
	2 - Atividades	Percentual de estudantes dos anos finais da rede municipal com partic	01/01/2026	31/12/2029
16	REVISÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS			
	1 - Projetos	Número de planos revisados	01/01/2026	31/12/2029
17	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SME)			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029
17	EXPANSÃO DO SANEAMENTO BÁSICO URBANO			
	1 - Projetos	km de rede construída	01/01/2026	31/12/2029
18	GESTÃO PEDAGÓGICA E ADMINISTRATIVA DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE			
	2 - Atividades	Número de matrículas efetivadas em creches	01/01/2026	31/12/2029
18	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE REDES DE DRENAGENS - FMSB			
	1 - Projetos	Percentual de Manutenção Preventiva e Corretiva Realizada nas Redes	01/01/2026	31/12/2029
19	GESTÃO PEDAGÓGICA E ADMINISTRATIVA DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA			
	2 - Atividades	Taxa de Universalização da Pré-Escola (4 e 5 anos)	01/01/2026	31/12/2029

Relação de Ações - Sintético

Código	Denominação / Tipo	Indicador	Início	Fim
19	PLANEJAMENTO E REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E PROCESSOS SELETIVOS			
	1 - Projetos	UNIDADE	01/01/2026	31/12/2029
20	MANUTENÇÃO E APOIO ÀS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL (CRECHE E PRÉ-ESCOLA)			
	2 - Atividades	Número de crianças com deficiência ou altas habilidades matriculadas	01/01/2026	31/12/2029
20	CONSTRUÇÃO DE SEDE PRÓPRIA DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL			
	1 - Projetos	Número de Prédios Públicos Construídos	01/01/2026	31/12/2029
21	MANUTENÇÃO E APOIO ÀS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NO ENSINO FUNDAMENTAL E EJA			
	2 - Atividades	Número de estudantes com deficiência ou altas habilidades matriculad	01/01/2026	31/12/2029
22	OFERTA E MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL			
	2 - Atividades	Número de estudantes beneficiados com o transporte escolar	01/01/2026	31/12/2029
23	PROMOÇÃO DE PROGRAMAS, PROJETOS E EVENTOS PEDAGÓGICOS, CIENTÍFICOS, DESPORTIVOS, ARTÍSTICOS E CULTURAIS			
	2 - Atividades	Número de programas, projetos e eventos pedagógicos, científicos, de	01/01/2026	31/12/2029
24	PRODUÇÃO, GERENCIAMENTO, COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE AÇÕES INSTITUCIONAIS DA SME			
	2 - Atividades	Número de publicações e ações de comunicação institucional realizada	01/01/2026	31/12/2029
25	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER (SESPORTE)			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas de Custeio da SE	01/01/2026	31/12/2029
27	PROGRAMA DE APOIO AO ESTUDANTE - PAE			
	2 - Atividades	Número de estudantes com a Bolsa de Incentivo	01/01/2026	31/12/2029
28	AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE			
	2 - Atividades	Crianças de creche atendidas com alimentação escolar	01/01/2026	31/12/2029
29	AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA			
	2 - Atividades	Crianças de pré-escola atendidas com alimentação escolar	01/01/2026	31/12/2029
30	IMPLANTAÇÃO, COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E CAPACITAÇÃO - CETEC			
	2 - Atividades	% de Implantação da Est. Física e Tecnológica do CETEC	01/01/2026	31/12/2029
31	EXPANSÃO E MANUTENÇÃO DE PROJETOS DE INCENTIVO À PRÁTICA ESPORTIVA			
	2 - Atividades	articipantes em projetos de incentivo esportivo	01/01/2026	31/12/2029
32	PROMOÇÃO DE GRANDES EVENTOS E CIRCUITOS ESPORTIVOS			
	2 - Atividades	Edições de circuitos e grandes eventos esportivos realizados	01/01/2026	31/12/2029
34	APOIO INSTITUCIONAL A ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS - SESPORTE			
	2 - Atividades	Número de entidades esportivas sem fins lucrativos apoiadas	01/01/2026	31/12/2029
35	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - PREVI MOSSORÓ			
	2 - Atividades	Percentual de Pagamento Pontual da Folha de Pessoal do PREVI	01/01/2026	31/12/2029
36	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PREVI-MOSSORÓ			
	2 - Atividades	UNIDADE	01/01/2026	31/12/2029
37	ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS			
	2 - Atividades	Percentual de Pagamento Pontual a Pessoal Inativo e Pensionista	01/01/2026	31/12/2029
38	PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO PODER LEGISLATIVO			
	2 - Atividades	Percentual de Pagamento Pontual a Pessoal Inativo e Pensionista	01/01/2026	31/12/2029
39	PROJETO VIVER MELHOR - PREVI-MOSSORÓ			
	2 - Atividades	Número de servidores aposentados participantes dos programas e pro	01/01/2026	31/12/2029
40	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO (CONTROL)			
	2 - Atividades	UNIDADE	01/01/2026	31/12/2029
41	CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DE SERVIDORES E AGENTES PÚBLICOS			
	2 - Atividades	Número de Servidores e Agentes Públicos Capacitados	01/01/2026	
42	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO (PGM)			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029
43	MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA E CAPACITAÇÃO PARA A GESTÃO DA DÍVIDA ATIVA			
	2 - Atividades	UNIDADE	01/01/2026	31/12/2029
44	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ESTÁGIO			
	2 - Atividades	Estagiário	01/01/2026	31/12/2029
45	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRTURA (SEINFRA)			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029
46	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ (FU			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029
47	FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DA ADVOCACIA PÚBLICA MUNICIPAL			
	2 - Atividades	Número de cursos/treinamentos jurídicos ofertados para a Advocacia	01/01/2026	31/12/2029
49	MANUTENÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS			
	2 - Atividades	Número de Km de Vias com Manutenção de Pavimentação Realizada	01/01/2026	31/12/2029

Relação de Ações - Sintético

Código	Denominação / Tipo	Indicador	Início	Fim
50	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS)			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029
51	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA GESTÃO DO SUS			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029
52	APOIO INSTITUCIONAL À ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029
53	PRODUÇÃO, GERENCIAMENTO, COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE AÇÕES INSTITUCIONAIS DA SMS			
	2 - Atividades	Número de Ações de Comunicação e Divulgação Realizadas	01/01/2026	31/12/2029
54	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029
55	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE			
	2 - Atividades	Percentual de Cobertura de População pelas Equipes de Saúde da Fam	01/01/2026	31/12/2029
59	GESTÃO E MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL-CAPS			
	2 - Atividades	Número de Atendimentos Realizados nos Centros de Atenção Psicosso	01/01/2026	31/12/2026
60	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA - SAMU			
	2 - Atividades	Número de Vistorias e Manutenções Preventivas Realizadas na Frota d	01/01/2026	31/12/2029
61	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ATENDIMENTO ESPECIALIZADO			
	2 - Atividades	Número de Atendimentos Ambulatoriais Especializados Realizados	01/01/2026	31/12/2029
62	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE			
	2 - Atividades	Número de Atendimentos de Média e Alta Complexidade Realizados	01/01/2026	31/12/2029
63	GESTÃO E MANUTENÇÃO DE UNIDADES DE PRONTO-ATENDIMENTO			
	2 - Atividades	Número de Atendimentos Realizados nas Unidades de Pronto-Atendim	01/01/2026	31/12/2029
64	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO - CER			
	2 - Atividades	Número de Atendimentos de Reabilitação Realizados no CER	01/01/2026	31/12/2029
65	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - RAPS			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029
66	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA			
	2 - Atividades	Número de Dispensações Realizadas nas Farmácias da Rede de Saúde	01/01/2026	31/12/2029
67	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA DE CONTROLE E COMBATE A ENDEMIAS			
	2 - Atividades	Percentual de Cobertura de Visitas Domiciliares para Combate a Ende	01/01/2026	31/12/2029
68	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE			
	2 - Atividades	Número de Ações de Vigilância Sanitária e Epidemiológica Realizadas	01/01/2026	31/12/2029
69	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, DEFESA CIVIL, MOBILID			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029
70	SUPORTE OPERACIONAL E LOGÍSTICO NA EXECUÇÃO DE EVENTOS			
	2 - Atividades	Número de Eventos com Suporte da SESDEM	01/01/2026	31/12/2029
71	GESTÃO DA MOBILIDADE URBANA E TRÂNISTO			
	2 - Atividades	Índice de Fluidez do Trânsito (IFluT)	01/01/2026	31/12/2029
72	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO-JARI			
	2 - Atividades	UNIDADE	01/01/2026	31/12/2029
73	QUALIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE SERVIDORES			
	2 - Atividades	Índice de Servidores com Formação Continuada	01/01/2026	31/12/2029
74	MANUTENÇÃO DO TIRO DE GUERRA 07-010			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029
75	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL SOBRE DROGAS			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029
76	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL			
	2 - Atividades	Estrutura operacional mantida	01/01/2026	
77	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIDEOMONITORAMENTO PUBLICO			
	2 - Atividades	Número de Câmeras de Videomonitoramento em Pleno Funcionament	01/01/2026	31/12/2029
79	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL (S			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029
80	FESTA DO BODE			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029
81	ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO MOSSORÓ RURAL			
	2 - Atividades	Número de Produtores Rurais Apoiados pelo Programa.	01/01/2026	31/12/2029
82	MANUTENÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RURAL			
	2 - Atividades	Extensão de Estradas Vicinais Recuperadas e/ou Implantadas	01/01/2026	31/12/2029

Relação de Ações - Sintético

Código	Denominação / Tipo	Indicador	Início	Fim
83	ÁGUA VIVA			
	2 - Atividades	Número de Famílias Rurais Beneficiadas com o Acesso à Água	01/01/2026	31/12/2029
84	PROJETO SEMEAR			
	2 - Atividades	Número de Famílias Agrícolas Beneficiadas com a Distribuição de Sem	01/01/2026	31/12/2029
85	PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA EM EMPRESAS			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029
86	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INOVAÇÃO			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029
87	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA (SMC)			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029
88	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO (SEGOV)			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029
89	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (SECOM)			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029
90	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (SEMAD)			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029
91	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA (SEFAZ)			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029
92	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS (SE			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029
93	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROGRAMAS E PROJETOS ESTRATÉGICOS (SPP			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029
94	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS (SEMSUR)			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029
95	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO (SEMURB)			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029
96	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA E INOVAÇÃO EM GESTÃO (SEMI			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029
97	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS (S			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029
98	IMPLEMENTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA PRODUTIVA			
	2 - Atividades	Número de Espaços Produtivos (Mercados, Distritos, Centros) com Infr	01/01/2026	
99	RESERVA DE CONTINGêNCIA RPPS			
	0 - Operação Especial	RESERVA	01/01/2026	31/12/2029
99	APOIO INSTITUCIONAL A ENTIDADES COM FOCO EM EMPREENDEDORISMO E SUSTENTABILIDADE			
	2 - Atividades	Número de Entidades Apoiadas	01/01/2026	31/12/2029
100	GESTÃO E MANUTENÇÃO DOS MERCADOS PÚBLICOS E EQUIPAMENTOS DA SEDINT			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029
101	PROMOÇÃO E EXECUÇÃO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, DO TURISMO E DE INOVAÇÃO			
	2 - Atividades	Número de Eventos de Promoção do Desenvolvimento Econômico, Tur	01/01/2026	31/12/2029
102	GESTÃO E EXECUÇÃO DE AÇÕES DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL			
	2 - Atividades	Número de Campanhas de Comunicação Institucional Produzidas e Div	01/01/2026	31/12/2029
103	DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE DOS ATOS GOVERNAMENTAIS			
	2 - Atividades	Número de Atos Governamentais Publicados no Período	01/01/2026	31/12/2029
104	IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DA INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA E DE TELECOMUNICAÇÃO			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029
105	GESTÃO E MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029
106	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO À CIDADANIA FISCAL E DESENVOLVIMENTO DA ADM. TRIBUTÁRIA FUNCIDA			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029
108	PRODUÇÃO, GERENCIAMENTO, COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE AÇÕES INSTITUCIONAIS DA SEFAZ			
	2 - Atividades	Número de Campanhas de Comunicação Institucional Produzidas e Div	01/01/2026	31/12/2029
109	GESTÃO E PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029
110	OBRIGAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES TRIBUTARIAS			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029
111	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DIVERSOS			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029

Relação de Ações - Sintético

Código	Denominação / Tipo	Indicador	Início	Fim
112	GESTÃO, MANUTENÇÃO E EXPANSÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA INTELIGENTE			
	2 - Atividades	Número de Pontos de Iluminação Pública Modernizados/Implantados	01/01/2026	31/12/2029
113	GESTÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA			
	2 - Atividades	Percentual de Ruas e Vias Principais com Serviço de limpeza regular	01/01/2026	31/12/2029
114	GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS			
	2 - Atividades	Percentual de Conformidade do Aterro Sanitário com as Normas Ambi	01/01/2026	31/12/2029
115	ARBORIZAÇÃO E PAISAGISMO			
	2 - Atividades	Número de Árvores Plantadas em Vias e Espaços Públicos	01/01/2026	31/12/2029
116	GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029
117	BLOCO DE GESTÃO DO SUAS			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029
118	BLOCO DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO			
	2 - Atividades	Percentual de Famílias do Cadastro Único com Dados Atualizados no P	01/01/2026	31/12/2029
119	BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA			
	2 - Atividades	Número de Famílias e Indivíduos Atendidos nos Serviços de Proteção	01/01/2026	31/12/2029
120	BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC)			
	2 - Atividades	Número de Famílias e Indivíduos Atendidos nos Serviços de Proteção	01/01/2026	31/12/2029
121	GESTÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS			
	2 - Atividades	Número de Famílias Beneficiadas com Concessões de Benefícios Event	01/01/2026	31/12/2029
122	EXECUÇÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES PARA A ASSISTÊNCIA SOCIAL			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029
123	PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS CRIANÇA FELIZ			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029
124	PROCADSUAS			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029
125	FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL NO SUAS			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029
126	FOMENTO A PROJETOS DE PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029
127	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CIDADANIA E JUVENTU			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029
128	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS TUTELARES			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029
129	GESTÃO E MANUTENÇÃO DE PROJETOS DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE			
	2 - Atividades	UNIDADE	01/01/2026	31/12/2029
130	MANUTENÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO PROJETO JOVEM DO FUTURO			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029
131	APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029
132	GESTÃO E VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR COM BASE NO DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS			
	2 - Atividades	Número de gestores com formação estratégica concluída	01/01/2026	31/12/2029
133	PROGRAMA DE BENEFÍCIOS E QUALIDADE DE VIDA PARA SERVIDORES			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029
134	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ			
	2 - Atividades	UNIDADE	01/01/2026	31/12/2029
135	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			
	2 - Atividades	UNIDADE	01/01/2026	31/12/2029
136	GOVERNANÇA, CONTROLE INTERNO E OUVIDORIA			
	2 - Atividades	UNIDADE	01/01/2026	31/12/2029
137	REALIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS E CURSOS DE QUALIFICAÇÃO			
	2 - Atividades	UNIDADE	01/01/2026	31/12/2029
138	IMPLEMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EVENTOS INSTITUCIONAIS			
	2 - Atividades	UNIDADE	01/01/2026	31/12/2029
139	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA			
	2 - Atividades	UNIDADE	01/01/2026	31/12/2029
140	AÇÕES SOCIAIS E EDUCACIONAIS DA FUNDAÇÃO VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA			
	2 - Atividades	UNIDADE	01/01/2026	31/12/2029

Relação de Ações - Sintético

Código	Denominação / Tipo	Indicador	Início	Fim
141	OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE RADIOFUSÃO E DE TELECOMUNICAÇÃO			
	2 - Atividades	UNIDADE	01/01/2026	31/12/2029
142	FORTALECIMENTO DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO E REINTEGRAÇÃO FAMILIAR			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029
143	GESTÃO E PLANEJAMENTO URBANO			
	2 - Atividades	Percentual de logradouros e imóveis reordenados e identificados	01/01/2026	31/12/2029
144	PROGRAMA DE DESASSOREAMENTO, DRENAGEM E REVITALIZAÇÃO DO RIO MOSSORÓ			
	2 - Atividades	Percentual de trechos do Rio Mossoró desassoreados, drenados e revit	01/01/2026	31/12/2029
145	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE MOSSORÓ - FUNAM			
	2 - Atividades	Número de projetos/ações financiados pelo FUNAM	01/01/2026	31/12/2029
146	GESTÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS HOSPITALARES DE SAÚDE MENTAL			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029
147	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE MOSSORÓ			
	2 - Atividades	UNIDADE	01/01/2026	31/12/2029
148	FORTALECIMENTO DA REGULAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO E OUTROS SERVIÇOS DELEGADOS			
	2 - Atividades	Índice de Efetividade da Regulação dos Serviços Delegados	01/01/2026	31/12/2029
149	EXPANSÃO DA AGÊNCIA REGULADORA			
	2 - Atividades	Índice de Expansão e Fortalecimento Institucional da Agência	01/01/2026	31/12/2029
151	PRODUÇÃO, GERENCIAMENTO, COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE AÇÕES INSTITUCIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029
152	APOIO INSTITUCIONAL À ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS - SMC			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029
153	MOSSORÓ CIDADE JUNINA			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029
154	MOSSORÓ TERRA DA LIBERDADE			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029
155	GESTAO E MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS E MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICO-CULTURAIS			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029
156	MOSSORO SAL E LUZ			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029
157	ESTAÇÃO NATAL			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029
158	PRÊMIO FOMENTO - DE ACORDO COM A LEI Nº 3.270 DE 20 DE MARÇO DE 2015-LEI MAURÍCIO DE OLIVEIRA			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029
159	FOMENTO À CULTURA ATRAVES DA LEI Nº 14.399/2022 (ALDIR BLANC)			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029
160	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2026
162	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA JUVENTUDE			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029
163	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029
164	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO			
	2 - Atividades	UNIDADE	01/01/2026	31/12/2029
165	CONSTRUÇÃO, REFORMA E MANUTENÇÃO DE PARQUES NA CIDADE			
	2 - Atividades	Número de parques construídos, reformados e/ou mantidos.	01/01/2026	31/12/2026
167	PROGRAMA INCLUIR - APOIO ESPECIALIZADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL (CRECHE E PRÉ-ESCOLA)			
	2 - Atividades	Número de crianças com deficiência ou altas habilidades matriculadas	01/01/2026	
168	PROGRAMA INCLUIR - APOIO ESPECIALIZADO NO ENSINO FUNDAMENTAL E EJA			
	2 - Atividades	Número de crianças com deficiência ou altas habilidades matriculadas	01/01/2026	
169	AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE FARDAMENTO E MATERIAL ESCOLAR - ENSINO INFANTIL - CRECHE			
	2 - Atividades	Número de estudantes do Ensino infantil atendidos por programas de	01/01/2026	
170	AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE FARDAMENTO E MATERIAL ESCOLAR - ENSINO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA			
	2 - Atividades	Número de estudantes do Ensino infantil atendidos por programas de	01/01/2026	
171	MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DA SAÚDE			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029
172	OPERA MOSSORÓ			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029

Relação de Ações - Sintético

Código	Denominação / Tipo	Indicador	Início	Fim
173	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE			
	2 - Atividades	UNIDADE	01/01/2026	31/12/2029
174	GESTÃO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - OCA			
	2 - Atividades	Número de Crianças e adolescentes atendidos pelo Programa OCA	01/01/2026	
175	GESTÃO DO PROGRAMA PEIXE POPULAR			
	2 - Atividades	Quantidade de pescado comercializado/distribuído pelo programa	01/01/2026	
176	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO URBANO			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029
177	PASSE LIVRE ESTUDANTIL			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029
178	PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO PODER EXECUTIVO			
	2 - Atividades	Percentual de Pagamento Pontual a Pessoal Inativo e Pensionista	01/01/2025	31/12/2029
179	INVESTE ESCOLA - ENSINO FUNDAMENTAL			
	2 - Atividades	UNIDADE	01/01/2026	
180	INVESTE ESCOLA - ENSINO INFANTIL (CRECHE)			
	2 - Atividades	UNIDADE	01/01/2026	
181	INVESTE ESCOLA - ENSINO INFANTIL (PRÉ-ESCOLA)			
	2 - Atividades	UNIDADE	01/01/2026	
182	CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DE SERVIDORES E AGENTES PÚBLICOS DA AGRM			
	2 - Atividades	Número de Servidores e Agentes Públicos Capacitados	01/01/2026	
183	INVESTE SAÚDE - ATENÇÃO PRIMÁRIA			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029
184	INVESTE SAÚDE - ATENDIMENTO ESPECIALIZADO			
	2 - Atividades	Percentual de Execução Orçamentária das Despesas	01/01/2026	31/12/2029
999	RESERVA DE CONTINGêNCIA			
	0 - Operação Especial	RESERVA	01/01/2026	31/12/2029

PROTOCOLO: 2.920/2026
INTERESSADOS: Câmara Municipal de Mossoró. Prefeitura Municipal de Mossoró
ASSUNTO: Projeto de Lei Ordinária do Executivo nº 182, de 2026 - Sanção - autoria de Marcos Antonio Bezerra de Medeiros.

SANÇÃO

Sanciono, nos termos do inciso IV, do art. 78, da Lei Orgânica Municipal, em sua integralidade, o Projeto de Lei Ordinária do Executivo nº 182, de 2026, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual do Município de Mossoró para o exercício de 2027 e dá outras providências.

Mossoró/RN, 08 de julho de 2026.

MARCOS ANTONIO BEZERRA DE MEDEIROS: 02274977402

Assinado digitalmente por MARCOS ANTONIO BEZERRA DE MEDEIROS: 02274977402
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=53113418000171, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=videoconferencia, CN=MARCOS ANTONIO BEZERRA DE MEDEIROS: 02274977402
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.07.08 16:04:32-03'00'
Foxit Reader Versão: 10.1.4

MARCOS ANTONIO BEZERRA DE MEDEIROS
PREFEITO DE MOSSORÓ

PROTOCOLO: 2.920/2026
INTERESSADOS: Câmara Municipal de Mossoró. Prefeitura Municipal de Mossoró
ASSUNTO: Projeto de Lei Ordinária do Executivo nº 182, de 2026 - Sanção - autoria de Marcos Antonio Bezerra de Medeiros.

ATO DE PROMULGAÇÃO N° 127/2026

Promulga proposição legislativa, sancionada expressamente.

O Prefeito do Município de Mossoró, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV, do art. 78, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1° Promulgar a Lei Ordinária nº 4.306, de 08 de julho de 2026, oriunda do Projeto de Lei Ordinária do Executivo nº 182, de 2026, cujo conteúdo é parte integrante do presente ato de promulgação.

Publique-se e registre-se.

Mossoró/RN, 08 de julho de 2026.

MARCOS ANTONIO BEZERRA DE MEDEIROS:02274977402

Assinado digitalmente por MARCOS ANTONIO BEZERRA DE MEDEIROS:02274977402
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=53113418000171, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=videoconferencia, CN=MARCOS ANTONIO BEZERRA DE MEDEIROS:02274977402
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: .
Data: 2026.07.08 16:04:51-03'00'
Foxit Reader Versão: 10.1.4

MARCOS ANTONIO BEZERRA DE MEDEIROS
PREFEITO DE MOSSORÓ

LEI N° 4.243, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre o plano plurianual para o quadriênio de 2026-2029 do Município de Mossoró e dá outras providências

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ, no uso das atribuições legais que lhe conferem o inciso IV e a alínea "a" do inciso XII, do art. 78 da Lei Orgânica Municipal, faço saber que a Câmara Municipal de Mossoró aprovou e eu sanciono a seguinte Lei

CAPÍTULO I

DO PLANEJAMENTO

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Plurianual - PPA para o quadriênio 2026 a 2029, em cumprimento ao disposto no §1º do art. 165 da Constituição Federal, no art. 148 da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei nº 4.203, de 15 de julho de 2025, estabelecendo para o período os programas com seus respectivos objetivos, indicadores e montantes de recursos estimados a serem aplicados em despesas de capital, em outras delas decorrentes e nas despesas de duração continuada, na forma dos Anexos desta Lei.

Art. 2º O Plano Plurianual adotará, como diretriz, a melhoria contínua da qualidade dos serviços públicos, por meio de planejamento que identifique as necessidades da população e defina ações específicas para seu atendimento.

Art. 3º A execução do Plano Plurianual observará a alocação eficiente e otimizada dos recursos, priorizando áreas de maior relevância social e econômica, bem como a promoção da transparência e da participação social, de forma a fortalecer a democracia e a confiança da sociedade na Administração Pública.

Art. 4º O Plano Plurianual 2026-2029 do Município de Mossoró será compatibilizado com os instrumentos de planejamento federal e estadual, visando a integração das políticas públicas e otimização dos recursos.

Parágrafo único. Essa compatibilização observará as diretrizes da Agenda 2030 da ONU e será coordenada pela Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças.

Art. 5º A execução do PPA 2026-2029 observará a cooperação federativa, assegurando a captação e a adequada aplicação de recursos provenientes de convênios, transferências voluntárias, incentivos e demais instrumentos de cooperação com a União e o Estado.

Parágrafo único. Compete à Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças, em articulação com as secretarias responsáveis pela execução das políticas setoriais, coordenar o processo de gestão, acompanhamento e prestação de contas dos convênios e transferências recebidos.

CAPÍTULO II

DAS DEFINIÇÕES E DA ESTRUTURA PROGRAMÁTICA

Art. 6º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa: instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

II - Ação: operação da qual resulta um produto (bem ou serviço) que contribui para atender ao objetivo de um programa, podendo ser classificada como atividade, projeto ou operação especial;

III - Atividade: conjunto de operações contínuas e permanentes, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

IV - Projeto: conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

V - Operação especial: despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta produto nem contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

VI - Unidade orçamentária: órgão ou entidade da administração direta, inclusive fundos especiais, ou da administração indireta, em cujo nome a Lei Orçamentária ou crédito adicional consigna dotações;

VII - Unidade gestora: unidade orçamentária ou administrativa com poder de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios ou descentralizados;

VIII - Subtítulo: menor nível da categoria de programação, classificado em subatividade ou subprojeto, utilizado exclusivamente para especificar e localizar o objeto do gasto;

IX - Público-alvo: conjunto de cidadãos ou grupos sociais a quem se destinam os programas e ações;

X - Indicador: medida quantitativa ou qualitativa que permite avaliar o alcance dos objetivos;

XI - Meta: parâmetro que expressa o resultado esperado de cada indicador, em determinado período;

XII - Diretriz: orientação geral que norteia programas e ações do PPA;

XIII - Agenda transversal: atributos que encaminham problemas complexos de políticas públicas, contemplando públicos-alvo ou temas específicos que demandam abordagem multidimensional e integrada.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, especificando valores para o período.

§ 2º As ações do tipo projeto e atividade deverão, sempre que possível, indicar produto, unidade de medida, meta fiscal e dotação.

§ 3º Cada ação identificará o programa a que se vincula, bem como a função, subfunção, unidade orçamentária, órgão orçamentário e esfera orçamentária.

CAPÍTULO III

DA INTEGRAÇÃO COM OS ORÇAMENTOS

Art. 7º Os eixos estratégicos que fundamentam o PPA 2026-2029 são:

I - Desenvolvimento humano, equidade social e bem-estar;

II - Desenvolvimento Territorial Sustentável e Infraestrutura;

III - Inovação, cultura e economia criativa;

IV - Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda;

V - Governança Democrática e Participação Cidadã;

VI - Segurança, Direitos e Convivência Social;

VII - Transformação Digital e Inovadora.

Art. 8º Os anexos do PPA 2026-2029 servirão de referência obrigatória para a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual durante todo o período de sua vigência.

Art. 9° São agendas transversais do PPA 2026-2029:

I - Crianças e adolescentes;

II - pessoas com deficiência;

III - idosos;

IV - meio ambiente e sustentabilidade.

§ 1º As agendas transversais deverão ser incorporadas de maneira articulada nas políticas públicas municipais, assegurando inclusão social, equidade e respeito aos direitos humanos.

§ 2º A primeira infância integra a agenda de crianças e adolescentes e terá ações e metas específicas.

§ 3º As políticas voltadas a crianças e adolescentes deverão ser priorizadas, garantindo recursos e reconhecimento de sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

§ 4º As demandas infantojuvenis terão centralidade no planejamento, execução e avaliação das políticas públicas.

CAPÍTULO IV
DA GESTÃO DO PLANO

Art. 10 A elaboração do Plano Plurianual observa o princípio da participação social, efetivada por meio de consultas públicas e instrumentos digitais de interação, garantindo a sistematização das contribuições para a formulação das políticas públicas.

Art. 11 O Poder Executivo assegurará a divulgação, em meio eletrônico de acesso público, dos relatórios de monitoramento, avaliação e resultados do PPA 2026-2029.

Art. 12 A exclusão, alteração ou inclusão de programas será proposta por meio de projeto de lei específico ou de revisão do PPA.

§ 1º Não se consideram alterações de programas as correções de nomenclatura, metas fiscais e órgãos executores.

§ 2º O Poder Executivo poderá adequar programas, metas e ações às modificações da Lei Orçamentária Anual.

Art. 13 As emendas ao Projeto de Lei do Orçamento anual ou projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso sejam compatíveis com este plano plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias, em consonância ao Art. 149, §2° da Lei Orgânica do Município.

Art. 14 O Poder Executivo regulamentará o Sistema de Avaliação do Plano Plurianual, sob a coordenação da Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Finanças - Seplan, conforme dispuser regulamento.

Art. 15 Integram o PPA 2026-2029 os programas finalísticos, de apoio à gestão e operações especiais, conforme detalhamento nos Anexos.

Parágrafo único. Cada programa terá objetivos, indicadores, metas e unidades responsáveis.

Art. 16 O valor global dos programas tem caráter indicativo e servirá de referência para elaboração e execução das leis orçamentárias anuais.

Parágrafo único. Os investimentos plurianuais constarão dos Anexos e serão compatibilizados com as leis orçamentárias.

Art. 17 A governança do PPA observará os princípios da eficiência, impessoalidade, economicidade, transparência e efetividade.

Art. 18 Será criada Comissão de Planejamento das Agendas Transversais, instituída por ato da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPLAN, em até 60 (sessenta) dias após a publicação desta Lei.

§ 1º A Comissão será composta por representantes da SEPLAN, que exercerá a coordenação, e das Secretarias responsáveis pela execução das agendas transversais.

§ 2º Compete à Comissão apoiar o monitoramento, avaliação e aprimoramento das agendas.

Art. 19 A agenda transversal completa será publicada em até 120 dias da publicação desta Lei.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 20 O Poder Executivo poderá, no segundo ano de vigência, propor revisão do PPA, para ajustá-lo a mudanças conjunturais e garantir a continuidade das políticas públicas.

Art. 21 Programas e ações iniciados em PPAs anteriores e não concluídos poderão ser reprogramados e compatibilizados ao PPA 2026-2029.

Parágrafo único. A reprogramação observará as diretrizes deste Plano e será coordenada pela SEPLAN em articulação com órgãos setoriais.

Art. 22 Os programas do PPA 2026-2029 deverão contribuir para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU.

Art. 23 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mossoró/RN, 11 de novembro de 2025

ALLYSON LEANDRO BEZERRA SILVA:09503375444

Assinado digitalmente por ALLYSON LEANDRO BEZERRA SILVA:09503375444
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=VideoConferencia, OU=08417107000141, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(em branco), CN=ALLYSON LEANDRO BEZERRA SILVA:09503375444
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2025.11.11 14:03:58-03'00'
Foxit Reader Versão: 10.1.4

ALLYSON LEANDRO BEZERRA SILVA
PREFEITO DE MOSSORÓ

Relação de Despesas PPA

Despesa PPA: **4 - 9 . 9101 . 12 . 361 . 9 . 2.9 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Classificação Programática

Programa: 9 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL
Objetivo: GARANTIR ACESSO, PERMANÊNCIA E APRENDIZAGEM COM QUALIDADE NO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MOSSORÓ, PROMOVENDO A EQUIDADE EDUCACIONAL, A MELHORIA DOS RESULTADOS DE DESEMPENHO ACADÊMICO E O FORTALECIMENTO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS.

Problema:

Justificativa: A Secretaria Municipal de Educação de Mossoró tem como compromisso garantir o acesso universal ao Ensino Fundamental, assegurando a permanência e a aprendizagem efetiva dos estudantes dos anos iniciais e finais, com foco na equidade e na qualidade da oferta educacional. Nesse sentido, o programa visa consolidar uma política educacional que promova a melhoria dos indicadores de desempenho da Rede Municipal, refletida nos resultados das avaliações internas e externas, como o SAEB, além de ampliar o atendimento à população de 6 a 14 anos. A elevação dos níveis de aprendizagem, a redução das desigualdades educacionais e o fortalecimento das práticas pedagógicas inovadoras são eixos estratégicos para o alcance das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e no Plano Municipal de Educação. A proposta é assegurar que todos os estudantes do Ensino Fundamental tenham acesso a uma educação pública de qualidade, com acompanhamento sistemático, infraestrutura adequada e formação continuada dos profissionais da educação, contribuindo para o desenvolvimento integral dos alunos e para a melhoria contínua dos resultados educacionais do município.

Público alvo: População na faixa etária de 6 a 14 anos, acrescida dos estudantes fora de faixa, em atendimento na rede municipal de ensino.

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	1.500.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	4.500.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **5 - 9 . 9101 . 12 . 361 . 9 . 2.10 . 0 . 319004**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Classificação Programática

Programa: 9 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL
Objetivo: GARANTIR ACESSO, PERMANÊNCIA E APRENDIZAGEM COM QUALIDADE NO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MOSSORÓ, PROMOVENDO A EQUIDADE EDUCACIONAL, A MELHORIA DOS RESULTADOS DE DESEMPENHO ACADÊMICO E O FORTALECIMENTO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS.

Relação de Despesas PPA

Problema:

Justificativa: A Secretaria Municipal de Educação de Mossoró tem como compromisso garantir o acesso universal ao Ensino Fundamental, assegurando a permanência e a aprendizagem efetiva dos estudantes dos anos iniciais e finais, com foco na equidade e na qualidade da oferta educacional. Nesse sentido, o programa visa consolidar uma política educacional que promova a melhoria dos indicadores de desempenho da Rede Municipal, refletida nos resultados das avaliações internas e externas, como o SAEB, além de ampliar o atendimento à população de 6 a 14 anos. A elevação dos níveis de aprendizagem, a redução das desigualdades educacionais e o fortalecimento das práticas pedagógicas inovadoras são eixos estratégicos para o alcance das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e no Plano Municipal de Educação. A proposta é assegurar que todos os estudantes do Ensino Fundamental tenham acesso a uma educação pública de qualidade, com acompanhamento sistemático, infraestrutura adequada e formação continuada dos profissionais da educação, contribuindo para o desenvolvimento integral dos alunos e para a melhoria contínua dos resultados educacionais do município.

Público alvo: População na faixa etária de 6 a 14 anos, acrescida dos estudantes fora de faixa, em atendimento na rede municipal de ensino.

Natureza da despesa: 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15401070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Pagamento dos Pr	0,00	18.650.000,00	18.800.000,00	19.000.000,00	19.200.000,00	75.650.000,00
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	958.000,00	965.000,00	975.000,00	990.000,00	3.888.000,00

Ação	Tipo	Produto						
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: 6 - 9 . 9101 . 12 . 361 . 9 . 2.10 . 0 . 319011

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Classificação Programática

Programa: 9 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Objetivo: GARANTIR ACESSO, PERMANÊNCIA E APRENDIZAGEM COM QUALIDADE NO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MOSSORÓ, PROMOVENDO A EQUIDADE EDUCACIONAL, A MELHORIA DOS RESULTADOS DE DESEMPENHO ACADÊMICO E O FORTALECIMENTO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS.

Problema:

Justificativa: A Secretaria Municipal de Educação de Mossoró tem como compromisso garantir o acesso universal ao Ensino Fundamental, assegurando a permanência e a aprendizagem efetiva dos estudantes dos anos iniciais e finais, com foco na equidade e na qualidade da oferta educacional. Nesse sentido, o programa visa consolidar uma política educacional que promova a melhoria dos indicadores de desempenho da Rede Municipal, refletida nos resultados das avaliações internas e externas, como o SAEB, além de ampliar o atendimento à população de 6 a 14 anos. A elevação dos níveis de aprendizagem, a redução das desigualdades educacionais e o fortalecimento das práticas pedagógicas inovadoras são eixos estratégicos para o alcance das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e no Plano Municipal de Educação. A proposta é assegurar que todos os estudantes do Ensino Fundamental tenham acesso a uma educação pública de qualidade, com acompanhamento sistemático, infraestrutura adequada e formação continuada dos profissionais da educação, contribuindo para o desenvolvimento integral dos alunos e para a melhoria contínua dos resultados educacionais do município.

Público alvo: População na faixa etária de 6 a 14 anos, acrescida dos estudantes fora de faixa, em atendimento na rede municipal de ensino.

Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

Valores Previstos R$

Relação de Despesas PPA

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15401070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Pagamento dos Pr	0,00	42.980.000,00	46.100.000,00	48.300.000,00	51.500.000,00	188.880.000,00
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	49.030.000,00	49.200.000,00	49.300.000,00	49.400.000,00	196.930.000,00

Ação	Tipo	Produto		2026	2027	2028	2029	Total
Meta física	Unidade de medida		No período do PPA					

Despesa PPA: **7 - 9 . 9101 . 12 . 361 . 9 . 2.10 . 0 . 319013**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Classificação Programática

Programa: 9 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL
Objetivo: GARANTIR ACESSO, PERMANÊNCIA E APRENDIZAGEM COM QUALIDADE NO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MOSSORÓ, PROMOVENDO A EQUIDADE EDUCACIONAL, A MELHORIA DOS RESULTADOS DE DESEMPENHO ACADÊMICO E O FORTALECIMENTO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS.

Problema:

Justificativa: A Secretaria Municipal de Educação de Mossoró tem como compromisso garantir o acesso universal ao Ensino Fundamental, assegurando a permanência e a aprendizagem efetiva dos estudantes dos anos iniciais e finais, com foco na equidade e na qualidade da oferta educacional. Nesse sentido, o programa visa consolidar uma política educacional que promova a melhoria dos indicadores de desempenho da Rede Municipal, refletida nos resultados das avaliações internas e externas, como o SAEB, além de ampliar o atendimento à população de 6 a 14 anos. A elevação dos níveis de aprendizagem, a redução das desigualdades educacionais e o fortalecimento das práticas pedagógicas inovadoras são eixos estratégicos para o alcance das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e no Plano Municipal de Educação. A proposta é assegurar que todos os estudantes do Ensino Fundamental tenham acesso a uma educação pública de qualidade, com acompanhamento sistemático, infraestrutura adequada e formação continuada dos profissionais da educação, contribuindo para o desenvolvimento integral dos alunos e para a melhoria contínua dos resultados educacionais do município.

Público alvo: População na faixa etária de 6 a 14 anos, acrescida dos estudantes fora de faixa, em atendimento na rede municipal de ensino.

Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	1.179.000,00	1.190.000,00	1.250.000,00	1.300.000,00	4.919.000,00
15401070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Pagamento dos Pr	0,00	6.345.000,00	6.380.000,00	6.400.000,00	6.425.000,00	25.550.000,00

Ação	Tipo	Produto		2026	2027	2028	2029	Total
Meta física	Unidade de medida		No período do PPA					

Despesa PPA: **8 - 9 . 9101 . 12 . 361 . 9 . 2.10 . 0 . 319016**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Relação de Despesas PPA

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Classificação Programática

Programa: 9 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Objetivo: GARANTIR ACESSO, PERMANÊNCIA E APRENDIZAGEM COM QUALIDADE NO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MOSSORÓ, PROMOVENDO A EQUIDADE EDUCACIONAL, A MELHORIA DOS RESULTADOS DE DESEMPENHO ACADÊMICO E O FORTALECIMENTO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS.

Problema:

Justificativa: A Secretaria Municipal de Educação de Mossoró tem como compromisso garantir o acesso universal ao Ensino Fundamental, assegurando a permanência e a aprendizagem efetiva dos estudantes dos anos iniciais e finais, com foco na equidade e na qualidade da oferta educacional. Nesse sentido, o programa visa consolidar uma política educacional que promova a melhoria dos indicadores de desempenho da Rede Municipal, refletida nos resultados das avaliações internas e externas, como o SAEB, além de ampliar o atendimento à população de 6 a 14 anos. A elevação dos níveis de aprendizagem, a redução das desigualdades educacionais e o fortalecimento das práticas pedagógicas inovadoras são eixos estratégicos para o alcance das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e no Plano Municipal de Educação. A proposta é assegurar que todos os estudantes do Ensino Fundamental tenham acesso a uma educação pública de qualidade, com acompanhamento sistemático, infraestrutura adequada e formação continuada dos profissionais da educação, contribuindo para o desenvolvimento integral dos alunos e para a melhoria contínua dos resultados educacionais do município.

Público alvo: População na faixa etária de 6 a 14 anos, acrescida dos estudantes fora de faixa, em atendimento na rede municipal de ensino.

Natureza da despesa: 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15401070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Pagamento dos Pr	0,00	5.375.000,00	5.390.000,00	5.410.000,00	5.430.000,00	21.605.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: 9 - 9 . 9101 . 12 . 361 . 9 . 2.10 . 0 . 319113

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Classificação Programática

Programa: 9 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Objetivo: GARANTIR ACESSO, PERMANÊNCIA E APRENDIZAGEM COM QUALIDADE NO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MOSSORÓ, PROMOVENDO A EQUIDADE EDUCACIONAL, A MELHORIA DOS RESULTADOS DE DESEMPENHO ACADÊMICO E O FORTALECIMENTO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS.

Problema:

Justificativa: A Secretaria Municipal de Educação de Mossoró tem como compromisso garantir o acesso universal ao Ensino Fundamental, assegurando a permanência e a aprendizagem efetiva dos estudantes dos anos iniciais e finais, com foco na equidade e na qualidade da oferta educacional. Nesse sentido, o programa visa consolidar uma política educacional que promova a melhoria dos indicadores de desempenho da Rede Municipal, refletida nos resultados das avaliações internas e externas, como o SAEB, além de ampliar o atendimento à população de 6 a 14 anos. A elevação dos níveis de aprendizagem, a redução das desigualdades educacionais e o fortalecimento das práticas pedagógicas inovadoras são eixos estratégicos para o alcance das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e no Plano Municipal de Educação. A proposta é assegurar que todos os estudantes do Ensino Fundamental tenham acesso a uma educação pública de qualidade, com acompanhamento

sistemático, infraestrutura adequada e formação continuada dos profissionais da educação, contribuindo para o desenvolvimento integral dos alunos e para a melhoria contínua dos resultados educacionais do município.

Público alvo: População na faixa etária de 6 a 14 anos, acrescida dos estudantes fora de faixa, em atendimento na rede municipal de ensino.

Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	2.120.000,00	2.150.000,00	2.180.000,00	2.200.000,00	8.650.000,00
15401070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Pagamento dos Pr	0,00	12.023.000,00	12.100.000,00	12.200.000,00	12.300.000,00	48.623.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **10 - 9 . 9101 . 12 . 361 . 9 . 2.10 . 0 . 339036**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Classificação Programática

Programa: 9 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Objetivo: GARANTIR ACESSO, PERMANÊNCIA E APRENDIZAGEM COM QUALIDADE NO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MOSSORÓ, PROMOVENDO A EQUIDADE EDUCACIONAL, A MELHORIA DOS RESULTADOS DE DESEMPENHO ACADÊMICO E O FORTALECIMENTO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS.

Problema:

Justificativa: A Secretaria Municipal de Educação de Mossoró tem como compromisso garantir o acesso universal ao Ensino Fundamental, assegurando a permanência e a aprendizagem efetiva dos estudantes dos anos iniciais e finais, com foco na equidade e na qualidade da oferta educacional. Nesse sentido, o programa visa consolidar uma política educacional que promova a melhoria dos indicadores de desempenho da Rede Municipal, refletida nos resultados das avaliações internas e externas, como o SAEB, além de ampliar o atendimento à população de 6 a 14 anos. A elevação dos níveis de aprendizagem, a redução das desigualdades educacionais e o fortalecimento das práticas pedagógicas inovadoras são eixos estratégicos para o alcance das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e no Plano Municipal de Educação. A proposta é assegurar que todos os estudantes do Ensino Fundamental tenham acesso a uma educação pública de qualidade, com acompanhamento sistemático, infraestrutura adequada e formação continuada dos profissionais da educação, contribuindo para o desenvolvimento integral dos alunos e para a melhoria contínua dos resultados educacionais do município.

Público alvo: População na faixa etária de 6 a 14 anos, acrescida dos estudantes fora de faixa, em atendimento na rede municipal de ensino.

Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	120.000,00	125.000,00	130.000,00	140.000,00	515.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Relação de Despesas PPA

Despesa PPA: **11 - 9 . 9101 . 12 . 361 . 9 . 2.10 . 0 . 335041**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Classificação Programática

Programa: 9 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL
Objetivo: GARANTIR ACESSO, PERMANÊNCIA E APRENDIZAGEM COM QUALIDADE NO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MOSSORÓ, PROMOVENDO A EQUIDADE EDUCACIONAL, A MELHORIA DOS RESULTADOS DE DESEMPENHO ACADÊMICO E O FORTALECIMENTO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS.

Problema:

Justificativa: A Secretaria Municipal de Educação de Mossoró tem como compromisso garantir o acesso universal ao Ensino Fundamental, assegurando a permanência e a aprendizagem efetiva dos estudantes dos anos iniciais e finais, com foco na equidade e na qualidade da oferta educacional. Nesse sentido, o programa visa consolidar uma política educacional que promova a melhoria dos indicadores de desempenho da Rede Municipal, refletida nos resultados das avaliações internas e externas, como o SAEB, além de ampliar o atendimento à população de 6 a 14 anos. A elevação dos níveis de aprendizagem, a redução das desigualdades educacionais e o fortalecimento das práticas pedagógicas inovadoras são eixos estratégicos para o alcance das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e no Plano Municipal de Educação. A proposta é assegurar que todos os estudantes do Ensino Fundamental tenham acesso a uma educação pública de qualidade, com acompanhamento sistemático, infraestrutura adequada e formação continuada dos profissionais da educação, contribuindo para o desenvolvimento integral dos alunos e para a melhoria contínua dos resultados educacionais do município.

Público alvo: População na faixa etária de 6 a 14 anos, acrescida dos estudantes fora de faixa, em atendimento na rede municipal de ensino.

Natureza da despesa: 3.3.50.41.00 - Contribuições

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	1.200.000,00	1.260.000,00	1.320.000,00	1.400.000,00	5.180.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **12 - 9 . 9101 . 12 . 361 . 9 . 2.10 . 0 . 339014**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Classificação Programática

Programa: 9 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL
Objetivo: GARANTIR ACESSO, PERMANÊNCIA E APRENDIZAGEM COM QUALIDADE NO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MOSSORÓ, PROMOVENDO A EQUIDADE EDUCACIONAL, A MELHORIA DOS RESULTADOS DE DESEMPENHO ACADÊMICO E O FORTALECIMENTO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS.

Relação de Despesas PPA

Problema:

Justificativa: A Secretaria Municipal de Educação de Mossoró tem como compromisso garantir o acesso universal ao Ensino Fundamental, assegurando a permanência e a aprendizagem efetiva dos estudantes dos anos iniciais e finais, com foco na equidade e na qualidade da oferta educacional. Nesse sentido, o programa visa consolidar uma política educacional que promova a melhoria dos indicadores de desempenho da Rede Municipal, refletida nos resultados das avaliações internas e externas, como o SAEB, além de ampliar o atendimento à população de 6 a 14 anos. A elevação dos níveis de aprendizagem, a redução das desigualdades educacionais e o fortalecimento das práticas pedagógicas inovadoras são eixos estratégicos para o alcance das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e no Plano Municipal de Educação. A proposta é assegurar que todos os estudantes do Ensino Fundamental tenham acesso a uma educação pública de qualidade, com acompanhamento sistemático, infraestrutura adequada e formação continuada dos profissionais da educação, contribuindo para o desenvolvimento integral dos alunos e para a melhoria contínua dos resultados educacionais do município.

Público alvo: População na faixa etária de 6 a 14 anos, acrescida dos estudantes fora de faixa, em atendimento na rede municipal de ensino.

Natureza da despesa: 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Ação	**Tipo**	**Produto**						
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **13 - 9 . 9101 . 12 . 361 . 9 . 2.10 . 0 . 339030**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Classificação Programática

Programa: 9 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Objetivo: GARANTIR ACESSO, PERMANÊNCIA E APRENDIZAGEM COM QUALIDADE NO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MOSSORÓ, PROMOVENDO A EQUIDADE EDUCACIONAL, A MELHORIA DOS RESULTADOS DE DESEMPENHO ACADÊMICO E O FORTALECIMENTO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS.

Problema:

Justificativa: A Secretaria Municipal de Educação de Mossoró tem como compromisso garantir o acesso universal ao Ensino Fundamental, assegurando a permanência e a aprendizagem efetiva dos estudantes dos anos iniciais e finais, com foco na equidade e na qualidade da oferta educacional. Nesse sentido, o programa visa consolidar uma política educacional que promova a melhoria dos indicadores de desempenho da Rede Municipal, refletida nos resultados das avaliações internas e externas, como o SAEB, além de ampliar o atendimento à população de 6 a 14 anos. A elevação dos níveis de aprendizagem, a redução das desigualdades educacionais e o fortalecimento das práticas pedagógicas inovadoras são eixos estratégicos para o alcance das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e no Plano Municipal de Educação. A proposta é assegurar que todos os estudantes do Ensino Fundamental tenham acesso a uma educação pública de qualidade, com acompanhamento sistemático, infraestrutura adequada e formação continuada dos profissionais da educação, contribuindo para o desenvolvimento integral dos alunos e para a melhoria contínua dos resultados educacionais do município.

Público alvo: População na faixa etária de 6 a 14 anos, acrescida dos estudantes fora de faixa, em atendimento na rede municipal de ensino.

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	350.000,00	367.000,00	385.000,00	405.000,00	1.507.000,00

Ação	Tipo	Produto						
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **14 - 9 . 9101 . 12 . 361 . 9 . 2.10 . 0 . 339031**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Classificação Programática

Programa: 9 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL
Objetivo: GARANTIR ACESSO, PERMANÊNCIA E APRENDIZAGEM COM QUALIDADE NO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MOSSORÓ, PROMOVENDO A EQUIDADE EDUCACIONAL, A MELHORIA DOS RESULTADOS DE DESEMPENHO ACADÊMICO E O FORTALECIMENTO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS.

Problema:

Justificativa: A Secretaria Municipal de Educação de Mossoró tem como compromisso garantir o acesso universal ao Ensino Fundamental, assegurando a permanência e a aprendizagem efetiva dos estudantes dos anos iniciais e finais, com foco na equidade e na qualidade da oferta educacional. Nesse sentido, o programa visa consolidar uma política educacional que promova a melhoria dos indicadores de desempenho da Rede Municipal, refletida nos resultados das avaliações internas e externas, como o SAEB, além de ampliar o atendimento à população de 6 a 14 anos. A elevação dos níveis de aprendizagem, a redução das desigualdades educacionais e o fortalecimento das práticas pedagógicas inovadoras são eixos estratégicos para o alcance das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e no Plano Municipal de Educação. A proposta é assegurar que todos os estudantes do Ensino Fundamental tenham acesso a uma educação pública de qualidade, com acompanhamento sistemático, infraestrutura adequada e formação continuada dos profissionais da educação, contribuindo para o desenvolvimento integral dos alunos e para a melhoria contínua dos resultados educacionais do município.

Público alvo: População na faixa etária de 6 a 14 anos, acrescida dos estudantes fora de faixa, em atendimento na rede municipal de ensino.

Natureza da despesa: 3.3.90.31.00 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	10.000,00	11.000,00	12.000,00	13.000,00	46.000,00
15510000 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (	0,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00

Ação	Tipo	Produto						
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **15 - 9 . 9101 . 12 . 361 . 9 . 2.10 . 0 . 339032**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Relação de Despesas PPA

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Classificação Programática

Programa: 9 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Objetivo: GARANTIR ACESSO, PERMANÊNCIA E APRENDIZAGEM COM QUALIDADE NO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MOSSORÓ, PROMOVENDO A EQUIDADE EDUCACIONAL, A MELHORIA DOS RESULTADOS DE DESEMPENHO ACADÊMICO E O FORTALECIMENTO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS.

Problema:

Justificativa: A Secretaria Municipal de Educação de Mossoró tem como compromisso garantir o acesso universal ao Ensino Fundamental, assegurando a permanência e a aprendizagem efetiva dos estudantes dos anos iniciais e finais, com foco na equidade e na qualidade da oferta educacional. Nesse sentido, o programa visa consolidar uma política educacional que promova a melhoria dos indicadores de desempenho da Rede Municipal, refletida nos resultados das avaliações internas e externas, como o SAEB, além de ampliar o atendimento à população de 6 a 14 anos. A elevação dos níveis de aprendizagem, a redução das desigualdades educacionais e o fortalecimento das práticas pedagógicas inovadoras são eixos estratégicos para o alcance das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e no Plano Municipal de Educação. A proposta é assegurar que todos os estudantes do Ensino Fundamental tenham acesso a uma educação pública de qualidade, com acompanhamento sistemático, infraestrutura adequada e formação continuada dos profissionais da educação, contribuindo para o desenvolvimento integral dos alunos e para a melhoria contínua dos resultados educacionais do município.

Público alvo: População na faixa etária de 6 a 14 anos, acrescida dos estudantes fora de faixa, em atendimento na rede municipal de ensino.

Natureza da despesa: 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Ação	**Tipo**	**Produto**						
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: 16 - 9 . 9101 . 12 . 361 . 9 . 2.10 . 0 . 339039

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Classificação Programática

Programa: 9 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Objetivo: GARANTIR ACESSO, PERMANÊNCIA E APRENDIZAGEM COM QUALIDADE NO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MOSSORÓ, PROMOVENDO A EQUIDADE EDUCACIONAL, A MELHORIA DOS RESULTADOS DE DESEMPENHO ACADÊMICO E O FORTALECIMENTO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS.

Problema:

Justificativa: A Secretaria Municipal de Educação de Mossoró tem como compromisso garantir o acesso universal ao Ensino Fundamental, assegurando a permanência e a aprendizagem efetiva dos estudantes dos anos iniciais e finais, com foco na equidade e na qualidade da oferta educacional. Nesse sentido, o programa visa consolidar uma política educacional que promova a melhoria dos indicadores de desempenho da Rede Municipal, refletida nos resultados das avaliações internas e externas, como o SAEB, além de ampliar o atendimento à população de 6 a 14 anos. A elevação dos níveis de aprendizagem, a redução das desigualdades educacionais e o fortalecimento das práticas pedagógicas inovadoras são eixos estratégicos para o alcance das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e no Plano Municipal de Educação. A proposta é assegurar que todos os estudantes do Ensino Fundamental tenham acesso a uma educação pública de qualidade, com acompanhamento sistemático, infraestrutura adequada e formação continuada dos profissionais da educação, contribuindo para o desenvolvimento integral dos alunos e para a melhoria contínua dos resultados

Relação de Despesas PPA

educacionais do município.

Público alvo: População na faixa etária de 6 a 14 anos, acrescida dos estudantes fora de faixa, em atendimento na rede municipal de ensino.

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	17.000.000,00	17.100.000,00	17.200.000,00	17.300.000,00	68.600.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **18 - 9 . 9101 . 12 . 122 . 9 . 1.2 . 0 . 449051**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 9 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Objetivo: GARANTIR ACESSO, PERMANÊNCIA E APRENDIZAGEM COM QUALIDADE NO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MOSSORÓ, PROMOVENDO A EQUIDADE EDUCACIONAL, A MELHORIA DOS RESULTADOS DE DESEMPENHO ACADÊMICO E O FORTALECIMENTO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS.

Problema:

Justificativa: A Secretaria Municipal de Educação de Mossoró tem como compromisso garantir o acesso universal ao Ensino Fundamental, assegurando a permanência e a aprendizagem efetiva dos estudantes dos anos iniciais e finais, com foco na equidade e na qualidade da oferta educacional. Nesse sentido, o programa visa consolidar uma política educacional que promova a melhoria dos indicadores de desempenho da Rede Municipal, refletida nos resultados das avaliações internas e externas, como o SAEB, além de ampliar o atendimento à população de 6 a 14 anos. A elevação dos níveis de aprendizagem, a redução das desigualdades educacionais e o fortalecimento das práticas pedagógicas inovadoras são eixos estratégicos para o alcance das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e no Plano Municipal de Educação. A proposta é assegurar que todos os estudantes do Ensino Fundamental tenham acesso a uma educação pública de qualidade, com acompanhamento sistemático, infraestrutura adequada e formação continuada dos profissionais da educação, contribuindo para o desenvolvimento integral dos alunos e para a melhoria contínua dos resultados educacionais do município.

Público alvo: População na faixa etária de 6 a 14 anos, acrescida dos estudantes fora de faixa, em atendimento na rede municipal de ensino.

Natureza da despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **19 - 9 . 9101 . 12 . 122 . 9 . 1.2 . 0 . 339039**

Relação de Despesas PPA

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 9 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL
Objetivo: GARANTIR ACESSO, PERMANÊNCIA E APRENDIZAGEM COM QUALIDADE NO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MOSSORÓ, PROMOVENDO A EQUIDADE EDUCACIONAL, A MELHORIA DOS RESULTADOS DE DESEMPENHO ACADÊMICO E O FORTALECIMENTO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS.

Problema:

Justificativa: A Secretaria Municipal de Educação de Mossoró tem como compromisso garantir o acesso universal ao Ensino Fundamental, assegurando a permanência e a aprendizagem efetiva dos estudantes dos anos iniciais e finais, com foco na equidade e na qualidade da oferta educacional. Nesse sentido, o programa visa consolidar uma política educacional que promova a melhoria dos indicadores de desempenho da Rede Municipal, refletida nos resultados das avaliações internas e externas, como o SAEB, além de ampliar o atendimento à população de 6 a 14 anos. A elevação dos níveis de aprendizagem, a redução das desigualdades educacionais e o fortalecimento das práticas pedagógicas inovadoras são eixos estratégicos para o alcance das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e no Plano Municipal de Educação. A proposta é assegurar que todos os estudantes do Ensino Fundamental tenham acesso a uma educação pública de qualidade, com acompanhamento sistemático, infraestrutura adequada e formação continuada dos profissionais da educação, contribuindo para o desenvolvimento integral dos alunos e para a melhoria contínua dos resultados educacionais do município.

Público alvo: População na faixa etária de 6 a 14 anos, acrescida dos estudantes fora de faixa, em atendimento na rede municipal de ensino.

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15500000 - Transferência do Salário-Educação	0,00	3.500.000,00	3.500.000,00	3.500.000,00	3.500.000,00	14.000.000,00
15430000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	725.000,00	761.000,00	796.000,00	839.000,00	3.121.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**						
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: 20 - 9 . 9101 . 12 . 361 . 9 . 2.12 . 0 . 339032

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Classificação Programática

Programa: 9 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL
Objetivo: GARANTIR ACESSO, PERMANÊNCIA E APRENDIZAGEM COM QUALIDADE NO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MOSSORÓ, PROMOVENDO A EQUIDADE EDUCACIONAL, A MELHORIA DOS RESULTADOS DE DESEMPENHO ACADÊMICO E O FORTALECIMENTO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS.

Relação de Despesas PPA

Problema:

Justificativa: A Secretaria Municipal de Educação de Mossoró tem como compromisso garantir o acesso universal ao Ensino Fundamental, assegurando a permanência e a aprendizagem efetiva dos estudantes dos anos iniciais e finais, com foco na equidade e na qualidade da oferta educacional. Nesse sentido, o programa visa consolidar uma política educacional que promova a melhoria dos indicadores de desempenho da Rede Municipal, refletida nos resultados das avaliações internas e externas, como o SAEB, além de ampliar o atendimento à população de 6 a 14 anos. A elevação dos níveis de aprendizagem, a redução das desigualdades educacionais e o fortalecimento das práticas pedagógicas inovadoras são eixos estratégicos para o alcance das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e no Plano Municipal de Educação. A proposta é assegurar que todos os estudantes do Ensino Fundamental tenham acesso a uma educação pública de qualidade, com acompanhamento sistemático, infraestrutura adequada e formação continuada dos profissionais da educação, contribuindo para o desenvolvimento integral dos alunos e para a melhoria contínua dos resultados educacionais do município.

Público alvo: População na faixa etária de 6 a 14 anos, acrescida dos estudantes fora de faixa, em atendimento na rede municipal de ensino.

Natureza da despesa: 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	4.000.000,00	4.100.000,00	4.200.000,00	4.300.000,00	16.600.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: 21 - 9 . 9101 . 12 . 361 . 9 . 2.11 . 0 . 339039

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Classificação Programática

Programa: 9 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Objetivo: GARANTIR ACESSO, PERMANÊNCIA E APRENDIZAGEM COM QUALIDADE NO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MOSSORÓ, PROMOVENDO A EQUIDADE EDUCACIONAL, A MELHORIA DOS RESULTADOS DE DESEMPENHO ACADÊMICO E O FORTALECIMENTO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS.

Problema:

Justificativa: A Secretaria Municipal de Educação de Mossoró tem como compromisso garantir o acesso universal ao Ensino Fundamental, assegurando a permanência e a aprendizagem efetiva dos estudantes dos anos iniciais e finais, com foco na equidade e na qualidade da oferta educacional. Nesse sentido, o programa visa consolidar uma política educacional que promova a melhoria dos indicadores de desempenho da Rede Municipal, refletida nos resultados das avaliações internas e externas, como o SAEB, além de ampliar o atendimento à população de 6 a 14 anos. A elevação dos níveis de aprendizagem, a redução das desigualdades educacionais e o fortalecimento das práticas pedagógicas inovadoras são eixos estratégicos para o alcance das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e no Plano Municipal de Educação. A proposta é assegurar que todos os estudantes do Ensino Fundamental tenham acesso a uma educação pública de qualidade, com acompanhamento sistemático, infraestrutura adequada e formação continuada dos profissionais da educação, contribuindo para o desenvolvimento integral dos alunos e para a melhoria contínua dos resultados educacionais do município.

Público alvo: População na faixa etária de 6 a 14 anos, acrescida dos estudantes fora de faixa, em atendimento na rede municipal de ensino.

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Relação de Despesas PPA

15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	2.000.000,00	2.100.000,00	2.200.000,00	2.300.000,00	8.600.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **23 - 9 . 9101 . 12 . 365 . 8 . 1.1 . 0 . 449051**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil

Classificação Programática

Programa: 8 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
Objetivo: CONTRIBUIR PARA A EXPANSÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM CRECHES E PRÉ-ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO
Problema:
Justificativa: A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei nº 9.394/1996) e a Resolução CNE/CEB nº 5/2009, sendo ofertada em creches e pré-escolas para crianças de 0 a 5 anos. O Plano Nacional de Educação (PNE Lei nº 13.005/2014) e o Plano Municipal de Educação de Mossoró preveem, entre suas metas, a universalização da pré-escola para crianças de 4 e 5 anos e a ampliação da oferta em creches para, no mínimo, 50% das crianças de 0 a 3 anos. Apesar dos avanços já conquistados, ainda há desafios a serem superados, como o déficit de vagas em creches e a necessidade de fortalecimento da infraestrutura e da formação dos profissionais que atuam nessa etapa. Nesse sentido, este programa busca ampliar o acesso e qualificar o atendimento na Educação Infantil, por meio da construção e modernização de unidades escolares, aquisição de materiais pedagógicos e de consumo adequados à faixa etária, e realização de formações continuadas voltadas aos profissionais da área. Além disso, o programa contempla ações de monitoramento e avaliação com foco na melhoria da qualidade do atendimento ofertado, garantindo o direito das crianças a uma educação que promova seu desenvolvimento integral. A iniciativa reforça o compromisso da gestão municipal com a promoção de uma Educação Infantil que cumpra sua função social, política e pedagógica, assegurando o educar e o cuidar como práticas indissociáveis.
Público alvo: População na faixa etária de 0 a 5 anos e 11 meses

Indicadores: 7 - Matrículas de alunos na creche
8 - Matrícula de alunos na Pré-Escola

Natureza da despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	3.000.000,00	3.100.000,00	3.200.000,00	3.300.000,00	12.600.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **24 - 9 . 9101 . 12 . 365 . 8 . 2.18 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Relação de Despesas PPA

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 365 - Educação Infantil

Classificação Programática

Programa: 8 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Objetivo: CONTRIBUIR PARA A EXPANSÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM CRECHES E PRÉ-ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Problema:

Justificativa: A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei nº 9.394/1996) e a Resolução CNE/CEB nº 5/2009, sendo ofertada em creches e pré-escolas para crianças de 0 a 5 anos. O Plano Nacional de Educação (PNE Lei nº 13.005/2014) e o Plano Municipal de Educação de Mossoró preveem, entre suas metas, a universalização da pré-escola para crianças de 4 e 5 anos e a ampliação da oferta em creches para, no mínimo, 50% das crianças de 0 a 3 anos. Apesar dos avanços já conquistados, ainda há desafios a serem superados, como o déficit de vagas em creches e a necessidade de fortalecimento da infraestrutura e da formação dos profissionais que atuam nessa etapa. Nesse sentido, este programa busca ampliar o acesso e qualificar o atendimento na Educação Infantil, por meio da construção e modernização de unidades escolares, aquisição de materiais pedagógicos e de consumo adequados à faixa etária, e realização de formações continuadas voltadas aos profissionais da área. Além disso, o programa contempla ações de monitoramento e avaliação com foco na melhoria da qualidade do atendimento ofertado, garantindo o direito das crianças a uma educação que promova seu desenvolvimento integral. A iniciativa reforça o compromisso da gestão municipal com a promoção de uma Educação Infantil que cumpra sua função social, política e pedagógica, assegurando o educar e o cuidar como práticas indissociáveis.

Público alvo: População na faixa etária de 0 a 5 anos e 11 meses

Indicadores: 7 - Matrículas de alunos na creche

8 - Matrícula de alunos na Pré-Escola

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	5.300.000,00	5.400.000,00	5.500.000,00	5.600.000,00	21.800.000,00
15500000 - Transferência do Salário-Educação	0,00	110.000,00	115.000,00	120.000,00	125.000,00	470.000,00

Ação	Tipo	Produto						
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: 25 - 9 . 9101 . 12 . 365 . 8 . 2.19 . 0 . 339039

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 365 - Educação Infantil

Classificação Programática

Programa: 8 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Objetivo: CONTRIBUIR PARA A EXPANSÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM CRECHES E PRÉ-ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Problema:

Relação de Despesas PPA

Justificativa: A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei nº 9.394/1996) e a Resolução CNE/CEB nº 5/2009, sendo ofertada em creches e pré-escolas para crianças de 0 a 5 anos. O Plano Nacional de Educação (PNE Lei nº 13.005/2014) e o Plano Municipal de Educação de Mossoró preveem, entre suas metas, a universalização da pré-escola para crianças de 4 e 5 anos e a ampliação da oferta em creches para, no mínimo, 50% das crianças de 0 a 3 anos. Apesar dos avanços já conquistados, ainda há desafios a serem superados, como o déficit de vagas em creches e a necessidade de fortalecimento da infraestrutura e da formação dos profissionais que atuam nessa etapa. Nesse sentido, este programa busca ampliar o acesso e qualificar o atendimento na Educação Infantil, por meio da construção e modernização de unidades escolares, aquisição de materiais pedagógicos e de consumo adequados à faixa etária, e realização de formações continuadas voltadas aos profissionais da área. Além disso, o programa contempla ações de monitoramento e avaliação com foco na melhoria da qualidade do atendimento ofertado, garantindo o direito das crianças a uma educação que promova seu desenvolvimento integral. A iniciativa reforça o compromisso da gestão municipal com a promoção de uma Educação Infantil que cumpra sua função social, política e pedagógica, assegurando o educar e o cuidar como práticas indissociáveis.

Público alvo: População na faixa etária de 0 a 5 anos e 11 meses

Indicadores: 7 - Matrículas de alunos na creche

8 - Matrícula de alunos na Pré-Escola

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	7.000.000,00	7.100.000,00	7.200.000,00	7.300.000,00	28.600.000,00
15500000 - Transferência do Salário-Educação	0,00	110.000,00	115.000,00	120.000,00	125.000,00	470.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**						
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **26 - 9 . 9101 . 12 . 365 . 8 . 2.18 . 0 . 319004**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 365 - Educação Infantil

Classificação Programática

Programa: 8 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Objetivo: CONTRIBUIR PARA A EXPANSÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM CRECHES E PRÉ-ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Problema:

Justificativa: A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei nº 9.394/1996) e a Resolução CNE/CEB nº 5/2009, sendo ofertada em creches e pré-escolas para crianças de 0 a 5 anos. O Plano Nacional de Educação (PNE Lei nº 13.005/2014) e o Plano Municipal de Educação de Mossoró preveem, entre suas metas, a universalização da pré-escola para crianças de 4 e 5 anos e a ampliação da oferta em creches para, no mínimo, 50% das crianças de 0 a 3 anos. Apesar dos avanços já conquistados, ainda há desafios a serem superados, como o déficit de vagas em creches e a necessidade de fortalecimento da infraestrutura e da formação dos profissionais que atuam nessa etapa. Nesse sentido, este programa busca ampliar o acesso e qualificar o atendimento na Educação Infantil, por meio da construção e modernização de unidades escolares, aquisição de materiais pedagógicos e de consumo adequados à faixa etária, e realização de formações continuadas voltadas aos profissionais da área. Além disso, o programa contempla ações de monitoramento e avaliação com foco na melhoria da qualidade do atendimento ofertado, garantindo o direito das crianças a uma educação que promova seu desenvolvimento integral. A iniciativa reforça o compromisso da gestão municipal com a promoção de uma Educação Infantil que cumpra sua função social, política e pedagógica, assegurando o educar e o cuidar como práticas indissociáveis.

Público alvo: População na faixa etária de 0 a 5 anos e 11 meses

Indicadores: 7 - Matrículas de alunos na creche

Relação de Despesas PPA

8 - Matrícula de alunos na Pré-Escola

Natureza da despesa: 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	770.000,00	780.000,00	790.000,00	800.000,00	3.140.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **27 - 9 . 9101 . 12 . 365 . 8 . 2.18 . 0 . 319011**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 365 - Educação Infantil

Classificação Programática

Programa: 8 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Objetivo: CONTRIBUIR PARA A EXPANSÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM CRECHES E PRÉ-ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Problema:

Justificativa: A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei nº 9.394/1996) e a Resolução CNE/CEB nº 5/2009, sendo ofertada em creches e pré-escolas para crianças de 0 a 5 anos. O Plano Nacional de Educação (PNE Lei nº 13.005/2014) e o Plano Municipal de Educação de Mossoró preveem, entre suas metas, a universalização da pré-escola para crianças de 4 e 5 anos e a ampliação da oferta em creches para, no mínimo, 50% das crianças de 0 a 3 anos. Apesar dos avanços já conquistados, ainda há desafios a serem superados, como o déficit de vagas em creches e a necessidade de fortalecimento da infraestrutura e da formação dos profissionais que atuam nessa etapa. Nesse sentido, este programa busca ampliar o acesso e qualificar o atendimento na Educação Infantil, por meio da construção e modernização de unidades escolares, aquisição de materiais pedagógicos e de consumo adequados à faixa etária, e realização de formações continuadas voltadas aos profissionais da área. Além disso, o programa contempla ações de monitoramento e avaliação com foco na melhoria da qualidade do atendimento ofertado, garantindo o direito das crianças a uma educação que promova seu desenvolvimento integral. A iniciativa reforça o compromisso da gestão municipal com a promoção de uma Educação Infantil que cumpra sua função social, política e pedagógica, assegurando o educar e o cuidar como práticas indissociáveis.

Público alvo: População na faixa etária de 0 a 5 anos e 11 meses

Indicadores: 7 - Matrículas de alunos na creche

8 - Matrícula de alunos na Pré-Escola

Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	5.150.000,00	5.175.000,00	5.200.000,00	5.250.000,00	20.775.000,00
15401070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Pagamento dos Pr	0,00	15.840.000,00	17.850.000,00	18.860.000,00	19.870.000,00	72.420.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Relação de Despesas PPA

Despesa PPA: **28 - 9 . 9101 . 12 . 365 . 8 . 2.18 . 0 . 319013**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 365 - Educação Infantil

Classificação Programática

Programa: 8 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Objetivo: CONTRIBUIR PARA A EXPANSÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM CRECHES E PRÉ-ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Problema:

Justificativa: A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei nº 9.394/1996) e a Resolução CNE/CEB nº 5/2009, sendo ofertada em creches e pré-escolas para crianças de 0 a 5 anos. O Plano Nacional de Educação (PNE Lei nº 13.005/2014) e o Plano Municipal de Educação de Mossoró preveem, entre suas metas, a universalização da pré-escola para crianças de 4 e 5 anos e a ampliação da oferta em creches para, no mínimo, 50% das crianças de 0 a 3 anos. Apesar dos avanços já conquistados, ainda há desafios a serem superados, como o déficit de vagas em creches e a necessidade de fortalecimento da infraestrutura e da formação dos profissionais que atuam nessa etapa. Nesse sentido, este programa busca ampliar o acesso e qualificar o atendimento na Educação Infantil, por meio da construção e modernização de unidades escolares, aquisição de materiais pedagógicos e de consumo adequados à faixa etária, e realização de formações continuadas voltadas aos profissionais da área. Além disso, o programa contempla ações de monitoramento e avaliação com foco na melhoria da qualidade do atendimento ofertado, garantindo o direito das crianças a uma educação que promova seu desenvolvimento integral. A iniciativa reforça o compromisso da gestão municipal com a promoção de uma Educação Infantil que cumpra sua função social, política e pedagógica, assegurando o educar e o cuidar como práticas indissociáveis.

Público alvo: População na faixa etária de 0 a 5 anos e 11 meses

Indicadores: 7 - Matrículas de alunos na creche

8 - Matrícula de alunos na Pré-Escola

Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15401070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Pagamento dos Pr	0,00	965.000,00	985.000,00	1.015.000,00	1.030.000,00	3.995.000,00
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	170.000,00	178.000,00	187.000,00	196.000,00	731.000,00

Ação	Tipo	Produto						
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **29 - 9 . 9101 . 12 . 365 . 8 . 2.18 . 0 . 319016**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Relação de Despesas PPA

Subfunção: 365 - Educação Infantil

Classificação Programática

Programa: 8 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Objetivo: CONTRIBUIR PARA A EXPANSÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM CRECHES E PRÉ-ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Problema:

Justificativa: A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei nº 9.394/1996) e a Resolução CNE/CEB nº 5/2009, sendo ofertada em creches e pré-escolas para crianças de 0 a 5 anos. O Plano Nacional de Educação (PNE Lei nº 13.005/2014) e o Plano Municipal de Educação de Mossoró preveem, entre suas metas, a universalização da pré-escola para crianças de 4 e 5 anos e a ampliação da oferta em creches para, no mínimo, 50% das crianças de 0 a 3 anos. Apesar dos avanços já conquistados, ainda há desafios a serem superados, como o déficit de vagas em creches e a necessidade de fortalecimento da infraestrutura e da formação dos profissionais que atuam nessa etapa. Nesse sentido, este programa busca ampliar o acesso e qualificar o atendimento na Educação Infantil, por meio da construção e modernização de unidades escolares, aquisição de materiais pedagógicos e de consumo adequados à faixa etária, e realização de formações continuadas voltadas aos profissionais da área. Além disso, o programa contempla ações de monitoramento e avaliação com foco na melhoria da qualidade do atendimento ofertado, garantindo o direito das crianças a uma educação que promova seu desenvolvimento integral. A iniciativa reforça o compromisso da gestão municipal com a promoção de uma Educação Infantil que cumpra sua função social, política e pedagógica, assegurando o educar e o cuidar como práticas indissociáveis.

Público alvo: População na faixa etária de 0 a 5 anos e 11 meses

Indicadores: 7 - Matrículas de alunos na creche

8 - Matrícula de alunos na Pré-Escola

Natureza da despesa: 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15401070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Pagamento dos Pr	0,00	1.650.000,00	1.750.000,00	1.850.000,00	1.950.000,00	7.200.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **30 - 9 . 9101 . 12 . 365 . 8 . 2.18 . 0 . 319113**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 365 - Educação Infantil

Classificação Programática

Programa: 8 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Objetivo: CONTRIBUIR PARA A EXPANSÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM CRECHES E PRÉ-ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Problema:

Justificativa: A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei nº 9.394/1996) e a Resolução CNE/CEB nº 5/2009, sendo ofertada em creches e pré-escolas para crianças de 0 a 5 anos. O Plano Nacional de Educação (PNE Lei nº 13.005/2014) e o Plano Municipal de Educação de Mossoró preveem, entre suas metas, a universalização da pré-escola para crianças de 4 e 5 anos e a ampliação da oferta em creches para, no mínimo, 50% das crianças de 0 a 3 anos. Apesar dos avanços já conquistados, ainda há desafios a serem superados, como o déficit de vagas em creches e a necessidade de fortalecimento da infraestrutura e da formação dos profissionais que atuam nessa etapa. Nesse sentido, este programa busca ampliar o acesso e qualificar o atendimento na Educação Infantil, por meio da construção e modernização de unidades escolares, aquisição de materiais pedagógicos e de consumo

adequados à faixa etária, e realização de formações continuadas voltadas aos profissionais da área. Além disso, o programa contempla ações de monitoramento e avaliação com foco na melhoria da qualidade do atendimento ofertado, garantindo o direito das crianças a uma educação que promova seu desenvolvimento integral. A iniciativa reforça o compromisso da gestão municipal com a promoção de uma Educação Infantil que cumpra sua função social, política e pedagógica, assegurando o educar e o cuidar como práticas indissociáveis.

Público alvo: População na faixa etária de 0 a 5 anos e 11 meses

Indicadores: 7 - Matrículas de alunos na creche

8 - Matrícula de alunos na Pré-Escola

Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15401070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Pagamento dos Pr	0,00	2.120.000,00	2.663.000,00	2.970.000,00	3.490.000,00	11.243.000,00
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	370.000,00	388.000,00	407.000,00	428.000,00	1.593.000,00

Ação	Tipo	Produto						
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total	

Despesa PPA: **31 - 9 . 9101 . 12 . 365 . 8 . 2.18 . 0 . 335041**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 365 - Educação Infantil

Classificação Programática

Programa: 8 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Objetivo: CONTRIBUIR PARA A EXPANSÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM CRECHES E PRÉ-ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Problema:

Justificativa: A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei nº 9.394/1996) e a Resolução CNE/CEB nº 5/2009, sendo ofertada em creches e pré-escolas para crianças de 0 a 5 anos. O Plano Nacional de Educação (PNE Lei nº 13.005/2014) e o Plano Municipal de Educação de Mossoró preveem, entre suas metas, a universalização da pré-escola para crianças de 4 e 5 anos e a ampliação da oferta em creches para, no mínimo, 50% das crianças de 0 a 3 anos. Apesar dos avanços já conquistados, ainda há desafios a serem superados, como o déficit de vagas em creches e a necessidade de fortalecimento da infraestrutura e da formação dos profissionais que atuam nessa etapa. Nesse sentido, este programa busca ampliar o acesso e qualificar o atendimento na Educação Infantil, por meio da construção e modernização de unidades escolares, aquisição de materiais pedagógicos e de consumo adequados à faixa etária, e realização de formações continuadas voltadas aos profissionais da área. Além disso, o programa contempla ações de monitoramento e avaliação com foco na melhoria da qualidade do atendimento ofertado, garantindo o direito das crianças a uma educação que promova seu desenvolvimento integral. A iniciativa reforça o compromisso da gestão municipal com a promoção de uma Educação Infantil que cumpra sua função social, política e pedagógica, assegurando o educar e o cuidar como práticas indissociáveis.

Público alvo: População na faixa etária de 0 a 5 anos e 11 meses

Indicadores: 7 - Matrículas de alunos na creche

8 - Matrícula de alunos na Pré-Escola

Natureza da despesa: 3.3.50.41.00 - Contribuições

Valores Previstos R$

Relação de Despesas PPA

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	212.000,00	222.000,00	233.000,00	245.000,00	912.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **32 - 9 . 9101 . 12 . 365 . 8 . 2.18 . 0 . 339018**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 365 - Educação Infantil

Classificação Programática

Programa: 8 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Objetivo: CONTRIBUIR PARA A EXPANSÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM CRECHES E PRÉ-ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Problema:

Justificativa: A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei nº 9.394/1996) e a Resolução CNE/CEB nº 5/2009, sendo ofertada em creches e pré-escolas para crianças de 0 a 5 anos. O Plano Nacional de Educação (PNE Lei nº 13.005/2014) e o Plano Municipal de Educação de Mossoró preveem, entre suas metas, a universalização da pré-escola para crianças de 4 e 5 anos e a ampliação da oferta em creches para, no mínimo, 50% das crianças de 0 a 3 anos. Apesar dos avanços já conquistados, ainda há desafios a serem superados, como o déficit de vagas em creches e a necessidade de fortalecimento da infraestrutura e da formação dos profissionais que atuam nessa etapa. Nesse sentido, este programa busca ampliar o acesso e qualificar o atendimento na Educação Infantil, por meio da construção e modernização de unidades escolares, aquisição de materiais pedagógicos e de consumo adequados à faixa etária, e realização de formações continuadas voltadas aos profissionais da área. Além disso, o programa contempla ações de monitoramento e avaliação com foco na melhoria da qualidade do atendimento ofertado, garantindo o direito das crianças a uma educação que promova seu desenvolvimento integral. A iniciativa reforça o compromisso da gestão municipal com a promoção de uma Educação Infantil que cumpra sua função social, política e pedagógica, assegurando o educar e o cuidar como práticas indissociáveis.

Público alvo: População na faixa etária de 0 a 5 anos e 11 meses

Indicadores: 7 - Matrículas de alunos na creche

8 - Matrícula de alunos na Pré-Escola

Natureza da despesa: 3.3.90.18.00 - Auxílio Financeiro a Estudantes

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	580.000,00	609.000,00	639.000,00	671.000,00	2.499.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **33 - 9 . 9101 . 12 . 365 . 8 . 2.18 . 0 . 339030**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Relação de Despesas PPA

Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 365 - Educação Infantil

Classificação Programática

Programa: 8 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Objetivo: CONTRIBUIR PARA A EXPANSÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM CRECHES E PRÉ-ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Problema:

Justificativa: A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei nº 9.394/1996) e a Resolução CNE/CEB nº 5/2009, sendo ofertada em creches e pré-escolas para crianças de 0 a 5 anos. O Plano Nacional de Educação (PNE Lei nº 13.005/2014) e o Plano Municipal de Educação de Mossoró preveem, entre suas metas, a universalização da pré-escola para crianças de 4 e 5 anos e a ampliação da oferta em creches para, no mínimo, 50% das crianças de 0 a 3 anos. Apesar dos avanços já conquistados, ainda há desafios a serem superados, como o déficit de vagas em creches e a necessidade de fortalecimento da infraestrutura e da formação dos profissionais que atuam nessa etapa. Nesse sentido, este programa busca ampliar o acesso e qualificar o atendimento na Educação Infantil, por meio da construção e modernização de unidades escolares, aquisição de materiais pedagógicos e de consumo adequados à faixa etária, e realização de formações continuadas voltadas aos profissionais da área. Além disso, o programa contempla ações de monitoramento e avaliação com foco na melhoria da qualidade do atendimento ofertado, garantindo o direito das crianças a uma educação que promova seu desenvolvimento integral. A iniciativa reforça o compromisso da gestão municipal com a promoção de uma Educação Infantil que cumpra sua função social, política e pedagógica, assegurando o educar e o cuidar como práticas indissociáveis.

Público alvo: População na faixa etária de 0 a 5 anos e 11 meses

Indicadores: 7 - Matrículas de alunos na creche

8 - Matrícula de alunos na Pré-Escola

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	320.000,00	336.000,00	352.000,00	370.000,00	1.378.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **35 - 9 . 9101 . 12 . 365 . 8 . 2.169 . 0 . 339032**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 365 - Educação Infantil

Classificação Programática

Programa: 8 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Objetivo: CONTRIBUIR PARA A EXPANSÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM CRECHES E PRÉ-ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Problema:

Relação de Despesas PPA

Justificativa: A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei nº 9.394/1996) e a Resolução CNE/CEB nº 5/2009, sendo ofertada em creches e pré-escolas para crianças de 0 a 5 anos. O Plano Nacional de Educação (PNE Lei nº 13.005/2014) e o Plano Municipal de Educação de Mossoró preveem, entre suas metas, a universalização da pré-escola para crianças de 4 e 5 anos e a ampliação da oferta em creches para, no mínimo, 50% das crianças de 0 a 3 anos. Apesar dos avanços já conquistados, ainda há desafios a serem superados, como o déficit de vagas em creches e a necessidade de fortalecimento da infraestrutura e da formação dos profissionais que atuam nessa etapa. Nesse sentido, este programa busca ampliar o acesso e qualificar o atendimento na Educação Infantil, por meio da construção e modernização de unidades escolares, aquisição de materiais pedagógicos e de consumo adequados à faixa etária, e realização de formações continuadas voltadas aos profissionais da área. Além disso, o programa contempla ações de monitoramento e avaliação com foco na melhoria da qualidade do atendimento ofertado, garantindo o direito das crianças a uma educação que promova seu desenvolvimento integral. A iniciativa reforça o compromisso da gestão municipal com a promoção de uma Educação Infantil que cumpra sua função social, política e pedagógica, assegurando o educar e o cuidar como práticas indissociáveis.

Público alvo: População na faixa etária de 0 a 5 anos e 11 meses

Indicadores: 7 - Matrículas de alunos na creche

8 - Matrícula de alunos na Pré-Escola

Natureza da despesa: 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	1.600.000,00	1.700.000,00	1.800.000,00	1.900.000,00	7.000.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **38 - 9 . 9101 . 12 . 365 . 8 . 2.170 . 0 . 339032**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 365 - Educação Infantil

Classificação Programática

Programa: 8 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Objetivo: CONTRIBUIR PARA A EXPANSÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM CRECHES E PRÉ-ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Problema:

Justificativa: A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei nº 9.394/1996) e a Resolução CNE/CEB nº 5/2009, sendo ofertada em creches e pré-escolas para crianças de 0 a 5 anos. O Plano Nacional de Educação (PNE Lei nº 13.005/2014) e o Plano Municipal de Educação de Mossoró preveem, entre suas metas, a universalização da pré-escola para crianças de 4 e 5 anos e a ampliação da oferta em creches para, no mínimo, 50% das crianças de 0 a 3 anos. Apesar dos avanços já conquistados, ainda há desafios a serem superados, como o déficit de vagas em creches e a necessidade de fortalecimento da infraestrutura e da formação dos profissionais que atuam nessa etapa. Nesse sentido, este programa busca ampliar o acesso e qualificar o atendimento na Educação Infantil, por meio da construção e modernização de unidades escolares, aquisição de materiais pedagógicos e de consumo adequados à faixa etária, e realização de formações continuadas voltadas aos profissionais da área. Além disso, o programa contempla ações de monitoramento e avaliação com foco na melhoria da qualidade do atendimento ofertado, garantindo o direito das crianças a uma educação que promova seu desenvolvimento integral. A iniciativa reforça o compromisso da gestão municipal com a promoção de uma Educação Infantil que cumpra sua função social, política e pedagógica, assegurando o educar e o cuidar como práticas indissociáveis.

Público alvo: População na faixa etária de 0 a 5 anos e 11 meses

Indicadores: 7 - Matrículas de alunos na creche

8 - Matrícula de alunos na Pré-Escola

Relação de Despesas PPA

Natureza da despesa: 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita

		Valores Previstos R$					
Fonte de recurso		**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do		0,00	2.000.000,00	2.100.000,00	2.200.000,00	2.300.000,00	8.600.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
			2026	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**					

Despesa PPA: **40 - 9 . 9101 . 12 . 365 . 8 . 2.19 . 0 . 339018**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 365 - Educação Infantil

Classificação Programática

Programa: 8 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Objetivo: CONTRIBUIR PARA A EXPANSÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM CRECHES E PRÉ-ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Problema:

Justificativa: A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei nº 9.394/1996) e a Resolução CNE/CEB nº 5/2009, sendo ofertada em creches e pré-escolas para crianças de 0 a 5 anos. O Plano Nacional de Educação (PNE Lei nº 13.005/2014) e o Plano Municipal de Educação de Mossoró preveem, entre suas metas, a universalização da pré-escola para crianças de 4 e 5 anos e a ampliação da oferta em creches para, no mínimo, 50% das crianças de 0 a 3 anos. Apesar dos avanços já conquistados, ainda há desafios a serem superados, como o déficit de vagas em creches e a necessidade de fortalecimento da infraestrutura e da formação dos profissionais que atuam nessa etapa. Nesse sentido, este programa busca ampliar o acesso e qualificar o atendimento na Educação Infantil, por meio da construção e modernização de unidades escolares, aquisição de materiais pedagógicos e de consumo adequados à faixa etária, e realização de formações continuadas voltadas aos profissionais da área. Além disso, o programa contempla ações de monitoramento e avaliação com foco na melhoria da qualidade do atendimento ofertado, garantindo o direito das crianças a uma educação que promova seu desenvolvimento integral. A iniciativa reforça o compromisso da gestão municipal com a promoção de uma Educação Infantil que cumpra sua função social, política e pedagógica, assegurando o educar e o cuidar como práticas indissociáveis.

Público alvo: População na faixa etária de 0 a 5 anos e 11 meses

Indicadores: 7 - Matrículas de alunos na creche

8 - Matrícula de alunos na Pré-Escola

Natureza da despesa: 3.3.90.18.00 - Auxílio Financeiro a Estudantes

		Valores Previstos R$					
Fonte de recurso		**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do		0,00	912.000,00	957.000,00	1.005.000,00	1.055.000,00	3.929.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
			2026	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**					

Despesa PPA: **41 - 9 . 9101 . 12 . 365 . 8 . 2.19 . 0 . 339030**

Relação de Despesas PPA

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil

Classificação Programática

Programa: 8 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
Objetivo: CONTRIBUIR PARA A EXPANSÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM CRECHES E PRÉ-ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO
Problema:
Justificativa: A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei nº 9.394/1996) e a Resolução CNE/CEB nº 5/2009, sendo ofertada em creches e pré-escolas para crianças de 0 a 5 anos. O Plano Nacional de Educação (PNE Lei nº 13.005/2014) e o Plano Municipal de Educação de Mossoró preveem, entre suas metas, a universalização da pré-escola para crianças de 4 e 5 anos e a ampliação da oferta em creches para, no mínimo, 50% das crianças de 0 a 3 anos. Apesar dos avanços já conquistados, ainda há desafios a serem superados, como o déficit de vagas em creches e a necessidade de fortalecimento da infraestrutura e da formação dos profissionais que atuam nessa etapa. Nesse sentido, este programa busca ampliar o acesso e qualificar o atendimento na Educação Infantil, por meio da construção e modernização de unidades escolares, aquisição de materiais pedagógicos e de consumo adequados à faixa etária, e realização de formações continuadas voltadas aos profissionais da área. Além disso, o programa contempla ações de monitoramento e avaliação com foco na melhoria da qualidade do atendimento ofertado, garantindo o direito das crianças a uma educação que promova seu desenvolvimento integral. A iniciativa reforça o compromisso da gestão municipal com a promoção de uma Educação Infantil que cumpra sua função social, política e pedagógica, assegurando o educar e o cuidar como práticas indissociáveis.
Público alvo: População na faixa etária de 0 a 5 anos e 11 meses

Indicadores: 7 - Matrículas de alunos na creche
8 - Matrícula de alunos na Pré-Escola

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	428.000,00	449.000,00	471.000,00	495.000,00	1.843.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: 43 - 9 . 9101 . 12 . 365 . 8 . 2.19 . 0 . 339036

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil

Classificação Programática

Programa: 8 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
Objetivo: CONTRIBUIR PARA A EXPANSÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM CRECHES E PRÉ-ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Relação de Despesas PPA

Problema:

Justificativa: A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei nº 9.394/1996) e a Resolução CNE/CEB nº 5/2009, sendo ofertada em creches e pré-escolas para crianças de 0 a 5 anos. O Plano Nacional de Educação (PNE Lei nº 13.005/2014) e o Plano Municipal de Educação de Mossoró preveem, entre suas metas, a universalização da pré-escola para crianças de 4 e 5 anos e a ampliação da oferta em creches para, no mínimo, 50% das crianças de 0 a 3 anos. Apesar dos avanços já conquistados, ainda há desafios a serem superados, como o déficit de vagas em creches e a necessidade de fortalecimento da infraestrutura e da formação dos profissionais que atuam nessa etapa. Nesse sentido, este programa busca ampliar o acesso e qualificar o atendimento na Educação Infantil, por meio da construção e modernização de unidades escolares, aquisição de materiais pedagógicos e de consumo adequados à faixa etária, e realização de formações continuadas voltadas aos profissionais da área. Além disso, o programa contempla ações de monitoramento e avaliação com foco na melhoria da qualidade do atendimento ofertado, garantindo o direito das crianças a uma educação que promova seu desenvolvimento integral. A iniciativa reforça o compromisso da gestão municipal com a promoção de uma Educação Infantil que cumpra sua função social, política e pedagógica, assegurando o educar e o cuidar como práticas indissociáveis.

Público alvo: População na faixa etária de 0 a 5 anos e 11 meses

Indicadores: 7 - Matrículas de alunos na creche

8 - Matrícula de alunos na Pré-Escola

Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15500000 - Transferência do Salário-Educação	0,00	561.000,00	590.000,00	620.000,00	625.000,00	2.396.000,00
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	400.000,00	420.000,00	441.000,00	463.000,00	1.724.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **45 - 9 . 9101 . 12 . 122 . 7 . 2.17 . 0 . 319011**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total

Relação de Despesas PPA

15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	4.032.000,00	4.233.000,00	4.445.000,00	4.667.000,00	17.377.000,00

Ação	Tipo	Produto						
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **46 - 9 . 9101 . 12 . 122 . 7 . 2.17 . 0 . 319013**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	250.000,00	270.000,00	280.000,00	290.000,00	1.090.000,00

Ação	Tipo	Produto						
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **47 - 9 . 9101 . 12 . 122 . 7 . 2.17 . 0 . 319016**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS,

Relação de Despesas PPA

TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	560.000,00	590.000,00	600.000,00	640.000,00	2.390.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **48 - 9 . 9101 . 12 . 122 . 7 . 2.17 . 0 . 319096**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.96.00 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	627.000,00	658.000,00	691.000,00	725.000,00	2.701.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **49 - 9 . 9101 . 12 . 122 . 7 . 2.17 . 0 . 319113**

Estrutura Organizacional

Relação de Despesas PPA

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	550.000,00	570.000,00	600.000,00	630.000,00	2.350.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: 51 - 9 . 9101 . 12 . 122 . 7 . 2.17 . 0 . 339014

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Relação de Despesas PPA

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	30.000,00	31.000,00	32.000,00	33.000,00	126.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **52 - 9 . 9101 . 12 . 122 . 7 . 2.17 . 0 . 339030**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	701.000,00	736.000,00	772.000,00	811.000,00	3.020.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **54 - 9 . 9101 . 12 . 122 . 7 . 2.17 . 0 . 339033**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Relação de Despesas PPA

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	30.000,00	31.000,00	32.000,00	33.000,00	126.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **55 - 9 . 9101 . 12 . 122 . 7 . 2.17 . 0 . 339036**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	500.000,00	550.000,00	600.000,00	650.000,00	2.300.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **58 - 9 . 9101 . 12 . 367 . 3 . 2.167 . 0 . 449052**

Relação de Despesas PPA

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 367 - Educação Especial

Classificação Programática

Programa: 3 - PROGRAMA INCLUIR

Objetivo: Promover a inclusão e a assistência a estudantes com deficiência e Transtorno do Espectro Autista - TEA, em caso de comprovada necessidade no contexto escolar, por meio da seleção de auxiliares voluntários para atuar na Educação Especial na perspectiva inclusiva, no âmbito da Lei nº 4.179, de 2 de abril de 2025, do Município de Mossoró. São objetivos do Programa Incluir: I - promover a acessibilidade e a inclusão dos estudantes com deficiência e Transtorno do Espectro Autista - TEA, em caso de comprovada necessidade no ambiente escolar, garantindo suporte adequado para a sua participação ativa nas atividades educacionais; II - oferecer aos estudantes com deficiência e Transtorno do Espectro Autista - TEA que necessitem de auxílio na higiene, alimentação, locomoção, comunicação, cuidados pessoais e na realização das atividades escolares; III - dar assistência às questões de mobilidade nos diferentes espaços educativos, como transferência da cadeira de rodas para outro mobiliário e/ou espaços e cuidados quanto ao posicionamento adequado as condições do estudante; IV - garantir o apoio necessário para a higiene pessoal, auxiliando os estudantes, sempre com respeito a sua dignidade e incentivando a autonomia; V - incentivar e auxiliar na alimentação, garantindo suporte durante as refeições, conforme as necessidades individuais; VI - acompanhar e comunicar alterações comportamentais, comunicando à equipe escolar quaisquer mudanças significativas no comportamento do estudante para que possa ser observadas e tratadas adequadamente; VII - acompanhar outras situações que se fizerem necessárias para a realização das atividades cotidianas do estudante com deficiência e Transtorno do Espectro Autista - TEA, em caso de comprovada necessidade no contexto escolar durante a permanência na escola, bem como atuar em todas as atividades escolares necessárias.

Problema:

Justificativa: O Programa Incluir nasce da necessidade de assegurar a efetiva inclusão escolar de crianças, adolescentes e jovens com deficiência e Transtorno do Espectro Autista (TEA) na rede municipal de ensino de Mossoró. A ausência de apoio especializado nas salas de aula dificultava a plena participação desses estudantes, comprometendo seu desenvolvimento pedagógico, social e emocional. A criação do programa responde a um clamor das famílias, professores e entidades representativas, que reivindicavam condições adequadas de acompanhamento, sobretudo em atividades de mobilidade, higiene, alimentação e comunicação. Com a regulamentação pela Lei nº 4.179/2025, a Prefeitura passou a contar com instrumento jurídico e administrativo capaz de estruturar a contratação, capacitação e manutenção de auxiliares de sala, garantindo suporte contínuo e qualificado aos alunos que dele necessitam. Além disso, a iniciativa está em consonância com: a Constituição Federal (art. 205 e 208, III), que garante o direito à educação inclusiva; a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015); a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Portanto, o Programa Incluir é justificado pela urgência social, pela obrigação legal e pela prioridade de promoção da equidade no acesso à educação, assegurando que nenhum estudante seja excluído do processo de aprendizagem por falta de apoio adequado.

Público alvo: Estudantes da rede municipal de ensino de Mossoró com deficiência e/ou Transtorno do Espectro Autista (TEA) que necessitam de apoio especializado para o desenvolvimento pedagógico, social e de cuidados básicos no ambiente escolar.

Indicadores: 9 - Percentual de estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista ou altas habilidades/superdotação da rede municipal com acesso ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) e às ações de in

Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	500.000,00	550.000,00	600.000,00	650.000,00	2.300.000,00

Ação	Tipo	Produto						
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total	

Despesa PPA: **59 - 9 . 9101 . 12 . 367 . 3 . 2.167 . 0 . 339036**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Relação de Despesas PPA

Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 367 - Educação Especial

Classificação Programática

Programa: 3 - PROGRAMA INCLUIR

Objetivo: Promover a inclusão e a assistência a estudantes com deficiência e Transtorno do Espectro Autista - TEA, em caso de comprovada necessidade no contexto escolar, por meio da seleção de auxiliares voluntários para atuar na Educação Especial na perspectiva inclusiva, no âmbito da Lei nº 4.179, de 2 de abril de 2025, do Município de Mossoró. São objetivos do Programa Incluir: I - promover a acessibilidade e a inclusão dos estudantes com deficiência e Transtorno do Espectro Autista - TEA, em caso de comprovada necessidade no ambiente escolar, garantindo suporte adequado para a sua participação ativa nas atividades educacionais; II - oferecer aos estudantes com deficiência e Transtorno do Espectro Autista - TEA que necessitem de auxílio na higiene, alimentação, locomoção, comunicação, cuidados pessoais e na realização das atividades escolares; III - dar assistência às questões de mobilidade nos diferentes espaços educativos, como transferência da cadeira de rodas para outro mobiliário e/ou espaços e cuidados quanto ao posicionamento adequado as condições do estudante; IV - garantir o apoio necessário para a higiene pessoal, auxiliando os estudantes, sempre com respeito a sua dignidade e incentivando a autonomia; V - incentivar e auxiliar na alimentação, garantindo suporte durante as refeições, conforme as necessidades individuais; VI - acompanhar e comunicar alterações comportamentais, comunicando à equipe escolar quaisquer mudanças significativas no comportamento do estudante para que possa ser observadas e tratadas adequadamente; VII - acompanhar outras situações que se fizerem necessárias para a realização das atividades cotidianas do estudante com deficiência e Transtorno do Espectro Autista - TEA, em caso de comprovada necessidade no contexto escolar durante a permanência na escola, bem como atuar em todas as atividades escolares necessárias.

Problema:

Justificativa: O Programa Incluir nasce da necessidade de assegurar a efetiva inclusão escolar de crianças, adolescentes e jovens com deficiência e Transtorno do Espectro Autista (TEA) na rede municipal de ensino de Mossoró. A ausência de apoio especializado nas salas de aula dificultava a plena participação desses estudantes, comprometendo seu desenvolvimento pedagógico, social e emocional. A criação do programa responde a um clamor das famílias, professores e entidades representativas, que reivindicavam condições adequadas de acompanhamento, sobretudo em atividades de mobilidade, higiene, alimentação e comunicação. Com a regulamentação pela Lei nº 4.179/2025, a Prefeitura passou a contar com instrumento jurídico e administrativo capaz de estruturar a contratação, capacitação e manutenção de auxiliares de sala, garantindo suporte contínuo e qualificado aos alunos que dele necessitam. Além disso, a iniciativa está em consonância com: a Constituição Federal (art. 205 e 208, III), que garante o direito à educação inclusiva; a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015); a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Portanto, o Programa Incluir é justificado pela urgência social, pela obrigação legal e pela prioridade de promoção da equidade no acesso à educação, assegurando que nenhum estudante seja excluído do processo de aprendizagem por falta de apoio adequado.

Público alvo: Estudantes da rede municipal de ensino de Mossoró com deficiência e/ou Transtorno do Espectro Autista (TEA) que necessitam de apoio especializado para o desenvolvimento pedagógico, social e de cuidados básicos no ambiente escolar.

Indicadores: 9 - Percentual de estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista ou altas habilidades/superdotação da rede municipal com acesso ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) e às ações de in

Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	3.800.000,00	4.000.000,00	4.200.000,00	4.400.000,00	16.400.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: 60 - 9 . 9101 . 12 . 367 . 3 . 2.167 . 0 . 339039

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Relação de Despesas PPA

Função: 12 - Educação

Subfunção: 367 - Educação Especial

Classificação Programática

Programa: 3 - PROGRAMA INCLUIR

Objetivo: Promover a inclusão e a assistência a estudantes com deficiência e Transtorno do Espectro Autista - TEA, em caso de comprovada necessidade no contexto escolar, por meio da seleção de auxiliares voluntários para atuar na Educação Especial na perspectiva inclusiva, no âmbito da Lei nº 4.179, de 2 de abril de 2025, do Município de Mossoró. São objetivos do Programa Incluir: I - promover a acessibilidade e a inclusão dos estudantes com deficiência e Transtorno do Espectro Autista - TEA, em caso de comprovada necessidade no ambiente escolar, garantindo suporte adequado para a sua participação ativa nas atividades educacionais; II - oferecer aos estudantes com deficiência e Transtorno do Espectro Autista - TEA que necessitem de auxílio na higiene, alimentação, locomoção, comunicação, cuidados pessoais e na realização das atividades escolares; III - dar assistência às questões de mobilidade nos diferentes espaços educativos, como transferência da cadeira de rodas para outro mobiliário e/ou espaços e cuidados quanto ao posicionamento adequado as condições do estudante; IV - garantir o apoio necessário para a higiene pessoal, auxiliando os estudantes, sempre com respeito a sua dignidade e incentivando a autonomia; V - incentivar e auxiliar na alimentação, garantindo suporte durante as refeições, conforme as necessidades individuais; VI - acompanhar e comunicar alterações comportamentais, comunicando à equipe escolar quaisquer mudanças significativas no comportamento do estudante para que possa ser observadas e tratadas adequadamente; VII - acompanhar outras situações que se fizerem necessárias para a realização das atividades cotidianas do estudante com deficiência e Transtorno do Espectro Autista - TEA, em caso de comprovada necessidade no contexto escolar durante a permanência na escola, bem como atuar em todas as atividades escolares necessárias.

Problema:

Justificativa: O Programa Incluir nasce da necessidade de assegurar a efetiva inclusão escolar de crianças, adolescentes e jovens com deficiência e Transtorno do Espectro Autista (TEA) na rede municipal de ensino de Mossoró. A ausência de apoio especializado nas salas de aula dificultava a plena participação desses estudantes, comprometendo seu desenvolvimento pedagógico, social e emocional. A criação do programa responde a um clamor das famílias, professores e entidades representativas, que reivindicavam condições adequadas de acompanhamento, sobretudo em atividades de mobilidade, higiene, alimentação e comunicação. Com a regulamentação pela Lei nº 4.179/2025, a Prefeitura passou a contar com instrumento jurídico e administrativo capaz de estruturar a contratação, capacitação e manutenção de auxiliares de sala, garantindo suporte contínuo e qualificado aos alunos que dele necessitam. Além disso, a iniciativa está em consonância com: a Constituição Federal (art. 205 e 208, III), que garante o direito à educação inclusiva; a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015); a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Portanto, o Programa Incluir é justificado pela urgência social, pela obrigação legal e pela prioridade de promoção da equidade no acesso à educação, assegurando que nenhum estudante seja excluído do processo de aprendizagem por falta de apoio adequado.

Público alvo: Estudantes da rede municipal de ensino de Mossoró com deficiência e/ou Transtorno do Espectro Autista (TEA) que necessitam de apoio especializado para o desenvolvimento pedagógico, social e de cuidados básicos no ambiente escolar.

Indicadores: 9 - Percentual de estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista ou altas habilidades/superdotação da rede municipal com acesso ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) e às ações de in

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	100.000,00	105.000,00	110.000,00	115.000,00	430.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **61 - 9 . 9101 . 12 . 367 . 3 . 2.168 . 0 . 449052**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 367 - Educação Especial

Relação de Despesas PPA

Classificação Programática

Programa: 3 - PROGRAMA INCLUIR

Objetivo: Promover a inclusão e a assistência a estudantes com deficiência e Transtorno do Espectro Autista - TEA, em caso de comprovada necessidade no contexto escolar, por meio da seleção de auxiliares voluntários para atuar na Educação Especial na perspectiva inclusiva, no âmbito da Lei nº 4.179, de 2 de abril de 2025, do Município de Mossoró. São objetivos do Programa Incluir: I - promover a acessibilidade e a inclusão dos estudantes com deficiência e Transtorno do Espectro Autista - TEA, em caso de comprovada necessidade no ambiente escolar, garantindo suporte adequado para a sua participação ativa nas atividades educacionais; II - oferecer aos estudantes com deficiência e Transtorno do Espectro Autista - TEA que necessitem de auxílio na higiene, alimentação, locomoção, comunicação, cuidados pessoais e na realização das atividades escolares; III - dar assistência às questões de mobilidade nos diferentes espaços educativos, como transferência da cadeira de rodas para outro mobiliário e/ou espaços e cuidados quanto ao posicionamento adequado as condições do estudante; IV - garantir o apoio necessário para a higiene pessoal, auxiliando os estudantes, sempre com respeito a sua dignidade e incentivando a autonomia; V - incentivar e auxiliar na alimentação, garantindo suporte durante as refeições, conforme as necessidades individuais; VI - acompanhar e comunicar alterações comportamentais, comunicando à equipe escolar quaisquer mudanças significativas no comportamento do estudante para que possa ser observadas e tratadas adequadamente; VII - acompanhar outras situações que se fizerem necessárias para a realização das atividades cotidianas do estudante com deficiência e Transtorno do Espectro Autista - TEA, em caso de comprovada necessidade no contexto escolar durante a permanência na escola, bem como atuar em todas as atividades escolares necessárias.

Problema:

Justificativa: O Programa Incluir nasce da necessidade de assegurar a efetiva inclusão escolar de crianças, adolescentes e jovens com deficiência e Transtorno do Espectro Autista (TEA) na rede municipal de ensino de Mossoró. A ausência de apoio especializado nas salas de aula dificultava a plena participação desses estudantes, comprometendo seu desenvolvimento pedagógico, social e emocional. A criação do programa responde a um clamor das famílias, professores e entidades representativas, que reivindicavam condições adequadas de acompanhamento, sobretudo em atividades de mobilidade, higiene, alimentação e comunicação. Com a regulamentação pela Lei nº 4.179/2025, a Prefeitura passou a contar com instrumento jurídico e administrativo capaz de estruturar a contratação, capacitação e manutenção de auxiliares de sala, garantindo suporte contínuo e qualificado aos alunos que dele necessitam. Além disso, a iniciativa está em consonância com: a Constituição Federal (art. 205 e 208, III), que garante o direito à educação inclusiva; a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015); a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Portanto, o Programa Incluir é justificado pela urgência social, pela obrigação legal e pela prioridade de promoção da equidade no acesso à educação, assegurando que nenhum estudante seja excluído do processo de aprendizagem por falta de apoio adequado.

Público alvo: Estudantes da rede municipal de ensino de Mossoró com deficiência e/ou Transtorno do Espectro Autista (TEA) que necessitam de apoio especializado para o desenvolvimento pedagógico, social e de cuidados básicos no ambiente escolar.

Indicadores: 9 - Percentual de estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista ou altas habilidades/superdotação da rede municipal com acesso ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) e às ações de in

Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	500.000,00	550.000,00	600.000,00	650.000,00	2.300.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **62 - 9 . 9101 . 12 . 367 . 3 . 2.168 . 0 . 339036**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 367 - Educação Especial

Classificação Programática

Programa: 3 - PROGRAMA INCLUIR

Relação de Despesas PPA

Objetivo: Promover a inclusão e a assistência a estudantes com deficiência e Transtorno do Espectro Autista - TEA, em caso de comprovada necessidade no contexto escolar, por meio da seleção de auxiliares voluntários para atuar na Educação Especial na perspectiva inclusiva, no âmbito da Lei nº 4.179, de 2 de abril de 2025, do Município de Mossoró. São objetivos do Programa Incluir: I - promover a acessibilidade e a inclusão dos estudantes com deficiência e Transtorno do Espectro Autista - TEA, em caso de comprovada necessidade no ambiente escolar, garantindo suporte adequado para a sua participação ativa nas atividades educacionais; II - oferecer aos estudantes com deficiência e Transtorno do Espectro Autista - TEA que necessitem de auxílio na higiene, alimentação, locomoção, comunicação, cuidados pessoais e na realização das atividades escolares; III - dar assistência às questões de mobilidade nos diferentes espaços educativos, como transferência da cadeira de rodas para outro mobiliário e/ou espaços e cuidados quanto ao posicionamento adequado as condições do estudante; IV - garantir o apoio necessário para a higiene pessoal, auxiliando os estudantes, sempre com respeito a sua dignidade e incentivando a autonomia; V - incentivar e auxiliar na alimentação, garantindo suporte durante as refeições, conforme as necessidades individuais; VI - acompanhar e comunicar alterações comportamentais, comunicando à equipe escolar quaisquer mudanças significativas no comportamento do estudante para que possa ser observadas e tratadas adequadamente; VII - acompanhar outras situações que se fizerem necessárias para a realização das atividades cotidianas do estudante com deficiência e Transtorno do Espectro Autista - TEA, em caso de comprovada necessidade no contexto escolar durante a permanência na escola, bem como atuar em todas as atividades escolares necessárias.

Problema:

Justificativa: O Programa Incluir nasce da necessidade de assegurar a efetiva inclusão escolar de crianças, adolescentes e jovens com deficiência e Transtorno do Espectro Autista (TEA) na rede municipal de ensino de Mossoró. A ausência de apoio especializado nas salas de aula dificultava a plena participação desses estudantes, comprometendo seu desenvolvimento pedagógico, social e emocional. A criação do programa responde a um clamor das famílias, professores e entidades representativas, que reivindicavam condições adequadas de acompanhamento, sobretudo em atividades de mobilidade, higiene, alimentação e comunicação. Com a regulamentação pela Lei nº 4.179/2025, a Prefeitura passou a contar com instrumento jurídico e administrativo capaz de estruturar a contratação, capacitação e manutenção de auxiliares de sala, garantindo suporte contínuo e qualificado aos alunos que dele necessitam. Além disso, a iniciativa está em consonância com: a Constituição Federal (art. 205 e 208, III), que garante o direito à educação inclusiva; a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015); a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Portanto, o Programa Incluir é justificado pela urgência social, pela obrigação legal e pela prioridade de promoção da equidade no acesso à educação, assegurando que nenhum estudante seja excluído do processo de aprendizagem por falta de apoio adequado.

Público alvo: Estudantes da rede municipal de ensino de Mossoró com deficiência e/ou Transtorno do Espectro Autista (TEA) que necessitam de apoio especializado para o desenvolvimento pedagógico, social e de cuidados básicos no ambiente escolar.

Indicadores: 9 - Percentual de estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista ou altas habilidades/superdotação da rede municipal com acesso ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) e às ações de in

Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	3.500.000,00	3.600.000,00	3.700.000,00	3.800.000,00	14.600.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **63 - 9 . 9101 . 12 . 367 . 3 . 2.168 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 367 - Educação Especial

Classificação Programática

Programa: 3 - PROGRAMA INCLUIR

Objetivo: Promover a inclusão e a assistência a estudantes com deficiência e Transtorno do Espectro Autista - TEA, em caso de comprovada necessidade no contexto escolar, por meio da seleção de auxiliares voluntários para atuar na Educação Especial na perspectiva inclusiva, no âmbito da Lei nº 4.179, de 2 de abril de 2025, do Município de Mossoró. São objetivos do Programa Incluir: I - promover a acessibilidade e a inclusão dos estudantes com deficiência e Transtorno do Espectro Autista - TEA, em caso de comprovada necessidade no ambiente escolar, garantindo suporte adequado para a

sua participação ativa nas atividades educacionais; II - oferecer aos estudantes com deficiência e Transtorno do Espectro Autista - TEA que necessitem de auxílio na higiene, alimentação, locomoção, comunicação, cuidados pessoais e na realização das atividades escolares; III - dar assistência às questões de mobilidade nos diferentes espaços educativos, como transferência da cadeira de rodas para outro mobiliário e/ou espaços e cuidados quanto ao posicionamento adequado as condições do estudante; IV - garantir o apoio necessário para a higiene pessoal, auxiliando os estudantes, sempre com respeito a sua dignidade e incentivando a autonomia; V - incentivar e auxiliar na alimentação, garantindo suporte durante as refeições, conforme as necessidades individuais; VI - acompanhar e comunicar alterações comportamentais, comunicando à equipe escolar quaisquer mudanças significativas no comportamento do estudante para que possa ser observadas e tratadas adequadamente; VII - acompanhar outras situações que se fizerem necessárias para a realização das atividades cotidianas do estudante com deficiência e Transtorno do Espectro Autista - TEA, em caso de comprovada necessidade no contexto escolar durante a permanência na escola, bem como atuar em todas as atividades escolares necessárias.

Problema:

Justificativa: O Programa Incluir nasce da necessidade de assegurar a efetiva inclusão escolar de crianças, adolescentes e jovens com deficiência e Transtorno do Espectro Autista (TEA) na rede municipal de ensino de Mossoró. A ausência de apoio especializado nas salas de aula dificultava a plena participação desses estudantes, comprometendo seu desenvolvimento pedagógico, social e emocional. A criação do programa responde a um clamor das famílias, professores e entidades representativas, que reivindicavam condições adequadas de acompanhamento, sobretudo em atividades de mobilidade, higiene, alimentação e comunicação. Com a regulamentação pela Lei nº 4.179/2025, a Prefeitura passou a contar com instrumento jurídico e administrativo capaz de estruturar a contratação, capacitação e manutenção de auxiliares de sala, garantindo suporte contínuo e qualificado aos alunos que dele necessitam. Além disso, a iniciativa está em consonância com: a Constituição Federal (art. 205 e 208, III), que garante o direito à educação inclusiva; a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015); a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Portanto, o Programa Incluir é justificado pela urgência social, pela obrigação legal e pela prioridade de promoção da equidade no acesso à educação, assegurando que nenhum estudante seja excluído do processo de aprendizagem por falta de apoio adequado.

Público alvo: Estudantes da rede municipal de ensino de Mossoró com deficiência e/ou Transtorno do Espectro Autista (TEA) que necessitam de apoio especializado para o desenvolvimento pedagógico, social e de cuidados básicos no ambiente escolar.

Indicadores: 9 - Percentual de estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista ou altas habilidades/superdotação da rede municipal com acesso ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) e às ações de in

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	100.000,00	105.000,00	110.000,00	115.000,00	430.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**		**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **65 - 9 . 9101 . 12 . 368 . 11 . 2.16 . 0 . 339030**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 368 - Educação Básica

Classificação Programática

Programa: 11 - GESTÃO E FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Objetivo: ASSEGURAR, COM BASE NA PRIORIZAÇÃO ABSOLUTA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, O ACESSO, A PERMANÊNCIA E O PLENO DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL, POR MEIO DA QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR, DA AMPLIAÇÃO DO TEMPO INTEGRAL E DA OFERTA EFETIVA DE SERVIÇOS ESSENCIAIS COMO TRANSPORTE, FARDAMENTO, INFRAESTRUTURA ADEQUADA E RECURSOS TECNOLÓGICOS

Problema:

Justificativa: A garantia do direito fundamental à educação básica de qualidade exige não apenas o acesso à escola, mas condições reais de permanência, aprendizagem e desenvolvimento integral. Em Mossoró,

desafios persistem quanto à manutenção da rede, à oferta de serviços essenciais como transporte escolar, alimentação, fardamento e infraestrutura e à ampliação do tempo integral, especialmente nas regiões mais vulneráveis. Este programa busca responder a essas demandas estruturantes, promovendo uma educação pública mais equitativa, eficiente e inclusiva. Serão priorizadas a melhoria da qualidade do ensino, a valorização profissional, a inovação pedagógica e a proteção integral de crianças e adolescentes. Trata-se de uma política transversal, que exige a articulação entre diferentes áreas da gestão municipal, com foco na oferta de um ambiente escolar seguro, acolhedor e estruturado. Ao integrar ações pedagógicas e operacionais sob uma mesma diretriz estratégica, o programa contribui para a efetivação de uma educação comprometida com o desenvolvimento humano, a equidade social e a construção de uma cidade mais justa e sustentável.

Público alvo: Alunos da educação básica

Indicadores: 10 - Percentual de estudantes da rede municipal com acesso pleno aos serviços essenciais de suporte à permanência escolar.

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	100.000,00	110.000,00	120.000,00	130.000,00	460.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **66 - 9 . 9101 . 12 . 368 . 11 . 2.16 . 0 . 449052**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 368 - Educação Básica

Classificação Programática

Programa: 11 - GESTÃO E FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Objetivo: ASSEGURAR, COM BASE NA PRIORIZAÇÃO ABSOLUTA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, O ACESSO, A PERMANÊNCIA E O PLENO DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL, POR MEIO DA QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR, DA AMPLIAÇÃO DO TEMPO INTEGRAL E DA OFERTA EFETIVA DE SERVIÇOS ESSENCIAIS COMO TRANSPORTE, FARDAMENTO, INFRAESTRUTURA ADEQUADA E RECURSOS TECNOLÓGICOS

Problema:

Justificativa: A garantia do direito fundamental à educação básica de qualidade exige não apenas o acesso à escola, mas condições reais de permanência, aprendizagem e desenvolvimento integral. Em Mossoró, desafios persistem quanto à manutenção da rede, à oferta de serviços essenciais como transporte escolar, alimentação, fardamento e infraestrutura e à ampliação do tempo integral, especialmente nas regiões mais vulneráveis. Este programa busca responder a essas demandas estruturantes, promovendo uma educação pública mais equitativa, eficiente e inclusiva. Serão priorizadas a melhoria da qualidade do ensino, a valorização profissional, a inovação pedagógica e a proteção integral de crianças e adolescentes. Trata-se de uma política transversal, que exige a articulação entre diferentes áreas da gestão municipal, com foco na oferta de um ambiente escolar seguro, acolhedor e estruturado. Ao integrar ações pedagógicas e operacionais sob uma mesma diretriz estratégica, o programa contribui para a efetivação de uma educação comprometida com o desenvolvimento humano, a equidade social e a construção de uma cidade mais justa e sustentável.

Público alvo: Alunos da educação básica

Indicadores: 10 - Percentual de estudantes da rede municipal com acesso pleno aos serviços essenciais de suporte à permanência escolar.

Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	8.000.000,00

Relação de Despesas PPA

Ação / Meta física	Tipo / Unidade de medida	Produto / No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **67 - 9 . 9101 . 12 . 368 . 11 . 2.16 . 0 . 339031**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 368 - Educação Básica

Classificação Programática

Programa: 11 - GESTÃO E FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Objetivo: ASSEGURAR, COM BASE NA PRIORIZAÇÃO ABSOLUTA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, O ACESSO, A PERMANÊNCIA E O PLENO DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL, POR MEIO DA QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR, DA AMPLIAÇÃO DO TEMPO INTEGRAL E DA OFERTA EFETIVA DE SERVIÇOS ESSENCIAIS COMO TRANSPORTE, FARDAMENTO, INFRAESTRUTURA ADEQUADA E RECURSOS TECNOLÓGICOS

Problema:

Justificativa: A garantia do direito fundamental à educação básica de qualidade exige não apenas o acesso à escola, mas condições reais de permanência, aprendizagem e desenvolvimento integral. Em Mossoró, desafios persistem quanto à manutenção da rede, à oferta de serviços essenciais como transporte escolar, alimentação, fardamento e infraestrutura e à ampliação do tempo integral, especialmente nas regiões mais vulneráveis. Este programa busca responder a essas demandas estruturantes, promovendo uma educação pública mais equitativa, eficiente e inclusiva. Serão priorizadas a melhoria da qualidade do ensino, a valorização profissional, a inovação pedagógica e a proteção integral de crianças e adolescentes. Trata-se de uma política transversal, que exige a articulação entre diferentes áreas da gestão municipal, com foco na oferta de um ambiente escolar seguro, acolhedor e estruturado. Ao integrar ações pedagógicas e operacionais sob uma mesma diretriz estratégica, o programa contribui para a efetivação de uma educação comprometida com o desenvolvimento humano, a equidade social e a construção de uma cidade mais justa e sustentável.

Público alvo: Alunos da educação básica

Indicadores: 10 - Percentual de estudantes da rede municipal com acesso pleno aos serviços essenciais de suporte à permanência escolar.

Natureza da despesa: 3.3.90.31.00 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	100.000,00	105.000,00	110.000,00	115.000,00	430.000,00

Ação / Meta física	Tipo / Unidade de medida	Produto / No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **69 - 9 . 9101 . 12 . 368 . 11 . 2.23 . 0 . 335041**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Relação de Despesas PPA

Subfunção: 368 - Educação Básica

Classificação Programática

Programa: 11 - GESTÃO E FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Objetivo: ASSEGURAR, COM BASE NA PRIORIZAÇÃO ABSOLUTA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, O ACESSO, A PERMANÊNCIA E O PLENO DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL, POR MEIO DA QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR, DA AMPLIAÇÃO DO TEMPO INTEGRAL E DA OFERTA EFETIVA DE SERVIÇOS ESSENCIAIS COMO TRANSPORTE, FARDAMENTO, INFRAESTRUTURA ADEQUADA E RECURSOS TECNOLÓGICOS

Problema:

Justificativa: A garantia do direito fundamental à educação básica de qualidade exige não apenas o acesso à escola, mas condições reais de permanência, aprendizagem e desenvolvimento integral. Em Mossoró, desafios persistem quanto à manutenção da rede, à oferta de serviços essenciais como transporte escolar, alimentação, fardamento e infraestrutura e à ampliação do tempo integral, especialmente nas regiões mais vulneráveis. Este programa busca responder a essas demandas estruturantes, promovendo uma educação pública mais equitativa, eficiente e inclusiva. Serão priorizadas a melhoria da qualidade do ensino, a valorização profissional, a inovação pedagógica e a proteção integral de crianças e adolescentes. Trata-se de uma política transversal, que exige a articulação entre diferentes áreas da gestão municipal, com foco na oferta de um ambiente escolar seguro, acolhedor e estruturado. Ao integrar ações pedagógicas e operacionais sob uma mesma diretriz estratégica, o programa contribui para a efetivação de uma educação comprometida com o desenvolvimento humano, a equidade social e a construção de uma cidade mais justa e sustentável.

Público alvo: Alunos da educação básica

Indicadores: 10 - Percentual de estudantes da rede municipal com acesso pleno aos serviços essenciais de suporte à permanência escolar.

Natureza da despesa: 3.3.50.41.00 - Contribuições

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	200.000,00	210.000,00	220.000,00	231.000,00	861.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: 70 - 9 . 9101 . 12 . 368 . 11 . 2.23 . 0 . 339014

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 368 - Educação Básica

Classificação Programática

Programa: 11 - GESTÃO E FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Objetivo: ASSEGURAR, COM BASE NA PRIORIZAÇÃO ABSOLUTA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, O ACESSO, A PERMANÊNCIA E O PLENO DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL, POR MEIO DA QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR, DA AMPLIAÇÃO DO TEMPO INTEGRAL E DA OFERTA EFETIVA DE SERVIÇOS ESSENCIAIS COMO TRANSPORTE, FARDAMENTO, INFRAESTRUTURA ADEQUADA E RECURSOS TECNOLÓGICOS

Problema:

Justificativa: A garantia do direito fundamental à educação básica de qualidade exige não apenas o acesso à escola, mas condições reais de permanência, aprendizagem e desenvolvimento integral. Em Mossoró, desafios persistem quanto à manutenção da rede, à oferta de serviços essenciais como transporte escolar, alimentação, fardamento e infraestrutura e à ampliação do tempo integral, especialmente nas regiões mais vulneráveis. Este programa busca responder a essas demandas estruturantes, promovendo uma educação pública mais equitativa, eficiente e inclusiva. Serão priorizadas a melhoria da qualidade do ensino, a valorização profissional, a inovação pedagógica e a proteção integral de crianças e adolescentes. Trata-se de uma política transversal, que exige a articulação entre diferentes áreas da gestão municipal, com foco na oferta de um ambiente escolar seguro, acolhedor e estruturado. Ao integrar ações pedagógicas e operacionais sob uma mesma diretriz estratégica,

Relação de Despesas PPA

o programa contribui para a efetivação de uma educação comprometida com o desenvolvimento humano, a equidade social e a construção de uma cidade mais justa e sustentável.

Público alvo: Alunos da educação básica

Indicadores: 10 - Percentual de estudantes da rede municipal com acesso pleno aos serviços essenciais de suporte à permanência escolar.

Natureza da despesa: 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	150.000,00	157.000,00	165.000,00	173.000,00	645.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **71 - 9 . 9101 . 12 . 368 . 11 . 2.23 . 0 . 339030**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 368 - Educação Básica

Classificação Programática

Programa: 11 - GESTÃO E FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Objetivo: ASSEGURAR, COM BASE NA PRIORIZAÇÃO ABSOLUTA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, O ACESSO, A PERMANÊNCIA E O PLENO DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL, POR MEIO DA QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR, DA AMPLIAÇÃO DO TEMPO INTEGRAL E DA OFERTA EFETIVA DE SERVIÇOS ESSENCIAIS COMO TRANSPORTE, FARDAMENTO, INFRAESTRUTURA ADEQUADA E RECURSOS TECNOLÓGICOS

Problema:

Justificativa: A garantia do direito fundamental à educação básica de qualidade exige não apenas o acesso à escola, mas condições reais de permanência, aprendizagem e desenvolvimento integral. Em Mossoró, desafios persistem quanto à manutenção da rede, à oferta de serviços essenciais como transporte escolar, alimentação, fardamento e infraestrutura e à ampliação do tempo integral, especialmente nas regiões mais vulneráveis. Este programa busca responder a essas demandas estruturantes, promovendo uma educação pública mais equitativa, eficiente e inclusiva. Serão priorizadas a melhoria da qualidade do ensino, a valorização profissional, a inovação pedagógica e a proteção integral de crianças e adolescentes. Trata-se de uma política transversal, que exige a articulação entre diferentes áreas da gestão municipal, com foco na oferta de um ambiente escolar seguro, acolhedor e estruturado. Ao integrar ações pedagógicas e operacionais sob uma mesma diretriz estratégica, o programa contribui para a efetivação de uma educação comprometida com o desenvolvimento humano, a equidade social e a construção de uma cidade mais justa e sustentável.

Público alvo: Alunos da educação básica

Indicadores: 10 - Percentual de estudantes da rede municipal com acesso pleno aos serviços essenciais de suporte à permanência escolar.

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	160.000,00	168.000,00	176.000,00	185.000,00	689.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Relação de Despesas PPA

Despesa PPA: **72 - 9 . 9101 . 12 . 368 . 11 . 2.23 . 0 . 339031**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 368 - Educação Básica

Classificação Programática

Programa: 11 - GESTÃO E FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Objetivo: ASSEGURAR, COM BASE NA PRIORIZAÇÃO ABSOLUTA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, O ACESSO, A PERMANÊNCIA E O PLENO DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL, POR MEIO DA QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR, DA AMPLIAÇÃO DO TEMPO INTEGRAL E DA OFERTA EFETIVA DE SERVIÇOS ESSENCIAIS COMO TRANSPORTE, FARDAMENTO, INFRAESTRUTURA ADEQUADA E RECURSOS TECNOLÓGICOS

Problema:

Justificativa: A garantia do direito fundamental à educação básica de qualidade exige não apenas o acesso à escola, mas condições reais de permanência, aprendizagem e desenvolvimento integral. Em Mossoró, desafios persistem quanto à manutenção da rede, à oferta de serviços essenciais como transporte escolar, alimentação, fardamento e infraestrutura e à ampliação do tempo integral, especialmente nas regiões mais vulneráveis. Este programa busca responder a essas demandas estruturantes, promovendo uma educação pública mais equitativa, eficiente e inclusiva. Serão priorizadas a melhoria da qualidade do ensino, a valorização profissional, a inovação pedagógica e a proteção integral de crianças e adolescentes. Trata-se de uma política transversal, que exige a articulação entre diferentes áreas da gestão municipal, com foco na oferta de um ambiente escolar seguro, acolhedor e estruturado. Ao integrar ações pedagógicas e operacionais sob uma mesma diretriz estratégica, o programa contribui para a efetivação de uma educação comprometida com o desenvolvimento humano, a equidade social e a construção de uma cidade mais justa e sustentável.

Público alvo: Alunos da educação básica

Indicadores: 10 - Percentual de estudantes da rede municipal com acesso pleno aos serviços essenciais de suporte à permanência escolar.

Natureza da despesa: 3.3.90.31.00 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	500.000,00	525.000,00	551.000,00	578.000,00	2.154.000,00

Ação	Tipo	Produto						
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **73 - 9 . 9101 . 12 . 368 . 11 . 2.23 . 0 . 339032**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 368 - Educação Básica

Classificação Programática

Relação de Despesas PPA

Programa: 11 - GESTÃO E FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Objetivo: ASSEGURAR, COM BASE NA PRIORIZAÇÃO ABSOLUTA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, O ACESSO, A PERMANÊNCIA E O PLENO DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL, POR MEIO DA QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR, DA AMPLIAÇÃO DO TEMPO INTEGRAL E DA OFERTA EFETIVA DE SERVIÇOS ESSENCIAIS COMO TRANSPORTE, FARDAMENTO, INFRAESTRUTURA ADEQUADA E RECURSOS TECNOLÓGICOS

Problema:

Justificativa: A garantia do direito fundamental à educação básica de qualidade exige não apenas o acesso à escola, mas condições reais de permanência, aprendizagem e desenvolvimento integral. Em Mossoró, desafios persistem quanto à manutenção da rede, à oferta de serviços essenciais como transporte escolar, alimentação, fardamento e infraestrutura e à ampliação do tempo integral, especialmente nas regiões mais vulneráveis. Este programa busca responder a essas demandas estruturantes, promovendo uma educação pública mais equitativa, eficiente e inclusiva. Serão priorizadas a melhoria da qualidade do ensino, a valorização profissional, a inovação pedagógica e a proteção integral de crianças e adolescentes. Trata-se de uma política transversal, que exige a articulação entre diferentes áreas da gestão municipal, com foco na oferta de um ambiente escolar seguro, acolhedor e estruturado. Ao integrar ações pedagógicas e operacionais sob uma mesma diretriz estratégica, o programa contribui para a efetivação de uma educação comprometida com o desenvolvimento humano, a equidade social e a construção de uma cidade mais justa e sustentável.

Público alvo: Alunos da educação básica

Indicadores: 10 - Percentual de estudantes da rede municipal com acesso pleno aos serviços essenciais de suporte à permanência escolar.

Natureza da despesa: 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	190.000,00	199.000,00	209.000,00	219.000,00	817.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **74 - 9 . 9101 . 12 . 368 . 11 . 2.23 . 0 . 339033**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 368 - Educação Básica

Classificação Programática

Programa: 11 - GESTÃO E FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Objetivo: ASSEGURAR, COM BASE NA PRIORIZAÇÃO ABSOLUTA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, O ACESSO, A PERMANÊNCIA E O PLENO DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL, POR MEIO DA QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR, DA AMPLIAÇÃO DO TEMPO INTEGRAL E DA OFERTA EFETIVA DE SERVIÇOS ESSENCIAIS COMO TRANSPORTE, FARDAMENTO, INFRAESTRUTURA ADEQUADA E RECURSOS TECNOLÓGICOS

Problema:

Justificativa: A garantia do direito fundamental à educação básica de qualidade exige não apenas o acesso à escola, mas condições reais de permanência, aprendizagem e desenvolvimento integral. Em Mossoró, desafios persistem quanto à manutenção da rede, à oferta de serviços essenciais como transporte escolar, alimentação, fardamento e infraestrutura e à ampliação do tempo integral, especialmente nas regiões mais vulneráveis. Este programa busca responder a essas demandas estruturantes, promovendo uma educação pública mais equitativa, eficiente e inclusiva. Serão priorizadas a melhoria da qualidade do ensino, a valorização profissional, a inovação pedagógica e a proteção integral de crianças e adolescentes. Trata-se de uma política transversal, que exige a articulação entre diferentes áreas da gestão municipal, com foco na oferta de um ambiente escolar seguro, acolhedor e estruturado. Ao integrar ações pedagógicas e operacionais sob uma mesma diretriz estratégica, o programa contribui para a efetivação de uma educação comprometida com o desenvolvimento humano, a equidade social e a construção de uma cidade mais justa e sustentável.

Público alvo: Alunos da educação básica

Relação de Despesas PPA

Indicadores: 10 - Percentual de estudantes da rede municipal com acesso pleno aos serviços essenciais de suporte à permanência escolar.

Natureza da despesa: 3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	200.000,00	210.000,00	220.000,00	231.000,00	861.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **75 - 9 . 9101 . 12 . 368 . 11 . 2.23 . 0 . 339036**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação
Subfunção: 368 - Educação Básica

Classificação Programática

Programa: 11 - GESTÃO E FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
Objetivo: ASSEGURAR, COM BASE NA PRIORIZAÇÃO ABSOLUTA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, O ACESSO, A PERMANÊNCIA E O PLENO DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL, POR MEIO DA QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR, DA AMPLIAÇÃO DO TEMPO INTEGRAL E DA OFERTA EFETIVA DE SERVIÇOS ESSENCIAIS COMO TRANSPORTE, FARDAMENTO, INFRAESTRUTURA ADEQUADA E RECURSOS TECNOLÓGICOS

Problema:

Justificativa: A garantia do direito fundamental à educação básica de qualidade exige não apenas o acesso à escola, mas condições reais de permanência, aprendizagem e desenvolvimento integral. Em Mossoró, desafios persistem quanto à manutenção da rede, à oferta de serviços essenciais como transporte escolar, alimentação, fardamento e infraestrutura e à ampliação do tempo integral, especialmente nas regiões mais vulneráveis. Este programa busca responder a essas demandas estruturantes, promovendo uma educação pública mais equitativa, eficiente e inclusiva. Serão priorizadas a melhoria da qualidade do ensino, a valorização profissional, a inovação pedagógica e a proteção integral de crianças e adolescentes. Trata-se de uma política transversal, que exige a articulação entre diferentes áreas da gestão municipal, com foco na oferta de um ambiente escolar seguro, acolhedor e estruturado. Ao integrar ações pedagógicas e operacionais sob uma mesma diretriz estratégica, o programa contribui para a efetivação de uma educação comprometida com o desenvolvimento humano, a equidade social e a construção de uma cidade mais justa e sustentável.

Público alvo: Alunos da educação básica

Indicadores: 10 - Percentual de estudantes da rede municipal com acesso pleno aos serviços essenciais de suporte à permanência escolar.

Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	50.000,00	52.000,00	55.000,00	57.000,00	214.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **76 - 9 . 9101 . 12 . 368 . 11 . 2.23 . 0 . 339039**

Relação de Despesas PPA

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação
Subfunção: 368 - Educação Básica

Classificação Programática

Programa: 11 - GESTÃO E FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
Objetivo: ASSEGURAR, COM BASE NA PRIORIZAÇÃO ABSOLUTA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, O ACESSO, A PERMANÊNCIA E O PLENO DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL, POR MEIO DA QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR, DA AMPLIAÇÃO DO TEMPO INTEGRAL E DA OFERTA EFETIVA DE SERVIÇOS ESSENCIAIS COMO TRANSPORTE, FARDAMENTO, INFRAESTRUTURA ADEQUADA E RECURSOS TECNOLÓGICOS

Problema:

Justificativa: A garantia do direito fundamental à educação básica de qualidade exige não apenas o acesso à escola, mas condições reais de permanência, aprendizagem e desenvolvimento integral. Em Mossoró, desafios persistem quanto à manutenção da rede, à oferta de serviços essenciais como transporte escolar, alimentação, fardamento e infraestrutura e à ampliação do tempo integral, especialmente nas regiões mais vulneráveis. Este programa busca responder a essas demandas estruturantes, promovendo uma educação pública mais equitativa, eficiente e inclusiva. Serão priorizadas a melhoria da qualidade do ensino, a valorização profissional, a inovação pedagógica e a proteção integral de crianças e adolescentes. Trata-se de uma política transversal, que exige a articulação entre diferentes áreas da gestão municipal, com foco na oferta de um ambiente escolar seguro, acolhedor e estruturado. Ao integrar ações pedagógicas e operacionais sob uma mesma diretriz estratégica, o programa contribui para a efetivação de uma educação comprometida com o desenvolvimento humano, a equidade social e a construção de uma cidade mais justa e sustentável.

Público alvo: Alunos da educação básica

Indicadores: 10 - Percentual de estudantes da rede municipal com acesso pleno aos serviços essenciais de suporte à permanência escolar.

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	1.900.000,00	1.900.000,00	1.900.000,00	1.900.000,00	7.600.000,00

Ação	Tipo	Produto						
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: 77 - 9 . 9101 . 12 . 368 . 11 . 2.13 . 0 . 339030

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação
Subfunção: 368 - Educação Básica

Classificação Programática

Programa: 11 - GESTÃO E FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
Objetivo: ASSEGURAR, COM BASE NA PRIORIZAÇÃO ABSOLUTA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, O ACESSO, A PERMANÊNCIA E O PLENO DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL, POR MEIO DA QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR, DA AMPLIAÇÃO DO TEMPO INTEGRAL E DA OFERTA EFETIVA DE SERVIÇOS ESSENCIAIS COMO TRANSPORTE, FARDAMENTO, INFRAESTRUTURA ADEQUADA E RECURSOS TECNOLÓGICOS

Relação de Despesas PPA

Problema:

Justificativa: A garantia do direito fundamental à educação básica de qualidade exige não apenas o acesso à escola, mas condições reais de permanência, aprendizagem e desenvolvimento integral. Em Mossoró, desafios persistem quanto à manutenção da rede, à oferta de serviços essenciais como transporte escolar, alimentação, fardamento e infraestrutura e à ampliação do tempo integral, especialmente nas regiões mais vulneráveis. Este programa busca responder a essas demandas estruturantes, promovendo uma educação pública mais equitativa, eficiente e inclusiva. Serão priorizadas a melhoria da qualidade do ensino, a valorização profissional, a inovação pedagógica e a proteção integral de crianças e adolescentes. Trata-se de uma política transversal, que exige a articulação entre diferentes áreas da gestão municipal, com foco na oferta de um ambiente escolar seguro, acolhedor e estruturado. Ao integrar ações pedagógicas e operacionais sob uma mesma diretriz estratégica, o programa contribui para a efetivação de uma educação comprometida com o desenvolvimento humano, a equidade social e a construção de uma cidade mais justa e sustentável.

Público alvo: Alunos da educação básica

Indicadores: 10 - Percentual de estudantes da rede municipal com acesso pleno aos serviços essenciais de suporte à permanência escolar.

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Ação	**Tipo**	**Produto**						
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **79 - 9 . 9101 . 12 . 368 . 11 . 2.13 . 0 . 449051**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 368 - Educação Básica

Classificação Programática

Programa: 11 - GESTÃO E FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Objetivo: ASSEGURAR, COM BASE NA PRIORIZAÇÃO ABSOLUTA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, O ACESSO, A PERMANÊNCIA E O PLENO DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL, POR MEIO DA QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR, DA AMPLIAÇÃO DO TEMPO INTEGRAL E DA OFERTA EFETIVA DE SERVIÇOS ESSENCIAIS COMO TRANSPORTE, FARDAMENTO, INFRAESTRUTURA ADEQUADA E RECURSOS TECNOLÓGICOS

Problema:

Justificativa: A garantia do direito fundamental à educação básica de qualidade exige não apenas o acesso à escola, mas condições reais de permanência, aprendizagem e desenvolvimento integral. Em Mossoró, desafios persistem quanto à manutenção da rede, à oferta de serviços essenciais como transporte escolar, alimentação, fardamento e infraestrutura e à ampliação do tempo integral, especialmente nas regiões mais vulneráveis. Este programa busca responder a essas demandas estruturantes, promovendo uma educação pública mais equitativa, eficiente e inclusiva. Serão priorizadas a melhoria da qualidade do ensino, a valorização profissional, a inovação pedagógica e a proteção integral de crianças e adolescentes. Trata-se de uma política transversal, que exige a articulação entre diferentes áreas da gestão municipal, com foco na oferta de um ambiente escolar seguro, acolhedor e estruturado. Ao integrar ações pedagógicas e operacionais sob uma mesma diretriz estratégica, o programa contribui para a efetivação de uma educação comprometida com o desenvolvimento humano, a equidade social e a construção de uma cidade mais justa e sustentável.

Público alvo: Alunos da educação básica

Indicadores: 10 - Percentual de estudantes da rede municipal com acesso pleno aos serviços essenciais de suporte à permanência escolar.

Natureza da despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Relação de Despesas PPA

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	560.000,00	588.000,00	617.000,00	648.000,00	2.413.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **80 - 9 . 9101 . 12 . 368 . 11 . 2.13 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação
Subfunção: 368 - Educação Básica

Classificação Programática

Programa: 11 - GESTÃO E FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
Objetivo: ASSEGURAR, COM BASE NA PRIORIZAÇÃO ABSOLUTA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, O ACESSO, A PERMANÊNCIA E O PLENO DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL, POR MEIO DA QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR, DA AMPLIAÇÃO DO TEMPO INTEGRAL E DA OFERTA EFETIVA DE SERVIÇOS ESSENCIAIS COMO TRANSPORTE, FARDAMENTO, INFRAESTRUTURA ADEQUADA E RECURSOS TECNOLÓGICOS

Problema:

Justificativa: A garantia do direito fundamental à educação básica de qualidade exige não apenas o acesso à escola, mas condições reais de permanência, aprendizagem e desenvolvimento integral. Em Mossoró, desafios persistem quanto à manutenção da rede, à oferta de serviços essenciais como transporte escolar, alimentação, fardamento e infraestrutura e à ampliação do tempo integral, especialmente nas regiões mais vulneráveis. Este programa busca responder a essas demandas estruturantes, promovendo uma educação pública mais equitativa, eficiente e inclusiva. Serão priorizadas a melhoria da qualidade do ensino, a valorização profissional, a inovação pedagógica e a proteção integral de crianças e adolescentes. Trata-se de uma política transversal, que exige a articulação entre diferentes áreas da gestão municipal, com foco na oferta de um ambiente escolar seguro, acolhedor e estruturado. Ao integrar ações pedagógicas e operacionais sob uma mesma diretriz estratégica, o programa contribui para a efetivação de uma educação comprometida com o desenvolvimento humano, a equidade social e a construção de uma cidade mais justa e sustentável.

Público alvo: Alunos da educação básica

Indicadores: 10 - Percentual de estudantes da rede municipal com acesso pleno aos serviços essenciais de suporte à permanência escolar.

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	56.000,00	58.000,00	61.000,00	64.000,00	239.000,00
15690000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	0,00	79.000,00	82.000,00	87.000,00	91.000,00	339.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **81 - 9 . 9101 . 12 . 131 . 10 . 2.24 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Relação de Despesas PPA

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 131 - Comunicação Social

Classificação Programática

Programa: 10 - GESTÃO ESTRATÉGICA DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Objetivo: FORTALECER E PROFISSIONALIZAR A COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ POR MEIO DA IMPLEMENTAÇÃO DE ESTRATÉGIAS INTEGRADAS, MODERNAS E ALINHADAS AOS PRINCÍPIOS DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA, AMPLIANDO O ACESSO DA POPULAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES GOVERNAMENTAIS, FORTALECENDO A IMAGEM INSTITUCIONAL E PROMOVENDO MAIOR ENGAJAMENTO CIDADÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS.

Problema:

Justificativa: A transparência, a prestação de contas e a participação cidadã são, atualmente, fatores determinantes no âmbito da comunicação institucional, que assume um papel estratégico na consolidação de uma gestão pública moderna, eficiente e orientada por resultados. A ausência de uma política integrada e profissional de comunicação compromete a disseminação de informações relevantes, enfraquece a credibilidade institucional e reduz o alcance das ações governamentais junto à população. O programa propõe-se a organizar, padronizar e qualificar a atuação comunicacional do Poder Executivo Municipal, adotando ferramentas, protocolos e canais que ampliem o diálogo com a sociedade, promovam a transparência ativa e consolidem a identidade institucional da Prefeitura. A iniciativa também busca integrar as ações de comunicação das diferentes secretarias, evitar redundâncias, otimizar recursos públicos e garantir coerência na divulgação das políticas, serviços e resultados da gestão. Trata-se, portanto, de uma ação transversal e estruturante, visando a aproximação entre governo e sociedade e o cumprimento dos princípios constitucionais da publicidade e eficiência na administração pública.

Público alvo: População Mossoroense

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	4.000.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: 82 - 9 . 9101 . 12 . 122 . 7 . 2.15 . 0 . 339039

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Relação de Despesas PPA

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	60.000,00	62.000,00	64.000,00	66.000,00	252.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**		**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **83 - 9 . 9101 . 12 . 122 . 7 . 2.15 . 0 . 339014**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	15.000,00	16.000,00	17.000,00	18.000,00	66.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**		**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **84 - 9 . 9101 . 12 . 122 . 7 . 2.15 . 0 . 339033**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação
Subfunção: 122 - Administração Geral

Relação de Despesas PPA

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	20.000,00	21.000,00	22.000,00	23.000,00	86.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**		**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **87 - 9 . 9101 . 12 . 361 . 9 . 2.27 . 0 . 339018**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Classificação Programática

Programa: 9 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Objetivo: GARANTIR ACESSO, PERMANÊNCIA E APRENDIZAGEM COM QUALIDADE NO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MOSSORÓ, PROMOVENDO A EQUIDADE EDUCACIONAL, A MELHORIA DOS RESULTADOS DE DESEMPENHO ACADÊMICO E O FORTALECIMENTO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS.

Problema:

Justificativa: A Secretaria Municipal de Educação de Mossoró tem como compromisso garantir o acesso universal ao Ensino Fundamental, assegurando a permanência e a aprendizagem efetiva dos estudantes dos anos iniciais e finais, com foco na equidade e na qualidade da oferta educacional. Nesse sentido, o programa visa consolidar uma política educacional que promova a melhoria dos indicadores de desempenho da Rede Municipal, refletida nos resultados das avaliações internas e externas, como o SAEB, além de ampliar o atendimento à população de 6 a 14 anos. A elevação dos níveis de aprendizagem, a redução das desigualdades educacionais e o fortalecimento das práticas pedagógicas inovadoras são eixos estratégicos para o alcance das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e no Plano Municipal de Educação. A proposta é assegurar que todos os estudantes do Ensino Fundamental tenham acesso a uma educação pública de qualidade, com acompanhamento sistemático, infraestrutura adequada e formação continuada dos profissionais da educação, contribuindo para o desenvolvimento integral dos alunos e para a melhoria contínua dos resultados educacionais do município.

Público alvo: População na faixa etária de 6 a 14 anos, acrescida dos estudantes fora de faixa, em atendimento na rede municipal de ensino.

Natureza da despesa: 3.3.90.18.00 - Auxílio Financeiro a Estudantes

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	11.500.000,00	11.500.000,00	11.500.000,00	11.500.000,00	46.000.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **88 - 9 . 9101 . 12 . 361 . 9 . 2.14 . 0 . 339030**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Classificação Programática

Programa: 9 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL
Objetivo: GARANTIR ACESSO, PERMANÊNCIA E APRENDIZAGEM COM QUALIDADE NO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MOSSORÓ, PROMOVENDO A EQUIDADE EDUCACIONAL, A MELHORIA DOS RESULTADOS DE DESEMPENHO ACADÊMICO E O FORTALECIMENTO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS.

Problema:

Justificativa: A Secretaria Municipal de Educação de Mossoró tem como compromisso garantir o acesso universal ao Ensino Fundamental, assegurando a permanência e a aprendizagem efetiva dos estudantes dos anos iniciais e finais, com foco na equidade e na qualidade da oferta educacional. Nesse sentido, o programa visa consolidar uma política educacional que promova a melhoria dos indicadores de desempenho da Rede Municipal, refletida nos resultados das avaliações internas e externas, como o SAEB, além de ampliar o atendimento à população de 6 a 14 anos. A elevação dos níveis de aprendizagem, a redução das desigualdades educacionais e o fortalecimento das práticas pedagógicas inovadoras são eixos estratégicos para o alcance das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e no Plano Municipal de Educação. A proposta é assegurar que todos os estudantes do Ensino Fundamental tenham acesso a uma educação pública de qualidade, com acompanhamento sistemático, infraestrutura adequada e formação continuada dos profissionais da educação, contribuindo para o desenvolvimento integral dos alunos e para a melhoria contínua dos resultados educacionais do município.

Público alvo: População na faixa etária de 6 a 14 anos, acrescida dos estudantes fora de faixa, em atendimento na rede municipal de ensino.

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	1.350.000,00	1.417.000,00	1.488.000,00	1.562.000,00	5.817.000,00
15520000 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Es	0,00	1.513.000,00	1.548.000,00	1.582.000,00	1.712.000,00	6.355.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **89 - 9 . 9101 . 12 . 365 . 8 . 2.28 . 0 . 339030**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Relação de Despesas PPA

Função: 12 - Educação

Subfunção: 365 - Educação Infantil

Classificação Programática

Programa: 8 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Objetivo: CONTRIBUIR PARA A EXPANSÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM CRECHES E PRÉ-ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Problema:

Justificativa: A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei nº 9.394/1996) e a Resolução CNE/CEB nº 5/2009, sendo ofertada em creches e pré-escolas para crianças de 0 a 5 anos. O Plano Nacional de Educação (PNE Lei nº 13.005/2014) e o Plano Municipal de Educação de Mossoró preveem, entre suas metas, a universalização da pré-escola para crianças de 4 e 5 anos e a ampliação da oferta em creches para, no mínimo, 50% das crianças de 0 a 3 anos. Apesar dos avanços já conquistados, ainda há desafios a serem superados, como o déficit de vagas em creches e a necessidade de fortalecimento da infraestrutura e da formação dos profissionais que atuam nessa etapa. Nesse sentido, este programa busca ampliar o acesso e qualificar o atendimento na Educação Infantil, por meio da construção e modernização de unidades escolares, aquisição de materiais pedagógicos e de consumo adequados à faixa etária, e realização de formações continuadas voltadas aos profissionais da área. Além disso, o programa contempla ações de monitoramento e avaliação com foco na melhoria da qualidade do atendimento ofertado, garantindo o direito das crianças a uma educação que promova seu desenvolvimento integral. A iniciativa reforça o compromisso da gestão municipal com a promoção de uma Educação Infantil que cumpra sua função social, política e pedagógica, assegurando o educar e o cuidar como práticas indissociáveis.

Público alvo: População na faixa etária de 0 a 5 anos e 11 meses

Indicadores: 7 - Matrículas de alunos na creche

8 - Matrícula de alunos na Pré-Escola

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	2.670.000,00	2.803.000,00	2.905.000,00	3.090.000,00	11.468.000,00
15520000 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Es	0,00	520.000,00	546.000,00	573.000,00	601.000,00	2.240.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: 90 - 9 . 9101 . 12 . 365 . 8 . 2.29 . 0 . 339030

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 365 - Educação Infantil

Classificação Programática

Programa: 8 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Objetivo: CONTRIBUIR PARA A EXPANSÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM CRECHES E PRÉ-ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Problema:

Justificativa: A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei nº 9.394/1996) e a Resolução CNE/CEB nº 5/2009, sendo ofertada em creches e pré-escolas para crianças de 0 a 5 anos. O Plano Nacional de Educação (PNE Lei nº 13.005/2014) e o Plano Municipal de Educação de Mossoró preveem, entre suas metas, a

universalização da pré-escola para crianças de 4 e 5 anos e a ampliação da oferta em creches para, no mínimo, 50% das crianças de 0 a 3 anos. Apesar dos avanços já conquistados, ainda há desafios a serem superados, como o déficit de vagas em creches e a necessidade de fortalecimento da infraestrutura e da formação dos profissionais que atuam nessa etapa. Nesse sentido, este programa busca ampliar o acesso e qualificar o atendimento na Educação Infantil, por meio da construção e modernização de unidades escolares, aquisição de materiais pedagógicos e de consumo adequados à faixa etária, e realização de formações continuadas voltadas aos profissionais da área. Além disso, o programa contempla ações de monitoramento e avaliação com foco na melhoria da qualidade do atendimento ofertado, garantindo o direito das crianças a uma educação que promova seu desenvolvimento integral. A iniciativa reforça o compromisso da gestão municipal com a promoção de uma Educação Infantil que cumpra sua função social, política e pedagógica, assegurando o educar e o cuidar como práticas indissociáveis.

Público alvo: População na faixa etária de 0 a 5 anos e 11 meses

Indicadores: 7 - Matrículas de alunos na creche

8 - Matrícula de alunos na Pré-Escola

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	3.100.000,00	3.255.000,00	3.417.000,00	3.588.000,00	13.360.000,00
15520000 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Es	0,00	780.000,00	819.000,00	859.000,00	902.000,00	3.360.000,00

Ação	Tipo	Produto						
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **91 - 9 . 9101 . 12 . 368 . 11 . 2.30 . 0 . 449052**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 368 - Educação Básica

Classificação Programática

Programa: 11 - GESTÃO E FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Objetivo: ASSEGURAR, COM BASE NA PRIORIZAÇÃO ABSOLUTA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, O ACESSO, A PERMANÊNCIA E O PLENO DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL, POR MEIO DA QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR, DA AMPLIAÇÃO DO TEMPO INTEGRAL E DA OFERTA EFETIVA DE SERVIÇOS ESSENCIAIS COMO TRANSPORTE, FARDAMENTO, INFRAESTRUTURA ADEQUADA E RECURSOS TECNOLÓGICOS

Problema:

Justificativa: A garantia do direito fundamental à educação básica de qualidade exige não apenas o acesso à escola, mas condições reais de permanência, aprendizagem e desenvolvimento integral. Em Mossoró, desafios persistem quanto à manutenção da rede, à oferta de serviços essenciais como transporte escolar, alimentação, fardamento e infraestrutura e à ampliação do tempo integral, especialmente nas regiões mais vulneráveis. Este programa busca responder a essas demandas estruturantes, promovendo uma educação pública mais equitativa, eficiente e inclusiva. Serão priorizadas a melhoria da qualidade do ensino, a valorização profissional, a inovação pedagógica e a proteção integral de crianças e adolescentes. Trata-se de uma política transversal, que exige a articulação entre diferentes áreas da gestão municipal, com foco na oferta de um ambiente escolar seguro, acolhedor e estruturado. Ao integrar ações pedagógicas e operacionais sob uma mesma diretriz estratégica, o programa contribui para a efetivação de uma educação comprometida com o desenvolvimento humano, a equidade social e a construção de uma cidade mais justa e sustentável.

Público alvo: Alunos da educação básica

Indicadores: 10 - Percentual de estudantes da rede municipal com acesso pleno aos serviços essenciais de suporte à permanência escolar.

Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

Valores Previstos R$

Relação de Despesas PPA

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	2.000.000,00	6.500.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **92 - 14 . 14101 . 27 . 122 . 7 . 2.25 . 0 . 319011**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
Unidade orçamentária: 14101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E JUVENTUDE

Classificação Funcional

Função: 27 - Desporto e Lazer
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	1.000.000,00	1.050.000,00	1.100.000,00	1.160.000,00	4.310.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **93 - 14 . 14101 . 27 . 122 . 7 . 2.25 . 0 . 319013**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
Unidade orçamentária: 14101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E JUVENTUDE

Classificação Funcional

Função: 27 - Desporto e Lazer
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Relação de Despesas PPA

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	92.000,00	96.000,00	101.000,00	106.000,00	395.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **94 - 14 . 14101 . 27 . 122 . 7 . 2.25 . 0 . 319016**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

Unidade orçamentária: 14101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E JUVENTUDE

Classificação Funcional

Função: 27 - Desporto e Lazer

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	250.000,00	260.000,00	270.000,00	285.000,00	1.065.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **95 - 14 . 14101 . 27 . 122 . 7 . 2.25 . 0 . 319113**

Relação de Despesas PPA

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
Unidade orçamentária: 14101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E JUVENTUDE

Classificação Funcional

Função: 27 - Desporto e Lazer
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	57.000,00	59.000,00	62.000,00	65.000,00	243.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**		**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: 96 - 14 . 14101 . 27 . 122 . 7 . 2.25 . 0 . 339014

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
Unidade orçamentária: 14101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E JUVENTUDE

Classificação Funcional

Função: 27 - Desporto e Lazer
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil

Relação de Despesas PPA

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	10.000,00	10.000,00	12.000,00	12.000,00	44.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **97 - 14 . 14101 . 27 . 122 . 7 . 2.25 . 0 . 339030**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
Unidade orçamentária: 14101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E JUVENTUDE

Classificação Funcional

Função: 27 - Desporto e Lazer
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	240.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **98 - 14 . 14101 . 27 . 122 . 7 . 2.25 . 0 . 339033**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
Unidade orçamentária: 14101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E JUVENTUDE

Classificação Funcional

Função: 27 - Desporto e Lazer
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Relação de Despesas PPA

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **99 - 14 . 14101 . 27 . 122 . 7 . 2.25 . 0 . 339036**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

Unidade orçamentária: 14101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E JUVENTUDE

Classificação Funcional

Função: 27 - Desporto e Lazer

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	70.000,00	75.000,00	78.000,00	80.000,00	303.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Relação de Despesas PPA

Despesa PPA: **100 - 14 . 14101 . 27 . 122 . 7 . 2.25 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

Unidade orçamentária: 14101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E JUVENTUDE

Classificação Funcional

Função: 27 - Desporto e Lazer

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	700.000,00	740.000,00	782.000,00	726.000,00	2.948.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **101 - 14 . 14101 . 27 . 122 . 7 . 2.25 . 0 . 449052**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

Unidade orçamentária: 14101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E JUVENTUDE

Classificação Funcional

Função: 27 - Desporto e Lazer

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Relação de Despesas PPA

Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	210.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	330.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**		**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **102 - 14 . 14101 . 27 . 811 . 5 . 2.34 . 0 . 335043**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

Unidade orçamentária: 14101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E JUVENTUDE

Classificação Funcional

Função: 27 - Desporto e Lazer

Subfunção: 811 - Desporto de Rendimento

Classificação Programática

Programa: 5 - DESENVOLVIMENTO ESPORTIVO E INCLUSÃO ATRAVÉS DO ESPORTE

Objetivo: FOMENTAR A PRÁTICA ESPORTIVA EM SUAS DIVERSAS MODALIDADES E NÍVEIS (AMADOR, DE ALTO RENDIMENTO, PROFISSIONAL E INCLUSIVO), PROPORCIONAR ACESSO A ATIVIDADES FÍSICAS E DE BEM-ESTAR, E UTILIZAR O ESPORTE COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO SOCIAL, DESENVOLVIMENTO HUMANO E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA PARA TODA A POPULAÇÃO DE MOSSORÓ/RN.

Problema:

Justificativa: A prática esportiva representa um pilar essencial para o bem-estar social e o desenvolvimento integral da pessoa, sendo reconhecida como um veículo essencial para a saúde, a formação cidadã e o fortalecimento dos laços comunitários. No entanto, o Município de Mossoró ainda enfrenta limitações na oferta sistemática de atividades esportivas e recreativas para a população, especialmente em territórios com maior vulnerabilidade social e baixa infraestrutura urbana. Este programa propõe a consolidação de uma política municipal de esporte plural e participativa, com ações voltadas à formação esportiva de base, à organização de eventos comunitários, à valorização, à promoção do lazer ativo e à democratização do acesso à prática esportiva em todos os ciclos de vida. Trata-se de um programa estruturante da política de bem-estar social.

Público alvo: População em geral, crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, pessoas com deficiência, atletas amadores, atletas de alto rendimento, clubes e entidades esportivas.

Indicadores: 29 - Pessoas Atendidas em Programas Esportivos

Natureza da despesa: 3.3.50.43.00 - Subvenções Sociais

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**		**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **104 - 18 . 18101 . 27 . 451 . 14 . 1.6 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 18 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Relação de Despesas PPA

Unidade orçamentária: 18101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Classificação Funcional

Função: 27 - Desporto e Lazer

Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana

Classificação Programática

Programa: 14 - MOSSORÓ REALIZA

Objetivo: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO, A MODERNIZAÇÃO E A MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO, GARANTINDO A QUALIDADE E A ACESSIBILIDADE DE VIAS, ESPAÇOS PÚBLICOS, SANEAMENTO, DRENAGEM E ILUMINAÇÃO, PARA MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO E FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

Problema:

Justificativa: O desenvolvimento da infraestrutura é o alicerce para o crescimento sustentável de qualquer município. Uma infraestrutura de qualidade não apenas melhora a mobilidade e a segurança, mas também atrai investimentos, valoriza o patrimônio público, fomenta o turismo e, principalmente, eleva a qualidade de vida dos cidadãos. Este programa se justifica pela necessidade de planejar e executar obras e serviços essenciais que atendam às demandas atuais e futuras da população, garantindo um ambiente urbano e rural mais organizado, acessível e funcional, em consonância com as metas de desenvolvimento sustentável.

Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	100.000,00	105.000,00	110.000,00	1.150.000,00	1.465.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: 105 - 14 . 14101 . 27 . 812 . 4 . 2.31 . 0 . 339030

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

Unidade orçamentária: 14101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E JUVENTUDE

Classificação Funcional

Função: 27 - Desporto e Lazer

Subfunção: 812 - Desporto Comunitário

Classificação Programática

Programa: 4 - FOMENTO E GESTÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER

Objetivo: PROMOVER A INTEGRAÇÃO SOCIAL, A QUALIDADE DE VIDA E O DESENVOLVIMENTO LOCAL ATRAVÉS DA ORGANIZAÇÃO, APOIO E REALIZAÇÃO DE UMA DIVERSIDADE DE EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER, GARANTINDO A PARTICIPAÇÃO AMPLA DA COMUNIDADE DE MOSSORÓ E FORTALECENDO A CULTURA ESPORTIVA E RECREATIVA NO MUNICÍPIO.

Problema:

Justificativa: A promoção de eventos esportivos e de lazer é fundamental para o bem-estar físico e mental da população, além de ser um poderoso instrumento de integração social e de fomento ao turismo e à economia local. Mossoró, com seu potencial geográfico e cultural, pode se beneficiar significativamente de uma agenda robusta de eventos, que estimulem a prática esportiva amadora, celebrem o esporte de alto rendimento e proporcionem momentos de convívio e entretenimento para todas as idades e perfis. Este programa visa suprir a lacuna de eventos organizados e apoiar iniciativas que fortaleçam a cultura esportiva e recreativa no município.

Público alvo: População em geral, atletas amadores, atletas de alto rendimento, clubes e entidades esportivas, turistas.

Relação de Despesas PPA

Indicadores: 28 - Eventos Esportivos/Lazer Realizados

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	15.000,00	15.000,00	20.000,00	20.000,00	70.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **106 - 14 . 14101 . 27 . 812 . 4 . 2.31 . 0 . 339031**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
Unidade orçamentária: 14101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E JUVENTUDE

Classificação Funcional

Função: 27 - Desporto e Lazer
Subfunção: 812 - Desporto Comunitário

Classificação Programática

Programa: 4 - FOMENTO E GESTÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER
Objetivo: PROMOVER A INTEGRAÇÃO SOCIAL, A QUALIDADE DE VIDA E O DESENVOLVIMENTO LOCAL ATRAVÉS DA ORGANIZAÇÃO, APOIO E REALIZAÇÃO DE UMA DIVERSIDADE DE EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER, GARANTINDO A PARTICIPAÇÃO AMPLA DA COMUNIDADE DE MOSSORÓ E FORTALECENDO A CULTURA ESPORTIVA E RECREATIVA NO MUNICÍPIO.
Problema:
Justificativa: A promoção de eventos esportivos e de lazer é fundamental para o bem-estar físico e mental da população, além de ser um poderoso instrumento de integração social e de fomento ao turismo e à economia local. Mossoró, com seu potencial geográfico e cultural, pode se beneficiar significativamente de uma agenda robusta de eventos, que estimulem a prática esportiva amadora, celebrem o esporte de alto rendimento e proporcionem momentos de convívio e entretenimento para todas as idades e perfis. Este programa visa suprir a lacuna de eventos organizados e apoiar iniciativas que fortaleçam a cultura esportiva e recreativa no município.
Público alvo: População em geral, atletas amadores, atletas de alto rendimento, clubes e entidades esportivas, turistas.

Indicadores: 28 - Eventos Esportivos/Lazer Realizados

Natureza da despesa: 3.3.90.31.00 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	120.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **107 - 14 . 14101 . 27 . 812 . 4 . 2.31 . 0 . 339032**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
Unidade orçamentária: 14101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E JUVENTUDE

Relação de Despesas PPA

Classificação Funcional

Função: 27 - Desporto e Lazer

Subfunção: 812 - Desporto Comunitário

Classificação Programática

Programa: 4 - FOMENTO E GESTÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER

Objetivo: PROMOVER A INTEGRAÇÃO SOCIAL, A QUALIDADE DE VIDA E O DESENVOLVIMENTO LOCAL ATRAVÉS DA ORGANIZAÇÃO, APOIO E REALIZAÇÃO DE UMA DIVERSIDADE DE EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER, GARANTINDO A PARTICIPAÇÃO AMPLA DA COMUNIDADE DE MOSSORÓ E FORTALECENDO A CULTURA ESPORTIVA E RECREATIVA NO MUNICÍPIO.

Problema:

Justificativa: A promoção de eventos esportivos e de lazer é fundamental para o bem-estar físico e mental da população, além de ser um poderoso instrumento de integração social e de fomento ao turismo e à economia local. Mossoró, com seu potencial geográfico e cultural, pode se beneficiar significativamente de uma agenda robusta de eventos, que estimulem a prática esportiva amadora, celebrem o esporte de alto rendimento e proporcionem momentos de convívio e entretenimento para todas as idades e perfis. Este programa visa suprir a lacuna de eventos organizados e apoiar iniciativas que fortaleçam a cultura esportiva e recreativa no município.

Público alvo: População em geral, atletas amadores, atletas de alto rendimento, clubes e entidades esportivas, turistas.

Indicadores: 28 - Eventos Esportivos/Lazer Realizados

Natureza da despesa: 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	80.000,00	84.000,00	88.000,00	92.000,00	344.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **108 - 14 . 14101 . 27 . 812 . 4 . 2.31 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

Unidade orçamentária: 14101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E JUVENTUDE

Classificação Funcional

Função: 27 - Desporto e Lazer

Subfunção: 812 - Desporto Comunitário

Classificação Programática

Programa: 4 - FOMENTO E GESTÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER

Objetivo: PROMOVER A INTEGRAÇÃO SOCIAL, A QUALIDADE DE VIDA E O DESENVOLVIMENTO LOCAL ATRAVÉS DA ORGANIZAÇÃO, APOIO E REALIZAÇÃO DE UMA DIVERSIDADE DE EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER, GARANTINDO A PARTICIPAÇÃO AMPLA DA COMUNIDADE DE MOSSORÓ E FORTALECENDO A CULTURA ESPORTIVA E RECREATIVA NO MUNICÍPIO.

Problema:

Justificativa: A promoção de eventos esportivos e de lazer é fundamental para o bem-estar físico e mental da população, além de ser um poderoso instrumento de integração social e de fomento ao turismo e à economia local. Mossoró, com seu potencial geográfico e cultural, pode se beneficiar significativamente de uma agenda robusta de eventos, que estimulem a prática esportiva amadora, celebrem o esporte de alto rendimento e proporcionem momentos de convívio e entretenimento para todas as idades e perfis. Este programa visa suprir a lacuna de eventos organizados e apoiar iniciativas que fortaleçam a cultura esportiva e recreativa no município.

Público alvo: População em geral, atletas amadores, atletas de alto rendimento, clubes e entidades esportivas, turistas.

Relação de Despesas PPA

Indicadores: 28 - Eventos Esportivos/Lazer Realizados

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	60.000,00	62.000,00	62.000,00	60.000,00	244.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **109 - 18 . 18101 . 27 . 451 . 14 . 1.6 . 0 . 449051**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 18 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
Unidade orçamentária: 18101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Classificação Funcional

Função: 27 - Desporto e Lazer
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana

Classificação Programática

Programa: 14 - MOSSORÓ REALIZA
Objetivo: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO, A MODERNIZAÇÃO E A MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO, GARANTINDO A QUALIDADE E A ACESSIBILIDADE DE VIAS, ESPAÇOS PÚBLICOS, SANEAMENTO, DRENAGEM E ILUMINAÇÃO, PARA MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO E FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

Problema:

Justificativa: O desenvolvimento da infraestrutura é o alicerce para o crescimento sustentável de qualquer município. Uma infraestrutura de qualidade não apenas melhora a mobilidade e a segurança, mas também atrai investimentos, valoriza o patrimônio público, fomenta o turismo e, principalmente, eleva a qualidade de vida dos cidadãos. Este programa se justifica pela necessidade de planejar e executar obras e serviços essenciais que atendam às demandas atuais e futuras da população, garantindo um ambiente urbano e rural mais organizado, acessível e funcional, em consonância com as metas de desenvolvimento sustentável.

Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	1.500.000,00	1.600.000,00	1.700.000,00	1.800.000,00	6.600.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **110 - 14 . 14101 . 27 . 812 . 4 . 2.32 . 0 . 339030**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
Unidade orçamentária: 14101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E JUVENTUDE

Relação de Despesas PPA

Classificação Funcional

Função: 27 - Desporto e Lazer

Subfunção: 812 - Desporto Comunitário

Classificação Programática

Programa: 4 - FOMENTO E GESTÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER

Objetivo: PROMOVER A INTEGRAÇÃO SOCIAL, A QUALIDADE DE VIDA E O DESENVOLVIMENTO LOCAL ATRAVÉS DA ORGANIZAÇÃO, APOIO E REALIZAÇÃO DE UMA DIVERSIDADE DE EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER, GARANTINDO A PARTICIPAÇÃO AMPLA DA COMUNIDADE DE MOSSORÓ E FORTALECENDO A CULTURA ESPORTIVA E RECREATIVA NO MUNICÍPIO.

Problema:

Justificativa: A promoção de eventos esportivos e de lazer é fundamental para o bem-estar físico e mental da população, além de ser um poderoso instrumento de integração social e de fomento ao turismo e à economia local. Mossoró, com seu potencial geográfico e cultural, pode se beneficiar significativamente de uma agenda robusta de eventos, que estimulem a prática esportiva amadora, celebrem o esporte de alto rendimento e proporcionem momentos de convívio e entretenimento para todas as idades e perfis. Este programa visa suprir a lacuna de eventos organizados e apoiar iniciativas que fortaleçam a cultura esportiva e recreativa no município.

Público alvo: População em geral, atletas amadores, atletas de alto rendimento, clubes e entidades esportivas, turistas.

Indicadores: 28 - Eventos Esportivos/Lazer Realizados

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	60.000,00	63.000,00	66.000,00	69.000,00	258.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: 111 - 14 . 14101 . 27 . 812 . 4 . 2.32 . 0 . 339031

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

Unidade orçamentária: 14101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E JUVENTUDE

Classificação Funcional

Função: 27 - Desporto e Lazer

Subfunção: 812 - Desporto Comunitário

Classificação Programática

Programa: 4 - FOMENTO E GESTÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER

Objetivo: PROMOVER A INTEGRAÇÃO SOCIAL, A QUALIDADE DE VIDA E O DESENVOLVIMENTO LOCAL ATRAVÉS DA ORGANIZAÇÃO, APOIO E REALIZAÇÃO DE UMA DIVERSIDADE DE EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER, GARANTINDO A PARTICIPAÇÃO AMPLA DA COMUNIDADE DE MOSSORÓ E FORTALECENDO A CULTURA ESPORTIVA E RECREATIVA NO MUNICÍPIO.

Problema:

Justificativa: A promoção de eventos esportivos e de lazer é fundamental para o bem-estar físico e mental da população, além de ser um poderoso instrumento de integração social e de fomento ao turismo e à economia local. Mossoró, com seu potencial geográfico e cultural, pode se beneficiar significativamente de uma agenda robusta de eventos, que estimulem a prática esportiva amadora, celebrem o esporte de alto rendimento e proporcionem momentos de convívio e entretenimento para todas as idades e perfis. Este programa visa suprir a lacuna de eventos organizados e apoiar iniciativas que fortaleçam a cultura esportiva e recreativa no município.

Público alvo: População em geral, atletas amadores, atletas de alto rendimento, clubes e entidades esportivas, turistas.

Relação de Despesas PPA

Indicadores: 28 - Eventos Esportivos/Lazer Realizados

Natureza da despesa: 3.3.90.31.00 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	400.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **112 - 14 . 14101 . 27 . 812 . 4 . 2.32 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
Unidade orçamentária: 14101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E JUVENTUDE

Classificação Funcional

Função: 27 - Desporto e Lazer
Subfunção: 812 - Desporto Comunitário

Classificação Programática

Programa: 4 - FOMENTO E GESTÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER
Objetivo: PROMOVER A INTEGRAÇÃO SOCIAL, A QUALIDADE DE VIDA E O DESENVOLVIMENTO LOCAL ATRAVÉS DA ORGANIZAÇÃO, APOIO E REALIZAÇÃO DE UMA DIVERSIDADE DE EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER, GARANTINDO A PARTICIPAÇÃO AMPLA DA COMUNIDADE DE MOSSORÓ E FORTALECENDO A CULTURA ESPORTIVA E RECREATIVA NO MUNICÍPIO.
Problema:
Justificativa: A promoção de eventos esportivos e de lazer é fundamental para o bem-estar físico e mental da população, além de ser um poderoso instrumento de integração social e de fomento ao turismo e à economia local. Mossoró, com seu potencial geográfico e cultural, pode se beneficiar significativamente de uma agenda robusta de eventos, que estimulem a prática esportiva amadora, celebrem o esporte de alto rendimento e proporcionem momentos de convívio e entretenimento para todas as idades e perfis. Este programa visa suprir a lacuna de eventos organizados e apoiar iniciativas que fortaleçam a cultura esportiva e recreativa no município.
Público alvo: População em geral, atletas amadores, atletas de alto rendimento, clubes e entidades esportivas, turistas.

Indicadores: 28 - Eventos Esportivos/Lazer Realizados

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	180.000,00	180.000,00	180.000,00	180.000,00	720.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **113 - 19 . 24201 . 9 . 122 . 7 . 1.3 . 0 . 449051**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 19 - PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN
Unidade orçamentária: 24201 - PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN

Relação de Despesas PPA

Classificação Funcional

Função: 9 - Previdência Social

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
18020000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	691.000,00	727.000,00	765.000,00	806.000,00	2.989.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **118 - 19 . 24201 . 4 . 122 . 7 . 2.36 . 0 . 339030**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 19 - PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN

Unidade orçamentária: 24201 - PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
18020000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	290.000,00	304.000,00	319.000,00	335.000,00	1.248.000,00

Relação de Despesas PPA

Ação / Meta física	Tipo / Unidade de medida	Produto / No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **119 - 19 . 24201 . 4 . 122 . 7 . 2.36 . 0 . 339033**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 19 - PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN

Unidade orçamentária: 24201 - PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
18020000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	60.000,00	63.000,00	66.000,00	69.000,00	258.000,00

Ação / Meta física	Tipo / Unidade de medida	Produto / No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **121 - 19 . 24201 . 4 . 122 . 7 . 2.36 . 0 . 339036**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 19 - PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN

Unidade orçamentária: 24201 - PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Relação de Despesas PPA

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
18020000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	840.000,00	882.000,00	926.000,00	972.000,00	3.620.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **122 - 19 . 24201 . 4 . 122 . 7 . 2.36 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 19 - PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN

Unidade orçamentária: 24201 - PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
18020000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	3.300.000,00	3.465.000,00	3.638.000,00	3.820.000,00	14.223.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **127 - 19 . 24201 . 9 . 272 . 12 . 2.38 . 0 . 319003**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 19 - PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN

Relação de Despesas PPA

Unidade orçamentária: 24201 - PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN

Classificação Funcional

Função: 9 - Previdência Social

Subfunção: 272 - Previdência do Regime Estatutário

Classificação Programática

Programa: 12 - BENEFÍCIOS E PREVIDÊNCIA DE SERVIDORES

Objetivo: GARANTIR A GESTÃO EFICIENTE E A SUSTENTABILIDADE DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS) DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ, ASSEGURANDO A CONCESSÃO E O PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS AOS SERVIDORES PÚBLICOS E SEUS DEPENDENTES, E PROMOVENDO A SEGURANÇA E O BEM-ESTAR SOCIAL.

Problema:

Justificativa: A previdência dos servidores públicos municipais é um direito social fundamental e um pilar da segurança e estabilidade para os trabalhadores e suas famílias. Este programa se justifica pela imperiosa necessidade de manter a solidez financeira e atuarial do RPPS, garantindo que os compromissos previdenciários sejam honrados no presente e no futuro. A gestão eficaz dos benefícios e a transparência na administração dos recursos são cruciais para a confiança dos segurados e para a conformidade com as normativas.

Público alvo: Servidores públicos ativos e inativos do município de Mossoró, pensionistas e seus dependentes.

Natureza da despesa: 3.1.90.03.00 - Pensões

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
18000000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	0,00	100.000,00	105.000,00	110.000,00	115.000,00	430.000,00

Ação	Tipo	Produto						
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total	

Despesa PPA: 128 - 19 . 24201 . 9 . 272 . 12 . 2.38 . 0 . 319001

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 19 - PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN

Unidade orçamentária: 24201 - PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN

Classificação Funcional

Função: 9 - Previdência Social

Subfunção: 272 - Previdência do Regime Estatutário

Classificação Programática

Programa: 12 - BENEFÍCIOS E PREVIDÊNCIA DE SERVIDORES

Objetivo: GARANTIR A GESTÃO EFICIENTE E A SUSTENTABILIDADE DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS) DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ, ASSEGURANDO A CONCESSÃO E O PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS AOS SERVIDORES PÚBLICOS E SEUS DEPENDENTES, E PROMOVENDO A SEGURANÇA E O BEM-ESTAR SOCIAL.

Problema:

Justificativa: A previdência dos servidores públicos municipais é um direito social fundamental e um pilar da segurança e estabilidade para os trabalhadores e suas famílias. Este programa se justifica pela imperiosa necessidade de manter a solidez financeira e atuarial do RPPS, garantindo que os compromissos previdenciários sejam honrados no presente e no futuro. A gestão eficaz dos benefícios e a transparência na administração dos recursos são cruciais para a confiança dos segurados e para a conformidade com as normativas.

Público alvo: Servidores públicos ativos e inativos do município de Mossoró, pensionistas e seus dependentes.

Natureza da despesa: 3.1.90.01.00 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas

Valores Previstos R$

Relação de Despesas PPA

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
18000000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	0,00	1.218.000,00	1.110.000,00	1.250.000,00	465.000,00	4.043.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **129 - 19 . 24201 . 9 . 272 . 12 . 2.38 . 0 . 339091**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 19 - PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN

Unidade orçamentária: 24201 - PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN

Classificação Funcional

Função: 9 - Previdência Social

Subfunção: 272 - Previdência do Regime Estatutário

Classificação Programática

Programa: 12 - BENEFÍCIOS E PREVIDÊNCIA DE SERVIDORES

Objetivo: GARANTIR A GESTÃO EFICIENTE E A SUSTENTABILIDADE DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS) DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ, ASSEGURANDO A CONCESSÃO E O PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS AOS SERVIDORES PÚBLICOS E SEUS DEPENDENTES, E PROMOVENDO A SEGURANÇA E O BEM-ESTAR SOCIAL.

Problema:

Justificativa: A previdência dos servidores públicos municipais é um direito social fundamental e um pilar da segurança e estabilidade para os trabalhadores e suas famílias. Este programa se justifica pela imperiosa necessidade de manter a solidez financeira e atuarial do RPPS, garantindo que os compromissos previdenciários sejam honrados no presente e no futuro. A gestão eficaz dos benefícios e a transparência na administração dos recursos são cruciais para a confiança dos segurados e para a conformidade com as normativas.

Público alvo: Servidores públicos ativos e inativos do município de Mossoró, pensionistas e seus dependentes.

Natureza da despesa: 3.3.90.91.00 - Sentenças Judiciais

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
18000000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	0,00	10.000,00	15.000,00	20.000,00	25.000,00	70.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **130 - 19 . 24201 . 9 . 122 . 6 . 2.39 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 19 - PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN

Unidade orçamentária: 24201 - PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN

Classificação Funcional

Função: 9 - Previdência Social

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Relação de Despesas PPA

Programa: 6 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Objetivo: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO CONTÍNUO DAS COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DOS SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS E APOSENTADOS, BEM COMO DOS DEMAIS AGENTES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ, POR MEIO DE PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO, VISANDO A MELHORIA DA EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E A ADAPTAÇÃO ÀS NOVAS DEMANDAS DA GESTÃO.

Problema:

Justificativa: A qualidade dos serviços públicos prestados à população está diretamente ligada à qualificação de seus servidores e agentes. Um programa robusto de desenvolvimento profissional é essencial para que a administração municipal possa responder aos desafios contemporâneos, otimizar processos, incorporar novas tecnologias e garantir a excelência na execução das políticas públicas. Além disso, a capacitação contínua não só aprimora o desempenho no trabalho, mas também promove a valorização do servidor, prepara-o para diferentes fases da carreira e para a aposentadoria, e fomenta um ambiente de inovação e eficiência. Investir na capacitação dos servidores ativos e na integração dos aposentados garante a perpetuação do conhecimento institucional e a melhoria constante da máquina pública.

Público alvo: Servidores públicos ativos, servidores aposentados, e demais agentes públicos do município de Mossoró

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
18020000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	43.000,00	45.000,00	47.000,00	49.000,00	184.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: 131 - 19 . 24201 . 99 . 997 . 9999 . 0.99 . 0 . 999999

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 19 - PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN

Unidade orçamentária: 24201 - PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN

Classificação Funcional

Função: 99 - Reserva de Contingência

Subfunção: 997 - Reserva do RPPS

Classificação Programática

Programa: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Objetivo: RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Problema:

Justificativa: A previsão de uma Reserva de Contingência é um imperativo legal, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), e uma ferramenta essencial para a boa governança e saúde fiscal do município.

Público alvo:

Natureza da despesa: 9.9.99.99.00 - A Classificar

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
18020000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	1.930.000,00	2.026.000,00	2.127.000,00	2.234.000,00	8.317.000,00
18000000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	0,00	8.060.000,00	8.463.000,00	8.886.000,00	9.330.000,00	34.739.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**

Relação de Despesas PPA

Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **132 - 4 . 4101 . 4 . 124 . 7 . 2.40 . 0 . 319011**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 4 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Unidade orçamentária: 4101 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 124 - Controle Interno

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	1.291.000,00	1.350.000,00	1.423.000,00	1.495.000,00	5.559.000,00

Ação	Tipo	Produto						
Meta física	Unidade de medida		No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **133 - 4 . 4101 . 4 . 124 . 7 . 2.40 . 0 . 319013**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 4 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Unidade orçamentária: 4101 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 124 - Controle Interno

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Relação de Despesas PPA

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	110.000,00	116.000,00	122.000,00	128.000,00	476.000,00

Ação / Meta física	Tipo / Unidade de medida	Produto / No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **134 - 4 . 4101 . 4 . 124 . 7 . 2.40 . 0 . 319016**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 4 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Unidade orçamentária: 4101 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 124 - Controle Interno

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	43.000,00	44.000,00	46.000,00	49.000,00	182.000,00

Ação / Meta física	Tipo / Unidade de medida	Produto / No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **135 - 4 . 4101 . 4 . 124 . 7 . 2.40 . 0 . 319113**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 4 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Relação de Despesas PPA

Unidade orçamentária: 4101 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 124 - Controle Interno

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	24.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: 136 - 4 . 4101 . 4 . 124 . 7 . 2.40 . 0 . 339014

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 4 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Unidade orçamentária: 4101 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 124 - Controle Interno

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Relação de Despesas PPA

15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **137 - 4 . 4101 . 4 . 124 . 7 . 2.40 . 0 . 339030**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 4 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Unidade orçamentária: 4101 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 124 - Controle Interno

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **138 - 4 . 4101 . 4 . 124 . 7 . 2.40 . 0 . 339033**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 4 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Unidade orçamentária: 4101 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 124 - Controle Interno

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS,

Relação de Despesas PPA

TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **139 - 4 . 4101 . 4 . 124 . 7 . 2.40 . 0 . 339036**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 4 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Unidade orçamentária: 4101 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 124 - Controle Interno

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	54.000,00	56.000,00	58.000,00	61.000,00	229.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **140 - 4 . 4101 . 4 . 124 . 7 . 2.40 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Relação de Despesas PPA

Unidade gestora: 4 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Unidade orçamentária: 4101 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 124 - Controle Interno

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	20.000,00	20.000,00	22.000,00	22.000,00	84.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: 141 - 4 . 4101 . 4 . 124 . 7 . 2.40 . 0 . 449052

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 4 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Unidade orçamentária: 4101 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 124 - Controle Interno

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

Valores Previstos R$

Relação de Despesas PPA

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	0,00	30.000,00	40.000,00	50.000,00	120.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **142 - 4 . 4101 . 4 . 128 . 6 . 2.41 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 4 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Unidade orçamentária: 4101 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 128 - Formação de Recursos Humanos

Classificação Programática

Programa: 6 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Objetivo: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO CONTÍNUO DAS COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DOS SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS E APOSENTADOS, BEM COMO DOS DEMAIS AGENTES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ, POR MEIO DE PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO, VISANDO A MELHORIA DA EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E A ADAPTAÇÃO ÀS NOVAS DEMANDAS DA GESTÃO.

Problema:

Justificativa: A qualidade dos serviços públicos prestados à população está diretamente ligada à qualificação de seus servidores e agentes. Um programa robusto de desenvolvimento profissional é essencial para que a administração municipal possa responder aos desafios contemporâneos, otimizar processos, incorporar novas tecnologias e garantir a excelência na execução das políticas públicas. Além disso, a capacitação contínua não só aprimora o desempenho no trabalho, mas também promove a valorização do servidor, prepara-o para diferentes fases da carreira e para a aposentadoria, e fomenta um ambiente de inovação e eficiência. Investir na capacitação dos servidores ativos e na integração dos aposentados garante a perpetuação do conhecimento institucional e a melhoria constante da máquina pública.

Público alvo: Servidores públicos ativos, servidores aposentados, e demais agentes públicos do município de Mossoró

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	40.000,00	40.000,00	42.000,00	42.000,00	164.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **143 - 9 . 9101 . 12 . 365 . 8 . 2.19 . 0 . 335041**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Relação de Despesas PPA

Subfunção: 365 - Educação Infantil

Classificação Programática

Programa: 8 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Objetivo: CONTRIBUIR PARA A EXPANSÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM CRECHES E PRÉ-ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Problema:

Justificativa: A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei nº 9.394/1996) e a Resolução CNE/CEB nº 5/2009, sendo ofertada em creches e pré-escolas para crianças de 0 a 5 anos. O Plano Nacional de Educação (PNE Lei nº 13.005/2014) e o Plano Municipal de Educação de Mossoró preveem, entre suas metas, a universalização da pré-escola para crianças de 4 e 5 anos e a ampliação da oferta em creches para, no mínimo, 50% das crianças de 0 a 3 anos. Apesar dos avanços já conquistados, ainda há desafios a serem superados, como o déficit de vagas em creches e a necessidade de fortalecimento da infraestrutura e da formação dos profissionais que atuam nessa etapa. Nesse sentido, este programa busca ampliar o acesso e qualificar o atendimento na Educação Infantil, por meio da construção e modernização de unidades escolares, aquisição de materiais pedagógicos e de consumo adequados à faixa etária, e realização de formações continuadas voltadas aos profissionais da área. Além disso, o programa contempla ações de monitoramento e avaliação com foco na melhoria da qualidade do atendimento ofertado, garantindo o direito das crianças a uma educação que promova seu desenvolvimento integral. A iniciativa reforça o compromisso da gestão municipal com a promoção de uma Educação Infantil que cumpra sua função social, política e pedagógica, assegurando o educar e o cuidar como práticas indissociáveis.

Público alvo: População na faixa etária de 0 a 5 anos e 11 meses

Indicadores: 7 - Matrículas de alunos na creche

8 - Matrícula de alunos na Pré-Escola

Natureza da despesa: 3.3.50.41.00 - Contribuições

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	326.000,00	342.000,00	359.000,00	377.000,00	1.404.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **144 - 5 . 5101 . 3 . 122 . 7 . 2.42 . 0 . 319011**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 5 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Unidade orçamentária: 5101 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

Classificação Funcional

Função: 3 - Essencial à Justiça

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Relação de Despesas PPA

Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	3.270.000,00	3.433.000,00	3.605.000,00	3.785.000,00	14.093.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **145 - 5 . 5101 . 3 . 122 . 7 . 2.42 . 0 . 319013**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 5 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Unidade orçamentária: 5101 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

Classificação Funcional

Função: 3 - Essencial à Justiça
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	110.000,00	120.000,00	130.000,00	140.000,00	500.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **146 - 5 . 5101 . 3 . 122 . 7 . 2.42 . 0 . 319016**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 5 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Unidade orçamentária: 5101 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

Classificação Funcional

Função: 3 - Essencial à Justiça
Subfunção: 122 - Administração Geral

Relação de Despesas PPA

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	120.000,00	130.000,00	140.000,00	150.000,00	540.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **147 - 5 . 5101 . 3 . 122 . 7 . 2.42 . 0 . 319113**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 5 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Unidade orçamentária: 5101 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

Classificação Funcional

Função: 3 - Essencial à Justiça

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	520.000,00	540.000,00	560.000,00	590.000,00	2.210.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Relação de Despesas PPA

Despesa PPA: **148 - 5 . 5101 . 3 . 122 . 7 . 2.42 . 0 . 339014**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 5 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Unidade orçamentária: 5101 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

Classificação Funcional

Função: 3 - Essencial à Justiça
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	10.000,00	11.000,00	15.000,00	16.000,00	52.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **149 - 5 . 5101 . 3 . 122 . 7 . 2.42 . 0 . 339030**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 5 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Unidade orçamentária: 5101 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

Classificação Funcional

Função: 3 - Essencial à Justiça
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Relação de Despesas PPA

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	60.000,00	63.000,00	66.000,00	69.000,00	258.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **150 - 5 . 5101 . 3 . 122 . 7 . 2.42 . 0 . 339033**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 5 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Unidade orçamentária: 5101 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

Classificação Funcional

Função: 3 - Essencial à Justiça
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	10.000,00	11.000,00	12.000,00	13.000,00	46.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **151 - 5 . 5101 . 3 . 122 . 7 . 2.42 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 5 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Unidade orçamentária: 5101 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

Classificação Funcional

Função: 3 - Essencial à Justiça
Subfunção: 122 - Administração Geral

Relação de Despesas PPA

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	1.200.000,00	1.300.000,00	1.400.000,00	1.500.000,00	5.400.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: 152 - 5 . 5101 . 3 . 122 . 7 . 2.42 . 0 . 339040

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 5 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Unidade orçamentária: 5101 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

Classificação Funcional

Função: 3 - Essencial à Justiça

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.40.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	50.000,00	52.000,00	55.000,00	58.000,00	215.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Relação de Despesas PPA

Despesa PPA: **154 - 5 . 5101 . 3 . 122 . 7 . 2.44 . 0 . 339036**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 5 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Unidade orçamentária: 5101 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

Classificação Funcional

Função: 3 - Essencial à Justiça
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	170.000,00	180.000,00	190.000,00	200.000,00	740.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **155 - 18 . 18101 . 4 . 122 . 7 . 2.45 . 0 . 319011**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 18 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
Unidade orçamentária: 18101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Relação de Despesas PPA

Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	3.358.000,00	3.525.000,00	3.702.000,00	3.887.000,00	14.472.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **156 - 18 . 18101 . 4 . 122 . 7 . 2.45 . 0 . 339030**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 18 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
Unidade orçamentária: 18101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	50.000,00	52.000,00	55.000,00	57.000,00	214.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **157 - 5 . 5102 . 3 . 122 . 7 . 2.46 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 5 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Unidade orçamentária: 5102 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ - FUNDEM

Classificação Funcional

Função: 3 - Essencial à Justiça
Subfunção: 122 - Administração Geral

Relação de Despesas PPA

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15010000 - Outros Recursos não Vinculados	0,00	100.000,00	105.000,00	110.000,00	115.000,00	430.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **158 - 5 . 5102 . 3 . 122 . 7 . 2.46 . 0 . 449052**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 5 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Unidade orçamentária: 5102 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ - FUNDEM

Classificação Funcional

Função: 3 - Essencial à Justiça

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15010000 - Outros Recursos não Vinculados	0,00	50.000,00	52.000,00	55.000,00	57.000,00	214.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Relação de Despesas PPA

Despesa PPA: **159 - 5 . 5102 . 3 . 128 . 6 . 2.47 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 5 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Unidade orçamentária: 5102 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ - FUNDEM

Classificação Funcional

Função: 3 - Essencial à Justiça

Subfunção: 128 - Formação de Recursos Humanos

Classificação Programática

Programa: 6 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Objetivo: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO CONTÍNUO DAS COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DOS SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS E APOSENTADOS, BEM COMO DOS DEMAIS AGENTES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ, POR MEIO DE PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO, VISANDO A MELHORIA DA EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E A ADAPTAÇÃO ÀS NOVAS DEMANDAS DA GESTÃO.

Problema:

Justificativa: A qualidade dos serviços públicos prestados à população está diretamente ligada à qualificação de seus servidores e agentes. Um programa robusto de desenvolvimento profissional é essencial para que a administração municipal possa responder aos desafios contemporâneos, otimizar processos, incorporar novas tecnologias e garantir a excelência na execução das políticas públicas. Além disso, a capacitação contínua não só aprimora o desempenho no trabalho, mas também promove a valorização do servidor, prepara-o para diferentes fases da carreira e para a aposentadoria, e fomenta um ambiente de inovação e eficiência. Investir na capacitação dos servidores ativos e na integração dos aposentados garante a perpetuação do conhecimento institucional e a melhoria constante da máquina pública.

Público alvo: Servidores públicos ativos, servidores aposentados, e demais agentes públicos do município de Mossoró

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15010000 - Outros Recursos não Vinculados	0,00	100.000,00	105.000,00	110.000,00	115.000,00	430.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **160 - 5 . 5102 . 3 . 128 . 6 . 2.47 . 0 . 339014**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 5 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Unidade orçamentária: 5102 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ - FUNDEM

Classificação Funcional

Função: 3 - Essencial à Justiça

Subfunção: 128 - Formação de Recursos Humanos

Classificação Programática

Programa: 6 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Objetivo: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO CONTÍNUO DAS COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DOS SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS E APOSENTADOS, BEM COMO DOS DEMAIS AGENTES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ, POR MEIO DE PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO, VISANDO A MELHORIA DA EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E A ADAPTAÇÃO ÀS NOVAS DEMANDAS DA GESTÃO.

Relação de Despesas PPA

Problema:

Justificativa: A qualidade dos serviços públicos prestados à população está diretamente ligada à qualificação de seus servidores e agentes. Um programa robusto de desenvolvimento profissional é essencial para que a administração municipal possa responder aos desafios contemporâneos, otimizar processos, incorporar novas tecnologias e garantir a excelência na execução das políticas públicas. Além disso, a capacitação contínua não só aprimora o desempenho no trabalho, mas também promove a valorização do servidor, prepara-o para diferentes fases da carreira e para a aposentadoria, e fomenta um ambiente de inovação e eficiência. Investir na capacitação dos servidores ativos e na integração dos aposentados garante a perpetuação do conhecimento institucional e a melhoria constante da máquina pública.

Público alvo: Servidores públicos ativos, servidores aposentados, e demais agentes públicos do município de Mossoró

Natureza da despesa: 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15010000 - Outros Recursos não Vinculados	0,00	20.000,00	21.000,00	22.000,00	23.000,00	86.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **161 - 5 . 5102 . 3 . 128 . 6 . 2.47 . 0 . 339033**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 5 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Unidade orçamentária: 5102 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ - FUNDEM

Classificação Funcional

Função: 3 - Essencial à Justiça

Subfunção: 128 - Formação de Recursos Humanos

Classificação Programática

Programa: 6 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Objetivo: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO CONTÍNUO DAS COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DOS SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS E APOSENTADOS, BEM COMO DOS DEMAIS AGENTES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ, POR MEIO DE PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO, VISANDO A MELHORIA DA EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E A ADAPTAÇÃO ÀS NOVAS DEMANDAS DA GESTÃO.

Problema:

Justificativa: A qualidade dos serviços públicos prestados à população está diretamente ligada à qualificação de seus servidores e agentes. Um programa robusto de desenvolvimento profissional é essencial para que a administração municipal possa responder aos desafios contemporâneos, otimizar processos, incorporar novas tecnologias e garantir a excelência na execução das políticas públicas. Além disso, a capacitação contínua não só aprimora o desempenho no trabalho, mas também promove a valorização do servidor, prepara-o para diferentes fases da carreira e para a aposentadoria, e fomenta um ambiente de inovação e eficiência. Investir na capacitação dos servidores ativos e na integração dos aposentados garante a perpetuação do conhecimento institucional e a melhoria constante da máquina pública.

Público alvo: Servidores públicos ativos, servidores aposentados, e demais agentes públicos do município de Mossoró

Natureza da despesa: 3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15010000 - Outros Recursos não Vinculados	0,00	10.000,00	10.000,00	11.000,00	11.000,00	42.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**	
			Total

Relação de Despesas PPA

Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029

Despesa PPA: **162 - 5 . 5102 . 3 . 92 . 13 . 2.43 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 5 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Unidade orçamentária: 5102 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ - FUNDEM

Classificação Funcional

Função: 3 - Essencial à Justiça

Subfunção: 92 - Representação Judicial e Extrajudicial

Classificação Programática

Programa: 13 - GESTÃO E MODERNIZAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA

Objetivo: OTIMIZAR A ARRECADAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL, POR MEIO DA MODERNIZAÇÃO DE PROCESSOS, SISTEMAS E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL, GARANTINDO A EFICIÊNCIA, A TRANSPARÊNCIA E A EFETIVIDADE NA RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS PÚBLICOS E A SUSTENTABILIDADE FISCAL DO MUNICÍPIO.

Problema:

Justificativa: A otimização da arrecadação da dívida ativa é essencial para a sustentabilidade fiscal do município, permitindo a alocação de recursos para o financiamento de serviços públicos essenciais, projetos de desenvolvimento e investimentos em infraestrutura, reduzindo a dependência de transferências externas e fortalecendo a autonomia financeira, além de garantir a justiça fiscal e o bom atendimento às necessidades da população.

Público alvo: População

Indicadores: 47 - Taxa de Recuperação da Dívida Ativa e Número de Execuções Fiscais

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15010000 - Outros Recursos não Vinculados	0,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	400.000,00

Ação	Tipo	Produto						
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total
---	---	---	---	---	---	---	---

Despesa PPA: **163 - 18 . 18101 . 4 . 122 . 7 . 2.45 . 0 . 319013**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 18 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Unidade orçamentária: 18101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Relação de Despesas PPA

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	250.000,00	270.000,00	290.000,00	300.000,00	1.110.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **164 - 18 . 18101 . 4 . 122 . 7 . 2.45 . 0 . 319016**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 18 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Unidade orçamentária: 18101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	110.000,00	120.000,00	130.000,00	140.000,00	500.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **165 - 18 . 18101 . 4 . 122 . 7 . 2.45 . 0 . 319096**

Relação de Despesas PPA

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 18 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
Unidade orçamentária: 18101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.96.00 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	140.000,00	150.000,00	160.000,00	170.000,00	620.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **166 - 18 . 18101 . 4 . 122 . 7 . 2.45 . 0 . 319113**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 18 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
Unidade orçamentária: 18101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais

Relação de Despesas PPA

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	130.000,00	140.000,00	150.000,00	160.000,00	580.000,00

Ação / Meta física	Tipo / Produto / Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **167 - 18 . 18101 . 4 . 122 . 7 . 2.45 . 0 . 339014**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 18 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
Unidade orçamentária: 18101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	15.000,00	16.000,00	17.000,00	18.000,00	66.000,00

Ação / Meta física	Tipo / Produto / Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **168 - 18 . 18101 . 4 . 122 . 7 . 2.45 . 0 . 339033**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 18 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
Unidade orçamentária: 18101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Relação de Despesas PPA

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	15.000,00	16.000,00	17.000,00	18.000,00	66.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **169 - 18 . 18101 . 4 . 122 . 7 . 2.45 . 0 . 339036**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 18 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Unidade orçamentária: 18101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	65.000,00	67.000,00	69.000,00	71.000,00	272.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Relação de Despesas PPA

Despesa PPA: **170 - 18 . 18101 . 4 . 122 . 7 . 2.45 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 18 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
Unidade orçamentária: 18101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	10.000.000,00	10.500.000,00	11.000.000,00	11.576.000,00	43.076.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **171 - 18 . 18101 . 4 . 122 . 7 . 2.45 . 0 . 449052**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 18 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
Unidade orçamentária: 18101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Relação de Despesas PPA

Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	50.000,00	53.000,00	56.000,00	59.000,00	218.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**		**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **172 - 18 . 18101 . 15 . 451 . 14 . 1.5 . 0 . 449051**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 18 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
Unidade orçamentária: 18101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Classificação Funcional

Função: 15 - Urbanismo
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana

Classificação Programática

Programa: 14 - MOSSORÓ REALIZA
Objetivo: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO, A MODERNIZAÇÃO E A MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO, GARANTINDO A QUALIDADE E A ACESSIBILIDADE DE VIAS, ESPAÇOS PÚBLICOS, SANEAMENTO, DRENAGEM E ILUMINAÇÃO, PARA MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO E FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.
Problema:
Justificativa: O desenvolvimento da infraestrutura é o alicerce para o crescimento sustentável de qualquer município. Uma infraestrutura de qualidade não apenas melhora a mobilidade e a segurança, mas também atrai investimentos, valoriza o patrimônio público, fomenta o turismo e, principalmente, eleva a qualidade de vida dos cidadãos. Este programa se justifica pela necessidade de planejar e executar obras e serviços essenciais que atendam às demandas atuais e futuras da população, garantindo um ambiente urbano e rural mais organizado, acessível e funcional, em consonância com as metas de desenvolvimento sustentável.
Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
17540000 - Recursos de Operações de Crédito	0,00	15.000.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**		**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **173 - 18 . 18101 . 15 . 451 . 14 . 1.4 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 18 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
Unidade orçamentária: 18101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Classificação Funcional

Relação de Despesas PPA

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana

Classificação Programática

Programa: 14 - MOSSORÓ REALIZA

Objetivo: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO, A MODERNIZAÇÃO E A MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO, GARANTINDO A QUALIDADE E A ACESSIBILIDADE DE VIAS, ESPAÇOS PÚBLICOS, SANEAMENTO, DRENAGEM E ILUMINAÇÃO, PARA MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO E FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

Problema:

Justificativa: O desenvolvimento da infraestrutura é o alicerce para o crescimento sustentável de qualquer município. Uma infraestrutura de qualidade não apenas melhora a mobilidade e a segurança, mas também atrai investimentos, valoriza o patrimônio público, fomenta o turismo e, principalmente, eleva a qualidade de vida dos cidadãos. Este programa se justifica pela necessidade de planejar e executar obras e serviços essenciais que atendam às demandas atuais e futuras da população, garantindo um ambiente urbano e rural mais organizado, acessível e funcional, em consonância com as metas de desenvolvimento sustentável.

Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	2.000.000,00	2.200.000,00	2.400.000,00	2.600.000,00	9.200.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: 174 - 18 . 18101 . 15 . 451 . 14 . 1.4 . 0 . 449051

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 18 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Unidade orçamentária: 18101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Classificação Funcional

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana

Classificação Programática

Programa: 14 - MOSSORÓ REALIZA

Objetivo: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO, A MODERNIZAÇÃO E A MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO, GARANTINDO A QUALIDADE E A ACESSIBILIDADE DE VIAS, ESPAÇOS PÚBLICOS, SANEAMENTO, DRENAGEM E ILUMINAÇÃO, PARA MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO E FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

Problema:

Justificativa: O desenvolvimento da infraestrutura é o alicerce para o crescimento sustentável de qualquer município. Uma infraestrutura de qualidade não apenas melhora a mobilidade e a segurança, mas também atrai investimentos, valoriza o patrimônio público, fomenta o turismo e, principalmente, eleva a qualidade de vida dos cidadãos. Este programa se justifica pela necessidade de planejar e executar obras e serviços essenciais que atendam às demandas atuais e futuras da população, garantindo um ambiente urbano e rural mais organizado, acessível e funcional, em consonância com as metas de desenvolvimento sustentável.

Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações

Valores Previstos R$

Relação de Despesas PPA

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	1.500.000,00	1.575.000,00	1.653.000,00	1.736.000,00	6.464.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **175 - 18 . 18101 . 17 . 512 . 14 . 1.7 . 0 . 449051**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 18 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
Unidade orçamentária: 18101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Classificação Funcional

Função: 17 - Saneamento
Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano

Classificação Programática

Programa: 14 - MOSSORÓ REALIZA
Objetivo: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO, A MODERNIZAÇÃO E A MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO, GARANTINDO A QUALIDADE E A ACESSIBILIDADE DE VIAS, ESPAÇOS PÚBLICOS, SANEAMENTO, DRENAGEM E ILUMINAÇÃO, PARA MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO E FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

Problema:

Justificativa: O desenvolvimento da infraestrutura é o alicerce para o crescimento sustentável de qualquer município. Uma infraestrutura de qualidade não apenas melhora a mobilidade e a segurança, mas também atrai investimentos, valoriza o patrimônio público, fomenta o turismo e, principalmente, eleva a qualidade de vida dos cidadãos. Este programa se justifica pela necessidade de planejar e executar obras e serviços essenciais que atendam às demandas atuais e futuras da população, garantindo um ambiente urbano e rural mais organizado, acessível e funcional, em consonância com as metas de desenvolvimento sustentável.

Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **176 - 18 . 18101 . 15 . 451 . 14 . 1.8 . 0 . 449051**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 18 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
Unidade orçamentária: 18101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Classificação Funcional

Função: 15 - Urbanismo
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana

Relação de Despesas PPA

Classificação Programática

Programa: 14 - MOSSORÓ REALIZA

Objetivo: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO, A MODERNIZAÇÃO E A MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO, GARANTINDO A QUALIDADE E A ACESSIBILIDADE DE VIAS, ESPAÇOS PÚBLICOS, SANEAMENTO, DRENAGEM E ILUMINAÇÃO, PARA MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO E FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

Problema:

Justificativa: O desenvolvimento da infraestrutura é o alicerce para o crescimento sustentável de qualquer município. Uma infraestrutura de qualidade não apenas melhora a mobilidade e a segurança, mas também atrai investimentos, valoriza o patrimônio público, fomenta o turismo e, principalmente, eleva a qualidade de vida dos cidadãos. Este programa se justifica pela necessidade de planejar e executar obras e serviços essenciais que atendam às demandas atuais e futuras da população, garantindo um ambiente urbano e rural mais organizado, acessível e funcional, em consonância com as metas de desenvolvimento sustentável.

Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	2.000.000,00	2.100.000,00	2.200.000,00	2.300.000,00	8.600.000,00
17540000 - Recursos de Operações de Crédito	0,00	10.000.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **177 - 18 . 18101 . 15 . 451 . 14 . 2.49 . 0 . 449051**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 18 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Unidade orçamentária: 18101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Classificação Funcional

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana

Classificação Programática

Programa: 14 - MOSSORÓ REALIZA

Objetivo: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO, A MODERNIZAÇÃO E A MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO, GARANTINDO A QUALIDADE E A ACESSIBILIDADE DE VIAS, ESPAÇOS PÚBLICOS, SANEAMENTO, DRENAGEM E ILUMINAÇÃO, PARA MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO E FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

Problema:

Justificativa: O desenvolvimento da infraestrutura é o alicerce para o crescimento sustentável de qualquer município. Uma infraestrutura de qualidade não apenas melhora a mobilidade e a segurança, mas também atrai investimentos, valoriza o patrimônio público, fomenta o turismo e, principalmente, eleva a qualidade de vida dos cidadãos. Este programa se justifica pela necessidade de planejar e executar obras e serviços essenciais que atendam às demandas atuais e futuras da população, garantindo um ambiente urbano e rural mais organizado, acessível e funcional, em consonância com as metas de desenvolvimento sustentável.

Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Relação de Despesas PPA

15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	1.500.000,00	1.700.000,00	1.900.000,00	2.100.000,00	7.200.000,00

Ação	Tipo	Produto						
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **178 - 18 . 18101 . 15 . 451 . 14 . 1.9 . 0 . 449051**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 18 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
Unidade orçamentária: 18101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Classificação Funcional

Função: 15 - Urbanismo
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana

Classificação Programática

Programa: 14 - MOSSORÓ REALIZA
Objetivo: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO, A MODERNIZAÇÃO E A MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO, GARANTINDO A QUALIDADE E A ACESSIBILIDADE DE VIAS, ESPAÇOS PÚBLICOS, SANEAMENTO, DRENAGEM E ILUMINAÇÃO, PARA MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO E FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.
Problema:
Justificativa: O desenvolvimento da infraestrutura é o alicerce para o crescimento sustentável de qualquer município. Uma infraestrutura de qualidade não apenas melhora a mobilidade e a segurança, mas também atrai investimentos, valoriza o patrimônio público, fomenta o turismo e, principalmente, eleva a qualidade de vida dos cidadãos. Este programa se justifica pela necessidade de planejar e executar obras e serviços essenciais que atendam às demandas atuais e futuras da população, garantindo um ambiente urbano e rural mais organizado, acessível e funcional, em consonância com as metas de desenvolvimento sustentável.
Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total

Ação	Tipo	Produto						
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **179 - 18 . 18101 . 16 . 481 . 15 . 1.11 . 0 . 449051**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 18 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
Unidade orçamentária: 18101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Classificação Funcional

Função: 16 - Habitação
Subfunção: 481 - Habitação Rural

Classificação Programática

Relação de Despesas PPA

Programa: 15 - MOSSORÓ CASA DO POVO

Objetivo: ERRADICAR AS CASAS DE TAIPA EXISTENTES NO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ, SUBSTITUINDO-AS POR UNIDADES HABITACIONAIS DE ALVENARIA, GARANTINDO MORADIA SEGURA, DIGNA E DE QUALIDADE, E PROMOVENDO A INCLUSÃO SOCIAL E A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DAS FAMÍLIAS.

Problema:

Justificativa: A moradia é um direito fundamental, e a presença de casas de taipa no município representa um desafio significativo à dignidade humana e à segurança das famílias. A erradicação dessas moradias e sua substituição por habitações de alvenaria é uma ação estratégica para combater a pobreza e a exclusão social. Este programa se justifica pela necessidade de promover um ambiente seguro, saudável e digno para os cidadãos, impactando positivamente a saúde, a autoestima e as oportunidades de desenvolvimento das famílias beneficiadas, além de contribuir para a modernização da infraestrutura habitacional do município.

Público alvo: Famílias de baixa renda residentes em casas de taipa no município de Mossoró

Indicadores: 54 - Número de Casas de Taipa Erradicadas e Substituídas por Moradias de Alvenaria

Natureza da despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
17540000 - Recursos de Operações de Crédito	0,00	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00

Ação	Tipo	Produto		2026	2027	2028	2029	Total
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA						

Despesa PPA: **180 - 5 . 5102 . 3 . 122 . 7 . 2.46 . 0 . 319016**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 5 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Unidade orçamentária: 5102 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ - FUNDEM

Classificação Funcional

Função: 3 - Essencial à Justiça

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15010000 - Outros Recursos não Vinculados	0,00	2.400.000,00	2.500.000,00	2.650.000,00	2.800.000,00	10.350.000,00

Ação	Tipo	Produto		2026	2027	2028	2029	Total
Meta física		No período do PPA						

Relação de Despesas PPA

Unidade de medida

Despesa PPA: **181 - 7 . 7101 . 4 . 122 . 7 . 2.90 . 0 . 319011**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 7 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Unidade orçamentária: 7101 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	2.155.000,00	2.262.000,00	2.375.000,00	2.494.000,00	9.286.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **182 - 7 . 7101 . 4 . 122 . 7 . 2.90 . 0 . 319016**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 7 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Unidade orçamentária: 7101 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Relação de Despesas PPA

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	820.000,00	860.000,00	900.000,00	950.000,00	3.530.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **183 - 7 . 7101 . 4 . 122 . 7 . 2.90 . 0 . 319096**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 7 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade orçamentária: 7101 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.96.00 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	265.000,00	278.000,00	292.000,00	306.000,00	1.141.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **184 - 7 . 7101 . 4 . 122 . 7 . 2.90 . 0 . 319013**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 7 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade orçamentária: 7101 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Relação de Despesas PPA

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	200.000,00	210.000,00	220.000,00	230.000,00	860.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **185 - 7 . 7101 . 4 . 122 . 7 . 2.90 . 0 . 319113**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 7 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade orçamentária: 7101 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	160.000,00	170.000,00	180.000,00	190.000,00	700.000,00

Relação de Despesas PPA

Ação / Meta física	Tipo / Unidade de medida	Produto / No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **186 - 16 . 16101 . 4 . 122 . 7 . 2.79 . 0 . 319011**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Unidade orçamentária: 16101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	2.056.000,00	2.158.000,00	2.266.000,00	2.380.000,00	8.860.000,00

Ação / Meta física	Tipo / Unidade de medida	Produto / No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **187 - 16 . 16101 . 4 . 122 . 7 . 2.79 . 0 . 319016**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Unidade orçamentária: 16101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Relação de Despesas PPA

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	320.000,00	340.000,00	350.000,00	370.000,00	1.380.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **188 - 16 . 16101 . 4 . 122 . 7 . 2.79 . 0 . 339036**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Unidade orçamentária: 16101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	96.000,00	98.000,00	100.000,00	102.000,00	396.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **189 - 16 . 16101 . 4 . 122 . 7 . 2.79 . 0 . 319096**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Relação de Despesas PPA

Unidade orçamentária: 16101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.96.00 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	331.000,00	347.000,00	365.000,00	383.000,00	1.426.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **190 - 16 . 16101 . 4 . 122 . 7 . 2.79 . 0 . 319013**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Unidade orçamentária: 16101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Relação de Despesas PPA

15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	150.000,00	160.000,00	170.000,00	180.000,00	660.000,00

Ação	Tipo	Produto						
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **191 - 16 . 16101 . 4 . 122 . 7 . 2.79 . 0 . 319113**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL
Unidade orçamentária: 16101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.
Problema:
Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.
Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	150.000,00	160.000,00	170.000,00	180.000,00	660.000,00

Ação	Tipo	Produto						
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **192 - 3 . 3101 . 4 . 122 . 7 . 2.89 . 0 . 319011**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 3 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Unidade orçamentária: 3101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS,

Relação de Despesas PPA

TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	1.400.000,00	1.450.000,00	1.500.000,00	1.600.000,00	5.950.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **193 - 3 . 3101 . 4 . 122 . 7 . 2.89 . 0 . 319016**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 3 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Unidade orçamentária: 3101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	90.000,00	95.000,00	100.000,00	105.000,00	390.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **194 - 3 . 3101 . 4 . 122 . 7 . 2.89 . 0 . 319013**

Estrutura Organizacional

Relação de Despesas PPA

Unidade gestora: 3 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Unidade orçamentária: 3101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	150.000,00	160.000,00	170.000,00	180.000,00	660.000,00

Ação	Tipo	Produto						
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total	

Despesa PPA: 195 - 12 . 12101 . 4 . 122 . 7 . 2.87 . 0 . 319011

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
Unidade orçamentária: 12101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

Valores Previstos R$

Relação de Despesas PPA

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	4.759.000,00	4.996.000,00	5.246.000,00	5.509.000,00	20.510.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **196 - 12 . 12101 . 4 . 122 . 7 . 2.87 . 0 . 319016**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
Unidade orçamentária: 12101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	240.000,00	250.000,00	260.000,00	270.000,00	1.020.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **197 - 12 . 12101 . 4 . 122 . 7 . 2.87 . 0 . 339036**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
Unidade orçamentária: 12101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Relação de Despesas PPA

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	15.000,00	16.000,00	17.000,00	18.000,00	66.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **198 - 12 . 12101 . 4 . 122 . 7 . 2.87 . 0 . 319013**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Unidade orçamentária: 12101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	220.000,00	230.000,00	240.000,00	250.000,00	940.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **199 - 12 . 12101 . 4 . 122 . 7 . 2.87 . 0 . 319113**

Relação de Despesas PPA

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
Unidade orçamentária: 12101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	580.000,00	600.000,00	640.000,00	670.000,00	2.490.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**		**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: 200 - 12 . 12101 . 4 . 122 . 7 . 2.87 . 0 . 319096

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
Unidade orçamentária: 12101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.96.00 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado

Relação de Despesas PPA

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	200.000,00	210.000,00	220.000,00	230.000,00	860.000,00

Ação / Meta física	Tipo / Produto / Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **201 - 13 . 13101 . 4 . 122 . 7 . 2.86 . 0 . 319011**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 13 - SEC. MUN. DO DESENV. ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TURISMO
Unidade orçamentária: 13101 - SEC. MUN. DO DESENV. ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TURISMO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	1.500.000,00	1.600.000,00	1.650.000,00	1.700.000,00	6.450.000,00

Ação / Meta física	Tipo / Produto / Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **202 - 13 . 13101 . 4 . 122 . 7 . 2.86 . 0 . 319016**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 13 - SEC. MUN. DO DESENV. ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TURISMO
Unidade orçamentária: 13101 - SEC. MUN. DO DESENV. ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TURISMO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Relação de Despesas PPA

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	300.000,00	350.000,00	400.000,00	450.000,00	1.500.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **203 - 13 . 13101 . 4 . 122 . 7 . 2.86 . 0 . 319096**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 13 - SEC. MUN. DO DESENV. ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TURISMO

Unidade orçamentária: 13101 - SEC. MUN. DO DESENV. ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TURISMO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.96.00 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	500.000,00	530.000,00	550.000,00	570.000,00	2.150.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Relação de Despesas PPA

Despesa PPA: **204 - 13 . 13101 . 4 . 122 . 7 . 2.86 . 0 . 319013**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 13 - SEC. MUN. DO DESENV. ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TURISMO

Unidade orçamentária: 13101 - SEC. MUN. DO DESENV. ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TURISMO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	170.000,00	180.000,00	190.000,00	200.000,00	740.000,00

Ação	Tipo	Produto		2026	2027	2028	2029	Total
Meta física	Unidade de medida		No período do PPA					

Despesa PPA: **205 - 13 . 13101 . 4 . 122 . 7 . 2.86 . 0 . 319113**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 13 - SEC. MUN. DO DESENV. ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TURISMO

Unidade orçamentária: 13101 - SEC. MUN. DO DESENV. ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TURISMO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Relação de Despesas PPA

Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	30.000,00	35.000,00	40.000,00	45.000,00	150.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **206 - 13 . 13101 . 4 . 122 . 7 . 2.86 . 0 . 339036**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 13 - SEC. MUN. DO DESENV. ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TURISMO
Unidade orçamentária: 13101 - SEC. MUN. DO DESENV. ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TURISMO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	20.000,00	25.000,00	30.000,00	35.000,00	110.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **207 - 8 . 8101 . 4 . 122 . 7 . 2.91 . 0 . 319011**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 8 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Unidade orçamentária: 8101 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Relação de Despesas PPA

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	10.886.000,00	11.430.000,00	12.001.000,00	12.601.000,00	46.918.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **208 - 8 . 8101 . 4 . 122 . 7 . 2.91 . 0 . 319016**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 8 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Unidade orçamentária: 8101 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	1.380.000,00	1.400.000,00	1.420.000,00	1.440.000,00	5.640.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Relação de Despesas PPA

Despesa PPA: **209 - 8 . 8101 . 4 . 122 . 7 . 2.91 . 0 . 319013**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 8 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Unidade orçamentária: 8101 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	170.000,00	180.000,00	190.000,00	200.000,00	740.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **210 - 8 . 8101 . 4 . 122 . 7 . 2.91 . 0 . 319113**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 8 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Unidade orçamentária: 8101 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Relação de Despesas PPA

Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	2.300.000,00	2.400.000,00	2.500.000,00	2.600.000,00	9.800.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **211 - 8 . 8101 . 4 . 122 . 7 . 2.91 . 0 . 339036**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 8 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Unidade orçamentária: 8101 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	55.000,00	60.000,00	65.000,00	70.000,00	250.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **212 - 28 . 28001 . 4 . 122 . 7 . 2.97 . 0 . 319011**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 28 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS
Unidade orçamentária: 28001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Relação de Despesas PPA

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	2.150.000,00	2.250.000,00	2.350.000,00	2.450.000,00	9.200.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **213 - 28 . 28001 . 4 . 122 . 7 . 2.97 . 0 . 319016**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 28 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Unidade orçamentária: 28001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	850.000,00	890.000,00	930.000,00	980.000,00	3.650.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Relação de Despesas PPA

Despesa PPA: **214 - 28 . 28001 . 4 . 122 . 7 . 2.97 . 0 . 319001**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 28 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Unidade orçamentária: 28001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.01.00 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	8.250.000,00	8.650.000,00	9.000.000,00	9.500.000,00	35.400.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **215 - 28 . 28001 . 4 . 122 . 7 . 2.97 . 0 . 319096**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 28 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Unidade orçamentária: 28001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Relação de Despesas PPA

Natureza da despesa: 3.1.90.96.00 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	450.000,00	480.000,00	510.000,00	540.000,00	1.980.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **216 - 28 . 28001 . 4 . 122 . 7 . 2.97 . 0 . 319013**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 28 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS
Unidade orçamentária: 28001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	470.000,00	500.000,00	530.000,00	560.000,00	2.060.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **217 - 28 . 28001 . 4 . 122 . 7 . 2.97 . 0 . 319113**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 28 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS
Unidade orçamentária: 28001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Relação de Despesas PPA

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	170.000,00	180.000,00	190.000,00	200.000,00	740.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **218 - 27 . 27001 . 4 . 122 . 7 . 2.96 . 0 . 319011**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 27 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA E INOVAÇÃO EM GESTÃO

Unidade orçamentária: 27001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA E INOVAÇÃO EM GESTÃO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	580.000,00	610.000,00	640.000,00	670.000,00	2.500.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Relação de Despesas PPA

Despesa PPA: **219 - 27 . 27001 . 4 . 122 . 7 . 2.96 . 0 . 319016**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 27 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA E INOVAÇÃO EM GESTÃO

Unidade orçamentária: 27001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA E INOVAÇÃO EM GESTÃO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Ação	**Tipo**	**Produto**						
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **220 - 27 . 27001 . 4 . 122 . 7 . 2.96 . 0 . 319013**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 27 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA E INOVAÇÃO EM GESTÃO

Unidade orçamentária: 27001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA E INOVAÇÃO EM GESTÃO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Relação de Despesas PPA

Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	55.000,00	60.000,00	65.000,00	70.000,00	250.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**		**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **221 - 27 . 27001 . 4 . 122 . 7 . 2.96 . 0 . 319113**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 27 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA E INOVAÇÃO EM GESTÃO
Unidade orçamentária: 27001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA E INOVAÇÃO EM GESTÃO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**		**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **222 - 29 . 29001 . 4 . 122 . 7 . 2.95 . 0 . 319011**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 29 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO
Unidade orçamentária: 29001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Relação de Despesas PPA

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	1.906.000,00	2.001.000,00	2.101.000,00	2.206.000,00	8.214.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: 223 - 29 . 29001 . 4 . 122 . 7 . 2.95 . 0 . 319016

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 29 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

Unidade orçamentária: 29001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	650.000,00	680.000,00	710.000,00	750.000,00	2.790.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Relação de Despesas PPA

Despesa PPA: **224 - 29 . 29001 . 4 . 122 . 7 . 2.95 . 0 . 319013**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 29 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

Unidade orçamentária: 29001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	100.000,00	105.000,00	110.000,00	115.000,00	430.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **225 - 29 . 29001 . 4 . 122 . 7 . 2.95 . 0 . 319113**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 29 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

Unidade orçamentária: 29001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Relação de Despesas PPA

Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	100.000,00	105.000,00	110.000,00	115.000,00	430.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **226 - 29 . 29001 . 4 . 122 . 7 . 2.95 . 0 . 339036**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 29 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO
Unidade orçamentária: 29001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	30.000,00	35.000,00	40.000,00	45.000,00	150.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **227 - 6 . 6101 . 4 . 122 . 7 . 2.92 . 0 . 319011**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 6 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
Unidade orçamentária: 6101 - SECRETARIA M. DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Relação de Despesas PPA

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	1.450.000,00	1.550.000,00	1.650.000,00	1.750.000,00	6.400.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: 228 - 6 . 6101 . 4 . 122 . 7 . 2.92 . 0 . 319016

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 6 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

Unidade orçamentária: 6101 - SECRETARIA M. DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	300.000,00	320.000,00	330.000,00	340.000,00	1.290.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Relação de Despesas PPA

Despesa PPA: **229 - 6 . 6101 . 4 . 122 . 7 . 2.92 . 0 . 319013**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 6 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
Unidade orçamentária: 6101 - SECRETARIA M. DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	150.000,00	170.000,00	190.000,00	210.000,00	720.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **230 - 6 . 6101 . 4 . 122 . 7 . 2.92 . 0 . 319113**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 6 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
Unidade orçamentária: 6101 - SECRETARIA M. DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Relação de Despesas PPA

Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	50.000,00	55.000,00	60.000,00	65.000,00	230.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **231 - 6 . 6101 . 4 . 122 . 7 . 2.92 . 0 . 319096**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 6 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
Unidade orçamentária: 6101 - SECRETARIA M. DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.96.00 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	150.000,00	160.000,00	165.000,00	170.000,00	645.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **232 - 6 . 6101 . 4 . 122 . 7 . 2.92 . 0 . 339036**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 6 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
Unidade orçamentária: 6101 - SECRETARIA M. DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Relação de Despesas PPA

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	20.000,00	21.000,00	22.000,00	23.000,00	86.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **233 - 24 . 24001 . 4 . 122 . 7 . 2.93 . 0 . 319011**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 24 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROGRAMAS E PROJETOS ESTRATEGICOS

Unidade orçamentária: 24001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROGRAMAS E PROJETOS ESTRATEGICOS

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	2.200.000,00	2.300.000,00	2.400.000,00	2.500.000,00	9.400.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Relação de Despesas PPA

Despesa PPA: **234 - 24 . 24001 . 4 . 122 . 7 . 2.93 . 0 . 319016**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 24 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROGRAMAS E PROJETOS ESTRATEGICOS

Unidade orçamentária: 24001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROGRAMAS E PROJETOS ESTRATEGICOS

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	190.000,00	200.000,00	210.000,00	220.000,00	820.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **235 - 24 . 24001 . 4 . 122 . 7 . 2.93 . 0 . 319013**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 24 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROGRAMAS E PROJETOS ESTRATEGICOS

Unidade orçamentária: 24001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROGRAMAS E PROJETOS ESTRATEGICOS

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Relação de Despesas PPA

Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	200.000,00	210.000,00	220.000,00	230.000,00	860.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **236 - 24 . 24001 . 4 . 122 . 7 . 2.93 . 0 . 339036**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 24 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROGRAMAS E PROJETOS ESTRATEGICOS
Unidade orçamentária: 24001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROGRAMAS E PROJETOS ESTRATEGICOS

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	150.000,00	155.000,00	160.000,00	165.000,00	630.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **237 - 2 . 2101 . 4 . 122 . 7 . 2.88 . 0 . 319011**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 2 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
Unidade orçamentária: 2101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Relação de Despesas PPA

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	4.000.000,00	4.100.000,00	4.200.000,00	4.300.000,00	16.600.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **238 - 2 . 2101 . 4 . 122 . 7 . 2.88 . 0 . 319016**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 2 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Unidade orçamentária: 2101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	700.000,00	740.000,00	770.000,00	800.000,00	3.010.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Relação de Despesas PPA

Despesa PPA: **239 - 2 . 2101 . 4 . 122 . 7 . 2.88 . 0 . 319013**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 2 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
Unidade orçamentária: 2101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	370.000,00	390.000,00	410.000,00	430.000,00	1.600.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **240 - 2 . 2101 . 4 . 122 . 7 . 2.88 . 0 . 319113**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 2 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
Unidade orçamentária: 2101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Relação de Despesas PPA

Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	70.000,00	75.000,00	80.000,00	85.000,00	310.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **241 - 2 . 2101 . 4 . 122 . 7 . 2.88 . 0 . 319096**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 2 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
Unidade orçamentária: 2101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.96.00 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	700.000,00	715.000,00	730.000,00	745.000,00	2.890.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **242 - 2 . 2101 . 4 . 122 . 7 . 2.88 . 0 . 339036**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 2 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
Unidade orçamentária: 2101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Relação de Despesas PPA

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	200.000,00	210.000,00	220.000,00	231.000,00	861.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **243 - 23 . 23001 . 4 . 122 . 7 . 2.94 . 0 . 319011**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 23 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

Unidade orçamentária: 23001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	3.490.000,00	3.664.000,00	3.847.000,00	4.040.000,00	15.041.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Relação de Despesas PPA

Despesa PPA: **244 - 23 . 23001 . 4 . 122 . 7 . 2.94 . 0 . 319016**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 23 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS
Unidade orçamentária: 23001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	400.000,00	420.000,00	440.000,00	460.000,00	1.720.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **245 - 23 . 23001 . 4 . 122 . 7 . 2.94 . 0 . 319013**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 23 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS
Unidade orçamentária: 23001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Relação de Despesas PPA

Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	320.000,00	340.000,00	360.000,00	380.000,00	1.400.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
				2026	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**						

Despesa PPA: **246 - 23 . 23001 . 4 . 122 . 7 . 2.94 . 0 . 319113**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 23 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS
Unidade orçamentária: 23001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	250.000,00	265.000,00	275.000,00	290.000,00	1.080.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
				2026	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**						

Despesa PPA: **247 - 23 . 23001 . 4 . 122 . 7 . 2.94 . 0 . 339036**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 23 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS
Unidade orçamentária: 23001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Relação de Despesas PPA

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	101.000,00	105.000,00	110.000,00	115.000,00	431.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **248 - 27 . 27001 . 4 . 122 . 7 . 2.96 . 0 . 339014**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 27 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA E INOVAÇÃO EM GESTÃO

Unidade orçamentária: 27001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA E INOVAÇÃO EM GESTÃO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	10.000,00	10.000,00	11.000,00	11.000,00	42.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Relação de Despesas PPA

Despesa PPA: **249 - 27 . 27001 . 4 . 122 . 7 . 2.96 . 0 . 339030**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 27 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA E INOVAÇÃO EM GESTÃO

Unidade orçamentária: 27001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA E INOVAÇÃO EM GESTÃO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **250 - 27 . 27001 . 4 . 122 . 7 . 2.96 . 0 . 339033**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 27 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA E INOVAÇÃO EM GESTÃO

Unidade orçamentária: 27001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA E INOVAÇÃO EM GESTÃO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Relação de Despesas PPA

Natureza da despesa: 3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **251 - 27 . 27001 . 4 . 122 . 7 . 2.96 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 27 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA E INOVAÇÃO EM GESTÃO
Unidade orçamentária: 27001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA E INOVAÇÃO EM GESTÃO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **252 - 28 . 28001 . 4 . 128 . 6 . 2.132 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 28 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS
Unidade orçamentária: 28001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 128 - Formação de Recursos Humanos

Relação de Despesas PPA

Classificação Programática

Programa: 6 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Objetivo: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO CONTÍNUO DAS COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DOS SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS E APOSENTADOS, BEM COMO DOS DEMAIS AGENTES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ, POR MEIO DE PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO, VISANDO A MELHORIA DA EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E A ADAPTAÇÃO ÀS NOVAS DEMANDAS DA GESTÃO.

Problema:

Justificativa: A qualidade dos serviços públicos prestados à população está diretamente ligada à qualificação de seus servidores e agentes. Um programa robusto de desenvolvimento profissional é essencial para que a administração municipal possa responder aos desafios contemporâneos, otimizar processos, incorporar novas tecnologias e garantir a excelência na execução das políticas públicas. Além disso, a capacitação contínua não só aprimora o desempenho no trabalho, mas também promove a valorização do servidor, prepara-o para diferentes fases da carreira e para a aposentadoria, e fomenta um ambiente de inovação e eficiência. Investir na capacitação dos servidores ativos e na integração dos aposentados garante a perpetuação do conhecimento institucional e a melhoria constante da máquina pública.

Público alvo: Servidores públicos ativos, servidores aposentados, e demais agentes públicos do município de Mossoró

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	150.000,00	160.000,00	170.000,00	180.000,00	660.000,00

Ação	Tipo	Produto						
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: 253 - 28 . 28001 . 4 . 128 . 6 . 2.133 . 0 . 339039

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 28 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Unidade orçamentária: 28001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 128 - Formação de Recursos Humanos

Classificação Programática

Programa: 6 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Objetivo: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO CONTÍNUO DAS COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DOS SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS E APOSENTADOS, BEM COMO DOS DEMAIS AGENTES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ, POR MEIO DE PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO, VISANDO A MELHORIA DA EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E A ADAPTAÇÃO ÀS NOVAS DEMANDAS DA GESTÃO.

Problema:

Justificativa: A qualidade dos serviços públicos prestados à população está diretamente ligada à qualificação de seus servidores e agentes. Um programa robusto de desenvolvimento profissional é essencial para que a administração municipal possa responder aos desafios contemporâneos, otimizar processos, incorporar novas tecnologias e garantir a excelência na execução das políticas públicas. Além disso, a capacitação contínua não só aprimora o desempenho no trabalho, mas também promove a valorização do servidor, prepara-o para diferentes fases da carreira e para a aposentadoria, e fomenta um ambiente de inovação e eficiência. Investir na capacitação dos servidores ativos e na integração dos aposentados garante a perpetuação do conhecimento institucional e a melhoria constante da máquina pública.

Público alvo: Servidores públicos ativos, servidores aposentados, e demais agentes públicos do município de Mossoró

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Valores Previstos R$

Relação de Despesas PPA

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	240.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **254 - 28 . 28001 . 4 . 122 . 7 . 2.97 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 28 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Unidade orçamentária: 28001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	8.000.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **255 - 28 . 28001 . 4 . 122 . 7 . 2.97 . 0 . 339030**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 28 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Unidade orçamentária: 28001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Relação de Despesas PPA

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	10.000,00	10.000,00	11.000,00	12.000,00	43.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **256 - 28 . 28001 . 4 . 122 . 7 . 2.97 . 0 . 339014**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 28 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Unidade orçamentária: 28001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	10.000,00	10.000,00	11.000,00	11.000,00	42.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **257 - 28 . 28001 . 4 . 122 . 7 . 2.97 . 0 . 339036**

Relação de Despesas PPA

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 28 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Unidade orçamentária: 28001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	51.000,00	53.000,00	56.000,00	59.000,00	219.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: 258 - 23 . 23001 . 4 . 122 . 7 . 2.94 . 0 . 339014

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 23 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

Unidade orçamentária: 23001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil

Relação de Despesas PPA

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	10.000,00	10.000,00	11.000,00	12.000,00	43.000,00

Ação / Meta física	Tipo / Produto / Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **259 - 23 . 23001 . 4 . 122 . 7 . 2.94 . 0 . 339030**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 23 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS
Unidade orçamentária: 23001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	30.000,00	31.000,00	33.000,00	34.000,00	128.000,00

Ação / Meta física	Tipo / Produto / Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **260 - 23 . 23001 . 4 . 122 . 7 . 2.94 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 23 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS
Unidade orçamentária: 23001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Relação de Despesas PPA

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	1.000.000,00	1.100.000,00	1.200.000,00	1.300.000,00	4.600.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **261 - 23 . 23001 . 15 . 752 . 21 . 2.112 . 0 . 339030**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 23 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

Unidade orçamentária: 23001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

Classificação Funcional

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 752 - Energia Elétrica

Classificação Programática

Programa: 21 - SEGURANÇA CIDADÃ E ORDEM PÚBLICA

Objetivo: PROMOVER A REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE E O AUMENTO DA SENSAÇÃO DE SEGURANÇA DA POPULAÇÃO, POR MEIO DE AÇÕES INTEGRADAS E PREVENTIVAS, VISANDO O FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA E A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA NA CIDADE.

Problema:

Justificativa: A segurança pública é um direito fundamental e um pilar para o desenvolvimento social e econômico do município. A implementação deste programa é essencial para enfrentar os desafios da violência urbana e construir um ambiente mais seguro e pacífico, fortalecendo a confiança da população na gestão pública e nas forças de segurança.

Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	0,00	6.000.000,00	6.300.000,00	6.615.000,00	6.945.000,00	25.860.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Relação de Despesas PPA

Despesa PPA: **262 - 23 . 23001 . 15 . 752 . 21 . 2.112 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 23 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS
Unidade orçamentária: 23001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

Classificação Funcional

Função: 15 - Urbanismo
Subfunção: 752 - Energia Elétrica

Classificação Programática

Programa: 21 - SEGURANÇA CIDADÃ E ORDEM PÚBLICA
Objetivo: PROMOVER A REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE E O AUMENTO DA SENSAÇÃO DE SEGURANÇA DA POPULAÇÃO, POR MEIO DE AÇÕES INTEGRADAS E PREVENTIVAS, VISANDO O FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA E A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA NA CIDADE.
Problema:
Justificativa: A segurança pública é um direito fundamental e um pilar para o desenvolvimento social e econômico do município. A implementação deste programa é essencial para enfrentar os desafios da violência urbana e construir um ambiente mais seguro e pacífico, fortalecendo a confiança da população na gestão pública e nas forças de segurança.
Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	0,00	14.561.000,00	15.244.000,00	15.806.000,00	16.347.000,00	61.958.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **263 - 23 . 23001 . 15 . 752 . 21 . 2.112 . 0 . 449052**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 23 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS
Unidade orçamentária: 23001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

Classificação Funcional

Função: 15 - Urbanismo
Subfunção: 752 - Energia Elétrica

Classificação Programática

Programa: 21 - SEGURANÇA CIDADÃ E ORDEM PÚBLICA
Objetivo: PROMOVER A REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE E O AUMENTO DA SENSAÇÃO DE SEGURANÇA DA POPULAÇÃO, POR MEIO DE AÇÕES INTEGRADAS E PREVENTIVAS, VISANDO O FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA E A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA NA CIDADE.
Problema:
Justificativa: A segurança pública é um direito fundamental e um pilar para o desenvolvimento social e econômico do município. A implementação deste programa é essencial para enfrentar os desafios da violência urbana e construir um ambiente mais seguro e pacífico, fortalecendo a confiança da população na gestão pública e nas forças de segurança.
Público alvo: População mossoroense

Relação de Despesas PPA

Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	0,00	2.500.000,00	2.625.000,00	2.756.000,00	2.894.000,00	10.775.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**		**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **264 - 23 . 23001 . 15 . 452 . 26 . 2.113 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 23 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS
Unidade orçamentária: 23001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

Classificação Funcional

Função: 15 - Urbanismo
Subfunção: 452 - Serviços Urbanos

Classificação Programática

Programa: 26 - INFRAESTRUTURA E GESTÃO DOS SERVIÇOS URBANOS
Objetivo: GARANTIR A MANUTENÇÃO EFICIENTE DA INFRAESTRUTURA FÍSICA E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS URBANOS DE QUALIDADE, TAIS COMO LIMPEZA PÚBLICA, COLETA DE RESÍDUOS, DRENAGEM E MANUTENÇÃO VIÁRIA, ASSEGURANDO UMA CIDADE LIMPA, ORGANIZADA E FUNCIONAL.
Problema:
Justificativa: A gestão eficiente dos serviços e da infraestrutura urbana é fundamental para a saúde e o bem-estar da população. Este programa busca profissionalizar a manutenção da cidade e otimizar a prestação de serviços básicos, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos.
Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 101 - Índice de Satisfação da População com os Serviços Urbanos

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
17040000 - Transferência da União Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural	0,00	29.013.000,00	30.438.000,00	31.921.000,00	33.261.000,00	124.633.000,00
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	24.293.000,00	25.534.000,00	26.849.000,00	28.447.000,00	105.123.000,00
17050000 - Transferência dos Estados Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural	0,00	694.000,00	728.000,00	765.000,00	803.000,00	2.990.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**		**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **265 - 29 . 29002 . 18 . 542 . 27 . 2.114 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 29 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO
Unidade orçamentária: 29002 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE MOSSORÓ - FUNAM

Relação de Despesas PPA

Classificação Funcional

Função: 18 - Gestão Ambiental

Subfunção: 542 - Controle Ambiental

Classificação Programática

Programa: 27 - HIGIDEZ E PROTEÇÃO AMBIENTAL

Objetivo: PROMOVER A SUSTENTABILIDADE E O EQUILÍBRIO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO, GARANTINDO A PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS, A REDUÇÃO DA POLUIÇÃO E A GESTÃO ADEQUADA DOS RESÍDUOS, CONTRIBUINDO PARA A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO E PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

Problema:

Justificativa: A gestão ambiental é um pilar fundamental para o desenvolvimento sustentável de qualquer cidade. A criação deste programa visa assegurar que o crescimento urbano ocorra de forma ordenada e consciente, protegendo o meio ambiente para as futuras gerações e garantindo um ambiente mais saudável e seguro para os cidadãos.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 104 - Percentual de Resíduos Sólidos Urbanos com Destinação Ambientalmente Adequada

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: 266 - 23 . 23001 . 18 . 452 . 27 . 2.115 . 0 . 339039

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 23 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

Unidade orçamentária: 23001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

Classificação Funcional

Função: 18 - Gestão Ambiental

Subfunção: 452 - Serviços Urbanos

Classificação Programática

Programa: 27 - HIGIDEZ E PROTEÇÃO AMBIENTAL

Objetivo: PROMOVER A SUSTENTABILIDADE E O EQUILÍBRIO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO, GARANTINDO A PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS, A REDUÇÃO DA POLUIÇÃO E A GESTÃO ADEQUADA DOS RESÍDUOS, CONTRIBUINDO PARA A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO E PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

Problema:

Justificativa: A gestão ambiental é um pilar fundamental para o desenvolvimento sustentável de qualquer cidade. A criação deste programa visa assegurar que o crescimento urbano ocorra de forma ordenada e consciente, protegendo o meio ambiente para as futuras gerações e garantindo um ambiente mais saudável e seguro para os cidadãos.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 104 - Percentual de Resíduos Sólidos Urbanos com Destinação Ambientalmente Adequada

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Valores Previstos R$

Relação de Despesas PPA

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
17040000 - Transferência da União Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural	0,00	8.400.000,00	8.820.000,00	9.261.000,00	9.724.000,00	36.205.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **267 - 24 . 24001 . 4 . 122 . 7 . 2.93 . 0 . 339014**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 24 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROGRAMAS E PROJETOS ESTRATEGICOS
Unidade orçamentária: 24001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROGRAMAS E PROJETOS ESTRATEGICOS

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	10.000,00	10.000,00	11.000,00	11.000,00	42.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **268 - 24 . 24001 . 4 . 122 . 7 . 2.93 . 0 . 339030**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 24 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROGRAMAS E PROJETOS ESTRATEGICOS
Unidade orçamentária: 24001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROGRAMAS E PROJETOS ESTRATEGICOS

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Relação de Despesas PPA

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	120.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **269 - 24 . 24001 . 4 . 122 . 7 . 2.93 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 24 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROGRAMAS E PROJETOS ESTRATEGICOS

Unidade orçamentária: 24001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROGRAMAS E PROJETOS ESTRATEGICOS

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	1.100.000,00	1.155.000,00	1.212.000,00	1.273.000,00	4.740.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **270 - 24 . 24001 . 16 . 482 . 15 . 1.14 . 0 . 339039**

Relação de Despesas PPA

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 24 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROGRAMAS E PROJETOS ESTRATEGICOS

Unidade orçamentária: 24001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROGRAMAS E PROJETOS ESTRATEGICOS

Classificação Funcional

Função: 16 - Habitação

Subfunção: 482 - Habitação Urbana

Classificação Programática

Programa: 15 - MOSSORÓ CASA DO POVO

Objetivo: ERRADICAR AS CASAS DE TAIPA EXISTENTES NO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ, SUBSTITUINDO-AS POR UNIDADES HABITACIONAIS DE ALVENARIA, GARANTINDO MORADIA SEGURA, DIGNA E DE QUALIDADE, E PROMOVENDO A INCLUSÃO SOCIAL E A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DAS FAMÍLIAS.

Problema:

Justificativa: A moradia é um direito fundamental, e a presença de casas de taipa no município representa um desafio significativo à dignidade humana e à segurança das famílias. A erradicação dessas moradias e sua substituição por habitações de alvenaria é uma ação estratégica para combater a pobreza e a exclusão social. Este programa se justifica pela necessidade de promover um ambiente seguro, saudável e digno para os cidadãos, impactando positivamente a saúde, a autoestima e as oportunidades de desenvolvimento das famílias beneficiadas, além de contribuir para a modernização da infraestrutura habitacional do município.

Público alvo: Famílias de baixa renda residentes em casas de taipa no município de Mossoró

Indicadores: 54 - Número de Casas de Taipa Erradicadas e Substituídas por Moradias de Alvenaria

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	200.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: 272 - 17 . 17101 . 4 . 122 . 7 . 2.69 . 0 . 319011

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Unidade orçamentária: 17101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Relação de Despesas PPA

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	511.000,00	550.000,00	570.000,00	590.000,00	2.221.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **273 - 17 . 17101 . 4 . 122 . 7 . 2.69 . 0 . 319016**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Unidade orçamentária: 17101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	204.000,00	250.000,00	270.000,00	290.000,00	1.014.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **274 - 17 . 17101 . 4 . 122 . 7 . 2.69 . 0 . 339036**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Unidade orçamentária: 17101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Relação de Despesas PPA

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	31.000,00	32.000,00	34.000,00	35.000,00	132.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: 275 - 17 . 17101 . 4 . 122 . 7 . 2.69 . 0 . 319096

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Unidade orçamentária: 17101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.96.00 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	45.000,00	47.000,00	49.000,00	51.000,00	192.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Relação de Despesas PPA

Despesa PPA: **276 - 17 . 17101 . 4 . 122 . 7 . 2.69 . 0 . 319013**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Unidade orçamentária: 17101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	24.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **277 - 17 . 17101 . 4 . 122 . 7 . 2.69 . 0 . 319113**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Unidade orçamentária: 17101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Relação de Despesas PPA

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	111.000,00	120.000,00	125.000,00	130.000,00	486.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **278 - 11 . 11101 . 8 . 245 . 29 . 2.117 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade orçamentária: 11101 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 245 - Serviços Socioassistenciais

Classificação Programática

Programa: 29 - GESTÃO E FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)

Objetivo: FORTALECER E CONSOLIDAR O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) COMO POLÍTICA DE ESTADO, GARANTINDO A EFETIVIDADE, A QUALIDADE E A SUSTENTABILIDADE DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS NO MUNICÍPIO.

Problema:

Justificativa: O SUAS é a base da política de assistência social no Brasil. Fortalecer sua gestão é essencial para garantir o acesso da população em situação de vulnerabilidade aos serviços e benefícios de forma contínua, eficiente e qualificada. Este programa é o alicerce para a execução de todas as ações finalísticas da assistência social.

Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	0,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	240.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **280 - 11 . 11101 . 8 . 244 . 30 . 2.118 . 0 . 339030**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade orçamentária: 11101 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social

Relação de Despesas PPA

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Classificação Programática

Programa: 30 - GESTÃO DE PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS

Objetivo: PROMOVER O ACESSO, O CADASTRAMENTO E A GESTÃO QUALIFICADA DE PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS, VISANDO À REDUÇÃO DA POBREZA E DAS DESIGUALDADES E À INCLUSÃO SOCIAL DE FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE.

Problema:

Justificativa: Os programas de transferência de renda e benefícios socioassistenciais são ferramentas essenciais para o enfrentamento da pobreza. Uma gestão eficiente garante que esses recursos cheguem a quem realmente precisa, com agilidade e dignidade, fortalecendo a rede de proteção social.

Público alvo: Famílias de baixa renda e em situação de vulnerabilidade

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	0,00	320.000,00	330.000,00	340.000,00	350.000,00	1.340.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: 281 - 11 . 11101 . 8 . 244 . 30 . 2.118 . 0 . 339039

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade orçamentária: 11101 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Classificação Programática

Programa: 30 - GESTÃO DE PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS

Objetivo: PROMOVER O ACESSO, O CADASTRAMENTO E A GESTÃO QUALIFICADA DE PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS, VISANDO À REDUÇÃO DA POBREZA E DAS DESIGUALDADES E À INCLUSÃO SOCIAL DE FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE.

Problema:

Justificativa: Os programas de transferência de renda e benefícios socioassistenciais são ferramentas essenciais para o enfrentamento da pobreza. Uma gestão eficiente garante que esses recursos cheguem a quem realmente precisa, com agilidade e dignidade, fortalecendo a rede de proteção social.

Público alvo: Famílias de baixa renda e em situação de vulnerabilidade

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	4.000.000,00
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	2.127.000,00	2.127.000,00	2.127.000,00	2.127.000,00	8.508.000,00

Ação	Tipo	Produto

Relação de Despesas PPA

Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **283 - 8 . 8101 . 4 . 122 . 7 . 2.91 . 0 . 339014**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 8 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Unidade orçamentária: 8101 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	10.000,00	16.000,00	17.000,00	18.000,00	61.000,00

Ação	Tipo	Produto						
Meta física	Unidade de medida		No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **284 - 8 . 8101 . 4 . 122 . 7 . 2.91 . 0 . 339030**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 8 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Unidade orçamentária: 8101 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Relação de Despesas PPA

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	20.000,00	22.000,00	25.000,00	27.000,00	94.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **290 - 11 . 11101 . 8 . 245 . 31 . 2.119 . 0 . 339030**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade orçamentária: 11101 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 245 - Serviços Socioassistenciais

Classificação Programática

Programa: 31 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E PREVENÇÃO DE RISCOS

Objetivo: PREVENIR A OCORRÊNCIA DE SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL, POR MEIO DO DESENVOLVIMENTO DE POTENCIALIDADES, DO FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS E DA OFERTA DE SERVIÇOS, PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS.

Problema:

Justificativa: A proteção social básica é o primeiro nível da segurança social, atuando na prevenção de situações de risco antes que se agravem. Este programa é essencial para fortalecer a convivência familiar e comunitária, promover a inclusão social e garantir o acesso aos direitos, contribuindo para a redução das desigualdades e para a melhoria da qualidade de vida da população.

Público alvo: Famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, inscritos ou em potencial para o Cadastro Único

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	0,00	400.000,00	400.000,00	400.000,00	400.000,00	1.600.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **291 - 11 . 11101 . 8 . 245 . 31 . 2.119 . 0 . 339036**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Relação de Despesas PPA

Unidade orçamentária: 11101 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 245 - Serviços Socioassistenciais

Classificação Programática

Programa: 31 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E PREVENÇÃO DE RISCOS

Objetivo: PREVENIR A OCORRÊNCIA DE SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL, POR MEIO DO DESENVOLVIMENTO DE POTENCIALIDADES, DO FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS E DA OFERTA DE SERVIÇOS, PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS.

Problema:

Justificativa: A proteção social básica é o primeiro nível da segurança social, atuando na prevenção de situações de risco antes que se agravem. Este programa é essencial para fortalecer a convivência familiar e comunitária, promover a inclusão social e garantir o acesso aos direitos, contribuindo para a redução das desigualdades e para a melhoria da qualidade de vida da população.

Público alvo: Famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, inscritos ou em potencial para o Cadastro Único

Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	0,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	1.200.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: 292 - 11 . 11101 . 8 . 245 . 31 . 2.119 . 0 . 339039

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade orçamentária: 11101 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 245 - Serviços Socioassistenciais

Classificação Programática

Programa: 31 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E PREVENÇÃO DE RISCOS

Objetivo: PREVENIR A OCORRÊNCIA DE SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL, POR MEIO DO DESENVOLVIMENTO DE POTENCIALIDADES, DO FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS E DA OFERTA DE SERVIÇOS, PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS.

Problema:

Justificativa: A proteção social básica é o primeiro nível da segurança social, atuando na prevenção de situações de risco antes que se agravem. Este programa é essencial para fortalecer a convivência familiar e comunitária, promover a inclusão social e garantir o acesso aos direitos, contribuindo para a redução das desigualdades e para a melhoria da qualidade de vida da população.

Público alvo: Famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, inscritos ou em potencial para o Cadastro Único

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Relação de Despesas PPA

16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	0,00	1.488.000,00	1.488.000,00	1.488.000,00	1.488.000,00	5.952.000,00
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	2.802.000,00	2.802.000,00	2.802.000,00	2.802.000,00	11.208.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **295 - 1 . 1101 . 1 . 31 . 7 . 2.135 . 0 . 319011**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ
Unidade orçamentária: 1101 - Câmara Municipal de Mossoró

Classificação Funcional

Função: 1 - Legislativa
Subfunção: 31 - Ação Legislativa

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	23.134.000,00	24.291.000,00	25.506.000,00	26.781.000,00	99.712.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **296 - 1 . 1101 . 1 . 31 . 7 . 2.135 . 0 . 319013**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ
Unidade orçamentária: 1101 - Câmara Municipal de Mossoró

Classificação Funcional

Função: 1 - Legislativa
Subfunção: 31 - Ação Legislativa

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Relação de Despesas PPA

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	2.439.000,00	2.561.000,00	2.689.000,00	2.823.000,00	10.512.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **297 - 1 . 1101 . 1 . 31 . 7 . 2.135 . 0 . 319113**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ

Unidade orçamentária: 1101 - Câmara Municipal de Mossoró

Classificação Funcional

Função: 1 - Legislativa

Subfunção: 31 - Ação Legislativa

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	903.000,00	948.000,00	995.000,00	1.045.000,00	3.891.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **298 - 1 . 1101 . 1 . 31 . 7 . 2.135 . 0 . 339092**

Relação de Despesas PPA

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ
Unidade orçamentária: 1101 - Câmara Municipal de Mossoró

Classificação Funcional

Função: 1 - Legislativa
Subfunção: 31 - Ação Legislativa

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	1.000,00	1.000,00	2.000,00	2.000,00	6.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: 299 - 11 . 11101 . 8 . 245 . 31 . 2.120 . 0 . 339030

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade orçamentária: 11101 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 245 - Serviços Socioassistenciais

Classificação Programática

Programa: 31 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E PREVENÇÃO DE RISCOS
Objetivo: PREVENIR A OCORRÊNCIA DE SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL, POR MEIO DO DESENVOLVIMENTO DE POTENCIALIDADES, DO FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS E DA OFERTA DE SERVIÇOS, PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS.

Problema:

Justificativa: A proteção social básica é o primeiro nível da segurança social, atuando na prevenção de situações de risco antes que se agravem. Este programa é essencial para fortalecer a convivência familiar e comunitária, promover a inclusão social e garantir o acesso aos direitos, contribuindo para a redução das desigualdades e para a melhoria da qualidade de vida da população.

Público alvo: Famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, inscritos ou em potencial para o Cadastro Único

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Relação de Despesas PPA

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	90.000,00	94.000,00	99.000,00	104.000,00	387.000,00
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	0,00	322.000,00	338.000,00	355.000,00	372.000,00	1.387.000,00

Ação	Tipo	Produto						
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **300 - 1 . 1101 . 1 . 31 . 7 . 2.135 . 0 . 319094**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ
Unidade orçamentária: 1101 - Câmara Municipal de Mossoró

Classificação Funcional

Função: 1 - Legislativa
Subfunção: 31 - Ação Legislativa

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.94.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	500.000,00	525.000,00	551.000,00	578.000,00	2.154.000,00

Ação	Tipo	Produto						
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **304 - 1 . 1101 . 1 . 31 . 7 . 2.134 . 0 . 339014**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ
Unidade orçamentária: 1101 - Câmara Municipal de Mossoró

Classificação Funcional

Função: 1 - Legislativa
Subfunção: 31 - Ação Legislativa

Relação de Despesas PPA

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	200.000,00	210.000,00	220.000,00	231.000,00	861.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **305 - 1 . 1101 . 1 . 31 . 7 . 2.134 . 0 . 339030**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ

Unidade orçamentária: 1101 - Câmara Municipal de Mossoró

Classificação Funcional

Função: 1 - Legislativa

Subfunção: 31 - Ação Legislativa

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	600.000,00	635.000,00	671.000,00	710.000,00	2.616.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Relação de Despesas PPA

Despesa PPA: **306 - 8 . 8101 . 4 . 122 . 7 . 2.91 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 8 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Unidade orçamentária: 8101 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	10.000.000,00	10.500.000,00	11.025.000,00	11.576.000,00	43.101.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
			2026	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**					

Despesa PPA: **307 - 1 . 1101 . 1 . 31 . 7 . 2.134 . 0 . 339033**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ
Unidade orçamentária: 1101 - Câmara Municipal de Mossoró

Classificação Funcional

Função: 1 - Legislativa
Subfunção: 31 - Ação Legislativa

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Relação de Despesas PPA

Natureza da despesa: 3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	200.000,00	210.000,00	220.000,00	231.000,00	861.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **308 - 1 . 1101 . 1 . 31 . 7 . 2.134 . 0 . 339035**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ
Unidade orçamentária: 1101 - Câmara Municipal de Mossoró

Classificação Funcional

Função: 1 - Legislativa
Subfunção: 31 - Ação Legislativa

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.35.00 - Serviços de Consultoria

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	280.000,00	294.000,00	308.000,00	324.000,00	1.206.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **310 - 1 . 1101 . 1 . 31 . 7 . 2.134 . 0 . 339036**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ
Unidade orçamentária: 1101 - Câmara Municipal de Mossoró

Classificação Funcional

Função: 1 - Legislativa
Subfunção: 31 - Ação Legislativa

Relação de Despesas PPA

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	400.000,00	420.000,00	441.000,00	463.000,00	1.724.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **312 - 8 . 8101 . 4 . 122 . 7 . 2.91 . 0 . 339093**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 8 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Unidade orçamentária: 8101 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.93.00 - Indenizações e Restituições

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	50.000,00	52.000,00	55.000,00	57.000,00	214.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Relação de Despesas PPA

Despesa PPA: **313 - 1 . 1101 . 1 . 31 . 7 . 2.134 . 0 . 339037**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ
Unidade orçamentária: 1101 - Câmara Municipal de Mossoró

Classificação Funcional

Função: 1 - Legislativa
Subfunção: 31 - Ação Legislativa

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.37.00 - Locação de Mão-de-Obra

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	3.600.000,00	3.780.000,00	3.969.000,00	4.167.000,00	15.516.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **314 - 1 . 1101 . 1 . 31 . 7 . 2.134 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ
Unidade orçamentária: 1101 - Câmara Municipal de Mossoró

Classificação Funcional

Função: 1 - Legislativa
Subfunção: 31 - Ação Legislativa

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Relação de Despesas PPA

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	3.292.000,00	3.457.000,00	3.630.000,00	3.811.000,00	14.190.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **315 - 8 . 8101 . 24 . 131 . 10 . 2.108 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 8 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Unidade orçamentária: 8101 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Classificação Funcional

Função: 24 - Comunicações

Subfunção: 131 - Comunicação Social

Classificação Programática

Programa: 10 - GESTÃO ESTRATÉGICA DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Objetivo: FORTALECER E PROFISSIONALIZAR A COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ POR MEIO DA IMPLEMENTAÇÃO DE ESTRATÉGIAS INTEGRADAS, MODERNAS E ALINHADAS AOS PRINCÍPIOS DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA, AMPLIANDO O ACESSO DA POPULAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES GOVERNAMENTAIS, FORTALECENDO A IMAGEM INSTITUCIONAL E PROMOVENDO MAIOR ENGAJAMENTO CIDADÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS.

Problema:

Justificativa: A transparência, a prestação de contas e a participação cidadã são, atualmente, fatores determinantes no âmbito da comunicação institucional, que assume um papel estratégico na consolidação de uma gestão pública moderna, eficiente e orientada por resultados. A ausência de uma política integrada e profissional de comunicação compromete a disseminação de informações relevantes, enfraquece a credibilidade institucional e reduz o alcance das ações governamentais junto à população. O programa propõe-se a organizar, padronizar e qualificar a atuação comunicacional do Poder Executivo Municipal, adotando ferramentas, protocolos e canais que ampliem o diálogo com a sociedade, promovam a transparência ativa e consolidem a identidade institucional da Prefeitura. A iniciativa também busca integrar as ações de comunicação das diferentes secretarias, evitar redundâncias, otimizar recursos públicos e garantir coerência na divulgação das políticas, serviços e resultados da gestão. Trata-se, portanto, de uma ação transversal e estruturante, visando a aproximação entre governo e sociedade e o cumprimento dos princípios constitucionais da publicidade e eficiência na administração pública.

Público alvo: População Mossoroense

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	700.000,00	1.000.000,00	1.100.000,00	1.300.000,00	4.100.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **316 - 1 . 1101 . 1 . 31 . 7 . 2.134 . 0 . 339067**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ

Relação de Despesas PPA

Unidade orçamentária: 1101 - Câmara Municipal de Mossoró

Classificação Funcional

Função: 1 - Legislativa

Subfunção: 31 - Ação Legislativa

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.67.00 - Depósitos Compulsórios

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	1.000,00	1.000,00	2.000,00	2.000,00	6.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **317 - 1 . 1101 . 1 . 31 . 7 . 2.134 . 0 . 339092**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ

Unidade orçamentária: 1101 - Câmara Municipal de Mossoró

Classificação Funcional

Função: 1 - Legislativa

Subfunção: 31 - Ação Legislativa

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Relação de Despesas PPA

15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	1.000,00	1.000,00	2.000,00	2.000,00	6.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **318 - 1 . 1101 . 1 . 31 . 7 . 2.134 . 0 . 339093**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ
Unidade orçamentária: 1101 - Câmara Municipal de Mossoró

Classificação Funcional

Função: 1 - Legislativa
Subfunção: 31 - Ação Legislativa

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.93.00 - Indenizações e Restituições

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	1.000,00	1.000,00	2.000,00	2.000,00	6.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **319 - 1 . 1101 . 1 . 31 . 7 . 2.134 . 0 . 449052**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ
Unidade orçamentária: 1101 - Câmara Municipal de Mossoró

Classificação Funcional

Função: 1 - Legislativa
Subfunção: 31 - Ação Legislativa

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS,

Relação de Despesas PPA

TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	460.000,00	483.000,00	507.000,00	532.000,00	1.982.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **320 - 8 . 8102 . 4 . 122 . 1 . 2.106 . 0 . 339031**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 8 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Unidade orçamentária: 8102 - FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO A CIDADANIA FISCAL E DESENVOLVIMENTO DA ADM. TRIBUTÁRIA - FUCIDAT

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 1 - INOVAÇÃO, GOVERNANÇA E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA

Objetivo: PROMOVER A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA POR MEIO DA IMPLEMENTAÇÃO DE TECNOLOGIAS E PROCESSOS INOVADORES, VISANDO AUMENTAR A EFICIÊNCIA, A TRANSPARÊNCIA E A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS PRESTADOS À POPULAÇÃO.

Problema:

Justificativa: A modernização da gestão pública é fundamental para otimizar os recursos, reduzir custos e melhorar o ambiente municipal. O uso de tecnologia e a inovação nos processos administrativos facilitam a vida do cidadão, simplificam as rotinas dos servidores e fortalecem o controle social, tornando a gestão mais ágil, transparente e eficiente.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 2 - PERCENTUAL DA META

Natureza da despesa: 3.3.90.31.00 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000005 - Recursos vinculados ao Fundo Municipal de Incentivo a Cidadania Fiscal e ao Desenvolvi	0,00	450.000,00	472.000,00	496.000,00	520.000,00	1.938.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **321 - 8 . 8102 . 4 . 122 . 1 . 2.106 . 0 . 339039**

Relação de Despesas PPA

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 8 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Unidade orçamentária: 8102 - FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO A CIDADANIA FISCAL E DESENVOLVIMENTO DA ADM. TRIBUTÁRIA - FUCIDAT

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 1 - INOVAÇÃO, GOVERNANÇA E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA

Objetivo: PROMOVER A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA POR MEIO DA IMPLEMENTAÇÃO DE TECNOLOGIAS E PROCESSOS INOVADORES, VISANDO AUMENTAR A EFICIÊNCIA, A TRANSPARÊNCIA E A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS PRESTADOS À POPULAÇÃO.

Problema:

Justificativa: A modernização da gestão pública é fundamental para otimizar os recursos, reduzir custos e melhorar o ambiente municipal. O uso de tecnologia e a inovação nos processos administrativos facilitam a vida do cidadão, simplificam as rotinas dos servidores e fortalecem o controle social, tornando a gestão mais ágil, transparente e eficiente.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 2 - PERCENTUAL DA META

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000005 - Recursos vinculados ao Fundo Municipal de Incentivo a Cidadania Fiscal e ao Desenvolvi	0,00	260.000,00	280.000,00	300.000,00	310.000,00	1.150.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **322 - 1 . 1101 . 1 . 31 . 7 . 2.134 . 0 . 449071**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ

Unidade orçamentária: 1101 - Câmara Municipal de Mossoró

Classificação Funcional

Função: 1 - Legislativa

Subfunção: 31 - Ação Legislativa

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Relação de Despesas PPA

Natureza da despesa: 4.4.90.71.00 - Principal da Dívida Contratual Resgatado

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	540.000,00	567.000,00	595.000,00	625.000,00	2.327.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **323 - 8 . 8102 . 4 . 122 . 1 . 2.106 . 0 . 449052**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 8 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Unidade orçamentária: 8102 - FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO A CIDADANIA FISCAL E DESENVOLVIMENTO DA ADM. TRIBUTÁRIA - FUCIDAT

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 1 - INOVAÇÃO, GOVERNANÇA E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA

Objetivo: PROMOVER A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA POR MEIO DA IMPLEMENTAÇÃO DE TECNOLOGIAS E PROCESSOS INOVADORES, VISANDO AUMENTAR A EFICIÊNCIA, A TRANSPARÊNCIA E A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS PRESTADOS À POPULAÇÃO.

Problema:

Justificativa: A modernização da gestão pública é fundamental para otimizar os recursos, reduzir custos e melhorar o ambiente municipal. O uso de tecnologia e a inovação nos processos administrativos facilitam a vida do cidadão, simplificam as rotinas dos servidores e fortalecem o controle social, tornando a gestão mais ágil, transparente e eficiente.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 2 - PERCENTUAL DA META

Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000005 - Recursos vinculados ao Fundo Municipal de Incentivo a Cidadania Fiscal e ao Desenvolvi	0,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	400.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **324 - 11 . 11101 . 8 . 243 . 31 . 2.123 . 0 . 339030**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade orçamentária: 11101 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social

Relação de Despesas PPA

Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente

Classificação Programática

Programa: 31 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E PREVENÇÃO DE RISCOS

Objetivo: PREVENIR A OCORRÊNCIA DE SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL, POR MEIO DO DESENVOLVIMENTO DE POTENCIALIDADES, DO FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS E DA OFERTA DE SERVIÇOS, PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS.

Problema:

Justificativa: A proteção social básica é o primeiro nível da segurança social, atuando na prevenção de situações de risco antes que se agravem. Este programa é essencial para fortalecer a convivência familiar e comunitária, promover a inclusão social e garantir o acesso aos direitos, contribuindo para a redução das desigualdades e para a melhoria da qualidade de vida da população.

Público alvo: Famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, inscritos ou em potencial para o Cadastro Único

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	0,00	170.000,00	178.000,00	187.000,00	196.000,00	731.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: 325 - 1 . 1101 . 1 . 31 . 7 . 1.15 . 0 . 339030

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ

Unidade orçamentária: 1101 - Câmara Municipal de Mossoró

Classificação Funcional

Função: 1 - Legislativa

Subfunção: 31 - Ação Legislativa

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Relação de Despesas PPA

Despesa PPA: **326 - 11 . 11101 . 8 . 243 . 31 . 2.123 . 0 . 339036**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade orçamentária: 11101 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente

Classificação Programática

Programa: 31 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E PREVENÇÃO DE RISCOS
Objetivo: PREVENIR A OCORRÊNCIA DE SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL, POR MEIO DO DESENVOLVIMENTO DE POTENCIALIDADES, DO FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS E DA OFERTA DE SERVIÇOS, PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS.
Problema:
Justificativa: A proteção social básica é o primeiro nível da segurança social, atuando na prevenção de situações de risco antes que se agravem. Este programa é essencial para fortalecer a convivência familiar e comunitária, promover a inclusão social e garantir o acesso aos direitos, contribuindo para a redução das desigualdades e para a melhoria da qualidade de vida da população.
Público alvo: Famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, inscritos ou em potencial para o Cadastro Único

Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	0,00	230.000,00	241.000,00	253.000,00	266.000,00	990.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **327 - 1 . 1101 . 1 . 31 . 7 . 1.15 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ
Unidade orçamentária: 1101 - Câmara Municipal de Mossoró

Classificação Funcional

Função: 1 - Legislativa
Subfunção: 31 - Ação Legislativa

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.
Problema:
Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Relação de Despesas PPA

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **331 - 11 . 11101 . 8 . 243 . 31 . 2.123 . 0 . 449052**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade orçamentária: 11101 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente

Classificação Programática

Programa: 31 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E PREVENÇÃO DE RISCOS

Objetivo: PREVENIR A OCORRÊNCIA DE SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL, POR MEIO DO DESENVOLVIMENTO DE POTENCIALIDADES, DO FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS E DA OFERTA DE SERVIÇOS, PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS.

Problema:

Justificativa: A proteção social básica é o primeiro nível da segurança social, atuando na prevenção de situações de risco antes que se agravem. Este programa é essencial para fortalecer a convivência familiar e comunitária, promover a inclusão social e garantir o acesso aos direitos, contribuindo para a redução das desigualdades e para a melhoria da qualidade de vida da população.

Público alvo: Famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, inscritos ou em potencial para o Cadastro Único

Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	0,00	50.000,00	52.000,00	55.000,00	57.000,00	214.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **332 - 13 . 13101 . 4 . 122 . 7 . 2.86 . 0 . 339014**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 13 - SEC. MUN. DO DESENV. ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TURISMO

Unidade orçamentária: 13101 - SEC. MUN. DO DESENV. ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TURISMO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Relação de Despesas PPA

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	15.000,00	16.000,00	17.000,00	18.000,00	66.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **333 - 13 . 13101 . 4 . 122 . 7 . 2.86 . 0 . 339030**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 13 - SEC. MUN. DO DESENV. ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TURISMO

Unidade orçamentária: 13101 - SEC. MUN. DO DESENV. ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TURISMO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	70.000,00	73.000,00	76.000,00	79.000,00	298.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Relação de Despesas PPA

Despesa PPA: **334 - 13 . 13101 . 4 . 122 . 7 . 2.86 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 13 - SEC. MUN. DO DESENV. ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TURISMO

Unidade orçamentária: 13101 - SEC. MUN. DO DESENV. ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TURISMO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	1.370.000,00	1.438.000,00	1.510.000,00	1.585.000,00	5.903.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **335 - 1 . 1101 . 1 . 31 . 7 . 2.136 . 0 . 339035**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ

Unidade orçamentária: 1101 - Câmara Municipal de Mossoró

Classificação Funcional

Função: 1 - Legislativa

Subfunção: 31 - Ação Legislativa

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Relação de Despesas PPA

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.35.00 - Serviços de Consultoria

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	60.000,00	63.000,00	66.000,00	69.000,00	258.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **336 - 1 . 1101 . 1 . 31 . 7 . 2.136 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ
Unidade orçamentária: 1101 - Câmara Municipal de Mossoró

Classificação Funcional

Função: 1 - Legislativa
Subfunção: 31 - Ação Legislativa

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	30.000,00	31.000,00	33.000,00	34.000,00	128.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **338 - 13 . 13101 . 19 . 572 . 24 . 2.99 . 0 . 335041**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 13 - SEC. MUN. DO DESENV. ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TURISMO
Unidade orçamentária: 13101 - SEC. MUN. DO DESENV. ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TURISMO

Classificação Funcional

Função: 19 - Ciência e Tecnologia

Relação de Despesas PPA

Subfunção: 572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia

Classificação Programática

Programa: 24 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTABILIDADE DE NEGÓCIOS

Objetivo: FOMENTAR A CULTURA EMPREENDEDORA NO MUNICÍPIO, OFERECENDO SUPORTE À CRIAÇÃO E À SUSTENTABILIDADE DE NOVOS NEGÓCIOS, VISANDO À GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA DE FORMA DURADOURA.

Problema:

Justificativa: O programa se justifica pela necessidade de dinamizar a economia local, criando um ambiente favorável para o crescimento dos negócios existentes e a atração de novas empresas. A promoção do empreendedorismo e da sustentabilidade dos negócios é essencial para aumentar a arrecadação municipal, combater a desigualdade social e garantir a estabilidade financeira para as famílias.

Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 3.3.50.41.00 - Contribuições

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: 339 - 1 . 1101 . 1 . 31 . 7 . 2.137 . 0 . 339014

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ

Unidade orçamentária: 1101 - Câmara Municipal de Mossoró

Classificação Funcional

Função: 1 - Legislativa

Subfunção: 31 - Ação Legislativa

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	30.000,00	31.000,00	33.000,00	34.000,00	128.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Relação de Despesas PPA

Despesa PPA: **341 - 1 . 1101 . 1 . 31 . 7 . 2.137 . 0 . 339035**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ
Unidade orçamentária: 1101 - Câmara Municipal de Mossoró

Classificação Funcional

Função: 1 - Legislativa
Subfunção: 31 - Ação Legislativa

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.35.00 - Serviços de Consultoria

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	20.000,00	21.000,00	22.000,00	23.000,00	86.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **342 - 1 . 1101 . 1 . 31 . 7 . 2.137 . 0 . 339036**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ
Unidade orçamentária: 1101 - Câmara Municipal de Mossoró

Classificação Funcional

Função: 1 - Legislativa
Subfunção: 31 - Ação Legislativa

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Relação de Despesas PPA

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **343 - 1 . 1101 . 1 . 31 . 7 . 2.137 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ
Unidade orçamentária: 1101 - Câmara Municipal de Mossoró

Classificação Funcional

Função: 1 - Legislativa
Subfunção: 31 - Ação Legislativa

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	50.000,00	52.000,00	55.000,00	57.000,00	214.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **344 - 1 . 1101 . 1 . 31 . 7 . 2.138 . 0 . 339030**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ
Unidade orçamentária: 1101 - Câmara Municipal de Mossoró

Classificação Funcional

Função: 1 - Legislativa

Relação de Despesas PPA

Subfunção: 31 - Ação Legislativa

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	30.000,00	31.000,00	33.000,00	34.000,00	128.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **345 - 13 . 13101 . 23 . 692 . 25 . 2.100 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 13 - SEC. MUN. DO DESENV. ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TURISMO

Unidade orçamentária: 13101 - SEC. MUN. DO DESENV. ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TURISMO

Classificação Funcional

Função: 23 - Comércio e Serviços

Subfunção: 692 - Comercialização

Classificação Programática

Programa: 25 - FOMENTO E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Objetivo: PROMOVER O CRESCIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL POR MEIO DO FOMENTO AO EMPREENDEDORISMO, DA MELHORIA DA INFRAESTRUTURA E DO APOIO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS, VISANDO À GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA E À ATRAÇÃO DE NOVOS INVESTIMENTOS.

Problema:

Justificativa: O programa se justifica pela necessidade de criar um ambiente físico e estrutural favorável para que as empresas e os empreendedores locais possam prosperar. A melhoria da infraestrutura e o fomento direto são essenciais para reduzir barreiras, aumentar a competitividade e diversificar a economia, gerando oportunidades para a população.

Público alvo: Empreendedores

Indicadores: 92 - Extensão de Infraestrutura Recuperada e/ou Implantada nos Espaços Produtivos

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	1.900.000,00	1.995.000,00	2.094.000,00	2.199.000,00	8.188.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**

Relação de Despesas PPA

Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **346 - 1 . 1101 . 1 . 31 . 7 . 2.138 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ
Unidade orçamentária: 1101 - Câmara Municipal de Mossoró

Classificação Funcional

Função: 1 - Legislativa
Subfunção: 31 - Ação Legislativa

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	100.000,00	105.000,00	110.000,00	115.000,00	430.000,00

Ação	Tipo	Produto						
Meta física	Unidade de medida		No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **347 - 13 . 13101 . 19 . 572 . 24 . 2.101 . 0 . 339031**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 13 - SEC. MUN. DO DESENV. ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TURISMO
Unidade orçamentária: 13101 - SEC. MUN. DO DESENV. ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TURISMO

Classificação Funcional

Função: 19 - Ciência e Tecnologia
Subfunção: 572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia

Classificação Programática

Programa: 24 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTABILIDADE DE NEGÓCIOS
Objetivo: FOMENTAR A CULTURA EMPREENDEDORA NO MUNICÍPIO, OFERECENDO SUPORTE À CRIAÇÃO E À SUSTENTABILIDADE DE NOVOS NEGÓCIOS, VISANDO À GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA DE FORMA DURADOURA.

Relação de Despesas PPA

Problema:

Justificativa: O programa se justifica pela necessidade de dinamizar a economia local, criando um ambiente favorável para o crescimento dos negócios existentes e a atração de novas empresas. A promoção do empreendedorismo e da sustentabilidade dos negócios é essencial para aumentar a arrecadação municipal, combater a desigualdade social e garantir a estabilidade financeira para as famílias.

Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 3.3.90.31.00 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	200.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **348 - 13 . 13101 . 19 . 572 . 24 . 2.101 . 0 . 335041**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 13 - SEC. MUN. DO DESENV. ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TURISMO

Unidade orçamentária: 13101 - SEC. MUN. DO DESENV. ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TURISMO

Classificação Funcional

Função: 19 - Ciência e Tecnologia

Subfunção: 572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia

Classificação Programática

Programa: 24 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTABILIDADE DE NEGÓCIOS

Objetivo: FOMENTAR A CULTURA EMPREENDEDORA NO MUNICÍPIO, OFERECENDO SUPORTE À CRIAÇÃO E À SUSTENTABILIDADE DE NOVOS NEGÓCIOS, VISANDO À GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA DE FORMA DURADOURA.

Problema:

Justificativa: O programa se justifica pela necessidade de dinamizar a economia local, criando um ambiente favorável para o crescimento dos negócios existentes e a atração de novas empresas. A promoção do empreendedorismo e da sustentabilidade dos negócios é essencial para aumentar a arrecadação municipal, combater a desigualdade social e garantir a estabilidade financeira para as famílias.

Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 3.3.50.41.00 - Contribuições

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	200.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **349 - 13 . 13101 . 19 . 572 . 24 . 2.101 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 13 - SEC. MUN. DO DESENV. ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TURISMO

Relação de Despesas PPA

Unidade orçamentária: 13101 - SEC. MUN. DO DESENV. ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TURISMO

Classificação Funcional

Função: 19 - Ciência e Tecnologia

Subfunção: 572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia

Classificação Programática

Programa: 24 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTABILIDADE DE NEGÓCIOS

Objetivo: FOMENTAR A CULTURA EMPREENDEDORA NO MUNICÍPIO, OFERECENDO SUPORTE À CRIAÇÃO E À SUSTENTABILIDADE DE NOVOS NEGÓCIOS, VISANDO À GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA DE FORMA DURADOURA.

Problema:

Justificativa: O programa se justifica pela necessidade de dinamizar a economia local, criando um ambiente favorável para o crescimento dos negócios existentes e a atração de novas empresas. A promoção do empreendedorismo e da sustentabilidade dos negócios é essencial para aumentar a arrecadação municipal, combater a desigualdade social e garantir a estabilidade financeira para as famílias.

Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	200.000,00	210.000,00	220.000,00	231.000,00	861.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: 350 - 25 . 1201 . 1 . 31 . 7 . 2.139 . 0 . 319011

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 25 - FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA

Unidade orçamentária: 1201 - FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA

Classificação Funcional

Função: 1 - Legislativa

Subfunção: 31 - Ação Legislativa

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Relação de Despesas PPA

15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	750.000,00	787.000,00	826.000,00	868.000,00	3.231.000,00

Ação / Meta física	Tipo / Unidade de medida	Produto / No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **351 - 25 . 1201 . 1 . 31 . 7 . 2.139 . 0 . 319013**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 25 - FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA
Unidade orçamentária: 1201 - FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA

Classificação Funcional

Função: 1 - Legislativa
Subfunção: 31 - Ação Legislativa

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	190.000,00	199.000,00	209.000,00	219.000,00	817.000,00

Ação / Meta física	Tipo / Unidade de medida	Produto / No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **352 - 13 . 13101 . 23 . 692 . 25 . 2.98 . 0 . 449052**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 13 - SEC. MUN. DO DESENV. ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TURISMO
Unidade orçamentária: 13101 - SEC. MUN. DO DESENV. ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TURISMO

Classificação Funcional

Função: 23 - Comércio e Serviços
Subfunção: 692 - Comercialização

Classificação Programática

Programa: 25 - FOMENTO E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
Objetivo: PROMOVER O CRESCIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL POR MEIO DO FOMENTO AO EMPREENDEDORISMO, DA MELHORIA DA INFRAESTRUTURA E DO APOIO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS,

Relação de Despesas PPA

VISANDO À GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA E À ATRAÇÃO DE NOVOS INVESTIMENTOS.

Problema:

Justificativa: O programa se justifica pela necessidade de criar um ambiente físico e estrutural favorável para que as empresas e os empreendedores locais possam prosperar. A melhoria da infraestrutura e o fomento direto são essenciais para reduzir barreiras, aumentar a competitividade e diversificar a economia, gerando oportunidades para a população.

Público alvo: Empreendedores

Indicadores: 92 - Extensão de Infraestrutura Recuperada e/ou Implantada nos Espaços Produtivos

Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	50.000,00	52.000,00	55.000,00	57.000,00	214.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **353 - 25 . 1201 . 1 . 31 . 7 . 2.139 . 0 . 319092**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 25 - FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA

Unidade orçamentária: 1201 - FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA

Classificação Funcional

Função: 1 - Legislativa

Subfunção: 31 - Ação Legislativa

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	1.000,00	1.000,00	2.000,00	2.000,00	6.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **354 - 25 . 1201 . 1 . 31 . 7 . 2.139 . 0 . 319094**

Relação de Despesas PPA

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 25 - FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA
Unidade orçamentária: 1201 - FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA

Classificação Funcional

Função: 1 - Legislativa
Subfunção: 31 - Ação Legislativa

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.94.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	30.000,00	31.000,00	33.000,00	34.000,00	128.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**		**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **355 - 25 . 1201 . 1 . 31 . 7 . 2.139 . 0 . 339030**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 25 - FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA
Unidade orçamentária: 1201 - FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA

Classificação Funcional

Função: 1 - Legislativa
Subfunção: 31 - Ação Legislativa

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Relação de Despesas PPA

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	90.000,00	94.000,00	99.000,00	104.000,00	387.000,00

Ação / Meta física	Tipo / Produto / Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **356 - 25 . 1201 . 1 . 31 . 7 . 2.139 . 0 . 339033**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 25 - FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA
Unidade orçamentária: 1201 - FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA

Classificação Funcional

Função: 1 - Legislativa
Subfunção: 31 - Ação Legislativa

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	1.000,00	1.000,00	2.000,00	2.000,00	6.000,00

Ação / Meta física	Tipo / Produto / Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **357 - 25 . 1201 . 1 . 31 . 7 . 2.139 . 0 . 339035**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 25 - FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA
Unidade orçamentária: 1201 - FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA

Classificação Funcional

Função: 1 - Legislativa
Subfunção: 31 - Ação Legislativa

Classificação Programática

Relação de Despesas PPA

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.35.00 - Serviços de Consultoria

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	1.000,00	1.000,00	2.000,00	2.000,00	6.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **358 - 25 . 1201 . 1 . 31 . 7 . 2.139 . 0 . 339036**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 25 - FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA

Unidade orçamentária: 1201 - FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA

Classificação Funcional

Função: 1 - Legislativa

Subfunção: 31 - Ação Legislativa

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	1.000,00	1.000,00	2.000,00	2.000,00	6.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Relação de Despesas PPA

Despesa PPA: **359 - 25 . 1201 . 1 . 31 . 7 . 2.139 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 25 - FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA

Unidade orçamentária: 1201 - FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA

Classificação Funcional

Função: 1 - Legislativa

Subfunção: 31 - Ação Legislativa

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	380.000,00	399.000,00	418.000,00	439.000,00	1.636.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **360 - 25 . 1201 . 1 . 31 . 7 . 2.139 . 0 . 339092**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 25 - FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA

Unidade orçamentária: 1201 - FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA

Classificação Funcional

Função: 1 - Legislativa

Subfunção: 31 - Ação Legislativa

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Relação de Despesas PPA

Natureza da despesa: 3.3.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	1.000,00	1.000,00	2.000,00	2.000,00	6.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **361 - 25 . 1201 . 1 . 31 . 7 . 2.139 . 0 . 449052**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 25 - FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA
Unidade orçamentária: 1201 - FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA

Classificação Funcional

Função: 1 - Legislativa
Subfunção: 31 - Ação Legislativa

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	70.000,00	73.000,00	77.000,00	81.000,00	301.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **362 - 30 . 30001 . 8 . 122 . 7 . 2.127 . 0 . 339014**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 30 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade orçamentária: 30001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 122 - Administração Geral

Relação de Despesas PPA

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	20.000,00	21.000,00	220.000,00	23.000,00	284.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **363 - 25 . 1201 . 1 . 31 . 7 . 2.140 . 0 . 339030**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 25 - FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA

Unidade orçamentária: 1201 - FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA

Classificação Funcional

Função: 1 - Legislativa

Subfunção: 31 - Ação Legislativa

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	50.000,00	52.000,00	55.000,00	570.000,00	727.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Relação de Despesas PPA

Despesa PPA: **364 - 30 . 30001 . 8 . 122 . 7 . 2.127 . 0 . 339030**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 30 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade orçamentária: 30001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	600.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **365 - 25 . 1201 . 1 . 31 . 7 . 2.140 . 0 . 339031**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 25 - FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA

Unidade orçamentária: 1201 - FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA

Classificação Funcional

Função: 1 - Legislativa

Subfunção: 31 - Ação Legislativa

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Relação de Despesas PPA

Natureza da despesa: 3.3.90.31.00 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	30.000,00	31.000,00	33.000,00	34.000,00	128.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **366 - 30 . 30001 . 8 . 122 . 7 . 2.127 . 0 . 339033**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 30 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade orçamentária: 30001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	10.000,00	10.000,00	11.000,00	11.000,00	42.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **367 - 25 . 1201 . 1 . 31 . 7 . 2.140 . 0 . 339035**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 25 - FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA
Unidade orçamentária: 1201 - FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA

Classificação Funcional

Função: 1 - Legislativa
Subfunção: 31 - Ação Legislativa

Relação de Despesas PPA

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.35.00 - Serviços de Consultoria

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	20.000,00	21.000,00	22.000,00	23.000,00	86.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **368 - 30 . 30001 . 8 . 122 . 7 . 2.127 . 0 . 339036**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 30 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade orçamentária: 30001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	30.000,00	31.000,00	33.000,00	34.000,00	128.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Relação de Despesas PPA

Despesa PPA: **369 - 25 . 1201 . 1 . 31 . 7 . 2.140 . 0 . 339036**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 25 - FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA

Unidade orçamentária: 1201 - FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA

Classificação Funcional

Função: 1 - Legislativa

Subfunção: 31 - Ação Legislativa

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	1.000,00	1.000,00	2.000,00	2.000,00	6.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **370 - 30 . 30001 . 8 . 122 . 7 . 2.127 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 30 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade orçamentária: 30001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Relação de Despesas PPA

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	4.500.000,00	4.500.000,00	4.500.000,00	4.500.000,00	18.000.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **371 - 25 . 1201 . 1 . 31 . 7 . 2.140 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 25 - FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA
Unidade orçamentária: 1201 - FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA

Classificação Funcional

Função: 1 - Legislativa
Subfunção: 31 - Ação Legislativa

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	50.000,00	52.000,00	55.000,00	57.000,00	214.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **372 - 25 . 1201 . 1 . 31 . 7 . 2.140 . 0 . 449052**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 25 - FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA
Unidade orçamentária: 1201 - FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA

Classificação Funcional

Função: 1 - Legislativa
Subfunção: 31 - Ação Legislativa

Relação de Despesas PPA

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	40.000,00	42.000,00	44.000,00	46.000,00	172.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **373 - 30 . 30001 . 8 . 122 . 7 . 2.127 . 0 . 449052**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 30 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade orçamentária: 30001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	50.000,00	52.000,00	55.000,00	57.000,00	214.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Relação de Despesas PPA

Despesa PPA: **374 - 7 . 7101 . 4 . 122 . 7 . 2.90 . 0 . 339036**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 7 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Unidade orçamentária: 7101 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	22.000,00	23.000,00	24.000,00	25.000,00	94.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **375 - 25 . 1201 . 1 . 31 . 7 . 2.141 . 0 . 339030**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 25 - FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA
Unidade orçamentária: 1201 - FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA

Classificação Funcional

Função: 1 - Legislativa
Subfunção: 31 - Ação Legislativa

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Relação de Despesas PPA

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	20.000,00	21.000,00	22.000,00	23.000,00	86.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **376 - 25 . 1201 . 1 . 31 . 7 . 2.141 . 0 . 339033**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 25 - FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA
Unidade orçamentária: 1201 - FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA

Classificação Funcional

Função: 1 - Legislativa
Subfunção: 31 - Ação Legislativa

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	1.000,00	1.000,00	2.000,00	2.000,00	6.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **377 - 30 . 30001 . 8 . 122 . 7 . 2.128 . 0 . 339036**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 30 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade orçamentária: 30001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 122 - Administração Geral

Relação de Despesas PPA

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	60.000,00	63.000,00	66.000,00	69.000,00	258.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **378 - 25 . 1201 . 1 . 31 . 7 . 2.141 . 0 . 339036**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 25 - FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA

Unidade orçamentária: 1201 - FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA

Classificação Funcional

Função: 1 - Legislativa

Subfunção: 31 - Ação Legislativa

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	1.000,00	1.000,00	2.000,00	2.000,00	6.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Relação de Despesas PPA

Despesa PPA: **380 - 25 . 1201 . 1 . 31 . 7 . 2.141 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 25 - FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA
Unidade orçamentária: 1201 - FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA

Classificação Funcional

Função: 1 - Legislativa
Subfunção: 31 - Ação Legislativa

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	50.000,00	52.000,00	55.000,00	57.000,00	214.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **381 - 25 . 1201 . 1 . 31 . 7 . 2.141 . 0 . 449052**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 25 - FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA
Unidade orçamentária: 1201 - FUNDAÇÃO PUBLICA VEREADOR ALDENOR NOGUEIRA

Classificação Funcional

Função: 1 - Legislativa
Subfunção: 31 - Ação Legislativa

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Relação de Despesas PPA

Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	50.000,00	52.000,00	55.000,00	57.000,00	214.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **382 - 11 . 11101 . 8 . 122 . 28 . 2.116 . 0 . 339014**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade orçamentária: 11101 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 28 - GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FNAS)
Objetivo: GARANTIR O APOIO FINANCEIRO E A VIABILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROGRAMAS E AÇÕES DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, COM FOCO NA EFICIÊNCIA DA EXECUÇÃO DOS RECURSOS E NA MANUTENÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS).
Problema:
Justificativa: A política de assistência social é de caráter permanente e exige apoio financeiro, orçamentário e de gestão que assegurem sua manutenção e expansão. A gestão adequada e transparente do Fundo Municipal de Assistência Social é o alicerce para que as ações e programas cheguem de forma efetiva à população que mais precisa.
Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	0,00	20.000,00	21.000,00	22.000,00	23.000,00	86.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **385 - 9 . 9101 . 12 . 365 . 8 . 2.19 . 0 . 319004**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil

Relação de Despesas PPA

Classificação Programática

Programa: 8 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Objetivo: CONTRIBUIR PARA A EXPANSÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM CRECHES E PRÉ-ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Problema:

Justificativa: A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei nº 9.394/1996) e a Resolução CNE/CEB nº 5/2009, sendo ofertada em creches e pré-escolas para crianças de 0 a 5 anos. O Plano Nacional de Educação (PNE Lei nº 13.005/2014) e o Plano Municipal de Educação de Mossoró preveem, entre suas metas, a universalização da pré-escola para crianças de 4 e 5 anos e a ampliação da oferta em creches para, no mínimo, 50% das crianças de 0 a 3 anos. Apesar dos avanços já conquistados, ainda há desafios a serem superados, como o déficit de vagas em creches e a necessidade de fortalecimento da infraestrutura e da formação dos profissionais que atuam nessa etapa. Nesse sentido, este programa busca ampliar o acesso e qualificar o atendimento na Educação Infantil, por meio da construção e modernização de unidades escolares, aquisição de materiais pedagógicos e de consumo adequados à faixa etária, e realização de formações continuadas voltadas aos profissionais da área. Além disso, o programa contempla ações de monitoramento e avaliação com foco na melhoria da qualidade do atendimento ofertado, garantindo o direito das crianças a uma educação que promova seu desenvolvimento integral. A iniciativa reforça o compromisso da gestão municipal com a promoção de uma Educação Infantil que cumpra sua função social, política e pedagógica, assegurando o educar e o cuidar como práticas indissociáveis.

Público alvo: População na faixa etária de 0 a 5 anos e 11 meses

Indicadores: 7 - Matrículas de alunos na creche

8 - Matrícula de alunos na Pré-Escola

Natureza da despesa: 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	1.215.000,00	1.220.000,00	1.230.000,00	1.240.000,00	4.905.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **386 - 9 . 9101 . 12 . 365 . 8 . 2.19 . 0 . 319011**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 365 - Educação Infantil

Classificação Programática

Programa: 8 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Objetivo: CONTRIBUIR PARA A EXPANSÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM CRECHES E PRÉ-ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Problema:

Justificativa: A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei nº 9.394/1996) e a Resolução CNE/CEB nº 5/2009, sendo ofertada em creches e pré-escolas para crianças de 0 a 5 anos. O Plano Nacional de Educação (PNE Lei nº 13.005/2014) e o Plano Municipal de Educação de Mossoró preveem, entre suas metas, a universalização da pré-escola para crianças de 4 e 5 anos e a ampliação da oferta em creches para, no mínimo, 50% das crianças de 0 a 3 anos. Apesar dos avanços já conquistados, ainda há desafios a serem superados, como o déficit de vagas em creches e a necessidade de fortalecimento da infraestrutura e da formação dos profissionais que atuam nessa etapa. Nesse sentido, este programa busca ampliar o acesso e qualificar o atendimento na Educação Infantil, por meio da construção e modernização de unidades escolares, aquisição de materiais pedagógicos e de consumo adequados à faixa etária, e realização de formações continuadas voltadas aos profissionais da área. Além disso, o programa contempla ações de monitoramento e avaliação com foco na melhoria da

Relação de Despesas PPA

qualidade do atendimento ofertado, garantindo o direito das crianças a uma educação que promova seu desenvolvimento integral. A iniciativa reforça o compromisso da gestão municipal com a promoção de uma Educação Infantil que cumpra sua função social, política e pedagógica, assegurando o educar e o cuidar como práticas indissociáveis.

Público alvo: População na faixa etária de 0 a 5 anos e 11 meses

Indicadores: 7 - Matrículas de alunos na creche

8 - Matrícula de alunos na Pré-Escola

Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	8.100.000,00	8.200.000,00	8.300.000,00	8.400.000,00	33.000.000,00
15401070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Pagamento dos Pr	0,00	25.000.000,00	25.500.000,00	28.660.000,00	30.918.000,00	110.078.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **387 - 9 . 9101 . 12 . 365 . 8 . 2.19 . 0 . 319013**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 365 - Educação Infantil

Classificação Programática

Programa: 8 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Objetivo: CONTRIBUIR PARA A EXPANSÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM CRECHES E PRÉ-ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Problema:

Justificativa: A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei nº 9.394/1996) e a Resolução CNE/CEB nº 5/2009, sendo ofertada em creches e pré-escolas para crianças de 0 a 5 anos. O Plano Nacional de Educação (PNE Lei nº 13.005/2014) e o Plano Municipal de Educação de Mossoró preveem, entre suas metas, a universalização da pré-escola para crianças de 4 e 5 anos e a ampliação da oferta em creches para, no mínimo, 50% das crianças de 0 a 3 anos. Apesar dos avanços já conquistados, ainda há desafios a serem superados, como o déficit de vagas em creches e a necessidade de fortalecimento da infraestrutura e da formação dos profissionais que atuam nessa etapa. Nesse sentido, este programa busca ampliar o acesso e qualificar o atendimento na Educação Infantil, por meio da construção e modernização de unidades escolares, aquisição de materiais pedagógicos e de consumo adequados à faixa etária, e realização de formações continuadas voltadas aos profissionais da área. Além disso, o programa contempla ações de monitoramento e avaliação com foco na melhoria da qualidade do atendimento ofertado, garantindo o direito das crianças a uma educação que promova seu desenvolvimento integral. A iniciativa reforça o compromisso da gestão municipal com a promoção de uma Educação Infantil que cumpra sua função social, política e pedagógica, assegurando o educar e o cuidar como práticas indissociáveis.

Público alvo: População na faixa etária de 0 a 5 anos e 11 meses

Indicadores: 7 - Matrículas de alunos na creche

8 - Matrícula de alunos na Pré-Escola

Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total

15401070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Pagamento dos Pr	0,00	1.525.000,00	1.550.000,00	1.600.000,00	1.650.000,00	6.325.000,00
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	267.000,00	280.000,00	294.000,00	309.000,00	1.150.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **388 - 9 . 9101 . 12 . 365 . 8 . 2.19 . 0 . 319113**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 365 - Educação Infantil

Classificação Programática

Programa: 8 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Objetivo: CONTRIBUIR PARA A EXPANSÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM CRECHES E PRÉ-ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Problema:

Justificativa: A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei nº 9.394/1996) e a Resolução CNE/CEB nº 5/2009, sendo ofertada em creches e pré-escolas para crianças de 0 a 5 anos. O Plano Nacional de Educação (PNE Lei nº 13.005/2014) e o Plano Municipal de Educação de Mossoró preveem, entre suas metas, a universalização da pré-escola para crianças de 4 e 5 anos e a ampliação da oferta em creches para, no mínimo, 50% das crianças de 0 a 3 anos. Apesar dos avanços já conquistados, ainda há desafios a serem superados, como o déficit de vagas em creches e a necessidade de fortalecimento da infraestrutura e da formação dos profissionais que atuam nessa etapa. Nesse sentido, este programa busca ampliar o acesso e qualificar o atendimento na Educação Infantil, por meio da construção e modernização de unidades escolares, aquisição de materiais pedagógicos e de consumo adequados à faixa etária, e realização de formações continuadas voltadas aos profissionais da área. Além disso, o programa contempla ações de monitoramento e avaliação com foco na melhoria da qualidade do atendimento ofertado, garantindo o direito das crianças a uma educação que promova seu desenvolvimento integral. A iniciativa reforça o compromisso da gestão municipal com a promoção de uma Educação Infantil que cumpra sua função social, política e pedagógica, assegurando o educar e o cuidar como práticas indissociáveis.

Público alvo: População na faixa etária de 0 a 5 anos e 11 meses

Indicadores: 7 - Matrículas de alunos na creche

8 - Matrícula de alunos na Pré-Escola

Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15401070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Pagamento dos Pr	0,00	3.340.000,00	3.370.000,00	3.400.000,00	3.430.000,00	13.540.000,00
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	587.000,00	616.000,00	647.000,00	679.000,00	2.529.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **389 - 9 . 9101 . 12 . 365 . 8 . 2.19 . 0 . 319016**

Estrutura Organizacional

Relação de Despesas PPA

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil

Classificação Programática

Programa: 8 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
Objetivo: CONTRIBUIR PARA A EXPANSÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM CRECHES E PRÉ-ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO
Problema:
Justificativa: A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei nº 9.394/1996) e a Resolução CNE/CEB nº 5/2009, sendo ofertada em creches e pré-escolas para crianças de 0 a 5 anos. O Plano Nacional de Educação (PNE Lei nº 13.005/2014) e o Plano Municipal de Educação de Mossoró preveem, entre suas metas, a universalização da pré-escola para crianças de 4 e 5 anos e a ampliação da oferta em creches para, no mínimo, 50% das crianças de 0 a 3 anos. Apesar dos avanços já conquistados, ainda há desafios a serem superados, como o déficit de vagas em creches e a necessidade de fortalecimento da infraestrutura e da formação dos profissionais que atuam nessa etapa. Nesse sentido, este programa busca ampliar o acesso e qualificar o atendimento na Educação Infantil, por meio da construção e modernização de unidades escolares, aquisição de materiais pedagógicos e de consumo adequados à faixa etária, e realização de formações continuadas voltadas aos profissionais da área. Além disso, o programa contempla ações de monitoramento e avaliação com foco na melhoria da qualidade do atendimento ofertado, garantindo o direito das crianças a uma educação que promova seu desenvolvimento integral. A iniciativa reforça o compromisso da gestão municipal com a promoção de uma Educação Infantil que cumpra sua função social, política e pedagógica, assegurando o educar e o cuidar como práticas indissociáveis.
Público alvo: População na faixa etária de 0 a 5 anos e 11 meses

Indicadores: 7 - Matrículas de alunos na creche
8 - Matrícula de alunos na Pré-Escola

Natureza da despesa: 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15401070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Pagamento dos Pr	0,00	2.600.000,00	2.800.000,00	2.900.000,00	3.000.000,00	11.300.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **390 - 3 . 3101 . 4 . 122 . 7 . 2.89 . 0 . 339014**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 3 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Unidade orçamentária: 3101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Relação de Despesas PPA

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	20.000,00	26.000,00	27.000,00	28.000,00	101.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **391 - 3 . 3101 . 4 . 122 . 7 . 2.89 . 0 . 339030**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 3 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Unidade orçamentária: 3101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	10.000,00	11.000,00	12.000,00	13.000,00	46.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **392 - 3 . 3101 . 4 . 122 . 7 . 2.89 . 0 . 339036**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 3 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Relação de Despesas PPA

Unidade orçamentária: 3101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	11.000,00	11.000,00	12.000,00	12.000,00	46.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: 393 - 3 . 3101 . 4 . 122 . 7 . 2.89 . 0 . 339039

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 3 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Unidade orçamentária: 3101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	854.000,00	896.000,00	941.000,00	988.000,00	3.679.000,00

Ação / Meta física	Tipo / Unidade de medida	Produto / No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **394 - 3 . 3101 . 24 . 131 . 10 . 2.102 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 3 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Unidade orçamentária: 3101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Classificação Funcional

Função: 24 - Comunicações

Subfunção: 131 - Comunicação Social

Classificação Programática

Programa: 10 - GESTÃO ESTRATÉGICA DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Objetivo: FORTALECER E PROFISSIONALIZAR A COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ POR MEIO DA IMPLEMENTAÇÃO DE ESTRATÉGIAS INTEGRADAS, MODERNAS E ALINHADAS AOS PRINCÍPIOS DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA, AMPLIANDO O ACESSO DA POPULAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES GOVERNAMENTAIS, FORTALECENDO A IMAGEM INSTITUCIONAL E PROMOVENDO MAIOR ENGAJAMENTO CIDADÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS.

Problema:

Justificativa: A transparência, a prestação de contas e a participação cidadã são, atualmente, fatores determinantes no âmbito da comunicação institucional, que assume um papel estratégico na consolidação de uma gestão pública moderna, eficiente e orientada por resultados. A ausência de uma política integrada e profissional de comunicação compromete a disseminação de informações relevantes, enfraquece a credibilidade institucional e reduz o alcance das ações governamentais junto à população. O programa propõe-se a organizar, padronizar e qualificar a atuação comunicacional do Poder Executivo Municipal, adotando ferramentas, protocolos e canais que ampliem o diálogo com a sociedade, promovam a transparência ativa e consolidem a identidade institucional da Prefeitura. A iniciativa também busca integrar as ações de comunicação das diferentes secretarias, evitar redundâncias, otimizar recursos públicos e garantir coerência na divulgação das políticas, serviços e resultados da gestão. Trata-se, portanto, de uma ação transversal e estruturante, visando a aproximação entre governo e sociedade e o cumprimento dos princípios constitucionais da publicidade e eficiência na administração pública.

Público alvo: População Mossoroense

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	1.350.000,00	1.410.000,00	1.488.000,00	1.562.000,00	5.810.000,00

Ação / Meta física	Tipo / Unidade de medida	Produto / No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **395 - 3 . 3101 . 24 . 131 . 10 . 2.103 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 3 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Unidade orçamentária: 3101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Classificação Funcional

Função: 24 - Comunicações

Relação de Despesas PPA

Subfunção: 131 - Comunicação Social

Classificação Programática

Programa: 10 - GESTÃO ESTRATÉGICA DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Objetivo: FORTALECER E PROFISSIONALIZAR A COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ POR MEIO DA IMPLEMENTAÇÃO DE ESTRATÉGIAS INTEGRADAS, MODERNAS E ALINHADAS AOS PRINCÍPIOS DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA, AMPLIANDO O ACESSO DA POPULAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES GOVERNAMENTAIS, FORTALECENDO A IMAGEM INSTITUCIONAL E PROMOVENDO MAIOR ENGAJAMENTO CIDADÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS.

Problema:

Justificativa: A transparência, a prestação de contas e a participação cidadã são, atualmente, fatores determinantes no âmbito da comunicação institucional, que assume um papel estratégico na consolidação de uma gestão pública moderna, eficiente e orientada por resultados. A ausência de uma política integrada e profissional de comunicação compromete a disseminação de informações relevantes, enfraquece a credibilidade institucional e reduz o alcance das ações governamentais junto à população. O programa propõe-se a organizar, padronizar e qualificar a atuação comunicacional do Poder Executivo Municipal, adotando ferramentas, protocolos e canais que ampliem o diálogo com a sociedade, promovam a transparência ativa e consolidem a identidade institucional da Prefeitura. A iniciativa também busca integrar as ações de comunicação das diferentes secretarias, evitar redundâncias, otimizar recursos públicos e garantir coerência na divulgação das políticas, serviços e resultados da gestão. Trata-se, portanto, de uma ação transversal e estruturante, visando a aproximação entre governo e sociedade e o cumprimento dos princípios constitucionais da publicidade e eficiência na administração pública.

Público alvo: População Mossoroense

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	3.950.000,00	4.147.000,00	4.354.000,00	4.572.000,00	17.023.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **396 - 30 . 30002 . 8 . 243 . 32 . 2.129 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 30 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade orçamentária: 30002 - FUNDO MUNICIPAL PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente

Classificação Programática

Programa: 32 - PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Objetivo: ASSEGURAR O DESENVOLVIMENTO PLENO E A PROTEÇÃO INTEGRAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, POR MEIO DA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, PROGRAMAS E PROJETOS QUE COMBATAM VULNERABILIDADES E GARANTAM A EFETIVAÇÃO DE SEUS DIREITOS.

Problema:

Justificativa: A criação deste programa atende ao princípio da prioridade absoluta, assegurado na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O programa visa a fortalecer o sistema de proteção integral, combater a violência e as vulnerabilidades que afetam a população infantojuvenil, e garantir o fomento a projetos que promovam o desenvolvimento pleno de crianças e adolescentes. Ele utiliza o Fundo da Infância e Adolescência (FIA) como ferramenta estratégica para complementar o orçamento público e assegurar a execução de políticas públicas efetivas e que respondam às demandas da sociedade.

Público alvo: Crianças e adolescentes

Relação de Despesas PPA

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000002 - Recursos para o Fundo da Infância e da Adolescência	0,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**		**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **397 - 30 . 30002 . 8 . 243 . 32 . 2.131 . 0 . 335041**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 30 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade orçamentária: 30002 - FUNDO MUNICIPAL PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente

Classificação Programática

Programa: 32 - PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Objetivo: ASSEGURAR O DESENVOLVIMENTO PLENO E A PROTEÇÃO INTEGRAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, POR MEIO DA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, PROGRAMAS E PROJETOS QUE COMBATAM VULNERABILIDADES E GARANTAM A EFETIVAÇÃO DE SEUS DIREITOS.

Problema:

Justificativa: A criação deste programa atende ao princípio da prioridade absoluta, assegurado na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O programa visa a fortalecer o sistema de proteção integral, combater a violência e as vulnerabilidades que afetam a população infantojuvenil, e garantir o fomento a projetos que promovam o desenvolvimento pleno de crianças e adolescentes. Ele utiliza o Fundo da Infância e Adolescência (FIA) como ferramenta estratégica para complementar o orçamento público e assegurar a execução de políticas públicas efetivas e que respondam às demandas da sociedade.

Público alvo: Crianças e adolescentes

Natureza da despesa: 3.3.50.41.00 - Contribuições

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000002 - Recursos para o Fundo da Infância e da Adolescência	0,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	120.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**		**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **398 - 30 . 30002 . 8 . 243 . 32 . 2.142 . 0 . 335041**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 30 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade orçamentária: 30002 - FUNDO MUNICIPAL PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Classificação Funcional

Relação de Despesas PPA

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente

Classificação Programática

Programa: 32 - PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Objetivo: ASSEGURAR O DESENVOLVIMENTO PLENO E A PROTEÇÃO INTEGRAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, POR MEIO DA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, PROGRAMAS E PROJETOS QUE COMBATAM VULNERABILIDADES E GARANTAM A EFETIVAÇÃO DE SEUS DIREITOS.

Problema:

Justificativa: A criação deste programa atende ao princípio da prioridade absoluta, assegurado na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O programa visa a fortalecer o sistema de proteção integral, combater a violência e as vulnerabilidades que afetam a população infantojuvenil, e garantir o fomento a projetos que promovam o desenvolvimento pleno de crianças e adolescentes. Ele utiliza o Fundo da Infância e Adolescência (FIA) como ferramenta estratégica para complementar o orçamento público e assegurar a execução de políticas públicas efetivas e que respondam às demandas da sociedade.

Público alvo: Crianças e adolescentes

Natureza da despesa: 3.3.50.41.00 - Contribuições

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000002 - Recursos para o Fundo da Infância e da Adolescência	0,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	60.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: 400 - 11 . 11101 . 8 . 243 . 38 . 2.130 . 0 . 339018

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade orçamentária: 11101 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente

Classificação Programática

Programa: 38 - PROGRAMA JOVEM DO FUTURO

Objetivo: ROMOVER O DESENVOLVIMENTO PESSOAL E PROFISSIONAL, A QUALIFICAÇÃO E A INCLUSÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES E JOVENS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E RISCO, CONTRIBUINDO PARA O ROMPIMENTO DO CICLO DE POBREZA E VIOLÊNCIA.

Problema:

Justificativa: O investimento em políticas públicas para a juventude é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e com menos desigualdades. O programa visa oferecer um conjunto de ações que preparem esses jovens para a vida adulta, qualificando-os para o mercado de trabalho e fortalecendo seus laços sociais e comunitários.

Público alvo: Adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade e risco social.

Natureza da despesa: 3.3.90.18.00 - Auxílio Financeiro a Estudantes

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Relação de Despesas PPA

15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	3.500.000,00	3.675.000,00	3.858.000,00	4.051.000,00	15.084.000,00

Ação	Tipo	Produto						
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **401 - 11 . 11101 . 8 . 122 . 28 . 2.116 . 0 . 339033**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade orçamentária: 11101 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 28 - GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FNAS)
Objetivo: GARANTIR O APOIO FINANCEIRO E A VIABILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROGRAMAS E AÇÕES DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, COM FOCO NA EFICIÊNCIA DA EXECUÇÃO DOS RECURSOS E NA MANUTENÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS).
Problema:
Justificativa: A política de assistência social é de caráter permanente e exige apoio financeiro, orçamentário e de gestão que assegurem sua manutenção e expansão. A gestão adequada e transparente do Fundo Municipal de Assistência Social é o alicerce para que as ações e programas cheguem de forma efetiva à população que mais precisa.
Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	0,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	60.000,00

Ação	Tipo	Produto						
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **402 - 29 . 29001 . 4 . 122 . 7 . 2.95 . 0 . 339014**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 29 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO
Unidade orçamentária: 29001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS,

Relação de Despesas PPA

TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	10.000,00	12.000,00	14.000,00	16.000,00	52.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **403 - 29 . 29001 . 4 . 122 . 7 . 2.95 . 0 . 339030**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 29 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

Unidade orçamentária: 29001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	20.000,00	25.000,00	30.000,00	35.000,00	110.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **404 - 29 . 29001 . 4 . 122 . 7 . 2.95 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Relação de Despesas PPA

Unidade gestora: 29 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO
Unidade orçamentária: 29001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	250.000,00	300.000,00	350.000,00	400.000,00	1.300.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: 405 - 29 . 29001 . 4 . 122 . 7 . 2.95 . 0 . 449052

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 29 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO
Unidade orçamentária: 29001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

Valores Previstos R$

Relação de Despesas PPA

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	50.000,00	55.000,00	60.000,00	65.000,00	230.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **406 - 11 . 11101 . 8 . 245 . 29 . 2.117 . 0 . 339014**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade orçamentária: 11101 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 245 - Serviços Socioassistenciais

Classificação Programática

Programa: 29 - GESTÃO E FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)
Objetivo: FORTALECER E CONSOLIDAR O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) COMO POLÍTICA DE ESTADO, GARANTINDO A EFETIVIDADE, A QUALIDADE E A SUSTENTABILIDADE DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS NO MUNICÍPIO.
Problema:
Justificativa: O SUAS é a base da política de assistência social no Brasil. Fortalecer sua gestão é essencial para garantir o acesso da população em situação de vulnerabilidade aos serviços e benefícios de forma contínua, eficiente e qualificada. Este programa é o alicerce para a execução de todas as ações finalísticas da assistência social.
Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	0,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **407 - 11 . 11101 . 8 . 245 . 29 . 2.117 . 0 . 339030**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade orçamentária: 11101 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 245 - Serviços Socioassistenciais

Classificação Programática

Programa: 29 - GESTÃO E FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)

Relação de Despesas PPA

Objetivo: FORTALECER E CONSOLIDAR O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) COMO POLÍTICA DE ESTADO, GARANTINDO A EFETIVIDADE, A QUALIDADE E A SUSTENTABILIDADE DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS NO MUNICÍPIO.

Problema:

Justificativa: O SUAS é a base da política de assistência social no Brasil. Fortalecer sua gestão é essencial para garantir o acesso da população em situação de vulnerabilidade aos serviços e benefícios de forma contínua, eficiente e qualificada. Este programa é o alicerce para a execução de todas as ações finalísticas da assistência social.

Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	0,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00

Ação	Tipo	Produto						
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **409 - 10 . 10101 . 10 . 122 . 16 . 1.12 . 0 . 449051**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 16 - GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Objetivo: GARANTIR A COORDENAÇÃO, PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS E SERVIÇOS DE SAÚDE, VISANDO AO FUNCIONAMENTO EFICIENTE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) NO MUNICÍPIO E À MELHORIA CONTÍNUA DA QUALIDADE DO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO.

Problema:

Justificativa: A gestão eficaz do Sistema Único de Saúde é fundamental para a concretização do direito à saúde. Um programa de gestão dedicado garante que os recursos públicos sejam utilizados de forma estratégica, que as políticas de saúde sejam implementadas com coerência e que os serviços sejam prestados de maneira organizada e integrada. Sem uma gestão robusta, os demais programas e ações de saúde perdem sua efetividade, comprometendo o atendimento à população. Portanto, este programa é o alicerce para a construção de um sistema de saúde mais eficiente, equitativo e com capacidade de resposta às necessidades da sociedade.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 59 - Percentual de Execução Orçamentária Anual da Secretaria Municipal de Saúde

Natureza da despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
16010000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Estruturação	0,00	2.000.000,00	2.170.000,00	2.339.000,00	2.506.000,00	9.015.000,00
17540000 - Recursos de Operações de Crédito	0,00	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00

Ação	Tipo	Produto	
			Total

Relação de Despesas PPA

Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029

Despesa PPA: **411 - 10 . 10101 . 10 . 122 . 16 . 2.50 . 0 . 339014**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 16 - GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
Objetivo: GARANTIR A COORDENAÇÃO, PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS E SERVIÇOS DE SAÚDE, VISANDO AO FUNCIONAMENTO EFICIENTE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) NO MUNICÍPIO E À MELHORIA CONTÍNUA DA QUALIDADE DO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO.
Problema:
Justificativa: A gestão eficaz do Sistema Único de Saúde é fundamental para a concretização do direito à saúde. Um programa de gestão dedicado garante que os recursos públicos sejam utilizados de forma estratégica, que as políticas de saúde sejam implementadas com coerência e que os serviços sejam prestados de maneira organizada e integrada. Sem uma gestão robusta, os demais programas e ações de saúde perdem sua efetividade, comprometendo o atendimento à população. Portanto, este programa é o alicerce para a construção de um sistema de saúde mais eficiente, equitativo e com capacidade de resposta às necessidades da sociedade.
Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 59 - Percentual de Execução Orçamentária Anual da Secretaria Municipal de Saúde

Natureza da despesa: 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00

Ação	Tipo	Produto						
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total
---	---	---	---	---	---	---	---

Despesa PPA: **412 - 10 . 10101 . 10 . 122 . 16 . 2.50 . 0 . 339036**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Relação de Despesas PPA

Programa: 16 - GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Objetivo: GARANTIR A COORDENAÇÃO, PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS E SERVIÇOS DE SAÚDE, VISANDO AO FUNCIONAMENTO EFICIENTE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) NO MUNICÍPIO E À MELHORIA CONTÍNUA DA QUALIDADE DO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO.

Problema:

Justificativa: A gestão eficaz do Sistema Único de Saúde é fundamental para a concretização do direito à saúde. Um programa de gestão dedicado garante que os recursos públicos sejam utilizados de forma estratégica, que as políticas de saúde sejam implementadas com coerência e que os serviços sejam prestados de maneira organizada e integrada. Sem uma gestão robusta, os demais programas e ações de saúde perdem sua efetividade, comprometendo o atendimento à população. Portanto, este programa é o alicerce para a construção de um sistema de saúde mais eficiente, equitativo e com capacidade de resposta às necessidades da sociedade.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 59 - Percentual de Execução Orçamentária Anual da Secretaria Municipal de Saúde

Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	216.000,00	226.000,00	238.000,00	250.000,00	930.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: 413 - 10 . 10101 . 10 . 122 . 16 . 2.50 . 0 . 339039

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 16 - GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Objetivo: GARANTIR A COORDENAÇÃO, PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS E SERVIÇOS DE SAÚDE, VISANDO AO FUNCIONAMENTO EFICIENTE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) NO MUNICÍPIO E À MELHORIA CONTÍNUA DA QUALIDADE DO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO.

Problema:

Justificativa: A gestão eficaz do Sistema Único de Saúde é fundamental para a concretização do direito à saúde. Um programa de gestão dedicado garante que os recursos públicos sejam utilizados de forma estratégica, que as políticas de saúde sejam implementadas com coerência e que os serviços sejam prestados de maneira organizada e integrada. Sem uma gestão robusta, os demais programas e ações de saúde perdem sua efetividade, comprometendo o atendimento à população. Portanto, este programa é o alicerce para a construção de um sistema de saúde mais eficiente, equitativo e com capacidade de resposta às necessidades da sociedade.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 59 - Percentual de Execução Orçamentária Anual da Secretaria Municipal de Saúde

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Relação de Despesas PPA

15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	7.370.000,00	7.738.000,00	8.125.000,00	8.531.000,00	31.764.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **414 - 10 . 10101 . 10 . 305 . 20 . 2.67 . 0 . 319011**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde
Subfunção: 305 - Vigilância Epidemiológica

Classificação Programática

Programa: 20 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE
Objetivo: PROMOVER A SAÚDE DA POPULAÇÃO POR MEIO DO MONITORAMENTO E CONTROLE DE RISCOS E AGRAVOS À SAÚDE, ATUANDO NAS ÁREAS DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, SANITÁRIA, AMBIENTAL E DO TRABALHADOR, PREVENINDO DOENÇAS E PROMOVENDO A QUALIDADE DE VIDA.
Problema:
Justificativa: A Vigilância em Saúde é uma das funções mais essenciais do SUS, atuando de forma proativa para proteger a população antes que as doenças se manifestem ou se espalhem. Este programa se justifica pela necessidade de estruturar uma política de vigilância robusta e integrada, capaz de monitorar, identificar e intervir sobre os fatores determinantes e condicionantes da saúde. Investir em vigilância é investir em prevenção, o que gera benefícios significativos em termos de saúde pública, economia e bem-estar coletivo, garantindo um ambiente mais seguro para todos os cidadãos.
Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 63 - Percentual de Cobertura Vacinal contra Doenças

Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	5.315.000,00	5.580.000,00	5.860.000,00	6.150.000,00	22.905.000,00
16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das A	0,00	7.205.000,00	7.500.000,00	7.700.000,00	7.900.000,00	30.305.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **415 - 10 . 10101 . 10 . 305 . 20 . 2.67 . 0 . 319013**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde
Subfunção: 305 - Vigilância Epidemiológica

Relação de Despesas PPA

Classificação Programática

Programa: 20 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Objetivo: PROMOVER A SAÚDE DA POPULAÇÃO POR MEIO DO MONITORAMENTO E CONTROLE DE RISCOS E AGRAVOS À SAÚDE, ATUANDO NAS ÁREAS DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, SANITÁRIA, AMBIENTAL E DO TRABALHADOR, PREVENINDO DOENÇAS E PROMOVENDO A QUALIDADE DE VIDA.

Problema:

Justificativa: A Vigilância em Saúde é uma das funções mais essenciais do SUS, atuando de forma proativa para proteger a população antes que as doenças se manifestem ou se espalhem. Este programa se justifica pela necessidade de estruturar uma política de vigilância robusta e integrada, capaz de monitorar, identificar e intervir sobre os fatores determinantes e condicionantes da saúde. Investir em vigilância é investir em prevenção, o que gera benefícios significativos em termos de saúde pública, economia e bem-estar coletivo, garantindo um ambiente mais seguro para todos os cidadãos.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 63 - Percentual de Cobertura Vacinal contra Doenças

Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	36.000,00	37.000,00	39.000,00	41.000,00	153.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: 416 - 10 . 10101 . 10 . 305 . 20 . 2.67 . 0 . 319113

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 305 - Vigilância Epidemiológica

Classificação Programática

Programa: 20 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Objetivo: PROMOVER A SAÚDE DA POPULAÇÃO POR MEIO DO MONITORAMENTO E CONTROLE DE RISCOS E AGRAVOS À SAÚDE, ATUANDO NAS ÁREAS DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, SANITÁRIA, AMBIENTAL E DO TRABALHADOR, PREVENINDO DOENÇAS E PROMOVENDO A QUALIDADE DE VIDA.

Problema:

Justificativa: A Vigilância em Saúde é uma das funções mais essenciais do SUS, atuando de forma proativa para proteger a população antes que as doenças se manifestem ou se espalhem. Este programa se justifica pela necessidade de estruturar uma política de vigilância robusta e integrada, capaz de monitorar, identificar e intervir sobre os fatores determinantes e condicionantes da saúde. Investir em vigilância é investir em prevenção, o que gera benefícios significativos em termos de saúde pública, economia e bem-estar coletivo, garantindo um ambiente mais seguro para todos os cidadãos.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 63 - Percentual de Cobertura Vacinal contra Doenças

Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	530.000,00	556.000,00	584.000,00	613.000,00	2.283.000,00

Relação de Despesas PPA

Ação / Meta física	Tipo / Unidade de medida	Produto / No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **417 - 10 . 10101 . 10 . 122 . 16 . 2.51 . 0 . 319011**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 16 - GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
Objetivo: GARANTIR A COORDENAÇÃO, PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS E SERVIÇOS DE SAÚDE, VISANDO AO FUNCIONAMENTO EFICIENTE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) NO MUNICÍPIO E À MELHORIA CONTÍNUA DA QUALIDADE DO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO.
Problema:
Justificativa: A gestão eficaz do Sistema Único de Saúde é fundamental para a concretização do direito à saúde. Um programa de gestão dedicado garante que os recursos públicos sejam utilizados de forma estratégica, que as políticas de saúde sejam implementadas com coerência e que os serviços sejam prestados de maneira organizada e integrada. Sem uma gestão robusta, os demais programas e ações de saúde perdem sua efetividade, comprometendo o atendimento à população. Portanto, este programa é o alicerce para a construção de um sistema de saúde mais eficiente, equitativo e com capacidade de resposta às necessidades da sociedade.
Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 59 - Percentual de Execução Orçamentária Anual da Secretaria Municipal de Saúde

Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
16050000 - Tranferencias Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloc	0,00	6.923.000,00	7.264.000,00	7.599.000,00	7.979.000,00	29.765.000,00

Ação / Meta física	Tipo / Unidade de medida	Produto / No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **418 - 10 . 10101 . 10 . 122 . 16 . 2.51 . 0 . 335043**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Relação de Despesas PPA

Programa: 16 - GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Objetivo: GARANTIR A COORDENAÇÃO, PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS E SERVIÇOS DE SAÚDE, VISANDO AO FUNCIONAMENTO EFICIENTE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) NO MUNICÍPIO E À MELHORIA CONTÍNUA DA QUALIDADE DO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO.

Problema:

Justificativa: A gestão eficaz do Sistema Único de Saúde é fundamental para a concretização do direito à saúde. Um programa de gestão dedicado garante que os recursos públicos sejam utilizados de forma estratégica, que as políticas de saúde sejam implementadas com coerência e que os serviços sejam prestados de maneira organizada e integrada. Sem uma gestão robusta, os demais programas e ações de saúde perdem sua efetividade, comprometendo o atendimento à população. Portanto, este programa é o alicerce para a construção de um sistema de saúde mais eficiente, equitativo e com capacidade de resposta às necessidades da sociedade.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 59 - Percentual de Execução Orçamentária Anual da Secretaria Municipal de Saúde

Natureza da despesa: 3.3.50.43.00 - Subvenções Sociais

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
16050000 - Tranferencias Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloc	0,00	11.432.000,00	11.998.000,00	12.571.000,00	13.200.000,00	49.201.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: 419 - 10 . 10101 . 10 . 302 . 18 . 2.65 . 0 . 319004

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Classificação Programática

Programa: 18 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR

Objetivo: GARANTIR O ACESSO UNIVERSAL, EQUITATIVO E OPORTUNO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, AMBULATORIAL E HOSPITALAR, VISANDO DIAGNOSTICAR, TRATAR E REABILITAR A POPULAÇÃO EM CONDIÇÕES DE SAÚDE QUE EXIGEM ATENDIMENTO ESPECIALIZADO, SEGUINDO OS PRINCÍPIOS DO SUS.

Problema:

Justificativa: A atenção em Média e Alta Complexidade é essencial para complementar a atenção primária, tratando casos que exigem recursos tecnológicos mais avançados e profissionais especializados. Sem este nível de atenção, a população fica desassistida diante de doenças crônicas, traumas e outras condições graves, comprometendo a resolutividade do sistema de saúde. Este programa se justifica pela necessidade de estruturar, qualificar e expandir a oferta desses serviços, garantindo que o cidadão, após ser atendido na atenção primária, tenha a continuidade do seu tratamento de forma ágil e eficaz, de acordo com as diretrizes do SUS.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 61 - Número de Consultas e Procedimentos de Média e Alta Complexidade Realizados

Natureza da despesa: 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Relação de Despesas PPA

15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	685.000,00	715.000,00	755.000,00	790.000,00	2.945.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **420 - 10 . 10101 . 10 . 302 . 18 . 2.65 . 0 . 319011**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Classificação Programática

Programa: 18 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR
Objetivo: GARANTIR O ACESSO UNIVERSAL, EQUITATIVO E OPORTUNO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, AMBULATORIAL E HOSPITALAR, VISANDO DIAGNOSTICAR, TRATAR E REABILITAR A POPULAÇÃO EM CONDIÇÕES DE SAÚDE QUE EXIGEM ATENDIMENTO ESPECIALIZADO, SEGUINDO OS PRINCÍPIOS DO SUS.
Problema:
Justificativa: A atenção em Média e Alta Complexidade é essencial para complementar a atenção primária, tratando casos que exigem recursos tecnológicos mais avançados e profissionais especializados. Sem este nível de atenção, a população fica desassistida diante de doenças crônicas, traumas e outras condições graves, comprometendo a resolutividade do sistema de saúde. Este programa se justifica pela necessidade de estruturar, qualificar e expandir a oferta desses serviços, garantindo que o cidadão, após ser atendido na atenção primária, tenha a continuidade do seu tratamento de forma ágil e eficaz, de acordo com as diretrizes do SUS.
Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 61 - Número de Consultas e Procedimentos de Média e Alta Complexidade Realizados

Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	3.150.000,00	3.307.000,00	3.472.000,00	3.646.000,00	13.575.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **421 - 10 . 10101 . 10 . 302 . 18 . 2.65 . 0 . 319013**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Relação de Despesas PPA

Classificação Programática

Programa: 18 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR

Objetivo: GARANTIR O ACESSO UNIVERSAL, EQUITATIVO E OPORTUNO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, AMBULATORIAL E HOSPITALAR, VISANDO DIAGNOSTICAR, TRATAR E REABILITAR A POPULAÇÃO EM CONDIÇÕES DE SAÚDE QUE EXIGEM ATENDIMENTO ESPECIALIZADO, SEGUINDO OS PRINCÍPIOS DO SUS.

Problema:

Justificativa: A atenção em Média e Alta Complexidade é essencial para complementar a atenção primária, tratando casos que exigem recursos tecnológicos mais avançados e profissionais especializados. Sem este nível de atenção, a população fica desassistida diante de doenças crônicas, traumas e outras condições graves, comprometendo a resolutividade do sistema de saúde. Este programa se justifica pela necessidade de estruturar, qualificar e expandir a oferta desses serviços, garantindo que o cidadão, após ser atendido na atenção primária, tenha a continuidade do seu tratamento de forma ágil e eficaz, de acordo com as diretrizes do SUS.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 61 - Número de Consultas e Procedimentos de Média e Alta Complexidade Realizados

Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	255.000,00	265.000,00	280.000,00	295.000,00	1.095.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **422 - 10 . 10101 . 10 . 302 . 18 . 2.65 . 0 . 319016**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Classificação Programática

Programa: 18 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR

Objetivo: GARANTIR O ACESSO UNIVERSAL, EQUITATIVO E OPORTUNO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, AMBULATORIAL E HOSPITALAR, VISANDO DIAGNOSTICAR, TRATAR E REABILITAR A POPULAÇÃO EM CONDIÇÕES DE SAÚDE QUE EXIGEM ATENDIMENTO ESPECIALIZADO, SEGUINDO OS PRINCÍPIOS DO SUS.

Problema:

Justificativa: A atenção em Média e Alta Complexidade é essencial para complementar a atenção primária, tratando casos que exigem recursos tecnológicos mais avançados e profissionais especializados. Sem este nível de atenção, a população fica desassistida diante de doenças crônicas, traumas e outras condições graves, comprometendo a resolutividade do sistema de saúde. Este programa se justifica pela necessidade de estruturar, qualificar e expandir a oferta desses serviços, garantindo que o cidadão, após ser atendido na atenção primária, tenha a continuidade do seu tratamento de forma ágil e eficaz, de acordo com as diretrizes do SUS.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 61 - Número de Consultas e Procedimentos de Média e Alta Complexidade Realizados

Natureza da despesa: 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil

	Valores Previstos R$

Relação de Despesas PPA

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	430.000,00	450.000,00	475.000,00	495.000,00	1.850.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **423 - 10 . 10101 . 10 . 302 . 18 . 2.65 . 0 . 319113**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Classificação Programática

Programa: 18 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR
Objetivo: GARANTIR O ACESSO UNIVERSAL, EQUITATIVO E OPORTUNO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, AMBULATORIAL E HOSPITALAR, VISANDO DIAGNOSTICAR, TRATAR E REABILITAR A POPULAÇÃO EM CONDIÇÕES DE SAÚDE QUE EXIGEM ATENDIMENTO ESPECIALIZADO, SEGUINDO OS PRINCÍPIOS DO SUS.

Problema:

Justificativa: A atenção em Média e Alta Complexidade é essencial para complementar a atenção primária, tratando casos que exigem recursos tecnológicos mais avançados e profissionais especializados. Sem este nível de atenção, a população fica desassistida diante de doenças crônicas, traumas e outras condições graves, comprometendo a resolutividade do sistema de saúde. Este programa se justifica pela necessidade de estruturar, qualificar e expandir a oferta desses serviços, garantindo que o cidadão, após ser atendido na atenção primária, tenha a continuidade do seu tratamento de forma ágil e eficaz, de acordo com as diretrizes do SUS.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 61 - Número de Consultas e Procedimentos de Média e Alta Complexidade Realizados

Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	585.000,00	615.000,00	645.000,00	675.000,00	2.520.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **425 - 10 . 10101 . 10 . 122 . 16 . 2.52 . 0 . 335041**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde
Subfunção: 122 - Administração Geral

Relação de Despesas PPA

Classificação Programática

Programa: 16 - GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Objetivo: GARANTIR A COORDENAÇÃO, PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS E SERVIÇOS DE SAÚDE, VISANDO AO FUNCIONAMENTO EFICIENTE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) NO MUNICÍPIO E À MELHORIA CONTÍNUA DA QUALIDADE DO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO.

Problema:

Justificativa: A gestão eficaz do Sistema Único de Saúde é fundamental para a concretização do direito à saúde. Um programa de gestão dedicado garante que os recursos públicos sejam utilizados de forma estratégica, que as políticas de saúde sejam implementadas com coerência e que os serviços sejam prestados de maneira organizada e integrada. Sem uma gestão robusta, os demais programas e ações de saúde perdem sua efetividade, comprometendo o atendimento à população. Portanto, este programa é o alicerce para a construção de um sistema de saúde mais eficiente, equitativo e com capacidade de resposta às necessidades da sociedade.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 59 - Percentual de Execução Orçamentária Anual da Secretaria Municipal de Saúde

Natureza da despesa: 3.3.50.41.00 - Contribuições

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00

Ação	Tipo	Produto						
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total	

Despesa PPA: 426 - 10 . 10101 . 10 . 122 . 16 . 2.52 . 0 . 335043

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 16 - GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Objetivo: GARANTIR A COORDENAÇÃO, PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS E SERVIÇOS DE SAÚDE, VISANDO AO FUNCIONAMENTO EFICIENTE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) NO MUNICÍPIO E À MELHORIA CONTÍNUA DA QUALIDADE DO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO.

Problema:

Justificativa: A gestão eficaz do Sistema Único de Saúde é fundamental para a concretização do direito à saúde. Um programa de gestão dedicado garante que os recursos públicos sejam utilizados de forma estratégica, que as políticas de saúde sejam implementadas com coerência e que os serviços sejam prestados de maneira organizada e integrada. Sem uma gestão robusta, os demais programas e ações de saúde perdem sua efetividade, comprometendo o atendimento à população. Portanto, este programa é o alicerce para a construção de um sistema de saúde mais eficiente, equitativo e com capacidade de resposta às necessidades da sociedade.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 59 - Percentual de Execução Orçamentária Anual da Secretaria Municipal de Saúde

Natureza da despesa: 3.3.50.43.00 - Subvenções Sociais

Valores Previstos R$

Relação de Despesas PPA

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **427 - 10 . 10101 . 10 . 302 . 18 . 2.60 . 0 . 319004**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Classificação Programática

Programa: 18 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR
Objetivo: GARANTIR O ACESSO UNIVERSAL, EQUITATIVO E OPORTUNO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, AMBULATORIAL E HOSPITALAR, VISANDO DIAGNOSTICAR, TRATAR E REABILITAR A POPULAÇÃO EM CONDIÇÕES DE SAÚDE QUE EXIGEM ATENDIMENTO ESPECIALIZADO, SEGUINDO OS PRINCÍPIOS DO SUS.

Problema:

Justificativa: A atenção em Média e Alta Complexidade é essencial para complementar a atenção primária, tratando casos que exigem recursos tecnológicos mais avançados e profissionais especializados. Sem este nível de atenção, a população fica desassistida diante de doenças crônicas, traumas e outras condições graves, comprometendo a resolutividade do sistema de saúde. Este programa se justifica pela necessidade de estruturar, qualificar e expandir a oferta desses serviços, garantindo que o cidadão, após ser atendido na atenção primária, tenha a continuidade do seu tratamento de forma ágil e eficaz, de acordo com as diretrizes do SUS.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 61 - Número de Consultas e Procedimentos de Média e Alta Complexidade Realizados

Natureza da despesa: 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	1.000.000,00	700.000,00	500.000,00	400.000,00	2.600.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **428 - 10 . 10101 . 10 . 302 . 18 . 2.60 . 0 . 319011**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Relação de Despesas PPA

Classificação Programática

Programa: 18 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR

Objetivo: GARANTIR O ACESSO UNIVERSAL, EQUITATIVO E OPORTUNO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, AMBULATORIAL E HOSPITALAR, VISANDO DIAGNOSTICAR, TRATAR E REABILITAR A POPULAÇÃO EM CONDIÇÕES DE SAÚDE QUE EXIGEM ATENDIMENTO ESPECIALIZADO, SEGUINDO OS PRINCÍPIOS DO SUS.

Problema:

Justificativa: A atenção em Média e Alta Complexidade é essencial para complementar a atenção primária, tratando casos que exigem recursos tecnológicos mais avançados e profissionais especializados. Sem este nível de atenção, a população fica desassistida diante de doenças crônicas, traumas e outras condições graves, comprometendo a resolutividade do sistema de saúde. Este programa se justifica pela necessidade de estruturar, qualificar e expandir a oferta desses serviços, garantindo que o cidadão, após ser atendido na atenção primária, tenha a continuidade do seu tratamento de forma ágil e eficaz, de acordo com as diretrizes do SUS.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 61 - Número de Consultas e Procedimentos de Média e Alta Complexidade Realizados

Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	95.000,00	98.000,00	100.000,00	102.000,00	395.000,00
16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das A	0,00	1.850.000,00	1.942.000,00	2.039.000,00	2.141.000,00	7.972.000,00

Ação	Tipo	Produto					
			2026	2027	2028	2029	Total
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA					

Despesa PPA: 429 - 10 . 10101 . 10 . 302 . 18 . 2.60 . 0 . 319013

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Classificação Programática

Programa: 18 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR

Objetivo: GARANTIR O ACESSO UNIVERSAL, EQUITATIVO E OPORTUNO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, AMBULATORIAL E HOSPITALAR, VISANDO DIAGNOSTICAR, TRATAR E REABILITAR A POPULAÇÃO EM CONDIÇÕES DE SAÚDE QUE EXIGEM ATENDIMENTO ESPECIALIZADO, SEGUINDO OS PRINCÍPIOS DO SUS.

Problema:

Justificativa: A atenção em Média e Alta Complexidade é essencial para complementar a atenção primária, tratando casos que exigem recursos tecnológicos mais avançados e profissionais especializados. Sem este nível de atenção, a população fica desassistida diante de doenças crônicas, traumas e outras condições graves, comprometendo a resolutividade do sistema de saúde. Este programa se justifica pela necessidade de estruturar, qualificar e expandir a oferta desses serviços, garantindo que o cidadão, após ser atendido na atenção primária, tenha a continuidade do seu tratamento de forma ágil e eficaz, de acordo com as diretrizes do SUS.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 61 - Número de Consultas e Procedimentos de Média e Alta Complexidade Realizados

Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais

Valores Previstos R$

Relação de Despesas PPA

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	62.000,00	65.000,00	68.000,00	71.000,00	266.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **431 - 10 . 10101 . 10 . 302 . 18 . 2.60 . 0 . 319113**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Classificação Programática

Programa: 18 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR
Objetivo: GARANTIR O ACESSO UNIVERSAL, EQUITATIVO E OPORTUNO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, AMBULATORIAL E HOSPITALAR, VISANDO DIAGNOSTICAR, TRATAR E REABILITAR A POPULAÇÃO EM CONDIÇÕES DE SAÚDE QUE EXIGEM ATENDIMENTO ESPECIALIZADO, SEGUINDO OS PRINCÍPIOS DO SUS.
Problema:
Justificativa: A atenção em Média e Alta Complexidade é essencial para complementar a atenção primária, tratando casos que exigem recursos tecnológicos mais avançados e profissionais especializados. Sem este nível de atenção, a população fica desassistida diante de doenças crônicas, traumas e outras condições graves, comprometendo a resolutividade do sistema de saúde. Este programa se justifica pela necessidade de estruturar, qualificar e expandir a oferta desses serviços, garantindo que o cidadão, após ser atendido na atenção primária, tenha a continuidade do seu tratamento de forma ágil e eficaz, de acordo com as diretrizes do SUS.
Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 61 - Número de Consultas e Procedimentos de Média e Alta Complexidade Realizados

Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	239.000,00	250.000,00	263.000,00	276.000,00	1.028.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **432 - 10 . 10101 . 10 . 302 . 18 . 2.60 . 0 . 339030**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Relação de Despesas PPA

Classificação Programática

Programa: 18 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR

Objetivo: GARANTIR O ACESSO UNIVERSAL, EQUITATIVO E OPORTUNO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, AMBULATORIAL E HOSPITALAR, VISANDO DIAGNOSTICAR, TRATAR E REABILITAR A POPULAÇÃO EM CONDIÇÕES DE SAÚDE QUE EXIGEM ATENDIMENTO ESPECIALIZADO, SEGUINDO OS PRINCÍPIOS DO SUS.

Problema:

Justificativa: A atenção em Média e Alta Complexidade é essencial para complementar a atenção primária, tratando casos que exigem recursos tecnológicos mais avançados e profissionais especializados. Sem este nível de atenção, a população fica desassistida diante de doenças crônicas, traumas e outras condições graves, comprometendo a resolutividade do sistema de saúde. Este programa se justifica pela necessidade de estruturar, qualificar e expandir a oferta desses serviços, garantindo que o cidadão, após ser atendido na atenção primária, tenha a continuidade do seu tratamento de forma ágil e eficaz, de acordo com as diretrizes do SUS.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 61 - Número de Consultas e Procedimentos de Média e Alta Complexidade Realizados

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das A	0,00	300.000,00	315.000,00	330.000,00	347.000,00	1.292.000,00
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	400.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: 433 - 10 . 10101 . 10 . 302 . 18 . 2.60 . 0 . 339039

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Classificação Programática

Programa: 18 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR

Objetivo: GARANTIR O ACESSO UNIVERSAL, EQUITATIVO E OPORTUNO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, AMBULATORIAL E HOSPITALAR, VISANDO DIAGNOSTICAR, TRATAR E REABILITAR A POPULAÇÃO EM CONDIÇÕES DE SAÚDE QUE EXIGEM ATENDIMENTO ESPECIALIZADO, SEGUINDO OS PRINCÍPIOS DO SUS.

Problema:

Justificativa: A atenção em Média e Alta Complexidade é essencial para complementar a atenção primária, tratando casos que exigem recursos tecnológicos mais avançados e profissionais especializados. Sem este nível de atenção, a população fica desassistida diante de doenças crônicas, traumas e outras condições graves, comprometendo a resolutividade do sistema de saúde. Este programa se justifica pela necessidade de estruturar, qualificar e expandir a oferta desses serviços, garantindo que o cidadão, após ser atendido na atenção primária, tenha a continuidade do seu tratamento de forma ágil e eficaz, de acordo com as diretrizes do SUS.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 61 - Número de Consultas e Procedimentos de Média e Alta Complexidade Realizados

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Valores Previstos R$

Relação de Despesas PPA

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das A	0,00	250.000,00	275.000,00	251.000,00	278.000,00	1.054.000,00
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	7.500.000,00	7.875.000,00	8.268.000,00	8.682.000,00	32.325.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **434 - 10 . 10101 . 10 . 302 . 18 . 2.61 . 0 . 319004**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Classificação Programática

Programa: 18 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR
Objetivo: GARANTIR O ACESSO UNIVERSAL, EQUITATIVO E OPORTUNO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, AMBULATORIAL E HOSPITALAR, VISANDO DIAGNOSTICAR, TRATAR E REABILITAR A POPULAÇÃO EM CONDIÇÕES DE SAÚDE QUE EXIGEM ATENDIMENTO ESPECIALIZADO, SEGUINDO OS PRINCÍPIOS DO SUS.
Problema:
Justificativa: A atenção em Média e Alta Complexidade é essencial para complementar a atenção primária, tratando casos que exigem recursos tecnológicos mais avançados e profissionais especializados. Sem este nível de atenção, a população fica desassistida diante de doenças crônicas, traumas e outras condições graves, comprometendo a resolutividade do sistema de saúde. Este programa se justifica pela necessidade de estruturar, qualificar e expandir a oferta desses serviços, garantindo que o cidadão, após ser atendido na atenção primária, tenha a continuidade do seu tratamento de forma ágil e eficaz, de acordo com as diretrizes do SUS.
Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 61 - Número de Consultas e Procedimentos de Média e Alta Complexidade Realizados

Natureza da despesa: 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	30.000,00	35.000,00	40.000,00	45.000,00	150.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **435 - 10 . 10101 . 10 . 302 . 18 . 2.61 . 0 . 319011**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde

Relação de Despesas PPA

Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Classificação Programática

Programa: 18 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR

Objetivo: GARANTIR O ACESSO UNIVERSAL, EQUITATIVO E OPORTUNO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, AMBULATORIAL E HOSPITALAR, VISANDO DIAGNOSTICAR, TRATAR E REABILITAR A POPULAÇÃO EM CONDIÇÕES DE SAÚDE QUE EXIGEM ATENDIMENTO ESPECIALIZADO, SEGUINDO OS PRINCÍPIOS DO SUS.

Problema:

Justificativa: A atenção em Média e Alta Complexidade é essencial para complementar a atenção primária, tratando casos que exigem recursos tecnológicos mais avançados e profissionais especializados. Sem este nível de atenção, a população fica desassistida diante de doenças crônicas, traumas e outras condições graves, comprometendo a resolutividade do sistema de saúde. Este programa se justifica pela necessidade de estruturar, qualificar e expandir a oferta desses serviços, garantindo que o cidadão, após ser atendido na atenção primária, tenha a continuidade do seu tratamento de forma ágil e eficaz, de acordo com as diretrizes do SUS.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 61 - Número de Consultas e Procedimentos de Média e Alta Complexidade Realizados

Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	2.056.000,00	2.158.000,00	2.266.000,00	2.380.000,00	8.860.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: 436 - 10 . 10101 . 10 . 302 . 18 . 2.61 . 0 . 319013

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Classificação Programática

Programa: 18 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR

Objetivo: GARANTIR O ACESSO UNIVERSAL, EQUITATIVO E OPORTUNO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, AMBULATORIAL E HOSPITALAR, VISANDO DIAGNOSTICAR, TRATAR E REABILITAR A POPULAÇÃO EM CONDIÇÕES DE SAÚDE QUE EXIGEM ATENDIMENTO ESPECIALIZADO, SEGUINDO OS PRINCÍPIOS DO SUS.

Problema:

Justificativa: A atenção em Média e Alta Complexidade é essencial para complementar a atenção primária, tratando casos que exigem recursos tecnológicos mais avançados e profissionais especializados. Sem este nível de atenção, a população fica desassistida diante de doenças crônicas, traumas e outras condições graves, comprometendo a resolutividade do sistema de saúde. Este programa se justifica pela necessidade de estruturar, qualificar e expandir a oferta desses serviços, garantindo que o cidadão, após ser atendido na atenção primária, tenha a continuidade do seu tratamento de forma ágil e eficaz, de acordo com as diretrizes do SUS.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 61 - Número de Consultas e Procedimentos de Média e Alta Complexidade Realizados

Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais

Relação de Despesas PPA

Fonte de recurso	Valor global	Valores Previstos R$ 2026	2027	2028	2029	Total
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	110.000,00	115.000,00	121.000,00	127.000,00	473.000,00

Ação	Tipo	Produto		2026	2027	2028	2029	Total
Meta física	Unidade de medida		No período do PPA					

Despesa PPA: **437 - 10 . 10101 . 10 . 302 . 18 . 2.61 . 0 . 319016**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Classificação Programática

Programa: 18 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR
Objetivo: GARANTIR O ACESSO UNIVERSAL, EQUITATIVO E OPORTUNO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, AMBULATORIAL E HOSPITALAR, VISANDO DIAGNOSTICAR, TRATAR E REABILITAR A POPULAÇÃO EM CONDIÇÕES DE SAÚDE QUE EXIGEM ATENDIMENTO ESPECIALIZADO, SEGUINDO OS PRINCÍPIOS DO SUS.
Problema:
Justificativa: A atenção em Média e Alta Complexidade é essencial para complementar a atenção primária, tratando casos que exigem recursos tecnológicos mais avançados e profissionais especializados. Sem este nível de atenção, a população fica desassistida diante de doenças crônicas, traumas e outras condições graves, comprometendo a resolutividade do sistema de saúde. Este programa se justifica pela necessidade de estruturar, qualificar e expandir a oferta desses serviços, garantindo que o cidadão, após ser atendido na atenção primária, tenha a continuidade do seu tratamento de forma ágil e eficaz, de acordo com as diretrizes do SUS.
Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 61 - Número de Consultas e Procedimentos de Média e Alta Complexidade Realizados

Natureza da despesa: 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil

Fonte de recurso	Valor global	Valores Previstos R$ 2026	2027	2028	2029	Total
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	210.000,00	220.000,00	232.000,00	243.000,00	905.000,00

Ação	Tipo	Produto		2026	2027	2028	2029	Total
Meta física	Unidade de medida		No período do PPA					

Despesa PPA: **438 - 10 . 10101 . 10 . 302 . 18 . 2.61 . 0 . 319113**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde

Relação de Despesas PPA

Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Classificação Programática

Programa: 18 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR

Objetivo: GARANTIR O ACESSO UNIVERSAL, EQUITATIVO E OPORTUNO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, AMBULATORIAL E HOSPITALAR, VISANDO DIAGNOSTICAR, TRATAR E REABILITAR A POPULAÇÃO EM CONDIÇÕES DE SAÚDE QUE EXIGEM ATENDIMENTO ESPECIALIZADO, SEGUINDO OS PRINCÍPIOS DO SUS.

Problema:

Justificativa: A atenção em Média e Alta Complexidade é essencial para complementar a atenção primária, tratando casos que exigem recursos tecnológicos mais avançados e profissionais especializados. Sem este nível de atenção, a população fica desassistida diante de doenças crônicas, traumas e outras condições graves, comprometendo a resolutividade do sistema de saúde. Este programa se justifica pela necessidade de estruturar, qualificar e expandir a oferta desses serviços, garantindo que o cidadão, após ser atendido na atenção primária, tenha a continuidade do seu tratamento de forma ágil e eficaz, de acordo com as diretrizes do SUS.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 61 - Número de Consultas e Procedimentos de Média e Alta Complexidade Realizados

Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	460.000,00	485.000,00	505.000,00	530.000,00	1.980.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: 439 - 10 . 10101 . 10 . 302 . 18 . 2.61 . 0 . 339030

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Classificação Programática

Programa: 18 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR

Objetivo: GARANTIR O ACESSO UNIVERSAL, EQUITATIVO E OPORTUNO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, AMBULATORIAL E HOSPITALAR, VISANDO DIAGNOSTICAR, TRATAR E REABILITAR A POPULAÇÃO EM CONDIÇÕES DE SAÚDE QUE EXIGEM ATENDIMENTO ESPECIALIZADO, SEGUINDO OS PRINCÍPIOS DO SUS.

Problema:

Justificativa: A atenção em Média e Alta Complexidade é essencial para complementar a atenção primária, tratando casos que exigem recursos tecnológicos mais avançados e profissionais especializados. Sem este nível de atenção, a população fica desassistida diante de doenças crônicas, traumas e outras condições graves, comprometendo a resolutividade do sistema de saúde. Este programa se justifica pela necessidade de estruturar, qualificar e expandir a oferta desses serviços, garantindo que o cidadão, após ser atendido na atenção primária, tenha a continuidade do seu tratamento de forma ágil e eficaz, de acordo com as diretrizes do SUS.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 61 - Número de Consultas e Procedimentos de Média e Alta Complexidade Realizados

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Relação de Despesas PPA

Fonte de recurso	Valor global	Valores Previstos R$ 2026	2027	2028	2029	Total
16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das A	0,00	5.000.000,00	5.250.000,00	5.512.000,00	5.788.000,00	21.550.000,00

Ação	Tipo	Produto	2026	2027	2028	2029	Total
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA					

Despesa PPA: **440 - 10 . 10101 . 10 . 302 . 18 . 2.61 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Classificação Programática

Programa: 18 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR
Objetivo: GARANTIR O ACESSO UNIVERSAL, EQUITATIVO E OPORTUNO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, AMBULATORIAL E HOSPITALAR, VISANDO DIAGNOSTICAR, TRATAR E REABILITAR A POPULAÇÃO EM CONDIÇÕES DE SAÚDE QUE EXIGEM ATENDIMENTO ESPECIALIZADO, SEGUINDO OS PRINCÍPIOS DO SUS.

Problema:

Justificativa: A atenção em Média e Alta Complexidade é essencial para complementar a atenção primária, tratando casos que exigem recursos tecnológicos mais avançados e profissionais especializados. Sem este nível de atenção, a população fica desassistida diante de doenças crônicas, traumas e outras condições graves, comprometendo a resolutividade do sistema de saúde. Este programa se justifica pela necessidade de estruturar, qualificar e expandir a oferta desses serviços, garantindo que o cidadão, após ser atendido na atenção primária, tenha a continuidade do seu tratamento de forma ágil e eficaz, de acordo com as diretrizes do SUS.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 61 - Número de Consultas e Procedimentos de Média e Alta Complexidade Realizados

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de recurso	Valor global	Valores Previstos R$ 2026	2027	2028	2029	Total
16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das A	0,00	100.000,00	105.000,00	110.000,00	115.000,00	430.000,00
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	11.000.000,00	11.550.000,00	12.127.000,00	12.733.000,00	47.410.000,00

Ação	Tipo	Produto	2026	2027	2028	2029	Total
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA					

Despesa PPA: **441 - 10 . 10101 . 10 . 302 . 18 . 2.62 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Relação de Despesas PPA

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Classificação Programática

Programa: 18 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR

Objetivo: GARANTIR O ACESSO UNIVERSAL, EQUITATIVO E OPORTUNO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, AMBULATORIAL E HOSPITALAR, VISANDO DIAGNOSTICAR, TRATAR E REABILITAR A POPULAÇÃO EM CONDIÇÕES DE SAÚDE QUE EXIGEM ATENDIMENTO ESPECIALIZADO, SEGUINDO OS PRINCÍPIOS DO SUS.

Problema:

Justificativa: A atenção em Média e Alta Complexidade é essencial para complementar a atenção primária, tratando casos que exigem recursos tecnológicos mais avançados e profissionais especializados. Sem este nível de atenção, a população fica desassistida diante de doenças crônicas, traumas e outras condições graves, comprometendo a resolutividade do sistema de saúde. Este programa se justifica pela necessidade de estruturar, qualificar e expandir a oferta desses serviços, garantindo que o cidadão, após ser atendido na atenção primária, tenha a continuidade do seu tratamento de forma ágil e eficaz, de acordo com as diretrizes do SUS.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 61 - Número de Consultas e Procedimentos de Média e Alta Complexidade Realizados

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	40.000.000,00
16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das A	0,00	96.000.000,00	96.000.000,00	96.000.000,00	96.000.000,00	384.000.000,00
16210000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	0,00	20.000.000,00	21.000.000,00	22.050.000,00	23.152.000,00	86.202.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: 442 - 10 . 10101 . 10 . 302 . 18 . 2.62 . 0 . 339091

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Classificação Programática

Programa: 18 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR

Objetivo: GARANTIR O ACESSO UNIVERSAL, EQUITATIVO E OPORTUNO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, AMBULATORIAL E HOSPITALAR, VISANDO DIAGNOSTICAR, TRATAR E REABILITAR A POPULAÇÃO EM CONDIÇÕES DE SAÚDE QUE EXIGEM ATENDIMENTO ESPECIALIZADO, SEGUINDO OS PRINCÍPIOS DO SUS.

Problema:

Justificativa: A atenção em Média e Alta Complexidade é essencial para complementar a atenção primária, tratando casos que exigem recursos tecnológicos mais avançados e profissionais especializados. Sem este nível de atenção, a população fica desassistida diante de doenças crônicas, traumas e outras condições graves, comprometendo a resolutividade do sistema de saúde. Este programa se justifica pela necessidade de estruturar, qualificar e expandir a oferta desses serviços, garantindo que o cidadão, após ser atendido na atenção primária, tenha a continuidade do seu tratamento de forma ágil e eficaz, de acordo com as diretrizes do SUS.

Relação de Despesas PPA

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 61 - Número de Consultas e Procedimentos de Média e Alta Complexidade Realizados

Natureza da despesa: 3.3.90.91.00 - Sentenças Judiciais

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	3.000.000,00	3.150.000,00	3.307.000,00	3.472.000,00	12.929.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**		**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **443 - 10 . 10101 . 10 . 304 . 20 . 2.68 . 0 . 319011**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 304 - Vigilância Sanitária

Classificação Programática

Programa: 20 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Objetivo: PROMOVER A SAÚDE DA POPULAÇÃO POR MEIO DO MONITORAMENTO E CONTROLE DE RISCOS E AGRAVOS À SAÚDE, ATUANDO NAS ÁREAS DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, SANITÁRIA, AMBIENTAL E DO TRABALHADOR, PREVENINDO DOENÇAS E PROMOVENDO A QUALIDADE DE VIDA.

Problema:

Justificativa: A Vigilância em Saúde é uma das funções mais essenciais do SUS, atuando de forma proativa para proteger a população antes que as doenças se manifestem ou se espalhem. Este programa se justifica pela necessidade de estruturar uma política de vigilância robusta e integrada, capaz de monitorar, identificar e intervir sobre os fatores determinantes e condicionantes da saúde. Investir em vigilância é investir em prevenção, o que gera benefícios significativos em termos de saúde pública, economia e bem-estar coletivo, garantindo um ambiente mais seguro para todos os cidadãos.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 63 - Percentual de Cobertura Vacinal contra Doenças

Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	1.260.000,00	1.280.000,00	1.300.000,00	1.340.000,00	5.180.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**		**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **444 - 10 . 10101 . 10 . 304 . 20 . 2.68 . 0 . 319013**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Relação de Despesas PPA

Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 304 - Vigilância Sanitária

Classificação Programática

Programa: 20 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Objetivo: PROMOVER A SAÚDE DA POPULAÇÃO POR MEIO DO MONITORAMENTO E CONTROLE DE RISCOS E AGRAVOS À SAÚDE, ATUANDO NAS ÁREAS DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, SANITÁRIA, AMBIENTAL E DO TRABALHADOR, PREVENINDO DOENÇAS E PROMOVENDO A QUALIDADE DE VIDA.

Problema:

Justificativa: A Vigilância em Saúde é uma das funções mais essenciais do SUS, atuando de forma proativa para proteger a população antes que as doenças se manifestem ou se espalhem. Este programa se justifica pela necessidade de estruturar uma política de vigilância robusta e integrada, capaz de monitorar, identificar e intervir sobre os fatores determinantes e condicionantes da saúde. Investir em vigilância é investir em prevenção, o que gera benefícios significativos em termos de saúde pública, economia e bem-estar coletivo, garantindo um ambiente mais seguro para todos os cidadãos.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 63 - Percentual de Cobertura Vacinal contra Doenças

Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	90.000,00	95.000,00	100.000,00	105.000,00	390.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: 445 - 10 . 10101 . 10 . 304 . 20 . 2.68 . 0 . 319016

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 304 - Vigilância Sanitária

Classificação Programática

Programa: 20 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Objetivo: PROMOVER A SAÚDE DA POPULAÇÃO POR MEIO DO MONITORAMENTO E CONTROLE DE RISCOS E AGRAVOS À SAÚDE, ATUANDO NAS ÁREAS DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, SANITÁRIA, AMBIENTAL E DO TRABALHADOR, PREVENINDO DOENÇAS E PROMOVENDO A QUALIDADE DE VIDA.

Problema:

Justificativa: A Vigilância em Saúde é uma das funções mais essenciais do SUS, atuando de forma proativa para proteger a população antes que as doenças se manifestem ou se espalhem. Este programa se justifica pela necessidade de estruturar uma política de vigilância robusta e integrada, capaz de monitorar, identificar e intervir sobre os fatores determinantes e condicionantes da saúde. Investir em vigilância é investir em prevenção, o que gera benefícios significativos em termos de saúde pública, economia e bem-estar coletivo, garantindo um ambiente mais seguro para todos os cidadãos.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 63 - Percentual de Cobertura Vacinal contra Doenças

Relação de Despesas PPA

Natureza da despesa: 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	125.000,00	135.000,00	140.000,00	145.000,00	545.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
				2026	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
Meta física	**Unidade de medida**		**No período do PPA**					

Despesa PPA: **446 - 10 . 10101 . 10 . 304 . 20 . 2.68 . 0 . 319113**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde
Subfunção: 304 - Vigilância Sanitária

Classificação Programática

Programa: 20 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE
Objetivo: PROMOVER A SAÚDE DA POPULAÇÃO POR MEIO DO MONITORAMENTO E CONTROLE DE RISCOS E AGRAVOS À SAÚDE, ATUANDO NAS ÁREAS DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, SANITÁRIA, AMBIENTAL E DO TRABALHADOR, PREVENINDO DOENÇAS E PROMOVENDO A QUALIDADE DE VIDA.

Problema:

Justificativa: A Vigilância em Saúde é uma das funções mais essenciais do SUS, atuando de forma proativa para proteger a população antes que as doenças se manifestem ou se espalhem. Este programa se justifica pela necessidade de estruturar uma política de vigilância robusta e integrada, capaz de monitorar, identificar e intervir sobre os fatores determinantes e condicionantes da saúde. Investir em vigilância é investir em prevenção, o que gera benefícios significativos em termos de saúde pública, economia e bem-estar coletivo, garantindo um ambiente mais seguro para todos os cidadãos.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 63 - Percentual de Cobertura Vacinal contra Doenças

Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	205.000,00	215.000,00	226.000,00	237.000,00	883.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
				2026	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
Meta física	**Unidade de medida**		**No período do PPA**					

Despesa PPA: **448 - 10 . 10101 . 10 . 304 . 20 . 2.68 . 0 . 339036**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Relação de Despesas PPA

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 304 - Vigilância Sanitária

Classificação Programática

Programa: 20 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Objetivo: PROMOVER A SAÚDE DA POPULAÇÃO POR MEIO DO MONITORAMENTO E CONTROLE DE RISCOS E AGRAVOS À SAÚDE, ATUANDO NAS ÁREAS DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, SANITÁRIA, AMBIENTAL E DO TRABALHADOR, PREVENINDO DOENÇAS E PROMOVENDO A QUALIDADE DE VIDA.

Problema:

Justificativa: A Vigilância em Saúde é uma das funções mais essenciais do SUS, atuando de forma proativa para proteger a população antes que as doenças se manifestem ou se espalhem. Este programa se justifica pela necessidade de estruturar uma política de vigilância robusta e integrada, capaz de monitorar, identificar e intervir sobre os fatores determinantes e condicionantes da saúde. Investir em vigilância é investir em prevenção, o que gera benefícios significativos em termos de saúde pública, economia e bem-estar coletivo, garantindo um ambiente mais seguro para todos os cidadãos.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 63 - Percentual de Cobertura Vacinal contra Doenças

Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das A	0,00	100.000,00	105.000,00	110.000,00	115.000,00	430.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **449 - 10 . 10101 . 10 . 304 . 20 . 2.68 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 304 - Vigilância Sanitária

Classificação Programática

Programa: 20 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Objetivo: PROMOVER A SAÚDE DA POPULAÇÃO POR MEIO DO MONITORAMENTO E CONTROLE DE RISCOS E AGRAVOS À SAÚDE, ATUANDO NAS ÁREAS DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, SANITÁRIA, AMBIENTAL E DO TRABALHADOR, PREVENINDO DOENÇAS E PROMOVENDO A QUALIDADE DE VIDA.

Problema:

Justificativa: A Vigilância em Saúde é uma das funções mais essenciais do SUS, atuando de forma proativa para proteger a população antes que as doenças se manifestem ou se espalhem. Este programa se justifica pela necessidade de estruturar uma política de vigilância robusta e integrada, capaz de monitorar, identificar e intervir sobre os fatores determinantes e condicionantes da saúde. Investir em vigilância é investir em prevenção, o que gera benefícios significativos em termos de saúde pública, economia e bem-estar coletivo, garantindo um ambiente mais seguro para todos os cidadãos.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 63 - Percentual de Cobertura Vacinal contra Doenças

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Valores Previstos R$

Relação de Despesas PPA

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das A	0,00	1.000.000,00	1.030.000,00	1.060.000,00	1.090.000,00	4.180.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **450 - 10 . 10101 . 10 . 302 . 18 . 2.63 . 0 . 319004**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Classificação Programática

Programa: 18 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR
Objetivo: GARANTIR O ACESSO UNIVERSAL, EQUITATIVO E OPORTUNO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, AMBULATORIAL E HOSPITALAR, VISANDO DIAGNOSTICAR, TRATAR E REABILITAR A POPULAÇÃO EM CONDIÇÕES DE SAÚDE QUE EXIGEM ATENDIMENTO ESPECIALIZADO, SEGUINDO OS PRINCÍPIOS DO SUS.

Problema:

Justificativa: A atenção em Média e Alta Complexidade é essencial para complementar a atenção primária, tratando casos que exigem recursos tecnológicos mais avançados e profissionais especializados. Sem este nível de atenção, a população fica desassistida diante de doenças crônicas, traumas e outras condições graves, comprometendo a resolutividade do sistema de saúde. Este programa se justifica pela necessidade de estruturar, qualificar e expandir a oferta desses serviços, garantindo que o cidadão, após ser atendido na atenção primária, tenha a continuidade do seu tratamento de forma ágil e eficaz, de acordo com as diretrizes do SUS.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 61 - Número de Consultas e Procedimentos de Média e Alta Complexidade Realizados

Natureza da despesa: 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	8.000.000,00	7.200.000,00	6.500.000,00	6.000.000,00	27.700.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **451 - 10 . 10101 . 10 . 302 . 18 . 2.63 . 0 . 319011**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Relação de Despesas PPA

Classificação Programática

Programa: 18 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR

Objetivo: GARANTIR O ACESSO UNIVERSAL, EQUITATIVO E OPORTUNO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, AMBULATORIAL E HOSPITALAR, VISANDO DIAGNOSTICAR, TRATAR E REABILITAR A POPULAÇÃO EM CONDIÇÕES DE SAÚDE QUE EXIGEM ATENDIMENTO ESPECIALIZADO, SEGUINDO OS PRINCÍPIOS DO SUS.

Problema:

Justificativa: A atenção em Média e Alta Complexidade é essencial para complementar a atenção primária, tratando casos que exigem recursos tecnológicos mais avançados e profissionais especializados. Sem este nível de atenção, a população fica desassistida diante de doenças crônicas, traumas e outras condições graves, comprometendo a resolutividade do sistema de saúde. Este programa se justifica pela necessidade de estruturar, qualificar e expandir a oferta desses serviços, garantindo que o cidadão, após ser atendido na atenção primária, tenha a continuidade do seu tratamento de forma ágil e eficaz, de acordo com as diretrizes do SUS.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 61 - Número de Consultas e Procedimentos de Média e Alta Complexidade Realizados

Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	22.240.000,00	23.350.000,00	24.520.000,00	25.740.000,00	95.850.000,00

Ação	Tipo	Produto						
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total	

Despesa PPA: 452 - 10 . 10101 . 10 . 302 . 18 . 2.63 . 0 . 319013

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Classificação Programática

Programa: 18 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR

Objetivo: GARANTIR O ACESSO UNIVERSAL, EQUITATIVO E OPORTUNO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, AMBULATORIAL E HOSPITALAR, VISANDO DIAGNOSTICAR, TRATAR E REABILITAR A POPULAÇÃO EM CONDIÇÕES DE SAÚDE QUE EXIGEM ATENDIMENTO ESPECIALIZADO, SEGUINDO OS PRINCÍPIOS DO SUS.

Problema:

Justificativa: A atenção em Média e Alta Complexidade é essencial para complementar a atenção primária, tratando casos que exigem recursos tecnológicos mais avançados e profissionais especializados. Sem este nível de atenção, a população fica desassistida diante de doenças crônicas, traumas e outras condições graves, comprometendo a resolutividade do sistema de saúde. Este programa se justifica pela necessidade de estruturar, qualificar e expandir a oferta desses serviços, garantindo que o cidadão, após ser atendido na atenção primária, tenha a continuidade do seu tratamento de forma ágil e eficaz, de acordo com as diretrizes do SUS.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 61 - Número de Consultas e Procedimentos de Média e Alta Complexidade Realizados

Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais

Valores Previstos R$

Relação de Despesas PPA

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	1.560.000,00	1.640.000,00	1.720.000,00	1.800.000,00	6.720.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **453 - 10 . 10101 . 10 . 302 . 18 . 2.63 . 0 . 319016**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Classificação Programática

Programa: 18 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR
Objetivo: GARANTIR O ACESSO UNIVERSAL, EQUITATIVO E OPORTUNO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, AMBULATORIAL E HOSPITALAR, VISANDO DIAGNOSTICAR, TRATAR E REABILITAR A POPULAÇÃO EM CONDIÇÕES DE SAÚDE QUE EXIGEM ATENDIMENTO ESPECIALIZADO, SEGUINDO OS PRINCÍPIOS DO SUS.

Problema:

Justificativa: A atenção em Média e Alta Complexidade é essencial para complementar a atenção primária, tratando casos que exigem recursos tecnológicos mais avançados e profissionais especializados. Sem este nível de atenção, a população fica desassistida diante de doenças crônicas, traumas e outras condições graves, comprometendo a resolutividade do sistema de saúde. Este programa se justifica pela necessidade de estruturar, qualificar e expandir a oferta desses serviços, garantindo que o cidadão, após ser atendido na atenção primária, tenha a continuidade do seu tratamento de forma ágil e eficaz, de acordo com as diretrizes do SUS.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 61 - Número de Consultas e Procedimentos de Média e Alta Complexidade Realizados

Natureza da despesa: 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	1.550.000,00	1.625.000,00	1.710.000,00	1.795.000,00	6.680.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **454 - 10 . 10101 . 10 . 302 . 18 . 2.63 . 0 . 319113**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Relação de Despesas PPA

Classificação Programática

Programa: 18 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR

Objetivo: GARANTIR O ACESSO UNIVERSAL, EQUITATIVO E OPORTUNO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, AMBULATORIAL E HOSPITALAR, VISANDO DIAGNOSTICAR, TRATAR E REABILITAR A POPULAÇÃO EM CONDIÇÕES DE SAÚDE QUE EXIGEM ATENDIMENTO ESPECIALIZADO, SEGUINDO OS PRINCÍPIOS DO SUS.

Problema:

Justificativa: A atenção em Média e Alta Complexidade é essencial para complementar a atenção primária, tratando casos que exigem recursos tecnológicos mais avançados e profissionais especializados. Sem este nível de atenção, a população fica desassistida diante de doenças crônicas, traumas e outras condições graves, comprometendo a resolutividade do sistema de saúde. Este programa se justifica pela necessidade de estruturar, qualificar e expandir a oferta desses serviços, garantindo que o cidadão, após ser atendido na atenção primária, tenha a continuidade do seu tratamento de forma ágil e eficaz, de acordo com as diretrizes do SUS.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 61 - Número de Consultas e Procedimentos de Média e Alta Complexidade Realizados

Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	3.570.000,00	3.740.000,00	3.930.000,00	4.130.000,00	15.370.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: 456 - 10 . 10101 . 10 . 302 . 18 . 2.63 . 0 . 339039

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Classificação Programática

Programa: 18 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR

Objetivo: GARANTIR O ACESSO UNIVERSAL, EQUITATIVO E OPORTUNO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, AMBULATORIAL E HOSPITALAR, VISANDO DIAGNOSTICAR, TRATAR E REABILITAR A POPULAÇÃO EM CONDIÇÕES DE SAÚDE QUE EXIGEM ATENDIMENTO ESPECIALIZADO, SEGUINDO OS PRINCÍPIOS DO SUS.

Problema:

Justificativa: A atenção em Média e Alta Complexidade é essencial para complementar a atenção primária, tratando casos que exigem recursos tecnológicos mais avançados e profissionais especializados. Sem este nível de atenção, a população fica desassistida diante de doenças crônicas, traumas e outras condições graves, comprometendo a resolutividade do sistema de saúde. Este programa se justifica pela necessidade de estruturar, qualificar e expandir a oferta desses serviços, garantindo que o cidadão, após ser atendido na atenção primária, tenha a continuidade do seu tratamento de forma ágil e eficaz, de acordo com as diretrizes do SUS.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 61 - Número de Consultas e Procedimentos de Média e Alta Complexidade Realizados

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

	Valores Previstos R$

Relação de Despesas PPA

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das A	0,00	12.500.000,00	12.500.000,00	12.500.000,00	12.500.000,00	50.000.000,00
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	8.000.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **457 - 10 . 10101 . 10 . 302 . 18 . 2.64 . 0 . 319011**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Classificação Programática

Programa: 18 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR
Objetivo: GARANTIR O ACESSO UNIVERSAL, EQUITATIVO E OPORTUNO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, AMBULATORIAL E HOSPITALAR, VISANDO DIAGNOSTICAR, TRATAR E REABILITAR A POPULAÇÃO EM CONDIÇÕES DE SAÚDE QUE EXIGEM ATENDIMENTO ESPECIALIZADO, SEGUINDO OS PRINCÍPIOS DO SUS.
Problema:
Justificativa: A atenção em Média e Alta Complexidade é essencial para complementar a atenção primária, tratando casos que exigem recursos tecnológicos mais avançados e profissionais especializados. Sem este nível de atenção, a população fica desassistida diante de doenças crônicas, traumas e outras condições graves, comprometendo a resolutividade do sistema de saúde. Este programa se justifica pela necessidade de estruturar, qualificar e expandir a oferta desses serviços, garantindo que o cidadão, após ser atendido na atenção primária, tenha a continuidade do seu tratamento de forma ágil e eficaz, de acordo com as diretrizes do SUS.
Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 61 - Número de Consultas e Procedimentos de Média e Alta Complexidade Realizados

Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das A	0,00	3.225.000,00	3.386.000,00	3.555.000,00	3.733.000,00	13.899.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **458 - 10 . 10101 . 10 . 302 . 18 . 2.64 . 0 . 319016**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde

Relação de Despesas PPA

Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Classificação Programática

Programa: 18 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR

Objetivo: GARANTIR O ACESSO UNIVERSAL, EQUITATIVO E OPORTUNO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, AMBULATORIAL E HOSPITALAR, VISANDO DIAGNOSTICAR, TRATAR E REABILITAR A POPULAÇÃO EM CONDIÇÕES DE SAÚDE QUE EXIGEM ATENDIMENTO ESPECIALIZADO, SEGUINDO OS PRINCÍPIOS DO SUS.

Problema:

Justificativa: A atenção em Média e Alta Complexidade é essencial para complementar a atenção primária, tratando casos que exigem recursos tecnológicos mais avançados e profissionais especializados. Sem este nível de atenção, a população fica desassistida diante de doenças crônicas, traumas e outras condições graves, comprometendo a resolutividade do sistema de saúde. Este programa se justifica pela necessidade de estruturar, qualificar e expandir a oferta desses serviços, garantindo que o cidadão, após ser atendido na atenção primária, tenha a continuidade do seu tratamento de forma ágil e eficaz, de acordo com as diretrizes do SUS.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 61 - Número de Consultas e Procedimentos de Média e Alta Complexidade Realizados

Natureza da despesa: 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das A	0,00	995.000,00	1.044.000,00	1.096.000,00	1.151.000,00	4.286.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: 459 - 10 . 10101 . 10 . 302 . 18 . 2.64 . 0 . 339030

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Classificação Programática

Programa: 18 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR

Objetivo: GARANTIR O ACESSO UNIVERSAL, EQUITATIVO E OPORTUNO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, AMBULATORIAL E HOSPITALAR, VISANDO DIAGNOSTICAR, TRATAR E REABILITAR A POPULAÇÃO EM CONDIÇÕES DE SAÚDE QUE EXIGEM ATENDIMENTO ESPECIALIZADO, SEGUINDO OS PRINCÍPIOS DO SUS.

Problema:

Justificativa: A atenção em Média e Alta Complexidade é essencial para complementar a atenção primária, tratando casos que exigem recursos tecnológicos mais avançados e profissionais especializados. Sem este nível de atenção, a população fica desassistida diante de doenças crônicas, traumas e outras condições graves, comprometendo a resolutividade do sistema de saúde. Este programa se justifica pela necessidade de estruturar, qualificar e expandir a oferta desses serviços, garantindo que o cidadão, após ser atendido na atenção primária, tenha a continuidade do seu tratamento de forma ágil e eficaz, de acordo com as diretrizes do SUS.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 61 - Número de Consultas e Procedimentos de Média e Alta Complexidade Realizados

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Relação de Despesas PPA

Fonte de recurso	Valor global	Valores Previstos R$ 2026	2027	2028	2029	Total
16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das A	0,00	250.000,00	262.000,00	275.000,00	289.000,00	1.076.000,00

Ação	Tipo	Produto		2026	2027	2028	2029	Total
Meta física	Unidade de medida		No período do PPA					

Despesa PPA: **460 - 10 . 10101 . 10 . 302 . 18 . 2.64 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Classificação Programática

Programa: 18 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR
Objetivo: GARANTIR O ACESSO UNIVERSAL, EQUITATIVO E OPORTUNO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, AMBULATORIAL E HOSPITALAR, VISANDO DIAGNOSTICAR, TRATAR E REABILITAR A POPULAÇÃO EM CONDIÇÕES DE SAÚDE QUE EXIGEM ATENDIMENTO ESPECIALIZADO, SEGUINDO OS PRINCÍPIOS DO SUS.
Problema:
Justificativa: A atenção em Média e Alta Complexidade é essencial para complementar a atenção primária, tratando casos que exigem recursos tecnológicos mais avançados e profissionais especializados. Sem este nível de atenção, a população fica desassistida diante de doenças crônicas, traumas e outras condições graves, comprometendo a resolutividade do sistema de saúde. Este programa se justifica pela necessidade de estruturar, qualificar e expandir a oferta desses serviços, garantindo que o cidadão, após ser atendido na atenção primária, tenha a continuidade do seu tratamento de forma ágil e eficaz, de acordo com as diretrizes do SUS.
Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 61 - Número de Consultas e Procedimentos de Média e Alta Complexidade Realizados

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de recurso	Valor global	Valores Previstos R$ 2026	2027	2028	2029	Total
16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das A	0,00	1.420.000,00	1.441.000,00	1.463.000,00	1.486.000,00	5.810.000,00

Ação	Tipo	Produto		2026	2027	2028	2029	Total
Meta física	Unidade de medida		No período do PPA					

Despesa PPA: **463 - 10 . 10101 . 10 . 301 . 17 . 2.54 . 0 . 319004**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde

Relação de Despesas PPA

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Classificação Programática

Programa: 17 - ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Objetivo: ORGANIZAR E FORTALECER A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (APS) COMO PORTA DE ENTRADA PREFERENCIAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS), AMPLIANDO O ACESSO, QUALIFICANDO O ATENDIMENTO E GARANTINDO A PREVENÇÃO, O DIAGNÓSTICO E O ACOMPANHAMENTO DA SAÚDE DA POPULAÇÃO DE FORMA INTEGRAL E CONTÍNUA.

Problema:

Justificativa: A Atenção Primária à Saúde é a base do Sistema Único de Saúde (SUS) e atua na promoção da saúde, prevenção de doenças e acompanhamento dos indivíduos e famílias em seu território. Investir na APS significa resolver a maior parte dos problemas de saúde da população no nível local, evitando o agravamento de doenças e a sobrecarga dos hospitais. Este programa se justifica pela necessidade de fortalecer essa porta de entrada, garantindo que o cuidado seja acessível, resolutivo e integral, o que impacta diretamente na melhoria dos indicadores de saúde e na qualidade de vida dos cidadãos.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 60 - Percentual de Cobertura da Atenção Primária à Saúde por Equipes de Saúde da Família

Natureza da despesa: 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	2.500.000,00	1.500.000,00	1.000.000,00	700.000,00	5.700.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: 464 - 10 . 10101 . 10 . 301 . 17 . 2.54 . 0 . 319011

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Classificação Programática

Programa: 17 - ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Objetivo: ORGANIZAR E FORTALECER A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (APS) COMO PORTA DE ENTRADA PREFERENCIAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS), AMPLIANDO O ACESSO, QUALIFICANDO O ATENDIMENTO E GARANTINDO A PREVENÇÃO, O DIAGNÓSTICO E O ACOMPANHAMENTO DA SAÚDE DA POPULAÇÃO DE FORMA INTEGRAL E CONTÍNUA.

Problema:

Justificativa: A Atenção Primária à Saúde é a base do Sistema Único de Saúde (SUS) e atua na promoção da saúde, prevenção de doenças e acompanhamento dos indivíduos e famílias em seu território. Investir na APS significa resolver a maior parte dos problemas de saúde da população no nível local, evitando o agravamento de doenças e a sobrecarga dos hospitais. Este programa se justifica pela necessidade de fortalecer essa porta de entrada, garantindo que o cuidado seja acessível, resolutivo e integral, o que impacta diretamente na melhoria dos indicadores de saúde e na qualidade de vida dos cidadãos.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 60 - Percentual de Cobertura da Atenção Primária à Saúde por Equipes de Saúde da Família

Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

Relação de Despesas PPA

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	13.010.000,00	13.500.000,00	14.000.000,00	14.500.000,00	55.010.000,00
16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das A	0,00	16.415.000,00	19.942.000,00	24.343.000,00	26.906.000,00	87.606.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: 465 - 10 . 10101 . 10 . 301 . 17 . 2.54 . 0 . 319013

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica

Classificação Programática

Programa: 17 - ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE
Objetivo: ORGANIZAR E FORTALECER A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (APS) COMO PORTA DE ENTRADA PREFERENCIAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS), AMPLIANDO O ACESSO, QUALIFICANDO O ATENDIMENTO E GARANTINDO A PREVENÇÃO, O DIAGNÓSTICO E O ACOMPANHAMENTO DA SAÚDE DA POPULAÇÃO DE FORMA INTEGRAL E CONTÍNUA.
Problema:
Justificativa: A Atenção Primária à Saúde é a base do Sistema Único de Saúde (SUS) e atua na promoção da saúde, prevenção de doenças e acompanhamento dos indivíduos e famílias em seu território. Investir na APS significa resolver a maior parte dos problemas de saúde da população no nível local, evitando o agravamento de doenças e a sobrecarga dos hospitais. Este programa se justifica pela necessidade de fortalecer essa porta de entrada, garantindo que o cuidado seja acessível, resolutivo e integral, o que impacta diretamente na melhoria dos indicadores de saúde e na qualidade de vida dos cidadãos.
Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 60 - Percentual de Cobertura da Atenção Primária à Saúde por Equipes de Saúde da Família

Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	1.892.000,00	1.983.000,00	2.086.000,00	2.189.000,00	8.150.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: 466 - 10 . 10101 . 10 . 301 . 17 . 2.54 . 0 . 319016

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Relação de Despesas PPA

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Classificação Programática

Programa: 17 - ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Objetivo: ORGANIZAR E FORTALECER A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (APS) COMO PORTA DE ENTRADA PREFERENCIAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS), AMPLIANDO O ACESSO, QUALIFICANDO O ATENDIMENTO E GARANTINDO A PREVENÇÃO, O DIAGNÓSTICO E O ACOMPANHAMENTO DA SAÚDE DA POPULAÇÃO DE FORMA INTEGRAL E CONTÍNUA.

Problema:

Justificativa: A Atenção Primária à Saúde é a base do Sistema Único de Saúde (SUS) e atua na promoção da saúde, prevenção de doenças e acompanhamento dos indivíduos e famílias em seu território. Investir na APS significa resolver a maior parte dos problemas de saúde da população no nível local, evitando o agravamento de doenças e a sobrecarga dos hospitais. Este programa se justifica pela necessidade de fortalecer essa porta de entrada, garantindo que o cuidado seja acessível, resolutivo e integral, o que impacta diretamente na melhoria dos indicadores de saúde e na qualidade de vida dos cidadãos.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 60 - Percentual de Cobertura da Atenção Primária à Saúde por Equipes de Saúde da Família

Natureza da despesa: 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	12.140.000,00	12.745.000,00	13.380.000,00	14.050.000,00	52.315.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
			2026	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**					

Despesa PPA: **467 - 10 . 10101 . 10 . 301 . 17 . 2.54 . 0 . 319113**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Classificação Programática

Programa: 17 - ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Objetivo: ORGANIZAR E FORTALECER A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (APS) COMO PORTA DE ENTRADA PREFERENCIAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS), AMPLIANDO O ACESSO, QUALIFICANDO O ATENDIMENTO E GARANTINDO A PREVENÇÃO, O DIAGNÓSTICO E O ACOMPANHAMENTO DA SAÚDE DA POPULAÇÃO DE FORMA INTEGRAL E CONTÍNUA.

Problema:

Justificativa: A Atenção Primária à Saúde é a base do Sistema Único de Saúde (SUS) e atua na promoção da saúde, prevenção de doenças e acompanhamento dos indivíduos e famílias em seu território. Investir na APS significa resolver a maior parte dos problemas de saúde da população no nível local, evitando o agravamento de doenças e a sobrecarga dos hospitais. Este programa se justifica pela necessidade de fortalecer essa porta de entrada, garantindo que o cuidado seja acessível, resolutivo e integral, o que impacta diretamente na melhoria dos indicadores de saúde e na qualidade de vida dos cidadãos.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 60 - Percentual de Cobertura da Atenção Primária à Saúde por Equipes de Saúde da Família

Relação de Despesas PPA

Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	5.815.000,00	6.097.000,00	6.411.000,00	6.730.000,00	25.053.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**		**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **468 - 10 . 10101 . 10 . 301 . 17 . 2.54 . 0 . 339030**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica

Classificação Programática

Programa: 17 - ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE
Objetivo: ORGANIZAR E FORTALECER A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (APS) COMO PORTA DE ENTRADA PREFERENCIAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS), AMPLIANDO O ACESSO, QUALIFICANDO O ATENDIMENTO E GARANTINDO A PREVENÇÃO, O DIAGNÓSTICO E O ACOMPANHAMENTO DA SAÚDE DA POPULAÇÃO DE FORMA INTEGRAL E CONTÍNUA.

Problema:

Justificativa: A Atenção Primária à Saúde é a base do Sistema Único de Saúde (SUS) e atua na promoção da saúde, prevenção de doenças e acompanhamento dos indivíduos e famílias em seu território. Investir na APS significa resolver a maior parte dos problemas de saúde da população no nível local, evitando o agravamento de doenças e a sobrecarga dos hospitais. Este programa se justifica pela necessidade de fortalecer essa porta de entrada, garantindo que o cuidado seja acessível, resolutivo e integral, o que impacta diretamente na melhoria dos indicadores de saúde e na qualidade de vida dos cidadãos.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 60 - Percentual de Cobertura da Atenção Primária à Saúde por Equipes de Saúde da Família

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das A	0,00	6.000.000,00	5.250.000,00	5.512.000,00	5.788.000,00	22.550.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**		**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **469 - 10 . 10101 . 10 . 301 . 17 . 2.54 . 0 . 339036**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Relação de Despesas PPA

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Classificação Programática

Programa: 17 - ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Objetivo: ORGANIZAR E FORTALECER A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (APS) COMO PORTA DE ENTRADA PREFERENCIAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS), AMPLIANDO O ACESSO, QUALIFICANDO O ATENDIMENTO E GARANTINDO A PREVENÇÃO, O DIAGNÓSTICO E O ACOMPANHAMENTO DA SAÚDE DA POPULAÇÃO DE FORMA INTEGRAL E CONTÍNUA.

Problema:

Justificativa: A Atenção Primária à Saúde é a base do Sistema Único de Saúde (SUS) e atua na promoção da saúde, prevenção de doenças e acompanhamento dos indivíduos e famílias em seu território. Investir na APS significa resolver a maior parte dos problemas de saúde da população no nível local, evitando o agravamento de doenças e a sobrecarga dos hospitais. Este programa se justifica pela necessidade de fortalecer essa porta de entrada, garantindo que o cuidado seja acessível, resolutivo e integral, o que impacta diretamente na melhoria dos indicadores de saúde e na qualidade de vida dos cidadãos.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 60 - Percentual de Cobertura da Atenção Primária à Saúde por Equipes de Saúde da Família

Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das A	0,00	100.000,00	105.000,00	110.000,00	115.000,00	430.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: 470 - 10 . 10101 . 10 . 301 . 17 . 2.54 . 0 . 339039

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Classificação Programática

Programa: 17 - ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Objetivo: ORGANIZAR E FORTALECER A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (APS) COMO PORTA DE ENTRADA PREFERENCIAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS), AMPLIANDO O ACESSO, QUALIFICANDO O ATENDIMENTO E GARANTINDO A PREVENÇÃO, O DIAGNÓSTICO E O ACOMPANHAMENTO DA SAÚDE DA POPULAÇÃO DE FORMA INTEGRAL E CONTÍNUA.

Problema:

Justificativa: A Atenção Primária à Saúde é a base do Sistema Único de Saúde (SUS) e atua na promoção da saúde, prevenção de doenças e acompanhamento dos indivíduos e famílias em seu território. Investir na APS significa resolver a maior parte dos problemas de saúde da população no nível local, evitando o agravamento de doenças e a sobrecarga dos hospitais. Este programa se justifica pela necessidade de fortalecer essa porta de entrada, garantindo que o cuidado seja acessível, resolutivo e integral, o que impacta diretamente na melhoria dos indicadores de saúde e na qualidade de vida dos cidadãos.

Público alvo: População mossoroense

Relação de Despesas PPA

Indicadores: 60 - Percentual de Cobertura da Atenção Primária à Saúde por Equipes de Saúde da Família

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das A	0,00	700.000,00	735.000,00	771.000,00	810.000,00	3.016.000,00
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	18.800.000,00	19.740.000,00	20.727.000,00	21.763.000,00	81.030.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **471 - 10 . 10101 . 10 . 301 . 17 . 2.54 . 0 . 339048**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica

Classificação Programática

Programa: 17 - ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE
Objetivo: ORGANIZAR E FORTALECER A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (APS) COMO PORTA DE ENTRADA PREFERENCIAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS), AMPLIANDO O ACESSO, QUALIFICANDO O ATENDIMENTO E GARANTINDO A PREVENÇÃO, O DIAGNÓSTICO E O ACOMPANHAMENTO DA SAÚDE DA POPULAÇÃO DE FORMA INTEGRAL E CONTÍNUA.
Problema:
Justificativa: A Atenção Primária à Saúde é a base do Sistema Único de Saúde (SUS) e atua na promoção da saúde, prevenção de doenças e acompanhamento dos indivíduos e famílias em seu território. Investir na APS significa resolver a maior parte dos problemas de saúde da população no nível local, evitando o agravamento de doenças e a sobrecarga dos hospitais. Este programa se justifica pela necessidade de fortalecer essa porta de entrada, garantindo que o cuidado seja acessível, resolutivo e integral, o que impacta diretamente na melhoria dos indicadores de saúde e na qualidade de vida dos cidadãos.
Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 60 - Percentual de Cobertura da Atenção Primária à Saúde por Equipes de Saúde da Família

Natureza da despesa: 3.3.90.48.00 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das A	0,00	1.050.000,00	1.075.000,00	1.175.000,00	1.215.000,00	4.515.000,00
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	462.000,00	485.000,00	509.000,00	534.000,00	1.990.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **473 - 10 . 10101 . 10 . 301 . 17 . 2.54 . 0 . 449052**

Relação de Despesas PPA

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica

Classificação Programática

Programa: 17 - ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE
Objetivo: ORGANIZAR E FORTALECER A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (APS) COMO PORTA DE ENTRADA PREFERENCIAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS), AMPLIANDO O ACESSO, QUALIFICANDO O ATENDIMENTO E GARANTINDO A PREVENÇÃO, O DIAGNÓSTICO E O ACOMPANHAMENTO DA SAÚDE DA POPULAÇÃO DE FORMA INTEGRAL E CONTÍNUA.

Problema:

Justificativa: A Atenção Primária à Saúde é a base do Sistema Único de Saúde (SUS) e atua na promoção da saúde, prevenção de doenças e acompanhamento dos indivíduos e famílias em seu território. Investir na APS significa resolver a maior parte dos problemas de saúde da população no nível local, evitando o agravamento de doenças e a sobrecarga dos hospitais. Este programa se justifica pela necessidade de fortalecer essa porta de entrada, garantindo que o cuidado seja acessível, resolutivo e integral, o que impacta diretamente na melhoria dos indicadores de saúde e na qualidade de vida dos cidadãos.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 60 - Percentual de Cobertura da Atenção Primária à Saúde por Equipes de Saúde da Família

Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	800.000,00
16010000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Estruturação	0,00	1.000.000,00	1.050.000,00	1.102.000,00	1.157.000,00	4.309.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: 474 - 10 . 10101 . 10 . 301 . 17 . 2.55 . 0 . 319011

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica

Classificação Programática

Programa: 17 - ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE
Objetivo: ORGANIZAR E FORTALECER A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (APS) COMO PORTA DE ENTRADA PREFERENCIAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS), AMPLIANDO O ACESSO, QUALIFICANDO O ATENDIMENTO E GARANTINDO A PREVENÇÃO, O DIAGNÓSTICO E O ACOMPANHAMENTO DA SAÚDE DA POPULAÇÃO DE FORMA INTEGRAL E CONTÍNUA.

Problema:

Relação de Despesas PPA

Justificativa: A Atenção Primária à Saúde é a base do Sistema Único de Saúde (SUS) e atua na promoção da saúde, prevenção de doenças e acompanhamento dos indivíduos e famílias em seu território. Investir na APS significa resolver a maior parte dos problemas de saúde da população no nível local, evitando o agravamento de doenças e a sobrecarga dos hospitais. Este programa se justifica pela necessidade de fortalecer essa porta de entrada, garantindo que o cuidado seja acessível, resolutivo e integral, o que impacta diretamente na melhoria dos indicadores de saúde e na qualidade de vida dos cidadãos.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 60 - Percentual de Cobertura da Atenção Primária à Saúde por Equipes de Saúde da Família

Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das A	0,00	10.000.000,00	11.850.000,00	12.742.000,00	13.679.000,00	48.271.000,00
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	18.700.000,00	19.100.000,00	19.500.000,00	19.900.000,00	77.200.000,00

Ação	Tipo	Produto						
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **475 - 10 . 10101 . 10 . 301 . 17 . 2.55 . 0 . 319013**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Classificação Programática

Programa: 17 - ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Objetivo: ORGANIZAR E FORTALECER A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (APS) COMO PORTA DE ENTRADA PREFERENCIAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS), AMPLIANDO O ACESSO, QUALIFICANDO O ATENDIMENTO E GARANTINDO A PREVENÇÃO, O DIAGNÓSTICO E O ACOMPANHAMENTO DA SAÚDE DA POPULAÇÃO DE FORMA INTEGRAL E CONTÍNUA.

Problema:

Justificativa: A Atenção Primária à Saúde é a base do Sistema Único de Saúde (SUS) e atua na promoção da saúde, prevenção de doenças e acompanhamento dos indivíduos e famílias em seu território. Investir na APS significa resolver a maior parte dos problemas de saúde da população no nível local, evitando o agravamento de doenças e a sobrecarga dos hospitais. Este programa se justifica pela necessidade de fortalecer essa porta de entrada, garantindo que o cuidado seja acessível, resolutivo e integral, o que impacta diretamente na melhoria dos indicadores de saúde e na qualidade de vida dos cidadãos.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 60 - Percentual de Cobertura da Atenção Primária à Saúde por Equipes de Saúde da Família

Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	1.485.000,00	1.550.000,00	1.635.000,00	1.715.000,00	6.385.000,00

Ação	Tipo	Produto						
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Relação de Despesas PPA

Despesa PPA: **476 - 10 . 10101 . 10 . 301 . 17 . 2.55 . 0 . 319016**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica

Classificação Programática

Programa: 17 - ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE
Objetivo: ORGANIZAR E FORTALECER A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (APS) COMO PORTA DE ENTRADA PREFERENCIAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS), AMPLIANDO O ACESSO, QUALIFICANDO O ATENDIMENTO E GARANTINDO A PREVENÇÃO, O DIAGNÓSTICO E O ACOMPANHAMENTO DA SAÚDE DA POPULAÇÃO DE FORMA INTEGRAL E CONTÍNUA.

Problema:

Justificativa: A Atenção Primária à Saúde é a base do Sistema Único de Saúde (SUS) e atua na promoção da saúde, prevenção de doenças e acompanhamento dos indivíduos e famílias em seu território. Investir na APS significa resolver a maior parte dos problemas de saúde da população no nível local, evitando o agravamento de doenças e a sobrecarga dos hospitais. Este programa se justifica pela necessidade de fortalecer essa porta de entrada, garantindo que o cuidado seja acessível, resolutivo e integral, o que impacta diretamente na melhoria dos indicadores de saúde e na qualidade de vida dos cidadãos.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 60 - Percentual de Cobertura da Atenção Primária à Saúde por Equipes de Saúde da Família

Natureza da despesa: 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	1.670.000,00	1.750.000,00	1.840.000,00	1.930.000,00	7.190.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **477 - 10 . 10101 . 10 . 301 . 17 . 2.55 . 0 . 319113**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica

Classificação Programática

Programa: 17 - ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE
Objetivo: ORGANIZAR E FORTALECER A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (APS) COMO PORTA DE ENTRADA PREFERENCIAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS), AMPLIANDO O ACESSO, QUALIFICANDO O ATENDIMENTO E GARANTINDO A PREVENÇÃO, O DIAGNÓSTICO E O ACOMPANHAMENTO DA SAÚDE DA POPULAÇÃO DE FORMA INTEGRAL E CONTÍNUA.

Relação de Despesas PPA

Problema:

Justificativa: A Atenção Primária à Saúde é a base do Sistema Único de Saúde (SUS) e atua na promoção da saúde, prevenção de doenças e acompanhamento dos indivíduos e famílias em seu território. Investir na APS significa resolver a maior parte dos problemas de saúde da população no nível local, evitando o agravamento de doenças e a sobrecarga dos hospitais. Este programa se justifica pela necessidade de fortalecer essa porta de entrada, garantindo que o cuidado seja acessível, resolutivo e integral, o que impacta diretamente na melhoria dos indicadores de saúde e na qualidade de vida dos cidadãos.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 60 - Percentual de Cobertura da Atenção Primária à Saúde por Equipes de Saúde da Família

Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	4.355.000,00	4.570.000,00	4.800.000,00	5.040.000,00	18.765.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **486 - 10 . 10101 . 10 . 302 . 19 . 2.66 . 0 . 339030**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Classificação Programática

Programa: 19 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

Objetivo: GARANTIR O ACESSO OPORTUNO E QUALIFICADO A MEDICAMENTOS ESSENCIAIS E PRODUTOS FARMACÊUTICOS, PROMOVENDO SEU USO RACIONAL E SEGURO, VISANDO A RECUPERAÇÃO DA SAÚDE, A PREVENÇÃO DE DOENÇAS E A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO.

Problema:

Justificativa: A Assistência Farmacêutica é um componente estratégico da política de saúde, essencial para a efetividade de todos os demais níveis de atenção (primária, média e alta complexidade). A garantia de acesso a medicamentos seguros e de qualidade é um pré-requisito para o sucesso dos tratamentos e para a recuperação da saúde da população. Este programa se justifica pela necessidade de estruturar e fortalecer a gestão dos estoques de medicamentos, a logística de distribuição e a orientação farmacêutica, garantindo que o ciclo completo de cuidado ao paciente, desde o diagnóstico até o tratamento medicamentoso, seja cumprido de forma integral e eficaz, em conformidade com as diretrizes do SUS.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 62 - Percentual de Disponibilidade de Medicamentos Essenciais na Rede Pública de Saúde

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
16210000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	0,00	700.000,00	735.000,00	771.000,00	810.000,00	3.016.000,00
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	800.000,00
16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das A	0,00	7.200.000,00	7.560.000,00	7.938.000,00	8.334.000,00	31.032.000,00

Relação de Despesas PPA

Ação / Meta física	Tipo / Unidade de medida	Produto / No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **487 - 10 . 10101 . 10 . 302 . 18 . 2.146 . 0 . 319004**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Classificação Programática

Programa: 18 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR
Objetivo: GARANTIR O ACESSO UNIVERSAL, EQUITATIVO E OPORTUNO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, AMBULATORIAL E HOSPITALAR, VISANDO DIAGNOSTICAR, TRATAR E REABILITAR A POPULAÇÃO EM CONDIÇÕES DE SAÚDE QUE EXIGEM ATENDIMENTO ESPECIALIZADO, SEGUINDO OS PRINCÍPIOS DO SUS.
Problema:
Justificativa: A atenção em Média e Alta Complexidade é essencial para complementar a atenção primária, tratando casos que exigem recursos tecnológicos mais avançados e profissionais especializados. Sem este nível de atenção, a população fica desassistida diante de doenças crônicas, traumas e outras condições graves, comprometendo a resolutividade do sistema de saúde. Este programa se justifica pela necessidade de estruturar, qualificar e expandir a oferta desses serviços, garantindo que o cidadão, após ser atendido na atenção primária, tenha a continuidade do seu tratamento de forma ágil e eficaz, de acordo com as diretrizes do SUS.
Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 61 - Número de Consultas e Procedimentos de Média e Alta Complexidade Realizados

Natureza da despesa: 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	1.745.000,00	1.830.000,00	1.920.000,00	2.020.000,00	7.515.000,00

Ação / Meta física	Tipo / Unidade de medida	Produto / No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **488 - 10 . 10101 . 10 . 302 . 18 . 2.146 . 0 . 319011**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Classificação Programática

Relação de Despesas PPA

Programa: 18 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR

Objetivo: GARANTIR O ACESSO UNIVERSAL, EQUITATIVO E OPORTUNO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, AMBULATORIAL E HOSPITALAR, VISANDO DIAGNOSTICAR, TRATAR E REABILITAR A POPULAÇÃO EM CONDIÇÕES DE SAÚDE QUE EXIGEM ATENDIMENTO ESPECIALIZADO, SEGUINDO OS PRINCÍPIOS DO SUS.

Problema:

Justificativa: A atenção em Média e Alta Complexidade é essencial para complementar a atenção primária, tratando casos que exigem recursos tecnológicos mais avançados e profissionais especializados. Sem este nível de atenção, a população fica desassistida diante de doenças crônicas, traumas e outras condições graves, comprometendo a resolutividade do sistema de saúde. Este programa se justifica pela necessidade de estruturar, qualificar e expandir a oferta desses serviços, garantindo que o cidadão, após ser atendido na atenção primária, tenha a continuidade do seu tratamento de forma ágil e eficaz, de acordo com as diretrizes do SUS.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 61 - Número de Consultas e Procedimentos de Média e Alta Complexidade Realizados

Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	2.260.000,00	2.373.000,00	2.491.000,00	2.616.000,00	9.740.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **489 - 10 . 10101 . 10 . 302 . 18 . 2.146 . 0 . 319013**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Classificação Programática

Programa: 18 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR

Objetivo: GARANTIR O ACESSO UNIVERSAL, EQUITATIVO E OPORTUNO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, AMBULATORIAL E HOSPITALAR, VISANDO DIAGNOSTICAR, TRATAR E REABILITAR A POPULAÇÃO EM CONDIÇÕES DE SAÚDE QUE EXIGEM ATENDIMENTO ESPECIALIZADO, SEGUINDO OS PRINCÍPIOS DO SUS.

Problema:

Justificativa: A atenção em Média e Alta Complexidade é essencial para complementar a atenção primária, tratando casos que exigem recursos tecnológicos mais avançados e profissionais especializados. Sem este nível de atenção, a população fica desassistida diante de doenças crônicas, traumas e outras condições graves, comprometendo a resolutividade do sistema de saúde. Este programa se justifica pela necessidade de estruturar, qualificar e expandir a oferta desses serviços, garantindo que o cidadão, após ser atendido na atenção primária, tenha a continuidade do seu tratamento de forma ágil e eficaz, de acordo com as diretrizes do SUS.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 61 - Número de Consultas e Procedimentos de Média e Alta Complexidade Realizados

Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Relação de Despesas PPA

15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	215.000,00	225.000,00	235.000,00	250.000,00	925.000,00

Ação	Tipo	Produto						
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **490 - 10 . 10101 . 10 . 302 . 18 . 2.146 . 0 . 319016**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Classificação Programática

Programa: 18 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR
Objetivo: GARANTIR O ACESSO UNIVERSAL, EQUITATIVO E OPORTUNO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, AMBULATORIAL E HOSPITALAR, VISANDO DIAGNOSTICAR, TRATAR E REABILITAR A POPULAÇÃO EM CONDIÇÕES DE SAÚDE QUE EXIGEM ATENDIMENTO ESPECIALIZADO, SEGUINDO OS PRINCÍPIOS DO SUS.
Problema:
Justificativa: A atenção em Média e Alta Complexidade é essencial para complementar a atenção primária, tratando casos que exigem recursos tecnológicos mais avançados e profissionais especializados. Sem este nível de atenção, a população fica desassistida diante de doenças crônicas, traumas e outras condições graves, comprometendo a resolutividade do sistema de saúde. Este programa se justifica pela necessidade de estruturar, qualificar e expandir a oferta desses serviços, garantindo que o cidadão, após ser atendido na atenção primária, tenha a continuidade do seu tratamento de forma ágil e eficaz, de acordo com as diretrizes do SUS.
Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 61 - Número de Consultas e Procedimentos de Média e Alta Complexidade Realizados

Natureza da despesa: 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	85.000,00	89.000,00	93.000,00	98.000,00	365.000,00

Ação	Tipo	Produto						
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **491 - 10 . 10101 . 10 . 302 . 18 . 2.146 . 0 . 339030**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Relação de Despesas PPA

Classificação Programática

Programa: 18 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR

Objetivo: GARANTIR O ACESSO UNIVERSAL, EQUITATIVO E OPORTUNO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, AMBULATORIAL E HOSPITALAR, VISANDO DIAGNOSTICAR, TRATAR E REABILITAR A POPULAÇÃO EM CONDIÇÕES DE SAÚDE QUE EXIGEM ATENDIMENTO ESPECIALIZADO, SEGUINDO OS PRINCÍPIOS DO SUS.

Problema:

Justificativa: A atenção em Média e Alta Complexidade é essencial para complementar a atenção primária, tratando casos que exigem recursos tecnológicos mais avançados e profissionais especializados. Sem este nível de atenção, a população fica desassistida diante de doenças crônicas, traumas e outras condições graves, comprometendo a resolutividade do sistema de saúde. Este programa se justifica pela necessidade de estruturar, qualificar e expandir a oferta desses serviços, garantindo que o cidadão, após ser atendido na atenção primária, tenha a continuidade do seu tratamento de forma ágil e eficaz, de acordo com as diretrizes do SUS.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 61 - Número de Consultas e Procedimentos de Média e Alta Complexidade Realizados

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	175.000,00	178.000,00	182.000,00	186.000,00	721.000,00
16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das A	0,00	200.000,00	210.000,00	220.000,00	231.000,00	861.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **492 - 10 . 10101 . 10 . 302 . 18 . 2.146 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Classificação Programática

Programa: 18 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR

Objetivo: GARANTIR O ACESSO UNIVERSAL, EQUITATIVO E OPORTUNO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, AMBULATORIAL E HOSPITALAR, VISANDO DIAGNOSTICAR, TRATAR E REABILITAR A POPULAÇÃO EM CONDIÇÕES DE SAÚDE QUE EXIGEM ATENDIMENTO ESPECIALIZADO, SEGUINDO OS PRINCÍPIOS DO SUS.

Problema:

Justificativa: A atenção em Média e Alta Complexidade é essencial para complementar a atenção primária, tratando casos que exigem recursos tecnológicos mais avançados e profissionais especializados. Sem este nível de atenção, a população fica desassistida diante de doenças crônicas, traumas e outras condições graves, comprometendo a resolutividade do sistema de saúde. Este programa se justifica pela necessidade de estruturar, qualificar e expandir a oferta desses serviços, garantindo que o cidadão, após ser atendido na atenção primária, tenha a continuidade do seu tratamento de forma ágil e eficaz, de acordo com as diretrizes do SUS.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 61 - Número de Consultas e Procedimentos de Média e Alta Complexidade Realizados

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Valores Previstos R$

Relação de Despesas PPA

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das A	0,00	150.000,00	157.000,00	165.000,00	173.000,00	645.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **493 - 2 . 2101 . 4 . 122 . 7 . 2.88 . 0 . 339014**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 2 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
Unidade orçamentária: 2101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	150.000,00	170.000,00	190.000,00	210.000,00	720.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **494 - 2 . 2101 . 4 . 122 . 7 . 2.88 . 0 . 339033**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 2 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
Unidade orçamentária: 2101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Relação de Despesas PPA

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	200.000,00	220.000,00	235.000,00	250.000,00	905.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **495 - 2 . 2101 . 4 . 122 . 7 . 2.88 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 2 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Unidade orçamentária: 2101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	3.350.000,00	3.510.000,00	3.600.000,00	3.700.000,00	14.160.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **496 - 22 . 22001 . 4 . 122 . 7 . 2.147 . 0 . 339030**

Relação de Despesas PPA

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 22 - AGENCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PUBLICOS DE MOSSORO
Unidade orçamentária: 22001 - AGENCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PUBLICOS DE MOSSORO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15010000 - Outros Recursos não Vinculados	0,00	20.000,00	21.000,00	22.000,00	23.000,00	86.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **497 - 22 . 22001 . 4 . 122 . 7 . 2.147 . 0 . 449052**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 22 - AGENCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PUBLICOS DE MOSSORO
Unidade orçamentária: 22001 - AGENCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PUBLICOS DE MOSSORO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

Relação de Despesas PPA

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15010000 - Outros Recursos não Vinculados	0,00	20.000,00	21.000,00	22.000,00	23.000,00	86.000,00

Ação / Meta física	Tipo / Produto / Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **498 - 22 . 22001 . 4 . 122 . 7 . 2.147 . 0 . 319096**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 22 - AGENCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PUBLICOS DE MOSSORO
Unidade orçamentária: 22001 - AGENCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PUBLICOS DE MOSSORO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.96.00 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15010000 - Outros Recursos não Vinculados	0,00	260.000,00	273.000,00	287.000,00	300.000,00	1.120.000,00

Ação / Meta física	Tipo / Produto / Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **499 - 22 . 22001 . 4 . 122 . 7 . 2.147 . 0 . 339035**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 22 - AGENCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PUBLICOS DE MOSSORO
Unidade orçamentária: 22001 - AGENCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PUBLICOS DE MOSSORO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Relação de Despesas PPA

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.35.00 - Serviços de Consultoria

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15010000 - Outros Recursos não Vinculados	0,00	100.000,00	105.000,00	110.000,00	116.000,00	431.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **500 - 22 . 22001 . 4 . 122 . 7 . 2.147 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 22 - AGENCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PUBLICOS DE MOSSORO

Unidade orçamentária: 22001 - AGENCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PUBLICOS DE MOSSORO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15010000 - Outros Recursos não Vinculados	0,00	500.000,00	525.000,00	551.000,00	579.000,00	2.155.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Relação de Despesas PPA

Despesa PPA: **501 - 9 . 9101 . 12 . 368 . 11 . 2.22 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação
Subfunção: 368 - Educação Básica

Classificação Programática

Programa: 11 - GESTÃO E FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
Objetivo: ASSEGURAR, COM BASE NA PRIORIZAÇÃO ABSOLUTA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, O ACESSO, A PERMANÊNCIA E O PLENO DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL, POR MEIO DA QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR, DA AMPLIAÇÃO DO TEMPO INTEGRAL E DA OFERTA EFETIVA DE SERVIÇOS ESSENCIAIS COMO TRANSPORTE, FARDAMENTO, INFRAESTRUTURA ADEQUADA E RECURSOS TECNOLÓGICOS

Problema:

Justificativa: A garantia do direito fundamental à educação básica de qualidade exige não apenas o acesso à escola, mas condições reais de permanência, aprendizagem e desenvolvimento integral. Em Mossoró, desafios persistem quanto à manutenção da rede, à oferta de serviços essenciais como transporte escolar, alimentação, fardamento e infraestrutura e à ampliação do tempo integral, especialmente nas regiões mais vulneráveis. Este programa busca responder a essas demandas estruturantes, promovendo uma educação pública mais equitativa, eficiente e inclusiva. Serão priorizadas a melhoria da qualidade do ensino, a valorização profissional, a inovação pedagógica e a proteção integral de crianças e adolescentes. Trata-se de uma política transversal, que exige a articulação entre diferentes áreas da gestão municipal, com foco na oferta de um ambiente escolar seguro, acolhedor e estruturado. Ao integrar ações pedagógicas e operacionais sob uma mesma diretriz estratégica, o programa contribui para a efetivação de uma educação comprometida com o desenvolvimento humano, a equidade social e a construção de uma cidade mais justa e sustentável.

Público alvo: Alunos da educação básica

Indicadores: 10 - Percentual de estudantes da rede municipal com acesso pleno aos serviços essenciais de suporte à permanência escolar.

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	3.956.000,00	4.074.000,00	4.277.000,00	4.491.000,00	16.798.000,00
15500000 - Transferência do Salário-Educação	0,00	3.550.000,00	3.727.000,00	3.913.000,00	4.109.000,00	15.299.000,00
15530000 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Trans	0,00	320.000,00	335.000,00	352.000,00	369.000,00	1.376.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **502 - 16 . 16101 . 4 . 122 . 7 . 2.79 . 0 . 339014**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL
Unidade orçamentária: 16101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Relação de Despesas PPA

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	15.000,00	15.000,00	16.000,00	17.000,00	63.000,00
15010000 - Outros Recursos não Vinculados	0,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
			2026	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**					

Despesa PPA: **503 - 16 . 16101 . 4 . 122 . 7 . 2.79 . 0 . 339030**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Unidade orçamentária: 16101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	60.000,00	63.000,00	66.000,00	69.000,00	258.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
			2026	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**					

Relação de Despesas PPA

Despesa PPA: **504 - 16 . 16101 . 4 . 122 . 7 . 2.79 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Unidade orçamentária: 16101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	4.000.000,00	4.200.000,00	4.400.000,00	4.600.000,00	17.200.000,00
15010000 - Outros Recursos não Vinculados	0,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00
17500000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	0,00	178.000,00	186.000,00	196.000,00	205.000,00	765.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **506 - 16 . 16101 . 20 . 606 . 23 . 2.82 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Unidade orçamentária: 16101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Classificação Funcional

Função: 20 - Agricultura

Subfunção: 606 - Extensão Rural

Classificação Programática

Programa: 23 - MOSSORÓ RURAL

Objetivo: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ÁREA RURAL DE MOSSORÓ, FOMENTANDO A AGRICULTURA FAMILIAR, A INFRAESTRUTURA E A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA COMUNIDADE RURAL.

Problema:

Relação de Despesas PPA

Justificativa: O programa se justifica pela necessidade estratégica de fortalecer a economia local baseada na agricultura familiar, assegurando a produção de alimentos saudáveis e gerando emprego e renda no campo. A melhoria das condições de vida no meio rural é essencial para reduzir as desigualdades sociais e territoriais e garantir a sustentabilidade ambiental do município.

Público alvo: População rural de Mossoró

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	1.500.000,00	1.550.000,00	1.600.000,00	1.650.000,00	6.300.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **507 - 16 . 16101 . 20 . 544 . 23 . 2.83 . 0 . 339030**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Unidade orçamentária: 16101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Classificação Funcional

Função: 20 - Agricultura

Subfunção: 544 - Recursos Hídricos

Classificação Programática

Programa: 23 - MOSSORÓ RURAL

Objetivo: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ÁREA RURAL DE MOSSORÓ, FOMENTANDO A AGRICULTURA FAMILIAR, A INFRAESTRUTURA E A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA COMUNIDADE RURAL.

Problema:

Justificativa: O programa se justifica pela necessidade estratégica de fortalecer a economia local baseada na agricultura familiar, assegurando a produção de alimentos saudáveis e gerando emprego e renda no campo. A melhoria das condições de vida no meio rural é essencial para reduzir as desigualdades sociais e territoriais e garantir a sustentabilidade ambiental do município.

Público alvo: População rural de Mossoró

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	480.000,00	489.000,00	498.000,00	508.000,00	1.975.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **508 - 16 . 16101 . 20 . 544 . 23 . 2.83 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Unidade orçamentária: 16101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Relação de Despesas PPA

Classificação Funcional

Função: 20 - Agricultura

Subfunção: 544 - Recursos Hídricos

Classificação Programática

Programa: 23 - MOSSORÓ RURAL

Objetivo: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ÁREA RURAL DE MOSSORÓ, FOMENTANDO A AGRICULTURA FAMILIAR, A INFRAESTRUTURA E A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA COMUNIDADE RURAL.

Problema:

Justificativa: O programa se justifica pela necessidade estratégica de fortalecer a economia local baseada na agricultura familiar, assegurando a produção de alimentos saudáveis e gerando emprego e renda no campo. A melhoria das condições de vida no meio rural é essencial para reduzir as desigualdades sociais e territoriais e garantir a sustentabilidade ambiental do município.

Público alvo: População rural de Mossoró

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	8.000.000,00	8.050.000,00	8.100.000,00	8.150.000,00	32.300.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**		**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **510 - 16 . 16101 . 20 . 544 . 23 . 2.83 . 0 . 449052**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Unidade orçamentária: 16101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Classificação Funcional

Função: 20 - Agricultura

Subfunção: 544 - Recursos Hídricos

Classificação Programática

Programa: 23 - MOSSORÓ RURAL

Objetivo: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ÁREA RURAL DE MOSSORÓ, FOMENTANDO A AGRICULTURA FAMILIAR, A INFRAESTRUTURA E A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA COMUNIDADE RURAL.

Problema:

Justificativa: O programa se justifica pela necessidade estratégica de fortalecer a economia local baseada na agricultura familiar, assegurando a produção de alimentos saudáveis e gerando emprego e renda no campo. A melhoria das condições de vida no meio rural é essencial para reduzir as desigualdades sociais e territoriais e garantir a sustentabilidade ambiental do município.

Público alvo: População rural de Mossoró

Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	120.000,00	126.000,00	132.000,00	138.000,00	516.000,00

Relação de Despesas PPA

Ação / Meta física	Tipo / Unidade de medida	Produto / No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **511 - 20 . 20101 . 99 . 999 . 9999 . 0.999 . 0 . 999999**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 20 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ

Unidade orçamentária: 20101 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Classificação Funcional

Função: 99 - Reserva de Contingência

Subfunção: 999 - Reserva de Contingência

Classificação Programática

Programa: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Objetivo: RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Problema:

Justificativa: A previsão de uma Reserva de Contingência é um imperativo legal, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), e uma ferramenta essencial para a boa governança e saúde fiscal do município.

Público alvo:

Natureza da despesa: 9.9.99.99.00 - A Classificar

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	26.136.000,00	27.442.000,00	28.814.000,00	30.255.000,00	112.647.000,00

Ação / Meta física	Tipo / Unidade de medida	Produto / No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **512 - 20 . 21101 . 99 . 999 . 9999 . 0.9 . 0 . 999999**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 20 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ

Unidade orçamentária: 21101 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA DAS EMENDAS INDIVIDUAIS IMPOSITIVAS

Classificação Funcional

Função: 99 - Reserva de Contingência

Subfunção: 999 - Reserva de Contingência

Classificação Programática

Programa: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Objetivo: RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Problema:

Relação de Despesas PPA

Justificativa: A previsão de uma Reserva de Contingência é um imperativo legal, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), e uma ferramenta essencial para a boa governança e saúde fiscal do município.

Público alvo:

Natureza da despesa: 9.9.99.99.00 - A Classificar

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	15.682.000,00	16.466.000,00	17.289.000,00	18.153.000,00	67.590.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **513 - 10 . 10101 . 10 . 122 . 16 . 2.50 . 0 . 319096**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 16 - GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Objetivo: GARANTIR A COORDENAÇÃO, PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS E SERVIÇOS DE SAÚDE, VISANDO AO FUNCIONAMENTO EFICIENTE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) NO MUNICÍPIO E À MELHORIA CONTÍNUA DA QUALIDADE DO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO.

Problema:

Justificativa: A gestão eficaz do Sistema Único de Saúde é fundamental para a concretização do direito à saúde. Um programa de gestão dedicado garante que os recursos públicos sejam utilizados de forma estratégica, que as políticas de saúde sejam implementadas com coerência e que os serviços sejam prestados de maneira organizada e integrada. Sem uma gestão robusta, os demais programas e ações de saúde perdem sua efetividade, comprometendo o atendimento à população. Portanto, este programa é o alicerce para a construção de um sistema de saúde mais eficiente, equitativo e com capacidade de resposta às necessidades da sociedade.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 59 - Percentual de Execução Orçamentária Anual da Secretaria Municipal de Saúde

Natureza da despesa: 3.1.90.96.00 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	145.000,00	152.000,00	160.000,00	168.000,00	625.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **514 - 10 . 10101 . 10 . 122 . 16 . 2.50 . 0 . 319011**

Estrutura Organizacional

Relação de Despesas PPA

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 16 - GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
Objetivo: GARANTIR A COORDENAÇÃO, PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS E SERVIÇOS DE SAÚDE, VISANDO AO FUNCIONAMENTO EFICIENTE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) NO MUNICÍPIO E À MELHORIA CONTÍNUA DA QUALIDADE DO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO.

Problema:

Justificativa: A gestão eficaz do Sistema Único de Saúde é fundamental para a concretização do direito à saúde. Um programa de gestão dedicado garante que os recursos públicos sejam utilizados de forma estratégica, que as políticas de saúde sejam implementadas com coerência e que os serviços sejam prestados de maneira organizada e integrada. Sem uma gestão robusta, os demais programas e ações de saúde perdem sua efetividade, comprometendo o atendimento à população. Portanto, este programa é o alicerce para a construção de um sistema de saúde mais eficiente, equitativo e com capacidade de resposta às necessidades da sociedade.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 59 - Percentual de Execução Orçamentária Anual da Secretaria Municipal de Saúde

Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	6.250.000,00	6.562.000,00	6.890.000,00	7.235.000,00	26.937.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: 515 - 10 . 10101 . 10 . 122 . 16 . 2.50 . 0 . 319016

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 16 - GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
Objetivo: GARANTIR A COORDENAÇÃO, PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS E SERVIÇOS DE SAÚDE, VISANDO AO FUNCIONAMENTO EFICIENTE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) NO MUNICÍPIO E À MELHORIA CONTÍNUA DA QUALIDADE DO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO.

Problema:

Justificativa: A gestão eficaz do Sistema Único de Saúde é fundamental para a concretização do direito à saúde. Um programa de gestão dedicado garante que os recursos públicos sejam utilizados de forma estratégica, que as políticas de saúde sejam implementadas com coerência e que os serviços sejam prestados de maneira organizada e integrada. Sem uma gestão robusta, os demais programas e ações de saúde perdem sua efetividade, comprometendo o atendimento à população. Portanto, este programa é o alicerce para a construção de um sistema de saúde mais eficiente, equitativo e

com capacidade de resposta às necessidades da sociedade.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 59 - Percentual de Execução Orçamentária Anual da Secretaria Municipal de Saúde

Natureza da despesa: 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	2.765.000,00	2.900.000,00	3.050.000,00	3.200.000,00	11.915.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **516 - 10 . 10101 . 10 . 122 . 16 . 2.50 . 0 . 319004**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 16 - GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Objetivo: GARANTIR A COORDENAÇÃO, PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS E SERVIÇOS DE SAÚDE, VISANDO AO FUNCIONAMENTO EFICIENTE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) NO MUNICÍPIO E À MELHORIA CONTÍNUA DA QUALIDADE DO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO.

Problema:

Justificativa: A gestão eficaz do Sistema Único de Saúde é fundamental para a concretização do direito à saúde. Um programa de gestão dedicado garante que os recursos públicos sejam utilizados de forma estratégica, que as políticas de saúde sejam implementadas com coerência e que os serviços sejam prestados de maneira organizada e integrada. Sem uma gestão robusta, os demais programas e ações de saúde perdem sua efetividade, comprometendo o atendimento à população. Portanto, este programa é o alicerce para a construção de um sistema de saúde mais eficiente, equitativo e com capacidade de resposta às necessidades da sociedade.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 59 - Percentual de Execução Orçamentária Anual da Secretaria Municipal de Saúde

Natureza da despesa: 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	380.000,00	400.000,00	415.000,00	440.000,00	1.635.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **517 - 10 . 10101 . 10 . 122 . 16 . 2.50 . 0 . 319013**

Relação de Despesas PPA

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 16 - GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
Objetivo: GARANTIR A COORDENAÇÃO, PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS E SERVIÇOS DE SAÚDE, VISANDO AO FUNCIONAMENTO EFICIENTE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) NO MUNICÍPIO E À MELHORIA CONTÍNUA DA QUALIDADE DO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO.

Problema:

Justificativa: A gestão eficaz do Sistema Único de Saúde é fundamental para a concretização do direito à saúde. Um programa de gestão dedicado garante que os recursos públicos sejam utilizados de forma estratégica, que as políticas de saúde sejam implementadas com coerência e que os serviços sejam prestados de maneira organizada e integrada. Sem uma gestão robusta, os demais programas e ações de saúde perdem sua efetividade, comprometendo o atendimento à população. Portanto, este programa é o alicerce para a construção de um sistema de saúde mais eficiente, equitativo e com capacidade de resposta às necessidades da sociedade.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 59 - Percentual de Execução Orçamentária Anual da Secretaria Municipal de Saúde

Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	1.540.000,00	1.615.000,00	1.690.000,00	1.780.000,00	6.625.000,00

Ação	Tipo	Produto						
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total	

Despesa PPA: 518 - 10 . 10101 . 10 . 122 . 16 . 2.50 . 0 . 319113

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 16 - GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
Objetivo: GARANTIR A COORDENAÇÃO, PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS E SERVIÇOS DE SAÚDE, VISANDO AO FUNCIONAMENTO EFICIENTE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) NO MUNICÍPIO E À MELHORIA CONTÍNUA DA QUALIDADE DO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO.

Problema:

Justificativa: A gestão eficaz do Sistema Único de Saúde é fundamental para a concretização do direito à saúde. Um programa de gestão dedicado garante que os recursos públicos sejam utilizados de forma estratégica, que as políticas de saúde sejam implementadas com coerência e que os serviços sejam prestados de maneira organizada e integrada. Sem uma gestão robusta, os demais programas e

ações de saúde perdem sua efetividade, comprometendo o atendimento à população. Portanto, este programa é o alicerce para a construção de um sistema de saúde mais eficiente, equitativo e com capacidade de resposta às necessidades da sociedade.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 59 - Percentual de Execução Orçamentária Anual da Secretaria Municipal de Saúde

Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	2.530.000,00	2.650.000,00	2.780.000,00	2.920.000,00	10.880.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**		**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **519 - 10 . 10101 . 10 . 302 . 18 . 2.146 . 0 . 319113**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Classificação Programática

Programa: 18 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR

Objetivo: GARANTIR O ACESSO UNIVERSAL, EQUITATIVO E OPORTUNO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, AMBULATORIAL E HOSPITALAR, VISANDO DIAGNOSTICAR, TRATAR E REABILITAR A POPULAÇÃO EM CONDIÇÕES DE SAÚDE QUE EXIGEM ATENDIMENTO ESPECIALIZADO, SEGUINDO OS PRINCÍPIOS DO SUS.

Problema:

Justificativa: A atenção em Média e Alta Complexidade é essencial para complementar a atenção primária, tratando casos que exigem recursos tecnológicos mais avançados e profissionais especializados. Sem este nível de atenção, a população fica desassistida diante de doenças crônicas, traumas e outras condições graves, comprometendo a resolutividade do sistema de saúde. Este programa se justifica pela necessidade de estruturar, qualificar e expandir a oferta desses serviços, garantindo que o cidadão, após ser atendido na atenção primária, tenha a continuidade do seu tratamento de forma ágil e eficaz, de acordo com as diretrizes do SUS.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 61 - Número de Consultas e Procedimentos de Média e Alta Complexidade Realizados

Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	490.000,00	515.000,00	540.000,00	565.000,00	2.110.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**		**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **520 - 10 . 10101 . 10 . 305 . 20 . 2.67 . 0 . 319016**

Relação de Despesas PPA

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde
Subfunção: 305 - Vigilância Epidemiológica

Classificação Programática

Programa: 20 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE
Objetivo: PROMOVER A SAÚDE DA POPULAÇÃO POR MEIO DO MONITORAMENTO E CONTROLE DE RISCOS E AGRAVOS À SAÚDE, ATUANDO NAS ÁREAS DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, SANITÁRIA, AMBIENTAL E DO TRABALHADOR, PREVENINDO DOENÇAS E PROMOVENDO A QUALIDADE DE VIDA.

Problema:

Justificativa: A Vigilância em Saúde é uma das funções mais essenciais do SUS, atuando de forma proativa para proteger a população antes que as doenças se manifestem ou se espalhem. Este programa se justifica pela necessidade de estruturar uma política de vigilância robusta e integrada, capaz de monitorar, identificar e intervir sobre os fatores determinantes e condicionantes da saúde. Investir em vigilância é investir em prevenção, o que gera benefícios significativos em termos de saúde pública, economia e bem-estar coletivo, garantindo um ambiente mais seguro para todos os cidadãos.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 63 - Percentual de Cobertura Vacinal contra Doenças

Natureza da despesa: 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	63.000,00	66.000,00	69.000,00	72.000,00	270.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: 521 - 10 . 10101 . 10 . 302 . 18 . 2.64 . 0 . 319004

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Classificação Programática

Programa: 18 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR
Objetivo: GARANTIR O ACESSO UNIVERSAL, EQUITATIVO E OPORTUNO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, AMBULATORIAL E HOSPITALAR, VISANDO DIAGNOSTICAR, TRATAR E REABILITAR A POPULAÇÃO EM CONDIÇÕES DE SAÚDE QUE EXIGEM ATENDIMENTO ESPECIALIZADO, SEGUINDO OS PRINCÍPIOS DO SUS.

Problema:

Justificativa: A atenção em Média e Alta Complexidade é essencial para complementar a atenção primária, tratando casos que exigem recursos tecnológicos mais avançados e profissionais especializados. Sem este nível de atenção, a população fica desassistida diante de doenças crônicas, traumas e outras condições graves, comprometendo a resolutividade do sistema de saúde. Este programa se justifica pela necessidade de estruturar, qualificar e expandir a oferta desses serviços, garantindo que o cidadão, após ser atendido na atenção primária, tenha a continuidade do seu tratamento de forma

ágil e eficaz, de acordo com as diretrizes do SUS.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 61 - Número de Consultas e Procedimentos de Média e Alta Complexidade Realizados

Natureza da despesa: 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das A	0,00	40.000,00	42.000,00	44.000,00	46.000,00	172.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **522 - 10 . 10101 . 10 . 302 . 18 . 2.64 . 0 . 319013**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Classificação Programática

Programa: 18 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR

Objetivo: GARANTIR O ACESSO UNIVERSAL, EQUITATIVO E OPORTUNO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, AMBULATORIAL E HOSPITALAR, VISANDO DIAGNOSTICAR, TRATAR E REABILITAR A POPULAÇÃO EM CONDIÇÕES DE SAÚDE QUE EXIGEM ATENDIMENTO ESPECIALIZADO, SEGUINDO OS PRINCÍPIOS DO SUS.

Problema:

Justificativa: A atenção em Média e Alta Complexidade é essencial para complementar a atenção primária, tratando casos que exigem recursos tecnológicos mais avançados e profissionais especializados. Sem este nível de atenção, a população fica desassistida diante de doenças crônicas, traumas e outras condições graves, comprometendo a resolutividade do sistema de saúde. Este programa se justifica pela necessidade de estruturar, qualificar e expandir a oferta desses serviços, garantindo que o cidadão, após ser atendido na atenção primária, tenha a continuidade do seu tratamento de forma ágil e eficaz, de acordo com as diretrizes do SUS.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 61 - Número de Consultas e Procedimentos de Média e Alta Complexidade Realizados

Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das A	0,00	30.000,00	31.000,00	33.000,00	34.000,00	128.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **523 - 10 . 10101 . 10 . 302 . 18 . 2.64 . 0 . 319113**

Relação de Despesas PPA

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Classificação Programática

Programa: 18 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR
Objetivo: GARANTIR O ACESSO UNIVERSAL, EQUITATIVO E OPORTUNO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, AMBULATORIAL E HOSPITALAR, VISANDO DIAGNOSTICAR, TRATAR E REABILITAR A POPULAÇÃO EM CONDIÇÕES DE SAÚDE QUE EXIGEM ATENDIMENTO ESPECIALIZADO, SEGUINDO OS PRINCÍPIOS DO SUS.

Problema:

Justificativa: A atenção em Média e Alta Complexidade é essencial para complementar a atenção primária, tratando casos que exigem recursos tecnológicos mais avançados e profissionais especializados. Sem este nível de atenção, a população fica desassistida diante de doenças crônicas, traumas e outras condições graves, comprometendo a resolutividade do sistema de saúde. Este programa se justifica pela necessidade de estruturar, qualificar e expandir a oferta desses serviços, garantindo que o cidadão, após ser atendido na atenção primária, tenha a continuidade do seu tratamento de forma ágil e eficaz, de acordo com as diretrizes do SUS.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 61 - Número de Consultas e Procedimentos de Média e Alta Complexidade Realizados

Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das A	0,00	270.000,00	283.000,00	297.000,00	312.000,00	1.162.000,00

Ação	Tipo	Produto		2026	2027	2028	2029	Total
Meta física	Unidade de medida		No período do PPA					

Despesa PPA: 524 - 6 . 6101 . 4 . 122 . 7 . 2.109 . 0 . 339091

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 6 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
Unidade orçamentária: 6101 - SECRETARIA M. DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Relação de Despesas PPA

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.91.00 - Sentenças Judiciais

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	12.260.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	42.260.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **525 - 6 . 6101 . 4 . 122 . 7 . 2.92 . 0 . 339014**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 6 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

Unidade orçamentária: 6101 - SECRETARIA M. DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	20.000,00	22.000,00	24.000,00	26.000,00	92.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **526 - 6 . 6101 . 4 . 122 . 7 . 2.110 . 0 . 339047**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 6 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

Unidade orçamentária: 6101 - SECRETARIA M. DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Relação de Despesas PPA

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.47.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	14.828.000,00	15.569.000,00	16.347.000,00	17.165.000,00	63.909.000,00
17040000 - Transferência da União Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural	0,00	466.000,00	489.000,00	513.000,00	539.000,00	2.007.000,00
17500000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	0,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	12.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **527 - 6 . 6101 . 4 . 122 . 7 . 2.92 . 0 . 339030**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 6 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

Unidade orçamentária: 6101 - SECRETARIA M. DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	10.000,00	10.000,00	11.000,00	11.000,00	42.000,00

Relação de Despesas PPA

Ação / Meta física	Tipo / Unidade de medida	Produto / No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **528 - 6 . 6101 . 4 . 122 . 7 . 2.92 . 0 . 339033**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 6 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

Unidade orçamentária: 6101 - SECRETARIA M. DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	30.000,00	31.000,00	33.000,00	34.000,00	128.000,00

Ação / Meta física	Tipo / Unidade de medida	Produto / No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **529 - 6 . 6101 . 4 . 122 . 7 . 2.92 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 6 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

Unidade orçamentária: 6101 - SECRETARIA M. DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Relação de Despesas PPA

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	2.000.000,00	2.100.000,00	2.205.000,00	2.315.000,00	8.620.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **530 - 6 . 6101 . 4 . 123 . 7 . 2.111 . 0 . 329021**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 6 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

Unidade orçamentária: 6101 - SECRETARIA M. DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 123 - Administração Financeira

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.2.90.21.00 - Juros sobre a Dívida por Contrato

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	36.202.000,00	33.537.000,00	32.137.000,00	32.337.000,00	134.213.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **531 - 6 . 6101 . 4 . 123 . 7 . 2.111 . 0 . 469071**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 6 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

Relação de Despesas PPA

Unidade orçamentária: 6101 - SECRETARIA M. DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 123 - Administração Financeira

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 4.6.90.71.00 - Principal da Dívida Contratual Resgatado

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	31.212.000,00	16.761.000,00	16.517.000,00	16.351.000,00	80.841.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: 532 - 6 . 6101 . 4 . 123 . 7 . 2.111 . 0 . 469171

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 6 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

Unidade orçamentária: 6101 - SECRETARIA M. DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 123 - Administração Financeira

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 4.6.91.71.00 - Principal da Dívida Contratual Resgatado

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Relação de Despesas PPA

15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	13.050.000,00	13.702.000,00	14.387.000,00	15.107.000,00	56.246.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **533 - 6 . 6101 . 4 . 122 . 7 . 2.92 . 0 . 449052**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 6 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
Unidade orçamentária: 6101 - SECRETARIA M. DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	30.000,00	31.000,00	33.000,00	34.000,00	128.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **534 - 7 . 7101 . 4 . 126 . 1 . 2.104 . 0 . 339040**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 7 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Unidade orçamentária: 7101 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 126 - Tecnologia da Informação

Classificação Programática

Programa: 1 - INOVAÇÃO, GOVERNANÇA E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
Objetivo: PROMOVER A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA POR MEIO DA IMPLEMENTAÇÃO DE TECNOLOGIAS E PROCESSOS INOVADORES, VISANDO AUMENTAR A EFICIÊNCIA, A TRANSPARÊNCIA E A

Relação de Despesas PPA

QUALIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS PRESTADOS À POPULAÇÃO.

Problema:

Justificativa: A modernização da gestão pública é fundamental para otimizar os recursos, reduzir custos e melhorar o ambiente municipal. O uso de tecnologia e a inovação nos processos administrativos facilitam a vida do cidadão, simplificam as rotinas dos servidores e fortalecem o controle social, tornando a gestão mais ágil, transparente e eficiente.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 2 - PERCENTUAL DA META

Natureza da despesa: 3.3.90.40.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	450.000,00	472.000,00	496.000,00	520.000,00	1.938.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **535 - 7 . 7101 . 4 . 122 . 7 . 2.90 . 0 . 339014**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 7 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade orçamentária: 7101 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	60.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **536 - 7 . 7101 . 4 . 122 . 7 . 2.90 . 0 . 339030**

Relação de Despesas PPA

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 7 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Unidade orçamentária: 7101 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	70.000,00	73.000,00	77.000,00	81.000,00	301.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**		**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: 537 - 7 . 7101 . 4 . 122 . 7 . 2.90 . 0 . 339039

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 7 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Unidade orçamentária: 7101 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Relação de Despesas PPA

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	7.500.000,00	7.800.000,00	8.190.000,00	8.599.000,00	32.089.000,00

Ação / Meta física	Tipo / Unidade de medida	Produto / No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **538 - 2 . 2101 . 4 . 122 . 7 . 2.88 . 0 . 335041**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 2 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
Unidade orçamentária: 2101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.50.41.00 - Contribuições

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	222.000,00	233.000,00	244.000,00	256.000,00	955.000,00

Ação / Meta física	Tipo / Unidade de medida	Produto / No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **539 - 7 . 7101 . 4 . 122 . 7 . 2.90 . 0 . 449052**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 7 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Unidade orçamentária: 7101 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Relação de Despesas PPA

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	50.000,00	52.000,00	55.000,00	57.000,00	214.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **540 - 8 . 8101 . 4 . 122 . 7 . 2.91 . 0 . 339040**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 8 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Unidade orçamentária: 8101 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.40.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	340.000,00	357.000,00	374.000,00	393.000,00	1.464.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Relação de Despesas PPA

Despesa PPA: **541 - 11 . 11101 . 8 . 245 . 31 . 2.119 . 0 . 319011**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade orçamentária: 11101 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 245 - Serviços Socioassistenciais

Classificação Programática

Programa: 31 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E PREVENÇÃO DE RISCOS
Objetivo: PREVENIR A OCORRÊNCIA DE SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL, POR MEIO DO DESENVOLVIMENTO DE POTENCIALIDADES, DO FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS E DA OFERTA DE SERVIÇOS, PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS.
Problema:
Justificativa: A proteção social básica é o primeiro nível da segurança social, atuando na prevenção de situações de risco antes que se agravem. Este programa é essencial para fortalecer a convivência familiar e comunitária, promover a inclusão social e garantir o acesso aos direitos, contribuindo para a redução das desigualdades e para a melhoria da qualidade de vida da população.
Público alvo: Famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, inscritos ou em potencial para o Cadastro Único

Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	0,00	500.000,00	525.000,00	551.000,00	578.000,00	2.154.000,00
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	3.955.000,00	4.152.000,00	4.360.000,00	4.578.000,00	17.045.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **542 - 11 . 11101 . 8 . 245 . 31 . 2.119 . 0 . 319016**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade orçamentária: 11101 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 245 - Serviços Socioassistenciais

Classificação Programática

Programa: 31 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E PREVENÇÃO DE RISCOS
Objetivo: PREVENIR A OCORRÊNCIA DE SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL, POR MEIO DO DESENVOLVIMENTO DE POTENCIALIDADES, DO FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS E DA OFERTA DE SERVIÇOS, PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS.
Problema:
Justificativa: A proteção social básica é o primeiro nível da segurança social, atuando na prevenção de situações de risco antes que se agravem. Este programa é essencial para fortalecer a convivência familiar e comunitária, promover a inclusão social e garantir o acesso aos direitos, contribuindo para a redução das desigualdades e para a melhoria da qualidade de vida da população.

Relação de Despesas PPA

Público alvo: Famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, inscritos ou em potencial para o Cadastro Único

Natureza da despesa: 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	645.000,00	677.000,00	711.000,00	746.000,00	2.779.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **543 - 11 . 11101 . 8 . 245 . 31 . 2.119 . 0 . 319004**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade orçamentária: 11101 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 245 - Serviços Socioassistenciais

Classificação Programática

Programa: 31 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E PREVENÇÃO DE RISCOS

Objetivo: PREVENIR A OCORRÊNCIA DE SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL, POR MEIO DO DESENVOLVIMENTO DE POTENCIALIDADES, DO FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS E DA OFERTA DE SERVIÇOS, PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS.

Problema:

Justificativa: A proteção social básica é o primeiro nível da segurança social, atuando na prevenção de situações de risco antes que se agravem. Este programa é essencial para fortalecer a convivência familiar e comunitária, promover a inclusão social e garantir o acesso aos direitos, contribuindo para a redução das desigualdades e para a melhoria da qualidade de vida da população.

Público alvo: Famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, inscritos ou em potencial para o Cadastro Único

Natureza da despesa: 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	1.144.000,00	1.201.000,00	1.261.000,00	1.324.000,00	4.930.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **544 - 11 . 11101 . 8 . 245 . 31 . 2.119 . 0 . 319013**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade orçamentária: 11101 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social

Relação de Despesas PPA

Subfunção: 245 - Serviços Socioassistenciais

Classificação Programática

Programa: 31 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E PREVENÇÃO DE RISCOS

Objetivo: PREVENIR A OCORRÊNCIA DE SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL, POR MEIO DO DESENVOLVIMENTO DE POTENCIALIDADES, DO FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS E DA OFERTA DE SERVIÇOS, PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS.

Problema:

Justificativa: A proteção social básica é o primeiro nível da segurança social, atuando na prevenção de situações de risco antes que se agravem. Este programa é essencial para fortalecer a convivência familiar e comunitária, promover a inclusão social e garantir o acesso aos direitos, contribuindo para a redução das desigualdades e para a melhoria da qualidade de vida da população.

Público alvo: Famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, inscritos ou em potencial para o Cadastro Único

Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	424.000,00	445.000,00	467.000,00	490.000,00	1.826.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: 545 - 11 . 11101 . 8 . 245 . 31 . 2.119 . 0 . 319113

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade orçamentária: 11101 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 245 - Serviços Socioassistenciais

Classificação Programática

Programa: 31 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E PREVENÇÃO DE RISCOS

Objetivo: PREVENIR A OCORRÊNCIA DE SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL, POR MEIO DO DESENVOLVIMENTO DE POTENCIALIDADES, DO FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS E DA OFERTA DE SERVIÇOS, PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS.

Problema:

Justificativa: A proteção social básica é o primeiro nível da segurança social, atuando na prevenção de situações de risco antes que se agravem. Este programa é essencial para fortalecer a convivência familiar e comunitária, promover a inclusão social e garantir o acesso aos direitos, contribuindo para a redução das desigualdades e para a melhoria da qualidade de vida da população.

Público alvo: Famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, inscritos ou em potencial para o Cadastro Único

Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	609.000,00	639.000,00	671.000,00	705.000,00	2.624.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Relação de Despesas PPA

Despesa PPA: **546 - 11 . 11101 . 8 . 245 . 31 . 2.120 . 0 . 319011**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade orçamentária: 11101 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 245 - Serviços Socioassistenciais

Classificação Programática

Programa: 31 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E PREVENÇÃO DE RISCOS
Objetivo: PREVENIR A OCORRÊNCIA DE SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL, POR MEIO DO DESENVOLVIMENTO DE POTENCIALIDADES, DO FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS E DA OFERTA DE SERVIÇOS, PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS.
Problema:
Justificativa: A proteção social básica é o primeiro nível da segurança social, atuando na prevenção de situações de risco antes que se agravem. Este programa é essencial para fortalecer a convivência familiar e comunitária, promover a inclusão social e garantir o acesso aos direitos, contribuindo para a redução das desigualdades e para a melhoria da qualidade de vida da população.
Público alvo: Famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, inscritos ou em potencial para o Cadastro Único

Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	76.000,00	79.000,00	83.000,00	87.000,00	325.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **547 - 11 . 11101 . 8 . 245 . 31 . 2.120 . 0 . 319016**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade orçamentária: 11101 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 245 - Serviços Socioassistenciais

Classificação Programática

Programa: 31 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E PREVENÇÃO DE RISCOS
Objetivo: PREVENIR A OCORRÊNCIA DE SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL, POR MEIO DO DESENVOLVIMENTO DE POTENCIALIDADES, DO FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS E DA OFERTA DE SERVIÇOS, PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS.
Problema:
Justificativa: A proteção social básica é o primeiro nível da segurança social, atuando na prevenção de situações de risco antes que se agravem. Este programa é essencial para fortalecer a convivência familiar e comunitária, promover a inclusão social e garantir o acesso aos direitos, contribuindo para a redução das desigualdades e para a melhoria da qualidade de vida da população.

Relação de Despesas PPA

Público alvo: Famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, inscritos ou em potencial para o Cadastro Único

Natureza da despesa: 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	45.000,00	47.000,00	49.000,00	52.000,00	193.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **548 - 11 . 11101 . 8 . 243 . 31 . 2.123 . 0 . 319016**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade orçamentária: 11101 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente

Classificação Programática

Programa: 31 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E PREVENÇÃO DE RISCOS

Objetivo: PREVENIR A OCORRÊNCIA DE SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL, POR MEIO DO DESENVOLVIMENTO DE POTENCIALIDADES, DO FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS E DA OFERTA DE SERVIÇOS, PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS.

Problema:

Justificativa: A proteção social básica é o primeiro nível da segurança social, atuando na prevenção de situações de risco antes que se agravem. Este programa é essencial para fortalecer a convivência familiar e comunitária, promover a inclusão social e garantir o acesso aos direitos, contribuindo para a redução das desigualdades e para a melhoria da qualidade de vida da população.

Público alvo: Famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, inscritos ou em potencial para o Cadastro Único

Natureza da despesa: 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	0,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	800.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **549 - 30 . 30001 . 8 . 122 . 7 . 2.127 . 0 . 319011**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 30 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade orçamentária: 30001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social

Relação de Despesas PPA

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	4.827.000,00	5.068.000,00	5.321.000,00	5.587.000,00	20.803.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: 550 - 30 . 30001 . 8 . 122 . 7 . 2.127 . 0 . 319016

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 30 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade orçamentária: 30001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	1.377.000,00	1.445.000,00	1.518.000,00	1.594.000,00	5.934.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Relação de Despesas PPA

Despesa PPA: **551 - 30 . 30001 . 8 . 122 . 7 . 2.127 . 0 . 319096**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 30 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade orçamentária: 30001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.96.00 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	94.000,00	98.000,00	103.000,00	108.000,00	403.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **552 - 30 . 30001 . 8 . 122 . 7 . 2.127 . 0 . 319004**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 30 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade orçamentária: 30001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Relação de Despesas PPA

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	120.000,00	126.000,00	132.000,00	138.000,00	516.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **553 - 30 . 30001 . 8 . 122 . 7 . 2.127 . 0 . 319013**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 30 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade orçamentária: 30001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	393.000,00	412.000,00	433.000,00	454.000,00	1.692.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **554 - 30 . 30001 . 8 . 122 . 7 . 2.127 . 0 . 319113**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 30 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade orçamentária: 30001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social

Relação de Despesas PPA

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	475.000,00	498.000,00	523.000,00	549.000,00	2.045.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: 555 - 11 . 11101 . 8 . 243 . 38 . 2.130 . 0 . 339036

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade orçamentária: 11101 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente

Classificação Programática

Programa: 38 - PROGRAMA JOVEM DO FUTURO

Objetivo: ROMOVER O DESENVOLVIMENTO PESSOAL E PROFISSIONAL, A QUALIFICAÇÃO E A INCLUSÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES E JOVENS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E RISCO, CONTRIBUINDO PARA O ROMPIMENTO DO CICLO DE POBREZA E VIOLÊNCIA.

Problema:

Justificativa: O investimento em políticas públicas para a juventude é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e com menos desigualdades. O programa visa oferecer um conjunto de ações que preparem esses jovens para a vida adulta, qualificando-os para o mercado de trabalho e fortalecendo seus laços sociais e comunitários.

Público alvo: Adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade e risco social.

Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	500.000,00	525.000,00	551.000,00	578.000,00	2.154.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Relação de Despesas PPA

Despesa PPA: **556 - 12 . 12101 . 4 . 122 . 7 . 2.87 . 0 . 339014**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
Unidade orçamentária: 12101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	20.000,00	21.000,00	22.000,00	23.000,00	86.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **557 - 12 . 12101 . 4 . 122 . 7 . 2.87 . 0 . 339030**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
Unidade orçamentária: 12101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Relação de Despesas PPA

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	80.000,00	84.000,00	88.000,00	92.000,00	344.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **558 - 12 . 12101 . 4 . 122 . 7 . 2.87 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Unidade orçamentária: 12101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	2.000.000,00	2.100.000,00	2.205.000,00	2.315.000,00	8.620.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **559 - 12 . 12101 . 4 . 131 . 10 . 2.151 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Unidade orçamentária: 12101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Relação de Despesas PPA

Subfunção: 131 - Comunicação Social

Classificação Programática

Programa: 10 - GESTÃO ESTRATÉGICA DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Objetivo: FORTALECER E PROFISSIONALIZAR A COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ POR MEIO DA IMPLEMENTAÇÃO DE ESTRATÉGIAS INTEGRADAS, MODERNAS E ALINHADAS AOS PRINCÍPIOS DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA, AMPLIANDO O ACESSO DA POPULAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES GOVERNAMENTAIS, FORTALECENDO A IMAGEM INSTITUCIONAL E PROMOVENDO MAIOR ENGAJAMENTO CIDADÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS.

Problema:

Justificativa: A transparência, a prestação de contas e a participação cidadã são, atualmente, fatores determinantes no âmbito da comunicação institucional, que assume um papel estratégico na consolidação de uma gestão pública moderna, eficiente e orientada por resultados. A ausência de uma política integrada e profissional de comunicação compromete a disseminação de informações relevantes, enfraquece a credibilidade institucional e reduz o alcance das ações governamentais junto à população. O programa propõe-se a organizar, padronizar e qualificar a atuação comunicacional do Poder Executivo Municipal, adotando ferramentas, protocolos e canais que ampliem o diálogo com a sociedade, promovam a transparência ativa e consolidem a identidade institucional da Prefeitura. A iniciativa também busca integrar as ações de comunicação das diferentes secretarias, evitar redundâncias, otimizar recursos públicos e garantir coerência na divulgação das políticas, serviços e resultados da gestão. Trata-se, portanto, de uma ação transversal e estruturante, visando a aproximação entre governo e sociedade e o cumprimento dos princípios constitucionais da publicidade e eficiência na administração pública.

Público alvo: População Mossoroense

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	3.000.000,00	3.150.000,00	3.307.000,00	3.472.000,00	12.929.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **560 - 12 . 12101 . 13 . 122 . 7 . 2.152 . 0 . 335041**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Unidade orçamentária: 12101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Classificação Funcional

Função: 13 - Cultura

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.50.41.00 - Contribuições

Valores Previstos R$

Relação de Despesas PPA

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00

Ação / Meta física	Tipo / Unidade de medida	Produto / No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **561 - 12 . 12101 . 13 . 122 . 7 . 2.152 . 0 . 335043**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Unidade orçamentária: 12101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Classificação Funcional

Função: 13 - Cultura

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.50.43.00 - Subvenções Sociais

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00

Ação / Meta física	Tipo / Unidade de medida	Produto / No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **562 - 12 . 12101 . 13 . 392 . 35 . 2.153 . 0 . 335041**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Unidade orçamentária: 12101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Classificação Funcional

Função: 13 - Cultura

Subfunção: 392 - Difusão Cultural

Classificação Programática

Programa: 35 - EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE MASSAS

Relação de Despesas PPA

Objetivo: PROMOVER E REALIZAR EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE GRANDE PORTE, GARANTINDO QUE SEJAM INCLUSIVOS E ACESSÍVEIS A TODO O PÚBLICO, VISANDO À DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À CULTURA, À VALORIZAÇÃO DE ARTISTAS LOCAIS E AO IMPULSIONAMENTO DA ECONOMIA CRIATIVA.

Problema:

Justificativa: O programa se justifica pela relevância da cultura como ferramenta de inclusão social e desenvolvimento econômico. Grandes eventos artísticos e culturais são catalisadores sociais, que geram fluxo econômico, oportunidades de trabalho para artistas e produtores locais, e promovem a identidade cultural e o sentimento de pertencimento da comunidade. O programa visa suprir uma demanda por acesso à cultura, além de posicionar o município como um polo cultural.

Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 3.3.50.41.00 - Contribuições

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	105.000,00	110.000,00	115.000,00	121.000,00	451.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **563 - 12 . 12101 . 13 . 392 . 35 . 2.153 . 0 . 339030**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Unidade orçamentária: 12101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Classificação Funcional

Função: 13 - Cultura

Subfunção: 392 - Difusão Cultural

Classificação Programática

Programa: 35 - EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE MASSAS

Objetivo: PROMOVER E REALIZAR EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE GRANDE PORTE, GARANTINDO QUE SEJAM INCLUSIVOS E ACESSÍVEIS A TODO O PÚBLICO, VISANDO À DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À CULTURA, À VALORIZAÇÃO DE ARTISTAS LOCAIS E AO IMPULSIONAMENTO DA ECONOMIA CRIATIVA.

Problema:

Justificativa: O programa se justifica pela relevância da cultura como ferramenta de inclusão social e desenvolvimento econômico. Grandes eventos artísticos e culturais são catalisadores sociais, que geram fluxo econômico, oportunidades de trabalho para artistas e produtores locais, e promovem a identidade cultural e o sentimento de pertencimento da comunidade. O programa visa suprir uma demanda por acesso à cultura, além de posicionar o município como um polo cultural.

Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	400.000,00	420.000,00	441.000,00	463.000,00	1.724.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Relação de Despesas PPA

Despesa PPA: **564 - 12 . 12101 . 13 . 392 . 35 . 2.153 . 0 . 339031**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
Unidade orçamentária: 12101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Classificação Funcional

Função: 13 - Cultura
Subfunção: 392 - Difusão Cultural

Classificação Programática

Programa: 35 - EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE MASSAS
Objetivo: PROMOVER E REALIZAR EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE GRANDE PORTE, GARANTINDO QUE SEJAM INCLUSIVOS E ACESSÍVEIS A TODO O PÚBLICO, VISANDO À DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À CULTURA, À VALORIZAÇÃO DE ARTISTAS LOCAIS E AO IMPULSIONAMENTO DA ECONOMIA CRIATIVA.

Problema:

Justificativa: O programa se justifica pela relevância da cultura como ferramenta de inclusão social e desenvolvimento econômico. Grandes eventos artísticos e culturais são catalisadores sociais, que geram fluxo econômico, oportunidades de trabalho para artistas e produtores locais, e promovem a identidade cultural e o sentimento de pertencimento da comunidade. O programa visa suprir uma demanda por acesso à cultura, além de posicionar o município como um polo cultural.

Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 3.3.90.31.00 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	280.000,00	294.000,00	308.000,00	324.000,00	1.206.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **565 - 12 . 12101 . 13 . 392 . 35 . 2.153 . 0 . 339036**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
Unidade orçamentária: 12101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Classificação Funcional

Função: 13 - Cultura
Subfunção: 392 - Difusão Cultural

Classificação Programática

Programa: 35 - EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE MASSAS
Objetivo: PROMOVER E REALIZAR EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE GRANDE PORTE, GARANTINDO QUE SEJAM INCLUSIVOS E ACESSÍVEIS A TODO O PÚBLICO, VISANDO À DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À CULTURA, À VALORIZAÇÃO DE ARTISTAS LOCAIS E AO IMPULSIONAMENTO DA ECONOMIA CRIATIVA.

Problema:

Justificativa: O programa se justifica pela relevância da cultura como ferramenta de inclusão social e desenvolvimento econômico. Grandes eventos artísticos e culturais são catalisadores sociais, que geram fluxo econômico, oportunidades de trabalho para artistas e produtores locais, e promovem a identidade cultural e o sentimento de pertencimento da comunidade. O programa visa suprir uma demanda

por acesso à cultura, além de posicionar o município como um polo cultural.

Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	300.000,00	315.000,00	330.000,00	347.000,00	1.292.000,00

Ação / Meta física	Tipo / Unidade de medida	Produto / No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **566 - 12 . 12101 . 13 . 392 . 35 . 2.153 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Unidade orçamentária: 12101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Classificação Funcional

Função: 13 - Cultura

Subfunção: 392 - Difusão Cultural

Classificação Programática

Programa: 35 - EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE MASSAS

Objetivo: PROMOVER E REALIZAR EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE GRANDE PORTE, GARANTINDO QUE SEJAM INCLUSIVOS E ACESSÍVEIS A TODO O PÚBLICO, VISANDO À DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À CULTURA, À VALORIZAÇÃO DE ARTISTAS LOCAIS E AO IMPULSIONAMENTO DA ECONOMIA CRIATIVA.

Problema:

Justificativa: O programa se justifica pela relevância da cultura como ferramenta de inclusão social e desenvolvimento econômico. Grandes eventos artísticos e culturais são catalisadores sociais, que geram fluxo econômico, oportunidades de trabalho para artistas e produtores locais, e promovem a identidade cultural e o sentimento de pertencimento da comunidade. O programa visa suprir uma demanda por acesso à cultura, além de posicionar o município como um polo cultural.

Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	36.700.000,00	38.535.000,00	40.461.000,00	42.484.000,00	158.180.000,00
15010000 - Outros Recursos não Vinculados	0,00	5.000.000,00	5.250.000,00	5.512.000,00	5.788.000,00	21.550.000,00

Ação / Meta física	Tipo / Unidade de medida	Produto / No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **567 - 12 . 12101 . 13 . 392 . 35 . 2.154 . 0 . 339030**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Relação de Despesas PPA

Unidade orçamentária: 12101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Classificação Funcional

Função: 13 - Cultura

Subfunção: 392 - Difusão Cultural

Classificação Programática

Programa: 35 - EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE MASSAS

Objetivo: PROMOVER E REALIZAR EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE GRANDE PORTE, GARANTINDO QUE SEJAM INCLUSIVOS E ACESSÍVEIS A TODO O PÚBLICO, VISANDO À DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À CULTURA, À VALORIZAÇÃO DE ARTISTAS LOCAIS E AO IMPULSIONAMENTO DA ECONOMIA CRIATIVA.

Problema:

Justificativa: O programa se justifica pela relevância da cultura como ferramenta de inclusão social e desenvolvimento econômico. Grandes eventos artísticos e culturais são catalisadores sociais, que geram fluxo econômico, oportunidades de trabalho para artistas e produtores locais, e promovem a identidade cultural e o sentimento de pertencimento da comunidade. O programa visa suprir uma demanda por acesso à cultura, além de posicionar o município como um polo cultural.

Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	10.000,00	10.000,00	11.000,00	11.000,00	42.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: 568 - 12 . 12101 . 13 . 392 . 35 . 2.154 . 0 . 339039

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Unidade orçamentária: 12101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Classificação Funcional

Função: 13 - Cultura

Subfunção: 392 - Difusão Cultural

Classificação Programática

Programa: 35 - EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE MASSAS

Objetivo: PROMOVER E REALIZAR EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE GRANDE PORTE, GARANTINDO QUE SEJAM INCLUSIVOS E ACESSÍVEIS A TODO O PÚBLICO, VISANDO À DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À CULTURA, À VALORIZAÇÃO DE ARTISTAS LOCAIS E AO IMPULSIONAMENTO DA ECONOMIA CRIATIVA.

Problema:

Justificativa: O programa se justifica pela relevância da cultura como ferramenta de inclusão social e desenvolvimento econômico. Grandes eventos artísticos e culturais são catalisadores sociais, que geram fluxo econômico, oportunidades de trabalho para artistas e produtores locais, e promovem a identidade cultural e o sentimento de pertencimento da comunidade. O programa visa suprir uma demanda por acesso à cultura, além de posicionar o município como um polo cultural.

Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

	Valores Previstos R$

Relação de Despesas PPA

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	1.000.000,00	1.050.000,00	1.102.000,00	1.157.000,00	4.309.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **569 - 12 . 12101 . 13 . 392 . 35 . 2.155 . 0 . 335041**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
Unidade orçamentária: 12101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Classificação Funcional

Função: 13 - Cultura
Subfunção: 392 - Difusão Cultural

Classificação Programática

Programa: 35 - EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE MASSAS
Objetivo: PROMOVER E REALIZAR EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE GRANDE PORTE, GARANTINDO QUE SEJAM INCLUSIVOS E ACESSÍVEIS A TODO O PÚBLICO, VISANDO À DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À CULTURA, À VALORIZAÇÃO DE ARTISTAS LOCAIS E AO IMPULSIONAMENTO DA ECONOMIA CRIATIVA.
Problema:
Justificativa: O programa se justifica pela relevância da cultura como ferramenta de inclusão social e desenvolvimento econômico. Grandes eventos artísticos e culturais são catalisadores sociais, que geram fluxo econômico, oportunidades de trabalho para artistas e produtores locais, e promovem a identidade cultural e o sentimento de pertencimento da comunidade. O programa visa suprir uma demanda por acesso à cultura, além de posicionar o município como um polo cultural.
Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 3.3.50.41.00 - Contribuições

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	800.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **570 - 12 . 12101 . 13 . 392 . 35 . 2.155 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
Unidade orçamentária: 12101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Classificação Funcional

Função: 13 - Cultura
Subfunção: 392 - Difusão Cultural

Classificação Programática

Relação de Despesas PPA

Programa: 35 - EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE MASSAS

Objetivo: PROMOVER E REALIZAR EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE GRANDE PORTE, GARANTINDO QUE SEJAM INCLUSIVOS E ACESSÍVEIS A TODO O PÚBLICO, VISANDO À DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À CULTURA, À VALORIZAÇÃO DE ARTISTAS LOCAIS E AO IMPULSIONAMENTO DA ECONOMIA CRIATIVA.

Problema:

Justificativa: O programa se justifica pela relevância da cultura como ferramenta de inclusão social e desenvolvimento econômico. Grandes eventos artísticos e culturais são catalisadores sociais, que geram fluxo econômico, oportunidades de trabalho para artistas e produtores locais, e promovem a identidade cultural e o sentimento de pertencimento da comunidade. O programa visa suprir uma demanda por acesso à cultura, além de posicionar o município como um polo cultural.

Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	180.000,00	188.000,00	196.000,00	205.000,00	769.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **571 - 12 . 12101 . 13 . 392 . 35 . 2.158 . 0 . 339031**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Unidade orçamentária: 12101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Classificação Funcional

Função: 13 - Cultura

Subfunção: 392 - Difusão Cultural

Classificação Programática

Programa: 35 - EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE MASSAS

Objetivo: PROMOVER E REALIZAR EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE GRANDE PORTE, GARANTINDO QUE SEJAM INCLUSIVOS E ACESSÍVEIS A TODO O PÚBLICO, VISANDO À DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À CULTURA, À VALORIZAÇÃO DE ARTISTAS LOCAIS E AO IMPULSIONAMENTO DA ECONOMIA CRIATIVA.

Problema:

Justificativa: O programa se justifica pela relevância da cultura como ferramenta de inclusão social e desenvolvimento econômico. Grandes eventos artísticos e culturais são catalisadores sociais, que geram fluxo econômico, oportunidades de trabalho para artistas e produtores locais, e promovem a identidade cultural e o sentimento de pertencimento da comunidade. O programa visa suprir uma demanda por acesso à cultura, além de posicionar o município como um polo cultural.

Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 3.3.90.31.00 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	300.000,00	315.000,00	330.000,00	347.000,00	1.292.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Relação de Despesas PPA

Despesa PPA: **572 - 12 . 12101 . 13 . 392 . 35 . 2.156 . 0 . 339030**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Unidade orçamentária: 12101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Classificação Funcional

Função: 13 - Cultura

Subfunção: 392 - Difusão Cultural

Classificação Programática

Programa: 35 - EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE MASSAS

Objetivo: PROMOVER E REALIZAR EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE GRANDE PORTE, GARANTINDO QUE SEJAM INCLUSIVOS E ACESSÍVEIS A TODO O PÚBLICO, VISANDO À DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À CULTURA, À VALORIZAÇÃO DE ARTISTAS LOCAIS E AO IMPULSIONAMENTO DA ECONOMIA CRIATIVA.

Problema:

Justificativa: O programa se justifica pela relevância da cultura como ferramenta de inclusão social e desenvolvimento econômico. Grandes eventos artísticos e culturais são catalisadores sociais, que geram fluxo econômico, oportunidades de trabalho para artistas e produtores locais, e promovem a identidade cultural e o sentimento de pertencimento da comunidade. O programa visa suprir uma demanda por acesso à cultura, além de posicionar o município como um polo cultural.

Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	10.000,00	10.000,00	11.000,00	11.000,00	42.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **573 - 12 . 12101 . 13 . 392 . 35 . 2.156 . 0 . 339036**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Unidade orçamentária: 12101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Classificação Funcional

Função: 13 - Cultura

Subfunção: 392 - Difusão Cultural

Classificação Programática

Programa: 35 - EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE MASSAS

Objetivo: PROMOVER E REALIZAR EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE GRANDE PORTE, GARANTINDO QUE SEJAM INCLUSIVOS E ACESSÍVEIS A TODO O PÚBLICO, VISANDO À DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À CULTURA, À VALORIZAÇÃO DE ARTISTAS LOCAIS E AO IMPULSIONAMENTO DA ECONOMIA CRIATIVA.

Problema:

Justificativa: O programa se justifica pela relevância da cultura como ferramenta de inclusão social e desenvolvimento econômico. Grandes eventos artísticos e culturais são catalisadores sociais, que geram fluxo

econômico, oportunidades de trabalho para artistas e produtores locais, e promovem a identidade cultural e o sentimento de pertencimento da comunidade. O programa visa suprir uma demanda por acesso à cultura, além de posicionar o município como um polo cultural.

Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	80.000,00	84.000,00	88.000,00	92.000,00	344.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **574 - 12 . 12101 . 13 . 392 . 35 . 2.156 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Unidade orçamentária: 12101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Classificação Funcional

Função: 13 - Cultura

Subfunção: 392 - Difusão Cultural

Classificação Programática

Programa: 35 - EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE MASSAS

Objetivo: PROMOVER E REALIZAR EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE GRANDE PORTE, GARANTINDO QUE SEJAM INCLUSIVOS E ACESSÍVEIS A TODO O PÚBLICO, VISANDO À DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À CULTURA, À VALORIZAÇÃO DE ARTISTAS LOCAIS E AO IMPULSIONAMENTO DA ECONOMIA CRIATIVA.

Problema:

Justificativa: O programa se justifica pela relevância da cultura como ferramenta de inclusão social e desenvolvimento econômico. Grandes eventos artísticos e culturais são catalisadores sociais, que geram fluxo econômico, oportunidades de trabalho para artistas e produtores locais, e promovem a identidade cultural e o sentimento de pertencimento da comunidade. O programa visa suprir uma demanda por acesso à cultura, além de posicionar o município como um polo cultural.

Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	4.400.000,00	4.620.000,00	4.851.000,00	5.093.000,00	18.964.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **575 - 12 . 12101 . 13 . 392 . 35 . 2.157 . 0 . 339030**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Unidade orçamentária: 12101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Relação de Despesas PPA

Classificação Funcional

Função: 13 - Cultura

Subfunção: 392 - Difusão Cultural

Classificação Programática

Programa: 35 - EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE MASSAS

Objetivo: PROMOVER E REALIZAR EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE GRANDE PORTE, GARANTINDO QUE SEJAM INCLUSIVOS E ACESSÍVEIS A TODO O PÚBLICO, VISANDO À DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À CULTURA, À VALORIZAÇÃO DE ARTISTAS LOCAIS E AO IMPULSIONAMENTO DA ECONOMIA CRIATIVA.

Problema:

Justificativa: O programa se justifica pela relevância da cultura como ferramenta de inclusão social e desenvolvimento econômico. Grandes eventos artísticos e culturais são catalisadores sociais, que geram fluxo econômico, oportunidades de trabalho para artistas e produtores locais, e promovem a identidade cultural e o sentimento de pertencimento da comunidade. O programa visa suprir uma demanda por acesso à cultura, além de posicionar o município como um polo cultural.

Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	10.000,00	12.000,00	15.000,00	17.000,00	54.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: 576 - 12 . 12101 . 13 . 392 . 35 . 2.157 . 0 . 339036

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Unidade orçamentária: 12101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Classificação Funcional

Função: 13 - Cultura

Subfunção: 392 - Difusão Cultural

Classificação Programática

Programa: 35 - EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE MASSAS

Objetivo: PROMOVER E REALIZAR EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE GRANDE PORTE, GARANTINDO QUE SEJAM INCLUSIVOS E ACESSÍVEIS A TODO O PÚBLICO, VISANDO À DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À CULTURA, À VALORIZAÇÃO DE ARTISTAS LOCAIS E AO IMPULSIONAMENTO DA ECONOMIA CRIATIVA.

Problema:

Justificativa: O programa se justifica pela relevância da cultura como ferramenta de inclusão social e desenvolvimento econômico. Grandes eventos artísticos e culturais são catalisadores sociais, que geram fluxo econômico, oportunidades de trabalho para artistas e produtores locais, e promovem a identidade cultural e o sentimento de pertencimento da comunidade. O programa visa suprir uma demanda por acesso à cultura, além de posicionar o município como um polo cultural.

Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

Valores Previstos R$

			2027		2029	

Relação de Despesas PPA

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	10.000,00	10.000,00	11.000,00	11.000,00	42.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **577 - 12 . 12101 . 13 . 392 . 35 . 2.157 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
Unidade orçamentária: 12101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Classificação Funcional

Função: 13 - Cultura
Subfunção: 392 - Difusão Cultural

Classificação Programática

Programa: 35 - EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE MASSAS
Objetivo: PROMOVER E REALIZAR EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE GRANDE PORTE, GARANTINDO QUE SEJAM INCLUSIVOS E ACESSÍVEIS A TODO O PÚBLICO, VISANDO À DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À CULTURA, À VALORIZAÇÃO DE ARTISTAS LOCAIS E AO IMPULSIONAMENTO DA ECONOMIA CRIATIVA.
Problema:
Justificativa: O programa se justifica pela relevância da cultura como ferramenta de inclusão social e desenvolvimento econômico. Grandes eventos artísticos e culturais são catalisadores sociais, que geram fluxo econômico, oportunidades de trabalho para artistas e produtores locais, e promovem a identidade cultural e o sentimento de pertencimento da comunidade. O programa visa suprir uma demanda por acesso à cultura, além de posicionar o município como um polo cultural.
Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	1.500.000,00	1.575.000,00	1.653.000,00	1.736.000,00	6.464.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **578 - 12 . 12101 . 13 . 392 . 35 . 2.159 . 0 . 335041**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
Unidade orçamentária: 12101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Classificação Funcional

Função: 13 - Cultura
Subfunção: 392 - Difusão Cultural

Classificação Programática

Relação de Despesas PPA

Programa: 35 - EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE MASSAS

Objetivo: PROMOVER E REALIZAR EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE GRANDE PORTE, GARANTINDO QUE SEJAM INCLUSIVOS E ACESSÍVEIS A TODO O PÚBLICO, VISANDO À DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À CULTURA, À VALORIZAÇÃO DE ARTISTAS LOCAIS E AO IMPULSIONAMENTO DA ECONOMIA CRIATIVA.

Problema:

Justificativa: O programa se justifica pela relevância da cultura como ferramenta de inclusão social e desenvolvimento econômico. Grandes eventos artísticos e culturais são catalisadores sociais, que geram fluxo econômico, oportunidades de trabalho para artistas e produtores locais, e promovem a identidade cultural e o sentimento de pertencimento da comunidade. O programa visa suprir uma demanda por acesso à cultura, além de posicionar o município como um polo cultural.

Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 3.3.50.41.00 - Contribuições

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
17190000 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022	0,00	1.000.000,00	959.000,00	0,00	0,00	1.959.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
			2026	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**					

Despesa PPA: **579 - 12 . 12101 . 13 . 392 . 35 . 2.159 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Unidade orçamentária: 12101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Classificação Funcional

Função: 13 - Cultura

Subfunção: 392 - Difusão Cultural

Classificação Programática

Programa: 35 - EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE MASSAS

Objetivo: PROMOVER E REALIZAR EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE GRANDE PORTE, GARANTINDO QUE SEJAM INCLUSIVOS E ACESSÍVEIS A TODO O PÚBLICO, VISANDO À DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À CULTURA, À VALORIZAÇÃO DE ARTISTAS LOCAIS E AO IMPULSIONAMENTO DA ECONOMIA CRIATIVA.

Problema:

Justificativa: O programa se justifica pela relevância da cultura como ferramenta de inclusão social e desenvolvimento econômico. Grandes eventos artísticos e culturais são catalisadores sociais, que geram fluxo econômico, oportunidades de trabalho para artistas e produtores locais, e promovem a identidade cultural e o sentimento de pertencimento da comunidade. O programa visa suprir uma demanda por acesso à cultura, além de posicionar o município como um polo cultural.

Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
17190000 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022	0,00	400.000,00	420.000,00	0,00	0,00	820.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
			2026	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**					

Relação de Despesas PPA

Despesa PPA: **580 - 12 . 12101 . 13 . 392 . 35 . 2.159 . 0 . 449051**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Unidade orçamentária: 12101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Classificação Funcional

Função: 13 - Cultura

Subfunção: 392 - Difusão Cultural

Classificação Programática

Programa: 35 - EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE MASSAS

Objetivo: PROMOVER E REALIZAR EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE GRANDE PORTE, GARANTINDO QUE SEJAM INCLUSIVOS E ACESSÍVEIS A TODO O PÚBLICO, VISANDO À DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À CULTURA, À VALORIZAÇÃO DE ARTISTAS LOCAIS E AO IMPULSIONAMENTO DA ECONOMIA CRIATIVA.

Problema:

Justificativa: O programa se justifica pela relevância da cultura como ferramenta de inclusão social e desenvolvimento econômico. Grandes eventos artísticos e culturais são catalisadores sociais, que geram fluxo econômico, oportunidades de trabalho para artistas e produtores locais, e promovem a identidade cultural e o sentimento de pertencimento da comunidade. O programa visa suprir uma demanda por acesso à cultura, além de posicionar o município como um polo cultural.

Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
17190000 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022	0,00	493.000,00	517.000,00	0,00	0,00	1.010.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
			2026	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**					

Despesa PPA: **581 - 12 . 12102 . 13 . 392 . 35 . 2.160 . 0 . 335041**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Unidade orçamentária: 12102 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

Classificação Funcional

Função: 13 - Cultura

Subfunção: 392 - Difusão Cultural

Classificação Programática

Programa: 35 - EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE MASSAS

Objetivo: PROMOVER E REALIZAR EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE GRANDE PORTE, GARANTINDO QUE SEJAM INCLUSIVOS E ACESSÍVEIS A TODO O PÚBLICO, VISANDO À DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À CULTURA, À VALORIZAÇÃO DE ARTISTAS LOCAIS E AO IMPULSIONAMENTO DA ECONOMIA CRIATIVA.

Problema:

Justificativa: O programa se justifica pela relevância da cultura como ferramenta de inclusão social e desenvolvimento econômico. Grandes eventos artísticos e culturais são catalisadores sociais, que geram fluxo

econômico, oportunidades de trabalho para artistas e produtores locais, e promovem a identidade cultural e o sentimento de pertencimento da comunidade. O programa visa suprir uma demanda por acesso à cultura, além de posicionar o município como um polo cultural.

Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 3.3.50.41.00 - Contribuições

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15010000 - Outros Recursos não Vinculados	0,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **582 - 12 . 12102 . 13 . 392 . 35 . 2.160 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Unidade orçamentária: 12102 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

Classificação Funcional

Função: 13 - Cultura

Subfunção: 392 - Difusão Cultural

Classificação Programática

Programa: 35 - EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE MASSAS

Objetivo: PROMOVER E REALIZAR EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE GRANDE PORTE, GARANTINDO QUE SEJAM INCLUSIVOS E ACESSÍVEIS A TODO O PÚBLICO, VISANDO À DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À CULTURA, À VALORIZAÇÃO DE ARTISTAS LOCAIS E AO IMPULSIONAMENTO DA ECONOMIA CRIATIVA.

Problema:

Justificativa: O programa se justifica pela relevância da cultura como ferramenta de inclusão social e desenvolvimento econômico. Grandes eventos artísticos e culturais são catalisadores sociais, que geram fluxo econômico, oportunidades de trabalho para artistas e produtores locais, e promovem a identidade cultural e o sentimento de pertencimento da comunidade. O programa visa suprir uma demanda por acesso à cultura, além de posicionar o município como um polo cultural.

Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15010000 - Outros Recursos não Vinculados	0,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **585 - 8 . 8102 . 4 . 122 . 1 . 2.106 . 0 . 339014**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 8 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Unidade orçamentária: 8102 - FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO A CIDADANIA FISCAL E DESENVOLVIMENTO DA ADM. TRIBUTÁRIA - FUCIDAT

Relação de Despesas PPA

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 1 - INOVAÇÃO, GOVERNANÇA E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA

Objetivo: PROMOVER A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA POR MEIO DA IMPLEMENTAÇÃO DE TECNOLOGIAS E PROCESSOS INOVADORES, VISANDO AUMENTAR A EFICIÊNCIA, A TRANSPARÊNCIA E A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS PRESTADOS À POPULAÇÃO.

Problema:

Justificativa: A modernização da gestão pública é fundamental para otimizar os recursos, reduzir custos e melhorar o ambiente municipal. O uso de tecnologia e a inovação nos processos administrativos facilitam a vida do cidadão, simplificam as rotinas dos servidores e fortalecem o controle social, tornando a gestão mais ágil, transparente e eficiente.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 2 - PERCENTUAL DA META

Natureza da despesa: 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000005 - Recursos vinculados ao Fundo Municipal de Incentivo a Cidadania Fiscal e ao Desenvolvi	0,00	20.000,00	21.000,00	22.000,00	23.000,00	86.000,00

Ação	Tipo	Produto		2026	2027	2028	2029	Total
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA						

Despesa PPA: 586 - 8 . 8102 . 4 . 122 . 1 . 2.106 . 0 . 339030

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 8 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Unidade orçamentária: 8102 - FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO A CIDADANIA FISCAL E DESENVOLVIMENTO DA ADM. TRIBUTÁRIA - FUCIDAT

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 1 - INOVAÇÃO, GOVERNANÇA E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA

Objetivo: PROMOVER A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA POR MEIO DA IMPLEMENTAÇÃO DE TECNOLOGIAS E PROCESSOS INOVADORES, VISANDO AUMENTAR A EFICIÊNCIA, A TRANSPARÊNCIA E A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS PRESTADOS À POPULAÇÃO.

Problema:

Justificativa: A modernização da gestão pública é fundamental para otimizar os recursos, reduzir custos e melhorar o ambiente municipal. O uso de tecnologia e a inovação nos processos administrativos facilitam a vida do cidadão, simplificam as rotinas dos servidores e fortalecem o controle social, tornando a gestão mais ágil, transparente e eficiente.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 2 - PERCENTUAL DA META

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Valores Previstos R$

Relação de Despesas PPA

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000005 - Recursos vinculados ao Fundo Municipal de Incentivo a Cidadania Fiscal e ao Desenvolvi	0,00	49.000,00	52.000,00	55.000,00	57.000,00	213.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **587 - 16 . 16101 . 20 . 606 . 23 . 2.81 . 0 . 339035**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL
Unidade orçamentária: 16101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Classificação Funcional

Função: 20 - Agricultura
Subfunção: 606 - Extensão Rural

Classificação Programática

Programa: 23 - MOSSORÓ RURAL
Objetivo: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ÁREA RURAL DE MOSSORÓ, FOMENTANDO A AGRICULTURA FAMILIAR, A INFRAESTRUTURA E A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA COMUNIDADE RURAL.
Problema:
Justificativa: O programa se justifica pela necessidade estratégica de fortalecer a economia local baseada na agricultura familiar, assegurando a produção de alimentos saudáveis e gerando emprego e renda no campo. A melhoria das condições de vida no meio rural é essencial para reduzir as desigualdades sociais e territoriais e garantir a sustentabilidade ambiental do município.
Público alvo: População rural de Mossoró

Natureza da despesa: 3.3.90.35.00 - Serviços de Consultoria

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	1.200.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **593 - 16 . 16101 . 20 . 662 . 25 . 2.85 . 0 . 459065**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL
Unidade orçamentária: 16101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Classificação Funcional

Função: 20 - Agricultura
Subfunção: 662 - Produção Industrial

Classificação Programática

Programa: 25 - FOMENTO E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Relação de Despesas PPA

Objetivo: PROMOVER O CRESCIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL POR MEIO DO FOMENTO AO EMPREENDEDORISMO, DA MELHORIA DA INFRAESTRUTURA E DO APOIO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS, VISANDO À GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA E À ATRAÇÃO DE NOVOS INVESTIMENTOS.

Problema:

Justificativa: O programa se justifica pela necessidade de criar um ambiente físico e estrutural favorável para que as empresas e os empreendedores locais possam prosperar. A melhoria da infraestrutura e o fomento direto são essenciais para reduzir barreiras, aumentar a competitividade e diversificar a economia, gerando oportunidades para a população.

Público alvo: Empreendedores

Indicadores: 92 - Extensão de Infraestrutura Recuperada e/ou Implantada nos Espaços Produtivos

Natureza da despesa: 4.5.90.65.00 - Constituição ou Aumento de Capital de Empresas

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	3.410.000,00	3.580.000,00	3.759.000,00	3.947.000,00	14.696.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: 594 - 16 . 16101 . 20 . 662 . 25 . 2.85 . 0 . 339091

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Unidade orçamentária: 16101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Classificação Funcional

Função: 20 - Agricultura

Subfunção: 662 - Produção Industrial

Classificação Programática

Programa: 25 - FOMENTO E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Objetivo: PROMOVER O CRESCIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL POR MEIO DO FOMENTO AO EMPREENDEDORISMO, DA MELHORIA DA INFRAESTRUTURA E DO APOIO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS, VISANDO À GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA E À ATRAÇÃO DE NOVOS INVESTIMENTOS.

Problema:

Justificativa: O programa se justifica pela necessidade de criar um ambiente físico e estrutural favorável para que as empresas e os empreendedores locais possam prosperar. A melhoria da infraestrutura e o fomento direto são essenciais para reduzir barreiras, aumentar a competitividade e diversificar a economia, gerando oportunidades para a população.

Público alvo: Empreendedores

Indicadores: 92 - Extensão de Infraestrutura Recuperada e/ou Implantada nos Espaços Produtivos

Natureza da despesa: 3.3.90.91.00 - Sentenças Judiciais

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	380.000,00	399.000,00	418.000,00	439.000,00	1.636.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Relação de Despesas PPA

Despesa PPA: **595 - 18 . 18101 . 17 . 512 . 14 . 1.7 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 18 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
Unidade orçamentária: 18101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Classificação Funcional

Função: 17 - Saneamento
Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano

Classificação Programática

Programa: 14 - MOSSORÓ REALIZA
Objetivo: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO, A MODERNIZAÇÃO E A MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO, GARANTINDO A QUALIDADE E A ACESSIBILIDADE DE VIAS, ESPAÇOS PÚBLICOS, SANEAMENTO, DRENAGEM E ILUMINAÇÃO, PARA MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO E FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.
Problema:
Justificativa: O desenvolvimento da infraestrutura é o alicerce para o crescimento sustentável de qualquer município. Uma infraestrutura de qualidade não apenas melhora a mobilidade e a segurança, mas também atrai investimentos, valoriza o patrimônio público, fomenta o turismo e, principalmente, eleva a qualidade de vida dos cidadãos. Este programa se justifica pela necessidade de planejar e executar obras e serviços essenciais que atendam às demandas atuais e futuras da população, garantindo um ambiente urbano e rural mais organizado, acessível e funcional, em consonância com as metas de desenvolvimento sustentável.
Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Ação	**Tipo**	**Produto**						
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **596 - 18 . 18101 . 17 . 512 . 27 . 1.17 . 0 . 449051**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 18 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
Unidade orçamentária: 18101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Classificação Funcional

Função: 17 - Saneamento
Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano

Classificação Programática

Programa: 27 - HIGIDEZ E PROTEÇÃO AMBIENTAL
Objetivo: PROMOVER A SUSTENTABILIDADE E O EQUILÍBRIO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO, GARANTINDO A PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS, A REDUÇÃO DA POLUIÇÃO E A GESTÃO ADEQUADA DOS RESÍDUOS, CONTRIBUINDO PARA A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO E PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.
Problema:
Justificativa: A gestão ambiental é um pilar fundamental para o desenvolvimento sustentável de qualquer cidade. A criação deste programa visa assegurar que o crescimento urbano ocorra de forma ordenada e

consciente, protegendo o meio ambiente para as futuras gerações e garantindo um ambiente mais saudável e seguro para os cidadãos.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 104 - Percentual de Resíduos Sólidos Urbanos com Destinação Ambientalmente Adequada

Natureza da despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	0,00	3.285.000,00	3.429.000,00	3.575.000,00	3.700.000,00	13.989.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **597 - 16 . 16101 . 20 . 606 . 23 . 2.81 . 0 . 339027**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Unidade orçamentária: 16101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Classificação Funcional

Função: 20 - Agricultura

Subfunção: 606 - Extensão Rural

Classificação Programática

Programa: 23 - MOSSORÓ RURAL

Objetivo: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ÁREA RURAL DE MOSSORÓ, FOMENTANDO A AGRICULTURA FAMILIAR, A INFRAESTRUTURA E A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA COMUNIDADE RURAL.

Problema:

Justificativa: O programa se justifica pela necessidade estratégica de fortalecer a economia local baseada na agricultura familiar, assegurando a produção de alimentos saudáveis e gerando emprego e renda no campo. A melhoria das condições de vida no meio rural é essencial para reduzir as desigualdades sociais e territoriais e garantir a sustentabilidade ambiental do município.

Público alvo: População rural de Mossoró

Natureza da despesa: 3.3.90.27.00 - Encargos pela Honra de Avais, Garantias, Seguros e Similares

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	120.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **598 - 18 . 18101 . 27 . 451 . 14 . 1.6 . 0 . 449052**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 18 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Unidade orçamentária: 18101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Relação de Despesas PPA

Classificação Funcional

Função: 27 - Desporto e Lazer

Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana

Classificação Programática

Programa: 14 - MOSSORÓ REALIZA

Objetivo: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO, A MODERNIZAÇÃO E A MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO, GARANTINDO A QUALIDADE E A ACESSIBILIDADE DE VIAS, ESPAÇOS PÚBLICOS, SANEAMENTO, DRENAGEM E ILUMINAÇÃO, PARA MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO E FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

Problema:

Justificativa: O desenvolvimento da infraestrutura é o alicerce para o crescimento sustentável de qualquer município. Uma infraestrutura de qualidade não apenas melhora a mobilidade e a segurança, mas também atrai investimentos, valoriza o patrimônio público, fomenta o turismo e, principalmente, eleva a qualidade de vida dos cidadãos. Este programa se justifica pela necessidade de planejar e executar obras e serviços essenciais que atendam às demandas atuais e futuras da população, garantindo um ambiente urbano e rural mais organizado, acessível e funcional, em consonância com as metas de desenvolvimento sustentável.

Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Ação	**Tipo**	**Produto**						
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: 599 - 16 . 16101 . 20 . 606 . 23 . 2.80 . 0 . 339036

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Unidade orçamentária: 16101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Classificação Funcional

Função: 20 - Agricultura

Subfunção: 606 - Extensão Rural

Classificação Programática

Programa: 23 - MOSSORÓ RURAL

Objetivo: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ÁREA RURAL DE MOSSORÓ, FOMENTANDO A AGRICULTURA FAMILIAR, A INFRAESTRUTURA E A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA COMUNIDADE RURAL.

Problema:

Justificativa: O programa se justifica pela necessidade estratégica de fortalecer a economia local baseada na agricultura familiar, assegurando a produção de alimentos saudáveis e gerando emprego e renda no campo. A melhoria das condições de vida no meio rural é essencial para reduzir as desigualdades sociais e territoriais e garantir a sustentabilidade ambiental do município.

Público alvo: População rural de Mossoró

Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Relação de Despesas PPA

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	30.000,00	31.000,00	330.000,00	34.000,00	425.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **600 - 16 . 16101 . 20 . 606 . 23 . 2.80 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL
Unidade orçamentária: 16101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Classificação Funcional

Função: 20 - Agricultura
Subfunção: 606 - Extensão Rural

Classificação Programática

Programa: 23 - MOSSORÓ RURAL
Objetivo: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ÁREA RURAL DE MOSSORÓ, FOMENTANDO A AGRICULTURA FAMILIAR, A INFRAESTRUTURA E A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA COMUNIDADE RURAL.
Problema:
Justificativa: O programa se justifica pela necessidade estratégica de fortalecer a economia local baseada na agricultura familiar, assegurando a produção de alimentos saudáveis e gerando emprego e renda no campo. A melhoria das condições de vida no meio rural é essencial para reduzir as desigualdades sociais e territoriais e garantir a sustentabilidade ambiental do município.
Público alvo: População rural de Mossoró

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	4.000.000,00	4.200.000,00	4.410.000,00	4.630.000,00	17.240.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **601 - 16 . 16101 . 20 . 606 . 23 . 2.80 . 0 . 335041**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL
Unidade orçamentária: 16101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Classificação Funcional

Função: 20 - Agricultura
Subfunção: 606 - Extensão Rural

Classificação Programática

Programa: 23 - MOSSORÓ RURAL

Relação de Despesas PPA

Objetivo: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ÁREA RURAL DE MOSSORÓ, FOMENTANDO A AGRICULTURA FAMILIAR, A INFRAESTRUTURA E A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA COMUNIDADE RURAL.

Problema:

Justificativa: O programa se justifica pela necessidade estratégica de fortalecer a economia local baseada na agricultura familiar, assegurando a produção de alimentos saudáveis e gerando emprego e renda no campo. A melhoria das condições de vida no meio rural é essencial para reduzir as desigualdades sociais e territoriais e garantir a sustentabilidade ambiental do município.

Público alvo: População rural de Mossoró

Natureza da despesa: 3.3.50.41.00 - Contribuições

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	310.000,00	325.000,00	341.000,00	358.000,00	1.334.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **602 - 11 . 11101 . 8 . 243 . 38 . 2.130 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade orçamentária: 11101 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente

Classificação Programática

Programa: 38 - PROGRAMA JOVEM DO FUTURO

Objetivo: ROMOVER O DESENVOLVIMENTO PESSOAL E PROFISSIONAL, A QUALIFICAÇÃO E A INCLUSÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES E JOVENS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E RISCO, CONTRIBUINDO PARA O ROMPIMENTO DO CICLO DE POBREZA E VIOLÊNCIA.

Problema:

Justificativa: O investimento em políticas públicas para a juventude é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e com menos desigualdades. O programa visa oferecer um conjunto de ações que preparem esses jovens para a vida adulta, qualificando-os para o mercado de trabalho e fortalecendo seus laços sociais e comunitários.

Público alvo: Adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade e risco social.

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	500.000,00	525.000,00	551.000,00	578.000,00	2.154.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **603 - 11 . 11101 . 8 . 243 . 38 . 2.130 . 0 . 335041**

Relação de Despesas PPA

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade orçamentária: 11101 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente

Classificação Programática

Programa: 38 - PROGRAMA JOVEM DO FUTURO

Objetivo: ROMOVER O DESENVOLVIMENTO PESSOAL E PROFISSIONAL, A QUALIFICAÇÃO E A INCLUSÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES E JOVENS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E RISCO, CONTRIBUINDO PARA O ROMPIMENTO DO CICLO DE POBREZA E VIOLÊNCIA.

Problema:

Justificativa: O investimento em políticas públicas para a juventude é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e com menos desigualdades. O programa visa oferecer um conjunto de ações que preparem esses jovens para a vida adulta, qualificando-os para o mercado de trabalho e fortalecendo seus laços sociais e comunitários.

Público alvo: Adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade e risco social.

Natureza da despesa: 3.3.50.41.00 - Contribuições

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	100.000,00	105.000,00	110.000,00	115.000,00	430.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **606 - 28 . 28001 . 4 . 128 . 6 . 2.132 . 0 . 339036**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 28 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Unidade orçamentária: 28001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 128 - Formação de Recursos Humanos

Classificação Programática

Programa: 6 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Objetivo: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO CONTÍNUO DAS COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DOS SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS E APOSENTADOS, BEM COMO DOS DEMAIS AGENTES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ, POR MEIO DE PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO, VISANDO A MELHORIA DA EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E A ADAPTAÇÃO ÀS NOVAS DEMANDAS DA GESTÃO.

Problema:

Justificativa: A qualidade dos serviços públicos prestados à população está diretamente ligada à qualificação de seus servidores e agentes. Um programa robusto de desenvolvimento profissional é essencial para que a administração municipal possa responder aos desafios contemporâneos, otimizar processos, incorporar novas tecnologias e garantir a excelência na execução das políticas públicas. Além disso, a capacitação contínua não só aprimora o desempenho no trabalho, mas também promove a valorização do servidor, prepara-o para diferentes fases da carreira e para a aposentadoria, e fomenta um ambiente de inovação e eficiência. Investir na capacitação dos servidores ativos e na integração dos aposentados garante a perpetuação do conhecimento institucional e a melhoria constante da

Relação de Despesas PPA

máquina pública.

Público alvo: Servidores públicos ativos, servidores aposentados, e demais agentes públicos do município de Mossoró

Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	30.000,00	32.000,00	35.000,00	37.000,00	134.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **607 - 19 . 24201 . 4 . 122 . 7 . 1.3 . 0 . 449051**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 19 - PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN

Unidade orçamentária: 24201 - PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
18020000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	691.000,00	725.000,00	100.000,00	100.000,00	1.616.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **608 - 19 . 24201 . 4 . 122 . 7 . 1.3 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 19 - PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN

Unidade orçamentária: 24201 - PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN

Relação de Despesas PPA

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
18020000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	719.000,00	754.000,00	792.000,00	832.000,00	3.097.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **609 - 19 . 24201 . 4 . 122 . 7 . 2.35 . 0 . 319011**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 19 - PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN

Unidade orçamentária: 24201 - PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
18020000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	1.700.000,00	1.700.000,00	1.700.000,00	17.000.000,00	22.100.000,00

Relação de Despesas PPA

Ação / Meta física	Tipo / Unidade de medida	Produto / No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **610 - 19 . 24201 . 4 . 122 . 7 . 2.35 . 0 . 319013**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 19 - PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN

Unidade orçamentária: 24201 - PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
18020000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	210.000,00	220.000,00	231.000,00	243.000,00	904.000,00

Ação / Meta física	Tipo / Unidade de medida	Produto / No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **611 - 19 . 24201 . 4 . 122 . 7 . 2.35 . 0 . 319094**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 19 - PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN

Unidade orçamentária: 24201 - PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Relação de Despesas PPA

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.94.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
18020000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	100.000,00	105.000,00	110.000,00	115.000,00	430.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **612 - 19 . 24201 . 4 . 122 . 7 . 2.35 . 0 . 319096**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 19 - PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN

Unidade orçamentária: 24201 - PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.96.00 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
18020000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	255.000,00	255.000,00	255.000,00	255.000,00	1.020.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **613 - 19 . 24201 . 4 . 122 . 7 . 2.35 . 0 . 339014**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 19 - PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN

Relação de Despesas PPA

Unidade orçamentária: 24201 - PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
18020000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	60.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: 614 - 19 . 24201 . 4 . 122 . 7 . 2.36 . 0 . 339047

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 19 - PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN

Unidade orçamentária: 24201 - PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.47.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Relação de Despesas PPA

18020000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	200.000,00	210.000,00	220.000,00	231.000,00	861.000,00

Ação	Tipo	Produto						
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **615 - 19 . 24201 . 4 . 122 . 7 . 2.36 . 0 . 339093**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 19 - PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN

Unidade orçamentária: 24201 - PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.93.00 - Indenizações e Restituições

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
18020000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	245.000,00	257.000,00	270.000,00	283.000,00	1.055.000,00

Ação	Tipo	Produto						
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **616 - 19 . 24201 . 4 . 122 . 7 . 2.36 . 0 . 449052**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 19 - PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN

Unidade orçamentária: 24201 - PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS,

Relação de Despesas PPA

TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
18020000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	200.000,00	210.000,00	220.000,00	231.000,00	861.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **617 - 11 . 11101 . 8 . 244 . 31 . 2.121 . 0 . 339032**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade orçamentária: 11101 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Classificação Programática

Programa: 31 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E PREVENÇÃO DE RISCOS

Objetivo: PREVENIR A OCORRÊNCIA DE SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL, POR MEIO DO DESENVOLVIMENTO DE POTENCIALIDADES, DO FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS E DA OFERTA DE SERVIÇOS, PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS.

Problema:

Justificativa: A proteção social básica é o primeiro nível da segurança social, atuando na prevenção de situações de risco antes que se agravem. Este programa é essencial para fortalecer a convivência familiar e comunitária, promover a inclusão social e garantir o acesso aos direitos, contribuindo para a redução das desigualdades e para a melhoria da qualidade de vida da população.

Público alvo: Famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, inscritos ou em potencial para o Cadastro Único

Natureza da despesa: 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	1.400.000,00	1.470.000,00	1.543.000,00	1.620.000,00	6.033.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **618 - 11 . 11101 . 8 . 245 . 31 . 2.120 . 0 . 335041**

Estrutura Organizacional

Relação de Despesas PPA

Unidade gestora: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade orçamentária: 11101 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 245 - Serviços Socioassistenciais

Classificação Programática

Programa: 31 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E PREVENÇÃO DE RISCOS
Objetivo: PREVENIR A OCORRÊNCIA DE SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL, POR MEIO DO DESENVOLVIMENTO DE POTENCIALIDADES, DO FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS E DA OFERTA DE SERVIÇOS, PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS.
Problema:
Justificativa: A proteção social básica é o primeiro nível da segurança social, atuando na prevenção de situações de risco antes que se agravem. Este programa é essencial para fortalecer a convivência familiar e comunitária, promover a inclusão social e garantir o acesso aos direitos, contribuindo para a redução das desigualdades e para a melhoria da qualidade de vida da população.
Público alvo: Famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, inscritos ou em potencial para o Cadastro Único

Natureza da despesa: 3.3.50.41.00 - Contribuições

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	0,00	51.000,00	51.000,00	51.000,00	51.000,00	204.000,00
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	1.460.000,00	840.000,00	882.000,00	926.000,00	4.108.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **621 - 24 . 24001 . 4 . 122 . 7 . 2.93 . 0 . 319096**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 24 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROGRAMAS E PROJETOS ESTRATEGICOS
Unidade orçamentária: 24001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROGRAMAS E PROJETOS ESTRATEGICOS

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.
Problema:
Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.
Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.96.00 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado

Relação de Despesas PPA

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	263.000,00	276.000,00	290.000,00	304.000,00	1.133.000,00

Ação / Meta física	Tipo / Produto / Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **622 - 17 . 17101 . 4 . 122 . 7 . 2.69 . 0 . 339014**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Unidade orçamentária: 17101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	15.000,00	15.000,00	16.000,00	17.000,00	63.000,00

Ação / Meta física	Tipo / Produto / Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **624 - 17 . 17101 . 4 . 122 . 7 . 2.69 . 0 . 339030**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Unidade orçamentária: 17101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Relação de Despesas PPA

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	50.000,00	52.000,00	55.000,00	57.000,00	214.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **625 - 17 . 17101 . 4 . 122 . 7 . 2.69 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Unidade orçamentária: 17101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	1.600.000,00	1.650.000,00	1.700.000,00	1.750.000,00	6.700.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Relação de Despesas PPA

Despesa PPA: **626 - 17 . 17101 . 4 . 122 . 7 . 2.69 . 0 . 449052**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Unidade orçamentária: 17101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	50.000,00	52.000,00	55.000,00	57.000,00	214.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **627 - 17 . 17101 . 4 . 122 . 35 . 2.70 . 0 . 339030**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Unidade orçamentária: 17101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 35 - EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE MASSAS

Objetivo: PROMOVER E REALIZAR EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE GRANDE PORTE, GARANTINDO QUE SEJAM INCLUSIVOS E ACESSÍVEIS A TODO O PÚBLICO, VISANDO À DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À CULTURA, À VALORIZAÇÃO DE ARTISTAS LOCAIS E AO IMPULSIONAMENTO DA ECONOMIA CRIATIVA.

Problema:

Justificativa: O programa se justifica pela relevância da cultura como ferramenta de inclusão social e desenvolvimento econômico. Grandes eventos artísticos e culturais são catalisadores sociais, que geram fluxo econômico, oportunidades de trabalho para artistas e produtores locais, e promovem a identidade cultural e o sentimento de pertencimento da comunidade. O programa visa suprir uma demanda por acesso à cultura, além de posicionar o município como um polo cultural.

Relação de Despesas PPA

Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	230.000,00	241.000,00	253.000,00	266.000,00	990.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **628 - 17 . 17101 . 4 . 122 . 35 . 2.70 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Unidade orçamentária: 17101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 35 - EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE MASSAS

Objetivo: PROMOVER E REALIZAR EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DE GRANDE PORTE, GARANTINDO QUE SEJAM INCLUSIVOS E ACESSÍVEIS A TODO O PÚBLICO, VISANDO À DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À CULTURA, À VALORIZAÇÃO DE ARTISTAS LOCAIS E AO IMPULSIONAMENTO DA ECONOMIA CRIATIVA.

Problema:

Justificativa: O programa se justifica pela relevância da cultura como ferramenta de inclusão social e desenvolvimento econômico. Grandes eventos artísticos e culturais são catalisadores sociais, que geram fluxo econômico, oportunidades de trabalho para artistas e produtores locais, e promovem a identidade cultural e o sentimento de pertencimento da comunidade. O programa visa suprir uma demanda por acesso à cultura, além de posicionar o município como um polo cultural.

Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	2.680.000,00	2.814.000,00	2.954.000,00	3.102.000,00	11.550.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **629 - 17 . 17103 . 6 . 128 . 6 . 2.73 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Unidade orçamentária: 17103 - FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Classificação Funcional

Relação de Despesas PPA

Função: 6 - Segurança Pública

Subfunção: 128 - Formação de Recursos Humanos

Classificação Programática

Programa: 6 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Objetivo: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO CONTÍNUO DAS COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DOS SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS E APOSENTADOS, BEM COMO DOS DEMAIS AGENTES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ, POR MEIO DE PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO, VISANDO A MELHORIA DA EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E A ADAPTAÇÃO ÀS NOVAS DEMANDAS DA GESTÃO.

Problema:

Justificativa: A qualidade dos serviços públicos prestados à população está diretamente ligada à qualificação de seus servidores e agentes. Um programa robusto de desenvolvimento profissional é essencial para que a administração municipal possa responder aos desafios contemporâneos, otimizar processos, incorporar novas tecnologias e garantir a excelência na execução das políticas públicas. Além disso, a capacitação contínua não só aprimora o desempenho no trabalho, mas também promove a valorização do servidor, prepara-o para diferentes fases da carreira e para a aposentadoria, e fomenta um ambiente de inovação e eficiência. Investir na capacitação dos servidores ativos e na integração dos aposentados garante a perpetuação do conhecimento institucional e a melhoria constante da máquina pública.

Público alvo: Servidores públicos ativos, servidores aposentados, e demais agentes públicos do município de Mossoró

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15010000 - Outros Recursos não Vinculados	0,00	50.000,00	52.000,00	55.000,00	57.000,00	214.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: 630 - 17 . 17101 . 4 . 122 . 7 . 2.74 . 0 . 339030

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Unidade orçamentária: 17101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Valores Previstos R$

Relação de Despesas PPA

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00	480.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **631 - 17 . 17101 . 4 . 122 . 22 . 2.71 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Unidade orçamentária: 17101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 22 - MOBILIDADE URBANA E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO

Objetivo: GARANTIR A FLUIDEZ DO TRÁFEGO, PROMOVER A SEGURANÇA VIÁRIA E FISCALIZAR O CUMPRIMENTO DAS LEIS DE TRÂNSITO, POR MEIO DA GESTÃO INTELIGENTE E DA EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO, VISANDO MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO E REDUZIR ACIDENTES.

Problema:

Justificativa: A mobilidade urbana é um dos pilares de uma cidade moderna e sustentável. Um sistema de transporte eficiente, seguro e acessível é crucial para o desenvolvimento econômico e para o bem-estar social. Este programa justifica-se pela necessidade de reduzir os impactos negativos do trânsito, como acidentes e poluição, e garantir o direito de ir e vir da população com segurança e agilidade.

Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
17520000 - Recursos Vinculados ao Trânsito	0,00	3.650.000,00	3.831.000,00	4.015.000,00	4.203.000,00	15.699.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **632 - 17 . 17101 . 4 . 122 . 22 . 2.71 . 0 . 449052**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Unidade orçamentária: 17101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 22 - MOBILIDADE URBANA E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO

Relação de Despesas PPA

Objetivo: GARANTIR A FLUIDEZ DO TRÁFEGO, PROMOVER A SEGURANÇA VIÁRIA E FISCALIZAR O CUMPRIMENTO DAS LEIS DE TRÂNSITO, POR MEIO DA GESTÃO INTELIGENTE E DA EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO, VISANDO MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO E REDUZIR ACIDENTES.

Problema:

Justificativa: A mobilidade urbana é um dos pilares de uma cidade moderna e sustentável. Um sistema de transporte eficiente, seguro e acessível é crucial para o desenvolvimento econômico e para o bem-estar social. Este programa justifica-se pela necessidade de reduzir os impactos negativos do trânsito, como acidentes e poluição, e garantir o direito de ir e vir da população com segurança e agilidade.

Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
17520000 - Recursos Vinculados ao Trânsito	0,00	50.000,00	52.000,00	55.000,00	57.000,00	214.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **633 - 17 . 17101 . 4 . 122 . 7 . 2.74 . 0 . 339048**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Unidade orçamentária: 17101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.48.00 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	150.000,00	160.000,00	170.000,00	180.000,00	660.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **636 - 17 . 17101 . 26 . 453 . 22 . 2.176 . 0 . 339093**

Relação de Despesas PPA

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Unidade orçamentária: 17101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Classificação Funcional

Função: 26 - Transporte

Subfunção: 453 - Transportes Coletivos Urbanos

Classificação Programática

Programa: 22 - MOBILIDADE URBANA E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO

Objetivo: GARANTIR A FLUIDEZ DO TRÁFEGO, PROMOVER A SEGURANÇA VIÁRIA E FISCALIZAR O CUMPRIMENTO DAS LEIS DE TRÂNSITO, POR MEIO DA GESTÃO INTELIGENTE E DA EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO, VISANDO MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO E REDUZIR ACIDENTES.

Problema:

Justificativa: A mobilidade urbana é um dos pilares de uma cidade moderna e sustentável. Um sistema de transporte eficiente, seguro e acessível é crucial para o desenvolvimento econômico e para o bem-estar social. Este programa justifica-se pela necessidade de reduzir os impactos negativos do trânsito, como acidentes e poluição, e garantir o direito de ir e vir da população com segurança e agilidade.

Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 3.3.90.93.00 - Indenizações e Restituições

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	1.200.000,00	1.260.000,00	1.323.000,00	1.389.000,00	5.172.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: 637 - 17 . 17101 . 4 . 122 . 7 . 2.72 . 0 . 319016

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Unidade orçamentária: 17101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil

Relação de Despesas PPA

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
17520000 - Recursos Vinculados ao Trânsito	0,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	200.000,00

Ação	Tipo	Produto		2026	2027	2028	2029	Total
Meta física	Unidade de medida		No período do PPA					

Despesa PPA: **638 - 17 . 17101 . 4 . 122 . 7 . 2.72 . 0 . 339036**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Unidade orçamentária: 17101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
17520000 - Recursos Vinculados ao Trânsito	0,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	60.000,00

Ação	Tipo	Produto		2026	2027	2028	2029	Total
Meta física	Unidade de medida		No período do PPA					

Despesa PPA: **640 - 17 . 17102 . 14 . 422 . 21 . 2.75 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Unidade orçamentária: 17102 - FUNDO MUNICIPAL SOBRE DROGAS DO MUNICIPIO DE MOSSORO

Classificação Funcional

Função: 14 - Direitos da Cidadania

Subfunção: 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos

Classificação Programática

Relação de Despesas PPA

Programa: 21 - SEGURANÇA CIDADÃ E ORDEM PÚBLICA

Objetivo: PROMOVER A REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE E O AUMENTO DA SENSAÇÃO DE SEGURANÇA DA POPULAÇÃO, POR MEIO DE AÇÕES INTEGRADAS E PREVENTIVAS, VISANDO O FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA E A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA NA CIDADE.

Problema:

Justificativa: A segurança pública é um direito fundamental e um pilar para o desenvolvimento social e econômico do município. A implementação deste programa é essencial para enfrentar os desafios da violência urbana e construir um ambiente mais seguro e pacífico, fortalecendo a confiança da população na gestão pública e nas forças de segurança.

Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15010000 - Outros Recursos não Vinculados	0,00	10.000,00	10.000,00	11.000,00	11.000,00	42.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **641 - 17 . 17101 . 6 . 181 . 21 . 2.76 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Unidade orçamentária: 17101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Classificação Funcional

Função: 6 - Segurança Pública

Subfunção: 181 - Policiamento

Classificação Programática

Programa: 21 - SEGURANÇA CIDADÃ E ORDEM PÚBLICA

Objetivo: PROMOVER A REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE E O AUMENTO DA SENSAÇÃO DE SEGURANÇA DA POPULAÇÃO, POR MEIO DE AÇÕES INTEGRADAS E PREVENTIVAS, VISANDO O FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA E A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA NA CIDADE.

Problema:

Justificativa: A segurança pública é um direito fundamental e um pilar para o desenvolvimento social e econômico do município. A implementação deste programa é essencial para enfrentar os desafios da violência urbana e construir um ambiente mais seguro e pacífico, fortalecendo a confiança da população na gestão pública e nas forças de segurança.

Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	1.400.000,00	1.500.000,00	1.600.000,00	1.700.000,00	6.200.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Relação de Despesas PPA

Despesa PPA: **642 - 23 . 23001 . 4 . 122 . 7 . 2.94 . 0 . 449052**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 23 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS
Unidade orçamentária: 23001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.
Problema:
Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.
Público alvo:

Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	50.000,00	53.000,00	55.000,00	57.000,00	215.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **643 - 29 . 29002 . 18 . 542 . 27 . 2.114 . 0 . 449051**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 29 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO
Unidade orçamentária: 29002 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE MOSSORÓ - FUNAM

Classificação Funcional

Função: 18 - Gestão Ambiental
Subfunção: 542 - Controle Ambiental

Classificação Programática

Programa: 27 - HIGIDEZ E PROTEÇÃO AMBIENTAL
Objetivo: PROMOVER A SUSTENTABILIDADE E O EQUILÍBRIO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO, GARANTINDO A PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS, A REDUÇÃO DA POLUIÇÃO E A GESTÃO ADEQUADA DOS RESÍDUOS, CONTRIBUINDO PARA A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO E PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.
Problema:
Justificativa: A gestão ambiental é um pilar fundamental para o desenvolvimento sustentável de qualquer cidade. A criação deste programa visa assegurar que o crescimento urbano ocorra de forma ordenada e consciente, protegendo o meio ambiente para as futuras gerações e garantindo um ambiente mais saudável e seguro para os cidadãos.
Público alvo: População mossoroense

Relação de Despesas PPA

Indicadores: 104 - Percentual de Resíduos Sólidos Urbanos com Destinação Ambientalmente Adequada

Natureza da despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	1.000,00	2.000,00	3.000,00	4.000,00	10.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **644 - 10 . 10101 . 10 . 122 . 16 . 2.50 . 0 . 339033**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 16 - GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
Objetivo: GARANTIR A COORDENAÇÃO, PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS E SERVIÇOS DE SAÚDE, VISANDO AO FUNCIONAMENTO EFICIENTE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) NO MUNICÍPIO E À MELHORIA CONTÍNUA DA QUALIDADE DO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO.

Problema:

Justificativa: A gestão eficaz do Sistema Único de Saúde é fundamental para a concretização do direito à saúde. Um programa de gestão dedicado garante que os recursos públicos sejam utilizados de forma estratégica, que as políticas de saúde sejam implementadas com coerência e que os serviços sejam prestados de maneira organizada e integrada. Sem uma gestão robusta, os demais programas e ações de saúde perdem sua efetividade, comprometendo o atendimento à população. Portanto, este programa é o alicerce para a construção de um sistema de saúde mais eficiente, equitativo e com capacidade de resposta às necessidades da sociedade.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 59 - Percentual de Execução Orçamentária Anual da Secretaria Municipal de Saúde

Natureza da despesa: 3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	15.000,00	17.000,00	19.000,00	21.000,00	72.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **645 - 10 . 10101 . 10 . 122 . 16 . 2.50 . 0 . 339030**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Relação de Despesas PPA

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 16 - GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Objetivo: GARANTIR A COORDENAÇÃO, PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS E SERVIÇOS DE SAÚDE, VISANDO AO FUNCIONAMENTO EFICIENTE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) NO MUNICÍPIO E À MELHORIA CONTÍNUA DA QUALIDADE DO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO.

Problema:

Justificativa: A gestão eficaz do Sistema Único de Saúde é fundamental para a concretização do direito à saúde. Um programa de gestão dedicado garante que os recursos públicos sejam utilizados de forma estratégica, que as políticas de saúde sejam implementadas com coerência e que os serviços sejam prestados de maneira organizada e integrada. Sem uma gestão robusta, os demais programas e ações de saúde perdem sua efetividade, comprometendo o atendimento à população. Portanto, este programa é o alicerce para a construção de um sistema de saúde mais eficiente, equitativo e com capacidade de resposta às necessidades da sociedade.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 59 - Percentual de Execução Orçamentária Anual da Secretaria Municipal de Saúde

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	50.000,00	52.000,00	55.000,00	57.000,00	214.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **646 - 10 . 10101 . 10 . 122 . 16 . 2.50 . 0 . 449052**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 16 - GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Objetivo: GARANTIR A COORDENAÇÃO, PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS E SERVIÇOS DE SAÚDE, VISANDO AO FUNCIONAMENTO EFICIENTE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) NO MUNICÍPIO E À MELHORIA CONTÍNUA DA QUALIDADE DO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO.

Problema:

Justificativa: A gestão eficaz do Sistema Único de Saúde é fundamental para a concretização do direito à saúde. Um programa de gestão dedicado garante que os recursos públicos sejam utilizados de forma estratégica, que as políticas de saúde sejam implementadas com coerência e que os serviços sejam prestados de maneira organizada e integrada. Sem uma gestão robusta, os demais programas e ações de saúde perdem sua efetividade, comprometendo o atendimento à população. Portanto, este programa é o alicerce para a construção de um sistema de saúde mais eficiente, equitativo e com capacidade de resposta às necessidades da sociedade.

Público alvo: População mossoroense

Relação de Despesas PPA

Indicadores: 59 - Percentual de Execução Orçamentária Anual da Secretaria Municipal de Saúde

Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	50.000,00	52.000,00	55.000,00	57.000,00	214.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **647 - 23 . 23001 . 4 . 122 . 7 . 2.94 . 0 . 339033**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 23 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS
Unidade orçamentária: 23001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	10.000,00	11.000,00	12.000,00	13.000,00	46.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **648 - 29 . 29001 . 4 . 122 . 7 . 2.95 . 0 . 339033**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 29 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO
Unidade orçamentária: 29001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Relação de Despesas PPA

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	10.000,00	11.000,00	12.000,00	13.000,00	46.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: 649 - 29 . 29001 . 15 . 451 . 26 . 2.143 . 0 . 339039

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 29 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

Unidade orçamentária: 29001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

Classificação Funcional

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana

Classificação Programática

Programa: 26 - INFRAESTRUTURA E GESTÃO DOS SERVIÇOS URBANOS

Objetivo: GARANTIR A MANUTENÇÃO EFICIENTE DA INFRAESTRUTURA FÍSICA E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS URBANOS DE QUALIDADE, TAIS COMO LIMPEZA PÚBLICA, COLETA DE RESÍDUOS, DRENAGEM E MANUTENÇÃO VIÁRIA, ASSEGURANDO UMA CIDADE LIMPA, ORGANIZADA E FUNCIONAL.

Problema:

Justificativa: A gestão eficiente dos serviços e da infraestrutura urbana é fundamental para a saúde e o bem-estar da população. Este programa busca profissionalizar a manutenção da cidade e otimizar a prestação de serviços básicos, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 101 - Índice de Satisfação da População com os Serviços Urbanos

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	50.000,00	52.000,00	55.000,00	57.000,00	214.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**

Relação de Despesas PPA

Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **650 - 29 . 29002 . 15 . 541 . 27 . 2.144 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 29 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO
Unidade orçamentária: 29002 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE MOSSORÓ - FUNAM

Classificação Funcional

Função: 15 - Urbanismo
Subfunção: 541 - Preservação e Conservação Ambiental

Classificação Programática

Programa: 27 - HIGIDEZ E PROTEÇÃO AMBIENTAL
Objetivo: PROMOVER A SUSTENTABILIDADE E O EQUILÍBRIO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO, GARANTINDO A PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS, A REDUÇÃO DA POLUIÇÃO E A GESTÃO ADEQUADA DOS RESÍDUOS, CONTRIBUINDO PARA A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO E PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.
Problema:
Justificativa: A gestão ambiental é um pilar fundamental para o desenvolvimento sustentável de qualquer cidade. A criação deste programa visa assegurar que o crescimento urbano ocorra de forma ordenada e consciente, protegendo o meio ambiente para as futuras gerações e garantindo um ambiente mais saudável e seguro para os cidadãos.
Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 104 - Percentual de Resíduos Sólidos Urbanos com Destinação Ambientalmente Adequada

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

		Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
17530000 - Recursos provenientes de taxas e contribuições - FUNAM	0,00	100.000,00	105.000,00	11.000,00	115.000,00	331.000,00

Ação	Tipo	Produto						
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total
---	---	---	---	---	---	---	---

Despesa PPA: **651 - 29 . 29002 . 15 . 541 . 27 . 2.144 . 0 . 449051**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 29 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO
Unidade orçamentária: 29002 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE MOSSORÓ - FUNAM

Classificação Funcional

Função: 15 - Urbanismo
Subfunção: 541 - Preservação e Conservação Ambiental

Classificação Programática

Programa: 27 - HIGIDEZ E PROTEÇÃO AMBIENTAL
Objetivo: PROMOVER A SUSTENTABILIDADE E O EQUILÍBRIO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO, GARANTINDO A PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS, A REDUÇÃO DA POLUIÇÃO E A GESTÃO ADEQUADA

Relação de Despesas PPA

DOS RESÍDUOS, CONTRIBUINDO PARA A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO E PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

Problema:

Justificativa: A gestão ambiental é um pilar fundamental para o desenvolvimento sustentável de qualquer cidade. A criação deste programa visa assegurar que o crescimento urbano ocorra de forma ordenada e consciente, protegendo o meio ambiente para as futuras gerações e garantindo um ambiente mais saudável e seguro para os cidadãos.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 104 - Percentual de Resíduos Sólidos Urbanos com Destinação Ambientalmente Adequada

Natureza da despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
17530000 - Recursos provenientes de taxas e contribuições - FUNAM	0,00	400.000,00	420.000,00	441.000,00	463.000,00	1.724.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **652 - 11 . 11101 . 8 . 243 . 31 . 2.123 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade orçamentária: 11101 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente

Classificação Programática

Programa: 31 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E PREVENÇÃO DE RISCOS

Objetivo: PREVENIR A OCORRÊNCIA DE SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL, POR MEIO DO DESENVOLVIMENTO DE POTENCIALIDADES, DO FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS E DA OFERTA DE SERVIÇOS, PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS.

Problema:

Justificativa: A proteção social básica é o primeiro nível da segurança social, atuando na prevenção de situações de risco antes que se agravem. Este programa é essencial para fortalecer a convivência familiar e comunitária, promover a inclusão social e garantir o acesso aos direitos, contribuindo para a redução das desigualdades e para a melhoria da qualidade de vida da população.

Público alvo: Famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, inscritos ou em potencial para o Cadastro Único

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	0,00	250.000,00	210.000,00	220.000,00	231.000,00	911.000,00
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	450.000,00	472.000,00	496.000,00	520.000,00	1.938.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Relação de Despesas PPA

Despesa PPA: **653 - 11 . 11101 . 8 . 122 . 29 . 2.125 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade orçamentária: 11101 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 29 - GESTÃO E FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)
Objetivo: FORTALECER E CONSOLIDAR O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) COMO POLÍTICA DE ESTADO, GARANTINDO A EFETIVIDADE, A QUALIDADE E A SUSTENTABILIDADE DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS NO MUNICÍPIO.
Problema:
Justificativa: O SUAS é a base da política de assistência social no Brasil. Fortalecer sua gestão é essencial para garantir o acesso da população em situação de vulnerabilidade aos serviços e benefícios de forma contínua, eficiente e qualificada. Este programa é o alicerce para a execução de todas as ações finalísticas da assistência social.
Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	0,00	10.000,00	17.000,00	20.000,00	22.000,00	69.000,00
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	200.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **655 - 11 . 11101 . 8 . 245 . 29 . 2.122 . 0 . 449052**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade orçamentária: 11101 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 245 - Serviços Socioassistenciais

Classificação Programática

Programa: 29 - GESTÃO E FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)
Objetivo: FORTALECER E CONSOLIDAR O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) COMO POLÍTICA DE ESTADO, GARANTINDO A EFETIVIDADE, A QUALIDADE E A SUSTENTABILIDADE DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS NO MUNICÍPIO.
Problema:
Justificativa: O SUAS é a base da política de assistência social no Brasil. Fortalecer sua gestão é essencial para garantir o acesso da população em situação de vulnerabilidade aos serviços e benefícios de forma contínua, eficiente e qualificada. Este programa é o alicerce para a execução de todas as ações finalísticas da assistência social.

Relação de Despesas PPA

Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

Fonte de recurso	Valor global	Valores Previstos R$ 2026	2027	2028	2029	Total
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	0,00	150.000,00	157.000,00	165.000,00	173.000,00	645.000,00

Ação	Tipo	Produto		2026	2027	2028	2029	Total
Meta física	Unidade de medida		No período do PPA					

Despesa PPA: **656 - 11 . 11101 . 8 . 122 . 30 . 2.124 . 0 . 339030**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade orçamentária: 11101 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 30 - GESTÃO DE PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS

Objetivo: PROMOVER O ACESSO, O CADASTRAMENTO E A GESTÃO QUALIFICADA DE PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS, VISANDO À REDUÇÃO DA POBREZA E DAS DESIGUALDADES E À INCLUSÃO SOCIAL DE FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE.

Problema:

Justificativa: Os programas de transferência de renda e benefícios socioassistenciais são ferramentas essenciais para o enfrentamento da pobreza. Uma gestão eficiente garante que esses recursos cheguem a quem realmente precisa, com agilidade e dignidade, fortalecendo a rede de proteção social.

Público alvo: Famílias de baixa renda e em situação de vulnerabilidade

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Fonte de recurso	Valor global	Valores Previstos R$ 2026	2027	2028	2029	Total
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	0,00	55.000,00	55.000,00	55.000,00	55.000,00	220.000,00

Ação	Tipo	Produto		2026	2027	2028	2029	Total
Meta física	Unidade de medida		No período do PPA					

Despesa PPA: **657 - 11 . 11101 . 8 . 122 . 30 . 2.124 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade orçamentária: 11101 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social

Relação de Despesas PPA

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 30 - GESTÃO DE PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS

Objetivo: PROMOVER O ACESSO, O CADASTRAMENTO E A GESTÃO QUALIFICADA DE PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS, VISANDO À REDUÇÃO DA POBREZA E DAS DESIGUALDADES E À INCLUSÃO SOCIAL DE FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE.

Problema:

Justificativa: Os programas de transferência de renda e benefícios socioassistenciais são ferramentas essenciais para o enfrentamento da pobreza. Uma gestão eficiente garante que esses recursos cheguem a quem realmente precisa, com agilidade e dignidade, fortalecendo a rede de proteção social.

Público alvo: Famílias de baixa renda e em situação de vulnerabilidade

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	0,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	1.000.000,00
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	12.000,00	12.000,00	13.000,00	13.000,00	50.000,00

Ação	Tipo	Produto						
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: 658 - 11 . 11101 . 8 . 122 . 30 . 2.124 . 0 . 449052

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade orçamentária: 11101 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 30 - GESTÃO DE PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS

Objetivo: PROMOVER O ACESSO, O CADASTRAMENTO E A GESTÃO QUALIFICADA DE PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS, VISANDO À REDUÇÃO DA POBREZA E DAS DESIGUALDADES E À INCLUSÃO SOCIAL DE FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE.

Problema:

Justificativa: Os programas de transferência de renda e benefícios socioassistenciais são ferramentas essenciais para o enfrentamento da pobreza. Uma gestão eficiente garante que esses recursos cheguem a quem realmente precisa, com agilidade e dignidade, fortalecendo a rede de proteção social.

Público alvo: Famílias de baixa renda e em situação de vulnerabilidade

Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	0,00	105.000,00	105.000,00	110.000,00	115.000,00	435.000,00

Ação	Tipo	Produto

Relação de Despesas PPA

Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **659 - 11 . 11101 . 8 . 245 . 31 . 2.120 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade orçamentária: 11101 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 245 - Serviços Socioassistenciais

Classificação Programática

Programa: 31 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E PREVENÇÃO DE RISCOS

Objetivo: PREVENIR A OCORRÊNCIA DE SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL, POR MEIO DO DESENVOLVIMENTO DE POTENCIALIDADES, DO FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS E DA OFERTA DE SERVIÇOS, PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS.

Problema:

Justificativa: A proteção social básica é o primeiro nível da segurança social, atuando na prevenção de situações de risco antes que se agravem. Este programa é essencial para fortalecer a convivência familiar e comunitária, promover a inclusão social e garantir o acesso aos direitos, contribuindo para a redução das desigualdades e para a melhoria da qualidade de vida da população.

Público alvo: Famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, inscritos ou em potencial para o Cadastro Único

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	1.358.000,00	1.296.000,00	1.150.000,00	920.000,00	4.724.000,00
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	0,00	65.000,00	65.000,00	65.000,00	65.000,00	260.000,00

Ação	Tipo	Produto	Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **660 - 29 . 29002 . 18 . 452 . 27 . 2.165 . 0 . 449051**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 29 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

Unidade orçamentária: 29002 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE MOSSORÓ - FUNAM

Classificação Funcional

Função: 18 - Gestão Ambiental

Subfunção: 452 - Serviços Urbanos

Classificação Programática

Programa: 27 - HIGIDEZ E PROTEÇÃO AMBIENTAL

Objetivo: PROMOVER A SUSTENTABILIDADE E O EQUILÍBRIO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO, GARANTINDO A PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS, A REDUÇÃO DA POLUIÇÃO E A GESTÃO ADEQUADA

Relação de Despesas PPA

DOS RESÍDUOS, CONTRIBUINDO PARA A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO E PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

Problema:

Justificativa: A gestão ambiental é um pilar fundamental para o desenvolvimento sustentável de qualquer cidade. A criação deste programa visa assegurar que o crescimento urbano ocorra de forma ordenada e consciente, protegendo o meio ambiente para as futuras gerações e garantindo um ambiente mais saudável e seguro para os cidadãos.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 104 - Percentual de Resíduos Sólidos Urbanos com Destinação Ambientalmente Adequada

Natureza da despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
17530000 - Recursos provenientes de taxas e contribuições - FUNAM	0,00	80.000,00	83.000,00	85.000,00	88.000,00	336.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **661 - 29 . 29002 . 18 . 541 . 27 . 2.145 . 0 . 339030**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 29 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

Unidade orçamentária: 29002 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE MOSSORÓ - FUNAM

Classificação Funcional

Função: 18 - Gestão Ambiental

Subfunção: 541 - Preservação e Conservação Ambiental

Classificação Programática

Programa: 27 - HIGIDEZ E PROTEÇÃO AMBIENTAL

Objetivo: PROMOVER A SUSTENTABILIDADE E O EQUILÍBRIO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO, GARANTINDO A PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS, A REDUÇÃO DA POLUIÇÃO E A GESTÃO ADEQUADA DOS RESÍDUOS, CONTRIBUINDO PARA A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO E PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

Problema:

Justificativa: A gestão ambiental é um pilar fundamental para o desenvolvimento sustentável de qualquer cidade. A criação deste programa visa assegurar que o crescimento urbano ocorra de forma ordenada e consciente, protegendo o meio ambiente para as futuras gerações e garantindo um ambiente mais saudável e seguro para os cidadãos.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 104 - Percentual de Resíduos Sólidos Urbanos com Destinação Ambientalmente Adequada

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
17530000 - Recursos provenientes de taxas e contribuições - FUNAM	0,00	30.000,00	31.000,00	33.000,00	34.000,00	128.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Relação de Despesas PPA

Despesa PPA: **662 - 29 . 29002 . 18 . 541 . 27 . 2.145 . 0 . 339036**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 29 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO
Unidade orçamentária: 29002 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE MOSSORÓ - FUNAM

Classificação Funcional

Função: 18 - Gestão Ambiental
Subfunção: 541 - Preservação e Conservação Ambiental

Classificação Programática

Programa: 27 - HIGIDEZ E PROTEÇÃO AMBIENTAL
Objetivo: PROMOVER A SUSTENTABILIDADE E O EQUILÍBRIO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO, GARANTINDO A PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS, A REDUÇÃO DA POLUIÇÃO E A GESTÃO ADEQUADA DOS RESÍDUOS, CONTRIBUINDO PARA A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO E PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.
Problema:
Justificativa: A gestão ambiental é um pilar fundamental para o desenvolvimento sustentável de qualquer cidade. A criação deste programa visa assegurar que o crescimento urbano ocorra de forma ordenada e consciente, protegendo o meio ambiente para as futuras gerações e garantindo um ambiente mais saudável e seguro para os cidadãos.
Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 104 - Percentual de Resíduos Sólidos Urbanos com Destinação Ambientalmente Adequada

Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Ação	**Tipo**	**Produto**						
Meta física	**Unidade de medida**		**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **663 - 29 . 29002 . 18 . 541 . 27 . 2.145 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 29 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO
Unidade orçamentária: 29002 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE MOSSORÓ - FUNAM

Classificação Funcional

Função: 18 - Gestão Ambiental
Subfunção: 541 - Preservação e Conservação Ambiental

Classificação Programática

Programa: 27 - HIGIDEZ E PROTEÇÃO AMBIENTAL
Objetivo: PROMOVER A SUSTENTABILIDADE E O EQUILÍBRIO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO, GARANTINDO A PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS, A REDUÇÃO DA POLUIÇÃO E A GESTÃO ADEQUADA DOS RESÍDUOS, CONTRIBUINDO PARA A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO E PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.
Problema:
Justificativa: A gestão ambiental é um pilar fundamental para o desenvolvimento sustentável de qualquer cidade. A criação deste programa visa assegurar que o crescimento urbano ocorra de forma ordenada e consciente, protegendo o meio ambiente para as futuras gerações e garantindo um ambiente mais saudável e seguro para os cidadãos.

Relação de Despesas PPA

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 104 - Percentual de Resíduos Sólidos Urbanos com Destinação Ambientalmente Adequada

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
17530000 - Recursos provenientes de taxas e contribuições - FUNAM	0,00	57.000,00	59.000,00	62.000,00	65.000,00	243.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **664 - 29 . 29002 . 18 . 541 . 27 . 2.145 . 0 . 449051**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 29 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

Unidade orçamentária: 29002 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE MOSSORÓ - FUNAM

Classificação Funcional

Função: 18 - Gestão Ambiental

Subfunção: 541 - Preservação e Conservação Ambiental

Classificação Programática

Programa: 27 - HIGIDEZ E PROTEÇÃO AMBIENTAL

Objetivo: PROMOVER A SUSTENTABILIDADE E O EQUILÍBRIO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO, GARANTINDO A PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS, A REDUÇÃO DA POLUIÇÃO E A GESTÃO ADEQUADA DOS RESÍDUOS, CONTRIBUINDO PARA A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO E PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

Problema:

Justificativa: A gestão ambiental é um pilar fundamental para o desenvolvimento sustentável de qualquer cidade. A criação deste programa visa assegurar que o crescimento urbano ocorra de forma ordenada e consciente, protegendo o meio ambiente para as futuras gerações e garantindo um ambiente mais saudável e seguro para os cidadãos.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 104 - Percentual de Resíduos Sólidos Urbanos com Destinação Ambientalmente Adequada

Natureza da despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **665 - 29 . 29002 . 18 . 541 . 27 . 2.145 . 0 . 449052**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 29 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

Unidade orçamentária: 29002 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE MOSSORÓ - FUNAM

Relação de Despesas PPA

Classificação Funcional

Função: 18 - Gestão Ambiental

Subfunção: 541 - Preservação e Conservação Ambiental

Classificação Programática

Programa: 27 - HIGIDEZ E PROTEÇÃO AMBIENTAL

Objetivo: PROMOVER A SUSTENTABILIDADE E O EQUILÍBRIO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO, GARANTINDO A PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS, A REDUÇÃO DA POLUIÇÃO E A GESTÃO ADEQUADA DOS RESÍDUOS, CONTRIBUINDO PARA A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO E PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

Problema:

Justificativa: A gestão ambiental é um pilar fundamental para o desenvolvimento sustentável de qualquer cidade. A criação deste programa visa assegurar que o crescimento urbano ocorra de forma ordenada e consciente, protegendo o meio ambiente para as futuras gerações e garantindo um ambiente mais saudável e seguro para os cidadãos.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 104 - Percentual de Resíduos Sólidos Urbanos com Destinação Ambientalmente Adequada

Natureza da despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
17530000 - Recursos provenientes de taxas e contribuições - FUNAM	0,00	150.000,00	157.000,00	165.000,00	173.000,00	645.000,00

Ação	Tipo	Produto		2026	2027	2028	2029	Total
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA						

Despesa PPA: 666 - 8 . 8102 . 4 . 122 . 1 . 2.106 . 0 . 339033

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 8 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Unidade orçamentária: 8102 - FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO A CIDADANIA FISCAL E DESENVOLVIMENTO DA ADM. TRIBUTÁRIA - FUCIDAT

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 1 - INOVAÇÃO, GOVERNANÇA E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA

Objetivo: PROMOVER A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA POR MEIO DA IMPLEMENTAÇÃO DE TECNOLOGIAS E PROCESSOS INOVADORES, VISANDO AUMENTAR A EFICIÊNCIA, A TRANSPARÊNCIA E A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS PRESTADOS À POPULAÇÃO.

Problema:

Justificativa: A modernização da gestão pública é fundamental para otimizar os recursos, reduzir custos e melhorar o ambiente municipal. O uso de tecnologia e a inovação nos processos administrativos facilitam a vida do cidadão, simplificam as rotinas dos servidores e fortalecem o controle social, tornando a gestão mais ágil, transparente e eficiente.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 2 - PERCENTUAL DA META

Natureza da despesa: 3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção

Valores Previstos R$

Relação de Despesas PPA

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000005 - Recursos vinculados ao Fundo Municipal de Incentivo a Cidadania Fiscal e ao Desenvolvi	0,00	20.000,00	21.000,00	22.000,00	23.000,00	86.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **667 - 16 . 16101 . 20 . 606 . 23 . 2.84 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Unidade orçamentária: 16101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Classificação Funcional

Função: 20 - Agricultura

Subfunção: 606 - Extensão Rural

Classificação Programática

Programa: 23 - MOSSORÓ RURAL

Objetivo: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ÁREA RURAL DE MOSSORÓ, FOMENTANDO A AGRICULTURA FAMILIAR, A INFRAESTRUTURA E A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA COMUNIDADE RURAL.

Problema:

Justificativa: O programa se justifica pela necessidade estratégica de fortalecer a economia local baseada na agricultura familiar, assegurando a produção de alimentos saudáveis e gerando emprego e renda no campo. A melhoria das condições de vida no meio rural é essencial para reduzir as desigualdades sociais e territoriais e garantir a sustentabilidade ambiental do município.

Público alvo: População rural de Mossoró

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	600.000,00	630.000,00	661.000,00	694.000,00	2.585.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **668 - 18 . 18103 . 17 . 512 . 14 . 1.18 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 18 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Unidade orçamentária: 18103 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Classificação Funcional

Função: 17 - Saneamento

Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano

Classificação Programática

Programa: 14 - MOSSORÓ REALIZA

Relação de Despesas PPA

Objetivo: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO, A MODERNIZAÇÃO E A MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO, GARANTINDO A QUALIDADE E A ACESSIBILIDADE DE VIAS, ESPAÇOS PÚBLICOS, SANEAMENTO, DRENAGEM E ILUMINAÇÃO, PARA MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO E FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

Problema:

Justificativa: O desenvolvimento da infraestrutura é o alicerce para o crescimento sustentável de qualquer município. Uma infraestrutura de qualidade não apenas melhora a mobilidade e a segurança, mas também atrai investimentos, valoriza o patrimônio público, fomenta o turismo e, principalmente, eleva a qualidade de vida dos cidadãos. Este programa se justifica pela necessidade de planejar e executar obras e serviços essenciais que atendam às demandas atuais e futuras da população, garantindo um ambiente urbano e rural mais organizado, acessível e funcional, em consonância com as metas de desenvolvimento sustentável.

Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15010000 - Outros Recursos não Vinculados	0,00	1.200.000,00	1.260.000,00	1.320.000,00	1.389.000,00	5.169.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: 669 - 18 . 18103 . 17 . 512 . 14 . 1.18 . 0 . 449051

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 18 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Unidade orçamentária: 18103 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Classificação Funcional

Função: 17 - Saneamento

Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano

Classificação Programática

Programa: 14 - MOSSORÓ REALIZA

Objetivo: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO, A MODERNIZAÇÃO E A MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO, GARANTINDO A QUALIDADE E A ACESSIBILIDADE DE VIAS, ESPAÇOS PÚBLICOS, SANEAMENTO, DRENAGEM E ILUMINAÇÃO, PARA MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO E FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

Problema:

Justificativa: O desenvolvimento da infraestrutura é o alicerce para o crescimento sustentável de qualquer município. Uma infraestrutura de qualidade não apenas melhora a mobilidade e a segurança, mas também atrai investimentos, valoriza o patrimônio público, fomenta o turismo e, principalmente, eleva a qualidade de vida dos cidadãos. Este programa se justifica pela necessidade de planejar e executar obras e serviços essenciais que atendam às demandas atuais e futuras da população, garantindo um ambiente urbano e rural mais organizado, acessível e funcional, em consonância com as metas de desenvolvimento sustentável.

Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15010000 - Outros Recursos não Vinculados	0,00	1.200.000,00	1.260.000,00	1.320.000,00	1.389.000,00	5.169.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Relação de Despesas PPA

Despesa PPA: **671 - 10 . 10101 . 10 . 302 . 18 . 2.65 . 0 . 339036**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Classificação Programática

Programa: 18 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR
Objetivo: GARANTIR O ACESSO UNIVERSAL, EQUITATIVO E OPORTUNO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, AMBULATORIAL E HOSPITALAR, VISANDO DIAGNOSTICAR, TRATAR E REABILITAR A POPULAÇÃO EM CONDIÇÕES DE SAÚDE QUE EXIGEM ATENDIMENTO ESPECIALIZADO, SEGUINDO OS PRINCÍPIOS DO SUS.

Problema:

Justificativa: A atenção em Média e Alta Complexidade é essencial para complementar a atenção primária, tratando casos que exigem recursos tecnológicos mais avançados e profissionais especializados. Sem este nível de atenção, a população fica desassistida diante de doenças crônicas, traumas e outras condições graves, comprometendo a resolutividade do sistema de saúde. Este programa se justifica pela necessidade de estruturar, qualificar e expandir a oferta desses serviços, garantindo que o cidadão, após ser atendido na atenção primária, tenha a continuidade do seu tratamento de forma ágil e eficaz, de acordo com as diretrizes do SUS.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 61 - Número de Consultas e Procedimentos de Média e Alta Complexidade Realizados

Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das A	0,00	150.000,00	157.000,00	165.000,00	173.000,00	645.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **673 - 10 . 10101 . 10 . 122 . 7 . 2.171 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Relação de Despesas PPA

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das A	0,00	1.200.000,00	1.200.000,00	1.323.000,00	1.323.000,00	5.046.000,00
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	4.200.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	10.200.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **674 - 10 . 10101 . 10 . 302 . 18 . 2.172 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Classificação Programática

Programa: 18 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR

Objetivo: GARANTIR O ACESSO UNIVERSAL, EQUITATIVO E OPORTUNO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, AMBULATORIAL E HOSPITALAR, VISANDO DIAGNOSTICAR, TRATAR E REABILITAR A POPULAÇÃO EM CONDIÇÕES DE SAÚDE QUE EXIGEM ATENDIMENTO ESPECIALIZADO, SEGUINDO OS PRINCÍPIOS DO SUS.

Problema:

Justificativa: A atenção em Média e Alta Complexidade é essencial para complementar a atenção primária, tratando casos que exigem recursos tecnológicos mais avançados e profissionais especializados. Sem este nível de atenção, a população fica desassistida diante de doenças crônicas, traumas e outras condições graves, comprometendo a resolutividade do sistema de saúde. Este programa se justifica pela necessidade de estruturar, qualificar e expandir a oferta desses serviços, garantindo que o cidadão, após ser atendido na atenção primária, tenha a continuidade do seu tratamento de forma ágil e eficaz, de acordo com as diretrizes do SUS.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 61 - Número de Consultas e Procedimentos de Média e Alta Complexidade Realizados

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	2.000.000,00
16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das A	0,00	5.000.000,00	5.250.000,00	5.512.000,00	5.788.000,00	21.550.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Relação de Despesas PPA

Despesa PPA: **675 - 10 . 10101 . 10 . 301 . 17 . 2.55 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica

Classificação Programática

Programa: 17 - ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE
Objetivo: ORGANIZAR E FORTALECER A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (APS) COMO PORTA DE ENTRADA PREFERENCIAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS), AMPLIANDO O ACESSO, QUALIFICANDO O ATENDIMENTO E GARANTINDO A PREVENÇÃO, O DIAGNÓSTICO E O ACOMPANHAMENTO DA SAÚDE DA POPULAÇÃO DE FORMA INTEGRAL E CONTÍNUA.

Problema:

Justificativa: A Atenção Primária à Saúde é a base do Sistema Único de Saúde (SUS) e atua na promoção da saúde, prevenção de doenças e acompanhamento dos indivíduos e famílias em seu território. Investir na APS significa resolver a maior parte dos problemas de saúde da população no nível local, evitando o agravamento de doenças e a sobrecarga dos hospitais. Este programa se justifica pela necessidade de fortalecer essa porta de entrada, garantindo que o cuidado seja acessível, resolutivo e integral, o que impacta diretamente na melhoria dos indicadores de saúde e na qualidade de vida dos cidadãos.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 60 - Percentual de Cobertura da Atenção Primária à Saúde por Equipes de Saúde da Família

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das A	0,00	250.000,00	262.000,00	275.000,00	289.000,00	1.076.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **676 - 10 . 10101 . 10 . 301 . 17 . 2.55 . 0 . 339030**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica

Classificação Programática

Programa: 17 - ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE
Objetivo: ORGANIZAR E FORTALECER A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (APS) COMO PORTA DE ENTRADA PREFERENCIAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS), AMPLIANDO O ACESSO, QUALIFICANDO O ATENDIMENTO E GARANTINDO A PREVENÇÃO, O DIAGNÓSTICO E O ACOMPANHAMENTO DA SAÚDE DA POPULAÇÃO DE FORMA INTEGRAL E CONTÍNUA.

Relação de Despesas PPA

Problema:

Justificativa: A Atenção Primária à Saúde é a base do Sistema Único de Saúde (SUS) e atua na promoção da saúde, prevenção de doenças e acompanhamento dos indivíduos e famílias em seu território. Investir na APS significa resolver a maior parte dos problemas de saúde da população no nível local, evitando o agravamento de doenças e a sobrecarga dos hospitais. Este programa se justifica pela necessidade de fortalecer essa porta de entrada, garantindo que o cuidado seja acessível, resolutivo e integral, o que impacta diretamente na melhoria dos indicadores de saúde e na qualidade de vida dos cidadãos.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 60 - Percentual de Cobertura da Atenção Primária à Saúde por Equipes de Saúde da Família

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das A	0,00	150.000,00	157.000,00	165.000,00	173.000,00	645.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **677 - 10 . 10101 . 10 . 305 . 20 . 2.67 . 0 . 339030**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 305 - Vigilância Epidemiológica

Classificação Programática

Programa: 20 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Objetivo: PROMOVER A SAÚDE DA POPULAÇÃO POR MEIO DO MONITORAMENTO E CONTROLE DE RISCOS E AGRAVOS À SAÚDE, ATUANDO NAS ÁREAS DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, SANITÁRIA, AMBIENTAL E DO TRABALHADOR, PREVENINDO DOENÇAS E PROMOVENDO A QUALIDADE DE VIDA.

Problema:

Justificativa: A Vigilância em Saúde é uma das funções mais essenciais do SUS, atuando de forma proativa para proteger a população antes que as doenças se manifestem ou se espalhem. Este programa se justifica pela necessidade de estruturar uma política de vigilância robusta e integrada, capaz de monitorar, identificar e intervir sobre os fatores determinantes e condicionantes da saúde. Investir em vigilância é investir em prevenção, o que gera benefícios significativos em termos de saúde pública, economia e bem-estar coletivo, garantindo um ambiente mais seguro para todos os cidadãos.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 63 - Percentual de Cobertura Vacinal contra Doenças

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das A	0,00	100.000,00	105.000,00	110.000,00	115.000,00	430.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Relação de Despesas PPA

Despesa PPA: **678 - 10 . 10101 . 10 . 305 . 20 . 2.67 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 305 - Vigilância Epidemiológica

Classificação Programática

Programa: 20 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Objetivo: PROMOVER A SAÚDE DA POPULAÇÃO POR MEIO DO MONITORAMENTO E CONTROLE DE RISCOS E AGRAVOS À SAÚDE, ATUANDO NAS ÁREAS DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, SANITÁRIA, AMBIENTAL E DO TRABALHADOR, PREVENINDO DOENÇAS E PROMOVENDO A QUALIDADE DE VIDA.

Problema:

Justificativa: A Vigilância em Saúde é uma das funções mais essenciais do SUS, atuando de forma proativa para proteger a população antes que as doenças se manifestem ou se espalhem. Este programa se justifica pela necessidade de estruturar uma política de vigilância robusta e integrada, capaz de monitorar, identificar e intervir sobre os fatores determinantes e condicionantes da saúde. Investir em vigilância é investir em prevenção, o que gera benefícios significativos em termos de saúde pública, economia e bem-estar coletivo, garantindo um ambiente mais seguro para todos os cidadãos.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 63 - Percentual de Cobertura Vacinal contra Doenças

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das A	0,00	150.000,00	157.000,00	165.000,00	173.000,00	645.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **679 - 19 . 24201 . 9 . 122 . 7 . 1.3 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 19 - PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN

Unidade orçamentária: 24201 - PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN

Classificação Funcional

Função: 9 - Previdência Social

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Relação de Despesas PPA

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
18020000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	719.000,00	754.000,00	792.000,00	832.000,00	3.097.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **680 - 10 . 10101 . 10 . 122 . 7 . 2.173 . 0 . 339014**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	20.000,00	21.000,00	22.000,00	23.000,00	86.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **681 - 22 . 22001 . 4 . 122 . 7 . 2.147 . 0 . 319011**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 22 - AGENCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PUBLICOS DE MOSSORO

Unidade orçamentária: 22001 - AGENCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PUBLICOS DE MOSSORO

Relação de Despesas PPA

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15010000 - Outros Recursos não Vinculados	0,00	830.000,00	871.000,00	915.000,00	961.000,00	3.577.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **682 - 22 . 22001 . 4 . 122 . 7 . 2.147 . 0 . 339040**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 22 - AGENCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PUBLICOS DE MOSSORO

Unidade orçamentária: 22001 - AGENCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PUBLICOS DE MOSSORO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.40.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15010000 - Outros Recursos não Vinculados	0,00	60.000,00	63.000,00	66.000,00	70.000,00	259.000,00

Relação de Despesas PPA

Ação / Meta física	Tipo / Unidade de medida	Produto / No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **683 - 22 . 22001 . 4 . 122 . 7 . 2.147 . 0 . 339014**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 22 - AGENCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PUBLICOS DE MOSSORO

Unidade orçamentária: 22001 - AGENCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PUBLICOS DE MOSSORO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15010000 - Outros Recursos não Vinculados	0,00	20.000,00	21.000,00	22.000,00	23.000,00	86.000,00

Ação / Meta física	Tipo / Unidade de medida	Produto / No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **684 - 22 . 22001 . 4 . 122 . 7 . 2.147 . 0 . 339033**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 22 - AGENCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PUBLICOS DE MOSSORO

Unidade orçamentária: 22001 - AGENCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PUBLICOS DE MOSSORO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Relação de Despesas PPA

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15010000 - Outros Recursos não Vinculados	0,00	30.000,00	31.000,00	33.000,00	35.000,00	129.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **685 - 22 . 22001 . 4 . 122 . 7 . 2.147 . 0 . 319013**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 22 - AGENCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PUBLICOS DE MOSSORO

Unidade orçamentária: 22001 - AGENCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PUBLICOS DE MOSSORO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15010000 - Outros Recursos não Vinculados	0,00	175.000,00	184.000,00	193.000,00	203.000,00	755.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **686 - 10 . 10101 . 10 . 243 . 17 . 2.174 . 0 . 339030**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Relação de Despesas PPA

Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente

Classificação Programática

Programa: 17 - ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Objetivo: ORGANIZAR E FORTALECER A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (APS) COMO PORTA DE ENTRADA PREFERENCIAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS), AMPLIANDO O ACESSO, QUALIFICANDO O ATENDIMENTO E GARANTINDO A PREVENÇÃO, O DIAGNÓSTICO E O ACOMPANHAMENTO DA SAÚDE DA POPULAÇÃO DE FORMA INTEGRAL E CONTÍNUA.

Problema:

Justificativa: A Atenção Primária à Saúde é a base do Sistema Único de Saúde (SUS) e atua na promoção da saúde, prevenção de doenças e acompanhamento dos indivíduos e famílias em seu território. Investir na APS significa resolver a maior parte dos problemas de saúde da população no nível local, evitando o agravamento de doenças e a sobrecarga dos hospitais. Este programa se justifica pela necessidade de fortalecer essa porta de entrada, garantindo que o cuidado seja acessível, resolutivo e integral, o que impacta diretamente na melhoria dos indicadores de saúde e na qualidade de vida dos cidadãos.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 60 - Percentual de Cobertura da Atenção Primária à Saúde por Equipes de Saúde da Família

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das A	0,00	50.000,00	52.000,00	55.000,00	57.000,00	214.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **687 - 10 . 10101 . 10 . 243 . 17 . 2.174 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente

Classificação Programática

Programa: 17 - ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Objetivo: ORGANIZAR E FORTALECER A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (APS) COMO PORTA DE ENTRADA PREFERENCIAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS), AMPLIANDO O ACESSO, QUALIFICANDO O ATENDIMENTO E GARANTINDO A PREVENÇÃO, O DIAGNÓSTICO E O ACOMPANHAMENTO DA SAÚDE DA POPULAÇÃO DE FORMA INTEGRAL E CONTÍNUA.

Problema:

Justificativa: A Atenção Primária à Saúde é a base do Sistema Único de Saúde (SUS) e atua na promoção da saúde, prevenção de doenças e acompanhamento dos indivíduos e famílias em seu território. Investir na APS significa resolver a maior parte dos problemas de saúde da população no nível local, evitando o agravamento de doenças e a sobrecarga dos hospitais. Este programa se justifica pela necessidade de fortalecer essa porta de entrada, garantindo que o cuidado seja acessível, resolutivo e integral, o que impacta diretamente na melhoria dos indicadores de saúde e na qualidade de vida dos cidadãos.

Relação de Despesas PPA

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 60 - Percentual de Cobertura da Atenção Primária à Saúde por Equipes de Saúde da Família

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das A	0,00	100.000,00	105.000,00	110.000,00	115.000,00	430.000,00

Ação	Tipo	Produto						
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **688 - 17 . 17101 . 26 . 453 . 22 . 2.177 . 0 . 339045**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Unidade orçamentária: 17101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Classificação Funcional

Função: 26 - Transporte

Subfunção: 453 - Transportes Coletivos Urbanos

Classificação Programática

Programa: 22 - MOBILIDADE URBANA E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO

Objetivo: GARANTIR A FLUIDEZ DO TRÁFEGO, PROMOVER A SEGURANÇA VIÁRIA E FISCALIZAR O CUMPRIMENTO DAS LEIS DE TRÂNSITO, POR MEIO DA GESTÃO INTELIGENTE E DA EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO, VISANDO MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO E REDUZIR ACIDENTES.

Problema:

Justificativa: A mobilidade urbana é um dos pilares de uma cidade moderna e sustentável. Um sistema de transporte eficiente, seguro e acessível é crucial para o desenvolvimento econômico e para o bem-estar social. Este programa justifica-se pela necessidade de reduzir os impactos negativos do trânsito, como acidentes e poluição, e garantir o direito de ir e vir da população com segurança e agilidade.

Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 3.3.90.45.00 - Subvenções Econômicas

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	1.000.000,00	1.050.000,00	1.100.000,00	1.150.000,00	4.300.000,00

Ação	Tipo	Produto						
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **689 - 16 . 16101 . 23 . 692 . 40 . 2.175 . 0 . 336045**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Unidade orçamentária: 16101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Classificação Funcional

Relação de Despesas PPA

Função: 23 - Comércio e Serviços

Subfunção: 692 - Comercialização

Classificação Programática

Programa: 40 - PEIXE POPULAR

Objetivo: Ampliar o acesso da população de Mossoró a alimentos de qualidade, em especial ao pescado, por meio da oferta subsidiada de peixe a preços populares, assegurando a segurança alimentar e fortalecendo a cadeia produtiva da pesca local.

Problema:

Justificativa: O Programa Peixe Popular foi instituído para promover a segurança alimentar e nutricional, garantindo acesso a alimentos de qualidade a preços acessíveis, especialmente às famílias em situação de vulnerabilidade. Além de beneficiar diretamente os consumidores, o programa também estimula a pesca local, fortalece a comercialização do pescado e dinamiza a economia do município.

Público alvo: Famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica no município; Pescadores e comerciantes locais de pescado (beneficiados indiretamente).

Indicadores: 126 - Quantidade de pescado comercializado/distribuído pelo programa

Natureza da despesa: 3.3.60.45.00 - Subvenções Econômicas

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	300.000,00	315.000,00	330.000,00	347.000,00	1.292.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **690 - 16 . 16101 . 4 . 122 . 7 . 2.79 . 0 . 339033**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Unidade orçamentária: 16101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	15.000,00	16.000,00	17.000,00	18.000,00	66.000,00

Relação de Despesas PPA

Ação / Meta física	Tipo / Unidade de medida	Produto / No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **691 - 19 . 24201 . 9 . 272 . 12 . 2.178 . 0 . 319003**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 19 - PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN

Unidade orçamentária: 24201 - PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN

Classificação Funcional

Função: 9 - Previdência Social

Subfunção: 272 - Previdência do Regime Estatutário

Classificação Programática

Programa: 12 - BENEFÍCIOS E PREVIDÊNCIA DE SERVIDORES

Objetivo: GARANTIR A GESTÃO EFICIENTE E A SUSTENTABILIDADE DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS) DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ, ASSEGURANDO A CONCESSÃO E O PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS AOS SERVIDORES PÚBLICOS E SEUS DEPENDENTES, E PROMOVENDO A SEGURANÇA E O BEM-ESTAR SOCIAL.

Problema:

Justificativa: A previdência dos servidores públicos municipais é um direito social fundamental e um pilar da segurança e estabilidade para os trabalhadores e suas famílias. Este programa se justifica pela imperiosa necessidade de manter a solidez financeira e atuarial do RPPS, garantindo que os compromissos previdenciários sejam honrados no presente e no futuro. A gestão eficaz dos benefícios e a transparência na administração dos recursos são cruciais para a confiança dos segurados e para a conformidade com as normativas.

Público alvo: Servidores públicos ativos e inativos do município de Mossoró, pensionistas e seus dependentes.

Natureza da despesa: 3.1.90.03.00 - Pensões

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
18000000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	0,00	11.000.000,00	12.000.000,00	13.000.000,00	14.000.000,00	50.000.000,00

Ação / Meta física	Tipo / Unidade de medida	Produto / No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **692 - 19 . 24201 . 9 . 272 . 12 . 2.178 . 0 . 319001**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 19 - PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN

Unidade orçamentária: 24201 - PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN

Classificação Funcional

Função: 9 - Previdência Social

Subfunção: 272 - Previdência do Regime Estatutário

Classificação Programática

Programa: 12 - BENEFÍCIOS E PREVIDÊNCIA DE SERVIDORES

Objetivo: GARANTIR A GESTÃO EFICIENTE E A SUSTENTABILIDADE DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS) DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ, ASSEGURANDO A CONCESSÃO E O PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS AOS SERVIDORES PÚBLICOS E SEUS DEPENDENTES, E PROMOVENDO A SEGURANÇA E O BEM-ESTAR SOCIAL.

Relação de Despesas PPA

Problema:

Justificativa: A previdência dos servidores públicos municipais é um direito social fundamental e um pilar da segurança e estabilidade para os trabalhadores e suas famílias. Este programa se justifica pela imperiosa necessidade de manter a solidez financeira e atuarial do RPPS, garantindo que os compromissos previdenciários sejam honrados no presente e no futuro. A gestão eficaz dos benefícios e a transparência na administração dos recursos são cruciais para a confiança dos segurados e para a conformidade com as normativas.

Público alvo: Servidores públicos ativos e inativos do município de Mossoró, pensionistas e seus dependentes.

Natureza da despesa: 3.1.90.01.00 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
18000000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	0,00	83.000.000,00	88.700.000,00	99.535.000,00	112.511.000,00	383.746.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **693 - 19 . 24201 . 9 . 272 . 12 . 2.178 . 0 . 339091**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 19 - PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN

Unidade orçamentária: 24201 - PREVI-MOSSORÓ-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró/RN

Classificação Funcional

Função: 9 - Previdência Social

Subfunção: 272 - Previdência do Regime Estatutário

Classificação Programática

Programa: 12 - BENEFÍCIOS E PREVIDÊNCIA DE SERVIDORES

Objetivo: GARANTIR A GESTÃO EFICIENTE E A SUSTENTABILIDADE DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS) DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ, ASSEGURANDO A CONCESSÃO E O PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS AOS SERVIDORES PÚBLICOS E SEUS DEPENDENTES, E PROMOVENDO A SEGURANÇA E O BEM-ESTAR SOCIAL.

Problema:

Justificativa: A previdência dos servidores públicos municipais é um direito social fundamental e um pilar da segurança e estabilidade para os trabalhadores e suas famílias. Este programa se justifica pela imperiosa necessidade de manter a solidez financeira e atuarial do RPPS, garantindo que os compromissos previdenciários sejam honrados no presente e no futuro. A gestão eficaz dos benefícios e a transparência na administração dos recursos são cruciais para a confiança dos segurados e para a conformidade com as normativas.

Público alvo: Servidores públicos ativos e inativos do município de Mossoró, pensionistas e seus dependentes.

Natureza da despesa: 3.3.90.91.00 - Sentenças Judiciais

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
18000000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	0,00	1.800.000,00	2.000.000,00	3.000.000,00	4.000.000,00	10.800.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **694 - 11 . 11101 . 8 . 245 . 31 . 2.120 . 0 . 339036**

Estrutura Organizacional

Relação de Despesas PPA

Unidade gestora: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade orçamentária: 11101 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 245 - Serviços Socioassistenciais

Classificação Programática

Programa: 31 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E PREVENÇÃO DE RISCOS
Objetivo: PREVENIR A OCORRÊNCIA DE SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL, POR MEIO DO DESENVOLVIMENTO DE POTENCIALIDADES, DO FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS E DA OFERTA DE SERVIÇOS, PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS.

Problema:

Justificativa: A proteção social básica é o primeiro nível da segurança social, atuando na prevenção de situações de risco antes que se agravem. Este programa é essencial para fortalecer a convivência familiar e comunitária, promover a inclusão social e garantir o acesso aos direitos, contribuindo para a redução das desigualdades e para a melhoria da qualidade de vida da população.

Público alvo: Famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, inscritos ou em potencial para o Cadastro Único

Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	0,00	170.000,00	178.000,00	187.000,00	196.000,00	731.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: 695 - 9 . 9101 . 12 . 368 . 11 . 2.30 . 0 . 339030

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação
Subfunção: 368 - Educação Básica

Classificação Programática

Programa: 11 - GESTÃO E FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
Objetivo: ASSEGURAR, COM BASE NA PRIORIZAÇÃO ABSOLUTA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, O ACESSO, A PERMANÊNCIA E O PLENO DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL, POR MEIO DA QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR, DA AMPLIAÇÃO DO TEMPO INTEGRAL E DA OFERTA EFETIVA DE SERVIÇOS ESSENCIAIS COMO TRANSPORTE, FARDAMENTO, INFRAESTRUTURA ADEQUADA E RECURSOS TECNOLÓGICOS

Problema:

Justificativa: A garantia do direito fundamental à educação básica de qualidade exige não apenas o acesso à escola, mas condições reais de permanência, aprendizagem e desenvolvimento integral. Em Mossoró, desafios persistem quanto à manutenção da rede, à oferta de serviços essenciais como transporte escolar, alimentação, fardamento e infraestrutura e à ampliação do tempo integral, especialmente nas regiões mais vulneráveis. Este programa busca responder a essas demandas estruturantes, promovendo uma educação pública mais equitativa, eficiente e inclusiva. Serão priorizadas a melhoria da qualidade do ensino, a valorização profissional, a inovação pedagógica e a proteção integral de crianças e adolescentes. Trata-se de uma política transversal, que exige a articulação entre diferentes áreas da gestão municipal, com foco na oferta de um ambiente escolar seguro, acolhedor e estruturado. Ao integrar ações pedagógicas e operacionais sob uma mesma diretriz estratégica, o programa contribui para a efetivação de uma educação comprometida com o desenvolvimento humano, a equidade social e a construção de uma cidade mais justa e sustentável.

Relação de Despesas PPA

Público alvo: Alunos da educação básica

Indicadores: 10 - Percentual de estudantes da rede municipal com acesso pleno aos serviços essenciais de suporte à permanência escolar.

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	2.000.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**		**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **696 - 9 . 9101 . 12 . 368 . 11 . 2.30 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 368 - Educação Básica

Classificação Programática

Programa: 11 - GESTÃO E FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Objetivo: ASSEGURAR, COM BASE NA PRIORIZAÇÃO ABSOLUTA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, O ACESSO, A PERMANÊNCIA E O PLENO DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL, POR MEIO DA QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR, DA AMPLIAÇÃO DO TEMPO INTEGRAL E DA OFERTA EFETIVA DE SERVIÇOS ESSENCIAIS COMO TRANSPORTE, FARDAMENTO, INFRAESTRUTURA ADEQUADA E RECURSOS TECNOLÓGICOS

Problema:

Justificativa: A garantia do direito fundamental à educação básica de qualidade exige não apenas o acesso à escola, mas condições reais de permanência, aprendizagem e desenvolvimento integral. Em Mossoró, desafios persistem quanto à manutenção da rede, à oferta de serviços essenciais como transporte escolar, alimentação, fardamento e infraestrutura e à ampliação do tempo integral, especialmente nas regiões mais vulneráveis. Este programa busca responder a essas demandas estruturantes, promovendo uma educação pública mais equitativa, eficiente e inclusiva. Serão priorizadas a melhoria da qualidade do ensino, a valorização profissional, a inovação pedagógica e a proteção integral de crianças e adolescentes. Trata-se de uma política transversal, que exige a articulação entre diferentes áreas da gestão municipal, com foco na oferta de um ambiente escolar seguro, acolhedor e estruturado. Ao integrar ações pedagógicas e operacionais sob uma mesma diretriz estratégica, o programa contribui para a efetivação de uma educação comprometida com o desenvolvimento humano, a equidade social e a construção de uma cidade mais justa e sustentável.

Público alvo: Alunos da educação básica

Indicadores: 10 - Percentual de estudantes da rede municipal com acesso pleno aos serviços essenciais de suporte à permanência escolar.

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	1.000.000,00	1.100.000,00	1.200.000,00	1.300.000,00	4.600.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**		**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Relação de Despesas PPA

Despesa PPA: **697 - 9 . 9101 . 12 . 368 . 11 . 2.30 . 0 . 339036**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação
Subfunção: 368 - Educação Básica

Classificação Programática

Programa: 11 - GESTÃO E FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
Objetivo: ASSEGURAR, COM BASE NA PRIORIZAÇÃO ABSOLUTA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, O ACESSO, A PERMANÊNCIA E O PLENO DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL, POR MEIO DA QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR, DA AMPLIAÇÃO DO TEMPO INTEGRAL E DA OFERTA EFETIVA DE SERVIÇOS ESSENCIAIS COMO TRANSPORTE, FARDAMENTO, INFRAESTRUTURA ADEQUADA E RECURSOS TECNOLÓGICOS

Problema:

Justificativa: A garantia do direito fundamental à educação básica de qualidade exige não apenas o acesso à escola, mas condições reais de permanência, aprendizagem e desenvolvimento integral. Em Mossoró, desafios persistem quanto à manutenção da rede, à oferta de serviços essenciais como transporte escolar, alimentação, fardamento e infraestrutura e à ampliação do tempo integral, especialmente nas regiões mais vulneráveis. Este programa busca responder a essas demandas estruturantes, promovendo uma educação pública mais equitativa, eficiente e inclusiva. Serão priorizadas a melhoria da qualidade do ensino, a valorização profissional, a inovação pedagógica e a proteção integral de crianças e adolescentes. Trata-se de uma política transversal, que exige a articulação entre diferentes áreas da gestão municipal, com foco na oferta de um ambiente escolar seguro, acolhedor e estruturado. Ao integrar ações pedagógicas e operacionais sob uma mesma diretriz estratégica, o programa contribui para a efetivação de uma educação comprometida com o desenvolvimento humano, a equidade social e a construção de uma cidade mais justa e sustentável.

Público alvo: Alunos da educação básica

Indicadores: 10 - Percentual de estudantes da rede municipal com acesso pleno aos serviços essenciais de suporte à permanência escolar.

Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	1.000.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **698 - 9 . 9101 . 12 . 368 . 11 . 2.30 . 0 . 339031**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação
Subfunção: 368 - Educação Básica

Classificação Programática

Programa: 11 - GESTÃO E FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
Objetivo: ASSEGURAR, COM BASE NA PRIORIZAÇÃO ABSOLUTA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, O ACESSO, A PERMANÊNCIA E O PLENO DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL, POR

Relação de Despesas PPA

MEIO DA QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR, DA AMPLIAÇÃO DO TEMPO INTEGRAL E DA OFERTA EFETIVA DE SERVIÇOS ESSENCIAIS COMO TRANSPORTE, FARDAMENTO, INFRAESTRUTURA ADEQUADA E RECURSOS TECNOLÓGICOS

Problema:

Justificativa: A garantia do direito fundamental à educação básica de qualidade exige não apenas o acesso à escola, mas condições reais de permanência, aprendizagem e desenvolvimento integral. Em Mossoró, desafios persistem quanto à manutenção da rede, à oferta de serviços essenciais como transporte escolar, alimentação, fardamento e infraestrutura e à ampliação do tempo integral, especialmente nas regiões mais vulneráveis. Este programa busca responder a essas demandas estruturantes, promovendo uma educação pública mais equitativa, eficiente e inclusiva. Serão priorizadas a melhoria da qualidade do ensino, a valorização profissional, a inovação pedagógica e a proteção integral de crianças e adolescentes. Trata-se de uma política transversal, que exige a articulação entre diferentes áreas da gestão municipal, com foco na oferta de um ambiente escolar seguro, acolhedor e estruturado. Ao integrar ações pedagógicas e operacionais sob uma mesma diretriz estratégica, o programa contribui para a efetivação de uma educação comprometida com o desenvolvimento humano, a equidade social e a construção de uma cidade mais justa e sustentável.

Público alvo: Alunos da educação básica

Indicadores: 10 - Percentual de estudantes da rede municipal com acesso pleno aos serviços essenciais de suporte à permanência escolar.

Natureza da despesa: 3.3.90.31.00 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	100.000,00	105.000,00	110.000,00	115.000,00	430.000,00

Ação	Tipo	Produto						
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total	

Despesa PPA: **699 - 9 . 9101 . 12 . 368 . 11 . 2.30 . 0 . 339032**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 368 - Educação Básica

Classificação Programática

Programa: 11 - GESTÃO E FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Objetivo: ASSEGURAR, COM BASE NA PRIORIZAÇÃO ABSOLUTA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, O ACESSO, A PERMANÊNCIA E O PLENO DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL, POR MEIO DA QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR, DA AMPLIAÇÃO DO TEMPO INTEGRAL E DA OFERTA EFETIVA DE SERVIÇOS ESSENCIAIS COMO TRANSPORTE, FARDAMENTO, INFRAESTRUTURA ADEQUADA E RECURSOS TECNOLÓGICOS

Problema:

Justificativa: A garantia do direito fundamental à educação básica de qualidade exige não apenas o acesso à escola, mas condições reais de permanência, aprendizagem e desenvolvimento integral. Em Mossoró, desafios persistem quanto à manutenção da rede, à oferta de serviços essenciais como transporte escolar, alimentação, fardamento e infraestrutura e à ampliação do tempo integral, especialmente nas regiões mais vulneráveis. Este programa busca responder a essas demandas estruturantes, promovendo uma educação pública mais equitativa, eficiente e inclusiva. Serão priorizadas a melhoria da qualidade do ensino, a valorização profissional, a inovação pedagógica e a proteção integral de crianças e adolescentes. Trata-se de uma política transversal, que exige a articulação entre diferentes áreas da gestão municipal, com foco na oferta de um ambiente escolar seguro, acolhedor e estruturado. Ao integrar ações pedagógicas e operacionais sob uma mesma diretriz estratégica, o programa contribui para a efetivação de uma educação comprometida com o desenvolvimento humano, a equidade social e a construção de uma cidade mais justa e sustentável.

Público alvo: Alunos da educação básica

Indicadores: 10 - Percentual de estudantes da rede municipal com acesso pleno aos serviços essenciais de suporte à permanência escolar.

Natureza da despesa: 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita

Relação de Despesas PPA

Fonte de recurso	Valor global	Valores Previstos R$ 2026	2027	2028	2029	Total
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	100.000,00	105.000,00	110.000,00	115.000,00	430.000,00

Ação / Meta física	Tipo / Unidade de medida	Produto / No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **700 - 9 . 9101 . 12 . 361 . 9 . 2.179 . 0 . 335041**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Classificação Programática

Programa: 9 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL
Objetivo: GARANTIR ACESSO, PERMANÊNCIA E APRENDIZAGEM COM QUALIDADE NO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MOSSORÓ, PROMOVENDO A EQUIDADE EDUCACIONAL, A MELHORIA DOS RESULTADOS DE DESEMPENHO ACADÊMICO E O FORTALECIMENTO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS.

Problema:

Justificativa: A Secretaria Municipal de Educação de Mossoró tem como compromisso garantir o acesso universal ao Ensino Fundamental, assegurando a permanência e a aprendizagem efetiva dos estudantes dos anos iniciais e finais, com foco na equidade e na qualidade da oferta educacional. Nesse sentido, o programa visa consolidar uma política educacional que promova a melhoria dos indicadores de desempenho da Rede Municipal, refletida nos resultados das avaliações internas e externas, como o SAEB, além de ampliar o atendimento à população de 6 a 14 anos. A elevação dos níveis de aprendizagem, a redução das desigualdades educacionais e o fortalecimento das práticas pedagógicas inovadoras são eixos estratégicos para o alcance das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e no Plano Municipal de Educação. A proposta é assegurar que todos os estudantes do Ensino Fundamental tenham acesso a uma educação pública de qualidade, com acompanhamento sistemático, infraestrutura adequada e formação continuada dos profissionais da educação, contribuindo para o desenvolvimento integral dos alunos e para a melhoria contínua dos resultados educacionais do município.

Público alvo: População na faixa etária de 6 a 14 anos, acrescida dos estudantes fora de faixa, em atendimento na rede municipal de ensino.

Natureza da despesa: 3.3.50.41.00 - Contribuições

Fonte de recurso	Valor global	Valores Previstos R$ 2026	2027	2028	2029	Total
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	800.000,00	850.000,00	860.000,00	870.000,00	3.380.000,00

Ação / Meta física	Tipo / Unidade de medida	Produto / No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **701 - 9 . 9101 . 12 . 365 . 8 . 2.180 . 0 . 335041**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Relação de Despesas PPA

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 365 - Educação Infantil

Classificação Programática

Programa: 8 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Objetivo: CONTRIBUIR PARA A EXPANSÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM CRECHES E PRÉ-ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Problema:

Justificativa: A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei nº 9.394/1996) e a Resolução CNE/CEB nº 5/2009, sendo ofertada em creches e pré-escolas para crianças de 0 a 5 anos. O Plano Nacional de Educação (PNE Lei nº 13.005/2014) e o Plano Municipal de Educação de Mossoró preveem, entre suas metas, a universalização da pré-escola para crianças de 4 e 5 anos e a ampliação da oferta em creches para, no mínimo, 50% das crianças de 0 a 3 anos. Apesar dos avanços já conquistados, ainda há desafios a serem superados, como o déficit de vagas em creches e a necessidade de fortalecimento da infraestrutura e da formação dos profissionais que atuam nessa etapa. Nesse sentido, este programa busca ampliar o acesso e qualificar o atendimento na Educação Infantil, por meio da construção e modernização de unidades escolares, aquisição de materiais pedagógicos e de consumo adequados à faixa etária, e realização de formações continuadas voltadas aos profissionais da área. Além disso, o programa contempla ações de monitoramento e avaliação com foco na melhoria da qualidade do atendimento ofertado, garantindo o direito das crianças a uma educação que promova seu desenvolvimento integral. A iniciativa reforça o compromisso da gestão municipal com a promoção de uma Educação Infantil que cumpra sua função social, política e pedagógica, assegurando o educar e o cuidar como práticas indissociáveis.

Público alvo: População na faixa etária de 0 a 5 anos e 11 meses

Indicadores: 7 - Matrículas de alunos na creche

8 - Matrícula de alunos na Pré-Escola

Natureza da despesa: 3.3.50.41.00 - Contribuições

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	300.000,00	310.000,00	320.000,00	330.000,00	1.260.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: 702 - 9 . 9101 . 12 . 365 . 8 . 2.181 . 0 . 335041

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 365 - Educação Infantil

Classificação Programática

Programa: 8 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Objetivo: CONTRIBUIR PARA A EXPANSÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM CRECHES E PRÉ-ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Problema:

Justificativa: A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei nº 9.394/1996) e a Resolução CNE/CEB nº 5/2009, sendo ofertada em creches e pré-escolas para crianças de 0 a 5 anos. O Plano Nacional de Educação (PNE Lei nº 13.005/2014) e o Plano Municipal de Educação de Mossoró preveem, entre suas metas, a

universalização da pré-escola para crianças de 4 e 5 anos e a ampliação da oferta em creches para, no mínimo, 50% das crianças de 0 a 3 anos. Apesar dos avanços já conquistados, ainda há desafios a serem superados, como o déficit de vagas em creches e a necessidade de fortalecimento da infraestrutura e da formação dos profissionais que atuam nessa etapa. Nesse sentido, este programa busca ampliar o acesso e qualificar o atendimento na Educação Infantil, por meio da construção e modernização de unidades escolares, aquisição de materiais pedagógicos e de consumo adequados à faixa etária, e realização de formações continuadas voltadas aos profissionais da área. Além disso, o programa contempla ações de monitoramento e avaliação com foco na melhoria da qualidade do atendimento ofertado, garantindo o direito das crianças a uma educação que promova seu desenvolvimento integral. A iniciativa reforça o compromisso da gestão municipal com a promoção de uma Educação Infantil que cumpra sua função social, política e pedagógica, assegurando o educar e o cuidar como práticas indissociáveis.

Público alvo: População na faixa etária de 0 a 5 anos e 11 meses

Indicadores: 7 - Matrículas de alunos na creche

8 - Matrícula de alunos na Pré-Escola

Natureza da despesa: 3.3.50.41.00 - Contribuições

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	400.000,00	420.000,00	440.000,00	450.000,00	1.710.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **703 - 9 . 9101 . 12 . 365 . 8 . 1.1 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 365 - Educação Infantil

Classificação Programática

Programa: 8 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Objetivo: CONTRIBUIR PARA A EXPANSÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM CRECHES E PRÉ-ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Problema:

Justificativa: A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei nº 9.394/1996) e a Resolução CNE/CEB nº 5/2009, sendo ofertada em creches e pré-escolas para crianças de 0 a 5 anos. O Plano Nacional de Educação (PNE Lei nº 13.005/2014) e o Plano Municipal de Educação de Mossoró preveem, entre suas metas, a universalização da pré-escola para crianças de 4 e 5 anos e a ampliação da oferta em creches para, no mínimo, 50% das crianças de 0 a 3 anos. Apesar dos avanços já conquistados, ainda há desafios a serem superados, como o déficit de vagas em creches e a necessidade de fortalecimento da infraestrutura e da formação dos profissionais que atuam nessa etapa. Nesse sentido, este programa busca ampliar o acesso e qualificar o atendimento na Educação Infantil, por meio da construção e modernização de unidades escolares, aquisição de materiais pedagógicos e de consumo adequados à faixa etária, e realização de formações continuadas voltadas aos profissionais da área. Além disso, o programa contempla ações de monitoramento e avaliação com foco na melhoria da qualidade do atendimento ofertado, garantindo o direito das crianças a uma educação que promova seu desenvolvimento integral. A iniciativa reforça o compromisso da gestão municipal com a promoção de uma Educação Infantil que cumpra sua função social, política e pedagógica, assegurando o educar e o cuidar como práticas indissociáveis.

Público alvo: População na faixa etária de 0 a 5 anos e 11 meses

Indicadores: 7 - Matrículas de alunos na creche

8 - Matrícula de alunos na Pré-Escola

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Relação de Despesas PPA

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15500000 - Transferência do Salário-Educação	0,00	2.500.000,00	2.321.000,00	2.580.000,00	3.020.000,00	10.421.000,00

Ação	Tipo	Produto		2026	2027	2028	2029	Total
Meta física	Unidade de medida		No período do PPA					

Despesa PPA: **704 - 9 . 9101 . 12 . 122 . 7 . 2.17 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15500000 - Transferência do Salário-Educação	0,00	900.000,00	920.000,00	940.000,00	950.000,00	3.710.000,00
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	1.143.000,00	1.200.000,00	1.260.000,00	1.323.000,00	4.926.000,00

Ação	Tipo	Produto		2026	2027	2028	2029	Total
Meta física	Unidade de medida		No período do PPA					

Despesa PPA: **705 - 9 . 9101 . 12 . 365 . 8 . 2.18 . 0 . 339036**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade orçamentária: 9101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil

Relação de Despesas PPA

Classificação Programática

Programa: 8 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Objetivo: CONTRIBUIR PARA A EXPANSÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM CRECHES E PRÉ-ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Problema:

Justificativa: A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei nº 9.394/1996) e a Resolução CNE/CEB nº 5/2009, sendo ofertada em creches e pré-escolas para crianças de 0 a 5 anos. O Plano Nacional de Educação (PNE Lei nº 13.005/2014) e o Plano Municipal de Educação de Mossoró preveem, entre suas metas, a universalização da pré-escola para crianças de 4 e 5 anos e a ampliação da oferta em creches para, no mínimo, 50% das crianças de 0 a 3 anos. Apesar dos avanços já conquistados, ainda há desafios a serem superados, como o déficit de vagas em creches e a necessidade de fortalecimento da infraestrutura e da formação dos profissionais que atuam nessa etapa. Nesse sentido, este programa busca ampliar o acesso e qualificar o atendimento na Educação Infantil, por meio da construção e modernização de unidades escolares, aquisição de materiais pedagógicos e de consumo adequados à faixa etária, e realização de formações continuadas voltadas aos profissionais da área. Além disso, o programa contempla ações de monitoramento e avaliação com foco na melhoria da qualidade do atendimento ofertado, garantindo o direito das crianças a uma educação que promova seu desenvolvimento integral. A iniciativa reforça o compromisso da gestão municipal com a promoção de uma Educação Infantil que cumpra sua função social, política e pedagógica, assegurando o educar e o cuidar como práticas indissociáveis.

Público alvo: População na faixa etária de 0 a 5 anos e 11 meses

Indicadores: 7 - Matrículas de alunos na creche

8 - Matrícula de alunos na Pré-Escola

Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15500000 - Transferência do Salário-Educação	0,00	550.000,00	575.000,00	600.000,00	625.000,00	2.350.000,00
15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do	0,00	400.000,00	420.000,00	441.000,00	463.000,00	1.724.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **706 - 17 . 17101 . 6 . 181 . 21 . 2.76 . 0 . 339019**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Unidade orçamentária: 17101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Classificação Funcional

Função: 6 - Segurança Pública

Subfunção: 181 - Policiamento

Classificação Programática

Programa: 21 - SEGURANÇA CIDADÃ E ORDEM PÚBLICA

Objetivo: PROMOVER A REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE E O AUMENTO DA SENSAÇÃO DE SEGURANÇA DA POPULAÇÃO, POR MEIO DE AÇÕES INTEGRADAS E PREVENTIVAS, VISANDO O FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA E A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA NA CIDADE.

Problema:

Justificativa: A segurança pública é um direito fundamental e um pilar para o desenvolvimento social e econômico do município. A implementação deste programa é essencial para enfrentar os desafios da violência urbana e construir um ambiente mais seguro e pacífico, fortalecendo a confiança da população na gestão pública e nas forças de segurança.

Público alvo: População mossoroense

Relação de Despesas PPA

Natureza da despesa: 3.3.90.19.00 - Auxílio-Fardamento

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	450.000,00	472.000,00	496.000,00	520.000,00	1.938.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **707 - 17 . 17101 . 4 . 122 . 22 . 2.71 . 0 . 339019**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO
Unidade orçamentária: 17101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 22 - MOBILIDADE URBANA E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO
Objetivo: GARANTIR A FLUIDEZ DO TRÁFEGO, PROMOVER A SEGURANÇA VIÁRIA E FISCALIZAR O CUMPRIMENTO DAS LEIS DE TRÂNSITO, POR MEIO DA GESTÃO INTELIGENTE E DA EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO, VISANDO MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO E REDUZIR ACIDENTES.
Problema:
Justificativa: A mobilidade urbana é um dos pilares de uma cidade moderna e sustentável. Um sistema de transporte eficiente, seguro e acessível é crucial para o desenvolvimento econômico e para o bem-estar social. Este programa justifica-se pela necessidade de reduzir os impactos negativos do trânsito, como acidentes e poluição, e garantir o direito de ir e vir da população com segurança e agilidade.
Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 3.3.90.19.00 - Auxílio-Fardamento

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
17520000 - Recursos Vinculados ao Trânsito	0,00	150.000,00	157.000,00	165.000,00	173.000,00	645.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **708 - 10 . 10101 . 10 . 122 . 16 . 1.12 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade orçamentária: 10101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde
Subfunção: 122 - Administração Geral

Relação de Despesas PPA

Classificação Programática

Programa: 16 - GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Objetivo: GARANTIR A COORDENAÇÃO, PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS E SERVIÇOS DE SAÚDE, VISANDO AO FUNCIONAMENTO EFICIENTE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) NO MUNICÍPIO E À MELHORIA CONTÍNUA DA QUALIDADE DO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO.

Problema:

Justificativa: A gestão eficaz do Sistema Único de Saúde é fundamental para a concretização do direito à saúde. Um programa de gestão dedicado garante que os recursos públicos sejam utilizados de forma estratégica, que as políticas de saúde sejam implementadas com coerência e que os serviços sejam prestados de maneira organizada e integrada. Sem uma gestão robusta, os demais programas e ações de saúde perdem sua efetividade, comprometendo o atendimento à população. Portanto, este programa é o alicerce para a construção de um sistema de saúde mais eficiente, equitativo e com capacidade de resposta às necessidades da sociedade.

Público alvo: População mossoroense

Indicadores: 59 - Percentual de Execução Orçamentária Anual da Secretaria Municipal de Saúde

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	500.000,00	300.000,00	200.000,00	0,00	1.000.000,00
16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das A	0,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	2.000.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **709 - 17 . 17101 . 4 . 122 . 22 . 2.71 . 0 . 339030**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Unidade orçamentária: 17101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 22 - MOBILIDADE URBANA E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO

Objetivo: GARANTIR A FLUIDEZ DO TRÁFEGO, PROMOVER A SEGURANÇA VIÁRIA E FISCALIZAR O CUMPRIMENTO DAS LEIS DE TRÂNSITO, POR MEIO DA GESTÃO INTELIGENTE E DA EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO, VISANDO MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO E REDUZIR ACIDENTES.

Problema:

Justificativa: A mobilidade urbana é um dos pilares de uma cidade moderna e sustentável. Um sistema de transporte eficiente, seguro e acessível é crucial para o desenvolvimento econômico e para o bem-estar social. Este programa justifica-se pela necessidade de reduzir os impactos negativos do trânsito, como acidentes e poluição, e garantir o direito de ir e vir da população com segurança e agilidade.

Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
17520000 - Recursos Vinculados ao Trânsito	0,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	200.000,00

Relação de Despesas PPA

Ação / Meta física	Tipo / Unidade de medida	Produto / No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **710 - 22 . 22001 . 4 . 122 . 7 . 2.147 . 0 . 339036**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 22 - AGENCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PUBLICOS DE MOSSORO

Unidade orçamentária: 22001 - AGENCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PUBLICOS DE MOSSORO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

		Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15010000 - Outros Recursos não Vinculados	0,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00

Ação / Meta física	Tipo / Unidade de medida	Produto / No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **711 - 22 . 22001 . 4 . 128 . 7 . 2.182 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 22 - AGENCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PUBLICOS DE MOSSORO

Unidade orçamentária: 22001 - AGENCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PUBLICOS DE MOSSORO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 128 - Formação de Recursos Humanos

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Relação de Despesas PPA

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15010000 - Outros Recursos não Vinculados	0,00	87.000,00	87.000,00	87.000,00	87.000,00	348.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **712 - 22 . 22001 . 4 . 122 . 7 . 1.19 . 0 . 339039**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 22 - AGENCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PUBLICOS DE MOSSORO

Unidade orçamentária: 22001 - AGENCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PUBLICOS DE MOSSORO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15010000 - Outros Recursos não Vinculados	0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **713 - 17 . 17101 . 6 . 181 . 21 . 2.76 . 0 . 319011**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Relação de Despesas PPA

Unidade orçamentária: 17101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Classificação Funcional

Função: 6 - Segurança Pública

Subfunção: 181 - Policiamento

Classificação Programática

Programa: 21 - SEGURANÇA CIDADÃ E ORDEM PÚBLICA

Objetivo: PROMOVER A REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE E O AUMENTO DA SENSAÇÃO DE SEGURANÇA DA POPULAÇÃO, POR MEIO DE AÇÕES INTEGRADAS E PREVENTIVAS, VISANDO O FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA E A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA NA CIDADE.

Problema:

Justificativa: A segurança pública é um direito fundamental e um pilar para o desenvolvimento social e econômico do município. A implementação deste programa é essencial para enfrentar os desafios da violência urbana e construir um ambiente mais seguro e pacífico, fortalecendo a confiança da população na gestão pública e nas forças de segurança.

Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	14.490.000,00	15.214.000,00	15.975.000,00	16.773.000,00	62.452.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: 714 - 17 . 17101 . 6 . 181 . 21 . 2.76 . 0 . 319013

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Unidade orçamentária: 17101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Classificação Funcional

Função: 6 - Segurança Pública

Subfunção: 181 - Policiamento

Classificação Programática

Programa: 21 - SEGURANÇA CIDADÃ E ORDEM PÚBLICA

Objetivo: PROMOVER A REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE E O AUMENTO DA SENSAÇÃO DE SEGURANÇA DA POPULAÇÃO, POR MEIO DE AÇÕES INTEGRADAS E PREVENTIVAS, VISANDO O FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA E A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA NA CIDADE.

Problema:

Justificativa: A segurança pública é um direito fundamental e um pilar para o desenvolvimento social e econômico do município. A implementação deste programa é essencial para enfrentar os desafios da violência urbana e construir um ambiente mais seguro e pacífico, fortalecendo a confiança da população na gestão pública e nas forças de segurança.

Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	149.000,00	156.000,00	164.000,00	172.000,00	641.000,00

Ação	Tipo	Produto						
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **715 - 17 . 17101 . 6 . 181 . 21 . 2.76 . 0 . 319113**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO
Unidade orçamentária: 17101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Classificação Funcional

Função: 6 - Segurança Pública
Subfunção: 181 - Policiamento

Classificação Programática

Programa: 21 - SEGURANÇA CIDADÃ E ORDEM PÚBLICA
Objetivo: PROMOVER A REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE E O AUMENTO DA SENSAÇÃO DE SEGURANÇA DA POPULAÇÃO, POR MEIO DE AÇÕES INTEGRADAS E PREVENTIVAS, VISANDO O FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA E A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA NA CIDADE.
Problema:
Justificativa: A segurança pública é um direito fundamental e um pilar para o desenvolvimento social e econômico do município. A implementação deste programa é essencial para enfrentar os desafios da violência urbana e construir um ambiente mais seguro e pacífico, fortalecendo a confiança da população na gestão pública e nas forças de segurança.
Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais

	Valores Previstos R$					
Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	3.152.000,00	3.309.000,00	3.475.000,00	3.648.000,00	13.584.000,00

Ação	Tipo	Produto						
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: **716 - 17 . 17101 . 6 . 181 . 21 . 2.76 . 0 . 319016**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO
Unidade orçamentária: 17101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Classificação Funcional

Função: 6 - Segurança Pública
Subfunção: 181 - Policiamento

Classificação Programática

Programa: 21 - SEGURANÇA CIDADÃ E ORDEM PÚBLICA
Objetivo: PROMOVER A REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE E O AUMENTO DA SENSAÇÃO DE SEGURANÇA DA POPULAÇÃO, POR MEIO DE AÇÕES INTEGRADAS E PREVENTIVAS, VISANDO O FORTALECIMENTO

Relação de Despesas PPA

DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA E A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA NA CIDADE.

Problema:

Justificativa: A segurança pública é um direito fundamental e um pilar para o desenvolvimento social e econômico do município. A implementação deste programa é essencial para enfrentar os desafios da violência urbana e construir um ambiente mais seguro e pacífico, fortalecendo a confiança da população na gestão pública e nas forças de segurança.

Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	5.780.000,00	6.069.000,00	6.372.000,00	6.691.000,00	24.912.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **717 - 17 . 17101 . 4 . 122 . 22 . 2.71 . 0 . 319011**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Unidade orçamentária: 17101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 22 - MOBILIDADE URBANA E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO

Objetivo: GARANTIR A FLUIDEZ DO TRÁFEGO, PROMOVER A SEGURANÇA VIÁRIA E FISCALIZAR O CUMPRIMENTO DAS LEIS DE TRÂNSITO, POR MEIO DA GESTÃO INTELIGENTE E DA EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO, VISANDO MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO E REDUZIR ACIDENTES.

Problema:

Justificativa: A mobilidade urbana é um dos pilares de uma cidade moderna e sustentável. Um sistema de transporte eficiente, seguro e acessível é crucial para o desenvolvimento econômico e para o bem-estar social. Este programa justifica-se pela necessidade de reduzir os impactos negativos do trânsito, como acidentes e poluição, e garantir o direito de ir e vir da população com segurança e agilidade.

Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

	Valores Previstos R$				
Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	6.447.000,00	6.769.000,00	7.107.000,00	7.463.000,00	27.786.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

Despesa PPA: **718 - 17 . 17101 . 4 . 122 . 22 . 2.71 . 0 . 319016**

Estrutura Organizacional

Relação de Despesas PPA

Unidade gestora: 17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO
Unidade orçamentária: 17101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 22 - MOBILIDADE URBANA E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO
Objetivo: GARANTIR A FLUIDEZ DO TRÁFEGO, PROMOVER A SEGURANÇA VIÁRIA E FISCALIZAR O CUMPRIMENTO DAS LEIS DE TRÂNSITO, POR MEIO DA GESTÃO INTELIGENTE E DA EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO, VISANDO MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO E REDUZIR ACIDENTES.

Problema:

Justificativa: A mobilidade urbana é um dos pilares de uma cidade moderna e sustentável. Um sistema de transporte eficiente, seguro e acessível é crucial para o desenvolvimento econômico e para o bem-estar social. Este programa justifica-se pela necessidade de reduzir os impactos negativos do trânsito, como acidentes e poluição, e garantir o direito de ir e vir da população com segurança e agilidade.

Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	2.572.000,00	2.700.000,00	2.835.000,00	2.977.000,00	11.084.000,00
17520000 - Recursos Vinculados ao Trânsito	0,00	1.950.000,00	2.047.000,00	2.149.000,00	2.257.000,00	8.403.000,00

Ação	Tipo	Produto					
Meta física	Unidade de medida	No período do PPA	2026	2027	2028	2029	Total

Despesa PPA: 719 - 17 . 17101 . 4 . 122 . 22 . 2.71 . 0 . 319013

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO
Unidade orçamentária: 17101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 22 - MOBILIDADE URBANA E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO
Objetivo: GARANTIR A FLUIDEZ DO TRÁFEGO, PROMOVER A SEGURANÇA VIÁRIA E FISCALIZAR O CUMPRIMENTO DAS LEIS DE TRÂNSITO, POR MEIO DA GESTÃO INTELIGENTE E DA EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO, VISANDO MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO E REDUZIR ACIDENTES.

Problema:

Justificativa: A mobilidade urbana é um dos pilares de uma cidade moderna e sustentável. Um sistema de transporte eficiente, seguro e acessível é crucial para o desenvolvimento econômico e para o bem-estar social. Este programa justifica-se pela necessidade de reduzir os impactos negativos do trânsito, como acidentes e poluição, e garantir o direito de ir e vir da população com segurança e agilidade.

Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais

Relação de Despesas PPA

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	67.000,00	70.000,00	73.000,00	77.000,00	287.000,00

Ação	Tipo	Produto		2026	2027	2028	2029	Total
Meta física	Unidade de medida		No período do PPA					

Despesa PPA: **720 - 17 . 17101 . 4 . 122 . 22 . 2.71 . 0 . 319113**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Unidade orçamentária: 17101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUB. D. CIVIL. MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 22 - MOBILIDADE URBANA E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO

Objetivo: GARANTIR A FLUIDEZ DO TRÁFEGO, PROMOVER A SEGURANÇA VIÁRIA E FISCALIZAR O CUMPRIMENTO DAS LEIS DE TRÂNSITO, POR MEIO DA GESTÃO INTELIGENTE E DA EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO, VISANDO MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO E REDUZIR ACIDENTES.

Problema:

Justificativa: A mobilidade urbana é um dos pilares de uma cidade moderna e sustentável. Um sistema de transporte eficiente, seguro e acessível é crucial para o desenvolvimento econômico e para o bem-estar social. Este programa justifica-se pela necessidade de reduzir os impactos negativos do trânsito, como acidentes e poluição, e garantir o direito de ir e vir da população com segurança e agilidade.

Público alvo: População mossoroense

Natureza da despesa: 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais

Valores Previstos R$

Fonte de recurso	Valor global	2026	2027	2028	2029	Total
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	1.402.000,00	1.472.000,00	1.545.000,00	1.622.000,00	6.041.000,00

Ação	Tipo	Produto		2026	2027	2028	2029	Total
Meta física	Unidade de medida		No período do PPA					

Despesa PPA: **721 - 1 . 1101 . 1 . 31 . 7 . 1.20 . 0 . 449051**

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ

Unidade orçamentária: 1101 - Câmara Municipal de Mossoró

Classificação Funcional

Função: 1 - Legislativa

Subfunção: 31 - Ação Legislativa

Classificação Programática

Relação de Despesas PPA

Programa: 7 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Objetivo: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, EFICIENTE E TRANSPARENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR MEIO DA GESTÃO DE PESSOAS, DOS RECURSOS MATERIAIS, TECNOLÓGICOS E PATRIMONIAIS, PROMOVENDO SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Problema:

Justificativa: Assegurar o funcionamento contínuo, eficiente e transparente da administração pública municipal, por meio da gestão estruturada das equipes de trabalho, dos recursos materiais, tecnológicos e patrimoniais, promovendo suporte às atividades finalísticas do Município de Mossoró.

Público alvo:

Natureza da despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações

		Valores Previstos R$					
	Fonte de recurso	**Valor global**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
	15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	400.000,00

Ação	**Tipo**	**Produto**					
			2026	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
Meta física	**Unidade de medida**	**No período do PPA**					